



040.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/03/2011-14:45
Publ.: DCD - 18/03/2011 12226	DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Propostas do orador para inclusão no Plano Nacional de Educação - PNE 2011-2020.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que valerá de 2011 a 2020. Será a grande oportunidade de mudarmos definitivamente a educação no Brasil, dando mais eficiência e qualidade ao nosso ensino.

Precisamos ter como meta a erradicação do analfabetismo absoluto, a efetivação do que já está previsto na Constituição e que aprovamos nesta Casa, como emenda, em 2009, prevendo a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade.

Até 2020 devemos alfabetizar todas as crianças com até, no máximo, 8 anos de idade, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional - quando a pessoa lê e escreve, mas não compreende os textos.

É necessário elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 93,5%. Além disso, precisamos oferecer educação em tempo integral em 100% das escolas públicas de educação básica, com programas e espaços adequados. A escola em tempo integral não poderá ser apenas uma adaptação, como tem sido implantado até agora, uma vez que os prédios onde funcionam as nossas escolas atualmente são inadequados. Se queremos uma escola de qualidade em tempo integral, precisamos de novos espaços.

Várias outras metas deverão constar do PNE e ser atingidas, dentre elas a que estabelece que, em 1 década, 33% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos devem estar matriculados no ensino superior. Hoje, apenas 14,4% da população nessa faixa etária cursa essa etapa do ensino.

Temos de ampliar progressivamente o investimento público em educação, até atingir, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto.

Por outro lado, sabemos que não haverá qualidade no ensino, se não



assegurarmos a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Precisamos garantir que União, Estados, Distrito Federal e Municípios colaborem para que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Precisamos ter no mínimo 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e garantir a todos os docentes formação continuada em sua área de atuação, o que é fundamental, assim como valorizar o magistério público da educação básica para aproximar o salário médio do professor com mais de 11 anos de escolaridade ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Sabemos hoje que o resultado da eficiência e da qualidade do ensino também está vinculado com a competência e a dedicação do diretor da escola e o envolvimento da comunidade com a instituição de ensino. Por isso, precisamos garantir, mediante lei específica, aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação de diretores vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho, com reavaliações periódicas do desempenho, e que também haja participação da comunidade escolar.

Sem universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos de idade, não poderemos ter a educação de que precisamos para ser um país desenvolvido e justo. É necessário ampliar a oferta de educação infantil para atender a toda a população de até 3 anos de idade, ao mesmo tempo em que devemos universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade.

Enquanto não elevarmos a taxa de matrículas no ensino médio para 100% da população entre 15 e 17 anos de idade continuaremos a ter jovens sem sonhos, verdadeiros mortos-vivos que sobrevivem muitas vezes com violência e uso de drogas.

Está provado que oferecer matrículas nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de forma integrada à educação profissional, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, é uma forma acertada de permitir aos nossos jovens a migração social e o ingresso no mercado qualificado. Temos de no mínimo duplicar as matrículas na educação profissional técnica, de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

No ensino superior, precisamos elevar a taxa bruta de matrícula, o índice que leva em consideração todas as faixas etárias, para 50%, e a taxa líquida para no mínimo 33% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurando a qualidade da oferta.



Para ter qualidade, precisamos ampliar a atuação de mestres e doutores nas instituições de ensino superior para no mínimo 75% do corpo docente em efetivo exercício. Isso nos leva à necessidade de expandir gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, a fim de formar anualmente 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Também será uma meta a ser alcançada a universalização, para a população de 4 a 17 anos de idade, do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (ou superdotação) na rede regular de ensino, sem entretanto deixar de apoiar e manter as escolas especiais para os casos em que se fizerem necessárias.

Temos de conseguir, até 2020, elevar a escolaridade média dos cidadãos de 18 a 24 anos de idade, a fim de assegurar pelo menos 12 anos de estudo para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade e para os 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com o intuito de reduzir a desigualdade educacional.

Finalmente, precisamos criar a licença de 1 ano, a cada 7 anos, para professores e profissionais da educação básica - níveis infantil, fundamental e médio. Um ano de licença, a cada 7 anos trabalhados, servirá como tempo de merecido descanso, mas também poderá ser usado para aprimoramento acadêmico e cultural. A medida influenciará muitos jovens a escolherem o magistério como campo profissional.

Isso e muito mais deverá ser discutido e viabilizado. Esse é o nosso papel, essa é a nossa obrigação como Deputados Federais.

Muito obrigado.

Documento 2/311

043.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	21/03/2011-14:21
Publ.: DCD - 22/03/2011 12584	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Eleição da oradora para a presidência da Comissão de Educação e Cultura da Casa. Desafios do órgão na presente Sessão Legislativa.



A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar minha alegria de, por indicação do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, ter sido eleita, na última quarta-feira, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Casa, seguramente uma das Comissões temáticas mais importantes da Câmara dos Deputados.

Vou encarar essa missão, Sr. Presidente, com muita responsabilidade - não só eu, mas todos os 64 Parlamentares que compõem aquela Comissão.

A propósito, quero destacar a composição da Comissão neste ano de 2011. Há Deputados veteranos - Parlamentares que têm, portanto, acúmulo de experiência na luta em defesa da educação - e Deputados novatos, naturalmente. O grau de renovação da Comissão de Educação e Cultura da Casa foi muito significativo. Muitos são Deputados novatos do ponto de vista do exercício do mandato federal, mas nos seus respectivos Estados têm uma história de luta e de compromisso em defesa da educação. Portanto, a Comissão está muito motivada.

É importante também destacar que, mais do que nunca, a Comissão de Educação e Cultura terá missão muito importante. Este ano temos um diferencial, o debate acerca do PNE - Plano Nacional de Educação. É mais um grandioso desafio que a Comissão de Educação e Cultura vai abraçar com toda a dedicação e seriedade. A Comissão pretende, sim, contribuir intensamente para esse debate, porque considera que o Projeto de Lei nº 8.350, que institui o novo Plano Nacional de Educação, ora em tramitação nesta Casa, é um dos mais importantes no que diz respeito à política educacional do País.

Aliás, quero registrar que hoje pela manhã estive com o Ministro Fernando Haddad, que confirmou presença na Comissão nesta quarta-feira. Na quarta-feira seguinte, vamos ter a alegria de receber a Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, que também já confirmou presença.

O Ministro Fernando Haddad virá à Comissão de Educação e Cultura falar não apenas sobre o PNE, mas também sobre políticas públicas voltadas para a área de educação no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. E a Ministra Ana de Hollanda discorrerá sobre importantes projetos em defesa da cultura que tramitam nesta Casa. Destaco a PEC nº 150, que trata do financiamento da cultura, a proposta de emenda à Constituição que cria o Sistema Nacional de Cultura, o projeto de lei sobre direito autoral e o do Procultura.

Sr. Presidente, na qualidade de professora da rede estadual do Rio Grande do Norte, da rede municipal de Natal, de quem teve o privilégio



de presidir o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do meu Estado, de ser Deputada Estadual por dois mandatos, de há muito tempo estar nessa estrada em defesa da educação e da escola pública, é uma honra assumir mais esse desafio: presidir a Comissão de Educação e Cultura da Casa. Divido essa honra e essa responsabilidade com todos os 64 Parlamentares que vão compor aquele colegiado.

Muito obrigada.

Documento 3/311

049.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/03/2011-15:03
Publ.: DCD - 25/03/2011 13871	- FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Participação em ato organizado pela União Nacional dos Estudantes - UNE e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES em defesa da aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro na educação. Assinatura, pela Presidenta Dilma Rousseff, de convênios para a construção de creches no País.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje eu estive num ato promovido pela União Nacional dos Estudantes - UNE e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES. Esse ato faz parte da jornada de lutas em defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto para a educação e da implantação, para valer, do Plano Nacional de Educação.

Quero aqui saudar a UNE, a UBES e todos os estudantes do Brasil que estão nas ruas defendendo a destinação de mais recursos para a educação. Isso é muito importante e necessário.

Em segundo lugar, quero saudar a Presidenta Dilma pela solenidade realizada agora há pouco no Palácio do Planalto em que foram celebrados convênios para a instalação e construção de creches em



todo o País. Este evento contou com a presença de vários Prefeitos, inclusive o Prefeito Maurício, do meu Estado, o Rio Grande do Norte, e outros da Região Metropolitana de Natal.

É o Governo Dilma cumprindo com mais um compromisso de campanha: creches de boa qualidade para os filhos dos trabalhadores.

Ressalto que, ao todo, foram inauguradas 54 creches do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância e assinados 419 termos de compromisso com os Municípios para a construção de outras 718 escolas de educação infantil.

Esse investimento chega a um total de 800 milhões de reais. Quando estiverem prontas, as creches atenderão cerca de 140 mil crianças.

Muito obrigada!

Documento 4/311

066.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/04/2011-14:24
Publ.: DCD - 13/04/2011 17027	- VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, de mobilizações no País ao ensejo do transcurso dos 15 anos do massacre de produtores rurais no Município de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. Encontro de comissão representativa dos trabalhadores rurais com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para debate da instalação de escolas nas áreas de reforma agrária. Defesa de inclusão da educação no campo entre as prioridades do Plano Nacional de Educação - PNE. Imprescindibilidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, estamos numa semana em que



muitas mobilizações de sem-terra estão ocorrendo em todo o Brasil, justamente porque, no dia 17 de abril, completa 15 anos o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás.

A Jornada de Lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra segue com grandes mobilizações. Além das ocupações e a luta contra o latifúndio, a educação do campo, historicamente, toma parte de toda mobilização nacional e local que o MST faz. E o motivo não é nada simples: faltam escolas nas áreas de reforma agrária.

Hoje teremos uma audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para discutir a ainda grave situação da educação no campo: são mais de 1 milhão de jovens camponeses, e, no máximo, 50 escolas de ensino médio construídas.

Registro a realização dessa audiência e de outras, com o Presidente do INCRA, Celso Lacerda, e com tantos outros Ministros durante toda esta semana.

Como se não bastasse, senhoras e senhores, nesse último período, mais de 24 mil escolas do campo foram simplesmente fechadas, deixando milhares de crianças e adolescente sem acesso à escola, o que é um atentado aos direitos da criança e do adolescente. A pesquisa do Censo Escolar 2002 a 2009 e a Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária INCRA (2010) apontam que o número de matrículas no meio rural reduziu de 7.916.365 para 6.680.375, o que significa que 1.235.990 educandos estão sem escola ou foram obrigados a estudar na cidade.

Por isso, o Ministro da Educação e nós, Parlamentares, devemos trabalhar para incluir a educação no campo como prioridade no Plano Nacional de Educação, o PNE.

Aqui destaco a importância, também, do PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, como uma política pública imprescindível. Esse programa, desde o ano passado, é uma política pública instituída. Objetiva a ampliação dos níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Além disso, propõe-se a apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento de acampamentos e assentamentos. Ou seja, jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização e ensinosa fundamental e médio), técnico-profissionalizantes de nível médio e de diferentes cursos superiores e de especialização.

Entre 2003 e 2010, mais de 360 mil jovens e adultos foram beneficiados com as ações do PRONERA, e a previsão é de que mais 5 mil pessoas sejam beneficiadas pelo programa em curto prazo.



O MEC deve se envolver no sentido de reparar uma dívida com a educação no campo. Precisamos consolidar as parcerias com as instituições que sempre estiveram junto ao PRONERA, como as universidades e escolas federais, mas também temos que avançar no que diz respeito à participação do público e ao controle social por parte de quem é beneficiado pelo programa.

A educação é fundamental dentro de um processo de desenvolvimento que envolve o acesso a terra, cultura, políticas públicas em geral. Daí a defesa da universalização do atendimento escolar, da educação pública de qualidade, com a participação da sociedade, de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Muito obrigado.

Documento 5/311

070.1.54.O	Sessão Extraordinária - 14/04/2011-09:50 CD
Publ.: DCD - 15/04/2011 - 18011	GASTÃO VIEIRA-PMDB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Instalação da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei referente à criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Necessidade de melhoria da qualidade do ensino brasileiro.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi instalada a Comissão Especial que vai examinar e votar no âmbito desta Casa, porque é uma Comissão terminativa, o Plano Nacional de Educação. Trata-se do segundo plano decenal para a educação brasileira. O primeiro encerrou-se em 31 de dezembro do ano passado. Temos agora a responsabilidade de discutir o novo plano.

Está maduro na memória e na vivência de todos os brasileiros que sem educação não vamos mais a lugar nenhum. Estamos importando técnicos de nível médio, não conseguimos melhorar a qualidade da educação brasileira no "ranqueamento" internacional, como o do PISA. A Prova Brasil, que ocorrerá em novembro, fatalmente não apresentará



melhorias. Não construímos um caminho consistente para que haja melhorias.

Então, esse novo plano traz para a Casa uma enorme responsabilidade, Sr. Presidente.

Documento 6/311

077.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	19/04/2011-14:36
Publ.: DCD - 20/04/2011 18544	- EUDES XAVIER-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Participação no lançamento do Movimento PNE pra Valer, no Ceará, promovido pelo Fórum de Discussão do Plano Nacional de Educação no Ceará. Proposta de realização de seminário destinado ao debate do tema com a sociedade cearense. Necessidade de maior atenção à educação inclusiva. Defesa de engajamento dos Parlamentares nos trabalhos de apresentação de emendas e sugestões ao Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. EUDES XAVIER (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para relatar que ontem à tarde, na Assembleia Legislativa do meu Estado, o Ceará, tive a honra de participar do lançamento do Movimento PNE pra Valer, promovido pelo Fórum de Discussão do Plano Nacional de Educação no Ceará. Na ocasião, recebi das mãos do coordenador do Fórum, Prof. Edevaldo Bodião, o pacote de 34 emendas que elaboramos para inclusão no plano, atualmente em apreciação por Comissão Especial desta Casa. Mas lembro que esse plano não pode ser debatido só na Comissão Especial. É necessário utilizarmos todos os instrumentos da Internet, o *e-democracia* e todas as ações para que a população brasileira participe do debate e ajude o movimento dos educadores e educadoras e as escolas públicas. Queremos fazer o PNE no chão da escola, para que a sociedade possa exigir do nosso Governo mais investimentos na educação pública do nosso País.

Aproveitei a ocasião para sugerir a realização de um grande seminário para ampliar o debate com a sociedade cearense em torno do tema. Também estou propondo uma reunião de toda a bancada federal cearense, para que os demais Parlamentares possam se engajar no



trabalho de apresentação de emendas e sugestões ao PNE.

Quero ressaltar que, durante o lançamento, diversos alunos portadores de deficiência estiveram presentes para cobrar compromissos com a educação inclusiva. Uma das mães ali presentes me entregou uma carta solicitando maior engajamento dos Parlamentares com esse segmento da nossa educação. Ela, que é uma das representantes do Centro de Apoio à Mães de Portadores de Eficiência, está cobrando o nosso compromisso com as propostas da CONAE - Conferência Nacional de Educação legitimadas por mais de 3 milhões de delegados em todo o País. *"Queremos educação inclusiva para valer. Não é nenhum favor, e sim uma dívida do nosso País com o segmento de pessoas com deficiência que estiveram sob o olhar da assistência"*, diz um trecho da carta dessa mãe.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, não é justo que esse Plano Nacional de Educação, que norteará o setor pelos próximos 10 anos, deixe de fora segmento tão importante. Talvez nem todos possam usufruir dos benefícios que possam vir num futuro breve, mas certamente estaremos cumprindo nosso papel de construir uma sociedade justa, sem discriminação e cada vez mais solidária.

Enfim, que o Plano Nacional de Educação garanta também educação inclusiva para valer em toda a rede pública. Que garanta mais qualidade na educação, com a valorização de todos os profissionais que atuam nesse setor.

Sr. Presidente, solicito ampla divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicações e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 7/311

077.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 19/04/2011-15:36

Publ.: DCD - 20/04/2011 - 18562 REBECCA GARCIA-PP -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Defesa de implantação de educação pública de qualidade no País. Importância do Plano Nacional de Educação - PNE. Expansão, pelo Governador Omar Aziz, da escola de tempo integral no interior do Estado do Amazonas. Realização de maiores investimentos no ensino básico brasileiro. Necessidade



de valorização do magistério público no País. Relevância do Livro Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências, de autoria do psicólogo norte-americano Howard Gardner. Inclusão da música no currículo escolar brasileiro. Transcurso do Dia do Índio. Saudações às populações indígenas dos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santo Antônio do Içá.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para falar sobre educação, primeiro porque acredito verdadeiramente que só por meio da educação iremos transformar o nosso País.

O Brasil ainda tem os olhos marejados pela tragédia de Realengo, no Rio de Janeiro, quando 12 crianças foram mortas em sala de aula e outras tantas ficaram feridas.

A opinião pública exige que as autoridades brasileiras, a começar por este Congresso Nacional, passando pelos Estados e chegando aos Municípios, tomem medidas capazes de aplacar os sentimentos de consternação, estarecimento, indignação que tomam conta de todos.

Nada de decisões apressadas. É preciso pensar a tragédia de Realengo como história e lutar para que esses tristes fatos fiquem apenas na memória e não invadam o futuro dos nossos filhos.

A primeira coisa que tem sido dita é que países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, não conseguiram evitar que, seguidamente, mentes doentias extravasassem frustrações e paranoias as mais diversas em crianças inocentes. Esse é um reducionismo paralisante, um tiro na criatividade nacional e, ao mesmo tempo, um desafio às mentes sãs de nosso País.

Todos sabem que, de tanto todo o mundo saber, a frase já se tornou um lugar-comum: a educação é o melhor caminho para solucionar problemas como esse.

A diferença nesse caso é que está em nossas mãos formular as bases da mudança e garantir uma educação de qualidade. Está em curso neste Congresso Nacional a análise do Plano Nacional de Educação, o PNE, que é decenal e visa projetar o que queremos para os educandos no Brasil da próxima década.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. permite, nobre Deputada Rebecca? Quero cumprimentar V.Exa. no momento em que neste Grande Expediente escolhe para abordagem do seu discurso o problema educacional brasileiro. V.Exa. demonstra a sensibilidade que tem para um tema que é de vital significação para os destinos nacionais. Cumprimento-a pelo discurso que V.Exa. inicia neste momento.



A SRA. REBECCA GARCIA - Muito obrigada, Deputado Mauro Benevides.

O Ministro Fernando Haddad tem-se empenhado. A base governista nesta Casa, da qual faço parte, tem ampla maioria, mas o PNE precisa ser acelerado e que se mexa fundo no sistema educacional brasileiro, conforme propõe o MEC. Porém, é preciso lembrar que a educação é um projeto de longo e médio prazo que perpassa governos. Daí a responsabilidade do Congresso em garantir políticas públicas de Estado.

Apresento aqui algumas sugestões a partir de experiências vitoriosas, como a da Coreia do Sul, estudos que acabam de ser finalizados ou estão em pleno andamento e constatações de pesquisas recentes.

O Brasil avançou muito. Nosso País foi o terceiro que mais evoluiu em educação nos últimos 10 anos. Nossas metas estão sendo cumpridas. Um exemplo é a inclusão de crianças especiais, que aumentou 493%, segundo dados do censo escolar. Os indígenas já estão na escola. Agora, nosso desafio é garantir a qualidade do ensino. Contudo, o Brasil tem 3 milhões e 700 mil crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola. São pobres, moram longe, ou são portadores de algum tipo de deficiência. Dos que entram na escola, 95% concluem a quarta série, 79%, a oitava série, e apenas 58% concluem o terceiro ano do ensino médio. Desses, 29% saem com a aprendizagem mínima em Língua Portuguesa, e apenas 11%, em Matemática. São dados do Movimento Todos Pela Educação. Este Congresso, em parceria com o Ministério da Educação e o Governo Dilma, trabalha pelo fortalecimento da educação no nosso País.

O que podemos fazer para acelerar o processo brasileiro de educação? Aprender com os países que conseguiram essa aceleração.

Em 1950, há apenas 61 anos, portanto, a Coreia do Sul estava destruída pela guerra civil, com a maior parte da população na miséria. Um habitante do país, em cada três, era analfabeto. Hoje considerada um gigante econômico internacional, Seul pode se dar ao luxo de contar ao mundo que oito em cada dez de seus cidadãos chegam à universidade. A virada começou com a concentração dos recursos nos primeiros 8 anos de estudos. Bons alunos obtiveram bolsas para seguir em frente. Assim, os coreanos se tornaram os melhores alunos do mundo, não porque sejam superdotados, mas porque ficam 8 horas por dia na escola.

Quero abrir um parêntese aqui e lembrar que, no Estado do Amazonas, na gestão do então Governador Eduardo Braga, hoje Senador da República, as escolas do Estado se transformaram em escolas de tempo integral. Dá-se hoje continuidade a esse trabalho, de muito êxito. O Governador Omar Aziz, com muita propriedade, leva esses avanços



implementados na Capital para o interior, para todos os Municípios amazonenses.

O Sr. Amauri Teixeira - Deputada, V.Exa. me concede um aparte ?

A SRA. REBECCA GARCIA - Claro.

O Sr. Amauri Teixeira - Primeiro, quero parabenizar V.Exa., Deputada Rebecca Garcia, do Amazonas, pela escolha apropriada do tema. Deputada, tenho o mesmo sentimento de V.Exa., o de que este País só vai se desenvolver quando investir maciçamente em educação. Entendo da mesma forma que V.Exa., Deputada do Amazonas. Esse investimento tem que ser dirigido principalmente ao Norte e ao Nordeste, para fortalecer aquelas regiões onde há mais carência e mais necessidade de investimentos na área de educação, nas universidades, dotá-las de mais recursos. Em determinados Estados, como Minas Gerais, e outros do Sudeste, Deputada, uma universidade do mesmo porte do Norte e do Nordeste recebe cinco vezes mais recursos. Acredito também, assim como a Presidenta Dilma Rousseff, com sua sensibilidade, e o Ministro Fernando Haddad, que devemos excluir do contingenciamento de 50 bilhões de reais as instituições de ensino, os institutos federais de tecnologia, permitindo que eles desenvolvam plenamente suas funções. Muito obrigado, Deputada.

A SRA. REBECCA GARCIA - Obrigada. É o que todos nós queremos: Congresso Nacional, Ministério da Educação e, com certeza, a Presidenta Dilma.

Foi a partir de atitudes como essas que a economia da Coreia começou a crescer, mostrando que a maior matriz do crescimento econômico está nas mentes que cultivam um país.

O Brasil precisa investir mais no ensino básico. Com este entendimento o Ministério da Educação pede que se aumente de 5% para 7% o investimento público na educação. Melhorar o ensino básico é muito mais uma questão social e política do que financeira. O Governo Federal tem procurado, com êxito, democratizar o ensino superior. Está na hora de esta Casa contribuir e indicar o caminho para o ensino básico.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, PIBID, que no momento só atende a alunos de universidades federais, precisa ser democratizado.

É impossível ignorar certas constatações. Um juiz, um promotor ou mesmo um Deputado, cujas atividades têm relevância e remunerações merecidas, começam toda a vida profissional pelas mãos de um professor. Por conta dessa distinção, todo aluno que se destaca quer logo virar juiz, promotor ou até, quem sabe, Deputado, ficando para os



que não conseguem aprovação nos disputados concursos públicos para essas categorias a missão de se tornar professor e educar a geração futura desses mesmos profissionais.

A mentalidade atual do Brasil paga bem ao aluno que se destaca. É preciso valorizar, sim, o professor, tornar a profissão competitiva, para que a carreira passe a atrair, como primeira opção, os mais destacados, as melhores mentes, fazendo com que estas se juntem às exceções do presente e se tornem a regra de qualidade do futuro.

É valorizando os professores que vamos criar uma cultura capaz de atrair o melhor de nossa sociedade para o magistério. Não existem bons alunos, sem bons professores. O investimento em escola pública no Brasil pode e deve melhorar.

Enquanto isso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1,3% do PIB nacional produzido em 2009 foi gasto com educação privada. A média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que reúne as nações mais ricas do planeta, foi de 0,9%.

O Brasil investe tanto quanto a Austrália na educação privada. Enquanto esse país se tornou o nono melhor colocado no *ranking* de leitura, nosso País ficou em 53º. A Alemanha gastou 0,7% e está na 20º posição.

Esses dados abrangem mensalidades, do ensino básico à pós-graduação, cursos extras e material, segundo matéria do jornalista Fábio Takahashi, no jornal *Folha de S.Paulo*, com base em estudo do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa -, ex-IBMEC.

O Congresso Nacional, na elaboração do atual PNE, precisa pensar numa constatação. Segundo estudo do INSPER, 30% das famílias brasileiras gastam muito com a educação privada. Essas mesmas famílias, por outro lado, pagam os impostos que financiam a educação pública e se obrigam a essa dupla tributação, procurando dar o melhor para seus filhos, levadas pela constatação corrente de que a escola pública nacional evoluiu muito, mas ainda precisa avançar.

Há 28 anos, em 1983, o psicólogo cognitivo e educacional norte-americano Howard Gardner escreveu o livro *Estruturas da Mente: a Teoria das Inteligências Múltiplas*, mostrando que a avaliação do cérebro humano vai além dos testes de QI, o Quociente de Inteligência.

Com base nessa teoria, depois aperfeiçoada por Gardner no livro *Cinco Mentes para o Futuro*, editado no Brasil em 2007, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), um avanço em termos de avaliação escolar no Brasil, precisa também avaliar as inteligências visual/espacial, musical, interpessoal, intrapessoal e corporal/cinestética, também apontadas



pelo professor.

Aluno inteligente não é apenas aquele que tira as melhores notas em Matemática e Português, mas também aquele que se destaca no esporte, na música, na informática e em outros aspectos da vida. O ser humano é muito mais que Português e Matemática.

Por falar nisso, até agosto deste ano, todas as escolas brasileiras terão que voltar a ministrar música como disciplina obrigatória - demonstração da sensibilidade de um governo preocupado em acertar. Agora precisamos de professores aptos a exercer esse papel. É por essas e outras que, durante o estudo do PNE, este Congresso Nacional precisa adotar cautelas e se cercar ao máximo do auxílio de especialistas. Educação não se faz apenas por decreto.

Howard Gardner tornou-se diretor do Projeto Zero da Universidade de Harvard, no qual profissionais dos mais diversos ramos do conhecimento, da Pedagogia à Física Nuclear, da Engenharia à Biologia, estudam o mecanismo pelo qual o cérebro humano aprende.

A mais recente contribuição de Gardner à educação tem sido objeto de estudo detalhado e de atenção dos dirigentes das melhores escolas do planeta. Ele afirma que a humanidade deve cultivar cinco tipos de mentes: a disciplinada, capaz de treinar para aperfeiçoar uma habilidade; a sintetizadora, que aprende como melhor executar a prioridade do momento e avançar para a próxima; a criadora, que busca forjar novos conhecimentos sobre criatividade, liderança, ética ou informática, promovendo rupturas criativas; a respeitosa, que trata do relacionamento com outros seres humanos e mostra a importância de trabalhar em conjunto e transmitir confiança nas outras pessoas; e, finalmente, a ética, que leva o formulador, como nós Parlamentares, a indagar quais são nossas obrigações e o que esperaríamos dos legisladores se estivéssemos do outro lado da mesa.

A educação vitoriosa do futuro, proposta por Howard Gardner, preparará o ser humano para ser disciplinado, sintetizador, criador, respeitoso e ético.

Um exemplo de mente respeitosa é a do Presidente norte-americano Abraham Lincoln. Ele se elegeu presidente defendendo a abolição da escravidão e recebeu forte oposição dos interesses econômicos dependentes da mão de obra escrava. Quando chegou ao poder, todos esperavam que declarasse os escravos libertos, mas sua mente disciplinada o impeliu à paciente cautela, preservando a União, até que a abolição, seu compromisso ético de político sério, estivesse madura, demonstração de que a sociedade precisa entender toda mudança para que faça parte dela.

Gostaria de pedir a atenção do nosso ilustre colega Deputado e



querido amigo Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, para a história que vou contar, eleita como *best seller* pelo *The New York Times*.

No Paquistão, país devastado por guerras e ameaças de guerras seguidas, além de convulsões sociais sem fim, o então montanhista Greg Mortenson se viu perdido em meio às montanhas. Foi acolhido em uma comunidade muito pobre, humilde e carente de tudo. Agradecido, decidiu em seu íntimo que retornaria àquele local para construir escolas, como forma de ajudar as pessoas que o acolheram tão bem.

É da tradição paquistanesa oferecer uma xícara de chá às pessoas recebidas em casa. Quando elas se tornam amigas, o dono da casa oferece duas xícaras de chá. Greg Mortenson, que voltou muitas vezes ao Paquistão e tem construído escolas que mudam a visão de mundo naquela área dominada pelo Talibã, recebe agora, todas as vezes que visita um paquistanês, três xícaras de chá. Ele se tornou um membro daquelas famílias.

O Sr. Deputado Paulo Teixeira teve sua vida ligada ao Município de São Gabriel da Cachoeira. No dia 1º de abril deste ano, quando lá voltou pela terceira vez, levando consigo integrantes de diversos órgãos governamentais e disposto a criar políticas públicas de inclusão social no local, o povo daquele pedaço humilde da minha terra certamente lhe ofereceu a terceira xícara de chá.

A região do Alto Rio Negro, onde fica São Gabriel da Cachoeira, é uma das mais ricas em etnias indígenas do planeta. Neste 19 de abril, quando comemoramos o Dia do Índio, gostaria de homenagear essa população, oferecendo a esta Casa um pouco da história peculiar desses povos que vivem num universo diferente, entre o conhecimento tradicional e a cultura dos não índios. Muitos não conseguem viver num mundo nem noutro, sem condições de preservar as tradições de seus ancestrais e impossibilitados de acessar o sistema educacional e cultural dos não índios. A Escola Estadual Indígena Dom Pedro I, localizada na região do Alto Solimões, na área rural do Município de Santo Antônio do Içá, é um símbolo dessa situação.

O Brasil inteiro ouviu a notícia de que essa escola foi a última colocada no ENEN de 2010. Poucos souberam que ela é frequentada apenas por índios da etnia ticuna, para os quais a primeira língua é o ticuna, a segunda o espanhol e somente em terceiro lugar aparece o português, na qual aceitaram fazer a prova.

Moradores da fronteira com a Colômbia, esses índios, cuja escola fica localizada a duas horas e meia de barco da sede municipal - e duas horas e meia é o tempo que nós levamos de Manaus a Brasília, num avião comercial...



O Sr. Márcio Macêdo - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. REBECCA GARCIA - Claro, Deputado.

O Sr. Márcio Macêdo - Deputada Rebecca Garcia, quero parabenizá-la pelo trabalho que tem feito na Câmara dos Deputados e dizer para o povo do seu Estado que se orgulhe do seu mandato, no qual tem feito a defesa do meio ambiente e da vida, nas suas variadas formas. Eu imagino a amplitude que isso tem no Estado de onde vem. O debate que está fazendo conosco sobre o Código Florestal tem sido digno da transformação que o Brasil está sofrendo. O Código Florestal tem de refletir a mudança de concepção, a unidade entre agricultores familiares, ambientalistas e ruralistas, e V.Exa. tem contribuído para isso. Eu não poderia deixar de parabenizá-la por este discurso sobre um tema importante como a educação, mas também por sua atuação na área ambiental e nos debates sobre o Código Florestal. Estão de parabéns V.Exa. e o povo do seu Estado.

A SRA. REBECCA GARCIA - Obrigada, Deputado Márcio Macêdo. V.Exa. também orgulha seu partido, na defesa deste debate nesta Casa.

A Sra. Luci Choinacki - Gostaria de um aparte, Deputada.

A SRA. REBECCA GARCIA - Pois não, Deputada.

A Sra. Luci Choinacki - Também sinto alegria por conhecê-la, por estarmos juntas neste debate nesta Casa e na Comissão, onde estamos discutindo o Código Florestal. Conseguimos nos encontrar num pensamento de defesa da vida e de um país, defesa de um desenvolvimento no qual entendemos que o centro do ser humano é o meio ambiente. Por mais que alguém diga que não é importante, nenhuma planta cresce e nenhum ser humano vive sem água. Buscar uma política de bom senso, de negociação, é importante. A educação não está fora da discussão da visão estratégica do meio ambiente, da vida, de enfrentar preconceitos. Parabéns! É uma alegria estarmos juntas nesta caminhada neste mandato. Que possamos discutir muitos temas na linha do horizonte que liberte o homem e respeite a natureza.

A SRA. REBECCA GARCIA - Obrigada, Deputada Luci Choinacki. Tenho certeza de que a educação é fundamental, principalmente para este nosso debate, que é o debate ambiental.

Continuando, Sras. e Srs. Deputados, esses índios primeiro aprendem ticuna, depois espanhol e então português. São moradores da fronteira com a Colômbia e se encontram a duas horas e meia de distância de Manaus, mas são na verdade heróis da fronteira nacional e merecem tratamento todo especial por buscar o conhecimento e enfrentar o teste



em situação tão desfavorável.

Não quero confundir este plenário com a geografia do meu Estado. São Gabriel da Cachoeira fica no Alto Rio Negro, e Santo Antônio do Içá no Alto Solimões. Os dois rios estão próximos geograficamente, mas um morador de Santo Antônio do Içá precisará ir a Manaus, subindo o Solimões, para encontrar barco ou avião e viajar o mesmo tanto até o Alto Rio Negro. De barco, subindo o rio, gasta-se em torno de uma semana. De avião, custa muito caro e é tão longe quanto viajar de Manaus a Porto Alegre.

Gilberto Mestrinho, falecido Senador, Governador do Amazonas por três vezes, quando foi indagado sobre o risco de o vibrião do cólera chegar a Manaus, a partir das fronteiras brasileiras com o Peru ou a Colômbia, soltou uma frase lapidária: *"Se ele vier pelo Rio Negro, não vai sobreviver à acidez da água. Se vier pelo Solimões, é tão longe que vai morrer de solidão"*.

São Gabriel da Cachoeira e Santo Antônio do Içá, apesar dessa distância, que é mais logística que geográfica, são regiões unidas pela luta dos índios em busca da sobrevivência cultural e mesmo física.

Em São Gabriel da Cachoeira, como bem sabe o Deputado Paulo Teixeira, são falados 22 idiomas diferentes. Desde 2003, têm *status* de língua oficial, ao lado do português, o nheengatu, o ticuna e o baniwa.

O Amazonas é um Estado indígena. Houve tempo em que nosso povo ficava ofendido quando alguém perguntava se encontraria muitos índios pelas ruas de Manaus. Hoje alguém ainda pergunta se pode trazer artesanato indígena da cidade. Mas o povo tem orgulho em lembrar que, além do artesanato tradicional, do qual temos muito orgulho, nossos índios também estão produzindo artesanatos conhecidos pelos não índios, como CD, DVD, TV de LCD, TV de LED e motocicleta, entre outros.

Foi o índio, misturado ao não índio, que fez da Zona Franca de Manaus um modelo vitorioso, em grande parte responsável pela preservação da Floresta Amazônica, um patrimônio da humanidade.

O índio amazonense e brasileiro recebe, neste 19 de abril, a nossa mais sincera e justa homenagem.

Volto ao seu exemplo, Deputado Paulo Teixeira, assim como ao exemplo de Greg Mortenson, para lembrar que eles mostram o quanto é possível fazer pela coletividade, com esforço, dedicação e compromisso. Que seja assim da parte de todos nós, neste Congresso Nacional, na análise e criação do Plano Nacional de Educação, que está em nossas mãos.



Um homem com boa vontade e determinação, por meio da educação, é capaz de mudar o mundo. Vamos construir uma educação brasileira transformadora e capaz de ocupar as mentes para evitar tragédias como a que ocorreu em Realengo, no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que promova a inclusão das populações indígenas e de outras esquecidas por nossa sociedade. O Brasil pede por isso. O Brasil precisa de todos nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Parabenizamos a ilustre Deputada Rebecca Garcia pelo belíssimo pronunciamento, que vem engrandecer os Anais desta Casa.

Documento 8/311

084.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	26/04/2011-16:42
Publ.: DCD - 27/04/2011 - 19606	LINCOLN PORTELA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	LÍDER DISCURSO

Sumário

Desempenho de instituições brasileiras de ensino superior no ranking internacional elaborado pela Times Higher Education - THE. Urgente recuperação da qualidade da educação pública no País. Tramitação na Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Lembro ao Plenário que o Deputado Luciano Castro, nosso ex-Líder, é agora Vice-Líder do Governo. Parabenizo o Governo pela indicação e convite feito a S. Exa. para esse cargo.

Sr. Presidente, foi divulgado pela imprensa falada, televisionada, escrita e pelas redes sociais o *ranking* das 100 melhores universidades do mundo.

A Universidade de São Paulo (USP) só apareceu na 232ª posição, e acabou representando, assim, todas as instituições da América do Sul.

A Universidade de Harvard é a líder do *ranking*, com pontuação máxima em todos os critérios. O *ranking* foi montado a partir de uma



pesquisa somente para convidados, mais de 13 mil professores, de 131 países do mundo e reforça a posição dominante das instituições dos Estados Unidos e consagra a boa reputação de universidades do Reino Unido e do Japão. O índice faz parte do *ranking* das melhores universidades.

Encontramos, por exemplo, na Rússia, na China, em Pequim, em Hong Kong e em Cingapura instituições que aparecem entre as 50 maiores do mundo. No grupo entre as posições 51^a e 101^a aparecem universidades de países emergentes, como a Universidade de Seul, na Coreia do Sul, Universidade de Taiwan e o Instituto de Ciência da Índia. O Brasil é o único do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) a não ter nenhuma instituição de ensino superior entre as melhores.

A pesquisa reforça a percepção de que o ensino brasileiro ainda precisa de ajustes para chegar ao patamar das instituições de nível internacional. Claro, muito tem sido feito, sobretudo nos últimos anos, mas podemos fazer mais e melhor. E devemos fazê-lo, sob pena de inviabilizarmos todo o esforço político e econômico que a Nação vem desenvolvendo para acelerar seu crescimento e propiciar melhor distribuição de renda.

Quaisquer que sejam as medidas que venham a ser adotadas para a melhoria do ensino superior, todas falharão se não se levar em conta que é essencial a recuperação da qualidade do ensino público fundamental e médio como condição para que as universidades públicas não se tornem privilégio dos abastados.

Nesse contexto, já de si bastante complexo, destaca-se o problema do financiamento da pesquisa em nível regional. Este deveria ser apoiado, em grande parte, pelas fundações estaduais de amparo à pesquisa, às quais, porém, os Governos dos Estados não estão transferindo os recursos que lhes são devidos.

Fundamental, também, é que não se tomem posições corporativas ou se proponham soluções inviáveis. A exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, no Reino Unido e na França, seria recomendável formar uma comissão de especialistas representando o Governo Central, as diversas regiões do País e a comunidade acadêmica para realizar um estudo sobre as condições atuais e propor medidas viáveis e contribuir para formular uma política de ensino superior firmemente integrada com o desenvolvimento científico social, cultural e econômico do País.

O que se torna mais urgente e socialmente justo é recuperar a qualidade do ensino público básico para que os alunos possam, em condições de igualdade com os das escolas particulares, disputar as vagas nas universidades públicas.



O Governo Federal enviou a esta Casa projeto para reestruturar o Plano Nacional de Educação. Uma Comissão Especial já está formada e deve elaborar uma nova meta do Governo para resolver os problemas dos ensinos fundamental e médio no Brasil. Isso é urgente. A Comissão já começa a funcionar e queremos resultado rápido.

Segundo as estatísticas da FUVEST, em São Paulo, entre os candidatos às quatro áreas de conhecimento mais disputadas, 24,7% eram de escolas públicas estaduais e municipais e conquistaram apenas 6,7% das vagas; 68,4% eram de escolas particulares e obtiveram 85,7%; mas os 2,3% vindos de escolas públicas federais conseguiram 4,2% das vagas, alcançando um índice de aprovação mais alto do que o das particulares, mostrando que os alunos da escola pública nada ficam a dever em talento quando a qualidade do ensino é adequada.

Precisamos, mais do que nunca, fazer com que o Brasil se volte para a educação, crie o juízo devido e invista nos professores dos ensinos fundamental e médio. Que os projetos que estão nesta Casa sejam rapidamente votados para que o Brasil tenha celeridade na educação. Que possamos viver um tempo melhor para as nossas escolas, para os nossos alunos, para o nosso presente e para o nosso futuro.

Em nome da Liderança do Bloco, era o que tinha a dizer.

Documento 9/311

085.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/04/2011-14:42
Publ.: DCD - 28/04/2011 19926	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Participação da oradora em debate sobre o Plano Nacional de Educação - PNE com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Elogio à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES. Visita



do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Prof. Roberto Leão, à Comissão de Educação e Cultura. Artigo O Papel da Oposição, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, ontem, a convite da ANDIFES, integrei uma mesa com o Ministro Fernando Haddad em que foi realizado um importante debate sobre o Plano Nacional de Educação. Aliás, quero parabenizar a ANDIFES.

Na ocasião, sugeri à ANDIFES que orientasse as universidades federais do País a abrigar esse debate, estimulá-lo e dele participar, debate muito importante para a educação brasileira, pois trata do novo Plano Nacional de Educação.

Hoje estive na Comissão de Educação e Cultura o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Prof. Roberto Leão. Na ocasião, ele falou da 12ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que está sendo realizada em todo o País.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o artigo do Presidente de honra do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, publicado semana passada na revista *Interesse Nacional*, obriga-me a utilizar a tribuna desta Casa para provocar algumas reflexões.

O título do artigo, *O Papel da Oposição*, anunciava o que poderia ser um novo horizonte para a Direita brasileira, proveniente da atualização do programa político daquele que se apresenta como sua principal referência nacional: o PSDB.

Não obstante, o conteúdo revelou o que muitos analistas já diagnosticavam: o esvaziamento político do campo conservador, carente de lideranças políticas capazes de unificá-lo em torno de um projeto que, por sua vez, em nada se assemelha aos governos tucanos, o que o torna retórico e pouco convincente.

Na tentativa frustrada de exercer o papel de liderança coesiva, o sociólogo Fernando Henrique sequer ousou avaliar os primeiros 100 dias de Governo.

Talvez tenha fugido da avaliação ao se deparar com um governo que, embora conduzido de forma original e criativa pela Presidenta Dilma Rousseff, reflete a continuidade e o aprofundamento de um projeto político vitorioso iniciado por Luiz Inácio Lula da Silva. Diga-se de passagem, um projeto aprovado não apenas pelas "massas carentes e pouco informadas", como sugere FHC, mas por toda uma "gama de classes médias" e até mesmo por núcleos integrantes da chamada elite



nacional. Não por acaso o Governo Lula obteve 97,1% de aprovação em dezembro de 2010, CNT/Sensus, e o Governo Dilma recebeu a melhor avaliação da série histórica da pesquisa CNI/Ibope entre as pesquisas de início de mandato.

Concordo com o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso quando ele assume a necessidade da Oposição reconhecer a derrota e exercitar a autocrítica. Nós, petistas, temos motivos suficientes para acreditar que Lula, a depender única e exclusivamente da vontade da maioria da população brasileira, seria eleito Presidente em 1989. Entretanto, após sucessivas derrotas nas eleições presidenciais, atualizamos nosso programa político, ampliamos nosso leque de alianças e decidimos governar para todos, sabendo que isso significava construir uma revolução lenta e gradual, muitas vezes conciliando interesses de classes antagônicas ou concorrentes.

Mudamos nossa tática, mas não nossa estratégia. Nosso objetivo central continua sendo a construção de um outro mundo possível, fundado sobre a igualdade e a solidariedade, o que se choca com os interesses do selvagem capitalismo em sua fase neocolonial e neoliberal, que tentou se implantar no Brasil através da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas.

Embora negue a manobra política que tornou vitoriosa a emenda da sua própria reeleição, FHC reconhece que atravessamos um período de intensa mobilidade social, movida pelas políticas de expansão do mercado interno que geram emprego e por um suposto dinamismo da economia internacional. Apesar de reivindicar o Plano Real como uma das principais heranças do Governo tucano, ele não reconhece que a nova moeda não foi nem poderia ser suficiente para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a inserção soberana do Brasil no mundo.

De nada adianta uma nova moeda se a distribuição de renda e a soberania nacional não são prioridades no programa de governo. Propor um discurso à oposição requer acima de tudo responsabilidade.

Extraíndo o que há de sincero no artigo em discussão, comprovamos o que temos dito há 31 anos. A tese do sociólogo defende que o PSDB, como principal referência da Direita nacional, precisa reconhecer o público que pode ser cooptado, através da teatralização, pelo seu projeto elitista de nação, sob pena de ser novamente derrotado em 2014 e se autodestruir, a exemplo do que ocorre com o DEM. Abandonar os "movimentos sociais" e o "povão", "massas carentes e pouco informadas", eis o chamado daquele que, mais uma vez, provou não ser digno da posição que ocupou.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Inês é morta, mas o Brasil está cada vez mais vivo, e não permitirá o retorno ao privatismo, que



hoje faz intelectuais como Fernando Henrique Cardoso sentirem vergonha de palestrar e debater nas universidades públicas, com medo de serem vaiados por estudantes e professores que sabem o que a educação pública sofreu durante a década de 90. Inês é morta, mas o Brasil está cada vez mais vivo, carente de uma oposição que incorpore as bandeiras dos movimentos sociais e que não trate os interesses dos oprimidos como interesses da ralé.

Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que seja divulgado nos órgãos de Comunicação da Casa pronunciamento acerca do artigo publicado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que versa sob o papel da oposição. Esse artigo nos levou a fazer algumas reflexões.

Obrigada, Sra. Presidente.

Documento 10/311

087.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/04/2011-16:03
Publ.: DCD - 29/04/2011 20347	- ROGÉRIO CARVALHO-PT -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Criação pela Casa de Comissão Especial destinada ao exame do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, sobre a criação do Plano Nacional de Educação - PNE. Promoção de melhorias no processo de ensino e aprendizagem por meio da Tecnologia de Informação e Comunicação -TIC. Implantação do Programa Banda Larga nas Escolas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago à tribuna da Câmara



dos Deputados um tema que sempre está na agenda dos debates: a educação.

Estamos discutindo na Câmara dos Deputados diversos projetos que tratam sobre a educação, inclusive há uma Comissão Especial destinada a estudar o Plano Nacional de Educação (PL 8.035, de 2010).

Todavia, Sras. e Srs. Deputados, o foco que quero tratar é sobre a necessidade de aparelhar as escolas com infraestrutura capaz de auxiliar na qualidade do sistema. E para isso devemos promover melhorias no processo de ensino e aprendizagem com a utilização de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo que devemos contar com uma Internet banda larga, afinal a escola pública brasileira pode e deve contribuir para vencer a nefasta exclusão digital que atinge principalmente os mais pobres - dados de 2009 do Comitê Gestor da Internet apontam que somente 2% da classe D e E estão conectados à Internet.

Ora, aprimorar o processo de ensino e aprendizagem com a utilização de TIC em nossas escolas significa desenvolver nos estudantes uma maior autonomia no processo de ensino e aprendizagem com a utilização de uma pedagogia de projetos e permitir a utilização nas salas de aula de elementos multimidiáticos que tornem esses ambientes mais atraentes para desenvolver a curiosidade dos estudantes na busca do conhecimento.

Sem dúvida, implantar a banda larga em nossas escolas é uma ação custosa e que envolve uma maior articulação entre diferentes atores do processo. Mas hoje é impossível pensar em uma plena utilização da informática na educação sem os equipamentos disponíveis para que estudantes e professores tenham acesso à rede de maneira contínua e veloz. E o Projeto Nacional da Banda Larga busca, exatamente, cumprir com essa meta.

Aliás, Sras. e Srs. Deputados, em 1997, no leilão da privatização das telecomunicações, surgiu o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que imputou às operadoras a obrigação de instalação de Postos de Serviços Telefônicos (PST) para atendimento e universalização do serviço de telefonia, situação que nunca atingiu os índices previstos, causando um descumprimento de obrigação que levaria o Governo a exigir o seu cumprimento pelas empresas, sob pena de multa, ou propor a substituição da meta e da multa por um serviço de maior valor social agregado.

A troca da obrigação, após intensa negociação, foi formalizada em abril de 2008 com a assinatura do Decreto nº 6.424, que alterou e acrescentou ao antigo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, a substituição da montagem dos Postos de Serviço pela



infraestrutura (*backhaul*), necessária ao provimento de conexão à Internet em alta velocidade (banda larga) em todos os Municípios do Brasil.

Porém, para fazer com que a troca de obrigação fosse equânime, também foi acrescentado, ao Termo de Autorização para Exploração do Serviço de Comunicação Multimídia de cada operadora de telefonia fixa, um aditivo com a obrigação de conectar todas as escolas públicas urbanas nas respectivas áreas de atuação, dando origem ao Programa Banda Larga nas Escolas. As características do serviço ofertado pelas operadoras para o Programa Banda Larga nas Escolas, acordado entre o Governo Federal e as concessionárias, são as seguintes:

- Velocidade inicial de conexão de 1 *megabit* no sentido operadora/escola (*download*) e no mínimo $\frac{1}{4}$ dessa velocidade no sentido escola/operadora (*upload*);
- Instalação de todas as escolas públicas urbanas, polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e escolas de formação de professores identificadas pelo Censo INEP até o ano de 2010;
- Manutenção do serviço de forma totalmente gratuita até o ano de 2025;
- Endereço de IP fixo;
- Doação do primeiro equipamento terminal (*modem*);
- Atendimento de todas as escolas que forem criadas ao longo do período de manutenção do Programa;
- Ampliação da velocidade inicial a partir de dezembro de 2010 para a velocidade mínima de 2 *megabits* ou a melhor velocidade disseminada no centro de fios em que estiver conectada a escola;
- Conexão da escola no ambiente do laboratório de informática;
- Atendimento diferenciado para a solução de eventuais problemas.

Atualmente os números do Programa encontram-se próximos das metas, com 36.146 escolas conectadas contra o número previsto de 38.330. Essa diferença de cerca de 2.200 escolas está relacionada com a recusa dos Governos do Estado e de alguns Municípios de São Paulo no recebimento da conexão no modelo técnico atual do Programa Banda Larga nas Escolas, por já contarem com programas próprios de conexão. Está em marcha uma intensa negociação entre ANATEL, MEC, MC e Casa Civil junto a esses Governos, para que seja possível a convivência dos programas locais com o do Governo Federal, visando a um melhor atendimento dos estudantes.



De qualquer modo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para enfrentar a questão da educação e recuperá-la como valor social, instrumento de formação do ser humano, precisamos ter coragem de rever valores e modelos, e o mais difícil talvez seja encarar o quanto obsoletos estão nossos modelos. Precisamos rever o modo como estruturamos nosso conhecimento, nosso pensamento, nossa educação.

Precisamos admitir que os meios não são mais os mesmos, mas nós, professores, alunos, pais, continuamos apertando botões na linha de montagem de uma fábrica em extinção. Torna-se urgente reconstruir o modo como estruturamos nossos saberes e nossas escolas. E, para isto, é imprescindível enfrentar o problema da fragmentação dos saberes, de uma escola desvinculada do contexto social, ambiental, cultural, político.

Não tenho nenhuma dúvida: a Tecnologia da Informação e Comunicação, agilizada pela banda larga, tem papel essencial. Precisamos construir escolas que estejam preparadas para receber os novos alunos de um mundo conectado, cuja palavra central é "rede". E, para recebê-los, é imperioso garantir espaços de convivência e de relação da esfera digital, assumindo a Internet como processo educativo, ao invés de lavar as mãos e isolar jovens e crianças desse mundo da conexão.

Não podemos esperar cidadania quando e se oferecermos exclusão!

Era o que tinha a dizer.

Documento 11/311

087.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/04/2011- 18:21
Publ.: DCD - 29/04/2011 - 20421	RENAN FILHO-PMDB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Lançamento, pela Presidenta Dilma Rousseff, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico - PRONATEC. Anúncio de realização de seminário em Maceió, Estado de Alagoas, pela Comissão Especial destinada ao exame do



projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Primeiramente, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes pela iniciativa, até porque venho falar sobre o mesmo assunto.

Sr. Presidente, Deputada Fátima Bezerra, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura, demais Deputados, volto a esta tribuna para comunicar ao povo alagoano que, na última reunião da Comissão Especial do Plano Nacional da Educação, foi aprovado requerimento de minha autoria para que seja realizado em Alagoas, na nossa Capital, Maceió, um seminário para discutir o Plano Nacional de Educação, que vai balizar e estabelecer metas para a educação nos próximos 10 anos.

Esse plano é, sem dúvida alguma, a principal lei da educação em tramitação na Câmara dos Deputados neste ano. Para analisá-lo, foi criada uma Comissão Especial. Eu gostaria de dizer que é mais importante ainda no momento em que a Presidente Dilma lança o PRONATEC, um programa de expansão das escolas técnicas federais no Brasil, tão importantes. Quem vem, como eu, do interior do Nordeste, pobre, sofrido, que precisa de investimentos, sabe a importância da escolarização para o povo.

Como disse o Deputado Reginaldo, nosso ensino médio precisa avançar, dar mais oportunidades, oferecer mais vagas para o acesso, estar casado com o ensino técnico profissionalizante, capacitar o jovem brasileiro para os passos que o Brasil dará no futuro. Esses passos, graças a Deus e ao trabalho do Governo do Presidente Lula e do Governo da Presidenta Dilma, têm sido dados cada vez com mais velocidade.

Portanto, subo a esta tribuna para comemorar o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico - PRONATEC, mais uma vitória para o Brasil, e torcer para que a expansão seja rápida, veloz, célere, e verdadeiramente funcione. Mas aqui também estou para dizer que temos que discutir outras metas, outras propostas, diagnosticar melhor o Plano Nacional da Educação, para investir também no ensino infantil, na educação básica e no ensino médio e democratizar o acesso à universidade pública federal de qualidade.

Estive ontem com a Reitora Ana Deise e quero dizer, para concluir no tempo o meu pronunciamento, que estarei em Alagoas para mobilizar as entidades de classe, os sindicatos, os professores, os alunos, os pais de alunos, a sociedade como um todo, para discutir o Plano Nacional de Educação, tão importante para o desenvolvimento do



nosso Brasil.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do nosso pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado a V.Exa. pela complacência.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Eu é que lhe agradeço, Deputado Renan, o cumprimento do tempo.

Documento 12/311

090.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	02/05/2011- 17:45
Publ.: DCD - 03/05/2011 20751	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização do Seminário Nacional de Educação, em Brasília, Distrito Federal. Mobilização da União Nacional dos Estudantes - UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES em prol da aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE. Prejuízos causados pelas fortes chuvas no Município de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande do Norte. Solicitação ao Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, de concessão de audiência à oradora para debate da macrodrenagem do Rio Pataxó. Aprovada pelo Diretório Nacional do PT de resolução política acerca das tarefas prioritárias do partido em 2011.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o importante Seminário Nacional de Educação, que teve início hoje em Brasília, promovido pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES.

Mais de 300 pessoas irão participar do evento nesses 4 dias para debater os destinos, os rumos da educação brasileira. Na oportunidade, certamente, aprofundarão o debate sobre o projeto de lei, em tramitação nesta Casa, que vai instituir o novo Plano Nacional



de Educação.

Deputado Luiz Couto, a programação do seminário é muito rica. Começou hoje, pela manhã, com uma mesa-redonda cujo tema foi *Um Novo Currículo para o Ensino Médio e a Educação em Tempo Integral; e a outra mesa-redonda, Acesso e Permanência*.

Amanhã de manhã teremos duas reuniões. Numa trataremos do ensino técnico e do desenvolvimento nacional, que contará com a presença do Prof. Belchior Oliveira, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; na outra, trataremos do tema *Educação tem que ser 10*. Vamos nos deter especialmente no novo Plano Nacional de Educação.

A UBES convidou-me para os debates que serão realizados amanhã.

Deputado Luiz Couto, a UBES e a UNE vão apresentar 59 emendas ao Relator Angelo Vanhoni, que estará conosco na reunião. Também participarão do seminário o companheiro Francisco das Chagas, Secretário Adjunto do Ministério da Educação, e o Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial.

Membro da Comissão Especial que trata do PNE e, especialmente, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da nossa Casa, acredito que faremos um bom debate. É muito importante que a UNE e a UBES se mobilizem em prol da aprovação do novo Plano Nacional de Educação para garantirmos 10% do PIB para a educação.

Projeto que tramita nesta Casa, oriundo do Poder Executivo, teve como base de inspiração as deliberações da Conferência Nacional de Educação realizada no ano passado. O Governo deu um importante passo. Pelo projeto, saltaríamos dos 5% atuais do PIB para 7%. No entanto, há um debate na sociedade civil, liderado pela UNE, UBES, CNTE e por representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de que 7% não são suficientes. O debate defende 10% do PIB, o que será objeto de debate aprofundado, com muita responsabilidade e seriedade nesta Casa.

Neste momento, o Congresso Nacional tem o desafio de aprovar um Plano Nacional de Educação à altura dos desafios da educação brasileira para os próximos 10 anos.

Gostaria, Deputado Luiz Couto, mais uma vez, de levar minha palavra de solidariedade ao povo de Ipanguaçu, cidade de porte médio localizada no Vale do Açu, que, em certas ocasiões, enfrenta sérios transtornos por causa das chuvas intensas. A população de Ipanguaçu novamente vive um drama. As chuvas se intensificaram, o canal do Pataxó transbordou e dezenas de famílias estão desabrigadas.



Tenho conversado com o Prefeito de Ipanguaçu, Leonardo Oliveira, companheiro do PT que tem tido atuação marcante. Ontem a Governadora Rosalba Ciarlini visitou o Município. Quero dizer ao Prefeito Leonardo que já solicitamos audiência com o Ministro da Integração Nacional para retomarmos a luta por recursos para a implementação das obras de macrodrenagem no Rio Pataxó.

O Poder Executivo já elaborou projeto, ao qual apresentei emenda de mais de 1 milhão de reais. Agora, como diz a Governadora Ciarlini, é botar mãos à obra! Convido a Governadora a participar da audiência, bem como a bancada federal do Rio Grande do Norte. Precisamos desenvolver uma parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal. A Prefeitura de Ipanguaçu, em face da sua estrutura e porte, jamais teria condições de arcar com os custos de uma obra para a qual são necessários mais de 20 milhões de reais.

É preciso que o Governo Federal e o Governo do Estado realmente se comprometam para que as obras de macrodrenagem sejam realizadas. Elas, sim, resolverão definitivamente os alagamentos em Ipanguaçu.

Mais uma vez, manifesto minha solidariedade àquela brava população, ao Prefeito Leonardo Oliveira e à sua equipe. Lembro que já solicitamos audiência com o Ministro da Integração Nacional.

Por fim, Deputado Luiz Couto, solicito a V.Exa. que dê como lida a resolução política a que o Diretório Nacional do PT, nosso partido, chegou na reunião do último fim de semana. No documento, o diretório atribui ao partido as tarefas políticas de se mobilizar para garantir a realização da reforma político-eleitoral, com participação popular; a democratização da comunicação de massa; a reforma tributária; a organização do partido com vista às eleições municipais de 2012; a continuidade do debate ideológico, cultural e político contra as visões conservadoras derrotadas em 2010.

Trata-se, Deputado Luiz Couto, de uma resolução lúcida, coerente e muito objetiva que nosso partido produziu para orientar nossa militância e nossos dirigentes para os próximos desafios, entre os quais as eleições de 2012. Devemos apoiar o Governo Dilma Rousseff para que avance cada vez mais e promova a reforma político-eleitoral. Essa é uma bandeira sagrada do Partido dos Trabalhadores. Nós vamos realizar uma mobilização nacional, com a presença do Presidente Lula, dos movimentos sociais e dos partidos aliados, que convocamos neste momento.

No Rio Grande do Norte, estamos percorrendo várias regiões, dando sequência à orientação do Diretório Nacional. Desencadeamos um ciclo de debates sobre a reforma política. No mês de maio, vamos contar com a presença do Deputado Paulo Teixeira, nosso Líder, que contribuirá com o debate. Convidamos também os partidos aliados. Até



o final do mês, o Deputado Paulo Teixeira estará no Estado e poderá contribuir para a mobilização social e popular em defesa da reforma política.

Em relação à reforma política, não podemos abrir mão do financiamento público de campanha e do sistema de lista. Qualquer mudança que não adote o sistema de financiamento público de campanha será uma reforma de "mentirinha" - e não é isso que queremos.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Documento 13/311

092.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/05/2011-15:08
Publ.: DCD - 04/05/2011 20914	- MANUELA D'ÁVILA-PCDOB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização de maiores investimentos na educação infantil, especialmente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Aperfeiçoamento do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. MANUELA d'ÁVILA (Bloco/PCdoB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna manifestar minha preocupação com a situação da educação infantil no Brasil e, em especial, na Capital dos gaúchos, Porto Alegre.

Segundo dados do Censo Escolar de 2009, a taxa de crianças atendidas pela educação infantil em Porto Alegre era de 25,10%, enquanto, no Brasil, a taxa geral era de 34,91%.

E, diante desse quadro, qual a resposta da atual gestão?



A prefeitura de Porto Alegre aponta como solução um aumento a conta-gotas dos investimentos na área - investimentos que possibilitarão a construção de apenas 13 novas creches. Isto mesmo, nobres colegas: apenas 13 novas creches, e graças aos investimentos federais englobados pelo PAC.

Saúdo a construção destas novas unidades, mas Porto Alegre precisa de mais. É muito difícil explicar para as mães que necessitam de vagas na educação infantil que o poder público age com tamanha lentidão.

A educação infantil é um direito das crianças e das famílias e é também uma pré-condição para o crescimento do País.

No momento em que esta Casa debate o novo Plano Nacional de Educação, é preciso refletir sobre a necessidade de investimentos no setor, pois as metas do Plano anterior ficaram muito longe de serem atingidas.

Como destacou a professora Dr. Maria Carmen Barbosa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em colóquio realizado em Porto Alegre no início do mês de abril, *"isso indica que há graves deficiências no controle e monitoramento desta ferramenta norteadora da educação pública no País"*.

Sr. Presidente, não podemos nos furtar a, diante de tal realidade, aperfeiçoar a proposta do PNE enviada a esta Casa, para que as metas que aqui construímos, com diálogo e com a participação da sociedade, não se transformem em letra morta.

Também precisamos construir um regramento claro sobre as responsabilidades de cada ente, para que a população e, sobretudo, as crianças não sejam punidas pela ineficiência ou vagareza no cumprimento das metas.

Mais do que discurso e metas, a educação - e destaco aqui a educação infantil - deve ser uma prioridade real dos Prefeitos brasileiros.

Não há como conceber um país democrático, justo e desenvolvido, sem que suas crianças tenham acesso à educação infantil, sem que as mães possam contar com creches e sem que haja responsabilidade do poder público em todos os níveis.

Muito obrigada.



092.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/05/2011-16:00
Publ.: DCD - 04/05/2011 - 20927	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Anúncio da apresentação de emendas ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Visita do orador a escolas de tempo integral em municipalidades cearenses.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar sobre o Plano Nacional de Educação.

Hoje, no Ceará, reuni-me com o fórum que está elaborando emendas para os Srs. Deputados apresentarem ao PNE e com outras entidades organizadas que têm a ver com a educação, como a Associação dos Secretários Municipais de Educação.

A propósito, aproveito para parabenizar a Secretária de Educação do Estado, a Profa. Izolda Cela, que abriu a discussão sobre o assunto para nos ajudar nesse momento, dizendo das pretensões que tem o Estado e das suas necessidades quanto ao Plano Nacional de Educação.

A Profa. Izolda Cela está implantando no Ceará aquilo com que sonhamos, na condição de profissional, há algum tempo: escola de tempo integral. Tive a oportunidade de conhecer, em Maracanaú, Município da Região Metropolitana de Fortaleza, uma escola dirigida por um ex-aluno meu, hoje professor, e outra na Capital, o Colégio Estadual Joaquim Nogueira.

Sr. Presidente, o resultado da escola de tempo integral, posso afirmar, é emocionante. O comportamento dos alunos, o seu relacionamento social, é bem diferente daquele observado entre os alunos de escolas de um turno só no que se refere à disputa entre colegas e à sua dispersão. A sociabilidade é bem maior, até porque eles sabem que vão passar o dia todo na escola, onde terão duas ou três refeições e tempo suficiente não apenas para estudar as disciplinas do currículo convencional, mas também para se preparar para uma profissão, pois logo mais estarão no mercado de trabalho.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer da minha alegria com a implantação dessas escolas - e elas já são diversas - que visitei. Tenho certeza de que esse é o caminho da educação. E, no exame do Plano Nacional de Educação, um dos pontos que quero focar é o financiamento da educação. Afinal, sem dinheiro, tudo isso é letra



morta.

Parabenizo a Secretária de Educação do Ceará, Profa. Izolda Cela, e reafirmo minha certeza de que a educação do País, dentro de 10 anos, estará em um patamar melhor do que o de agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 15/311

096.1.54.O	Sessão Extraordinária CD	05/05/2011-09:08
Publ.: DCD - 06/05/2011 21876	- ARTUR BRUNO-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pela Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Convite à sociedade cearense, estudantes, profissionais da educação e entidades vinculadas ao setor para participação no evento.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, na reunião da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, decidimos sobre as primeiras atividades de um calendário de audiências públicas e seminários nos Estados. A primeira audiência pública desta Comissão será realizada em Fortaleza, no dia 16 de maio, às 9 horas, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Nós faremos um debate para convocar a sociedade cearense, as entidades ligadas a estudantes, a profissionais da educação, à comunidade em geral, para debaterem conosco, na Assembleia, o Plano Nacional de Educação.

Já está garantida a presença do Presidente da Comissão, Deputado



Gastão Vieira, assim como a do Relator, Deputado Angelo Vanhoni.

Convidamos todos os Deputados cearenses a comparecerem a esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Muito obrigado, Deputado. Só os cearenses?

O SR. ARTUR BRUNO - V.Exa. também está convidado, Sr. Presidente.

Documento 16/311

096.1.54.O	Sessão Extraordinária - 05/05/2011-10:38 CD	
Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21899	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES e pela União Nacional de Estudantes - UNE, de propostas de emendas ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Realização, pela Comissão de Educação e Cultura, de audiência pública sobre o tema Preconceitos e discriminações na educação brasileira, como parte da 9ª Semana de Ação Mundial 2011. Participação da oradora em reunião com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destinada ao debate da criação do Parque Nacional da Pipa e do Parque Nacional da Furna Feia, no Estado do Rio Grande do Norte. Expectativa de estabelecimento de consenso sobre a votação da proposta de instituição do novo Código Florestal brasileiro.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta foi uma semana em que o



debate do Código Florestal, um tema polêmico, dominou as discussões nesta Casa. Ainda não chegamos a um consenso, mas espero que até semana que vem possamos alcançar esse objetivo.

Independentemente das discussões sobre o Código Florestal, os debates em torno da educação avançaram na Casa esta semana. Ontem, por exemplo, tivemos um dia bastante significativo. Logo cedo, representantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e da União Nacional dos Estudantes estiveram na Comissão de Educação e Cultura para entregar as 59 propostas de emendas das duas entidades ao PNE, o Plano Nacional de Educação, em discussão na Câmara dos Deputados. Esse movimento adotou a bandeira em defesa dos 10% do PIB para a Educação. É a proposta que estou apresentando, em nome dos estudantes, e que desejo incluir no projeto de lei que vai instituir o novo Plano Nacional de Educação.

Em seguida, o grupo foi recebido pelo Presidente Marco Maia. Acompanhei a reunião com nosso Presidente e posso assegurar que os líderes estudantis foram muito educados, porém muito firmes na defesa de uma tramitação mais célere do PNE nesta Casa e na defesa de uma educação pública de qualidade.

À tarde, a Comissão de Educação e Cultura promoveu audiência pública sobre o tema *Preconceitos e discriminações na educação brasileira*, que fez parte da 9ª Semana de Ação Mundial 2011, realizada em mais de cem países e apoiada por organizações como UNESCO e UNICEF. No Brasil, a Semana está sendo organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Durante a audiência, os palestrantes debateram as consequências nefastas do *bullying*, do preconceito e da discriminação na vida social e escolar dos estudantes.

Os palestrantes foram o Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara; a coordenadora da área de educação do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Maria Nazaré Mota de Lima; a Coordenadora Técnica da ONG Escola de Gente, Claudia Maia Tavares; a representante do Coletivo Nacional de Educação do MST, Maria Cristina Vargas; a Coordenadora do Projeto Escola sem Homofobia na Ecos - Comunicação em Sexualidade, Maria Helena Franco; o representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, Renato Ferreira dos Santos; a representante da Plan Brasil, Cleodelice Aparecida Zonato Fante; e a representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, Rafaelly Wiest.

A audiência foi muito boa, com a participação de representantes de várias entidades. Não tenho dúvida de que o debate de ontem contribuiu, e muito, para que possamos construir um PNE em prol da educação republicano, de caráter inclusivo, respeitando a diversidade, para uma educação pública de qualidade.



Quero aqui saudar todas as entidades que participaram ontem da audiência pública na Comissão de Educação e Cultura. Foi uma verdadeira aula de cidadania, um belo momento na Comissão.

Por fim, Deputada Rose de Freitas, quero dizer a V.Exa. que logo mais teremos uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente. A Governadora do meu Estado, Rosalba Ciarlini, também estará presente. Nós vamos tratar de uma pauta muito importante, que é exatamente buscar o apoio da Ministra para que o Rio Grande do Norte possa ter o seu Parque Nacional da Pipa, região que todos conhecem, por ser um destino turístico mundial, com praias, vegetação, flora e fauna belíssimas. Também vamos tratar da instalação do Parque Nacional da Furna Feia, em Mossoró, Baraúna, que não tem nada de feia; pelo contrário, é uma área belíssima.

Esperamos que logo mais, na audiência com a Ministra do Meio Ambiente, esses nossos pleitos sejam atendidos.

Muito obrigada.

Documento 17/311

113.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/05/2011-16:50
Publ.: DCD - 18/05/2011 - 24121	ANGELO VANHONI-PT -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pela Comissão Especial destinada ao exame da proposta de criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ANGELO VANHONI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realizamos ontem na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará encontro na Comissão Especial que analisa o Plano Nacional de Educação, com a presença do Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão; dos Deputados Chico Lopes, do Ceará; Artur Bruno, Padre José Linhares, Ariosto Holanda; de Deputados Estaduais e Vereadores da cidade de Fortaleza.

Estiveram presentes ao evento entidades da sociedade civil envolvidas com a educação. Mais de 500 pessoas debateram, das 9 horas da manhã até as 14 horas, os principais pontos do Plano Nacional de



Educação. Após a reunião, fomos recebidos pelo Governador Cid Gomes e pela equipe da Educação, que nos apresentaram o plano de trabalho desenvolvido no Estado do Ceará nesta área.

Começaram ontem, em todos os Estados do País, as reuniões da Comissão Especial que analisa o Plano Nacional Decenal de Educação a ser votado na Câmara dos Deputados no segundo semestre deste ano.

Muito obrigado.

Documento 18/311

116.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	18/05/2011-13:30
Publ.: DCD - 19/05/2011 - 24610	ARTUR BRUNO-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inauguração da Academia Estadual de Segurança Pública, em Fortaleza, Estado do Ceará. Realizações do Governo cearense nas áreas de saúde e educação. Anúncio de apresentação pelo Governador Cid Gomes de propostas à Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, em Fortaleza, está sendo inaugurada a Academia de Segurança Pública, grande obra de formação e capacitação dos nossos policiais. Parabenizo o Governador Cid Gomes por essa obra gigantesca. S.Exa. vem mantendo as prioridades de sua campanha: educação, saúde e segurança pública.

Recentemente foi inaugurado um grande hospital no Cariri. Está pela metade a construção de um hospital no Município de Sobral. A educação do Ceará conta com 51 escolas de tempo integral que combinam ensino médio com ensino profissionalizante.

Por esse belo trabalho, o Governador Cid Gomes virá à Comissão do Plano Nacional de Educação apresentar sua proposta de educação como exemplo modelar para nosso País.



Documento 19/311

120.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 23/05/2011-17:45

Publ.: DCD - 24/05/2011 - 25303 LUIZ CARLOS SETIM-DEM -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Retrospectiva do processo de evolução da educação brasileira. Realização, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, da 12ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. Importância da educação pública de qualidade. Diretrizes e metas do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa de dedução integral de gastos com educação no Imposto de Renda da pessoa física.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, faremos uma reflexão sobre a educação, mormente porque estamos no ano em que devemos estudar e aprovar o projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação para a década 2011/2020.

Vivemos um importante momento para a educação do nosso País.

Todos os brasileiros envolvidos na causa da educação têm, por missão, a partir deste ano, a tarefa de implantar e fazer com que as diretrizes do Plano Nacional de Educação - PNE, para a década que estamos iniciando, 2011/2020, aconteçam.

Resultado de longa discussão nacional sobre os rumos que o País deve tomar em todos os níveis de ensino, o PNE define as principais diretrizes a serem alcançadas no prazo determinado.

Quando tratamos do sistema educacional, as perguntas fundamentais que devemos nos fazer são: que cidadão queremos formar? Que sociedade desejamos construir?

No século XIX, as respostas eram: "o bom cidadão" e "uma República democrática". Já na metade do século passado, diríamos que o nosso desejo era formar o "homem de êxito" e uma "sociedade progressista".

O século XX terminou, e passamos por notáveis transformações. Nas questões da educação, reafirmamos a necessidade da escola pública, gratuita e obrigatória, exigência premente devido ao desenvolvimento



da indústria e ao rápido crescimento populacional que vivemos nessa época.

Conquistamos a ampliação dos três graus: o elementar, o secundário e o superior, com a proposta de melhor integração entre os níveis. Isso, graças à organização dos negócios, com a expansão das indústrias e do comércio, além da diversificação das profissões técnicas e das necessidades dos quadros da administração pública.

Nestes 511 anos, importantes personagens da nossa história, contextualizados em diferentes momentos e também direcionados pela ideologia da época, determinaram os caminhos da educação no Brasil.

Nosso primeiro grande debate educacional deu-se em 1948, logo após a ditadura Vargas. O anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 4.024, passou por um longo processo, que se estendeu por 13 anos, até sua promulgação em 1961.

De 1964 a 1984, vivemos o governo militar, e, nesse período, foram introduzidas as Leis nºs 5.540, em 1968, e 5.692, em 1971, época em que tivemos nossa formação.

O objetivo era formar profissionais capazes de atender à demanda de mão de obra especializada para o mercado em expansão, atrelando o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico.

A Lei nº 5.540, de 1968, tratava especificamente do ensino de terceiro grau. Fez a unificação do vestibular, aglutinou faculdades em universidades e otimizou recursos físicos e humanos. Também estabeleceu cursos de curta e longa duração e introduziu programas de pós-graduação.

A Lei nº 5.692, em 1971, sob o comando do Ministro Jarbas Passarinho, no Governo Médici, trouxe reformas ao ensino fundamental médio. Essa lei ampliou a obrigatoriedade do ensino de 4 para 8 anos, e o 1º grau tornou-se o ensino fundamental; extinguiu a separação entre ensino secundário e ensino técnico, etapa que passou a se chamar ensino de 2º grau, e ainda criou - é fundamental frisar a sua importância - o ensino supletivo, hoje Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Ao lermos e analisarmos aquelas metas e suas estratégias, Sr. Presidente, observamos que a proposta parecia ir ao encontro das principais necessidades educacionais daquele momento, mas o excesso de inovações fez com que algumas disciplinas fossem excluídas por pura falta de espaço na grade de aula.

A Filosofia, por exemplo, matéria em que os professores e alunos discutiam a ética e a moral, simplesmente desapareceu. A História e a



Geografia foram aglutinadas em Estudos Sociais, perdendo muito em conteúdo, tanto uma quanto a outra, para se encaixarem numa nova carga horária.

A antiga Escola Normal, tão importante naquela época para a formação de professores para as primeiras séries do ensino fundamental, foi desativada e substituída por uma nova denominação: Habilitação Específica para o Magistério, que poderia ter realizado com sucesso sua proposta, se tivesse sido mantida a identidade da Escola Normal, bem como o foco na qualidade e a especificidade, a função a que se destinava.

Seu principal objetivo, a profissionalização, não se efetivou, com raras, raríssimas e louváveis exceções, caso das poucas escolas agrícolas. Posso avaliar o bom trabalho destes colégios, Sr. Presidente, porque, naquela época, um dos meus filhos cursou a escola agrícola, o Instituto Cristão, na cidade de Castro, no nosso Estado do Paraná.

A maior parte das escolas públicas não conseguiu oferecer e manter oficinas, laboratórios e o material necessário. Outras, não dispunham de professores especializados e, em poucos anos, os programas se desfizeram.

Em 1982, a Lei nº 7.044 dispensou as escolas da obrigatoriedade da profissionalização e retomou a formação geral.

Durante a Constituinte, de 1986 a 1988, grandes discussões a respeito da escola pública foram realizadas.

Pontos relevantes foram firmados, como a gratuidade do ensino público e a obrigatoriedade do ensino fundamental; o atendimento em creches para as crianças menores de 6 anos; a aplicação anual de recursos, nunca menor que 18% para a União e 25% para os Municípios, da receita resultante de impostos; a valorização dos profissionais do ensino com planos de carreira para o magistério público, e o Plano Nacional de Educação, visando à articulação do ensino, nos diversos níveis, com a integração das ações do Poder Público, que conduzissem - vejam os senhores - à erradicação do analfabetismo.

Da Constituição de 1988 para 2011, passaram-se 23 anos, e muitas daquelas metas ainda não foram atingidas, continuam na pauta das discussões. O que constatamos é que conseguir cumprir propostas exige muito mais do que o registro das leis em papel. Exige ação.

Para a elaboração das metas para os próximos 10 anos, o PNE passado foi exaustivamente analisado, com seus resultados mensurados e avaliados.

Permitam-me apresentar e refletir sobre algumas questões **propostas**



naquela ocasião para o PNE da década que findamos no ano passado.

A primeira delas tratava da universalização do ensino fundamental. Em 2008, às vésperas do novo PNE, dados da educação, revelaram que 2,4% dos brasileiros de 7 a 14 anos ainda estavam fora da escola, percentual que pode parecer baixo, mas, em números absolutos, 4 anos atrás, representava mais de 700 mil crianças, entre 7 e 14 anos, sem ir à escola, a maioria vivendo nas regiões Norte e Nordeste. Não estamos nos referindo aos desistentes, aos que entraram e abandonaram a escola, mas àqueles que jamais estiveram em uma sala de aula. Essa meta continua sendo um desafio.

A realização da segunda meta proposta, a Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, não foi difícil nas regiões onde o ensino de 8 anos já estava concretizado - como num passe de mágica, transformamos o pré-escolar em mais um ano de ensino fundamental.

Já no que diz respeito à inclusão de jovens e adultos, o atendimento em EJA, meta do PNE, o resultado ficou distante do esperado.

Dados do Censo Escolar?MEC?INEP entre 2001 e 2007 mostram que perto de 11 milhões de pessoas fizeram parte de turmas de Educação de Jovens e Adultos, o que representa apenas um terço dos mais de 29 milhões de pessoas que não chegaram à 4ª série do ensino regular.

Um grande avanço foi garantir a inclusão do EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Esse financiamento representou uma importante fonte de recursos para ampliação da oferta. Lamentavelmente, não atacou a evasão, que hoje se encontra em assustadores 43%.

Mas, como vamos conseguir que crianças e jovens concluam a escolaridade na idade correta? Como conquistar a meta do Plano 2000/2010 e reduzir a repetência e o abandono escolar em 50%, sendo hoje constrangedora a reprovação?

O prazo de execução era até 2006. A meta tinha uma dupla ambição: melhorar a distorção série/idade e garantir a aprendizagem, evitando a progressão automática de alunos que não atingiram as expectativas para cada etapa. No que diz respeito ao abandono, baseados nos números do Censo Escolar, podemos afirmar que os resultados são bons. Entre 2001 e 2007, os índices no ensino fundamental caíram de 9,6% para 4,8%. Os exatos 50% desejados naquela meta. Mas a



repetência, por sua vez, aumentou de 11% para 12,1% nesse mesmo período.

Onde está o nosso erro? Em que falhamos? Como conseguir a qualidade necessária ao efetivo aprendizado? Como é possível sermos a sétima economia do planeta e estarmos em 53º lugar *no ranking* da educação no mundo?

Melhores resultados foram obtidos com alunos do Ensino Fundamental, com idade acima da recomendada para a série: o número destes caiu de 35% para 25,7%, mas ainda é alarmante saber que, em cada quatro estudantes, um não consegue acompanhar o fluxo série/idade, segundo dados do MEC de 2007.

Os indicadores de qualidade do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, dados do MEC de 2010, são preocupantes, pois testemunham as limitações das políticas e ações empreendidas nessa questão.

Não podemos esquecer o fato de que as desigualdades socioeconômicas no País contribuem para determinar as dificuldades que atingem também as situações educacionais. Isso não se desfaz se não houver uma soma de ações sincronizadas entre Estado e sociedade, para buscar o desenvolvimento em todos os aspectos, garantindo a todos trabalho, acesso a serviços e educação de qualidade.

Outra meta, a de atender 50% das crianças de até 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos, deve ser analisada em duas situações distintas. As escolas tiveram maior facilidade para conquistar pontos na pré-escola, por tratar-se de atendimento em meio período.

O grande problema é que esse atendimento custa mais do que o dobro de um aluno no ensino fundamental, pois dados do UNICEF demonstram que, para a total inclusão das crianças de 4 a 5 anos, faltam apenas 2,4%, já em relação às de 3 anos, somente 17% das crianças foram atendidas. Para resolver essa questão precisamos redimensionar o investimento a ser realizado, se quisermos universalizar o acesso das crianças brasileiras ao sistema de educação infantil.

O Plano Nacional de Educação da década passada também tratou da implantação do piso salarial e dos planos de cargos, salários e carreira.

Posso afirmar que não é trabalho muito fácil. No período de 1997 a 2004, fui Prefeito de São José dos Pinhais, Município da Região Metropolitana de Curitiba. No primeiro ano de implantação do Plano Nacional de Educação 2000/2010, como já tínhamos uma visão de que



isso era uma necessidade, reunimos em debate professores, pedagogos, diretores, associações de pais e mestres e advogados ligados à área, discutimos todas as questões, e, após muitos estudos, chegamos próximos do ideal.

Para toda e qualquer análise e planejamento, precisamos contar com a qualidade dos sistemas de informação e avaliação, o que também foi proposto naquela ocasião no Plano Nacional de Educação.

Muito trabalho se fez nesta década, e, com exceção da educação infantil, todos os níveis de ensino são avaliados pelo MEC. Há também aferições próprias em diversos Estados e Municípios.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB é, dos sistemas de avaliação, o que melhor consegue oferecer um retrato da educação no Brasil. Outros, como o ENEM, enfrentam ainda dificuldades diversas, expondo-se a críticas contundentes. Porém, se sua proposta for viabilizada dentro das regras, muito contribuirá para visualizarmos, com clareza cada vez maior, a fotografia da educação brasileira.

Ainda há muito o que evoluir no controle da qualidade da educação, principalmente quando estamos analisando o nosso próximo Plano Nacional de Educação.

Essa questão foi amplamente debatida pelos educadores reunidos na XII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, de 25 a 29 de abril deste ano, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, oportunidade em que defenderam a definição de um prazo para o estabelecimento do Custo Aluno Qualidade - CAQ e a criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional por este Congresso. Se a implantação dessa proposição parece difícil à instância federal, pelas dimensões do nosso Brasil, é perfeitamente factível aos municípios.

Entre 2001 a 2004, quando Prefeito de São José dos Pinhais, no Paraná, participamos do Projeto Escola Campeã, desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil e o Instituto Ayrton Senna. Éramos, de início, 50 Municípios brasileiros, escolhidos dentre os mais de 5.550 daquela época, com o desafio de elevar a qualidade da educação às crianças do ensino fundamental. Os resultados foram excelentes para os 42 Municípios que conseguiram chegar ao final do projeto.

Sras. e Srs. Deputados, no século XX, vivemos o grande desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que transformou as nossas vidas com avanços incríveis.

Tanto avanço tecnológico trouxe consigo rápidas mudanças. Pensamos que ele geraria um abismo maior entre as classes, mas,



surpreendentemente, constatamos a incrível e democrática capacidade da informática de difundir o conhecimento.

Iniciamos um novo século em um novo milênio, em que, cada vez mais, saber é poder, é desenvolvimento!

O Sr. Gonzaga Patriota - Professor Setim, desculpe-me interromper o pronunciamento tão importante que V.Exa. faz.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM - Pois não, Deputado.

O Sr. Gonzaga Patriota - Quero parabenizar V.Exa pela contribuição que, na condição de membro da Oposição, traz à educação brasileira. O que V.Exa. aborda hoje neste Parlamento é exatamente algo que deve ser copiado, deve ser discutido, porque vemos o País crescer, desenvolver-se, e a inserção dessa parte da educação nos programas governamentais é muito importante. Interrompi V.Exa., portanto, para parabenizá-lo e cumprimentá-lo pela importante contribuição que V.Exa. traz à educação brasileira.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM - Muito obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

A tecnologia, como dizíamos, é um instrumento também dentro das escolas, mas, volto a repetir, o grande desafio que se apresenta, no que diz respeito à educação brasileira, é a qualidade. Temos de aproveitar a tecnologia.

A ciência extrapolou os muros das universidades e deixou de estar comprometida apenas com o conhecimento puro e acadêmico. Voltou-se para o desafio de gerar riquezas, utilizar com segurança a natureza e suas energias, acelerar o desenvolvimento, comprometendo-se com o progresso.

As metas para o próximo decênio parecem conflitar com tanta tecnologia e com a velocidade da informação.

O PNE 2011/2020, definido em 10 diretrizes, ataca os principais problemas enfrentados pela educação no Brasil. Muitos deles repetindo aqueles da década passada, Sr. Presidente.

A primeira delas delata uma triste constatação: estamos longe ainda de erradicar o analfabetismo, que é a meta principal.

Em pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, divulgada em setembro de 2009, o Brasil aparecia como o País da América Latina com o maior número de analfabetos, como dito aqui hoje nesta tribuna - mais de 15 milhões, aproximadamente 10% da população brasileira.



Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e Argentina já declararam o fim do analfabetismo.

Em setembro do ano passado, o IBGE e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD divulgavam que o Brasil tem 14 milhões de analfabetos, o que corresponde a 9,7% do total da nossa população com 15 anos de idade ou mais.

O Governo Federal, com o Programa Brasil Alfabetizado, atendeu quase 10 milhões de pessoas nesses 10 anos. Mas, entre 2000 e 2008, a taxa de analfabetismo caiu de 13% para 10%, o que hoje equivale a aproximadamente 14 milhões de brasileiros. Os estudos demonstram que isso aconteceu principalmente porque o programa atingiu mais os analfabetos funcionais, aqueles que já haviam frequentado a escola e possuíam noções rudimentares de leitura e escrita, do que os absolutamente analfabetos.

Se considerarmos o número de analfabetos funcionais, que ainda leem alguma coisa, mas não conseguem interpretá-la, o percentual chega próximo de 40% da nossa população. Essa é a nossa grande responsabilidade.

Considerando essas pesquisas, creio que, das propostas do PNE 2011/2020, a prioridade para esses próximos 10 anos seja a de conseguir definitivamente erradicar o analfabetismo. Volto a afirmar a necessidade de que essa erradicação não trate apenas de ensinar as pessoas a desenharem o próprio nome, conhecer as letras do alfabeto e balbuciar as sílabas num ensaio de leitura. Que essa alfabetização, ao contrário, ocorra no mais amplo sentido da palavra, para que, ao aprender a ler, o cidadão brasileiro seja capaz de compreender, de interpretar, de escrever e utilizar o apreendido em sua vida.

Essas conquistas nos levarão à concretização simultânea da segunda, terceira e quarta diretrizes do PNE 2011/2020: a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais e a melhoria da qualidade do ensino.

E as metas que seguem são também grandes desafios: dar aos nossos jovens formação para o trabalho, garantindo melhores oportunidades; promover a sustentabilidade socioambiental, o que passa, obrigatoriamente, pela conscientização, e esta só acontecerá de forma correta na medida em que a educação permear nossas ações.

Eu adicionaria a essa meta a questão do desenvolvimento econômico, unindo sustentabilidade socioeconômica ambiental, questões de primeira ordem que tanto temos estudado e debatido para compor o novo Código Florestal, que, acreditamos, seja colocado em votação amanhã, na busca do melhor equilíbrio entre desenvolvimento e meio



ambiente.

Na sétima meta, comprometemo-nos também a acompanhar a produção humanística, científica e tecnológica.

A oitava é o estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB. Nesta proposição, sugeriu-se 10% do PIB, o que acreditamos possível o Governo investir em educação.

De acordo com a nona, temos de garantir também a valorização dos profissionais de educação, assunto que tem sido tratado na mídia, dada a sua importância e a reivindicação dos profissionais.

Finalmente, a décima: difundir os princípios da equidade, do respeito à diversidade e da gestão democrática da educação.

Nesse valoroso e importante documento, proponho também a inclusão de dois temas relevantes sugeridos pela Federação Nacional das Escolas Particulares e um terceiro que acredito necessário para maior investimento em educação.

O primeiro deles é prever, no Imposto de Renda da Pessoa Física, a dedução integral dos gastos com educação, inclusive livros didáticos e material escolar. Se hoje nós descontamos da nossa declaração, do nosso ajuste fiscal, os gastos com saúde que podem ser deduzidos, por que não estender tal condição também à educação?

O segundo envolver todos os que fazem parte do processo educacional, gestores, professores, alunos, pais de alunos e técnicos, de todos os sistemas de ensino, na elaboração, acompanhamento e divulgação dos índices da avaliação do IDEB, SAEB, ENEM, para que sejam totalmente conhecidos. Esses dados devem se tornar parte da rotina de melhoria de cada escola, dos desafios das Secretarias de Educação de cada cidade, para que fomentem o aumento da qualidade do ensino.

E o terceiro, Sr. Presidente, é implementar, em áreas específicas da educação, a parceria entre o Governo e a iniciativa privada. Não se trata de privatizar a educação. Mas, se após tantos planos de educação, com grande investimento de recursos financeiros, a administração pública não conseguiu resolver questões como a erradicação do analfabetismo, por que não propor uma nova e ousada estratégia de ação, em que o vínculo contratual entre a administração pública e a iniciativa privada somem suas responsabilidades na busca de resultados concretos?

Senhoras e senhores, desde pequenos, ouvimos dizer que a maior herança que um pai pode dar a seu filho é a educação. Educação de



qualidade. E é por isso que devemos lutar.

Entendo o apoio, a grande luta pela superação das desigualdades educacionais e urgente melhoria de qualidade de vida, mas devemos assumir com respeito e garbo a nossa nacionalidade. Nossa língua é um dos símbolos da Pátria Brasil e não um símbolo de preconceito e diferenciação social. Devemos lutar por uma educação de qualidade, oportunizando a todos aprender a verdadeira linguagem nacional brasileira.

Educar é construir pontes, e, como disse o mestre em educação Marcos Cordioli, *"precisamos de pontes e não de muros"*.

Devemos pensar naquilo que observamos nestas últimas semanas na distribuição de livros didáticos para mais de 500 milhões de pessoas, dentro do estudo desse novo Plano Nacional de Educação, e é isso o que temos de defender.

Essa é uma preocupação muito grande e, como fazemos parte também da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, precisamos pensar e discutir esse Plano Nacional de Educação, refletindo sobre o que fazemos hoje, na responsabilidade que temos com nossas famílias e com a população brasileira.

O que temos registrado, em forma de lei, é importantíssimo, mas caberá a cada um de nós o esforço e a dedicação para tirarmos letras do papel e transformá-las em ações.

Depende de nós. Depende desta Casa legislativa fazer o grande e educado Brasil de 2020, quiçá, com as novas normas do Plano Nacional de Educação 2011/2020.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Setim. Parabenizo V.Exa. pelo seu pronunciamento sobre a educação, que é fundamental para que possamos ter um projeto de desenvolvimento para o nosso País.



Sumário

Participação da oradora em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco destinada à discussão do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Abertura do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, a respeito do tema.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estive ontem em Recife participando, na Assembleia Legislativa do Estado, de audiência pública, de iniciativa dos Deputados Paulo Rubem e Raul Henry, que tinha por objetivo debater o projeto de lei que trata do novo Plano Nacional de Educação.

Quero dizer que o debate foi excelente. Saúdo todos e todas pela participação. Saúdo a Deputada Teresa Leitão, a CNTE, o SINTEPE, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Enfim, todas as entidades e movimentos sociais que participaram do debate ontem em Recife.

É a luta por um PNE para valer ganhando força. É a luta pelos 10% do PIB para a educação ganhando força em todo o País.

Gostaria também de dizer, Sr. Presidente, que desde segunda-feira já se encontra aberto o prazo para apresentação de emendas ao PL nº 8.035.

Documento 21/311

125.1.54.O

Sessão Extraordinária - 25/05/2011-09:40
CD

Publ.: DCD - 26/05/2011 -
26009

CHICO LOPES-PCDOB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falecimento do precursor do movimento negro no País, Abdias Nascimento.



Indicação do orador para a composição da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Anúncio de realização pelo órgão de audiência pública com a presença do Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, e da Secretária de Educação Izolda Cela.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, também quero fazer parte dos que homenagearam Abdias Nascimento, negro e intelectual, que dedicou sua vida à defesa da raça negra, do afrodescendente. Aos 98 anos, ele deixa esta terra para um plano superior. Desejamos que seja feliz na outra vida.

Sr. Presidente, quero dizer da alegria de ter sido indicado para a Comissão Especial que examina o Plano Nacional de Educação. Em sua primeira audiência pública, no Ceará, a Secretária de Educação Izolda Cela fez uma apresentação à Comissão e mostrou que o nosso Estado vem na linha correta ao investir no ensino fornecido pela creche, que engloba até o terceiro ano, e na escolaridade de uma maneira geral. Esse investimento tem o fim de corrigir a qualidade da educação, porque abrange não só os ensinos médio e fundamental, mas também a base, pois lá se dá a primeira manifestação de aprendizado dos alunos.

Na próxima semana haverá uma audiência pública, e a Profa. Izolda Cela e o Governador Cid Gomes virão a Brasília para falar na Comissão Especial.

Tenho certeza de que essa experiência vai constar do relatório do nosso querido Relator no sentido de que possa se concretizar, dando condições a que outros Estados a absorvam, cada um com suas características, cada um com seus modos particulares. O Ceará quer dar essa contribuição ao Brasil, com base na experiência positiva que vem desde a gestão de um Prefeito de Sobral, cidade a 300 quilômetros de Fortaleza, considerada um dos melhores exemplos do Brasil.

Portanto, como cearense e professor, e em apoio ao Governo do Estado, quero dizer da alegria e satisfação de o Ceará contribuir com o relatório e com a nova visão para a educação do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.



133.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/05/2011-15:33
Publ.: DCD - 31/05/2011 27093	- TERESA SURITA-PMDB -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de seminário sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE, em Boa Vista, Estado de Roraima. Excelência dos trabalhos realizados pelo Relator da matéria, Deputado Angelo Vanhoni, e pelo Presidente da respectiva Comissão Especial, Deputado Gastão Vieira.

A SRA. TERESA SURITA (PMDB-RR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de vir hoje a esta tribuna para registrar a realização de um seminário em Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, sobre o Plano Nacional de Educação.

Gostaria, neste momento, de agradecer ao Deputado Angelo Vanhoni, Relator do PNE, por estar desenvolvendo um grande trabalho.

O debate que realizamos em Boa Vista contou com 13 representações de organizações civis ligadas à educação: da Promotoria da Infância e Juventude, Dr. Márcio Rosa; do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente, Sra. Ivone Salute; pais de alunos do ensino fundamental e médio - é importantíssimo a família participar da escola; do sindicato dos professores e dos estudantes; e do ensino indígena no Estado de Roraima, Sr. Marcos Braga de Freitas.

Foi um debate muito rico, que vai garantir ao nosso Relator condições de conhecer a diferença regional do Brasil. É muito importante que consigamos fazer uma lei que de fato atenda à necessidade e à realidade brasileiras.

Gostaria também de parabenizar, pelo grande trabalho que está realizando, o Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial criada para analisar a proposta do Governo que cria o Plano Nacional de Educação.

Registro a minha vontade, o meu compromisso e a minha dedicação para que o próximo PNE realmente faça avançar a educação do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Obrigado, Deputada, por ter



cumprido o seu tempo.

Documento 23/311

143.1.54.O	Sessão Extraordinária - 08/06/2011-11:48 CD	
Publ.: DCD - 09/06/2011 - 29226	GILMAR MACHADO-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido de demissão do então Ministro-Chefe da Casa Civil Antonio Palocci. Congratulações à nova Ministra-Chefe da Pasta, Senadora Gleisi Hoffmann. Participação dos Deputados Gastão Vieira e Angelo Vanhoni em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais destinada a discussão do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer nesta manhã que sentimos a saída do Ministro Palocci, hoje ex-Ministro. Diante de um problema que era seu, pessoal, mas que estava começando a contaminar o Governo, entendeu que a melhor decisão era a sua saída, para que pudesse dar a sua contribuição, mais uma vez, para o nosso projeto, como fez no Governo do Presidente Lula e também na campanha da Presidenta Dilma, quando contribuiu para a elaboração do programa que estamos implementando no Brasil.

A Presidente, então, convida para assumir a Casa Civil uma pessoa preparada, a Senadora Gleisi Hoffmann. Quem conviveu e convive com a Senadora, como nós que tivemos a oportunidade de conviver com ela na Comissão Mista de Planos e Orçamentos - era a Relatora do Plano Plurianual para estes 4 anos do Governo da Presidenta Dilma, -, já conhece sua determinação, sua capacidade de trabalho, sua objetividade na gestão, sua preocupação com a organização do Orçamento para que o País realmente possa caminhar.

Eu tenho certeza de que ela vai desenvolver esse grande trabalho de organização, de planejamento e de gestão dos vários Ministérios. Eu tenho certeza também de que a Secretaria de Relações Institucionais - SRI, com o Ministro Luiz Sérgio, vai voltar a ter o papel da articulação política, da relação necessária do Poder Executivo com o Congresso



Nacional, não o de impor, mas, acima de tudo, o de se relacionar, de dialogar sobre os projetos importantes de que estamos tratando aqui.

Nós votamos o Código Florestal, estamos discutindo o PRONATEC, o Plano Nacional de Educação. A propósito, quero cumprimentar o Deputado Gastão Vieira e o Deputado Angelo Vanhoni, que na próxima sexta-feira estarão no meu Estado, Minas Gerais, na Assembleia Legislativa, debatendo o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos.

Esses são os temas estruturantes que precisamos desenvolver. Tenho certeza de que o debate que já estamos realizando com o Deputado Márcio Reinaldo, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem, mostrará algumas inovações. O Deputado Márcio, do PP, é muito preparado, uma pessoa que realmente tem grande capacidade de diálogo.

S.Exa. e a então Senadora Gleisi, agora na Casa Civil, realizavam um trabalho conjunto - o Deputado, em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a então Senadora, com referência ao Plano Plurianual - , um trabalho importante para reestruturar o Orçamento, para acabarmos com esse processo dos restos a pagar, diminuí-lo, estabelecendo, de fato, a votação e a execução do Orçamento. Tenho certeza de que a Senadora assim o fará, e nós teremos uma relação melhor com o Congresso.

Vamos trabalhar cada vez mais para que o País continue crescendo e se desenvolvendo, como está acontecendo, para, dessa forma, termos cada vez mais melhorias, tanto no PAC como na área da educação e na da saúde, em que o Ministro Padilha vem fazendo um trabalho excepcional. Estou certo de que o Governo vai continuar caminhando nesse sentido.

Quero desejar ao ex-Ministro Palocci que continue tendo sucesso nos seus empreendimentos pessoais e nos seus negócios e cumprimentar a Senadora Gleisi, que realmente vai fazer um grande trabalho. Temos certeza disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sumário

Apreço do orador pelo ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Votos de sucesso à nova titular da Pasta, Senadora Gleisi Hoffmann. Realização, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de reunião destinada ao debate do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Manato. Muito obrigado, demais pares.

Só corrigindo: fui Vice-Prefeito da cidade de Londrina. Um dia, se Deus quiser, chegarei a Prefeito da minha cidade.

Sr. Presidente, estive há pouco na solenidade de posse da nova Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Quero dizer, primeiro, que lamento a saída de Antonio Palocci. Tenho apreço pela sua pessoa, pela sua capacidade e pelo trabalho que desenvolveu. Agora, vi que não haveria mais condições políticas para a sua permanência à frente da Casa Civil. Bem fez ele em colocar o seu cargo à disposição da Presidente Dilma Rousseff, para que ela pudesse escolher um novo nome.

Para a minha alegria e satisfação como paranaense - e eu apoiei a Senadora Gleisi Hoffmann para o Senado Federal, convivi com ela durante toda a campanha, vi o trabalho que ela fez como Diretora da Itaipu Binacional e como Secretária Municipal de Londrina -, vejo que a decisão e o convite da Presidente Dilma foi da maior felicidade, pela pessoa que é Gleisi, pela sua competência, pela sua vontade, acima de tudo pela determinação que ela vai ter em trabalhar pelo Governo e, muito especialmente, pelo nosso País.

Então, Sr. Presidente, quero registrar daqui os cumprimentos à Senadora Gleisi, hoje Ministra, pela sua posse, e desejar-lhe sucesso. Que ela possa efetivamente ajudar a Presidenta da República em todas as ações fundamentais para o fortalecimento e o crescimento do nosso País.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que fizemos na última segunda-feira uma reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a respeito do PNE - Plano Nacional de Educação. Esse plano vai viabilizar as ações do setor para os próximos 10 anos, vai viabilizar a educação que todos queremos no nosso País.

Com a presença de muitas lideranças da área da educação nessa solenidade - do Secretário Flávio Arns, de vários reitores, do Deputado Angelo Vanhoni, Relator do projeto, do Deputado Dr. Rosinha e de



vários Deputados Estaduais -, pudemos discutir a fundo a importância do Plano Nacional de Educação. Várias sugestões importantes foram apresentadas por professores e diretores e pela comunidade escolar do nosso Estado do Paraná.

É um privilégio e uma honra ser Deputado Federal para discutir o Plano Nacional de Educação. Tenho certeza de que, através da nossa Comissão Especial, haveremos de definir claramente as ações que queremos para a educação brasileira nos próximos anos e, mais do que isso, haveremos de financiar, de viabilizar os recursos para que as ações previstas sejam efetivamente realizadas, concretizadas.

Sem dúvida alguma, o fator crítico e fundamental para o desenvolvimento do País é a melhoria da qualidade da educação brasileira. Tenho certeza de que esta Casa vai dar um passo fundamental para que todos nós possamos transformar o Brasil no País que queremos, com mais igualdade, com mais oportunidades para os cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 25/311

145.1.54.O	Sessão Extraordinária	- 08/06/2011-19:54
	CD	
Publ.: DCD - 09/06/2011	- ARTUR BRUNO-PT -CE	
29414		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Resultado de audiência pública realizada pela Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi concluída há pouco tempo audiência pública da Comissão Especial que trata do Plano Nacional de Educação. Estiveram presentes o Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, a Secretária de Educação Izolda Cela e o Secretário da



Fazenda Mauro Filho.

A audiência, prestigiada por vários colegas Parlamentares que se encontram neste plenário, deu muita esperança à Comissão Especial de que estamos no caminho certo para votar um novo Plano Nacional de Educação, plano decenal, que possa melhorar a qualidade da educação e a aprendizagem dos alunos.

O Estado do Ceará trouxe dois exemplos de sucesso em educação. Primeiro, o Programa de Alfabetização na Idade Certa. Antes desse programa, 60% das crianças do Ceará com 8 anos de idade não sabiam ler nem escrever. Quatro anos depois, 70% das crianças com sete anos de idade já estão lendo e escrevendo no Estado do Ceará. A meta do Plano Nacional de Educação é fazer com que, em 2020, todas as crianças com oito anos de idade saibam ler e escrever. No Ceará, essa meta começa a ser atingida aos 7 anos.

O segundo exemplo de sucesso educacional são as escolas integradas de ensino médio e educação profissional.

Não havia nenhuma escola integrada até 2007. Em apenas 4 anos, nós já temos 70 escolas de tempo integral. O jovem conclui o 3º ano do ensino médio com uma profissão. Isso está mudando a qualidade de vida nos Municípios do Estado do Ceará.

Evidentemente, nem tudo são flores. É preciso melhorar o salário dos professores, aprovar a revisão no plano de cargos e carreiras dos profissionais de educação. Aliás, essa negociação está sendo efetivada com diálogo, reuniões frequentes entre Governador, Secretária de Educação e o Sindicato dos Professores do Estado do Ceará - APEOC.

Tenho o prazer de registrar que o Governador passou 4 horas debatendo educação pública com os colegas Parlamentares, em uma das reuniões que eu considero uma das mais proveitosas que nós já tivemos na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Sr. Presidente, concluo - se V.Exa. me conceder mais 1 minuto -, dizendo que a Comissão Especial que tratará do Plano Nacional de Educação está caminhando a passos largos. Assim, ofereceremos ao Brasil uma lei decenal que vai, sem dúvida, melhorar os rumos da educação nacional.

Ontem, foi o último dia de apresentação das emendas na Comissão Especial. Os colegas Parlamentares chegaram a elaborar quase 3 mil emendas, o que revela o interesse que esta Casa tem com os rumos da educação nacional.

Com certeza, com o novo plano decenal, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - PRONATEC, esse modelo



de educação profissional que a Presidenta Dilma está oferecendo para o debate nesta Casa, teremos bons tempos, alvissareiros momentos na educação pública deste País.

Documento 26/311

150.1.54.O Sessão Ordinária - CD 13/06/2011-16:09
Publ.: DCD - 14/06/2011 - 30077 EDSON SANTOS-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Impasse nas negociações entre o Corpo de Bombeiros Militar e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Apreciação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. Posse do ex-Ministro Luiz Sérgio no Ministério da Pesca e Aquicultura e da ex-Senadora Ideli Salvatti na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

O SR. EDSON SANTOS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que assistem a esta sessão, ao longo dos seus 155 anos de existência, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro conquistou o respeito e o carinho da população pela eficiência de sua atuação e pela bravura de seus membros. A história recente não deixa dúvidas sobre o compromisso dos bombeiros com a preservação da vida, relegando, muitas vezes, sua própria sobrevivência a um segundo plano.

Nós moradores do Rio de Janeiro, ainda marcados pelas recentes tragédias que atingiram nosso Estado, como o deslizamento no Morro do Bumba, em Niterói, e a tragédia das chuvas na Região Serrana, vimos, com muito pesar, o confronto que resultou na prisão de 439



bombeiros.

Desde o início deste ano, os bombeiros militares e salva-vidas fluminenses estavam em campanha salarial porque possuem o pior piso salarial da categoria no País, cujo valor líquido é de 980 reais. Suas reivindicações são: piso salarial líquido de 2 mil reais; vale-transporte, um direito de praticamente de todos os trabalhadores assalariados brasileiros, mas que eles não têm; e melhoria nas condições de trabalho, o que inclui a aquisição de mais e melhores equipamentos de proteção individual.

Ao se recusar a negociar essas justas demandas, o Governo do Estado contribuiu para a radicalização do movimento. De cabeça quente, os bombeiros ocuparam o Quartel General da Corporação Militar, atitude condenada no Estatuto dos Militares e que não pode ser aceita nos termos no nosso Estado Democrático de Direito.

Apesar do erro de avaliação reconhecido pelos próprios bombeiros, a forma truculenta como o Governo do Estado lidou com a situação acabou por amplificar as manifestações de apoio popular ao movimento.

No Rio, fitas e faixas vermelhas estão nas janelas e nos carros. Na Praia de Copacabana, ontem, 27 mil pessoas caminharam em defesa das reivindicações da categoria, que agora incluem a anistia dos bombeiros presos na ocupação do quartel general, na Praça da República.

Com os bombeiros já libertados pela força de um *habeas corpus*, o Governo do Estado deve abrir imediatamente as negociações para a concessão de um reajuste que proporcione um salário digno aos bombeiros, além de melhores condições de trabalho.

O novo comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, Cel. Sérgio Simões, já se reuniu ontem com líderes do movimento, mas as negociações se encontram ainda num impasse.

Esperamos que as partes envolvidas defendam seus interesses e mantenham o espírito público. Tanto os bombeiros quanto o Governo do Estado têm compromisso com a defesa da qualidade da instituição Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro. Nesse sentido, devem trabalhar em busca de uma solução pacífica e construtiva.

Esperamos ainda que o Governo do Estado repense as formas de enfrentar situações como esta, uma vez que os bombeiros, com tantos serviços prestados à população fluminense, não podem ser tratados como bandidos ou vândalos.



Não devemos ignorar ainda o potencial do movimento dos bombeiros para inspirar trabalhadores de todo o País a se organizarem para a conquista de direitos. Esta não é mais apenas uma questão do Rio de Janeiro, mas do Brasil. Podemos estar vivenciando apenas o início de uma escalada de protestos, envolvendo notadamente setores que carecem de uma maior valorização de seus servidores para que possam desempenhar a contento o seu papel estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Falo da educação, da segurança e da saúde públicas.

No caso dos professores, nosso compromisso é com a rápida tramitação do Plano Nacional de Educação, que servirá como diretriz para todas as políticas educacionais do País e terá como foco a valorização do magistério.

Já em relação à segurança pública, a prisão dos bombeiros durante protesto por melhores salários aumenta a pressão para que esta Casa vote em segundo turno a polêmica PEC 300. Medida que equipara o salário de policiais civis, policiais militares e bombeiros aos valores pagos a estas categorias no Distrito Federal, que são os mais altos do País.

Mas como absorver o impacto financeiro que a proposta pode gerar nas contas dos Estados e da União? Como equacionar a medida para torná-la economicamente viável?

O Governo Federal acena com a criação de um fundo para compensar os Estados com o acréscimo nos contracheques. Vários Governadores, no entanto, temem que o novo piso abra precedentes para que outras categorias cobrem os mesmos direitos, perdendo de vez o controle sobre suas políticas salariais.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. EDSON SANTOS - Concedo o aparte, com muito prazer, nobre Deputado.

O Sr. Átila Lins - Deputado Edson Santos, cumprimento V.Exa. pela oportunidade do pronunciamento que faz nesta tarde no plenário da Câmara dos Deputados. Realmente a questão salarial dos bombeiros militares, policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários, enfim, preocupa-nos muito. Participei ativamente da Comissão Especial que abordou, apreciou e tratou da PEC 300. Começamos a nela trabalhar em 2009. Quando conseguimos, por meio de um grande acordo, votar em primeiro turno a PEC 300, ela apenas determinava que ficaria criado o piso salarial para os bombeiros militares, policiais militares e policiais civis, e que, em até 180 dias, a Presidência da República mandaria um projeto de lei complementar dizendo quanto seria o piso e, ao mesmo tempo, criaria um fundo para ajudar os



Estados que não pudessem arcar com esse reajuste, com a fixação do piso. Lamentavelmente, a PEC 300 não foi aprovada em seu segundo turno, não pudemos encaminhar para o Senado, e ficou essa situação difícil, no caso do Rio de Janeiro, o Estado que menos paga. Pela relação que li no jornal *O Globo*, o meu Estado, Amazonas, está em 13º lugar; paga aos soldados bombeiros 1.560 reais. O Rio de Janeiro está em último lugar, pagando 950 reais. Solidarizo-me com os bombeiros e policiais militares do Rio de Janeiro. Solidarizo-me com o discurso de V.Exa. É preciso que o Governador Sérgio Cabral, do meu partido, o PMDB, reabra as negociações.

O SR. EDSON SANTOS - Que tem o apoio, inclusive, do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro.

O Sr. Átila Lins - Exatamente. Tem o apoio do Partido dos Trabalhadores. Esperamos que reabra as negociações, e anistia deverá ser aprovada por esta Casa - parece-me que já há colegas do Rio de Janeiro apresentando o projeto. Estaremos aqui prontos a ajudar a aprová-lo. Entendemos, Excelência, que há de haver uma definição para esse piso salarial. Veja: os bombeiros militares do Rio de Janeiro estão brigando por 2 mil reais. Nós estávamos pensando em 3,5 mil reais. Mas a verdade é que o Governo pode fazer uma grande negociação de fixar um valor para o Brasil inteiro. E esse fundo que a PEC cria é aquele para ajudar os Estados que não podem pagar o piso totalmente. Desta forma, quero cumprimentar V.Exa. pelo discurso oportuno e solidarizar-me com os policiais do Rio de Janeiro. Quero dizer que é preciso encontrar rapidamente um caminho para que não se alastre esse movimento produzido exatamente porque ninguém tentou fazer uma composição com esses profissionais da segurança pública. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. EDSON SANTOS - Agradeço o aparte a V.Exa.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Couto.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Edson Santos, parabéns V.Exa. pelo seu pronunciamento. V.Exa. chama o Governo do Estado para abrir o diálogo, a negociação. Ou seja, não dá para que os bombeiros militares do Rio de Janeiro continuem com os salários que recebem. É impossível viver e sustentar a família, até pela condição do trabalho que realizam, com esses salários. Nós sabemos da importância do Corpo de Bombeiros Militar na questão dos problemas com as chuvas e com outras situações. Mesmo assim, lá estavam os bombeiros militares trabalhando o tempo todo. Então, nesse aspecto é importante que tenhamos uma política para fazer com que essas categorias possam ser bem pagas e bem capacitadas. Temos que eliminar, Deputado Edson Santos, um aspecto que tem sido responsável por tudo isso, que é a militarização do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar. Também temos que acabar com isso porque essa



militarização tem muito resquício da ditadura que pode vir por aí. É por isso que, em vez de haver negociação, o Governador vai até lá e manda prender todos. Ainda bem que a Justiça determinou a soltura. V.Exa. está no caminho certo: deve haver a negociação e o diálogo, fundamentais para que nós possamos oferecer as condições mínimas para que bombeiros militares do Rio de Janeiro tenham uma vida digna.

O SR. EDSON SANTOS - Obrigado pelo aparte, Deputado Luiz Couto.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Sr. Deputado Edson Santos, vinha acompanhando o pronunciamento de V.Exa., sobretudo quando defende uma imediata solução para esse problema conflituoso entre bombeiros e o Governo do Rio de Janeiro. Há uma expectativa nacional para que se chegue a um deslinde favorável, conciliando, portanto, esses interesses que, entrecrocando-se, geram um processo de intranquilidade para aquela Unidade da Federação brasileira. O discurso de V.Exa. conta com o nosso apoio, particularmente o meu, que tive o privilégio de já ser contemplado com a condecoração mais alta dos Corpos de Bombeiros do País, representado pelo LIGABOM, e, por outro lado, pelas circunstâncias também de, como cidadão carioca, ser compelido a acompanhar *pari passu* o desenrolar desses acontecimentos que têm palco exatamente naquele Estado que V.Exa., com tanta dignidade, representa nesta Casa. Portanto, eu quero juntar à manifestação autorizada de V.Exa. a minha voz, de acordo com essas características que me compelem a emprestar uma solidariedade para uma solução que, nós esperamos, tenha condições de emergir nas próximas horas.

O SR. EDSON SANTOS - Concedo um aparte ao Deputado Renan Filho.

O Sr. Renan Filho - Deputado Edson Santos, quero me solidarizar com o discurso de V.Exa., pois entendo que um dos grandes problemas do País hoje é a segurança pública. Precisamos reunir esforços e defender nesta Casa a rápida aprovação da PEC 300, proposta que institui o piso salarial de bombeiros militares, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Eu venho de Alagoas, um Estado pequeno e pobre do Nordeste brasileiro, assolado pela violência do tráfico de drogas, inclusive citado, recentemente, pela revista *The Economist* como o Estado mais violento do Brasil e do mundo. Portanto, acho que precisamos vencer esse drama que afeta profundamente as famílias brasileiras. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento!

O SR. EDSON SANTOS - Obrigado, Deputado. Eu lembrava aqui a grande equação a ser resolvida para a implementação da PEC 300: a



responsabilidade financeira da União e dos Estados. Eles têm que arcar com essa responsabilidade financeira para melhorar o piso salarial de policiais.

Argumentam os Governadores que a PEC 300 conspira contra a sua autonomia fiscal e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que existe pouco espaço para acomodar reajuste no limite de 49% das receitas correntes líquidas para gastos com pessoal.

Portanto, temos pela frente, Sras. e Srs. Deputados, a enorme responsabilidade de ajudar o Brasil a valorizar os bombeiros e policiais e, com isso, fortalecer os nossos órgãos de defesa e segurança pública, o que só será possível com o esforço solidário de todos os entes da União.

Falava o Deputado Luiz Couto, em seu aparte, a respeito da militarização dos bombeiros e policiais militares. Isso tem um reflexo bastante negativo, nesse caso especial, na medida em que é o Tribunal Militar que julga os bombeiros militares do Rio de Janeiro que ocuparam o quartel general dos bombeiros no meu Estado e que, por conseguinte, estão sendo processados com base na Justiça Militar.

Então, é preciso também, ao lado da melhoria das condições de trabalho e da melhoria das condições salariais dos bombeiros e dos policiais militares e civis de todo o território nacional, uma emenda constitucional, que me parece necessária, que busque a desmilitarização desses órgãos de segurança pública do Brasil.

Esse é um aspecto da minha intervenção nesses 25 minutos. Usarei o restante do tempo para, em primeiro lugar, saudar o Ministro Luiz Sérgio, que assume hoje o Ministério da Pesca e Aquicultura, e a Ministra Ideli Salvatti, que será responsável pelas gerações institucionais. Saí há pouco do Palácio do Planalto onde a Presidente Dilma os estava empossando nessa condição.

Faço votos para que o Ministro Luiz Sérgio, que é Deputado Federal conosco, e a Ministra Ideli Salvatti desempenhem em toda sua plenitude, com muito êxito, as suas funções na equipe da Presidente Dilma.

É importante dizer que, a par de tudo que ocorreu nesse último período com a crise que envolveu o ex-Ministro Palocci e seus desdobramentos, a percepção da população brasileira em relação ao Governo da Presidente Dilma permanece bastante elevada, muito positiva, e isso é fundamental para que possamos implementar no Brasil as medidas que visam melhorar as condições de vida do nosso povo. Está aí o Plano Brasil sem Miséria. Foi lançado, semana passada, também, o Plano Nacional de Defesa das Fronteiras de nosso País.



Eu diria, Sr. Presidente, que o Brasil carece, evidentemente, de uma série de intervenções do poder público no sentido de se dotar o Estado brasileiro das condições, primeiro, de soberania plena sobre o território nacional e, junto a isso, do ponto de vista das oportunidades para o nosso povo, de investirmos de forma a garantir que o País possa ter crescimento sustentável, que distribua renda e para que, enfim, seja uma grande Nação, não só aos olhos do mundo, mas aos olhos do povo brasileiro. Isso é fundamental.

Eu penso que a Presidente Dilma, a partir de agora - desses ajustes na sua equipe -, terá plenas condições de realizar tudo que sonhamos para este País.

É importante realçar - eu sou Deputado do Partido dos Trabalhadores, sou Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores - a nossa responsabilidade de dirigentes e representantes dessa legenda, que é o partido da Presidenta Dilma, aqui nesta Casa, e que, portanto, arca com a responsabilidade de coordenar e de ajudar a coordenar a base de apoio do Governo do Presidente Lula... Perdão, do Governo da Presidenta Dilma. Falo Presidente Lula porque fui Ministro de S.Exa. durante um bom período de minha estada aqui, no mandato passado, e acabo, às vezes, trocando as bolas. Peço desculpas por esse erro.

É importante dizer que nós do PT, principalmente aqui na Câmara, temos de enxergar grande, temos de enxergar a grande política, temos de ver o Brasil de forma estratégica. Portanto, as medidas que vêm aqui para a Câmara - e que precisam do respaldo institucional, a partir de emendas constitucionais ou de leis votadas por esta Casa - devem ser objeto, por parte do PT, de uma ação muito propositiva, construtiva, do ponto de vista de se conquistar a maioria dos apoios aqui na Casa, na medida em que vivemos num ambiente democrático, onde as coisas são decididas por maioria, às vezes contrariando, em parte, aquilo que gostaríamos que fosse o ideal.

Cabe a nós essa responsabilidade de darmos uma contribuição para que a Presidenta Dilma possa governar com tranquilidade o País, conduzir o Brasil a um patamar mais elevado do que quando o Presidente Lula foi substituído por S.Exa. na condução da política brasileira.

Eu chamo a atenção para esse aspecto da crise, que é algo que vai ocorrer no Governo. Governar no Brasil não é uma linha reta nem uma via pavimentada de rosas. Há muitos obstáculos, espinhos. Temos uma Oposição que legitimamente atua para construir alternativas.

Eu acho que hoje a Oposição atua mais no sentido de impedir que governemos este País, à medida que não tem rumo, não tem apresentado um direcionamento daquilo que pretende para o nosso



País, mas deve ser respeitada porque é Oposição.

O partido da Situação, da Presidenta Dilma, é aliado dos demais partidos, PMDB, PSB, PDT, PCdoB, PR, PRB, dezena de legendas que dão apoio ao nosso Governo na Casa. E eu, na condição de petista, sinto-me muito mais responsável pelo bom êxito do nosso Governo.

Faço votos que o companheiro Luiz Sérgio, que foi Presidente do PT no Rio de Janeiro, que construiu as bases para a aliança com o PMDB no Estado do Rio de Janeiro, que foi fundamental para que conseguíssemos uma aliança nacional que garantiu uma base de apoio importantíssima para a companheira Dilma, tenha bom êxito no desempenho de sua função, uma vez que é um grande quadro do Partido dos Trabalhadores.

Luiz Sérgio saiu de dentro da fábrica, do estaleiro de Angra dos Reis para ser presidente dos sindicatos. Foi Vice-Prefeito e Prefeito de Angra dos Reis. Elegeu-se Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Ocupou aqui a liderança do Partido dos Trabalhadores em momentos difíceis da política no período em que o Brasil era governado pelo Presidente Lula.

Assim, eu entendo que ele reúne plenas condições para ser membro importante na equipe da Presidenta Dilma. Faço votos para que o meu companheiro de partido, o meu companheiro de Estado, Luiz Sérgio, possa desempenhar a contento sua função no Ministério da Pesca e Aquicultura, que é uma área estratégica para o Brasil, a organização do setor pesqueiro.

Os pescadores carecem da intervenção do Governo na medida em que no Governo do Presidente Lula foi construído todo um plano de apoio à pesca em nosso País. Há o entendimento da importância do pescado para a política alimentar no Brasil, principalmente para as crianças, nas escolas.

Sendo Luiz Sérgio de Angra, uma área eminentemente pesqueira, poderá dar grande contribuição. Na outra ponta, a companheira Ideli estará conosco na Câmara dos Deputados articulando a base do Governo no Senado e, por conseguinte, a Presidenta Dilma poderá fazer um bom governo e, quiçá, terá uma reeleição plena de êxito porque o Brasil merece e precisa de um governo com essa característica.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 27/311

152.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/06/2011-15:24
Publ.: DCD - 15/06/2011 30258	- PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apreciação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Desinteresse da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro da Educação, Fernando Haddad, na elaboração do PNE.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi encerrado o prazo de emendas ao projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE), com 2.915 propostas de alteração ao texto apresentado pelo Poder Executivo em dezembro do ano passado. É o maior número de emendas recebido até hoje, nesta Casa, para um projeto.

Para análise e apreciação prévia da matéria, foi instituída uma Comissão Especial, que já realizou quatro audiências públicas sobre universalização do acesso ao ensino, qualidade na educação, políticas de financiamento e educação especial inclusiva.

O que é muito estranho, porém, é que o PNE está tramitando sem o apoio explícito de dois atores fundamentais para sua aprovação: a Presidente Dilma Rouseff e o Ministro da Educação, Fernando Haddad, que tem aparecido no Congresso Nacional somente para esclarecer a série de trapalhadas de sua pasta.

Apesar do impacto natural que pode causar ao planejamento estratégico do MEC, a sensação que se tem no Congresso Nacional é de que o PNE parece ter sido proposto a esta Casa somente para cumprir calendário, pois ainda não ganhou espaço na pauta do Palácio do Planalto.

Até agora, a Comissão Especial que trata do assunto não conseguiu audiência com a Presidente da República. O Ministro Fernando Haddad também não apareceu para discutir o plano. Já remarcou três vezes sua vinda à Comissão Especial, sob a alegação de problemas de agenda. E de quebra, somente no mês passado o MEC encaminhou as notas técnicas que justificam as metas traçadas no plano, as quais, por



sinal, foram consideradas bem pouco ambiciosas pelas entidades diretamente interessadas no estudo mais aprofundado da matéria.

Afinal de contas, o PNE é um documento de enorme importância e merece do Governo tratamento diferenciado. Ele estabelece 10 diretrizes e 20 metas para serem cumpridas até 2020. Prevê valorização do magistério público da educação básica, a duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, destinação dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a área do ensino, além da ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do Produto Interno Bruto.

Não bastasse a lentidão e o desinteresse do Executivo, o PNE vem sendo alvo de uma disputa de prestígio entre lideranças da Comissão de Educação e da Comissão Especial. Diante do vazio deixado pelo Palácio do Planalto e da disputa política na Câmara, os Parlamentares têm buscado apoio daqueles que, de fato, vão ficar com a "conta" do plano, que são os Governadores e Prefeitos. Segundo as previsões, são necessários 61 bilhões de reais para financiar as metas, além do investimento atual, que ronda a casa de 5% do PIB. No momento, 80,7% do gasto público total em educação é bancado pelas esferas estaduais e municipais.

Era o que tinha a dizer.

Documento 28/311

160.1.54.O	Sessão Extraordinária CD	21/06/2011-15:28
Publ.: DCD - 22/06/2011 31988	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação em debate sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE, promovido pela Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo. Importância de discussão de propostas relativas ao financiamento da educação. Improcedência de matérias publicadas por órgãos da imprensa sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Apelo à Presidência da Casa para concessão do prazo de 1 sessão para a votação de matérias, no caso de alteração do parecer.



O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar primeiro que estive ontem na Câmara Legislativa de Vitória, no Espírito Santo, debatendo o Plano Nacional de Educação. Fui representando o Deputado Gastão Vieira, que se encontra neste plenário, assim como a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Fiquei empolgado com a participação e o envolvimento da sociedade organizada na discussão da educação. Todos sabem que foram apresentadas quase 3 mil emendas. O debate é realmente importante, e a participação é intensa, tanto dos professores quanto dos pais.

Há uma preocupação real com recursos. Eu acho que nós Deputados temos a obrigação de buscar dinheiro do Orçamento ou de outras fontes para viabilizar os 10% do PIB - Produto Interno Bruto e dar sustentabilidade ao PNE - Plano Nacional de Educação. Essa é uma reivindicação de todos os Estados, em todas as audiências. Eu tenho certeza de que esta Casa haverá de encontrar uma solução para essa questão do orçamento. Não adianta ficarmos só no discurso. Precisamos discutir os recursos para a educação.

Sr. Presidente, é evidente que não dá para falar muita coisa neste pouco tempo de que disponho. Espero que, na sexta-feira ou na segunda-feira, eu possa falar um pouco mais sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, constante de medida provisória que aprovamos. As manifestações são muitas. E chego até a desconfiar de que essa questão do sigilo contida na medida provisória interessa muito às próprias empresas. Sabemos que, numa licitação, é necessário estabelecer um preço provisório, uma estimativa. Fala-se em sigilo apenas no momento da licitação. Quando se dá conhecimento da previsão do Governo, a tendência é a de que as empresas, em função do conhecimento desse preço, manipulem e negociem os preços da licitação. Então, esse sigilo durante a licitação serve exatamente para que as empresas estabeleçam seu preço, sem tomar conhecimento do preço básico do Governo.

Na segunda-feira espero falar um pouco mais sobre esse assunto, para desmistificar o que está sendo divulgado na imprensa.

Sr. Presidente, aproveito para propor à Mesa e a todos os partidos que não aceitemos mais votar projetos com relatório feito no momento. Por exemplo: o Projeto de Lei nº 7.078, de 2002, deve ter mil páginas - um projeto!; o PNE - Plano Nacional da Educação recebeu 3 mil emendas. É muito ruim para nós Parlamentares receber um relatório com 1 semana ou 1 dia de antecedência, e no plenário ser lido outro relatório, que temos de votar de imediato. Isso ocorreu na votação da Medida Provisória nº 517, de 2010, que trata de fundos de compensação e que perdoou quase 8 bilhões de reais de dívida dos bancos falidos. Não



podemos mais aceitar isso.

Faço um apelo aos partidos e aos Líderes para que, quando um relatório for mudado significativamente, como vem ocorrendo, não façamos a votação da matéria no mesmo dia. Temos que ter pelo menos 1 sessão de prazo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 29/311

175.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/07/2011-14:24
Publ.: DCD - 06/07/2011 34947	- LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Participação do orador e da Deputada Fátima Bezerra em audiências públicas destinadas ao debate do Plano Nacional de Educação - PNE, realizadas nos Municípios de João Pessoa e Campina Grande, Estado da Paraíba.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem tivemos, juntamente com a Deputada Fátima Bezerra, duas audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação, uma em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba, e outra em Campina Grande. Foram duas audiências muito importantes. Lá debatemos a questão do Plano Nacional. Como resultado deste debate, já foi criado o Fórum Estadual em Defesa da Educação.

Então, neste aspecto é importante o debate que estamos travando sobre o Plano Nacional de Educação, porque ele é fundamental. É ele que vai comandar toda a educação brasileira durante esses 10 anos. Daí a importância desse amplo debate que estamos fazendo.

Quero parabenizar a Deputada Fátima Bezerra que esteve lá em João Pessoa e em Campina Grande, colaborando e dando a importância fundamental para este debate sobre o PNE.



Documento 30/311

179.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/07/2011- 18:33
Publ.: DCD - 08/07/2011 - 35980	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de audiência pública para debate do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Lançamento pelo orador do Projeto DF Digital, na condição de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. Apresentação de emenda ao projeto de lei sobre a criação do Plano Nacional de Educação - PNE, destinada à ampliação do acesso de presidiários à educação. Apresentação de projeto de lei a respeito da extensão do ensino profissional ao sistema penitenciário.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso da palavra para complementar o discurso que fiz há pouco, uma vez que o tempo não foi suficiente para falar sobre tudo o que aconteceu na audiência pública de hoje sobre o Plano Nacional de Educação.

Quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, Sr. Presidente, lancei o Projeto DF Digital, inclusive para o sistema penitenciário. Então, por vários anos fizemos diversas formaturas de detentos que tiveram acesso aos cursos de capacitação profissional, cursos de 60, 80, 160 horas, cursos de iniciação de educação continuada.

Na discussão do Plano Nacional de Educação fiz um estudo e apresentei um projeto, como emenda, para que também possamos estabelecer como meta - não está prevista no PNE - a universalização do acesso à educação formal para o sistema penitenciário.

Nós aprovamos aqui - infelizmente não havia mais prazo para emendas -, na semana passada, já está em vigor, a educação no sistema prisional. Para cada dia de condenação, ou seja, para cada 12 horas de frequência na escola, o detento tem 1 dia de compensação na pena.



Mas, debatendo sobre esse assunto, cheguei à seguinte conclusão: o melhor não é deduzir por dia, por frequência diária; o ideal - inclusive recebi um artigo de um ex-detento que tem mestrado, é professor, nesse sentido - é conceder essa compensação à medida que o detento complete o ciclo: ensino básico, ensino fundamental, ensino superior. Para isso, o Governo precisa ampliar o acesso à educação para o sistema penitenciário. E temos tecnologia para isso.

Nós temos a Universidade Aberta, um programa do Governo Federal, das universidades federais, de alta qualidade. Nós poderíamos estabelecer para aqueles detentos com mais de 3 anos de pena que fossem obrigados inclusive a fazer os cursos: quem não tem o ensino básico, que o faça; quem não tem o ensino fundamental, que o faça; quem não tem o ensino superior, que o faça. E dar a eles, a cada ciclo, o perdão, talvez, de um terço da pena, alguma coisa assim, para incentivá-los a concluir os estudos. Não basta forçá-los a ir para a escola, a frequentar o curso sem metas. Muitas vezes o prisioneiro frequenta uma sala de aula, faz um estudo por obrigação de concluir o curso. Isso não leva a nada.

Nós precisamos olhar com muito cuidado o Plano Nacional de Educação, para universalizar a educação e atingir uma meta, não digo de 100%, mas que iniciemos com 30%, depois 50%. Aqueles que têm até 3 anos de detenção, que possam capacitar-se num curso técnico.

Hoje, com 1 ano e meio, 2 anos, faz-se um curso técnico, o tecnológico, que equivale a curso superior. Para aqueles que vão ficar mais de 3 anos, propomos que possam concluir todo o ciclo com um curso de qualidade. Tenho certeza de que, com isso, eles vão poder voltar a frequentar a sociedade com outra perspectiva, com formação profissional, recebida nos cursos, o que é fundamental.

Então, repito, nós estamos apresentando ao Plano Nacional de Educação uma emenda criando mais essa meta. Estou apresentando um projeto de lei também que trata da educação profissional. Já existe o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Acho que é um bom momento colocar a educação profissional no sistema prisional. Não podemos deixar os presos ficarem ociosos nas prisões, tornando-se cada vez mais perigosos. Esse assunto merece um tratamento no Plano Nacional de Educação. Tenho certeza de que nós conseguiremos avançar com o Ministério e colocar mais essa meta no Plano. Sei que são 20, mas esta também é relevante. Acho que se esqueceram do sistema prisional. É importante restabelecer e dar direito aos presos para que, quando saíam, entrem normalmente na sociedade, após terem feito o curso de capacitação.



Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Izalci, parabenizo-o pelo pronunciamento.

Visitei a Itália e conheci uma experiência em que todos os presos têm que se capacitar numa profissão nova, para que, ao retornar à sociedade, não reincidam e retornem ao presídio. Por causa disso, de cada 100 presos que saem, apenas 30 retornam. Ou seja, 70% não reincidem.

A capacitação, como disse V.Exa., é importante, porque, quando o preso sai e vai procurar emprego, leva sempre a mácula de ex-presidiário e, muitas vezes, não consegue o emprego. Tendo uma profissão, poderá ser um empreendedor, não retornando ao crime.

Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento e pelas propostas que apresentará ao Plano Nacional de Educação.

Documento 31/311

183.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/07/2011-14:27
Publ.: DCD - 13/07/2011 36752	DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância do Plano Nacional de Educação - PNE. Desafio do País de implantação de educação de qualidade. Caráter transformador da escola.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, educação de qualidade é fundamental para que tenhamos trabalho de qualidade e pagando bem, para que tenhamos cidadania, para que o brasileiro possa saber dos seus direitos e dos seus deveres.

Por isso, queremos fazer aqui um pronunciamento que destaque a importância do Plano Nacional de Educação que está sendo preparado para os próximos 10 anos. Os primeiros 10 anos, que terminaram



agora, mostraram um plano que não teve o resultado esperado, que não atingiu as suas metas.

Por isso, é preciso muita atenção nas metas deste Plano de Educação, para que possamos fazer com que nós tenhamos, daqui a 10 anos, num balanço a ser feito, um resultado positivo, mostrando que este País realmente avançou, que este País conquistou o espaço que merece e deve ter.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito tempo é debatido nesta Casa, no Brasil e no mundo a importância de discussões que abordem a educação escolar para além das suas determinações mais diretas, considerando a tarefa de educar ato e ação a ser compartilhada com outros núcleos sociais, como a família, as comunidades e também os meios de comunicação.

Porém, entendemos que a escola ainda é principal foco de organização, sistematização e transmissão do conhecimento, e o educador e o educando, os principais agentes nesse processo.

Por isso, vejo que um dos maiores desafios políticos do Brasil é a educação escolar de qualidade. Não quero dizer que os estudos sobre política educacional tenham um valor menor, mas apenas alertar para a insuficiência dessa compreensão, assumida pela educação escolar, diante dos modos esquematizados pelas relações econômicas, políticas e culturais do nosso contexto histórico e que nos levou à perda da capacidade de ensinar um conteúdo que o aluno queira aprender.

Penso que a relação entre educação, escola e sociedade é alvo de uma transformação contínua, devendo sempre ser atualizada. Sabemos que é através do conhecimento, do domínio da ciência e do desenvolvimento tecnológico que o homem adquire meios para compreender e transformar a realidade da sociedade em que vive, tornando-se apto a exercer sua cidadania. E isso somente é possível com escola que ensine um conteúdo que tenha a ver com a realidade em que vive.

É muito fácil para todos nós percebermos que, no mundo atual, a geração da riqueza está profundamente ligada à capacidade de produzir conhecimento e tecnologia. Com isso, a escola assume um papel vital no desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Por sua vez, o educador tem também a missão de colaborar para a formação dos valores de uma base que oriente os alunos a usar corretamente o



saber científico, ético e tecnológico.

O educador, por sua vez, tem que cada vez mais ser continuamente aprimorado na sua capacidade de aprender e ensinar.

Para concluir, penso que o caráter transformador da escola é determinado pelo grau de consciência e instrumentalização científica, técnica, crítica e criativa que seus alunos venham a ter acesso, e que seus professores possam realmente ensinar.

A escola colabora para a transformação social na medida em que fomenta as capacidades intelectuais, as atitudes e o comportamento crítico em relação à sociedade em que está vivendo. Devemos olhar para um mundo sem fronteiras. Os horizontes da escola devem se expandir, trabalhando com realidades mais amplas e fazendo-se mais presente na comunidade em que está inserida, pois sem isso não teremos uma escola que ensine e inclua.

Muito obrigado.

Documento 32/311

184.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/07/2011- 18:21
Publ.: DCD - 14/07/2011 - 37229	- WALDIR MARANHÃO-PP -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Líder do Governo na Casa, Deputado Cândido Vaccarezza, e à Presidenta Dilma Rousseff pela designação do orador para o cargo de Vice-Líder do Governo. Realização pela Câmara de Vereadores de Imperatriz, Estado do Maranhão, de grande audiência pública destinada ao debate do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Solidariedade ao povo pernambucano diante da ocorrência de tragédia aérea. Apelo às autoridades competentes de intensificação dos trabalhos de segurança de voos. Atuação do orador em defesa do ensino superior. Comprometimento do Parlamentar com as áreas de ciência, tecnologia e inovação. Falecimento do ex-Prefeito Raimundo Cotrim, dos Municípios de Matinhos e Olinda Nova, Estado do Maranhão. Posicionamento da bancada federal maranhense pela rejeição do veto presidencial apostado à emenda sobre a distribuição, aos Estados e Municípios,



de royalties de petróleo da camada pré-sal. Transcurso do aniversário de fundação do Município de Imperatriz, Estado do Maranhão. Balanço dos trabalhos legislativos realizados pela Casa no primeiro semestre de 2011.

O SR. WALDIR MARANHÃO (PP-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V.Exa. e aos nossos Deputados e Deputadas que esta Casa ensina a cada um de nós, no tempo oportuno, a possibilidade do crescimento coletivo e nos remete à reflexão do nosso papel como Parlamentar. Tenho absoluta convicção de que é com esse aprendizado que a Nação brasileira cresce, numa dimensão plural, social e econômica.

Portanto, como Vice-Líder do Governo, quero agradecer ao Líder Vaccarezza e à Presidenta Dilma, que me confiaram missão de contribuir para o nosso Governo, de tal forma que possamos fazer um balanço daquilo que foi positivo neste semestre e avançar no semestre seguinte.

Que bom que este Parlamento votou e aprovou 25 medidas provisórias. Que bom que este Parlamento dá uma demonstração da sua disposição em coroar a nossa ação parlamentar para promovermos a redução das desigualdades sociais à luz daquilo que deve ser o significado do ser humano em sociedade.

Sr. Presidente, quero, neste instante, deixar registradas duas considerações que faço, uma sobre o balanço do Governo e a outra sobre o Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão.

Imperatriz fica no sudoeste do Estado, é o terceiro Município em importância geopolítica do meu Estado e será sede, na próxima sexta-feira, de uma grande audiência pública na Câmara de Vereadores, para debatermos o PNE, que certamente vai dar um rumo à educação brasileira. O programa contempla 20 metas, que podem, desde a educação básica, verticalizar o sentimento do que seja o ensino superior.

Sr. Presidente, quero neste momento associar-me às manifestações de solidariedade ao povo pernambucano em face da tragédia do dia de hoje.

Deputada Janete Pietá, nós que vivemos em operação de risco, todos os dias trafegando pelos céus brasileiros, temos que averiguar em que condições as turbinas estão funcionando. Não se concebe que um avião, 4 minutos após a decolagem, venha a sofrer uma tragédia de dimensão imensurável.

Faço, portanto, um apelo às autoridades do País e àqueles que conhecem com profundidade a matéria: é preciso tocar essa questão,



na sua sutileza, sim, mas com responsabilidade de cidadãos brasileiros que somos.

Sr. Presidente, a minha participação nesta Casa tem sido em defesa do ensino superior brasileiro. Que bom que estamos fazendo audiências públicas para discutir o Plano Nacional de Educação. Isso é sinônimo de que a educação tem que ser, além de uma paixão nacional, uma realização nacional.

Que possamos pautar o bom debate, que possamos vincular, de uma vez por todas, o financiamento do PIB ao crescimento econômico e educacional.

Dou por inteiro a minha dedicação à ciência, à tecnologia e à inovação como possibilidade de tirar o nosso País da condição em que está e dar-lhe o sentimento maior de país que chegará ao Primeiro Mundo.

Sr. Presidente, quero também estar com o povo do meu Estado na Baixada Ocidental Maranhense, mais precisamente na Cidade de Olinda Nova. Perdemos hoje um grande líder, que foi Prefeito da cidade de Matinhos e Prefeito por duas vezes da cidade de Olinda, o saudoso Raimundo Cutrim. Certamente, Raimundo Cutrim, você, que fez história em meu Estado, que fez história na Baixada Ocidental Maranhense, deixou o seu legado, deixou a sua contribuição.

Deputado Domingos Dutra, em 2004, V.Exa. esteve nos palanques, no debate que resultou na escolha de Raimundo Cutrim para Prefeito do Município. Hoje, o Maranhão perde um grande líder, irmão do nosso amigo Edmar Cutrim, Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Quero também dizer ao Maranhão que a nossa bancada se associa ao Estado em defesa da derrubada do veto do pré-sal. É preciso, Deputado Dutra, que o Estado brasileiro tenha condições de repactuar esse novo investimento para a educação a partir das riquezas existentes na plataforma continental.

Só três Estados da Federação querem continuar detendo as nossas riquezas, que são de todos nós brasileiros.

Portanto, no próximo dia 15 de setembro, esperamos que possamos colocar esse veto em debate. Derrubar o veto significa redistribuir riquezas que pertencem a todos nós brasileiros. De tal forma que me associo a esse grande movimento.

Quero, Sr. Presidente, com certeza, para facilitar ainda mais para os nossos colegas, declinar do tempo que me resta, para que outros Parlamentares possam dar sua contribuição ao Estado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Líderes de partido, Sras. e Srs. Deputados, antes de comentar sobre o desempenho da Câmara dos Deputados neste primeiro semestre, quero render homenagens a Imperatriz, a segunda cidade mais importante do meu querido Estado, o Maranhão.

Com uma população de 247.553 habitantes, Imperatriz possui uma área de 1.367,901 quilômetros quadrados, dos quais 15,480 quilômetros quadrados estão em zona urbana. Sede da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, a cidade se estende pela margem direita do Rio Tocantins e é atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, situando-se na divisa com o Estado do Tocantins.

Faço essas observações acerca de Imperatriz porque esta cidade completa no sábado, dia 16 de julho, mais uma data de fundação. Ela foi fundada em 1852 e, hoje, é administrada pelo Prefeito Sebastião Madeira, que por muitos anos defendeu nesta Casa os interesses do nosso Estado.

Hoje, por força de seu grande desempenho nos setores do comércio e da prestação de serviços, Imperatriz ocupa a posição de segundo maior centro político, cultural e populacional do Estado, terceiro maior PIB do Maranhão e 228º do Brasil, PIB de R\$ 1.740 930,593 milhões, ficando atrás apenas da Capital, São Luís, e de Açailândia. A história e o desenvolvimento de Imperatriz deram-lhe diversos títulos, entre eles o de "Portal da Amazônia - Capital da Energia".

Feito este registro, Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, tomo a liberdade de lembrar que a produção legislativa da Câmara dos Deputados foi profícua. Desde janeiro, quando esta Legislatura começou seus trabalhos, foram realizadas 84 reuniões deliberativas e votadas 89 proposições em Plenário.

Foram votadas 25 medidas provisórias. Entre elas, destaco:

A MP do Bolsa-Atleta, que criou os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;

A MP da internacionalização da EMBRAPA;

A MP que definiu incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva;

A MP que reduziu de 11% para 5% a contribuição previdenciária do microempreendedor individual;



E a MP que ratifica a adesão do Brasil à União das Nações Sul-americanas, UNASUL.

Também destaco a votação de quatro projetos de resolução, como o que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar, como também a votação do novo texto do Código Florestal brasileiro.

O Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza, empresta-me seu relatório que faz um levantamento do primeiro semestre.

Assim como meu colega Vaccarezza, afirmo que o Congresso Nacional enfrentou questões difíceis, como o Código Florestal, já citado, a política de reajuste do salário mínimo, o acordo de Itaipu e o trem-bala.

Fizemos nosso trabalho com discussões que vêm desde a apresentação dos projetos, que passam pelas Comissões Temáticas e depois são votados neste Plenário.

E nessa relação de matérias faço questão de lembrar temas como o Minha Casa, Minha Vida. O Governo deverá investir R\$ 125,7 milhões a partir deste ano até 2014. Serão contratados 2 milhões de unidades. Isso não resolve o problema da falta de moradia, mas certamente é um passo importante para reduzir um problema crônico que se arrastada por anos.

Outra novidade do Programa Minha Casa, Minha Vida é a inclusão da modalidade que permite a reforma em habitação rural para baixa renda, pois aperfeiçoamos as regras para aumentar a eficiência do programa.

Na área da educação, a Câmara aprovou o projeto de lei que regulamenta o funcionamento das chamadas *lan houses* e prevê sua participação em parcerias com os governos para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de utilidade pública.

As *lan houses* passam a ser definidas como centros de inclusão digital que apresentam interesse social para a universalização do acesso à Internet, além de prestadores de serviços.

Na saúde, aprovamos a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para administrar hospitais universitários federais. Também regularia a contratação de pessoal desses órgãos.

Aprovamos também o reajuste do valor da bolsa para médicos residentes, que passaram a receber R\$ 2.338,06.

Aprovamos ainda a criação de novas Varas de Trabalho. No caso do Maranhão, serão mais duas unidades para servir de garantias para os direitos trabalhistas e contribuir para o equilíbrio entre o capital e o



trabalho.

Posso citar aqui outras matérias de importância que foram aprovadas por esta Casa nos últimos meses. Nossa produção pode ser conferida pelos diferentes mecanismos disponibilizados pela Câmara, certamente o mais aberto entre todos os órgãos públicos deste país.

De minha parte, ainda estou num processo de aprendizado contínuo. Busco sempre valorizar este mandato parlamentar e, com muito orgulho, falar e defender o Maranhão, muitas vezes mal compreendido pelo resto do País.

Sei que há muito por fazer pelo Maranhão, por isso não vou descansar enquanto as questões centrais de nosso Estado não tiverem solução definitiva. Uma delas é a educação. Defendo um investimento maciço na educação básica e também na profissionalização de nossa população. Acredito que somente a educação poderá colocar o Maranhão no caminho do desenvolvimento e, como quer a nossa Presidente, tirar milhares de famílias da miséria e inseri-las no mercado de trabalho.

Por isso, senhores colegas de Plenário, muito me orgulha pertencer pela segunda vez ao Poder Legislativo Federal. Aqui, o Brasil é discutido, analisado e votado.

Muito obrigado.

Documento 33/311

190.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/08/2011-16:42
Publ.: DCD - 04/08/2011 - 39124	ANDRÉ MOURA-PSC -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Credibilidade e solidez do Banco do Estado de Sergipe - BANESE. Defesa de cumprimento das metas preconizadas no novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que acompanham esta sessão por meio da *Rádio Câmara* ou da *TV Câmara*, especialmente a população do Estado de Sergipe, a quem me



orgulho muito de aqui representar, ocupo a tribuna na tarde de hoje para fazer uma justa referência em homenagem ao Banco do Estado de Sergipe, o BANESE, que foi criado em 1961 com o nome de Banco de Fomento Econômico - BANFESE, durante o Governo de Luiz Garcia.

Em 2 de janeiro de 1964, durante o Governo de Seixas Dória, o banco inicia suas atividades, tendo como seu primeiro presidente o jornalista Orlando Dantas, que, na ocasião, ao proferir seu discurso, salientou a importância do papel que o BANFESE iria desempenhar no desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe e acrescentou que o banco iria crescer e se tornar um dos mais importantes do Estado.

Em 1967, passou a se chamar BANESE, sofreu mudanças na estrutura organizacional, e foram inauguradas as primeiras agências no interior do Estado, nas cidades de Itabaiana, Boquim, Lagarto, Estância, Nossa Senhora das Dores e Aquidabã. A partir de então, o BANESE foi expandindo sua rede de atendimento por diversos bairros da Capital e Municípios do interior.

Nessa mesma época, foi criada a Caixa de Assistência dos Funcionários e a Associação Atlética BANESE.

Um marco histórico para a consolidação do nosso banco aconteceu em 1978, quando uma reestruturação administrativa elegeu como prioritário o desenvolvimento da área de recursos humanos, com ênfase no treinamento e aperfeiçoamento do quadro funcional, a implementação dos setores financeiros e de planejamento e de sistemas e métodos, além da instalação do Centro de Processamento de Dados, dando início ao processo de informatização do banco.

Caros Parlamentares, seguindo o curso natural de expansão, foram criados a BACISA (Banese Crédito Imobiliário/Poupança Banese), a Banese Corretora de Seguros, o SERGUS (Instituto Banese de Seguridade Social), a carteira de *open market* e o Sistema de Conta Única do Governo Estadual. Tornou-se banco múltiplo, automatizou totalmente suas agências e ligou-se a mais de 4.700 agências de bancos estaduais de todo o País.

Mas, após 1994, com a estabilização da moeda, o BANESE, tal qual aconteceu com outras instituições bancárias, passou a enfrentar uma difícil fase financeira. Contudo, nos últimos anos, essas dificuldades foram superadas por meio de fortes investimentos nos seus colaboradores, em produtos e serviços bancários, na modernização da sua rede de atendimento, em automação e em tecnologia.

A existência de bancos estaduais foi, por muito tempo, característica do nosso País. Atualmente são apenas seis bancos estaduais.



O BANESE, Sras. e Srs. Deputados, é um desses seis bancos que ainda existem. Está consolidado no mercado sergipano e nacional como uma instituição financeira abalizada por sua credibilidade, solidez e pelos resultados expressivos que têm sido alcançados a cada exercício financeiro, o que o qualifica como um dos bancos mais sólidos do País.

A revista internacional *Latin Trade* lista um *ranking* com 85 bancos da América Latina e Caribe, considerando seus ativos. Dos seis bancos estaduais ainda em operação no País, cinco fazem parte dessa lista. E o BANESE, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está entre os maiores bancos da América Latina. No *ranking*, o Banco do Estado de Sergipe aparece na 73ª posição, entre os 85 bancos relacionados.

Sua presença entre os "Top Banks" da América Latina e Caribe - Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela - é uma prova da importância das ações da instituição no desenvolvimento de Sergipe.

Buscando sempre o desenvolvimento sustentável de Sergipe e a valorização do nosso povo, o BANESE apoia diversos projetos sociais nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, cultura e arte. Patrocina dezenas de eventos esportivos e obras literárias, ações que fazem do Banco do Estado de Sergipe uma empresa efetivamente cidadã, confirmando a sua vocação de ser o promotor financeiro do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe e de constituir-se, cada dia mais, no banco de todo o povo sergipano.

Exatamente por tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que entendo que esse patrimônio deva permanecer intacto, servindo cada vez mais a todos nós sergipanos.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar a V.Exa. que considere como lido meu pronunciamento sobre o Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é por todos reconhecido que a educação brasileira, especialmente a educação básica, ainda está distante dos padrões de qualidade desejados pela sociedade e requeridos pelo moderno mundo da ciência e da tecnologia.

Os próximos anos serão decisivos para o salto de qualidade necessário, envolvendo todas as instâncias da administração pública,



tendo em vista a organização federativa da educação brasileira.

Aos Municípios, a história recente tem atribuído responsabilidades cada vez mais significativas na oferta do ensino básico. Além de responderem pela oferta da educação infantil (creches e pré-escolas), têm sido progressivamente ampliados seus encargos na oferta do ensino fundamental, em especial nas séries iniciais. Dos 45 milhões de matrículas nas escolas públicas de educação básica, de acordo com o censo escolar do Ministério da Educação referente ao ano de 2009, as redes municipais já assumiam cerca de 24 milhões, mais da metade do total.

Além disso, aos Municípios se colocam grandes desafios no futuro, apresentados no projeto de lei do II Plano Nacional de Educação, para os próximos 10 anos, ora em discussão nesta Casa. O primeiro é referente à universalização da educação pré-escolar, em 5 anos, o que representa incorporar mais 1 milhão e 600 mil crianças nas redes municipais.

O segundo desafio, de proporções ainda maiores, diz respeito à ampliação do atendimento educacional às crianças de 0 a 3 anos de idade. As metas propõem a oferta de creches para pelo menos metade das crianças nessa faixa etária, em 10 anos. Isso corresponde a uma ampliação de 3 milhões e 400 mil de vagas.

Não há dúvida de que se trata de um direito social das crianças brasileiras, consagrado na Constituição Federal. Um direito a ser exercido em sua plenitude. Tanto nas cidades como no campo.

Para dar conta dessa imensa tarefa, os Municípios precisam dispor dos indispensáveis recursos. É verdade que, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB, as etapas iniciais da educação básica também passaram a ser contempladas com a redistribuição de importante parcela das receitas de impostos vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. No entanto, o esforço requerido nos próximos anos impõe que se amplie o volume total de recursos destinados à educação. O projeto do II Plano Nacional de Educação prevê que se aumente para 7% do PIB o investimento público educacional de todas as instâncias do poder público, em todos os níveis.

Além da discussão sobre a suficiência ou não desse novo percentual para dar conta de toda a expansão do atendimento educativo, é preciso também levantar a questão de qual será a participação de cada ente federado. Nesse caso, o volume total de recursos disponíveis pelos Municípios parece não ser compatível com as exigências que a eles estão colocadas pelos anos vindouros. De fato, na repartição do conjunto das receitas tributárias, os Municípios constituem a parte



menos aquinhoadas. Será preciso reforçar as transferências intergovernamentais da União e dos Estados, para que a divisão de responsabilidades em matéria educacional seja equilibradamente acompanhada de recursos financeiros em volume compatível com os encargos.

A municipalização da oferta das etapas iniciais da educação básica não pode se dar com qualidade sem que ocorra melhor distribuição proporcional dos recursos.

Disso depende a formação das crianças brasileiras. Certamente o pacto de cooperação federativa haverá de encontrar, na discussão do II Plano Nacional de Educação, uma estratégia que permita a plena realização deste inalienável direito da população a uma educação escolar de qualidade, desde os primeiros anos de vida de cada cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 34/311

200.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/08/2011-14:36
Publ.: DCD - 11/08/2011 40397	- CLÁUDIO PUTY-PT -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posse dos estudantes Daniel Iliescu e Clarissa Alves da Cunha, respectivamente, nos cargos de Presidente e Vice-Presidenta da União Nacional dos Estudantes - UNE.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero anunciar que hoje tomou posse a nova gestão da União Nacional dos Estudantes, entidade que representa os estudantes universitários em todo o País, a qual completará 75 anos, com um histórico de lutas pela democracia por uma universidade popular que muito nos orgulha.

Quero saudar o Daniel Iliescu, a Clarissa Cunha, dirigentes da União Nacional dos Estudantes, e desejar-lhes uma grande gestão em defesa de um Plano Nacional de Educação a serviço da maioria da população



brasileira, em defesa dos 50% do pré-sal para a educação e de 10% do PIB em investimentos na educação brasileira, para mudarmos este País.

Muito obrigado.

Documento 35/311

206.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/08/2011-17:08
Publ.: DCD - 17/08/2011 - 41614	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, da 4ª Marcha das Margaridas, sob o tema Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade. Saudações às caravanas das Margaridas do Estado do Rio Grande do Norte. Anúncio de apresentação, pelas lideranças do movimento, de reivindicações à Presidenta Dilma Rousseff. Apoio à mobilização nacional, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em defesa do Plano Nacional de Educação - PNE, de piso salarial e plano de carreira para a categoria. Saudação aos professores do Rio Grande do Norte, em paralisação por melhorias salariais e das condições de trabalho e pela qualidade da educação no Estado.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero saudar a edição da 4ª Marcha das Margaridas, promovida pela CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Quero saudar todas as Margaridas, essas sonhadoras, lutadoras, através da delegação do meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Mais de 14 ônibus saíram do nosso Estado, das mais diferentes regiões. A caravana das Margaridas do Rio Grande do Norte foi organizada pelo Fórum de Mulheres, pela Marcha Mundial das Mulheres e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN.

Hoje, houve uma sessão solene pela manhã. Amanhã, a Presidenta Dilma vai receber as Margaridas, a direção do movimento.



É importante lembrar, Sr. Presidente, que a Marcha deste ano tem como lema *Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*.

Saúdo, portanto, a Marcha das Margaridas. Estarei torcendo para que, na audiência de amanhã com a Presidenta Dilma, a pauta de reivindicações apresentada pelos movimentos sociais que compõem a Marcha das Margaridas seja atendida. Faço votos de que a Presidenta Dilma, a primeira mulher a governar este País, atenda às reivindicações das Margaridas por mais e melhores políticas públicas para as mulheres.

Quero também, Sr. Presidente, saudar os meus colegas professores, servidores, trabalhadores da educação de todo o País. No dia 16 de agosto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação convoca todos para a mobilização nacional em defesa do Plano Nacional de Educação, do piso salarial e da carreira desses trabalhadores.

Manifesto minha solidariedade a essa mobilização nacional que os trabalhadores em educação fazem em todo o País, bem como envio meu abraço ao SINTE do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, essa mobilização é importante para mostrar o descaso de muitos gestores educacionais, por este País afora, que não estão pagando o piso dos professores. Os gestores precisam se conscientizar de que só teremos uma educação de qualidade quando houver investimento intensivo em educação e quando os profissionais do magistério forem valorizados. Não há como falar em qualidade na educação com professores desmotivados, ganhando salários irrisórios.

Por isso, Sr. Presidente, a Confederação Nacional do Rio Grande do Norte chama a essa jornada nacional de lutas, repito, em defesa do cumprimento do Plano Nacional de Educação, dos 10% do PIB para a educação brasileira, do piso salarial e da carreira da categoria.

Mais uma vez, meu abraço aos colegas professores e servidores da educação no Rio Grande do Norte. Fazem atualmente uma greve desafiadora. O Governo desempenhou um papel muito ruim frente à luta do magistério, mas os bravos professores do Rio Grande do Norte estão lá, de cabeça erguida, lutando por melhoria salarial, por melhores condições de trabalho e, sobretudo, por uma educação de qualidade em meu Estado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começou hoje, aqui em



Brasília, a 4ª Marcha das Margaridas, promovida pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e entidades parceiras. Cerca de 100 mil mulheres de todos os Estados brasileiros estão participando da Marcha, que terminará amanhã com uma caminhada do Parque da Cidade, onde foi criada a Cidade das Margaridas, até o Palácio do Planalto. As mulheres serão recebidas amanhã pela Presidenta Dilma Rousseff, a quem entregarão uma pauta de reivindicações.

Este ano, a Marcha das Margaridas tem como lema *Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*. Além de uma agricultura que respeite a biodiversidade, as mulheres da Marcha reivindicam uma educação não sexista, não violência contra as mulheres, mais saúde e direitos reprodutivos e uma maior participação política das mulheres.

Entre os objetivos estão o fortalecimento da organização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, a superação das desigualdades de gênero, um desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente, e denunciar a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação contra as mulheres.

Na solenidade realizada hoje de manhã no Plenário Ulysses Guimarães, aqui no Congresso Nacional, a Marcha das Margaridas também entregou uma lista com as proposições que as mulheres querem ver aprovadas pelo Congresso Nacional. Reafirmo aqui a meu compromisso de trabalhar para a aprovação dessas proposições, como a PEC que cria varas especializadas nas questões relativas a mulheres e do projeto de lei que trata da inclusão nos currículos escolares de conteúdos e práticas que contribuam para combater a violência doméstica. Cito essas duas proposições, mas todas as demais incluídas pela Marcha das Margaridas terão o meu apoio.

Por fim, quero parabenizar a delegação de mulheres do meu Estado. Além de 14 ônibus que saíram do Rio Grande do Norte no último domingo com manifestantes participantes do Fórum das Mulheres, da Marcha Mundial das Mulheres e da Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), outras 100 mulheres viajaram de avião.

A Marcha das Margaridas é um evento muito importante e representativo, tanto pela força de mobilização das mulheres, como pela pauta de reivindicações apresentadas por ela. Faço votos para que a Presidente Dilma atenda às reivindicações das Margaridas por mais e melhores políticas públicas para as mulheres.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.



Hoje, 16 de agosto, trabalhadores e trabalhadoras da educação básica pública de todo o País voltaram a cruzar os braços para exigir o cumprimento imediato e integral do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, instituído pela Lei nº 11.738. Organizados pela combativa CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a paralisação nacional dos trabalhadores mostra o descaso de gestores educacionais que não estão pagando o piso aos professores, desrespeitando, inclusive, decisão recente do Supremo Tribunal Federal e a Lei nº 11.738, aprovada pelo Parlamento brasileiro.

A jornada da CNTE também reivindica a implementação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020. Dentro do PNE, a categoria luta pela aprovação de uma emenda nossa que visa equiparar o salário dos profissionais do magistério ao dos demais profissionais de nível superior.

Os gestores brasileiros precisam se conscientizar de que só teremos uma educação de qualidade quando houver um investimento intensivo em educação e quando os profissionais de magistério forem valorizados. Não há como se falar em qualidade da educação com professores desmotivados, ganhando salários irrisórios. Para a CNTE, a negociação com os governos deve se iniciar com o valor de R\$1.597,87, defendido pela entidade como vencimento inicial na carreira. Este é um vencimento que consideramos insuficiente. Mesmo baixo, ele não está sendo cumprido por parte dos Governadores e Prefeitos, inclusive do Rio Grande do Norte. Alegam escassez de recursos financeiros, apesar de as transferências federais, destinadas à suplementação do FUNDEB e aos programas do FNDE e do PDE/PAR, terem mais que decuplicado na última meia década.

Com a manifestação de hoje, o CNTE quer dar visibilidade a essa luta dos professores e professoras do ensino básico. Fazemos eco à reivindicação deles e conclamamos a sociedade brasileira a juntar-se aos profissionais do magistério. Uma educação de qualidade passa pela valorização do professor.



Sumário

Participação da oradora na 4ª Marcha das Margaridas e no Fórum Nacional de Educação, realizados em Brasília, Distrito Federal.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro quero, mais uma vez, destacar a Marcha das Margaridas, que emocionou ao passar pelas ruas de Brasília.

Estive com o movimento das Margaridas na quarta-feira, marchando. Ao ato, estavam presentes mais de 70 mil mulheres. À tarde, com a Presidenta Dilma, encerrou-se a 4ª edição da Marcha das Margaridas. A Presidenta Dilma recebeu a pauta de reivindicações, uma iniciativa do movimento de mulheres, não só de afirmação, mas de demarcação da luta, em busca de políticas públicas para melhorar a vida das mulheres e em busca de uma reforma política que também olhe para a questão da presença feminina.

Saúdo meu Estado, o Rio Grande do Norte, que mandou uma belíssima delegação. Não é à toa que o nome da marcha é Margarida. Margarida foi aquela paraibana lutadora, covardemente assassinada, que nos inspira nessa luta até hoje. Lá estava Elizabeth Teixeira, Deputado Inocêncio Oliveira, outra lutadora. Enfim, a Marcha das Margaridas mostrou mais uma vez o poder de força e de mobilização das mulheres.

Por fim, Deputado Inocêncio, estou representando esta Casa, mais precisamente a Comissão de Educação e Cultura, no Fórum Nacional de Educação, que está sendo realizado em Brasília, promovido pelo Ministério de Educação e Cultura. Estaremos lá hoje e amanhã, para discutir o Plano Nacional de Educação.

Obrigada, Deputado Inocêncio Oliveira.



Sumário

Reativação do Programa Bolsa Universitária pelo Governo do Distrito Federal. Realização pela Casa de sessão solene ao ensejo do transcurso do 80º aniversário natalício do Sr. Ozires Silva, fundador e ex-Presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER. Defesa da destinação de royalties oriundos da exploração de petróleo na camada pré-sal para os setores de educação, ciência e tecnologia. Apelo ao Ministério da Justiça de resposta a requerimento de informações a respeito de investigações sobre irregularidades em convênios do Programa Segundo Tempo, no Distrito Federal. Apresentação ao Ministério do Esporte de requerimento para fornecimento ao orador de cópias de processos de convênios do Programa Segundo Tempo. Solicitação aos Senadores de resgate do texto original do projeto de lei apresentado pelo orador proibitivo da contratação, pelo poder público, de empresas vinculadas a Parlamentares e parentes até o terceiro grau. Papel da escola e da família no combate à corrupção. Protesto contra o apoio do Governo do Distrito Federal à instalação de usina de lixo na cidade-satélite de Samambaia.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF e Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui reforçar a minha fala anterior com relação ao Programa Bolsa Universitária, que lançamos em 2008 e que permite que o aluno que não tem condição de pagar uma universidade receba a bolsa integral e, em contrapartida, dedique 4 horas de seu tempo no auxílio à educação integral, no reforço escolar, nas atividades esportivas e culturais, principalmente com relação ao reforço, que vai evidentemente reduzir a evasão e a repetência.

Esse Programa foi muito criticado agora no início deste Governo e estava, realmente, em fase de extinção. Para minha alegria, como eu disse aqui, no final da semana, na sexta-feira, recebi em meu gabinete alguns alunos reivindicando que entrassem no Programa. Para minha surpresa, quando verifiquei, vi que o Programa foi lançado no *Diário Oficial* do dia 12, com encerramento no dia 18, com apenas 6 dias para as inscrições.

Infelizmente, quem lançou o edital não teve o cuidado de ler a lei aprovada pela Câmara dos Deputados, que trata do assunto, e também a Lei nº 8.666, que diz que todo edital tem que ter no mínimo 30 dias de antecedência. Não se pode lançar um edital com uma semana. Então, a ideia do retorno das atividades do Programa Bolsa Universitária é meritório, importantíssimo - e lutei muito por isso -, mas não se pode fazer um edital em apenas uma semana.

O mais grave ainda é que muitas outras faculdades - em Brasília, há mais de 30, 40 faculdades - não tiveram oportunidade de se candidatar



para também oferecer vagas. Foram colocadas apenas cinco faculdades. Então, não foi também obedecida a legislação no sentido de convidar ou dar oportunidade para que todas pudessem entrar no programa, nesse edital lançado na semana passada.

Fico feliz de saber que o Governo está revendo a sua posição com relação a alguns programas. Disse aqui que seriam programas de Estado, e não de governo. O Bolsa Universitária tem que ser um projeto exemplo para todo o País, copiado por todo o País, porque, se queremos implantar educação integral, tem que haver um programa como esse para viabilizar a implantação da educação integral. Então, fico feliz de o Governo estar reconhecendo a importância do Programa, mas gostaria de pedir que os executores lessem pelo menos a lei que trata do assunto, para evitar que editais como esses sejam publicados com erro, não obedecendo à lei.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que hoje de manhã estive aqui na sessão solene em homenagem aos 80 anos do nosso ex-Presidente fundador da EMBRAER, o nosso Ozires Silva, que é um exemplo para este País.

Há pouco, aqui no Grande Expediente, ouvimos o Deputado Alberto falando dos investimentos na educação, ciência e tecnologia. Se queremos realmente um país desenvolvido, nós precisamos investir em educação. Vamos fazer de tudo. A partir de amanhã, nós vamos falar aqui todos os dias sobre a questão das metas do Plano Nacional de Educação para viabilizar, no mínimo, os 10% do PIB.

Foi falado aqui sobre os *royalties* do pré-sal. Nós temos que rever tudo isso. Nós não podemos investir esses recursos a não ser em educação, ciência e tecnologia. Não podemos colocar isso como custeio, mas como investimento.

O nosso querido Ozires Silva é um exemplo para este País e foi um dos fundadores da EMBRAER. Eu tive o privilégio de, há uma semana, visitar o CTA, o ITA, referência de curso universitário neste País. Infelizmente, as nossas universidades não estão mais entre as duzentas melhores do mundo. A cada ano, vêm perdendo qualidade e competitividade. Isso é falta de investimento em pesquisa, em inovação. As universidades precisam realmente expender mais recursos na área da pesquisa.

O ITA é um bom exemplo. Quem dera se tivéssemos um ITA em cada Estado brasileiro. Nós teríamos um país diferente, um país moderno, com exportação de conhecimento e não apenas de matéria-prima.

Gostaria de pedir, Sr. Presidente, que fosse somado o meu tempo de Comunicações Parlamentares, porque eu também estou inscrito, para que eu possa concluir a minha fala. Quero então homenagear os 80



anos do nosso Ozires Silva.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - V.Exa. tem mais 10 minutos, nobre Deputado, para falar nas Comunicações Parlamentares.

O SR. IZALCI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Faço aqui um apelo à Mesa Diretora - já o fiz algumas vezes -, mas o reitero pelo motivo de urgência e relevância do assunto.

Eu fiz alguns requerimentos - e está previsto na Constituição e no Regimento Interno - ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça. Recebi resposta de alguns deles, respostas sem muito conteúdo, evasivas, sem informação correta, respostas que dizem que o processo está em andamento, mas que não pode ser encaminhada a documentação para não atrapalhar as investigações.

Acredito que as pessoas não leram a Constituição, que coloca como obrigação das autoridades encaminhar informações para esta Casa, mesmo que o assunto seja sigiloso. No caso de assunto sigiloso, o Presidente desta Casa chama o Parlamentar para a leitura desse material. Então, acho que o Ministério da Justiça precisa rever a sua resposta e encaminhá-la imediatamente, porque já faz mais de 30 dias que fiz o segundo encaminhamento, para que tenhamos de fato resposta àquilo que foi perguntado.

Digo isso, Sr. Presidente, com muita propriedade, porque o Ministério do Esporte agora, depois de 60 dias, respondeu a algumas coisas. Do que respondeu, apenas uma resposta foi sobre alguns convênios, conforme solicitei, com relação ao Programa Segundo Tempo. Mais de 20 não tiveram suas contas aprovadas. Então, quanto àqueles que mencionei aqui, recebi parcialmente a informação de que não teriam sido aprovadas suas contas financeiras.

É mais um motivo. Estou solicitando agora cópia do processo de todos os convênios que foram identificados e cujas contas foram reprovadas, para que eu possa verificar o que aconteceu nesse período, principalmente nos últimos anos, com relação ainda ao episódio do Programa Segundo Tempo, quando era presidido o Ministério do Esporte pelo nosso Governador, motivo do nosso requerimento.

Sr. Presidente, só para concluir, quero abordar um assunto que foi colocado aqui com muita propriedade hoje pelo Líder do PT do Amazonas. O Deputado Francisco Praciano falou muito bem aqui sobre a corrupção. Esse é um assunto que merece realmente prioridade.

Apresentei um projeto nesta Casa, porque não consegui aprová-lo na Câmara Legislativa quando fui Deputado Distrital, que proíbe a contratação de empresas cujos donos, cujos sócios sejam Parlamentares, secretários, autoridades do primeiro escalão, inclusive



os seus parentes até terceiro grau.

Esse projeto tramitou nesta Casa, mas infelizmente, na Comissão do mérito, foi tirada a questão de não poder contratar, ficando apenas convênio, o que realmente diminui muito o poder do projeto, que foi agora encaminhado ao Senado.

Estou pedindo a alguns Senadores que o apoiem e façam retornar o termo de contratação, para que, aprovada essa lei no Congresso, proibamos definitivamente que políticos e autoridades utilizem seus cargos para conseguir contratos no Governo Federal, no Governo Estadual e nos Municípios, onde existem muitas irregularidades.

Sr. Presidente, eu recebi um *e-mail* hoje em que se trata com muita propriedade do que foi dito da corrupção. Nós precisamos investir não só atacando, como está sendo feito, e muito bem feito, pela nossa Presidente, mas também revendo essas questões em todo o País, porque não se aguenta mais tanto desvio de recursos, como foi dito aqui, da merenda escolar, da saúde. Esse *e-mail* combina com o que foi dito. Nós temos que trabalhar na educação, na formação, na família, na escola.

Diz o *e-mail*, Sr. Presidente, reclamando dos políticos: *"A maioria reclama de que, se o brasileiro é assim, coloca o nome em trabalho que não faz? É comum nas faculdades hoje grupos de dez, cinco pessoas em que uma ou duas fazem o trabalho, mas todos colocam o nome para receber a nota" - é verdade - "colocam o nome de colega que faltou na lista de presença" - o colega falta, mas sempre tem um amigo que lhe dá a presença.*

"Pagam a alguém para que façam seus trabalhos;" - está cheio de faixas sobre trabalho de monografia na cidade, em todas as cidades; as pessoas pagam para que outras façam o trabalho de monografia - "saqueiam cargas de veículos acidentados nas estradas; estacionam nas calçadas, muitas vezes debaixo de placas proibitivas; subornam ou tentam subornar quando pegos cometendo alguma infração;" - principalmente em blitz nas estradas - "trocam votos por qualquer coisa;" - isso é muito comum em todo o País, e em Brasília não é diferente; às vezes pelo voto se pede um saco de cimento, um milheiro de tijolos, até uma dentadura; hoje não aceitam mais dentadura, querem implante - "falam ao celular enquanto dirigem;" - quantas pessoas fazem isso! - "usam o telefone da empresa onde trabalham para ligar a um colega, para usar o crédito da empresa; trafegam pela direita dos acostamentos em congestionamentos; param em filas duplas, triplas, em frente às escolas; violam a lei do silêncio; dirigem após consumir bebida alcoólica; furam fila nos bancos; espalham churrasqueiras e mesas nas calçadas; pegam atestado médico sem que estejam doentes só para faltar ao trabalho; fazem gato de luz, telefone, água, TV a cabo; registram imóveis em cartório com valor



abaixo do valor real de compra, muitas vezes irrisório;" - compram o imóvel por 1 milhão de reais e registram por 100 mil reais - "compram recibo para abater em declaração de Imposto de Renda e pagar menos imposto; chegam a mudar a cor da pele para entrar no sistema de cotas nas universidades; quando viajam a serviço pela empresa, se o almoço custou 10 reais, pedem nota fiscal de 20, 30 reais; comercializam objetos doados em campanhas de coleta de doativos para ajudar vítimas de catástrofes, como aconteceu agora no Rio de Janeiro; estacionam em vaga exclusiva para deficiente; adulteram velocímetro de carro;" - muita gente diminui a quilometragem para vender mais caro o veículo - "compram produto pirata;" - está na rua todo mundo vendendo e todo mundo comprando - "substituem o catalisador do carro por um que tenha só a casca; diminuem a idade do filho para que este passe debaixo da roleta; emplacam o carro fora do domicílio para não pagar o IPVA..." São várias as infrações.

Eu precisaria de um Grande Expediente para falar sobre isso. Mas é real. Muitas vezes, o pai de família diz ao filho que mentir é pecado, é errado, e de repente toca o telefone e manda dizer que não está. Esses pequenos atos é que nos fazem acostumar com o "jeitinho brasileiro". Já tivemos aqui a Lei de Gérson, a lei de levar vantagem em tudo.

De fato, podemos diminuir muito a corrupção, podemos fazer um trabalho aqui no Congresso, aprovar algumas leis, mas o principal combate à corrupção é na escola e na família. Esta é a grande bandeira que precisamos despertar nas famílias: a formação dos nossos jovens, para que não vejam a corrupção como um ato comum, normal, a fim de que possamos realmente mudar este País.

Não se admite desvio de recursos da saúde, da educação, da merenda escolar. Hoje, como foi dito aqui, 60% das prestações de contas das Prefeituras são reprovadas, exatamente por causa de desvio de recursos, de má utilização de recursos. Acho que essa frente parlamentar precisa atuar imediatamente por essa causa muito justa.

Sr. Presidente, para finalizar, quero reforçar que precisamos acabar com a demagogia. Isso é muito comum. É importante observarmos não apenas o primeiro ano de mandato, o segundo ano de mandato. Precisamos verificar toda a vida profissional das pessoas. Às vezes é Situação, às vezes é Oposição, mas a pessoa tem que manter a posição, independente disso.

Hoje é muito comum a pessoa na Oposição dizer uma coisa e no Governo dizer outra coisa. Foi o que aconteceu nesse final de semana em Samambaia. Dois anos atrás fizemos audiência pública. O que mais existia era oposição, mobilizaram toda a sociedade contra a instalação da Usina de Samambaia. Nesse final de semana, o Governo, que 1 ano atrás trabalhou contra, era favorável à instalação.



Chega de demagogia! Chega de corrupção no País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - Nobre Deputado Izalci, parabéns pela intervenção, pela boa fala. Eu gostaria de me somar ao seu projeto sobre contratação: que não fosse extensiva apenas a Parlamentares e Governadores, mas também a Desembargadores e agentes de Tribunais de Contas, porque hoje tantos infelizmente usam o poder para eleger filho, para chantagear prefeito. Acho que está na hora também de tomar uma decisão sobre setores que muitas vezes cometem loucuras e atos de corrupção.

Documento 38/311

215.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	23/08/2011-16:48
Publ.: DCD - 24/08/2011 - 44080	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação pública.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu assomo à tribuna para pronunciar-me em defesa daquele que é o objeto de projeto de decreto legislativo, em tramitação nesta Casa, de nossa autoria, ou seja, a realização de um plebiscito nacional sobre a destinação de 10% do PIB para a educação pública, na discussão do Plano Nacional de Educação.

Os governantes são bons de palanque, os candidatos são bons de palanque, e a prioridade é sempre a educação. Quando chega na hora de fazer o investimento público, isso não acontece.

Mas o que nos surpreendeu muito foi editorial do jornal *Folha de S.Paulo*, edição de ontem, chamado *Programa Remendado*, em que se criticam duramente os Deputados da Comissão Especial que analisa a proposta do PNE - Plano Nacional de Educação, por apresentarem muitas emendas e quererem remendar o texto. O editorial da *Folha de S.Paulo* sai em defesa contundente do texto atual e do gasto público de 7% do PIB em educação, o que é uma meta já inatingível, segundo



o editorial. Hoje, teoricamente, nós gastamos de 4,5% a 5% do PIB com educação.

Lembro aqui, como já lembramos tantas vezes - eu como encabeçador do Plano Nacional de Educação em 1998 -, que nós já propusemos 10%, que este Congresso aprovou 7% do PIB por unanimidade, em 2001, e que agora em 2011, 10 anos depois, com a nova proposta, não atingimos nem 30% das metas colocadas. Aprovamos um piso salarial miserável para os professores, de R\$1.089,00 para 40 horas semanais.

Nós assistimos nesse período à péssima qualidade do ensino, à não universalização da educação básica, à privatização do ensino. E estamos propondo gastos públicos de 10% do PIB. Várias entidades da sociedade civil e a maioria esmagadora dos Deputados da Comissão Especial propõem 10% do PIB e são criticados por isso, porque aí estaria uma lógica fantasiosa e deletéria, ou seja, a de atingir 10% do PIB para educação, quando um país que alavancaram para o futuro, como o Japão, chegou a gastar de 10% a 17% do PIB em educação durante décadas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É evidente que, para garantir a qualidade do ensino, a universalização da educação básica, a multiplicação da expansão do ensino superior público com qualidade, a dignidade do magistério, precisamos injetar recursos na educação, e injetar mesmo. Não farão falta mais 100 bilhões para a educação, quando se gastam 635 bilhões no pagamento de juros e amortizações da dívida, quando não se faz a votação de um projeto de taxação de grandes fortunas nesta Casa, quando não se estabelece um limite para pagamento de juros, e assim por diante.

Sr. Presidente, nós dizemos que talvez aí resida o cerne, o núcleo central de um plano de educação, sem o qual não teremos planos. Se não aumentarmos a verba pública para a educação, não haverá cumprimento de metas na educação, mas apenas discursos e números que não terão validade para o futuro.

Entendemos essas críticas do jornal. Aliás, no mesmo dia, ele publica que, em São Paulo, o Estado mais rico da Federação, há 52 alunos numa classe de ensino médio, quando a UNESCO determina no máximo 35 alunos, e a própria regra nacional não permite mais de 40 alunos por sala de aula. Essa é a vergonha nacional. É a redução de custos, é a economia de custos, é o arrocho nos professores, é a implantação do ensino a distância para reduzir custos. Temos que discutir tudo isso.

Um país que se julga digno de alavancar desenvolvimento para o futuro, com as carências, o passivo educacional e a qualidade ruim que tem, se não o fizer agora, com recursos públicos, perderá uma chance histórica. Isso não se faz delegando; é papel do Estado, é direito do cidadão e dever do Estado brasileiro.



Dez por cento do PIB para a educação!

Documento 39/311

217.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 24/08/2011-15:36

Publ.: DCD - 25/08/2011 - 44651 MARA GABRILLI-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Ações promovidas pela Casa em prol da acessibilidade. Implementação de medidas necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos portadores de deficiência. Apresentação pela oradora de emendas aos projetos de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, em benefício dos portadores de necessidades especiais.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, mais uma vez na tribuna, lembro da minha chegada a Brasília logo após as eleições, quando eu deveria fazer um discurso sobre acessibilidade - um dos focos do meu trabalho - do chão do plenário.

Sou a primeira Deputada tetraplégica nesta Casa, que providenciou um elevador para que eu possa chegar à tribuna e, além disso, adaptou um equipamento para que eu tenha condições de registrar presença e votar sem ter que tocar no teclado, já que eu não mexo os braços. Isso é muito interessante observar, porque demonstra para todo o Brasil que é o meio que tem de se adequar às pessoas com deficiência.

A deficiência das pessoas diminui a cada equipamento, a cada recurso que incluímos nos ambientes. Portanto, hoje, nesta Casa, estou equiparada, em termos de oportunidades, a todos os outros Deputados. Posso falar desta tribuna. Posso votar movendo o meu rosto, que é como faço.

Cheguei a esta Casa num momento importante para o Brasil. Desde 2006, aconteceram várias reuniões na ONU. Foram 192 países que se reuniram durante anos para discutir o direito das pessoas com deficiência no mundo inteiro. Dessas reuniões, surgiu um documento que o Brasil e esta Casa ratificaram em 2008 e que passou a ser uma norma constitucional. Então, chego a esta Casa já com um documento que tem poder de norma constitucional e demonstra que falta de



acessibilidade é discriminação e que discriminação é crime.

Nós começamos a fazer todo um trabalho e observar que, na verdade, o conceito de pessoa com deficiência é dinâmico, transforma-se. Se observarmos a pessoa com deficiência em contato com barreiras de atitude - é o preconceito -, com barreiras do ambiente, perceberemos o que isso gera de limitação na vida dela.

Eu, por exemplo, embora não me mexa do pescoço para baixo, sinto-me muito pouco limitada, tendo uma deficiência considerada grave. Por quê? Porque eu tenho recursos; porque pessoas em volta de mim acabam funcionando como braços e pernas; porque a Casa se adequou para eu poder exercer minha função de Parlamentar. Agora, uma pessoa com deficiência teoricamente muito menos grave, mas que está subtraída do direito de ter transporte, do direito de chegar à escola, do direito de trabalhar, acaba encontrando barreiras intransponíveis. Essa pessoa, provavelmente, não vai sair da cama.

É esse cenário que temos de começar a transformar. Acho que muito já alcançamos. Na Idade Média, por exemplo, as pessoas com deficiência eram condenadas à morte. Elas nasciam e eram diretamente condenadas à morte, não usufruíam do direito de participar da vida, porque tinham uma deficiência.

Quando chegou a época do Egito, por exemplo, isso mudou muito. O Egito valorizava o deficiente auditivo, o deficiente visual, o deficiente físico e o deficiente intelectual. Vemos isso em papiros, em obras, em afrescos.

Depois, quando se chegou à época de 1500, infelizmente retrocedemos, e a exclusão aumentou. Tinha-se que eliminar aqueles que eram disformes, as crianças que nasciam com deficiência.

Com o cristianismo, começou uma visão um pouco diferente, uma visão de assistencialismo. Mas ainda existia exclusão: era o aleijado, era o incapaz. Isso até hoje vimos transformando. Até hoje existem tribos indígenas no Brasil que sacrificam crianças com deficiência.

Acho que o que mais se tem transformado são os modelos. Hoje, se nós Parlamentares lembrarmos que esse público existe, que esse público é composto por 30 milhões de pessoas no Brasil com algum tipo de deficiência, se lembrarmos de trabalhar para esse público, sabem o que vai acontecer? Isso vai favorecer toda a população, porque, se temos um transporte adequado para quem tem deficiência, ele é mais bacana para todo o mundo; se temos uma calçada adequada para quem tem deficiência, ela é muito melhor para qualquer cidadão nela circular; se temos um sistema de saúde preparado, com profissionais capacitados para atender uma pessoa com deficiência, o atendimento de todo o mundo melhora; se estabelecermos uma



educação com conteúdo para as pessoas com deficiência, uma educação sem barreiras físicas para uma pessoa com deficiência - os senhores podem ter certeza -, a educação de todas as crianças e de todos os jovens será contemplada, a concepção de mundo de todas essas pessoas será muito maior, muito mais ampliada, e teremos um Brasil muito mais justo.

Isso começa na educação. Eu não consigo enxergar desenvolvimento das pessoas, crescimento das pessoas, se não houver investimento na educação.

Eu chego a esta Casa num momento em que o Plano Nacional de Educação está sendo discutido. Nós apresentamos 14 emendas a esse plano, que estão sendo acatadas de uma forma ou de outra. Até incluímos alguns profissionais que não existiam no Plano Nacional de Educação, por exemplo, o assistente de vida escolar.

O assistente de vida escolar é uma espécie de cuidador. Ele pode atender uma criança que tem paralisia cerebral, um jovem que é tetraplégico, como eu. Ele será um assistente pedagógico que vai dar a esse jovem oportunidade de estudar, assim como o guia intérprete.

O guia intérprete é um profissional capacitado para fazer com que um surdo-cego consiga ter acesso a todo o mundo que o circunda, possa ter a língua de sinais feita na pele dele. Existe uma infinidade de surdos-cegos no Brasil.

Quando eu soube que existiam pessoas com surdo-cegueira, achei que essas pessoas não tinham condições de fazer nada na vida, porque não conseguiam se comunicar. Mas, se tiverem do lado delas este profissional, o guia intérprete, essas pessoas podem fazer tudo: estudar, trabalhar, ter entretenimento na vida. Precisamos desse profissional.

Outro projeto é o PRONATEC, que hoje tivemos a oportunidade de votar na nossa Comissão de Educação e Cultura. Ele chegou a esta Casa sem nenhuma menção ao jovem com deficiência, sem contemplar esse segmento. Nós apresentamos emendas.

Agradeço aos Relatores, agradeço ao Ministro a atenção, agradeço à Presidente, quanto a acatar essas emendas e reescrever o PRONATEC sob a luz da acessibilidade, colocando materiais pedagógicos acessíveis, equipamentos acessíveis, espaços sem barreiras físicas.

Nós queremos que os jovens com deficiência no Brasil tenham a mesma oportunidade de trabalhar e estudar. Hoje, temos uma lei de cotas. As empresas estão pagando multas. Elas são obrigadas a preencher de 2% a 5% do seu quadro com pessoas que tenham



deficiência, e não conseguem contratá-las, porque, além de não encontrarem jovens e pessoas capacitadas, não encontram pessoas capacitáveis. Por quê? Porque essas pessoas com deficiência não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino fundamental, muito menos o médio, e não conseguem chegar à faculdade.

Doze por cento das escolas no Brasil têm acessibilidade. É um número muito pequeno. E eu ainda questiono, porque muitas vezes uma escola que tem uma classe no térreo é considerada uma escola acessível. Isso não é acessibilidade. Precisamos de conteúdo acessível. Se há conteúdo acessível para um deficiente visual, se ele tem material em braille, se ele tem um computador com *software* de voz, se ele tem formas, impressoras em braille para trabalhar e receber informações, a sua deficiência diminui. Se o aluno com deficiência auditiva tem acesso ao intérprete de LIBRAS, à educação bilíngue, à língua portuguesa, para que ele domine pelo menos duas línguas para se comunicar, a sua deficiência diminui, assim como acontece com uma criança com síndrome de Down.

O Sr. Luiz Noé - Permite-me um aparte, Deputada?

A SRA. MARA GABRILLI - Pois não.

O Sr. Luiz Noé - Eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelo trabalho que tem feito, pelo testemunho da convivência na Câmara e, principalmente, pela visão que teve em relação ao PRONATEC. Sou membro da Comissão e acompanhei o seu trabalho. Esse projeto tão importante para o Brasil não tinha levado em consideração essa parte que V.Exa. aborda. Está de parabéns V.Exa. por essa visão e esse testemunho. Um dia eu presenciei numa escola de segundo grau um fato me deixou chocado. Enquanto uma turma de alunos ia para o segundo piso, para participar de uma atividade de inclusão digital, um aluno, que era deficiente físico, passava o tempo na sala de aula, porque não tinha condições de subir para participar dessa inclusão. Parabéns pela sua luta, pelo seu testemunho e pelo seu trabalho aqui na Câmara, mudando as legislações.

A SRA. MARA GABRILLI - Muito obrigada, Deputado.

O Sr. Vanderlei Macris - Permite-me um aparte, Deputada?

A SRA. MARA GABRILLI - Claro.

O Sr. Vanderlei Macris - Deputada Mara Gabrielli, eu gostaria de cumprimentá-la. Quando vi V.Exa. na tribuna, fiz questão de vir ao plenário para dar um testemunho: testemunho da sua determinação, do seu trabalho, da sua dedicação, da sua preocupação em que uma Casa como esta tenha uma preocupação permanente com a questão da deficiência. O seu olho é clínico com relação a isso em todos os



projetos que discutimos nesta Casa. Sua presença na Comissão de Educação, como já foi testemunhado por V.Exa. e pelo colega que me antecedeu, é muito clara na direção de que esse olho clínico é importante, em todos os projetos de lei, para que tenhamos uma sociedade mais justa, principalmente com esses 30 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência no nosso País. Precisamos de um País mais humano. E V.Exa., Deputada Mara Gabrilli, tem dado essa contribuição, não só nesta Casa agora, mas antes, com seu trabalho, que conheço bem, como Vereadora na cidade de São Paulo. Foi um trabalho fundamental para que São Paulo se tornasse uma cidade mais humana, com os olhos voltados para o deficiente também. Diversos países se preocupam com isso. O Brasil ainda está engatinhando. V.Exa., ao se juntar aos 512 Parlamentares desta Casa, dá uma contribuição importantíssima. Vem V.Exa. discutir projetos de lei que tratam da deficiência. Parabéns pela sua manifestação. É um orgulho muito grande para esta Casa tê-la como um de seus integrantes e é um orgulho para mim, pessoalmente, tê-la como colega. Muito obrigado. Parabéns!

A SRA. MARA GABRILLI - Obrigado, Deputado Vanderlei.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputada Mara Gabrilli?

A SRA. MARA GABRILLI - Claro.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputada, diria a V.Exa. que, quando neste mesmo plenário se discutiu durante quase 2 anos a elaboração da Carta Magna brasileira; quando, no dia 5 de outubro de 1988, o então Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciava diante de milhões de telespectadores que se promulgava a Carta Cidadã, ele tinha sobradas razões para mencionar esse título de Carta Cidadã, porque nela estão inseridas todas as conquistas dos cidadãos, da criança, do adolescente, do idoso, da mulher, do índio, do negro, do deficiente, enfim, de todos aqueles que constituíam segmentos da cidadania e mereciam um amparo do poder público. Eu me regozijo porque, anos depois, presidindo o Congresso Nacional, ajudei a votar a lei que transformava as Pioneiras Sociais em Rede Sarah, que presta, inequivocamente, os mais assinalados serviços a essa área a que V.Exa. alude, com absoluta precisão, apresentando-se até como exemplo edificante de resistência à deficiência. Desejo juntar-me à luta de V.Exa. Haverá de fazê-lo com determinação, perseverança e extraordinária boa vontade. Meus cumprimentos a V.Exa.

A SRA. MARA GABRILLI - Muito obrigada, Deputado Benevides.

A Rede Sarah presta realmente um atendimento sensacional às pessoas com deficiência. O que nós gostaríamos é que o Brasil inteiro tivesse a oportunidade de frequentar um centro de reabilitação como a



Rede Sarah. Eu posso dizer com muita propriedade o quanto a reabilitação permite que uma pessoa com deficiência melhore e prepare-se totalmente para alcançar condição de trabalho. É o que eu venho fazer aqui.

Eu tive uma boa reabilitação, faço fisioterapia diariamente. As pessoas com deficiência têm que ter esse acesso à saúde. Isso é fundamental.

V.Exa. sabe que, em 1900, na Alemanha, foi feito o primeiro censo para descobrir onde estavam as pessoas com deficiência e quem eram elas. Nós ainda não temos um censo semelhante a esse. Nós até sabemos um pouco da quantidade, mas não nos aprofundamos nesse público. Precisamos de informação desse tipo. Precisamos saber quem são essas pessoas, como vivem, que tipo de deficiência têm, do que precisam. Têm cadeira de rodas? Têm aparelho auditivo? Já usam óculos? Têm baixa visão? Pesquisa aprofundada como essa nunca tivemos no Brasil. Ainda esperamos o resultado do Censo 2010 - está por vir ainda neste ano. O Censo, de certa forma, faz um mapeamento em relação às pessoas com deficiência. Mas queremos mais, queremos um "censo inclusão", que demonstre onde elas estão e quem são.

Ouçó o Deputado Alfredo.

O Sr. Alfredo Kaefer - Deputada Mara Gabrilli, eu estava fora, devido a um compromisso, quando ouvi o seu discurso pela *Rádio Câmara*. Decidi vir correndo para fazer um aparte. V.Exa. já deve ter lido um ditado chinês que diz mais ou menos o seguinte: *"Eu reclamava dos meus sapatos, mas parei de fazê-lo quando vi um homem sem pés"*. Quando a Deputada veio à Câmara, eu me lembrei desse ditado. Eu também tenho uma deficiência física, mas, quando conheci V.Exa., vi o seu esforço e trouxe isso para mim. Eu me lembrei do ditado chinês. Diante da sua deficiência, a minha é nula, é zero, é muito pouca. Nesses quase 5 anos em que estou aqui, tenho me envolvido com diversos assuntos relacionados à deficiência, mas tenho que admitir que não com tanta intensidade como deveria e poderia fazê-lo. Eu fiquei muito tranquilo, fiquei em paz quando da sua presença e do seu empenho por todos os movimentos em prol das pessoas com deficiência e quando da presença de outros Deputados que também o fazem. Tenho aproveitado minha experiência e minha inteligência em outros temas em que tenho mais foco, como na área de finanças, economia, tributação. Parabenizo V.Exa. pelo empenho, nesta Casa, na Câmara dos Deputados, em buscar o direito daquelas pessoas que muitas vezes não são como nós, que temos acessibilidade disponível. Fora, há tantas coisas de que precisamos... Meus cumprimentos.

A SRA. MARA GABRILLI - Obrigada, Deputado Alfredo.

O Sr. Wilson Filho - Deputada Mara, venho aqui apenas para



parabenizá-la. Algumas pessoas podem até dizer que V.Exa. pode ter alguma deficiência, mas eu acho que, no Brasil, existem várias pessoas com deficiência de alma - para mim, essa é a verdadeira deficiência. Parabéns V.Exa. não pelas várias dificuldades e obstáculos que possa ter ao representar os deficientes do nosso Brasil, e sim pela pessoa batalhadora e honesta que sempre quer o melhor não só para o seu Estado, mas para todo o nosso Brasil. Parabéns. Eu me coloco à sua disposição não apenas para seus pensamentos e projetos, mas para todo o trabalho durante estes 4 anos. Tenha no Deputado Wilson Filho um parceiro de todos esses ideais, porque eu sei que, no final, V.Exa. estará pensando no bem do nosso povo. Parabéns.

A SRA. MARA GABRILLI - Obrigada, Deputado Wilson.

V.Exas. sabem que eu escuto muito isto: as pessoas com deficiência têm limitações. Eu fico indignada e contesto. Eu acho que limitação é ter um Estado incapaz de garantir direitos aos seus cidadãos. Limitação é ter um governo que exclui e nega direitos às pessoas com deficiência.

Aqui, mais uma vez, reassumo meu compromisso de trabalhar por esse segmento.

Muito obrigada.

Documento 40/311

230.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/09/2011-14:12
Publ.: DCD - 02/09/2011 47129	- PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização, pela Comissão de Educação e Cultura, de audiência pública destinada ao debate do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar a audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação e Cultura, quando discutimos com a sociedade civil, através de instituições



representativas como a Central Única dos Trabalhadores, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a proposta do PNE - Plano Nacional de Educação.

Nós da Comissão Especial, sob a Presidência do Deputado Gastão Vieira, na audiência pública procuramos colher mais propostas para o PNE. O Relator, Deputado Angelo Vanhoni, ouviu atentamente a proposta principal, tema da discussão maior, ou seja, o financiamento da educação.

E só poderemos fazer o financiamento da educação com o percentual de 10% do PIB...

(O microfone é desligado.)

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PROFESSOR SETIMO - Concluindo, Sr. Presidente, precisamos de 10% do PIB para implantar uma política educacional de qualidade no nosso País.

Documento 41/311

243.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 14/09/2011-15:28

Publ.: DCD - 15/09/2011 - 50500 ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 50º aniversário de criação da Rede da Legalidade. Retrospecto da atuação do PDT em defesa da educação e dos direitos trabalhistas. Alocação, no novo Plano Nacional de Educação - PNE, de recursos para a instalação de escolas de tempo integral no País. Desempenho do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Transcurso do 120º aniversário da implantação da inspeção do trabalho no País. Atuação do orador na condição de Relator da Medida Provisória nº 529, de 2011, sobre a redução da alíquota da contribuição previdenciária do microempreendedor individual. Realização das obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para nós, participar deste



momento na Câmara dos Deputados reveste-se de uma importância ímpar. Primeiro porque 2011 é o ano em que estamos comemorando os 50 anos da Rede da Legalidade, movimento que me fez, particularmente, encantar pela política.

No início da década de 80, eu ainda participava de células de Comunidades Eclesiais de Base no bairro de Pirambu, na minha querida Fortaleza, e quando entrei na faculdade disse: Vou me definir por um partido político. E comecei a estudar alguns partidos que estão estavam despontando na época. Estudei o PDT e, através dele, claro, não poderia deixar de estudar a vida de Brizola. Infelizmente, nossos livros à época pouco contavam a seu respeito e muito menos sobre a Rede da Legalidade. Esse foi um dos movimentos mais belos da história do nosso País, em que Brizola mobilizou toda a população do Rio Grande do Sul. Através dessa mobilização e também de uma ampla cadeia de rádios, a partir da Rádio Guaíba, contagiou todo o povo brasileiro e garantiu a posse do Vice-Presidente João Goulart, conforme previa a Constituição, após a renúncia do então Presidente Jânio Quadros.

Esse momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desencadeou uma visibilidade ainda maior do que era o trabalhismo. O trabalhismo de Getúlio Vargas tinha então um novo Presidente, João Goulart, que tentou de todas as maneiras fazer reformas de base. E todos nós sabemos o desfecho que foi dado com o golpe militar de 64.

Após isso, no exílio, Brizola começou a se organizar juntamente com tantos outros brasileiros e brasileiras em busca da redemocratização do nosso País. Até que, em 1979, conseguimos através da Carta de Lisboa dar as premissas básicas do que seria o PDT, ou o PTB que sonhávamos, que, infelizmente, na época foi tirado das mãos de Brizola, por uma manobra do regime militar, e concedido à então Deputada Ivete Vargas. Mas Brizola criou o PDT, herdeiro maior do trabalhismo no Brasil. Desde que assumiu o Governo do Estado - e ele teve essa característica, pois foi Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro - teve como projeto uma educação de qualidade, de tempo integral para todos os fluminenses, para as pessoas que tanto precisavam.

Juntamente com Darcy Ribeiro, criou os CIEPs, escolas de tempo integral onde crianças participavam, num turno escolar, das atividades letivas normais, e, no contraturno, de atividades esportivas, assistências médica e odontológica, e voltavam para casa com três refeições já tomadas.

Enfim, se esse projeto educacional iniciado por Brizola em seu primeiro governo tivesse sido continuado no governo subsequente, ou seja, educação não apenas como uma política de governo, mas como uma política de Estado, certamente os hoje jovens chefes do narcotráfico,



jovens criminosos, especialmente do Estado do Rio de Janeiro - esses foram os beneficiados dos CIEPs -, teriam uma realidade bem diferente. Esses hoje jovens criminosos eram crianças na década de 80 e início da década de 90, quando iniciou o segundo Governo Brizola, ou até mesmo sequer tinham nascido. O chefe do tráfico tem sua vida cerceada muito cedo. A longevidade não é muito grande.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado André Figueiredo?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Pois não, Deputado Mauro Benevides, de quem eu tenho muito orgulho de ser conterrâneo.

O Sr. Mauro Benevides - A essa altura do pronunciamento de V.Exa., eu não me dispensaria de deslustrar o seu discurso com uma referência encomiástica que desejo fazer exatamente ao citado Darcy Ribeiro, já que tive o privilégio de conviver com ele no Senado Federal. Naturalmente, naquela convivência de tantos anos pude identificar a figura não apenas do criador da Universidade de Brasília, mas aquele homem de projetos ousados, que se transformaram em autêntica realidade quando Governador do Rio de Janeiro, o Sr. Leonel Brizola. Portanto, é uma figura excepcional. E ainda me permitiria nesses 30 segundos, no aparte a V.Exa., como me recomenda o Regimento, dizer que assisti à posse de Darcy Ribeiro, eleito membro imortal da Academia Brasileira de Letras, em uma solenidade magnífica, com a presença do Senador José Sarney, membro também da ACL, e da nossa conterrânea Raquel de Queiroz. Naquele instante, Darcy Ribeiro, em uma estilística própria, saía do texto para fazer aquelas exceções, fora exatamente do discurso formal apresentado à Academia, e revelava sem dúvida aquele talento fulgurante, que foi marca indelével da sua personalidade de escol. Portanto, a essa altura do pronunciamento, permito-me homenagear a sua memória, certo de que ele foi um grande brasileiro que soube pôr em prática suas ideias geniais, que aí estão, para garantir a imortalidade do seu nome. Cumprimento V.Exa.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides, grande referência da política do Estado do Ceará, de quem tenho muito orgulho de ser conterrâneo.

Como já havíamos dito, e que o Deputado Mauro Benevides muito bem disse, Darcy Ribeiro nos deixou um grande projeto de educação. Esperamos que realmente o Plano Nacional de Educação, que está sendo votado nesta Casa, venha a contemplar uma destinação maior de recursos para que em um determinado espaço de tempo possamos ter escolas em tempo integral de forma ampla, geral e irrestrita para todas as nossas crianças.

Afirma o seguinte, como lema de vida, o nosso Senador Cristovam



Buarque: *"O Brasil só vai ser um País verdadeiramente justo quando todas as nossas crianças, independente de origem social, sejam elas filhas do mais humilde agricultor ao mais rico fazendeiro, do mais humilde operário ao mais rico industrial, tiverem igualdade de oportunidades a partir da escola. Porque a vida vai dar a cada um o seu devido rumo, mas a escola tem que ser igual para todos".*

Sr. Presidente, educação é indispensável, mas não há nada mais que traga cidadania juntamente com educação para o adulto do que o trabalho. E aí entra a segunda pilastra do PDT: trabalho como fonte maior de cidadania.

Na verdade, as primícias do trabalhismo partem da valorização do trabalho e da defesa intransigente dos direitos do trabalhador; direitos que tão duramente foram conquistados e, de vez em quando, querem cercear sob o tema flexibilização. Ora, flexibilizar direitos de quem já tem muito pouco é algo, até certo ponto, que não dá nem para se discutir. Nós temos, sim, que garantir o desenvolvimento econômico do País através de uma ampla geração de empregos.

E muito orgulha o PDT ter hoje o Ministro Carlos Lupi, que é o nosso Presidente licenciado. E falo com muito orgulho, porque atualmente sou o Presidente Nacional do PDT, de forma interina. Sou o primeiro Presidente do PDT fora do eixo Rio-Rio Grande do Sul. Tenho a missão de informar a cada um e a cada uma dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Ministro Lupi e por todos que o acompanham no Ministério do Trabalho e Emprego.

Poderíamos começar pelo brilhante trabalho de mediação da relação patronal/laboral, com índice de mais de 70% de êxito. Ou seja, não é preciso deflagrar a greve para se obter mediação justa entre o capital e o trabalho.

Quero fazer uma saudação toda especial à Secretária de Relações de Trabalho do Ministério, Dra. Zilmara Alencar, que é nossa conterrânea, do Estado do Ceará; ao mesmo tempo, ao nosso conterrâneo da SRT-CE, o companheiro Xavier; e ao atual Superintendente Júlio Brizzi.

Poderíamos ter, talvez, nessa mediação um grande componente dessa valorização do trabalho: a economia solidária, porque o Ministério é do Trabalho e do Emprego. Não apenas o emprego celetista é a fonte de trabalho do povo brasileiro. Há empreendimentos econômicos solidários que merecem todo o apoio por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, na figura do Prof. Paul Singer, que é o Secretário Nacional de Economia Solidária, um brasileiro como poucos, defensor de todos esses empreendimentos, como a economia solidária, como poucos fazem no Brasil.

Certamente, Sr. Presidente, de 2003 a 2010 - na verdade, até agora,



agosto de 2011 -, nós já tivemos no nosso País a geração de mais de 17 milhões e 200 mil novos postos de trabalho, de acordo com o sistema RAIS-CAGED. Esse número é inigualável. É muito importante ver como o Brasil passa pelos efeitos das crises econômicas mundiais. Em 2008, houve uma; em 2011, outra, e estamos sentindo o seu reflexo, mas com novas circunstâncias.

Hoje mesmo o Ministro Carlos Lupi, ao divulgar o CAGED de agosto, nos trouxe a bela informação de que em agosto de 2011 tivemos a geração de 190.446 novos postos de trabalho. A terceira melhor série de agosto do sistema CAGED. Isso é fruto do acaso? Isso é fruto de dádiva divina? Não, ainda que certamente a dádiva divina seja complemento disso (as bênçãos de Deus sempre são importantes para que nós possamos ter governos justos como é o da Presidenta Dilma e como foi o do Presidente Lula). É certamente fruto de um trabalho direcionado a desenvolver o Brasil, gerando emprego e distribuindo renda.

E é isso o que faz cada um de nós pedetistas ter muito orgulho do Ministro Carlos Lupi, porque, a partir do momento em que o Brasil dá ao restante do mundo exemplo de como se pode, num ambiente de crise econômica mundial, gerar emprego, e emprego decente, não precarizado, nós podemos dizer que o Brasil não é mais apenas o país do futebol, o país do vôlei, o país do samba; o Brasil é o país do emprego e da renda, o país do desenvolvimento com justiça social.

O Brasil é uma ilha de prosperidade? Estamos chegando ao absoluto paraíso? É evidente que não. Muita coisa ainda há por se fazer. Não é possível compensar mais de 500 anos de injustiça em pouco mais de 8 anos. Mas o Brasil está no caminho certo. O Brasil tem cada vez mais a convicção de que por meio do trabalho poderemos tirar crianças e adolescentes da rua. Por meio de fiscalização do trabalho eficiente, nós poderemos, sim, fazer com que crianças e adolescentes estejam em salas de aula ou sejam aprendizes.

Aproveito o ensejo para fazer uma saudação aos 120 anos da inspeção do trabalho no Brasil. São 120 anos de uma categoria que representa muito bem o esforço de buscar os direitos dos trabalhadores, de garantir que esses direitos sejam materializados no dia a dia da nossa vida econômica.

E poderíamos citar alguns dados. Na verdade, na inspeção do trabalho, temos alguns números absolutamente fantásticos e exemplares para o restante do País, como o número de trabalhadores resgatados de situações análogas às de escravo. Infelizmente, isso ainda existe no Brasil. Nosso País ainda vive, em alguns locais, realidades muito duras, como a que culminou com a tragédia de Unai, onde bravos servidores do Ministério do Trabalho foram chacinados.



É bom constatar que de 2007 e 2010, portanto em apenas 4 anos, por meio de 573 operações fiscais, 17.412 trabalhadores que viviam em situação análoga à de escravo foram resgatados. É também bom sabermos que quase 25 mil crianças e adolescentes foram retirados de situação irregular de trabalho não permitido para sua faixa etária. É bom sabermos ainda que, com a fiscalização, 265 mil aprendizes e 103 mil pessoas com deficiência foram inseridos no mercado de trabalho.

E, ao falarmos em aprendizes e em pessoas com deficiência, não podemos deixar de mencionar a honra que nos foi concedida pelo Presidente Marco Maia de relatarmos a Medida Provisória nº 529. No relatório, em paralelo aos benefícios já concedidos aos microempreendedores individuais, reduzimos de 11% para 5% a contribuição previdenciária e incluímos benefícios historicamente defendidos por tantos que fazem nesta Casa a defesa das pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência tinham dificuldade de serem inseridas no mercado de trabalho. Sabemos que, em sendo de baixa renda e estando em situação de vulnerabilidade, todas elas tinham direito ao BPC - Benefício de Prestação Continuada - e que, ao serem inseridas, perdiam esse direito.

Em trabalho conjunto com os Deputados Romário, Otavio Leite, Eduardo e a Deputada Rosinha, enfim, com tantos quantos defendem as pessoas com deficiência, conseguimos incluir um dispositivo que lhes garanta, ao entrarem no mercado formal de trabalho, não terem mais esse benefício cessado, apenas suspenso. Ou seja, elas são admitidas e, no caso de demissão, não precisam passar pelo burocrático processo de busca desse benefício, têm garantido o retorno ao mesmo. Tenho convicção de que isso vai gerar a inclusão de um número impressionante de novos profissionais com deficiência no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, se essas pessoas com deficiência foram aprendizes, demanda essa muito grande de todos os que realizam o movimento da aprendizagem, que possamos garantir que o BPC também não seja suspenso e haja cumulatividade com o salário-aprendizagem, na época da aprendizagem. Ou seja, pessoas com deficiência têm o BPC e têm garantido o salário-aprendizagem. Essa foi uma grande vitória que consta da Lei nº 12.470, originada pela Medida Provisória nº 529, que a Presidenta Dilma sancionou no último dia 31 de agosto.

Inclusive, é bom que se diga que a Presidenta Dilma, em programa transmitido na noite de domingo, disse que, se havia algo que a fazia sorrir nos primeiros meses de seu mandato, foi a conquista que ela garantiu aos microempreendedores individuais ao baixar de 11% para 5% a contribuição previdenciária.



O que isso significa? As pessoas que trabalham por conta própria - o microempreendedor individual, apesar desse nome extenso, não deixa de ser um trabalhador por conta própria -, as pessoas que sustentam sua família com seu suor e sem as garantias de um emprego celetista, como o pipoqueiro, o doceiro, a manicure, o mecânico, são pessoas que, quando adoecem, não recebiam auxílio-doença, porque pagar 20% e mesmo, posteriormente, 11% do salário mínimo era pagar um valor muito alto. Agora, reduzido esse valor para 5% - estamos falando de R\$27,25, com o salário mínimo vigente -, temos a convicção de que haverá um grande número de formalizações desses profissionais. E, caso aconteça a fatalidade de uma doença, essas pessoas receberão auxílio-doença, e sua família estará com o sustento garantido. Se for mulher e engravidar, poderá contar com o salário-maternidade.

Isso é cidadania. Isso é garantia.

E conseguimos estender esse benefício também para as donas de casa cuja renda mensal familiar não ultrapasse dois salários mínimos. Ou seja, aquela que também é uma trabalhadora, que passa o dia cuidando dos filhos, tomando conta da casa, ela também agora tem esse benefício concedido aos demais trabalhadores.

Isso é justiça social, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e o PDT se sente muito honrado de fazer parte de toda essa história, história em que cada vez mais temos de fazer menção a programas que visam o desenvolvimento, volto a dizer, com geração de emprego e renda.

Aprovamos recentemente nesta Casa o PRONATEC, programa que vai garantir a inclusão de milhões de jovens no mercado de trabalho por meio de uma qualificação profissional eficiente. Agora, não podemos de maneira nenhuma ver cessados programas exitosos como o ProJovem, que foi criado em 2005 pelo Presidente Lula como programa de Estado, não de Governo.

O ProJovem deu um passo atrás neste ano. Nós tínhamos quatro modalidades desse programa, e o ProJovem Urbano, vinculado à Secretaria Nacional de Juventude, foi transferido para o Ministério da Educação. E aqui, desta tribuna, eu já fazia menção a que isso traria um grande prejuízo para a juventude brasileira.

De 2003 a 2010, o ProJovem e os programas que o antecederam com outras denominações voltados à inclusão juvenil pela qualificação profissional garantiram nesse período mais de 2 milhões e 700 mil jovens qualificados. E só no ano de 2011, com a transferência do ProJovem Urbano para o Ministério da Educação, saindo da Secretaria Nacional de Juventude, 57 mil jovens deixaram de ter essa oportunidade.

Por isso é que nós, insistentemente, apelamos para a Presidenta



Dilma: não vamos extinguir o ProJovem; vamos, cada vez mais, fortalecer também o ProJovem Trabalhador, no Ministério do Trabalho. De 2007 a 2010, com o ProJovem Trabalhador, o Plano Setorial de Qualificação - PLANSEQ e os Planos Territoriais de Qualificação, conseguimos garantir a qualificação profissional de mais de 700 mil pessoas.

Tudo isso é reflexo - volto a dizer - de um trabalho que visa fazer nosso País ser exemplo não apenas no esporte, mas também na geração de emprego e renda e em uma melhor justiça social e regional.

Estamos falando de esportes. Vamos falar, claro, desta década, em que o Brasil vai ser vitrine do mundo e precisa fazer com que os legados sejam deixados por estes grandes eventos esportivos: Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Que nós tenhamos a convicção de que eles precisam ser deixados em obras de infraestrutura - arenas esportivas, portos, aeroportos, infraestrutura viária indispensável para o deslocamento de pessoas, principalmente dos trabalhadores que moram distantes dos seus locais de trabalho.

Mas precisamos ter a convicção de que esta década vai nos deixar um grande legado em relação às pessoas, que precisam ser qualificadas, que precisam ter, talvez pelo esporte, a chance de ver que podem se tornar, se não grandes atletas, grandes cidadãos.

Existem vários programas sendo desenvolvidos. Nós temos apresentado na Comissão de Turismo e Desporto esta tese em cuja tecla batemos insistentemente: o Brasil precisa aproveitar esta maré de esportes, de eventos esportivos e fazer com que o legado que nos deixam seja permanente em visibilidade para o mundo, em infraestrutura, em desenvolvimento urbano, mas especialmente em condições melhores de vida para o nosso povo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso tudo que a gente, nesse espaço de tempo, vem discutindo é fruto de uma história que o PDT se sente muito honrado em ajudar a construir, desde a época do trabalhismo de Getúlio Vargas, passando por João Goulart e Leonel Brizola e chegando a todos nós que hoje compomos o partido.

Somos 28 Deputados Federais, 5 Senadores e 78 Deputados Estaduais e temos o Ministro do Trabalho. Somos um partido organizado, nos 26 Estados e no Distrito Federal, que está pronto para cada vez mais ajudar o Brasil a ser aquilo que Brizola tanto sonhou: um país verdadeiramente do povo brasileiro, que se desenvolva a partir de premissas, porque não adianta desenvolvermos uma região, se nossos vizinhos são muito pobres; não adianta desenvolvermos uma atividade econômica, sem nos preocuparmos com todos os trabalhadores que fazem parte dela; não adianta termos uma situação presente boa, sem nos preocuparmos com o futuro de nossas crianças. E aqueles que



ainda estão por vir merecem essa preocupação.

Isso tudo é a bandeira que Brizola, em todos os seus Governos, tanto defendeu; isso tudo é a bandeira de todos nós pedetistas, nacionalistas e trabalhistas. E, acima de tudo, acreditamos numa política com "P" maiúsculo. Isso tudo é a convicção que temos da missão de incansavelmente defender, seja nesta Casa, seja nas ruas das nossas cidades, seja nos campos, seja nas escolas, seja nas construções.

Em todos os locais precisamos levantar a bandeira de que o Brasil está no caminho certo, de que no Brasil há pessoas como a Presidenta Dilma, o Ministro Lupi e tantos outros, como o Senador Cristovam, que cito em nome de todos os Senadores, como nosso Líder Giovanni Queiroz, que cito em nome de todos os Deputados do PDT e desta Casa.

Temos a convicção de que, a partir de todos esses movimentos e principalmente de uma grande mobilização popular, nós ainda vamos ter condições de ver com nossos próprios olhos o Brasil que todos nós sonhamos, um Brasil que seja respeitado a partir do respeito que tem para com seu povo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renato Molling) - Parabéns, Deputado André Figueiredo, pela excelente explanação de temas de extrema importância para o nosso País.

Documento 42/311

244.1.54.O

Sessão Extraordinária - 15/09/2011-09:32
CD

Publ.: DCD - 16/09/2011 -
50871

RONALDO ZULKE-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Convite à população do Estado do Rio Grande do Sul para participação em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura, destinada ao debate do novo Plano Nacional de Educação - PNE e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

O SR. RONALDO ZULKE (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Brevíssima, brevíssima, Sr. Presidente. Obrigado.

Sr. Presidente, queremos apenas registrar nos Anais desta Casa a grande audiência pública que vamos realizar no Rio Grande do Sul, no próximo dia 27, com a Comissão de Educação desta Casa, para discutir o Plano Nacional de Educação, com a presença da nossa Presidenta Fátima Bezerra e dos Relatores, e o PRONATEC.

E também queremos, aproveitando a oportunidade, convidar todo o povo gaúcho para esse evento.

O Rio Grande do Sul quer colaborar, quer contribuir, com as suas proposições, para o aperfeiçoamento e a qualificação desse importante projeto que tramita aqui nesta Casa.

Era essa a nossa comunicação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Obrigado.

Documento 43/311

263.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/09/2011-14:02
Publ.: DCD - 29/09/2011 - 53957	DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Escolha do Deputado Lelo Coimbra para Presidente da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Participação do orador no Congresso Internacional Educação: uma Agenda Urgente. Necessidade de cumprimento das metas do Programa Todos pela Educação e da criação de indicador nacional para aferição do aprendizado da escrita e da leitura de estudantes alfabetizados. Defesa da realização de investimentos no setor.



O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Lelo Coimbra por ter sido eleito Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, da qual faço parte como membro titular.

Eu sou um exemplo vivo do que a educação pode fazer pelas pessoas. Sou filho mais velho de nove irmãos cujo pai era operário, e em função de ter estudado em escolas federais pude me formar médico e estou hoje Deputado nesta Casa, fazendo um trabalho que considero importante no sentido de levar o conhecimento às pessoas, procurar dar oportunidade de estudo para todos e principalmente defender o interesse da minha região, que é a cidade de Franca, no nordeste do Estado de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como membro titular da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, reconheço a importância de termos metas harmoniosas em prol do objetivo de fazer do Brasil um país desenvolvido e melhorar a qualidade da educação.

Neste mês, participei do Congresso Internacional *Educação: uma Agenda Urgente*, promovido pelo movimento Todos Pela Educação, envolvendo o Parlamento, o Governo Federal, a iniciativa privada, o terceiro setor e organizações internacionais, com o intuito único de elevar a qualidade e universalizar o acesso à educação no Brasil.

Sou um exemplo do que a educação pode fazer na vida de uma pessoa. Menino pobre, primogênito de nove irmãos, filho de operário, tornei-me médico e me elegi Deputado Federal. Desse modo, vejo, com uma visão particular, as metas do Programa Todos Pela Educação como metas que precisam ser cumpridas para que o destino de outros brasileiros seja o de um país desenvolvido e com oportunidade para todos.

Nós do PSB entendemos que é imperativo que as metas propostas para a educação de qualidade sejam atingidas. Essas metas devem fazer com que, até o ano de 2022, todas as crianças e jovens entre 4 e 17 anos estejam matriculados e frequentando a escola.

Sabemos que, se o Brasil deseja concretizar seu objetivo de potência,



é necessário que todos esses jovens estejam matriculados e aprendendo adequadamente, sendo capazes de terem adquirido habilidades de leitura e escrita até o final da 2ª série do ensino fundamental.

Garantir o direito de alfabetização na idade correta a todas as crianças é fundamental. Para verificar e acompanhar esse direito é necessário analisar dois tipos de informação: se a conclusão da 2ª série ocorre na idade correta e qual foi a qualidade da alfabetização.

Nós precisamos criar um indicador nacional que permita medir o aprendizado da escrita e da leitura, pois ainda não o temos. Quando tivermos esse indicador, poderemos acompanhar a Lei de Responsabilidade Educacional. Esta lei, que hoje é ainda um projeto, tem de ser rapidamente aprovada. Ela é uma das bandeiras do Ministro Fernando Haddad e visa a harmonizar os planos e ações dos gestores federais com seus respectivos pares nas esferas estadual e municipal em prol da qualidade da educação. A defesa do Ministro Fernando Haddad a essa lei se deve à importância dessa responsabilidade participativa.

Queremos, portanto, que todo aluno tenha o aprendizado adequado à sua série e que todos tenham aprendido o que é essencial em Matemática e Português. Isso nos permitirá que todos os alunos da 4ª e da 8ª séries, tanto na rede pública como na privada, tenham desempenhos superiores na escala de Português e Matemática do SAEB, o Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Outro problema que precisamos resolver é acabar com o abandono dos estudos e permitir que os jovens concluam o ensino médio até os 19 anos. Atingir esses objetivos é o núcleo dessa evolução e estabelece objetivamente o que seria uma educação de boa qualidade.

Se quisermos essa educação de qualidade, precisamos de mais recursos para a educação e maior comprometimento do Estado.

Maiores investimentos na educação significam uma economia no orçamento de segurança pública, assistência social e da saúde. Tenho certeza de que o fim da pobreza só será possível quando o Estado der condição para que o indivíduo saia do patamar mais baixo de renda e baixa escolaridade, de modo que adquira capacidade para trabalhar e lutar em defesa da sua cidadania, dos seus direitos e de sua sobrevivência.

Precisamos nos lembrar de que para o sucesso e a implantação da qualidade na educação é preciso ter corpo docente formado por profissionais de nível universitário com ganhos compatíveis e semelhantes ao de outras formações universitárias com o mesmo tempo de serviço. Para qualificarmos e elevarmos o nível técnico e



acadêmico de todos os cursos é preciso professores com pós-graduação, mestres e doutores, preocupados não somente com a pesquisa, mas com a aplicabilidade dos seus conhecimentos nas metodologias e práticas de ensino. Na educação especial, se desejamos uma real inclusão dos deficientes, sejam eles físicos ou mentais, precisamos de escolas com acessibilidade, número menor de alunos por sala de aula, cuidadores para apoio e principalmente professores treinados para lidar com esse tipo de aluno.

O plano pode parecer ambicioso, mas é, na realidade, o mínimo necessário para que os gargalos de infraestrutura que impedem o crescimento do País sejam superados. É necessário investir na educação do povo se quisermos investir no País. A educação é prioridade em meu mandato, e vou lutar para que ela se torne, de fato, prioridade para todos e deixe de ser apenas bandeira eleitoreira.

Documento 44/311

275.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/10/2011-15:09
Publ.: DCD - 07/10/2011 - 55821	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Deputado Anthony Garotinho de apoio ao comparecimento de Ministra à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Realização de audiência pública pela Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Mercantilização do ensino superior no País.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço ao Deputado Garotinho que nos ajude a aprovar nosso requerimento na CCJC, convidando a Ministra para prestar esclarecimentos. Se fosse qualquer um de nós, já haveria CPI, etc. e tal. Parece-me que esta Casa tem medo de fazer uma CPI do Judiciário. Não queremos isso, queremos que ela venha esclarecer a questão, e daremos apoio à coragem que ela está tendo.

Sr. Presidente, ontem, houve uma audiência pública na Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação, com a presença de Luís Fernando, representante do MEC; Carbonari Netto, representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; do Reitor Marcelo Ferreira, Vice-Presidente da Associação Brasileira



das Universidades Comunitárias - ABRUC; de André Luiz, da União Nacional dos Estudantes; e Madalena Guasco, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE.

Apresento alguns dados interessantes, como este: 75% das matrículas universitárias estão no setor privado; o restante, no setor público. Do setor privado, destacamos duas correntes: uma para as entidades filantrópicas; a outra para as entidades com fins lucrativos. Uma terceira seria a comunitária, que, na minha avaliação, é a pública sem ser estatal. Elas contribuem com 30 bilhões por ano, 1% do Produto Interno Bruto.

Tenho preocupação, porque a maioria delas está vendendo ações para o capital externo. Esse tipo de transação prejudica nossa liberdade. É a questão de a universidade ser uma preocupação nacional e de não se tornar uma mercadoria, como vem ocorrendo atualmente.

Sr. Presidente, acho que a marcação do meu tempo está errada. Ainda não falei por 3 minutos, e faltam 36 segundos para o término do prazo. Estou lendo ligeiro.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - O Deputado Chico Lopes dispõe do prazo de 4 minutos, prorrogável por mais 1 minuto. Se a Mesa não lhe deu o tempo certo, corrija.

O SR. CHICO LOPES - Há essa preocupação externa da Casa. Justifico o porquê.

A luta por uma educação pública de qualidade e universalizada é bandeira histórica entre as entidades dos movimentos sociais da área educacional. Entretanto, sob o argumento de incapacidade do Estado em ofertar vagas suficientes para atender à população, a Constituição de 1988, assim como as anteriores, estendeu à iniciativa privada a faculdade de atuar na área em questão, desde que cumprisse o que estabelece o art. 209, incisos I e II.

Porém, é sabido que muitos dos estabelecimentos privados, tanto os com fins lucrativos quanto os sem fins lucrativos, deixam a desejar na qualidade do ensino por eles ofertado. Para além da qualidade, também é de conhecimento de todos que os profissionais que atuam nessas instituições não possuem plano de carreira adequado, fato que impossibilita o aperfeiçoamento constante necessário ao magistério.

Também é mister garantir a gestão democrática nesses estabelecimentos, para que a tomada de decisão seja construída de forma plural.

Sr. Presidente, solicito que seja considerado como lido, assim como



divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa, este pronunciamento sobre a nossa preocupação com o ensino universitário no Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a luta por uma educação pública de qualidade e universalizada é bandeira histórica entre as entidades do movimento social da área educacional. Entretanto, sob o argumento de incapacidade do Estado em ofertar vagas suficientes para atender a toda a população, a Constituição Federal de 1988, assim como as anteriores, estendeu à iniciativa privada a faculdade de atuar na área em questão, desde que cumprisse os preceitos estabelecidos pelo art. 209, incisos I e II.

Porém, é sabido que muitos dos estabelecimentos privados, tanto os com fins lucrativos quanto os sem fins lucrativos, deixam a desejar na qualidade do ensino por eles ofertado. Para além da qualidade, também é de conhecimento de todos que os profissionais que atuam nessas instituições não possuem plano de carreira adequado, fato que impossibilita o aperfeiçoamento constante necessário ao magistério.

Também é mister garantir a gestão democrática nesses estabelecimentos, para que a tomada de decisão seja construída de forma plural, levando em conta a opinião dos setores discentes, docentes e de técnicos. Tal conceito deve ser considerado como fator de melhoria da qualidade da educação, de aprimoramento e continuidade das políticas educacionais. Nesse sentido, é importante a incorporação dos conceitos de autonomia, democratização, descentralização, qualidade e participação. Para que tais anseios sejam atendidos é necessário que o Sistema Nacional de Educação, deliberado pela Conferência Nacional de Educação, seja um mecanismo articulador do regime de colaboração no pacto federativo, preconizando a unidade nacional, respeitando a autonomia dos entes federados e garantindo diretrizes educacionais comuns, não apenas ao ensino público, mas também ao privado, através da sua normatização, coordenação e regulamentação.

Dessa forma, fomentar o debate sobre o tema, incluindo entidades que representam tanto o setor dos trabalhadores quanto dos estudantes e o das próprias instituições, é essencial para que a regulação aprovada pela CONAE possa ser incluída na lei, permitindo, assim, um aperfeiçoamento da educação no País.



278.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 10/10/2011-16:56

Publ.: DCD - 11/10/2011 - 56033 ELISEU PADILHA-PMDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Diagnóstico da educação no Brasil. Importância do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Prioridade dos investimentos governamentais no setor educacional.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros, venho à tribuna da Câmara dos Deputados dialogar com a cidadania brasileira, principalmente. Quero falar sobre o tema que reputo como o mais importante da atualidade para todos nós: educação, produção, acumulação e multiplicação do conhecimento dos brasileiros.

Desde a Monarquia, passando pelo Império e durante todo o período republicano, não demos a devida importância à educação, à qualificada formação da nossa gente. E a consequência disso é o atraso em que nos encontramos na correlação internacional.

Já é mais do que tempo de nós, todos os brasileiros, darmos à educação a prioridade que pode radicar nos ensinamentos de Platão, proferidos há mais de 2.400 anos. Disse ele: *"Existe apenas um bem, o saber, e apenas um mal, a ignorância"*.

Desde os tempos do Brasil Colônia, teimosa e fatidicamente, temos deixado para o Governo a exclusividade da responsabilidade e da iniciativa para a definição da educação - do conhecimento - que queremos e de que necessitamos.

A Nação brasileira tem de assumir a sua parte na construção e na execução de um sistema nacional de educação que lhe garanta a qualificação necessária, em cada quadra da história, para sua inserção entre as de maior desenvolvimento humano. O Governo precisa e quer que cada brasileiro exerça o seu papel de cidadão na democracia participativa com a qual conduz a educação.

Esse é o coração do chamamento que busco aqui fazer. E queira Deus que seja ouvido, entendido e correspondido.

Está tramitando na Câmara dos Deputados, neste momento, o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, de iniciativa do Poder Executivo, propondo o novo Plano Nacional de Educação - PNE que, convertido em lei, vai



orientar todo o Sistema Nacional de Educação durante a próxima década.

A proposta do novo PNE, elogiada por todos que dela tomam ciência, propõe grandes e importantes avanços em relação ao plano anterior, a Lei nº 10.127, de 09 de janeiro de 2001. Em 12 artigos e no anexo, são enunciadas as 10 diretrizes e as 20 metas representativas de ditos avanços, comprovando que o atual Governo está disposto a levar a cabo um grande esforço para concretizar as garantias constitucionais de que a educação é "*direito de todos e dever do Estado e da família*" e um direito social.

Muitos exemplos colhidos nos modernos e vitoriosos sistemas de educação em vários continentes compõem o elenco de metas mencionado. Lá estão, por exemplo, os compromissos com a universalização do ensino, com a valorização do professor e sua formação continuada, com a construção da atratividade para o magistério, com a educação em tempo integral e, na Meta nº 20, com a obrigatoriedade de aplicação de 7% do PIB na educação pública. Sem dúvida, a proposta do Poder Executivo tenta construir atalhos para que o Brasil possa se incorporar ao pelotão de frente na educação mundial.

Portanto, a Nação brasileira tem a oportunidade ímpar de participar ativa e diretamente nas discussões dos critérios e, depois, nas ações que vão nortear toda a educação brasileira, toda a formação do conhecimento nos próximos 10 anos.

Desde as últimas décadas do século passado, o mundo caminha a passos largos no rumo da completa e absoluta franquia de mercado para todos os povos que tenham o que nele oferecer competitivamente. Produtos americanos são vendidos na Rússia e na China com as mesmas facilidades com que os produtos oriundos da Rússia e da China são comercializados nos Estados Unidos da América.

Como a competitividade dos produtos industrializados está diretamente relacionada à qualificação dos trabalhadores que os produziram, podemos, desde logo, concluir que terão maior participação no mercado, que venderão mais pelo mundo afora as nações que tiverem os mais altos níveis médios de educação - de conhecimento.

A globalização do mercado fez nascer a chamada civilização do conhecimento. Nesta, o nível de conhecimento passou a ser fator determinante do maior ou menor nível de desenvolvimento econômico e social de cada uma das nações.

Bastou ser publicado o inteiro teor do projeto de lei do novo PNE, com a Meta nº20 defendendo o investimento de 7% do PIB em educação, para surgirem pesadas críticas ao Governo e ao projeto. Ignoraram tais críticos e opositores que a grande distância que hoje separa o sistema



educacional brasileiro do correspondente nos países desenvolvidos só poderá ser vencida com o aumento da eficácia na gestão e com mais investimentos.

Na esteira do proposto pelo Governo, defendo o projeto do novo PNE por seu caráter inovador, porque busca a mais ampla participação da Nação, porque incorpora experiências exitosas em outros países e porque garante um aumento expressivo de 40% para os investimentos na educação pública. Só com a execução de um PNE arrojado e inovador, o Brasil poderá dar passos de gigante, indispensáveis para nos livrarmos do grande atraso educacional que nos contagia desde o descobrimento.

Não podemos tapar o sol com a peneira. Temos sérios problemas a resolver em nossa educação. E o PNE é, neste momento, o instrumento mais eficaz para avançarmos na eliminação de nossas deficiências.

Temos de unir forças - Nação, Estado e Governo - para concretizar o sonho de nos incluir, no tocante à educação, entre as nações mais desenvolvidas.

Vejamos qual a situação da educação brasileira na visão de organismos e autoridades mundiais no setor:

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que congrega 34 países com alto nível de desenvolvimento econômico, acaba de publicar o estudo intitulado *Education at a Glance 2011*, que pode ser entendido como *Um olhar sobre a educação 2011*.

Nesse estudo, é analisada a variação da percentagem dos cidadãos com ensino superior completo nos países-membros nos últimos 30 anos. O Brasil consta como situado na posição nº 31. Nos últimos 30 anos, o número de pessoas com ensino superior completo no Brasil passou de 9% para 12% da população, enquanto no Chile, que está em 11º lugar, variou de 17% para 35%, e na Coreia do Sul, primeiríssimo lugar, variou de 13% para 63% da população os que têm ensino superior completo.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Eliseu Padilha?

O SR. ELISEU PADILHA - Eu tenho medo do relógio, Deputado.

O Sr. Mauro Benevides - Perfeitamente, aguardarei V.Exa. terminar o seu pronunciamento.

O SR. ELISEU PADILHA - Como dizia, Sr. Presidente, na Coreia do Sul, que aparece em primeiríssimo lugar no *ranking*, variou de 13%



para 63% da população os que têm ensino superior completo.

Constatamos que, em 30 anos, nós variamos 3%; o Chile, 18%, e a Coreia do Sul, 50%. A variação média nos 34 países da OCDE, incluindo o Brasil, foi de 15% na população com ensino superior completo, 5 vezes maior que a nossa.

Outro tópico desse mesmo estudo da OCDE é relativo ao investimento dos países-membros em suas respectivas redes públicas de ensino fundamental e médio. No Brasil, investimos 2.098 dólares por aluno/ano. Entre os 34 países da OCDE, a média de investimento nas respectivas redes públicas é de 8.111 dólares por aluno/ano. Aqui comprovamos nossa defasagem no investimento em educação, pois empregamos apenas cerca de um quarto do que investem, na média, os 34 países da OCDE.

O citado estudo mostra também que, no ensino superior público, o Brasil investe 11.610 dólares por aluno/ano, enquanto que, na média, os 34 países da OCDE investem 10.543 dólares por aluno/ano. Portanto, investimos cerca de 10% acima da média da OCDE no ensino superior público.

Outro dado que nos deve preocupar em tal aferição da OCDE é o que retrata a relação entre funcionários extrassala de aula e professores. A média nos 34 países membros da OCDE é de 0,43 funcionário para cada professor. No Brasil, essa relação é de 1,48 funcionários para cada professor. Isso significa dizer que temos funcionários fora da sala de aula, custeados com a verba da educação, em número 3,5 vezes maior do que os demais membros da OCDE.

O Relatório da UNESCO 2010 *Índice de Desenvolvimento de Educação para Todos* - IDE registra que, em seu *ranking* de 128 países, o Brasil se encontra na 88ª posição. Mostra esse relatório também que, nos últimos 10 anos - embora vigorando o primeiro PNE - , nosso País caiu 16 posições, pois figurava na 72ª posição no ano 2000.

A Times Higher Education - THE, situada em Londres, na Inglaterra, principal avaliadora de universidades em todo o mundo, publicou no início deste ano o rol das 100 universidades com melhor reputação no mundo, a partir da oitava de 13.388 acadêmicos, em 131 países. Entre as 100 melhores universidades do mundo, não há nenhuma brasileira, mas figuram nesse rol universidades dos nossos concorrentes no BRIC - ou seja da China, da Índia e da Rússia. O primeiro lugar em tal seleção continua sendo dos Estados Unidos, com 45 entre as 100 melhores e 7 entre as 10 principais universidades do mundo.

A parte boa para nós, brasileiros, em tal *ranking* da THE é a que informa que a universidade melhor avaliada na América Latina é



brasileira, a Universidade de São Paulo - USP, que está colocada na posição nº 178, ou seja, no 178º lugar.

A revista *Conjuntura Econômica*, uma publicação da Fundação Getúlio Vargas, em seu volume nº 65, edição nº 8, de agosto de 2011, na pág. 24, noticia o número dos graduados em Engenharia para cada 10 mil habitantes, em 2007, nos principais países, com base em dados da OCDE publicados pelo IET.

Na Coreia do Sul, para cada 10 mil habitantes, foram 16 engenheiros; na China, para cada 10 mil habitantes, 13 engenheiros; no México, para cada 10 mil habitantes, 5 engenheiros; no Brasil, para cada 10 mil habitantes, 2 engenheiros. Tal resultado é preocupante, pois o México forma 150%; a China, 550%; e a Coreia do Sul, 700% de engenheiros a mais do que o Brasil. E a Engenharia é uma das profissões que mais contribuem para a elevação do PIB de um país.

Na mesma revista, a *Conjuntura Econômica*, nas págs. 27 e 28, encontramos oportuníssima manifestação de José Márcio Camargo a propósito da comparação do desenvolvimento alcançado pela Coreia do Sul em relação ao Brasil. Diz ele:

"Na década de 1960, o Brasil tinha o dobro da renda per capita da Coreia, que investia pesadamente nos ensinamentos fundamental, médio e superior, enquanto nós investíamos em capital físico. Hoje, nossa renda per capita é um terço da coreana. Criamos uma indústria automobilística, mas eles são capazes de produzir carros melhores e mais competitivos que os nossos."

Camargo nos mostra que, em cerca de 45 anos de investimentos pesados em educação, a Coreia do Sul conseguiu, em relação ao Brasil, dar um salto com o qual nos superou em 500%. Isso é, a opção da Coreia pelo investimento pesado em educação fez com que, em 4 décadas, cada coreano tivesse um crescimento em sua renda 5 vezes maior do que o verificado na renda dos brasileiros.

Portanto, também a partir desse exemplo, é oportuna e correta a decisão do Governo ao propor, no novo projeto do PNE, um aumento de 40% sobre o valor investido em 2010, que já foi o maior da história: 5% do PIB.

Aprendemos que os grandes conquistadores - Alexandre Magno e Napoleão Bonaparte, por exemplo -, comandando poderosos exércitos, invadiam territórios, dominavam suas populações e impunham sua autoridade para cobrar rendas em favor das respectivas metrópoles. Hoje, com a globalização dos mercados e a civilização do conhecimento, as nações com maior nível de tecnologia enviam seus produtos como se fossem seus exércitos para as mais variadas partes do mundo, e estes, conquistando mercado, remetem-lhes, virtualmente,



a renda necessária para a elevação do bem-estar de sua população. E essa renda varia na proporção do conhecimento incorporado ao produto transacionado.

No que se refere ao financiamento para a educação, no decênio de vigência do primeiro PNE (2001 a 2010), o Governo Federal aplicou entre 3,9% e 5% do PIB, percentual verificado em 2010.

Tenho a mais absoluta certeza de que, nesse período, os governantes gostariam de ver alcançadas as metas do PNE, o que importa maiores investimentos na educação. Ocorre, no entanto, que a máquina estatal e a própria sociedade brasileira tendem ao conservadorismo orçamentário. A rotina vigente há décadas só é rompida quando a Lei - no caso, o PNE -, conforme ensinou Montesquieu, retratar a vontade geral da população. Portanto, a iniciativa do Governo de propor metas transformadoras só será executada na plenitude se a Nação a incorporar e nela trabalhar, conforme a lei, como sua coautora.

Em resumo, estou dizendo que não basta a iniciativa do Governo de fixar como meta um grande aumento nas dotações orçamentárias para a educação. Não sei se ela será fixada em 7%, em 10% ou em maior percentual do PIB. O que sei, no entanto, é que, se a Nação não se mobilizar, participar e agir, a proposta do Governo não será executada.

Os exemplos verificados nos países com alto crescimento a partir da educação não permitem dúvida. Toda aplicação em educação é investimento. Não é despesa. Os rendimentos dela derivados, antes que pensemos, superarão seu custeio. Ditos rendimentos verificar-se-ão progressiva e rapidamente, por exemplo, no aprimoramento da gestão pública, inclusive da educação, à luz de exitosos exemplos internacionais, com o possível remanejamento dos recursos já disponíveis, conforme parâmetros internacionais; no crescimento do mercado para todos os produtos elaborados ou industrializados pelos brasileiros, após a implantação deste PNE; na redução do custeio da saúde e dos programas sociais, pela erradicação da fome e da miséria para todos os brasileiros alcançados pelo novo sistema educacional; na redução do custeio da saúde; no atendimento de vítimas de acidentes de trânsito, que, só no ano de 2009, consumiram mais de 2 bilhões de reais do SUS e que em 94% dos casos são ocasionados pelo fator humano - a inobservância das leis de trânsito; na redução no custeio da saúde, pela queda na ocorrência das doenças endêmicas, das consultas médicas e das internações hospitalares, em grande parte originadas pelo desconhecimento de práticas de asseio pessoal, de higienização e de correta dieta alimentar; na redução dos índices de criminalidade e do custeio da segurança, pois está comprovada a relação inversamente proporcional entre os índices de criminalidade e os de educação/conhecimento da população; na redução da corrupção, pois *oranking* da corrupção mundial mostra que os maiores níveis ocorrem nos países com os menores níveis de educação, de



conhecimento, de suas populações; na redução progressiva, até o fim, da impunidade que, na maior parte, é fruto do "jeitinho brasileiro", como diz o sociólogo Alberto Carlos Almeida, em artigo publicado na revista *Ulysses*, edição nº 9, págs. 31 a 37, qual seja, a nossa falta de cidadania ao permitir práticas aéticas ou ilegítimas.

Importante é ficar claro que todo o investimento em educação retornará, com grandes lucros, à população e ao Estado por intermédio da redução e até da erradicação de nossas principais mazelas sociais.

Não resta dúvida de que a dotação para a educação é investimento com retorno garantido. Portanto, acerta o Governo ao propor, no seu projeto de PNE, o aumento dos investimentos em educação para o patamar de 7% do PIB.

Sr. Presidente, encaminho-me para o término deste pronunciamento e, em seguida, concederei apartes aos nobres Deputados do meu partido que já se posicionam para tanto e muito me honram com esse procedimento.

Convencido de que a educação deva ser elevada ao nível de prioridade entre as prioridades de todos os brasileiros e de que urge debelarmos nossa emergência educacional, convicto da indispensabilidade do engajamento de toda a Nação para tornar realidade os tão almejados avanços contidos no projeto do PNE e amparado na experiência pessoal do exercício da política há mais de 50 anos, encaminho minhas conclusões:

1ª - O Brasil necessita investir mais em ensino infantil, ensino fundamental e em ensino médio de qualidade, pois são os degraus incontornáveis para o ensino superior.

O estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE intitulado *Um olhar sobre educação 2011*, já citado, mostra que o Brasil investe por aluno/ano, nos ensinos fundamental e médio, cerca de um quarto do que, na média, investem os 34 países que compõem a organização.

Nos 10 anos de vigência do primeiro PNE - de 2001 a 2010 -, com o investimento citado, a educação brasileira avançou muito menos do que a dos principais países. Caímos 16 posições entre os 128 países avaliados no IDE/UNESCO 2010;

2ª - A Nação deve ser protagonista de sua educação. A pouca expressão dos resultados obtidos na educação com a vigência do primeiro PNE e que nos fez cair no *ranking* da UNESCO é resultante principalmente da falta de participação dos brasileiros.

O doutor em Sociologia Eduardo Monteiro Lopes Jr., em seu



artigo *Breve Avaliação do Ensino Brasileiro*, também publicado na revista *Ulysses*, edição nº 9, págs. 58 a 63, sustenta que a filosofia do primeiro PNE não foi apropriada pela Nação. Esta não exerceu sua plena competência, não participou devidamente na execução do Plano Nacional de Educação.

3ª - A Nação brasileira, em parceria com o Estado e o Governo, deverá ser parte na execução do PNE. Porém, isso só será possível quando: a) por todos os meios, a sociedade brasileira por inteiro conhecer os termos do PNE; b) uma vez aprovado o novo PNE, todo cidadão brasileiro passar a exigir sua participação nas reuniões das escolas de seu bairro e nos Conselhos Municipais de Educação. E serão esses conselhos os órgãos responsáveis nos Municípios pela conversão do PNE, com todos os avanços previstos, nas ações e planos municipais, que embasarão os estaduais e o nacional, conforme a democrática forma prevista na lei.

Na condição de Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, tenho percorrido todos os Estados brasileiros promovendo o curso Formação de Cidadãos Comunitários, integrante de nosso programa de formação política, executado em parceria com professores, mestres e doutores das mais conceituadas universidades do País e destinado à propagação do conhecimento sobre nossos mecanismos de democracia participativa e de controle social, especialmente quanto às áreas em que há transferência periódica do Fundo Nacional ao Fundo Municipal, entre elas a da educação. Nessas andanças e reuniões, o que tenho visto é que, apesar de os Conselhos Municipais estarem instituídos há mais de 20 anos, poucos são os Municípios brasileiros onde os Conselhos Municipais de Educação não foram aparelhados por interesses diversos dos da cidadania.

O PNE só avançará na execução de suas metas se e quando a cidadania assumir em todos os Municípios do País a responsabilidade de o implementar.

Para motivar a reflexão sobre participar ou não da plena execução do PNE, por se tratar de política, socorro-me, mais uma vez, da lição de Platão: *"Não há nada de errado contra aqueles que não gostam de política, simplesmente serão governados por aqueles que gostam"*.

Então, gostem! Participem! Governem!

No tocante ao percentual do PIB que será vinculado ao PNE, a Nação, o Estado e o Governo deverão fazer, tão logo seja aprovada a lei, uma projeção objetiva, com os números correspondentes, do quanto seria necessário para rompermos o círculo vicioso do atraso educacional em que nos encontramos, para, no prazo decenal a que se refere, podermos nos aproximar das nações mais desenvolvidas no que tange à educação, à ciência e à tecnologia. Quanto maior for a gestão e o



investimento, tanto menor será o tempo necessário.

O professor da rede de escolas públicas tem de ser realmente valorizado. Sua remuneração deve ser das mais elevadas entre as das chamadas carreiras de Estado, pois isso é o que ocorre nos países que adotam as políticas que queremos introduzir no PNE. Que lhe seja assegurada também formação continuada vinculada ao respectivo plano de carreira, pois o professor é a matéria-prima para a construção de um processo educacional com a necessária qualidade.

Reconheço legitimidade em favor de todos aqueles que, pensando agir na defesa do bem-estar da população, defendam outras prioridades. Peço a todos eles, no entanto, permissão para insistir na defesa da definição de prioridade absoluta para a educação.

Já vivi muitas experiências. Já atuei em várias áreas e níveis no setor privado e no setor público. Sou crente e entusiasta da grandiosidade do futuro de nossa Nação e de nosso Estado. No entanto, digo hoje, com a maior das convicções, que só um grande salto de qualidade na educação para todos os brasileiros poderá fazer com que o Brasil deixe de ser o país do futuro e passe a ser o país do presente.

Sem educação de qualidade universalizada, nunca vai existir desenvolvimento humano em parâmetro internacional.

Não considerarei a crise econômica, porque, com ela ou sem ela, a educação tem que ser prioridade nacional.

Concluo fazendo minhas as atualíssimas e oportunas palavras do grande Paulo Freire: *"A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda"*.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, ouço agora o Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Eliseu Padilha, também agradeço ao Presidente a deferência, uma vez que V.Exa. utilizou todo o seu tempo do Grande Expediente, mas eu me frustraria se não oferecesse um aparte a V.Exa., para louvar a diagnose absolutamente perfeita que fez do processo educacional brasileiro, apontando percentualmente as distorções do processo educacional e preconizando soluções dentro do seu abalizado pronunciamento. Então, só me cabe, na condição de companheiro de partido e admirador de V.Exa. - um grande Ministro e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Parlamentar que, ao retornar a esta Casa, traz uma grande mensagem numa abordagem consciente de temática relevantíssima para os destinos do País -, cumprimentá-lo, nobre Deputado Eliseu Padilha. Acredito que a sequência de atuação de V.Exa. nesta Casa é a garantia de que teremos neste plenário grandes



debates em torno de problemas de inquestionável magnitude. Meus cumprimentos a V.Exa.

O Sr. Edinho Araújo - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., saúdo o Deputado Eliseu Padilha, que nos brindou com um pronunciamento histórico nesta Casa. V.Exa., nobre Deputado, abordou tema dos mais importantes: a educação brasileira e o Plano Nacional de Educação. Portanto, quero saudar V.Exa. pelo diagnóstico que fez, pelos números e pelas comparações que trouxe. E lembraria uma frase chinesa que diz o seguinte, caro Deputado Eliseu Padilha: *"Se teus planos são para um ano, plante arroz; se são para 10 anos, plante árvores; mas se teus planos são para 100 anos, um século, eduque o povo"*. Com muita precisão, V.Exa. mostrou que a educação é a base de todos os problemas e que é a solução para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O Sr. Benjamin Maranhão - Sr. Presidente, peço a V.Exa. apenas um minuto para congratular o companheiro de bancada e Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, o Deputado Eliseu Padilha, pelo brilhante discurso, um diagnóstico da situação educacional do Brasil e dos grandes desafios que temos. São desafios estruturais em relação à alteração desse quadro da educação, do ensino básico ao superior, e à preparação de técnicos de qualidade, para que possamos dar, nas palavras de S.Exa., um grande salto qualitativo e cumprir o destino que todos esperamos e almejamos para o povo brasileiro e para que o Brasil, finalmente, seja não apenas o país do futuro, mas se torne realmente um país desenvolvido. Parabéns, Deputado Eliseu Padilha!

O SR. PRESIDENTE (Edmar Arruda) - Deputado Eliseu Padilha, também quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, que vou colocar no meu *site*.

V.Exa. fez uma reflexão muito clara sobre aquilo de que o Brasil precisa, principalmente chamando à consciência o cidadão brasileiro para que ele acompanhe e, ao mesmo tempo, fiscalize a implantação do novo Plano Nacional de Educação.

O SR. ELISEU PADILHA - Obrigado a todos pelo carinho e atenção. (*Palmas.*)



Sumário

Expectativa de aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Transcurso do 25º aniversário da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registramos que estamos às vésperas de aprovar o novo Plano Nacional de Educação.

A forma mais adequada de homenagear os professores, por ocasião do seu dia, transcorrido no último dia 15 de outubro, é reafirmar nosso compromisso e nosso empenho em aprovar um plano nacional de educação para valer, que traga no seu bojo uma política pública de valorização dos profissionais da educação, com bons salários, carreira atrativa e formação inicial e continuada consistentes.

Quero estender nossa saudação à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, que está celebrando 25 anos, tem sido uma grande parceira na luta em defesa da educação pública de qualidade para todos e merece o respeito e as homenagens da nossa Casa.

Documento 47/311

287.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 19/10/2011-16:00

Publ.: DCD - 20/10/2011 - 57218 NEWTON LIMA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Acerto da política socioeconômica do Governo Federal. Compromisso de atuação parlamentar em defesa das políticas educacionais, científicas e de inovação tecnológica. Razões da reduzida capacidade de inovação tecnológica do setor produtivo nacional. Criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial - EMBRAPPII. Apelo aos Deputados de manutenção do veto presidencial apostado à emenda relativa à distribuição do royalties de petróleo da camada pré-sal. Importância estratégica da empresa Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Importância da criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, para enfrentamento da escassez de



mão de obra no País. Participação da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Eleição do orador para a Presidência da Comissão Especial a respeito da criação da Lei de Responsabilidade Educacional.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Sra. Presidenta, é um privilégio estrear nesta tribuna com V.Exa., a primeira mulher a compor a Mesa Diretora da Casa, presidindo os trabalhos nesta tarde. Cumprimento V.Exa. e todas as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Para mim é uma honra e uma satisfação também estrear no Grande Expediente da Câmara dos Deputados e poder participar do debate dos temas nacionais com os colegas desta Casa, mais ainda quando discuto políticas educacionais, científicas e de inovação tecnológica, tão vitais para o nosso País e para o nosso povo. São áreas às quais venho dedicando a maior parte da minha vida não apenas como engenheiro e professor - na militância dentro e fora da universidade -, mas também como reitor e Prefeito, por acreditar que esses temas estão estritamente associados ao desenvolvimento soberano do Brasil e ao nosso futuro como Nação próspera e democrática.

Apesar da grave crise internacional, iniciada em 2008, o Brasil tem vivido uma época promissora, seguramente o maior período de estabilidade política, institucional e econômica de nossa história contemporânea. Estamos conseguindo, a partir do Governo Lula, combinar o desenvolvimento sustentável com a redução das desigualdades social e regional. No plano internacional, trocamos nosso papel de coadjuvante pelo de protagonista.

A estratégia do projeto do nosso Governo centrou-se, na sua primeira fase, na construção de uma ampla rede de proteção social e na melhoria da infraestrutura urbana, de transporte e de energia, com ousados programas, como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, entre outros.

Esses investimentos, somados a uma vultosa ampliação do crédito fomentada especialmente pelos bancos públicos, à política que elevou o salário mínimo em 258%, entre 2003 e 2011 e ao controle rigoroso da inflação, compõem um conjunto de ações consistentes que vêm promovendo o desenvolvimento econômico com estabilidade, recordes na geração de empregos e renda e ampliação do mercado de consumo de massa.

Invertemos, assim, a ineficaz política econômica de governos anteriores, de primeiro fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo.

Com isso, fomos capazes de promover a maior mobilidade social da



nossa história: 28 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza extrema e 36 milhões ascenderam à classe média.

Fizemos mais. Ao romper com a lógica neoliberal do Consenso de Washington e de seu Estado mínimo, criamos as bases para o novo desenvolvimentismo. Passamos a pensar no interesse nacional e no conteúdo nacional da nossa produção industrial.

O Brasil, sabem as Sras. e os Srs. Deputados, é um país de recursos naturais abundantes, de base produtiva vigorosa, diversificada, e empresariado empreendedor. A partir de 2003, com o posicionamento do Estado como indutor estratégico do desenvolvimento, o Governo vem mobilizando as forças produtivas do País, mantidas dispersas por muitos anos, partindo do princípio de que uma economia forte é feita de indústrias fortes, com acesso ao crédito, a recursos humanos qualificados e à inovação tecnológica suportada por intensa produção científica.

Para tanto, é preciso acelerar o passo rumo à economia do conhecimento. Um novo ambiente em que a educação, a ciência e a inovação tecnológica têm papel ainda mais relevante, em face do acirramento da competitividade no comércio internacional.

É evidente que para fortalecer a nossa indústria é preciso consolidar políticas macroeconômicas alicerçadas em taxa de juros baixa e taxa de câmbio de equilíbrio. Mas, sem agregação de valor tecnológico, estou convencido de que não iremos muito longe.

Convicta disso, a Presidenta Dilma apresentou, em agosto deste ano, o Programa Brasil Maior, com medidas que compõem a política industrial articulada à de inovação tecnológica e de comércio exterior.

O conjunto de medidas, já em discussão nesta Câmara, tem por objetivo elevar o padrão tecnológico de nossa produção industrial a fim de fomentar e diversificar nossa pauta de exportações para além das nossas *commodities* agrominerais.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, nobre Deputado Newton Lima, uma breve intervenção?

O SR. NEWTON LIMA - Com muito prazer, Governador, Senador e colega Deputado.

O Sr. Mauro Benevides - Quero dizer a V.Exa. que esta Casa deverá apreciar, acredito que no início da próxima semana, a Medida Provisória nº 540, que se situa exatamente dentro dessas políticas públicas que estão concebidas no projeto Brasil Maior. Nós já nos debruçamos sobre essa matéria, apresentamos até algumas emendas que pudessem, ao nível de economia do Nordeste, acelerar também o



nosso crescimento, e não posso deixar de louvar, neste breve aparte com que deslustro o discurso de V.Exa., esse aspecto que, em termos de crescimento, inclusive favorecendo a nossa região, está consubstanciado nessa iniciativa do Brasil Maior. Cumprimentos a V.Exa. pelo magnífico discurso no Grande Expediente de hoje.

O SR. NEWTON LIMA - Muito obrigado, Deputado Benevides. Eu é que agradeço a rica contribuição que V.Exa. dá a este pronunciamento.

O Plano Brasil Maior desonera investimentos e exportações; aperfeiçoa o marco regulatório e aumenta o fomento à inovação; cria incentivos para os pequenos e micronegócios; fortalece a defesa comercial; institui regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas; e regulamenta a lei de compras governamentais, mecanismo há muito tempo usado por países desenvolvidos para impulsionar seus parques produtivos.

O diagnóstico das áreas de ciência e tecnologia e inovação demonstram um avanço em relação aos objetivos do projeto maior de desenvolvimento do País. Mas há uma discrepância significativa em relação ao conhecimento produzido pelas universidades e institutos de pesquisa e sua aplicação na produção econômica que precisa ser resolvida. O Brasil ocupa a 13ª posição no *ranking* de produção científica e o 47º lugar em inovação, apesar dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento terem saltado de 0,96% do PIB, em 2003, para 1,25% em 2010.

No conjunto de fatores que explicam a reduzida capacidade de inovação tecnológica do setor produtivo nacional, gostaria de destacar três: a baixa demanda das empresas junto às instituições produtoras de pesquisa e desenvolvimento, o número reduzido de patentes registradas e a insuficiência de recursos para financiar as atividades inovadoras.

Para encurtar a distância entre o setor produtivo e as universidades e centros de ciência e tecnologia, o Governo está formulando a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII.

Idealizada nos moldes da EMBRAPA, criada em 1973, para o desenvolvimento da produção agrícola - hoje reconhecida como um dos maiores patrimônios tecnológicos do País -, a EMBRAPII está sendo estruturada para dar suporte ao grande salto da indústria, assim como aconteceu com o setor agrícola.

A demanda real da indústria passará a ser referência para as instituições participantes da EMBRAPII. O foco do repasse de recursos será a demanda. A EMBRAPI fechará contratos de gestão com os institutos de acordo com a carteira de projetos de inovação coletados junto às fábricas.



Quanto às patentes, é inaceitável que continuemos a registrar quantidade tão insignificante. Entre 1990 até 2008, de acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, o Brasil registrou pouco mais que 2 mil patentes. Se comparado à Índia, país que como o nosso faz parte do grupo dos emergentes, que concedeu 18.230 patentes no mesmo período, a situação brasileira chega a ser dramática.

Motivado a encontrar respostas e apontar soluções para esse grave problema, o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica desta Casa colocou esse tema em debate sob minha Relatoria.

No que se refere ao financiamento da inovação tecnológica, o Governo prevê a reestruturação das fontes de recursos já existentes e a criação de novos fundos: do setor financeiro, da indústria da construção civil, da indústria automotiva e da indústria da mineração.

Além dessas fontes, Sras. e Srs. Deputados, o desenvolvimento tecnológico e a inovação contarão com recursos provenientes do aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a chamada CIDE tecnológica, e da política de *royalties* e de participação especial do pré-sal.

Faço um parêntese para apelar para todos os colegas a fim de que não cometamos a insensatez de derrubar o veto do Presidente Lula, mantendo o projeto aprovado de distribuição de *royalties* do chamado Projeto Ibsen Pinheiro, porque isso tirará 25% dos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Vale ressaltar a importância estratégica da FINEP no financiamento da pesquisa e inovação, demonstrada no volume de recursos desembolsados nos últimos anos. Em 2003, a FINEP atendeu 60 empresas e investiu 300 milhões de reais. Em 2010, Sra. Presidenta, a FINEP saltou para 2 mil empresas atendidas e 4 bilhões de reais em investimentos.

Mas isso ainda é pouco. O Brasil precisa investir muito mais e há condições para tanto, já que, dos 200 bilhões de reais investidos pelo BNDES, em 2010, apenas 4 bilhões de reais foram destinados à inovação tecnológica.

Se seguissemos a tendência dos países desenvolvidos, que destinam cerca de 30% do total dos investimentos para a inovação tecnológica, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a FINEP teriam que dispor de cerca de 60 bilhões de reais para essa finalidade. É claro que o parque industrial brasileiro ainda não está estruturado para tamanha oferta. Não obstante, é promissora a decisão da Confederação Nacional da Indústria - CEI de criar a Mobilização Empresaria pela Inovação - MEI, reconhecendo o papel protagonista



das indústrias nesse processo.

Ao eleger a educação como prioridade do seu Governo, a Presidenta Dilma demonstrou que essa política pública é tão importante para o desenvolvimento humano quanto como fator estruturante para o novo desenvolvimento econômico.

O Sr. Edinho Araújo - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. NEWTON LIMA - Pois não, meu colega e ex-Prefeito da cidade de Rio Preto, Deputado Edinho Araújo.

O Sr. Edinho Araújo - Deputado Newton Lima, V.Exa. nos brinda com um pronunciamento importante e que está na pauta, na agenda do Governo Federal. Eu quero saudar V.Exa., conheço-o há muitos anos, nós somos de São Paulo. V.Exa. está no centro do Estado. Foi Prefeito daquela belíssima cidade, que é São Carlos. Eu tive a honra de ser Prefeito de São José do Rio Preto por dois mandatos. De 2001 a 2008, nós estivemos juntos, governando os nossos Municípios. V.Exa. é um municipalista, mas é sobretudo um acadêmico, um homem que veio da universidade. Eu o conheci reitor da Universidade Federal de São Carlos. Depois, convivemos como Prefeitos. Enfrentamos as grandes questões. A principal delas eu considero a estação de tratamento de esgoto, que V.Exa. fez em São Carlos e nós fizemos também em São José do Rio Preto, tratando 100% do esgoto dos nossos Municípios. Mas V.Exa. veio para esta Casa com essa visão holística do nosso País, na certeza de que o desenvolvimento passa pela ciência, passa pela tecnologia e inovação. V.Exa. dá uma grande contribuição. Quero parabenizá-lo pela Presidência que assume da Comissão Especial que vai analisar a Lei de Responsabilidade Educacional. Quero desejar a V.Exa., que com certeza vai emprestar todo o seu conhecimento e toda a sua experiência neste trabalho, e cumprimentá-lo pelo grande pronunciamento que faz, abordando temas atuais da maior importância para o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. NEWTON LIMA - Eu é que agradeço a sua contribuição, caro Deputado e amigo Edinho Araújo. Aproveito o ensejo para mais uma vez manifestar minhas congratulações pelo extraordinário trabalho que V.Exa. fez à frente dessa grande metrópole, que é a querida cidade de São José do Rio Preto.

A estratégia para o desenvolvimento científico e de inovação tecnológica conta com a ampliação do complexo universitário brasileiro e do número de escolas técnicas em todo o País. Além das 14 universidades federais e de 126 *campi* universitários, criados pelo Presidente Lula, até 2014 serão inauguradas mais quatro novas universidades federais no Norte e no Nordeste, novos 47 *campi* e 208 escolas técnicas em 200 Municípios. Até 2014, pelo Programa Ciência sem Fronteiras, serão concedidas 75 mil bolsas pelo Governo Federal



e outras 25 mil pela indústria para estágios dos nossos jovens universitários nas melhores universidades do mundo.

Companheiro Amauri Teixeira, grande Deputado baiano, trata-se do maior programa de capacitação no exterior até hoje realizado.

Quanto ao ensino técnico, aprovamos recentemente, nesta Casa, o projeto de lei que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, que, com recursos da ordem de 8 bilhões de reais, proporcionará formação profissional de qualidade a 8 milhões de pessoas até o final do Governo da Presidenta Dilma. Por meio de inédita parceria entre o Governo Federal e o Sistema S, a um só tempo, criamos oportunidades educacionais para nossos jovens e enfrentamos um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento da nossa economia: a escassez de mão de obra qualificada.

Mas, num Estado federativo como o nosso, Sra. Presidenta, é necessário que todos os seus entes participem do esforço de elevação da qualidade da educação. É usual ouvirmos, pelos quatro cantos do País, que a educação deve ser prioridade. Mas será mesmo? Três fatos relevantes demonstram o quanto ainda estamos distantes desse objetivo: o desprezo demonstrado pela expressiva maioria de Governadores e Prefeitos quanto à elaboração dos respectivos planos estaduais e municipais de educação no decênio 2001-2010; a iniciativa de cinco Governadores de tentarem junto ao Supremo derrubar a Lei do Piso salarial do magistério proposta pelo Presidente Lula e aprovada pelo Congresso Nacional; e a greve recente de professores em vários Estados, que lutaram dignamente para que a referida Lei do Piso fosse simplesmente aplicada.

Triste ainda é ver que não são poucos os governantes que descumprem o mínimo constitucional de 25% das receitas resultantes de impostos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Desesperador é também constatar que, criminosamente, administradores públicos desviam recursos da educação ao não cumprirem, por incúria ou negligência, os convênios e contratos firmados.

Para que a educação cumpra sua função de ser promotora do desenvolvimento humano e redutora das desigualdades sociais, urge, portanto, que a União, os Estados e os Municípios estabeleçam suas metas educacionais em regime de colaboração e respondam por suas responsabilidades conforme determinam nossa Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Sra. Presidenta, colegas Deputados Federais, a essas tarefas fundamentais estamos dedicando nosso mandato. Tenho o privilégio



de compor a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação e de presidir, a partir da manhã de hoje, por eleição dos meus pares, a Comissão Especial da Lei de Responsabilidade Educacional.

Nas próximas semanas votaremos o PNE com metas e estratégias a serem alcançadas, da pré-escola à pós-graduação, até 2020. Simultaneamente estaremos dando início ao debate do Projeto de Lei nº 8.039, de 2010, que visa alterar a Lei nº 7.347, de 1985, para disciplinar a ação civil pública de responsabilidade educacional. Essa alteração permitirá interposição de ações civis públicas, importante instrumento de atuação para os defensores e promotores públicos, a fim de assegurar o direito à educação de qualidade para todos.

Por fim, as ações governamentais para o desenvolvimento sustentado dependem da articulação do Estado, da sociedade, do setor privado e da participação dos governantes de Estados e Municípios em cooperação federativa e solidária.

Essa compreensão será fundamental para enfrentarmos o desafio da superação dos problemas que estão na agenda do País, tendo em vista nossa dimensão territorial, nossa complexidade econômica e social, cultural e política, e nossa posição de destaque no cenário internacional.

O Sr. Amauri Teixeira - Deputado Newton Lima, V.Exa. me concede um aparte antes de encerrar seu discurso?

O SR. NEWTON LIMA - Com muito prazer.

O Sr. Amauri Teixeira - Eu não quis interrompê-lo para não fragmentar seu discurso, que tenho a honra de ouvir. Quero inicialmente dizer que V.Exa., nesta Casa, está em seu primeiro mandato. Temos uma esperança muito grande de que contribuirá para alterar a normatização da educação, de que terá papel fundamental na organização do Plano Nacional de Educação e das metas em ciência e tecnologia. V.Exa. já tem demonstrado isso, sua contribuição já é grande. Mas, sem dúvida nenhuma, sua experiência e maturidade política e intelectual contribuirão ainda mais com esta Casa. Deputado Newton Lima, eu gostaria de dizer ainda - e nós temos dialogado a respeito - que hoje há uma disputa em torno da qual esta Casa está agitada: os *royalties* do petróleo. V.Exa. tem nos dito que é fundamental utilizar essa riqueza para dar um salto de qualidade inclusive no que diz respeito à nossa independência tecnológica; V.Exa. nos ensina que devemos aplicar parte substancial desse recurso em ciência e tecnologia, para que o Brasil realmente dê um salto de qualidade em seu desenvolvimento e se torne independente numa série de setores, tanto da indústria quanto da saúde, com produção interna de componentes, inclusive de capital. Quero parabenizá-lo e dizer que é uma honra conviver com V.Exa. neste Parlamento.



O SR. NEWTON LIMA - Muito obrigado. A honra é minha, Deputado Amauri Teixeira. Seu comentário, sua manifestação, seu aparte ensejam a oportunidade de, mais uma vez, como já fiz *en passant* longo do discurso, conclamar os colegas a que, neste momento em que se rediscute a distribuição dos *royalties* e também a participação especial no regime de concessão e no regime de partilha do pré-sal, tenhamos claro que outros países perderam oportunidades históricas. A Venezuela e a Holanda - com a chamada doença holandesa - não foram capazes de prever a utilização dos seus hidrocarbonetos para efeito de construção do futuro das suas gerações, investindo em ciência e tecnologia.

Esperamos que a Comissão Mista - Senado e Câmara - possa seguir o exemplo da Presidente Dilma, que já abriu mão de parte dos *royalties* e da contribuição especial, para chegar a um acordo entre Estados produtores e Estados confrontantes e deixar intocada a verba destinada ao Fundo do Petróleo, a fim de que continuemos abastecendo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e, com isso, as velas necessárias não só à ciência e tecnologia, mas à educação.

Eu me perfilo ante o ex-Senador e atual Ministro Aloizio Mercadante, que propõe que 50% dos fundos derivados do pré-sal sejam destinados à educação e à ciência e tecnologia.

Concluo com a seguinte afirmação: transformar o Brasil pelos caminhos da educação e da inovação tecnológica é o desafio de todos nós.

O Sr. Weliton Prado - Deputado, concede-me um aparte?

O SR. NEWTON LIMA - Pois não, Deputado.

O Sr. Weliton Prado - Eu não poderia deixar de parabenizar V.Exa. e de ser testemunha do seu compromisso com educação, ciência e tecnologia. Quando vejo V.Exa., lembro-me inclusive das palavras de Paulo Freire, que dizia que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco. A sociedade muda. Acho que reflete muito esse espírito esse compromisso, essa missão que V.Exa. assumiu de vida no Parlamento. Parabéns. Continue a luta em defesa do povo brasileiro, da educação, da ciência e tecnologia.

O SR. NEWTON LIMA - Obrigado, Deputado Welinton Prado. Agradeço suas palavras elogiosas.

Permitam-me concluir, mais uma vez, com esta frase: transformar o Brasil pelos caminhos da educação e da inovação tecnológica é o desafio que V.Exas. têm, é um desafio de todos nós.



Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Parabenizamos o Deputado Newton Lima pelo belo discurso que proferiu nesta tarde e aproveitamos para comunicar à Casa que S.Exa. foi eleito Presidente da Comissão Especial da Lei de Responsabilidade Educacional.

Documento 48/311

301.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/10/2011-18:03
Publ.: DCD	FERNANDO FERRO-PT -PE	
28/10/2011 - 59195		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Realização de marcha da educação no Distrito Federal, a favor da destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto brasileiro. Crescimento socioeconômico do País no Governo do Partido dos Trabalhadores. Instalação de montadora da empresa Volkswagen do Brasil - Indústria de Veículos Automotores Ltda., no Estado de Pernambuco. Expansão da indústria naval no Estado. Industrialização da Região Metropolitana de Recife. Relevância da criação da lei sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. Apreciação pela Casa do projeto de lei a respeito da criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Expansão das universidades brasileiras. Criação de novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs no País. Importância da realização de investimentos na educação. Saudações às instituições e trabalhadores do setor educacional.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, eu quero neste pronunciamento saudar a Marcha pela Educação, que aqui esteve nesta semana. Uma mobilização nacional envolvendo os agentes, os trabalhadores da educação, com a bandeira de estabelecer 10% do Produto Interno Bruto do Brasil para a educação. Uma bandeira que está sintonizada com as perspectivas de crescimento, com a sustentabilidade da economia e, acima de tudo, com o fortalecimento da cidadania no nosso País e da oportunidade do conhecimento para a nossa juventude, para a formação dos nossos recursos humanos e para a capacitação de que necessitamos para dar sequência ao importante momento de crescimento econômico e de



melhorias sociais que este País experimenta.

Temos a computar como resultado dos 8 anos do Governo do Presidente Lula e deste ano de exercício do mandato da Presidenta Dilma uma importante qualidade do nosso crescimento e da nossa economia, o que exatamente permite e estabelece um processo de crescimento sustentado com equilíbrio e a melhoria da vida das pessoas.

Mais de 30 milhões de pessoas saíram da faixa de miséria. Um número expressivo de brasileiros, na casa de 35 milhões, ingressou na classe média. E isso por si revela que o crescimento que a nossa economia experimenta se faz conjugado com a melhoria da qualidade de vida da população, até porque em outros momentos da história deste País a economia cresceu a números impressionantes de 7% a 10%, no entanto, a população não foi incorporada nesse crescimento, houve concentração de renda, aumento da miséria e aumento das desigualdades regionais e sociais.

A experiência de democracia que hoje vivemos tem a característica de prover desenvolvimento econômico conjugado com desenvolvimento social. E nesse sentido, a Marcha da Educação, que aqui esteve - e quero saudar os professores, os trabalhadores da educação e a juventude brasileira -, luta para definir claramente os recursos que irão permitir o salto de qualidade que o Brasil precisa na área de educação.

Nós estamos experimentando no Nordeste brasileiro índices de crescimento acima da média do Brasil. E isso vem no bojo de mudanças econômicas, de empreendimentos que aqui aportam, de empresas multinacionais que encontram no Brasil segurança para aplicar o seu investimento, a sua expansão, na contramão do que ocorre em outras partes do mundo, em especial na Europa.

O meu Estado, Pernambuco, nesta semana, anunciou a consolidação de negociação com a montadora Volkswagen, que significa mais um empreendimento de grande porte para trazer emprego e oportunidades para a Região Nordeste.

Também temos uma expansão impressionante da nossa indústria naval. O Estado de Pernambuco hoje é responsável por cerca de 50% da nova indústria naval brasileira, do novo processo de crescimento e de recuperação da indústria naval brasileira.

E isso exige qualificação de mão de obra.

Hoje, vivemos na região metropolitana de Recife, no entorno do Porto de Suape, um êxodo impressionante de brasileiros de várias partes. Pessoas do Sul, do Norte e do Centro-Oeste do País para lá estão se dirigindo, para atender às necessidades do mercado que ora se



constrói na região da industrialização do Porto de Suape.

Isso evidentemente nos traz algumas preocupações, primeiro porque uma boa parte da mão de obra local não foi incorporada nesse processo por falta de qualificação profissional. Na verdade, o conhecimento, a estrutura de ensino, de formação técnica, de desenvolvimento tecnológico que se observa com esse aumento da nossa economia exige uma mão de obra qualificada. Daí um importante programa, como o PRONATEC, lançado por nosso Governo, para ampliar a rede de ensino tecnológico e propiciar, junto às instituições federais de ensino tecnológico e às instituições privadas, o suprimento dessa necessidade de qualificação de mão de obra. Isso é um dos nossos gargalos.

Nós não temos dúvida de que temos que superar essa situação para dar sustentabilidade ao crescimento econômico que observamos no País. E esse é um trabalho que envolve uma mobilização que ora fazemos nesta Casa, com o Plano Nacional de Educação, com a discussão para prover recursos que permitam a contratação de pessoal que irá compor a estrutura de ensino do parque de ensino tecnológico superior, da expansão das nossas universidades, dos Institutos Federais de Ensino Técnico, os IFETs, que irão exigir contratação e qualificação em termos de recursos humanos, de laboratórios e de condições para dar sequência a esse crescimento.

Por tudo isso, é de extrema importância a vinda a Brasília dessa marcha pelos 10% do PIB aplicados na educação. Esse é um índice que nos colocará, sem sombra de dúvida, no patamar dos países que dão prioridade à educação e se qualificam para o novo tempo que experimentam países emergentes como o nosso.

A nossa realidade, que hoje está a exigir qualificação de mão de obra, pode perfeitamente se espelhar no que aconteceu em países como a Índia e a China, em particular, que investiu maciçamente na qualificação do pessoal da área técnica, na formação de engenheiros, de tecnólogos e na preparação de toda uma geração que veio a constituir os recursos humanos e a inteligência que permitem ao país dar um salto técnico e se transformar hoje na segunda potência econômica do mundo, caminhando para ser a maior potência econômica da Terra.

Esse fato tem a ver com qualificação e investimento em educação. O que aconteceu na Coreia e em outros países passa necessariamente por esses investimentos.

Por isso, essa Marcha pela Educação, que veio a Brasília, expressou um sentimento e uma necessidade política de consolidar o nosso quadro de ensino, a nossa qualificação técnica e a formação da juventude e da geração que irá crescentemente assumir os caminhos



do futuro do Brasil.

Assim, nossos parabéns às instituições, aos trabalhadores da educação, aos que fazem articulações políticas e, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, se desenvolvem nessa linha; à Comissão de Educação e Cultura, sob o comando da nossa companheira Fátima Bezerra, pelo trabalho desenvolvido no aspecto de sustentar o acervo da educação brasileira e de nos dotar de uma legislação que permita o salto de qualidade que o Brasil está a experimentar na sua economia e que se consolidará e se ampliará com a qualificação técnica, o ensino superior e tecnológico.

Por tudo isso, encerro minhas palavras valorizando o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e o programa nacional tecnológico para o homem do campo, que o Governo anunciou nesta semana e que irá contribuir para formar a juventude rural. Que ela possa participar do processo de aquisição de conhecimento. Efetivamente é a sociedade que poderá propiciar a consolidação da democracia e da cidadania. Todos nós queremos que o nosso País se transforme em uma grande nação, dando condições para que sua juventude seja participante direta deste extremo e importante momento de crescimento econômico, com democracia e cidadania.

É um momento raro da democracia brasileira, em que se conjuga consolidação de democracia com cidadania e desenvolvimento econômico, crescendo e distribuindo renda, melhorando a vida. Isso é o que nos orgulha e nos torna participantes deste momento especial da vida brasileira.

Parabéns a todos os professores, a todos os trabalhadores da educação pela marcha pelos 10% do PIB em favor da educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, nobre Deputado Fernando Ferro.

Documento 49/311

300.1.54.O

Sessão Extraordinária - 27/10/2011-10:00
CD

Publ.: DCD - 28/10/2011 - ARTUR BRUNO-PT -CE
59055

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES

BREVES



Sumário

Aprovação, pela Comissão de Educação e Cultura, de projeto de lei a respeito da criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs. Sanção da lei sobre a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. Realização de movimento em defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional, em Brasília, Distrito Federal. Expectativa de aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Prioridade da Presidenta Dilma Rousseff para a educação.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem nós tivemos nesta Casa um dia extremamente importante para a educação nacional - e não só aqui, mas também no Palácio do Planalto.

Ontem, na Comissão de Educação e Cultura desta Casa, nós aprovamos um projeto de autoria do Governo Federal que cria 77 mil cargos, funções gratificadas e cargos de direção para a expansão do ensino superior público federal das escolas técnicas, hoje Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs; dos institutos tecnológicos Benjamin Constant, Pedro II, enfim, de toda a rede de ensino básico, técnico e superior federal deste País.

Isso vai viabilizar uma grande quantidade de universidades e institutos federais que estão sendo criados nos Estados. No Ceará, vai viabilizar a UNILAB, uma nova universidade federal que começou a funcionar neste ano no Município de Redenção; vai viabilizar também a Universidade Regional do Cariri, uma importante universidade já anunciada pela Presidenta Dilma para o Estado do Ceará.

Além disso, houve também a sanção da lei que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, esse imenso programa de capacitação da população brasileira. Em 2002, havia apenas 140 escolas técnicas, hoje institutos federais. No final do Governo Lula, passamos a ter 354, e, até 2014, Sr. Presidente, serão 555 institutos federais, as escolas técnicas que tanto bem fazem para a juventude brasileira.

Creio que foi um dia extremamente importante. Além disso, houve aqui em Brasília uma grande manifestação da minha categoria, dos professores e professoras e demais trabalhadores da educação, que estão lutando pelos 10% do PIB na educação nacional até 2020.



Na próxima semana, o Relator do Plano Nacional de Educação, Deputado Angelo Vanhoni, deverá apresentar o relatório desse importante projeto que chegou a esta Casa ainda no final do Governo Lula e que nós vamos aprovar até o final deste ano. O Plano Nacional de Educação estabelece 20 metas, 170 estratégias para a educação nacional até 2020.

Portanto, o Governo Dilma, dando sequência às ações do Governo Lula, vem priorizando a educação nacional em todos os seus níveis e em todas as suas modalidades.

Parabenizo a nossa Presidenta Dilma por manter essa prioridade na educação.

Documento 50/311

303.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 31/10/2011-16:04

Publ.: DCD - 01/11/2011 - 59459 ARTUR BRUNO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Associação às manifestações da Casa pelo restabelecimento da saúde ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Realização do movimento popular mundial Outubro Rosa, destinado ao combate ao câncer de mama. Expectativa de votação, pela respectiva Comissão Especial, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Principais metas estabelecidas no PNE. Instalação de unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET e de campi universitários no Estado do Ceará. Propósito da Presidenta Dilma Rousseff de criação da Universidade Federal do Cariri. Relevância do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. Importância da erradicação do analfabetismo no Brasil. Defesa de implantação de educação pública de qualidade no País. Valorização dos docentes brasileiros. Imediata implementação do piso salarial nacional do magistério público da educação básica. Referências elogiosas ao Deputado Mauro Benevides. Apoio à gestão democrática do sistema educacional público brasileiro. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, inicio meu pronunciamento fazendo coro aos colegas Parlamentares que me antecederam e que prestaram solidariedade ao Presidente Lula. Quero



estender esta manifestação de solidariedade a todas as pessoas vítimas do câncer.

Outubro é o mês da Campanha contra o Câncer de Mama, o mês cor-de-rosa. Em todo o Brasil houve manifestações, passeatas e movimentos simbolizados pela cor rosa, a fim de conscientizar e prevenir as mulheres para o câncer de mama.

Ontem em Fortaleza, minha cidade, milhares de mulheres foram à Avenida Beira-Mar, uma das mais importantes de nossa cidade, para apoiar a prevenção do câncer de mama, a fim de que os governos e as instituições saibam prevenir esta doença. Aproveito a oportunidade para declarar minha total solidariedade ao Presidente Lula. Encerra-se hoje a Campanha. Inclusive vim de gravata rosa, que simboliza a luta das mulheres brasileiras pela prevenção do câncer de mama.

No final do ano passado, o Presidente Lula enviou à Casa projeto que foi denominado Plano Nacional de Educação. E nós já estamos bem próximos de votá-lo na Comissão Especial, criada pelo Presidente desta Casa para discutir e deliberar sobre as 20 metas e 170 estratégias entre 2011 e 2020 para a educação nacional.

Este tema é fundamental, Sr. Presidente, porque nós entendemos que não haverá desenvolvimento humano com distribuição de renda e crescimento econômico, se a educação não for a principal meta em todos os governos, em todas as instâncias e, sobretudo, na própria sociedade.

Antes de o Presidente Lula enviar o Plano Nacional de Educação a esta Casa, ocorreram as Conferências Municipais e Estaduais, e esse processo teve sua culminância com a Conferência Nacional de Educação.

Nos últimos 2 anos, a sociedade brasileira discutiu todas as políticas educacionais, metas para todos os níveis e todas as modalidades da educação. E é sobre este plano, as mudanças e os aperfeiçoamentos de que necessita que eu quero pronunciar-me neste Grande Expediente.

Quero inicialmente dizer, Sr. Presidente, que, se pudéssemos resumir o Plano Nacional de Educação em suas 20 metas e em suas 170 estratégias, de forma didática, diríamos que nós temos três grandes objetivos. O primeiro deles é a universalização da educação. Nós temos de garantir a todo ser humano, a toda pessoa que busca educação, que a encontre nos Municípios, nos Estados e na União em todos os níveis, em todas as suas modalidades. Segundo objetivo: é necessário que a gestão da educação seja democrática. E, terceiro, é preciso não só quantitativos, é preciso não apenas aumentar as matrículas, mas garantir uma educação de qualidade.



Quero, portanto, iniciar meu discurso envolvendo-me com o primeiro tema, a universalização. O Plano Nacional de Educação propõe ao País que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam em pré-escolas até 2016; e também objetiva atingir 50% das crianças entre zero e 3 anos até 2020.

Já está mais do que comprovado que, quando uma criança faz a pré-escola, estudou no ensino infantil, quanto mais cedo começar a estudar, mais oportunidades terá em sua vida. Estudo feito pelo economista Reinaldo Gonçalves definiu, há poucos anos, que cada ano de estudo representará no futuro 17% a mais na renda desse indivíduo, na renda desse ser humano.

Penso, portanto, que é uma meta alvissareira chegarmos lá, já agora em 2016, porque esta Casa votou a Emenda Constitucional 59, garantindo que até 2016 a pré-escola seja universalizada. Este é um ganho importante para nossa sociedade.

Uma segunda proposta, também relacionada à universalização, diz respeito ao ensino fundamental. No Brasil, temos 95% das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos matriculados. Esta Casa votou uma medida também muito importante: o aumento do número de anos obrigatórios na educação nacional de 8 para 9. O plano traz a meta de que teremos que chegar a 2020 com todas as crianças e adolescentes matriculados entre 6 e 14 anos. Portanto, o ensino fundamental seria universalizado neste País.

É lamentável, meu caro amigo, Padre Luiz Couto, que neste País, neste momento, nas ruas das nossas cidades, nas periferias e nas áreas rurais, ainda tenhamos 3,5 milhões de crianças e adolescentes sem estar matriculados, sem frequentar escolas. Isso é uma vergonha nacional! Também com relação à meta de universalização, temos um objetivo: chegarmos a 2016, portanto, daqui a 5 anos, com todos os jovens matriculados entre 15 e 17 anos.

É verdade que temos hoje o problema da chamada matrícula líquida. Os alunos estão cursando o ensino médio, mas defasados da sua idade. Deveriam fazê-lo entre 15 e 17 anos. Muitos têm 19, 20, vinte e poucos anos ainda cursando o ensino médio. Por isso, uma das metas é chegar a 2010 com a matrícula líquida de 85% dos alunos que estão cursando o ensino médio na idade certa, portanto, entre 15 e 17 anos.

Ainda sobre universalização, meu caro amigo Deputado Luiz Couto, temos o objetivo, segundo o Plano Nacional de Educação, de duplicar o ensino profissional no nosso País. Lamentavelmente, no Brasil, para cada aluno que cursa o ensino profissional, o ensino técnico, temos dois cursando o ensino superior, quando deveria ser o inverso. Na verdade, o ideal era termos, para cada aluno cursando o ensino



superior, quatro cursando o ensino técnico.

Lamentavelmente, os Governos anteriores não priorizaram o ensino técnico. O Governo Fernando Henrique, inclusive, tomou a decisão, por decreto, de não aumentar o número de matrículas no ensino técnico, no ensino profissional no nosso País.

Quando Lula chegou à Presidência da República, tínhamos apenas, em 2003, 140 escolas técnicas no Brasil. A partir do final do seu Governo, passamos a ter 354. Mais do que duplicamos as escolas técnicas no País. A Presidenta Dilma ainda quer acrescer em mais 201 o número de escolas técnicas, hoje denominadas institutos federais. Portanto, vamos chegar, em 2014, à marca de 555 escolas técnicas neste País.

No meu Estado, nós só tínhamos três escolas técnicas: nas cidades de Fortaleza, Cedro e Juazeiro do Norte. Hoje o Ceará já tem 23 escolas técnicas. É uma verdadeira revolução na cidade e no campo, onde os jovens estão cursando o ensino médio e, ao mesmo tempo, se profissionalizando.

Para concluir esse primeiro momento em que falo da universalização, quero me referir ao ensino superior. Hoje, no Brasil, apenas 17% dos jovens entre 18 e 24 anos cursam o ensino superior, fazem a sua faculdade. Segundo o Plano Nacional de Educação, o objetivo é chegar a 2020 com 33% dos alunos entre 18 e 24 anos e com 50% das matrículas daqueles que buscam ingressar no ensino superior.

Quando Lula chegou à Presidência da República, nós tínhamos 120 mil matrículas em universidades federais. Quando ele concluiu seu mandato, elas já eram 230 mil. Portanto, duplicamos as vagas nas instituições federais de ensino superior. O Governo Dilma tem o objetivo de chegar a 2014 com 360 mil vagas nas universidades federais. O Governo Lula criou 14 universidades federais, criou 126 *campi* universitários de universidades federais.

No meu Estado, Ceará, só tínhamos a Universidade Federal do Ceará com um *campus* apenas, em Fortaleza. No Governo Lula, ampliamos para um *campus* na região do sertão central, com sede em Quixadá; um no Cariri, em Juazeiro do Norte; e também ampliamos para o Sertão central, em Quixadá, Juazeiro e Sobral, na zona norte. Recentemente, já este ano, foi criada a UNILAB, a segunda universidade federal do Estado do Ceará, com sede em Redenção.

Agora, a Presidenta Dilma anunciou o sonho do povo do Cariri, do povo da terra de Padre Cícero, que é uma nova universidade federal, a Universidade Regional do Cariri. Portanto, é uma expansão exponencial para as escolas federais de ensino superior.



Ouçõ, com prazer, o Deputado Luiz Couto, companheiro do PT da Paraíba.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Artur Bruno, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. V.Exa. começa afirmando que sem a educação não teremos revolução no combate à corrupção, às desigualdades sociais, à miséria, à fome. Nesse aspecto, a educação nos leva à produção de ciência e tecnologia no sentido de que o País possa não apenas exportar matéria-prima, mas também valor agregado. Enfim, isso é muito importante. V.Exa. coloca um aspecto dessa revolução que tem mesmo que ser feita. O nosso Governo Lula e o Governo da nossa Presidente Dilma estão dando continuidade ao investimento na educação. Um aspecto que chama a atenção é que há uma luta hoje para que tenhamos 10% do PIB para a educação nesse novo período do Plano Nacional de Educação. Tenho certeza de que, quando o Governo chegar a esse período, teremos a aplicação de 10%, mas é importante definir que nem sempre o investimento - como foi também verificado por pesquisas - mostrou a qualidade da educação. Daí é importante, nesse Plano Nacional de Educação, associar investimento e qualidade de ensino. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento!

O SR. ARTUR BRUNO - Agradeço a V.Exa. pelo aparte, que enriquece meu pronunciamento com suas sábias palavras, meu caro amigo Padre Luiz Couto.

Penso que a Presidenta Dilma, quando, na semana passada, sancionou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, PRONATEC, tinha e continua tendo como objetivo capacitar a população brasileira. Com o PRONATEC, teremos cursos de profissionalização e de capacitação para 8 milhões de brasileiros, com o ensino médio, que será agora, boa parte dele, também profissional, com cursos de capacitação para aqueles que são egressos do Bolsa Família. O PRONATEC é a verdadeira porta de saída para o Bolsa Família e também será a forma de profissionalizar mais aqueles que são beneficiários do seguro-desemprego. É um dos maiores programas educacionais já lançados neste País e que, tenho certeza, será a redenção daqueles que buscam a qualificação profissional.

Sr. Presidente, ainda temos uma vergonha nacional. O Brasil, que hoje é a sétima economia do mundo, dentre os 195 países existentes, até o final do ano, será lançado como a sexta economia. Vamos superar a Grã-Bretanha no PIB, porque a Europa está em recessão e ainda temos um relativo crescimento econômico, mas o Brasil jamais será desenvolvido com o analfabetismo que ainda temos. Dez por cento da população acima de 15 anos no País ainda é analfabeta. Isso significa, basicamente, que 14 milhões de brasileiros não sabem ler ou escrever duas linhas. Essa é uma mácula, é uma vergonha nacional.

O Plano Nacional de Educação traz a proposta de chegarmos a 2015



com 6,5% de analfabetismo e de chegarmos a 2020 com a erradicação dessa grande mácula nacional que é o analfabetismo no nosso País. Mas eu diria que, além de buscarmos a universalização da educação, além de promovermos condições a todos os brasileiros que queiram estudar, nós precisamos garantir que essa educação tenha qualidade. Para que a educação tenha qualidade, há necessidade de promovermos, estimularmos, elevarmos os nossos mestres, os nossos professores.

Hoje, a média salarial do professor da escola pública média ou básica deste País é de 1.600 reais. Um professor que dá aula na escola pública de ensino básico ganha 3, 4 reais por hora-aula. E ele é obrigado a trabalhar três expedientes para dar uma vida digna à sua família e para colocar seus filhos na escola particular, porque ele próprio não acredita na escola onde leciona. Claro que há boas e honrosas exceções, mas essa é a regra no nosso País.

O Plano Nacional de Educação traz uma boa proposta: aproximar o salário do professor ao salário médio dos profissionais de nível superior no País. Eu e outros Parlamentares queremos retirar o termo "aproximar", alterar o texto, para que o professor tenha salário igual ao da média dos profissionais de nível superior ou até maior. Com todo o respeito a todas as profissões, não há uma profissão mais importante para o desenvolvimento deste País do que o magistério. Portanto, o profissional do magistério tem que ser um profissional dignamente remunerado.

O Presidente Lula encaminhou uma lei, aprovada por esta Casa, que trouxe um grande avanço, o Piso Nacional do Magistério. Trouxe também a determinação de que todos os Municípios e Estados elaborem seus planos de cargos, carreira e remuneração.

No entanto, lamentavelmente, muitos Municípios e muitos Estados ainda não implantaram o Piso Nacional do Magistério. Portanto, é urgente que todos os Municípios e todos o Estados implantem os seus planos. O Plano Nacional de Educação traz a determinação de que, até 2 anos após a sua publicação, todos os Municípios e Estados implantem os seus planos de cargos, carreira e remuneração.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado Artur Bruno?

O SR. ARTUR BRUNO - Com muito prazer, dou um aparte a este Parlamentar que é um exemplo para o Estado do Ceará, Deputado Mauro Benevides, do PMDB.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Artur Bruno, quero cumprimentar V.Exa. pela sua presença no Grande Expediente na tarde de hoje. Aquele Parlamentar que se revelara brilhante, cumprindo uma



proficiente atuação na Assembleia, o que as urnas refletiram no julgamento soberano, está aqui na Câmara dos Deputados. V.Exa., desde quando chegou a este Plenário, projetou-se diante dos seus colegas e, naturalmente, da opinião pública brasileira. Agora, ao sair do meu gabinete, assistindo à parte inicial de seu discurso, vi que V.Exa. pinçou um aspecto extremamente importante: o contexto da economia brasileira fez com que nós ascendêssemos agora à sexta posição no *ranking* mundial, superando até o Reino Unido. É uma notícia tão auspiciosa que resolvi extrair do discurso de V.Exa. essa parte para que pudesse trazer esta minha manifestação de aplausos pela sua presença na tribuna. E, sobretudo, ressalto a sensibilidade de V.Exa. de realçar esse aspecto fundamental para que nos convençamos e saibamos que, no Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, tivemos a oportunidade de ascender no quadro econômico-financeiro mundial. Portanto, cumprimento V.Exa.

O SR. ARTUR BRUNO - Agradeço a V.Exa., Parlamentar que sempre acompanhei de perto e por quem tenho uma profunda admiração. Tenho V.Exa. como um modelo de Parlamentar neste País.

Ouçó o Deputado João Ananias, meu companheiro do Ceará e até o ano passado meu colega Deputado Estadual, agora dividindo comigo este prazer de representar nosso Estado aqui na Câmara.

O Sr. João Ananias - Deputado Artur Bruno, não poderia deixar de vir parabenizá-lo, cumprimentá-lo pelo pronunciamento e ressaltar na Câmara a importância de sua atuação no Estado do Ceará, principalmente no campo da educação, um Parlamentar destacado há vários anos na luta pela construção de um projeto de educação no nosso Estado, no nosso País. Portanto, venho aqui para testemunhar sua qualidade extrema nesse embate e reforçar que, nesta Casa, V.Exa. também já trilha os mesmos caminhos. Com certeza, V.Exa. vai reforçar muito essa luta, vai reforçar muito o papel desta Casa nesse esforço por melhor educação no nosso País. Parabéns a V.Exa.

O SR. ARTUR BRUNO - Agradeço as palavras generosas ao Deputado João Ananias.

Antes de concluir meu pronunciamento, quero tratar de dois pontos que considero essenciais no Plano Nacional de Educação: um deles diz respeito à gestão democrática da educação nacional. Todos sabemos e muitos de nós lamentamos que neste País pouco se preocupe com a qualificação dos gestores da educação. Na maioria dos Municípios e em boa parte dos Estados, a indicação para diretores de escola são meramente políticas. É o famoso "QI" - quem indica. Em vez de escolher pessoas capacitadas, qualificadas, que tenham liderança para dirigir escolas, muitas vezes são escolhidas por apenas um critério: pessoas ligadas a Vereadores, a Deputados, a Prefeitos, a grupos políticos.



O Plano Nacional de Educação determina que até 2020 os gestores de escolas sejam escolhidos pelo critério técnico e pelo critério da liderança, com a participação da comunidade. É necessário, portanto, que Estados e Municípios busquem esse modelo, que os diretores, que os gestores de escolas sejam escolhidos por critérios técnicos, por competência e por eleições, com participação da comunidade escolar.

Por fim, Sr. Presidente, todas essas medidas, todas essas metas, todas essas estratégias só serão possíveis se houver mais investimento em educação.

O Brasil, em 2003, quando o Presidente Lula chegou à Presidência, investia 3,5% do PIB em educação. Hoje, este País já está investindo 5% do PIB. Houve um aumento considerável na educação nacional em termos de investimento, mas mesmo assim ainda é um investimento insuficiente.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, entidade que aglutina os países desenvolvidos, investe, em média, 5,9% do PIB. Portanto, o Brasil não está tão distante assim dos países desenvolvidos. No entanto, um país que tem esses números que acabei de citar, esse grau de analfabetismo, de precariedade e de insuficiência de matrículas e reduzidíssimos salários dos professores precisa duplicar os investimentos em educação.

O Governo propõe que em 2020 nós tenhamos 7% do PIB, e a sociedade brasileira clama, movimenta-se, manifesta-se para que nós cheguemos a 10% do PIB. Essa é uma bandeira que deve ser buscada pelo Congresso Nacional, e vamos ajudar para que isso ocorra.

Documento 51/311

303.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

31/10/2011-
19:00

Publ.: DCD - 01/11/2011 -
59498

FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelo Deputado Angelo Vanhoni, de parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Expectativa quanto ao avanço na questão do financiamento do setor



educacional.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, depois de intenso debate realizado por meio de seminários e audiências públicas durante todo este ano, o Deputado Angelo Vanhoni, apresentará amanhã o seu parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, que institui o novo Plano Nacional de Educação.

É grande a expectativa de todos os integrantes da Comissão Especial e dos professores e professoras deste Brasil.

Que venha um PNE ousado, com mais vagas para a educação, com formação, com melhoria salarial. E que o relatório do Deputado Angelo Vanhoni avance no que diz respeito à questão do financiamento para educação.

Muito obrigada.

Documento 52/311

306.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/11/2011- 16:33
Publ.: DCD - 04/11/2011 - 59913	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação de projeto de lei sobre a destinação de percentual de recursos de convênios celebrados com organizações não governamentais para realização de auditoria externa. Denúncia de desvio de recursos públicos pela entidade A Casa de Taipa, pertencente ao ex-Secretário do Ministério do Esporte, Júlio Filgueira. Apresentação de emendas ao projeto de lei referente ao novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero aproveitar a presença do Deputado Francisco Praciano, Presidente da Frente Parlamentar contra a Corrupção, do Vice-Presidente, o Delegado Protógenes, e do Deputado Reguffe, do Distrito Federal, membro da Frente, primeiro para comunicar a S.Exas. que apresentei a esta Casa um projeto que



estabelece que, em todos os convênios feitos com organizações não governamentais ou mesmo com Prefeituras e Estados, sejam destinados 3% para a realização de auditoria externa.

Eu lembro que há muitos anos fiz a auditoria de recurso oriundo da Alemanha para uma ONG vinculada à Igreja Católica. A instituição nos contratou para realizar a auditoria exatamente no tempo da execução do projeto.

Eu tenho certeza absoluta de que, se implantarmos essa metodologia, vamos diminuir muito os índices de corrupção no Brasil. Convênios acima de 1 milhão que sejam feitos com auditoria externa, com registro na CVM, com auditor independente, ficarão muito mais baratos do que o que temos visto todos os dias.

Sr. Presidente, não basta falar de ONG, não. Quanto ao Ministério do Esporte, como ontem foi divulgado, quando o policial João Dias denunciou o Ministério do Esporte, ele acusou Júlio Filgueira de participar do esquema de desvio de verba do Programa Segundo Tempo. O Sr. Júlio Filgueira era ex-Secretário do Ministério do Esporte e, no final de 2009, abriu uma empresa. Está aqui a empresa: a Casa de Taipa. Esse senhor, então ex-Secretário, juntamente com Oswaldo Napoleão Alves, abriu essa empresa. Esse senhor, quando ainda Secretário, liberou para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário 1 milhão e 100 mil reais, em 2009.

Agora, no mês de agosto deste ano, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário recebeu do Governo mais de 13 milhões. E, no dia 1º de agosto, o Ministério do Esporte repassou para a Confederação 2 milhões. No dia 4, o GDF repassou também 2 milhões e 800! E a Casa de Taipa foi contratada por 825 mil reais, sem licitação, para atender a um projeto do Governador.

Está aqui: *"Casa de Taipa pôs a mão nesse dinheiro ao ser contratada sem licitação para cuidar de um projeto do Governador do Distrito Federal (...). O projeto, com total apoio do Ministério do Esporte, cuida da promoção da candidatura de Brasília para sediar a Universiade de 2017 (...)"*.

O.k., precisamos, de fato, entrar na competição e trazer para Brasília essa olimpíada, mas não seria necessário contratar uma empresa de ex-Secretário que repassou dinheiro a essa instituição, sem licitação, para conduzir esse processo. Então não são apenas as ONGs; há muito desvio de recursos para empresas fictícias de consultoria que são criadas para desviar dinheiro público.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que, além das denúncias que estamos fazendo, estamos continuando nosso trabalho. Na próxima terça-feira, nós estaremos recebendo e divulgando a primeira



minuta das metas do Plano Nacional de Educação. E nós, que participamos da Comissão, teremos ainda um prazo para apresentar as emendas.

Eu sei que, na minuta, o Relator já acatou para chegar a 8% do PIB. O Governo mandou 7%, o Relator jogou para 8,3%, mas eu tenho certeza de que, através das nossas emendas, vamos chegar a 10% do PIB até os próximos 10 anos. Acho isso fundamental para o País.

Foi divulgado ontem o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. O Brasil ocupa a 84ª posição entre 187 países. Se adotássemos o mesmo critério de 2010, nós estaríamos em 85º lugar. Ou seja, melhoramos uma posição. O Chile está em 44º, a Argentina em 45º, o Uruguai em 48º, o México em 57º, e Trinidad e Tobago em 58º.

O Brasil está muito aquém das nossas possibilidades. A única forma de resolver essa questão é investindo em educação. Espero que o País chegue, de fato, aos 10% do PIB.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 53/311

309.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/11/2011-15:27
Publ.: DCD - 08/11/2011 - 60037	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, sobre a instituição do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011/2020. Imediata aprovação da matéria pela respectiva Comissão Especial. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em dezembro vai fazer exatamente 1 ano que deu entrada nesta Casa um dos projetos mais importantes e estratégicos para a educação brasileira. Falo do Projeto de Lei nº 8.035, que vai instituir, Deputado Átila, o novo Plano Nacional de Educação.

Foi constituída uma Comissão Especial, inclusive eu faço parte dela, cujo Relator é o Deputado Angelo Vanhoni, do PT do Paraná, que,



diga-se de passagem, vem fazendo um excelente trabalho. Nós saímos com esse PNE pelo Brasil afora. Estivemos no seu Estado, na Bahia, em Pernambuco e no meu Estado do Rio Grande do Norte. Enfim, juntos com o Deputado Vanhoni percorremos vários Estados do País, debatendo, discutindo, ouvindo os professores, os estudantes e a sociedade em geral acerca do Plano Nacional de Educação.

Portanto, foi um dos projetos mais discutidos nesta Casa. Tanto é verdade o que estou dizendo que esse projeto foi recordista em matéria de emendas apresentadas. Recebeu, Deputado Amauri Teixeira, nada mais nada menos do que 2.906 emendas. Só eu apresentei 536 emendas, entre as quais estavam as oriundas das entidades como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE e outras. O fato é que essa quantidade de emendas atesta o interesse da sociedade brasileira por esse tema.

Daí, Sr. Presidente, quero mais uma vez fazer um apelo, primeiro, para que a Comissão Especial, da qual faço parte, reúna-se o mais rápido possível. Segundo, para que o Deputado Angelo Vanhoni apresente o seu parecer para que possamos votá-lo. É inaceitável que cheguemos ao final dos trabalhos legislativos e a Câmara dos Deputados não tenha feito o dever de casa e não aprove o Plano Nacional de Educação. Hoje mesmo participei de mais uma reunião do Fórum Nacional de Educação, no MEC, coordenado pelo meu companheiro potiguar, Francisco das Chagas. Participo desse colegiado representando a Comissão de Educação e Cultura da nossa Casa e lá destaquei toda essa preocupação. O Fórum Nacional de Educação também deseja, Deputado Luiz Couto, que a Câmara, por meio da sua Comissão Especial, vote o Plano Nacional de Educação.

Esse plano traz um conjunto de metas, estratégias e diretrizes que vão alicerçar as políticas públicas voltadas para a educação nos próximos 10 anos. Isso não é pouca coisa. Estão sob a nossa responsabilidade os destinos da educação brasileira para os próximos 10 anos. Esse plano trata de direitos inalienáveis, como o direito à educação da criança, do jovem, do trabalhador. Daí a questão das metas de expansão. Vamos universalizar, ampliar o atendimento escolar: creche, pré-escola, ensino médio, ensino fundamental, educação profissional, ensino superior e pós-graduação. Esse plano trata da gestão democrática, traz a esperança dos professores e professoras do Brasil, por intermédio da Meta 17, para a qual eu inclusive apresentei emenda, para que possamos, com o Plano Nacional de Educação, aprovar definitivamente uma política pública que traga salário bom, decente, carreira atrativa e formação inicial e continuada para os profissionais de educação de todo o País.

Por fim, Deputado Luiz Couto, claro que há o financiamento. Nós continuamos na luta pelos 10% do PIB para a educação. O plano já traz a proposta de 7% até 2014, que foi inclusive compromisso da



Presidenta Dilma. Como o plano não vai até 2014 - são 10 anos -, então de 2014 até o final da sua vigência, Deputado Amauri Teixeira, vamos avançar na questão do financiamento.

Portanto, peço à Mesa Diretora desta Casa, ao Deputado Marco Maia, enfim a todos os Deputados, que façamos um só coro nessa perspectiva de que a Câmara aprove o mais rápido possível o Plano Nacional de Educação, um plano ousado, à altura de responder aos desafios que a educação brasileira apresenta. Educação é um assunto estratégico muito importante.

Muito obrigada.

Documento 54/311

318.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	10/11/2011-10:08
Publ.: DCD - 11/11/2011 - 61336	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à votação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer apresentado pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa de destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Importância da aprovação, pela Comissão de Educação e Cultura, de emendas oferecidas ao Plano Plurianual de Investimentos - PPA.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, mais uma vez, fazer coro às palavras do Deputado Chico Lopes. O PNE, que é o plano mais estratégico para a educação do nosso País, está nesta Casa e, em dezembro próximo, vai completar 1 ano.

Nós temos cobrado que a Comissão Especial se reúna para que o Deputado Angelo Vanhoni apresente o seu relatório para ser votado. E venho dar uma boa notícia: no dia 22, a Comissão Especial vai se reunir, e o Deputado Angelo Vanhoni vai apresentar o seu relatório. O prazo para apresentação de emendas é equivalente a cinco sessões. Portanto, no início de abril, votaremos o Plano Nacional de Educação.

Quero aqui reafirmar a luta em defesa dos 10% do PIB para a educação. Não dá para aceitar os 7% de maneira nenhuma. Foi um



avanço sairmos dos 5% e irmos para os 7%, mas isso não é suficiente. Precisamos ter um Plano Nacional de Educação que responda à questão da valorização salarial e profissional das professoras e professores do Brasil; um Plano Nacional de Educação que responda à questão do atendimento escolar da creche à pós-graduação. Daí por que temos de avançar com relação ao financiamento.

Quero dizer que o Deputado Angelo Vanhoni fez um excelente trabalho. O relatório de S.Exa. está bom e avança nas questões de expansão, creche, educação profissional, ensino superior e educação básica como um todo. Deputado Valmir Assunção, o relatório do Deputado Angelo Vanhoni avança, por exemplo, na questão da educação em tempo integral; o relatório do Deputado Angelo Vanhoni avança na questão da melhoria salarial do magistério; o relatório do Deputado Angelo Vanhoni avança na questão do financiamento.

Por fim, Sr. Presidente, quero dar conhecimento a esta Casa que a Comissão de Educação e Cultura aprovou ontem as emendas ao PPA, duas para a cultura, para a ampliação do Projeto Cultura Viva, ou seja, para levarmos mais pontos e pontões de cultura para todo o País.

Outra proposta na área da cultura foi no sentido de fortalecer o Plano Nacional do Livro e Leitura, para possibilitar o surgimento de mais bibliotecas comunitárias, de mais agentes de leitura e de mais projetos sociais de leitura no campo da educação. É uma emenda importantíssima, Deputado Pedro, para ampliar as vagas nas instituições de ensino superior municipais e estaduais. O Governo Federal precisa chegar junto, também, às nossas universidades estaduais.

Há uma outra emenda para ampliar a questão da merenda escolar, acabar com essa injustiça de o professor não ter direito à questão da... *(O microfone é desligado.)*

Sr. Presidente, a última questão refere-se ao aumento do número de creches em todo o País, as quais passarão, também, a constituir indicadores da qualidade de ensino ofertado em áreas que vierem a ser previamente delimitadas.

Entregaremos essas emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Senador Walter Pinheiro. Sensível como é S.Exa., com certeza vai acatá-las, buscando fortalecer as políticas públicas tanto para a cultura quanto para a educação.

]

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Educação e Cultura aprovou por unanimidade, na manhã de ontem, cinco emendas ao PPA, o Plano Plurianual, sendo três para a Educação e duas para a Cultura.

Todas as emendas foram apresentadas por Deputados integrantes da Comissão de Educação e Cultura, as quais, depois de aprovadas, tornaram-se emendas da Comissão.

As propostas aprovadas na área da Cultura visam ampliar o acesso da população em geral aos bens culturais produzidos no País.

Na área da Educação, as proposições destinam-se a possibilitar o acesso a todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, aos crescentes avanços que o atual Governo vem propiciando à população brasileira.

Para melhor avaliação da importância e das profundas modificações que as mencionadas emendas irão produzir, descrevo agora, resumidamente, os seus conteúdos.

Cultura: ampliação do Projeto Cultura Viva, com reflexos diretos no número de pontos e pontões de cultura em todo o País; ampliação do número de bibliotecas comunitárias, de agentes de leitura e dos projetos sociais de leitura.

Educação: ampliação das vagas nas instituições de ensino superior estaduais e municipais; ampliação da oferta da alimentação oferecida nas escolas para todos os profissionais que atuam no setor, acrescido do entendimento de que aquela não possui apenas propósitos nutricionais, mas também educacionais; aumento do número de creches em todo o País, as quais passarão também a constituir indicador da qualidade de ensino ofertada em áreas que vierem a ser previamente delimitadas.

Ainda esta semana, pretendo entregar ao Relator do PPA, Senador Walter Pinheiro, as cinco emendas propostas pela Comissão de Educação e Cultura. A aprovação unânime delas decorreu de uma costura política, em que as diversas correntes partidárias abriram mão de pequenas discordâncias formais em favor de conteúdos que interessam não só aos próprios Parlamentares, mas aos milhões de brasileiros que têm a educação e a cultura como os veículos mais eficazes para a construção de sua identidade e crescimento pessoal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabéns, portanto, a todos os Deputados integrantes da Comissão de Educação e Cultura pela



notável demonstração de civismo na aprovação das emendas do PPA. Sem abrir mão de seus princípios mais caros, foi possível, pela via do diálogo construtivo, propor cinco medidas que certamente trarão a curto e médio prazos inestimáveis ganhos a toda a Nação brasileira.

Muito obrigada.

Documento 55/311

323.1.54.O	Sessão Extraordinária - 17/11/2011-10:38 CD	
Publ.: DCD - 18/11/2011 - 62105	GILMAR MACHADO-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Relator do Orçamento Geral da União, o Deputado Arlindo Chinaglia, por artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo. Importância da votação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria nesta manhã reforçar duas questões. Em primeiro lugar, em relação ao Orçamento, eu queria cumprimentar o nosso Relator do Orçamento deste ano, o Deputado Arlindo Chinaglia, ex-Presidente desta Casa, pelo artigo publicado hoje no jornal *Folha de S.Paulo*, em que defende um instrumento que ele criou, relativo a uma questão que o PT realmente defende há muitos anos: a participação popular na definição do Orçamento.

Nós estamos no momento da definição das emendas. Na quarta-feira encerra-se o prazo de apresentação das emendas. Acho que a iniciativa de permitir que todas as Prefeituras do Brasil com menos de 50 mil habitantes apresentem uma emenda ao Orçamento carimbada especificamente para a área da Saúde é importantíssima. A participação popular nós não temos de temer. Muito pelo contrário, o Parlamento está aqui para aprofundar a participação do povo. O povo que vota, que paga os impostos, tem esse direito, principalmente nos pequenos Municípios brasileiros. Os grandes Municípios têm outros mecanismos de acesso ao Orçamento do País, mas para os pequenos Municípios essa é uma iniciativa importante. Então, quero



cumprimentar o Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, pela iniciativa, pela forma correta de introduzir isso que nós do PT sempre defendemos no Brasil inteiro: o orçamento participativo. E cumprimento-o também pelo artigo que publicou hoje na *Folha de S.Paulo*, em que demonstra o entendimento de que é fundamental avançarmos na participação popular.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queremos deixar também registrado, como disse a Deputada Fátima Bezerra, que é fundamental votarmos o Plano Nacional de Educação ainda este ano. Como membro da Comissão Especial que está analisando a matéria, tenho certeza de que na próxima quarta-feira, quando será apresentado o relatório do Deputado Vanhoni, poderemos de fato fazer um debate aprofundado e votar o Plano Nacional, que vai permitir que o Brasil continue avançando.

Nós não vamos conseguir continuar crescendo e desenvolvendo-nos se não avançarmos na área da educação. Para continuarmos sendo competitivos no mundo, precisamos investir fortemente em educação. Os *royalties* e outros recursos do petróleo têm de ser disponibilizados para a área de educação, para que possamos enfrentar a disputa por espaço no mundo. Além disso, é fundamental que possamos assegurar a valorização dos profissionais da educação. O Plano Nacional trata dessa questão.

Nós vivemos hoje em Minas Gerais, lamentavelmente, um ataque do Governo contra o sindicato, o que é lamentável. O de que nós precisamos é sentar-nos e dialogar. No ano que vem, o Orçamento da União destinará mais de R\$ 1 bilhão para ajudar Minas Gerais a pagar o piso salarial nacional, porque de outra forma Minas não vai conseguir honrá-lo. Já está assegurado o repasse de mais de R\$ 1 bilhão para ajudar meu Estado a pagar o piso salarial nacional que é devido aos profissionais da educação. Nós precisamos de fato tratá-los com dignidade.

E não adianta enaltecer o professor apenas em época de eleição. Temos de garantir a sua valorização permanentemente. O piso é apenas o início desse processo tão importante para que o Brasil possa de fato disputar espaço no cenário internacional, desenvolver-se, crescer. A educação é fundamental, e para garanti-la é necessário valorizar os profissionais da área, conforme dispõe o Plano Nacional de Educação.

Esperamos na próxima semana iniciar a votação desse Plano tão importante para os próximos 10 anos da Educação neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 56/311

324.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/11/2011-15:51
Publ.: DCD - 18/11/2011 - 62157	MÁRCIO MACÊDO-PT -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Anúncio pelo Governador Marcelo Déda de medidas de fortalecimento das pequenas e microempresas no Estado de Sergipe.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por muito tempo o planejamento foi associado apenas à intervenção no domínio econômico. Mesmo na Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, como queria o patrono deste plenário, o Dr. Ulysses Guimarães, mesmo nessa Carta, que devolveu ao País a normalidade democrática e consagrou o Estado Democrático de Direito, lamentavelmente, a previsão do planejamento ficou limitada à ordem econômica e não foi tratada na ordem social.

O planejamento qualifica a intervenção do Estado também no plano social, de modo a orientar a construção e a evolução das políticas públicas e garantir os direitos sociais.

Este é o papel do planejamento na educação: consolidar as políticas educacionais e garantir o direito à educação.

O Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que institui o Plano Nacional de Educação - PNE, tramita nesta Casa de leis desde dezembro de 2010, portanto há quase 1 ano, e representa um momento importante do processo de planejamento, na medida em que dá início a uma cadeia de ações para alcançar os objetivos estabelecidos.

O Plano Nacional de Educação é uma referência permanente para o processo. Reivindicação dos pioneiros da Escola Nova, ele já era previsto no art. 150 da Constituição de 1934. Em 1962, tivemos o primeiro PNE, mas somente em 2001 foi aprovado por lei o Plano Nacional de Educação.

Importante aprendizado que concorreu para a construção do PNE a vigorar no próximo decênio adveio dessa primeira experiência plena de



um PNE aprovado pelo Congresso Nacional e transformado em lei.

A lei gera responsabilidade jurídica, tem que ser cumprida: as ações para o alcance das metas do PNE passam a ser exigíveis.

O PNE tem algumas características importantes que merecem destaque. Em primeiro lugar, trata-se de um plano de Estado, não de um plano de governo; trata-se de um plano nacional, não de um plano da União. Sua implementação depende da atuação, em regime de colaboração, de todas as esferas federativas e da busca do alinhamento do planejamento, tornando harmônicos o PNE e os planos estaduais e municipais de educação.

O PNE ora em discussão e que se pretende para o próximo decênio foi o eixo da Conferência Nacional de Educação - CONAE, realizada de 28 de março a 1º de abril de 2010. Dessa forma, chegou ao Poder Legislativo para debate com outro patamar em relação ao primeiro PNE.

Em 2001, a mobilização social nos Congressos Nacionais de Educação - CONEDs visava gerar uma proposta que iria se contrapor àquela do Governo. Em 2010, o objetivo da CONAE era de que ela gerasse a proposta do Governo a ser discutida no Legislativo. E assim se deu.

A adoção de um PNE aprovado em lei traz importantes consequências, na medida em que permite: organizar e aprofundar, no seio da sociedade civil e das instituições, o debate acerca das diretrizes, objetivos e metas da política educacional brasileira, o que se iniciou com as várias fases da CONAE; evitar que a mudança de gestão represente descontinuidade, na medida em que o plano é assumido como Plano de Estado; gerar, na medida em que é aprovado por lei, a responsabilidade do poder público por executá-lo e explicar à sociedade o eventual não atingimento de determinadas metas; ser a referência para o controle social exercido pela sociedade; deflagrar, imediatamente após sua aprovação, ou mesmo antes, a discussão de planos estaduais e municipais de educação; dar parâmetros para a articulação de esforços de diferentes esferas federativas para organizar suas ações em regime de colaboração, de forma a evitar superposições, somar esforços e contribuir para o alinhamento do planejamento dos diferentes níveis federativos.

O Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, encontra-se na fase final de discussão na Câmara dos Deputados, após rico processo que envolveu audiências públicas com gestores e especialistas, seminários estaduais conduzidos pelos Parlamentares da Comissão Especial, entre os quais destaque o nobre Relator, Deputado Ângelo Vanhoni, a quem coube o trabalho de se debruçar sobre as 2.915 emendas apresentadas, e a nobre colega Deputada Fátima Bezerra, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, que recebeu, só ela, 532 emendas.



Sras. e Srs. Deputados, sou biólogo e professor e, longe de clichês, sei que a educação é um dos mais importantes instrumentos de ascensão verticalizada dos filhos do povo, da classe trabalhadora. Eu mesmo, filho de uma dona de casa e de um camponês, sou fruto desse processo. Como diria Mandela, abram-se aspas: *"A educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo"*.

O PNE é um documento que representa a síntese de todas as dimensões do processo educacional do País. Contém um conjunto de metas que dispõem sobre universalização e ampliação dos serviços educacionais, financiamento público, gestão democrática e valorização dos profissionais em educação, entre outros temas. Por isso, penso que avançaremos muito como nação se começarmos com o pé direito, assegurando os 10% do PIB destinados ao setor durante o decênio da vigência do PNE. Esse será um dos maiores eixos do debate e o desafio que deveremos assumir diante da sociedade.

Ressalto que a deliberação desta Casa é de grande importância, mas não esgota nossa tarefa. Após a aprovação do PNE, cumpre proceder à avaliação e ao acompanhamento permanente de sua execução.

Quero, assim, manifestar o meu apoio à aprovação do PNE e conclamar todos os nobres pares a dar uma demonstração de unidade deste Parlamento em torno do objetivo de promover o acesso - e a permanência - dos brasileiros a uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, para todos e em todos os níveis, objetivo que poderá ser alcançado a partir da implementação do PNE.

Quero também nesta tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer que o Governador Marcelo Déda anunciou hoje, em solenidade, um conjunto de medidas para o fortalecimento da pequena e da microempresa no Estado de Sergipe, demonstrando mais uma vez que está sintonizado com as mudanças nacionais em favor dos setores produtivos empreendidas pela nossa Presidenta Dilma.

O Governador Déda editou decreto instituindo o SIMPLES Nacional com o teto de 1 milhão e 800 mil reais; lançou o Programa Nota da Gente; assinou um termo de cooperação técnica entre o SEBRAE e a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, parcelando o ICMS normal; disponibilizou, através do Banco do Estado de Sergipe - BANESE, 100 milhões de reais em crédito para investimentos de pequenas e microempresas; lançou a campanha de ampliação das vendas do BANESE Card, entre outras medidas.

O acordo de cooperação técnica visa formar e qualificar empresas locais, constituindo-as, assim, em rede de fornecedores qualificados do setor público, entre os quais os produtores da agricultura familiar.

O Nota da Gente é um programa de estímulo à cidadania fiscal e



tributária. Seu objetivo é conscientizar e estimular os consumidores de mercadorias, bens e serviços com incidência de ICMS a exigir dos vendedores, fornecedores ou prestadores de serviços a entrega da nota fiscal. Em 2012 o programa distribuirá 1 milhão de reais em prêmios.

Com o lançamento do Super-SIMPLES no Estado, o Governo adotou e optou pela faixa de Receita Bruta Anual de 1 milhão e 800 mil reais como limite para efeito de recolhimento de ICMS na forma do SIMPLES Nacional. Assim, o Governo beneficiará em torno de 1.700 novas empresas. Isso permitirá o enquadramento de 17.400 empresas no sistema, o que representa 64% do total de contribuintes de ICMS no Estado, em um universo de 27.100 estabelecimentos.

Ao optarem pelo SIMPLES, as empresas passarão para um regime mais simplificado de tributação e terão uma sensível redução em sua carga tributária.

Com todas essas medidas, o Governo do Estado dá sequência às políticas públicas de fomento às pequenas e microempresas sergipanas, na medida em que dois terços da economia local são formados por esses segmentos.

Essas medidas explicam por que Sergipe é um dos destaques nacionais em geração de emprego e renda, segundo indicadores de institutos de pesquisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom trabalho a todos nesta tarde.

Documento 57/311

333.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	23/11/2011-14:36
Publ.: DCD - 24/11/2011 63082	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Renovação do convite aos Deputados para o ato político em defesa do



fortalecimento do orçamento da cultura, no Auditório da TV Câmara. Aprovação, pela Comissão de Educação e Cultura, de emendas orçamentárias em benefício da área cultural. Imediata inserção na pauta do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em nome da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara e do Senado, quero renovar o nosso convite para o ato político que realizaremos daqui a pouco no auditório da *TV Câmara*.

Consta da pauta a luta para fortalecer o orçamento para a área da cultura. Estarão presentes ao evento militantes da cultura, gestores e artistas.

Falando no orçamento para a cultura, a Comissão de Educação e Cultura aprovou hoje duas emendas destinadas à área cultural: a que se refere ao apoio a museus e a que diz respeito ao incentivo à Política Nacional do Livro e da Leitura.

Sr. Presidente, reitero o apelo para que depois da votação da DRU esta Casa vote o Plano Nacional de Educação. O relatório do Deputado Angelo Vanhoni já está pronto. Trata-se de um bom relatório.

Muito obrigada.

Documento 58/311

335.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/11/2011-15:15
Publ.: DCD - 25/11/2011 - 63504	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado Angelo Vanhoni, pelo parecer oferecido ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa de aperfeiçoamento da proposição. Necessidade de estabelecimento de consenso sobre o percentual de recursos do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator do Plano



Nacional de Educação, Deputado Angelo Vanhoni, que fez um belo relatório e foi democrático nas suas ações, viajando o Brasil todo.

Entretanto, quero externar algumas preocupações que estão bem visíveis, uma vez que o financiamento não corresponde ao avanço do plano, quando colocamos a creche no sistema educacional brasileiro, antes sem existir. Há preocupação especial com a profissionalização do ensino na criação de vários IFETs no País e no Ceará, Estado que só tinha um, e agora tem em quase todo o interior, graças a Deus.

O tempo integral nas escolas significa que vamos duplicar o número de professores, e conseqüentemente o número de escolas.

O piso salarial dos professores para o terceiro pedagógico terá influência também nas licenciaturas plenas.

Queremos a implantação de um texto de nossa autoria, não fora da escola, mas fora da sala de aula, para atender à demanda, para conversar com os alunos e pais de alunos. Queremos ainda chamar a atenção para o número de interiores do Ceará e do Brasil em que há universidades federais, inclusive a UNILAB. Não acredito que os 7% do PIB cubram esses investimentos durante os 10 anos.

Fui daqueles, junto à UNE e à UBES, que defendiam 10% do PIB. Neste momento, quero dizer que sou a favor de uma conciliação, no sentido de que, se não for de 10%, também não seja de 7% do PIB, uma vez que podemos negociar essa intermediação. Não acredito que 7% venham a cobrir este avanço do Plano Nacional de Educação, tão benfeito pelo Relator, e que será uma vitória para o ensino brasileiro.

Sr. Presidente, fica aqui o meu apelo à Presidente da República. Nós, que somos da Comissão Especial, queremos fazer um acordo no sentido de que não sejam 10%, mas também não 7% do PIB. Temos que encontrar um denominador para sair deste impasse para que seja aprovado, porque quem vai ganhar é o povo brasileiro, é a economia brasileira, é o avanço do País em cima do sistema educacional brasileiro.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.



Sumário

Transcurso do 40º aniversário de criação da Consultoria Legislativa da Casa. Artigo Pré-Sal, Ciência, Tecnologia e Educação, de autoria do Prof. da Universidade de São Paulo - USP Sérgio Mascarenhas, publicado pelo jornal O Estado de S.Paulo. Excelência do projeto A Ciência como agente de transformação social, desenvolvido pelo neurocientista Miguel Nicolelis no Município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte. Expectativa de aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, inicialmente quero cumprimentar a Consultoria Legislativa da Casa pelos 40 anos de atividades, marcados por competência e eficiência inegáveis. Tenho a oportunidade de conviver com a Consultoria Legislativa na Comissão de Altos Estudos, presidida pelo Deputado Inocêncio Oliveira, e quero testemunhar a altíssima qualidade do corpo de consultores legislativos desta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias tem ganhado força e adeptos a nossa causa pelos *royalties* do petróleo para educação, ciência e tecnologia.

Quero registrar artigo memorável do Prof. Sérgio Mascarenhas, professor emérito da USP, do *Campus* de São Carlos, minha cidade, ex-Presidente da SBPC e membro titular da ABC, no jornal *O Estado de S.Paulo*, intitulado *Pré-Sal, Ciência, Tecnologia e Educação*, que diz:

"Enquanto governadores, deputados e senadores brasileiros se engalfinham num cabo de guerra político pela partilha federativa dos recursos a serem gerados com a exploração do petróleo da camada pré-sal, vai passando quase despercebida e mais uma vez negligenciada a oportunidade histórica de o País garantir o uso desses recursos para dar um salto inédito e há muito necessário nas áreas de ciência, tecnologia e educação."

Anteontem a bancada do Partido dos Trabalhadores, por iniciativa do nosso Líder Paulo Teixeira, convidou, e tivemos o prazer de ouvir, o grande neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis, que emocionou toda a bancada com seu projeto em Macaíba, pequena cidade da periferia de Natal, no Rio Grande do Norte, terra da nossa Deputada Fátima



Bezerra, Presidenta da Comissão de Educação desta Casa.

Esse projeto maravilhoso começa no pré-natal, para garantir o funcionamento dos neurônios das crianças de maneira adequada, e vai até o ensino médio, com o acompanhamento que todo mundo reconhece como uma das mais extraordinárias e recentes experiências em metodologia educacional e resultado social.

Com o título de *A ciência como agente de transformação social*, o Prof. Nicolelis, sempre tido como o possível ganhador do primeiro Prêmio Nobel no Brasil por tudo o que faz no mundo, nos brindou com sua palestra e se engajou na nossa campanha. Ele é professor da Universidade Duke, nos Estados Unidos, e colocou todo seu talento, todo seu reconhecimento e prestígio internacional para nos ajudar nessa campanha, que vai ser organizada pela SBPC, pela ABC, pelos reitores e pela UNE, que tem os Ministros Aloizio Mercadante e Fernando Haddad à frente.

Nós vamos lutar, na Comissão Especial de que faremos parte nesta Casa, instituída pelo Presidente Marco Maia, para que educação, ciência e tecnologia tenham verbas carimbadas do pré-sal e do pós-sal.

Quero, para terminar, Sr. Presidente, dizer da nossa expectativa - sou Suplente da Comissão de Educação e titular da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação - quanto à leitura do relatório do Deputado Angelo Vanhoni, querido amigo e companheiro, expectativa também de toda a comunidade acadêmica, universitária brasileira, o relatório do PNE, que fixa as 20 metas para o decênio 2011/2020, seja lido e aprovado para que tenhamos um salto de qualidade na educação brasileira. É a minha expectativa.

Quero parabenizar nossa Comissão de Educação pelo trabalho e cumprimentar nossa Presidenta, Deputada Fátima Bezerra, por tudo o que vem fazendo na discussão do Plano Nacional de Educação e à frente da Comissão.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero renovar minha expectativa, fazendo coro com as vozes da comunidade acadêmica, universitária deste País, de que o relatório seja lido até amanhã para que possamos votar ainda este ano e encaminhar ao Senado da República o projeto que estabelecerá as metas que certamente farão o Brasil chegar, por meio da educação, da inovação, à condição de quinta potência mundial muito em breve.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 60/311

343.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/11/2011-14:56
Publ.: DCD - 01/12/2011 - 64282	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Expectativa de aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional da Educação - PNE. Apresentação, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, de recurso contra o parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação a respeito do reajuste do piso salarial do magistério.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero me associar à manifestação do Deputado Newton Lima, para que, enfim, o relatório que trata do Plano Nacional da Educação seja apresentado o mais tardar amanhã.

Segundo, quero dizer que hoje, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, já apresentamos um recurso que se contrapõe ao parecer terminativo dado na Comissão de Finanças no que diz respeito ao reajuste do piso salarial do magistério, que, infelizmente, traz sérios prejuízos para a Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o piso salarial do magistério.

Por isso, nós, na Comissão de Educação e Cultura, lançamos hoje esse recurso e estamos pedindo apoio a todos os Parlamentares desta Casa para subscrevê-lo. Com isso, vamos garantir a lei original, o reajuste pelo INPC mais a variação do custo de aluno por ano do FUNDEB.

Documento 61/311

352.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	06/12/2011-16:54
Publ.: DCD - 07/12/2011 - 65616	DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



Votação, pelo Senado Federal, da proposta de criação do novo Código Florestal brasileiro. Expectativa de conciliação entre a produção agrícola e a preservação do meio ambiente no processo de apreciação da matéria. Anúncio da apresentação de emenda supressiva à medida provisória sobre o aumento do PIS/COFINS incidente na cadeia produtiva de alimentos. Apresentação de emenda ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, destinada à aplicação no setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, o Senado está debatendo, neste momento, o Código Florestal brasileiro.

Ainda que não tenhamos todos os nossos anseios contemplados, o Brasil está às vésperas de ter uma legislação que assegura a preservação do meio ambiente e respeita o produtor rural. É esse o nosso objetivo.

Acredito que a Câmara poderá, já na próxima semana, votar a matéria, possibilitando o crescimento da produção agrícola e pecuária, sem deixar o País de ser uma das maiores reservas ambientais do planeta, respeitada a sua soberania, sem dúvida o maior patrimônio do povo brasileiro. Deus nos deu a beleza e a diversidade da natureza neste País maravilhoso. É preciso compatibilizar a natureza com a soberania e a produção nacional.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para manifestar uma preocupação. O Governo mandou-nos, no início desta semana, medida provisória assinada pela Presidente Dilma Rousseff que altera questões tributárias. O Governo diz ser a medida provisória do bem. Ao ler a medida provisória hoje pela manhã constatei que, salvo engano, no § 2º do art. 2º retira-se das indústrias e cooperativas que processam alimentos a possibilidade do crédito presumido para o cálculo do PIS e da COFINS. Trocando em miúdos para todos os que nos estão acompanhando: trata-se de aumento de PIS e COFINS em toda a cadeia produtiva de alimentos, de leite e derivados, de carnes, enfim, do que vai para a mesa do cidadão.

Se por um lado o Governo diminui o imposto da chamada linha branca de eletrodomésticos, por outro aumenta o imposto dos alimentos. Não há lógica, não há coerência nisso.

Vou apresentar emenda supressiva do dispositivo, Deputado Amauri Teixeira, que tanto respeito, mas quero já iniciar o debate, porque depois, como costuma ocorrer, a medida provisória chega ao plenário com um relatório de última hora e a votação se processa a toque de caixa. Será que vamos votar aumento de impostos sobre alimentos num momento em que há recessão e dificuldades no mundo inteiro?



Será que vamos transferir essa dificuldade para o cidadão? É hora de reagirmos.

Sr. Presidente, participei há pouco de reunião da Comissão Especial que debate o Plano Nacional de Educação. Há emenda de minha autoria que propõe, até 2020, a aplicação de 10% do PIB em educação. Hoje esse percentual não chega a 6% do PIB.

Inspirei-me no princípio óbvio de que temos, ao lado da universalização do ensino, de melhorar a qualidade da educação no País, remunerando bem os professores. Para tanto, é preciso dinheiro.

Inspirei-me também no fato de que a UNE, representante de estudantes de todo o País, no dia 31 de agosto entregou à Presidente Dilma documento em que reivindica alteração no Plano Nacional de Educação para que sejam aplicados 10% do PIB em educação. A esse respeito, disse a Presidente Dilma: *"Eu concordo, mas é a Câmara que vai decidir"*. Apresentei a emenda, mas o Relator não a acatou, fixou o investimento em 8% do PIB, sob a alegação de que o Governo não teria condições de arcar com o percentual pretendido.

Sr. Presidente, é hora de esta Casa fixar em 10% do PIB os recursos a serem investidos em educação. Vamos melhorar a educação no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 62/311

351.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/12/2011-16:20
Publ.: DCD - 07/12/2011 - 65538	LUCIANA SANTOS-PCDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização, pela União Nacional dos Estudantes - UNE, em conjunto com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES e a Associação Nacional dos Pós-Graduandos - ANPG, de movimento em defesa do novo Plano Nacional de Educação - PNE e da destinação, ao setor educacional, de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Eleição da estudante Manuela Braga para a



Presidência da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES.
Manifesto Ocupe Brasília, referente ao movimento estudantil.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Bloco/PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a União Nacional dos Estudantes; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; a Associação Nacional dos Pós-Graduandos e as centenas de jovens que acampam na Esplanada dos Ministérios em defesa do Plano Nacional de Educação e do investimento de 10% do PIB na educação.

Um movimento de ousadia consequente em defesa da educação que honra a história do movimento estudantil e enche de orgulho a todos nós. Aproveito a oportunidade, senhor presidente, para saudar uma pernambucana que assume papel protagonista nessa luta: Manuela Braga, estudante do IFPE, eleita presidente da UBES no último final de semana.

Queremos desejar sucesso à Manuela a frente da entidade máxima dos estudantes secundaristas e dar como lido o manifesto estudantil que pauta a manifestação dos estudantes nesse mês de dezembro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Manifesto Ocupe Brasília

Onde há uma praça, um gramado ou um monumento, há também um convite. O chamado retumba dentro de todos aqueles que sabem do que querem se ocupar. Ocupam-se em mudar. Onde há gente existem sonhos, onde há jovens há pólen puro e generoso, pronto para multiplicar as flores. A fertilização das mudanças contamina o Cairo e Barcelona, espalha-se de Nova York a Grécia e Santiago, atravessa os mares e os muros, vence a tirania esclarecida ou camuflada por falsos sorrisos e notas de dinheiro. Onde algo velho e corrompido declina, o coração dos bons ensaia a sua insurgência.

Brasília, 6 dezembro de 2011. Somos muitos e nos juntamos àqueles que, em qualquer parte, procuram a via da coletividade, da participação e protagonismo da juventude como catalisadora do novo. Ocupamos este trecho do Planalto Central em um momento decisivo para as nossas vidas e as dos próximos que virão, com a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) e a realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

O Brasil pode, nas próximas décadas, dar ao mundo um exemplo único de crescimento econômico, democracia, solidariedade e participação



popular. No entanto, isso não será possível em companhia da brutal desigualdade social que ainda persiste ancorada, principalmente, nas más condições da educação pública e na histórica exclusão dos jovens, em especial os pobres. Chegou a hora de inverter prioridades. Basta de gerar conhecimento para ganhar mais dinheiro, a nova ordem deverá ser investir mais dinheiro para ampliar e democratizar o conhecimento de qualidade a todos.

Ocupamos este trecho da capital federal para impedir o retrocesso injustificável que se desenhará se o PNE não for aprovado ainda este ano. O Brasil precisa de 10% do Produto Interno Bruto aplicados, exclusivamente, na educação pública, escolas e professores do país. Da mesma forma, vamos ocupar a Conferência Nacional de Juventude com ideias e organização política, para garantir os avanços neste setor como a meia-entrada para os estudantes, o meio-passe no transporte público das grandes cidades, políticas públicas de saúde, comunicação, esporte e cultura para esse público, além da consolidação do Estatuto da Juventude e do Sistema Nacional de Juventude.

Esta é uma ocupação iniciada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG), mas que se abre a todos aqueles, de diferentes cores e ideias, que estão prontos para fazer a diferença.

Documento 63/311

368.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/12/2011-15:24
Publ.: DCD - 16/12/2011 - 67799	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apresentação de emendas ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação. Pedido à Presidência para continuidade da concessão de segurança pessoal ao orador.



O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é evidente que eu estou inscrito nas Comunicações Parlamentares para falar depois sobre o nosso Governo do Distrito Federal, mas eu quero dizer que a gente continua trabalhando em outras ações.

Quero registrar, Sr. Presidente, a reunião que fizemos hoje de manhã sobre o Plano Nacional de Educação e dizer que foram apresentadas até ontem, que era o último dia, mais de 400 emendas. Então, de fato era impossível o Relator, tendo recebido essas emendas ontem, concluir o relatório definitivo hoje de manhã.

Ficou acertado - e eu espero que aconteça - na semana que vem, terça-feira ou quarta-feira, recebermos aqui na Casa o Ministro da Fazenda Guido Mantega, para que ele possa explicar à Comissão Especial do Plano o porquê do não atendimento dos 10% do PIB. Se ele convencer toda a Comissão, não haverá nenhuma dificuldade. Mas eu tenho certeza absoluta de que de dois assuntos nós vamos tratar seriamente com o Ministro: primeiro, vamos insistir na aprovação dos 10%; segundo, um tema também muito importante: quem vai pagar a conta?

Não adianta aprovar o Plano Nacional de Educação sem definir claramente a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios. Então, agendamos a próxima reunião da Comissão do Plano Nacional para o dia 8 de fevereiro. Até lá nós ainda estaremos trabalhando com essas emendas que foram apresentadas, com o estudo do custo aluno/qualidade, que é uma discussão em que ainda vamos avançar um pouco mais.

Eu tenho certeza de que, com a audiência da semana que vem com o Ministro, nós chegaremos a essa questão dos 10% e de quem é a responsabilidade de pagar a conta.

Mas quero ainda, Sr. Presidente, dizer que eu acabei de receber no meu gabinete um ofício do responsável da área de segurança desta Casa. Não sei quem assinou, mas está em nome de Manuel Alves, Diretor. Há um "p" antes - Suspensão do serviço de proteção pessoal.

Eu quero dizer a V.Exa. que eu solicitei a esta Mesa e à Presidência da Casa, por meio de um processo, serviço de proteção pessoal, e liberou-se realmente a proteção pessoal nestes últimos dias. Mas eu acabei de receber esse documento comunicando-me que a partir do dia 18 de dezembro, ou seja, esta semana, não terei mais o serviço de proteção. Gostaria de pedir a V.Exa. que tomasse as providências ainda na atual gestão da Mesa, já que o recesso começa dia 22. Sei que isso aqui não é iniciativa do Presidente da Mesa.

Quero dizer uma coisa muito claramente, para todos os que estão



ouvindo-me e para os colegas Deputados: não aceito nenhuma pressão, seja do Governo local, seja da Câmara, seja de qualquer Governo, seja de partido. Não aceito intervenção de partido nesse assunto. Vou a fundo nisso. Não posso admitir que essa quadrilha que está no Buriti governe esta cidade. Vou aonde tiver de ir, com ou sem proteção. Mas quero pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que verifique esse ofício que acabei de receber comunicando-me que a partir do dia 18 não terei mais a proteção.

Não tenho nenhuma dificuldade. Contrato segurança particular. O que não vou é deixar de falar sobre esse assunto aqui e tomar as providências que estou tomando. A cada dia vem uma surpresa. Nas Comunicações Parlamentares eu vou falar do absurdo que tem acontecido nesta semana, isso até ontem.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 64/311

009.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/02/2012-17:24
Publ.: DCD - 14/02/2012 - 2468	MARCOS ROGÉRIO-PDT -RO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da educação para o desenvolvimento nacional. Aprovação, pela Casa, do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT-RO. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, iniciamos um novo ano com velhos e novos desafios; A propósito, quero aqui parabenizar o Deputado Paulo Pimenta, que trouxe um dos novos desafios que temos pela frente, um tema de alta relevância e em relação ao qual cabe uma reflexão por parte de todos nós.

Temos de enfrentar os grandes temas do País - as matérias que podem determinar mudanças nos rumos do Brasil e as matérias que podem consolidar a nossa posição como potência mundial. O que vamos decidir aqui vai determinar se avançamos ou se continuaremos na retaguarda das nações mais avançadas.

Nenhum país do mundo alcançou a estatura de grande economia e conquistou avanços sociais sem investir na educação. Os exemplos



mais recentes de sucesso estão aí: China e Coreia do Sul, que escolheram o caminho da educação e chegaram lá. Hoje, esses países ocupam uma posição de destaque, digna de reconhecimento e de observação de seus bons resultados.

Se queremos avançar ainda mais e alcançarmos uma posição de destaque no cenário internacional, precisamos sair do discurso, da retórica, e partir para a prática.

Precisamos adotar uma educação formadora de pensamento crítico que seja capaz de preparar os jovens. O Brasil precisa produzir mais ciência e tecnologia. E isso só será possível com o enfrentamento de dois dos principais desafios da educação brasileira: a universalização do ensino e a melhoria de sua qualidade.

Este ano vamos discutir o Plano Nacional da Educação. Está aí uma grande oportunidade para debatermos o assunto e encontrarmos caminhos para um avanço real, capaz de elevar o Brasil a uma posição de soberania de verdade - soberania cultural, científica e intelectual.

É verdade que o Brasil tem avançado em muitas áreas e está buscando o seu lugar de grandeza. Somos ricos em belezas naturais, temos uma terra produtiva, o nosso povo é trabalhador, e construímos o que somos hoje com bravura. Porém, só avançaremos a um novo patamar se investirmos numa educação sólida, com o professor valorizado e o estudante bem preparado.

A educação é o único caminho que pode garantir ao Brasil sua afirmação como grande potência mundial.

Já vimos que podemos chegar lá. E podemos mais: podemos avançar e conquistar espaços cada vez maiores. Porém, sem priorizarmos verdadeiramente a educação, seremos como uma Ferrari sem motor, que só serve para ser guinchada.

Não precisamos ser guinchados por ninguém. Temos as ferramentas de transformação. Podemos ser mais do que um grande país consumidor, podemos produzir e fornecer, agregar valor à cultura nacional. Mas, repito, isso exige uma mudança de comportamento, com mais investimento real na educação.

Ainda temos escolas precárias, sem condições para o ensino. Falta qualidade de ensino, ensino em tempo integral, transporte adequado e melhores equipamentos - inclusive, nas regiões mais quentes, refrigeração.

Conhecemos o caminho certo. Vamos discutir e votar aqui o Plano Nacional da Educação. É hora de fazer a escolha certa para darmos ao Brasil a oportunidade de avançar com solidez.



Esse é um tema, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que deve mobilizar esta Casa, para tratarmos daquilo que é mais importante para o Brasil neste ano de 2012: a discussão do Plano Nacional de Educação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Marcos Rogério, do PDT, de Rondônia.

Documento 65/311

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-14:44
Publ.: DCD - 15/02/2012 2550	- ROGÉRIO MARINHO-PSDB -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Baixo rendimento dos estudantes no Ensino Médio brasileiro. Considerações críticas sobre resolução do Conselho Nacional de Educação sobre aumento da carga horária e do número de matérias no Ensino Médio. Defesa de flexibilização da carga horária e de diversificação do conteúdo oferecido aos estudantes de nível médio, com atenção à capacitação profissional. Alcance do Projeto Metrópole Digital, idealizado pelo orador e implantado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicito seja considerado lido e publicado nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados discurso a respeito da resolução do Conselho Nacional da Educação - CNE, de janeiro deste ano, que determina que o Ensino Médio brasileiro passe a ter 2.400 horas de ensino convencional, com 14 matérias obrigatórias, mais 5 matérias transversais, além de 800 horas de ensino técnico.

O Governo propõe um ensino absolutamente inalcançável, situação que não poderá se concretizar por ser absolutamente impossível de ser colocada em prática.

Então, eu chamo a atenção dos nossos pares para a necessidade de rediscutirmos essa situação, uma vez que no Ensino Médio brasileiro



há um vácuo entre o Ensino Fundamental, o mercado de trabalho e as universidades. Apenas 11% dos nossos jovens vão para a universidade. Nós estamos fazendo de conta que estamos ensinando, e eles estão fazendo de conta que estão aprendendo.

Agradeço à V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Atila Lins) - V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ensino Médio se transformou, ao longo dos anos, em um verdadeiro suplício para os estudantes brasileiros. Os que não querem entrar em uma universidade ou faculdade ficam sem alternativas, sem profissão e com poucos conhecimentos que o ajudariam a desenvolver ou exercer um ofício qualquer.

Neste ponto, o sistema brasileiro é diferente de todos os outros sistemas de educação dos países desenvolvidos. Nestes países, em graus diferentes, o Ensino Médio é diversificado e flexibilizado. Há alternativas disponíveis aos jovens que pretendem se profissionalizar e tocar a vida. Há meios de aproveitamento e fomento aos talentos, desejos ou a projetos de futuro.

Em contraste, no Brasil, nos preocupamos pouco com a profissionalização e ofertamos aos jovens poucas chances de desenvolver maturidade profissional. Nosso Ensino Médio é engessado e representa uma verdadeira zona cinzenta para o estudante. Serve somente aos que querem ingressar no ensino superior, o que representa apenas 11% das pessoas entre 18 e 24 anos.

Ao final do Ensino Médio, a maioria esmagadora dos estudantes não adquiriu profissão alguma, nenhum ofício, e muitos foram expostos a poucas habilidades profissionais. Em suma, estão despreparados para o trabalho.

O ensino profissionalizante e técnico atinge menos de 10% de toda a matrícula do Ensino Médio e o técnico federal apenas 1% do total. Oferecemos poucos caminhos. Neste sentido, esta etapa de ensino é completamente desinteressante para o futuro dos jovens brasileiros, tão carentes por aprendizado.

O agravante é que faltam qualidade e atrativos aos alunos nesta etapa de ensino. Formado em um Fundamental carregado de deficiências pedagógicas, o estudante do Ensino Médio público reprova muito e aprende pouco.



Em média, nas 3 séries do Ensino Médio no último IDEB foram reprovados ou abandonaram o ano letivo 26% dos alunos, ou seja, mais de um quarto. Na rede privada, no mesmo ano, foram reprovados ou abandonaram 7% dos estudantes. A diferença de aproveitamento é brutal.

Ao olharmos para a proficiência, os problemas são ainda mais evidentes. Em 2009, último dado divulgado pelo MEC, a média de desempenho em Língua Portuguesa no País na Prova Brasil, considerando os resultados de escolas públicas e privadas, foi de 268,8 pontos. A média mínima satisfatória é de 300 pontos, calculada pelo Movimento Todos pela Educação.

A gravidade do problema é enorme, já que o desempenho médio em Língua Portuguesa no final do Ensino Médio não é sequer suficiente para alcançar o mínimo no final do Ensino Fundamental, que é de 275 pontos.

Seguindo a toada do não aprendido, o desempenho auferido no final do Ensino Médio em Matemática, de escolas públicas e privadas, foi de apenas 274,7 pontos, ou seja, quase 76 pontos a menos do que seria o mínimo satisfatório. Também é grave constatar que o desempenho em Matemática no final do Ensino Médio não é suficiente sequer para alcançar o mínimo prescrito para o final do Ensino Fundamental.

Sem dúvida alguma, o maior desafio da educação brasileira é alcançar o mínimo de qualidade no ensino. A realidade nos mostra que poucos aprendem e muitos aprendem muito pouco. Apesar das fartas e fantasiosas propagandas, não há resultados efetivos e positivos a serem apresentados ou comemorados.

Precisamos de uma verdadeira reforma do Ensino Médio, conduzida em favor da flexibilização e da diversificação. Propomos em forma de emendas ao PNE a flexibilização e a diversificação para reduzir o período do Ensino Médio de 3 anos para até 1 ano e, assim, dar mais opções aos jovens que saem do Ensino Fundamental de ingressar no mercado de trabalho ou na universidade.

E não fazemos isso sem um dado concreto, sem um exemplo implantado e funcionando adequadamente. O Projeto Metrópole Digital, por mim elaborado e instituído em Natal pela Universidade Federal, seleciona e capacita jovens com talento informático, recém-saídos do Ensino Fundamental, em programação computacional.

O Metrópole Digital se constitui em um exemplo de flexibilização, pois, são 1,2 mil horas em 15 meses; e de diversificação, por preparar os jovens para o mercado de trabalho e o empreendedorismo empresarial - já se formaram algumas empresas. E muitos estudantes completaram a formação de alto nível oferecida já empregados nas empresas de TI



e outros seguem ou seguirão os estudos universitários.

Mas, infelizmente, o caminho tomado, no Brasil, aponta para o sentido contrário. A Resolução nº 2, de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação burocratiza ainda mais o Ensino Médio, o aparta de forma definitiva da realidade profissional e aumenta a exposição dos estudantes a conteúdos ou matérias desnecessárias, além de muito ideologizadas, impertinentes para esta etapa de ensino.

Ora, da forma sugerida pelo CNE, serão 14 matérias obrigatórias, mais 5 transversais, 2.400 horas de aula, mais 800 horas de ensino técnico, no que é chamado de ensino médio integrado. Evidentemente, é um ensino médio impossível de ser praticado no País.

Com este tipo de reforma continuaremos patinando nesta etapa de ensino tão vital aos jovens. Não há precedentes no mundo. Há pretensões absurdas na resolução, que se aplicadas, acabaremos por ampliar ainda mais os problemas. Incharemos dramaticamente o currículo dos estudantes, tornando esta etapa de ensino definitivamente desinteressante e alienada da realidade profissional do País. Mataremos de vez os sonhos e projetos dos jovens. Estaremos fadados a um Ensino Médio ainda mais obsoleto do que é hoje.

Então, é preciso unir as forças do país e enfrentar de vez os dilemas da educação, podemos começar propondo uma reforma do Ensino Médio nacional com o objetivo de ampliar chances e oportunidades e não restringir e tolher os sonhos de um futuro próspero e produtivos dos jovens brasileiros.

Documento 66/311

022.2.54.O

Sessão Extraordinária - 29/02/2012-16:18
CD

Publ.: DCD - 01/03/2012 -
4647

ARTUR BRUNO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Elevação do valor do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público para 1.451 reais. Melhoria da educação pública brasileira. Apreciação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância da valorização do magistério.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana o Governo Dilma anunciou, por decreto, o novo piso nacional do magistério, no valor de R\$1.451,00.

O Governo está cumprindo a lei votada por esta Casa que garante que o reajuste do piso do magistério, o menor salário que um professor da rede pública tem que ganhar, seja o mesmo estabelecido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Cumprindo a lei, o decreto foi editado para que os Governos Estaduais e Municipais comecem a reajustar o valor do piso.

É preciso comparar o salário do professor com o salário de outros profissionais, até para termos uma ideia do que significa o valor de R\$1.451,00. Significa dizer que um professor vai ganhar R\$7,00 para dar uma aula, porque ele tem uma jornada de 40 horas - considerando-se 5 semanas, são R\$7,00 por hora/aula. Eu tenho a convicção de que qualquer profissional neste País, o borracheiro, o cabeleireiro, quem presta o serviço mais simples ganha mais do que R\$7,00 reais por hora de trabalho.

É muito importante afirmarmos isso porque eu vi a reação de muitos Prefeitos nesta semana reclamando do valor do piso. Evidentemente, nós entendemos que uma ou outra Prefeitura tenha dificuldade de pagar o piso, mas a lei garante que o Governo Federal complementará os recursos necessários para a efetivação do piso do magistério.

Sr. Presidente, a grande revolução a ser feita neste País é a da educação. O que vai garantir desenvolvimento com distribuição de renda e maiores oportunidade para o País é a melhora da educação pública.

E a melhora da educação pública passa necessariamente pelo salário dos professores, que precisam ser melhor remunerados, precisam de capacitação, de treinamento, de qualificação, de um plano de cargos e salários, para progredirem na profissão.

Parabenizo o Governo Dilma, que está cumprindo a lei. Espero que os nossos gestores, Prefeitos e Governadores, cumpram o piso do magistério, para não vivermos o constrangimento de chefes do



Executivo que não cumprem a própria legislação.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que a Casa está debatendo o Plano Nacional de Educação, enviado a esta Casa pelo Presidente Lula no final de 2010 e que tem como Relator o Deputado Angelo Vanhoni, que deverá concluir o seu relatório até o final deste mês.

No Plano Nacional de Educação há a meta de que 10 anos após a aprovação do Plano o professor ganhe a média do que ganha um profissional de nível superior nas demais profissões. É inadmissível que o professor, o profissional mais importante da sociedade, ganhe menos do que seus colegas de nível superior nas demais profissões.

Nós temos de fazer uma revolução na educação a partir da valorização do magistério.

Muito obrigado.

Documento 67/311

033.2.54.O	Sessão Extraordinária CD	08/03/2012-09:20
Publ.: DCD - 09/03/2012 5998	- RAIMUNDO GOMES DE MATOS-PSDB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de maiores investimentos governamentais no setor educacional da Região Nordeste. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação. Contrariedade com a não implementação do piso salarial nacional do magistério em Municípios brasileiros.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, inicialmente queremos saudar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Neste pronunciamento, ressaltamos que a Região Nordeste vem recebendo vários investimentos internacionais, mas ainda precisa diminuir suas desigualdades, principalmente na área da educação. Segundo pesquisa realizada pela UNDIME, os investimentos na



educação no Nordeste estão na média de somente 36,5% em relação à média nacional.

Iremos votar o Plano Nacional de Educação e nele precisamos assegurar 10% do PIB para a educação, assim como, dentro das metas, fortalecer o professor, fortalecer a educação de qualidade. É claro também que, para esses futuros postos de trabalho, gerados a partir dos investimentos internacionais que estão ocorrendo no Nordeste, precisamos qualificar mão de obra. Precisamos de uma formação de qualidade para os jovens, para termos, com esses investimentos internacionais, a garantia de melhor educação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Região Nordeste do Brasil, que vem recebendo um grande volume de investimentos estrangeiros, ainda precisa vencer desigualdades históricas em outras áreas. A educação é uma delas e requer atenção especial por parte do Governo Federal, a fim de evitar que as oportunidades de trabalho que tendem a crescer sejam preenchidas por profissionais de outras regiões e até do exterior.

Levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgado em dezembro do ano passado, colocou o Ceará na liderança em aporte de investimentos estrangeiros na região e no segundo lugar no País, ficando atrás apenas de São Paulo.

Na contramão desse *boom*, divulgação feita pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), no dia 10 de fevereiro, mostrou que o gasto por aluno no Nordeste está bem abaixo da média do País, ficando em 36,5%.

O resultado faz parte da pesquisa *Perfil dos gastos educacionais nos municípios*, que teve duração de 8 meses, entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011, envolvendo mil municípios selecionados por sorteio. A análise foi baseada no montante gasto em manutenção e desenvolvimento do ensino; no valor investido por aluno na rede municipal e nas diferenças regionais, entre outros. Outro agravante diz respeito à falta de recursos humanos e técnicos, o que interfere diretamente na qualidade da educação.

O levantamento da UNDIME aponta, ainda, que a porta de entrada das crianças ao mundo das letras, no caso, as creches, está muito longe do recomendado pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQI), um cálculo feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e que avalia desde insumos até salários de quem trabalha nas escolas. O valor recomendado é de R\$6.450,70. No entanto, o Nordeste aparece com



investimento de R\$1.605,48. Problema que prossegue no ensino fundamental, cuja média nacional de gastos por aluno ficou em R\$2.937,65, e a Região Nordeste aparece com R\$2.034,89. Cabe ressaltar que a diferença também acontece na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a falta de uma educação pública de qualidade está presente na grande maioria dos Municípios brasileiros, com maior ênfase, como acabamos de ver, na Região Nordeste.

Já passou da hora de o Governo Federal sair do discurso para a prática, destinando mais recursos para a educação, cobrando melhor gestão daqueles que estão à frente do Ministério da Educação e dando o apoio técnico necessário para que os Municípios possam melhorar os índices na área e, assim, os nossos estudantes se tornem mais competitivos no mercado de trabalho.

Lembro que há vagas, mas falta qualificação. Um passo a ser dado é aumentar as vagas no EJA, hoje estimada em 3 milhões, já que temos hoje 65 milhões de brasileiros que não terminaram o ensino fundamental.

Ao abordar o tema educação, não podemos deixar de nos indignar com os governantes que ainda hoje descumprem a lei do piso salarial nacional dos professores. Isso é uma vergonha! Há dinheiro, conforme a imprensa vem mostrando, para inúmeras obras, que também são necessárias, mas é inadmissível postergar um direito desses profissionais que merecem o nosso respeito e um salário digno.

Por conta dessa falta de valorização do magistério é que amargamos baixos índices em diversos setores da educação. Estima-se que 14% dos professores de todas as disciplinas não possuem habilitação legal para exercer a função, e essa exigência está validada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) desde 2007.

Encerrando este meu pronunciamento, quero chamar a atenção, desta tribuna, também, para a possibilidade de não cumprimento da meta de um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, previsto para dezenas de países em todo o mundo até 2015: 6,1 milhões de novos professores, sendo 2 milhões que necessitam ser formados e outros 4,1 milhões que deverão ser substituídos por conta de aposentadorias, doenças ou mudança de carreira. O professor precisa ser valorizado, principalmente no Brasil, onde o salário é um dos mais baixos. Vamos à luta pelos direitos dos alunos e dos professores!

Era o que tínhamos a dizer.



Documento 68/311

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-14:52
Publ.: DCD - 14/03/2012 6424	- WALDENOR PEREIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Aumento do número de matrículas em escolas de tempo integral do ensino fundamental no País. Implementação do Programa Mais Educação. Realização de marcha nacional em defesa do piso salarial nacional dos professores e da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no setor educacional, em Brasília, Distrito Federal.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em perfeita sintonia com o que estabelece o projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação, na sua Meta nº 6, a Presidenta Dilma Rousseff, nesta semana, comemorou a existência de 2,8 milhões de estudantes do ensino fundamental em tempo integral. Comemorou porque as matrículas ultrapassaram 30 mil escolas que adotam esse sistema pelo Brasil afora, especialmente na zona rural.

Segundo a Presidenta Dilma Rousseff, a meta de atingir 30 mil escolas, em 2014, já foi ultrapassada. Uma nova meta foi estabelecida, de 60 mil escolas. Especialmente na zona rural e nas regiões mais carentes do Brasil, será adotado esse sistema, para melhorar a qualidade do ensino brasileiro.

Nessa decisão de ampliação do número de matrículas, decidiu-se por adotar o critério de privilegiar os estudantes oriundos das famílias contempladas com o programa Bolsa Família.

Neste ano de 2012, 1 bilhão e 400 milhões de reais serão destinados ao programa Mais Educação, para ampliação do número de escolas com educação em tempo integral. A expectativa, Sr. Presidente, é de que, em 2014, se alcance 5 milhões de jovens brasileiros da educação fundamental matriculados em escolas em tempo integral.



É importante destacar que a Meta nº 6 do Plano Nacional de Educação estabelece, para 2020, alcançar 11 milhões e 300 mil estudantes. Portanto, 5 milhões de matrículas em 2014 representam de fato notícias alvissareiras, a garantia de que, ao final do prazo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação, poderemos alcançar essa meta ambiciosa de 11 milhões e 300 mil estudantes do ensino fundamental brasileiro estudando em escolas que ofereçam o sistema tempo integral.

Portanto, queremos parabenizar nossa Presidenta, o Ministro Aloizio Mercadante, nosso Governo, por dar atenção especial a essa meta, que é das mais importantes na composição do Plano Nacional de Educação.

É muito bom nos lembrarmos - não é, Fátima, nossa querida companheira, militante da educação e ex-Presidente da Comissão de Educação nesta Casa - que o avanço, a ampliação da educação integral no Brasil não deixa de ser uma homenagem a Paulo Freire, a Anísio Teixeira, a Florestan Fernandes, a Darcy Ribeiro, lutadores pela educação brasileira, mas que infelizmente não puderam acompanhar o apoio decisivo que o Governo Federal da Presidenta Presidente Dilma Rousseff está dando à educação integral no País, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

Finalmente, no tempo que me resta, Sr. Presidente, quero saudar todos os educadores brasileiros que, amanhã e depois de amanhã, dias 14 e 15, farão uma Marcha Nacional a Brasília em defesa do piso salarial nacional, já consagrado por lei aprovada em 2008 e homologado pelo Ministro Aloizio Mercadante, e também em defesa da ampliação de recursos para educação para 10% do PIB.

O companheiro Deputado Angelo Vanhoni, Relator do PNE, já ampliou para 8% a proposta original, que era de 7%.

Assim, são bem-vindos a Brasília todos os educadores que, amanhã e depois, aqui estarão em defesa do piso salarial nacional, mais recursos para a educação e a aprovação do PNE.

Seja todos bem-vindos! E recebam nossa solidariedade e nosso apoio.



Publ.: DCD - 14/03/2012 - IZALCI-PR -DF
6431

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO
EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Greve dos professores da rede de ensino público do Distrito Federal. Apelo ao Relator Henrique Fontana de inclusão na proposta de reforma política de dispositivo sobre a obrigatoriedade do cumprimento de promessa de campanha eleitoral por candidatos a cargos eletivos. Participação do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, em reunião conjunta da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Convocação do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para esclarecimento à Casa sobre as razões da não destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à educação. Contrariedade ao corte de recursos orçamentários destinados ao setor de ciência e tecnologia.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer um apelo ao Relator da Comissão Especial da Reforma Política, o Deputado Henrique Fontana.

Hoje as redes sociais e a tecnologia deixam claro o que se diz e o que se promete. Nos *blogs* de hoje, foi veiculada uma reunião que aconteceu no Sindicato dos Professores no dia 15 de outubro, portanto, antes da realização do segundo turno da eleição. E nesse vídeo aparecem as promessas de campanha ditas, gravadas e assinadas. Por causa dessas falsas promessas Brasília hoje sofre com a greve dos professores, que atinge quase 500 mil alunos.

Com a reforma política, nós precisamos cuidar disso. É inadmissível que os candidatos, durante a campanha, prometam tudo, assinem documentos e depois, quando têm o poder, a caneta na mão, simplesmente não cumpram o que prometeram. Com isso, quem se prejudica é a sociedade.

Quero também, Sr. Presidente, manifestar uma preocupação. Amanhã, quarta-feira, receberemos na Comissão de Educação e na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Quero lembrar que, na última reunião do ano passado da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, nós aprovamos um requerimento, de minha autoria e dos Deputados Paulo Santiago e Dr. Ubiali, convocando à Comissão Especial o Ministro Guido Mantega.



Depois de muita conversa, aceitamos converter a convocação em convite. Ficou, então, acertada para o início deste ano a presença do Ministro da Fazenda, fundamental para explicar aos componentes da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação por quê, durante todo o ano, todos os Deputados e todas as entidades organizadas, como as centrais sindicais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, a UNE, a UMESB... A Presidenta Dilma Rousseff disse que concordava com os 10%, mas a aprovação dependia do Congresso Nacional. Agora, tanto o Relator quanto alguns membros da Comissão já defendem 7,5% ou 8% do total. Nós precisamos ser convencidos pelo Ministro da Fazenda de que não é possível aplicar os 10% do PIB.

Na última reunião deste ano, fomos comunicados de que o Ministro Guido Mantega não poderia estar presente à Comissão de Educação. Abrimos mão, para receber o Secretário-Adjunto Nelson Barbosa, e a informação que tenho é que nem o Secretário-Adjunto Nelson Barbosa irá comparecer à Comissão. Quem irá à Comissão é alguém do terceiro ou do quarto escalão.

Quero dizer que acabei de preparar um novo requerimento, para ser votado amanhã ou depois de amanhã, convocando a esta Casa - não é mais um convite, é uma convocação - o Ministro da Fazenda, para dizer a todos os membros da Comissão por que não é possível aplicar os 10% do PIB.

O Congresso Nacional não pode admitir, depois de tudo o que foi dito pelo Executivo acerca da possibilidade de chegar a 10%, simplesmente que vamos aprovar 7,5% do PIB para a educação. É por isso que no orçamento da ciência e da tecnologia há um contingenciamento de 22%. Tiraram do orçamento a proibição de o Executivo contingenciar recursos da ciência e da tecnologia - contingenciaram.

Se este País realmente quer chegar ao topo em termos de justiça social e do desenvolvimento econômico, tem que investir em educação, ciência e tecnologia.

Infelizmente, o que nós ouvimos diariamente, nesta Casa, são discursos. Temos que acabar com esses discursos e discutir o recurso. É disto que a educação precisa: mais recurso. E quem pode abrir o cofre é o Ministro da Fazenda. É isso que nós esperamos.

Muito obrigado.



042.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/03/2012-14:36
Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7062	- GILMAR MACHADO-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Associação ao Deputado Zé Silva em seu pronunciamento quanto à produção de queijo artesanal no Estado de Minas Gerais. Defesa de cumprimento da lei do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Necessidade de votação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Saudação ao novo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Deputado Pepe Vargas. Excelência da gestão do ex-titular da Pasta Afonso Bandeira Florence.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de saudar e cumprimentar o Deputado Zé Silva pelo pronunciamento, e digo que realmente é fundamental que tenhamos cuidado, que mantenhamos a vigilância sanitária, mas também que não façamos pararem processos de produção artesanal neste País na agricultura familiar que por tantos anos tem-nos sustentado, tem-nos alimentado. É importante que possamos tratar com muita propriedade e seriedade essa matéria.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, nesta tarde, de saudar, de cumprimentar todos os trabalhadores da educação no Brasil, por intermédio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e também do nosso sindicato, que eu tive a oportunidade de dirigir, o SINDUTE, de Uberlândia, hoje presidido pela Prof^a. Elaine.

Algumas coisas no Brasil chegam a ser muito engraçadas. Votamos uma lei em 2008 estabelecendo o novo piso salarial nacional e os Governadores e os Prefeitos tiveram o prazo de 2 anos para se adaptarem a ele, ou seja, prazo até 2010. A regra já estava estabelecida desde 2008; só agora os Governadores e Prefeitos começam a reclamar que não têm como pagar o piso.

Precisamos valorizar a educação, pois na medida em que o Brasil cresce e se expande precisaremos de cada vez mais investimentos nessa área. É essencial que possamos assegurar o pagamento do piso salarial nacional. Nós votamos a lei!

Os professores estão realizando desde quarta-feira uma paralisação. Serão 3 dias de paralisação para chamar a atenção do Brasil. Eles querem que se cumpra a lei. Imaginem os senhores: foi necessária



uma paralisação para pedir o cumprimento de uma lei que nós votamos!

Quero aqui deixar os meus cumprimentos, minha saudação aos educadores do País, dizendo que é preciso, sim, que essa lei seja de fato cumprida, que os educadores tenham garantia de remuneração justa, que suas carreiras sejam reestruturadas, para que tenhamos qualidade do ensino no País, escolas cada vez melhores, porque isso é muito importante, é mesmo essencial.

Há uma segunda questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de levantar: além do piso, os trabalhadores estão cobrando a votação do Plano Nacional de Educação, e esperamos que o Deputado Angelo Vanhoni entregue o relatório final. Como disse o Ministro da Educação Aloizio Mercadante, em audiência pública na Comissão, precisamos votar ainda no primeiro semestre o Plano Nacional de Educação, essencial para que possamos garantir a reestruturação da educação, desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, pelo ensino médio, técnico e tecnológico, e também a expansão das universidades.

Que possamos, então, dotar o País de um novo plano, já que o plano anterior teve sua validade vencida. Precisamos realmente garantir que esse processo continue.

Para finalizar, eu quero aqui cumprimentar o novo Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Deputado Pepe Vargas, e ao mesmo tempo saudar o companheiro Afonso, que volta para o nosso convívio como Deputado Federal, uma pessoa extremamente preparada, que fez um grande trabalho naquele Ministério. Por tudo aquilo que foi realizado em Minas Gerais, pelos territórios da cidadania, pelo trabalho que o Ministro Afonso realizou em atendimento à agricultura familiar, aos quilombolas do nosso Estado, eu quero dizer que S.Exa., mesmo sendo nosso Ministro, pensou realmente o Brasil como um todo. Como bom baiano, fez realmente um grande trabalho no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como mineiro, temos de reconhecer o trabalho brilhante que realizou.

Esperamos, aliás temos certeza de que também o Deputado Pepe Vargas dará sequência a esse trabalho extraordinário, que começou no Governo do Presidente Lula com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, agora com atenção voltada para a agricultura familiar. Tenho certeza de que o Ministro Pepe vai continuar o trabalho brilhante realizado por Afonso Florence.

Companheiro Afonso, seja bem-vindo de volta à sua Casa. Que V.Exa. continue desenvolvendo o brilhante trabalho que faz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 71/311

051.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/03/2012-10:30
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8048	FÁTIMA BEZERRA-PT	-RN
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Nota do Fórum Nacional de Educação, a respeito do substitutivo oferecido pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, quero dar conhecimento aos meus pares da nota do Fórum Nacional de Educação, do qual faço parte representando a Comissão de Educação e Cultura, acerca do relatório substitutivo do Deputado Angelo Vanhoni, que trata do Plano Nacional de Educação.

O Fórum se reuniu nessa segunda e terça-feira e, após o debate, formulou uma nota, da qual vou citar alguns trechos.

Sra. Presidente, o Fórum pede celeridade na tramitação do PNE, fazendo um apelo, Deputado Amauri Teixeira, para que esta Casa aprove o mais rápido possível o Plano Nacional de Educação.

Eu tenho insistido muito aqui nesse debate. O projeto está aqui há mais de 1 ano. Não é um projeto qualquer, pois ele diz respeito aos destinos da educação brasileira pelos próximos 10 anos. Portanto, o Fórum Nacional de Educação faz o apelo para que o aprovemos e inclusive manifesta a expectativa de que tal aprovação se dê até o final de abril.

No entanto, queremos ressaltar, Sra. Presidente, que ao mesmo tempo em que pedimos celeridade na aprovação do PNE temos de preservar o conteúdo e a qualidade do relatório e do Plano Nacional de Educação, ou seja, celeridade, mas sem pôr em risco a qualidade do projeto.

O segundo item da nota é o seguinte, Sra. Presidente.

"Manter a coerência com o debate histórico do financiamento das políticas educacionais, por entender que o conceito de investimento



público direto é o único adequado ao PNE."

Portanto, nós defendemos o conceito de investimento público direto, bem como, em sintonia com a CONAE - Conferência Nacional de Educação -, o Fórum reafirma a defesa de um patamar equivalente a 10% do PIB para a educação pública.

Acrescentamos ainda a defesa dos 50% do pré-sal para a educação, bem como consideramos imprescindível que a União complemente os recursos necessários aos Estados e Municípios para que estes cumpram com o CAQi.

Defendemos também que a qualidade da educação não deva ser vinculada a um único índice, como o IDEB. Daí por que estamos propondo mudanças na Meta 7.

Ainda apresentamos, como sugestão para o relatório do Deputado Angelo Vanhoni, que se estabeleça um prazo para que, por meio de lei ordinária, possa ser enviado a esta Casa um projeto para instituir o Sistema Nacional Articulado de Educação.

Outra sugestão é que, no projeto de lei que trata do PNE, seja institucionalizado o Fórum Nacional de Educação.

Sra. Presidente, peço que esta nota seja divulgada nos meios de comunicação da nossa Casa. É um documento muito importante, ou seja, é a posição do Fórum Nacional em Defesa da Educação frente ao relatório substitutivo do Deputado Angelo Vanhoni.

Fica o nosso pedido para que seja aprovado o mais rápido possível o Plano Nacional de Educação.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA.

Documento 72/311

070.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/04/2012-15:36
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10424	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-DEM -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa de valorização do profissional da educação. Não cumprimento, pela



maioria dos Estados e Municípios, da lei federal sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Apoio à proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Formação inadequada dos docentes brasileiros. Recebimento, pelos professores do ensino básico do Estado do Tocantins, de salários superiores aos da maioria dos Estados brasileiros. Baixa remuneração dos docentes no País. Tramitação na Casa do projeto de lei sobre a criação do Plano Nacional da Educação - PNE. Baixa classificação do Brasil frente ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA. Importância da união entre o Poder Legislativo, o Governo Federal e a sociedade em torno da melhoria do perfil da educação brasileira. Atuação da Comissão de Educação e Cultura a favor da construção do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Resultados positivos advindos dos investimentos na educação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Gostaria de cumprimentar também, de maneira especial, as pessoas que nos acompanham pela *TV Câmara*.

Mais uma vez uso esta tribuna para tratar de um tema de interesse da minha área, a educação. Eu gostaria de reforçar a centralidade da questão da formação e da carreira do professor, da carreira docente e dos profissionais da educação.

Desde a criação da UNESCO, em 1945, o desafio da profissionalização docente, sobretudo para a educação básica, vem se estabelecendo como um dos mais importantes na agenda mundial de prioridades, em decorrência, obviamente, da importância do professor para garantir uma educação de qualidade para todos.

Ambas as extensões integram o direito subjetivo à educação que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consagrou para servir como pré-requisito na reconstrução das sociedades em direção à cultura da paz. Sem dúvida, se o primeiro parágrafo do ato constitutivo da UNESCO reconheceu que na mente das pessoas residia a esperança para a chegada de cenários de maior plenitude democrática e cidadã, a educação e, por conseguinte, o professor haveriam de se elevar como prioridades da política educacional de todas as nações.

Foi a partir desse compromisso de grande abrangência moral e ética que a UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho - OIT - há mais de 40 anos decidiram somar esforços com o objetivo de produzir um documento de referência sobre a questão docente.

Assim, tais organizações aprovaram o texto, em 1966, em uma conferência intergovernamental convocada pela UNESCO. Esse documento que compõe toda a regulamentação da área docente é um



dos mais completos, porque trata da formação do magistério nas suas diferentes dimensões, entre elas a formação inicial e a formação continuada, as condições de trabalho para um ensino de qualidade, a remuneração, a organização e a política docente, o acesso à carreira, à promoção, à avaliação, estabilidade, disciplina, saúde, enfim, os direitos dos docentes, seus deveres e material pedagógico de apoio.

Mesmo levando em consideração que muitos países vêm-se esforçando no sentido de estruturar as carreiras do magistério, o fato é que a grande maioria das federações ainda não conseguiu atingir padrões mínimos de qualidade necessários para colocar a profissão docente no local merecido, à altura de sua responsabilidade para com os estudantes e a sociedade. Infelizmente o Brasil é um desses países que ainda precisa trabalhar muito para alcançar a valorização do profissional da educação.

Devemos reconhecer que várias tentativas foram feitas por Estados, por Municípios e pelo Governo Federal, mas a situação ainda é preocupante.

As contínuas avaliações da educação brasileira realizadas em nosso País ou por programas internacionais, como o PISA, mostram a complexidade do problema, indicam que o baixo rendimento escolar continua.

No início deste ano, foi aprovado um reajuste do piso salarial de 22%, fixado no valor de 1.451 reais, o que continua abaixo do que merece essa categoria. Entretanto, esse valor não é cumprido pela maioria dos nossos Municípios e Estados.

O piso nacional salarial, instituído há 4 anos, ainda não está presente em mais de 17 Estados; dos quase 5 mil Municípios, poucos conseguem cumprir o valor do piso salarial, segundo dados da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Se antes muitos Estados e Municípios já reclamavam da falta de recursos para implantar o piso, com o atual reajuste essa situação ficou ainda mais grave. Recentemente, professores de 23 Estados paralisaram suas atividades pedindo a correta e rápida aplicação do piso e a reorganização da carreira.

O total descumprimento dessa lei é uma das razões para que eu defenda a aplicação de 10% do PIB na educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estipula a exigência de nível superior para a atuação na educação, quer seja na creche, no ensino fundamental, no ensino médio ou no ensino superior. Entretanto, em se tratando da valorização através da qualificação, segundo os dados mais recentes do Ministério da Educação, apenas 46% de professores com nível superior atuam nas creches; na pré-escola, os números



chegam a 49,9%; no ensino fundamental, primeira fase, ou seja, do primeiro ao quinto ano, os números chegam a 61,3%; na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio, variam de 78% a 91%.

Mas que formação é essa? Ela atende às necessidades da educação básica? Qual a relação concreta entre as universidades e as escolas de educação básica? Que profissional, que professor é esse que está nas nossas escolas? No meu Estado, Tocantins, e no Estado do meu colega Deputado Mendonça Prado, Sergipe, qual é a formação desse professor? Que professor é esse que está nas nossas escolas?

A Fundação Carlos Chagas realizou uma pesquisa, coordenada pela Professora Bernadete Gatti, que mostrou que os conteúdos que os professores deveriam aprender nas universidades, nos cursos de Pedagogia, Língua Portuguesa, História, Biologia, Letras, Matemática, não são ensinados. Em mais de 1.600 cursos, inclusive em algumas universidades conceituadas, como o caso da USP, de universidades federais, de universidades estaduais e privadas, o nosso professor é formado de maneira inadequada, o que mostra uma distância entre a universidade e o professor. Essa pesquisa mostrou que os currículos não preparam o professor para o seu trabalho na educação básica, os conteúdos estão distantes da educação básica.

Só para exemplificar, no caso da Pedagogia, que forma o professor para trabalhar nas creches, na educação infantil, ou no ensino fundamental, vai alfabetizar as nossas crianças, em menos de 16% dos cursos é ensinada uma disciplina que prepara o professor para a alfabetização. Então, na verdade, o que nós queremos é quase um milagre: o professor deve ensinar um conteúdo que ele não aprendeu. Ele deve se preparar para uma prática na qual ele não é orientado na universidade.

A pesquisa mostra que grande parte do currículo de formação desses professores é dedicada à legislação, a noções básicas de Filosofia, Psicologia, História, que são importantes, mas que não podem ser mais importantes do que o conteúdo preparatório para ensinar às nossas crianças.

Não é por acaso que as nossas crianças chegam ao final do quinto ano sem saber ler e escrever; chegam ao final da oitava série com os conteúdos que deveriam ter aprendido no quinto ano; chegam ao final do ensino médio sem terem aprendido sequer os conhecimentos do ensino fundamental. Menos de 6% dos alunos que terminam o ensino médio têm o conhecimento adequado.

A mudança pode e deve ocorrer através de um trabalho sério de valorização profissional, de reorganização das universidades, tanto das públicas quanto das privadas, que necessariamente passa pela remuneração do corpo docente das redes públicas de ensino e por



uma boa formação.

No Tocantins, quando fui Secretária, por quase 10 anos, consegui realizar um investimento na área salarial e na de formação. Vários, milhares de professores foram formados, em parcerias com a universidade, mudando o seu perfil de formação, criando uma nova carreira. Os professores receberam cerca de 70% de aumento médio salarial. Em 4 anos, o investimento em folha de pagamento com a evolução funcional dos servidores representou um aumento de quase 43%.

No Governo atual, já em janeiro deste ano, os professores do ensino básico do Tocantins passaram a ter salários maiores do que a maioria dos Estados brasileiros. Eles perdem somente para o Distrito Federal, que conta com o auxílio do Fundo Constitucional. O menor salário de professor da educação básica do Estado do Tocantins é R\$3.062,00 para uma carga horária de 40 horas, um professor com nível superior. Mesmo o meu Estado ainda tem o desafio de cumprir a carga horária docente. Um acréscimo de 7,29% sobre o salário anterior, que era de R\$2.854,00. Mesmo no meu Estado, ainda é preciso cumprir a destinação de um terço de horas de atividades.

Isso é suficiente? Digo que não. Apesar do merecido reajuste do salário, ainda temos um longo caminho de valorização pela frente. Um professor bem remunerado e qualificado, com uma carreira valorizada e melhor remunerada, atrai mais jovens.

Segundo dados recentes da UNESCO, os salários pagos aos professores do ensino médio no Brasil correspondem à metade do que é pago no Uruguai e na Argentina e estão muito mais distantes ainda dos pagos em países que ocupam os primeiros lugares nas avaliações internacionais, como a Suíça, onde os docentes da educação básica ganham as melhores remunerações.

A Coreia do Sul é um país que conseguiu ressurgir das cinzas a partir da guerra, porque era uma economia agrária, pobre. Essa verdadeira revolução feita pela Coreia, pelo Japão e pela Finlândia foi realizada através da valorização da educação.

Nos últimos 40 anos, a Coreia do Sul deslanchou e se tornou um dos maiores PIBs da Ásia, transformando-se numa potência cujos produtos competem de igual para igual com os japoneses, por exemplo.

O foco na educação é apontado por diversos pesquisadores como um dos pontos fundamentais para o rápido desenvolvimento. Hoje o ensino no país é olhado como modelo para o mundo. Há uma série de fatores envolvidos, entre eles a educação e o capital humano. Outro fator essencial é entender que o investimento na formação continuada faz a diferença na qualidade da educação, o que diferencia muito a Coreia



do Sul do Brasil.

Estudo divulgado no fim de 2010 por uma empresa internacional de consultoria, McKinsey & Company, confirma a posição da Coreia do Sul, ao lado de Cingapura e Finlândia, no topo da educação mundial, e ressalta a seleção dos professores como uma de suas estratégias centrais: 100% dos profissionais são recrutados entre os melhores alunos do ensino médio.

Reportagem divulgada recentemente pela revista *Veja* mostrou que também a China vem conseguindo realizar uma grande mudança no seu perfil de educação. Xangai, província chinesa, tinha tirado primeiro lugar em todas as áreas aferidas (Matemática, Ciências e Leitura) no mais importante e respeitado teste internacional de qualidade educacional, chamado PISA. O PISA é um teste realizado a cada 3 anos pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, e mede o conhecimento de jovens de 15 anos de idade. Começou a ser realizado no ano 2000 com 32 países, e o Brasil faz parte da amostra. Na edição de 2009, contou com 65 participantes.. Destaco que nosso País vem ocupando, entre as nações, as últimas posições no cenário internacional: entre a 53ª e a 57ª posições.

O Sr. Mendonça Prado - Deputada Dorinha, V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É uma honra.

O Sr. Mendonça Prado - Quero, em primeiro lugar, revelar nosso orgulho, nossa alegria em compor a bancada de Parlamentares do Democratas ao lado de V.Exa., que tem demonstrado nesta Casa a sua competência, o seu interesse em resolver os problemas relacionados à educação do nosso País. V.Exa. demonstra profundo conhecimento sobre o tema e traz, na tarde de hoje, dados estatísticos importantes, fazendo alusões a questões relevantes de outros países, à maneira como eles conseguiram alcançar o Primeiro Mundo através da educação, da valorização dos profissionais da educação, ou seja, um sistema educacional evoluído. Tenho plena convicção de que V.Exa. nos traz informações para despertar as nossas autoridades, o Governo atual para algo que é fundamental e prioritário: a educação, a base de tudo. Estamos num dos países mais violentos do planeta. Somos um País que tem poucos registros de patentes, de pesquisas. Enfim, não temos resultados práticos no que concerne à educação. Estamos alcançando o patamar de um país rico, talvez a quinta economia do mundo, mas somos um País mal avaliado no âmbito educacional. Talvez, no futuro, isso traga para nós consequências graves. Talvez esse nosso enriquecimento, talvez o fato de se alcançar esse patamar na economia mundial, não se sustente por falta de uma educação de qualidade, de um sistema educacional de acordo com o



que V.Exa. está pregando na tarde de hoje. Portanto, parabéns pelo brilhante pronunciamento. V.Exa. é um orgulho para o nosso partido e - não tenho a menor dúvida - para o Estado que representa no Parlamento brasileiro.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada, nobre Deputado Mendonça Prado. Gostaria de aproveitar que V.Exa. representa também a área de segurança para dizer que grande parte dos nossos problemas nessa área seriam resolvidos se tivéssemos uma educação pública de qualidade, em que as diferenças e as desigualdades regionais não fossem tamanhas. O País é muito rico, mas a riqueza se concentra nas mãos de poucos. Temos certeza de que um país que ainda gasta mais com as pessoas reclusas nos presídios do que com a educação tem algum erro na sua definição de prioridades.

Queremos respeitar o desenvolvimento da área de segurança, mas um país precisa enxergar a sua criança, o seu futuro, o seu jovem com um olhar diferenciado. Como V.Exa. bem colocou, este é um momento importante.

Por que uso a tribuna para falar sobre a importância da educação? Temos tramitando nesta Casa a lei que regulamenta o Plano Nacional de Educação, que definirá as prioridades para os próximos 10 anos. A que lugar nosso País quer chegar? Onde queremos colocar os nossos investimentos? O que é mais importante para o nosso País? Logicamente, ao defender 10% do PIB para a educação, sabemos que há outras prioridades e preocupações na área de saúde, segurança, moradia e saneamento básico, mas o fazemos entendendo que a educação é a base para a mudança dessa realidade de todo País. Vejo aqui a Deputada Carmen Zanotto, da área da saúde, que sabe do que estou falando. Um país que tenha uma educação de qualidade com certeza terá um novo padrão na área da saúde, de saneamento e de desenvolvimento.

Tenho certeza de que esta Casa vai sinalizar para o nosso País qual é a importância que será dada à educação nos próximos 10 anos, qual é o investimento que será realizado.

Dando sequência à afirmação sobre o PISA, eu gostaria de dizer que os países que fizeram a sua tarefa de casa o fizeram com essa prioridade, num pacto suprapartidário. E aqui não estou falando como um partido de oposição ou de situação, estou falando como Deputada que tem uma vida dedicada à educação, e sei que divido essa paixão com muitas pessoas, com muitos Deputados que também acreditam na centralidade da educação.

Acredito, assim, que nós, Deputados, Senadores, Governo e sociedade, trabalhando todos juntos, poderemos mudar o perfil de



educação no nosso País.

Em suas edições anteriores o topo do *ranking* era ocupado pelos países de sempre: Finlândia, Coreia do Sul, Japão, Canadá, e agora a China está trabalhando para chegar ao topo na qualidade educacional.

O Governo de Xangai, da china em geral, só consegue obter esse nível de devoção à educação em um sistema tão grande e complexo porque o apreço pelo ensino é um valor compartilhado pela sociedade chinesa.

Assim deveria ser no Brasil: Governo e sociedade trabalhando juntos por uma educação de qualidade.

Dados do CONSED, que coordena todas as Secretarias Estaduais de Educação, mostram que, infelizmente, nós ainda temos muitos Estados brasileiros - vou citar somente alguns - com o salário inicial do professor infinitamente menor, inclusive do que o piso salarial. É o caso do Estado de Goiás, que enfrentou uma greve agora de mais de 60 dias, cujo salarial inicial é 965 reais; de Roraima, 950, de Alagoas, 946, enquanto o piso salarial é 1.451 reais. No Amapá, o salário inicial é de 1023 reais; no Espírito Santo, de 994; no Rio Grande do Sul, de 862.

Poucos Estados reajustaram o salário do professor, como o Rio Grande do Sul, mas ainda assim a remuneração é abaixo do piso.

Gostaria de dizer que alguns Governadores - e também vários Prefeitos - procuraram esta Casa, buscando, na verdade, rediscutir a correção do piso salarial, contrapondo o que está definido hoje, que é uma diferença em relação à arrecadação do FUNDEB e do INPC.

Esta Casa formou um grupo de trabalho, do qual eu faço parte, com a expectativa de que nós possamos, juntos, construir um entendimento, em que Prefeitos e Governadores não sejam constrangidos, mas também os professores sejam respeitados em seus direitos e a educação tenha a importância que este País precisa dar, para o piso, para a carreira e para a formação do professor.

Entendo que há muitos Estados e Municípios que não conseguem fazê-lo, mas entendo também que o Governo Federal tem um papel de equilíbrio, de, num regime de colaboração, redistribuição e que, com certeza, poderá agir de uma maneira contundente para que Estados e Municípios possam pagar o piso salarial aos professores, para que uma carreira docente e decente seja estabelecida neste País. O Governo Federal tem que agir em seu papel redistributivo e no regime de colaboração.

Eu gostaria de reforçar minha posição em relação aos 10% do PIB para a educação, lembrando que hoje a grande concentração de arrecadação está na União. No entanto, a União, dentro dos 5% do



PIB, não contribui com mais de 0,98%. O esforço vem sendo realizado, em grande parte, por Estados e Municípios.

É neste momento, da definição de um novo Plano Nacional de Educação, que poderemos definir, dentro do percentual do PIB, com quanto o Estado vai entrar e com quanto entrarão os Municípios e a União, que, tenho certeza, não vai se furtar a essa responsabilidade. Ela precisa avançar no financiamento, e nós precisamos avançar também no percentual do PIB destinado à educação.

A Sra. Carmen Zanotto - Professora Dorinha, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Com prazer.

A Sra. Carmen Zanotto - Primeiro, quero parabenizá-la e dizer que, na condição de Parlamentar da área da educação, V.Exa. tem nos dado grandes exemplos. Eu digo isso na condição de enfermeira. Participamos de várias Comissões juntas, em especial agora, quando um grupo de Parlamentares - está aqui também o Deputado Assis Carvalho - está muito preocupado com a educação na primeira infância. Nós temos certeza, colegas Parlamentares que estão aqui conosco, da sua contribuição para esta Comissão nesse olhar da educação mesmo, em especial para as crianças de zero a 6 anos, que necessitam de políticas públicas interligadas. Não dá para a saúde trabalhar separada da assistência social e da educação. A sua contribuição e o seu pronunciamento nos mostram o quanto são importantes duas políticas públicas, a que eu defendo, a da saúde, e a da educação, porque não se faz saúde sem educação. Então, quero parabenizá-la e dizer que essa sua bandeira deve ser a bandeira do conjunto de Parlamentares desta Casa, porque sabemos que vamos ter jovens melhores no nosso País, adultos melhores, se tivermos uma educação mais forte e de melhor qualidade para o conjunto de brasileiros. Parabéns, Deputada!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada, Deputada Carmen Zanotto, pela referência à minha pessoa. Por esse grupo, teremos a oportunidade de, juntos, na área da saúde, na área da educação, na área da assistência social, das políticas públicas, construir um marco legal que garanta os direitos às crianças em especial. Sabemos - e as pesquisas mostram isso - que criança que tem um atendimento adequado terá um futuro diferenciado. Ela será um adulto com as condições plenas na área da saúde, na área da educação, mas acima de tudo como cidadã de direitos.

O Sr. Izalci - Deputada Dorinha, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Lógico, Deputado.



O Sr. Izalci - Deputada Dorinha, eu estava no gabinete, mas fiz questão de vir aqui para dizer da minha alegria de participar com V.Exa. na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, para testemunhar o trabalho que V.Exa. faz em benefício da educação nesta Casa e, ao mesmo tempo, para elogiá-la pelo trabalho que fez na gestão da Secretária de Educação em Tocantins - acho que Tocantins já é um diferencial em relação a outros Estados; tem muito que avançar ainda, como V.Exa. disse, mas V.Exa. fez um belo trabalho - e também na Presidência do CONSED. A presença de V.Exa. aqui é muito importante para isso. V.Exa. tem acompanhado na Comissão do Plano Nacional de Educação o trabalho que estamos fazendo - e V.Exa. também - no sentido de conscientizar as autoridades, o Governo Federal em especial, sobre a importância da educação. O que percebemos nesta Casa é valorização em termos de discurso; quando se fala em recursos, aí todo o mundo se afasta, e criam dificuldades. Só para lembrar - não sei se V.Exa. falou no período em que eu estava vindo para cá -, convocamos o Ministro da Fazenda para uma reunião da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Ele infelizmente não veio no ano passado, mas terça-feira que vem, dia 10, ele aceitou ter essa reunião no Ministério com todos os componentes da Comissão do Plano Nacional de Educação. E o requerimento ainda está pendente. Se acharmos que ele não foi convincente na reunião, teremos que convocá-lo aqui exatamente para demonstrar que o Governo Federal precisa colocar em prática, em ação, a importância da educação. Mas V.Exa. tem feito um trabalho brilhante. Eu vim aqui para testemunhar isso, parabenizar V.Exa. e dizer da minha alegria de estar com V.Exa. nessa luta. Muito obrigado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada, Deputada Izalci.

Eu queria, na verdade, reforçar o que o Deputado colocou: a preocupação da Comissão de Educação. Um trabalho muito rico vem sendo realizado sob a condução do Deputado Lelo Coimbra e a relatoria do Deputado Angelo Vanhoni, que têm procurado ouvir as diferentes entidades para construir um Plano que seja estratégico para o nosso País.

Nós esbarramos hoje em várias questões, mas a principal delas se refere ao financiamento e ao percentual do PIB para a educação. Eu tenho certeza de que, se houver esse desejo, a partir dessa reunião... O IPEA, bem como pesquisadores, entidades que se têm dedicado a pesquisar financiamento e a questão fiscal do Brasil, mostra que existe margem para chegarmos aos 10%.

Não somos irresponsáveis de pensar em 10% de imediato - é um plano para 10 anos. Este País, ao definir os 10% do PIB para a educação, vai dizer qual é a sua prioridade, aonde quer chegar, o que é importante



de verdade. E, Deputado Izalci, tenho certeza de que, pela riqueza do nosso grupo, pela sensibilidade que o Relator tem, vamos encontrar uma alternativa, que não pode ser menor do que 10% do PIB, para a educação. Muito obrigada.

Como membro da Comissão de Educação desta Casa de leis e da Comissão Especial que discute o novo Plano Nacional de Educação, eu reafirmo o meu posicionamento de que o PNE tem que destinar 10% do Produto Interno Bruto para a educação, dividindo as responsabilidades de investimento entre Estados, Municípios e a União, que, embora seja a mais rica, entra com a menor parte, sendo 0,98% do PIB para a educação.

O Plano Nacional de Educação é um dos documentos mais importantes para o desenvolvimento do País, por trabalhar exatamente na base de nossa sociedade. Esse plano vai nortear toda a estrutura educacional brasileira pelos próximos 10 anos. É uma grande responsabilidade que está em nossas mãos, mas que não está recebendo a devida atenção desta Casa de leis.

Já realizamos audiências públicas com entidades como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, movimento Todos pela Educação e pesquisadores, que, através de estudos técnicos feitos com base em dados do próprio MEC, mostraram por A mais B que o necessário para o cumprimento do plano nos próximos 10 anos seriam os 10% do PIB para a educação. O Governo precisa avaliar melhor essa situação.

Atualmente, os valores investidos em educação correspondem a cerca de 4,7% do Produto Interno Bruto do País. O valor proposto pelo Governo para o novo Plano Nacional de Educação é de 8% do PIB.

Dando sequência, gostaria de destacar que a PNAD mostra que o professor no Brasil recebe salários em torno de 60% apenas dos salários dos profissionais que têm a mesma formação que os nossos professores. O Plano Nacional procurará tratar dessa situação revertendo. Para igualar o salário do professor às demais profissões de nível superior, precisaremos de, no mínimo, mais 2% do PIB. Ou seja, para que possamos alcançar isso, 7% do PIB será insuficiente para cumprir todas as metas, inclusive enviadas pelo Executivo no Plano inicial. Isso já nos levaria praticamente ao valor que está sendo sugerido pelo Governo.

Gostaria de ressaltar um fator importante: a educação é um investimento, com reflexo não só na qualidade de vida, mas também na economia do nosso País. O recurso que será aplicado na educação reverter-se-á em melhoria, em desenvolvimento pessoal e cidadania, mas, acima de tudo, em economia para o nosso País.

Com a reserva de 10% do PIB para educação, com o passar dos anos,



aplicando os recursos de forma correta e dando condições aos Estados e Municípios, teremos a oportunidade de mudar a atual realidade do nosso sistema de ensino.

Fazendo o investimento necessário, trabalhando pela valorização profissional e pela melhoria da qualidade do ensino, atrairemos jovens para a carreira docente.

Um fator muito importante que vale ser ressaltado e que o poder público precisa levar em consideração é que o investimento na educação, mesmo sendo a longo prazo, traz grandes reflexos não só para a qualidade de vida, como para a economia. Com recursos garantidos para o financiamento pleno da educação, poderemos formar mais profissionais e mais bem qualificados.

Uma comparação feita pelo INEP revela que a formação docente está diretamente ligada à qualidade da educação e à qualidade da escola, faz uma ligação entre as escolas que tiveram melhor resultado no PISA e a formação dos docentes. As melhores escolas têm no seu quadro professores com uma melhor formação, na sua maioria com nível superior. Por outro lado, as piores escolas têm uma formação inadequada. E escola boa ou escola ruim não está vinculada ao ser público ou privado. Temos excelentes escolas públicas com excelentes resultados. Temos escolas públicas de qualidade em diferentes regiões do País, em Estados ditos mais pobres. A qualidade da educação está ligada à qualidade da formação do professor, à capacidade de atrair bons profissionais.

Infelizmente, Sr. Presidente, menos de 2% dos alunos que estão concluindo o ensino médio querem ser professores; a grande maioria acaba indo para a educação, porque é o caminho que existe, a oportunidade de concurso público e de trabalho, mas esse profissional que acaba indo para a educação infelizmente não tem a vinculação, não deseja ser professor. E queremos mudar essa lógica; queremos atrair os melhores alunos do ensino médio, aqueles que têm os melhores resultados, que estão bem preparados. Assim, vamos formar um novo ciclo na educação.

Entre as 10 escolas com melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), quase 90% dos professores tinham curso superior. Já entre as piores, pouco mais da metade deles possuía a mesma formação.

É preciso entender de forma definitiva que educação não é gasto, mas sim investimento garantido e tem que ser tratada como prioridade máxima do Governo. Por isso eu defendo a criação de um pacto suprapartidário pela educação. Esse tema tem que ser defendido por todos, independentemente de posição partidária. É um ponto em comum de todos nós Parlamentares aqui desta Casa de leis.



No ano passado, eu estive aqui nesta tribuna tratando deste mesmo tema da valorização do professor, e perguntava: como podemos ter uma educação que seja orgulho nacional? Como garantir aos nossos jovens que as escolas públicas tenham um aparato pedagógico que viabilize e incentive o aprendizado?

Agora, em vez de como, eu pergunto quando poderemos ter uma educação que seja o orgulho nacional. Quando iremos garantir às nossas crianças e jovens que as escolas públicas viabilizem uma educação de qualidade?

As respostas para essas perguntas continuam as mesmas. Tudo isso só acontecerá quando o professor receber a sua merecida e devida valorização e assumir sua responsabilidade.

Só para concluir, Sr. Presidente, quero fazer um apelo. Aqui há vários Deputados que hoje tiveram a oportunidade de falar sobre a importância da educação, e eu quero dizer que a lei precisa ser aprimorada. Gostaria que todos os Deputados que têm usado esta tribuna para se manifestarem pelo apreço à educação e pela sua centralidade juntem-se a todos nós, da Comissão de Educação. Esqueçam a questão do partido político, do enquadramento de Governo, porque entendo que existe uma questão maior. A educação pode melhorar a qualidade de vida do nosso País.

Quero deixar o meu registro pedindo a esta Casa que tenha um olhar especial para os nossos professores, que a valorização profissional seja ampliada e garantida. É necessário esclarecer que, na lei do piso, o Governo Federal não complementa para todos os Municípios e Estados que não conseguem pagar.

Eu gostaria de chamar todos para que possamos, juntos, definir os 10% do PIB para a educação, maior democracia e maior responsabilização. Eu não estou, com isso, defendendo que professor é coitadinho ou precisa de pena; professor não precisa de pena, mas, sim, de valorização, de respeito; precisa sentir-se responsável pelo resultado de seu trabalho. Precisamos ter uma carreira atrativa, dar melhores salários, melhor formação e cobrar responsabilidade do professor, para que ele possa atender a todas as crianças e aos jovens. É na escola que vamos conseguir tornar este País menos desigual, com as regiões mais equilibradas, e dar oportunidade real para a mudança da realidade de nossas crianças e dos nossos jovens.

A lei precisa ser aprimorada. Hoje ela se subordina aos 10% dos 10% de complementação, ou seja, quase ninguém tem acesso. Hoje, são Municípios de cerca de 9 Estados que não têm acesso a essa complementação.

Se todos os colegas Deputados e Deputadas que têm usado esta



tribuna manifestando seu apreço e preocupação com a educação se juntarem a nós da Comissão de Educação, esquecendo o enquadramento da base do Governo, conseguiremos garantir 10% do PIB, maior democracia e responsabilização de todos os atores envolvidos.

A qualidade de educação de um país não pode ser e não é maior do que a qualidade de formação dos seus professores. Professor não precisa de pena, precisa de valorização, precisa de respeito, precisa sentir-se responsável pelos resultados de seu trabalho.

Parabenizo todos os professores que realizam um grande esforço neste País imenso e de grandes diferenças e desigualdades regionais. Um carinho e um respeito ao profissional da educação.

Muito obrigada.

Documento 73/311

075.2.54.O	Sessão Ordinária - 11/04/2012-17:40 CD
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11302	MÁRIO DE OLIVEIRA-PSC -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Metas do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância da realização de maiores investimentos no sistema educacional brasileiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que o desenvolvimento socioeconômico está fortemente associado à intensificação de investimentos no campo educacional. O próprio Plano Nacional de Educação (PNE) deixa evidente a necessidade de ampliação de investimentos, em especial quando prevê, entre outras diretrizes, a universalização do atendimento escolar, a valorização dos profissionais da educação e a melhoria da qualidade de ensino.



Devemos lembrar que a luta da sociedade brasileira pela universalização do acesso à escola resultou em previsão constitucional responsável por reafirmar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. A partir desse direcionamento normativo encontrado na Carta Magna, nossas políticas educacionais públicas têm focado tanto a universalização do atendimento escolar em diferentes faixas etárias quanto a ampliação da jornada escolar.

E, se temos, por um lado, diretrizes e metas com foco no aperfeiçoamento de nosso sistema de ensino no campo da universalização, por outro lado, encontramos levantamentos de organizações não governamentais que indicam, para nossa preocupação, que aproximadamente 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estavam fora da escola em 2010.

No que se refere à valorização dos profissionais da educação, cabe ressaltar que uma das metas do Plano Nacional é a de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério, com mais de onze anos de escolaridade, do rendimento médio dos demais profissionais que possuam escolaridade equivalente. Essa discussão temática insere-se em contexto mais amplo, com planos de carreira que estimulem o contínuo crescimento profissional e que reforcem, como consequência direta, o interesse pelo magistério.

Da mesma forma que temos plena consciência da relevância dessa meta, estabelecida com muita pertinência no Plano Nacional de Educação, também temos a certeza de que muitos desafios devem ser enfrentados para o alcance de um ensino de qualidade. Nesse sentido, recente matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo* revela que o novo piso salarial para os professores, em valor um pouco maior que dois salários mínimos, talvez não seja alcançado em várias Unidades da Federação. Sob a tese de que o reajuste resultaria em grande impacto orçamentário, governos estaduais preveem grande dificuldade de adaptação a essa nova realidade salarial.

Nobres Parlamentares, o desenvolvimento da educação desemboca, de maneira inequívoca, em níveis crescentes de progresso socioeconômico. É por essa exata razão que reitero a importância de maiores investimentos para que tenhamos um sistema educacional que dê concretude às diretrizes e metas previstas no Plano Nacional de Educação.

Elevar a educação brasileira a outro patamar de eficiência, com a valorização de educadores e com o ensino universal e de qualidade, certamente representa um dos nossos maiores desafios!

Sra. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos



meios de comunicação da Casa e no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 74/311

078.2.54.O	Sessão Extraordinária - 12/04/2012-09:26 CD
Publ.: DCD - 13/04/2012 - 11587	IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reunião de membros da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para debate da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Decepção do orador com a recusa da proposta pelo Governo petista.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou relatar rapidamente reunião entre o Ministro Guido Mantega e a Comissão Especial que discute o Plano Nacional de Educação.

Quero dizer da nossa decepção com o Governo Federal, do PT, que insiste na proposta de investir 7% do PIB em educação, a fim de combater o passivo educacional brasileiro. A proposta do Relator, de 7,4%, é absolutamente insuficiente.

Nós demonstramos, com vários especialistas, que é possível sim gastar 10% do PIB, no mínimo, até 2021, já que o País gasta 230 milhões de reais em juros por ano, e 225 milhões de reais, em 10 anos, seriam para a melhoria da qualidade da educação básica e a expansão do ensino público com qualidade em nosso País.

Muito obrigado.



Documento 75/311

080.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/04/2012-10:00
Publ.: DCD - 14/04/2012 - 11889	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Frustração do orador com o resultado do encontro de membros da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para debate da aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB no setor educacional. Apresentação de emendas à Medida Provisória nº 564, de 2012, destinadas ao aperfeiçoamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Conclamação aos membros da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação - PNE de aprovação da proposta de aplicação de 10% do PIB brasileiro no setor educacional por ocasião das votações do relatório final do órgão.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. E como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou falar sobre a CPI e fazer uma comunicação parlamentar após o Grande Expediente. Quero falar agora sobre a educação.

Sr. Presidente, no fim do ano passado, fui um dos autores do requerimento de convocação do Ministro Guido Mantega na Comissão que aprecia o Plano Nacional de Educação. Depois acabamos transformando a convocação em convite e o Ministro se disse impossibilitado de vir à Câmara. No final do mês de março, reafirmando esse compromisso, aprovamos um novo requerimento e em abril conseguimos não que ele viesse ao Congresso, mas que a Comissão fosse ao Ministério da Fazenda. Fizemos essa concessão e estivemos lá aproximadamente 20 Parlamentares.

Para mim foi uma reunião, de certa forma, frustrante, como educador que sou, como Parlamentar que coloca a educação como prioridade do mandato. Primeiro, o Ministro mostrou desconhecimento, não vou dizer total, mas significativo do Plano Nacional de Educação. Eu sei que o Ministro da Fazenda não tem que ser especialista em educação. Mas se um País quer realmente se transformar em potência, a educação tem que fazer parte da pauta da economia. Não adianta o Ministro só pensar na economia, sem levar em consideração a educação.

E o que mais me estranhou foi a defesa do Relator da destinação do percentual de 7,4% do PIB para a educação, que já está no relatório



que deve ser lido na próxima reunião. Propõe-se 7,4% de gasto direto, chegando a 8,1% o gasto total, incluindo-se aí, evidentemente, as bolsas do PROUNI e os recursos dirigidos às entidades sem fins lucrativos.

Mas esse Plano Nacional de Educação vai até 2023, ou seja, daqui a 10 anos.

Esteve também na reunião com o Ministro Guido Mantega o Ministro interino da Educação, José Henrique Paim. Foi dito na reunião que os investimentos do Ministério da Educação foram de 19 para 86 bilhões. Mas fiz questão, naquele momento, de mostrar que, em termos de relação com o PIB, praticamente não houve nenhuma evolução.

Em 2009, o País já estava aplicando 4,2% do PIB em educação. Agora, em 2011, foi que se chegou a 5,1%. Ou seja, houve um acréscimo inferior a 1% do PIB. Então, não houve de fato prioridade para a educação. E, o que é mais grave, a União não chega a investir 1% do PIB em educação. A responsabilidade está com os Estados e Municípios, cada um aplicando em torno de 2%. E todos nós sabemos que os Estados e Municípios não têm a mínima condição de aumentar esse investimento, porque já estão sufocados em função dos repasses do Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios.

Nós sabemos que a União é responsável pela arrecadação da maioria das receitas, mas agora o é das contribuições. Hoje o País arrecada mais contribuições do que impostos. Por que esse artifício? Por que essa artimanha? Exatamente para não ter que repassar esses recursos para os Estados e Municípios.

Então, é lamentável que, numa reunião no Ministério da Fazenda, o Ministro não tenha dito que estava acompanhando a tramitação do Plano Nacional de Educação. Foi quase uma surpresa. Ficou o Relator defendendo o indefensável, esquecendo-se do que o PT sempre defendeu, desde o primeiro momento da discussão, que era 10% do PIB para a educação. E agora vemos o Governo mostrando resistência a ampliar esse percentual.

Perguntei ao Ministro se, dos 8,1% - gasto total - do PIB, aceitos, já estavam programados os recursos do pré-sal. Disse-nos ele que não. Ora, se não estão, então vamos colocar recursos do pré-sal para aumentar o PIB. Até porque o pré-sal deverá começar a sua produção em 2017, mas o Plano Nacional de Educação vai até 2023. Então temos 5 anos de produção do pré-sal nos quais os respectivos recursos podem ser adicionados ao PIB para aplicação na educação. O que nós não podemos aceitar é um percentual do PIB menor que 10%, porque o déficit da qualidade da educação é muito grande. É um déficit não de 10, 20 anos, mas de 500 anos.



Então, eu faço um apelo a todos os membros da bancada, a todos os membros da Comissão de Educação para que na terça-feira que vem, na reunião em que formos discutir o assunto, possamos destinar 10% do PIB para recuperar alguma coisa da educação no País, que está um caos.

Dezenove Estados - imagino que este ano será a unanimidade dos Estados - não cumprem a determinação legal de pagar o piso salarial nacional do professor, que é de R\$1.451,00. Como é que se pode admitir aprovar um Plano Nacional de Educação no qual a perspectiva de 10 anos é aumentar em 50%, 60% esse valor? É um absurdo! Nós não teremos educação de qualidade mantendo essas posições que o Governo manifestou por meio do Ministério da Fazenda e do Relator.

Eu disse outro dia, na Comissão de Educação, onde os Deputados governistas estavam se vangloriando da qualidade das universidades públicas, da sua excelência, que as universidades federais recebem alunos de qualidade. Quem entra hoje nas universidades públicas são os estudantes oriundos das boas escolas privadas.

Eu quero ver a universidade pública federal receber os alunos que vêm da rede pública, que, conforme está aqui nas estatísticas, ao fim do segundo grau têm um índice de aprendizado de Português e Matemática inferior a 6%. Os alunos concluem o segundo grau com menos de 6% de aproveitamento em Matemática e Português. Vão para as universidades e faculdades particulares sem a menor condição de enfrentar um curso superior. Eu quero ver as universidades públicas atenderem aos alunos que vêm da rede pública, onde o professor recebe um salário de R\$1.451,00 - nos Estados que ainda conseguem pagar. Isso é o que eu quero ver.

É lamentável. Está aqui a manchete nos jornais de hoje: *FIES agora não é para todos*. Sr. Presidente, o FIES é um financiamento, não é de graça. Isso aqui não é PROUNI. PROUNI é bolsa integral, FIES é financiamento, o aluno vai pagar depois, vai pagar com juros de 3,4% - nós conseguimos baixar os juros. Mas, agora, limitar o FIES em R\$6.200,00!

Sr. Presidente, R\$6.200,00 é o salário de um professor aqui de Brasília, de um policial militar, que paga de aluguel R\$2.500,00 ou R\$3.000,00, e que tem que fazer um plano de saúde, porque a saúde do País, aqui em Brasília em especial, não atende à classe média. Todo o mundo tem que correr para um plano de saúde. Então, quem ganha R\$6.000,00, Sr. Presidente, paga aluguel e paga plano de saúde. Não sobra para pagar faculdade.

E FIES é financiamento, e com juros. Dá-se todos os dias incentivo à indústria, à produção - está aí o BNDES emprestando dinheiro de



graça para todo o mundo - e para educação estão limitando a isso?

Eu apresentei agora à Medida Provisória nº 564, que chegou a esta Casa, duas emendas referentes ao FIES. Olhem os absurdos que ocorrem: primeiro, para pleitear o FIES, o aluno tem que estar matriculado em uma faculdade. Isso é um absurdo! Quer dizer, o aluno tem que fazer vestibular, fazer a matrícula, e aí, depois de 4 meses, o FIES diz que o pedido dele não foi aprovado. O aluno já está com a esperança, com o sonho de cursar uma faculdade. Ele tem que simplesmente abandonar o curso ou seguir mais 6 meses sem pagar, porque não consegue o FIES.

Então, eu apresentei emenda para que os alunos do terceiro ano fizessem, como é normal, por exemplo, quando se vai alugar um apartamento, o cadastro antes. A pessoa não muda de endereço para só depois fazer o cadastro, que pode ser rejeitado e a pessoa ter que sair do apartamento. Não é assim. O óbvio, o evidente é se fazer o cadastro antes. Aprovado, o aluno faz o vestibular e se matricula. Esse é o óbvio! Nós temos que corrigir essa distorção.

Outra coisa: o aluno está na faculdade e perde o emprego. Fica devendo lá porque não tem como pagar. Até conseguir o FIES o aluno leva 4, 5, 6 meses. E o que já está devendo na faculdade não entra no financiamento. Mas o aluno não consegue o financiamento justamente porque não pagou a faculdade. É objeto de outra emenda que eu apresentei, para que o aluno que entrar no FIES após a matrícula possa também financiar o que está atrasado na faculdade, às vezes em função da perda do emprego, e tudo o mais.

Eram essas as minhas considerações. Precisamos, na terça-feira, discutir e votar o relatório final do projeto que institui o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio. Conclamo todos os Deputados a votarem pelos 10% do PIB. É fundamental que estejamos unidos para podermos evoluir e avançar um pouco na educação.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Humberto) - Parabéns, Deputado Izalci. Reconhecemos o seu trabalho e a cruzada em favor da educação, tão fundamental para a construção do Brasil que nós queremos.



100.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/04/2012-09:42
Publ.: DCD - 28/04/2012 - 14606	NEWTON LIMA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Taxa de juros, câmbio e impostos como obstáculos ao desenvolvimento nacional. Declaração da Presidente Dilma Rousseff sobre os prejuízos aos países emergentes causados pelo chamado tsunami monetário. Anúncio de medidas governamentais com vistas à desoneração de encargos e diminuição de impostos. Necessidade de ampliação do conteúdo nacional dos produtos fabricados no País, em especial na indústria automobilística. Importância de realização de investimentos nos setores de educação, ciência e tecnologia, para a retomada da competitividade da indústria nacional. Expectativa de aprovação do novo Plano Nacional de Educação. Conveniência de aplicação dos recursos oriundos da exploração de petróleo no mar territorial nas áreas de educação, ciência e tecnologia. Apresentação, pelo Deputado Carlos Zarattini, de relatório sobre projeto de lei que altera percentuais na distribuição nacional de royalties provenientes da exploração do petróleo marítimo.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Izalci, nosso colega na Comissão de Educação, nosso colega, companheiro, na Comissão de Ciência e Tecnologia. V.Exa., que foi Secretário dessa área no nosso Distrito Federal, sabe da importância do tema que quero hoje debater. Antes, quero cumprimentar todos os colegas em nome da Liderança do meu partido, em nome do Deputado Jilmar Tatto, a quem eu agradeço a oportunidade de usar a tribuna da Câmara, nestes 10 minutos, para tratar, como eu disse, de um tema que é do nosso interesse, que é da nossa atuação e também a do meu amigo, companheiro, ex-reitor, Deputado Waldenor Pereira, aqui presente.

Quero tratar do tema educação, ciência, tecnologia e inovação como eixos estruturantes da construção de um Brasil desenvolvido, com menor desigualdade social e com sustentabilidade. A Presidente Dilma, Sr. Presidente, brindou-nos esta semana com uma frase que eu reputo histórica, do alto de sua autoridade e de sua extraordinária e inédita popularidade, aprovada por 2 em cada 3 brasileiros, com apenas 5% de rejeição, entre ruim e péssimo. A aprovação ao seu Governo, nas últimas pesquisas, deixa claro à Nação que os maiores obstáculos que nós temos para o desenvolvimento econômico encontram-se no tripé taxa de juros, câmbio e impostos.

A Presidente está certa. E não só está certa na sua análise, como deixou claro nas tribunas internacionais, nas últimas semanas, que é inaceitável que países em desenvolvimento, ou mais do que em



desenvolvimento, já desenvolvidos, como o nosso - uma liderança mundial, sexta potência econômica, e caminhando para ser a quinta potência mundial -, sejam alvo do que ela chamou de "tsunamimonetário", esse derrame de dólares e de euros que vêm fortalecendo as moedas dos países emergentes. Isso traz dificuldades importantes ao câmbio, porque moedas supervalorizadas, como está o real, acabam por prejudicar as nossas exportações, sobretudo as do nosso setor manufatureiro, e acabam por facilitar a entrada de produtos importados, muitas vezes supérfluos, o que prejudica o próprio crescimento, hoje bastante sustentado, e a abertura de vagas no mercado do trabalho formal no País em função da retomada do aquecimento da nossa economia.

A Presidenta Dilma tem dito isso. Mas, como eu disse com muita propriedade, ela não fica apenas no discurso internacional quanto à necessidade de os países darem fim a esse derrame de dólares e euros, de moeda estrangeira, para tentar sair das crises que começaram, como a dos Estados Unidos em 2008 e 2009, e que atingem hoje fortemente o núcleo central da Europa. A Presidenta Dilma, além desse discurso diante das autoridades internacionais, vem cuidando de estabelecer e implantar medidas econômicas de alcance interno que contribuam para aumentar a competitividade da indústria manufatureira brasileira.

Sr. Presidente, falo isso na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, como também na qualidade de Presidente da Comissão de Educação e Cultura. E falo também agora com a oportunidade que me é dada pelo Presidente Marco Maia e pelo Líder Jilmar Tatto de presidir a MP 563, que é uma parte importante do Plano Brasil Maior 2. Sobre esse Plano, a par da 564, a Casa vai se debruçar na Comissão Mista, onde temos a honra de ter o Senador Romero Jucá como Relator. E nós estamos trabalhando, junto ao setor produtivo, empresários e trabalhadores, para que possamos ter uma visão da sociedade com relação ao conteúdo dessas medidas que trabalham, de uma maneira geral, os temas da desoneração e diminuição de impostos e, em contrapartida, os da ampliação do conteúdo nacional, com mais inovação, em setores fundamentais da nossa indústria, em especial na cadeia automobilística. Trata-se de um conjunto de medidas muito importantes, entre elas a que estende para cerca de 15 setores a substituição da contribuição previdenciária sobre o faturamento. Já se havia atingido 4 setores no Plano Brasil 1; e, agora, amplia-se para 15, nesta oportunidade.

Estaremos debatendo esse assunto com a sociedade no âmbito da MP 563 e da MP 564. Mas quero aqui, nesta oportunidade, em nome da nossa Liderança, e na presença de V.Exa., Sr. Presidente, que sei que é sensível à causa, dizer que todos nós sabemos que não bastam só medidas de caráter de desoneração ou de redução da taxa de juros, como até agora vinha acontecendo, para ajudar o nosso setor



produtivo e fortalecer nossa economia. É preciso que ataquemos cada vez mais o ponto central da competitividade internacional industrial, que é o de mais inovação, mais qualidade na produção e mais qualidade da mão de obra.

Quanto a esse ponto, temos uma responsabilidade fundamental. É bom que lembremos que, desde a semana passada, a Câmara dos Deputados está mergulhada na aprovação do Plano Nacional de Educação. Estamos juntos na Comissão Especial, a partir da leitura do relatório tão bem feito pelo Deputado Angelo Vanhoni, tratando de discutir as 20 metas e quase 200 estratégias, que, em 10 anos, e com mais investimentos, pela proposta do Relator, objetivam que saíamos de 5% para 8% em investimentos globais em educação até 2023, para que União, Estados e Municípios possam cumprir a sua responsabilidade de ajudar a melhorar a qualidade de educação.

Quero anunciar nesta oportunidade, desta tribuna, algo que nos entusiasma tanto quanto a aprovação do PNE e que vai ajudar no financiamento da educação e também vai ajudar a indústria brasileira a ter mais recursos por intermédio das nossas instituições de fomento à inovação da linha industrial, em particular o FINEP, que é o tema dos *royalties* do petróleo. Porque, nesta semana, Deputado Izalci, Deputado Waldenor, Deputada Perpétua Almeida, todos os Deputados aqui presentes, tivemos a oportunidade de conhecer o Relatório do Deputado Carlos Zarattini, que dá conta do tema da distribuição dos *royalties* do petróleo.

Para nossa alegria e satisfação, o Deputado Carlos Zarattini, com sua sensibilidade, estabelece regras de partilha dos resultados da riqueza do petróleo, do pós-sal e do pré-sal, que começam a ser produzidos em larga escala daqui a 5 anos. É uma discussão que, certamente, nas próximas semanas, como foi a do Código Florestal, estará apaixonando este Plenário, dado que todos os Deputados em seus Estados estarão atentos a esse mecanismo de partilha da riqueza nacional. Mas, a par disso, há uma outra questão que nos interessa a todos os brasileiros e ao nosso futuro, que é a de como gastar esses recursos que vão para Estados e Municípios.

Nós não podemos aceitar situações em que, como já aconteceu com o pós-sal, Prefeitos recebam recursos dos *royalties* e não os apliquem adequadamente na melhoria da qualidade de vida das suas cidades, no desenvolvimento econômico, através da educação.

Por isso, o Deputado Carlos Zarattini, ouvindo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia, a União Nacional dos Estudantes, a CNI, um conjunto importante de entidades, restabelece o compromisso de que os recursos da ciência e tecnologia no pós-sal, na concessão, voltem para a vinculação à ciência e tecnologia, e que o fundo social dos *royalties* do pré-sal possa estar em 50% vinculado,



Deputado Izalci, caros Deputados e Deputadas, à sua aplicação obrigatória em educação, ciência e tecnologia. Isso vai nos permitir alcançar os indicadores de investimento que queremos; isso vai ajudar Governadores e Prefeitos, responsáveis por 80%, hoje, da aplicação dos investimentos em educação, a melhorarem a qualidade da educação básica, que é o nosso pior problema na área educacional a ser enfrentado.

Quanto ao tema fundamental, por que todos nós lutamos, que é a valorização do magistério, Meta 17 do Plano Nacional da Educação, uma vez aprovado o Relatório do Deputado Zarattini, passarão a ter condições Governadores e Prefeitos de ter recursos suplementares para honrarem não só o piso salarial, porque isso já está consagrado, já é uma obrigação, mas também para valorizarem o salário do magistério, para que, daqui a 10 anos, nós possamos dizer que os educadores, que são os agentes fundamentais do processo educacional, estão recebendo o mesmo salário da média do mercado de trabalho no Brasil.

Como representante, neste caso, do Deputado Jilmar Tatto, como representante da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, quero saudar o Deputado Carlos Zarattini, nosso companheiro do PT de São Paulo, pela sua sensibilidade, e chamar a atenção da Casa para o fato de que teremos, nas próximas semanas, a obrigação de responder a essa questão, para que, como dizia Celso Furtado, o recurso do petróleo possa e faça a diferença.

Essa benção que nós temos, se bem aplicada em educação, ciência e tecnologia, será, de fato, o pilar fundamental da construção do Brasil-potência que queremos, como quinta potência econômica, com preservação ambiental. Certamente, cada vez mais, esta será uma nação cidadã com menos desigualdade social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 77/311

100.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/04/2012-10:42
Publ.: DCD	IZALCI-PR -DF	
28/04/2012 - 14619		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário



Ocupação do Palácio do Buriti por professores grevistas, em Brasília, Distrito Federal. Frustração com o resultado do encontro de membros da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para debate da matéria. Convite à sociedade civil para acompanhamento da votação do projeto de lei. Defesa da aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB no setor educacional. Promoção pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática de audiência pública com a participação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, destinada ao debate da produção científica no País. Necessidade da realização de investimentos na área. Fusão da Frente Parlamentar da Ciência, Tecnologia e Inovação com a Frente Parlamentar da Pesquisa e Inovação. Luta do orador pela criação do Código Nacional de Ciência e Tecnologia.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar hoje sobre o Plano Nacional de Educação e também sobre a visita do Ministro da Ciência e Tecnologia a esta Casa nesta semana.

Antes, porém, lamento a, vamos dizer assim, invasão do Palácio do Buriti pelos professores, que entraram na fase de desespero. Talvez não tenham conseguido mais manter a paciência com este Governo que tanto prometeu e sequer os recebe.

Eu sei que essa é uma atitude radical. Nós não devemos nunca aprovar isso. Mas também devemos compreender que já se vão 48 dias, e o Governador sequer se manifestou no sentido de receber os professores e de justificar o porquê do não cumprimento daquilo que prometeu, por escrito, não só durante a campanha, mas também depois, através de seus Secretários, em abril e em setembro de 2011, quando assinou novamente compromisso relativo ao plano de saúde e à reestruturação da carreira dos professores, que de fato merecem e precisam ter uma atenção especial deste Governo.

Mas, Sr. Presidente, quero falar rapidamente do Plano Nacional de Educação. Esta semana e durante o mês de maio falarei aqui, na medida do possível, todos os dias a esse respeito, porque entramos agora numa reta final. O mês de maio é decisivo para a definição do Plano Nacional de Educação.

No final do ano passado, apresentei um requerimento de convocação do Ministro Guido Mantega à Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Transformamos a convocação em convite, e depois, como não fomos atendidos, no início de 2012 submetemos novamente o requerimento a votação. Foi quando o Ministro sugeriu que nós o encontrássemos no Ministério, e, por concessão da Comissão, fomos ao Ministério.



Digo isso para ressaltar que o atraso na votação do Plano Nacional de Educação não é responsabilidade apenas dos membros da Comissão, mas se deve também ao comportamento do Governo de não atender a Comissão Especial para discutir a questão econômica do Plano. Porque não adianta aprovarmos um belo Plano Nacional de Educação sem a definição concreta dos recursos. Educação não se faz apenas com discurso. Educação se faz com recurso. E ninguém melhor do que o Ministro Guido Mantega, que tem a chave do cofre, para dizer o que é possível e o que não é possível fazermos.

O que percebemos na reunião do Ministério, claramente, é que a educação, infelizmente, não faz parte da política econômica nem das prioridades do Governo. Faz, sim, no discurso, mas não na prática. O Ministro deixou muito claro seu desconhecimento quase que completo do Plano Nacional de Educação.

Mas, independentemente disso, na terça-feira da semana passada fizemos a leitura do relatório final do Plano na Comissão Especial.

Causou-me estranheza a ausência da sociedade civil organizada no dia dessa leitura, porque, até então, em praticamente todas as reuniões da Comissão havia grupos de manifestantes da CNTE, da UNE, da UMESB, da ANDIFES e de outras organizações. Mas no momento crucial da leitura do relatório essas entidades não estavam presentes.

Quero aqui convocar a sociedade civil organizada. Faço um apelo a toda a sociedade, aos professores, aos pais, para que compareçam, no mês de maio, ao Congresso Nacional. Nos dias 8 e 9 de maio, terça-feira e quarta-feira, começaremos a discutir e a votar o relatório. Não sei se vamos conseguir nesses dois dias votar tudo, pois há muitos destaques - eu mesmo apresentei mais de 60 destaques -, mas, se não conseguirmos, nos dias 15 e 16 retomaremos a votação. Há previsão de nos dias 22 ou 23 encerrarmos a votação dos destaques.

Aqui no plenário - porque sei que a base já foi enquadrada a votar com o parecer do Relator, que é de 7,5% direto e de 8% do total - eu já colhi 271 assinaturas para um recurso para trazermos para o plenário a discussão se não conseguirmos vencer essa etapa na Comissão Especial.

Para que isso? Porque, vindo a matéria ao plenário, para votação nominal, o Brasil todo poderá conhecer os votos, um a um, e vamos saber a diferença entre o discurso e a prática.

Eu disse aqui outro dia que muitos dos Deputados do Partido dos Trabalhadores, que é o partido principal desta Casa, mobilizaram o País, criaram um expectativa na sociedade, principalmente na sociedade organizada, e agora não têm a disposição de votar os 10%. Mas o discurso continua o mesmo, a favor dos 10%. Por isso faço



questão de trazer a matéria ao plenário, para que a sociedade saiba quem de fato prioriza a educação, porque no discurso é a unanimidade.

Faço a convocação para que a sociedade não deixe de estar atenta a esta Casa no mês de maio, se possível com presença maciça, para que os Deputados realmente aprovem o Plano Nacional de Educação com os 10% do PIB.

De fato, 10% do PIB para a educação é muito se comparado ao percentual de outros países. Acho que nenhum país aplica hoje 10% em educação. O problema no Brasil é o déficit, é a dívida que nós temos com o passado.

Sr. Presidente, no dia em que foi lido o relatório, coincidentemente saiu o resultado da Prova Brasil. Ficou demonstrado, quando se avaliou o conhecimento de Matemática e de Português, que apenas algo em torno de 30% dos alunos que concluem o 5º ano e o 9º ano conseguem captar o básico. Quando eles chegam ao segundo grau, esse número ainda cai, para 6%. Ou seja, de cada 100 alunos, apenas 6 conseguem aprender o básico de Português e Matemática.

Então esses alunos vão para a faculdade. Os que têm poder econômico, têm computador em casa, têm professor particular, fizeram cursinho, estudaram numa boa escola, ou seja, os que estão preparados, estes vão para a universidade pública. Por isso a universidade pública é boa, porque ela recebe o aluno preparado. Já o aluno que trabalha, que vem da rede pública, que teve um ensino básico de péssima qualidade, como está demonstrado aí - somente 6% aprendem Português e Matemática -, estes vão para a faculdade particular.

E aí muitos dizem que a faculdade particular não tem qualidade. Muitas têm, sim. Precisamos estar atentos ao fato de que a matéria-prima, o aluno, que chega à faculdade particular não teve as mesmas oportunidades dos alunos que entraram na universidade pública. Portanto a melhor forma de dar oportunidade a todos é melhorar o ensino básico.

Sr. Presidente, se V.Exa. observar o relatório do PNE, vai ver que o que está previsto para investimento na educação básica, principalmente no ensino fundamental, nos próximos 10 anos é o mesmo que se investe hoje. Houve aumento de 100 reais. Ora, é inadmissível que em 10 anos estejamos investindo o mesmo que investimos hoje. Se o investimento já é baixíssimo agora, imaginem o que não será daqui a 10 anos.

Por isso é fundamental aprovar os 10%. Pode ser que daqui a 10 anos possamos começar a diminuir esse investimento, como é a tendência, como acontece em alguns países desenvolvidos, que investem algo em



torno de 5%, de 6% do PIB.

Enfim, não podemos deixar de acompanhar essa luta agora no mês de maio.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar a presença do nobre Deputado Sibá Machado, que é muito ligado à área de Ciência e Tecnologia, para falar um pouco sobre a vinda do nosso Ministro Marco Antonio Raupp, da Ciência e Tecnologia, um bruto pesquisador, homem muito sério e competente. Nós temos a obrigação de apoiar integralmente as suas ações. Ele veio à Comissão de Ciência e Tecnologia fazer um balanço da atuação do Ministério.

Vou repetir algumas colocações que foram feitas pelo Ministro, relevantes para o conhecimento da população.

Primeiro, o Brasil está em 13º lugar no *ranking* mundial da produção científica. Nós formamos hoje mais de 50 mil pós-graduados, entre mestres e doutores, e mais de 230 mil profissionais dedicados a atividades de desenvolvimento e pesquisa. Isso é bom.

A dificuldade desses pesquisadores hoje está no viés acadêmico. Essa é a grande dificuldade que nós enfrentamos no Brasil. No setor produtivo, que chamamos mais de setor privado, porque produtivo todos são, no setor industrial, o investimento em pesquisa é muito pequeno. Essa cultura nós temos que mudar, primeiro em termos de investimento. Hoje, Coreia e Estados Unidos investem em torno de 2%, de 3% do PIB em pesquisa e desenvolvimento. No Brasil, ainda investimos pouco mais que 1%. Mas estamos avançando.

O grande problema que eu vejo está na iniciativa privada. No Japão, como disse o Ministro, a iniciativa privada investe cinco vezes mais do que o Governo em pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação. Na Coreia do Sul, a iniciativa privada investe três vezes mais; na Alemanha e nos Estados Unidos, duas vezes e meia mais. No Brasil, a iniciativa privada investe apenas a 0,8%. Na prática, o setor privado brasileiro investe apenas 80% do que investe o Governo. Faz o contrário do que fazem os países desenvolvidos. Essa lógica tem que mudar.

A carência que temos hoje na Engenharia e nas Ciências Naturais também é muito grande. Enquanto a China hoje ocupa 34% dos formandos engenheiros e a União Europeia, 18%, o Brasil tem uma modesta participação de 2%. Ou seja, precisamos investir muito nos nossos cursos de Engenharia. Isso sem falar nos outros.

Na área pedagógica mesmo, temos dificuldade para contratar professores de Química, Física e Biologia. Estamos passando por essas dificuldades todas.



Ainda precisamos avançar muito em investimentos e na integração, porque não conseguiremos evoluir muito em Ciência e Tecnologia se não houver uma integração entre Governo e iniciativa privada. Temos que estimular essa relação do Governo com as empresas. Esse tripé é fundamental para o desenvolvimento.

O Governo está fazendo um esforço muito grande nesse sentido - espero que dê certo -, com as bolsas. Até 2014, a expectativa é criar 101 mil bolsas de estudo. Parece que já há 3.697 implementadas e 14 mil em implementação. Mas o Ministério vai ter que fazer um esforço muito grande para envolver as empresas. O Ministro disse que já está trabalhando para que os alunos que vão estudar no exterior quando voltarem já estejam integrados na iniciativa privada, nas empresas. Senão vai continuar a mesma coisa: o aluno se forma, chega aqui e não encontra trabalho.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que, com o Deputado Paulo Piau muito ocupado com o Código Florestal e também com sua candidatura a Prefeito, nós resolvemos fundir as duas Frentes Parlamentares de Ciência e Tecnologia. O Deputado Paulo Piau, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Pesquisa e Inovação, vai nos passar a Presidência na semana que vem, para lutarmos pelo Código Nacional de Ciência e Tecnologia, Projeto de Lei nº 2.171, de 2011.

É fundamental votarmos nesta Casa o Código. Precisamos rever vários conceitos. Com apoio da Frente, de que o Deputado Sibá Machado é membro, nosso grande representante da Região Norte em Ciência e Tecnologia, que tem acompanhado as reuniões dos Conselhos de Secretários e das fundações, tenho certeza de que esta Casa vai se debruçar sobre o assunto, de tamanha relevância para o País, para que possamos crescer ainda mais e ajudar esse grande Ministro a cumprir sua missão, que é colocar Educação, Ciência e Tecnologia como prioridade na pauta deste País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Gadelha) - Esta Presidência parabeniza o Deputado Izalci e reconhece seu denodo em defesa das causas da Educação, Ciência e Tecnologia nesta Casa.



Publ.: DCD - 08/05/2012 - IZALCI-PR -DF
15567

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apreciação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional como pressuposto para a prestação de educação de qualidade.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta Casa tem, a partir de amanhã, todas as condições de entrar para a história deste País. Primeiro, terá início a votação do Plano Nacional de Educação - e vou falar sobre isso; segundo, acho que temos de ampliar as investigações e restringir um pouco essa questão de sigilo no que se refere à CPMI. Está na hora de passar a limpo isso aí.

Sr. Presidente, vou aproveitar o tempo de hoje para falar sobre o Plano Nacional de Educação. O PNE, para os próximos 10 anos, possui 20 metas e 170 estratégias. No entanto, em se tratando de metas e de estratégias, falta o estabelecimento de etapas para a realização do proposto, o que dificulta monitorar e avaliar a sua execução por parte da sociedade. Temos que corrigir isso no plano, no processo de votação.

O projeto não estabeleceu responsabilidades específicas para os diferentes entes federados, ou seja, não atribuiu claramente a responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Isso é fundamental. Afinal de contas, a Constituição deixa claro que cabe à União articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração.

Hoje, temos o quinto maior PIB do mundo. Entre os 20 países com o maior PIB, somos o 18º em desigualdade. Na lista geral, somos o 73º em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Estamos atrás de vários vizinhos como Chile, a Argentina, o Uruguai e o Peru.

São pré-requisitos para a educação de qualidade, Sr. Presidente, entre outros, o Estado de Direito; a democracia representativa e participativa; as políticas públicas que contem com financiamento adequado - na minha fala, vou mostrar que precisamos, de fato, destinar o equivalente a 10% do PIB para a educação; a efetividade dessas políticas no que se refere à formação inicial e continuada dos profissionais em educação; a garantia de inserção adequada desses profissionais no sistema de ensino; e a remuneração digna para os profissionais da



educação.

Não se queira exigir educação de qualidade pagando menos que o piso salarial, que é de R\$1.451,00.

Entre as condições para que haja educação de qualidade estão a disponibilidade de infraestrutura física adequada nas escolas. Hoje, a maioria das escolas deste País não tem energia nem quadra de esporte - falta total infraestrutura. Há também que se falar em acessibilidade a todos, com proximidade física e transporte gratuito das crianças para as escolas. Faltam nas escolas bibliotecas, laboratórios, salas de uso multifuncional, refeitórios, pátios, equipamentos de esporte, enfim, condições para que a escola funcione com qualidade; falta um projeto pedagógico com a participação da comunidade; falta uma carreira docente transparente e efetiva; falta processo de avaliação; falta gestão democrática com qualidade. Tudo isso, Sr. Presidente, é fundamental para a qualidade da educação que queremos.

O texto, gravemente, não estabelece responsabilidades específicas e mutuamente solidárias, complementares, como eu disse. Falta definir claramente o percentual à atribuição de cada ente da Federação.

O projeto ainda deixou de considerar as metas intermediárias - várias delas não têm definição intermediária. Vamos aguardar 10 anos para, no último ano, dar início à implementação? O correto seria que todas as etapas tivessem metas intermediárias, para que a sociedade pudesse acompanhar passo a passo a execução do Plano Nacional de Educação.

Temos de ficar atentos à exigência dos arts. 205 e 206 da Constituição.

O art. 206 diz:

"Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".

Quando este País deu igualdades de condições para o acesso à escola? Nunca. Nas universidades federais só entra a elite brasileira. Agora, vêm as cotas, que tinham de ser um critério socioeconômico, mas jamais demos igualdades de condições para que todos tivessem idênticas condições de permanência e de acesso à escola.

Os outros item dizem respeito a liberdade de aprender, de ensinar, a pluralismo de ideias, o que é fundamental à coexistência das ações públicas e privadas.



Fala a Constituição, a seguir, em gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e valorização dos profissionais da educação. E como se pode falar em valorização pagando-se salário mínimo? Dezenove Estados não cumprem o piso salarial nacional, que, como eu já disse, é de R\$1.451,00.

Em continuidade, o art. 206 refere-se à gestão democrática do ensino público, na forma da lei, e garantia de padrão de qualidade. Como se exigir padrão de qualidade com o investimento que se faz hoje neste País?

O piso salarial para os profissionais da educação também está previsto na Constituição.

E estabelece o parágrafo único desse artigo que a lei disporá sobre as categorias de trabalhadores e sobre a fixação de prazo para a elaboração dos planos de carreira.

A maioria dos Estados não cumpre o plano de carreira. Mais recentemente, quando foi definido o piso salarial, vários Estados nos quais havia plano de carreira juntaram todas as gratificações para justificar o pagamento do piso. Hoje, não existe um plano de carreira para os profissionais da educação, principalmente depois da lei do piso.

É fundamental lembrar que, embora seja errôneo e equivocado afirmar que o financiamento adequado da educação pública resolva sozinho o conjunto avassalador dos problemas educacionais brasileiros, é certo que sem ele nada poderá ser feito. Não adianta imaginar que só o financiamento resolverá o problema, porque não vai. Mas, sem recursos financeiros, não temos a mínima condição de oferecer educação de qualidade. Afinal de contas, se não houver recursos, não será possível remunerar adequadamente os professores; não será possível reduzir o número de alunos por sala de aula; não será possível dotar de infraestrutura adequada as escolas, nem implementar os programas de formação inicial e continuada. E os professores precisam de formação continuada.

Temos de elevar todos os professores de nível médio ao de graduados. A quem tem graduação, temos de oferecer pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Nas políticas educacionais, como em quaisquer outras, a obtenção de resultados exige a compreensão de que o investimento adequado é pressuposto e a boa gestão é princípio. Não adianta ficar na demagogia da eleição direta na escola se o diretor não tiver condições de fazer uma boa gestão. A gestão é princípio básico para se atingir qualidade na educação.



O Brasil, infelizmente, não implementa nem um nem outro critério, salvo raríssimas exceções. Em alguns lugares, há gestão de qualidade, algumas ilhas de excelência; mas, em geral, não existe boa gestão.

Quanto é preciso investir para que o PNE seja capaz de garantir um padrão de qualidade?

Sr. Presidente, são vários fatores. Hoje, o País investe 5% do PIB. Estou começando a falar neste assunto hoje; depois, vou falar meta por meta e mostrar aos Deputados e à sociedade por que 10% do PIB são necessários e por que eu coletei 271 assinaturas para apresentar uma proposta a respeito.

Se não aprovarmos na Comissão de Educação, a partir de amanhã, a destinação de 10% do PIB, vamos trazer a discussão da matéria para o plenário. Tenho certeza de que aqui o haveremos de aprovar os 10% do PIB, que são fundamentais para uma educação de qualidade. Tenho como provar item por item, não só por meio dos estudos a que procedi, mas também por meio do que foi demonstrado por diversos economistas e pelo próprio IPEA, órgão consultor do Governo Federal, que diz ser possível pagar o valor atribuído para chegarmos a 10% do PIB - e esse percentual está defasado!

Foi utilizado o Custo Aluno Qualidade Inicial - CAQi. Para V.Exas. terem ideia da importância desses valores, Srs. Deputados, para a creche são R\$6.470,50. Quando se divide esse valor por 12, tem-se R\$537,56, um valor mais ou menos compatível. O que se paga hoje é praticamente nada.

Em relação à pré-escola, foi atribuído para o CAQi o valor de R\$2.527,76; dividido por 12, tem-se R\$210,00 por mês. Com esse valor, vamos tentar dar qualidade à educação. Menos do que isso, é impossível.

Para o ensino médio são R\$2.429,00; dividido por 12, tem-se R\$202,44. Não há nada exorbitante. São valores compatíveis com o que vamos investir para inverter o quadro caótico em que se encontra a educação no Brasil.

Depois falarei meta por meta, mas vejamos rapidamente a Meta 1. Cinquenta por cento de atendimento em creche é o objetivo do Plano nos próximos 10 anos. São 3 milhões e 134 mil alunos. Para incluí-los a R\$6.470,50, são 20 bilhões 216 milhões reais, ou seja, 0,64% do PIB.

A universalização da pré-escola está prevista no Plano Nacional da Educação com 1 milhão 360 mil alunos para serem incluídos. Cada um a R\$2.527,00, são 3 bilhões - 0,10% do PIB.



Da mesma forma, a universalização do atendimento de alunos de 15 a 17 anos. Com 1,5 milhão de alunos para serem incluídos são 3,6 bilhões - 0,11% do PIB.

Universalização de atendimento às pessoas com deficiência: 1 milhão 498 mil alunos a R\$2. 527,76 dá 3 bilhões e 500 mil de reais - 0,11% do PIB.

Cinquenta por cento das escolas com tempo integral, são 10 milhões de alunos nos próximos 10 anos. A R\$2.527,76, dá 23 bilhões e 900 milhões - 0,7% do PIB.

Universalização da alfabetização de adultos - EJA, 14 milhões de analfabetos no Brasil, 11 bilhões de reais.

Sr. Presidente, eu quero, a partir de amanhã, pegar meta por meta, para mostrar ao País que 10% do PIB são fundamentais. Não se faz educação de qualidade se não tivermos os 10%, e vamos provar isso com os números.

Muito obrigado.

Documento 79/311

112.2.54.O

Sessão Ordinária - CD 08/05/2012-15:34

Publ.: DCD - 09/05/2012 - 15729 CHICO LOPES-PCDOB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de maiores recursos ao setor educacional. Necessidade de cumprimento pelos Estados e Municípios do piso salarial nacional do magistério público da educação básica instituído por lei federal. Ações adotadas pela Presidenta Dilma Rousseff em prol do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Propostas do Partido Comunista do Brasil para fortalecimento do projeto de desenvolvimento do País.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra e muito prazer que venho a esta tribuna para falar do atual momento político e



socioeconômico de nosso País, um momento que ainda nos guarda grandes desafios, mas que sem dúvida alguma nos anima, por estarmos caminhando o bom caminho, seguindo na direção certa, rumo a um País mais desenvolvido e principalmente com mais justiça social.

Quero aqui, Sr. Presidente, referir-me às recentes medidas da Presidente Dilma, que, na liderança do Governo Federal há menos de 1 ano e meio, vem dando continuidade ao ciclo de mudanças positivas iniciado no Governo Lula.

Em 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder, ele não representava apenas a própria busca por uma meta adiada desde 1989, ocasião de sua primeira tentativa de chegar ao Palácio do Planalto. Representava, isto sim, a voz e a vez de dezenas de milhões de brasileiros ansiosos por mudança, desejosos de um novo tempo para nosso País e de um novo lugar no mundo para a nossa Nação. O resultado todos sabemos: Lula, antes desacreditado, entrou para a História como o Presidente mais bem avaliado, após 8 anos de Governo em regime democrático e de profundas mudanças na organização da sociedade brasileira.

A Presidente Dilma aceitou o desafio de levar adiante essa missão. Assumiu o compromisso de manter o Brasil nos trilhos do desenvolvimento, da educação, do fim da miséria, do acesso à educação, da construção de mais infraestrutura. Em melhores condições, o Brasil continuará resistindo às crises da economia internacional e escrevendo sua própria história como Nação independente, para a qual cada vez mais o mundo inteiro volta os olhos.

Dilma recebeu de Lula o Brasil do PROUNI, do FIES e da expansão em ritmo inédito do ensino superior. Se ainda temos grandes desafios quanto à educação, como a melhora da educação básica e do ensino fundamental, hoje podemos orgulhar-nos de vivermos em um País em que não apenas os filhos da elite chegam às universidades. Temos cada vez mais trabalhadores realizando o sonho de ver seus filhos graduados e pós-graduados, seguindo carreiras importantes para a consolidação da nossa Nação entre as maiores do mundo. E aqui, Sr. Presidente, quero destacar que nós do PCdoB, que sempre estivemos com o Presidente Lula, desde a campanha de 1989, e que fazemos parte, com muito orgulho e consciência política, do Governo Dilma, sempre defendemos a importância desses investimentos em educação como ferramenta para de fato chegarmos ao ansiado estágio superior de desenvolvimento.

Neste momento em que o Brasil vive um novo ciclo positivo, queremos chamar a atenção, Sr. Presidente, para a necessidade de reforçarmos ainda mais os investimentos em educação. Temos defendido as bandeiras de 10% do PIB para o setor educacional e de 50% do Fundo



Social do Pré-sal para essa mesma finalidade. Isso porque entendemos, Sr. Presidente, que, neste momento em que o Congresso Nacional discute o novo Plano Nacional de Educação, precisamos de mais do que propostas e palavras. Necessitamos de recursos, para poder colocar em prática esse ousado plano, que inclui a expansão ainda maior do ensino técnico e profissionalizante e a adoção da jornada escolar ampliada em todo o País, como direito do aluno e de toda a sociedade.

Para isso, precisamos desses recursos de forma concreta e segura, para que todo o roteiro de investimentos previstos no PNE não venha a se perder ou a se realizar de forma apenas parcial, devido a uma possível insuficiência de verbas para investimento na educação. Defendemos, portanto, a proposta apresentada por nosso correligionário o Senador Inácio Arruda, de destinação de 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação, ideia que conta com o apoio maciço da juventude, da **União Nacional dos Estudantes - UNE**, da **União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES** e das entidades ligadas à defesa da educação e da qualidade de ensino em todo o País.

Gostaria também de destacar, Sras. e Srs. Deputados, a necessidade de criarmos as condições para que Estados e Municípios cumpram plenamente a Lei do Piso Nacional do Magistério, pagando um salário digno e implantando o chamado "terço" na carga horária de trabalho dos professores.

Somente a continuidade dos históricos investimentos em educação garantirá que nosso País, que se vem preparando para seguir galgando novos patamares no seu desenvolvimento, não tenha esse movimento tolhido por um "apagão de pessoal", pela falta de trabalhadores em número suficiente e com a devida capacitação para atuar nas várias frentes abertas por este novo momento, desde a melhora de nossa infraestrutura de estradas e portos, para escoamento de nossa produção, até a construção civil - que nunca esteve tão em alta -, o comércio exterior, a pesquisa e a alta tecnologia.

As empresas brasileiras estão crescendo, fortalecendo-se e ganhando o mundo. O mercado interno está cada vez mais robusto. E se é ele que nos tem mantido em segurança diante dos grandes solavancos na economia internacional, é também ele que necessitará de apoio do Poder Público para a formação de pessoal capacitado para ocupar os milhões de postos de trabalho em processo de abertura.

Esse aspecto do investimento em educação e formação profissional, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, soma-se a outros para os quais nosso partido tem chamado atenção, a partir dos debates sobre o novo projeto nacional de desenvolvimento. São várias peças de um mesmo mapa, em que o melhor para o futuro breve do nosso País é o grande



objetivo.

A busca de um Brasil com mais riqueza, emprego, trabalho e renda, com mais oportunidades acessíveis ao conjunto de sua população, é o grande projeto político que vem sendo posto em construção nestes últimos 9 anos e meio pelo campo popular e pelo Governo Federal, com repercussão em todos os níveis de administração e em todas as esferas da nossa sociedade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o PCdoB sempre levantou sua voz na defesa de mais ousadia e de um ritmo mais rápido nesse processo. É com satisfação e com a clareza de estar contribuindo para esse processo que quero aqui, em nome do meu partido, aplaudir as recentes medidas anunciadas pela Presidente Dilma para combater os juros elevados, uma chaga que sempre dificultou o crescimento do nosso País. Dilma vem demonstrando com atos concretos que chegou a hora de encarar a questão dos juros como o que de fato é: um problema tão político quanto econômico, uma questão a ser debatida por todos os brasileiros interessados nos destinos de nossa gente e de nosso País.

Quero parabenizar a Presidente Dilma e o Governo Federal como um todo pela convicção com que tem sido encarada a tarefa de modificar para melhor esse cenário. As novas medidas relativas à caderneta de poupança, anunciadas na semana passada, vêm exatamente confirmar que o Brasil continuará com os juros em queda, o que favorece o mercado interno, a produção nacional, o empreendedorismo, a geração de novos empregos, a melhora dos salários, o acesso a uma vida com mais condições de dignidade por parte do nosso povo.

E aqui não falo apenas das medidas anunciadas pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega quanto às mudanças na poupança, que deixam entrever essa continuidade da queda dos juros em nosso País. Falo também do corajoso pronunciamento da Presidente Dilma, que, em rede nacional de rádio e TV, no Dia Internacional do Trabalhador, chamou as instituições financeiras à devida responsabilidade, à missão de também oferecer a sua participação para um País diferente.

Ao contrário do que alguns representantes da Oposição se apressaram a dizer, as mudanças na caderneta de poupança preservam os pequenos e médios poupadores, impedem a migração de grandes investidores para a poupança e, o que é mais importante, retiram dos bancos um possível argumento para a manutenção de elevadas taxas de juros no Brasil. As mudanças foram anunciadas pelo Governo Federal com todo o cuidado com os pequenos e médios poupadores. As novas regras valerão apenas para as poupanças que serão abertas e para os depósitos que serão feitos a partir do momento em que a taxa SELIC chegar a 8,5%, ou seja, quando os juros caírem mais. Essa é a grande boa notícia que o trabalhador brasileiro, hoje contemplado



por uma política de valorização real do salário mínimo, recebeu no 1º de maio.

A Presidente Dilma merece aplausos de toda a sociedade pela coragem que vem demonstrando no enfrentamento desse debate e na adoção de medidas concretas contra os interesses do sistema financeiro e dos especuladores e em favor da produção e dos trabalhadores. A queda dos juros, bandeira sempre levantada pelo PCdoB, é uma grande vitória da sociedade, de todos os que apoiam a redução dos juros como meio de estímulo à produção, de conquista de mais empregos e melhores salários, de redução das taxas que penalizam os consumidores em produtos como cartão de crédito e cheque especial, crediários e empréstimos, taxas que ainda são muito altas, mas que certamente seguirão em queda, se o Governo Federal, com o apoio da sociedade, mantiver-se nesse caminho.

O Sr. Severino Ninho - Deputado Chico Lopes, V.Exa. permite-me um aparte?

O SR. CHICO LOPES - Para mim é um prazer muito grande, Deputado.

O Sr. Severino Ninho - Deputado, quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento. V.Exa. trata da questão dos juros, da questão da educação. Hoje estamos para votar a PEC de combate ao trabalho escravo. Eu acho que um dos grandes caminhos para combatermos problemas como o trabalho escravo, o trabalho infantil e a exploração sexual é o desenvolvimento do País. E há investimento na educação. Então, V.Exa. traz um tema que tem o nosso apoio. Nós estamos todos juntos, com a nossa Presidente Dilma, para continuarmos nesta marcha de desenvolvimento do País. Quem tem uma família estruturada, com uma renda digna, não vai submeter seu filho à exploração infantil, ao trabalho infantil. O mesmo vale para a exploração sexual. Sabe-se que muitas moças e rapazes se envolvem nesse assunto por falta de condições de sobrevivência e de educação no seio familiar. Precisamos de uma melhor estrutura educacional no País. Então, V.Exa. está de parabéns por trazer esses temas a debate em nossa Casa. Como sempre, V.Exa. está vigilante, alerta, em defesa dessas questões, como seu partido sempre fez, em defesa de uma sociedade mais justa, digna e mais fraterna em nosso País. Muito obrigado pela concessão do aparte, companheiro Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES - Deputado, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Nós às vezes ficamos discutindo os efeitos, e não as causas. Se nós não resolvermos as causas, não eliminaremos esses efeitos, que são consequência de uma má distribuição de renda. V.Exa. tem muita razão.

Eu dizia que, ao contrário do que alguns representantes da Oposição



se apressaram a dizer, as mudanças na Caderneta de Poupança preservam os pequenos e médios poupadores, impedem a migração de grandes investidores para a poupança e, o que é mais importante, retiram dos bancos um possível argumento para a manutenção de elevadas taxas de juros no Brasil. Faço esta reflexão, Sr. Presidente, para que fique claro que estão querendo criar dificuldades para a queda dos juros; dizem que vai haver desemprego, que o capital vai para fora daqui. Conversa fiada! Foi técnica e politicamente correta a iniciativa da Presidente da República, que merece aplausos de toda a sociedade, repito, pela coragem que vem demonstrando no enfrentamento desse debate e na adoção de medidas concretas contra os interesses do sistema financeiro, dos especuladores e em favor da produção e dos trabalhadores.

Mas aqui, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, nobres colegas, preciso também referir-me a outra batalha que temos travado contra os interesses dos bancos e do sistema financeiro: a da fiscalização e da redução das tarifas bancárias no Brasil. Apresentamos e já foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa requerimento de formação de uma Subcomissão para mais uma vez nos aprofundarmos nesse tema. Queremos cobrar providências dos bancos, que, apesar de todo o esforço do Governo Federal nesse sentido, com a normatização das tarifas, vigente desde 2009, ainda vêm deixando a ganância ultrapassar o bom senso. Como resultado, algumas tarifas, como a de renovação de cadastro, registraram alta de mais de 400% no último ano, o que é inexplicável, totalmente injustificável e inaceitável.

Levaremos esse trabalho às últimas consequências, cobrando respeito dos bancos para com os consumidores, também por entendermos que precisamos, tanto quanto lutar pela queda dos juros, lutar para que o custo da produção e a economia popular sejam poupados do pagamento de tão elevadas tarifas. Se o Governo Federal está fazendo sua parte para que os juros caiam e a produção seja incentivada, cabe às instituições financeiras, sem sobressaltos nem medidas autoritárias, também dar a sua contribuição. Em uma economia estável, não se concebe que as tarifas bancárias continuem tão altas. É preciso haver mais respeito pelo consumidor e pelo próprio País.

Essas medidas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somam-se a outras que temos defendido, como integrante da base aliada do Governo Dilma, para que possamos complementar e acelerar este ciclo de crescimento pelo qual o Brasil vem passando. A desoneração das atividades produtivas, uma reforma tributária que permita maior justiça fiscal, a redução do preço da energia elétrica e o ressarcimento dos R\$ 8 bilhões cobrados indevidamente dos consumidores de todo o Brasil entre 2002 e 2009 são outras medidas igualmente importantes para que a nossa economia siga no bom caminho, ajudando a concretizar um Brasil cada vez mais forte e justo.



O investimento público na ação social, na educação, na formação tecnológica, na infraestrutura, vem dando frutos e tem muito ainda a render ao Brasil, que receberá a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e que continuará, tenho certeza, destacando-se cada vez mais no cenário global como uma Nação fortalecida e capaz de contribuir com iniciativas e exemplos práticos para um novo cenário global, de mais humanismo e justiça social.

Nós do Pcdob orgulhamo-nos de darmos a nossa contribuição a todo este movimento de proporções históricas, e continuaremos defendendo, no âmbito do Governo e em todas as esferas de debate, ousadia e pressa para a construção e a consolidação deste novo País.

Sr. Presidente, neste nosso pronunciamento, nesta tarde, tentamos fazer uma análise do que pensamos acerca dos avanços do Governo Federal e apresentar as nossas propostas.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

Documento 80/311

116.2.54.O	Sessão Extraordinária CD	- 10/05/2012-09:28
Publ.: DCD - 11/05/2012 16352	- SANDRO ALEX-PPS -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção de direitos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos discutindo assuntos importantes para o Brasil: o Plano Nacional de Educação, as diretrizes da educação nacional para os próximos 10 anos.

Quero fazer um registro em nome das APAE, Deputado Gabriel Chalita, que trabalham por amor e não por interesse financeiro. Existem 2 mil no Brasil e desconheço uma que tenha envolvimento com corrupção. Todas trabalham pelos alunos especiais. Elas lutam,



neste momento, para ver seus direitos e conquistas importantes na educação especial garantidos no Plano Nacional de Educação. Por isso, nós estamos trabalhando pela Meta 4, pelo substitutivo que mantém os direitos das APAEs.

Vivam as APAE e seu trabalho de amor maravilhoso pelo Brasil!

Documento 81/311

116.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	10/05/2012-10:06
Publ.: DCD - 11/05/2012 - 16361	ANDRÉ MOURA-PSC -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio ao pleito das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs pela inclusão, no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, de dispositivo a favor da manutenção de escolas especiais. Descumprimento, pelo Governo do Estado de Sergipe, do compromisso de liberação de créditos emergenciais para os agricultores atingidos pela estiagem.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo este espaço para falar da importância das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, que representam o segundo maior movimento do mundo e o primeiro da América Latina que trabalha em prol dos portadores de necessidades especiais.

É um movimento que se destaca no País pelo seu pioneirismo. Nasceu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos.

Em 1964, o Marechal Castelo Branco, então Presidente do Brasil, apoiou a iniciativa.

Adotou-se como símbolo a figura de uma flor, ladeada por duas mãos em perfil, uma em posição de amparo e outra de proteção.

A APAE caracteriza-se por ser uma entidade filantrópica da sociedade civil, de caráter cultural, assistencial e educacional, com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília.



O mais importante digo agora: recebi um pedido da APAE do Estado de Sergipe diante da preocupação de seus membros em relação ao relatório que será apresentado na Comissão Especial que analisa o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

Além de Sergipe, as APAEs de todo o Brasil estão-se mobilizando para que seja mantido o Destaque nº 38, para manter expressa no texto da lei a manutenção das escolas especiais.

Aproveito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e destaco o texto em que a APAE diz o seguinte:

"Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns."

Sr. Presidente, destaco a importância da manutenção do exato texto apresentado no primeiro momento, o que garante às escolas especiais todas as condições e estrutura necessárias para o seu bom funcionamento.

A Federação das APAEs de Sergipe, em nome de todas as APAEs do nosso Estado - Lagarto, Aracaju, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro e Tobias Barreto -, vem fazendo coro com todas as APAEs do Brasil e solicita a esta Casa, meu querido Deputado Vanhoni, Relator do Plano Nacional de Educação, que fique no texto expresso da lei a manutenção das escolas especiais.

Sr. Presidente, trago este nosso manifesto na condição de membro da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Temos a certeza de que, com sensibilidade, o Relator Vanhoni vai manter no texto a questão das APAEs, pela sua importância social e para todas as nossas crianças portadoras de necessidades especiais.

Sr. Presidente, quero referir-me também a matéria veiculada no *Jornal da Cidade*, do nosso Estado, que diz o seguinte: *"Agricultores de Poço Redondo e do sertão sergipano reclamam do calote do Governo do Estado de Sergipe."*

A matéria veiculada pelo *Jornal da Cidade* aponta o calote que o Governo do PT no Estado de Sergipe tem dado nos pequenos agricultores do nosso sertão. Os agricultores afetados pela seca cobram o repasse de mil reais para cada pequeno agricultor, o que



deveria ser feito através do Banco do Estado de Sergipe.

A matéria diz que milhares de agricultores fizeram no dia de ontem manifestação, fechando a entrada da cidade de Nossa Senhora da Glória, para reivindicarem junto ao Governo do Estado de Sergipe e ao BANESE o cumprimento de um acordo feito há mais de 40 dias pelo então Presidente do Banco, Saumíneo Nascimento. Esse acordo, até agora, não foi cumprido pelo Governo do Estado, e ele é necessário para que seja feita a liberação de um crédito emergencial no valor de mil reais para cada um dos pequenos agricultores.

A seca é rigorosa em nosso Estado e tem causado prejuízo aos agricultores. Animais estão morrendo por falta de água. Esse fato reflete a falta de sensibilidade do Governo do Estado de Sergipe com os pequenos agricultores do nosso sertão, que sofrem com a seca, com a perda de seus animais, com a perda de sua produção, não podendo garantir o sustento de suas famílias.

Segundo os pequenos agricultores, não há mais nada para sustentar o animal; não há ração, não há palha de milho, não há serragem, não há nada.

Deixo aqui o meu posicionamento contra a falta de sensibilidade do Governo do Estado de Sergipe.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que estão acessando a Internet e redes sociais, além daqueles que sintonizam a *Rádio Câmara* e a *TV Câmara* em todo Brasil, em especial a população do Estado de Sergipe, a quem me orgulho de aqui representar, ocupo este espaço para falar da importância das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, que representam o segundo maior movimento do mundo e o primeiro da América Latina que trabalha em prol dos portadores de necessidades especiais.

É um movimento que se destaca no País pelo seu pioneirismo. Nasceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de síndrome de Down.

Em 1964, o Marechal Castelo Branco, então Presidente do Brasil, apoiou a iniciativa para a aquisição de um prédio. Construiu-se, então, no terreno onde hoje se localiza a atual sede do Rio de Janeiro.



Com a aquisição da sede própria, a federação foi transferida para Brasília . Adotou-se como símbolo a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, uma em posição de amparo e a outra de proteção.

Caros colegas de Parlamento, a APAE caracteriza-se por ser uma entidade filantrópica da sociedade civil, de caráter cultural, assistencial e educacional, com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília .

O mais importante digo agora aos meus ouvintes: provocado pela APAE Sergipe, recebi um pedido relativo à preocupação de seus membros com o relatório do Deputado Federal Angelo Vanhoni, Relator da Comissão Especial que analisa o Plano Nacional de Educação, decênio 2011-2020. Além de Sergipe, todas as federações das APAEs do Brasil estão enviando *e-mail* e ligando para os gabinetes solicitando apoio para votação favorável ao Destaque nº 38, para manter expressa no texto da lei a manutenção das escolas especiais. O texto foi incorporado pelo Relator ao Substitutivo nº 1, mas suprimido no Substitutivo nº 2.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados o texto desejado pelas APAEs diz o seguinte:

"Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns."

Esse texto tinha sido acatado pelo Relator no primeiro parecer apresentado. No entanto, foi suprimido no substitutivo que irá a voto na Comissão Especial.

Apesar dos esforços dispensados no sentido de solicitar ao Deputado Angelo Vanhoni, do PT do Paraná, a manutenção da Meta 4 no Plano Nacional de Educação - PNE, ele não a manteve e apresentou o plano sem o texto que garantiria a existência das escolas especiais.

Por isso, espero que o Relator Vanhoni se compadeça e retome o texto da primeira proposta acatando o Destaque nº 38, que acrescenta no PNE o texto que garante a existência das escolas especiais.

Precisamos influenciar os Deputados da Comissão Especial do PNE no



sentido de que votem a favor do Destaque nº 38.

A Federação das APAEs de Sergipe, em nome de todas as APAEs do Estado - Lagarto, Aracaju, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro e Tobias Barreto -, fazendo coro com todas as APAEs do Brasil, solicita desta Casa que fique expressa no texto da lei a manutenção das escolas especiais.

Sr. Presidente, peço que meu discurso fique registrado nos Anais da Casa e que seja amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação deste Parlamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 82/311

118.2.54.O

Sessão Ordinária - CD 11/05/2012-10:10

Publ.: DCD - 12/05/2012 - 16636 IZALCI-PR -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Confirmação pelo orador da distribuição a pessoas carentes, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, de materiais doados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Encaminhamento à Presidência de documentos a respeito do assunto. Aperfeiçoamento do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, reservei o tema do Plano Nacional de Educação para falar hoje no Grande Expediente. Mas, como o Grande Expediente permite apartes,



e tendo em vista o discurso do nobre Deputado e colega Roberto Policarpo, do PT, ontem, em nome da Liderança, antes de falar do PNE, mais uma vez vou responder ao que foi dito ontem e espero que isso se resolva definitivamente, porque eu não quero mais ficar perdendo tempo com coisas armadas que estão acontecendo.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Policarpo pergunta, o Ministério Público também, qual a relação que existe entre os bens da Receita Federal que foram doados com a Secretaria de Ciência e Tecnologia? Dizem, inclusive de má-fé, que num passe de mágica simplesmente desapareceram.

Sr. Presidente, eu solicitei, já está nos Anais da Casa, mas, se precisar, eu vou pedir a V.Exa. que novamente insira neste discurso. No dia 2 de novembro, Sr. Presidente, eu solicitei, porque, veja bem - V.Exa. já foi Secretário, Ministro, Presidente da República -, quando a gente exerce um cargo de Secretário no Executivo, quando a gente sai, a gente não leva todos os documentos para casa. Num órgão público se presume que toda a documentação do órgão fica no órgão e, quando o ex-Secretário ou outras pessoas quiserem acessar um documento, basta ir à Secretária e solicitar cópia.

Mas eu quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que no dia 2 de novembro do ano passado eu solicitei, e está aqui claramente, olha aqui, Sr. Presidente, o Ofício nº 100, de 2011, do meu gabinete, dia 2 de novembro, recebido pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. Eu solicitei cópia: *"Solicito cópia do termo de recebimento de materiais doados, atestando o recebimento pelo Sr. Tasso de Siqueira Ottoni, de 21 de dezembro de 2009, Presidente da Fundação Gonçalves Ledo, dos materiais doados pela Secretaria à Fundação, constante dos processos tais, tais e tais"*.

Então, eu solicitei cópia em novembro. Sr. Presidente, não recebi nenhuma cópia porque essa cópia é exatamente o comprovante de que foi doado integralmente e foi distribuído. Mas, como eu não consegui, Sr. Presidente, eu solicitei uma declaração, que foi dada, dizendo que recebeu toda a mercadoria e que foi totalmente distribuída.

Então, quando foi solicitado o ofício, que também não acharam na Secretaria, isso foi colocado porque veio da Receita, agora apareceu o ofício em que eu peço o material. No pedido - por isso eu digo que é de má-fé -, está muito claro. O nosso programa, Sr. Presidente, do DF Digital, é um programa de inclusão social através da inclusão digital.

Sr. Presidente, foram mais de 200 mil pessoas - Brasília sabe disso - pessoas carentes, que não têm computador, nunca viram falar em computador, pessoas da Estrutural, do Itapoã. Ora, nós fizemos um esforço imenso para trazer essa população excluída totalmente para a



inclusão digital. Hoje o analfabeto, Sr. Presidente, não é mais quem não sabe ler e escrever, o analfabeto hoje é quem não tem acesso à informação.

Agora, são muitas pessoas carentes. Nós temos que estimular, incentivar as pessoas a participar. Nós assumimos e fomos a Secretaria responsável por viabilizar a educação integral no Distrito Federal. Graças à Secretaria de Ciência e Tecnologia, nós colocamos educação integral nesta cidade nas áreas mais carentes. Foi lá que criamos a Bolsa Universitária. O que a Secretaria de Ciência e Tecnologia tem a ver com Bolsa Universitária, com educação integral? Tudo a ver. O Governo não era como o de hoje, que entrega uma secretaria para cada partido e eles fazem o que querem. Eu tinha responsabilidade de olhar o todo. Não era apenas saber o que é computador. Nós oferecemos a mais de 200 mil pessoas mais de 1 milhão de certificados, pessoas de baixa renda, inclusive garotos da educação integral, que fizeram curso de inclusão digital.

Brasília, hoje, está disparada na frente de todo o País. Brasília antigamente ficava depois de São Paulo. Hoje não, hoje a grande maioria da população de Brasília tem acesso a computador graças ao Programa DF Digital, mas acabaram com o Programa.

Então, a Secretaria de Ciência e Tecnologia não pode simplesmente ficar apenas por conta de colocar inclusão digital, cidade digital. Nós temos de incluir as pessoas socialmente, as pessoas excluídas, os miseráveis. E o DF Digital foi muito importante para a classe carente, pois o GDF não tinha nem espaço para colocar as pessoas. Os locais que conseguimos, Sr. Presidente, foram nas igrejas, nas paróquias, nas igrejas evangélicas, nas associações espíritas, em ONGs, de um modo geral. E foi o maior sucesso desta cidade, porque foi o maior programa de inclusão social do País.

Então, Sr. Presidente, está aqui o documento declarando que os bens foram distribuídos para essas pessoas carentes, e não só para as pessoas carentes do Programa. A Fundação Gonçalves Ledo fez programa em parceria, inclusive em dois Natais, com o *Correio Braziliense*. Outro que também foi uma parceria com uma igreja, juntamente com outras instituições, foi o Natal com Amor, com meninos de rua. Foram mais de 2 mil crianças de rua no Natal de 2009, em que foram distribuídos não só os brinquedos, mas também cestas básicas, em parceria com a sociedade organizada.

Então, fazem essas ilações irresponsáveis no sentido de enganar as pessoas, achando que falando aqui bastava para confundir a população. Fica muito claro. Eles querem desviar o foco. Está aí a CPI convocando o Governador. Está aí CPI da Câmara Legislativa. Cadê o Daniel? Cadê o João Dias? Jogar 200 mil em cima da mesa do Secretário! Cadê a justificativa disso? Então, para desviar esses



assuntos, ficam fazendo esse tipo de colocações.

Eu gostaria que o Deputado estivesse aqui para perguntar o que ele quisesse.

Agora, Sr. Presidente, com relação aos computadores, também está aqui o parecer do Tribunal de Contas e o parecer de hoje da própria Secretaria, dizendo que os bens do Tribunal de Contas foram doados. Estão aqui as instituições. Mas, se eu não tenho acesso, como saber o que eles fizeram com os documentos? Eles sumiram com os documentos! Mas está aqui a própria declaração. Está aqui, olha: "*Considerando que a doação trata de bens inservíveis*". Por que nós buscarmos os computadores usados, Sr. Presidente? O Banco do Brasil e a Caixa Econômica doaram, porque eram bens que estavam lá. Está aqui. O próprio Tribunal no seu parecer diz que eram bens antieconômicos, que não adiantava ficar nem no Tribunal de Contas porque eram antieconômicos.

Então, fez-se a doação. Essa doação era feita depois a diversas instituições, e, conforme o parecer da Secretaria Jurídica, esses bens foram doados e incorporados ao patrimônio das instituições que os receberam. E não foi só do Distrito Federal, não. Qualquer instituição, de qualquer forma, que naquela época quisesse colocar um telecentro, que tivesse um espaço para isso, nós realmente colocávamos. Pegávamos esses computadores usados que estavam ocupando espaço nos depósitos e recuperávamos na Escola Técnica. O que a Secretaria de Ciência e Tecnologia tem a ver com a Escola Técnica? Tudo a ver. A Secretaria de Ciência e Tecnologia assumiu a Escola Técnica. E temos cursos de informática.

Então, esses computadores usados eram todos recuperados e distribuídos no Entorno para as escolas, para quem pedisse. Não havia discriminação nenhuma. E é por isso que Brasília hoje está em primeiro lugar em inclusão digital neste País. Porque todos tiveram acesso ao Programa, inclusive no Entorno.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero encerrar este assunto deixando esses documentos para quem queira saber, seja o Deputado Policarpo, seja a Liderança do PT, que estava presente aqui ontem. Que vão lá e busquem, as informações estão lá.

Agora, o que eu preciso falar hoje, Sr. Presidente, e vou entrar nesse assunto, é sobre o Plano Nacional de Educação. Nós estamos passando aqui o momento mais importante desta Casa. O futuro deste País depende das nossas ações agora, na votação do Plano Nacional de Educação.

Eu disse aqui e quero repetir para V.Exa. e para a população que nos assiste - já que tenho espaço no Grande Expediente e, se precisar,



tenho comunicado parlamentar para complementar, porque eu acabei gastando muito tempo para justificar o que eu já justifiquei algumas vezes - que o Plano Nacional de Educação trata do futuro do País nos próximos 10 anos. São 20 metas, Sr. Presidente, são 170 estratégias que foram encaminhadas para esta Casa. Mas há diversas distorções que nós vamos precisar corrigir nas Comissões e aqui no Plenário, se for possível.

Primeiro, Sr. Presidente, faltam no Plano Nacional de Educação metas intermediárias. Não adianta estabelecermos uma meta de educação para analisar daqui a 10 anos. Eu tenho que dar à sociedade a possibilidade de acompanhar passo a passo, dia a dia, mês a mês, ano a ano.

Pois não, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa., nobre Deputado Izalci, depois do relato de sua atuação na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, reporta-se agora ao Plano Nacional de Educação. Não há dúvida de que é uma matéria de transcendência inquestionável, notável, magnífica para o próprio País. É preciso que nós conjuguemos esforços no sentido de que a execução desse plano se faça, realmente, sem mais tardança. Há uma expectativa nacional em torno do Plano, que agora V.Exa. põe em uma justificada evidência, uma evidência significativa, como forma de, pedagogicamente, conduzir a Casa a um posicionamento firme de se sentir solidária à execução do Plano Nacional de Educação. Portanto, nós temos esse compromisso com a educação brasileira. E devemos realmente cumprir esse compromisso com a exatidão e o perfeccionismo exigidos pelo próprio povo brasileiro. Cumprimentos a V.Exa.

O SR. IZALCI - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu discurso.

Essa questão da meta intermediária é fundamental, Sr. Presidente, porque a sociedade é que precisa acompanhar o Plano. Ontem, estive aqui na Casa uma comissão de especialistas na questão do IDEB que deu uma informação importante. Existe hoje uma pesquisa em relação ao que os pais acham, e a nota atribuída à escola pelos pais foi 8,6. Então, os pais, infelizmente, têm uma noção equivocada da escola pública de hoje. A escola pública está muito pior do que os pais imaginam. No IDEB, nós estamos com o índice de 3,6 de média, mas os pais, talvez por não participarem da vida de seus filhos na escola, acham que está tudo maravilhoso e deram, então, na pesquisa, uma nota de 8,6, até 10! Então os pais precisam tomar conhecimento de que a educação básica no Brasil hoje não dá futuro para ninguém. Nós temos que corrigir isso agora. E as metas intermediárias nós temos que corrigir no relatório. Temos que colocar meta intermediária em todas as metas, para que a sociedade e inclusive esta Casa possam



acompanhar. Esse é um problema sério.

Outro problema seriíssimo que não está estabelecido no Plano Nacional de Educação é quem paga a conta. Não dá para aprovarmos um plano aqui, Sr. Presidente, sem dizer quem vai pagar essa conta. Hoje o Brasil investe, em termos de PIB, praticamente o mesmo de 10 anos atrás, de 2002, praticamente o mesmo, avançou muito pouco. Mas não é só isso. O pior é que, nessa distribuição de responsabilidades, os Municípios já estão quebrados, não estão conseguindo pagar, os Estados não estão conseguindo pagar, porque esses 5,1% são assumidos praticamente pelos Estados e Municípios. Hoje temos quase 2% para os Estados, 2% para os Municípios e menos de 1% para a União. E é a União que arrecada os impostos, as contribuições. Se fossem somente os impostos, tudo bem, porque os impostos são repassados aos Estados e Municípios. Mas, no que se refere a contribuições, não há nenhum repasse, e, então, os Municípios não estão conseguindo cumprir, Sr. Presidente, inclusive comprometendo uma meta importantíssima, que é a remuneração dos professores.

Hoje, 19 Estados não estão cumprindo o piso salarial dos professores! Como nós vamos garantir uma educação de qualidade se não estão pagando nem o piso, que é de 1.451 reais? Como é que nós queremos iludir a sociedade de que esse piso é suficiente para atrair novos jovens, novos professores? Nós não vamos conseguir nunca. Portanto, nós temos que acordar e mostrar para a sociedade brasileira a importância do Plano Nacional de Educação, a importância do investimento.

Outro dado importante, Sr. Presidente, é que nós somos agora a quinta economia, temos o quinto maior PIB do mundo, mas somos o septuagésimo terceiro no IDH e o décimo oitavo em desigualdades. Então, este é o momento, porque, para criarmos condições, diminuirmos as desigualdades, só há uma solução: educação. É através da educação que damos igualdade de condições e de competitividade, é através da educação que damos às pessoas a oportunidade de acesso à universidade de qualidade.

Então, se não investirmos na educação, Sr. Presidente, estaremos comprometendo os nossos jovens. A educação básica pública deste País representa mais de 80%, 84% dos atendimentos dos alunos no País. Temos que melhorar essa escola pública. Mas, para isso, temos que ter financiamento adequado.

Aí, Sr. Presidente, quero dizer que foram dois anos se falando de financiamento, 10% do PIB, o Brasil mobilizado, toda a sociedade civil organizada pressionando nas ruas. A Presidenta Dilma colocou no seu plano de Governo que até 2014 seriam aplicados 7% do PIB. Ora, se até 2014 vão ser aplicados 7%, por que até 2023, quase 9 anos



depois, não se pode chegar a 10%? Dez por cento, para quem não acompanha números, de fato, não são aplicados pelos países desenvolvidos, mas o problema do Brasil é que temos uma dívida imensa com a educação, as escolas estão sucateadas, sem energia elétrica, sem quadras de esporte, ainda são aqueles quadros-negros. Nunca se viu, neste País, tanta doença com os professores. Mais da metade dos professores têm doenças na voz, têm pânico, têm medo dos alunos, porque muitos alunos ameaçam os professores.

Nós estamos realmente numa situação calamitosa. Se o Plenário desta Casa, se a Comissão de Educação, através do Plano Nacional de Educação, não conseguir aprovar o financiamento da educação, nós teremos, nos próximos 10 anos, muita dificuldade para vencer todas essas barreiras. Além do financiamento, Sr. Presidente, temos de ter uma remuneração digna para os professores. Hoje, nós podemos perguntar a qualquer Deputado aqui quem quer ver seu filho ou sua filha dando aula, sendo professor, para ganhar R\$1.450,00. Ninguém! Os filhos dos professores não querem mais ser professor. Então, não se encontra mais pessoas que queiram fazer do magistério uma profissão de fé, que é fundamental, que tinha de ser a primeira do País.

Outra coisa, Sr. Presidente, é a questão da formação inicial e continuada dos profissionais. Não adianta contratar um professor com curso superior, que é maioria em Brasília, praticamente todos têm curso superior, se não der a ele uma educação continuada de formação. Não adianta o professor fazer doutorado numa matéria que não tem nada a ver com a disciplina que ele leciona. Temos que investir é na formação do professor vinculada àquilo que ele vai ensinar. E não podemos deixar de valorizar o professor premiando quem é bom, quem se dedica, o bom profissional, comprometido, diferentemente daquele que não tem compromisso.

Outra questão, Sr. Presidente, é a gestão. Não basta só recurso. O recurso tem de ser bem aplicado, bem fiscalizado. O Brasil tem investido mal. Além de investir pouco, tem investido mal na educação. Há constantes desvios de recursos. Há recursos muitas vezes para infraestrutura, mas, na hora de prestar contas, dizem que são destinados à educação, quando não o são. Então, precisamos melhorar essa questão da aplicação dos recursos. A gestão é fundamental.

Não venham com demagogia de fazer eleição direta para qualquer um ser diretor de escola. O bom diretor de escola é aquele que conhece a gestão. Podemos visitar as escolas em todo o Brasil e vamos identificar que a escola que funciona melhor é a que tem um melhor gestor. Às vezes, temos duas escolas num mesmo bairro onde está a melhor e a pior escola do IDEB. Por quê? Porque nesta última falta gestão.

Então, Sr. Presidente, esse item da gestão é fundamental. E temos a



questão da avaliação. Ontem nós discutimos muito aqui se as escolas colocariam ou não uma placa informando o IDEB de cada uma. Foi um debate interessante, para o qual temos que ter cuidado. Não podemos tapar o sol com a peneira no que diz respeito à educação, que está um caos. E os pais precisam saber disso e cobrar, participar.

Por que eu fiz aqui, na Ciência e Tecnologia, a Bolsa Universitária? Porque os alunos universitários teriam que acompanhar os alunos do ensino básico no reforço escolar. Temos que ter a consciência, principalmente na comunidade mais carente, de que os pais trabalham para sobreviver, e a criança fica no meio da rua, não faz dever de casa. Se fizermos o que fizemos em Brasília com a Bolsa Universitária, e eu sugeri ao Ministro que incorporasse isso numa medida provisória, para que o PROUNI e o FIES pudessem adotar a medida inclusive na universidade pública... Não tem sentido a elite brasileira estudar numa universidade federal de qualidade e não oferecer nenhuma contrapartida para o Estado. Esses alunos deveriam também ajudar-nos a implantar uma educação de qualidade.

Vamos pegar os alunos de História e Geografia e fazer com que eles possam dar reforço escolar nas escolas, principalmente de Português e Matemática. Seis por cento dos alunos que concluem o segundo grau, apenas 6%, de cem, seis conseguem aprender um pouquinho de Matemática e Português. O resto não consegue e sai do segundo grau sem saber Português e Matemática.

Então, Sr. Presidente, a avaliação é fundamental. E a sociedade precisa acompanhar isso. Está aqui no art. 206, item I, da Constituição: *"Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola"*. Por que as universidades públicas são excelentes? Porque recebem o aluno que tem computador, que estudou numa boa escola, que tem um pai, que também tem curso de graduação e acompanha o filho. Por que muitas faculdades particulares têm um rendimento ruim? Porque recebem o aluno que sai do segundo grau sem saber nada.

Então, nós temos que rever isso. Eu sou filho de uma servente de escola pública, filho de um pai vigia, mas tive a oportunidade ainda de estudar numa escola pública de qualidade no Guará, aqui em Brasília. Temos que dar oportunidade a essas crianças que não têm recursos, carentes, para que possam ter as mesmas condições de entrar numa universidade federal. Isso é fundamental, é o principal.

Agora, Sr. Presidente, temos ainda uma discussão muito forte na questão do Plano Nacional de Educação. Os valores atribuídos no relatório são aplicados hoje, principalmente na educação básica. Ora, se a gente considerar para o cálculo projetado para daqui a 10 anos o mesmo valor de hoje, é a mesma coisa que dizer que, daqui a 10 anos, a educação vai estar pior ainda. Então, na questão do financiamento, nós temos que lutar, e vamos aprovar nesta Casa, para que os valores



sejam atribuídos em função do custo aluno/qualidade. Por enquanto, estamos lutando pelo custo de aluno/qualidade inicial. Mesmo assim, Deputado Amauri, o valor ainda é muito baixo. O valor que estamos tentando aprovar no custo de qualidade inicial, para termos uma ideia, no ensino fundamental, dá R\$199,70 por mês. É muito pouco. E veja que isso aqui é que está dando os 10% do PIB, pois o que o Governo está colocando é uma mixaria.

Sr. Presidente, eu pedi que incluísse o meu comunicado parlamentar, porque esse assunto é muito extenso.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) - Estamos no Grande Expediente.

O SR. IZALCI - Então, vou encerrar. Depois eu retorno com os outros 10 minutos para complementar, porque quero entrar agora, Sr. Presidente, na questão meta por meta, qual a quantidade de pessoas beneficiadas e previstas e o valor que isso representa para cada uma das metas.

Após, então, o Deputado Amauri fazer uso do Grande Expediente, eu retornarei em Comunicações Parlamentares.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) - A Mesa agradece a V.Exa. pela compreensão.

Documento 83/311

118.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	11/05/2012-11:40
Publ.: DCD	IZALCI-PR -DF	
12/05/2012 - 16650		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Aprimoramento do parecer oferecido pelo Relator do projeto de lei sobre a



criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero continuar falando sobre o Plano Nacional de Educação, porque no Grande Expediente não foi possível concluir o tema, mas quero mostrar o grande desafio que teremos agora, com a aprovação do plano.

Sr. Presidente, a Meta nº 1 é sobre os 50% de atendimentos em creche para os próximos 10 anos. Isso significa colocar nas creches 3 milhões, 134 mil crianças. No custo qualidade adotado pelas entidades, inclusive pelo Todos pela Educação, que é o CAQ inicial, são 6 mil, 450 reais anualmente, o que dá um total de 20 bilhões e que corresponde a 0,6 do PIB. Esse é um grande desafio.

Não adianta colocarmos ao preço que está na proposta do Relator. A proposta do Relator melhorou em relação à atual, mas ainda é muito pouco. Quem conhece educação, quem conhece o custo da educação sabe que é impossível com isso se dar uma educação de qualidade, um atendimento de qualidade para creche. O custo é muito alto. As crianças da creche custam mais que o aluno do ensino fundamental, do ensino médio. São crianças pequenas e não dá para um professor tomar conta de muitas. São crianças de 1 ano, 6 meses. É creche.

Então, o valor atual está em 187 reais por mês. É impossível atender crianças com esse preço por mês, pois há gastos com alimentação, enfermagem, fraldas, acompanhamento em tempo integral. É impossível. A proposta então não é a ideal. Devemos colocar 537 reais, que é um preço compatível, se é que queremos dar as nossas crianças uma educação de qualidade e um atendimento especial. Se fosse para colocar os meninos em um depósito, tudo bem, com 180 reais seria possível. Mas o que queremos é o melhor para as nossas crianças. Portanto, 537 reais é o preço justo.

Da mesma forma, Sr. Presidente, a Meta nº 1-B, que trata da pré-escola, de alunos de 4 a 5 anos. Nós temos hoje a mesma coisa para a pré-escola, para alunos de 4 a 5 anos, 187 reais, o mesmo da creche para crianças de zero a 3. Não dá. Crianças de 6 meses, de 1 ano, não podem ter apenas um professor. Tem de haver um número muito maior de auxiliares, enfermeiros, para cuidar delas. Então, não pode ser o mesmo preço da pré-escola, que também está muito baixo, 187 reais. A previsão do CAQ, que é o Custo Aluno Qualidade, aumenta então para 587 reais na educação infantil.

Da mesma forma, Sr. Presidente, outro grande desafio é a universalização da pré-escola, para alunos de 4 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação estabelece que temos de universalizar. Após a conclusão do PNE, serão incluídos mais 1 milhão, 361 mil crianças de



4 a 5 anos. E aí o preço proposto é menor, porque, de fato, a pré-escola é muito menor que a creche. Portanto, a proposta mínima é de 210,64 reais por mês, o que representa 3,5 bilhões de adicional no PNE.

A Meta nº 3: universalização do atendimento de 15 a 17 anos. Vamos ter de colocar mais 1,5 milhão de jovens adolescentes nas escolas, que também terá um custo de 3 bilhões e 600 mil, 0,11% do PIB. Portanto, essa meta da pré-escola também é fundamental.

Hoje, o valor colocado no relatório ainda é muito baixo e, atualmente, gasta-se apenas 187 reais, e nós sabemos que, se tomarmos como parâmetros os valores gastos atualmente, chegaremos em 10 anos na mesma situação ou numa situação pior do que aquela em que nos encontramos hoje.

Ensino médio. Outra questão. Temos de atender exatamente isso. Esse atendimento da Meta 3, de 15 a 17 anos, também representará um gasto, um investimento - não podemos falar em gasto - de 3 bilhões e 600 milhões no ensino médio. Portanto, o valor proposto neste caso está em 202,44 reais/mês para atender ensino médio. É muito pouco, mas, pelo menos, é o mínimo com que podemos trabalhar para a aprovação do Plano Nacional de Educação, se é que queremos educação de qualidade para todos.

Meta nº 4: universalização do atendimento às pessoas com deficiência. Temos de incluir as pessoas que têm algum tipo de deficiência. Um milhão, 498 mil pessoas têm de ser incluídas na educação. Isso custará para nós o mesmo preço, Sr. Presidente - estamos colocando o mesmo preço ideal de 210 reais/mês. Sabemos que ainda é um valor pequeno, mas haverá, sim, com certeza, um avanço maior nessa área, 3 bilhões e 600 milhões, o que representa 0,11% do PIB.

Outra meta importante a que não está atribuída valor nenhum, porque estão em outras metas, diz respeito a crianças alfabetizadas até os 8 anos. Nós precisamos alfabetizar todas as crianças dentro da idade. Não podemos aceitar mais crianças sendo alfabetizadas com 12, 13, 14 anos. Então, o objetivo do Plano Nacional é que todas as crianças sejam alfabetizadas no máximo até 8 anos.

Esse desafio da Meta nº 6 é fundamental. Aqui faço questão de dar algumas sugestões, pois talvez seja uma das metas mais importantes: 50% das escolas com tempo integral. Isso é fundamental. Agora, eu já vou adiantar, é impossível colocar educação integral em nossas escolas se não buscarmos outras formas de colaboradores na educação.

Em Brasília, tivemos a experiência das bolsas universitárias. O aluno estuda numa faculdade com financiamento do PROUNI ou do FIES.



Mas temos de exigir dele. Isso é até bom para o aluno, para que ele crie experiência. Nada melhor que estudar, ver a teoria e utilizar isso na prática.

Então, temos de buscar mecanismos - e já estou apresentando projetos nesse sentido - para pegar os universitários das universidades públicas, a fim de que eles possam dar uma contrapartida, dar reforço escolar na educação integral, como fizemos aqui. Temos o PROUNI, com bolsa de 100%, e o FIES. Os alunos poderão pagar o FIES prestando serviço no ensino básico.

O aluno que está concluindo os cursos de Pedagogia, História, Geografia e Matemática pode dar reforço escolar a essas crianças, porque elas nem estão fazendo dever de casa, porque o pai e a mãe não têm tempo de acompanhá-las, trabalham o dia todo. Então, nada melhor do que educação integral. Esse é um grande desafio que teremos, pois são 10 milhões de alunos! Esse é um grande desafio. E olhem que estamos colocando na educação integral, Deputado Amauri, apenas 210 reais/mês, que é um valor que pode melhorar a educação do Brasil.

Quanto à Meta 7, falei há pouco sobre o IDEB.

Quanto à Meta 8, elevação de 25% da escolaridade para os mais pobres. Temos de investir, por isso a educação integral é fundamental, para que as pessoas mais carentes tenham acesso à educação de qualidade.

Meta 9, universalização da alfabetização de adultos. Temos 14 milhões de analfabetos neste País! Isso custa, conforme está colocado, apenas 853 reais. Tudo bem, porque em 6 meses se consegue alfabetizar. Mas essas pessoas, depois de alfabetizadas, precisam continuar estudando. Então, temos de prever no Plano que, pelo menos 30% dos analfabetos que conseguirem se alfabetizar continuem estudando.

Não adianta imaginar que vamos alfabetizar as pessoas adultas e que elas vão parar nesse ponto. Temos de incentivá-las a continuar. Sem falar, Deputado Joaquim, da questão do analfabetismo funcional, que também é muito grande no Brasil. Precisa haver investimento nessa área; as pessoas precisam ser alfabetizadas funcionalmente para o mercado de trabalho. Tem também a educação profissional, que vem a partir da Meta 10.

Não vou concluir as 20 Metas, Deputado Amauri, mas, semana que vem, vamos continuar, porque a votação está prevista. Nas próximas terça e quarta-feira, vamos começar a votação dos destaques. Já coletei 300 assinaturas, Deputado Joaquim, porque, se não conseguirmos aprovar lá, vamos trazer para este plenário, onde a votação será nominal, e vamos saber de fato quem quer educação de



qualidade no País.

Ainda na semana que vem, terça e quarta-feira, vamos começar a votar os destaques. Eu mesmo já apresentei 75 destaques! Com certeza, mais de 250 destaques foram apresentados. Logo, terça e quarta não serão suficientes para concluirmos tudo, mas garanto que, pelo andamento do Plano Nacional na Comissão, até o final de maio deveremos ter concluído os destaques, e o grande desafio serão os 10% do PIB. E creio que, se não conseguirmos aprovar na Comissão, teremos a grande oportunidade de trazermos ao plenário, porque não faremos educação de qualidade se não aprovarmos os 10% do PIB.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 84/311

120.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/05/2012-17:30
Publ.: DCD	IZALCI-PR -DF	
15/05/2012 - 16818		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Relevâncias das metas preconizadas no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na quinta-feira e na sexta-feira passadas, pude falar aqui sobre o Plano Nacional da Educação, inclusive no Grande Expediente. Mas, apesar do tempo de que dispus, não consegui me referir a todas as metas. Quero, então, abordar hoje as metas que faltaram, tendo em vista o fato de que, a partir de amanhã, vamos iniciar o processo de discussão e a votação dos destaques, pois o relatório já foi lido. Provavelmente, vamos votar o relatório e, depois, iniciar a discussão dos destaques.

Fui até a Meta 10.

Na Meta 11, há a previsão, Sr. Presidente, de duplicação das matrículas no ensino profissional. Essa é uma meta importantíssima,



uma vez que trata da educação profissional. Foi lançado no ano passado, e aprovamos nesta Casa o PRONATEC, que é a junção de vários programas na área de educação profissional e que já é um grande avanço. Mas, de qualquer forma, o substitutivo do Relator prevê mais 3,4 milhões de matrículas, sendo 1,7 milhão delas, quer dizer, a metade da matrículas, em escolas públicas, exatamente em razão do investimento já feito e que deverá continuar sendo feito no PRONATEC, com um custo/aluno previsto de R\$3.569,00.

Então, é um tema importante, porque vamos ter de formar professores. Esta, aliás, é outra dificuldade que temos na educação profissional: temos pouquíssimos professores hoje capacitados de fato para lecionar naqueles cursos que o mercado está exigindo. Na área de informática mesmo, há uma falta muito grande de profissionais, mas também faltam professores capacitados para a educação profissional e para alguns cursos de nível superior.

A Meta 12 prevê o aumento da cobertura do ensino superior. Esse é outro grande desafio. A previsão é dobrar o número de alunos do ensino superior. Hoje, temos no Brasil aproximadamente 6 milhões de alunos, dos quais, Deputado Luiz Couto, apenas 1,6 milhão são alunos de universidades públicas. E a tendência agora - pelo menos é o que consta na apresentação do substitutivo - é a de que cheguemos a 12 milhões de alunos, sendo 4,1 milhões em universidades públicas. É uma meta ousada.

O custo/aluno também é razoável. Está previsto para o aluno de curso de graduação presencial o custo de R\$15.500,00 e, para o aluno de curso a distância (EAD), R\$3.100,00. Na composição da educação pública, 70% dos alunos encontram-se no ensino presencial e 30% no EAD, que tem um custo muito menor.

Aqui, de fato, houve um avanço muito grande, e essa meta nos atende perfeitamente. É evidente que isso tem um custo na composição do PIB. Está aqui: 1,35% do PIB apenas para o desafio da Meta 12.

A Meta 13 também é um desafio muito grande: a ampliação do percentual de mestres e doutores. Na situação atual, 63% dos docentes do ensino superior são titulados, sendo 27% doutores. O substitutivo prevê 75% dos docentes com ensino superior titulados, sendo 35% doutores. Então, é um grande investimento que também vai demandar recursos. Estão previstos aqui 348.440 mestres e doutores, com o mesmo custo/aluno do ensino superior: R\$15.500,00.

A Meta 14 prevê igualmente a ampliação do número de mestres e doutores.

A Meta 15 garante que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior.



A Meta 16 prevê que 50% dos professores sejam formados em nível de pós-graduação.

Evidentemente, quando falamos em duplicar o número de alunos, estão incluídos aí os professores que ainda não têm curso superior.

Em alguns Estados, como no caso do Distrito Federal, praticamente 100% dos professores já têm graduação, e grande parte também tem curso de mestrado e doutorado. No PNE a previsão é a de que todos os professores de educação básica do País tenham nível superior e 50%, pós-graduação.

O importante na Meta 16, que versa sobre a questão da pós-graduação, é que deveremos investir na formação específica do professor. Afinal, não adianta o professor de Matemática querer fazer uma pós-graduação relacionada a outros temas que não serão utilizados em sala de aula.

É evidente que temos de trabalhar, incentivar e investir pesadamente na formação específica do professor. Temos de formar o professor de alfabetização para que ele saiba alfabetizar bem. Não adianta valorizar o professor e, inclusive, dar-lhe condições de fazer uma pós-graduação se, por exemplo, para um professor de alfabetização a pós-graduação for em História ou em outra área que não tenha vínculo com a atividade que ele vai exercer. Temos de investir na educação inicial e continuada e na pós-graduação específica dos cursos.

A Meta 17 - e esse é outro grande desafio - prevê a elevação do salário dos professores da educação básica. O desafio do plano com relação a isso deve-se ao fato de que o salário dos professores da educação básica é hoje 60% menor do que o salário dos demais profissionais com a mesma formação. Hoje, no mercado de trabalho, comparados com outros profissionais de nível superior do mercado, os professores recebem salário 60% abaixo da média. Então, o nosso desafio, de fato, é fazer a equiparação de salários.

No substitutivo está previsto um salário médio de R\$2.795,00 - não esquecendo que o piso hoje é de R\$1.451,00. Portanto, de acordo com o substitutivo, mais do que se dobra o atual piso, o salário mínimo do profissional de nível superior. Nesse caso, chega quase a 1% do PIB o investimento (0,95% do PIB) para atingir essa meta de elevação do salário dos professores.

A Meta 18 trata da implantação do plano de carreira, algo também fundamental.

Temos de trabalhar para que todos os Estados e Municípios implementem o plano de carreira dos professores, evidentemente, valorizando-os. Depois, na feitura da lei, virá uma discussão mais



profunda a respeito, para que possamos, de fato, valorizar o professor dedicado, o professor comprometido, e fazer com que ele ganhe mais do que aquele professor que não é tão comprometido. Temos de buscar um mecanismo para, no plano de cargos e carreiras, valorizar realmente o desempenho, o resultado do professor.

A democratização da gestão das escolas está prevista na Meta 19. Evidentemente, essa é uma discussão que tem de ser feita. Não podemos deixar que as escolas sejam administradas por pessoas que não tenham formação na área de gestão - isso é uma questão profissional -, tendo em vista que, pelas estatísticas que fizemos, qualquer escola de qualidade que se visite hoje com certeza tem como diretor um bom gestor. Em nenhuma escola de qualidade se encontra um diretor que não seja especialista ou, pelo menos, alguém que conheça mesmo gestão.

Então, para a democratização da gestão, é fundamental que haja pré-requisitos. E um desses pré-requisitos é a formação em gestão. Com certeza, quanto mais capacidade profissional de gestão o diretor tem, melhor é o resultado da escola.

A Meta 20 - e essa é a grande discussão do Plano - é referente aos recursos, os 10% do PIB. Os estudos que fizemos sobre os custos para atingirmos as metas propostas no PNE indicam que será necessário um acréscimo de 5,74% do PIB. Portanto, com os 5% que já são investidos hoje, precisaremos de 10,74% do PIB para alcançarmos, de fato, as metas estabelecidas no PNE.

A última meta - além da 20, há a 21 - dispõe sobre um padrão mínimo de qualidade no Norte e Nordeste. Isso porque as escolas do Norte e Nordeste têm uma defasagem muito grande em relação às do Sudeste e do Sul. Se pegarmos a Prova Brasil e as avaliações do ENEM, vamos ver que o resultado das escolas do Norte e Nordeste estão bem aquém do resultado obtidos pelos alunos do Sul e Sudeste. Para recuperar esses alunos, o investimento tem de ser maior no Norte e Nordeste.

Por isso, está previsto na Meta 21 um investimento para recuperar 16 milhões de alunos do Norte e Nordeste, o que corresponde a R\$7 bilhões, ou seja, 0,23% do PIB, a fim de darmos oportunidade de acompanhamento a esses alunos. Quando olhamos os resultados do ENEM, da Prova Brasil e do IDEB, repito, percebemos claramente que as Regiões Norte e Nordeste ficam muito aquém dos resultados do Sul e do Sudeste. Então, nada mais justo do que investir um pouco mais para recuperar e igualar as oportunidades em todo o País.

Esta, Sras. e Srs. Deputados, é a grande responsabilidade que esta Casa tem a partir de amanhã: votar esse plano, e eu espero que consigamos ainda, no primeiro semestre, assegurar os 10% do PIB.



Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Filho) - Parabéns ao Deputado Izalci, ilustre representante do Distrito Federal, por suas palavras. Eu que sou um companheiro seu nessa luta em defesa dos 10% do PIB para a educação tive a oportunidade e a honra de ser autor da PEC que tem como tema central e foco esse assunto. Sou um defensor, junto com S.Exa., da vinda do debate sobre os 10% para o plenário, para trabalharmos na proposta e mostrarmos ao Brasil que a Câmara dos Deputados é a favor dos 10% do PIB para a educação.

Documento 85/311

126.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	16/05/2012-18:32
Publ.: DCD - 17/05/2012 - 17427	ALFREDO KAEFER-PSDB -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de redução da carga tributária vigente no País. Apresentação pela Presidenta Dilma Rousseff de propostas relativas ao tema, por ocasião da abertura da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Improdutividade das sucessivas marchas realizadas pelos gestores municipais. Tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 511, de 2010, de autoria do orador, sobre o estabelecimento do limite máximo da carga tributária nacional. Reexame da política cambial brasileira. Apelo à Casa de aprovação da Meta 4 referente à educação especial, constante na proposta de criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido discurso em que teço comentários sobre a Marcha dos Prefeitos e a análise que a nossa Presidente fez quando disse que a culpa da economia se atribui ao câmbio e aos juros. Trata-se de questões que cobramos muitas vezes no decorrer dos últimos anos, e nada aconteceu.

Eu também gostaria de dizer que o Governo tem de fazer uma lição de casa muito importante: reduzir a carga tributária. Não é preciso uma reforma tributária para baixar os impostos e acabar com a burocracia e o cipoal tributário.



Por fim, eu gostaria de justificar que, na última votação, o Deputado Alfredo Kaefer votou conforme orientação do partido. No momento, eu estava reunido com os Prefeitos do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão tributária está novamente no centro de debate nacional, depois que a Presidente da República Dilma Rousseff apresentou ontem novas propostas para a área, durante a abertura, ontem, da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Aliás, não comentarei aqui a vaia recebida pela Presidente Dilma Rousseff por parte de Prefeitos participantes do evento promovido pela Confederação Nacional dos Municípios, mas essas sucessivas Marchas a Brasília promovidas pela entidade são ineficientes e inconsequentes. Até agora, o único ganho político e financeiro deles nos últimos anos foi o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios.

Os gastos públicos para os Prefeitos participarem do evento somam cerca de R\$1,95 milhão só com as inscrições, já que cada um dos 3 mil Prefeitos gastou R\$650,00. Além disso, os gastos para os Municípios com participações dos seus Prefeitos no evento são acrescidos pelos demais com diárias, passagens de avião, hotéis, etc.

Voltemos, porém, à questão tributária, que é importante e tem relação com os fundamentos da economia brasileira necessários para assegurar a competitividade dos produtos e serviços nacionais frente aos países competidores nos mercados interno e externo.

Esses fundamentos exigem que, além da questão tributária, sejam também bem equacionados os problemas existentes nas áreas de juros e cambial, sem falar da infraestrutura necessária - transportes, etc. - às pessoas físicas e jurídicas.

Por isso, é preciso que as medidas propostas pela Presidente Dilma Rousseff, destacando-se entre elas a redução de impostos sobre a energia elétrica, etc., sejam realmente implantadas e ampliadas.

Se o Governo petista realmente quiser, pode tomar várias iniciativas importantes na área tributária, sem depender de uma reforma ampla para resolver os problemas do excesso da carga tributária e da inadequada incidência de tributos sobre produtos e serviços básicos.



A contradição é que, desde o Governo Lula, quando era chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff não tomou nenhuma iniciativa no sentido de reduzir a carga tributária, que, na verdade, vem crescendo anualmente. Aliás, existem várias proposições do Executivo em tramitação no Legislativo que aumentam ainda mais a carga tributária, hoje em torno de 37%.

A recente desoneração tributária promovida pelo Governo, dentro do Plano Brasil Maior, na tentativa de recuperar o setor industrial, corresponde a apenas 0,1% do Produto Interno Bruto - PIB.

Caso agora a Presidente queira transformar seu discurso em prática, poderá, por exemplo, não apenas reduzir os impostos sobre a energia elétrica e outros serviços e insumos básicos, como, também, sobre produtos essenciais à população, como alimentos e medicamentos, sobretudo para as classes baixa e média.

O Governo não pode ficar só no discurso. Precisa reduzir o cipoal de impostos e a carga tributária.

Somos, por exemplo, autor da Proposta de Emenda Constitucional nº 511, aprovada pelo seu Relator e que depende de votação favorável na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara para ter seu mérito analisado por Comissão Especial.

A proposição visa reduzir a atual carga tributária - cerca de 37% - do PIB para 25% ao longo de 10 anos, e, paralelamente, melhorar a distribuição da arrecadação tributária entre a União - hoje detentora de dois terços dos recursos -, os Estados e os Municípios.

Porém, até agora, os Parlamentares da CCJ vêm criando dificuldades para a votação da PEC 511. Eles sabem que, caso ela seja aprovada na CCJ e depois na Comissão Especial que analisará seu mérito, o Governo petista terá de reduzir seus gastos correntes e melhorar seus investimentos, de forma a se adequar ao possível novo quadro de redução gradual da carga tributária.

Não basta, portanto, a Presidente Dilma Rousseff propor medidas para reduzir a incidência de impostos em alguns setores. Há necessidade de tratar a questão tributária de forma mais ampla e, sobretudo, reduzir os gastos correntes e tornar os investimentos mais eficientes, abrindo, assim, espaço para a diminuição da carga tributária do Brasil incidente sobre o seu PIB.

Paralelamente, deve-se adotar uma política cambial capaz de garantir mais segurança aos negócios. Não dá para se oscilar entre dólar baixo e dólar alto, em tão pouco tempo, porque isso afeta as exportações e as importações. Nesse caso, há, inclusive, o risco do encarecimento de insumos e produtos capazes de impactar negativamente os índices de



preços e desconstruir o maior legado do Plano Real: a estabilidade da inflação.

Precisamos, portanto, desenvolver o Brasil, sem, contudo, comprometer a estabilidade dos preços de produtos e serviços, porque, do contrário, a imagem do País será novamente prejudicada e comprometerá negócios importantes para o seu povo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de solicitar o apoio especial dos nobres colegas para a Meta 4 do Plano Nacional de Educação, que dispõe sobre a Educação Especial. Enfatizo o Destaque nº 38, que garante a existência das escolas especiais.

Todos entendemos que o processo de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares é um avanço e faz parte da luta dos movimentos sociais de defesa de direitos dessas pessoas há décadas, mas isso não pode excluir a possibilidade de as pessoas com deficiência escolherem qual modelo de ensino preferem para suas vidas.

Defendemos as APAES, que são parceiras do Governo na inclusão das pessoas com deficiência Intelectual e têm encaminhado muitos de seus alunos para a rede regular de ensino, quando esses entendem ter a capacidade e a vontade de fazer seu percurso escolar em uma escola regular. Porém, para os alunos que devido aos grandes comprometimentos intelectuais e múltiplos não se adaptam ao modelo de ensino meritocrata e competitivo das escolas regulares, as escolas especializadas em suas deficiências prestam um atendimento integral e integrado, com o objetivo de garantir a aprendizagem dessas pessoas dentro das limitações de cada um.

Se as escolas especiais deixarem de existir, todo um contingente de pessoas com deficiência deixará de contar com um sistema de ensino inclusivo, que lhes atenda em suas especificidades, assegurando sua aprendizagem por meio de apoios intensos e contínuos em todas as etapas de seu desenvolvimento. Isso já é um fato nos Estados, onde as escolas especiais deixaram de atuar.

Nas audiências públicas que a Comissão Especial do PNE promoveu, as pessoas com deficiência e suas famílias solicitaram que as escolas especiais não fossem extintas, pois seus filhos não teriam mais espaços adequados para aprender.

A escola regular só tem compromisso com os alunos dos 4 aos 17 anos, mas as escolas especiais cuidam das pessoas com deficiência também com programas para inserção no mercado de trabalho, além de outros aprendizados para fase do envelhecimento que para eles



chega muito mais rápido.

Não podemos trocar uma história de décadas de sucesso no atendimento às pessoas com deficiência por atendimentos limitados e somente nas escolas regulares.

Na pesquisa *Marcas de Confiança*, do IBOPE, e na revista *Seleções*, em que se abrange o 3º Setor, a APAE, em 2010 e 2011, recebeu 88% votos como uma instituição confiável. Nenhuma instituição pública ou privada no Brasil é mais reconhecida que a APAE no Brasil, com exceção dos Bombeiros.

Pela importância que a APAE representa na educação especial é que pedimos o apoio de todos.

Muito obrigado.

Documento 86/311

138.254.O	Sessão Ordinária - CD	24/05/2012-17:21
Publ.: DCD	IZALCI-PR -DF	
25/05/2012 - 18873		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Greve dos docentes das universidades federais. Anúncio de votação, pela respectiva Comissão Especial, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Conclamação à sociedade brasileira, a professores, pais e alunos, para comparecimento à Casa por ocasião das votações da matéria. Persistência na defesa de destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este deve ser o último pronunciamento antes da votação dos destaques do Plano Nacional de Educação. Acredito que na terça-feira próxima deve acontecer a votação, de fato. Nesta semana, infelizmente, o Governo não colocou na pauta a votação do plano porque havia um sentimento de derrota no sentido de que nós aprovaríamos a proposta de investimento de 10% do PIB no setor.



Quero reforçar, Sr. Presidente, as manchetes dos jornais de hoje. Uma delas é a seguinte: *"Professores de 44 universidades federais estão de braços cruzados."* Se não levamos a sério a aprovação do Plano Nacional de Educação, votando pelos 10% do PIB, vamos continuar lendo, por 10 anos, essas manchetes nos jornais. Ou seja, sobre constantes greves. E não é só nas universidades. Hoje, Sr. Presidente, a maioria dos Estados não cumpre integralmente a Lei do Piso. O piso salarial nacional, Sr. Presidente, é de R\$1.451,00. Vários Prefeitos e Governadores veem aqui pedir que alteremos o índice de reajuste do piso salarial nacional porque os Municípios e os Estados brasileiros não conseguem pagar aquilo que já foi definido.

Por isso, é fundamental não só a aprovação dos 10%, mas também da definição de quem será a responsabilidade, o ônus de pagar pelo acréscimo no investimento em educação. E estamos trabalhando diuturnamente para aprovar duas emendas. Primeiro, os 10%. Nós queremos aprovar os 10% de forma gradativa, exatamente para não dar margem para que a Presidenta da República vete a proposta. Vamos apoiar integralmente a emenda que prevê a aplicação de 1% do PIB a cada 2 anos, durante o Plano Nacional de Educação.

A outra emenda, que passa para a União a responsabilidade pelo cumprimento do investimento adicional, é de minha autoria. Por que nós fizemos isso, passando a responsabilidade para a União? Por uma questão óbvia: é a União que arrecada quase tudo neste País. Depois que criaram o artifício das contribuições, a arrecadação das contribuições, que não é dividida com Estados e Municípios, cresce a cada ano, superando em muito a dos impostos. A arrecadação de todos os impostos é repartida com Estados e Municípios; a das contribuições, são. Hoje, a União é responsável por mais de 60% da arrecadação dos tributos neste País e não quer compartilhar com Estados e Municípios. Por isso, a responsabilidade do pagamento a que me referi tem de ser da União.

Sei que os Deputados da base estão sendo enquadrados. Várias reuniões já foram feitas, e estão enquadrando os Deputados. Eu sei que no dia da votação vai haver Deputado com dor de barriga, que vai pedir para sair. E vão substituir alguns. Mas eu já estou preparado: na terça-feira e na quarta-feira vou mostrar os discursos que foram feitos neste plenário há 10 anos, quando votaram o outro PNE. Muitas pessoas que hoje estão sendo enquadradas já defenderam, há 10 anos, a aplicação dos 10% do PIB.

Estive agora em São Bernardo, São Paulo, para uma reunião com diretores de escolas municipais - participaram quase 3 mil diretores -, e disse a eles que, se tiverem a capacidade de se mobilizar para vir ao Congresso Nacional na semana que vem, da mesma forma como fizeram em São Paulo para esse seminário, haveremos de aprovar, sim, essas duas emendas, a dos 10% do PIB e a que transfere a



responsabilidade de arcar com o investimento adicional para a União.

Isso para evitar o que está acontecendo todos os dias. Está aqui: *"Greve nas universidades federais"*.

Os professores do Distrito Federal recebem os maiores salários da categoria, mas o magistério está em 23º lugar no *ranking* das profissões do Distrito Federal.

Isso para evitar o que aconteceu em Brasília neste ano: 47 dias de greve. Temos que corrigir na raiz. Não adianta passar 10 anos tentando tapar o Sol com a peneira. Temos que resolver agora, na votação do plano, e colocar recursos. Não adianta ficar fazendo discursos aqui o tempo todo. É unanimidade: qualquer Deputado desta Casa, quando fala em educação, diz que é prioridade. Agora, na hora de votar a proposta de investimento relativa ao PIB, quero ver os jornais estamparem manchetes assim: *"Deputados que votam a favor dos 10% e Deputados que não votaram"*. De uma vez por todas vamos acabar com essa hipocrisia, com essa demagogia de que educação é prioridade.

Antes de ontem, novamente pedi ao Ministro da Fazenda que viesse a esta Casa. Não é simplesmente para vir aqui justificar o que dá e o que não dá. É uma questão simbólica. O Ministro da Fazenda está nesta Casa e no Senado Federal toda hora. Por que, na hora de discutir educação, ele não pode vir? Fizemos convite, fizemos convocação, e não veio. Fomos ao Ministério. Foi uma decepção. Ficou muito claro que o Ministro da Fazenda desconhecia completamente o Plano Nacional de Educação. Então, a presença do Ministro nesta Casa é simbólica: para dizer a todo mundo que educação é prioridade, que a educação está na pauta prioritária do Governo. Mas, infelizmente, não tivemos esse privilégio de ter aqui o Ministro da Fazenda, para discutir a educação. Espero que, na semana que vem - e ele disse agora no Senado que ia dar uma olhada na agenda -, ele venha até aqui para dizer isto: *"Educação é prioridade, sim"*. Mas não pode ficar apenas no discurso. É o que percebemos claramente.

Quero fazer daqui um apelo, principalmente à população do Distrito Federal - pais, professores, alunos -, para que, na terça-feira, às 10 horas, venha à Comissão Especial que discute o Plano Nacional de Educação, no Anexo II, sala 10, porque vamos começar a votar os destaques do Plano Nacional de Educação. Se todos vierem a esta Casa e pressionarem os Deputados, tenho certeza absoluta de que o País sairá vitorioso. A aprovação dos 10% não é uma vitória dos Deputados. É uma vitória do País.

É uma vergonha o que está acontecendo com a educação neste País, com a educação básica e de 2º Grau. Apenas 6% dos alunos que terminam o 2º Grau conseguem aprender o mínimo de Matemática e



Português. Agora, quem tem computador em casa, quem tem dinheiro, esse vai para a universidade federal. E, mesmo assim, na universidade federal, vemos isto: greve. Quarenta e quatro universidades estão em greve. Muitas vezes, os alunos das universidades federais levam anos e anos para concluir o curso de graduação. E quem paga a conta somos nós contribuintes.

Hoje pela manhã fizemos aqui uma homenagem ao contribuinte, que não tem retorno nenhum: paga praticamente 40% da carga tributária. Trabalha de janeiro a maio só para pagar imposto e não consegue obter o retorno em educação e saúde de qualidade. Ele tem que pagar outra escola, tem que fazer um plano de saúde, não tem transporte.

Na hora de discutir o Plano Nacional de Educação, os 10% do PIB, a base é enquadrada. Então, espero que todos os Deputados, principalmente aqueles que fizeram discursos nesta Casa há 10 anos, revejam sua opinião e apoiem os 10%, transferindo a responsabilidade pelo pagamento para a União.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 87/311

139.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	25/05/2012-10:18
Publ.: DCD	IZALCI-PR -DF	
26/05/2012 - 19005		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Solicitação a professores, pais e alunos de comparecimento à Casa para acompanhamento das votações do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Persistência na destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Discursos proferidos por Deputados em legislaturas anteriores em defesa da destinação de 10% do PIB à educação.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides, Sras. e Srs. Parlamentares, quero, em



primeiro lugar e mais uma vez, ressaltar a importância dos profissionais da Taquigrafia.

Ontem, solicitei à Diretora Cássia, que, de pronto, iniciou o processo de pesquisa nos Anais desta Casa, discursos aqui proferidos por vários Parlamentares. Solicitei alguns discursos à Taquigrafia, Sr. Presidente, tendo em vista que na terça-feira iniciaremos o processo de votação dos destaques do novo Plano Nacional de Educação, a meu ver, o projeto mais importante em tramitação nesta Casa.

Eu quero aproveitar para, mais uma vez, convidar todos os pais, professores e alunos que nos assistem pela *TV Câmara* e nos ouvem pela *Rádio Câmara* a comparecerem na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, no Anexo II, sala 10, para o início da votação dos destaques do PNE.

Mas quero citar trechos de alguns discursos que recebi da Taquigrafia para, no momento oportuno, na votação, lembrar aqueles Deputados que, talvez pelo tempo, tenham esquecido o que disseram.

Qual é a grande discussão, hoje, sobre o novo Plano Nacional de Educação? Qual é o impasse que existe hoje entre um grupo e a base do Governo? Exatamente o financiamento.

Nós defendemos e vamos conseguir, com o apoio da população, da sociedade civil organizada, a aprovação de 10% do PIB para a educação. E queremos um PIB gradativo. Ninguém quer 10% de imediato, mas que, nos próximos 10 anos, a cada 2 anos, aplique-se 1% do crescimento do PIB, com responsabilidade de aplicação a cargo da União, ente que arrecada o maior número de impostos e contribuições.

Quero lembrar aqui alguns discursos de Deputados que hoje estão contra ou que não querem aprovar os 10%.

Vamos ver um discurso feito na quinta-feira, dia 15 de junho de 2000, ou seja, há 12 anos.

Diz o nobre Deputado Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais, especialista em orçamento, Parlamentar altamente competente e, atualmente, um dos Vice-Líderes do Governo, sobre o Plano Nacional de Educação:

"(...) O Deputado Nelson Marchezan apresenta uma proposta de acréscimo, chegando a 7%. Entendemos que é necessário, no mínimo, 10% nos próximos dez anos, para que possamos, de fato, enfrentar os problemas graves por que passa a educação no Brasil." (...)

Ora, este pronunciamento, Deputado Mauro Benevides, foi feito em



junho de 2000. Naquela oportunidade, o Deputado Gilmar Machado - que era do PT de Minas Gerais, que continua ainda nesta Casa - já defendia, há 12 anos, os 10%.

Então, não foram aprovados - muito pelo contrário - e nem os 7% propostos foram aplicados. Doze anos depois, está se aplicando 5,1% este ano. Até o ano passado, eram aplicados 4,9%. Mas desses 5,1%, Sr. Presidente, agora chegou a 1% a parte da União. Então, a União não aplica nem 1% do PIB na educação. Quero lembrar aos Deputados essa questão.

Vou citar também aqui o nobre Deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, hoje Senador.

Outubro de 1999, quinta-feira, dia 7. Dizia o atual Senador Paulo Paim - naquela época Deputado desta Casa -, em 1999:

"(...) É necessário, como vimos defendendo, que o Estado garanta as condições para o desenvolvimento do ser humano - com a chegada do próximo milênio, mister se faz que aperfeiçoemos a relação entre aluno, escola e comunidade - na troca de experiências que levem ao efetivo exercício do ser pleno e de sua cidadania. Para isso, temos que garantir que pelo menos 10% do PIB seja aplicado efetivamente na educação." (...)

Isso foi em 1999. Senador Paulo Paim que, na época, era Deputado do PT do Rio Grande do Sul.

Então, Sr. Presidente, já que ainda tenho um tempinho, cito o que disse o Deputado Pedro Wilson, do PT de Goiás e ex-Prefeito de Goiânia:

"(...) Não podemos perder a oportunidade, Sr. Presidente, de aprovar um plano nacional" - de educação -, "não do Governo, mas da sociedade, e mostrar que o Brasil quer efetivamente investir na educação universal, capaz de qualificar a juventude brasileira, que torne a Nação soberana e desenvolvida (...) Nenhum país do mundo se desenvolveu sem investimentos maciços em educação.

Por isso, fazemos esta proposta: 10% do PIB para a educação." (...)

Isso em junho de 2000, quinta-feira, dia 15, portanto, há 12 anos.

Outro Deputado, Professor Luizinho, também da educação. Diz o Professor Luizinho, Deputado do PT de São Paulo:

"(...) Dever-se-ia fazer um esforço organizado da sociedade, dos Estados, dos Municípios e da União, para que fossem aplicados 10% do Produto Interno Bruto brasileiro. Com esse índice, com esse percentual, poderíamos começar a dar conta de suprir o déficit



educacional. Com qualquer outro percentual que não este, vamos cuidar apenas da questão atual e não vamos reduzir, em nenhum momento, o déficit educacional brasileiro." (...)

A nossa querida Cássia, Diretora da Taquigrafia, apresentou vários documentos. Não deu tempo de ler tudo, Deputado, mas vou aproveitar o final de semana e verificar todos esses discursos feitos há 12 anos, cobrando os 10% do PIB, para, na terça-feira, lembrar os Srs. Deputados que se passaram 12 anos e não podem mudar de opinião em 12 anos. Tinha que ser o contrário: deviam pedir mais. E vem o Governo e enquadra: "Tem de ser 7,5%; no máximo, 8%".

Na terça-feira, vamos fazer um exercício para todos os Deputados, principalmente os da base, refrescarem um pouco a memória e lembrarem o que foi dito, para não ser confirmado o que eu tenho dito sempre aqui: educação é discurso neste País.

Nós vamos ver na terça-feira. Se não conseguirmos aprovar, traremos o assunto ao plenário - já tenho trezentas assinaturas -, para que o Brasil inteiro saiba quem encara a educação como discurso e quem de fato tem compromisso com a educação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Mesa cumprimenta o nobre Deputado Izalci na abordagem que faz de um tema que é de palpitante atualidade: o Plano Nacional de Educação naquelas propostas que devem merecer atenção especial deste Plenário, sobretudo no que tange àquilo que praticamente se transformou numa manifestação consensual, que são exatamente os 10% do PIB destinados à educação em nosso País.

Portanto, eu, na condição de suplente daquela Comissão, já me manifestei inteiramente favorável a esse mesmo ponto que o nobre Deputado Izalci acaba de defender na tribuna da Câmara dos Deputados.



19855

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO
EXPEDIENTEPEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Paralisação de professores do ensino superior no País. Congratulação ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Deputado Newton Lima, pelo empenho na abertura de negociações entre o Governo Federal e o movimento grevista. Previsão de reajuste salarial da categoria na Lei Orçamentária Anual - LOA. Aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a criação de novos cargos de professor nas instituições federais de ensino. Expectativa de instalação de campus avançado da Universidade Federal de Uberlândia no Município de Araguari, Estado de Minas Gerais. Expansão da rede de escolas técnicas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. Realização de investimentos governamentais na área de educação. Defesa de votação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me manifestar mais uma vez sobre a paralisação dos trabalhadores da educação do nível superior e dizer que nós estamos empenhados na solução do problema. Quero saudar o companheiro Newton Lima, Presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, pelo empenho nas negociações.

Nós estamos participando ativamente das negociações. O Ministro Aloizio Mercadante, uma vez que na próxima semana haverá feriado, já marcou encontro antes com os trabalhadores, com a coordenação e com um grupo de Parlamentares da Comissão de Educação e Cultura para podermos intermediar as negociações, já que, em razão de medida provisória editada pelo Governo, os contracheques que estão chegando já vêm com o pagamento retroativo a março, conforme compromisso assumido pelo Governo.

Então, o Governo está cumprido o que foi assinado na mesa de negociação em relação ao reajuste. Falta agora a carreira. Esse debate está sendo feito, bem como sobre o que vai ocorrer com os salários a partir de janeiro de 2013.

Isso precisa constar na LOA - Lei Orçamentária Anual, que nos será enviada pelo Governo no dia 31 de agosto - muita gente tem questionado, Sr. Presidente, se realmente há necessidade de algum item na LDO.

A LDO já prevê isso. As negociações só podem ser incluídas na LOA, e não na LDO. Quero deixar claro como tudo está sendo feito, como se



processam as negociações e onde devem constar realmente as propostas assumidas nas negociações entre o comando de greve e o Governo. O Governo está aberto a negociações e nós as estamos acompanhando de perto. Os avanços foram muitos.

Ontem, Sr. Presidente, o Senado votou o projeto, que nós já tínhamos votado, que cria novos cargos de professores para atender ao REUNI, que resultará na expansão das universidades.

A Universidade Federal de Uberlândia deverá ganhar mais professores para podermos abrir mais um *campus* avançado na cidade de Araguari, que realmente merece. São necessários recursos para o REUNI contratar professores e técnicos para que sejam criados novos cursos e novos *campi*.

O PRONATEC também necessita de recursos para expandir as escolas técnicas, criar novos espaços e novas escolas, como se dará na cidade de Campina Verde, como ocorreu em Patrocínio e em outras cidades que também têm o direito de receber escolas técnicas de nível superior.

O Governo está cumprindo o que assumiu com os trabalhadores da educação, principalmente de nível superior. Essa é uma luta antiga do Partido dos Trabalhadores. Nós temos acompanhado esse processo.

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, cujo ex-Ministro da Educação era Paulo Renato, que já não está mais conosco e, portanto, não pode se defender, havia uma lei que não permitia a abertura de nenhuma escola técnica de nível superior. Durante 8 anos, o Brasil não abriu nenhuma escola de nível superior. Somente no Governo do Presidente Lula, mais de 100 escolas foram abertas. Até 2014 teremos mais 150 novas escolas. É consequência de um projeto arrojado, o PRONATEC, cuja criação foi aprovada por esta Casa. Ontem, como já disse, o Senado concluiu a votação do projeto que cria novos cargos de professores. O projeto aguarda sanção da Presidenta Dilma.

A nossa concepção, a nossa visão é de que precisamos continuar investindo fortemente em educação. É exatamente o que queremos fazer na votação do relatório do Deputado Angelo Vanhoni com relação ao Plano Nacional de Educação, que vai projetar nossa educação para os próximos 10 anos, demonstrando a visão de que o Brasil continuará investindo forte em educação. Tivemos governos que só cuidaram do ensino fundamental, dos 7 aos 14 anos. Agora, não. A visão abrange desde a creche, a educação infantil, a criança a partir dos 6 meses de idade. A Constituição diz que a partir dessa idade a criança deixa de ser responsabilidade apenas da família e passa a ser também do Estado, até o nível superior, passando pelos ensinos médio, técnico e tecnológico.



Então, queremos reafirmar que estamos comprometidos com esse tema. E está confirmado para, nos dias 12 e 13, votarmos o novo Plano Nacional de Educação para termos uma educação cada vez mais forte no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe) - Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Documento 89/311

150.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	31/05/2012- 17:48
Publ.: DCD - 01/06/2012 - 19891	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Manifestações de boas-vindas ao Deputado Ricardo Archer. Avanços na votação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Lançamento da Frente Parlamentar do Entorno do Distrito Federal. Expectativas quanto à execução do PAC do Entorno. Defesa da criação de fundo especial para recuperação da infraestrutura e da segurança do Entorno. Protesto contra a extinção pelo Governo do Distrito Federal do programa de incentivo aos produtores de leite.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu quero dar boas-vindas ao nosso colega Ricardo Archer, sobrinho do nosso ex-Deputado e Ministro Renato Archer, que foi um grande homem para este País.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para dizer às pessoas que convidei para a votação do Plano Nacional de Educação que iniciamos o processo de votação do Plano na terça-feira e pretendemos nos dias 12 e 13 concluir a votação dos destaques. Avançamos bem, mas falta ainda um pequeno detalhe, que talvez seja



o mais importante, que é a questão da discussão dos recursos.

O Governo tem avançado. Estamos trabalhando numa proposta de consenso, no sentido de ampliar os 8% que estão no relatório do Deputado Vanhoni. Seriam 7,5% diretamente e 8% considerando-se o PROUNI. E, tendo em vista que nós colocamos também como meta do Plano que 50% dos *royalties* do petróleo e da mineração, da parcela destinada à União, fossem destinados à educação, nós estamos tentando construir um acordo para chegarmos então aos 10% do PIB, o que é fundamental para nós possamos avançar na educação.

A presença na terça-feira, aqui, de várias associações, de vários seguimentos da sociedade civil organizada, foi fundamental. Tivemos aqui, na terça-feira, a presença também das APAEs, e na questão da Meta 4, que trata do ensino especial, nós avançamos bem; o Relator teve a sensibilidade de acatar as emendas com relação a essa questão da educação especial. E agora são estes dois pontos que estão em negociação: primeiro, a questão dos 10% do PIB; e a outra questão é a da responsabilização, quem é que vai pagar a conta. O Deputado Roberto de Lucena sabe que nós aprovamos algumas medidas sem isso, e nós não podemos cometer o mesmo erro no Plano Nacional, ou seja, definir o percentual, os valores, sem dizer quem paga a conta. Os Municípios e os Estados já demonstraram que são incapazes, neste momento, de assumir qualquer outra responsabilidade, tendo em vista que têm os encargos, mas a maioria dos tributos são arrecadados pela União. Então, nós temos de definir no Plano Nacional de Educação a responsabilidade da União, que deverá ter, a meu ver, a maior parte dessa responsabilidade, ou talvez até toda ela.

Eu inclusive apresentei uma emenda para passar todo esse aumento do percentual do PIB para a União, tendo em vista que nos últimos anos a União, com o artifício de criar mecanismos para não repartir com os Estados e Municípios, vem adotando a política de aumentar as contribuições, e não os impostos. Para quem não sabe, a União só distribui para Estados e Municípios o que arrecada de impostos; PIS e COFINS, as contribuições sociais de modo geral ficam totalmente com a União. Por isso é que hoje as contribuições superam os impostos, exatamente porque não se distribuem com os Municípios e para os Estados. Portanto, a nossa emenda é no sentido de passar essa responsabilidade do complemento para a União.

Então, quero ainda reforçar o convite para que a sociedade civil organizada não se desmobilize, e na terça, dia 12, e na quarta, dia 13, compareça novamente à Comissão de Educação para que possamos avançar nessas conquistas, o que é fundamental para este País. Chega de defender a educação apenas no discurso! Nós temos de trabalhar de fato a questão dos recursos, e estamos avançando bem.

Nós estamos agora diante de uma greve, nas universidades federais,



nos IFETs, e estive recentemente em São Bernardo do Campo, falando para os gestores das escolas municipais da importância da mobilização em torno dessa votação, porque votando os recursos nós evitaremos isso que vem acontecendo no Brasil sempre, essas greves. Há pouco tempo, em vários Estados brasileiros, em vários Municípios estava havendo greve, principalmente por questão de piso salarial. Acreditem, quem não conhece ainda: o piso salarial do professor é de R\$ 1.451,00, e nós estamos vendo aqui a pressão dos Prefeitos e Governadores, que questionam o reajuste do piso. Nós estamos vendo aqui uma luta muito grande dos Prefeitos e Governadores para vincular o aumento do piso salarial dos professores ao INPC. Isso é impossível! O que nós temos de fazer é de fato recompor as perdas.

Não se admite que a categoria dos professores tenha os piores salários. Dizem - dizem, e é verdade - que o professor do Distrito Federal ganha muito bem, mas ganha bem em relação aos outros Estados, que pagam muito mal. Aqui, entre as carreiras do GDF, a do professor está na 23ª classificação entre as de curso superior, na categoria dos funcionários públicos. Portanto, nem aqui o professor é valorizado como deveria. É por isso todo o nosso empenho na votação dessa PEC.

Mas eu quero também, Sr. Presidente, manifestar aqui a minha preocupação com projetos do Distrito Federal e do Entorno. Acabei de participar do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Entorno. A Deputada Jaqueline Roriz é a Presidente e convidou-me para assumir a Vice-Presidência, que assumi exatamente porque sei da importância do trabalho que temos de fazer na região metropolitana do Distrito Federal, chamada de Entorno, que está realmente necessitando de muito investimento.

Eu lembro-me ainda: quando cheguei a Brasília, e até pouco tempo atrás, 15 anos atrás, nós tínhamos aqui o Parque da Barragem, hoje chamado Águas Lindas, que até pouco tempo, 15 anos atrás, tinha 3 mil habitantes, Sr. Presidente; hoje a população ali chega a 300 mil habitantes. Na região do Entorno o número chega a 1.500.00 habitantes, e sem qualquer infraestrutura. Estão anunciando agora o PAC do Entorno, R\$ 6 bilhões; espero que não fique apenas no discurso, que seja implementado de fato esse PAC do Entorno, mas o que é necessário mesmo e nós vamos defender aqui nesta Casa é a criação de um fundo especial para recuperar a infraestrutura e dar dignidade à população do Entorno.

Aquelas pessoas, muitas delas, moravam aqui em Brasília, e por questão de custo de vida, sendo o aluguel caríssimo, as coisas tão caras como são aqui, no caso do DF, essas condições levaram essas pessoas a morarem no Entorno. Por isso, necessitamos de um fundo especial para resgatar a questão da segurança, para geração de emprego, para criação de um polo industrial para gerar emprego para



essa comunidade e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida no DF.

Hoje ao que nós assistimos é realmente a uma enorme demanda. Quase 500 mil pessoas do Entorno vêm aqui para o Distrito Federal, principalmente para o Plano Piloto, para trabalhar. Nós precisamos criar políticas públicas para fixar as pessoas, para dar a elas condições de trabalhar onde moram, de estudar onde moram. Hoje as pessoas ficam horas nesse trajeto; levam praticamente 2 horas para chegar a Valparaíso, 2 horas para chegar a Águas Lindas, com a infraestrutura deficiente que temos. Então, com essa Frente que está nascendo agora, e eu tenho certeza de que com o apoio dos Deputados desta Casa, principalmente da bancada de Goiás, da bancada de Minas Gerais, nós conseguiremos votar uma PEC ou algum outro projeto criando um fundo especial para isso.

Mas, Sr. Presidente, falando em questão econômica, eu fico muito preocupado quando se cria e repentinamente se abandona um projeto, como aconteceu aqui no DF, por exemplo, onde durante vários anos foi incentivada a população, principalmente os empresários do setor agropecuário, a investir na bacia leiteira, a fazer investimentos altíssimos, comprando equipamentos de alto custo. Investiram, e agora o Governo anuncia de uma hora para outra o fim do programa que existia aqui, o programa do leite, e passa a colocar os recursos diretamente no cartão.

Eu quero dizer a V.Exa.: se há alguma coisa errada, que se apure, mas não se pode de repente acabar com um programa sem considerar os grandes investimentos que foram feitos por pessoas que às vezes nem tinham condições, buscaram financiamentos para ter condição de participar desse programa, e de repente, de uma hora para outra, acabam com o programa do leite. Então, eu quero manifestar aqui minha contrariedade com relação a isso.

É só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 90/311

151.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/06/2012-10:36
Publ.: DCD - 02/06/2012	- IZALCI-PR -DF	
20063		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO



Sumário

Luta do orador pela implantação da educação em tempo integral em escolas públicas. Defesa da destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Anúncio de apresentação de proposta de emenda à Constituição acerca da prestação de atividades de reforço escolar por estudantes de universidades públicas federais, em benefício de alunos da rede pública. Necessidade de ações estratégicas para o fortalecimento da educação. Descaso do Governo do Distrito Federal com o setor educacional. Empenho na realização do Movimento Brasília 100 Anos.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero aproveitar esta oportunidade para falar um pouco sobre a questão da Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

Quero reforçar ainda que nos dias 12 e 13, terça-feira e quarta-feira, continuaremos votando os destaques do Plano Nacional de Educação.

A Meta 6 é de suma importância para a qualidade da educação brasileira, porque trata da questão da educação em tempo integral. A Meta 6 diz o seguinte, Sr. Presidente: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Sr. Presidente, 50% das escolas públicas e 25% dos alunos da educação básica representam atender aproximadamente 11 milhões de alunos.

Quando esse projeto do Plano Nacional de Educação chegou a esta Casa, a previsão financeira do Governo alocada para essa meta era de 4 bilhões e 200 milhões de reais, o que significa 0,11% do PIB, mas atribuindo um valor aluno/ano de 370 reais, o que resulta em 32 ou 33 reais por mês. É impossível oferecer educação de qualidade em tempo integral com esse valor.

Nós ampliamos. O Relator já acatou 0,72% do PIB. O custo/aluno, que julgo ainda muito baixo, passou a ser de 2.333 anuais, o que dá duzentos e poucos reais por mês, o que é ainda muito pouco.

Mas vamos avançar. Por isso, estamos nessa luta, defendendo que é indispensável a aprovação dos 10% do PIB. Eu espero que o Governo avance nessa questão, para que possamos ampliar os recursos na área da educação integral.

Não basta apenas, Sr. Presidente, destinar mais recursos. Por mais recursos que possamos destinar para essa meta, temos de buscar alternativas que ajudem a garantir o seu cumprimento, visto que ela é de fundamental importância.

Vou dar alguns exemplos. O contraturno dos alunos na educação



integral tem que ser aproveitado dentro ou fora da escola, porque nem sempre as escolas têm espaço suficiente para atender o contraturno. A maioria das escolas só comporta um grupo de alunos no período da manhã e outro no período da tarde. Mas há outros artifícios que podem ser usados, utilizando-se a máquina do Governo. A deficiência maior nesse item é a questão da mão de obra. Não é possível, neste momento, contratar professores para atender no contraturno, porque sequer temos condições, hoje, de contratar professores para atender no tempo normal. E olha que o valor atual do piso salarial de um professor, que a maioria dos Estados não está cumprindo, é de 1.451 reais, que é baixíssimo, tendo em vista a importância dessa categoria.

Sr. Presidente, algumas providências têm que ser tomadas. Primeiro, no Distrito Federal, quando eu era Secretário de Ciência e Tecnologia, criamos o programa chamado Bolsa Universitária, por meio do qual concedíamos uma bolsa para o aluno de 100%. Esse aluno, em contrapartida, oferecia 4 horas de trabalho nas escolas de tempo integral. Então, ao mesmo tempo em que o aluno carente tinha oportunidade de fazer a sua faculdade, em contrapartida, ele prestava serviço no contraturno, compatibilizando o seu curso com a atividade na escola, dando reforço escolar, atividades esportivas, atividades culturais. Então, dá para trabalharmos nesse sentido.

Estou apresentando uma PEC que dispõe sobre alteração do art. 206 da Constituição, permitindo que os universitários das escolas federais possam também, durante ou após o curso, contribuir com os serviços públicos, da mesma forma, compatibilizando o curso com a sua atividade. Primeiro, é bom para o aluno, porque, além de poder estudar com recurso da União, pode também prestar serviço à sociedade, principalmente na educação integral.

Nós sabemos que hoje os pais, de um modo geral, trabalham o dia todo. Os pais, principalmente nas áreas mais carentes, não têm tempo de acompanhar as crianças no reforço escolar nem nas tarefas diárias. Então, isso acaba prejudicando a qualidade do ensino. À medida que se tem o contraturno, os alunos que fazem Pedagogia, Educação Física ou qualquer curso na área cultural podem, de fato, prestar serviço de reforço escolar, o que altera muito o rendimento dos alunos. É uma experiência magnífica.

É lamentável que o Governo do GDF acabou com esses programas todos, como tem acabado com todos os programas de governos anteriores, porque os governantes infelizmente não têm a consciência de programa de Estado. As pessoas só trabalham com plano de governo. A cada governo muda tudo, muda os nomes, altera os programas, abandona tudo que já existe e querem começar tudo do zero, o que é uma perda de tempo, uma perda de recurso, tornando ineficiente a máquina pública.



Nós temos que ter essa consciência. Os prefeitos, os governadores e o próprio Presidente da República precisam, de fato, ter a consciência do que vivemos, e temos que criar essa mentalidade de programa de Estado, independentemente de quem seja o governador. Aquilo que dá certo tem de ser continuado. Não pode acabar de uma hora para outra, como aconteceu agora. Foi dito nesta tribuna, hoje de manhã, que acabaram de repente com o programa do leite, que hoje é distribuído para as comunidades carentes, e colocaram no cartão. Tudo bem. É um programa diferente, mas tem que se levar em consideração que houve grandes investimentos para isso. A cadeia produtiva investiu em compra de equipamentos, em compra de gado, e agora, de repente, o Governo simplesmente acaba com o programa, sem levá-la em consideração.

Por isso que é muito ruim eleger governadores e prefeitos que não têm a mínima condição de fazer uma gestão pública, que nunca trabalharam na vida, nunca tiveram experiência no Executivo, foram sindicalistas - não tenho nada contra sindicalista. As pessoas precisam ter um mínimo de noção de gestão pública para poder conduzir um Estado, conduzir uma Prefeitura.

Então, a Meta 6 do Plano Nacional de Educação tem um papel fundamental na qualidade do ensino. Não há outra saída para melhorar a qualidade da educação básica, que não seja a implementação da educação em tempo integral. E para isso, temos que buscar de todas as formas mecanismos de viabilizar a implantação desse plano. Quiçá conseguíssemos colocar 100% dos nossos alunos em tempo integral, mas a meta prevê no mínimo 25%, o que corresponde a mais de 11 milhões de alunos. É o primeiro passo realmente para trabalhar essa questão.

Com isso, temos de aperfeiçoar os programas que existem, como o FIES. Neste País só estuda em universidade pública federal quem tem condições, quem tem dinheiro, quem tem computador, quem estudou numa boa escola. As pessoas que não têm condições, que precisam trabalhar o tempo todo, que não podem fazer universidade federal, se quiserem estudar têm que ir para uma escola particular, pagando. Acontece o inverso neste País.

Então, está aí o FIES. Diminuímos os juros, melhoramos as condições, principalmente dos cursos de educação e saúde, que hoje podem ser pagos se o aluno passar num concurso. É abatido, a cada mês de trabalho, cerca de 1% da dívida, mas temos de avançar mais, temos de dar condições para que esses alunos do FIES e do PROUNI possam dar contrapartidas para melhorar a qualidade do ensino básico. Temos também de dar-lhes a oportunidade de fazerem estágio remunerado, ganhando um salário mínimo, a fim de que possam compatibilizar teoria com prática. Nada melhor para um profissional que tem oportunidade, durante o curso, de exercer a sua atividade profissional.



Isso é fundamental. Então, as pessoas têm que ter uma visão maior dessa questão. Nós não podemos, simplesmente, olhar a educação só na sala de aula.

Para concluir, Sr. Presidente, quando temos uma política de governo, limitamos as ações. Quando se tem política de Estado, é diferente, porque, quando se fala em educação, se tem de levar em consideração a questão social, a questão da infraestrutura, a parte de esporte, lazer e cultura. Isso deve ser compatibilizado. Infelizmente, no nosso País, hoje, cada partido ocupa uma Secretaria, um Ministério, cada um se vira e faz o que quer, sem ter um planejamento estratégico e global de Estado.

É nisto que estamos trabalhando no Distrito Federal, criando o Movimento Brasília 100 Anos, que é exatamente para fazer um planejamento estratégico para os próximos 50 anos, um programa articulado, a fim de que possamos ter políticas públicas integradas e não isoladas.

Então, apelo mais uma vez à comunidade do Distrito Federal, no sentido de que compareça, nos dias 12 e 13, à Comissão de Educação da Câmara, para de fato apoiar a aprovação do Plano Nacional de Educação, os 10% do PIB e colocar, principalmente na União, a responsabilidade pelo ônus, pelo investimento em educação, tendo em vista que Estados e Municípios já não suportam mais as suas atribuições sem dar a contrapartida de recursos.

A União precisa rever o pacto federativo para que Estados e Municípios possam de fato cumprir o seu papel. Ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, as pessoas moram no Município. É lá que temos de fazer os investimentos e dar condições para que os prefeitos possam, de fato, acompanhar a educação, dar educação de qualidade, principalmente na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino básico de um modo em geral.

Era isso, Sr. Presidente.



Sumário

Continuidade da votação, pela respectiva Comissão Especial, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Desafio da Meta nº 12 do projeto, de duplicação do número de matrículas no ensino superior. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 559, de 2012, para transformação em bolsas de estudo de dívidas das instituições de ensino superior comunitárias junto ao Governo Federal. Importância de flexibilização e ampliação dos recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES para o cumprimento da Meta nº 12 do novo PNE. Greve dos docentes das universidades federais por reajuste salarial. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, terça e quarta-feira, dias 12 e 13, continuaremos votando os destaques do Plano Nacional de Educação. E quero hoje falar um pouco sobre a Meta nº 12 do PNE, que trata do ensino superior.

Hoje, o ensino superior no Brasil tem aproximadamente 6 milhões e 100 mil alunos matriculados, dos quais 1 milhão e 600 mil estão matriculados nas universidades públicas. A meta proposta pelo Ministério da Educação, inicialmente, era quase dobrar o número de alunos, indo para 11 milhões e 500 mil alunos, dos quais 3 milhões seriam da rede pública. Desses 3 milhões, metade, ou 1,5 milhão, nos cursos presenciais e 1,5 milhão na educação a distância. Isso ocasionaria um gasto aproximado de R\$37 bilhões, o que daria 1,01% do PIB.

No substitutivo do Relator, que deverá ser aprovado terça-feira, dia 12, a proposta é de 12 milhões de alunos, praticamente dobrando a situação atual, dos quais - aí é que há um avanço muito grande - 4 milhões em escolas públicas, ou seja, universidades públicas federais, com 70% em cursos presenciais, diferentemente dos 50% propostos, e 30% no cursos a distância. Esse investimento chegaria a R\$49,6 bilhões, o que corresponde a 1,35% do PIB.

Nessa meta, Sr. Presidente, os valores considerados avançaram significativamente. Os custos atribuídos a essa meta têm valores razoáveis. Para os alunos de curso presencial foi estabelecido um custo anual de R\$15.500,00 por ano, o que dá aproximadamente R\$1.291,00 por mês; e ao curso a distância foi atribuído um valor de R\$3.100,00 anual, o que dá R\$258,00 por mês.

Esse é o grande desafio da Meta nº 12, Sr. Presidente, que é



exatamente atender aos jovens. A meta é elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população entre 18 e 24 anos, evidentemente assegurando a qualidade da oferta, a expansão, pelo menos, para 40% das novas matrículas no segmento público. Este é o desafio: dobrar o número de matrículas atual.

É evidente que para isso vários procedimentos e várias estratégias terão que ser adotadas. E aqui, no dia de hoje, foi colocada uma das estratégias para atingir essa meta.

Sr. Presidente, hoje, quase 80% dos alunos matriculados no ensino superior pertencem à rede privada de ensino, ficando apenas pouco mais de 20% na rede pública. E aí temos que colocar alguns mecanismos em funcionamento, se é que queremos, de fato, atingir essa meta. E nós vamos acompanhar e exigir que se cumpra, até porque, neste País, poucos alunos, principalmente aqueles com mais dificuldades financeiras, tiveram ou têm acesso à universidade pública federal.

A nossa universidade pública federal foi construída para atender à elite brasileira. Dificilmente no Brasil é ao contrário: quem trabalha, quem precisa trabalhar, se quiser estudar, tem que estudar no ensino privado, pagando. Aquele que não precisa trabalhar, que é filho de pai que tem poder aquisitivo, que tem computador em casa, que tem carro, esse está tranquilo. O pai paga um bom cursinho, uma boa escola, e ele vai estudar na universidade pública. Nós temos que reverter isso. A nossa obrigação como Parlamentares... E um dos motivos da minha presença neste Congresso é exatamente este: dar igualdade de oportunidades a todos, para que aqueles que não tenham condições financeiras possam também sonhar em fazer um curso superior.

Daí a importância de haver quórum amanhã. A informação que tenho é de que na Medida Provisória nº 559, de 2012, está sendo colocado um item importantíssimo, que está inclusive nas matérias dos jornais desta semana. Esse item trata das dívidas das universidades privadas, principalmente as comunitárias.

Sr. Presidente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, mais de 70% dos alunos de nível superior são de universidades comunitárias. O que vem a ser universidade comunitária? A comunidade se reúne e cria uma cooperativa, que não tem fins lucrativos - ela visa cobrir apenas os custos; o rendimento é aplicado na própria instituição.

Acontece, Sr. Presidente, que hoje o débito dessas instituições e de outras sem fins lucrativos com a Fazenda nacional, na área tributária, chega a R\$17 bilhões. Essas instituições, por sua vez, estão impedidas de oferecer vagas no PROUNI, que é um dos grandes projetos aprovados por esta Casa e implantados por este Governo. E no



PROUNI estão mais de 1 milhão de alunos. Mas, como nós estamos com essa meta de duplicar o número de alunos no nível superior, nós temos que flexibilizar essa questão da dívida.

Na MP 559, que deverá ser colocada na pauta de amanhã e de quarta-feira, existe um dispositivo que transforma essa dívida em bolsas do PROUNI. Eu acredito que, com isso, nós criaremos mais um mecanismo para atender a Meta nº 12, que é uma meta substancial, uma meta ousada, de dobrar o número de alunos matriculados no ensino superior nos próximos 10 anos.

Há diversas outras estratégias que precisamos flexibilizar também. Quanto ao FIES, recentemente, aprovamos nesta Casa uma medida provisória...

Está chegando ao plenário o Relator da MP 559. Espero que haja quorum e que consigamos aprová-la. Estava me referindo aqui, Deputado Pedro Uczai, à importância dessa medida provisória, a fim de que possamos atender a Meta nº 12 do Plano Nacional de Educação. Um dos mecanismos seria exatamente transformar a dívida das universidades comunitárias em vagas do PROUNI, até porque, se não conseguirmos fazer essa transformação, essas universidades e faculdades estão impedidas de oferecer vagas no PROUNI, o que vai dificultar o atendimento da Meta nº 12 do Plano Nacional de Educação.

Temos de flexibilizar outros instrumentos. Estava falando aqui do FIES. Recentemente, aprovamos também para os cursos de Pedagogia, ou melhor, para todos os cursos da área de educação e da área de saúde, a dispensa dos fiadores. Oferecemos a esses alunos, após a conclusão do curso, no período de carência, a possibilidade de acesso ao serviço público. Se ele passar em um concurso público ou tiver algum vínculo com o Governo, a cada mês trabalhado será deduzido 1% da dívida.

Portanto, o FIES é um mecanismo fundamental para atingirmos a Meta nº 12. Temos de melhorá-lo ainda mais, porque, hoje, para conseguir o FIES é preciso estar matriculado. Cria-se uma expectativa no aluno. Ele faz o vestibular, faz a matrícula, mas pode ter seu sonho transformado em pesadelo, porque não tem o seu financiamento aprovado.

Então, uma das mudanças que nós queremos fazer é exatamente para que esses alunos tenham seus cadastros aprovados antes de efetuarem suas matrículas, o que é algo natural e até óbvio. E a sabedoria está exatamente em atender o óbvio.

Temos também de ampliar os recursos do FIES. O objetivo, quando ampliamos, recentemente, foi o de atrair alunos para o magistério. Hoje, ninguém mais... Também, com esse salário, com o piso salarial de R\$1.451,00! Qual é o professor, hoje, neste País, que quer ver seu



filho ser professor?

Só vamos conseguir incentivar e atrair novos alunos para essa profissão se realmente aprovarmos o Plano Nacional de Educação, destinarmos 10% do PIB para a educação, dobrarmos ou triplicarmos o salário dos professores.

Estamos vendo agora as universidades em greve por um piso de R\$2.500,00, o que é absurdo. Já tinha que ser o dobro disso. São pessoas com mestrado, doutorado. As universidades estão em greve por questão salarial. No ano passado, em quase 19 Estados houve greve de professores. Então, é inconcebível aprovarmos esse plano sem considerar os recursos. Sem recursos não se consegue avançar na educação.

Precisamos também ampliar a oferta de estágio para a formação da educação superior. É evidente! Precisamos possibilitar que os alunos do FIES e do PROUNI deem contrapartida ao GGGg Governo Federal nas escolas do ensino básico. Ao mesmo tempo em que se oferece ao aluno de Pedagogia, História, Geografia, Educação Física e teatro a oportunidade de fazer um estágio, melhora-se a qualidade do ensino básico com a contrapartida desses alunos, através do reforço escolar. Acho que todos os alunos da universidade pública deveriam dar uma contrapartida também ao Estado, durante ou após o curso.

Outras estratégias seriam fomentar a pesquisa pela necessidade de articulação para a formação do currículo; incentivar a mobilidade estudantil e dos docentes dos cursos de graduação e pós-graduação, para que haja, realmente, nos âmbitos nacional e internacional, o enriquecimento do nível superior; aproveitar a tecnologia e expandir os cursos, principalmente no campo. Com a tecnologia, com a Internet, podemos levar a educação superior a distância para o campo. É muito difícil se oferecer esses cursos no campo. Uma das estratégias consiste em aproveitar a tecnologia.

Espero que terça-feira e quarta-feira possamos, de fato, aprovar o Plano Nacional de Educação, destinando 10% do PIB para o setor, a fim de atender a essas metas ousadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eleuses Paiva) - Parabéns, Deputado Izalci.



162.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/06/2012-14:34
Publ.: DCD - 14/06/2012 21581	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Votação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Solidariedade aos professores universitários em greve.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vai ter início, logo mais, a reunião da Comissão Especial que analisa o projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação. Hoje, final e felizmente, vamos votar o relatório apresentado pelo Deputado Angelo Vanhoni.

É importante destacar essa iniciativa, porque a Casa não pode encerrar os trabalhos legislativos sem que tenha concluído a aprovação do Plano Nacional de Educação, por tudo o que ele simboliza para o presente e para o futuro da educação brasileira.

Mas, Sr. Presidente, quero também expressar minha solidariedade aos docentes e servidores técnicos e administrativos das instituições federais de ensino superior da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que estão em luta neste exato momento. Várias universidades já estão em greve - e mesmo as universidades que não estão em greve estão mobilizadas.

A propósito, informo que a Comissão de Educação, por intermédio do seu Presidente, manteve contato com o Ministro Aloizio Mercadante; houve uma reunião ontem com o PROIFES, o ANDES e o SINASEFE, e, na próxima terça-feira haverá nova audiência com o MEC e com o Ministério do Planejamento. A nossa perspectiva é de que essas negociações avancem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



163.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	13/06/2012-17:20
Publ.: DCD - 14/06/2012 - 21697	PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje à tarde, aprovamos o relatório do Deputado Angelo Vanhoni para o Plano Nacional de Educação, um plano decenal, com metas e investimentos para os próximos 10 anos. Aprovamos o relatório sem prejuízo dos destaques. O principal destaque é o da Meta nº 20, que implica um percentual do PIB para investimentos em educação.

A proposta do Relator chega a 8%, mas apresenta uma equação que poderia contar com 50% dos recursos do pré-sal. Nós demonstramos que essa proposta não tem sustentação, porque o que se cogitou - aprovado na Lei nº 12.351, investimentos sociais via pré-sal para a educação - é uma parte da renda da aplicação dos recursos do Fundo Social.

Portanto, vamos votar na próxima semana os destaques, e o principal deles, com o qual me identifico, em nome do PDT, é a defesa de 10% do PIB para a educação nos próximos 10 anos.

Documento 94/311

163.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	13/06/2012-17:20
Publ.: DCD - 14/06/2012 - 21698	PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Avanços do parecer oferecido pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela respectiva Comissão Especial.



O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, na Comissão Especial, nós aprovamos o relatório do Deputado Angelo Vanhoni em relação ao Plano Nacional da Educação.

Aqui nós queremos destacar a mobilização feita pelos movimentos sociais. Avançamos muito, Sr. Presidente. O Plano começou com 7% do PIB e, com o avanço, chegamos a 8%, sendo que teremos mais 2%, para somar os 10%, durante a aplicação do plano. Então, foi um avanço. Esperamos que, com esse acréscimo de 2%, tornando 10% do PIB para aplicação no setor de educação, venhamos a ter avanços no sistema integrado do ensino, como também no ensino profissionalizante. E não deixamos de reconhecer que com a Meta 20, que atinge os 10%, e a Meta 7, temos a valorização do profissional em educação. Queremos dizer com isso valorização do professor. É a meta principal do Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 95/311

164.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/06/2012- 17:24
Publ.: DCD - 15/06/2012 - 21914	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do texto principal do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Confiança na aprovação de dispositivo da projeto sobre a destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem aprovamos o texto principal do Plano Nacional de Educação. Quero dizer, Sr. Presidente, que eu apresentei 52 destaques do PNE e conseguimos, negociando com o Relator, ficar apenas com 5 destaques.



Quero elogiar o trabalho do Relator, Deputado Vanhoni, e de toda a Comissão do Plano Nacional de Educação, que, durante todo esse tempo, com diálogos, com audiências públicas, conseguimos avançar muito na questão da qualidade da educação neste País.

Esses cinco destaques que permaneceram, que vamos discutir dia 26, Sr. Presidente, talvez seja o principal, que é o que trata dos recursos. Cinco destaques de minha autoria foram mantidos para votação. Todos eles voltados à questão dos recursos. Um coloca sobre o Governo Federal a responsabilidade do acréscimo do investimento na educação, e outro que são metas intermediária. É importante discutir ainda a possibilidade de colocarmos algumas metas intermediárias. Então, apresentei com relação, por exemplo, a universalização da pré-escola, de 4 a 5 anos e de zero a 3 anos. Não se pode fazer uma meta de 10 anos e deixar para ver o resultado só daqui a 10 anos. Então, criamos metas intermediárias.

Nós queremos que 30% dessa meta seja atingida nos primeiros 5 anos, até o quinto ano, e o restante, no final dos 10 anos do Plano Nacional de Educação.

A outra, com relação à responsabilidade, é que precisamos definir claramente - e há um destaque de votação em separado que trata da responsabilidade - quem vai pagar a conta.

Deputado Jorginho, V.Exa. que é da Comissão de Educação, não adianta aprovarmos um plano de 10% do PIB sem dizer quem paga a conta. Os Municípios não conseguem mais assumir esse tipo de ônus sem ter a contrapartida.

Estamos avançando bem, o Relator já chegou a 8% do PIB para a educação, e agora existe uma nova redação que vamos discutir dia 26, da possibilidade de chegar a 10% do PIB, considerando os investimentos dos *royalties* do pré-sal, que acho fundamental.

Portanto, quero registrar este momento em que o projeto mais importante está em votação na Casa: o Plano Nacional de Educação. V.Exa. acabou de falar sobre a questão das bolsas. Importante, mas importante mesmo é o Plano, colocar recursos para garantir que não tenhamos greve novamente. Estão aí todas as universidades e institutos federais em greve.

Garantindo 10% do PIB, como vamos garantir, não tenho nenhuma dúvida que vamos resgatar esse déficit da qualidade da educação. Vamos mais que duplicar os alunos do ensino superior. Além disso, com relação à medida que aprovamos, a MP 559, que vai gerar 500 mil novas bolsas, 500 mil novas oportunidades.

Quero parabenizar todos os Parlamentares por essa grande vitória,



essa grande conquista que foi a votação do texto do Plano Nacional de Educação, e no dia 26 votaremos a questão do recurso.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 96/311

165.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/06/2012-09:21
Publ.: DCD - 16/06/2012 22024	- IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, de projeto de lei sobre a destinação de 50% das vagas de universidades federais para alunos oriundos da rede pública de ensino. Retomada da qualidade na educação pública, especialmente no ensino básico. Expectativa de aprovação de dispositivo do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE acerca da destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Texto sobre o sucateamento da escola pública, de autoria do estudante Jeová Ferreira, residente no Setor Habitacional Taquari, em Brasília, Distrito Federal.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o assunto que trago agora é de suma importância, tendo em vista a aprovação, na CCJ do Senado, de projeto de lei que reserva 50% das vagas das universidades federais para estudantes da rede pública.

O projeto é meritório - o Supremo já decidiu a questão das cotas - e é mais um avanço com relação aos alunos. Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, em função da votação do Plano Nacional de Educação, alertar para os problemas que poderão advir dessa decisão.

Até há pouco tempo, há alguns anos, Sr. Presidente, o ensino público na educação básica era de qualidade. Eu cheguei a pegar em Brasília, em 1970, quando fiz a 7ª série, numa escola pública, o Ginásio do Guará, um ensino de qualidade. Mas, infelizmente, naquela época, poucos estudantes tinham a oportunidade de estudar numa escola de qualidade.

Depois, avançamos, no sentido de colocar quantidade na escola pública. Hoje, graças a Deus, praticamente toda a população tem



acesso à educação básica pública e gratuita - aliás, gratuita entre aspas, pois custa caro, e quem paga a conta somos todos nós.

Mas o que aconteceu ao colocarmos quantidade na escola pública? Diminuiu a qualidade. O ensino público no Brasil, hoje, na educação básica, é de péssima qualidade, o inverso do que acontece na universidade pública. Hoje ainda as melhores universidades são as públicas. Mas quem estuda nessas universidades normalmente são pessoas que estudaram numa boa escola. Então, no Brasil, é o contrário: quem tem dinheiro, quem tem condições estuda numa boa escola, faz um bom cursinho e aí entra na universidade pública federal. Aquele que trabalha o dia todo, como fiz na minha época e não pude fazer universidade, se quiser estudar, tem que ir para o ensino privado, pagando.

Avançamos um pouco com o PROUNI; aprovamos agora a Medida Provisória nº 559, de 2012, possibilitando entre 400 mil a 500 mil bolsas de estudo, com a troca da dívida das universidades, principalmente as comunitárias, sobretudo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que detêm hoje o maior número de universidades e faculdades comunitárias. Então avançamos.

Mas eu quero dizer que, na medida em que se aprovam as cotas nas universidades federais em 50% para os alunos da rede pública, pode acontecer - e temos que ter esse cuidado - de diminuirmos a qualidade do ensino na universidade pública.

O jornal *Correio Braziliense* publicou uma pesquisa feita dia 14 de junho que aponta o *ranking* das universidades federais na América Latina. A USP, de São Paulo, ficou em primeiro lugar, mas a Universidade de Brasília, que já chegou a ser uma das melhores universidades do Brasil, está na 25ª posição. Caiu 14 posições no *ranking*.

Mas não é só isso. Essa questão do *ranking*, às vezes, deve-se a parâmetro de avaliação. Eu quero dizer é que a melhor forma de melhorar a qualidade do ensino superior é melhorar qualidade da educação básica. Temos de garantir uma escola pública de educação básica gratuita e de qualidade, porque aí se dará igualdade de oportunidades a todos, independentemente da cor, do credo e da questão de onde estudou, se foi em escola pública ou privada.

Há algum tempo atrás - poucos se lembram disso -, na escola particular, as pessoas brincavam, dizendo: "*Papai pagou, passou!*" Era o contrário. Estudar em escola particular era para aquele aluno que estava em dificuldade na escola pública. Temos que voltar a essa época. Temos que melhorar as condições da escola pública.

Sr. Presidente, peço mais um tempo, porque este assunto é de suma



importância, e eu quero ler rapidamente uma cartinha de um aluno de Brasília, do Taquari, que é uma cidade nova, feita em 2006. Vejam o que diz a redação desse menino:

"A minha escola é pública e está muito velha" - olha só, é de 2006, e essa cidade, o Taquari, é novíssima. "As paredes estão mofadas, as pias estão quebradas, e as torneiras, enferrujadas. Os vasos sanitários são imundos, as tomadas estão soltas; a gente vê os fios dependurados e tem medo de choque. Chove na sala, e as carteiras estão quebradas. Tem gente que se senta no chão. A minha professora ganha 50 vezes menos que um Deputado. Já se passaram 6 anos, e eis as mudanças que houve: aumentou o número de escolas sucateadas, professores passaram a apanhar em sala de aula, os pátios se transformaram em ringues e mudou também o Ministro da Educação.

Jeová Ferreira, Taquari."

Sr. Presidente, estou falando de uma escola de um bairro novo de Brasília, que é a Capital da República. Imagine como estão as escolas no interior deste País!

Então, espero que dia 26 possamos votar o destaque à proposta do Plano Nacional de Educação, confirmando os 10% do PIB para a educação. Só com recursos nós poderemos recuperar a qualidade da educação pública. Discurso não recupera escola; discurso não melhora a qualidade do ensino; o discurso é unânime, não só aqui, como no Brasil todo, em todas as áreas, mas quando se fala em recurso aí deixa de haver unanimidade.

Por isso faço um apelo ao Governo no sentido de que libere a base, a fim de que possamos construir um projeto em que cheguemos aos 10% do PIB para a educação. Vamos colocar a questão dos *royalties*. Vou falar daqui a pouco sobre os *royalties* do petróleo, uma questão que o Presidente decidiu colocar na pauta agora, e nós vamos falar sobre isso em outra oportunidade, daqui a pouco.

O Plano Nacional da Educação foi um avanço grande. Avançamos bem, mas ainda precisamos definir a questão dos 10% do PIB para a educação e quem vai pagar a conta, Sr. Presidente, que é o mais problemático.

Esta Casa precisa assumir um compromisso com a questão do pacto federativo. Não dá para atribuir toda essa responsabilidade aos Municípios. Sr. Presidente, ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, as pessoas moram no Município. Portanto, temos que fortalecer os Municípios, para podermos fazer a grande gestão da escola pública municipal, estadual e federal.



Vamos aguardar o dia 26 nessa expectativa da votação do destaque dos recursos para a educação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Muito bem, Deputado Izalci.

Acho que nós precisamos, cada vez mais, investir em educação no Brasil. Temos a preocupação sempre com a capacitação de mão de obra, mas é fundamental que o País invista maciçamente em educação pública e facilite também a educação privada. Cria-se muito caso, muita burocracia para a educação privada. É bom que consigamos melhorar o caminho e diminuir a burocracia na área da educação brasileira.

Documento 97/311

175.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	25/06/2012- 16:45
Publ.: DCD - 26/06/2012 - 22854	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Baixa execução orçamentária pelo Governo do Distrito Federal, especialmente na área de saúde pública. Atraso no lançamento do edital das obras da Cidade Digital, em Brasília. Imediata aprovação da chamada Lei de Inovação Tecnológica do Distrito Federal. Falta de manutenção das viaturas da Polícia Militar local. Elevado índice de analfabetismo vigente em Brasília. Sucesso da política de inclusão digital da Capital Federal. Votação do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Elevado índice de evasão escolar no Programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Relevância do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Importância da realização de investimentos na educação continuada e na qualificação profissional.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ainda sobre o



Distrito Federal, além das questões de corrupção e ineficiência, hoje o *Jornal de Brasília* traz aqui uma notícia sobre o Orçamento do Distrito Federal: o saldo orçamentário é de R\$ 4,2 bilhões.

Para quem não acompanha e não entende essa questão econômico-financeira, Sra. Presidente, eu quero dizer que o Orçamento do GDF aprovado, ou seja, aquilo que o GDF deveria executar em custeio e investimento, o que foi aprovado soma R\$ 18 bilhões. Era exatamente isso que o GDF deveria ter investido, aplicado e executado. Fechou-se o ano, então, com R\$ 4,2 bilhões sem aplicação.

É normal não conseguir realizar 5% do Orçamento, mas 22% do Orçamento, quando existem inúmeras atividades com necessidades prioritárias, como educação, como saúde, como segurança?!

E nós vemos aqui uma sobra de R\$ 4,2 bilhões no Orçamento. Isso é uma mostra de ineficiência e incompetência.

Nós estamos vendo todos os dias pessoas morrerem nas filas dos hospitais, por falta de remédio, por falta de UTI, por falta de atendimento, e a Saúde com R\$ 540 milhões aplicados no mercado financeiro. Então, eu que sou da área, que sou contador, sou auditor, fico estarrecido ao ver uma coisa dessas.

Eu não sei como pessoas que talvez nunca tenham feito gestão de nada na vida, provavelmente nem da sua própria casa, assumem o compromisso de fazer a gestão de uma cidade, a Capital da República, pessoas que não têm a mínima competência para gerir o nosso Estado. E aí sobra Orçamento.

Esse Orçamento, Sra. Presidente, talvez seja maior até do que o de muitas Capitais neste País. Há Capitais não têm esse Orçamento de R\$ 4,2 bilhões. E foi o que o GDF deixou de aplicar em 2011.

E aí, com esses R\$ 540 milhões aplicados na Saúde, por exemplo, nisso também falta saber executar o Orçamento, porque em todos os Estados - o Deputado Osmar Terra está aqui, é da área de saúde e sabe - existem muitos convênios com a União, programas para a terceira idade, programas para a juventude, para o adolescente, para a criança, e são verbas carimbadas, nós sabemos disso, mas as pessoas precisam saber administrar. Às vezes elas vão usando uma determinada rubrica, termina aquele recurso, depois não conseguem executar o Orçamento dentro dos convênios assinados com a União. E foi o que aconteceu. Então, esses R\$ 540 milhões da Saúde que estão aplicados hoje no mercado financeiro foi exclusivamente por incompetência que não conseguiram executar.

E nós temos o caso, por exemplo, da Cidade Digital, que está aí, e eu vi ontem uma reportagem grande sobre isso. A Cidade Digital,



Deputada Liliam, é um projeto que já está pronto há 10 anos. Quando eu fui Secretário nós chegamos a fazer um estudo com a Universidade de Brasília, deixamos tudo pronto, a área pronta; tanto é que o Banco do Brasil inaugura agora em julho o Datacenter. É um investimento já de 2 anos que estão fazendo no Datacenter o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, um investimento de mais de R\$ 1 bilhão que foi feito na Cidade Digital, e esse Governo não conseguiu ainda - dizem que vai soltar o edital agora, no dia 26 de julho -, depois de quase 2 anos, não conseguiu fazer um edital. Um edital! E, mesmo assim, eu tenho as minhas dúvidas, porque da forma como está sendo feita, a Cidade Digital, que deveria ser um parque científico e tecnológico, vai acabar virando palco de especulação, e vai ficar inviável em termos de competitividade, em termos de tecnologia.

Brasília já é referência na área de tecnologia. O setor de tecnologia no DF é um dos maiores do País, e um dos melhores, inclusive. A Cidade Digital ia apenas consolidar Brasília como a Capital do conhecimento, a Capital da tecnologia. Mas, da forma como isso está sendo conduzido - até um edital levam 2 anos para fazer! -, eu tenho minhas dúvidas quanto a se isso vai sair de uma forma correta; nenhuma empresa virá para o Distrito Federal, trazendo para cá laboratórios de pesquisa, porque não adianta colocar na Cidade Digital 1.200 empresas, como está previsto, mas apenas empresas que não vão gerar conhecimento, se não tivermos também a Lei de Inovação aprovada pela Câmara, e até hoje não aprovaram essa bendita lei, que está lá há 4 ou 5 anos para ser aprovada. A maioria dos Estados já aprovou a sua Lei de Inovação, e o DF ainda não aprovou.

Se não nos debruçarmos sobre isso aqui nesta Casa, junto com o Governo Federal, e criarmos imediatamente uma política de investimento, uma política de incentivo fiscal para os parques tecnológicos, não terão futuro esses parques, ainda mais numa área, que nós escolhemos, que hoje custa quase R\$ 18 mil o metro quadrado, mas se quiserem repassar esse custo da área construída, ou da área mesmo sem construção, para o custo do investimento, isso vai ficar inviável, em termos de competitividade.

Está aí, na realidade, a questão do transporte. Também agora é que está saindo - e já cancelaram por três vezes - o edital do transporte público, que já estava iniciado há 2 anos. Quer dizer, levam 2 anos para fazer um edital!

Estão aí as 400 viaturas da Polícia, sem manutenção, paradas no pátio; são 400 viaturas da Polícia Militar paradas, por falta de contrato de manutenção! Todo o mundo sabe, todos sabem que, quando se compra um equipamento, um veículo, daqui a pouco perde-se a garantia se não se revisar, se não se criar a condição de manutenção. Foi o que aconteceu! Então, estão providenciando agora. Já foi vencido, está tudo parado já há alguns meses, e agora vão ter de fazer



o edital para contratar a manutenção desses veículos. Então, tudo é muito demorado.

Está aí a questão da alfabetização. Brasília, apesar de ser a Capital, a cidade com o menor índice de analfabetismo, ainda tem um número muito grande de analfabetos; nós temos em Brasília, ainda, 85 mil analfabetos. A previsão do Governo é de agora, em 2012, atender 7 mil alunos. É muito pouco! E também há o compromisso do GDF de subsidiar parcialmente os professores da alfabetização, porque o Governo Federal só paga R\$ 250,00, e o Governo ainda não assumiu, não atendeu aquilo que prometeu, no sentido de pagar o complemento dos professores, porque não se justifica um professor receber na prática R\$ 250,00.

Da mesma forma, há a questão da inclusão digital. Hoje mesmo saiu também uma matéria sobre Brasília conectada. As pessoas acham que esse resultado é maravilhoso, esse que saiu no final de semana no *Correio Braziliense*, mostrando que Brasília, mostrando que o Distrito Federal está disparado, na frente de todos os Estados. Isso não aconteceu por acaso. Isso foi plantado lá atrás, com políticas de inclusão digital para a educação. Hoje Brasília atendeu a todos os seus professores e servidores da educação. Todos tiveram condições de comprar o seu computador, o seu *laptop*.

Da mesma forma, com o Programa Geração III, nós atendemos mais de 6 mil alunos acima de 60 anos, pessoas de 80 anos, 90 anos até, que receberam o curso de inclusão. Acabaram com o curso! O que existe na cidade hoje são apenas voluntários de faculdades particulares. A UnB agora entrou um programa - coisa que nós já tínhamos experimentado e vimos, na realidade, a importância da inclusão digital para a inclusão social principalmente da terceira idade.

Então, nós vemos a cada dia as coisas acabarem, e o reflexo disso não vem agora; o reflexo daqui a 3, 4, 5 anos é que nós vamos notar, exatamente por conta da falha, das dificuldades que estão acontecendo na gestão.

Eu quero pedir a V.Exa. que complemente meu tempo adicionando o tempo de Liderança - são 5 minutos - do PR.

Então, Sra. Presidente, eu, inclusive aproveitando essa questão da preocupação com o analfabetismo, que foi matéria dos jornais do final de semana em Brasília, em que se demonstra claramente a necessidade de investimentos, quero dizer que agora, dia 26, amanhã, nós estaremos votando aqui o destaque do Plano Nacional de Educação, a Meta 20, que ficou pendente, e a Meta 20 trata exatamente dos recursos para a educação. E quero também dizer aqui, como nós estamos falando de analfabetismo, que nós temos uma meta no Plano Nacional de Educação, que é a Meta nº 9, que trata



exatamente da questão do analfabetismo.

Nós temos hoje, Sra. Presidente, no País, 14 milhões de analfabetos, e na prática nós estamos contemplando, aqui no Plano Nacional de Educação, o atendimento dos 14 milhões, que vamos enfrentar nos próximos 10 anos, no sentido de abolir essa questão definitivamente. Mas foi introduzido no relatório do Deputado Vanhoni, e com bastante propriedade, que para 30% desses alunos haja continuidade.

Eu vi algumas matérias nos jornais de hoje também tratando da questão do EJA, que é a Educação de Jovens e Adultos. O número de evasão é muito grande. Aqui em Brasília há turmas em que 80% se evadem, não concluem o curso do EJA. E por quê? Porque não veem interesse imediato para a vida do cidadão. Então, nós fizemos uma experiência - e acabaram com isso também aqui em Brasília, infelizmente - que teve um sucesso muito grande e que eu acho que é a solução para a questão do analfabetismo: o PROEJA, que cuidava da educação de jovens e adultos, mas compatibilizando-a com a educação profissional.

Não adianta achar que vamos tirar várias pessoas de casa à noite com matérias que essas pessoas não sintam que realmente vão acrescentar alguma coisa à vida delas. Então, nós temos de oferecer o PROEJA, que nada mais é do que incluir nas matérias fundamentais a matéria profissional, para que a pessoa saia do curso profissionalizada, para entrar no mercado de trabalho. Então, o PROEJA teve um sucesso muito grande, e eu não vejo outra saída para a questão da alfabetização e da complementação, porque nós temos 14 milhões de analfabetos, e precisamos não só alfabetizá-los, mas dar-lhes condições de continuidade, para que eles possam, depois de aprender a ler e a escrever, fazer realmente o segundo grau, fazer um curso profissionalizante, para que eles possam ingressar no mercado de trabalho, para que eles possam melhorar de vida. E isso, na realidade, está contemplado aqui no Plano Nacional de Educação.

Está previsto nas metas do Plano Nacional de Educação que 25% dos alunos na Educação de Jovens e Adultos, que são 823 mil alunos, precisam também ser atendidos com esse diferencial, com a perspectiva de trabalho. É por isso que nós temos de investir em capacitação, e principalmente, Sra. Presidente, em educação continuada. Nós precisamos investir em educação continuada em todas as áreas. O professor tem de ter oportunidade de estar constantemente aperfeiçoando-se.

Agora, nós temos a mania de fazer investimentos maciços em qualificação com esses cursos de que nós já acompanhamos muitas experiências, como na questão do FAT, esses cursos que são dados por essas ONGs. Há ONGs maravilhosas, mas há muita ONG que entra no mercado para ganhar dinheiro e não tem a mínima condição



ou qualificação para dar um curso de qualidade de formação. Nós temos escolas técnicas, nós temos várias instituições de educação que podem ser aproveitadas, inclusive as escolas públicas, em que podem ser aproveitados os profissionais, os espaços, e que com certeza têm muito mais condição de oferecer um curso de qualificação de 40, 60, 80, 100 horas, do que essas ONGs que são contratadas, e nós vimos aqui a quantidade de desvios de recursos públicos que acontecem nessas ONGs. Então, nós precisamos fazer realmente uma seleção melhor do investimento em qualificação.

E não é só no FAT, não! Nós estamos vendo agora, aí, com a questão da Copa do Mundo, a contratação de centenas de instituições que não têm a mínima qualificação nem condições de qualificar ninguém. Então, nós temos de aproveitar o que nós temos de melhor, e nós temos muitas instituições capazes, instituições públicas, até, de oferecer realmente uma educação, um curso de qualificação.

(O microfone é desligado.)

Documento 98/311

177.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	26/06/2012-14:20
Publ.: DCD - 27/06/2012 22973	- VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Mobilização da União Nacional dos Estudantes - UNE em prol da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Transcurso do 70º aniversário natalício do cantor e compositor Gilberto Gil.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer dois registros. O primeiro é o de que a União Nacional dos Estudantes - UNE está mobilizando-se pelos 10% do PIB para a educação brasileira. É uma cobrança justa, fundamental para o desenvolvimento da educação em nosso País. O segundo é o de que hoje é o aniversário de 70 anos de Gilberto Gil, baiano, cidadão brasileiro, um dos melhores Ministros do Governo do Presidente Lula.

Quando Ministro, Gilberto Gil foi uma referência de trabalho na área cultural do País. Portanto, quero prestar uma homenagem a essa figura



tão importante para todos nós brasileiros, sobretudo nós baianos.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, estudantes de todo o Brasil realizam, sob o comando da União Nacional dos Estudantes - UNE, uma manifestação cobrando a obrigatoriedade de se investirem 10% do Produto Interno Bruto - PIB na educação. Trata-se de uma reivindicação justa, pois vai implicar a ampla melhora da qualidade do ensino, uma melhor remuneração dos professores e sua qualificação, e principalmente a reestruturação do ensino em todos os níveis, alcançando a educação não só na área federal mas também nos Estados e Municípios.

É uma pauta que abraço com todo o entusiasmo, por entender que a melhora da educação pública é o principal caminho para termos uma sociedade mais justa e menos desigual, em que as oportunidades sejam ampliadas para todos os segmentos, beneficiando - coisa que pouco ainda se faz - especialmente aqueles mais pobres.

Na pauta dos estudantes estão a ampliação da assistência estudantil, a melhora da estrutura das universidades, mais restaurantes universitários, creches, moradias, bolsas e outras formas de auxílio para garantir a permanência dos alunos e a qualidade nas instituições de ensino superior.

Mas notem, Sras. e Srs. Deputados, essas reivindicações estão justamente no bojo das discussões que passam necessariamente por esta Casa, sobre a obrigatoriedade de serem investidos 10% do PIB na educação. E por ser um assunto que interessa não apenas à classe estudantil, mas a diversos segmentos da sociedade, a manifestação de hoje teve a participação de representantes da Associação Nacional dos Docentes no Ensino Superior, do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior, da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Sabemos aqui nesta Casa que o Orçamento para a Educação é um dos cerca de 150 destaques propostos para serem apreciados pelas Sras. e pelos Srs. Deputados. Mas, justamente pela amplitude dos debates que o tema educação suscita na sociedade, é importante que a questão dos investimentos públicos, com maior dotação orçamentária do PIB, seja uma das prioridades dos debates nesta Casa.



Como se vê, não se trata apenas de uma pauta dos estudantes e professores, mas dos próprios movimentos sociais, que nas suas mais diversas representações entendem ser a educação um dos pilares do desenvolvimento social e, dado o seu alcance na luta contra as desigualdades, conseqüentemente, também do desenvolvimento econômico do País.

A luta dos estudantes, professores e trabalhadores em educação, portanto, é uma luta de todos os que querem um Brasil melhor.

Sr. Presidente, solicito que este meu pronunciamento sejam divulgado em *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero parabenizar o grande companheiro Gilberto Gil, completa 70 anos de vida.

Gil, que nos anos 60 do século passado liderou, junto com Caetano Veloso, o tropicalismo, ainda nos dá uma grande contribuição para a música brasileira, misturando samba, baião, frevo, *rock* e outros ritmos com uma grande pitada da nossa Bahia.

Como Ministro da Cultura do Governo Lula, trouxe para o centro do debate a defesa da flexibilização dos direitos autorais, os Pontos de Cultura e diversas inovações no que diz respeito ao acesso à Internet e ao fomento da produção cultural pela própria população.

Mais ainda, a atuação de Gil no campo da cultura teve importante papel na luta contra a ditadura militar. Em 1969, acusado de "subversão", exilou-se em Londres, onde continuou a sua carreira. Quando voltou, em 1972, ainda teve problemas com a censura, quando a música *Cálice* foi impedida de circular, e só pôde ser lançada em 1978.

Em plena atividade, Gilberto Gil é um ícone do nosso Estado. Importantes as suas reflexões em busca da construção de políticas culturais que democratizem a produção e o acesso da população aos bens culturais. Grande compositor, rendo-lhe sinceras homenagens e desejo de vida longa. Na verdade, nós é que somos privilegiados, diante de tanta energia e musicalidade.

Sr. Presidente, solicito que este meu pronunciamento sejam divulgado em *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



Documento 99/311

179.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	27/06/2012-09:16
Publ.: DCD - 28/06/2012 23308	- NEWTON LIMA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Relevância das metas constantes na proposição.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Caros Deputados, caras Deputadas, povo brasileiro, o dia de ontem, 26 de junho de 2012, passa para a história da Câmara dos Deputados e da educação brasileira, porque ontem à noite tivemos a oportunidade de, por consenso de todo o Plenário, com uma posição suprapartidária e partidária, sim, a favor da educação, da soberania deste País, aprovar o Plano Nacional de Educação.

Estou muito orgulhoso de participar da Comissão Especial presidida pelo Deputado Lelo Coimbra e muito orgulhoso também de atuar, junto da bancada do Partido dos Trabalhadores, ao lado deste grande educador, o Deputado Angelo Vanhoni, que foi o Relator do Plano Nacional de Educação.

Ontem, em uma festa, com a presença da sociedade civil, das entidades que vêm defendendo e lutando pela educação no Brasil, tivemos a oportunidade de aprovar definitivamente o PNE no âmbito da Comissão - não virá a plenário, irá direto para o Senado Federal -, com um conjunto de avanços que puderam ser negociados entre todos os partidos, que aperfeiçoaram ainda mais a proposta do Executivo, encaminhada pelo Presidente Lula e pelo então Ministro Fernando Haddad, no final de 2010.

Depois de várias audiências que realizamos no Brasil como um todo - eu próprio presidi uma reunião sobre o PNE na Assembleia Legislativa de São Paulo -, nós certamente transformamos as 20 metas do Plano Nacional de Educação em objetivos muito claros e concretos, em especial a Meta 17, que prevê a valorização dos professores do Brasil,



para que, em 10 anos - o plano é decenal -, sejam os salários dos professores da educação básica pública do Brasil iguais à média do mercado nacional. Em relação à Meta 20, nós do Partido dos Trabalhadores, com os demais partidos, aprovamos 10% do PIB para a educação até 2022. Fazemos coro com a Conferência Nacional de Educação e com as decisões soberanas do nosso partido, das instâncias maiores do PT.

Quero dar parabéns ao Ministério da Educação, ao Ministro Fernando Haddad; ao Ministro Aloizio Mercadante; ao Presidente Lula; à Presidenta Dilma; particularmente a todos os meus colegas membros da Comissão de Educação e Cultura, da Comissão Especial. Parabéns ao Deputado Angelo Vanhoni, o grande Deputado que passa para a história com o relatório apresentado. Haverá condições, agora sim, com o Plano Nacional, que vai repercutir em planos estaduais e obrigatoriamente em planos municipais, em 5.550 Municípios brasileiros, de que nossa educação pública possa ganhar qualidade, dar ainda mais oportunidades ao nosso povo, à nossa juventude, de modo que este País possa, de fato, ter, na qualidade do trabalho, na qualificação do trabalho e da produção, o grande caminho para chegarmos à posição de quinta potência mundial.

Parabéns a todos os educadores, parabéns a todas as entidades da sociedade civil, parabéns ao nosso Relator...

(O microfone é desligado.)

Documento 100/311

179.2.54.O	Sessão Extraordinária	27/06/2012-10:28
	CD	
Publ.: DCD - 28/06/2012	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
23326		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro aqui com muita alegria e muita emoção a aprovação do relatório do Deputado Angelo Vanhoni, que vai instituir o novo Plano Nacional de Educação, aprovado ontem, por unanimidade, na Comissão Especial.

O Plano Nacional de Educação com 10% do PIB, com valorização salarial do magistério, com universalização e ampliação do atendimento escolar. Um Plano Nacional de Educação, Sr. Presidente, ousado, capaz de enfrentar os desafios da educação brasileira no presente e no futuro.

Valeu o sonho e valeu a luta!

Documento 101/311

179.2.54.O	Sessão Extraordinária CD	- 27/06/2012-10:36
Publ.: DCD - 28/06/2012 23327	- BIFFI-PT -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. BIFFI (PT-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que ontem foi, com certeza, um dia glorioso para esta Casa: a Comissão de Educação, que criou uma Subcomissão Especial para analisar o Plano Nacional de Educação, aprovou o projeto final do Relator Angelo Vanhoni, a quem quero parabenizar pelo brilhante trabalho realizado ao longo desses quase 2 anos, ouvindo as organizações, as entidades de classe, os Parlamentares. No dia de ontem, por volta das 23h, pudemos fechar um projeto fantástico para a educação brasileira nos próximos 10 anos.

Quero destacar duas metas importantes. A primeira, a Meta 17, em que conseguimos, eu e a Deputada Fátima Bezerra, aprovar um dispositivo



sobre o piso salarial nacional. (*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 102/311

179.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	27/06/2012-10:40
Publ.: DCD - 28/06/2012 - 23329	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PT favorável à fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Expectativa de votação da matéria pela Casa. Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero inicialmente trazer o abraço aos trabalhadores da enfermagem pela luta em todo o País. É uma luta mais do que justa, um sonho que essa categoria acalenta há muito tempo. Na verdade, a regulamentação da jornada de 30 horas faz justiça a uma categoria que exerce um papel muito importante no contexto da saúde pública no nosso País.

A bancada do PT está ao lado deles. Esperamos que haja *quorum* suficiente para finalmente votarmos hoje a questão das 30 horas para os profissionais da enfermagem.

Segundo, Sr. Presidente, mais uma vez quero celebrar a importante vitória que a educação brasileira e o País tiveram ontem, quando na Comissão Especial aprovamos, por unanimidade, o relatório do Deputado Angelo Vanhoni que vai instituir o novo Plano Nacional de Educação, relatório este que traz os 10% do PIB para a educação; relatório este que trata da expansão e fortalecimento da educação brasileira, com a universalização e ampliação do atendimento escolar, da creche até a graduação e a pós-graduação; relatório este que traz a



melhoria salarial, a Meta 17, para avançarmos no que diz respeito à política pública de valorização salarial e profissional do magistério, dos profissionais de educação do País.

Nesse sentido, quero falar da minha alegria, junto com o Deputado Biffi, do PT do Mato Grosso do Sul, de termos aprovado ontem uma emenda, acatada pelo Relator, o Deputado Angelo Vanhoni, emenda que equipara o salário médio do professor ao salário médio das demais categorias de nível superior.

A nossa emenda é importante, Sr. Presidente, porque antecipa a realização daquela meta. O relatório original falava em aproximar, dizia que a meta só seria realizada ao final do decênio.

Por meio de emenda de minha autoria e do Deputado Biffi, acatada pelo Deputado Angelo Vanhoni, nós tiramos a palavra "aproximar" - agora é "igualar", "equiparar" -, bem como antecipamos a realização da meta, até porque não é justo nem sensato que um professor de nível superior ganhe muito aquém do que ganham outras categorias que têm formação equivalente.

Por fim, Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Vanhoni, do nosso partido, que exerceu um papel muito competente.

Esse plano tem o cheiro das lutas. Esse plano, na verdade, tem a marca da luta dos trabalhadores da educação, a luta do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Muito obrigado.

Documento 103/311

179.2.54.O	Sessão Extraordinária CD	- 27/06/2012-10:44
Publ.: DCD - 28/06/2012 23329	- FERNANDO FERRO-PT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Atuação dos Deputados Fátima Bezerra e Biffi em prol da educação. Importância da aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a produção de medicamento veterinário genérico. Mobilização de profissionais da enfermagem em defesa da fixação da jornada de trabalho da categoria em 30 horas semanais.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a semana de votações nesta Casa teve momentos extremamente importantes, começando pela votação dos 10% do PIB para a educação.

Aqui expresso meus parabéns à Deputada Fátima Bezerra e ao Deputado Biffi, da bancada do PT, que conduziram a opinião desse partido em relação à educação para transformá-la em prioridade. Esse é o início da construção nacional de uma política de fato para a educação, com valorização dos professores e efetivamente com destinação de recursos para a educação, o que, todos nós sabemos, é prioridade para termos uma grande Nação.

Um outro projeto de lei extremamente importante mas um pouco esquecido foi aprovado aqui ontem: o dos genéricos para os produtos veterinários. Esse projeto é de extrema importância para a agricultura, porque faz parte de uma política para baratear produtos, incentivar o desenvolvimento de tecnologia nacional e promover benefícios para os animais, como os medicamentos genéricos promoveram para a saúde humana.

Acho que foi uma votação muito importante nesta Casa.

Quero agora dirigir minhas palavras às delegações de trabalhadores da enfermagem que se deslocaram de vários locais do País para fazer parte dessa bonita mobilização - encontra-se aqui também a delegação do meu Estado, Pernambuco, que nos tem procurado no Estado. Manifesto o nosso respeito e o nosso compromisso.

A bancada do Partido dos Trabalhadores votará essa matéria, sim, pois é uma matéria extremamente importante e socialmente justa. Acima de tudo, trata-se do reconhecimento a uma categoria que convive diretamente com o sofrimento humano. Todos nós sabemos que é uma profissão insalubre, cujo exercício é extremamente delicado. Acima de tudo, há o componente de humanidade nas ações desses trabalhadores da enfermagem.

Por isso, Sr. Presidente, queremos parabenizar esses profissionais e dizer que essa mobilização é extremamente importante. A presença dele em Brasília, na nossa capital, é fundamental para sensibilizar as



bancadas, a fim de colocarem como prioridade essa votação.

Negociaremos com o Presidente da Câmara e com as Lideranças, para que efetivamente essa votação feche com chave de ouro a semana de importantes votações na nossa Câmara dos Deputados. Essa, sem sombra de dúvidas, é uma resposta a uma categoria que tem grande capacidade de mobilização, pela importância do trabalho que exerce, e que merece o respeito e o apoio de todos nós.

Por isso, o nosso compromisso de envolvimento nessa causa, a fim de atingir este objetivo: aprovar a jornada de 30 horas para os trabalhadores da enfermagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 104/311

179.2.54.O	Sessão Extraordinária - 27/06/2012-10:54 CD
Publ.: DCD - 28/06/2012 - 23331	ALESSANDRO MOLON-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Aprovação, pela Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, do dispositivo referente à destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Adiamento da discussão, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo orador à proposta de criação do marco civil regulatório da Internet. Importância da preservação de direitos dos Estados produtores, ao ensejo da apreciação da proposta de alteração da sistemática de distribuição de royalties de petróleo. Apelo à Casa de adiamento da apreciação da matéria.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., os colegas Deputados e todos



os demais presentes e manifestar o meu apoio à justa luta dos profissionais da enfermagem por uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Tenho certeza de que esta Casa vai dar hoje esse passo importante para garantir condições dignas de trabalho a esses profissionais fundamentais para a população.

Quero também comemorar a aprovação, no dia de ontem, na Comissão Especial criada para analisar o projeto que institui o PNE para os próximos 10 anos, da destinação de 10% do PIB para a educação, um avanço decisivo para a melhoria do setor no País. Ontem, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados, por meio da Comissão Especial do PNE, deu um passo fundamental para o avanço da educação, valorizando os profissionais da área.

Sr. Presidente, quero também dizer que, infelizmente, em razão da pauta corrida desta semana, foi adiada a apresentação do parecer ao projeto que cria o marco regulatório da Internet, que eu faria nesta manhã na Comissão Especial respectiva, onde tenho a honra de ser o Relator. Na próxima reunião divulgar e debater o referido relatório. Se Deus quiser, aprovaremos um bom texto para garantir a todos os brasileiros a Internet que o Brasil merece e deseja.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que, se apreciarmos nesta tarde o projeto que trata da redistribuição dos *royalties* de petróleo, é preciso que esta Casa o faça com responsabilidade e não avance sobre direitos já garantidos para Estados como o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro está disposto a discutir a proposta de repartição dos *royalties* de petróleo para o futuro. Pode, inclusive, apoiar essa proposta e fazer concessões. Mexer no que já foi licitado, sob o pretexto de redistribuir os *royalties*, avançando sobre os direitos do Rio de Janeiro e dos demais Estados produtores, atentaria contra a sobrevivência desses Estados, contra a segurança jurídica e, sobretudo, promoverá uma fratura no pacto federativo que não cicatrizará tão cedo.

Por essa razão, apelo aos Parlamentares a fim de que, de preferência, não apreciemos hoje esse projeto e, se o fizermos, que o façamos com a responsabilidade de não distribuir *royalties* de petróleo de campos já licitados, porque violaria a Constituição, a segurança jurídica e o pacto federativo.

Por isso, em defesa desses princípios e desses valores, faço à Casa o apelo para que não aprecie o projeto de redistribuição dos *royalties* de petróleo e, se o apreciar, que o faça com responsabilidade e respeito à Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 105/311

180.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	27/06/2012-15:14
Publ.: DCD - 28/06/2012 - 23398	PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Convocação da bancada do PDT ao plenário para a votação de projeto de lei sobre a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Aprovação de requerimento de destaque de autoria do orador ao projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, destinado à aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no setor educacional.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Vice-Líder do PDT, na presença do Líder André Figueiredo, quero convocar nossa bancada para marcar presença no plenário.

O PDT quer contribuir com o *quorum* para votar o projeto de lei que dispõe sobre a jornada semanal de trabalho de 30 horas para os profissionais de saúde da área da enfermagem. O partido defende essa bandeira desde o primeiro momento, sobretudo porque sabemos que não há valorização do SUS e da saúde sem a valorização e o respeito por seus profissionais.

Sr. Presidente, também quero registrar minha imensa satisfação por termos aprovado ontem, na votação do financiamento do Plano Nacional de Educação, destaque que apresentei, pela bancada do PDT, destinando 10% do PIB para a educação, uma conquista de toda a sociedade. Muito me honra ter sido porta-voz desse destaque, como Deputado do PDT, pela bancada.

Muito obrigado.



Documento 106/311

180.2.54.O	Sessão Extraordinária - 27/06/2012-15:20 CD
Publ.: DCD - 28/06/2012 - 23399	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Estratégias do Governo Federal para adiamento da votação da proposta de estabelecimento da jornada trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Posicionamento do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, contrário à Meta 20 incluída no Plano Nacional de Educação, para destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional ao fim do próximo decênio.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nosso dever é não criar ilusão. É evidente que há uma decisão de Governo, do Executivo, que tem muita influência aqui no plenário, para que não se vote o projeto das 30 horas para a enfermagem. Isso ficou patente na sessão da manhã. Aliás, o projeto estava em pauta, lá; agora, também veremos as dificuldades, mas o que a categoria tem de fazer é lutar, porque é uma causa justa, uma luta de mais de 1 década. E 6 horas diárias para o profissional da enfermagem, incluindo enfermeiros, assistentes, parteiras, é um tempo razoável para um atendimento de qualidade às pessoas.

Vamos insistir, vamos lutar. Estamos aqui; agora, temos de enfrentar forças poderosas que não querem votar essa matéria e têm de assumir que não querem votar, têm de dar as caras e não enrolar, e não enganar.

Quero ainda registrar aqui, Sr. Presidente, que não entendi a oposição do Ministro da Educação ao novo Plano Nacional de Educação - 10%, em 10 anos, para a Educação. Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos os que assistem a esta



sessão ou nela trabalham, ontem foi aprovada na Comissão Especial a proposta do novo Plano Nacional de Educação, o PL nº 8.035/10, que orientará as políticas educacionais nos próximos 10 anos.

Se não houver recurso para apreciação no plenário, o texto seguirá diretamente para o Senado.

Foram indicadas 20 metas que o País deverá alcançar em 10 anos, entre elas o aumento do atendimento em creche e no ensino integral, a melhora da qualidade da educação e o crescimento do percentual da população com ensino superior.

Em uma sala lotada de estudantes e de representantes de movimentos sociais, a Comissão Especial aprovou a aplicação de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País em políticas do setor em até 5 anos e 10% em até 10 anos.

Para perplexidade geral, o Ministro da Educação, como se fosse adversário de sua própria Pasta, disse que a meta de 10% do PIB em uma década *"é tarefa difícil de ser executada, pois equivale a colocar um MEC dentro do MEC, ou seja, tirar R\$ 85 bilhões de outros Ministérios para a Educação"*.

O PSOL, por intermédio do Deputado Ivan Valente, de São Paulo, apresentou voto em separado ao relatório, estabelecendo que a meta de 10% passasse a vigorar desde já.

É necessário definir recursos suficientes para cumprir as metas estabelecidas. Relacionar metas a serem cumpridas sem indicação clara de onde virão os recursos é criar ilusão.

A campanha dos 10% para a educação, que se organizou em todo o País, obteve uma vitória, mesmo que parcial, com a previsão dessa meta para os próximos 10 anos. A proposta do Relator era de 8% do PIB, e a posição do Governo Federal de 7%.

Para atingirmos os 10% do PIB, a União terá de se comprometer mais, já que arrecada 70% dos recursos fiscais do País.

O novo PNE apresenta diversas propostas que ajudam na consolidação da educação pública de qualidade, como o prazo de 1 ano, após sua sanção, para aprovação da Lei nº 7.420/06, que estabelece responsabilidades de gestores públicos na melhora da qualidade do ensino.

Outro destaque aprovado na terça-feira foi a antecipação da meta de equiparação do salário dos professores ao rendimento dos profissionais de escolaridade equivalente para até o final do sexto ano de vigência do PNE.



O grande desafio é fazer a lei descer do papel para a vida real. A proposta do PNE não prevê sanção no caso de descumprimento das metas estabelecidas. Por isso, os movimentos precisam estar vigilantes e ativos para pressionar pela sua implementação.

Eis as metas:

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB:

IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do ensino fundamental
	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do ensino fundamental
	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino médio

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional

Meta 10: Oferecer no mínimo 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.



Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Agradeço a atenção.



Documento 107/311

180.2.54.O	Sessão Extraordinária - 27/06/2012-17:24 CD	
Publ.: DCD - 28/06/2012 - 23423	- GILMAR MACHADO-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes, quero ressaltar o momento histórico que esta Casa viveu no dia de ontem na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, que, depois de um ano e meio de muito diálogo e de muitos debates por este País afora, aprovou o Plano Nacional de Educação com destinação de 10% do PIB para políticas de educação ao longo de 10 anos.

Quero ressaltar o trabalho do Deputado Angelo Vanhoni, que andou por todo o País, primeiro, sob a presidência do Deputado Gastão Vieira, hoje Ministro do Turismo, e, depois, sob a presidência, brilhante, do Deputado Lelo Coimbra.

Nessa Comissão, integrada por pessoas realmente comprometidas com a educação brasileira, vimos o esforço de todos no debate que realizamos no Brasil inteiro para que pudéssemos concluir, no dia de ontem, a votação do novo texto sobre políticas educacionais para os próximos 10 anos.

Tenho certeza de que o Senado vai melhorar ainda mais o trabalho que a Comissão Especial da Câmara produziu, muito bem sistematizado no parecer do Deputado Angelo Vanhoni.

Esta Casa aponta - e é um trabalho da Casa - que o País vai continuar investindo fortemente na educação de tempo integral, ampliando cada vez mais o tempo das crianças nas escolas; ao mesmo tempo, vai assegurar também que todas as crianças, principalmente as de até 3 anos, tenham acesso a creches. Hoje, há uma quantidade enorme de crianças fora das salas de aula, e os pais não têm onde deixá-las.



Agora, apontamos recursos claros para isso.

As pessoas perguntam: os 10% do PIB são para quê? Isso está muito bem definido: é para a educação infantil, para a escola de tempo integral, para a educação dos adolescentes. Infelizmente, durante os 8 anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma lei proibiu a abertura de escolas técnicas e tecnológicas no nível médio. Agora, nós as abrimos. Existe um *deficit* enorme em relação a essas escolas. Levaremos muito para recuperar o tempo perdido no que se refere à criação de escolas técnicas e tecnológicas, mas vamos conseguir.

No que diz respeito à ampliação das universidades - é um momento especial - e, acima de tudo, à valorização dos profissionais da educação, o Plano Nacional de Educação é muito bem articulado, muito bem definido.

Por isso, quero saudar e cumprimentar as lideranças educacionais de todos os partidos que participaram ativamente dos debates, aqueles que ontem ajudaram a votar essa proposta. Os partidos votaram de forma unânime pela aprovação do Plano Nacional de Educação. Agora, ele vai ao Senado.

Ontem, para mim, foi um dia muito especial como educador - antes de ser Deputado, eu sou professor; aliás, tenho orgulho de ser professor -, um dos melhores dias da minha vida, porque pude participar da aprovação do Plano Nacional de Educação que irá orientar as políticas educacionais para os próximos 10 anos. Isso realmente é muito gratificante.

Sr. Presidente, já registrei a minha presença em plenário, antes que alguém venha dizer que estou usando a tribuna sem a ter registrado.

Estou aqui, também, para votar as matérias, e, no tempo certo, vamos fazer o debate correto da jornada de trabalho dos enfermeiros. Existe uma situação econômica que temos de considerar, mas temos de olhar igualmente a situação desses profissionais. É esse debate que eu quero fazer, e estou pronto para fazê-lo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.



180.2.54.O

Sessão Extraordinária - 27/06/2012-17:38
CDPubl.: DCD - 28/06/2012 - SIBÁ MACHADO-PT -AC
23425

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕESBREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Acerto da aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do dispositivo do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE sobre a aplicação no setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB. Elogio ao Deputado Angelo Vanhoni, Relator da matéria. Apoio à proposta do Deputado Carlos Zarattini, Relator, acerca da obrigatoriedade de aplicação, por Estados e Municípios, de pelo menos 50% dos royalties do petróleo do pré-sal em educação. Expectativa de alcance de quorum no plenário para votação do projeto de lei sobre a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação - PNE avançou nas metas mais significativas para a reestruturação da educação em nosso País.

Vou falar sobre um dos pontos fulcrais do Plano, mas quero, em primeiro lugar, parabenizar de público o Relator, o Deputado Angelo Vanhoni. Depois de duríssimos debates e negociações, venceu a tese de se estabelecer, para os próximos 10 anos, a aplicação obrigatória do correspondente a 10% do PIB em educação.

Assim sendo, boa parte dos investimentos para qualificação da educação em nosso País será feita, até mesmo porque acredito fortemente em nosso desenvolvimento econômico, com sustentabilidade, com distribuição de renda, com melhoria na infraestrutura nacional, através do Plano de Aceleração do Crescimento, assim como acredito nas medidas de combate aos efeitos negativos da crise econômica da Europa e em tantas outras medidas importantes adotadas pelo Governo da Presidenta Dilma.

O segundo ponto - matéria a ser discutida na sessão ainda de hoje - trata da aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, principalmente do pré-sal.

No debate feito nesta Casa, os Parlamentares do Rio de Janeiro exaustivamente já disseram que discordam veementemente de qualquer mudança na licitação dos primeiros blocos do pré-sal, mas que não há nenhum óbice em relação ao que depois foi licitado.



Vencido isso, o Relator, o Deputado Zarattini, estabeleceu em seu parecer a obrigatoriedade de que qualquer ente público que venha a receber recursos do pré-sal aplique pelo menos 50% em educação.

Isso é muito importante, Sra. Presidenta, porque, considerando o somatório que hoje já existe, mais os 10% do PIB determinados no PNE e mais - se chegarmos a um entendimento nesta Casa - 50% dos *royalties* do pré-sal para serem aplicados em educação, inevitavelmente, nos próximos 10 anos, o Brasil será um dos mais importantes países na produção de inteligência, na produção tecnológica, na produção de inovação.

Assim sendo, nossa bancada está centrada em relação a isso. Estamos dispostos a um diálogo aberto na tarde de hoje, principalmente porque acreditamos que a maioria desta Casa está convencida de que o parecer do Deputado Zarattini é a melhor proposta, se não de consenso absoluto, mas para a maioria dos Parlamentares.

Encerro dizendo que, quanto ao debate a respeito dos agentes de saúde, nós também queremos fazê-lo, Sra. Presidente. Se houve desentendimento na orientação das bancadas, vamos discutir isso ainda na tarde de hoje, até porque o *quorum* está muito próximo de ser alcançado. Já temos com 236 Deputados presentes. Faltam menos de 20 Parlamentares para o *quorum* ser atingido.

Então, abriremos o debate franco a respeito de tão importante categoria profissional, os enfermeiros do Brasil.

Estamos juntos. Vamos para luta! É lutando que se vence!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 109/311

180.2.54.O	Sessão Extraordinária - 27/06/2012-17:52
Publ.: DCD - 28/06/2012 - 23427	CD
CÂMARA DOS DEPUTADOS	CHICO LOPES-PCDOB -CE
	BREVES COMUNICAÇÕES
	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Declaração de voto favorável ao projeto de lei de interesse dos profissionais da enfermagem. Regozijo com a aprovação pela Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE da destinação de valor correspondente a 10% do Produto Interno Bruto - PIB no setor educacional.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu vou falar sobre o Plano Nacional de Educação. Mas, antes, quero dizer às enfermeiras e aos enfermeiros que estão nas galerias que o meu voto concernente à matéria será a favor deles, até porque eu sou casado com uma enfermeira e não poderia agir de forma diferente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com uns 50 anos de magistério, tive o prazer de participar da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. A aprovação desse Plano para os próximos 10 anos significa um grande avanço na nossa educação. E esse avanço será grande porque o impossível tornou-se possível ontem, quando aprovamos a destinação de 10% do PIB para a educação. Nada poderia ser mais emocionante do que a aprovação desses 10%. Mas só vamos ver o resultado dessa decisão daqui a uns 5 ou 6 anos.

Que realmente esse dinheiro seja aplicado em mais laboratórios, em mais escolas de tempo integral, em mais salário e mais formação para os professores, em mais estrutura, fazendo com que a educação seja realmente um instrumento para transformar as pessoas, para ajudar a desenvolver o País, porque não podemos fazer educação sem investir nos próprios professores e funcionários direta ou indiretamente envolvidos no setor.

Portanto, fui um dos soldados da luta pela aprovação do Plano. Com a UNE, com a UBES e com todos os outros partidos, de Oposição ou de Situação, pensamos mais alto, pensamos no futuro deste País, pensamos na nossa juventude, pensamos que, com a aprovação desse financiamento para a educação, teremos, com certeza, daqui a 7, 8, 10 anos, os frutos desse dia histórico em que aprovamos a destinação de 10% PIB para a educação.

Senhores pais de alunos, nós, que militamos nessa área, estamos todos de parabéns, porque vamos ter 10% do PIB para o financiamento da educação. Eu acredito no meu País, porque estamos fazendo alguma coisa para isso acontecer.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.



Documento 110/311

182.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/06/2012-09:36
Publ.: DCD - 30/06/2012 - 23768	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Expectativa de aperfeiçoamento, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Aprovação, por órgão do Senado Federal, de projeto de lei sobre a destinação de 50% das vagas de universidades federais para alunos oriundos da rede pública de ensino.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu não poderia deixar de insistir na fala sobre a aprovação do projeto do Plano Nacional de Educação, ocorrida na terça-feira à noite.

A aprovação desse projeto, Sr. Presidente, tem um significado importante. Há, de fato, um indicativo de que temos esperança, com esse Plano, na melhoria da qualidade da educação pública.

Ontem mesmo, no Senado, foi aprovado um projeto da Câmara dos Deputados de criação de cotas que reserva 50% das vagas nas universidades federais a alunos oriundos das escolas públicas, principalmente alunos de baixa renda.

Mas, Sr. Presidente, isso me preocupa muito. É evidente que todos nós reconhecemos a importância de darmos oportunidades em face da discriminação aos negros, mas me preocupa o fato de que, com uma reserva de 50% das vagas na universidade para alunos das escolas públicas, neste momento, venha a cair a qualidade das universidades federais, tendo em vista o grau de desleixo, vamos dizer, de incompetência, de falta de estrutura, de falta de apoio e de falta de qualidade da escola pública.

O que acontece neste País, Sr. Presidente, é que hoje os alunos das universidades federais são aqueles que tiveram oportunidades, que têm familiares, que têm pais com curso de graduação, que têm computador em casa, que tiveram chance de estudar em uma boa escola e de fazer um bom cursinho. Esses são os alunos das



universidades federais. São alunos que estão preparados para, de fato, iniciar um curso de graduação, ao contrário dos alunos que vão para as universidades particulares, que normalmente são oriundos da escola pública e que chegam ao ensino superior sem a mínima condição de iniciar um curso de graduação; são alunos semianalfabetos. De acordo com pesquisas, apenas 6% dos alunos do ensino médio conseguem chegar ao 3º ano com conhecimento de Matemática e Português.

Então, o que nós queremos - e vamos agora conseguir, espero, com o Plano Nacional de Educação - é resgatar a qualidade da educação pública. É dessa forma que se dá igualdade de oportunidades. Igualdade de oportunidade não é apenas reserva de mercado, não é apenas reservar parte das vagas, como estão fazendo com as universidades. Igualdade de oportunidade é fazer com que todos tenham o direito de ter acesso a educação de qualidade e que possam concorrer em igualdade de condições, como era no passado.

Como disse ontem, quando ainda concluí o 1º grau aqui no Distrito Federal, em 1970 - a 8ª série -, as escolas públicas eram de qualidade. Os alunos da escola pública eram os que ingressavam nas universidades federais, porque na escola pública estava a qualidade. Todos competiam com igualdade de condições.

Hoje é totalmente diferente. As escolas estão caindo aos pedaços; os professores têm um salário pífio, um piso de 1.451 reais; as escolas não têm a mínima estrutura de funcionamento e não dão a mínima condição de um professor trabalhar com tranquilidade, com meios tecnológicos, com apoio, com participação da comunidade.

Essas escolas de hoje realmente precisam de um investimento maciço. É por isso que, além da aprovação do Plano Nacional de Educação, precisamos de algo que infelizmente não conseguimos ainda, e espero corrigir no Senado: saber quem vai pagar essa conta.

Nós aprovamos, Deputada Erundina, os 10% do PIB para a educação, mas, infelizmente, a emenda que definia quem vai pagar a conta não foi aprovada.

E eu disse aqui ontem também que os Municípios, que é onde as pessoas moram, não têm a mínima condição de assumir qualquer responsabilidade hoje pelo aumento de despesas decorrente da aprovação do PNE! Os Municípios não têm recursos hoje para assumir qualquer responsabilidade a mais; mal conseguem pagar o piso salarial dos professores. Hoje, o único ator que tem condições de pagar aquilo que estamos propondo no Plano Nacional de Educação chama-se Governo Federal, até porque é ele que arrecada todos os impostos. Praticamente 80% das contribuições em impostos são arrecadados pela União.



Por isso, dediquei uma emenda para atribuir à União a responsabilidade do acréscimo do piso, decorrente dos 10% do PIB para a educação, para que seja pago pela União.

Sr. Presidente, para concluir, definitivamente, quero ainda fazer um pedido, porque não podemos simplesmente nos acomodar pelo fato de ter sido aprovado o projeto na Comissão Especial, pois agora há a votação no Senado. Precisamos continuar a mobilização no Senado.

Portanto, quero fazer uma convocação para, da forma como estiveram aqui na terça-feira a UNE, a UBES, as entidades dos professores, a CNTE, os gestores municipais e estaduais, pressionarmos o Senado a aprovar o texto da Câmara, apenas com a correção da questão da obrigatoriedade e da responsabilidade do pagamento, que, no caso, é da União, que é o único ator hoje que tem condições de pagar essa conta. Continuem mobilizados da forma como estavam. Os estudantes tiveram papel fundamental no *quorum* da sessão.

Portanto, faço este convite: permaneçam todos em alerta...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Peço ao Deputado Izalci que assuma a Presidência dos trabalhos, porque sou o próximo orador no Pequeno Expediente.

E, já que a Deputada Erika Kokay não vai poder fazer uso da palavra pela Liderança, solicito que eu possa fazer uso desse tempo depois.

Documento 111/311

187.2.54.O	Sessão Extraordinária - 04/07/2012-11:10 CD
Publ.: DCD - 05/07/2012 - 24480	COSTA FERREIRA-PSC -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Regozijo com a aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator ao projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo sobre a destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação. Principais metas do novo PNE. Necessidade de evolução do sistema educacional brasileiro.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me motiva a subir a esta tribuna hoje é celebrar a aprovação do Plano Nacional de Educação, que traz, dentre outras propostas positivas, a consecução de 10% do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil para a educação. Idealizado por educadores de todo o País, este é um objetivo pelo qual me empenho nos 18 meses em que a matéria tramitou nesta Casa.

O mais importante da aprovação do Plano Nacional da Educação é que é fruto de acordo entre o Governo Federal e o Legislativo. O acordo celebrado estabeleceu a aplicação de 7% nos primeiros 5 anos, e os 10% serão aplicados a partir do décimo ano.

O escalonamento da execução desse valor obedece a um calendário que permitirá aos Governos Federal, Estaduais e Municipais se readequarem. Os três entes públicos investem atualmente apenas 5% do PIB em políticas do setor. E a previsão se limitava a 7%, o que ainda representa investimento moderado se considerarmos o quanto a educação é estratégica e fundamental.

O Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes importantes para que os programas de educação possam ser aferidos periodicamente em busca das metas propostas. Dentre as metas destaco:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em



educação, como proporção do Produto Interno Bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

- valorização dos (as) profissionais da educação.

Todas as metas têm prazo para acontecer, dentro de 10 anos, o que envia um esforço enorme de todos, o que precisa envolver os governantes, educadores e alunos, toda a sociedade.

Sabemos que a educação na Europa e na Ásia está muito evoluída em relação à nossa. Ainda convivemos com precariedades inadmissíveis para uma das maiores economias do planeta. Edificações precárias, carência ou inexistência de material didático adequado segundo a faixa etária, professores despreparados, professores desmotivados por salários baixos, tudo isso representa a realidade de todos os Estados do País, mormente no Norte e no Nordeste.

Precisamos evoluir para a educação fundamental integral, assim como creches de qualidade para nossas crianças, a fase mais propícia para semear o gosto pela leitura e pelo estudo. Perder essa oportunidade pode produzir prejuízos educacionais irreparáveis.

As universidades federais, motivo de orgulho, passam por um processo de sucateamento. Reclamações de todos os Estados relatam a degradação das estruturas dos prédios e equipamentos. O reflexo de tudo isso se vê no clamor do mercado por mão de obra qualificada, tendo de importar trabalhadores com formação adequada.

Obviamente, transpor essa barreira passa, inevitavelmente, pela formação de profissionais qualificados e adequadamente motivados, tanto como fator de reconhecimento da grandeza do trabalho dos professores, quanto para evitar que migrem para atividades de maior recompensa salarial.

Da mesma forma que lutei pelo estabelecimento de 10% do PIB na área educacional aqui na Câmara, vou me empenhar para que as mudanças sejam mantidas no Senado. A educação representa o melhor e mais certo investimento para o Brasil. Não podemos abdicar desse caminho.

Muito obrigado.



Sumário

Importância da aprovação do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Desempenho de estudantes brasileiros.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ressaltar a importância da aprovação do Plano Nacional de Educação, especialmente dos 10% do Produto Interno Bruto do nosso País para a área educacional.

Foi lançado recentemente o livro *O Nó do Ensino Médio*, do Prof. Moaci Alves Carneiro. Agradeço ao autor por ter enviado a mim um exemplar. Tiro dele uma parte que acho interessante, e preocupante. Em 2006, os dados do PISA, cujo teste é aplicado no Brasil, revelaram que mais de 70% dos alunos com 15 anos de idade não tinham o domínio do conhecimento básico em Matemática. No caso de Ciências, 61% estavam abaixo do mínimo exigido. Isto é gravíssimo: 55% não conseguem ir além de uma leitura mecânica, não compreendem o texto. Pasmem, apenas 1% dos estudantes brasileiros atinge níveis considerados como de excelência nos países desenvolvidos.

Imaginem os senhores que, com 10% do PIB, daqui a 10 anos poderemos ter uma estatística diferente dessa. Há desigualdade entre os estudantes brasileiros, entre os que vão para a escola pública e aqueles que vão para a escola particular. Evidentemente, a educação no Brasil tornou-se mercadoria, vendida através da mídia, mas a obrigação é do poder público. Nesse sentido, acho que todos aqueles que lutaram pelos 10% estão cumprindo o seu papel de cidadania.

No Ceará, é uma tristeza o aumento do índice. Tem o pior índice do Brasil a cidade de Fortaleza, onde estudantes mal sabem assinar o nome.

Foi ótima, foi sábia essa aprovação dos 10% quanto ao Plano Nacional de Educação.

Espero que, daqui a 10 anos, não estejamos fazendo discursos dessa natureza, e sim falando sobre o que de positivo aconteceu durante esse período.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 113/311

188.2.54.O	Sessão Extraordinária - 04/07/2012-17:08 CD
Publ.: DCD - 05/07/2012 - 24667	ALEX CANZIANI-PTB -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Inclusão no projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE de dispositivo destinado à garantia de investimentos no ensino especial.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como membro da Comissão Especial que analisou o Plano Nacional de Educação, com as diretrizes para a educação nos próximos dez anos, venho dizer que trabalhamos para reforçar a necessidade da manutenção das escolas especiais e a possibilidade da matrícula das pessoas com deficiência na escola comum, de forma a efetivamente ampliarmos o atendimento deste público. Uma lei foi incluída no texto do PNE para garantir a existência das escolas especiais, com investimentos. Agora podemos constatar que quase 80% do total de matrículas da educação especial estavam nas escolas públicas em 2011, segundo o último resumo técnico do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O restante, quase 20%, está nas instituições particulares de ensino. Hoje a educação especial no País tem 752.305 matrículas, somados os estudantes em escolas regulares e especiais. O INEP considera como alunos especiais as crianças e jovens com deficiências físicas, mentais, intelectuais e aqueles que apresentam superdotação e altas habilidades.

Os dados também reafirmam a tendência de crescimento do número de alunos com deficiência em salas regulares. Contabilizando todos os incluídos - em educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional e de jovens e adultos (EJA) -, o aumento entre 2010 e 2011 foi de 15,3%. Em contrapartida, as escolas especiais enfrentaram uma queda de 11,2% no número de alunos. Desde 2008 é



admitida a dupla matrícula no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) dos estudantes da rede pública regular que recebem o chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo especialistas em educação especial, apesar de o número de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino ter aumentado, os desafios para se atingir a inclusão ainda são muitos - como, por exemplo, o comprometimento do gestor da escola que recebe essa criança.

Somos defensores da inclusão dos alunos com alguma deficiência em escolas regulares, mas também defendemos a continuidade do trabalho das APAES em todo o País. É importante que os pais de alunos especiais decidam onde querem colocar seus filhos para estudar, tendo a oportunidade de colocar a criança na escola especial ou na regular. Temos que assegurar a esses alunos o direito a frequentar as duas escolas, para que eles sejam inseridos na sociedade e assim possam exercer plenamente os seus direitos de cidadãos.

Era o que tinha a dizer.

Documento 114/311

191.2.54.O	Sessão Extraordinária CD	- 05/07/2012-10:52
Publ.: DCD - 06/07/2012 25240	- REGUFFE-PDT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância do ensino público de qualidade e de gestão eficiente dos recursos destinados ao setor educacional. Defesa de adoção da escola de tempo integral no País.

O SR. REGUFFE (PDT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste semestre, a Câmara promoveu uma



das discussões mais importantes que este País viu no Parlamento: a do Plano Nacional de Educação.

Para mim, não é questão apenas de aumentar o volume de recursos na área de educação. Isso tem de ser feito, claro, mas temos de melhorar a qualidade do ensino oferecido e nos preocupar com a gestão dos recursos, do que fazer com eles.

Este País tem gasto 5,1% do Produto Interno Bruto em educação. É essencial que passemos, em 10 anos, para 10% do PIB, tese que já foi objeto de um pronunciamento meu nesta Casa. Agora, é importante também discutir o que fazer com esse dinheiro. Na minha concepção, o grande desafio que temos na educação pública deste País é fazer com que todas as nossas escolas públicas ofereçam ensino em tempo integral. É a criança, independentemente da sua classe social, acordar de manhã, chegar à escola e ter leite, café, pão; estudar no período matutino, almoçar e, depois, no período vespertino, ter aulas de reforço, aula de informática, de língua estrangeira e a prática de uma atividade física; para, no fim da tarde, voltar bem alimentada para a sua casa.

Aí, podemos começar a pensar em ter um país diferente. Agora, é preciso que isso seja prioridade. Na discussão do Plano, em 10 anos, 50% das escolas. Não deveriam ser 50%, mas ser 100%.

Quanto de recursos é preciso? Vamos discutir e ver como colocar. Agora, é preciso haver um norte. Esse seria um grande desafio.

Eu queria ver a Presidente Dilma, a quem elogiei nesta tribuna pelo enfrentamento aos banqueiros, fazer essa discussão. Isso é a vida real das pessoas, é por aí que construímos um país diferente.

Foi assim que o leste asiático cresceu e mudou a sua economia: investindo em recursos humanos, investindo no futuro. Esse é o desafio que tínhamos de discutir com o Governo e neste Parlamento.

Deveria estar previsto na legislação que, daqui a 10 anos, os Prefeitos que não conseguirem colocar todas as crianças em horário integral ficam inelegíveis por 8 anos. Isso deveria estar previsto na legislação.

Então, esse é um desafio e deveria ser uma bandeira de todos nós. Eu, inclusive, direcionei algumas das minhas emendas individuais à educação em tempo integral, porque essa, na minha concepção, é a discussão do que queremos para o futuro das nossas cidades e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 115/311

192.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/07/2012-16:57
Publ.: DCD	SANDRO ALEX-PPS -PR	
06/07/2012 - 25289		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Saudação ao Deputado Izalci. Aprovação de emenda ao projeto de lei sobre a concessão de incentivos à produção de software livre, em tramitação na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Acatamento de emenda apresentada pelo orador ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, a respeito do custeio das universidades públicas estaduais pelo Governo Federal. Agradecimento ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, pelos trabalhos desenvolvidos junto a universidades estaduais paranaenses. Solicitação ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, de certificação de hospital de ensino da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Posicionamento da bancada federal do PPS com relação ao estabelecimento da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais; à extinção do fator previdenciário; à flexibilização do horário de transmissão do programa A Voz do Brasil e à distribuição de royalties de petróleo a Estados e Municípios.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Izalci, quero cumprimentá-lo e dizer que trabalhamos esta semana na Comissão de Ciência e Tecnologia e conseguimos aprovar importante emenda no projeto de benefícios e incentivos do *software* livre, em que conseguimos uma emenda com o Deputado José Rocha para que seja respeitado o princípio da equivalência, oferecendo a mesma qualidade e o mesmo desempenho para os demais *softwares*. Cumprimento S.Exa.

Senhores e senhoras, o Plano Nacional de Educação está tramitando aqui no Congresso Nacional com uma emenda importante de nossa autoria, estabelecendo que o Governo Federal arque com parte do custeio das universidades públicas estaduais.

Essa matéria, que foi aprovada na Comissão e segue para análise pelo Senado, tem agora uma emenda de nossa autoria que beneficia inúmeras universidades estaduais no País, universidades que contribuem para a educação e a formação de profissionais no Brasil e



que não atendem apenas os seus Estados.

Os alunos que frequentam uma universidade estadual vêm de diferentes pontos do Brasil. Entretanto, essas universidades estaduais acabam arcando com os investimentos através dos seus Estados, e o Governo Federal não participa desse custeio.

Nós pedimos, então, ao Relator do Plano Nacional de Educação, Deputado Vanhoni, que incluísse a garantia da aplicação de custeio por parte do Governo Federal, até porque o Governo Federal tem essa obrigação com o ensino superior. O Relator aderiu à sugestão, e até fizemos uma audiência pública no Estado do Paraná, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde debatemos esse tema.

O Relator acabou acatando essa discussão da comunidade acadêmica, e esperamos que a matéria seja aprovada e posteriormente sancionada sem vetos, porque as universidades estaduais em todo o País também merecem receber investimentos para o custeio, pelo benefício que trazem à educação deste País.

Aliás, alguns Estados recebem um investimento maior do Governo Federal por terem inúmeras universidades federais ou até mesmo por não disporem de universidades estaduais. O Estado do Paraná, por exemplo, tem diversas universidades estaduais de qualidade. Portanto, deixa de receber, em comparação com alguns Estados, um valor próximo a 2 bilhões de reais, e acaba arcando sozinho com o custeio dessas universidades.

Então, quero agradecer aqui ao Relator por acatar essa emenda importante, dando oportunidade às universidades estaduais de receberem o custeio do Governo Federal.

Sr. Presidente, quero também fazer um agradecimento ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, por estar trabalhando em conjunto com algumas universidades estaduais do Paraná. O Ministério do Esporte está trabalhando com a UNICENTRO, no *campus* de Irati, para beneficiar o curso de Educação Física daquela tão importante região do sul do Brasil e com a UEPG - Universidade de Ponta Grossa, também no curso de Educação Física, para que volte a ter no *campus* pista de atletismo em condições de atender não só a comunidade acadêmica como também toda a população daquela região por meio de competições. Duas universidades estaduais estão sendo contempladas pelo Governo Federal através de projetos que muito contribuem com o Estado do Paraná.

Quero ainda cumprimentar o Ministro Padilha e toda a sua equipe por nos receber em ocasião em que formalizamos o pedido de certificação de hospital de ensino da Santa Casa de Ponta Grossa junto ao Ministério da Saúde. Nós recebemos confirmação de que essa



diligência, no início do segundo semestre, se dirigirá até a Santa Casa para fazer a perícia e a confirmação de que aquela Santa Casa poderá ser certificada como hospital de ensino de saúde do Estado do Paraná. Por isso, faço um agradecimento especial a esses Ministros, que têm trabalhado em favor do Estado do Paraná e de todo o Brasil.

Finalmente, Sr. Presidente, quero reafirmar o compromisso da bancada do PPS em relação à jornada de 30 horas dos trabalhadores da enfermagem, ao fim do fator previdenciário, à flexibilização do horário de exibição do programa *A Voz do Brasil* e também à proposta de distribuição de *royalties* do petróleo. A bancada do PPS vai continuar trabalhando para que este ano alcancemos esses avanços, cujas demandas são recordistas de acesso no portal da Câmara. O cidadão brasileiro acessa o nosso *site* ou liga para o telefone da Câmara dos Deputados para cobrar que discutamos e coloquemos em votação essas matérias tão importantes. Nós devemos respeitar a opinião da população brasileira que entra em contato com a Câmara dos Deputados e formaliza seu pedido através dos nossos órgãos de comunicação.

Quero agradecer a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores de todo o País.

Documento 116/311

197.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/07/2012-17:22
Publ.: DCD - 11/07/2012 - 26274	EFRAIM FILHO-DEM -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Falta de vontade do Governo Federal para abertura de negociações com o movimento grevista de professores e funcionários das universidades federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs. Aprovação da proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Descaso do Governo petista com a educação. Carta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES Nacional a respeito da greve das universidades federais.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o motivo que me traz à tribuna é fazer ecoar para todo o povo brasileiro, através do plenário da Câmara dos Deputados, a indignação que toma conta do País para a



greve quase total das universidades federais, dos institutos federais de tecnologia espalhados pelos cantos e recantos do Brasil.

Em João Pessoa, na Paraíba, na última sexta-feira, tivemos uma audiência pública, convocada pelo comando de greve e pelos sindicatos dos servidores e professores, com a participação dos diretórios centrais dos estudantes, para discutir esse tema.

Infelizmente, da bancada Federal da Paraíba, apenas o Deputado Efraim Filho esteve presente, o Deputado Luiz Couto enviou representante, o Senador Cássio Cunha Lima justificou sua ausência devido aos problemas de saúde de seu pai, o ilustre ex-Deputado Federal Ronaldo Cunha Lima, que veio a falecer.

Isso demonstra, Sr. Presidente, a falta de ressonância que a base do Governo, principalmente, tem dado a essas reivindicações vindas das universidades deste País.

O Brasil, hoje, não pode conviver com o maior patrimônio que uma nação pode ter, que é o conhecimento, parado por falta de coragem do Governo de sentar para dialogar. Todas as pautas de reivindicação, que vêm desde 2011, foram travadas pelo Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Planejamento.

De forma muito clara, esse Secretário joga na lixeira acordos trazidos do ano passado e leva as universidades, os seus servidores e os professores a não terem outra solução que não fazer greve. Essa greve prejudica os estudantes, os pais dos alunos, que vêem seus filhos, que deveriam estar se preparando, qualificando-se, perderem o semestre. Muitas universidades já declararam o semestre perdido.

A Comissão de Educação foi ao Ministro da Educação e lá foi informada de que somente no dia 31 de julho, a quase 1 mês, é que o Ministro Aloizio Mercadante poderia recebê-la. Não há nenhuma proposta concreta para atender as reivindicações dos professores.

Os reitores das universidades e a ANDIFES estiveram presentes na Comissão de Educação. Da mesma forma, não houve solução.

O que se vê é a má vontade do Governo Federal, que se posicionou absolutamente contrário aos 10% do PIB para a educação. Mas nós conseguimos reverter a posição. A Câmara dos Deputados deu uma prova de autonomia ao derrotar o Governo, aprovando os 10% do PIB para a educação, em cuja Comissão tive a honra de ser o Deputado Federal paraibano a votar.

O que adianta o Brasil ser a sexta potência econômica do mundo, se nos testes de avaliação educacional nós estamos perto do centésimo



lugar? É esse abismo que tem de ser corrigido.

O Governo começa a apontar outras prioridades e não cuida da educação. O impacto orçamentário seria de pouco mais de 1,5 bilhão de reais. Quando o Governo quer e trata com prioridade, ele encontra as respostas. Não é à toa que o orçamento do Bolsa Família é 18 bilhões de reais, o do seguro-desemprego de 26 bilhões de reais. Um bilhão e meio para que as universidades federais voltem a atuar está ao alcance do Governo. A reivindicação pode ser atendida.

Para concluir, Sr. Presidente, apenas farei a leitura da carta do Sindicato ANDES Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Peço compreensão a V.Exa. para que dê o restante do pronunciamento como lido.

O SR. EFRAIM FILHO - E o sindicato diz quais são as reivindicações:

"a) reestruturação da carreira docente, prevista no Acordo 04/2011 descumprido pelo governo federal, com valorização do piso e incorporação das gratificações; (carreira única com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20h correspondente ao salário mínimo do DIEESE, e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho (...)"

Agradeço, Sr. Presidente, pela tolerância. Em nome da área de educação deste País, em nome dos estudantes, dos servidores e professores pedimos ao Governo que tenha alma, coração e que atenda à reivindicação desses professores, para que as aulas retomem, a fim de que os alunos possam concluir a sua qualificação e trabalhar pelo futuro e desenvolvimento deste País.

Muito obrigado.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR



Publ.: DCD - 12/07/2012 - MANATO-PDT -ES
26470

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Descumprimento, pelas empresas prestadoras de serviços no Estado do Espírito Santo, da obrigatoriedade de emissão da declaração de quitação anual de débitos, conforme preconizado pela Lei nº 12.007, de 2009. Importância da destinação do equivalente a 10% do Produto Interno Bruto - PIB para o setor educacional, no âmbito do Plano Nacional de Educação - PNE. Necessidade de melhoria na gestão dos recursos destinados ao setor. Empenho da bancada federal do Estado do Espírito Santo para a liberação de recursos para a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, especialmente para o Hospital das Clínicas.

O SR. MANATO (PDT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o grande pensador do direito Hans Kelsen nos ensina que "*a eficácia, ou seja, a realização fática da conduta humana contida na norma, distingue-se de sua validade. A norma pode existir, isto é, ser válida, embora permaneça ineficaz, se bem que uma norma sem um mínimo de eficácia não seja válida, já que esse mínimo de eficácia é condição de sua validade*".

Podemos deduzir que, se a lei não vige, ela simplesmente não existe. Ela só passará a existir de fato com sua vigência, com sua eficácia fática e jurídica, consubstanciada em sua aptidão para produzir, com seus efeitos, relações jurídicas concretas.

Faço esse preâmbulo, Sr. Presidente, porque tenho sido demandado por dezenas de cidadãos do meu Estado insatisfeitos com as prestadoras de serviço que descumprem rigorosa e fragorosamente a legislação em vigor, ao ignorar o que determina a Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, ou seja, a obrigatoriedade de emissão de declaração de quitação anual de débitos por todas as prestadoras de serviços públicos ou privados.

Com essa lei, as prestadoras de serviço passaram a ter responsabilidade de isentar o consumidor de comprovar pagamentos pretéritos com a simples emissão de uma declaração de quitação anual, enviada impreterivelmente no mês de maio do ano posterior ao adimplemento das obrigações.

Essa lei, Sr. Presidente, entrou em vigor em julho de 2009, mas até hoje não está sendo cumprido pela grande maioria das prestadoras de serviço.



Também gostaria de destacar, Sr. Presidente, que foi muito positiva a aprovação do PNE, ao estabelecer a meta de destinação do equivalente a 10% do PIB para a educação.

É lógico que todos nós concordamos, principalmente os educadores, mas devemos lembrar que é preciso igualmente melhorar a gestão dos recursos disponíveis.

Aumentar investimentos na educação pública, ampliar vagas em creches, equiparar a remuneração de professores à de outros profissionais com diploma superior, erradicar o analfabetismo, implantar o ensino integral em 50% das escolas públicas estão entre as 20 metas a serem cumpridas num prazo de 10 anos, de acordo com o Plano Nacional de Educação, aprovado na semana retrasada por esta Casa, depois de ser discutido nos 2 últimos anos.

O projeto ainda deve vir a plenário, onde temos certeza de que será aprovado em suas grandes linhas.

A previsão é de um aumento considerável da parcela do PIB destinada ao setor: até 2022, 10% do total das riquezas geradas pelo País. Atualmente, o percentual é 5,1%.

Sempre venho lutando nos meus mandatos, Sr. Presidente, por essa medida. Acredito que a educação é o segredo de uma nação próspera, competitiva, produtora de riquezas; uma nação respeitada e que deseje se impor internacionalmente como uma verdadeira potência.

Isso me anima muito, Sr. Presidente, pois esse maior investimento na educação é necessário para compensar o atraso educacional do País.

A bancada federal do Estado do Espírito Santo se reuniu com o Reitor da UFES e com o Diretor do Hospital das Clínicas, Emílio Mameri, e conseguiu, por intermédio do MEC, liberar 3 milhões e 300 mil para a Universidade Federal, principalmente para o Hospital das Clínicas, sendo que, dos 45 hospitais universitários, o do Espírito Santo foi o décimo.

Foi uma vitória da bancada. Estamos unidos para tentar salvar o Hospital das Clínicas. Temos certeza de que o hospital precisa melhorar. O hospital tem 120 leitos desativados. Isso só será resolvido com a contratação de mão de obra pela empresa que nós criamos aqui e que precisa funcionar.

Muito obrigado, Presidente Inocêncio Oliveira.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o grande pensador do Direito Hans Kelsen nos ensina que *"a eficácia, ou seja, a realização fática da conduta humana contida na norma, distingue-se de sua validade. A norma pode existir, isto é, ser válida, embora permaneça ineficaz, se bem que uma norma sem um mínimo de eficácia não seja válida, já que esse mínimo de eficácia é condição de sua validade"*.

Segundo este conceito kelseniano, Sras. e Srs. Deputados, podemos deduzir que se a lei não vige, ela simplesmente não existe. Ela só passará a existir de fato com sua vigência, com a sua eficácia fática e jurídica, consubstanciada em sua aptidão para produzir com seus efeitos relações jurídicas concretas.

Faço esse preâmbulo, Sr. Presidente, porque tenho sido demandado por dezenas de cidadãos do meu Estado, insatisfeitos com as prestadoras de serviço que descumprem fragorosamente a legislação em vigor, ao ignorar o que determina a Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, ou seja, a obrigatoriedade de emissão de declaração de quitação anual de débitos por todas as prestadoras de serviços públicos ou privados.

Com essa lei, as prestadoras de serviço passaram a ter a responsabilidade de isentar o consumidor de comprovar pagamentos pretéritos com a simples emissão de uma declaração de quitação anual, enviada impreterivelmente no mês de maio do ano posterior ao adimplemento das obrigações.

Como essa lei entrou em vigor em julho de 2009, as prestadoras de serviços tiveram quase um ano para o seu cumprimento, pois deveriam - ressaltado, deveriam - enviar a todos os consumidores em maio de 2010 as devidas declarações. Poucas empresas cumpriram essa determinação, não obstante as sanções previstas no art. 5º do referido diploma legal.

A eficácia dessa lei trará um benefício imensurável a todos os cidadãos que cumprem com seus deveres e que, mesmo assim, são obrigados a guardar por anos e anos dezenas, centenas e até milhares de comprovantes de pagamentos, o que configura em imensurável transtorno. Tudo isso porque sempre há a perspectiva de que daqui a alguns anos uma prestação devidamente paga seja contestada pela prestadora de serviços, causando transtornos e aborrecimentos.

Estamos em julho de 2012, Sr. Presidente! Três anos, portanto, da devida eficácia dessa lei, mas, pelo grande número de reclamações que tenho recebido, o que se deduz é que as empresas não estão nem



aí para as consequências do seu descumprimento.

Grosso modo, creio que menos de 20% das empresas estão realmente cumprindo essa determinação. Enquanto isso, os consumidores continuam guardando inutilmente uma montanha de papéis, boa parte sem saber que já existe uma lei que os protegem. E, o que é ainda pior, esse comportamento exigido pelas empresas que descumprem a lei acaba até prejudicando o meio ambiente, pois o correto era nem haver mais a necessidade hoje em dia se gastar montanhas de papel feito da derrubada de milhares de árvores.

Não podemos ignorar, Sras. e Srs. Deputados, a valiosa lição de Kelsen. O processo legislativo é extremamente dinâmico e não se encerra com a simples aprovação das leis. Somos os guardiões de sua eficácia e não podemos abdicar dessa prerrogativa. Não só devemos elaborar as leis, mas zelar pelo seu cumprimento.

Por isso, clamo a esta Casa que provoque a Comissão de Defesa do Consumidor para que realize audiência pública sobre o assunto e que também promova campanhas publicitárias com o intuito de esclarecer aos consumidores sobre essa tão importante lei. Enquanto um número considerável dessas empresas não forem devidamente punidas, continuaram fazendo ouvidos moucos e incorrendo em grave infração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi extremamente positiva a aprovação pelo Plano Nacional de Educação - PNE, ao estabelecer a meta de destinação do equivalente a 10% do PIB para a educação. É lógico que todos concordam, principalmente os educadores, mas devemos lembrar que é preciso igualmente melhorar a gestão dos recursos disponíveis.

Aumentar investimentos na educação pública, ampliar vagas em creches, equiparar a remuneração de professores à de outros profissionais com diploma superior, erradicar o analfabetismo, implantar o ensino integral em 50% das escolas públicas estão entre as 20 metas a serem cumpridas num prazo de 10 anos de acordo com o Plano Nacional de Educação, aprovado na semana passada por esta Casa depois de ser discutida nos 2 últimos anos.

O projeto ainda deve vir a plenário, onde temos certeza de que será aprovado em suas grandes linhas.

A previsão é de um aumento considerável da parcela do PIB destinada ao setor: até 2022, 10% do total das riquezas geradas pelo País. Atualmente, o percentual é 5,1%.



Sempre venho lutando nos meus mandatos, Sr. Presidente, por essa medida. Acredito que a educação é o segredo de uma nação próspera, competitiva, produtora de riquezas; uma nação respeitada e que deseje se impor internacionalmente como uma verdadeira potência.

Isso me anima muito, Sr. Presidente, pois esse maior investimento na educação é necessário para compensar o atraso educacional do País.

Alguns setores da mídia, não contentes com qualquer medida que esta Casa venha a tomar, já estão falando que a Câmara cedeu aos movimentos sociais de olho nas eleições. É impressionante analisar a visão de alguns órgãos da imprensa. Se não fazemos nada, eles criticam sem piedade. Quando fazemos, eles sempre inventam um pretexto para falar mal assim mesmo.

Essa é uma meta perfeitamente alcançável, sabendo-se logicamente que a falta de investimento não é o único problema da educação. Mas é uma medida muito aguardada, muito defendida e que vai ser implementada, com certeza.

Dobrar investimentos num setor marcado por problemas será realmente um desafio. Caberá ao Governo, ouvido sempre o Parlamento, rever a forma como irá compor o Orçamento, e todos devemos ficar atentos para que os custos não sejam repassados em forma de impostos à população já sobrecarregada com elevada carga tributária.

Conclamo todos os setores interessados da sociedade a discutir como isso será feito e a pressionar. Há grandes discrepâncias que precisam ser resolvidas, Sr. Presidente. Por exemplo, a União aplica hoje 20% e os Estados e Municípios cerca de 30% cada em educação. Desses 20%, muito pouco vai para a educação de base; a maioria vai para a universitária, o que não está certo, de jeito nenhum. A União precisa investir mais nas crianças e nos adultos que ainda não foram à escola. Em relação aos gastos de Estados e Municípios, a aplicação desse dinheiro precisa ser mais bem fiscalizada.

Os investimentos do Governo Federal com educação eram 3,9% do PIB em 2000; hoje, são 5,1%. Baseado em dados colhidos do Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, atualmente, apenas 11% dos alunos saem da escola com um aprendizado considerado bom em matemática, o mesmo índice de 10 anos atrás. Em português, a taxa é um pouco melhor: 28%. Mesmo assim, é muito baixa.

Todos sabemos que só mais dinheiro não resolve. Também precisamos resolver a evasão escolar: quase 4 milhões de crianças estão sem frequentar a escola. Precisamos fazer uma análise e tentar incluir no PNE estratégias e metas, juntamente com os Governos



Federal, Estadual e Municipal, para levar a criança de volta às instituições de ensino. O Brasil gasta dinheiro demais com repetência e evasão.

Outro fator que não podemos ignorar, Sr. Presidente, é a absoluta necessidade de aumentar o investimento em educação, principalmente por parte do Governo Federal. Não podemos, porém, nos esquecer de que, com a queda da fecundidade, a população em idade escolar está diminuindo, o que ajuda no esforço de ampliar o investimento por criança. Precisamos discutir o que faremos com esse dinheiro. Hoje, o Brasil não tem feito bom uso dos recursos disponíveis, e isso é muito evidente.

É inegável que a prioridade máxima no uso dos novos recursos que podem vir deve ficar com a educação básica, que vai da creche ao ensino médio. Esse é o ponto crucial da educação brasileira.

Outros investimentos importantes dizem respeito ao aumento da jornada escolar, especialmente em escolas que atendem os alunos de baixa renda, e à reforma no currículo, para que professores tenham mais clareza do que se espera que os alunos aprendam, além da melhoria da formação docente.

Algo que faço questão de destacar, Sr. Presidente, é que mais dinheiro simplesmente não comprará educação de qualidade. Temos de acompanhar o Executivo na elaboração de estratégias realistas, de melhoria na educação, de concentração na educação básica, de atenção às famílias para combater a evasão, o abandono escolar. Temos de propor, com o MEC, reformas no currículo. Enfim, a tarefa é muito grande, porque a solução do problema não é tão simples. Mas essa uma boa medida que esperamos seja bem implementada juntamente com outras mais simples e que só dependem de um bom planejamento do Ministério da Educação com os Governos Estadual e Municipal. Todos têm contribuição a dar em prol da educação de nossas crianças, jovens e adultos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Sumário

Prioridade para a educação. Denúncias de abuso sexual contra alunos da Escola Municipal de Educação Infantil Aruanã, no Município de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul. Elaboração de projeto de lei sobre o estabelecimento de critérios na contratação de servidores para os ensinos infantil e fundamental. Apelo aos Líderes partidários de inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 378, de 2006, sobre a fixação de prazo para a vigência da contribuição social devida pelos empregadores no caso de despedida sem justa causa. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Luis Carlos Heinze, as empresas de manufaturados, especialmente de transformação, têm enfrentado muitas dificuldades nos últimos anos. Está certo que o Governo já tomou muitas medidas: a desoneração da folha de pagamento, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, um câmbio mais favorável. Mesmo assim, a carga tributária do nosso País ainda é elevadíssima. Existe também a questão dos 10% do Fundo de Garantia. Precisamos fazer a nossa parte, aqui na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para extinguir essa taxa, o que há muito tempo está sendo solicitado.

Infelizmente, o grande problema em nosso País ainda é a educação. Não chega a 15% da população o número de pessoas com curso superior. Sabemos que em qualquer país grande e desenvolvido esse percentual chega a 60%. Então, precisamos evoluir muito, precisamos caminhar muito para que possamos ter cada vez mais conhecimento, para que possamos dar condições aos nossos jovens e às nossas crianças de poderem enfrentar as dificuldades do dia a dia.

Nesse sentido, eu queria relatar aqui um caso grave que aconteceu na minha cidade, Sapiranga, onde um adolescente de 16 anos foi contratado para trabalhar numa escola de educação infantil sem o mínimo critério, sem o mínimo conhecimento. Hoje há um processo envolvendo 12 crianças, entre 3 e 4 anos, que foram violentadas naquela creche.

Existem no País muitos casos de contratos emergenciais e de estágios concedidos sem o mínimo critério tanto para o ensino fundamental como para o 2º grau.

Não há fiscalização mais séria em cima disso, o que demonstra a nossa falta de prioridade para a educação. Educação é uma questão



muito séria, que vai fazer a diferença para o nosso País. Vamos continuar patinando se não tomarmos medidas mais sérias nesse sentido, mesmo que o poder aquisitivo da população esteja melhorando. Estamos crescendo, mas infelizmente, em termos de conhecimento, nosso País deixa a desejar. Não basta que as crianças estejam em sala de aula. É importante, Presidente Luis Carlos Heinze, que elas saiam de lá encaminhadas para a vida. Hoje, competimos com nossa cidade, com nosso Estado, com nosso País e com o mundo. Se não estivermos preparados, vamos ficar para trás.

Então, precisamos realmente do investimento de 10% do PIB para a educação. É necessário que esse dinheiro seja bem investido, que qualifique o ensino, que dê instrumentos ao professor para educar, ensinar, transmitir o conhecimento necessário para que o jovem saia da escola bem encaminhado para a vida. Enquanto não fizemos isso, infelizmente, vamos ficar para trás. As nossas fábricas dependem da qualificação profissional para competir no mundo globalizado.

Faço este apelo ao Ministro e aos membros da Comissão de Educação para que estabeleçamos critérios de seleção cada vez mais severos e que todo aquele que ensina realmente tenha condições de ensinar, seja qualificado, a fim de que nossas crianças, que são o nosso presente e o nosso futuro, recebam as instruções necessárias para enfrentar as dificuldades que encontrarão na vida.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relato desta tribuna um acontecimento de crueldade que veio à tona há cerca de duas semanas na minha cidade, Sapiranga, no Rio Grande do Sul, onde um adolescente de 16 anos é suspeito de ter abusado sexualmente de até 11 crianças na Escola Municipal de Educação Infantil Aruanã.

Destaco que o assunto já foi manifestado à Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

Sabemos que, infelizmente, a população brasileira é assombrada diariamente por casos de violência. Não irei ater-me aqui ao aprofundamento das estatísticas ou às razões que levam a esse quadro. Porém, quando a violência bate a nossa porta, chama-nos atenção e suscita-nos reflexões.

Para que V.Exas. tomem conhecimento, segue um breve relato.

Há mais ou menos quatro semanas, alguns pais notaram algo diferente



em seus filhos, alunos da turma do maternal 2 da Creche Municipal Aruanã. Alguns contam que seus filhos não queriam mais ir para a creche, choravam muito, sendo que estavam lá desde o berçário. Outros, que seus filhos estavam com as partes íntimas muito vermelhas e sentiam dor.

Um casal de pais levou sua filha ao médico e ele constatou que nas partes íntimas dela havia herpes e ainda um arranhão de unha. O médico, então, disse aos pais que tinha certeza de que a filha estava sendo abusada sexualmente.

A conversa foi de pai em pai, até que as próprias professoras começaram a notar algo estranho em uma criança. Toda vez que a "tia" ia embora, às 11h30min, ela chorava muito, o que não era de costume. Devido a isso, as professoras questionaram uma das crianças, perguntando se alguma educadora tinha feito alguma coisa com ela, dizendo nome por nome. A menina sempre dizia que não. Quando perguntaram sobre o "tio Kelvin", a menina disse que sim, que ele erguia a blusa dela e mexia na sua barriga.

As professoras ficaram desconfiadas e conversaram com a diretora, que não tomou nenhuma atitude.

O "tio Kelvin" é o adolescente Kelvin Bender, estagiário de 16 anos, estudante do 1º ano do ensino médio, que cuidava das crianças das 6h30min às 12h30min, sendo que das 11h30min às 12 horas ele ficava sozinho com elas.

Na semana passada, uma mãe foi até a delegacia registrar um boletim de ocorrência após o seu filho fazer comentários sobre as atitudes do "tio Kelvin".

Desde a última semana, o adolescente está internado provisoriamente no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Novo Hamburgo, enquanto a investigação prossegue. A ordem de internação foi fundamentada no laudo de duas crianças que já constatou que houve o abuso.

Exmos. Parlamentares, o episódio comoveu todo o nosso Estado. Sabemos que foi um ato cruel, isolado. Mas se trata de um alerta para uma situação gravíssima que nos obriga a pensar: quais são os critérios de escolha nas contratações de servidores para trabalhar nas escolas de educação infantil e ensino fundamental? Existe uma legislação do Governo Federal ou o poder público municipal tem a liberdade de fazer suas indicações, muitas vezes irresponsáveis, como foi o caso que culminou com o acontecimento de Sapiranga?

É esse o ponto que gostaríamos de frisar, até para que possamos evitar novos acontecimentos. Deve ser uma preocupação da esfera



pública nacional o estabelecimento de critérios e a fiscalização da educação oferecida às nossas crianças e jovens.

O acontecimento de Sapiroanga alerta-nos, autoridades públicas, e nos faz refletir sobre a seriedade com que a educação infantil deve ser conduzida e como queremos que nossas crianças sejam tratadas quando estão sob a vigia de terceiros enquanto seus pais estão trabalhando.

Portanto, quais são os critérios para definir quem são as pessoas a quem será designado o poder de guarda? Quem fiscaliza as contratações e a competência que essas pessoas têm?

Nesse sentido, solicitei uma consulta para a área técnica desta Casa. Minha intenção é apresentar um projeto de lei com critérios de exigências para profissionais que queiram trabalhar com educação infantil e ensino fundamental. Não podemos ficar a mercê de contratações feitas através de indicações políticas, sem critérios, de pessoas que não tenham preparo e condições para a atividade que irão cumprir.

Essas eram as minhas considerações.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja registrado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste início de segundo semestre, faço um apelo aos nobres colegas e principalmente aos líderes partidários para que este Congresso não economize esforços para aprovar medidas que contribuam com a recuperação do nosso setor produtivo e o crescimento da nossa economia.

Nesse sentido, há muitos anos defendemos desta tribuna o fim da multa de 10% que as empresas pagam ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de demissão sem justa causa.

Tomamos conhecimento de que os Deputados da Câmara de Negociação sobre Desenvolvimento Econômico e Social estão trabalhando para a inclusão desse projeto na Ordem do Dia e estamos aqui nos somando a esse movimento.

Reitero aqui informação já repassada ao nosso Líder do Governo, Arlindo Chinaglia, de que recebemos o Ofício nº 64, de 2012, que solicito seja anexado a este discurso, assinado pelo Conselho Curador do FGTS, que demonstra o entendimento de que a contribuição social



de 10% poderia ser extinta a partir de julho deste ano.

Nosso esforço é de que seja incluído na Ordem do Dia do plenário o Projeto de Lei Complementar nº 378, de 2006, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, a fim de fixar prazo para a vigência da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa.

Também no Senado Federal estamos trabalhando para alteração em plenário do parecer do Relator do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007. Solicitamos que seja retirada a emenda incluída pelo nobre Senador Romero Jucá que estabelece que a contribuição social será cobrada até 1º de junho de 2013.

Sr. Presidente, solicitamos que também seja anexado a este pronunciamento ofício que encaminhamos a nossa conterrânea, a Senadora Ana Amélia Lemos, grande conhecedora dos gargalos da indústria nacional.

Em 2001, os empregadores foram convocados pelo Estado brasileiro para socorrer as finanças do FGTS. Na ocasião, a saúde financeira do fundo estava seriamente ameaçada em razão das decisões judiciais que lhe impunham o dever de pagar diferenças apuradas nas contas vinculadas dos trabalhadores, em razão de expurgos inflacionários dos planos de estabilização econômica havidos antes do Plano Real.

O direito assegurado aos trabalhadores projetou um rombo de bilhões de reais nas contas do fundo. Nessa hora grave, o empresariado nacional compareceu solidariamente e ajudou de forma decisiva a pagar a conta, por meio da contribuição de 0,5% sobre os depósitos mensais no FGTS pelo período de 60 meses e pelo adicional de 10% sobre o saldo da conta do FGTS quando da rescisão do contrato de trabalho, esse último sem prazo para terminar.

Portanto, no momento em que os empresários nacionais foram chamados ao esforço, compareceram para colaborar com o País. Naquele momento, dizia-se, o FGTS não suportaria o encargo financeiro e entraria em colapso.

Hoje, graças à estabilidade e ao crescimento econômico que logramos experimentar na última década, a situação do fundo é muito diversa. Desde o ano de 2000, o FGTS apresenta arrecadação líquida positiva e já no início do ano de 2007 havia liquidado totalmente o passivo que deu origem à contribuição.

A arrecadação do FGTS, felizmente, continua prosperando. De acordo com as demonstrações contábeis de 2010, o fundo arrecadou mais de 61 bilhões de reais (R\$61.797.213.000,00). Dessa massa de dinheiro,



destacamos que a contribuição adicional respondeu por pouco mais de 2 bilhões de reais (R\$2.377.462,000,00), ou seja, 3,8% do total arrecadado. A arrecadação líquida foi recorde e superou a cifra de 11 bilhões de reais (R\$11.906.903.000,00).

Assim, concluiu-se, com facilidade, que a permanência da contribuição adicional não se justifica nem moralmente nem aritmeticamente. A extinção desse tributo significaria uma perda de receita de menos de 4%, um percentual perfeitamente absorvível pelo FGTS, conforme se vê pelos números citados acima.

Ora, o que temos, então, além de uma injustiça para com o empresário nacional que não negou sua colaboração quando o País dele precisou, é a constatação de um Estado avaro, que pratica uma impiedosa exação mesmo quando os valores arrecadados não são significativos para as suas necessidades de financiamento.

Os recursos obtidos com a contribuição adicional, que ora são drenados das empresas, pouco representam para a massa de valores arrecadados pelo fundo. Por outro lado, são preciosíssimos para a valorosa classe empresarial, especialmente para aquelas indústrias que sobrevivem com um orçamento apertado e em ambiente de elevada competição.

Muito obrigado.

Eram essas as minhas considerações.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja registrado nos órgãos de comunicação desta Casa.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 119/311

213.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/08/2012-16:54
Publ.: DCD - 09/08/2012 - 28765	BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO



Sumário

Inconveniência da apresentação de recurso ao Plenário relativamente ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Sinais de deflagração de greve geral no serviço público. Apelo ao Governo Federal de busca de solução para movimentos grevistas, especialmente nas universidades federais. Extinção de tributos incidentes sobre os produtos da cesta básica.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e o cumprimento.

Sras. e Srs. Deputados, primeiro, atendo a apelo do Deputado Eduardo Barbosa, que me pede que, nesta Comunicação de Liderança, lembre que o Plano Nacional de Educação foi construído nesta Casa durante tantos anos e aqui aprovado por unanimidade, tendo inclusive como Relator um importante Deputado do Partido dos Trabalhadores. A votação dessa matéria na Comissão tem caráter terminativo e ela avançaria para o Senado. Agora, há um movimento do Governo no sentido de colher assinaturas para apresentar recurso ao Plenário da Câmara.

Nosso apelo é para que não se faça esse recurso do Plano Nacional de Educação - PNE ao Plenário, para que possamos consolidar o importante avanço da destinação de 10% do PIB nacional para a educação.

Portanto, primeiro vai, a pedido do Deputado Eduardo Barbosa e de todos que compuseram esta importante Comissão, essa lembrança: não vamos contribuir, não vamos assinar o recurso, não vamos permitir que se atrase a implantação do Plano Nacional de Educação, que representa um expressivo avanço para o País.

Nessa esteira, vem-nos à mente dividir com todos os senhores e com o Brasil a sensação que nos assalta, sobretudo diante da possibilidade de um movimento de greve geral no serviço público.

Respeitamos, durante bastante tempo, o processo negocial, mas cresce o número de dias parados, sobretudo nas universidades brasileiras, e isto num país que vem prometendo entregar mão de obra qualificada para o seu processo de desenvolvimento. Perdem-se semanas e meses preciosos para milhões de jovens brasileiros que estão sem a formação universitária necessária para contribuir com o progresso do País.

Mais ainda: sabemos que é o dobro o número de pais e mães preocupados com esses milhões de brasileiros que estão há semanas ou meses sem acesso a aulas nas universidades; preocupados com a liberação da licença dos medicamentos, diante da paralisação da ANVISA; preocupados com a paralisação da Polícia Federal, que deixa



de prestar serviços importantes para a sociedade brasileira; preocupados com o movimento padrão por parte da Receita Federal.

Portanto, neste momento em que há a sensação de paralisia e que sinaliza para uma greve geral do serviço público, estamos fazendo um apelo a um Governo que nasceu nos movimentos trabalhistas, a um Governo que nasceu no movimento sindical, a um Governo que assumiu o País com uma fama de competência gerencial que não permita que se instale o caos na administração pública, que não permita que milhões de jovens brasileiros fiquem absolutamente ociosos, sem a qualificação necessária para ajudar no desenvolvimento da Nação.

Hoje, a Câmara aprovou a vinda dos Ministros da Saúde, da Educação e do Planejamento a este ambiente democrático, para discutir o que de fato está havendo.

Estamos dividindo essa preocupação com todos os senhores. Sabemos sobretudo, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, a angústia de milhões de pais e mães brasileiros que estão vendo os filhos que tiveram a oportunidade de ter acesso a algo que o País ainda faz de forma competente, ou seja, à universidade pública, parados, o que não só prejudica a formação desses jovens, mas também afeta todo um cronograma de formação de milhões de brasileiros que precisam servir ao seu País.

Portanto, senhoras e senhores, neste momento em que esses movimentos tanto preocupam o País, voltamos a pedir ao Governo que mantenha aberto o processo negocial e encontre uma solução que minimize o sofrimento da população brasileira, claramente prejudicada.

Ontem, vimos o Senado da República - mais uma vez é bom lembrar - confirmar o fim dos impostos nos produtos da cesta básica. O Governo não é mais sócio no prato de comida da população mais pobre. Que também tenhamos, na Presidência da República, o entendimento de que podemos iniciar uma reforma tributária para quem mais precisa; que possamos ter, em relação a este ambiente de caos no serviço público, a contribuição, se for necessária, dos mais diversos partidos políticos para fazer com que o serviço público volte à normalidade e que milhões de brasileiros voltem a receber a atenção do Estado, com uma formação que contribua para o nosso futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



213.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/08/2012-16:54
Publ.: DCD - 09/08/2012 - 28780	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra a demissão de trabalhadores metalúrgicos pela empresa General Motors do Brasil no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Repúdio à apresentação pela Liderança do Governo de requerimento de apreciação pelo Plenário do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Aprovação da proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional pela Comissão Especial destinada ao exame do da matéria.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu peço que seja considerado lido meu pronunciamento contra as demissões da General Motors e em apoio à luta dos trabalhadores da GM em São José dos Campos, em particular. E quero dizer que a proposta negociada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pela direção da empresa, de suspensão imediata das 1.840 demissões que estavam programadas, tem um sentido imediato e paliativo, mas continuam, sem dúvida, em perigo de demissão milhares de trabalhadores da GM. E não é justificável que essa empresa faça essa demissão em massa, porque é claro que, no último período, com o número de vendas, os recordes de faturamento e o lucro das unidades, inclusive a de São José dos Campos, são patentes. E, mais do que isso, ela já vem diminuindo os postos de trabalho no Brasil inteiro, inclusive por meio do programa de demissões voluntárias.

Por isso, Sr. Presidente, o que eu quero dizer é o seguinte: o Governo Federal consegue fazer uma isenção fiscal para as montadoras de veículos, para o setor automobilístico, desde 2009, importando em R\$ 25 bilhões, e os poucos empregos ainda estão sendo ceifados. Por isso, nós entendemos que a General Motors não tem nenhum motivo para fazer isso. Quer inclusive mudar para a Argentina suas plantas, e nós estamos isentando impostos para acabarem com os empregos no Brasil.

A nossa solidariedade a todos os trabalhadores da General Motors.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, fiquei sabendo hoje que a Liderança do Governo está passando um requerimento para que venha para o plenário a proposta aprovada na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, e quero manifestar desta tribuna meu repúdio a essa ação governamental, pedindo que todos os partidos representados na Comissão Especial, que aprovaram por unanimidade os 10% do PIB



para a educação, não assinem de forma alguma esse requerimento para vir para a pauta. Eles precisam de 51 assinaturas. Então, que os desavisados não se deixem envolver, porque é uma vergonha para este Governo do PT dizer que vai sentar-se em cima do projeto aqui, em vez de mandá-lo diretamente ao Senado, para que seja votado e sancionado rapidamente o projeto do Plano Nacional de Educação até 2022, com 10% do PIB para a educação.

E quer retardar isso em nome do arroxó fiscal e da submissão aos banqueiros!

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta terça-feira, dia 7, os trabalhadores da General Motors de São José dos Campos, no interior de São Paulo, aprovaram em assembleia a proposta negociada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pela direção da empresa para suspensão das 1.840 demissões que estavam programadas.

Foi uma conquista importante, resultado da mobilização da categoria. O acordo passa a vigorar imediatamente, e inclui também a manutenção de 900 postos de trabalho até 30 de novembro.

Amanhã, quinta-feira, começa um período de 15 dias de férias coletivas na GM, e será aberto um Programa de Demissão Voluntária.

O problema, no entanto, são os outros 940 postos e o que vai acontecer após esse período. Para esses 940 trabalhadores a empresa abrirá o chamado *layoff*, ou seja, a suspensão temporária do contrato de trabalho. O sindicato é contra a medida, e por isso já deu início a uma nova etapa de mobilizações em defesa do emprego.

Também não há qualquer garantia para o conjunto dos trabalhadores a partir de dezembro. Na prática, ao evitar as demissões imediatas, o que o acordo garantiu foi um período maior para as negociações, mas o problema continua.

É importante lembrar que desde o início do ano o Sindicato vem procurando a GM para apresentar propostas que evitariam a demissão em massa na fábrica de São José dos Campos. Os trabalhadores também pediram a intervenção dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Até as vésperas do fechamento do acordo a situação parecia insustentável.

A questão, Sr. Presidente, é que faltam motivos para a GM justificar



tamanho ameaça de demissão em massa. As vendas de automóveis no Brasil cresceram fortemente no último período, os números da GM estão aumentando e a empresa já bateu recordes de faturamento e lucros em suas unidades no Brasil, incluindo a de São José dos Campos.

Apesar disso, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a General Motors fechou, de julho de 2011 a junho de 2012, cerca de 1.200 postos de trabalho no País, sem contar as mais de 350 demissões feitas através do Programa de Demissão Voluntária. Somente em São José, responsável por 35% do faturamento da GM, foram mais de mil postos fechados, entre demissões e contratações.

Tal quadro é completamente contraditório em relação aos mais de R\$ 25 bilhões em isenção de impostos do Governo Federal recebidos pelo setor automobilístico desde 2009.

O Ministro Guido Mantega achava a situação "normal", como declarou inicialmente à imprensa, mas depois teve de se corrigir. Após as mobilizações ocorridas em São José, que repercutiram nacionalmente, Mantega declarou que *"não vai tolerar o descumprimento nos acordos de não demissão dos setores beneficiados pelo estímulo de redução de IPI dado pelo Governo Federal"*. Afinal, se os cofres públicos abrem mão de impostos para tentar manter a economia aquecida, o mínimo que as empresas beneficiadas devem fazer é garantir o emprego dos trabalhadores, e o Governo Dilma não pode fechar os olhos pra isso, Sr. Presidente.

Não é a primeira vez que vemos situações como esta no País. Em 2010, os Governos Estadual e Federal investiram milhões para salvar montadoras no Brasil, e imediatamente elas transferiram seus lucros para as sedes na Europa e nos Estados Unidos. O risco de esse crime contra o Tesouro brasileiro repetir-se é enorme, agravado agora pelas ameaças de demissão.

Com o acordo firmado esta semana, a GM vai manter a produção do Classic em São José dos Campos. Mas o plano original da empresa era transferir a produção do veículo para a Argentina, e não para outra unidade da montadora no País. Ou seja, corremos o risco de perder postos de trabalho nacionais, financiados por recursos públicos federais, e o Governo Federal diz que não tem nada a ver com isso?

Esperamos, Sras. e Srs. Deputados, que este período de negociação entre a GM e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos seja concluído com a garantia da manutenção dos quase 2 mil empregos agora ameaçados. E manifestamos publicamente nosso apoio e nossa solidariedade à direção do Sindicato e a todos os que estão mobilizados em defesa de seus direitos.



Não às demissões na GM e na indústria automobilística!

Pela manutenção dos empregos e garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras!

Muito obrigado.

Documento 121/311

213.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/08/2012-16:54
Publ.: DCD - 09/08/2012 - 28783	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Nota pública do Fórum Nacional de Educação sobre a tramitação do projeto de lei relativo ao novo Plano Nacional de Educação - PNE. Pedido de encaminhamento da matéria ao Senado Federal. Celeridade na implantação de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados nota pública do Fórum Nacional de Educação - FNE sobre a tramitação, nesta Casa, do projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação.

O Fórum solicita que esse projeto de lei seja enviado com urgência ao Senado Federal.

Leio um trecho da nota:

"Diante da celeridade necessária, o FNE considera que qualquer recurso ao plenário da Câmara dos Deputados terá efeito protelatório e comprometerá a urgente aprovação do PNE em 2012, prejudicando a elaboração e adequação dos planos de educação em âmbito estadual, distrital e municipal.

Iniciar 2013 sem um Plano Nacional de Educação impõe sérios riscos à educação nacional. (...)"

Isso não é bom para a educação, não é bom para o País. Daí o nosso



apelo para que a matéria siga imediatamente para o Senado Federal.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a implantação do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, espécie de metrô de superfície, está prestes a se tornar uma realidade em Natal, até a Copa de 2014. Essa é uma antiga luta do meu mandato. Desde 2003, ainda no Governo do Presidente Lula, tenho feito inúmeras ações no sentido de ajudar nessa empreitada, que muito beneficiará a mobilidade das pessoas em Natal e na Região Metropolitana. Apresentei emenda ao PPA 2004-2007, que reapresentei no PPA 2008-2011 e no PPA 2012-2015.

No último dia 1º de agosto, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU anunciou que vai realizar uma audiência pública de instrução. Ou seja, é o primeiro passo para licitação e aquisição de 12 VLTs para Natal.

De acordo com informações do Ministério das Cidades, o Governo Federal, de início, vai dispor de R\$154 milhões, aproximadamente, oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Equipamentos, para atender a essas necessidades e iniciar o processo de modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal. Segundo o Superintendente da CBTU em Natal, o engenheiro João Maria Cavalcanti, *"com a implantação do VLT, a população poderá contar com um meio de transporte público melhor e que certamente permitirá a integração entre o modal ferroviário e o rodoviário, contribuindo para uma maior fluidez do trânsito na grande Natal"*.

A CBTU Natal se fará presente na audiência, que acontece no dia 13 de agosto, no auditório da Associação dos Engenheiros Ferroviários - AENFER, no Rio de Janeiro, por intermédio do seu superintendente. O sistema VLT já está em funcionamento em algumas cidades do Nordeste: Maceió, Recife e, no Ceará, Juazeiro do Norte já realizam o transporte de passageiros por meio do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos. Em outras cidades e capitais brasileiras, como João Pessoa, Porto Alegre e Belo Horizonte, os projetos de modernização dos trens também já estão bem avançados.

Em Natal, o transporte sobre trilhos atende atualmente a Região Metropolitana e funciona com locomotivas da década de 50 e carros de passageiros da década de 70. Obsoleto, portanto, o sistema apresenta sinais de fadiga e necessita de adequação ao novo sistema para melhorar as condições de aparelhamento para promover a mobilidade e o acesso da população ao transporte público. O VLT em Natal terá



capacidade para transportar até 50 mil passageiros por dia.

Por fim, queria parabenizar o Governo da Presidenta Dilma, que, por intermédio do PAC Equipamentos, vai liberar R\$721 milhões de reais para compra de novos trens para Natal, João Pessoa, Belo Horizonte e Porto Alegre. Além de melhorarem o chamado "transporte de massa", medidas como essa estimulam o crescimento econômico do País e dá qualidade de vida aos mais pobres.

Ressalte-se que, por meio do PAC Equipamentos, serão investidos R\$8,4 bilhões de reais na economia nacional. Trata-se de um programa que visa agilizar as compras governamentais, dando preferência à aquisição de produtos da indústria nacional. Além da compra de novos trens, serão adquiridos novos caminhões, patrulhas agrícolas, ambulâncias, ônibus, retroescavadeiras, motoniveladoras, furgões, blindados e móveis para as escolas públicas.

Esse é o modo do PT de governar, incentivando a economia nacional, mas com a preocupação no social e na melhoria da vida das pessoas.

Documento 122/311

215.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/08/2012- 11:30
Publ.: DCD - 11/08/2012 - 29166	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio ao Recurso nº 162, de 2012, destinado à votação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, acerca da instituição do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020. Natureza demagógica de discursos de Parlamentares em defesa da aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no setor educacional. Empenho na realização de investimentos maciços na educação brasileira.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como disse o Deputado Sebastião Bala Rocha e como se diz no futebol, sinto que levei agora uma bola nas costas. Na realidade, hoje de manhã, sinto-me uma pessoa traída e acredito que os eleitores e a população, de modo



geral, sentem-se enganadas.

Sr. Presidente, acabo de receber a informação de que foi protocolizado nesta Casa o Recurso nº 162, de 2012, com 80 assinaturas confirmadas, 12 não confirmadas, 9 repetidas e 3 retiradas.

V.Exa. sabe o que representa o Recurso nº 162? Recurso ao Plenário sobre o Plano Nacional de Educação.

Eu iria falar de outro assunto, mas tenho agora que fazer aqui uma retrospectiva do que significa isso, do que aconteceu nestes últimos meses e até anos.

Sr. Presidente, esta Casa recebeu, em 2010, o Projeto de Lei nº 8.035, que trata da educação deste País para os próximos 10 anos. O Plano Nacional de Educação vigoraria de 2011 a 2020. Esse plano recebeu mais de 3 mil emendas - 3 mil emendas! Mais até do que na época da elaboração da Constituição, na Constituinte.

Esse projeto foi discutido em todo o Brasil. Eu, particularmente, viajei para vários Estados, representando a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Por incrível que pareça, a base do Governo, principalmente o Partido dos Trabalhadores, foi quem mais incentivou a sociedade civil organizada a reivindicar os 10% do PIB para a educação.

Em toda reunião da Comissão Especial, da Comissão de Educação, no plenário, nos corredores desta Casa, sempre havia uma fotografia, uma camiseta ou uma faixa relativa aos 10%. Eu, particularmente, li numa reunião da Comissão os discursos feitos aqui pelos Deputados do Partido dos Trabalhadores há 15, 20 anos! O Partido dos Trabalhadores já defendia os 10% no Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas Fernando Henrique Cardoso vetou, e o PT não teve nesta Casa condições ou vontade política de derrubar o veto.

Sr. Presidente, o que aconteceu em todo o País? Foram mobilizadas todas as entidades - UNE, UMESB, ANDES, ANDIFES -, todos pela educação! Os fóruns municipais e estaduais. Aprovamos na Comissão Especial, antes do recesso, por unanimidade - unanimidade -, os 10% do PIB. E aparece aqui um recurso do Governo trazendo a matéria para o plenário. Com qual objetivo? Protelatório. Para não se discutir essa matéria este ano ou pelo menos até o final das eleições, para depois das eleições jogar duro com esta Casa, com a base aliada, a fim de não aprovar os 10% do PIB para educação e voltar aos 7,5% que estavam inicialmente no relatório.

O mais grave, Sr. Presidente, e eu disse aqui ontem, é que na Comissão de Educação desta Casa isso foi alertado. O ex-Presidente



da Comissão, Deputado Lelo Coimbra, durante a reunião, disse isso. Houve até uma questão de ordem inicial que gerou inclusive uma discussão que antecedeu a votação. O Deputado Lelo Coimbra disse: *"Acabei de receber da Liderança do PMDB a orientação para assinar o recurso. E quero aqui, em nome do PMDB, dizer que não vou assinar e vou orientar todos os Parlamentares do PMDB a não assinarem."*

O Presidente da Comissão de Educação, Deputado Newton Lima, ligou para o Líder do PT e perguntou: *"Como está esta questão?"* E a informação que nos foi dada é que o Líder Jilmar Tatto também disse que não era para a bancada do PT assinar esse recurso, porque não concordava com ele.

E a ideia era que a Comissão de Educação, se houvesse qualquer recurso, faria uma discussão para convencer a base do Governo, o Governo, o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil a não fazerem isso, a não protelarem o Plano Nacional de Educação, que precisa ser aprovado nesta Casa imediatamente, para que os Estados e os Municípios também façam seus planos, que se adaptem ao Plano Nacional de Educação para o período de 2013 a 2022.

A votação dos 10% do PIB na Comissão foi por unanimidade. O próprio Relator, Deputado Vanhoni, acatou essa unanimidade. E foi uma festa. Mas eu vejo que isso é demagogia, é hipocrisia! Não se pode continuar fazendo o que sempre fizeram nesta Casa e no Poder Executivo: tratar a educação como discurso.

Educação neste País é discurso! Quando se falam em recursos, acaba a brincadeira. E aqui está a prova, a prova final de que educação não é um tema relevante neste País. Está aqui a prova. Não é discurso, é a prova de que o Governo não quer aprovar os 10% - essa é a realidade - e quer jogar este assunto para depois das eleições. Se esse tema entra nas discussões das eleições agora, eles terão sérios problemas, porque foi promessa feita do Oiapoque ao Chuí, foi promessa de todos os Parlamentares, principalmente os do Partido dos Trabalhadores. Agora está aqui o recurso, assinado pelo Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia, e outros 80 confirmados.

Eu espero que aqueles que defendem a educação façam como fizeram antes. Vamos colocar *outdoors* em todo este Brasil para mostrar quem, de fato, não quer priorizar a educação no País. É isso que tem quer ser feito! É isto que falta para a Oposição: mostrar para as pessoas deste País o que está acontecendo com a nossa educação.

Brasília, Sr. Presidente, era para ser referência internacional em educação - ia falar sobre esse tema, está aqui o relatório de auditoria -, e 85% das escolas do Distrito Federal não estão em condições de



funcionamento! Estão em péssimas condições! Em 32% não é possível sequer entrar nas salas de aula, elas não deveriam sequer estar funcionando! Há escolas caindo aos pedaços. Há crianças com dificuldades, em salas em que existe a ameaça de o teto cair ou de elas levarem um choque. Isso ocorre na Capital do País. Imaginem como estão as escolas no interior do País, onde os professores não recebem o piso salarial de 1.451 reais! Que prioridade à educação é essa?

Sr. Presidente, quero deixar muito claro: aprovamos requerimento de convocação do Ministro. S.Exa. não veio a esta Casa. Fomos ao Ministério, porque esta Casa não se impôs. Tivemos de ir ao Ministério da Fazenda e percebemos claramente que o Ministro da Fazenda não sabia nada - absolutamente nada - sobre educação, sobre o Plano Nacional de Educação.

Assumiram esse compromisso e depois votaram esta matéria do Plano Nacional de Educação, que aprovamos por unanimidade, com elogios e discursos.

Eu gostaria de fazer como fiz na última reunião da Comissão, quando li quatro discursos, da época do plano anterior, do Partido dos Trabalhadores feitos neste plenário brigando pelos 10% há 10, 20 anos!

Sr. Presidente, tenho o tempo de Liderança e gostaria que V.Exa. o incorporasse, para que eu possa concluir esta fala sobre o Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

O SR. IZALCI - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O que mais me preocupa é isso, porque quem está nos assistindo, quem ouve a *Rádio Câmara*, quem assiste à *TV Câmara* diariamente já deve ter visto aqui diversos Parlamentares, para não dizer a maioria, fazendo discurso em defesa dos 10% do PIB para a educação, fazendo discurso por todo este Brasil, cheios de camisetas pelos 10%, cheios de fotografias para todos os lados, mas que agora são contra os 10%. Isso é hipocrisia, demagogia!

Vejo que hoje a sociedade brasileira está sendo traída, enganada. E este é o momento. Estão aí as eleições, Sr. Presidente. Então, fiquem atentos à posição desses Parlamentares ou de candidatos a Prefeito e a Vereador para que realmente este País possa ir para frente.

Todo o mundo sabe que não se faz nada sem educação. Acabamos de receber aqui a nossa grande medalhista do judô, a piauiense Sarah



Menezes. Perguntem se recebeu algum incentivo no ensino fundamental, no ensino básico; se a sua escola pública deu condições de treinamento, incentivo ao esporte. Garanto que não, porque se as escolas neste País não conseguem ensinar sequer matemática e português, imaginem investir em esporte. E ficamos cobrando medalhas dos nossos atletas se não investimos nada - nada - em educação neste País.

É lamentável a forma como fizeram, porque eu acredito que não há nenhuma dificuldade. Se o País não tem condição de investir em educação, que cheguem abertamente e digam: "*Olha, não é possível fazer investimento em educação!*" Mas não façam propaganda em todo o Brasil, não discutam isso em todo o Brasil e na hora votem contra. Isso é hipocrisia, demagogia!

Nós temos que extirpar isso da vida pública nacional. Um assunto como esse é apartidário. Isso aqui não é base de Governo. Educação está acima disso! Se sou ou não da base de Governo, não interessa. O que interessa é o seguinte: se este Plano Nacional de Educação não for aprovado e não for realizado, realmente, a nossa educação estará fora da competitividade internacional.

É inadmissível! Estão aí as universidades federais há mais de 2 meses em greve. Agora foram aprovadas por esta Casa, aprovadas no Senado na semana passada, as cotas. Cinquenta por cento das vagas para as universidades públicas são da escola pública. Por que isso? Isso só foi aprovado porque os alunos da rede pública não conseguem mais passar na universidade federal. Então, arrumaram um jeito de esses alunos, que não têm mais base, conhecimento, ingressarem na universidade. Por isso a UnB, que estava entre as primeiras universidades deste País, hoje está depois da vigésima, em termos de qualidade. E a tendência é piorar cada vez mais.

Dos alunos que terminam o segundo grau nas escolas públicas, apenas 6% sabem matemática e português. E aí não é na universidade que ele vai conseguir aprender matemática.

O que temos que fazer é melhorar o ensino básico, o ensino fundamental. Esses alunos têm que ter base, desde a pré-escola.

Mas como fazer educação de qualidade se não há recurso? A afirmação de que houve aumento de recursos destinados à educação nos últimos anos é conversa fiada. Em 2002 já se aplicavam em torno de 4,2% do PIB. Hoje, final de 2011, chegou-se a 5,1%. Em 2010 era quatro e alguma coisa, no mesmo patamar de 2002. Em termos de PIB, o acréscimo foi mínimo. E os 10% do PIB são para os próximos 10 anos, e não para amanhã.

É lamentável, é decepcionante, é frustrante esta questão desse



recurso. E eu diria que a maioria dos Deputados não sabe disso. Eu, preventivamente - daqui a pouco as pessoas vão achar que eu fiz os recursos, mas não fui eu -, peguei 300 assinaturas para apresentar um recurso, caso não conseguíssemos aprovar os 10% na Comissão. Mas como conseguimos, guardei os requerimentos. Mas tive a oportunidade de conversar com 300 Deputados, e todos eles confirmaram o apoio aos 10% do PIB para educação.

Tenho certeza absoluta de que, quando este recurso apresentado ontem contra o Plano Nacional de Educação pelo Governo chegar neste plenário, os interesses da população estarão acima dos interesses dos partidos e, principalmente, da base aliada. Eu tenho certeza absoluta de que esta Casa não vai curvar-se ao Executivo com relação à redução dos 10% do PIB para a educação para os 7,5% defendidos pelo Governo.

Acho que esse foi um tiro no pé. Quero alertar os eleitores, nestas eleições municipais, para que não sejam enganados. Isso foi apresentado ontem no final do expediente, para que não houvesse discussão na semana que vem. Isso será engavetado durante o período eleitoral, exatamente para passarem as eleições. Depois das eleições, o Governo vai impor para que não sejam votados os 10% do PIB.

Quero convocar a União dos Estudantes, a UNEB, pais, professores e alunos, todos pela educação, para que pressionem esta Casa a fim de que determinemos, de forma definitiva, que a educação tem que ser prioridade nos recursos, e não de discurso.

É lamentável a notícia que recebo. Este meu pronunciamento está sendo transmitido agora pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara* e quero, Sr. Presidente, que ele seja divulgado hoje no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação desta Casa, para que a sociedade fique atenta aos traidores da educação.

Eu quero pedir principalmente aos membros da Comissão Especial, que tanto lutaram para que os 10% do PIB fossem aprovados, que divulguem no Brasil inteiro, como eles faziam, um *outdoor* com o nome dos traidores da educação, daqueles que não querem votar a destinação de 10% do PIB para a educação.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Obrigado a V.Exa., Deputado Izalci, pelos esclarecimentos, com certeza, muito úteis à Nação brasileira.



Documento 123/311

218.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/08/2012-14:36
Publ.: DCD - 15/08/2012 - 29307	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Repúdio ao Recurso nº 162, de 2012, interposto pela Liderança do Governo na Casa, com vistas à votação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, acerca da instituição do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020. Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 200, de 2012, sobre a prestação de serviços sociais por estudantes de instituições públicas de nível superior.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, na sessão de ontem, eu disse que o Partido dos Trabalhadores iria obstruir a abertura dos trabalhos de hoje, mas, tendo em vista a convocação e a CPMI, o *quorum* foi bastante significativo.

Quero comunicar aos Parlamentares, muitos não estavam aqui ontem, segunda-feira, que a Liderança do Governo deu entrada, no último minuto da quinta-feira, em recurso para apreciação do Plano Nacional de Educação pelo Plenário da Casa. Este recurso nada mais é do que protelar a aprovação do Plano, que já deveria estar no Senado.

Agora, o que vai acontecer? Dificilmente esse Plano será aprovado antes das eleições - acho impossível. Com isso, depois das eleições, evidentemente, o assunto será outro, e provavelmente o Governo defenderá o relatório anterior, de 7,5% do PIB para a Educação.

E a coisa é bem clara, Sra. Presidente. Agora estão aí as Olimpíadas para mostrar isso. Tudo é falta de educação. Se esses meninos tivessem realmente uma escola de qualidade, quadra de esportes, como tinham antigamente, atividades esportivas, Educação Física obrigatória, o resultado seria outro. Não adiantou investir, como foi feito nos últimos 4 anos, 2 bilhões de reais. O resultado foi praticamente igual ao de 4 anos atrás, em Pequim.

Então, espero que o Governo entenda definitivamente que sem



educação de qualidade será impossível obtermos bons resultados. Agora, para ter educação de qualidade, temos que ter recursos.

Em relação aos 10% do PIB para a Educação, na Comissão de Educação, li os discursos que foram feitos há 15, 20 anos. Aprovamos o Plano por unanimidade. Na última reunião da Comissão, isso foi deixado muito claro. O Deputado Lelo disse na Comissão que o PMDB não assinaria, como de fato não assinou, oficialmente; o Líder do PT disse que não era para o PT assinar. E, para a nossa surpresa, no último minuto aparece um recurso com oitenta assinaturas confirmadas, doze não confirmadas, nove repetidas e três retiradas.

O fato é que o Plano Nacional de Educação ficou inviável, e com isso nós não teremos condições, nos Estados e Municípios, de aprovar os Planos Municipais e Estaduais. Isso é um retrocesso, a educação perdeu muito. O Brasil todo foi mobilizado para isso, principalmente o Partido dos Trabalhadores, que mobilizou toda a sociedade civil organizada, que vestiu camiseta, botou faixa, foi para a televisão, para os jornais, e agora, na calada da noite, entra com recurso inviabilizando a aprovação do Plano Nacional de Educação.

O Governo precisa assumir definitivamente que educação não é sua prioridade. Não adianta fazer um discurso aqui, na Comissão, fazer discurso no Brasil todo e na hora de votar a matéria entrar com esse recurso.

Quero dizer que antes disso coletei 300 assinaturas no plenário, e eu tenho certeza absoluta de que quando o Plano chegar aqui aprovaremos os 10% e não deixaremos a educação à margem de prioridade, como está acontecendo.

Eu quero também dizer, Presidenta, que protocolizei a Emenda Constitucional nº 200/2012, alterando o art. 206, para permitir que o Governo possa exigir dos alunos das universidades federais, do ensino público federal, que deem a contrapartida para a sociedade.

Nós utilizamos aqui no DF um projeto chamado Bolsa Universitária, em que os alunos recebiam uma bolsa integral e davam uma contrapartida de 20 horas semanais nas escolas públicas, dando reforço escolar e atendimento aos alunos. Os alunos que faziam Pedagogia e Letras davam reforço escolar; os que estavam fazendo Educação Física ajudavam na escola em termos de programação esportiva; os que faziam curso na área de teatro ajudavam também a desenvolver a cultura na escola.

Portanto, essa emenda constitucional permite que Governo possa utilizar os alunos da rede federal para dar contrapartida e, assim, podermos implantar a educação integral neste País, que é a solução. Nós não vamos conseguir contratar professores para isso, e os alunos



podem ajudar. E isso não só é bom para a sociedade como para os alunos, no sentido de lhes dar mais experiência, oportunidade de saírem da teoria. Não adianta nossos alunos saírem da faculdade sem terem conhecimento prático. Os estágios que são feitos ultimamente não têm valor nenhum em termos de experiência.

Então, com essa emenda constitucional, daremos oportunidade a todos os alunos, durante o curso ou após, de exercerem atividades prioritárias, como educação na rede pública, no ensino básico e também na rede hospitalar, nos conselhos tutelares. Portanto, precisamos dar oportunidades aos nossos alunos de se formar com experiência prática nas instituições públicas.

Muito obrigado.

Documento 124/311

218.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/08/2012-14:54
Publ.: DCD - 15/08/2012 - 29309	DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Responsabilidade da Presidenta Dilma Rousseff por falta de diálogo nas negociações entre professores de universidades federais em greve e o Governo Federal e por deflagração de movimentos grevistas no serviço público. Articulação do Governo petista contra a proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Anúncio da realização de privatizações pelo Governo Federal. Expectativa quanto ao resultado do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, dos envolvidos no chamado escândalo do mensalão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas; Sras. e Srs. Parlamentares; quero nesta tarde fazer uma reflexão com os colegas que aqui vieram.



O *quorum* é baixo, mas temos a obrigação de estar aqui e de nos empenhar pelas grandes causas, porque o Brasil continua com os seus problemas, não obstante vivermos neste momento uma disputa eleitoral em todo o País, o que é saudável, é fundamental para a democracia. Mas é preciso que, simultaneamente, estejamos cuidando dos graves problemas nacionais. Aí eu alerto para a coerência, até porque, se vivemos um momento eleitoral, é bom que façamos esta reflexão.

Coerência. É fundamental a coerência entre o discurso e a prática. A eleição é recheada de discursos. O povo brasileiro precisa estar a cada dia mais atento, porque é nisto que consiste a verdadeira democracia: um povo cidadão, um povo consciente, e políticos coerentes, que tenham a responsabilidade de cumprir o que dizem.

Alerto para isso porque estamos vendo uma série de questões em que salta aos olhos a incoerência do PT e do Governo que aí está. Vamos começar pela greve. A Deputada que me antecedeu na tribuna fez um brilhante pronunciamento. Sabemos que a sua luta mantém a coerência: era assim no passado, quando ela era da Oposição, e mantém a mesma linha. Mas o Governo, não. O Governo mudou. O Governo do PT, antes, misturava as bandeiras do partido às dos grevistas. Nós do PSDB não temos feito isso. Tratamos com respeito a liberdade sindical, os funcionários públicos, mas queremos coerência em relação a eles.

Professores em greve há mais de 2 meses estão sendo tratados com desrespeito. E os professores já dizem de maneira clara: *"Dilma, a culpa é sua"*. É preciso lembrar que alguém preside este País. Não dá para se esconder e dizer: *"A culpa não é minha, é do Ministro da Educação, do Planejamento, de A, de B"*. Não. A responsabilidade é de quem preside, sim. Quem preside tem que orientar os seus Ministros e dizer: *"Abram o diálogo, negociem, encontrem uma alternativa"*. Os professores estão sendo humilhados porque não há sequer diálogo; os alunos, prejudicados; o povo brasileiro, prejudicado.

E não são só os professores. Agora, são mais de 30 categorias - 36 categorias; foi a última informação que tive -, centenas de milhares de profissionais dizendo: *"Chega de humilhação por parte de um governo que fala uma coisa e faz outra"*.

Agora vem mais uma: o Plano Nacional de Educação.

Deputado Antonio Imbassahy, um homem público de vivência profunda, que viu a Bahia em greve na área da educação, porque não há dinheiro para pagar - assim disse o Governador do PT - os salários, lutamos nesta Casa por uma emenda ao Plano Nacional de Educação - fui o autor; pelo menos da primeira a ser protocolada, no dia em que a Comissão foi instalada - que prevê os 10%, para chegarmos a 10% em



2022. Ninguém quer, a ferro e a fogo, do dia para a noite. É uma coisa planejada, para que a educação no Brasil melhore; para que as Prefeituras, os Governos dos Estados e o Governo Federal possam dizer, diante de uma greve como esta: "*Há orçamento, sim. O País prioriza a educação*". E pagar um salário justo, e dar educação de qualidade a todos.

Mas, não. O Governo, que disse que defendia a educação, articulou-se para não deixar o projeto ir para o Senado, para desfazer o que foi feito na Comissão, que aprovou os 10%.

E quero lembrar algo: a UNE esteve aqui em Brasília - é bom que a UNE saia de cima do muro; dizem que são os tucanos; e ela nem está em cima do muro: virou pelega mesmo - e disse: "*Presidenta Dilma, queremos 10% para a educação*". A Presidenta disse o quê? "*Olha, eu estou de acordo. O projeto está no Congresso. A decisão é do Congresso*". Pois bem. O Congresso decide por 10%, e ela finge que não é com ela, mas coloca a tropa de choque: o Líder do Governo orienta a sua base a assinar, a desfazer, para voltar para a Câmara, para ficar na Câmara, para não serem votados os 10%. É a incoerência! Portanto, somam-se as incoerências. Algumas até boas, mas que desmascaram o PT do passado.

A capa da revista *Veja* mostra o choque de capitalismo da Presidenta Dilma. Agora, o anúncio de privatização vai ser objeto de solenidade no Palácio. E nos acusaram o tempo todo de que estávamos destruindo o Brasil. Agora reconhecem que este País só vai evoluir se houver, sim, uma parceria, se o poder público fizer o que é da sua responsabilidade. Educação, por exemplo, Presidenta Dilma. Obviamente, a iniciativa privada pode investir em portos, pode investir em aeroportos, pode investir em infraestrutura, sob a vigilância do Governo, sob a regulamentação do Governo, para que funcione bem. No mundo inteiro é assim, no mundo inteiro que evoluiu é assim. Aqui, o PT travou o País por algum tempo, e estamos perdendo há 10 anos o trem da história, crescendo menos do que a média da América Latina. E agora acordam os funcionários públicos, petistas históricos, que foram enganados, porque a máscara cai.

E espero que a máscara acabe de cair com o julgamento do mensalão, que sejam condenados esses bandidos que roubaram o dinheiro do povo, que venderam o seu compromisso com a Nação para apoiar o Governo. E o ex-Presidente Lula até pediu desculpas, disse que o PT devia pedir desculpas. Pedir desculpas, não. Tem de devolver o dinheiro roubado do Banco do Brasil, tem de desfazer os abusos que cometeram contra o povo brasileiro. É isso o que precisa ser feito.

Era o que tinha a dizer.



Documento 125/311

219.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/08/2012-15:48
Publ.: DCD - 16/08/2012 - 29382	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Redução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB em Estados brasileiros. Participação do orador na Comissão Especial destinada ao exame da proposta de reformulação do ensino médio. Contrariedade à política de cotas permanentes para o ingresso de alunos de escolas públicas nas universidades federais. Protesto contra a apresentação, pela Liderança do Governo, de recurso ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Defesa da implantação de escola de tempo integral no País.

O SR. IZALCI (Bloco/PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, Sras. e Srs. Parlamentares, falo hoje sobre o resultado do IDEB. Em vários Estados, muitos Estados, houve uma diminuição, uma redução nas notas do IDEB, principalmente no ensino médio.

Nós estamos participando aqui da Comissão Especial pela reforma do ensino médio. De fato, é prioridade desta Casa, e tem que ser prioridade do Governo, essa mudança. Porque hoje o ensino médio, primeiro, não prepara o aluno para a universidade federal.

Aqueles alunos da rede pública não conseguem ingressar nas universidades federais, a não ser agora, com esse equívoco de destinar 50% das cotas da educação, das vagas das universidades federais, aos alunos da rede pública.

Acho que a cota é interessante, mas deve ser provisória. Não dá para se estabelecer isso como regra geral, porque está caindo muito o nível das universidades federais. A Universidade de Brasília, que sempre esteve entre as dez primeiras do Brasil, hoje já chega à vigésima colocação, exatamente pela má qualidade do ensino público.

E reforço mais uma vez a decepção que tivemos com a Liderança do



Governo, que, de fato, entrou com recurso protelatório aqui do Plano Nacional de Educação. Isso foi, para nós, uma sinalização de que esse Plano Nacional de Educação não entrará em vigor neste ano. As eleições estão próximas. Dificilmente nós votaremos esse recurso antes das eleições, e não tenho dúvidas hoje sobre a forma como agiu o Governo.

O Plano Nacional de Educação não sairá neste ano, a não ser depois das eleições, porque, com isso, o Governo vai impor à base a votação dos 7% do PIB.

Então eu quero aqui mostrar mais uma vez a importância dos recursos para salvar a educação deste País. Não dá para tocar uma educação com esses recursos que nós temos hoje. A salvação seriam os 10% do PIB para a educação. Isso evitaria o que está acontecendo hoje com a questão das drogas.

Aprovamos aqui há dez dias o aumento de penalização dos traficantes de drogas, do *crack*, mas nós só vamos resolver definitivamente a questão das drogas quando implantarmos a educação integral. E precisamos de recursos para implantar a educação integral.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 126/311

224.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	21/08/2012-16:16
Publ.: DCD - 22/08/2012 - 29699	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à greve de servidores públicos federais. Manobras do Governo Federal para desmobilização do movimento grevista. Carta aberta de servidores grevistas das Agências Reguladoras e do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Contrariedade à submissão ao Plenário do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à área educacional.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta tarde para tratar de duas questões importantes. A primeira delas é a greve do funcionalismo público federal, talvez a mais importante e mais ampla manifestação paredista do funcionalismo da última década.

Isso acontece neste momento porque, em cima da discussão sobre a crise econômica, o Governo Dilma vem colocando que temos de arrochar ainda mais os salários, economizar para pagar os juros da dívida pública e dar tranquilidade ao mercado financeiro nacional e internacional, ou seja, a mesma lógica de sempre: os servidores públicos são o grande bode expiatório do ajuste fiscal.

Por isso, Sr. Presidente, estamos apoiando, sim, a greve das universidades federais. Quero aqui denunciar a manobra do Governo para desmobilizar a greve nas universidades federais, em muitas das quais a paralisação já dura 80 dias. Há um movimento interno para tentar minar e ameaçar o funcionalismo público.

Uma das questões mais importantes, que cria uma nova marca no Governo Dilma, é o Decreto nº 7.777, de 2012, que dificulta, de vez, a manutenção de qualquer diálogo ou processo democrático. A substituição de grevistas, de profissionais por profissionais, nos âmbitos estadual e municipal, feita pela patronal, não se observava desde o regime militar. Em vez de promover um diálogo fecundo para atender a certas reivindicações ou de negociar, o Governo partiu para o endurecimento, baseado na ideia de que a cobertura da grande imprensa é sempre favorável ao ajuste fiscal.

Registro, mais uma vez, Sr. Presidente, nosso apoio à greve do funcionalismo. Deixo registrada na Casa a *Carta aberta dos servidores das Agências Reguladoras e DNPM em greve*, e peço a V.Exa. que a mesma seja registrada em ata.

Também não poderia deixar de falar, neste momento, a respeito da tentativa governamental de trazer ao Plenário, por meio do recolhimento de 84 assinaturas, a discussão do Plano Nacional de Educação, debatido há mais de ano e meio na Comissão Especial. Quando, em 1998, propusemos o primeiro Plano Nacional de Educação, o gasto público era de 10% do PIB.

E agora, finalmente, conseguimos aprovar, na Comissão Especial, 10% do PIB. O projeto pode ir direto para o Senado Federal, mas o Governo faz questão de que ele passe pelo Plenário para protelar o debate e sentar em cima da discussão sobre a educação em nosso País, que é uma das mais importantes para qualquer tipo de projeto de nação para o Brasil.

Quero dizer que acompanhei, desde o início, o Plano Nacional de Educação, sou proponente, o encabeçador do Plano de 1998, pelo PT



ainda, 10% do PIB.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação nesta Casa, como lei, mas Fernando Henrique Cardoso vetou o dispositivo que garantia 7% do PIB. Lula não derrubou o veto, e Dilma Rousseff propôs 7% agora.

Agora o movimento da sociedade civil, das entidades educacionais como um todo, exige 10% do PIB, e o Governo quer vetar por dizer que quebra o País. O que quebra o País é a qualidade da educação atual que nós temos.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 127/311

224.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	21/08/2012-16:52
Publ.: DCD - 22/08/2012 - 29705	EMILIANO JOSÉ-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Metas do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020. Avanços sociais obtidos com a implementação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social, no Governo petista. Evolução do piso salarial do magistério público no País. Fim da greve dos professores de rede estadual de ensino no Estado da Bahia.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere lido pronunciamento em que trato da educação brasileira, de modo especial da remuneração dos nossos professores e das nossas professoras.

Desde o Governo Lula até os dias de hoje, o Brasil vem experimentando uma mudança substancial na educação, com a valorização da educação pública e das nossas universidades públicas, com a criação de 14 novas universidades federais, com dezenas e



dezenas de novos *campi*, com a valorização do ensino técnico-profissional. Isso nos 8 anos do Governo Lula. E seguiremos com o Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O Governo do Presidente Lula foi o que mais criou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos 100 anos. Quer dizer, durante 1 século, produziu-se muito menos do que aquilo que o Governo Lula produziu, beneficiando a nossa juventude.

Há uma reivindicação mais do que justa dos nossos professores - e falo também como professor -, por uma remuneração melhor para todos os docentes. Vemos a evolução apenas do piso para os professores do magistério e com jornada de 40 horas de trabalho por semana: em 2009, 950 reais; em 2010, 1.024 reais; em 2011, 1.187 reais e, em 2012, 1.481 reais.

É evidente que há exigência de uma remuneração ainda melhor. Os docentes da Bahia recentemente fizeram uma greve para pedir isso. O Governo Jaques Wagner fez o máximo que pôde para garantir os 22% de aumento, extensivos a todos os professores. Hoje, creio que há um entendimento do corpo docente da Bahia quanto à necessidade de uma educação de qualidade, de fato, em nosso Estado. E o Governador também tem todo o interesse em que essa educação se efetive, que seja oferecida uma educação de qualidade.

Nesse sentido, estou me propondo participar dessa agenda positiva para que a educação no Brasil melhore cada vez mais, de modo muito especial na Bahia. O movimento grevista já acabou. Há hoje a possibilidade real de diálogo entre o meu Governo e os professores. Aproveito a oportunidade para me colocar à disposição dos professores e do meu Governo para que essa discussão se faça em novo tom, de modo a superar os problemas que temos na área de educação do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação no Brasil, desde que Lula assumiu a Presidência em 2003, passa por uma revolução. Agora, com o Governo Dilma Rousseff, essa revolução se consolida e se institucionaliza com o Plano Nacional de Educação (PNE), já aprovado pela Comissão de Educação, da qual faço parte, e que aguarda aprovação, que espero seja breve, pelo Senado Federal.

Esse Plano Nacional de Educação, contrariando o anterior, da época do neoliberalismo, tem metas muito claras de investimento em



educação. Em 2001, o então Presidente FHC e a coligação que o sustentava vetaram que o Brasil tivesse qualquer percentual mínimo de investimento em educação no Plano Decenal de Educação que era discutido e foi aprovado naquela época. E isso teve como consequência a perpetuação da situação de anomia em nossa educação.

Não há apenas essa meta no atual PNE, há também as seguintes:

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. superação das desigualdades educacionais;
- IV. melhoria da qualidade do ensino;
- V. formação para o trabalho;
- VI. promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII. promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto;
- IX. valorização dos profissionais da educação;
- IX. difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e da gestão democrática da educação.

São metas de um projeto sério, levadas a cabo por um governo sério e que já deu demonstrações de seu compromisso com a educação de que precisamos. Posso salientar a promulgação do piso salarial nacional dos profissionais do magistério, que foi vetado em 1995, também pela coligação demo-tucana e que, a partir de 2008, vem promovendo o maior aumento de remuneração dos professores de nossa história. O piso é apenas para os professores que têm formação de magistério, mas isso significa que os professores com formação acima devem ganhar mais, a partir da aprovação de um plano de carreira nos Estados e Municípios. Lembro-me muito bem de que o PSDB e o DEM buscaram no Supremo Tribunal Federal, nos anos recentes, arguir a ilegalidade dessa lei, para depois serem derrotados.

Vemos a evolução apenas do piso, no Brasil, para os professores com magistério e 40 horas de trabalho por semana: 2009, R\$950,00; 2010, R\$1.024,00; 2011, R\$1.187,00; 2012, R\$1.481,00. Pela lei do piso, este deve ser reajustado no mesmo valor do aumento dos recursos do FUNDEB. O FUNDEB substituiu o antigo FUNDEF, da época de FHC,



e os recursos destinados à educação básica foram multiplicados por mais de dez. Enquanto na época do neoliberalismo havia apenas o interesse em financiar parcamente o ensino fundamental, hoje temos financiamento da creche até o ensino médio, incluindo educação profissional e educação de jovens e adultos.

No campo da educação profissional, o Governo Dilma irá além do que já fizemos com o Governo Lula também. De 2011 a 2014 teremos 562 novas unidades de Institutos Federais de Educação, Ciência e Cultura em 512 Municípios. Chegaremos a ter 8 milhões de alunos no ensino técnico e tecnológico até 2014. A lembrar que Fernando Henrique decretou, de modo irresponsável, prejudicando em muito a nossa juventude, o fim do ensino tecnológico, proibindo que se criassem novas escolas técnicas. Com o nosso projeto político em andamento, a partir de 2003, com Lula Presidente e agora com Dilma, já superamos em duas vezes, nessa área, o que fora feito em um século.

Na educação superior, teremos quatro novas universidades até 2014, somando-se às 14 já criadas nos 8 anos do Governo Lula, com 47 *campi* novos durante o Governo Dilma. Nunca houve uma ampliação tão grande da educação federal em nosso País. Devemos nos lembrar de que, na época do neoliberalismo, as universidades federais ficaram sufocadas, sem recursos para pagar contas de água, telefone e energia, sem citar a crônica falta de professores e o estado lastimável de conservação dos prédios públicos nos *campi* universitários.

Tudo isso precisará da aprovação de uma Lei de Responsabilidade Educacional, pois o Estado que estamos construindo não mais cabe no arcabouço institucional do neoliberalismo. A maneira como a Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada, à época, impede o crescimento das políticas públicas de educação, saúde e assistência social, amplamente bem-sucedidas no Brasil e majoritariamente aprovadas pela população.

Para falar de educação e do meu Estado, a Bahia, terminou nos últimos dias uma longa greve de professores, que reivindicaram aumento de salários, o que é absolutamente justo. Quero registrar que o Governo Jaques Wagner garantiu em 6 anos um aumento real de 36%, ou seja, acima da inflação, aos professores. Agora, o piso salarial dos professores teve um aumento de 22%, o que o Governo Estadual procurou logo garantir. E assumiu o compromisso de conceder um aumento de 22% de forma escalonada, até março de 2013, para os outros níveis, acima do nível dos professores com magistério.

Considero isso um grande avanço em relação ao período do neoliberalismo no meu Estado, momento em que os professores ganhavam tão pouco que diziam que sua hora aula não tinha a remuneração para pagar "um acarajé sem camarão".



Agora que a greve acabou e que os ânimos devem ser serenados é o momento de reconstruir diálogos, reconhecer erros de parte a parte, procurar uma repactuação entre o Governo e os professores, para garantir futuros avanços. A educação é o espaço do diálogo, não do confronto, é o espaço do convencimento, da transparência. As greves, sempre legítimas, devem ser a antessala da negociação. A mim não cabe analisar os erros cometidos. Isso caberá ao movimento dos professores, às suas lideranças, aos professores em geral e também ao Governo, que avaliará todos os passos que deu na relação com os docentes e os dirigentes da greve.

Sei, no entanto, que o Governador Wagner foi ao limite do que podia. Fez todos os esforços orçamentários possíveis, cedeu o quanto pôde e, inclusive, quanto sentiu que o diálogo estava difícil, pediu a colaboração do Ministério Público e do Poder Judiciário para mediar as negociações.

O fato é que estamos em outro momento. A greve acabou, os alunos, tão prejudicados, terão os seus direitos respeitados pelos professores, que sabem da importância da conclusão do ano letivo para o alunado. De minha parte, quero ser parte da discussão de uma agenda ampla que envolva a discussão sobre a educação na Bahia neste contexto de transformações do nosso País. Lembro-me de que as principais bandeiras de luta dos professores se ancoravam justamente nas políticas públicas do nosso Governo Federal e sei que não há nenhum interesse dos profissionais da educação em recuar do que já foi conquistado.

Não há dúvida de que é necessário melhorar mais e mais a remuneração dos professores brasileiros, em todos os níveis. Não há dúvida de que os salários estavam profundamente defasados e de que a recuperação deles se impõe. Como disse, isso vem sendo feito, embora, seguramente, não no ritmo que o movimento dos professores baianos pretendia ou pretende. Passo a passo, creio, haveremos, com políticas públicas adequadas, de garantir no País inteiro uma remuneração condigna aos professores e, simultaneamente, ir avançando para uma educação pública com mais e mais qualidade.

Uma educação que responda pelas necessidades profundas do nosso povo e que corresponda ao estágio de desenvolvimento do País, que vem distribuindo renda e crescendo desde 2003, quando o Presidente Lula assumiu, e agora sob a direção da Presidenta Dilma Rousseff. Uma educação de qualidade é um direito de todos os brasileiros, e uma remuneração digna a todos os professores será uma conquista de todos nós.

Muito obrigado.



Documento 128/311

224.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	21/08/2012-17:28
Publ.: DCD - 22/08/2012 - 29742	BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Confirmação pelo Presidente Marco Maia da data de votação do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à área educacional. Lançamento pelo Governo petista de programa de concessão de rodovias e ferrovias. Apelo à Presidenta Dilma Rousseff de sanção de dispositivo de medida provisória destinado à extinção de tributos incidentes sobre os produtos da cesta básica.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que nos acompanha, queremos dizer da satisfação que tivemos hoje com a possibilidade de marcar a data de 19 de setembro, confirmada pelo Presidente Marco Maia, para que possamos votar a medida provisória relativa a recursos para o Nordeste. E nesse entendimento de hoje, no conjunto de demandas das oposições, sobretudo do PSDB, garantimos o dia 19 de setembro como a data em que iremos votar recursos para o Plano Nacional de Educação.

Para aqueles que nos acompanham, há anos a Câmara dos Deputados discute a possibilidade de garantir 10% dos recursos obtidos com o que é produzido, as riquezas nacionais, o chamado Produto Interno Bruto, para a educação.

A Câmara aprovou essa matéria, que deveria ter seguido para o Senado da República, mas o Governo, de forma legítima, regimental, conseguiu assinaturas para recorrer ao Plenário.

O motivo de avançarmos hoje na votação de medidas provisórias, não obstante a importância do mérito, foi permitir que, dia 19 de setembro, o Plenário da Câmara dos Deputados, em rejeitando esse recurso, faça com o que o Plano Nacional de Educação siga para o Senado da República e possamos garantir mais bilhões de reais para a educação



brasileira.

Não construiremos um País que se posicione de forma firme, com menos desigualdade social, sem garantir esses recursos para a educação. Hoje, atribuímos como importante vitória a garantia do dia 19 de setembro para votação dessa matéria.

Presidente Inocêncio Oliveira, estamos numa semana de ressaca, de ressaca do bem. Vimos que o tempo é senhor da razão. O Partido dos Trabalhadores teve que sucumbir, cair, ajoelhar-se a uma realidade, a realidade de que o Estado brasileiro, inclusive governado pelo PT nos últimos 10 anos, já não tinha mais condições de atender aos investimentos necessários para a infraestrutura nacional. Resolveu montar seu grande programa de privatização, que, apesar dos 10 anos perdidos, chega ainda com um alento, e que possamos iniciá-lo.

Que o Governo agora seja ágil para ir com os editais às ruas, viabilizar empresas sérias que possam ser parceiras do Governo e da população brasileira, a fim de melhorar estradas, portos e demais pontos de gargalo na infraestrutura, investimentos que o Governo não mais consegue realizar.

Quem se lembra da década de 80 e assistiu à Lei da Informática, na época, com o Presidente José Sarney? A história definiu e guardou num local específico para mostrar que foi uma década, 10 anos, 15 anos, 20 anos perdidos de desenvolvimento em inovação tecnológica para o País. A história vai mostrar esses 10 anos de preconceito político, ideológico, preconceito contra o capital privado.

É bom lembrar que o capital privado nasce do suor de milhões de brasileiros que trabalham de forma honesta, criam suas empresas e poderiam, há mais de 10 anos, ter participado de investimentos e de importantes ações para melhorar a infraestrutura nacional.

Aqui se combateu, durante muitos anos, por exemplo, os modelos de concessões no Governo do Presidente Fernando Henrique. Hoje o Brasil critica a qualidade da telefonia, mas não a falta de telefones. Existem mais telefones do que brasileiros.

O mesmo não acontece com a infraestrutura. Os 10 anos perdidos fazem com que não estejamos hoje discutindo se a rodovia que liga a cidade A ou B não deveria ser duplicada, mas quadruplicada. Não. Estamos discutindo como fazer essa rodovia ou como construir uma operação de rodovia que permita qualidade de trânsito para o transporte da produção nacional e para o deslocamento, com segurança, da população brasileira.

Foram 10 anos perdidos. Mas queremos, a partir deste momento, tentar reduzir esse prejuízo, comemorar o bom senso, comemorar essa



decisão do Partido dos Trabalhadores, que, durante 10 anos, apresentou o PSDB ao País como o carrasco das ações do Estado com a iniciativa privada e agora aponta para um caminho de desenvolvimento no futuro.

Queremos agora que o Governo mostre sua capacidade gerencial, vá com os editais para as ruas, e que possamos ter empresas sérias, parceiras do Estado brasileiro.

Para concluir, Sr. Presidente, neste último minuto que nos resta, quero apelar à Presidenta Dilma, que irá sancionar ou vetar a medida provisória que trata do Plano Brasil Maior nos próximos dias.

Esta Câmara dos Deputados e o Senado Federal, o Congresso Nacional garantiu imposto zero para os produtos da cesta básica. E dissemos, de forma muito honesta, que foi um projeto de que participou o Partido dos Trabalhadores, com a contribuição de sua ideia, e que foi bancado pelo PSDB numa emenda a essa medida provisória.

A população brasileira aguarda, com expectativa, a confirmação ou sanção, como queiram entender, da Presidenta Dilma dessa decisão do Congresso Nacional de acabar com os impostos federais sobre os produtos da cesta básica.

O dia dessa decisão se aproxima, e esperamos que essa redução de tributos para a parte mais pobre da população, que sente o efeito dessa carga tributária, se confirme.

Portanto, Presidenta Dilma Rousseff, no atendimento do conjunto, da unanimidade do Congresso Nacional pedimos que V.Exa. sancione, aprove o fim dos impostos federais dos produtos da cesta básica.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 129/311

224.2.54.O

Publ.: DCD - 22/08/2012 - 29743

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD 21/08/2012-17:28

ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário



Apelo aos Deputados de rejeição do recurso para submissão ao Plenário do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à área educacional.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna por conta do recurso que foi impetrado contra decisão da Comissão Especial que analisou o Plano Nacional de Educação.

O recurso foi assinado por 80 Deputados Federais. Confesso que boa parte deles, pelo que vimos, sequer sabe o que assinou. Isso está causando um grande prejuízo e uma revolta no segmento educacional do nosso País e em todo o povo brasileiro, que ainda acredita que a educação pode ser a única arma contra a desigualdade de oportunidades e contra esta grande desigualdade social.

Por mais que as medidas paliativas do Governo Federal atenuem em parte esse quadro, nós não damos a essas pessoas, ou a seus filhos, sequer igualdade de oportunidades com as pessoas de maior poder aquisitivo.

Destinar 10% do nosso PIB, em 10 anos, para a educação brasileira é um direito do povo brasileiro e um dever do Estado. Nós não podemos tergiversar sobre educação. Como é que podemos comemorar o fato de a nossa nota do IDEB passar de 3,6 para 3,7?

Nós deveríamos lamentar profundamente, nos revoltar, nos indignar, e chamar todo o segmento educacional para uma ampla discussão. Em vez disso, queremos trazer ao Plenário - talvez em uma tentativa de atrasar ainda mais a aprovação desse plano, por melhor intencionado que esteja o Presidente Marco Maia e o Líder do Governo, Arlindo Chinaglia - uma discussão do recurso no mês de setembro.

Nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente. Nós queremos que a decisão da Comissão seja respeitada. Por isso, fazemos coro com a grande campanha, lançada no último dia 17, de todas as entidades representativas que pensam a educação como um bem maior do nosso povo, um bem que não pode ser tratado como gasto, mas como investimento.

É por isso que eu, como Líder do PDT, juntamente com o Deputado Paulo Rubem Santiago, apresentei um requerimento para que possamos cancelar esse recurso, para que possamos manter a decisão da Comissão.

Fazemos um apelo aos 80 Srs. Deputados Federais, que querem o bem do Brasil, para que retirem as suas assinaturas. Precisamos que



pelo menos 41 Deputados a retirem - 11 já retiraram, faltam mais 30 retiradas de assinatura.

Por isso, faço um apelo a todo o povo brasileiro. Vamos fazer com que esta Câmara possa ser ativa, possa escutar os anseios do nosso País, possa pensar o nosso País como tantos outros que investiram na educação há décadas e hoje respiram ares de desenvolvimento com justiça social.

Não basta aumentarmos programas de transferência de renda. Precisamos gerar programas que tragam transferência e igualdade de oportunidades.

É isso que falta em nosso País, é isso que a Câmara tem de fazer. Queremos discutir e debater, como já debatemos na Comissão Especial. Mas não podemos protelar nenhuma decisão que tenha sido oriunda desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos juntos, unidos, trabalhar para que os 80 colegas pensem melhor, particularmente os Deputados do Partido dos Trabalhadores. Vamos retirar as assinaturas e fazer deste País, por meio da educação, um País bem melhor.

Documento 130/311

225.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/08/2012-15:22
Publ.: DCD - 23/08/2012 - 29914	FÁTIMA BEZERRA-PT	-RN
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Imediato encaminhamento ao Senado Federal do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à área educacional.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Presidente Marco Maia anunciou ontem que nos dias 18 e 19 de setembro colocará em debate o Plano Nacional de Educação, através de uma Comissão Geral a ser instalada no plenário.



Sr. Presidente, o projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação foi o mais debatido na história do Legislativo brasileiro. É bom lembrar que ele recebeu mais de 2.900 emendas; é bom lembrar que ele foi debatido em dezenas de audiências públicas País afora.

Mas, se querem mais debate, desde já adianto que gostaria que fosse o mais amplo e plural possível, que tenham assento e voz não apenas nós, Parlamentares, mas também a sociedade, os representantes dos gestores e dos movimentos sociais.

Segundo: quero dizer que a sociedade continua mobilizada na defesa de que se encaminhe o mais rápido possível o projeto de lei para o Senado. Depois da campanha pelo direito à educação da UNE, da UBES, da CNTE, da UNDIME, do Fórum Nacional de Educação, agora foi a vez da SBPC, que claramente solicita aos Srs. Deputados que não acatem o recurso e encaminhem para o Senado Federal o projeto, para exatamente evitar atrasar cada vez mais a tramitação e a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Por fim, Sr. Presidente, nosso desejo é que o Plano Nacional de Educação seja enviado o mais rapidamente possível ao Senado. E esse não é um desejo apenas da Deputada Fátima Bezerra, mas também do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, aprovado inclusive em congresso. Essa é a posição, Deputado Fernando Ferro, do núcleo de educação da bancada do PT que coordenamos na Casa.

Continuamos firmes na defesa do relatório aprovado por unanimidade na Comissão Especial, do Relator Deputado Angelo Vanhoni. Continuamos firmes não só na defesa dos 10% do PIB para a educação, que achamos necessários para enfrentar os desafios que a educação brasileira apresenta ainda hoje, seja no que diz respeito ao déficit de escolarização, seja no que diz respeito à valorização salarial e profissional do magistério brasileiro.

Quero aqui adiantar que nossa defesa firme não é apenas em relação aos 10% do PIB para a educação, mas também em relação à íntegra do relatório do Deputado Angelo Vanhoni, que chegou aqui fruto de amplo e plural debate, tendo como referência a maior conferência nacional da educação realizada até hoje, a Conferência Nacional de Educação, que ocorreu em abril de 2010.

Esse projeto chegou aqui depois de pactuado. Assim, ele foi aprovado de forma suprapartidária, de maneira unânime, repito.

Portanto, Sr. Presidente, em nome do Fórum Nacional de Educação, do qual faço parte - está aqui o Deputado Lelo Coimbra, Presidente da nossa Comissão -, fica aqui registrado nosso apelo para que seja enviado o mais urgentemente possível o Plano Nacional de Educação para o Senado. Se aprovado, que a Presidente Dilma Rousseff o



sancione este ano para que o Brasil comece o ano de 2013 com o novo Plano Nacional de Educação.

Finalmente, esperamos que os 10% do PIB para a educação sejam aprovados, conforme consta no relatório de Angelo Vanhoni, tendo como fonte de financiamento, além das fontes tradicionais, os recursos do pré-sal, os *royalties*, bem como os recursos minerais.

Sr. Presidente, a hora é exatamente de acelerarmos o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação. Se houver debate, que haja o compromisso de enviá-lo para o Senado Federal o mais rapidamente possível, para que seja aprovado e sancionado ainda este ano pela Presidente Dilma Rousseff.

Documento 131/311

225.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/08/2012-15:42
Publ.: DCD - 23/08/2012 29919	- CESAR COLNAGO-PSDB -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Avaliação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Anúncio da realização pela Casa de Comissão Geral destinada ao debate do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à área educacional. Protesto contra a oposição de veto presidencial ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2013.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere como lidos dois pronunciamentos e autorize sua divulgação.

Um deles versa sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. O Brasil avançou muito pouco, com muita timidez. Esta grande Nação precisa rever a sua política educacional.



O outro pronunciamento versa sobre os cortes da Presidente Dilma Rousseff a muitas das 920 emendas apresentadas ao Orçamento da União para 2013, entre as quais várias iniciativas brilhantes de Deputados desta Casa, dos mais diversos partidos, desconsiderando completamente o fato de que uma república se faz com a parceria do Poder Legislativo. S.Exa. poderia ter agido de forma diferente, dialogando mais com esta Casa.

Peço a V.Exa., então, Sr. Presidente, que autorize o registro desses dois pronunciamentos.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi divulgado pelo Ministério da Educação o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2011, que tem como objetivo mensurar a qualidade da educação brasileira.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o Brasil atingiu a nota 5. Houve um crescimento de 0,4 em relação a 2009. Já nos anos finais do ensino fundamental, o avanço foi mais lento: de 4 para 4,1.

O ensino médio continua sendo o calcanhar de aquiles do sistema educacional. Com uma melhora de apenas 0,1 continua com resultados piores do que os de outros segmentos.

Em resumo, os dados mostram que, na medida em que o aluno avança em sua vida escolar, seu rendimento piora. Os resultados são muito tímidos para uma grande nação.

Se aceitarmos o desafio da Presidente da República, de que devemos ser avaliados como país pelo que fazemos por nossas crianças e por nossos adolescentes, teremos de enfrentar debates difíceis e promover uma revolução na educação brasileira.

No próximo dia 18 de setembro, a Câmara dos Deputados se reunirá em Comissão Geral para ampliar a discussão sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. E, por acreditar que a educação é a base de tudo, o PSDB se somou ao movimento de entidades de defesa da educação pública e defende a aplicação de 10% do PIB na educação, no novo PNE. Aqui estaremos para garantir essa conquista.

Muito obrigado!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao sancionar, na última sexta-



feira, dia 17 de agosto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que vai orientar a elaboração do Orçamento da União para 2013, a Presidente Dilma Rousseff vetou integralmente o Anexo de Metas e Prioridades aprovado pelo Congresso Nacional em julho.

O Anexo de Metas, conforme determina a Constituição, tem preferência na execução orçamentária. Foram apresentadas 920 emendas ao projeto original, por Deputados e Senadores, resultando em 221 ações, ao custo de R\$10,6 bilhões, em áreas tão diferentes quanto importantes para a sociedade, como mobilidade urbana, agricultura familiar, educação profissional e política espacial.

Com o veto, ficou mantida a redação original do projeto da LDO encaminhado pelo Governo ao Congresso em abril. E as prioridades do Orçamento para o próximo ano resumem-se, de forma bastante genérica, às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Brasil Sem Miséria, o que demonstra uma concentração do poder decisório orçamentário nas mãos do Executivo, com a conseqüente diminuição do papel do Congresso na definição dos gastos públicos.

A pergunta que deixamos para os colegas é esta: os Parlamentares vão continuar reféns do Executivo, do Palácio do Planalto? A Presidente da República é a única que pode dizer o que é e o que não é prioridade para o uso dos recursos públicos?

Documento 132/311

227.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	23/08/2012-16:12
Publ.: DCD - 24/08/2012 - 30187	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização pela Comissão de Educação e Cultura de audiência pública para debate da educação ambiental. Necessidade de capacitação dos docentes previamente à inclusão do tema como disciplina no currículo escolar. Convite aos Deputados para participação na Comissão Geral destinada ao debate do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020. Apelo à Casa no sentido da rejeição do Recurso nº 162, de 2012, acerca da submissão da matéria à deliberação do



Plenário.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje pela manhã, na Comissão de Educação, nós participamos de uma audiência pública em que foi tratada a questão da Rio+20 principalmente, a questão do meio ambiente, e tivemos a oportunidade de ouvir representantes do Ministério da Educação, do Ministério do Meio Ambiente e também especialistas na área ambiental. O Deputado Sarney Filho também participou da audiência, representando a Frente Parlamentar Ambientalista. E o resultado, Sr. Presidente, foi o mesmo da audiência pública que aconteceu ontem, a audiência pública sobre a questão das Olimpíadas. Foi o mesmo. Ou seja, todos têm consciência da importância de se implantar a educação ambiental, começando nas escolas. Todos dizem que é necessário incluir a educação ambiental como disciplina, ou até mesmo como conteúdo transversal, modelo que se adota hoje, porque, de fato, se o tema do meio ambiente for incluído como disciplina o aluno já vai querer saber se vai haver prova, se vai ser reprovado, já se criam dificuldades para o aprendizado. Então, a proposta é, no currículo, trabalhar com a transversalidade, e é isso que temos de fazer.

Mas acontece - e nós ficamos, assim, de certa forma indignados, nesta Casa, indignados com essa política - que, apesar de todos, a todo momento, dizerem que educação é a solução, e em todo lugar, aqui nesta Casa, nas campanhas que estão aí para a eleição municipal, agora, dos candidatos a Vereador e a Prefeito, não há ninguém que fale mal ou que deixe de falar sobre educação, como eu disse hoje na audiência pública, não basta falar, não basta inserir esse assunto do meio ambiente na educação se não temos hoje neste País capacitação dos professores.

Os professores hoje não têm acesso à formação continuada. Os professores hoje mal recebem o piso salarial, que é R\$ 1.451,00. Anteontem recebemos nesta Casa 54 professores, dois de cada Estado, que estão aqui fazendo um curso no CEFOR, e nós percebemos claramente o desânimo dos professores. A maioria é idealista mesmo! Para enfrentar uma sala de aula hoje, com esse salário, com essa falta de infraestrutura, com falta de incentivo, de capacitação, só mesmo por idealismo, porque financeiramente não vale a pena. E como esses professores que ganham R\$ 1 mil por mês vão ter capacidade de dizer aos alunos que ainda é possível sonhar, que ainda é possível realizar sonhos, com esse estado da educação brasileira? Então, eu disse isso claramente.

O que aconteceu? Nós passamos aqui quase 2 anos discutindo o Plano Nacional de Educação. Fizemos palestras no Brasil todo, e debates; eu mesmo fui ao Espírito Santo, fui a São Paulo, e fizemos



aqui em Brasília diversos debates sobre o Plano Nacional de Educação, que conseguimos aprovar, com muita dificuldade, por unanimidade, na Comissão Especial; aí, no cair da noite, às 17h35min, o Governo entra com recurso para remeter ao plenário o Plano Nacional de Educação!

Então, mais uma vez quero convocar, quero convidar todos: no dia 18 de setembro, aqui nesta Casa, haverá Comissão Geral para discutir o assunto no plenário e no dia 19 a votação do recurso. E nós temos de derrubar esse recurso aqui no plenário para que esse projeto possa seguir para o Senado, para que possamos ainda este ano aprovar o Plano Nacional, para não comprometermos os Planos Estaduais de Educação e os Planos Municipais de Educação. Já passou 2011, estamos em 2012, e esse plano não se aprova!

Então, eu disse que é impossível melhorar a educação, principalmente na parte ambiental e na questão dos esportes na escola, se não tivermos recursos. Não se faz educação sem recursos!

(O microfone é desligado.)

O SR. IZALCI - Só para concluir, elenquei aqui as dificuldades; primeiro, todo o mundo sabe que a solução é a educação, mas precisamos de educação continuada dos professores. Os professores precisam conhecer o que é a parte ambiental, como funciona. Como é que vão passar isso aos alunos? Têm de ter capacitação! Os professores precisam ver a Lei do Piso ser aplicada, principalmente com a garantia da dedicação de 1/3 da carga horária para o planejamento fora da sala de aula. Hoje, mesmo naqueles pouquíssimos Estados que contemplam esse 1/3 fora da sala de aula, é preciso permanecer na sala dos professores, onde não há ambiente adequado para se fazer o planejamento das aulas. Os professores hoje não têm tempo de planejar as aulas, não estão ainda incluídos na era da tecnologia, não têm conhecimento de tecnologia.

Então, nós precisamos de fato aprovar esse plano e colocar recursos na educação, para podermos fazer a grande transformação da educação.



30276

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO
EXPEDIENTEPEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Realização pela Casa de Comissão Geral destinada ao debate do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa de rejeição do recurso destinado à submissão da matéria ao Plenário.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero aqui novamente lembrar aos telespectadores da *TV Câmara*, aos ouvintes da *Rádio Câmara* e a toda a comunidade sobre a Comissão Geral que acontecerá aqui na Câmara, dia 18 de setembro, para tratar do Plano Nacional de Educação. Sabemos que no dia 19, no dia seguinte, votaremos aqui no plenário o recurso apresentado na calada da noite, às 17h35min, no último dia de recurso, trazendo essa matéria para discussão no plenário.

Espero que os Deputados, em especial aqueles que já tinham assinado um recurso preventivo... Foram mais de 300 assinaturas. Caso não aprovássemos na Comissão, traríamos para o Plenário. Conseguimos aprovar na Comissão, mas, para nossa surpresa, surge esse requerimento da base do Governo, pelo Líder do Governo, e vamos discutir essa questão no dia 18.

Então convido a sociedade civil organizada, estudantes, pais, professores, aqueles que acompanharam durante todo esse tempo a discussão do plano, para que estejam aqui para derrubarmos esse recurso, no dia 19 de setembro.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 134/311

230.2.54.O

Sessão Ordinária - CD 29/08/2012-15:42

Publ.: DCD - 30/08/2012
30468

IZALCI-PR -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO
EXPEDIENTEPEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO



Sumário

Presença nas galerias do plenário de alunos do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, de Brasília, Distrito Federal. Participação na 5ª Conferência em Educação Especial e Dificuldade de Aprendizagem, com o tema Direito à Diversidade: o Privilégio de Conviver com as Diferenças, no Distrito Federal. Importância de reuniões temáticas realizadas pelas Comissões Permanentes de Trabalho do Parlamento Latino-Americano - PARLATINO. Congratulações ao jornal Correio Braziliense pela publicação de reportagens a respeito do planejamento estratégico urbano.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cumprimento também os jovens aprendizes do CIEE de Brasília, que nos honram com a presença no plenário.

Sr. Presidente, hoje de manhã, tive o privilégio de fazer a abertura da V Conferência de Educação Especial e Dificuldade de Aprendizagem, de iniciativa da psicóloga Marta Iris de Souza e da pedagoga Carla Kátia Pereira de Souza. Este já é o quinto ano seguinte em que são dadas muitas palestras, num seminário muito bom, uma conferência sobre a educação especial. Pois tive a oportunidade de falar para quase 500 professores e professoras, alertando, primeiro, que no dia 18, aqui no plenário, teremos uma Comissão Geral para debater o Plano Nacional de Educação, e, segundo, que no dia 19, agora de setembro, votaremos, e espero que o Plenário possa derrubá-lo, o recurso apresentado pela Liderança do Governo, que trata exatamente do artifício de trazer para o Plenário a discussão do PNE, retardando o andamento da sua aprovação, que já deveria estar no Senado, ou, quiçá, sancionado pela Presidenta Dilma.

Mas disse a eles que, se essas galerias e se os corredores desta Câmara dos Deputados não estiverem lotados de professores, pais e alunos, dificilmente nós votaremos e conseguiremos vitória nesse pleito em favor do Plano Nacional de Educação.

Então, quero aqui, mais uma vez, até o dia da votação, convocar, convidar a sociedade civil organizada para estar aqui nesta Câmara dos Deputados, que é a Casa do povo, porque é a oportunidade que teremos para evitar novas greves e movimentos com relação à educação.

O que está faltando à educação brasileira chama-se recurso. Discurso já tem demais. Agora precisamos de recurso.

Mas quero também, Sr. Presidente, dizer que, logo após aquele evento, estive na Interlegis, na abertura do Congresso Nacional das Comissões, que estão aqui reunidas em Brasília, do PARLATINO, o



Parlamento Latino-Americano.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Deputado Izalci, peço desculpas por interromper o discurso de V.Exa.

Esta Presidência quer registrar a presença dos jovens aprendizes do CIEE do Distrito Federal, que nos honram com sua presença aqui nas galerias da Casa. São do CIEE, do seu Distrito Federal, Deputado Izalci.

O SR. IZALCI - Muito bem!

Então, Sr. Presidente, quero aqui ressaltar a importância também desse congresso, dessa reunião de comissões temáticas. São 5 comissões que estão reunidas hoje. E a comissão da área de saúde está tratando desse tema, para que todos os países possam adotar essas medidas de sucesso em determinadas regiões.

É evidente que há aquele provérbio: nada se cria; tudo se copia. E coisa que é boa tem que ser copiada, sim!

Então, nós temos que dividir com outros países aquilo que deu certo aqui; como temos de aproveitar, também, experiências de outros países para adotá-las aqui no Congresso Nacional, em nosso País, nas Comissões Temáticas desta Casa.

Então, estão reunidas as Comissões de Educação, de Direitos Humanos, e de Justiça, além da Comissão de Serviços Públicos, de Defesa do Consumidor, e também a Comissão de Meio Ambiente e Turismo, em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca.

Então, esse evento começou hoje e vai até amanhã. Brasília está tendo o privilégio de sediar essa reunião. Para nós é motivo de muita alegria receber mais de 70 Parlamentares, Senadores e Deputados, dos países latino-americanos e do Caribe.

Por último, só para concluir, Sr. Presidente, quero também parabenizar a iniciativa do *Correio Braziliense*, que também tem a obrigação e já acordou para esse grande problema chamado planejamento estratégico das cidades. O *Correio Braziliense* tomou a iniciativa de pensar Brasília nos moldes do que fizemos no *Brasília 100 Anos*, no sentido de buscar um planejamento estratégico para a nossa cidade. O *Correio Braziliense* faz agora essa discussão num seminário sobre transporte público. Esse, talvez, seja um dos grandes gargalos, não só de Brasília, mas de todo os País, principalmente nas capitais. Quero aqui saudar essa iniciativa do *Correio Braziliense*.

Muito obrigado.



Documento 135/311

231.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/08/2012-14:45
Publ.: DCD - 31/08/2012 - 30518	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Reiteração do convite à sociedade civil organizada, aos pais a alunos, especialmente aos do Distrito Federal, para acompanhamento da Comissão Geral destinada ao debate do novo Plano Nacional de Educação - PNE e da votação de recurso sobre a submissão da matéria ao Plenário. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Vinculação entre a escalada da violência no Distrito Federal e o consumo de drogas. Importância dos investimentos na área educacional para a redução dos índices de criminalidade. Defesa de lançamento do PAC da Educação.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero, mais uma vez, convidar toda a população, especialmente a do Distrito Federal, para estar aqui no Congresso, no dia 18 de setembro, às 14 horas, quando haverá uma Comissão Geral para discutir o Plano Nacional de Educação. E, no dia 19 de setembro, no mesmo horário, a partir das 14 horas, estaremos votando o recurso do Governo. Queremos derrotá-lo na discussão do Plano Nacional de Educação, que está vindo para o plenário e que já deveria estar no Senado.

Reforço que, até o dia 18, em todas as vezes que eu estiver no plenário, convidarei toda a população, alunos, pais sociedade, civil organizada. São muitas as instituições que, durante todo o debate, estiveram conosco.

Quero reafirmar minha preocupação, Sr. Presidente. Não tinha visto ainda a matéria no jornal, mas vi a notícia daquilo que se confirma da reunião com o Ministro da Fazenda com muita preocupação.

Está aqui o título, foi dito pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega. Olhem o que diz o Ministro: "*Investimento em educação vai quebrar Brasil*", declara Guido Mantega. Ele disse isso em função exatamente do plano que está na Comissão Especial e que



prevê 10% do PIB para educação.

Temos de refletir, Sr. Presidente, pois muita gente não conhece, não sabe exatamente o que significam esses 10%. O Brasil hoje investe 5,1% do PIB em educação, o que resulta em mais ou menos 200 bilhões de reais. Pretendemos dobrar esse recurso para daqui a 10 anos. Evidentemente, não se trata de um investimento de imediato. A lei aprovada, pelo menos o texto aprovado na Comissão, diz que serão 7% nos próximos 5 anos e, até o final dos 10 anos, atingir-se-ão os 10% do PIB.

O que o Ministro diz e tem razão é que em grande parte dos países desenvolvidos não se aplicam 10% do PIB. Normalmente se aplicam 6%, 7% até 8% do PIB. Só que as pessoas esquecem que, no Brasil, a dívida com a educação é muito grande. Haja recurso para se recuperar toda essa infraestrutura das escolas e torná-la compatível com a educação de qualidade!

Esquecem que o salário dos professores, de modo geral, no Brasil, é mínimo. O piso, Sr. Presidente, que se discute neste País é 1.45 reais. O piso, na maioria dos Municípios, e muitos não estão conseguindo pagar, é exatamente esse.

Como é que um professor, que está cuidando da alfabetização, que está cuidando dos nossos jovens do ensino médio, que tem como missão até despertar no jovem o sonho, realizar sonhos... Como é que um professor, ganhando 1.451 reais, vai conseguir despertar nesses jovens o sonho? Por isso estamos cheios de drogados no Brasil todo. O *crack* tomou conta.

Estamos passando por uma dificuldade na área de segurança pública de um modo geral e em Brasília, em especial. Está aí a Força Nacional assumindo agora parte da segurança do Distrito Federal, porque há sequestro todo dia. E as causas desses sequestros são exatamente pagar drogas.

Então, jovens desempregados e desiludidos, jovens no *crack*, jovens sem esperança, tudo isso, Sr. Presidente, só se resolve com educação. Vamos botar educação integral para todo o mundo, o jovem tendo aulas de manhã; à tarde, várias atividades, reforço, leitura, cultura, esporte. Isso é que está faltando.

Agora, para fazer isso, Sr. Presidente, há que ter recurso. Então, não adianta todo o mundo ficar discutindo nas campanhas eleitorais. No Brasil todo, está aí... Podem observar os programas eleitorais, os comícios, todo político hoje neste País está dizendo que educação é prioridade. Educação é prioridade, esse é o discurso de todos.

Mas chega de falar em discursos. Temos que falar em recursos. Se o



País tivesse condições hoje de fazer um PAC para a educação, por que a Presidente da República, que está nesse esforço imenso para recuperar a economia, para trabalhar com a infraestrutura, que está há anos e anos defasada... Por que não se pensa? Não é possível?

Eu estava vendo aqui agora, recebi no meu *e-mail*, o debate que foi feito na campanha eleitoral, o que foi dito sobre a educação na campanha eleitoral da Presidente. Então, a Presidente da República, os Ministros precisam ter a ousadia de criar realmente um PAC para a educação.

Se as escolas estivessem bem estruturadas, se os professores estivessem recebendo um salário decente, aí sim, poderíamos estar aplicando 7%, 8% do PIB, como o Governo chegou a avançar: até 8% nos próximos 10 anos. Mas não dá para se falar em menos de 10 anos com a infraestrutura que temos hoje, com os salários que temos hoje. Então isso é muito claro. Mas o Ministro dizer que o Brasil vai quebrar se aprovamos o Plano Nacional de Educação é muita falta de consideração com a educação. Por isso, nós percebemos, na reunião com o Ministro, que ele nem sabia o que era o Plano Nacional de Educação, não conhecia nada sobre o projeto. Por quê? Porque educação não faz parte da pauta de prioridade deste Governo. E é isso o que nós temos que discutir nesta Casa. Por isso, eu estou convocando, convidando todos, fazendo um apelo, pedindo, para que todos venham a esta Câmara, ao Congresso Nacional, dias 18 e 19, porque nós sabemos que, para aprovar as coisas aqui, tem que ter pressão popular. Nós temos que lotar esses corredores, nós temos que lotar a Esplanada dos Ministérios.

Eu duvido que, se ocuparmos as galerias, os corredores e parte da Esplanada, nós não vamos conseguir... Eu tenho certeza absoluta, até porque, se não conseguirmos derrubar esse recurso dia 19, eu vou achar muito estranho, porque, antes, preventivamente, eu já tinha coletado 300 assinaturas de Deputados. Exatamente porque, se não aprovássemos, nós traríamos para cá... Mas, para aprovar os 10, e não para tirar os 10.

Então, eu espero que, nos dias 18 e 19... Dia 18, com certeza, estará aqui o Ministro da Fazenda fazendo o discurso de que vai quebrar o Brasil, que a crise da Europa, que a crise de não sei onde... Porque, quando se fala de recurso para a educação, a justificativa, a desculpa, são as crises.

Com certeza, nós ouviremos aqui dos Ministros, dia 18, na Comissão Geral, todos esses discursos de crise. Mas eu espero que, no dia 19, os Deputados possam derrubar o recurso e fazer com que esse processo - o projeto foi aprovado na Comissão - vá direto para o Senado e este confirme os 10% do PIB para a educação.



O que está faltando, Sr. Presidente, conversando anteontem com o Líder do Governo.... A única coisa que ainda falta nesse projeto e tem que ser aprovada - e, então, pode ser que nós modifiquemos no Senado - é dizer quem vai pagar a conta.

Eu tinha uma emenda atribuindo ao Poder Executivo, ao Governo Federal, a responsabilidade de pagar a conta, até porque 70% dos recursos são do Governo Federal. Mas existem outras emendas para compartilhar com os Estados e Municípios. Então, nós temos que definir quem paga a conta. O que nós não queremos é também aprovar os 10, como foi aprovado, e não saber quem vai pagar a conta, e um jogar para o outro, e não se resolver o problema.

Sr. Presidente, faço aqui esse apelo, aproveitando também a presença dos Deputados, para nos ajudar a mobilizar a sociedade, para trazê-la até aqui.

Em uma reunião que tive agora com quase 500 professores, eu disse a eles que compareçam à votação para evitar greves futuras. Não adianta todo ano os professores entrarem em greve, porque o momento é agora. Se garantirmos os 10% do PIB para a educação, com certeza estaremos evitando novas greves futuras, alunos sem aulas.

Aqui mesmo ficamos, por quase 60 dias, com 500 mil alunos fora de sala de aula. Isso é um prejuízo imenso. Está acontecendo agora com as universidades federais, com os institutos federais. Agora eles estão retornando, mas foram quase 90 dias de paralização. O que representa isso para os alunos de uma universidade? Um prejuízo muito grande.

E a consequência dessas greves, Sr. Presidente? Quem é prejudicado de fato são os alunos, porque os professores acabam recebendo o salário depois, fazendo a compensação. Só que os alunos, depois, não conseguem recuperar o conteúdo perdido nesse período.

A solução definitiva, não só para a questão de melhoria do salário e da infraestrutura, o grande investimento que este País pode fazer é na educação. Já foi provado, testado, comprovado várias vezes que cada investimento que se faz em educação melhora a renda *per capita*, melhora o PIB do País. Isso é muito claro.

Espero que o Ministro Mantega, depois dessa sua declaração infeliz de que a educação vai quebrar o País, possa colocar, na pauta de discussão da reunião dos Ministros e da Presidente, a educação como prioridade, como um projeto de Estado, e não de Governo.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Agradeço o tempo que V.Exa. me concedeu.



Muito obrigado.

Documento 136/311

231.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/08/2012- 16:30
Publ.: DCD - 31/08/2012 - 30531	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação do Deputado Sebastião Bala Rocha no 19º Fórum Brasil-Europa - Migração do século XXI: desafios e oportunidades, realizado em Brasília, Distrito Federal. Temas incluídos na pauta do evento. Participação do orador na abertura dos trabalhos do Parlamento Latino-Americano - PARLATINO, no Congresso Nacional. Transcurso do aniversário de criação da Região Administrativa do Lago Sul, em Brasília. Sanção presidencial da chamada lei de cotas, acerca do acesso de alunos de escolas públicas em universidades federais. Importância de aprovação da proposta sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Sebastião Bala Rocha, não poderia deixar, em primeiro lugar, de parabenizar V.Exa. pela iniciativa do Fórum Brasil-Europa. Ontem e hoje está acontecendo esse maravilhoso evento. Pude perceber a dimensão e a importância desse evento, tendo em vista a escolha não só do tema, *Migração do Século XXI*, mas também dos Parlamentares que estão participando, escolhidos a dedo, em função da especialidade de cada área.

V.Exa., que conduz muito bem esse grupo, apresentou temas, que deveríamos ter discutido há muito tempo. Existe agora este grande Programa Brasil sem Fronteira, com quase 100 mil bolsas destinadas a alunos para o exterior. Não existe no País uma política pública no sentido da migração. As pessoas chegam ao Brasil, e não há uma política para recebê-las, uma forma de tratamento, até mesmo de capacitação.

Há vários temas, como a educação de qualidade, tema escolhido por uma das mesas, muito importante, com a presença, inclusive, do Senador Cristovam Buarque e da Prof. Dorinha Seabra Rezende, que



também é da Comissão de Educação.

Temos, na área de capacitação de mão de obra qualificada, uma Mesa de migrações causadas por mudanças climáticas, ações humanitárias para migrantes em situação de vulnerabilidade, que são temas importantes.

Estou vendo aqui, Sr. Presidente, que 214 milhões de pessoas vivem fora do país de origem. É muita gente. Temos hoje 15 milhões de refugiados, 983 mil requerentes principalmente de asilo político.

São temas que V.Exa. apresentou, e que acho de suma importância. E com a participação também da Universidade de Brasília, da Fundação Adenauer e do grupo parlamentar que V.Exa. conduz, Brasil/União Europeia, do qual terei o maior prazer de participar.

Lembro-me muito bem de que na última vez que nós nos encontramos perdemos no jogo, mas faz parte. No futebol jogaram muitos jovens, muitos desembargadores jovens, mas foi muito boa essa relação.

Quero também registrar, Sr. Presidente, que ontem de manhã tive o privilégio de fazer a abertura de um evento que começou ontem e vai até hoje, que é exatamente o Congresso PARLATINO, que é o Parlamento Latino-Americano e Caribe. Mais de setenta Deputados de vários países estão se encontrando aqui para trocar experiências. E a proposta é muito interessante, no sentido de criar a lei marco. Ou seja, aquelas leis aplicadas em determinados países e que deram certo, ou temas que foram discutidos, para que sejam estendidos a todos os Parlamentos latino-americanos e do Caribe.

Foram cinco comissões, ontem, que tratam da saúde, do meio ambiente, da agricultura. Elas ainda estão reunidas hoje discutindo esses temas tão importantes para nós.

Antes de finalizar meu pronunciamento, quero fazer dois registros. Primeiro, quero cumprimentar toda a população da Região Administrativa do Lago Sul, que está fazendo aniversário hoje. Aquela região tem a melhor qualidade de vida, que pode ser comparada a de muitos países do Primeiro Mundo. Sua comunidade, já envelhecida, evidente - são poucos os jovens -, porque é uma das regiões do início de Brasília, tem a melhor renda *per capita*. Deixo aqui, então, um abraço a todos os moradores do Lago Sul.

Segundo, Sr. Presidente, registro que ontem a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Cotas, que eu julgo importante, pois é uma medida para 10 anos. Por isso acho que nós não podemos abrir mão da aprovação do Plano Nacional de Educação, que são para os próximos 10 anos, para que essa lei possa ser extinta daqui a 10 anos. Essa lei só se justifica em curto prazo, porque não adianta abrir cotas



se não melhorar a qualidade do ensino da educação básica.

Se tivéssemos hoje uma educação de qualidade no ensino básico, não precisaria, de forma nenhuma, de cotas. Elas existem exatamente pela má qualidade da educação pública brasileira.

De qualquer forma, eu tenho que registrar e, ao mesmo tempo, questionar essa lei, que terá de ter, como abordado pela Presidente, a validade de 10 anos, para que o Brasil melhore radicalmente a questão dos recursos, coloque os 10% do PIB, para melhorar e evitar esse tipo de lei que não melhora em nada a qualidade do ensino. Isso pode, inclusive, prejudicar o nível das faculdades, em função das universidades e da má qualidade do ensino básico. Os alunos ingressam nelas sem nenhum preparo.

Então, quero registrar isso e novamente reforçar o convite para audiência pública nos próximos dias 18 e 19, que será realizada neste Parlamento, quando iremos discutir a matéria na Comissão Especial. Espero que, no dia 19, consigamos derrubar aqui o recurso apresentado pelo Governo ao Plano Nacional de Educação.

Parabéns mais uma vez a V.Exa. pela iniciativa do Fórum Brasil-Europa.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Bala Rocha) - Deputado Izalci, agradeço e parabenizo V.Exa. pela atuação.

Congratulo-me também com V.Exa., um dos Deputados mais atuantes desta Casa quando se trata de temas relacionados ao Distrito Federal, mas com uma preocupação certamente voltada para todo o nosso País.

Parabéns pela atuação sempre dinâmica e sempre interessada também nos diversos assuntos do País. Esse tema da educação e das cotas é muito sensível e merece grandes debates como propõe V.Exa.

Devolvo a presidência a V.Exa., Deputado Izalci.



Sumário

Transcurso do Dia do Nutricionista. Papel exercido pelos profissionais na promoção da vida saudável. Combate à obesidade infantil por meio da prática esportiva e da merenda escolar equilibrada. Convocação da sociedade para acompanhamento da Comissão Geral destinada ao debate do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, e da votação do recurso acerca da submissão da matéria ao Plenário.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, dia 31 de agosto, é o Dia do Nutricionista. Quero então fazer aqui uma pequena homenagem e passar para os nossos telespectadores e ouvintes da *Rádio Câmara* e para toda a sociedade a importância desse grande profissional.

O nutricionista é uma categoria profissional comprometida com o direito à alimentação adequada e saudável para toda a população brasileira. Só por essa posição, já merece nossos agradecimentos e os parabéns por esta data que marca o dia de destacar tão importante profissão para o bem-estar de todo o povo.

Desde as indicações do que pode ou deve ser consumido em casa até as discussões, visando ao esclarecimento sobre a segurança nutricional do que é ofertado em bares, restaurantes e lanchonetes, a alimentação merece cuidados tanto em casa como na rua.

A ingestão de calorias fora do lar corresponde a 16% do consumo calórico total diário do brasileiro. Na lista dos mais consumidos fora do domicílio destacam-se: cerveja (63,6%); salgadinhos industrializados (56,5%); salgados fritos e assados (53,2%); bebidas destiladas (44,7%); pizzas (42,6%); sanduíches (41,4%); refrigerantes *diet* ou *light* (40,1%); refrigerantes (39,9%) e chocolates (36,6%).

Estejam certos de que o alto consumo desses alimentos é responsável por grande parte dos problemas de saúde de nossa população, pois a concentração de sal, gorduras e açúcares nos mesmos é elevadíssima.

A Organização Mundial da Saúde destaca que esse alto consumo de sal, açúcares e gorduras é diretamente responsável pelo agravamento de problemas cardiovasculares e doenças crônicas, como hipertensão, obesidade, osteoporose e diabetes, entre outras.

O sistema Conselho Federal e Regional de Nutrição vem orientando seus profissionais a estimularem seus pacientes, nos consultórios e



durante a execução de políticas públicas, a diminuam esses componentes nas refeições diárias feitas no lar ou fora dele. O apelo para tal redução vem sendo reforçado àqueles que atuam principalmente em programas voltados ao público infantil ou relacionados à merenda escolar.

Para aprimorar o exercício profissional, o sistema Conselho Federal de Nutrição e Conselho Regional de Nutrição tem mostrado à sociedade brasileira como atua o nutricionista e a importância de suas habilidades para a promoção da vida saudável.

De norte a sul do País, as campanhas de disseminação do papel do nutricionista perante os cidadãos têm sido intensificadas, pelo que parabeno os Conselhos. Como agente de saúde e qualidade de vida, cada nutricionista desse nosso imenso e amado Brasil merece os parabéns por tudo o que tem feito e pelo potencial de ação fantasticamente competente e necessária que apresenta em favor do cidadão brasileiro.

É o nutricionista o especialista habilitado para elaborar um planejamento capaz de atender às necessidades alimentares individuais e verificar corretamente os critérios para uma dieta adequada e saudável. Esse profissional tem conhecimento inclusive para avaliar a condição financeira, o tempo disponível e a oportunidade de realizar refeições em casa ou a oferta próxima do trabalho, escola e outros locais, variáveis que influenciam na hora de formar bons hábitos alimentares e hábitos que podem impedir a instalação de doenças e até mesmo ajudar no tratamento dessas.

Por isso, e muito mais, quero deixar registrado nos Anais desta Casa os meus parabéns aos nutricionistas pelo seu merecido dia 31 de agosto.

Sra. Presidente, quero ainda reforçar, aproveitando o Dia do Nutricionista, a questão alimentar nas escolas. Vejo que o grande problema hoje dessas doenças em função da obesidade e da falta de esporte nas escolas também se refere muito à questão alimentar nas cantinas, na merenda escolar. Hoje até a merenda está mais equilibrada, mas tem de haver educação alimentar nas escolas.

Como sempre digo, nada, nada é possível se fazer e resolver que não seja por meio da educação, seja a questão da violência, seja do *crack*, seja da alimentação, seja do esporte. Tudo isso passa pelo Plano Nacional de Educação, porque precisamos de recursos para viabilizar essas ações.

Então, convoco, mais uma vez - todos os dias farei isso -, uma mobilização da sociedade para que no dia 18 de setembro esteja aqui no plenário, em Comissão Geral, às 14 horas, para discutir o Plano



Nacional de Educação. No dia 19, no mesmo horário, teremos aqui a votação do requerimento, recurso assinado pela Liderança do Governo no sentido de discutir o plano no plenário, basicamente para retardar e tentar inviabilizar a aprovação dos 10% já aprovados na Comissão Especial.

Espero que estudantes, pais e professores possam acompanhar nos corredores e nas galerias porque só com a mobilização é que vamos sensibilizar todos os Deputados a derrubar o recurso do Governo. Isso vai fazer com que o projeto aprovado na Comissão Especial vá para o Senado e após, então, para a sanção da Presidente da República.

Era isso, Sra. Presidenta.

Muito obrigado.

IZALCI (Bloco/PR, DF) - Transcurso do Dia do Nutricionista. Papel exercido pelos profissionais na promoção da vida saudável. Combate à obesidade infantil por meio da prática esportiva e da merenda escolar equilibrada. Convocação da sociedade para acompanhamento da Comissão Geral destinada ao debate do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE e à votação do recurso acerca da submissão da matéria ao Plenário.

xx **O SR. IZALCI** (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, dia 31 de agosto, é o Dia do Nutricionista. Quero então fazer aqui uma pequena homenagem e passar também para os nossos telespectadores e ouvintes da *Rádio Câmara* e para toda a sociedade a importância desse grande profissional.

O nutricionista é uma categoria profissional comprometida com o direito à alimentação adequada e saudável para toda a população brasileira. E, só por essa posição, já merece nosso agradecimento e os parabéns por essa data que marca o dia que destaca tão importante profissão para o bem-estar de todo o povo.

Desde as indicações do que pode ou deve ser consumido em casa até as discussões visando ao esclarecimento sobre a segurança nutricional do que é ofertado em locais como bares, restaurantes e lanchonetes, a alimentação merece cuidados tanto em casa como na rua. A ingestão de calorias fora do lar corresponde a 16% do consumo calórico total diário do brasileiro. Na lista dos mais consumidos fora do domicílio, destacam-se a cerveja, com 63,6%, os salgadinhos industrializados, 56,5%, os salgados fritos e assados, 53,2%, as



bebidas destiladas, 44,7%, as pizzas, 42,6%, os sanduíches, 41,4%, os refrigerantes diet e light, 40,1%, os refrigerantes, 39,9%, e os chocolates, 36,6%.

Estejam certos de que o alto consumo desses alimentos é responsável por grande parte dos problemas de saúde em nossa população, pois a concentração de sal, gorduras e açúcares nos mesmos é elevadíssima. A Organização Mundial da Saúde destaca que esse alto consumo de sal, açúcares e gorduras é diretamente responsável pelo agravamento de problemas cardiovasculares e doenças crônicas, como hipertensão, obesidade, osteoporose e diabetes, dentre outras.

O sistema Conselho Federal e Regional de Nutrição vem orientando seus profissionais a estimularem, junto a seus pacientes nos consultórios e durante a execução de políticas públicas, a diminuição desses componentes nas refeições diárias feitas no lar ou fora do mesmo. O apelo para tal redução vem sendo reforçado àqueles que atuam principalmente em programas voltados ao público infantil ou relacionados à merenda escolar.

Para aprimorar o exercício profissional, o sistema Conselho Federal de Nutrição e Conselho Regional de Nutrição tem mostrado à sociedade brasileira como atua o nutricionista e a importância de suas habilidades para a promoção da vida saudável.

De norte a sul do País, as campanhas de disseminação do papel do nutricionista junto aos cidadãos têm sido intensificadas, pelo que parabeno os Conselhos. Como agente de saúde e qualidade de vida, cada nutricionista desse nosso imenso e amado Brasil merece os parabéns por tudo o que tem feito e pelo potencial de ação fantasticamente competente e necessária que apresenta em favor do cidadão brasileiro.

É o nutricionista o especialista habilitado para elaborar um planejamento capaz de atender às necessidades alimentares individuais e verificar corretamente os critérios para uma dieta adequada e saudável. Esse profissional tem conhecimento inclusive para avaliar a condição financeira, o tempo disponível e a oportunidade de realizar refeições em casa ou a oferta próxima do trabalho, escola e outros locais, variáveis que influenciam na hora de formar bons hábitos alimentares e hábitos que podem impedir a instalação de doenças e até mesmo ajudar no tratamento dessas.

Por isso, e muito mais, quero deixar registrado nos Anais desta Casa os meus parabéns aos nutricionistas pelo seu merecido dia 31 de agosto!



Sra. Presidente, quero ainda reforçar, aproveitando o Dia do Nutricionista, a questão alimentar nas escolas. Vejo que o grande problema hoje dessas doenças em função da obesidade e da falta de esporte nas escolas também se refere muito à questão alimentar nas cantinas, na merenda escolar. Hoje até a merenda está mais equilibrada, mas temos que fazer educação alimentar nas escolas.

Como eu sempre digo, nada, nada é possível se fazer e resolver que não seja por meio da educação, seja a questão da violência, do *crack*, da alimentação, do esporte. Tudo isso passa pelo Plano Nacional de Educação, porque precisamos de recursos para viabilizar essas ações.

Então, convoco mais uma vez, e todos os dias farei isso, uma mobilização da sociedade para que no dia 18 de setembro estejamos todos aqui no plenário, em Comissão Geral, às 14 horas, para discutir o Plano Nacional de Educação. No dia 19, no mesmo horário, teremos aqui a votação do requerimento, recurso que foi assinado pela Liderança do Governo no sentido de discutir o plano no plenário, basicamente para retardar e tentar inviabilizar a aprovação dos 10% já aprovado na Comissão Especial.

Então, espero que os estudantes, pais, professores possam estar aqui acompanhando nos corredores, no plenário e nas galerias porque só com a mobilização é que vamos sensibilizar todos os Deputados a derrubar o recurso do Governo. Isso vai fazer com que o projeto aprovado na Comissão Especial vá para o Senado e após, então, para a sanção da Presidente da República.

Era isso, Sra. Presidenta. Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nutricionista é a categoria profissional comprometida com o direito à alimentação adequada e saudável para toda a população brasileira, só por essa posição, eles já merecem nossos agradecimentos e os parabéns por essa data que marca o dia de destacar tão importante profissão para o bem estar de todo o povo, desde as indicações do que pode ou deve ser consumido em casa até as discussões, visando o esclarecimento, sobre segurança nutricional do que é ofertado em locais como bares, restaurantes e lanchonetes.

A alimentação merece cuidados tanto em casa como na rua. A ingestão de calorias fora do lar corresponde a 16% do consumo calórico total diário do brasileiro. Na lista dos mais consumidos fora do domicílio, destacam-se: cerveja (63,6%), salgadinhos industrializados



(56,5%), salgados fritos e assados (53,2%), bebidas destiladas (44,7%), pizzas (42,6%), sanduíches (41,4%), refrigerantes *diet ou light* (40,1%), refrigerantes (39,9%) e chocolates (36,6%). E estejam certos de que o alto consumo desses alimentos é responsável por grande parte dos problemas de saúde de nossa população, pois a concentração de sal, gorduras e açúcares nos mesmos é elevadíssima.

A Organização Mundial da Saúde destaca que esse alto consumo de sal, açúcares e gorduras é diretamente responsável pelo agravamento de problemas cardiovasculares e doenças crônicas como hipertensão, a obesidade, a osteoporose, dislipidemia e diabetes dentre outras.

O Sistema Conselhos Federal e Regionais de Nutrição vem orientando que seus profissionais estimulem, junto aos seus pacientes nos consultórios e durante a execução de políticas públicas, a diminuição desses componentes das refeições diárias feitas no lar e fora do mesmo. O apelo para tal redução vem sendo reforçado àqueles que atuam principalmente em programas voltados para o público infantil ou relacionados à merenda escolar.

Para aprimorar o exercício profissional, o Sistema CFN/CRN tem mostrado à sociedade brasileira como atua o Nutricionista e a importância de suas habilidades para a promoção da vida saudável. De norte a sul do país, as campanhas de disseminação do papel do nutricionista junto aos cidadãos têm sido intensificadas. Pelo que parabenizo os Conselhos.

Como agentes de saúde e qualidade de vida, merecem, cada Nutricionista desse nosso imenso e amado Brasil os parabéns por tudo o que tem feito e pelo potencial de ação fantasticamente competente e necessária, que apresentam em favor do cidadão brasileiro!

É o Nutricionista o especialista habilitado para elaborar um planejamento capaz de atender às necessidades alimentares individuais e verificar corretamente os critérios para uma dieta adequada e saudável. Esse profissional tem conhecimento inclusive para avaliar a condição financeira, o tempo disponível e a oportunidade de realizar refeições em casa ou a oferta próxima do trabalho, escola e etc., variáveis que influenciam na hora de formar bons hábitos alimentares. Hábitos que podem impedir a instalação de doenças e até mesmo ajudar no tratamento dessas

Por isso, e muito mais, quero deixar registrado nos anais dessa casa os meus PARABÉNS AOS NUTRICIONISTAS PELO SEU MERECIDO DIA 31 DE AGOSTO!



234.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/09/2012-14:36
Publ.: DCD - 04/09/2012 - 30611	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Matéria sobre o baixo domínio do alunato brasileiro em Matemática, publicada pelo jornal O Globo. Expectativa de rejeição, pela Casa, do recurso destinado à submissão, ao Plenário, da votação do projeto de lei acerca do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em sua edição de hoje, o jornal *O Globo* traz matéria de página inteira sobre assunto que já destacamos diversas vezes: a questão da má qualidade do ensino público. Diz a manchete: "*Só 17% terminam o fundamental com domínio da matemática*".

Nessa matéria, podemos ver como está a situação no que se refere ao ensino de Matemática em cada Estado do Brasil. No Maranhão, por exemplo, 55% dos alunos do 9º ano sabem menos do que se espera em Matemática para os alunos do 5º ano. Ou seja: 55% dos alunos do 9º ano no Maranhão não sabem o que deveriam saber no 5º ano.

E, assim, temos o Pará, com 44%; Alagoas, com 51%, Piauí, com 37%; Rio Grande do Norte, com 40%; Minas Gerais, que está em primeiro lugar, com 19%; o Distrito Federal, com 22%, ou seja, aqui, de cada 100 alunos no 9º ano, 22 deles não sabem a Matemática que é ensinada na 5º ano, uma defasagem de 4 anos.

No caso de Minas Gerais, que está em primeiro lugar, com 19%, o que é muito, 54% dos alunos também estão em situação crítica, com rendimento muito abaixo do que se espera para o 9º ano. Então, para cada 100 alunos do 9º ano de Minas Gerais, 19 não conseguem resolver nada de Matemática no que se refere ao conteúdo do 5º ano. Ou seja, de cada 100, 54 conseguiriam realizar a prova se esta tivesse o conteúdo do 5º ano, e apenas 27% conseguem estar realmente adequados à aprendizagem no 9º ano.

No caso do Amapá, apenas 5% dos alunos conseguem aprender o conteúdo de Matemática que é dado no 9º ano. Quarenta e seis por cento conseguem resolver problemas do 5º ano e 48% sequer detêm o conteúdo do 5º ano.

Essa é a realidade do Brasil. É por isso que existem as cotas; é por



isso que os alunos estão avançando com toda essa deficiência de conteúdo; é por isso que há alunos que chegam às faculdades sem saber ler e escrever.

O que tem de ser feito a respeito?

Parabenizo algumas instituições que disponibilizam programas especiais de 6 meses, principalmente para os alunos que vêm da rede pública. Eles recebem reforço por 6 meses, para, pelo menos, se nivelarem nos conhecimentos de Português e de Matemática.

Imaginem, nobres colegas, como seriam os resultados se fosse feita uma apuração nas áreas de Química, de Física e de Biologia. Seria zero, porque, no que se refere a Português e Matemática, muitos alunos sequer conseguem absorver os conteúdos da série que cursam.

Por isso, Sr. Presidente, não podemos admitir mudança no Plano Nacional de Educação. E tenho de falar sobre isso todos os dias, como farei no dia 18 de setembro, quando provavelmente estaremos neste plenário com a provável presença do Ministro da Fazenda, do Ministro da Educação e de alguém da base do Governo - e, desde já, faço um apelo para os Parlamentares no sentido de que não aprovelem o recurso apresentado pelo Governo para impedir a destinação de 10% do PIB para a área educacional.

Por essa razão, convoco a sociedade, principalmente a do Distrito Federal, cuja mobilização é mais fácil, para vir ao plenário nos dias 18 e 19, principalmente no dia 19, quando se dará a votação do recurso, para sensibilizar os Parlamentares para essa realidade.

É impossível não aplicarmos mais recursos na educação! Não dá para ficarmos apenas no discurso!

Então, no dia 18, estaremos aqui - e já sei que vamos ouvir do Ministro da Fazenda que, se mantivermos o plano aprovado, vamos quebrar o País. Já ouvi essa conversa. Vamos ouvi-lo dizer que 10% que é muito.

Tenho certeza, porém, de que muitos Parlamentares, principalmente aqueles que assinaram comigo o requerimento - mais de 300 Deputados assinaram o requerimento preventivo de aprovação dos 10% do PIB -, nos dias 18 e 19, vão se manifestar para convencer todos aqui da importância da medida. E espero que consigamos, por unanimidade, derrubar esse recurso do Governo.

A votação será no dia 19, na sessão que inicia às 14 horas. Por isso, solicito a presença de alunos, pais, professores e sociedade civil organizada - UNE, UMESB, entidades da educação especial, como as APAEs, etc. -, para que possamos derrubar esse recurso do Governo e



aprovar os 10% do PIB.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 139/311

236.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	04/09/2012-20:22
Publ.: DCD - 05/09/2012 - 30781	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	LÍDER DISCURSO

Sumário

Indignação contra a derrubada do recurso favorável à apreciação, pelo Plenário, do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Questionamento a respeito da proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais pares, venho à tribuna - o que normalmente reservamos para alguns momentos - para tratar, de forma breve, daquilo que foi o esforço, legítimo, com bons resultados, de garantir um percentual do PIB no Plano Nacional de Educação.

O Governo, junto com partidos da base - mas não só da base -, apresentou um recurso para que a matéria viesse a plenário. E foram atribuídas a Líderes, a Parlamentares, várias análises. Uma delas, a de que o Governo havia apresentado o recurso para não votar a matéria, para não discuti-la. O Governo estaria, supostamente, operando contra a educação brasileira.

Mas trata-se do mesmo Governo que representa um projeto que no mandato do Presidente Lula construiu mais escolas técnicas federais do que todos os outros Governos anteriores desde o início do século passado. E no PAC 2, deste Governo, já está prevista a construção de 6 mil novas unidades educacionais, além de milhares de quadras esportivas nas escolas, o que, todos nós sabemos, são complementos importantes para os alunos.

Quando disseram que era para não votar - os Líderes são testemunhas -, todos os Parlamentares sabiam que estava prevista a votação para o dia 19 próximo, e no dia 18 haveria uma Comissão Geral, compromisso



que foi discutido e assumido no Colégio de Líderes. Portanto, alegação falsa.

Mas eu queria fazer uma pergunta a nós mesmos. Que Comissão, por melhor que seja, é superior ao Plenário da Câmara dos Deputados? Foi comemorada a ida da matéria para o Senado, mas quem vai discutir no Senado é o Plenário. Por que o Plenário da Câmara não tem essa legitimidade? Ou nós no sentimos representados pela parte?

Se nós pensamos o País - e pensamos, com as nossas saudáveis divergências -, nós não o construímos pensando particularmente.

Eu quero fazer algumas indagações que, creio, é dever da Câmara e do Senado responder. Se elas já estiverem respondidas, ótimo, eu vou aprender.

Quando se decide que serão 10% do PIB, num prazo alongado, ou seja, buscando-se um equilíbrio, quanto caberá à União, quanto caberá aos Estados e quanto caberá aos Municípios na proposta aprovada - e nós aplaudimos o trabalho dos Parlamentares que se envolveram nesse debate - na Comissão Especial?

Vejam, não há nada mais agradável do que vir à tribuna defender a educação. Para mim também. Mas queremos fazê-lo com começo, meio e fim.

O Governo começou concordando em aumentar o percentual do PIB. Na fase final do debate, chegou-se a um acordo com o Governo para assegurar 8% do PIB. Por que não 10%? Nós íamos discutir os 10% com a responsabilidade a que me referi: começo, meio e fim. Quanto cabe a Estados, Municípios e União?

Segunda pergunta: qual é a fonte dos recursos? Nós queríamos colocar parte dos 10% no Fundo Social e nos *royalties* do petróleo do pré-sal. Porque quem de nós pode garantir, numa escala crescente de investimento em educação, que a economia terá essa mesma linearidade? Ninguém em sã consciência pode garantir isso. Se é assim, como podemos aprovar essa lei sem garantir a fonte? Não podemos correr o risco de errar.

Indago: nós vamos manter os 10% eternamente? Quando houve a revolução cubana, houve investimento maciço em saúde e educação. Mas à medida que os problemas foram sendo sanados, foram corrigidos os percentuais investidos em áreas sociais. Sou radicalmente a favor de investimento público em saúde e educação públicas, porque essa é uma forma de distribuir renda e este País tem muita renda concentrada. Já que estamos falando em 10% do PIB, quanto caberá às escolas privadas? Ou não vai caber nada? Qual é o país que mantém um grau de investimento de 10% do seu PIB para



todo o sempre?

É comum dizerem, principalmente entre os educadores - nós ouvimos para tentar entender e aprender, mas não somos obrigados a concordar com tudo - que o mais importante é a educação. Por que não a saúde? Uma pessoa que tem sua saúde gravemente comprometida consegue, mesmo tendo oportunidade, receber a educação que os pais querem, ou que a própria pessoa quer? Na minha opinião, não.

Agora vamos pensar num país em recessão, o que não é o caso do Brasil exatamente porque este Governo, através do Bolsa Família, do aumento real do salário mínimo e de outras medidas, como investimento na agricultura familiar e a desoneração, não deixou - e além disso o Governo está mantendo o nível do emprego. Pergunto a qualquer pai, a qualquer mãe, não só aos presentes: não é importante conduzir o País para uma situação em que as pessoas tenham emprego? Ou alguém imagina que uma pessoa sem emprego, numa hipótese, consegue educar seus filhos, ainda que haja uma estrutura educacional à altura?

Finalizo reiterando a nossa disposição. Lamento que não possamos fazer na Câmara mais. Mas que continuemos discutindo, para buscar fazer esse diálogo com os Senadores, a quem, com essa medida da retirada de assinaturas, nós delegamos uma decisão que nós queríamos soberana da Câmara dos Deputados.

Documento 140/311

235.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/09/2012-14:24
Publ.: DCD - 05/09/2012 - 30677	FERNANDO FERRO-PT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à área de educação. Retirada da assinatura ao requerimento de submissão ao Plenário da apreciação do projeto de lei sobre o estabelecimento do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero manifestar apoio à consigna de 10% do PIB para a educação. Instado pela Liderança do meu partido, assinei um requerimento para trazer essa matéria para o plenário. Assinei de boa-fé, mas solicitei a retirada do meu nome, porque temos que fazer esse debate. O País, para dar sequência ao seu processo de crescimento, precisa ter educação de qualidade. O debate é para vermos de onde vamos tirar esse dinheiro.

Concordo com que o Governo não pode ficar refém dessa discussão, criar um número sem ter um lastro para garantir isso. Mas nós temos condições de criar isso. Inclusive, a Presidente Dilma comentou que, nos *royalties* do petróleo do pré-sal, pode estar uma das soluções para esse imbróglio, para essa contenda sobre o financiamento da educação.

Essa foi uma posição da bancada do PT. E nós vamos trabalhar nessa linha, até porque 10% devem ser um começo para uma preocupação com a educação. Nós temos que expandir, temos que ter mais educação, mais ciência, mais tecnologia, porque é isso que dá sustentabilidade para uma nação crescer, desenvolver-se e produzir para se inserir no plano de desenvolvimento mundial. Esse é o nosso compromisso.

Vamos participar do debate, que virá para este plenário, e fecharemos, sim, nosso apoio aos 10% do PIB para a educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 141/311

235.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/09/2012-18:40
Publ.: DCD - 05/09/2012 - 30758	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Regozijo com a retirada de assinaturas do recurso destinado à submissão, ao Plenário, da apreciação do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marco Maia, Sras. e Srs.



Deputados, ocupo a tribuna em um momento que creio ser de extrema importância para o Parlamento nacional.

Durante meses, realizamos reuniões na Comissão que estudou o Plano Nacional de Educação, que obteve aprovação consagrada, por unanimidade, quanto à destinação, até 2023, de 10% do PIB para a educação do nosso País.

Como regra do Regimento desta Casa, foi impetrado recurso para trazer essa discussão ao Plenário, e não enviá-la diretamente ao Senado da República de forma a acelerar o processo, conforme queria a Comissão.

Nós conseguimos hoje, Sras. e Srs. Deputados, derrubar esse recurso. Nós conseguimos que 46 Deputados e Deputadas retirassem a assinatura desse recurso, propiciando, assim, que o Plano Nacional de Educação, da forma como foi aprovado, pudesse ir direto ao Senado da República, na perspectiva de acelerarmos a aprovação desse projeto de tamanha importância para o nosso País e para o nosso povo, especialmente para aqueles que carecem de uma educação verdadeiramente como instrumento de igualdade e de oportunidade.

Não posso deixar de mencionar o trabalho hercúleo de vários colegas Parlamentares, a exemplo do Deputado Paulo Rubem Santiago, meu colega de bancada, que trabalhou exaustivamente desde a Comissão Especial; do Deputado Arnaldo Faria de Sá, também outro grande companheiro nessa luta; do Deputado Giovanni Queiroz, do Deputado Chico Alencar e de tantos Deputados e Deputadas que trabalharam conosco para que pudéssemos reparar esse equívoco de ação que, infelizmente, iria atrasar, e muito, a aprovação desse sonho de décadas.

Sras. e Srs. Deputados, a destinação de 10% do PIB para a educação até 2023 não significa a adoção de um instrumento *ad aeternum*. A Coreia do Sul, durante uma década, destinou 10% para a educação logo após a guerra que a devastou. E estamos vendo hoje o resultado. Hoje a Coreia destina para a educação apenas 4%, porque durante aquela década ela corrigiu totalmente as desigualdades.

Vamos trabalhar, junto com o Senado Federal, para fazer um Plano Nacional de Educação que seja a marca deste Parlamento, a marca do Governo da Presidenta Dilma, a marca do Brasil que tanto sonhamos.

Parabéns a esta Casa!

Que o Senado da República aprove, com a maior celeridade possível, esse sonho de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.



Documento 142/311

235.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/09/2012-18:40
Publ.: DCD - 05/09/2012 - 30758	BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Queda do recurso destinado à apreciação, pelo Plenário, do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa de rejeição do dispositivo da medida provisória destinado à adoção do Regime Diferenciado de Contratação - RDC. Anúncio à Presidência da solicitação de abertura de novo painel na sessão extraordinária.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Líder do PDT traz uma das mais importantes notícias deste ano para o conhecimento do Brasil: caiu o recurso imposto pelo Governo ao Plano Nacional de Educação.

Quero, seguramente, afirmar que o dia 19 de setembro iria ser um dos dias mais importantes deste ano na Câmara dos Deputados, com a possibilidade de derrubarmos, no plenário, a disposição do Governo de evitar que 10% das riquezas nacionais produzidas fossem para a educação.

O Líder do PDT traz uma das notícias que reafirmam a posição do Congresso Nacional com muita força.

O PSDB tem, com muita clareza, trabalhado no sentido de colaborar com a votação das matérias para chegarmos ao dia 19 de setembro. Com esse novo momento, com essa importante notícia agora trazida, o Senado da República vai, seguramente, aprovar essa matéria.

Esperemos nós que, a exemplo da redução ou do fim dos impostos federais sobre os produtos da cesta básica, matéria decidida pela unanimidade do Congresso e já vaza a notícia de que o Palácio pode ou vai vetar, não se esteja anunciando a existência no Senado de um processo para evitar a votação da matéria ou que a Presidência da República, recebendo essa disposição no Congresso Nacional, deixe de cumprir a decisão de garantirmos grande parte das nossas riquezas



para o investimento na educação.

Com isso, Sr. Presidente, há um novo desenho, que passa pela votação de agora. Será mais um presente à educação brasileira - mais uma vez, dirijo-me ao PDT - evitarmos que o regime de contratação diferenciada seja aplicado nessa medida provisória.

Aliás, é importante afirmar que toda vez que se falou nisso e o Congresso assumiu posição em relação ao Regime Diferenciado de Contratação, não o fez por iniciativa ou por coragem do Executivo, que trouxe essa proposta no bojo da matéria original. O Executivo sempre buscou socorro em emenda de Relatores para pegar carona na medida provisória e trazer essa matéria que, Sras. e Srs. Deputados, no mínimo, não traz isonomia quando não há o mesmo tratamento para os 27 Governadores da Federação, para os mais de 5 mil Prefeitos de todo o País.

Portanto, a votação neste momento, neste destaque, é essencial. E é fundamental que nós possamos retirar essa matéria. Nós percebemos, na reunião de Líderes, a clareza da grande maioria das bancadas, o constrangimento de ver esse dispositivo trazido mais uma vez de carona, de contrabando numa medida provisória.

Presidente Marco Maia, desde já quero compartilhar com V.Exa. que, às 20 horas, vamos solicitar novo painel, para podermos com tranquilidade ter tempo de negociar essa medida provisória. Ela é importante, é relevante para o País.

Mas a grande notícia que o Brasil tem hoje é a de que o Plano Nacional de Educação, que foi construído na Câmara dos Deputados, agora vai ao Senado da República.

De modo muito especial, quero cumprimentar todos os Deputados Federais que retiraram seus nomes desse recurso. Quero dizer que esses Deputados Federais contribuíram para nós avançarmos meses ou talvez anos ao levar dinheiro para a educação.

Um segundo momento é chamarmos agora a votação desta medida provisória, chamarmos o feito à ordem e negociar com o Presidente Marco Maia e com os demais Líderes, permitindo que essa medida provisória possa seguir sem o Regime Diferenciado de Contratação. E que depois possamos chegar à Medida Provisória nº 571, que dá sequência às tratativas aqui discutidas do Código Florestal, que na Comissão Especial recebeu a unanimidade dos votos de seus membros, na Câmara e no Senado, que votaram sob o argumento de que ali havia um consenso.

Os ambientalistas recuaram e a bancada ligada ao agronegócio avançou. O agronegócio recuou para poder permitir uma composição



com aqueles que defendem de forma mais enfática o meio ambiente. E chegamos a um entendimento, que agora é reproduzido como ninguém do Governo sabendo quem compôs ou acertou pelo Palácio do Planalto.

Uma coisa é certa: ou a Presidenta Dilma desautorizou suas Ministras de Estado que fizeram acordo com o Congresso ou os Líderes do Congresso Nacional assumiram compromissos que não podiam. Quem acertou o que não podia acertar tem que dar satisfação ao Brasil e aos Deputados e Senadores que foram levados a votar achando que havia um entendimento.

Respeitamos o poder de veto da Presidenta da República, é constitucional. Mas quando o Executivo vem ao Congresso e propõe acordo para o entendimento, aí, sim, o veto deixa de ter o poder político e é preciso respeitar as composições.

Por isso, Sr. Presidente, nós vamos trabalhar para que esta medida seja retirada na tarde de hoje.

Documento 143/311

235.2.54.O	Sessão Ordinária - 04/09/2012-18:40
	CD
Publ.: DCD - 05/09/2012 - 30766	BRUNA FURLAN-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Contentamento com o desempenho obtido pela Escola de Ensino Fundamental, Médio e Técnico Professora Dagmar Ribas Trindade no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Município de Barueri, Estado de São Paulo. Preocupação com as manobras de lideranças governamentais, no âmbito do Congresso Nacional, de protelação da discussão e votação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Congratulação à Prefeitura Municipal de Barueri pela adoção de política educacional de qualidade

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO



A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é motivo de grande satisfação ocupar esta tribuna para elogiar o desempenho de uma escola da minha cidade natal nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgados recentemente.

A Escola de Ensino Fundamental, Médio e Técnico Professora Dagmar Ribas Trindade, de Barueri, foi a primeira colocada entre as escolas públicas no *ranking* estadual do IDEB nas séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), com média 6,6, que leva em conta o rendimento escolar dos alunos e a nota obtida pelos estudantes na Prova Brasil 2011, aplicada pelo Ministério da Educação. A mesma escola ficou em sétimo lugar na lista estadual das unidades de ensino das séries iniciais, com a média de 7,7.

Em um universo de quase 31 mil escolas públicas com classes do 6º ao 9º ano, avaliadas em todo o País, a Escola Professora Dagmar Ribas Trindade ficou na 28ª colocação, enchendo de orgulho alunos, professores, funcionários e dirigentes da instituição, bem como toda a população de Barueri.

A excelente posição ocupada no *ranking* nacional demonstra que o compromisso coletivo, ao aliar bom projeto pedagógico, infraestrutura de primeira qualidade, integração de alunos e participação das famílias, resulta em êxito. No caso daquela escola, é importante enfatizar a seriedade da Fundação Instituto de Educação de Barueri, entidade sem fins lucrativos, criada em 1994 e mantida pela Prefeitura Municipal, que administra a unidade e outras 7 instituições de ensino. Com o objetivo de oferecer boas condições para que seus alunos ingressem com sucesso em cursos de nível superior e no mercado de trabalho, a Fundação vem realizando elogiável trabalho no aparelhamento humano e material de suas unidades escolares.

Merece também reconhecimento a eficiente política educacional adotada pela Prefeitura de Barueri e pela Secretaria de Educação nas duas recentes gestões. Desde 2005, a área de educação é tratada com a devida prioridade, e com visíveis avanços. Em pouco mais de 7 anos, foram construídas 36 unidades escolares, entre maternas, de educação infantil e de ensino fundamental, técnico e superior; outras 12 foram reconstruídas e 9, ampliadas e reformadas.

Melhorando o aparato educacional, com espaços adequados e investimentos maciços para melhorar a remuneração, formação e qualificação de professores, educadores e dirigentes, os bons frutos já estão sendo colhidos. A nota média das escolas de Barueri, no último IDEB, foi de 5,9 nas séries iniciais, e de 5 nas séries finais. Esses valores estão muito acima das médias nacionais apuradas: 5 para os primeiros anos e 4,1 para os últimos. Também em relação ao desempenho das escolas paulistas o Município sobressai, com médias maiores que as averiguadas no conjunto estadual, já alcançando as metas estabelecidas para 2013.



Sr. Presidente, os bons exemplos e as boas práticas em políticas públicas precisam ser reconhecidos e divulgados para que sejam replicados. O que está acontecendo na rede pública de ensino de Barueri deve ser visto como modelo e inspiração para os administradores públicos de todo o Brasil. Apesar de parecer lugar-comum, o discurso de que a educação deve ter a primazia dos investimentos dos governos se quisermos o real desenvolvimento do nosso País, ainda observamos que, em muitos lugares, a realidade está a quilômetros de distância das promessas anunciadas em campanhas eleitorais. Milhares de Municípios brasileiros aguardam incrementos dos repasses federais para poder lançar mão de políticas educacionais promissoras.

Porém, com a interposição de recurso meramente protelatório, o Governo impediu que o projeto do Plano Nacional de Educação seguisse desta Casa para o Senado. A manobra evidencia falta de compromisso do Executivo Federal com a área. A deliberação sobre esse recurso deverá acontecer depois das eleições de outubro, caso não sejam criados novos obstáculos à aprovação do aumento do repasse de recursos para a educação nos Estados e Municípios.

Esta realidade entristecedora faz aflorar ainda mais os méritos das administrações e das instituições que se destacam pela boa qualidade de ensino oferecida às crianças e adolescentes.

Reforço, por fim, minhas congratulações à Prefeitura Municipal de Barueri, pela seriedade com que conduz sua rede de ensino, composta por mais de 90 unidades escolares. Cumprimento também os alunos, professores, equipe pedagógica e a diretora Marlene de Azevedo, que levaram a Escola de Ensino Fundamental, Médio e Técnico Professora Dagmar Ribas Trindade ao rol das melhores instituições de ensino do País.

Parabéns!

Documento 144/311

238.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/09/2012-14:48
Publ.: DCD - 06/09/2012 - 30939	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização da VI Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação



Pública, em Brasília, Distrito Federal. Regozijo com a queda do Recurso nº 162, de 2012, destinado à submissão ao Plenário do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Empenho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação no cumprimento da lei federal sobre a criação do piso salarial nacional do magistério público da educação básica.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero inicialmente saudar a VI Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública, realizada hoje pela manhã em Brasília, marcha essa que foi convocada e liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, bem como pela Central Única dos Trabalhadores, cuja diretoria está aqui presente.

Sr. Presidente, a marcha na verdade simboliza a esperança, o sonho e a luta dos mais de 2,5 milhões de trabalhadores em educação de todo o País por uma educação de qualidade. A marcha inclusive se realiza às vésperas do dia 7 de setembro, quando se comemora a Independência do Brasil. Daí por que foi muito acertado o lema da marcha: *"Independência se faz com educação de qualidade e trabalho decente"*.

Quero ainda acrescentar que a marcha de hoje pelas ruas de Brasília foi também em tom de comemoração, uma vez que ontem nós obtivemos uma grande vitória, que foi a retirada do Recurso nº 162 e, portanto, o envio imediato do Plano Nacional de Educação ao Senado. Quero inclusive parabenizar a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE, a CUT, a UNDIME, a UNE e a UBES, que sem dúvida alguma exerceram um papel essencial do ponto de vista de mobilização da sociedade para que esse recurso fosse retirado e o PNE pudesse ser enviado ao Senado.

Quero ainda aqui registrar a posição do Presidente da Comissão de Educação e Cultura, meu companheiro Deputado Newton Lima, e também a posição do Núcleo de Educação da bancada do Partido dos Trabalhadores, que eu coordeno nesta Casa e que muito se empenhou para que esse recurso fosse retirado e o PNE seguisse para o Senado.

Na verdade, agora precisamos continuar mobilizados para que o Senado Federal faça o debate e aprimore o texto, porque o Brasil espera e precisa de um novo Plano Nacional de Educação.

Logo mais, estaremos com o Presidente Marco Maia, acompanhando as entidades CNTE e CUT, para entregar um abaixo-assinado com mais de 6 mil assinaturas que defendem os 10% do PIB para a educação e para pedir agilização na tramitação e na aprovação do



novo Plano Nacional de Educação.

A CNTE também colocará em pauta o cumprimento da lei do piso salarial do magistério. Hoje, a CNTE disse claramente que nós não vamos aceitar nenhuma modificação na lei que instituiu o piso salarial, no que diz respeito ao mecanismo de reajuste. Não aceitaremos nenhuma alteração que traga prejuízo para o poder aquisitivo dos trabalhadores em educação. Muito pelo contrário, nós precisamos respeitar a lei.

O piso salarial precisa de um mecanismo que não só reponha a inflação, mas também traga ganho real, para que avancemos sintonizados com a Meta 17 do Plano Nacional de Educação, que tem como objetivo a ser alcançado nos próximos 6 anos a equiparação do salário médio do professor com o salário médio das demais categorias de nível superior, com formação equivalente.

Portanto, Sr. Presidente, saúdo os participantes da marcha e deixo um abraço especial para os meus colegas da delegação de professores do Rio Grande do Norte e de todo o Brasil.

Reafirmo que continuaremos mobilizados. A bancada do PT vai continuar participando intensamente de todas as negociações, para que tenhamos um novo PNE para construirmos um novo Brasil e um Plano Nacional de Educação com a universalização e a ampliação do atendimento escolar, com a valorização salarial e profissional do magistério brasileiro e com financiamento adequado, com 10% do PIB para a educação, a fim de que tenhamos, repito, um Plano Nacional de Educação ousado e à altura de responder aos desafios que o Brasil apresenta.

Documento 145/311

238.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/09/2012-15:12
Publ.: DCD - 06/09/2012	- VITOR PAULO-PRB -RJ	
30946		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, diante da promoção da Semana do Peixe com o slogan Pescado. Dá água na boca e faz bem para a saúde. Elogio à Casa pela derrubada do Recurso nº 162, de



2012, contra a apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, acerca da instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Congratulações aos participantes na competição de atletismo, Troféu Walter Arnaldo Kupper, realizada no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes - CEFAN, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. VITOR PAULO (PRB-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Amauri Teixeira, Presidente da Mesa.

Quero parabenizar o Ministro da Pesca, Marcelo Crivella, porque começamos a Semana do Peixe, que vai até o dia 17 deste mês, com um *slogan* muito interessante: *Pescado. Dá água na boca e faz bem para a saúde.* É uma campanha do Ministério da Pesca e Aquicultura para incentivar a população brasileira a consumir pescado.

É natural, Presidente Amauri Teixeira e Deputado Filipe Pereira, porque sabemos que, diferentemente da carne de boi, de porco e de frango, a de peixe ainda chega muita cara à mesa do trabalhador brasileiro.

Tive o privilégio, Deputado Marçal Filho, de acompanhar o Ministro Crivella na abertura da Semana do Peixe pelas colônias de pescadores do Rio de Janeiro. Visitamos Saquarema, Arraial do Cabo, Araruama, com os presidentes das colônias, e vimos que a grande dificuldade dos pescadores são os atravessadores.

Os pescadores saem com muita luta para o mar, e, quando trazem seu peixe, infelizmente a falta de estrutura das colônias, de câmaras frigoríficas e de fábricas de gelos faz com que entreguem o peixe pelo preço que o atravessador quer pagar. Isso prejudica, e muito, o pescador do Brasil, particularmente do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Então, quero parabenizar o Ministro Marcelo Crivella pelo empenho para que o trabalhador possa ser incentivado a pescar cada vez mais e o peixe chegue mais barato à mesa do consumidor.

Outro assunto, Deputado Amauri. Quero parabenizar os Deputados que ontem, comigo, tiveram a força de vontade e o empenho para requerer a retirada da tramitação do Recurso nº 162, de 2012, apresentado contra a apreciação conclusiva do PL nº 8.035, de 2010, favorável ao Plano Nacional de Educação - PNE.

Foi um esforço tremendo que nós, Deputados, fizemos para conseguir aprovar essa iniciativa. Ela foi aprovada pelos Líderes do PDT nesta Casa, os Deputados Arnaldo Faria de Sá e Giovanni Queiroz, e outros, como eu, para que o PNE vá imediatamente ao Senado e possamos



destinar 10% do PIB para a educação.

Hoje somos um País com a sétima economia do mundo - queremos chegar, em muito pouco tempo, à sexta, à quinta, à quarta, à primeira, quem sabe um dia -, mas a educação é o melhor e o maior investimento que pode ser feito para uma nação se desenvolver.

Então, parablenzo os Deputados que retiraram sua assinatura e os que se empenharam para que isso acontecesse.

Por último, Presidente Amauri, quero parabenizar os atletas que participaram da competição Troféu Walter Arnaldo Kupper, na modalidade atletismo, que ocorreu no Centro de Educação Física do CEFAN, no Rio de Janeiro.

Essa equipe de esportistas, que teve à frente o Prof. Godoy, destacou-se por seus diferenciais, sendo composta por atletas que nunca praticaram atletismo nem participaram de uma competição como essa, além de terem iniciado a vida atlética após os 60 anos de idade.

Os atletas idosos começaram a treinar e competir a partir do momento em que se integraram ao Projeto Godoy, pioneiro em Itaperuna. O Projeto já atendeu cerca de 5.000 pessoas de diferentes faixas etárias gratuitamente

Utilizando didática baseada em uma seleção de exercícios oriundos dos ensinamentos do atletismo, são trabalhadas qualidades físicas diferenciadas em suas aulas, levando aos integrantes autossuficiência física e aeróbica, prática de bons hábitos, revelação atlética e principalmente qualidade de vida. Presto minhas homenagens aos 10 itaperunenses idosos, da equipe do Prof. Godoy, que se destacaram na competição.

São eles: Plínio Aguiar, primeiro lugar nos 5.000 e 1.500 metros; Paulo Ramos da Silva, primeiro lugar nos 100 metros e nos 200 metros, na categoria 70/74 anos; Moacir Ferreira dos Santos, segundo lugar nos 100 metros e terceiro lugar nos 200 metros, na categoria 70/74 anos; Cordovil Pinto Costa, primeiro lugar nos 400 metros; João de Souza Neves, primeiro lugar nos 400 metros; José Mares Reiff, primeiro lugar no salto em altura; Antonio Martins Moraes, segundo lugar nos 1.500 metros e segundo lugar nos 5.000 metros, na categoria 60/64 anos; Sebastião Renato Teixeira, primeiro lugar nos 100 metros e segundo lugar nos 200 metros na categoria 60/64.

Na categoria feminina, Adires Boechat da Silva, primeiro lugar nos 100 metros e primeiro lugar nos 200 metros, na categoria 70/74 anos; Dulce Fernandes Martins, primeiro lugar nos 200 metros e segundo lugar nos 400 metros na categoria 60/64 anos.



Os vencedores tiveram como paraninfo da competição o campeão de atletismo e medalhista olímpico Robson Caetano.

Para finalizar, parabeno os organizadores e todos os atletas que participaram dessa importante competição Troféu Walter Arnaldo Kupper, que visa aumentar a participação em atividades esportivas na modalidade atletismo para os atletas veteranos do Brasil e do exterior, possibilitando a difusão da camaradagem desportiva e o bem-estar saudável da convivência.

Mando um abraço ao Prof. Godoy, que foi servidor do Exército comigo, no Forte Imbuhy, no Rio de Janeiro, e se dedica, e muito, a ajudar esses idosos, que têm uma média de idade, Deputado Filipe Pereira, entre 70 e 74 anos e competiram no CEFAN como garotos e garotas recém-saídos da escola.

Esta homenagem é justa e merecida, para que mais pessoas entre 65 e 74 anos possam receber incentivo do Governo do Estado, do Ministério do Esporte, para competir e ter uma saúde muito melhor.

Muito obrigado.

Documento 146/311

242.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/09/2012-15:06
Publ.: DCD	IZALCI-PR -DF	
11/09/2012 - 31256		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Encaminhamento ao Senado Federal do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB ao setor educacional. Anúncio de realização, pela Comissão de Educação e Cultura, de audiências públicas destinadas ao debate do estabelecimento do marco regulatório da política nacional de bibliotecas; da concessão de bolsas de estudo aos filhos e dependentes de professores, e da revogação do art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a respeito da jornada de trabalho de docentes.



O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar - já que durante muito tempo e diversas vezes eu pedi à população, à sociedade civil organizada, que estivesse aqui nos dias 18 e 19 de setembro para a Comissão Geral do Plano Nacional de Educação e a sua votação -, quero dizer mais uma vez que nós conseguimos que os Deputados retirassem a assinatura do recurso. Portanto, não haverá mais essa Comissão Geral e muito menos a votação do recurso, tendo em vista que ele deixou de existir exatamente pela retirada das assinaturas.

Foi uma vitória importante, mas de certa forma ainda parcial, porque o projeto seguiu para o Senado, e lá haverá o debate sobre o Plano Nacional de Educação. Uma das questões que tem de ser obrigatoriamente discutida e votada no Senado é a da responsabilidade do ônus do acréscimo do Plano Nacional de Educação. Hoje o País investe 5,1% do PIB; passar para 10% significa um aumento, um adicional de 4,9%. Essa questão não foi votada na Comissão Especial. Eu tinha uma emenda, mas infelizmente o Governo não a acatou, porque eu havia colocado esse ônus para o Governo Federal, haja vista que praticamente todos os impostos e todas as contribuições, quase 80%, são arrecadados pela União.

Mas, de qualquer forma, a discussão agora está na questão da origem, e o que se discute muito é se esses 10%, os 4,9% de acréscimo, virão em função dos *royalties* do petróleo e do fundo social do pré-sal. A própria Presidente fez um apelo a esta Casa para que já começasse a debater e votar essa matéria. Espero que consigamos, de fato, não só jogar a questão dos *royalties* e do fundo do pré-sal, mas também outras rubricas, inclusive do Orçamento, para bancar esse acréscimo nos próximos 10 anos. É importante ressaltar que os 4,9% de acréscimo não serão feitos de uma vez. São várias etapas. Temos 10 anos para cumprir e adicionar os 4,9%.

Portanto, é uma ação importante, uma medida necessária, haja vista o *deficit* educacional que há hoje: as escolas caindo aos pedaços no País todo; o professor ganhando uma remuneração mínima, com piso salarial de R\$1.451,00. Portanto, são necessários recursos para podermos melhorar a qualidade da educação, que é o único instrumento de resgate da cidadania, das oportunidades, principalmente aos jovens, para que tenham uma educação de qualidade e, portanto, possam ingressar no mercado de trabalho, possam entrar na universidade e fazer, de fato, um bom curso universitário. Para isso é necessário recurso, e é o que queremos com essa questão.

Outra coisa, Sr. Presidente. Na quinta-feira, eu disse aqui que nós tínhamos participado da Comissão de Educação, onde conseguimos aprovar três requerimentos na última reunião. O primeiro deles foi o requerimento para a discussão, em audiência pública, sobre a criação



do marco legal da política nacional para bibliotecas públicas.

O que aconteceu? Por que foi solicitada essa audiência pública? Fui Relator de um projeto - inclusive, um projeto de autoria do Senador José Sarney - que estabelecia que as bibliotecas públicas dos Estados e do Distrito Federal deveriam receber um exemplar das publicações de que se tratava. Na audiência pública sobre o projeto, detectamos que o projeto era brilhante, muito bom, mas inviável em termos de aplicação imediata. Então nasceu esse pedido para que promovêssemos uma audiência pública para discutirmos o início do marco legal.

Nós precisamos, de fato, criar esse marco com relação à política de biblioteca nacional. O que acontece no Brasil hoje é a falta de incentivo à leitura, a falta de acesso às bibliotecas. Falta até modificar os cursos de Biblioteconomia, porque estão totalmente defasados em função da tecnologia da informação, da Internet. Não há, nem na Capital da República, profissionais de biblioteca para a demanda existente. A cultura hoje, inclusive nas escolas, é péssima para os alunos. Os alunos vão para a biblioteca como se fossem para o castigo. Em vez de criarmos um incentivo para que os alunos queiram ir sempre à biblioteca, não, normalmente ele vai após uma punição, o que acaba comprometendo o interesse do aluno de ter a vontade, o desejo de continuar fazendo leitura. Por isso o Brasil hoje tem essa dificuldade: apenas 6% dos alunos do segundo grau conseguem, no final do curso, interpretar um texto. Isso é muito ruim.

O marco legal para essa política nacional de bibliotecas é fundamental, e vamos convidar todas as instituições, inclusive as editoras, para que possamos trazer para a Câmara Federal esse assunto e aqui nascer realmente uma lei que possa beneficiar todas as bibliotecas do Brasil.

Sr. Presidente, outro assunto que debatemos e aprovamos em outro requerimento foi a mudança do art. 318 da CLT. Já falei sobre esse assunto aqui. Estive novamente com o Ministro Mercadante, da Educação, que propôs inclusive que eu tomasse a iniciativa de convocar uma audiência pública e o convidasse, porque fazia questão de vir aqui para testemunhar o seu apoio não só a essa audiência sobre o art. 318, mas também a outra matéria que aprovamos e que trata das bolsas de estudo para filhos e dependentes de professores das escolas privadas.

O art. 318, Sr. Presidente, que é de 50 anos atrás, diz que nenhum professor pode lecionar no mesmo estabelecimento mais do que 4 horas consecutivas ou 6 horas intercaladas. Isso significa que um professor da pré-escola, por exemplo, ou da 1ª à 4ª série, não pode lecionar na mesma escola de manhã e à tarde. O que eles fazem hoje na prática? Lecionam de manhã numa escola, e à tarde vão buscar outra escola, às vezes, distante da sua residência, distante da outra



escola. Há dois projetos pedagógicos diferentes. A política nacional do Plano Nacional de Educação busca incentivar os professores a lecionarem na mesma escola, inclusive com dedicação exclusiva.

Esse art. 318 está totalmente em desacordo com a realidade, com a vontade dos professores, com a vontade dos sindicatos das escolas, com o sindicato dos professores e das próprias instituições que gostariam de ter os seus professores exclusivos, que trabalhassem de manhã e de tarde. Mas esse artigo impede o mesmo professor de lecionar nos dois períodos na mesma escola. Então, há professores hoje saindo de uma escola, nem almoçam direito, e vão lecionar em outra escola, em cidade mais próxima, o que acaba comprometendo bastante a qualidade de vida do professor e, inclusive, a qualidade das aulas, porque, se estivesse na mesma escola, teriam o mesmo projeto pedagógico. Seria muito mais fácil. Mas por questão de burocracia...

Inclusive, na Legislatura anterior, apresentei um projeto, que foi arquivado. Depois, outros Deputados apresentaram projetos. Debates na Comissão de Educação. Mas aqui, se não tiver vontade política do Ministério, não se aprova. São 10 anos, 20 anos para se aprovar um projeto aqui. Isso é premente, porque o Plano Nacional de Educação é fundamental.

Para encerrar, Sr. Presidente, a outra audiência pública trata também de matéria sobre a qual já falei aqui. Voltei a falar com o Ministro Mercadante e já tinha conversado com o Ministro Haddad. Ele disponibilizou assessores para que fôssemos ao Ministério da Fazenda discutir o projeto. Mas, infelizmente, a Fazenda e o Planejamento só conhecem uma palavra: "não". Essa é a palavra do Ministério da Fazenda. Nada pode, sem, inclusive, analisar bem a questão.

Essa audiência pública trata exatamente disso. Há mais de 40 anos os professores da rede privada, Deputado César, ganham para os seus filhos uma bolsa na própria escola. É algo muito natural! Ora, se sou professor de uma escola e tenho filho em idade escolar, por que vou matriculá-lo em outra, se eu posso, inclusive por questão de transporte, facilitar, acompanhá-lo, colocá-lo naquela escola, com bolsa? Isso já está nas convenções e há dissídio coletivo. Agora vem a Fazenda querendo tributar o professor, tributar a escola, querendo cobrar Imposto de Renda e Previdência Social em cima de uma bolsa do filho de um professor.

Conversei com o Ministro Mercadante, que se comprometeu em dizer, nessa audiência pública, da sua concordância e da importância dessa matéria.

Espero que nessa audiência pública possamos convencer os Ministros da Fazenda e do Planejamento, principalmente o da Fazenda, de que a matéria é relevante, importante e fundamental, já que trata de



educação.

Não podemos punir as pessoas que investem em educação. Parece que no Brasil é assim: quem se dedica à educação, quem investe em educação é penalizado, por incrível que pareça. Os maiores impostos hoje recaem sobre as entidades de educação com fins lucrativos, que é natural. O que existe hoje são entidades sem fins lucrativos - que é outra modalidade - e entidades filantrópicas, mas há também as com fins lucrativos que recebem tratamento tributário superior a muitas atividades e não deveriam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Nobre Deputado Izalci, cumprimento V.Exa. por mais esse pronunciamento vinculado aos problemas educacionais brasileiros. Entendo que as audiências públicas que V.Exa. requereu objetivaram sobremaneira ao esclarecimento de temas relevantes para o desenvolvimento educacional do País. Se V.Exa. utilizou o instituto da audiência pública, quis compartilhar as nossas responsabilidades na Comissão de Educação com aqueles que no Poder Executivo são responsáveis por esse setor nevrálgico de qualquer governo no País, no Estado ou no próprio Município.

Documento 147/311

244.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	11/09/2012-16:09
Publ.: DCD - 12/09/2012 - 31680	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Administrador. Crise do setor de segurança pública no Distrito Federal. Apoio ao Projeto de Lei nº 4.371, de 2012, sobre remuneração de servidores públicos. Solicitação ao Governador Agnelo Queiroz de abertura de negociações com policiais e bombeiros militares. Matéria Brasil avança pouco entre gerações no ensino superior, de Carolina Benevides, publicada pelo jornal O Globo. Expectativa quanto à manutenção, pelo Senado Federal, do dispositivo do projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação, referente à aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro na educação.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero registrar mais uma vez o nosso reconhecimento aos administradores. Na manhã de hoje, realizamos sessão solene em homenagem aos administradores. Comemora-se o Dia do Administrador em 9 de setembro, mas fizemos a comemoração hoje.

Mais uma vez, quero saudar todos os administradores do País e reconhecer a importância dessa profissão, principalmente para o desenvolvimento econômico e social do País. Eles têm papel fundamental nisso. Os administradores são responsáveis pela manutenção das empresas, pelo desenvolvimento das empresas e também por geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero dizer que acabamos de participar de reunião com os representantes da segurança pública do Distrito Federal. É preocupante a situação da segurança pública no Distrito Federal. Os dados que estão sendo divulgados estão bem aquém da realidade. O que está acontecendo hoje no Distrito Federal é alarmante em termos de sequestro relâmpago, em termos de assalto, inclusive nas portas de bancos. Hoje não dá mais para sacar absolutamente nada no banco, porque há alguém esperando do lado de fora, e praticamente não se vê isso nas estatísticas com relação à segurança pública. O que está faltando, Sr. Presidente, é apenas sensibilidade àqueles interlocutores.

Já chegou a esta Casa projeto de lei relativo a aumento para os policiais civis, para os policiais federais. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 4.371, de 2012. Espero que esta Casa possa aprová-lo imediatamente. Servirá, inclusive, de base para o entendimento com a Polícia Civil do Distrito Federal.

O Governador não teve a sensibilidade de chamar os policiais e colocá-los a par da situação. Talvez por falta de diálogo as coisas estejam dessa forma. E não mencionei a situação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que é muito mais grave. Eles não podem fazer greve, como a Polícia Civil faz, mas fica muito clara a insatisfação da tropa, que está trabalhando sem entusiasmo algum. Basta ver também as estatísticas, os números.

O Governador não recebe esses interlocutores, e foi ele quem escreveu e assinou a promessa. Em relação à Polícia Civil, à Polícia Militar, às áreas de saúde e educação, há 13 promessas assinadas pelo Governador e pelo Vice-Governador. E nada é atendido. Nem ao menos existe diálogo, para que ele possa dizer por que não atende as reivindicações.

Nomeou-se um interlocutor, que, parece-me, já encerrou as conversas com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros. Para o dia 19 está prevista mais uma movimentação, a fim de se mostrar a insatisfação da



tropa no Distrito Federal.

Eu gostaria de pedir ao Governador que use da sua sensibilidade, da forma como agiu no período da campanha, quando fez promessas, e atue no sentido de que os policiais sejam recebidos e, pelo menos, recebam uma sinalização do que poderá ser feito nos próximos anos. O que não pode acontecer é simplesmente não haver diálogo. Isso é que está causando essa insatisfação e essa insegurança hoje no Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ainda fazer menção a matéria publicada hoje pelo jornal *O Globo*, de autoria da jornalista Carolina Benevides, que trata mais uma vez da educação. Sob o título *Brasil avança pouco entre gerações no ensino superior*, reforça a questão do Plano Nacional de Educação.

Diz a matéria que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE apresentou dados que apontam que, em 2010, apenas 9% das pessoas entre 55 e 64 anos concluíram o ensino superior. Na faixa de 25 a 34 anos, apenas 12% o finalizaram. Houve, sim, um avanço: quanto à faixa de 18 a 24 anos, 17% dos alunos estão hoje em universidades, em faculdades. Em 2000, o Brasil tinha 2,7 milhões de alunos no ensino superior; em 2010, fechou com 6,4 milhões de alunos. O número mais que dobrou.

Estamos agora com a meta, no caso do Plano Nacional de Educação, de duplicar o número de alunos no ensino superior, contando, evidentemente, com o REUNI, que se refere mais às universidades federais, e também com o PROUNI e com FIES. E agora o PROIES, que aprovamos nesta Casa, também cria mais oportunidades de vagas no ensino superior.

Na semana passada, conseguimos - o PDT tem importante papel nisto - convencer os Parlamentares que assinaram o recurso para o Plenário a desistirem e retirarem a assinatura. O projeto já se encontra no Senado.

A proposta do Governo nunca foi a dos 10%, sempre chegou a 8%. Nós aprovamos na Comissão Especial os 10%. De fato, analisando-se outros países, verifica-se que, hoje, nenhum deles aplica 10% do PIB na educação. Mas nenhum país desenvolvido hoje tem o déficit educacional que o Brasil tem. Em relação à Coreia do Sul, por exemplo, quanto à população de 55 a 64 anos, o índice era de 13%. Só que conseguiu avançar, e 65% da população com idade entre 24 e 35 anos está nas universidades. O que fez a Coreia? Aplicou, durante um tempo, 12% do PIB na área da educação.

É o que nós queremos fazer. O Líder do Governo aqui disse: "*Como vamos aprovar um projeto indeterminado?*" Não! O prazo considerado



no Plano Nacional de Educação é de 10 anos. Nesses 10 anos, vamos aplicar 10% do PIB. Quando for reparado esse déficit, essa dívida com a educação, poderemos diminuir esse índice. A partir de 2022, aplicaríamos 8% ou até 7%. O que não se pode fazer, Sr. Presidente, é aplicar o que o Governo Federal quer, sabendo que há uma dívida imensa.

Em Brasília, que é a Capital deste País, 85% das escolas têm necessidade de reforma, de acordo com relatório do Tribunal de Contas, e 30% das escolas não têm a mínima condição de funcionamento. Imaginem o restante do País como está!

Por isso, a necessidade de aprovação dos 10% é premente. Precisamos apoiar essa proposta. O que ficou faltando no PNE foi apenas a definição de quem paga a conta. Não conseguimos fazer isso. Não é que não tenhamos feito esse trabalho. Houve emendas. Eu mesmo apresentei uma emenda, estabelecendo a União como responsável por esse complemento, mas não conseguimos aprová-la.

Espero que agora o Senado defina claramente esse adicional e estabeleça quem paga a conta. Quem tem condições de pagá-la é a União. Eu espero que consigamos aprovar isso no Senado, para que se torne lei imediatamente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Meus cumprimentos ao nobre Deputado Izalci pelo pronunciamento sobre segurança e educação.

Documento 148/311

251.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	18/09/2012-16:16
Publ.: DCD - 19/09/2012 31996	IZALCI-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apoio ao discurso do Deputado Delegado Protógenes a favor da reestruturação



da carreira de policiais federais. Imediata votação, pela respectiva Comissão Especial, da redação final do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Desoneração da folha de pagamento das instituições educacionais privadas.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero fazer minhas as palavras do Deputado Delegado Protógenes. Realmente, precisamos dar atenção especial à reestruturação da carreira da Polícia Federal - e já recebemos o projeto de lei do Executivo.

Portanto, vamos trabalhar rapidamente para aprovar, com as emendas necessárias, a reestruturação da carreira da Polícia Federal.

Ao mesmo tempo, quero solicitar - e me dirijo principalmente aos membros da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação - que tentemos nos reunir. Sei que apenas no dia 11 de setembro a Comissão recebeu o parecer para a votação final do PNE e que não será possível concretizar a redação para esta semana do esforço concentrado.

Espero, porém, que consigamos fazê-lo na semana que vem ou na outra, quando haverá novo esforço concentrado, para liberar definitivamente esse projeto que está aqui desde 2010 e é o grande projeto desta Casa - o Plano Nacional de Educação. Daqui, a matéria vai ao Senado, que deverá se manifestar a respeito e corrigir o que não conseguimos aprovar aqui, ou seja, atribuir um acréscimo do percentual do PIB destinado à educação pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

Particularmente, defendo que seja dada à União a maior parcela de responsabilidade, haja vista o fato de que essa oneração tem muito a ver com os impostos, e quem os arrecada hoje, assim como as contribuições, é a União. Portanto, é a União que tem condições de realmente absorver o acréscimo do percentual do PIB destinado à educação.

Dessa forma, então, faço um apelo ao Presidente da Comissão Especial, o Deputado Lelo Coimbra, no sentido de que convoque a Comissão para votarmos a redação final do Plano Nacional de Educação.

E, para encerrar, Sr. Presidente, quero fazer outro apelo. Está chegando a esta Casa a medida provisória da desoneração da folha de pagamento, e o apelo que faço é no sentido de que possamos incluir também a educação nessa desoneração, tendo em vista a importância da medida, principalmente no que se refere ao ensino superior. As universidades privadas são hoje responsáveis pelo atendimento de



75% desse segmento no Brasil. E a carga tributária dessas instituições é a mais pesada de todas as atividades de prestação de serviço. Portanto, as instituições educacionais privadas merecem ser incluídas na desoneração da folha.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 149/311

254.2.54.O	Sessão Extraordinária - 19/09/2012-10:38 CD
Publ.: DCD - 20/09/2012 - 32304	MÁRCIO MACÊDO-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância dos debates a respeito da reforma política. Apelo aos Senadores para a aprovação da proposta de destinação de 10% do PIB nacional para a educação.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer da importância deste debate que está sendo feito aqui, hoje, pelos Deputados Onofre Santo Agostini e Miro Teixeira. Esta eleição está nos dando alguns recados. Acho importante que todos nós reflitamos sobre isso e vejamos a importância de a reforma política ser debatida nesta Casa.

O financiamento público de campanha é algo que se impõe, pela necessidade de aprofundarmos os nossos equipamentos democráticos, de aprofundarmos a nossa democracia e de possibilitarmos um debate livre na sociedade brasileira. Sobre o tema da reforma política, esta Legislatura precisava fechar esse ciclo no Brasil, para fortalecer a democracia brasileira.

Concordo com o debate proposto pelo Deputado Miro Teixeira. Que nós possamos tirar as manhãs de quinta-feira, por exemplo, para fazer um grande debate e para concluir o trabalho que está sendo feito na Comissão Especial. Esse é um tema fundamental para a vitalidade



política do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - O tema é apaixonante.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que o Brasil só assegurará um lugar no rol das nações desenvolvidas se investir maciçamente em educação nas próximas décadas. Por isso é importante incluir no Plano Nacional de Educação a destinação de 10% do PIB em educação.

Atualmente, o Brasil aplica somente 5,1% do PIB em educação. O projeto do Executivo previa o aumento do investimento para 7,5% do PIB em até 10 anos. Os 24 Parlamentares da Comissão Especial, no entanto, foram unânimes no entendimento de que o percentual mínimo destinado à educação até o final da vigência do Plano deve ser de 10%, posição que conta com o meu total apoio e também com o de todas as entidades nacionais comprometidas com a qualidade do nosso ensino, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a União Nacional dos Estudantes, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o movimento Todos pela Educação.

Aqueles que defendem uma redução no percentual de 10% argumentam que o Governo Federal, os Estados e os Municípios não teriam condições de aumentar os gastos públicos correntes para destinar tal volume de recursos à educação. Este argumento não se sustenta porque a maior parte destes recursos virá da vinculação da distribuição dos *royalties* do pré-sal e dos fundos sociais, medida já prevista no relatório do Deputado Carlos Zarattini, Relator do projeto da redistribuição dos *royalties* do petróleo. Esta é a fonte de financiamento que vai viabilizar a meta de 10%.

O Plano Nacional de Educação estabelece vinte metas educacionais que o País deverá atingir no prazo de dez anos. O último PNE vigorou entre 2001 e 2010. Atualmente não temos um plano em vigor, pois o projeto do novo PNE, enviado a esta Casa em dezembro de 2010, só foi aprovado pela Comissão Especial em junho passado, após dezoito meses de intensos debates, com a participação de diversas entidades comprometidas com a qualidade da nossa educação. A aprovação deu-se em caráter terminativo, mas tramitou na Casa recurso para que a matéria fosse a Plenário antes de seguir para o Senado. O recurso foi derrubado com a retirada de 41 assinaturas. Com isso a matéria foi enviada ao Senado.



Sr. Presidente, nobres colegas, antes da polêmica meta vinte do PNE, que determina o montante do financiamento, há outras dezenove que dependem de investimento para serem cumpridas. Professor com dedicação exclusiva a uma escola, ensino de tempo integral, equiparação do rendimento médio do professor com o dos demais profissionais com escolaridade equivalente são metas que terão enorme impacto na qualidade da educação, mas custam caro.

Sem a manutenção do percentual de 10%, dificilmente essas propostas, fruto de ampla discussão com a sociedade, sairão do papel. O País perderá, então, a oportunidade histórica de proporcionar educação de qualidade a todos seus cidadãos com os recursos arrecadados por meio dos *royalties* do pré-sal.

Por isso é que defendemos os 10% do PIB para a educação e defendemos ainda o aumento da participação do Governo Federal no financiamento da educação, como forma de viabilizar o aumento do percentual do PIB destinado ao setor, sem quebrar Estados e Municípios. Hoje, a legislação brasileira estabelece um regime de colaboração em que a União despense, com essa finalidade, 18% das receitas recolhidas sob a forma de impostos, enquanto Estados e Municípios aplicam 25% de suas arrecadações de tributos.

Nesse regime de financiamento, quem arrecada mais investe menos. Atribui-se ao ente federado mais frágil, o município, a maior responsabilidade: arcar com os ensinos infantil e fundamental. Já está comprovada a importância crucial dessas etapas da vida escolar em todo o desenvolvimento posterior do estudante. Sem professores qualificados atuando nos ensinos infantil e fundamental, jamais conseguiremos educar bem a nossa população.

Somos a sexta economia do mundo, mas, sem a universalização da educação pública de qualidade, nunca nos tornaremos um país verdadeiramente desenvolvido. Isso só acontecerá quando formos capazes de utilizar a nossa riqueza para promover a emancipação de todos os cidadãos brasileiros, pela única via possível, que é a educação.

Faço, pois, um apelo às Sras. e aos Srs. Senadores para que não retardem o direito de milhões de estudantes e professores brasileiros a uma educação de excelência. Peço encarecidamente que votem no plenário do Senado Federal e aprovem a meta do Plano Nacional de Educação que prevê a destinação de 10% do PIB para a educação. O Brasil espera isso de todos nós.

Era o que tinha a dizer.



Documento 150/311

254.2.54.O Sessão Extraordinária - CD 19/09/2012-11:08
Publ.: DCD - 20/09/2012 - 32310 MÁRCIO MACÊDO-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Queda na mortalidade infantil no País, conforme os dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. Defesa de inclusão no Plano Nacional de Educação - PNE da proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Elogio aos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Aprovação da proposta de concessão pelo Banco Mundial de empréstimo para a execução do Projeto Águas de Sergipe. Defesa da aposição de veto a dispositivos da medida provisória sobre a alteração do Código Florestal brasileiro.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria que fosse considerado lido pronunciamento acerca de um projeto chamado Águas de Sergipe, um investimento de R\$ 70 milhões do Banco Mundial para a recuperação da bacia hidrográfica do Rio Sergipe, rio que atravessa dois terços do território sergipano, e mais da metade da população vive nessa área. Então, é importante porque é uma concepção inovadora de uma ação interdisciplinar e multifacetada de gestão dos recursos ambientais e de recuperação da capacidade hídrica do Estado, trazendo a possibilidade de se resolver do ponto de vista institucional a demanda de água do Estado e de se recuperar uma bacia fundamental, a Bacia do Rio Sergipe.

Eu quero também pedir aqui que seja considerado lido e divulgado em todos os meios de comunicação desta Casa e em *A Voz do Brasil* um pronunciamento sobre um resultado muito positivo que nós tivemos agora, que foi a diminuição do índice de mortalidade infantil no País, em virtude sobretudo das políticas públicas desenvolvidas pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma no Brasil. Então, é fundamental, é um dado importantíssimo o da diminuição da mortalidade infantil no País.

E quero ainda que V.Exa. considere lido e faça divulgar nos Anais desta Casa e em *A Voz do Brasil* um pronunciamento acerca do PNE, da defesa dos 10% para a educação. Um país que não investe maciçamente na educação não consegue atingir bons índices de



desenvolvimento. A saída é o investimento na educação, e é importante o que foi votado aqui nas Comissões e foi para o Senado, que é a destinação de 10% do PIB, contando com os recursos do pré-sal, para a educação.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que ontem esta Casa votou o Código Florestal, e acho que nós precisamos fazer um movimento, na sociedade brasileira, para que a Presidente Dilma Rousseff possa resgatar, por meio de vetos e decretos, algumas concepções da medida provisória original. A escadinha que a Presidente Dilma Rousseff fez, ordenando, dando regra à preservação das águas brasileiras, definindo e protegendo os pequenos proprietários, os agricultores familiares, e dando uma ordem, uma organização à proteção dos recursos hídricos dos cursos d'água e das nascentes brasileiras, é fundamental que esteja presente no novo Código Florestal, porque a água é um patrimônio de todos, dos grandes e dos pequenos. É um patrimônio do Brasil. É importante proteger a biodiversidade e as águas do Brasil.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que o Brasil só assegurará um lugar no rol das nações desenvolvidas se investir maciçamente em educação nas próximas décadas.

Causam-me enorme estranheza, pois, as reações contra a meta proposta pela Comissão Especial criada para analisar o Plano Nacional de Educação à destinação de no mínimo 7% do Produto Interno Bruto para a educação até 2014 e de no mínimo 10% do PIB até o último ano de vigência do Plano.

Atualmente, o Brasil aplica somente 5,1% do PIB em educação. O projeto do Executivo previa o aumento do investimento para 7,5% do PIB em até 10 anos.

Os 24 Parlamentares da Comissão Especial, no entanto, foram unânimes no entendimento de que o percentual mínimo destinado à educação até o final de vigência do Plano deve ser de 10%, posição que conta com o apoio de todas as entidades nacionais comprometidas com a qualidade do nosso ensino, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a União Nacional dos Estudantes, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Movimento Todos pela Educação.

Aqueles que defendem uma redução no percentual de 10% argumentam que o Governo Federal, os Estados e os Municípios não teriam condições de aumentar os gastos públicos correntes para destinar tal volume de recursos à educação. Esse argumento não se



sustenta, porque a maior parte desses recursos virá da vinculação da distribuição dos *royalties* do pré-sal e dos fundos sociais, medida já prevista no relatório do Deputado Carlos Zarattini, Relator do projeto da redistribuição dos *royalties* do petróleo. Essa é a fonte de financiamento que vai viabilizar a meta dos 10%.

O Plano Nacional de Educação estabelece 20 metas educacionais que o País deverá atingir no prazo de 10 anos. O último PNE vigorou entre 2001 e 2010. Atualmente não temos um plano em vigor, pois o projeto do novo PNE, enviado a esta Casa em dezembro de 2010, só foi aprovado pela Comissão Especial em junho passado, após 18 meses de intensos debates, com a participação de diversas entidades comprometidas com a qualidade da nossa educação. A aprovação deu-se em caráter terminativo, mas tramitou na Casa recurso para que a matéria fosse a plenário antes de seguir para o Senado. O recurso foi derrubado com a retirada de 41 assinaturas; com isso, a matéria foi enviada ao Senado.

Sr. Presidente, nobres colegas, antes da polêmica Meta 20 do PNE, que determina o montante do financiamento, há outras 19 que dependem de investimento para serem cumpridas. Professor com dedicação exclusiva a uma escola, ensino de tempo integral e equiparação do rendimento médio do professor com o dos demais profissionais com escolaridade equivalente são metas que terão enorme impacto na qualidade da educação, mas custam caro. Sem a manutenção do percentual de 10%, dificilmente essas propostas, fruto de ampla discussão com a sociedade, sairão do papel. O País perderá, então, a oportunidade histórica de proporcionar educação de qualidade a todos seus cidadãos com os recursos arrecadados por meio dos *royalties* do pré-sal.

Defendemos ainda o aumento da participação do Governo Federal no financiamento da educação como forma de viabilizar o aumento do percentual do PIB destinado ao setor sem quebrar Estados e Municípios. Hoje, a legislação brasileira estabelece um regime de colaboração em que a União despense com essa finalidade 18% das receitas recolhidas sob a forma de impostos, enquanto Estados e Municípios aplicam 25% de suas arrecadações de tributos. Nesse regime de financiamento, quem arrecada mais investe menos.

Atribui-se ao ente federado mais frágil, o Município, a maior responsabilidade: arcar com os ensinos infantil e fundamental. Já está comprovada a importância crucial dessas etapas da vida escolar em todo o desenvolvimento posterior do estudante. Sem professores qualificados atuando nos ensinos infantil e fundamental, jamais conseguiremos educar bem nossa população.

Somos a sexta economia do mundo, mas sem a universalização da educação pública de qualidade nunca nos tornaremos um País



verdadeiramente desenvolvido. Isso só acontecerá quando formos capazes de utilizar nossa riqueza para promover a emancipação de todos os cidadãos brasileiros pela única via possível, que é a educação.

Faço, pois, um apelo às Sras. e aos Srs. Senadores no sentido de que não retardem o direito de milhões de estudantes e professores brasileiros a uma educação de excelência. Peço-lhes encarecidamente que votem no plenário do Senado Federal e aprove a meta do Plano Nacional de Educação que prevê a destinação de no mínimo 10% do PIB para a educação entre 2014 e o último ano de vigência do plano. O Brasil espera isso de todos nós.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho ao plenário desta Casa para falar de um tema que foi muito comemorado por todos nós brasileiros, que é a queda recorde da mortalidade infantil no País, conforme os dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF.

De acordo com os dados divulgados pelo UNICEF, a mortalidade infantil caiu mais de 40% no mundo desde 1990. É o que aponta o último relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância, publicado na última quinta-feira em Nova York. Os progressos mais significativos foram registrados tanto em países pobres como em países de renda média, a exemplo do Brasil, e em países ricos. A África subsaariana e o sul da Ásia detêm mais de 80% de todos os óbitos de menores de 5 anos.

O Relatório 2012 do UNICEF sobre mortalidade de crianças no mundo, intitulado *O compromisso com a sobrevivência infantil: uma promessa renovada*, analisa as taxas de mortalidade desde 1990, e demonstra que é possível diminuir rapidamente o número de óbitos de crianças menores de 5 anos. De 1990 para 2011, o número global de mortes caiu de quase 12 milhões para 6,9 milhões, representando uma queda de mais de 40%.

As reduções mais significativas foram registradas em diversas nações de várias partes do globo, mostrando que a situação econômica não é necessariamente uma barreira para reduzir essas taxas. Países pobres, como Bangladesh, Libéria e Ruanda, de renda média, como Brasil, Mongólia e Turquia, e ricos, como Omã e Portugal, realizaram o que o UNICEF chama de "avanços espetaculares", baixando suas taxas de mortalidade entre as crianças menores de 5 anos em mais de dois terços entre 1990 e 2011. No Brasil, a taxa caiu de 52,44 mortes por mil em 1990 para 19,88 por mil em 2010.



O Diretor-Executivo do UNICEF, Anthony Lake, afirmou que a queda foi um "sucesso significativo" e indica o trabalho de governos, doadores, agências e famílias. *"Mas ainda há muito por fazer"*, acrescentou Anthony Lake, lembrando que *"milhões de crianças menores de 5 anos ainda morrem a cada ano de causas evitáveis"*.

A mortalidade infantil continua dramática na África subsaariana e no sul da Ásia. Essa duas regiões, repito, registraram mais de 80% de todas as mortes de menores de 5 anos em 2011.

A queda de 73% da mortalidade infantil no Brasil foi o destaque no relatório do UNICEF. Segundo o estudo, em apenas 2 décadas, a taxa brasileira caiu de 58 para 16 por mil nascidos vivos entre 1990 e 2011. Em 2000 o índice era de 36 por mil nascidos vivos, o que faz com que a queda tenha sido de 56% desde então.

Ainda com essa redução drástica, 40 mil crianças morreram antes de completar 5 anos no Brasil no ano passado (contra 205 mil em 1990).

No Brasil, programas comunitários e estratégias de saúde para a família vêm sendo implementados desde a década de 1990 para oferecer cuidados de saúde primários à população, o que ajudou a expandir o acesso aos serviços de saúde, reduzir as desigualdades na cobertura e cortar as taxas de mortalidade infantil.

De acordo com o UNICEF, outros fatores que ajudaram a reduzir as mortes de crianças no Brasil incluem as *"melhorias dos serviços de saneamento básico, dos níveis educacionais das mães e dos índices de aleitamento materno e vacinação, além do crescimento da renda das famílias"*.

A queda no Brasil foi acompanhada de uma redução menos acentuada nos índices globais no mesmo período. Em 2011, 6,9 milhões de crianças morreram antes de completar 5 anos - um total de 19 mil por dia. Em 1990 foram 12 milhões de mortes.

Para o UNICEF, esse declínio geral deve-se à melhora das condições de vida em regiões carentes e às campanhas de vacinação e de conscientização sobre a importância do aleitamento materno. Nos países pobres, as maiores quedas ocorreram em lugares que receberam ajuda externa, como a República Democrática Popular do Laos, o Timor Leste e a Libéria.

Mas em alguns países a situação piorou desde 1990. Entre eles estão: República Democrática do Congo, Chade, Somália, Mali, Camarões e Burkina Faso. Em 2011, metade das mortes infantis ocorreu em apenas cinco países: Índia, Nigéria, República Democrática do Congo, Paquistão e China. E quase todas as 500 mil mortes por malária



ocorreram na África subsaariana.

Os conflitos armados estão entre os principais fatores de risco para o problema da mortalidade infantil. No total, oito dos dez países com as maiores taxas têm algum tipo de conflito ou instabilidade. As cinco principais causas de mortes entre crianças menores de 5 anos no planeta são pneumonia (18%), complicações neonatais (14%), diarreia (11%), complicações durante o parto (9%) e malária (7%). Cerca de 40% das mortes ocorrem durante os primeiros 28 dias de vida da criança, estando a desnutrição ligada a mais de um terço desses óbitos.

Os dados do Brasil colocam o País em quarto no *ranking* de avanços, atrás apenas da Turquia, do Peru e de El Salvador na relação das nações que mais obtiveram conquistas na prevenção de doenças infantis. Como já foi citado, em 1990 foram registradas 58 mortes em cada grupo de mil crianças; já em 2011 foram registradas 16 mortes para cada mil crianças. No entanto, no Brasil as famílias ainda perdem muitos bebês devido às chamadas causas neonatais - problemas ocorridos no pós-parto.

Os dados divulgados pela ONU estão dentro das expectativas do Ministério da Saúde e confirmam que as políticas de saúde pública do Governo Federal voltadas para a família, a gestante e a criança têm dado resultados positivos.

O Ministério da Saúde investiu cerca de R\$ 3,3 bilhões na Rede Cegonha, e já conta com a adesão de 4.729 Municípios brasileiros. O programa, que reúne medidas que garantem assistência integral às grávidas e ao bebê, criou 348 leitos neonatais e requalificou mais 86 em 2011. A previsão é habilitar outros 350 novos leitos neonatais ainda este ano. Atualmente, o Brasil conta com 3.973 de UTI neonatal e 2.249 leitos de UTI pediátrica. Estima-se que 91,5% do total de gestantes usuárias do SUS serão atendidas pelo programa.

Sr. Presidente, nobres colegas, o Governo do Presidente Lula e agora o Governo da Presidenta Dilma investiram muito em políticas públicas para melhorar a vida da população, e esse resultado deve ser muito celebrado, porque representa o esforço conjunto do Governo e da sociedade em favor da garantia do direito de sobrevivência das crianças brasileiras.

O Brasil possui a maior e mais complexa rede de Banco de Leite do mundo, que conta com 208 bancos e 109 postos de coleta em todo o País. No caso dos bebês prematuros, o leite materno é importantíssimo para o desenvolvimento saudável, o fortalecimento e a proteção contra alergias e infecções. A Política Nacional de Aleitamento Materno também tem conseguido ampliar as taxas de aleitamento materno de forma significativa e contribuído efetivamente para que o País atinja as



metas internacionais. Nas Capitais brasileiras e no Distrito Federal, o tempo médio de aleitamento materno aumentou em 1,5 mês entre 1999 e 2008.

Por outro lado, o Programa Nacional de Imunização conseguiu que o País eliminasse a ocorrência de muitas doenças imunopreveníveis. O Ministério da Saúde incluiu a vacina de rotavírus humano (VORH) no calendário de vacinação em 2006. Hoje, cerca de 87% das crianças estão imunizadas. Em 2010 foram incluídas as vacinas pneumocócica 10 (conjugada) e meningocócica C (conjugada).

A diminuição da pobreza obtida pelo programa brasileiro de transferência de renda, o Bolsa-Família, é um forte fator para a redução dos óbitos infantis. Para receber a verba federal, toda mãe de crianças de até 7 anos de idade deve apresentar a carteira vacinal em dia, e caso a mulher esteja gestante deve ter acompanhamento pré-natal.

"Atingir a meta estabelecida pela ONU antes do prazo é uma grande vitória brasileira. Essa significativa redução faz parte da expansão da atenção básica no país, por meio da Estratégia Saúde da Família - ESF e de ações preconizadas para a melhora da atenção integral a saúde das crianças. Mas nós queremos avançar ainda mais. Para isso, temos a Rede Cegonha, que vai reforçar a qualidade do pré-natal e também a qualidade da assistência ao parto", enfatiza o Ministro da Saúde Alexandre Padilha.

Quero parabenizar o Presidente Lula por ter feito um Governo preocupado com a melhora da vida dos mais necessitados, e também a Presidenta Dilma Rousseff por estar fazendo um Governo sério, comprometido com o povo brasileiro, pois se não fosse esse trabalho, um trabalho que é resultado de políticas públicas sérias, hoje não teríamos essa vitória.

Essa vitória é de todos. Sem dúvida, ainda temos muito a avançar, mas, com muito trabalho e o envolvimento de todos os cidadãos brasileiros, vamos conseguir acabar com a miséria no nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto ao Plenário para falar novamente sobre o Projeto Águas de Sergipe. Falo sobre o assunto porque o considero de extrema importância para o Estado de Sergipe, e na semana passada o Governador Marcelo Déda assinou o contrato com BIRD, que é parte do acordo para que o projeto seja concluído.

Esse projeto é muito importante, e foi durante o período em que eu era Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ainda no



primeiro Governo de Marcelo Déda, que ele foi elaborado, planejado e iniciado. Por esse motivo, sinto-me feliz por saber que um projeto que foi pensado e iniciado por mim tenha dado tão certo. E agora o Estado está concluindo mais uma etapa desse projeto, e com isso a vida do povo sergipano está melhorando cada vez mais.

Sr. Presidente, no final de junho o Senado Federal aprovou o acordo de empréstimo para execução do projeto, que prevê investimentos totais da ordem de US\$ 117.125.000, dos quais US\$ 70.275.000 serão financiados pelo BIRD, o Banco Mundial, com US\$ 46.850.000 de contrapartida do Governo de Sergipe.

Na semana passada, o Governador Marcelo Déda e a Diretora do Banco Mundial para o Brasil, Deborah Wetzel, assinaram em Brasília o contrato do Águas de Sergipe, por meio do qual serão destinados os US\$ 70,275 milhões para aumentar a disponibilidade de água tratada para as populações da Bacia do Rio Sergipe.

O Governador Marcelo Deda disse que esse montante se soma aos outros US\$ 46,85 milhões da contrapartida de Sergipe, já em execução pela Companhia de Saneamento do Estado - DESO, aplicados em esgotamento sanitário. Convertidos à nossa moeda, os valores equivalem a R\$ 234 milhões, voltados para irrigação, preservação e recuperação do meio ambiente, abastecimento de água, construção de esgotos e educação ambiental.

A Diretora do Banco Mundial para o Brasil, Deborah Wetzel, que é conhecedora da falta de chuvas no Semiárido nordestino, mostrou-se satisfeita com o contrato e disse que o dinheiro do financiamento vai ajudar o Estado justamente a promover um uso mais eficiente de seus recursos hídricos. Em seguida, Deborah Wetzel listou as três metas que o BIRD busca em suas parcerias: inclusão social, menor impacto ambiental e capacitação técnica dos profissionais envolvidos. "*O Programa Águas de Sergipe é um exemplo nesse sentido, pois vai incluir todas essas áreas*", concluiu.

Com o projeto, o Governo de Sergipe pretende promover a recuperação ambiental do rio, a restauração das matas ciliares. "*É investir no meio ambiente, mas é investir também na melhora da qualidade de vida das populações que vivem na região da Bacia do Rio Sergipe*", delineou o Governador.

Para recuperar a qualidade da água e a força do curso do rio, o projeto prevê múltiplos investimentos, como implantação de adutoras, implantação de sistemas de abastecimento, recuperação da qualidade ambiental da água do rio e de alguns açudes na região da sua bacia, e investimentos em esgotamento sanitário para melhorar a qualidade de vida da população e para proteger as águas do próprio Rio Sergipe.



O Projeto Águas de Sergipe prevê ações para recuperação do Rio Sergipe que vão desde a divisa com a Bahia, em Carira, até Aracaju. O Governador disse que *"o trabalho é para recuperar um dos rios mais importantes do nosso Estado, talvez o rio que tenha mais identidade com o povo sergipano depois do Rio São Francisco"*.

Para a recuperação da Bacia do Rio Sergipe, desde o início do Projeto Águas de Sergipe algumas etapas já foram realizadas, como demonstro a seguir:

a) Carta de consulta apresentada ao Banco Mundial e à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, em novembro de 2008;

b) Missões realizadas pelo Organismo Financeiro (Banco Mundial): missão de identificação, missão de análise de capacidade fiduciária, missão de preparação, missão de análise das soluções financeiras customizadas, missão de análise ambiental das obras de contrapartida, em andamento, e daquelas a serem financiadas com recursos do acordo de empréstimo; missão de análise social e de reassentamento das obras de contrapartida em andamento e a serem financiadas com recursos do empréstimo (2009 a 2010);

c) Ações realizadas na preparação do projeto: Recomendação nº 1074, de 5 de dezembro de 2008, da COFIEX, autorizando o Estado para a preparação do Programa/Projeto Águas de Sergipe; Lei nº 6.532, de 16 de dezembro de 2008, que autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor correspondente até US\$ 70.275.000, destinado ao Programa Águas de Sergipe; Decreto nº 25.884, de 6 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a criação da Unidade de Preparação do Programa Águas de Sergipe - UPP Águas de Sergipe; Decreto nº 26.830, de 4 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe - UAPAS; acordo sobre os objetivos do Projeto, seus resultados e indicadores esperados; acordo sobre o escopo do projeto, seus componentes e atividades a serem financiadas; definição dos arranjos de implementação e dos seus instrumentos; elaboração das análises ambiental e social do projeto, do plano de gestão ambiental, do marco de reassentamento involuntário e do plano breve de reassentamento de Barra dos Coqueiros (obras de contrapartida); definição do plano operativo do projeto (5 anos), incluindo o plano de aquisições para os primeiros anos; elaboração do manual operativo do projeto; elaboração de termos de referência de estudos a serem financiados pelo projeto; consultas públicas; aprovação dos documentos de salvaguarda pelo Banco Mundial, do Manual Operacional, das minutas dos instrumentos de implementação e do Plano de Aquisições, cumprindo-se assim os requerimentos mínimos do Banco Mundial para as negociações;



d) Acordo de Empréstimo aprovado pelo Conselho (*Board*) do Banco Mundial em 26 de abril de 2012;

e) Aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE e no plenário do Senado Federal do Acordo de Empréstimo do Projeto Águas de Sergipe em 27 de junho de 2012.

Mais uma vez, o Águas de Sergipe prevê investimentos totais da ordem de US\$ 117.125.000, dos quais US\$ 70.275.000 serão financiados pelo BIRD, e os US\$ 46.850.000 de contrapartida do Estado virão na forma de obras do PAC em esgotamento sanitário que vêm sendo realizadas em Aracaju e na Grande Aracaju. Portanto, o Governo do Estado de Sergipe não precisará desembolsar recursos financeiros para honrar a contrapartida.

A responsabilidade direta pela administração do projeto caberá à Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe, ligada diretamente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Dr. Genival Nunes, instituída por decreto do Governador do Estado.

Com o Águas de Sergipe, o Estado deseja levar para Sergipe a vasta experiência do BIRD nas áreas de controle urbano da poluição da água, gestão de recursos hídricos, intervenções de abastecimento de água e saneamento, irrigação, manejo de resíduos sólidos e mudança climática.

Durante a última década o Banco financiou a implementação da gestão de recursos hídricos nos níveis federal e estadual, além de projetos de abastecimento de água e saneamento, e está atualmente a preparar um novo projeto integrado de águas no âmbito federal (Interaguas). O ProÁgua federal tem ajudado o Estado de Sergipe nos esforços para melhorar seus sistemas de gestão de recursos hídricos.

É esperado que o Águas de Sergipe gere um amplo conjunto de benefícios, incluindo o aumento da eficiência dos serviços de abastecimento de água, aumentando o acesso a esgoto e sistemas de eliminação na região metropolitana de Aracaju e em outros centros urbanos e possibilitando a consolidação e a melhora da gestão dos recursos hídricos no Estado de Sergipe.

O objeto é solucionar a escassez de água e enfrentar os desafios da qualidade da água, do ponto de vista de uma perspectiva integrada e multissetorial, promovendo a capacidade institucional e o desenvolvimento, a expansão dos serviços básicos de abastecimento de água e saneamento às comunidades pobres e vulneráveis e a melhora da irrigação, para aumentar a capacidade produtiva do setor agrícola, ações que estão intrinsecamente ligadas e, portanto,



requerem uma abordagem integrada.

O Estado de Sergipe é costeiro, parcialmente localizado na região seca do Nordeste do Brasil, uma área de pobreza relativa, alta desigualdade e grande escassez de água. Apesar de Sergipe ter sido tradicionalmente um Estado rural, com uma economia dependente de atividades governamentais (24,5% do PIB do Estado), a urbanização tem aumentado ao longo das últimas décadas, assim como a porcentagem de pessoas que vivem em centros urbanos aumentou de 67,2% em 1991 para 83,3% hoje.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Sergipe, que mede variáveis tais como expectativa de vida, alfabetização, nível educacional e PIB *per capita*, é 0,687, ligeiramente acima da média para o Nordeste (0,672), mas abaixo da média para o Brasil como um todo (0,769). Apesar de ser um Estado pequeno em uma região relativamente pobre do Brasil, Sergipe tem a maior renda *per capita* da Região Nordeste: R\$ 7.560,00. Mas isso representa cerca de 60% da renda média nacional *per capita*, e cerca de 2% da população ganham menos de 2 salários-mínimos por mês, indicando um alto nível de pobreza.

O projeto terá um impacto positivo sobre a qualidade de vida e sobre os indicadores socioeconômicos da população residente nos Municípios-alvo e na Bacia do Rio Sergipe em geral.

Como um dos objetivos do projeto é melhorar a qualidade da água e a sustentabilidade, prevê-se que a população atualmente subatendida ou sem acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento vai beneficiar-se grandemente do projeto, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade da água, a um preço razoável. Como não haverá nenhum ônus para as ligações ao sistema de águas residuais, as famílias de baixa renda serão capazes de se conectar às redes de saneamento.

Além disso, as intervenções do projeto aumentarão as possibilidades de atrair novos investimentos de capital privado, melhorando assim a competitividade dos Municípios envolvidos pelo projeto. Cerca de 700 pequenos agricultores vão beneficiar-se diretamente dos investimentos do projeto na reabilitação dos perímetros de irrigação na Bacia do Rio Jacarecica, e outras 300 pequenas propriedades vão beneficiar-se diretamente da melhora do solo, da água e das práticas produtivas apoiadas pelo projeto fora dos perímetros de irrigação. Essas atividades vão, simultaneamente, beneficiar o meio ambiente, aumentar a eficiência do uso da água e melhorar a produção agrícola e a organização de produtores.

Inserido na Região Nordeste do País, o território sergipano caracteriza-se por uma faixa próxima à zona costeira com índices pluviométricos bastante razoáveis, da ordem de 1.200 milímetros por ano, que



declinam substantivamente na medida em que se percorre o sentido oeste, caindo para cerca de 800 milímetros na porção intermediária do Agreste até chegar a níveis próximos a 400 milímetros por ano na região interiorana do Sertão, que compõe parte do Semiárido brasileiro.

Conjugadas com esses problemas climáticos também se verificam alterações no tipo do solo, com predomínio de rochas sedimentares e coberturas terciárias recentes, na zona costeira e em parte do Agreste, e do padrão cristalino na região do Sertão, dominado pela vegetação da Caatinga, em virtude da sobreposição entre baixas fertilidade e pluviometria.

Os principais problemas hídricos e ambientais da Bacia do Rio Sergipe apresentam ênfases distintas, de acordo com as características específicas de cada porção territorial pertencente ao Semiárido, ao Agreste ou à zona costeira.

Portanto, senhores, os benefícios que o Projeto Águas de Sergipe levará ao Estado são muitos, pois assim teremos um sistema de gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos consolidado em todo o território de Sergipe, com melhora da gestão da disponibilidade hídrica do Estado para os diversos usos, redução dos índices de poluição em corpos hídricos na Bacia do Rio Sergipe, preservação de mananciais, melhora da eficiência operacional e do uso racional da água no saneamento e na irrigação na Bacia do Rio Sergipe, melhora da coleta e disposição adequada de resíduos sólidos, melhora das condições de habitabilidade e qualidade de vida da população e, portanto, melhora da qualidade ambiental do Estado.

A preservação do Rio Sergipe, que pode ser seco em algumas épocas do ano e caudaloso na foz, é crucial. Precisamos preservar esse rio porque é o rio que passa por tantas cidades; é o rio que passa por Carira, por Glória, por Ribeirópolis, a cidade histórica de Laranjeiras; é o rio que chega à Grande Aracaju, que chega à nossa Capital, dividindo os Municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros.

Nobres colegas, o Rio Sergipe é muito importante para o povo sergipano. Ele atravessa o Sertão, passa pelo Agreste e vai para o litoral, onde, na cidade de Aracaju, deságua no Oceano Atlântico. É um rio que guarda no trajeto as várias regiões do Estado, do sertanejo, do agresteiro e do praiano. Trata-se de um rio que dialoga com a alma do nosso povo. É um rio que está inserido na cultura sergipana e na alma do nosso povo. É um rio que, além de cruzar o território físico do Estado de Sergipe, também atravessa o coração e a alma do sergipano.

Em se tratando de água, nenhum projeto é igual ao Águas de Sergipe.

Muito obrigado.



Documento 151/311

257.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/09/2012-15:39
Publ.: DCD	IZALCI-PR -DF	
25/09/2012 - 32576		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Lançamento pelo orador do Movimento Brasília 100 anos, consistente no planejamento estratégico da Capital Federal para os próximos 50 anos. Aprovação pela Casa do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Baixo desempenho do alunato brasileiro no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Má qualidade do ensino médio no País.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de dizer aos nossos Deputados e também a todos os nossos telespectadores da *TV Câmara* e aos ouvintes da *Rádio Câmara* que, no aniversário de 109 anos de JK, lancei, no Distrito Federal, inclusive desta tribuna, o Movimento Brasília 100 anos. O que é o Movimento Brasília 100 anos? É um planejamento estratégico para os próximos 50 anos, a fim de se saber exatamente o que falta não só no Distrito Federal, mas também no Brasil. Precisamos trabalhar mais com planejamento.

Fiquei muito feliz, porque, na época, convidamos toda a sociedade civil organizada. Todos compareceram - vários sindicatos, associações, federações - e demonstraram realmente preocupação e interesse em participar. Após o lançamento - estamos trabalhando nisso em parceria com as faculdades, as universidades e os alunos -, percebemos que esse assunto passou a ser prioridade no Distrito Federal. Em seguida, o próprio Governo do Distrito Federal lançou o Brasília + 50 e começou a fazer algumas reuniões sobre temas de algumas áreas.

No auditório do *Correio Braziliense* - o qual parabenizo porque é um dos nossos parceiros e vamos conjuntamente trabalhar nesse Movimento Brasília 100 anos - foi realizado o segundo seminário Pensar Brasília. O tema levantado foi exatamente na área de educação: *A hora de repensar o ensino*. Então, está se chamando



peças com conhecimento para estudarmos a situação atual e um planejamento para os próximos anos.

Logo em seguida, a Federação do Comércio começou a discutir a questão do planejamento, e isso nos enche de esperança, para que possamos de fato pensar mais distante.

Em 5 anos, JK teve a capacidade de construir Brasília e transferir para cá a Capital do País em apenas um mandato. Cinco anos! E nós não temos ainda um planejamento para os próximos anos. Espero que isso seja exemplo para o País.

Nós estamos trabalhando, nesse movimento, um projeto que facilitará o planejamento de todos os Municípios do Brasil. Estamos focando no Distrito Federal, mas, depois, será estendido a todos os Municípios, a fim de que também comecem a trabalhar com o planejamento. O que está faltando no Brasil é integração, é planejamento estratégico.

As pessoas que assumem cargo público deveriam saber o que vão fazer e não da forma como é hoje: cada Ministério, cada Secretaria de Estado é entregue a um partido político e cada um gerencia da forma que acha melhor, sem integração com as outras Secretarias, com os outros Ministérios. Portanto, o planejamento é fundamental.

Sr. Presidente, quero falar um pouco sobre o tema a que V.Exa. acabou de se referir, a educação. As pessoas precisam entender um pouco mais sobre o que significa essas questões do ENEM, do INEP. Nós estamos diante do PNE, e as pessoas não sabem exatamente o que é o Plano Nacional de Educação, nem o que representam os 10% do PIB. E nós queremos aqui passar essas informações para que todos no País possam acompanhar esse trabalho feito nesta Câmara.

O Plano Nacional de Educação é um estudo, é um planejamento, é um plano para os próximos 10 anos da educação brasileira. Nós o aprovamos na Comissão Especial. Já deveria, inclusive, estar no Senado, mas infelizmente o Governo retardou a aprovação aqui, tentou trazer para o plenário essa discussão, mas não conseguiu, os Deputados retiraram as assinaturas.

Portanto, o Plano Nacional de Educação já está aprovado na Câmara, inclusive com os 10% do PIB, o que significa pular dos 5,1% atuais para 10%. Cinco por cento, hoje, Sr. Presidente, correspondem a mais ou menos duzentos e poucos bilhões. O que queremos é duplicar o investimento em educação, passando para quatrocentos e poucos bilhões para os próximos 10 anos, para não acontecer o que V.Exa acabou de dizer aqui, o estado de calamidade das escolas do Maranhão. Imagine o resto do Brasil! É a mesma coisa. Na Capital Federal também não é diferente - 85% das escolas do DF estão necessitando de reforma, de reestruturação, de equipamentos, de



valorização do profissional.

Sr. Presidente, inclusive, fiz consulta ao Ministério da Educação, a fim de acompanharmos mais de perto essa questão das avaliações.

As pessoas falam em ENEM. O que é ENEM? É uma prova. O resultado da prova do ENEM serve para várias coisas. Uma delas é o acesso às universidades federais. Dependendo da nota no ENEM, o aluno poderá ingressar numa universidade federal - na Universidade de Brasília ou em outra qualquer no País.

Sr. Presidente, o ENEM também serve de parâmetro para conseguir a bolsa do PROUNI, porque nem todos estudam em universidades federais; alguns estudam em faculdades e universidades particulares. E para conseguir o PROUNI, que é uma bolsa entre 50% e 100%, depende muito da nota do aluno no ENEM.

O ENEM também serve para certificação. O aluno, por exemplo, que não tem segundo grau, faz a prova do ENEM e, dependendo da nota, recebe o certificado. Diante disso, fiquei preocupado, porque tive informações de que - nas provas há 45 questões em quatro grupos - bastaria o aluno acertar duas questões em cada grupo que já estaria apto a receber o certificado de segundo grau. Fiquei preocupadíssimo com isso, porque, afinal de contas, nós não podemos tratar esses alunos apenas no aspecto da estatística, ou seja, aprovar todo mundo só para dizer que eles têm segundo grau. É isso o que está acontecendo neste País: as pessoas estão sendo promovidas ao segundo grau sem saber ler nem escrever. E quando chegam às universidades não conseguem acompanhar.

A deficiência nas faculdades, principalmente nas privadas, está realmente na formação do ensino básico. O aluno está saindo do ensino básico analfabeto - 6% dos alunos de segundo grau conseguem aprender e concluir o curso com conhecimento do que é esperado de matemática. Apenas 6%! Ou seja, 94% dos alunos não conseguem, no final do segundo grau, ter um rendimento em matemática.

Então, eu fiz alguns questionamentos ao Ministério da Educação e recebi algumas respostas. Fiquei até feliz, porque semana passada estive aqui, na Comissão de Educação, o presidente do INEP, pessoa de alto nível que deu uma palestra sobre a reforma do ensino médio. Coincidentemente, recebi as questões que fiz naquele dia.

Olha só, Sr. Presidente, a nota técnica que recebi do Ministério da Educação relacionada principalmente ao ENEM, ao ensino médio.

Eu quis saber e perguntei quantos pontos eram necessários para aprovar, para certificar esses alunos de ensino médio. Quantos foram? Olha aqui, Sr. Presidente: foram 556.384 inscritos no ENEM para a



certificação. Esses alunos fizeram a prova com o objetivo de serem certificados para o segundo grau.

Desses 556 mil inscritos, 359.550 fizeram as provas. E 83.259 alunos - ou seja, 23% - alcançaram a pontuação mínima. Só que, Sr. Presidente, de fato, bastavam 400 pontos nas provas para que os alunos fossem aprovados e certificados.

Não estou falando dos 350 mil, mas dos 83 mil que alcançaram a certificação. Desses 83 mil - de 45 questões de matemática, por exemplo -, apenas 11 conseguiram nota acima de cinco.

Em Ciências, por exemplo, desses 83 mil, apenas nove dos que passaram conseguiram nota acima de cinco, nas 45 questões. Então, fiquei realmente preocupado com essa questão.

O presidente do INEP nos garantiu que teria aumentado ou vai aumentar a exigência, exatamente para não se aprovar alunos analfabetos.

Várias questões foram respondidas. Em outro momento, quero colocá-las aqui para o Plenário.

Para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, o professor, para corrigir uma prova de redação do ENEM, ganha 2 reais e 25 centavos. Ele corrige 84 redações por dia, o que dá 14 redações por hora, 4,5 redações por minuto. Ora, como vamos ter uma correção adequada nesse ritmo?

Então, Sr. Presidente, fiz vários questionamentos e recebi essa resposta agora. Ainda estou estudando essa resposta para que possamos aperfeiçoar a questão do ensino médio. O grande problema deste País chama-se ensino médio, que hoje não serve para absolutamente nada. O aluno sai do ensino médio sem preparo para o mercado de trabalho e sem conseguir também se preparar para entrar na universidade, principalmente os que não têm condições de pagar.

No Brasil é assim: quem pode pagar, quem tem pai com graduação, quem tem computador em casa vai para uma universidade federal, mas os que frequentam a educação pública, esse ensino básico que aí está, se quiserem estudar tem de pagar uma escola particular. Entram na faculdade sem nenhum conhecimento de português e matemática. E a culpa é de quem? É exatamente do ensino básico. É falta de investimento. É falta, de fato, de priorizar o Plano Nacional de Educação com os 10% do PIB, colocando 400 milhões na educação, o que é fundamental e que todo mundo, no discurso, apoia.

Não há um político, não há ninguém neste País que não coloque a educação como prioridade. Mas na hora de discutir os recursos desaparecem. O próprio Governo está obstaculizando a questão da



prova, a questão do PNE, colocando recurso para o Plenário, exatamente para retardar a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Nós queremos aprovar, depois das eleições, os *royalties* do petróleo exatamente para serem a origem dos recursos para financiar a educação no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton Rocha) - Parabéns, nobre Deputado Izalci, pelo pronunciamento.

Documento 152/311

263.2.54.O	Sessão Extraordinária - 10/10/2012-11:30 CD	
Publ.: DCD - 11/10/2012 - 33244	ALINE CORRÊA-PP -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Efeitos negativos da política de desvalorização do magistério público. Expectativa quanto à aprovação do novo Plano Nacional de Educação - PNE pelo Senado Federal.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. ALINE CORRÊA (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o 15 de outubro é data consagrada a uma das mais nobres profissões. Nesse dia, rendemos honras àqueles que se dedicam a ensinar, formar, educar e capacitar cidadãos, dos mais novos aos de idade avançada. Celebrar, pois, o Dia do Professor é ocasião oportuna para manifestarmos nosso apreço, respeito e reconhecimento aos profissionais que, mesmo diante das



adversidades impostas por um sistema injusto, que não oferece à educação o seu devido valor, se dedicam empenhadamente a ofício tão elevado.

Recentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou dados referentes a 2011 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Apesar do grande número de empregos gerados, refletindo o bom desempenho econômico do Brasil frente à crise que abate o cenário internacional, o levantamento mostra que houve redução do número de professores em relação ao total de trabalhadores do País. Em 2003, os professores representavam 8,1% de toda a mão de obra brasileira. Nos relatórios sucessivos, esse percentual veio caindo: 7,5%, em 2007; 6,8%, em 2010; e agora, 6,7%.

A primeira leitura que podemos fazer desses dados é que estamos perdendo professores - verdadeiro contrassenso em uma sociedade que se quer próspera e desenvolvida.

Buscando as causas da redução da participação de professores entre o total de trabalhadores, certamente chegaremos à conclusão de que a desvalorização do magistério tem desmotivado o ingresso de jovens na carreira. Os salários baixos, as escolas em más condições estruturais, a falta de estímulo ao aperfeiçoamento e qualificação dos docentes e a violência crescente no ambiente escolar são motivos verdadeiramente fortes para afugentar novos aspirantes ao mercado de trabalho.

A comparação com outros países, infelizmente, apenas reforça a triste realidade do magistério no Brasil. Dos membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil está entre aqueles com menor investimento anual por aluno do grupo, sendo o terceiro que menos investe por aluno na pré-escola e no ensino médio e o quarto colocado no ensino fundamental.

Sr. Presidente, chegamos à situação limite! Não é tolerável a situação de desprestígio e alijamento a que estão submetidos os professores brasileiros. Ou reaprendemos a valorizar a profissão ou estaremos condenados a um futuro de mediocridade e empobrecimento cultural.

Na iniciativa privada ou na rede pública de ensino, o reconhecimento dos professores deve começar pela oferta de melhores salários.

Temos já aprovada legislação moderna que ampara o magistério nacional com piso salarial e regras claras para evitar que, ao longo dos anos, a remuneração dos professores volte a ser achatada. No entanto, muitos Estados e Municípios ainda descumprem a lei que aqui aprovamos.

Novo horizonte se apresenta também com o Plano Nacional de Educação, aprovado na Câmara dos Deputados e enviado à



apreciação dos Senadores da República. A matéria prevê incremento significativo dos investimentos em educação até 2020, lançando sopro de esperança em todo o sistema educacional brasileiro, com perspectivas de boas mudanças para os docentes e educadores e, principalmente, para os níveis de qualidade das escolas e do aprendizado.

Para que o magistério volte a ser atrativo aos jovens e às pessoas de destaque no percurso formativo e para que ex-professores que migraram para outras áreas adentrem novamente as salas de aula, é preciso que sejam oferecidas outras condições, além de salários melhores.

A valorização do professor requer também gestão de qualidade nas escolas e no sistema educacional, planos de carreira justos e sustentáveis e investimentos na qualificação do corpo docente.

Contrariando o gosto de parte da classe política, os resultados dessa valorização seriam palpáveis em longo prazo, mas certamente seriam os melhores e mais benéficos para toda a população!

Sras. e Srs. Deputados, ao celebrar o Dia do Professor, tenhamos em mente a importância desse profissional para a educação das futuras gerações e para o progresso do nosso País. Dediquemos aos abnegados trabalhadores que enfrentam as agruras da educação brasileira o empenho e a prioridade que merecem em nossas atividades parlamentares.

Aos professores de todo o Brasil expresso minha admiração e meus cumprimentos pela escolha profissional que fizeram. Que o dia 15 de outubro possa ser sempre ocasião para celebrar conquistas e avanços, bem como para renovar a confiança na missão de tornar possível o sonho dos outros.

Parabéns a todos os professores!

Era o que tinha a destacar.

Muito obrigada.



267.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/10/2012-15:18
Publ.: DCD - 16/10/2012 33473	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Atuação parlamentar da oradora em defesa da educação pública. Empenho na aprovação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, também quero aqui falar sobre o dia 15 de outubro, o Dia do Professor. É um dia muito especial para a educação brasileira, o dia de milhares de profissionais que historicamente enfrentaram as mais diversas barreiras em defesa da educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no campo ou na cidade.

Falo exatamente de milhares de homens e mulheres que seguiram suas vocações e escolheram ser professores e professoras da educação básica, do ensino técnico ou do ensino superior.

Ser professor ou professora no Brasil, principalmente quando nosso olhar se fixa sobre a educação básica, sempre foi sinônimo de militância e de luta. Na condição de professora, sei muito bem como é difícil mediar a construção do saber sem as condições mínimas de trabalho, com salários defasados e gestores, muitas vezes, descomprometidos e/ou autoritários.

Não foi por acaso que adentrei na luta sindical e no campo da política institucional. Não por acaso, Sr. Presidente, abracei com toda ênfase a luta em defesa da educação pública, gratuita e produtora de trajetórias de emancipação.

E tem sido assim na condição de professora e dirigente sindical que fui. Como Deputada Estadual, presidi o maior sindicato dos trabalhadores do serviço público do meu Estado, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte - SINTERN. Hoje, na condição de Deputada Federal, estou no exercício do meu terceiro mandato.

Tenho muito orgulho do caminho que trilhei na luta em defesa do magistério e da educação. Se não vencemos todas as barreiras, é importante aqui ressaltar que já conquistamos vitórias extremamente importantes para a educação brasileira, a exemplo do Fundo de



Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, do qual tive a honra de ser a Relatora na Casa. Fui uma das idealizadoras da Lei do Piso Salarial para o Magistério. Lutei pela expansão da educação profissional do ensino superior. O desafio agora é o Novo Plano Nacional de Educação, em tramitação neste exato momento no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, quero dizer que a melhor forma de homenagear os mais de 2 milhões de professores e professoras pelo Brasil afora é reafirmar o nosso compromisso e o nosso empenho na luta para aprovar um Plano Nacional de Educação ousado, que aposte na universalização do atendimento escolar de qualidade, com trabalhadores em educação valorizados, com salários justos, com formação continuada e jornada de trabalho decente. Essa é a agenda mais estratégica para o País. Essa é a agenda que toda a sociedade brasileira deve abraçar.

Ao concluir, Sr. Presidente, agradeço de coração a confiança que os meus colegas professores e todo o povo potiguar depositaram no nosso mandato. Parabênzo cada um dos meus colegas professores e professoras, trabalhadores em educação de todo o País, pela passagem do nosso dia. Quero dizer a eles que precisamos manter vivos nossos sonhos e continuar a luta para fazer valer a história de tantos que se foram e nos deixaram legados preciosos, a exemplo de Paulo Freire, Florestan Fernandes, entre outros. Enfim, Sr. Presidente, para fazer valer a ideia de um país sem pobreza e com acesso à educação de qualidade, um Brasil cidadão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia muito especial para a educação brasileira, o dia de milhares de profissionais que, historicamente, enfrentaram as mais diversas barreiras em defesa da educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no campo ou na cidade.

Falo exatamente de milhares de homens e mulheres que seguiram suas vocações e escolheram ser professores e professoras da educação básica, do ensino técnico ou do ensino superior.

Ser professor ou professora no Brasil, principalmente quando nosso olhar se fixa sobre a educação básica, sempre foi sinônimo de ser militante, de ser lutador(a), pois sou professora e sei como é difícil



mediar a construção do saber sem as condições mínimas de trabalho, com salários defasados e gestores muitas vezes descomprometidos e/ou autoritários.

Não por acaso adentrei na luta sindical e no campo da política institucional, não por acaso foquei minha ação parlamentar na defesa da educação pública, gratuita e produtora de trajetórias de emancipação. Tenho muito orgulho do caminho que trilhei, pois não vencemos todas as barreiras, mas já conquistamos vitórias extremamente importantes para a educação brasileira, a exemplo do FUNDEB, do Piso Salarial e do novo Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional.

A melhor forma de homenagear o magistério é reafirmar nosso compromisso e empenho na luta para aprovar um Plano Nacional de Educação ousado, que aposte na universalização do atendimento escolar de qualidade, com trabalhadores em educação valorizados com salários justos, formação continuada e jornada de trabalho decente. Essa é a agenda mais estratégica para o País, que toda a sociedade brasileira deve abraçar.

Agradeço de coração a confiança que sempre depositaram no nosso mandato e parabênzo cada um e cada uma de vocês pelo nosso dia. Precisamos manter vivos nossos sonhos e continuar a luta. Para fazer valer a história de tantos que se foram e nos deixaram legados preciosos, a exemplo de Paulo Freire e Florestan Fernandes. Para fazer valer a ideia de um país sem pobreza e com acesso à educação de qualidade, um Brasil cidadão.

Muito obrigada.



Documento 154/311

267.2.54.O

Sessão Ordinária - CD 15/10/2012-15:51

Publ.: DCD - 16/10/2012 - 33480 RIBAMAR ALVES-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação. Aplausos ao Presidente Nacional do PSB, Governador Eduardo Campos, pelo desempenho do partido nas eleições municipais de 2012. Eleição do orador para Prefeito de Santa Inês, Estado do Maranhão. Principais metas de sua administração municipal. Agradecimento aos eleitores e ao Deputado Romário pelo apoio recebido.

O SR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Francisco Escórcio.

Sra. Deputada Marinha Raupp, senhoras e senhores, eu gostaria de iniciar a minha fala homenageando aqueles que, sem sombra de dúvida, são o pilar de toda a nossa sociedade, os professores, pelo transcurso do Dia do Professor, hoje.

Aqui na Câmara dos Deputados, tive a oportunidade de votar o FUNDEB, de votar o piso nacional salarial dos professores, de votar o novo Plano Nacional de Educação. E ainda há pouco a Deputada Fátima Bezerra declarava para todo o Brasil que o PNE foi encaminhado para o Senado, onde deverá obter aprovação. Com certeza, o Governo Federal haverá de aquiescer e liberar os 10% do PIB para a educação, porque assim nós salvaremos a educação no Brasil. A educação está avançando bastante e precisa ser solidificada.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, de homenagear o presidente do meu partido, o grande comandante e Governador de Pernambuco, Eduardo Campos. O PSB, nesta eleição, conseguiu alcançar patamares nunca dantes alcançados e vem num crescendo a cada eleição, graças ao trabalho maravilhoso que o nosso grande socialista Eduardo Campos tem desempenhado e desenvolvido. O PSB elegeu mais de 440 Prefeitos e ainda está disputando seis Prefeituras, no segundo turno das eleições. Sem sombra de dúvida, foi o partido que mais cresceu, o partido que mais se consolidou e se solidificou, até para a alternância de poder num futuro não muito distante.

Em Santa Inês, Sra. Presidente Marinha Raupp, meus caros amigos, meus colegas Deputados Francisco Escórcio e Pe. Luiz Couto, dispuitei



as eleições, com o nosso discurso socialista voltado para as comunidades mais carentes, pela quarta vez.

Eu sempre pedi ao povo da minha terra a oportunidade de ser Prefeito e enalteci muito os feitos do companheiro Lula, que por três vezes foi candidato a Presidente da República e não se elegeu. Na quarta vez se elegeu e, ao terminar o seu mandato, saiu como o melhor Presidente da história deste País. Ficou conhecido no Nordeste, especificamente no Maranhão, como "Pai Lula". E eu também já havia disputado três eleições. Estava na quarta eleição e pedi esta oportunidade à população de Santa Inês, porque queria ser o "Lula de Santa Inês". Evoquei naquele momento o Salmo 40, já que 40 é o número do meu partido, o PSB, que diz: *"Esperei com paciência no Senhor, e ele se inclinou para mim, e ouviu o meu clamor."*

Eu dizia que, nas três eleições que disputei, não havia perdido a eleição, porque era Deus me preparando para este momento simbólico, este momento de conduzir os destinos de Santa Inês, neste momento em que o Brasil passa por uma transformação, por uma grande transformação social, em que o povo se apega àquele que lhe dá um fio de esperança.

E nos meus discursos sempre dizia e enaltecia que, no terceiro mandato de Deputado Federal, muito aprendi com os colegas Deputados e com os Senadores. É o caso do nosso querido Valdir Raupp, o Presidente Nacional do PMDB, grande amigo nosso que, com certeza, irá me ajudar também a conduzir os destinos de Santa Inês.

Dizia do aprendizado aqui na Câmara dos Deputados e com os Senadores, os Ministros, os Embaixadores. Conheci vários países nas missões oficiais de que participei, representando esta Casa e o Brasil; participo do Parlasul como um dos seus 38 Parlamentares; conheci as políticas da nossa América do Sul, na integração dos continentes; conheci Lula e a nossa Presidenta Dilma Rousseff; conheci os meandros do poder e estou preparado para exercer o mandato de Prefeito, já que nós Deputados é que votamos o Orçamento e sabemos onde está cada centavo de cada programa de governo. E sabemos como buscar, como fazer projetos, o que já fizemos.

O Deputado Chiquinho Escórcio, que é um contraparente meu - a sua esposa é minha prima - tem uma dinâmica muito grande como Parlamentar. É um dos Parlamentares que mais busca recursos nos Ministérios e é sabedor de que contribuí muito com os Municípios do Maranhão, de que ajudei muito vários Municípios do Maranhão.

E agora vou me concentrar no meu Município, na minha cidade de Santa Inês. Na época em que a cidade foi criada, o meu pai era Presidente da Câmara de Vereadores de Pindaré Mirim e foi um grande lutador pela emancipação da cidade de Santa Inês, que teve no



Senador Alexandre Costa, que era Deputado Estadual em 1966, quando foi votada a lei de emancipação pela Assembleia Legislativa do Estado, a figura que apresentou o projeto, cujo Relator foi Munduca Bogéa. Eram duas pessoas muito ligadas a nós. Munduca Bogéa vem das nossas origens, lá de Grajaú, origem da esposa de Chiquinho Escórcio e da minha mãe também.

E eu acredito, companheiros, que Santa Inês deu um salto de qualidade, porque não há vencido nem vencedor. O povo venceu. No meu discurso, dizia sempre o seguinte: *"No dia 1º de janeiro, a primeira providência será a de quebrar o retrovisor."* Não vamos olhar para trás, não vamos perseguir ninguém. Vamos aproveitar o que de bom os outros Prefeitos fizeram, continuar o que fizeram de bom. E levar para a nossa terra aquilo que não levaram, talvez por falta de conhecimento, por falta de oportunidade.

De uma forma ou de outra, Santa Inês é uma das cidades mais importantes do Estado do Maranhão, que tem duas rodovias - a BR-222 e a BR-316 - cortando o centro da cidade, mais a Ferrovia de Carajás, um aeroporto em que pousa avião Boeing e que tem porte de aeroporto internacional - quem sabe um dia será? -, mas que infelizmente ainda não conseguiu chegar ao patamar do progresso, como chegou Imperatriz, por exemplo. Santa Inês ficou um pouco esquecida do progresso.

Mas estamos imbuídos do propósito de congregar toda a bancada maranhense, já que temos amizade, aqui em Brasília, com os dezessete Deputados e os três Senadores, mesmo estando em partidos diversos, porque queremos o progresso do Maranhão.

E vou buscar parcerias. A parceria com o Governo Federal é fundamental, pelas políticas públicas federais, mas não vou deixar de forma alguma de buscar a parceria estadual, de buscar a Governadora Roseana Sarney, de ir ao Palácio, onde já estive várias vezes. Na luta por Alcântara, quantas vezes fui ao Palácio? Consegui a estrada de Cujupe a Alcântara - foi uma conquista nossa, pessoal, junto ao então Ministro Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia, que destacou recursos para a Agência Espacial Brasileira, e ela alocou para o Estado do Maranhão. E foi feita, então, a licitação. A estrada hoje é uma realidade, e a Base de Alcântara não tem mais como parar. Eu fui Presidente da Frente Parlamentar em defesa do sistema espacial brasileiro - ainda sou -, e estamos lutando bravamente para que o Maranhão cresça. E no contexto do crescimento do Maranhão está Santa Inês. Por isso vou buscar a parceria do Governo do Estado, para que as obras estaduais, os programas estaduais sejam também inseridos no contexto de Santa Inês.

Mas eu gostaria de parabenizar e agradecer ao mesmo tempo. Parabenizar a minha cidade, porque com certeza estamos todos de



parabéns por mudarmos os rumos da cidade. E gostaria de agradecer a todos aqueles que acreditaram na nossa proposta. Não é fácil romper com os paradigmas já estabelecidos. Há um grupo político que domina a cidade de Santa Inês há 24 anos - mais de uma geração. E, com certeza, as pessoas têm medo da mudança.

O Sr. Francisco Escórcio - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. RIBAMAR ALVES - Com certeza, Deputado Francisco Escórcio. V.Exa. tem todo o tempo que quiser.

O Sr. Francisco Escórcio - Com quanta alegria eu venho aqui fazer um aparte a este belíssimo discurso que V.Exa. faz nesta tarde, até porque o conhecimento já há muito tempo. Quando andava ao lado do meu pai político, o Senador Alexandre Costa, V.Exa. estava bem próximo da história do Senador Alexandre. O Senador Alexandre tinha, na figura de vocês lá de Santa Inês, um pilar de sustentação na sua vida política. Ele me fez conhecer a região e dela passei a gostar muito. É uma região próspera, que eu vi quando ainda era, vamos dizer assim, uma corrutelazinha. Vejam o crescimento que tem Santa Inês, hoje. Santa Inês passou a ser a capital de um polo de desenvolvimento. E vejo a necessidade de colocarmos ali universidades - universidade federal, universidade estadual, cursos em todos os direcionamentos para aquela população. Tenho certeza de que V.Exa., com aquilo que aprendeu nesta Casa em diversos mandatos e com a amizade que tem, vai prestar um grande serviço a Santa Inês. E tenho certeza de que, com a sua habilidade política, V.Exa. vai ser também o chefe político daquela região. Precisamos fazer essa parceria com o Governo Federal, com o Governo Estadual, precisamos mudar os índices que V.Exa. mesmo cansou de combater e que eu combato. Isso não se faz da noite para o dia, mas tenho certeza absoluta de que V.Exa., que foi um combatente, aqui dentro, dos grandes problemas do Maranhão, da sociedade maranhense, vai saber coar e colocar em prática aquilo que a população tanto precisa. Quando V.Exa. disse que votou aqui o FUNDEB e o FUNDEF, lembrei que, lá no Senado, apresentei uma proposta, aprovada por unanimidade, que veio do FUNDEF e que deu origem ao FUNDEB. Veio uma medida provisória que, vamos dizer, anexou-se ao meu projeto, que estava bem adiantado nesta Casa, e hoje temos a felicidade de ter o FUNDEB. V.Exa. e todos nós falamos a respeito de um novo tempo com relação aos professores. Ganhamos, e o próprio tempo se encarrega de ir modificando isso. Vamos buscar, e buscar parceladamente, essas melhorias para os professores. Então, receba o aparte ao seu discurso desse amigo seu, Chiquinho Escórcio.

O SR. RIBAMAR ALVES - Obrigado, Deputado Chiquinho Escórcio. Incorporo ao meu discurso o seu aparte e agradeço de coração, já que, além de contraparentes, temos a mesma felicidade de lutar pelo Maranhão. Ainda temos a afinidade no futebol, ou seja, um amigo em comum: Romário, grande amigo nosso aqui.



Aliás, quero agradecer ao Deputado Romário a ida a Santa Inês. Foi um comício maravilhoso, o maior comício de Santa Inês, com mais de 20 mil pessoas. Romário proferiu o melhor discurso da sua história política e nos ajudou bastante. A sua visita nos trouxe mais tranquilidade e mostrou à população de Santa Inês que aquilo de que estava falando, das amizades e das propostas, tinha credibilidade. Foi creditada a S.Exa. essa grande segurança, de que o povo de Santa Inês estaria votando numa pessoa que tem condições de levar o melhor para a nossa terra.

Concedo um aparte ao nosso querido Deputado Pe. Luiz Couto, do PT da Paraíba, grande amigo, grande companheiro e conselheiro.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Ribamar Alves, quero parabenizá-lo pela eleição para Prefeito. Depois de quatro momentos, V.Exa. conseguiu convencer o povo de Santa Inês de que será aquele Prefeito que vai fazer com que a cidade avance cada vez mais no desenvolvimento, no progresso e na realização da justiça social. Quero parabenizá-lo também pelo pronunciamento. Vencedor, V.Exa. chama a todos para construir uma qualidade de vida para toda a população do Município de Santa Inês. V.Exa. já afirmou que o Deputado Francisco Escórcio conhece os caminhos dos recursos. Tenho certeza de que terá em S.Exa. também um grande aliado que irá fazer com que aquele Município receba recursos do Governo Federal, de emendas parlamentares também, de convênios, enfim, recursos dos próprios Ministérios, para que V.Exa. possa fazer o seu governo e - quem sabe? - ser reeleito e depois reeleger o seu sucessor ou a sua sucessora no Município de Santa Inês. Ficamos contentes com a sua eleição, mas vamos perder um grande aliado aqui, um grande companheiro, sempre solidário. Vamos sentir a sua ausência aqui, mas tenho certeza de que, como Prefeito preocupado com os destinos do povo de Santa Inês, V.Exa. estará sempre presente aqui em Brasília para buscar recursos, para convencer os Parlamentares, não apenas os do Maranhão, mas também dos outros Estados, para que possam fazer emendas e destinar recursos para o seu Município. Parabéns. Tenho certeza de que V.Exa. está no bom caminho, cumprindo a sua missão como Parlamentar, e de que Santa Inês terá um grande Prefeito, não apenas em estatura, mas também como gestor, aquele que vai dar o exemplo de como se concretiza uma gestão socialista no Município de Santa Inês, no Maranhão. Parabéns, Excelência.

O SR. RIBAMAR ALVES - Muito obrigado, Deputado Pe. Luiz Couto. Fico muito feliz com o seu aparte, que incorporo ao meu discurso.

Quero dizer ao companheiro Francisco Escórcio que uma das nossas metas em Santa Inês é a de transformá-la num polo de saúde e num polo educacional.

A Universidade Estadual do Maranhão já dispõe de recursos,



garantidos por nós Deputados em emendas de bancada. Vamos apresentar, este ano, com certeza, mais emendas para a UEMA, a Universidade Estadual do Maranhão, e para a UFMA, a Universidade Federal do Maranhão. Estou em contato não só com o Reitor da UEMA, mas também com o Reitor da UFMA, o Prof. Natalino Salgado, para implantarmos um *campus* em Santa Inês. Não queremos apenas cursos, queremos um *campus* em Santa Inês e transformar a nossa cidade numa cidade-polo na área de educação.

Da mesma forma, vamos ampliar e resgatar a rede pública de saúde de Santa Inês. Do início de 2000 até 2004, Santa Inês tinha oito hospitais abertos. Hoje, só tem dois. Foram fechados seis. Vamos ver a questão da construção do Hospital Regional, com todas as especialidades; vamos levar os serviços de imagem e levar médicos para os postos de saúde; e vamos transformar Santa Inês também num polo de saúde, que sirva como filtro, para evitar que o paciente tenha que ir para Teresina ou São Luís, sobrecarregando as capitais.

No entorno de Santa Inês há 750 mil habitantes, quase 1 milhão de habitantes. São 750 mil potenciais consumidores de Santa Inês, por ser a capital da região. Se nós conseguirmos implantar o polo de saúde e o polo de educação, essas pessoas vão gastar em Santa Inês. Isso vai gerar mais de 20 milhões/mês em gastos, que servirão para incrementar e também expandir o comércio local, gerando emprego e renda para a população. Essa política tem que ser implantada.

Estamos buscando e já começamos a conversar sobre políticas macro para a nossa região. Temos de deixar aquela questão de tapar um buraco ou fazer asfalto sem fazer saneamento básico, sem gerar emprego e lazer, sem dar oportunidades aos jovens.

Amanhã vou a São Paulo para me encontrar, às 5 horas da tarde, com o Dr. Murilo Portugal, Presidente da FEBRABAN. Vou lhe pedir que olhe com carinho para Santa Inês, que leve para lá mais agências bancárias e abra crédito para os empresários locais. Tenho certeza de que vamos obter essa conquista. O Dr. Murilo é uma pessoa sensível, é amigo pessoal meu e de meu filho, Tiago - foram criados juntos aqui em Brasília, no mesmo bloco de apartamentos. Temos o privilégio de tê-lo como amigo. Vou oficialmente, já como Prefeito eleito, reivindicar à FEBRABAN a implantação de mais agências bancárias em Santa Inês e a liberação de crédito para o empresariado local e, assim, aumentar as oportunidades de emprego e renda na nossa região.

Fico muito feliz e queria continuar os agradecimentos. Queria agradecer à juventude de Santa Inês, que nos apoiou em peso, principalmente depois da criação do grupo chamado Conexão 40, um suingão criado pelo jovem Francisco Pinheiro e outros companheiros dele, com um grupo de dançarinos comandado por Eric e Catiane. Isso criou um clima para cima na cidade. A campanha ferveu a partir desse



momento, a temperatura de Santa Inês passou a ser de 40 Graus. A temperatura já é alta mesmo em Santa Inês, mas pegou fogo a cidade. A juventude absorveu completamente a nossa campanha. De acordo com as pesquisas, mais de 70% apoiaram a nossa candidatura. A juventude, sabemos, é o termômetro, além de ser o oxigênio de todos nós.

Tive a oportunidade de ser agraciado também com o apoio das pessoas da terceira idade, já que temos um programa maravilhoso a ser implantado na cidade.

E a população de Santa Inês em peso se quedou paralisada e absorveu todas as nossas propostas. Obtivemos uma vitória esmagadora na sede - ganhamos em todas as urnas. Em 95% das urnas da sede fomos vencedores. Ganhamos em todas as urnas de colégios inteiros. Aqui e acolá perdemos numa urna ou em outra, mas por 10 votos, 15 votos. Foi uma diferença muito grande. Isso serviu para nos estimular. E a responsabilidade aumentou. Essa votação nos torna ainda mais responsáveis, porque o povo acreditou em nós.

O grito do povo na cidade, Deputado Chiquinho Escórcio, era este: *"Estou liberto. Obtive minha carta de alforria. Liberdade! Liberdade!"* Eu me lembrei do trecho de uma música de carnaval: *"Liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós."*

Acredito que agora Santa Inês vai respirar melhor, mais alegre. A autoestima daquele povo está levantada. Vamos segurar essa peteca lá em cima, levando os projetos, os programas de governo, para serem implantados, e melhorar a qualidade de vida da população. O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano de Santa Inês é muito baixo; o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica está muito abaixo da média nacional. Isso porque já melhorou, depois que consegui com o Presidente Lula uma proeza: a implantação em Santa Inês do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, o IFMA de Santa Inês. Havia um nas cidades de Zé Doca e Buriticupu. Tecnicamente, era inviável a implantação em Santa Inês, que está a 70 quilômetros de Zé Doca e a 100 quilômetros de Buriticupu. Mas convenci o Prof. Eliezer Pacheco, esposo da nossa querida Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que é Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, de que Santa Inês é uma cidade de bens e serviços, a cidade mais importante do Estado do Maranhão. Mostrei mapas e dados estatísticos a ele, que se convenceu e conversou com o nosso Presidente Lula, que assinou a medida provisória isolada - só para Santa Inês. E conseguimos implantar em Santa Inês o IFMA, que hoje é uma das melhores escolas do Estado do Maranhão. O IDEB do IFMA de Santa Inês está bem acima da média nacional, acima de 6. Então, é muito bom o desempenho.



Queremos agora que as escolas municipais também tenham esse desenvolvimento e essa desenvoltura. Para isso, já estamos trabalhando por uma audiência com o Ministro Aloizio Mercadante, para pedir a implantação em Santa Inês de escolas de ensino em tempo integral - e sabemos hoje que é o bambambã da educação, porque vai acolher os alunos e transformá-los em verdadeiros estudantes *full time*, em tempo integral. Vamos fazer isso na nossa cidade, a exemplo do que fez Alcení Guerra aqui em Brasília: em 1 ano ele implantou cem escolas desse modelo. No Maranhão, em São José de Ribamar, o então Prefeito Luís Fernando, hoje Secretário de Governo da Governadora Roseana Sarney, implantou a melhor escola do Estado, também de ensino em tempo integral.

A responsabilidade com a minha terra é muito grande. Estamos convidando os Parlamentares do Maranhão que quiserem a se deslocarem até Santa Inês. No dia 26, sexta-feira, às 17 horas, vamos realizar a grande carreata da vitória; e, às 21 horas, está agendado um *show* público - não vai haver pagamento - da banda *Chiclete com Banana*. A banda vai muito mais pela amizade, Deputado Cláudio Cajado - e é da sua terra, são seus amigos. Vários companheiros baianos conversaram com eles, que abriram essa agenda para nós. Era um compromisso nosso com a juventude levar a banda *Chiclete com Banana*, que só tinha disponível o dia 26, que cedeu para Santa Inês. Fico feliz e grato a Bel, que conversou comigo por telefone e disse: "*Vou ceder para você porque grandes amigos meus são amigos seus também.*" Então, a banda vai fazer um *show* na nossa cidade no dia 26. Vai ser a primeira vez que *Chiclete com Banana* tocará em Santa Inês - vai muito a São Luís, mas a Santa Inês nunca foi. Daqui a 2 semanas estaremos lá em Santa Inês, para esse grande *show*.

Antes, vamos fazer uma carreata. O povo está vibrando, quer porque quer carreata, quer passeata. O povo do 40 de Santa Inês é festivo. Na nossa última passeata, na sexta-feira antes da eleição, tocaram a música *Caranguejo*, do *Chiclete com Banana*, e pessoas de 80 anos de idade, de 70 anos de idade, velhinhos e crianças... Não era carreata nem passeata, era uma festa no Pelourinho. Foi uma coisa de louco. A turma vibrava e já nos dava a vitória antecipadamente.

Isso nos fez acreditar que o dinheiro pode muito, mas não pode tudo. Por mais que tenham gasto em Santa Inês tentando comprar a consciência do povo, distribuindo presentes às vésperas da eleição, tal qual ocorreu na Paraíba, conforme denunciou o Deputado Luiz Couto ainda há pouco - na minha cidade fizeram a mesma coisa -, o povo recebia e dizia: "*O meu voto é 40. Eu voto pela mudança, voto pela esperança. Voto porque quero Santa Inês liberta.*" E Santa Inês hoje está liberta.

Tenho a responsabilidade de conduzir o Município mais importante do Estado do Maranhão para dias melhores. É uma grande



responsabilidade, mas, com fé em Deus e a bênção do nosso Senhor Jesus Cristo, que me abençoou e me tocou para ser candidato a Prefeito, que há de me proteger também para ser o melhor Prefeito da história da minha cidade, serei o Lula de Santa Inês. Saí de Santa Inês como Lula saiu: o "pai do Brasil". Eu quero ser o pai da minha cidade de Santa Inês.

Muito obrigado, Sr. Presidente, companheiros e colegas pelos apartes.

Mando um beijo a todos os meus conterrâneos de Santa Inês, no Maranhão, e torço para que, no domingo, dia 28, em São Luís, elejamos Edivaldo Holanda Junior Prefeito da Capital e para que o PSB consiga eleger os Prefeitos que disputarão o segundo turno, para o maior crescimento do nosso partido e, quiçá, brevemente, para a eleição do Governador Eduardo Campos como o nosso Presidente.

Muito obrigado.

Documento 155/311

269.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/10/2012-14:34
Publ.: DCD - 17/10/2012 - 33552	SEVERINO NINHO-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem se comemorou o Dia do Professor. Eu, na qualidade de filho de professora, marido de professora e irmão de professora, não poderia deixar de registrar esse momento da tribuna desta Casa.

É evidente que todas as categorias merecem respeito, pela contribuição dada, cada qual a seu modo, ao desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, entretanto, Sr. Presidente, o professor desempenha papel de particular relevância, por transmitir o conhecimento que servirá de base à formação dos demais profissionais. E ainda por estimular, em sua tarefa cotidiana, o crescimento pessoal e o exercício da cidadania entre seus alunos.



A origem do Dia do Professor remonta ao Decreto de D. Pedro I de 15 de outubro de 1827 que criou o ensino elementar no Brasil. Pelo decreto, "*todas as cidades, vilas e lugarejos deveriam ter escolas de primeiras letras*".

O decreto falava da descentralização do ensino, do salário dos professores, das matérias básicas que todos os alunos deveriam aprender e até de como os professores deveriam ser contratados.

A ideia de D. Pedro I, inovadora e revolucionária, teria sido ótima - caso tivesse sido cumprida. Já naquela época não se cumpriam determinações, nem mesmo as do Imperador.

Foi somente em 1963 que o Dia do Professor foi oficializado nacionalmente como feriado escolar, pelo Decreto Federal nº 52.682.

O que nós queremos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de dar este discurso como lido, é trazer novamente ao debate a destinação dos 10% do PIB à educação, matéria que esta Casa já aprovou e que o Senado está agora apreciando. Isso pode mudar a realidade das nossas escolas e do nosso País.

Hoje faltam até pessoas que queiram ser professores, o que tem sido relatado com muita sabedoria e muito frequentemente pelo Senador Cristovam Buarque e que demonstra que os brasileiros e as brasileiras não têm mais interesse na função de magistério, na função de professor, que já teve *status* elevado e foi de muita importância em nosso País.

É claro que o professor continua sendo importante, mas não há brasileiras e brasileiros interessados nessa atribuição, nessa função, por conta dos baixos salários, da violência contra o professor, das escolas mal equipadas, de uma série de dificuldades para as quais nós, Parlamentares, o Governo brasileiro, deveríamos olhar juntos, e com mais carinho.

É preciso levar adiante a proposta já aprovada nesta Casa de se destinarem 10% do PIB ao ensino, ao magistério, enfim, ao desenvolvimento das políticas educacionais.

Portanto, Sr. Presidente, a data que foi ontem comemorada serve de convite a que a sociedade repense sua atitude e demonstre seu compromisso com a educação que queremos.

Aos professores fica o convite para que não desanimem diante dos desafios e lutem, com todos os brasileiros, para que a educação neste País seja realmente motivo de orgulho e de desenvolvimento nacional. Estão aí os exemplos da Coreia do Sul, da China, de países da OCDE, onde a educação é prioridade. O desenvolvimento econômico e social



é ampliado quando se investe maciçamente em educação.

Fica o apelo para que o Governo brasileiro ponha os olhos na educação brasileira.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 15 de outubro, comemora-se o Dia do Professor, uma das datas mais significativas do calendário de homenagens dirigidas às categorias profissionais.

É evidente que todas as categorias merecem respeito, pela contribuição dada, cada qual a seu modo, ao desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, entretanto, o professor desempenha papel de particular relevância, por transmitir o conhecimento que servirá de base à formação dos demais profissionais. E ainda por estimular, em sua tarefa cotidiana, o crescimento pessoal e o exercício da cidadania entre seus alunos.

A origem do dia do professor remonta ao Decreto de D. Pedro I de 15 de outubro de 1827 que criou o ensino elementar no Brasil. Pelo decreto, *"todas as cidades, vilas e lugarejos deveriam ter escolas de primeiras letras"*.

O decreto falava da descentralização do ensino, do salário dos professores, das matérias básicas que todos os alunos deveriam aprender e até de como os professores deveriam ser contratados.

A ideia, inovadora e revolucionária, teria sido ótima - caso tivesse sido cumprida.

Mas foi somente em 1963 que o Dia do Professor foi oficializado nacionalmente como feriado escolar, pelo Decreto Federal nº 52.682. O Decreto definia a essência e razão do feriado: *"Para comemorar condignamente o dia do professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias"*.

Não falta quem elogie o trabalho dedicado dos professores, no entanto as condições de trabalho dos mestres, dentro e fora das salas de aula, permanecem indignas.

O que espanta de verdade mesmo são os baixos salários pagos pelos governos brasileiros - Prefeituras, Estados e a União - aos professores. Quem milita na rede pública de ensino, se quiser ter rendimento melhor, tem que dar aulas de manhã, à tarde e à noite. Quer dizer, tem que se submeter a trabalho desumano.



As mulheres e os homens que se dedicam a missão tão nobre se fazem merecedores do nosso especial reconhecimento, principalmente quando se leva em conta que há muitos anos esses profissionais atuam em condições de trabalho nem sempre adequadas, com baixa remuneração, enfrentando casos frequentes de violência nas escolas e precariedade em grande parte das instalações destinadas ao ensino.

Mesmo assim, diante do indisfarçável histórico de descaso com a remuneração destes profissionais e com todas as dificuldades que enfrentam, os professores dão contribuição inestimável ao desenvolvimento brasileiro, o que torna a sua atuação ainda mais digna de elogios e de apoio.

A data é um convite para que a sociedade repense sua atitude e demonstre seu compromisso com a educação que queremos. Aos professores fica o convite para que não desanimem diante dos desafios, pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

Então, novos prefeitos e secretários de Educação, o assunto agora é com os senhores.

Documento 156/311

269.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/10/2012-15:40
Publ.: DCD - 17/10/2012 - 33566	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Maior atenção governamental e da sociedade às reivindicações dos docentes brasileiros. Imediata aprovação, pelo Senado Federal, da proposta de instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira; Sras. e Srs. Parlamentares, no dia de ontem, 15 de outubro, em todo o Brasil, tivemos a imensa alegria de comemorar o Dia do Professor.

Venho a esta tribuna manifestar o meu carinho, o meu respeito e a minha gratidão a todos os professores deste País, que, além de transmitirem conhecimentos e experiências, cumprem um



importantíssimo papel social, porque ensinam, desde a tenra infância, o dom da convivência.

Em 15 de outubro de 1827, D. Pedro I decretou que toda vila, cidade ou lugarejo do Brasil criasse as primeiras escolas primárias, as chamadas Escolas das Primeiras Letras. Mas foi em 1947 que nasceu, em nosso querido Estado de São Paulo, a partir de ideia do Prof. Salomão Becker, que lecionava em uma pequena escola da Rua Augusta, a proposta de discutir, em um encontro anual, com a presença dos pais dos alunos, os problemas da profissão. Tal iniciativa foi fruto de uma prática costumeira de confraternização entre professores e alunos que ocorria todo dia 15 de outubro em sua cidade natal, Piracicaba. O sucesso dessa reunião se espalhou por outros Estados, e a data se tornou emblemática no País. Em 14 de outubro de 1963, um decreto federal definiu o feriado que enaltece a função do mestre.

Sr. Presidente, sou Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT e, nesse sentido, não somente como membro deste Parlamento, mas também como dirigente sindical e representante dessa que é a terceira maior central sindical do País, apelo para que estejamos sempre atentos não só às reivindicações salariais dos professores, mas igualmente às necessidades de melhores condições de trabalho dessa classe, a fim de que possamos ter impactos cada vez mais positivos na qualidade de ensino. Sem respeito ao trabalho do professor, ao trabalho do aluno - estudar também é um trabalho -, não construiremos a digna nação que o Brasil merece, e de nada adiantará ser a sexta ou quinta economia do mundo, porque, sem educação de excelente qualidade, nossa conquista não tem como se sustentar-se.

O Plano Nacional de Educação, já aprovado nesta Casa, com avanços e pontos de discussão, e que agora tramita no Senado, promete mais transparência no acompanhamento das metas propostas em prol da melhoria do ensino. O Plano trouxe importantes argumentos em relação à jornada de trabalho dos professores, à remuneração e à formação adequada dos mestres e precisa ter sua discussão e aprovação agilizadas. Precisamos dar essa resposta aos cidadãos brasileiros.

Sr. Presidente, são os nossos pais e, depois, os nossos professores os mestres que nos apresentam o som das primeiras notas musicais da vida, semeiam em nós a vontade de tocar a nossa própria música, de acreditar em nossos talentos. E o que é construído com amor e verdade, Sr. Presidente, dura para sempre. Assim, é com emoção que me recordo das minhas primeiras professoras e de todos os meus professores em Santa Isabel, cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Nasci em Santa Isabel e lá vivi minha infância, adolescência e juventude. Minhas primeiras professoras foram a D. Sizuku e a D. Lazara, em minha primeira série, na Escola Major Guilhermino Mendes



de Andrade. Recordo-me bem, 1º ano A e 1º ano F, e depois, nos anos subsequentes, passei pelas Escolas Profa. Gabriela Freire Lobo e Maria dos Santos Bairão. Quão bendita a influência que elas, bem como os Profs. Vicente, Zé Macota, Edmundo, Maria de Lourdes, Enezila, Benedicta, e outros, que pela exiguidade de tempo nesta tribuna não conseguirei nominar, exerceram sobre mim. Eles muito contribuíram, de forma positiva, para a minha formação e a de grande parte do povo isabelense. Marcaram nossas almas com muitas lições.

Então, é com base nesse meu passado, com toda a admiração que tenho pelas professoras e professores de Santa Isabel, que parablenizo a todas e a todos os professores do meu Estado de São Paulo e do Brasil, e os homenageio em nome da professora, pastora e assistente social Bernadete Aparecida Ramos de Lucena.

Em qualquer tempo, são esses profissionais, meus nobres pares, que têm o imenso desafio e o gratificante prazer de passar grande parte dos seus dias com o futuro do Brasil.

Que Deus abençoe todas as professoras e todos os professores!

Que Deus abençoe o Brasil!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Documento 157/311

269.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/10/2012-15:32
Publ.: DCD - 17/10/2012 33565	- GILMAR MACHADO-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para o cargo de Prefeito Municipal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Expectativa quanto à aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Qualificação da mão de obra do trabalhador brasileiro. Apoio à política de



criação de cotas para acesso às universidades.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Amauri, Deputado Ademir Camilo, nosso companheiro de bancada. É a maior alegria ver aqui também o Deputado Roberto de Lucena, nosso pastor, pessoa pela qual tenho uma admiração e um respeito muito grande. Conheci a palavra de Deus através da Escola Dominical feita pela igreja O Brasil para Cristo, no início dos anos 70.

Retomando a tribuna, depois do período eleitoral, quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus e ao povo de Uberlândia, que me propiciou, no último dia 7, 236.418 votos, ou seja, 68% dos votos da cidade, o que me fez ganhar em primeiro turno. É uma alegria. Ninguém ganha uma eleição sozinho; nós tínhamos um conjunto de partidos conosco e também uma história.

Fui o primeiro Parlamentar eleito pelo PT em Uberlândia. Sou fundador do partido e estou nele há 32 anos. Dediquei a minha vida toda a construir essa possibilidade de chegar à Prefeitura de Uberlândia. Para mim é uma alegria, depois de dois mandatos como Deputado Estadual e quatro como Federal.

Tive a oportunidade de ter sido escolhido o primeiro prefeito negro e evangélico da história de Uberlândia. Essa é uma responsabilidade enorme que terei diante não só dos mais de 200 mil eleitores que nos elegeram, mas também dos mais de 620 mil habitantes de Uberlândia.

Espero assumir com o povo o compromisso prioritário de colocar as pessoas em primeiro lugar. Quero dar a minha contribuição, assim como fez o Presidente Lula, assim como faz agora a Presidenta Dilma, para o desenvolvimento da cidade.

Além de ser Deputado, sou também professor, e tenho orgulho disso. Espero que o Senado faça como a Câmara, ou seja, que aprove o Plano Nacional de Educação - PNE, pois foi discutido na Comissão e votado aqui um relatório com condições de fazer com que o Brasil melhore ainda mais no processo educacional e que possamos atender principalmente às nossas crianças de 0 a 5 anos, pois hoje ainda faltam vagas em muitos Municípios, inclusive no meu. E cuidar das nossas crianças de 0 a 5 anos será um grande desafio que nós vamos ter. Se nós demos conta de resolver o problema de falta de vaga para crianças de 7 a 14 anos, por que não vamos dar conta de resolver o problema da falta de vaga para as crianças de 0 a 5 anos?

Além disso, é preciso melhorar muito a qualificação da nossa juventude para podermos continuar expandindo o nosso processo de industrialização. A minha cidade de Uberlândia está recebendo várias



empresas, e hoje um grande desafio nosso é formar e qualificar mão de obra para trabalhar nessas empresas. E o PRONATEC é uma oportunidade grande.

Agora temos a expansão da universidade, com a política de cotas definida. E eu quero cumprimentar a Presidenta Dilma pela coragem de estabelecer essa política por 10 anos. A política de cotas é temporária, para superar barreiras, dificuldades que temos no ingresso da população mais pobre na universidade.

Temos também a questão da cota racial, que é fundamental para diminuir a desigualdade que ainda temos neste País.

Sr. Presidente, eu entendo que o Plano Nacional de Educação é essencial para que nós possamos dar novo salto de desenvolvimento neste País. Eu tenho orgulho de ter participado do plano anterior, de ter contribuído para sua aprovação na Câmara, de haver tido o privilégio de participar disso.

A meta é melhorar a qualidade do ensino, o que passa pela valorização do profissional de educação. Nós votamos aqui o piso salarial nacional e precisamos ampliá-lo. O Plano Nacional de Educação - PNE nos permite avançar exatamente nessa linha e nessa perspectiva.

Então, eu quero aqui agradecer mais uma vez ao povo de Uberlândia e, ao mesmo tempo, aos meus colegas aqui do Congresso, com os quais terei o prazer de conviver até o final do ano para, depois, iniciar uma nova etapa na minha vida. Eu quero agradecer a Deus a oportunidade que Ele está me dando de poder de fato assumir, a partir de 1º janeiro de 2013, a Prefeitura de Uberlândia. O que nós esperamos é poder honrar o apoio que recebemos, fazendo um Governo realmente comprometido com as pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 158/311

271.2.54.O

Sessão Extraordinária - 17/10/2012-09:52
CD

Publ.: DCD - 18/10/2012 - VITOR PAULO-PRB -RJ
33776

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, acerca da instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente dos dispositivos sobre a destinação ao setor de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro e de recursos oriundos da exploração de petróleo da camada pré-sal.

O SR. VITOR PAULO (PRB-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quero, neste momento, com satisfação, parabenizar esta Casa pela aprovação do PL 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação - PNE, estabelecendo o percentual de 10% do Produto Interno Bruto - PIB para a área de educação.

O Plano Nacional de Educação, Sra. Presidenta, tem como diretrizes a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade da educação, entre outras propostas. O projeto que tramita desde 2010, teve redação final aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa e permite que sejam utilizados 50% dos recursos do pré-sal, incluídos os *royalties*, diretamente em educação.

Atualmente são aplicados, pela União, Estados e Municípios, apenas 5% do PIB em educação. Para se ter uma ideia, em 2011, o PIB brasileiro somou 4,143 trilhões. Portanto, se essa lei já estivesse em vigor, a educação receberia 414 bilhões.

Essa proposta foi promovida pelo Plano Nacional de Educação com o objetivo de acompanhar a execução do PNE.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.



Sumário

Ineficácia das políticas de financiamentos subsidiados para o combate às desigualdades regionais. Necessidade de realização de investimentos na educação. Acerto da aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da proposta de aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no setor educacional.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, um assunto que me preocupa é aquele relacionado às desigualdades regionais do País. E eu faço questão de compartilhar com os colegas Parlamentares e o povo brasileiro que assiste a esta sessão uma reflexão a respeito do tema.

Impenitentes, como doença hereditária ou mal irreversível, as desigualdades regionais extenuam o Brasil desde sempre e seguem reproduzindo um modelo socioeconômico e político arcaico e desagregador, que cria ilhas de prosperidade cercadas de atraso e desalento.

Esse panorama de apartação do País em regiões estanques favorece a expansão do fosso de nossas crônicas desigualdades sociais, o que, em última instância, compromete o projeto do Brasil como nação.

Diferenças regionais e desigualdades sociais são temas absolutamente convergentes. Ainda que sob a ótica das políticas públicas estejam orçamentos e planos diferentes, a apartação regional e a injustiça social são faces de uma mesma e carcomida moeda.

Os subsídios têm sido largamente utilizados como remédio para redução das desigualdades regionais. Muitas vezes, têm efeito inverso e perverso. Sem critérios rígidos de controle, subsídios públicos engordam bolsos de aventureiros e funcionários corruptos.

Hoje, mesmo livres, em grande parte, das distorções e perversões de origem, os investimentos subsidiados são duramente questionados como instrumento de redução de desigualdades regionais.

Os chamados Fundos Constitucionais, ancorados em agências como SUDAM e SUDENE, aplicaram o equivalente a 10 bilhões de dólares em financiamentos subsidiados, entre 1989 e 2002. Ainda que bem-sucedidos em vários aspectos, esses investimentos não reduziram significativamente as desigualdades regionais do País.

Mesmo registrando que, de 1995 a 2008, o Brasil reduziu, de forma



sutil, a desigualdade entre Estados e entre as Regiões do País, o insuspeito Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA aponta que isso não chegou a alterar a distribuição da atividade econômica no País.

Em 1995, os quatro Estados do Sudeste, informa o IPEA, respondiam por 59,1% do PIB; em 2008, caiu para 56%. Apesar disso, apenas São Paulo e Rio de Janeiro são responsáveis por 45% do PIB brasileiro.

Nesse contexto, crescimentos como o da Região Centro-Oeste, cuja participação no PIB passou de 8,4% para 9,2% no período, diluem-se ante as vantagens cristalizadas de Estados líderes.

As desigualdades se reproduzem, dramaticamente, no interior das regiões supostamente homogêneas. Sem o Distrito Federal, aponta o IPEA, a participação do Centro-Oeste no PIB brasileiro cairia de 9,2% para 5,5%, enquanto a queda do PIB *per capita* seria ainda mais traumática: de R\$22.232,00 para R\$14.493,00.

Sras. e Srs. Deputados, se as crônicas desigualdades regionais não cederam ante os estratosféricos bilhões de dólares em financiamentos subsidiados, somente entre 1989 e 2002, parece óbvio que a eficácia dessa política deve ser questionada.

Em recente artigo no jornal *Valor*, Pedro Ferreira e Renato Fragelli, professores de pós-graduação da FGV, apontam que as políticas centradas na atração de indústrias pouco contribuíram para a distribuição regional de renda no Brasil. E põem o dedo na ferida: "(...) *impostos pagos por milhões de contribuintes (...) foram destinados a poucos empresários das regiões favorecidas. Essas políticas apenas transferiram recursos dos pobres das regiões ricas para os ricos das regiões pobres*".

E mais não precisava ser dito, não fosse o fato de que hoje os subsídios financiam, também, os ricos de regiões ricas. Grandes conglomerados instalam plantas, muitas vezes superdimensionadas, em regiões pobres, apenas como "reserva", já que os recursos são fartos e quase de graça, e os controles obscenamente liberais.

As desigualdades regionais põem em questão o próprio sistema federativo, mas a distribuição de incentivos, subsídios e benesses à industrialização tardia não é remédio eficaz contra essas distorções.

O professor de macroeconomia da Universidade Federal de Pernambuco Alexandre Barros aponta os investimentos em educação como forma única de reduzir as desigualdades regionais. "*O capital e a produção se resolvem, não são necessárias grandes políticas para eles*", diz o professor. E prossegue: "*Agora, o capital humano precisa de grandes atenções. (...) Com uma população educada, os*



investimentos vêm naturalmente". Simples assim.

Por isso, quero louvar todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da qual sou Vice-Presidente, porque ontem aprovaram, por unanimidade, a destinação de 10% do PIB para a educação brasileira.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 160/311

271.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	17/10/2012-10:12
Publ.: DCD - 18/10/2012 - 33782	JOSÉ AIRTON-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Acerto na aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, a respeito da instituição do Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo sobre a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no setor educacional. Importância da educação no processo de desenvolvimento de um país. Conveniência de aprovação do projeto de lei sobre imputação de obrigação aos agentes públicos de matrícula dos filhos menores, em idade escolar, na rede pública de ensino.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero destacar importante votação ocorrida na Comissão de Constituição e Justiça, que deliberou pela aprovação da proposta que destina 10% do PIB para a educação. Acho que isso representa uma conquista e um presente muito grande no Dia do Professor, a quem rendo minhas homenagens.

Quero dizer que esse projeto, o Projeto de Lei 8.035, de 2010, traz metas específicas para a valorização do magistério, como a melhoria progressiva dos salários, até a equiparação com outras categorias, o estabelecimento de prazo para a criação de planos de carreira e a execução de uma política nacional de formação para garantir graduação e pós-graduação aos docentes da educação básica.

Acho que o Brasil deve essa resposta. O Brasil está crescendo, gerando emprego e renda, diminuindo a desigualdade, mas nós



precisamos, mais do que nunca, fazer esse investimento nessa área estratégica, porque nenhum País do mundo se desenvolve sem investir maciçamente na educação do seu povo. Esse é o caminho da liberdade, é o caminho da justiça, é o caminho do progresso, é o caminho da valorização do ser humano.

Por isso, nós devemos aqui ressaltar a importância dessa matéria para o nosso povo. E eu posso ressaltar, como ex-Prefeito da minha cidade, Icapuí, onde tive reconhecimento, com prêmios internacionais, que foi a educação que nos propiciou uma mudança de paradigma, para que nós pudéssemos garantir a acessibilidade dos mais carentes, dos mais necessitados.

Eu tenho um sonho. O meu sonho é que um dia a escola pública seja igual ou melhor do que a escola privada, porque esse é um desafio. E outro sonho é ver todo dirigente político ser obrigado a colocar os seus filhos menores para estudar na escola pública, porque ninguém é obrigado a ser político e ninguém é obrigado a seguir a carreira pública. Mas quem fosse político deveria dar o bom exemplo colocando os seus filhos para estudar na escola pública. Isso eu fiz quando fui Prefeito.

Apresentei um projeto de lei aqui nesta Casa para que os dirigentes políticos - prefeitos, governadores - tenham a obrigação de colocar os seus filhos para estudar na escola pública, porque esse é um passo decisivo e um bom exemplo que o gestor tem que dar, para dizer que ele, como governante, começa a valorizar a gestão colocando os seus filhos para estudar no setor público.

Eu acho que esse é um sonho, é um desafio que o Brasil um dia vai almejar. E acho que esse projeto de valorização da educação, com o investimento de 10% do PIB na educação pública, é um passo decisivo que o Brasil vai dar para que nós possamos reconhecer esses que são, na verdade, os grandes construtores da Nação brasileira.

Por isso, os meus parabéns a todos os professores e professoras.

Muito obrigado.



33792

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕESBREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Conclusão pela Casa das votações do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância da aprovação dos dispositivos constantes no PNE acerca da destinação ao setor educacional de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro e de 50% dos recursos oriundos da exploração de petróleo da camada pré-sal.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer da alegria de ter feito parte da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Nesta semana, a Câmara concluiu a votação do PNE, que destina mais recursos para a educação.

Eu tenho 48 anos como professor, no batente, faço parte do Sindicato APEOC, no Ceará, e sou membro da Diretoria da Confederação Nacional dos Professores.

Não poderia haver uma notícia melhor não só para os professores, mas também para o povo brasileiro: 10% do Produto Interno Bruto e 50% dos recursos oriundos do pré-sal serão destinados à educação.

Nós podemos dizer que as futuras gerações realmente vão ter educação de qualidade, porque, no presente, esta Casa contribuiu para que a educação realmente seja vista como investimento e para que não haja a limitação existente hoje em termos de recursos.

Um antecessor, nesta tribuna, disse que a educação pública é ruim. Isso é falso, quem diz isso não faz parte da militância da educação, porque as faculdades federais são boas, os colégios militares são bons, os institutos de tecnologia também e, em alguns Estados, na sua maioria, a educação estadual é de qualidade. Onde nós temos alguns problemas? Exatamente no ensino municipal. A maioria das Prefeituras não têm condições de arcar com o salário do professor, cujo piso salarial ainda deixa muito a desejar.

Mas tratarei desse assunto à tarde, porque quero homenagear meus colegas de profissão.

Sinto-me feliz por ter dado essa contribuição ao Plano Nacional de Educação. A Câmara espera que o Senado não o modifique e que, se modificar, seja para melhor, para que no próximo ano possamos falar que a educação brasileira vai avançar para sua melhoria, porque vai



receber investimento.

É preciso deixar de achar que o professor tem de ganhar o quanto a Prefeitura pode pagar, que professor não tem direito de ganhar bem porque somos muitos.

Parabenizo esta Casa, todos os professores e também os que não são professores.

Documento 162/311

271.2.54.O

Sessão Extraordinária - 17/10/2012-11:08
CD

Publ.: DCD - 18/10/2012 -
33792

FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Conclusão pela Casa das votações do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Expectativa de manutenção pelo Senado Federal do texto do PNE aprovado pela Casa.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Núcleo de Educação da bancada do PT, que coordeno nesta Casa, quero fazer um registro muito importante.

No dia de ontem, mais um passo foi dado em defesa da educação brasileira. Refiro-me ao fato de, finalmente, a Câmara dos Deputados ter concluído o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação. Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a redação oficial foi concluída e agora o PNE segue para o Senado.

E é exatamente para o Senado, Deputada Rose de Freitas, que se voltam agora os olhos e a mobilização da sociedade - professores, estudantes e gestores, através de entidades como CNTE, Campanha



Nacional pelo Direito à Educação, UNE, UBES, UNDIME etc.

Esperamos que o Senado referende exatamente o texto aprovado pela nossa Casa, o relatório do Deputado Vanhoni, relatório esse que traz metas ousadas, fruto de muita luta ao longo de todo esse processo.

Refiro-me, Sra. Presidente, a metas como, por exemplo, universalização e ampliação do atendimento escolar, da creche à pós-graduação; universalização, até 2016, do ensino infantil até o ensino médio; expansão do ensino integral para 11 milhões de crianças; erradicação do analfabetismo absoluto e redução do analfabetismo funcional; ampliação das vagas no ensino superior; ampliação das vagas na educação profissional.

Destaco aqui, Sra. Presidente, uma meta que é muito cara para todos nós, que temos muitos compromissos com a luta pela valorização do magistério. Refiro-me à antecipação da Meta 17, que trata, Deputado Waldenor, da equiparação salarial dos professores com os demais profissionais com formação equivalente.

É bom lembrar que, pelo texto original, o cumprimento dessa meta, ou seja, igualar o salário médio dos professores ao dos demais profissionais com formação equivalente, só seria efetivada no final de vigência do plano. Através de emenda de nossa autoria e do Deputado Biffi, subscrita por todos os Deputados, nós conseguimos antecipar para o sexto ano de vigência do plano. Essa foi uma conquista muito importante.

Por fim, a destinação de 10% do PIB para a educação. Hoje, União, Estados e Municípios investem 5% do PIB no setor. Com o texto aprovado agora, o Governo Federal tem a obrigação de chegar a 7% do PIB, nos primeiros 5 anos, e chegarmos aos 10% do PIB até o final de vigência do plano.

Sra. Presidente, quero aqui dizer que foi um passo muito importante o que foi dado ontem: a aprovação final do PNE pela Câmara dos Deputados.

Agora é manter a mobilização, manter acesa a chama da esperança, do nosso sonho de ter um Plano Nacional de Educação à altura de responder ao desafio da educação brasileira no presente momento, que é universalizar e ampliar o atendimento escolar com qualidade. Para tanto, precisamos ter o magistério valorizado.

Muito obrigada.



Documento 163/311

271.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	17/10/2012-11:12
Publ.: DCD - 18/10/2012 - 33812	WALDENOR PEREIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do centenário de fundação do jornal *A Tarde*, sediado em Salvador, Estado da Bahia. Ações do Governador Jaques Wagner em prol do Município de Vitória da Conquista. Transcurso do Dia do Professor. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da redação final do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância da aprovação do dispositivo constante no PNE a respeito da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 15 do mês corrente o jornal *A Tarde*, da Bahia, comemorou 100 anos de existência.

Quero me congratular com os dirigentes desse importante veículo de comunicação do nosso Estado e cumprimentar o seu Presidente, Renato Simões, pelo centenário de *A Tarde*, que, sem dúvida nenhuma, é a história viva do Estado da Bahia nesse último século.

Portanto, nossas homenagens, nossas congratulações a todos os jornalistas que fazem esse importante órgão de imprensa do Estado da Bahia.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, quero, no tempo que me resta, registrar que amanhã o Município de Vitória da Conquista, Capital Sudoeste do Estado da Bahia, receberá a visita do Governador Jaques Wagner, que assinará ordem de serviço para a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA para melhorar o serviço de urgência e emergência do Hospital de Base, o hospital regional do Município.

Na ocasião, o Governador assinará também ordem de serviço para a construção do Shopping Popular, na antiga área onde funcionava o DNIT, que permitirá o ordenamento do comércio de ambulantes, da economia informal de Vitória da Conquista, e visitará obras do sistema de saneamento no Município, orçadas em aproximadamente 120 milhões de reais, que permitirão a cobertura de quase 90% do



esgotamento sanitário da cidade.

Quero ainda registrar, com satisfação, a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça, da redação final do projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação, que prevê a destinação de 10% do Produto Interno Bruto para a educação brasileira.

Nós consideramos uma justa homenagem aos professores brasileiros, que no último dia 15 comemoraram o seu dia.

Parabenizamos, portanto, a Comissão de Constituição e Justiça pela aprovação da redação final do PNE, que destinará à educação brasileira 10% do Produto Interno Bruto.

Muito obrigado pela tolerância, Sra. Presidente.

Documento 164/311

272.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/10/2012-14:54
Publ.: DCD - 18/10/2012 33843	- NEWTON LIMA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da redação final do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é com muita satisfação que ocupo a tribuna no dia de hoje para uma comemoração da maior relevância, não só para nós educadores, não só para os membros da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, não só para os membros da Comissão Permanente de Educação e Cultura da Casa, mas também, tenho certeza, para este Plenário, independentemente de coloração partidária. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao analisar o projeto do Plano Nacional de Educação, pelo viés que lhe compete, o da constitucionalidade e da juridicidade daquilo que fora aprovado no âmbito da Comissão Especial do Plano Nacional



de Educação, aprovou a matéria, remetendo-a, ato contínuo, ao Senado da República.

Quero dizer que o Plano Nacional de Educação é um instrumento extraordinário de avanço da nossa economia e da nossa cidadania. Nas suas 20 metas, conforme originalmente proposto pelo Ministro Fernando Haddad e pelo Presidente Lula, fazemos uma verdadeira incursão pelo futuro, da pré-escola até a educação superior, passando, na Meta nº 17, pela indispensável valorização do salário do magistério da educação básica, em especial da educação básica que é ofertada pelos Estados e Municípios brasileiros.

Temos um Plano Nacional de Educação ambicioso, uma meta decenal que obriga, agora, diferentemente do documento anterior, do que o precede, os Governadores e Prefeitos eleitos em primeiro e segundo turnos a constituírem os seus planos estaduais e municipais correspondentes, de modo que possamos de fato fazer o investimento educacional, que é a política pública básica estruturante mais importante, o alicerce de qualquer desenvolvimento econômico, em qualquer país do mundo, para as nossas crianças e para os nossos jovens. E quem fez essa lição de casa - especialmente a Alemanha pós-guerra, o Japão pós-guerra e, mais recentemente, os países asiáticos - está hoje na fronteira da competitividade industrial, exerce papel de influência no comércio exterior, porque tem na educação o principal instrumento de construção da sociedade, ao lado da inovação tecnológica e do conhecimento.

E o Brasil tem tudo para fazer isso, até porque o relatório recente da UNESCO que temos indica que o País pode fazer o mesmo tipo de investimento que outros países fizeram. E dá, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, a seguinte relação, já devidamente comprovada: para cada 1 dólar aplicado em educação, o retorno para o cidadão e a cidadã, para a economia dos países, é de 10 dólares a 15 dólares. Portanto, não se pode falar em gasto de educação. Em educação é proibido o uso desse termo. Qualquer recurso da União, dos Estados e dos Municípios significará investimento nos cidadãos, e não gastos, como alguns de maneira inapropriada dizem.

E o nosso PNE, Sr. Presidente, avança ao responder ao questionamento feito pela Presidenta Dilma Rousseff: *"Tudo bem que aprovemos 10% do PIB, para 2023, para a educação, mas quais serão as fontes de financiamento?"* E o nosso relatório do PNE, que será apreciado pelo Senado agora, estabelece com clareza que 50% dos *royalties* do petróleo serão destinados, obrigatoriamente direcionados por Prefeitos e por Governadores, para a educação básica pública.

A Presidenta Dilma e o Ministro Aloizio Mercadante nos colocam uma questão: *"Será que os 50% dos royalties do petróleo das plataformas*



pós-sal e do petróleo já em produção no pré-sal serão suficientes para dar conta desse investimento, para chegarmos a 10% do PIB, como outras nações fizeram?" A esse questionamento o Senado da República vai ter que responder, porque, se forem necessários 100% de vinculação, que assim seja.

E eu espero que o Senado da República, se tiver que modificar o nosso relatório, faça-o neste particular, na Meta nº 20, dobrando os recursos vinculados ao pré-sal, para que volte a esta Casa, e nós estejamos aqui consolidados com a fonte de financiamento permanente para garantir aquilo que é mais importante: a qualidade da educação básica pública no nosso País, a valorização do magistério, para que os Governadores não tenham que entrar na Justiça, como entraram agora seis Governadores brasileiros, contra a fórmula de reajuste do piso salarial e para que não tenhamos mais evasão no ensino médio da ordem de 50%. É muito triste para nós vermos que metade dos jovens brasileiros com idade entre 16 e 18 anos, quando deveriam estar no ensino médio, abandonam-no pelas razões conhecidas.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade da fala, cumprimentando os meus colegas Parlamentares, dizendo que nós estamos num momento espetacular da nossa trajetória de vida, porque estamos aprendendo, junto com a sociedade, que a educação é a política pública mais estruturante. E, por isso, o PNE aprovado na CCJC e encaminhado por esta Casa ao Senado da República vai consolidar essa política.

Obrigado.

Documento 165/311

272.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/10/2012-15:39
Publ.: DCD - 18/10/2012 - 33850	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Congratulações aos docentes do Estado do Ceará. Avanços da educação brasileira. Atuação do orador no magistério.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero pedir licença para vir a esta tribuna hoje prestar um tributo à minha categoria: a dos professores. Trabalhadores que foram homenageados com o dia a eles dedicado, nesta segunda-feira, 15 de outubro, e que merecem receber cotidianamente os cumprimentos de toda a sociedade pelo inestimável serviço que prestam à sociedade, pela luta diária exercida com muito suor, mas também com muita alegria. Dedicam-se a ajudar as pessoas a aprender, a despertar para o mundo, a ver a realidade através de lentes mais amplas, a realizar transformações pessoais e sociais.

Os professores de todo o Brasil - e aqui peço licença para destacar os mestres do meu Estado, o Ceará - merecem os parabéns por mais este dia, em que toda a sociedade deve refletir sobre a importância da educação para um País mais justo. Estão de parabéns os professores que lutam pela qualidade de ensino, mesmo lidando, muitas vezes, com dificuldades e limitações; professores de Fortaleza, do Ceará e do Brasil, que seguem buscando melhores condições de trabalho e remuneração capaz de assegurar dignidade e estímulo para que novas pessoas abracem a carreira.

Na condição de professor e militante da educação, bandeira à qual venho me dedicando ao longo de toda a minha trajetória, quero reforçar os aplausos e as reverências a esses valorosos trabalhadores. E lembrar que a luta por um País mais desenvolvido e socialmente justo passa hoje, decisivamente, pela melhoria da educação. Por isso, defendemos o aumento dos investimentos no setor, lutando pelos 10% do PIB para a educação, como prevê o novo PNE, e pelos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, como defendido em proposição do nosso nobre Senador Inácio Arruda.

A educação brasileira alcançou grandes conquistas nos últimos 10 anos, e para isso foi necessário que um operário chegasse à Presidência da República. O movimento de valorização da educação e de investimentos concretos no setor, buscando melhorias em todos os níveis de ensino, continua agora, com nosso apoio, no Governo da Presidente Dilma Rousseff. Lutamos hoje pela ampliação dos avanços obtidos durante o Governo Lula, mas também pelo cumprimento pleno da lei do piso salarial nacional dos professores, que infelizmente ainda é desrespeitada em muitos municípios.

Lutamos para fazer valer o direito, conquistado através de emenda de nossa autoria a essa lei do piso, a um terço da jornada de trabalho dos professores para atividades extraclasse. Esse direito favorece o planejamento das aulas, a qualificação dos professores, a qualidade de ensino.

Trabalhamos para que mais jovens possam chegar à universidade, e por isso apresentamos emenda assegurando aos estudantes financiamento de até 100% de cursos universitários através do FIES. O



acesso garantido a esse financiamento também beneficia a formação de novos professores, facilitando o acesso à universidade e a formação de futuros mestres, que levarão mais qualidade às nossas salas de aula.

Tenho muita alegria por minha trajetória como professor, por ser membro do Sindicato da APEOC, sindicato este filiado ao Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), membro da Comissão do Plano Nacional de Educação (PNE) e em continuar encontrando ex-alunos todos os dias, na cidade de Fortaleza.

Meus parabéns a todos os professores, que, no dia a dia, ajudam as pessoas a chegar mais longe e dão uma contribuição verdadeira para uma sociedade mais justa.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 166/311

272.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/10/2012-18:21
Publ.: DCD	DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG	
18/10/2012 - 33884		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Repúdio aos pronunciamentos contra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e o ex-Governador José Serra, candidatos, respectivamente, às Prefeituras Municipais de Salvador, Estado da Bahia, e São Paulo, Estado de São Paulo. Presença no plenário do Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG, José Murilo Resende. Importância da aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a instituição novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo referente à destinação ao setor de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Presença no Distrito Federal da Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, Rosenilce Cherie.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje quero tratar de alguns assuntos ligados à saúde e à educação, mas não posso deixar, por questão de justiça e de princípio, de prezar valores éticos e morais, que



devem nortear a vida de todo ser humano, especialmente quando nos é dada a função de representar o povo brasileiro.

Preocupa-me o caminho que tomam as coisas neste Parlamento em relação a alguns pronunciamentos a que assistimos nesta tarde. Vivemos uma eleição em segundo turno, há regras claras para o jogo, há espaços equilibrados na TV, e vemos a tribuna desta Casa, que é para defender os interesses do povo brasileiro, transformar-se em uma tribuna de interesse eleitoreiro, porque se fosse eleitoral, se tivesse a dignidade, a verdade, os valores essenciais da democracia pautando o pronunciamento, provavelmente eu estaria a aplaudir.

Mas não posso calar a minha voz quando vejo atacarem a moral, a honra, a integridade de um Deputado como Antonio Carlos Magalhães Neto, que tive o privilégio de conhecer nesta Legislatura, já que é a minha primeira. S.Exa. é jovem, talentoso, dinâmico, competente, defende os interesses do País, em primeiro lugar, e com muita garra e determinação os interesses da Bahia. Quando esse homem se coloca nas condições de preferido do povo de Salvador, passa a sofrer ataques os mais absurdos, como se ele estivesse no plenário para poder se defender. Falam: *"Diga-me! Responda-me! Diga ao povo brasileiro!"* Ora, esse espetáculo não contribui para a democracia.

Tiro um pouco do tempo que teria para falar de educação e de saúde, essência para uma vida mais digna, para dizer: quem assistiu delete, porque é necessário o princípio mínimo da democracia, o direito de resposta. Teria de estar aqui presente, teria de haver um equilíbrio, porque o que eu assisti foi a um espetáculo ligado à eleição de Salvador, onde o povo, num primeiro momento, indica, numa ampla vantagem, a preferência por este jovem talentoso, sério, correto, íntegro. Faço esta defesa por senso de justiça e de respeito, já que as formas como se dirigiu à pessoa desse Parlamentar baiano não me pareceram justas e adequadas. Na ausência dele, sem procuração, sem nenhuma ligação partidária, sem nenhuma convivência do dia a dia, mas acompanhando-o no trabalho, em nome do povo brasileiro, sinto-me no dever de dizer isso.

Eu ia falar da educação e da saúde, mas não deixar de, antes, me lembrar da segurança pública, até porque o Governo, proclamado como maravilhoso na Bahia, viveu dramas na segurança pública, com greves, momento em que houve muitas mortes por minuto, assassinatos, assaltos, um caos absoluto.

Hoje, mais cedo, o Sr. Deputado Delegado Protógenes, a quem respeito muito, veio aqui e exibiu um espetáculo também que me entristece profundamente, porque ele não se pautou, na minha forma de entender, pelos valores da ética, da verdade, do compromisso de representar dignamente o povo que nos encaminhou até aqui - naquele caso específico, o povo de São Paulo. O Sr. Deputado Delegado



Protógenes aqui veio para usar o drama de bravos policiais, o drama que vive a polícia, não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro, no combate ao crime, sendo vítima da covardia, da ação de bandidos que têm perseguido policiais às vezes no seu momento de folga. Veio aqui usar este momento triste parra tentar, de forma eleitoreira, responsabilizar antecipadamente o candidato Serra, que surpreendeu a todos, saindo em primeiro lugar nas pesquisas, como se ele pudesse falar de segurança pública em nome de um Governo Federal que aplica 0,8% do Orçamento do País, Deputado Amauri, em segurança pública; de um Governo que comete a irresponsabilidade de sempre, e sistematicamente, querer confundir, enganar, mentir para o povo brasileiro que segurança pública é dever da Unidade Federativa, porque, se falarmos em Estado, a figura do Estado pode ser compreendida como a da Nação. Não, querem passar a ideia de que é o Estado, o Estado de São Paulo, o de Minas, o da Bahia, o único responsável pela segurança pública.

Enquanto São Paulo investe próximo de 10% em segurança, o Governo Federal, quem mais arrecada, não investe 1%, cidadão que está nos assistindo. E vem alguém aqui, em nome da base do Governo Federal, atacando o candidato do PSDB em São Paulo, atacando o povo de São Paulo, atacando as vítimas da violência, porque usando covardemente, criminosamente, do ponto de vista eleitoral, na minha opinião, um episódio que merece o repúdio de todos nós, porque é bandido caçando policial. Vir aqui usar isso eleitoreiramente contra José Serra, isso é desespero! É ver que o povo de São Paulo está atento. O povo de São Paulo está acompanhando o julgamento do mensalão e vendo que mensalão não foi invenção do PSDB, não. Agora ficou provado para o Brasil inteiro, e quem apresentou a denúncia foi o Procurador-Geral da República nomeado pelo Lula.

Vejo aí alguns petistas fazendo um risinho irônico, porque para eles incomoda profundamente quando cai a máscara, quando o Brasil inteiro vê que esse partido, que quer chamar o Democratas, o PSDB de partidos dos serviços aos poderosos, esse sim é o partido que hoje financia ou é financiado pelos grandes bancos. Financia e é financiado, porque faz um conluio, favorece os grandes bancos para depois ser financiado pelos grandes bancos.

Agora a máscara cai. O Procurador-Geral da República apresenta a denúncia, e os Ministros, vários deles nomeados pelo Lula, dizem: é verdade, são bandidos, são criminosos. O ex-presidente do PT, o ex-Ministro são criminosos e têm que ir para a cadeia. Mas o PT é todo puro! O PT não pode, de maneira alguma, perder a eleição, porque ele vem para dizer que quem está concorrendo é tudo bandido contra ele.

Ora, o povo brasileiro tem que acordar para isso! E se usarem essa tribuna, na minha opinião, criminosamente, do ponto de vista eleitoral, estarei aqui para rebater, porque eu não vou fugir do bom combate.



Mas eu não vou deixar de falar da educação. E o faço homenageando aqui a presença do Professor José Murilo, Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG, que amanhã estará comigo em audiência no Ministério da Educação com o Dr. Marco Antônio, Secretário de Ensino Tecnológico, para que possamos fortalecer o ensino tecnológico no Brasil.

E a homenagem que faço aos professores se materializou ontem neste plenário, quando votamos o Plano Nacional de Educação. Naquele plano, eu fui um dos primeiros, se não o primeiro, a apresentar uma emenda defendendo 10% do PIB para a educação. Felizmente foi aprovado, contra o PT, que, depois, quando viu que perdia, recuou, mas que tentou, de todas as maneiras, evitar os 10%. E eu não tenho dúvida de que ainda vai continuar tentando evitá-los.

Mas nós da Oposição e vários outros bravos colegas da base do Governo dissemos: A educação fala mais alto do que partido. E mais do que verbo, temos que destinar verbas para que a educação efetivamente ocorra no Brasil. E com 10% do PIB nós podemos, sim, fazer com que este País evolua.

Portanto, meus cumprimentos aos professores, meus cumprimentos àqueles que possam educar uma geração que faça política com ética, que não nos envergonhe como esses mensaleiros, que não nos envergonhe contra aqueles que querem usar, às vezes, a tribuna para atacar alguém que não está aqui nesta Casa e que não merece o ataque da forma como foi feito, como hoje atacaram o José Serra pela manhã, mais cedo, e agora atacaram o Antonio Carlos Magalhães Neto.

Concluo falando sobre a saúde. Também está em Brasília a Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis, Rosenilce Cherie. Estaremos no Ministério da Saúde ainda amanhã para tratar de programas importantes como a UPA, como o programa para atender à área de internação de alto risco, de UTI, do Hospital São João de Deus.

Ontem, com o Secretário de Estado da Saúde, consegui um convênio importante para aliviar as dificuldades do Hospital São João de Deus. Amanhã vou ao Ministério da Saúde buscar a mesma ajuda. Espero tê-la de forma republicana, que é como se deve tratar a saúde, e não de forma partidária, porque é do PSDB ou porque é do PT.

Caminho para concluir, Sr. Presidente, dizendo: Não me tomem, nem V.Exa. nem outro membro do PT, a mal como que quisesse agredir o partido. Eu me levanto contra essa forma de tentar fazer da política eleitoral um ambiente...

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Estou no limite do tempo. Não posso prorrogar. Deputado Sávio, eu venho avisando que estamos no limite do tempo. Eu não vou prorrogar para ninguém. Nós estamos no limite do tempo. Isso foi avisado a todos os Parlamentares.

Documento 167/311

272.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/10/2012-18:48
Publ.: DCD	JHONATAN DE JESUS-PRB -RR	
18/10/2012 - 33889		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo relativo à destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Necessidade de distribuição estratégica dos recursos da educação para a redução de desigualdades regionais. Apresentação de emenda de bancada em benefício da Universidade Federal de Roraima.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acredito que o segredo para o desenvolvimento de um país está na educação de qualidade oferecida à população.

A formação de um povo, a ampliação do universo do conhecimento de uma Nação, que transforma a realidade em todos os campos, só é possível se realmente tivermos uma educação de qualidade para todos. Este é um dos papéis fundamentais dos que dirigem o País, inclusive de nós, Parlamentares: o poder de promover igualdade de oportunidades. É nosso dever dar os meios para a implantação de políticas públicas que assegurem aos jovens do País acesso à educação de qualidade. E isso deve ocorrer de norte ao sul, de leste a oeste.

Quando se mapeia a exclusão social neste País, ficam evidentes as condições de desigualdade extrema entre as regiões, a escassez de oportunidades, a falta de acesso aos serviços mínimos de assistência à



população, com concentração substancial na Região Norte.

Os dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo IBGE, confirmam que o norte do País precisa, urgentemente, de políticas públicas mais eficazes, especialmente para a parcela jovem de sua população.

Aprovado por esta Casa, o Plano Nacional de Educação destina 10% do Produto Interno Bruto do País para políticas de educação. Esse é um grande avanço e nos mostra um cenário bastante promissor. Significa a possibilidade de o setor educacional dispor de mais 4,9%, além dos atuais 5,12%, do PIB brasileiro, uma conquista importante para nossa Nação e para a educação do povo brasileiro.

No entanto, é preciso que as autoridades saibam destinar esses recursos a partir de uma visão estratégica, a fim de diminuir as desigualdades entre as Regiões do País. A Região Norte, como disse anteriormente, ainda carece de muitos recursos no setor educacional. Estados e Municípios precisam ser mais bem agraciados com repasses orçamentários, desde a educação básica até o ensino superior.

Não falo apenas ao Governo Federal, mas, sim, a todos os que podem de alguma forma colaborar com a diminuição dessas desigualdades.

Na tentativa de criar melhores condições para a vida dos jovens do meu Estado, elevar os índices de escolaridade e colocar no mercado profissionais mais qualificados, fiz uma emenda de bancada no valor de 19 milhões de reais para investimentos na Universidade Federal de Roraima. Esses recursos já estão disponíveis e prontos; alguns projetos já se encontram licitados e outros em processo de licitação.

Serão feitas a urbanização e a iluminação dos *campi* do Cauamé e Murupu. Além disso, os recursos também serão utilizados para a expansão e reestruturação do *campus* de Paricarana, onde será construído um prédio que abrigará um complexo de salas, a fim de possibilitar o funcionamento de cursos de línguas estrangeiras destinados aos alunos carentes da própria universidade; um pré-vestibular comunitário, ou seja, uma janela de oportunidades de que os alunos carentes precisam para poderem fortalecer-se, já que a nossa educação não dá a eles o mesmo privilégio de uma educação do nível superior.

O curso de línguas estrangeiras também beneficiará os alunos da universidade com o programa Ciências sem Fronteiras, do MEC nacional. Serão construídos também laboratórios de Ciências Médicas e Graduação. Como o Dia do Médico se aproxima, aproveito pra parabenizar todos os médicos do País, particularmente os do meu Estado, que fazem de tudo pra elevar o atendimento médico a um patamar melhor.



Falta pouco para as reformas começarem. É assim que pretendo continuar trabalhando nos próximos anos do meu mandato: buscando alternativas possíveis para melhorar cada vez mais o norte do País e sua população, e assim contribuir com o desenvolvimento e o crescimento econômico de Roraima e do meu País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicito a V.Exa. que autorize o registro deste pronunciamento nos Anais da Casa e nos órgãos de comunicação.

Documento 168/311

272.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/10/2012-18:57
Publ.: DCD - 18/10/2012 - 33891	INOCÊNCIO OLIVEIRA-PR -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Expectativa quanto à destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no setor educacional.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara concluiu, nesta terça-feira, dia 16 de outubro, a tramitação do Plano Nacional de Educação. A proposta prevê a destinação de 10% do PIB para o ensino em nosso País. O texto segue agora para a votação dos Senadores, já que tramitava em caráter conclusivo. A meta de 10% do PIB deve ser alcançada em 10 anos e engloba recursos do Governo Federal e dos orçamentos dos Estados e Municípios.

O Governo propunha destinar 7% do PIB para a educação. As negociações com o Ministério da Educação chegaram ao percentual de 8% do PIB, mas nossos colegas da CCJ aprovaram os 10%. O Governo afirma não ter recursos para fazer esse investimento. Teremos de mexer em outras áreas para cumprir o que foi aprovado, se essa proposta passar também no Senado. Há quem defenda destinar parte dos *royalties* com a produção e exploração do petróleo da camada do pré-sal para cobrir a diferença.



Independente da solução encontrada, o certo é que a questão é matemática e a conta tem de fechar. Mas, ao mesmo tempo, precisamos sempre tentar encontrar novos recursos para a educação, uma das áreas mais importantes para qualquer governo que deseje ver seu país em franco e constante desenvolvimento.

Hoje, a União, os Estados e Municípios aplicam juntos cerca de 5% do PIB na área. Pelo texto aprovado, o Governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB na área, nos primeiros 5 anos de vigência do Plano, e 10% ao final de 10 anos.

Outro destaque do novo Plano Nacional de Educação foi a antecipação da meta de equiparação do salário dos professores ao rendimento dos profissionais de escolaridade equivalente. O relatório do Deputado Angelo Vanhoni previa o cumprimento dessa meta até o final da vigência do Plano, ou seja, daqui a 10 anos. Mas o texto aprovado reduziu o prazo para a equiparação até o final do sexto ano do Plano. A Comissão Especial aprovou ainda o prazo de um ano após a sanção do PNE para a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional. O projeto, que já está em tramitação na Câmara desde 2006, estabelece responsabilidades de gestores públicos na melhoria da qualidade do ensino.

A Câmara deu essa semana um passo vital na batalha pela melhoria da qualidade de ensino, pela ampliação do acesso à educação em todos os níveis, pela valorização dos nossos professores. O novo Plano Nacional de Educação tira do universo das intenções as propostas que podem impulsionar o ensino em nossas escolas e transforma em realidade o sonho de ver todas as nossas crianças e jovens nos bancos escolares, nossos professores satisfeitos e capacitados para ensinar.

O interessante é que o novo PNE prevê ações para os brasileiros desde a alfabetização até a formação de doutores. O Plano estabelece 20 metas educacionais que o País deverá atingir no prazo de 10 anos. Além do aumento no investimento em educação pública, o texto prevê a ampliação das vagas em creches, a erradicação do analfabetismo e a oferta do ensino em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas. E o melhor: tudo isso com data marcada, já que o Plano estabelece prazos de implementação das medidas.

É um momento histórico. Todos vocês, colegas Parlamentares, são testemunhas da minha defesa apaixonada pelo avanço na educação. Mas também tenho consciência de que as contas públicas precisam ser preservadas, mantidas em equilíbrio. Tenho a firme convicção de que o Governo da Presidenta Dilma vai encontrar uma solução que permita manter o investimento de 10% na educação sem prejuízos para as contas públicas. Acredito que assim procedendo estaremos



dando um grande passo para ingressarmos no Primeiro Mundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 169/311

272.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/10/2012-18:57
Publ.: DCD - 18/10/2012 - 33894	ANTONIO BULHÕES-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Baixos salários percebidos pelo magistério no País. Importância da aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo relativo à destinação ao setor de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Atraso da educação pública. Valorização dos docentes brasileiros.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 15 de outubro, celebra-se o Dia do Professor, de modo que importa prestar justa homenagem a essa nobre categoria de profissionais competentes e dedicados, responsáveis pela formação de milhões de crianças, jovens e adultos no Brasil, desde as etapas iniciais da educação básica até as cátedras de nível superior, da graduação e da pós-graduação.

Embora seja fácil perceber a relevância do ofício de professor, não se



Ihe confere o devido reconhecimento, o reconhecimento correspondente à grandeza de suas atribuições de ensinar e despertar consciências, de preparar cidadãos capazes de contribuir efetivamente para o desenvolvimento do País.

Os baixos salários pagos aos professores tornam a profissão pouco atrativa. Muitos professores, no Brasil, já abandonaram as salas de aula, preferindo se submeter a concursos públicos em outras áreas e seguir carreiras mais promissoras que o magistério. Outra consequência dessa realidade pode ser identificada na queda da qualidade da educação básica.

Evidentemente, a profissão de professor deve ser mais valorizada, de tal forma que os alunos dos cursos de formação de docentes e os próprios docentes que se interessem em permanecer na carreira de professor sejam urgente e efetivamente estimulados nesse sentido.

A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) já lançou um alerta expondo que, em razão dos baixos salários, a profissão encontra-se sob "forte ameaça" em vários países emergentes.

Levantamentos realizados com a chancela da ONU mostram que um professor do ensino fundamental da rede pública em São Paulo percebe rendimento médio anual equivalente a apenas 10% do que ganha um docente suíço. Assim, enquanto um professor em Zurique, maior cidade da Suíça, recebe, por ano, o equivalente a R\$211.920,00, o de São Paulo fica somente com R\$21.476,00.

Em diversas localidades no mundo, os rendimentos dos professores superam amplamente os valores pagos no Brasil. Para citar apenas alguns exemplos: Toronto, R\$167.955 por ano; Tóquio, R\$158.433; Miami, R\$128.651; Nova Iorque, R\$127.435.

Na lista composta por 73 cidades, apenas 17 registraram salários inferiores aos de São Paulo, entre as quais Lima, Nairóbi, Manila e Cairo. No Brasil, estamos falando da maior de nossas cidades. Imaginem, então, a situação dos professores em outras regiões mais carentes do País.

Os salários dos professores do ensino fundamental também estão abaixo da renda média nacional, ou seja, do PIB *per capita*, que em 2011, conforme dados do Banco Mundial, chegou a 11,6 mil dólares por ano. Esse valor, segundo pesquisa do banco UBS, supera em mil dólares a renda média anual dos professores no Brasil.

Vale observar que, em janeiro, o Governo Federal anunciou reajuste de 22% no piso salarial dos professores, elevando-se, pois, em âmbito nacional o salário base da categoria de R\$1.187,00 para R\$1.450,00. Mas apesar de o reajuste ser calculado pelo Governo Federal, são os



Estados e Municípios que respondem pelos gastos, de modo que, frequentemente, Governadores e Prefeitos alegam que não têm como efetuar o pagamento do valor mínimo estipulado.

Justamente no intuito de criar melhores condições para a educação no Brasil, a Câmara aprovou, em junho deste ano, o Plano Nacional de Educação, que estabelece 10% do PIB como meta de investimento para o setor a ser alcançada no prazo de 10 anos. Conforme o texto aprovado na Câmara e que ainda passará pela apreciação do Senado Federal, a determinação é que se amplie a meta dos atuais 5,1% do PIB para 7% no prazo de 5 anos, até atingir os 10% ao fim de vigência do plano.

Porém, o próprio Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, considera que dobrar os recursos para a educação é uma tarefa política difícil de ser executada, uma vez que será preciso tirar recursos de outras áreas.

Trata-se, em última análise, de reconhecer as prioridades, as principais necessidades do País. A propósito, somos forçados a indagar, por exemplo, sobre o montante de recursos que poderiam servir para resolver os problemas da saúde e da educação e que, no entanto, estão sendo canalizados para a construção de estádios de futebol.

O PNE estabelece 20 metas educacionais que o Brasil deverá atingir no prazo de 10 anos. Além do aumento do investimento em educação pública, prevê a ampliação das vagas em creches, a erradicação do analfabetismo, a oferta de ensino em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas e a equiparação da remuneração dos professores com a de outros profissionais com formação superior. Os termos da proposta, observados sob outro ponto de vista, mostram claramente o atraso da educação no Brasil.

Precisamos, sim, lutar pela qualidade da educação, tendo em mente o alerta da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lembrando que professores do ensino fundamental em países desenvolvidos recebem por ano uma renda 17% superior ao salário médio de seus países.

Entre os melhores exemplos de incentivo à profissão de professor está, sem dúvida, a Coreia do Sul, onde os salários médios dos professores são 121% superiores à média nacional. Foi justamente a valorização da educação que permitiu, na Coreia do Sul, a transformação de uma sociedade rural em uma das economias mais dinâmicas da atualidade.

Concluo, pois, a presente homenagem ao Dia do Professor com a expectativa de que se fortaleça e se concretize, na prática, a consciência das autoridades competentes e da sociedade acerca da importância do papel do professor bem como da promoção das



condições essenciais para se dispor de educação de qualidade em todo o território nacional, visando à superação definitiva das graves desigualdades que afetam a população brasileira.

Muito obrigado!

Documento 170/311

272.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/10/2012-18:57
Publ.: DCD - 18/10/2012 - 33896	OTONIEL LIMA-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011/2020. Desafios da educação brasileira. Valorização dos docentes brasileiros.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. OTONIEL LIMA (PRB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a celebração do Dia do Professor muito significa para todos aqueles que acreditam no elevado valor da educação e na importância dos docentes para o desenvolvimento do País.

A data, comemorada em 15 de outubro, permite-nos ressaltar o empenho diário desses profissionais para que os sistemas público e privado de ensino atinjam patamares crescentes de qualidade. E, mais: conscientes de que uma educação de qualidade representa um direito de todos os brasileiros, professores muitas vezes enfrentam situações de elevado desgaste físico e mental, tudo em nome de uma nova escola para uma nova era.

Sim, essas situações de desgaste são reforçadas de diferentes formas. Baixos salários, precariedade nas condições de trabalho, reconhecimento inadequado da profissão pelo tecido social e doenças laborais diversas evidenciam uma série ainda mais ampla de problemas responsáveis por afetar, em grande medida, o cotidiano de nossos docentes.



Em que pese essa difícil realidade, devemos enfatizar o esperançoso horizonte surgido com a recente aprovação, pela Comissão Especial instituída no âmbito da Câmara dos Deputados, do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020, em especial por algumas de suas específicas diretrizes, como a valorização dos profissionais da educação ou ainda a melhoria da qualidade do ensino.

O próprio PNE prevê que a consecução de suas metas deve ser realizada em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, numa demonstração inequívoca de que estamos diante de um imenso desafio. Desafio que dialoga com a universalização do atendimento escolar, com a erradicação do analfabetismo, com a superação das desigualdades educacionais ou mesmo com a difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade.

Mas para que essas diretrizes alcancem o êxito esperado, o contínuo investimento no campo educacional representa condição *sine qua non*. Somente dessa forma será possível descortinar o horizonte tracejado pelo PNE, onde a valorização do professor e o ensino de qualidade caminham de mãos dadas.

Quanto à valorização do magistério, quero aqui destacar que a pauta reivindicatória de nossos docentes vai muito além de políticas salariais mais justas. O grande desejo daqueles que abraçaram o magistério como verdadeiro sacerdócio é o reconhecimento da educação como poderoso instrumento de melhoria nas condições de vida dos cidadãos e cidadãs.

Sras. e Srs. Deputados, nesse caminho de desenvolver no corpo docente competências necessárias para o enfrentamento do futuro, prestamos nossa homenagem a todos os professores que acreditam no sonho de edificação de um Brasil cada vez mais desenvolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 171/311

274.2.54.O

Sessão Ordinária - CD 19/10/2012-10:06

Publ.: DCD - 20/10/2012 - 34066 PADRE TON-PT -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário



Defesa de extinção dos benefícios do 14º e do 15º salários concedidos aos Parlamentares. Realização da reforma política. Atividades desenvolvidas pelos Parlamentares. Acerto da aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo sobre a destinação ao setor de 10% do PIB brasileiro. Saudações aos professores brasileiros. Acerto dos vetos apostos pela Presidenta Dilma Rousseff a dispositivos do novo Código Florestal brasileiro. Frustração dos opositores do Governo Federal com os reflexos do julgamento dos envolvidos no chamado escândalo do mensalão nas eleições municipais. Amadurecimento da democracia brasileira com a implementação da Lei da Ficha Limpa. Balanço da participação do PT nas eleições municipais de 2012, particularmente no Estado de Rondônia. Eleição de indígenas para a Câmara Municipal de Guarajá-Mirim, no Estado. Aumento da participação feminina nas eleições municipais. Vinculação entre o desempenho do Governo Dilma Rousseff e os expressivos resultados alcançados pelo PT no pleito eleitoral de 2012. Apresentação de emenda à Medida Provisória nº 577, de 2012, para a redução de tarifas de energia elétrica aos consumidores residentes em Municípios-sede de usinas hidrelétricas.

O SR. PADRE TON (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de entrar no tema principal do meu pronunciamento, as eleições municipais em curso, quero fazer três registros rápidos da maior relevância para o futuro do Brasil.

No primeiro registro, Sr. Presidente, quero fazer coro à sua fala e dizer que conte comigo. Eu apoio o fim do 14º e do 15º salários para os Parlamentares. Nós precisamos também, cada vez mais, fazer desta uma Casa aberta ao povo e transparente, como ela é.

Nós precisamos, pela própria experiência das eleições municipais deste ano, fazer acontecer a reforma política. Dentre as mudanças que podemos fazer aqui no Parlamento, que façamos a reforma política.

É importante também que aqueles que assistem à sessão e nos escutam entendam o papel do Parlamentar num País continental como o nosso. As nossas atividades se dividem em atividades aqui no Parlamento, onde ficamos nos dias de semana, votando, discutindo, participando das Comissões, atendendo reivindicações dos nossos Estados, e em atividades nos nossos Estados, nos finais de semana ou de sexta até segunda-feira, quando visitamos as nossas bases, os nossos Municípios, atendendo aos reclames da nossa população e fiscalizando as ações, principalmente, do Governo Federal.

E aí, além das mudanças aqui no Parlamento brasileiro, na Câmara - precisamos discutir se vamos diminuir o número de Parlamentares, se vamos acabar com o 14º e o 15º salários -, precisamos fazer com que



esta Casa seja mais transparente.

Mas nós precisamos também fazer de verdade a reforma política. O financiamento público de campanha é muito importante. Sentimos na pele, nesses rincões do Brasil, ainda, o abuso do poder econômico, a compra de votos, a incapacidade da Justiça Eleitoral de acompanhar, de fiscalizar, por isso toma decisões, muitas vezes, em cima da hora, como vimos no caso da própria declaração da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Quero também fazer um registro sobre a educação. Parabenizo esta Casa pela aprovação do novo Plano Nacional de Educação, finalizado nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O Plano traça as metas para o setor nos próximos 10 anos, incluindo o aumento dos investimentos em educação para 10% do PIB - atualmente é de somente 5%.

A aprovação do PNE é, sem dúvida, o mais extraordinário feito desta legislatura, uma contribuição formidável para o desenvolvimento do Brasil, pois, além de reafirmar a independência deste Parlamento, dá ao Poder Executivo Federal e aos dos Estados e Municípios, as condições necessárias para superar as dificuldades de financiamento deste importante setor. Com a decisão esta Casa presta também uma homenagem aos milhares de professoras e professores presentes em cada recanto deste nosso grande Brasil, nesta semana em que se comemorou o Dia do Professor. A eles e a elas os meus parabéns e o reconhecimento pelo abnegado serviço que nos prestam.

O terceiro ponto é referente aos vetos da Presidenta Dilma ao novo Código Florestal. Governar com responsabilidade implica tomar decisões difíceis, levando em conta não apenas os efeitos imediatos de determinado ato, mas principalmente as consequências para o futuro do País e o legado para as próximas gerações.

A Presidenta Dilma, em pleno processo eleitoral, dá uma lição de compromisso com o desenvolvimento sustentável do Brasil. Eu, que sou de Rondônia, um Estado novo, de colonização incentivada pelo Governo Militar, quando recebemos muita gente do Sul e Sudeste do Brasil, tenho consciência de que Rondônia já tem bastantes áreas desmatadas, suficientes para produzir alimento, para criar gado.

O povo brasileiro está apoiando os vetos da Presidenta, pois já compreendeu que os recursos naturais precisam ser utilizados de forma racional em prol do bem-estar de toda a população, e não apenas como forma de acumulação de riquezas para meia dúzia de muito ricos do meio rural que insistem em não respeitar o Estado de Direito estabelecido no País.

Só o Estado de Rondônia, que é um Estado pequeno, tem mais de 12



milhões de cabeças de gado, para uma população de cerca de 1 milhão e 500 mil habitantes.

Os vetos têm meu total apoio, na medida em que restabelecem o tratamento diferenciado entre os agricultores familiares, que produzem mais de 70% de tudo o que consumimos no dia a dia, e os grandes proprietários, cuja produção é voltada para a exportação de *commodities*. Não podemos tratar os desiguais de forma igual. Quem mais se utiliza dos recursos naturais deve também ter uma responsabilidade maior na preservação.

Feitos esses registros, passo ao tema que escolhi para o pronunciamento desta manhã.

Muitas previsões, Sr. Presidente, foram feitas a respeito das eleições deste ano. Muito se especulou, principalmente por articulistas dos grandes veículos de imprensa, sobre o que aconteceria com o capital político do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff, caso as previsões sombrias se confirmassem.

As apostas mais efusivas tratavam de enfatizar antecipadamente os maus resultados que seriam colhidos pelo PT nas urnas, como resposta dos brasileiros ao envolvimento de algumas de suas lideranças no processo denominado de mensalão, em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Em relação ao ex-Presidente Lula, os mais afoitos se apressaram em professar que sua estrela já não brilhava como em eleições passadas, que a perda da barba lhe teria custado também uma queda irremediável no *ranking* da preferência dos brasileiros.

Nossos adversários, porém, não se limitaram às previsões desfavoráveis ao nosso partido e atuaram sordidamente para que seus maus agouros se transformassem em realidade. Agiram de forma orquestrada para impingir ao julgamento do chamado mensalão, na Suprema Corte, um calendário de votações colado ao calendário das eleições, com a finalidade de alimentar o noticiário diariamente com fatos negativos à medida que a Corte fosse proferindo as sentenças condenatórias. Um julgamento em que a condenação dos réus já era previsível, pois se houvesse a intenção de absolver simplesmente, este não teria sido agendado.

Frente ao clima de condenação antecipada que se instalou no País, seria mais fácil para a Corte deixar os crimes prescreverem que marcar um julgamento para absolver os réus, como tantos outros crimes prescritos nos tribunais deste nosso País.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que o Supremo Tribunal Federal foi



usado pelos nossos adversários para influenciar o resultado das eleições. Felizmente, o povo brasileiro está sabendo colocar cada coisa no seu devido lugar.

O próprio Relator da Ação Penal 470, Ministro Joaquim Barbosa, que reputo como uma das personalidades mais empenhadas na missão de transformar o Brasil para melhor, fez uma distinção clara entre seu posicionamento no processo, tendo em vista as circunstâncias em que ele acontece, e sua visão sobre o Brasil atual como cidadão, em uma entrevista que deu a um veículo de comunicação às vésperas do primeiro turno das eleições, esclarecendo que votou no ex-Presidente Lula, em 2008, e na Presidenta Dilma, em 2010. Ele disse: *"Eu não me arrependo dos votos, não. As mudanças e avanços no Brasil nos últimos dez anos são inegáveis. Em 2010, votei na Dilma."*

Nossa democracia, Srs. Deputados, está amadurecendo a cada eleição. As instituições estão funcionando normalmente, apesar das constantes tentativas de manipulação por parte de forças conservadoras acostumadas ao golpismo como forma de luta política e ideológica.

A Lei da Ficha Limpa, aprovada nesta Casa, é um exemplo desses novos tempos. Apesar de ter vindo muito lenta, é sinal desses novos tempos. Estabeleceu um novo patamar ético e moral nessas eleições, apesar da ausência de uma reforma política mais abrangente.

Mais de 2.200 candidatos caíram na malha fina por pendências com a Justiça, o que foi muito importante. Isso aconteceu em Rondônia. Tivemos uma eleição importante na cidade de Vilhena, onde um dos candidatos mais fortes teve que ser tirado através da força da Lei da Ficha Limpa.

O PSDB, principal partido da Oposição, foi o partido campeão nacional em número de candidatos barrados pela Lei da Ficha Limpa, confrontando a imagem pública ostentada de paladino da ética e dos bons costumes.

O povo está mais livre para fazer suas próprias escolhas. Felizmente, o cabresto, aos poucos, está perdendo serventia. Evidentemente que a democracia brasileira não é uma obra acabada. Estamos longe disso. Ainda precisamos percorrer um longo e tenebroso caminho até vermos totalmente banidas do processo eleitoral as antigas e ruinosas práticas de compra de voto, de uso da máquina pública para constranger o eleitor, de denunciamento calunioso, das promessas inexecutáveis e tantas outras formas desonestas de fraudar a vontade do povo. Mas precisamos reconhecer os avanços e reafirmar a convicção de que estamos no caminho certo.

O PT, Srs. Parlamentares, contrariando todos os prognósticos



pessimistas, foi o partido que recebeu o maior número de votos dentre todas as agremiações. Reafirmou-se como o partido da preferência dos brasileiros. O PT foi o campeão nacional de votos, com 17 milhões e 300 mil eleitores, um crescimento de 4,3% em relação à disputa de 2008.

Elegemos, já no primeiro turno, 627 prefeitos e prefeitas em todo o País, sendo 13 em cidades com mais de 150 mil eleitores. Além disso, estamos disputando o segundo turno em 22 cidades, incluindo Salvador, Fortaleza e a Capital paulista, que é a maior e mais importante cidade da América Latina, onde o nosso candidato começou a campanha com apenas 3% nas pesquisas e, agora, no segundo turno, de acordo com levantamento de institutos de pesquisa, já abre uma vantagem de mais de 15 pontos percentuais sobre seu adversário, o principal líder da Oposição atualmente.

O PT foi também o partido que mais aumentou o número de vereadores, passando de 4.168, em 2008, para 5.164, em 2012. Subimos da quinta para a terceira colocação em número de vereadores no País, com um crescimento real de quase mil Parlamentares. E o PT sempre teve uma tradição de eleger Parlamentares. Nós não tínhamos uma tradição de eleger chefes de Executivos.

Dos grandes partidos, apenas o PT e o PSB conseguiram aumentar suas bancadas municipais, enquanto o DEM e o PSDB sofreram as maiores derrotas, perdendo, em números absolutos, 1.526 e 649 vereadores, respectivamente.

Em Rondônia, que é o meu Estado, o PT elegeu seis prefeitos e prefeitas, dois a mais do que em 2008, e seis vices em chapas parceiras. Nós temos 52 Municípios.

Em Cacoal, importante cidade do interior do meu Estado, que se firma cada vez mais como polo prestador de serviços na área universitária e na área médico-hospitalar, na zona central do Estado, o Padre Franco Vialetto foi reeleito com 52% dos votos válidos, uma das mais importantes vitórias do PT em Rondônia.

Em Costa Marques, capital do Vale do Guaporé, localizado na fronteira com a Bolívia, o pescador Chico Território foi o vitorioso, em uma coligação que envolveu, além do PT, o PTN, o PP, o DEM, o PSB, o PMDB e o PRB.

Em Guajará-Mirim, outro Município situado na fronteira com a Bolívia, carinhosamente conhecido como Pérola do Mamoré, elegemos Dúlcio Mendes. Essa é uma cidade antiga e simbólica para o nosso povo de Rondônia.

Em Jaru, o PT volta à administração após 2 décadas, com a Professora



Sônia Cordeiro, que é a atual presidente do meu partido no Estado, em uma ampla frente que envolveu também o PTN, o PP, o PPS, o PSL, o PRB e o PRP. A eleição do PT em Jarú, cidade importante, de 80 mil habitantes, no centro do Estado, reveste-se de um significado todo especial, pois significou a derrota da oligarquia local, que governava o Município há mais de 15 anos, e a ascensão da primeira mulher ao comando político do Município.

Na cidade de Presidente Médici, localizada na região central do Estado, às margens da BR-364, sagrou-se vitoriosa a ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, Lourdinha Dantas. E, em São Miguel do Guaporé, importante polo agropecuário do nosso Estado, foi eleito o jovem Zenildo Pereira dos Santos.

Também participamos, com candidatos a vice-prefeito, em chapas vitoriosas: em Cabixi, onde tivemos somente um candidato a Prefeito, com Marcus Martins; em Espigão d'Oeste, com João Bueno; em Nova Brasilândia d'Oeste, com Emerson; em Seringueiras, com Ana Clara; em São Felipe d'Oeste, com José Mendes; e em Vale do Paraíso, com Antônio José, conhecido como Toninho do PT.

Para o Parlamento municipal, elegemos 57 vereadores, em 37 Municípios. Destaco, particularmente, a vitória das companheiras petistas Euzilene, em Teixeiraópolis; Professora Márcia Regina, em Ji-Paraná; Fatinha, em Porto Velho; Valdenice Domingos Ferreira, a Val do PT, em Campo Novo de Rondônia; Maria Simões, em Cacoal; e Paula Carvalho, em Cacaupônia.

Em Rondônia, Srs. Parlamentares, o Partido dos Trabalhadores vai governar para uma população de 231.168 habitantes e participar da administração, com vice-prefeitos, de uma população de 81 mil habitantes, o que corresponde a um total de 20% do Estado.

O partido saiu das urnas maior do que entrou, em número de prefeituras e em número de vereadores. Infelizmente, após duas gestões seguidas do partido na Capital, Porto Velho, desta vez não tivemos sucesso com nossa candidatura, encabeçada honrosamente pela ex-Senadora Fátima Cleide.

Como disse o Presidente Nacional do PT, Deputado Rui Falcão, onde o PT se dividiu o resultado não foi bom. Os casos de Porto Velho - a briga interna em nosso partido - e da cidade de Recife são emblemáticos sobre a condução da nossa legenda. Precisamos ter muito cuidado com as divergências internas no nosso partido. Temos que refletir profundamente sobre os erros e os acertos pontuais dessa campanha - tivemos problemas em Fortaleza -, para potencializar os acertos e evitar a repetição dos erros nas próximas eleições.

Voltando ao resultado das eleições em Rondônia, quero saudar desta



tribuna a eleição do primeiro líder quilombola no meu Estado. Foi eleito o companheiro Jorge Homero, no pequeno Município de Pimenteiras do Oeste, que fica na fronteira com a Bolívia.

Embora não pertençam ao meu partido, quero também aplaudir a vitória dos índios Arão e Nham-pá Oro Win para a Câmara Municipal de Guajará-Mirim. O Município de Guajará-Mirim elegeu dois índios para vereadores.

Essa foi uma eleição importante, uma eleição de mulheres. Em todo o Brasil foi a eleição em que nós mais elegemos mulheres como prefeitas, sem falar da eleição de quilombolas e de índios.

Além das prefeitas eleitas pelo Partido dos Trabalhadores - Sônia Cordeiro, em Jaru, e Lurdinha, em Presidente Médici -, outras três mulheres terão a responsabilidade de administrar seus Municípios em Rondônia. São elas: Socorro, de Campo Novo de Rondônia; Cida, de Governador Jorge Teixeira, e Gislaine Lebrinha, de São Francisco do Guaporé.

Portanto, seja no plano estadual, seja no plano nacional, a mensagem eloquente que sai das urnas é a de que o PT e o Presidente Lula estão mais vivos do que nunca, para desgosto dos nossos adversários.

Esses resultados, Sr. Presidente, não vieram por acaso. São respostas da população ao trabalho desenvolvido pela bancada do partido na Câmara dos Deputados e no Senado, aprovando matérias que ajudam a melhorar o Brasil e rejeitando outras. É uma resposta de aprovação aos nossos Governos Estaduais, que estão em sintonia com os anseios da maioria da população. É uma resposta ao bom desempenho do partido nas administrações municipais; ao modo petista de governar, invertendo prioridades em benefício do povo e dos mais necessitados. É, principalmente, um gesto de aprovação incontestante ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

A Dilma perdeu em Rondônia, mas nessas eleições a imagem da Dilma foi importante para a eleição de muitos prefeitos e prefeitas, até mesmo de outros partidos. A popularidade da Presidenta, em Rondônia, já se reverteu.

Houve aprovação à coragem da Presidenta de enfrentar os barões do sistema financeiro e forçar uma redução inédita das taxas de juros e das tarifas bancárias, resultando em uma redução sem precedente do *spread* bancário e do custo do financiamento neste País. Houve aprovação também à diminuição do preço da energia elétrica. Rondônia está construindo as duas grande usinas hidrelétricas, duas grandes obras do Governo, e nós temos energia da pior qualidade, Sr. Presidente. Quando começa a ventar, cai o fornecimento de energia. Estão construindo um linhão, passando por dentro dos nossos sítios e



das nossas cidades, para levar energia para São Paulo, enquanto nosso povo não tem energia de qualidade.

Eu fiz uma emenda à Medida Provisória nº 577, de 2012, para que, nos Municípios em que há usinas hidrelétricas, as pessoas possam pagar menos pela energia elétrica. Não adianta haver *royalties*, porque eles não chegam para o povo.

Como eu dizia, houve aprovação à diminuição do preço da energia elétrica, tanto para os consumidores residenciais como para as empresas, disseminando uma onda de redução de custos por toda a economia, e isso é muito importante; aprovação à política de desoneração da folha de pagamento para setores industriais, o que estimula a contratação de mais trabalhadores e contribui para aumentar a competitividade da indústria nacional frente aos produtos importados.

O Sr. Miro Teixeira - Quando não lhe atrapalhar, eu gostaria de um aparte.

O SR. PADRE TON - Concedo-lhe o aparte.

O Sr. Miro Teixeira - Muito obrigado. Cumprimento V.Exa. pela presença na tribuna e reivindico, como membro da base, uma parte dos êxitos do Governo. Nós, do PDT, apoiamos o Lula e apoiamos agora a Dilma. Claro que o PT é o partido da Presidenta da República, mas nós estamos aqui em enfrentamentos constantes em favor dessas políticas públicas que têm melhorado a vida do povo brasileiro. Acrescento ao que V.Exa. disse o crescimento da presença da população negra - vamos falar assim - no ensino superior. Não vamos entrar nessa discussão de afrodescendente. Nós, que lidamos, desde muito cedo, com toda a igualdade, realmente de modo sincero, não temos que ter esse tipo de cautela. Quadriplicou o número de negros nas universidades. O papel do PROUNI nisso precisa ser mais bem indicado às pessoas. Parece-me que está havendo certa timidez com um resultado que é excepcional para o Brasil, o da melhoria das condições de escolaridade, remetendo ao 3º grau populações inteiras que não cogitavam, não pensavam nisso. Por outro lado, se temos isso de positivo, temos algo negativo: persiste a cultura de submissão, de subjugar o Poder Legislativo. Eu deploro que os nossos Governos tenham continuado com esses jogos de liberação de emendas, que são impropriamente assim chamadas, porque elas são apresentadas pelos Parlamentares e, depois de aprovadas, são lei, são parte da lei orçamentária. Mas a submissão do Parlamento também é voluntária. Por isso continuam chamando de emendas aquilo que já virou lei. Acho que nós avançaremos também olhando para dentro e fazendo críticas. É preciso parar com isso. É preciso travar uma relação mais justa com o Congresso, para que não fiquemos nivelados, todos, todos, todos, num patamar que não me parece republicano. *"Dê o seu voto e receba*



a sua emenda". Isso é absolutamente indesejável. Cumprimento V.Exa. pelo discurso. Acho que a sexta de debates é uma ideia que podia até crescer na Casa, para que pudéssemos falar de diversos temas. Muito obrigado.

O SR. PADRE TON - Obrigado, Deputado.

Mesmo como Deputado novo nesta Casa, sempre que falo das emendas, falo para as pessoas que a emenda é como subir num pau de sebo: você sobe, mas há tanta burocracia que, quando você vai pegar o dinheiro, cai novamente. E percebi nessas eleições que as emendas não trazem votos. Por quê? Porque quando a emenda chega, já não surte efeito.

O Sr. Miro Teixeira - E o objetivo, se V.Exa. me permite continuar um pouco nessa linha, é levar a visão do Parlamentar ao Poder Executivo. Por quê? Porque o técnico, com todas as suas qualidades, está assentado em Brasília e não sabe a importância que tem uma pequena ponte no último Município brasileiro. O Parlamentar vai lá pedir voto. Ele sabe. Ele esteve lá. Ele é o representante daquele pedaço, daquela parcela da população. E, curiosamente, no nosso Brasil, um técnico pode pegar um lápis, cortar a Amazônia no mapa e fazer a Transamazônica. E V.Exa., que chega aqui lutando pelo voto e tem a representação do povo, apresenta a indicação de uma pequena - se olharmos o Orçamento, veremos que as emendas parlamentares são pequeninas - parcela do Orçamento para utilização em determinada obra - que não chegou, sem dúvida alguma, à visão dos Ministérios -, ou na prestação de um serviço, ou seja lá em que for, mas, aprovada a lei orçamentária, todo o resto é lei orçamentária, e a emenda continua sendo chamada de emenda e depois é oferecida como favor. Não é favor, não! O Executivo tem de cumprir a lei. Agora, na discussão do apoio à Presidência da Câmara dos Deputados - apoio o nome do Deputado Henrique Eduardo Alves -, conversando com o Líder André Figueiredo, eu disse: *"Olha, em vez de ficarmos nessa discussão, que vira e mexe aparece nos jornais, no sentido de que vamos querer cargos na Câmara ou de que vamos querer a liberação de algumas emendas, e isso não é bom, vamos propor que as emendas parlamentares se tornem impositivas, como um compromisso do candidato à Presidência da Câmara!"* Um deles. Temos outros. Temos a despartidarização da designação dos Relatores, por exemplo. Mas o foco aqui é como valorizar o mandato do Parlamentar! Não é um favor, não! Não é um favor! V.Exa., quando faz sua emenda ao Orçamento, é porque V.Exa. esteve naquela comunidade, representa aquela comunidade, está trazendo a aspiração daquela comunidade. V.Exa. tem que ser respeitado no seu mandato. Aquela população tem que ser respeitada. A Câmara dos Deputados tem o dever de tornar impositivas as iniciativas parlamentares no Orçamento, no limite dessas emendas, para que se estabeleça verdadeiramente um ambiente de independência e harmonia entre o Legislativo e o Executivo. Desculpe-me, mas, como temos um Presidente generoso,



sei que eu não estou atrapalhando o tempo de V.Exa. Sem dúvida V.Exa. terá o tempo necessário a esgotar o seu conjunto de ideias para o dia de hoje. Obrigado.

O SR. PADRE TON - Obrigado, Deputado Miro, pela sua contribuição pertinente.

Vou caminhar para a conclusão do meu pronunciamento.

A votação recebida agora pelo PT é uma aprovação da população aos Programas Brasil sem Miséria, que está retirando 16 milhões de brasileiros e brasileiras da pobreza absoluta; Brasil Carinhoso; Minha Casa, Minha Vida, no campo e na cidade; e Brasil Maior, entre outros, programas que, apesar de criticados constantemente, são reconhecidos e copiados no mundo inteiro por contribuírem, decisivamente, para a redução das desigualdades sociais e regionais e o combate à pobreza extrema.

A votação recebida é um sinal também de que o povo está aprovando a política de cotas sociais e raciais que estamos instituindo nas universidades públicas e, também, a política ambiental e os vetos feitos pela Presidenta Dilma ao novo Código Florestal.

O reconhecimento incontestável do povo brasileiro, votando nos candidatos do PT e dos partidos da base de apoio ao Governo Federal, confirma que estamos no caminho certo e nos anima ainda mais a continuar perseguindo o sonho de um Brasil mais justo e com igualdade de oportunidades para todos e todas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 172/311

277.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/10/2012-15:48
Publ.: DCD - 23/10/2012 - 34125	JÚNIOR COIMBRA-PMDB -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, sobre a instituição



do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020. Expectativa de manutenção, pelo Senado Federal, de dispositivo do projeto referente à destinação ao setor de educação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Importância de aprovação da matéria para o desenvolvimento do País.

O SR. JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, que institui o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020, foi há pouco - e em boa hora - aprovado pela Comissão Especial criada com essa finalidade e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa.

Em caráter conclusivo, não passará por este plenário. Deverá seguir diretamente para a análise do Senado, onde esperamos - os que lutaram pela destinação de 10% do Produto Interno Bruto para investimentos em educação, até o fim do período - vê-lo mantida depois de muitas marchas e contramarchas neste Parlamento.

O percentual constitui avanço, com base na proposta original do Poder Executivo, de 7%, avanço que, sem dúvida, é ao mesmo tempo um desafio, em termos de orçamento. Mas um desafio, nobres colegas, que temos de enfrentar inadiavelmente, em face dos patamares de desenvolvimento econômico que atingimos nos últimos anos, de nossa inserção no cenário econômico mundial, das exigências de produtividade, da competitividade dos mercados globalizados. Um desafio sobretudo de ordem social.

O País, que se quer rico, Sr. Presidente, necessita ser também justo, do ponto de vista de construir uma sociedade igualitária para todos os brasileiros. E o Plano está embasado exatamente nisto: no princípio basilar da igualdade. A educação pública, gratuita, democrática e de qualidade é a ponta de lança desse processo, sem a qual ele jamais se realizará.

Ao diagnosticar os problemas do setor, nas dimensões social, cultural e política, o PNE torna-se um documento de referência para os próximos 10 anos. Nele se contemplam diretrizes e estratégias de ação voltadas não apenas para as questões estruturais e históricas, mas também para as conjunturais e regionais.

Nele também estão definidos os objetivos a serem alcançados em diferentes momentos, ao longo da década, de forma a progressivamente elevar-se o nível de escolaridade da população; melhorar a qualidade do ensino público, em todos os níveis; estimular o acesso e a permanência de todos na escola, assim promovendo a verdadeira democratização do saber. Ao todo, são vinte as metas



traçadas, algumas das quais, sem dúvida, bastante ambiciosas.

A fiel execução do Plano exigirá coragem e ousadia. O Estado brasileiro, porém, não vai quebrar por isso, como tem sido dito. No meu entendimento, o aporte de mais recursos para a educação, com o novo percentual estabelecido, antes de ser questão econômica, é questão política. E, em política, como se sabe, nada pode de antemão ser inviabilizado. Prefiro trabalhar com a ideia da revalorização.

Em outras palavras, o realinhamento de prioridades para fazer sobrelevar a educação, Sr. Presidente, como ponto de honra do nosso Governo, de todos os governos - Federal, Estadual, Municipal -, como forma de resgate de nossos erros históricos. A Presidenta Dilma Rousseff, inclusive, já se posicionou pelo uso dos *royalties* do petróleo e de parte do Fundo Social para garantir que não faltem recursos para a educação, sem, é claro, recorrer-se à elevação da carga tributária.

Portanto, não se trata, Sr. Presidente, de desconhecer os fatos. Trata-se, na verdade, de trabalhar com os fatos para mudá-los. Não se trata do presente. Trata-se do futuro.

As verdadeiras transformações da humanidade quase nunca foram indolores. Em geral, elas se dão por espasmos, que não excluem, eu diria, certo radicalismo. No caso da educação brasileira, é preciso ser radical, empreendendo uma revolução, a mesma revolução feita por países asiáticos que, na década de 1960, apresentavam indicadores sociais semelhantes aos de nações africanas fortemente estagnadas.

Pode-se questionar o modelo econômico, social e político de alguns daqueles países. Não se pode, contudo, ignorar que muito do sucesso que têm experimentado, desde então, baseia-se na educação (além, é claro, da infraestrutura criada para suportar o avanço econômico, tema merecedor de outro tipo de análise, que não cabe no momento).

Por ora, quero me ater ao ponto central das discussões em torno do PNE, o percentual de 10% do PIB. Ele não vai ser, reconheço, a salvação para todas as mazelas do setor, uma vez que não se trata tão somente de destinar recursos - no caso, dobrar os atuais 5%; trata-se sobretudo de fazer com que os recursos, muitos ou poucos, sejam aplicados com qualidade. E, para isso, será preciso monitorar com mais rigor a eficiência dos gastos.

Aonde irá o dinheiro? Em que medida, objetivos e metas serão alcançados? Que impactos, de fato, acontecerão sobre os indicadores sociais? Ou, para ser mais preciso, sobre o desempenho dos estudantes, em exames e certames, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)?

A propósito, vale observar que na última dessas provas, realizada em



2009, o Brasil ficou em 53º lugar em leitura e em 57º lugar em Matemática, de uma lista de apenas 65 países. A nota média nacional em leitura foi de 412 pontos, verdadeiro vexame, que nos coloca a uma distância abissal da China, por exemplo, que obteve 556 pontos.

Em Matemática, o confronto foi mais desfavorável ainda: enquanto os brasileiros não passaram de 386 pontos, os chineses alcançaram 600 pontos. É de perguntar se não seria o caso de, guardadas todas as diferenças culturais, aprendermos um pouco com eles para darmos o salto tardio que nos falta.

No caso em tela, estamos, nefastamente, "contribuindo" para atrasar ainda mais a história, uma vez que o PNE já deveria ter saído do papel no início do ano. Resta agora envidar esforços para que, o quanto antes, seja aprovado no Senado Federal, sem que prosperem naquela Casa as tratativas em contrário. Lutemos pelos 10%!

Era o que tinha a dizer, nobres e queridos Parlamentares desta Casa de Leis.

Muito obrigado.

Documento 173/311

283.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/10/2012-16:36
Publ.: DCD - 31/10/2012 - 34626	VALRY MORAIS-PRP -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Eleição do Deputado Zenaldo Coutinho para a Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Participação em encontro no IBAMA destinado ao debate da criação de pescada no lago de Tucuruí e da concessão da licença ambiental para a pavimentação asfáltica da BR-308 entre municipalidades paraenses.

O SR. VALRY MORAIS (Bloco/PRP-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, contra fatos não há argumento. É uma nova era no País. A vida pública não tira nem coloca



personalidades em ninguém, revela o caráter do ser humano.

Em todo o Brasil, o tribunal do povo exercitou a democracia, elegendo Prefeitos e Vereadores dos Municípios e das capitais. Sem dúvida nenhuma, a nossa Capital do Estado, Belém, elegeu um cidadão comprometido com as causas públicas.

Sem dúvida, a nossa capital está em boas mãos. Está preparado Zenaldo Coutinho, que tem parceria com o Governador do Estado, Simão Jatene. Sem dúvida alguma, nossa capital terá novos tempos.

Sra. Presidenta, nosso Estado, segundo análise do MEC, teve a menor avaliação do País na questão educacional.

Hoje a União, os Municípios e os Estados aplicam 5%. Com a nova proposta que passou por esta Casa, agora está no Senado Federal, sem dúvida alguma, com o investimento de 10% do PIB nas políticas públicas de educação no Brasil, asseguraremos um país mais digno, onde haverá liberdade do povo, através do processo de transformação da educação do nosso País. Aliás, não tenho dúvida alguma de que está em boas mãos esse investimento, de que os Parlamentares aprovarão os 10% do PIB.

Há poucos minutos, estivemos numa audiência no IBAMA para discutir a criação de pescada no lago de Tucuruí, a diversificação do tambaqui para aumentar a geração de proteína e a geração de emprego no referido lago.

Estiveram presentes à audiência os Deputados Miriquinho Batista, Dudimar Paxiuba e eu.

Também discutimos a liberação da licença ambiental da BR-308. Essa BR - tramita com emendas de bancada - será muito importante para o escoamento da produção agrícola dos Municípios de Bragança, Viseu, Augusto Corrêa, e também para a integração do Estado do Pará com o Estado do Maranhão.

O Presidente do IBAMA menciona, em suas palavras, que a licença ambiental da SESMA, cassada pelo IBAMA, voltará ao Estado, que irá liberá-la. E a obra vai começar, porque o projeto já foi aprovado, está licitado. Estava apenas com este impasse: a licença ambiental junto ao IBAMA. Mas a SESMA vai dar a licença ambiental, a obra vai ser aprovada e concluída.

Era o que tinha a relatar, Sra. Presidente.



Documento 174/311

287.2.54.O	Sessão Extraordinária CD	01/11/2012-10:28
Publ.: DCD - 02/11/2012 35186	- PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Senado Federal de aprovação do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo acerca da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Tranquilamente.

Sra. Presidenta, companheiros, quero aqui pedir ao Senado, ao mesmo tempo, o mais brevemente possível, a aprovação do Plano Nacional de Educação, que é de muita importância. No Plano Nacional de Educação foram estabelecidas 20 metas e, entre todas elas, temos a importância do ensino infantil, com a implantação de creches, Sra. Presidenta. Essas implantações farão com que a periferia do País, nos Estados, nos Municípios, tenha acesso ao ensino infantil logo aos 3 anos de idade.

Quero dizer com isso também da importância que temos que dar no Plano Nacional de Educação ao ensino profissionalizante, para que possamos qualificar, profissionalizar a nossa juventude. O Brasil precisa de mão de obra qualificada, Sra. Presidenta.

É necessária a aprovação do Plano Nacional de Educação pelo Senado, para que possamos implantar o mais brevemente possível o PNE neste País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para ressaltar a importância de se agilizar a aprovação pelo Senado do



Plano Nacional de Educação (PNE). Esta Casa, após 18 meses de tramitação da matéria, aprovou com louvor metas exigidas pela sociedade para a nossa educação, e agora chegou a vez de o Senado aprová-las.

O projeto aqui aprovado estabeleceu 20 metas educacionais que o País deverá atingir no prazo de 10 anos, a partir da sanção da Presidente Dilma.

O plano reúne os principais objetivos que precisam ser alcançados para superarmos o grande déficit educacional do País, como a erradicação do analfabetismo, a superação das desigualdades, a melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

Serão investidos, no prazo de 10 anos, até 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação, o que significa que ampliaremos os recursos para educação dos atuais 5,1% do PIB para 7%, no prazo de 5 anos, até atingir os 10% ao fim de vigência do plano. É uma grande conquista social. Esse projeto foi feito pensando-se no benefício intelectual desde o nascimento das crianças até a formação de doutores.

Com o aumento do investimento na educação pública, iremos ampliar o número das vagas em creches, instituição essa que acredito ser fundamental para uma educação de qualidade.

Equiparemos a remuneração dos professores com a de outros profissionais com formação superior. Quem ensina e educa tem que ser reconhecido como peça fundamental para nossa evolução técnica, científica e socioeconômica.

Temos a meta de erradicar em pelo menos 50% o analfabetismo e de aumentar a oferta do ensino em tempo integral em pelo menos 50% nas escolas públicas, além de diminuir a evasão escolar.

O esforço de implementação do PNE deve ser o nosso principal objetivo, uma vez que os avanços na educação foram insuficientes nos últimos anos frente ao direito de todas as crianças e jovens a uma educação de qualidade, que os prepare para uma vida autônoma, digna e com as oportunidades para seu pleno desenvolvimento.

Conforme o projeto, as estratégias do PNE deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo criada ainda uma instância permanente de negociação e cooperação entre os federados. Também teremos a colaboração para que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, seja uma fonte de informação para a avaliação da qualidade do ensino e para orientação das políticas



públicas necessárias, tanto no setor educacional como no tecnológico, para reduzirmos as desigualdades regionais.

Queremos todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola, com o claro objetivo de reduzirmos as desigualdades socioeducacionais, e avaliaremos também a educação infantil a cada 2 anos.

Defendemos a valorização dos professores, para que a formação educacional deles reflita no aprendizado dos alunos. Estimularemos a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, a fim de garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas capazes de contemplar o processo ensino-aprendizagem.

Queremos ainda que haja a articulação entre as áreas de educação, saúde e assistência social, para ajudar no desenvolvimento da sociedade por meio de programas de apoio às famílias, a fim de que as crianças tenham suporte em seu pleno desenvolvimento neurológico, físico e emocional.

Também é meta do PNE universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada.

O ensino médio é a etapa da educação básica que apresenta os piores índices de evasão, frequência e desempenho. Para melhorar o quadro, o PNE quer universalizar, até 2016, o atendimento de toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do PNE, a taxa líquida de matrículas para 85%.

Preocupamo-nos também em alcançar a meta de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Estimularemos a formação inicial e continuada de professores da alfabetização de crianças. Sem professores muito bem preparados para cumprir a complexa tarefa de alfabetizar todos os seus alunos, com qualidade e equidade, não se garante o direito à aprendizagem em nenhuma série subsequente.

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas é fundamental para atender 25% dos alunos da educação básica. Com a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem atingiremos uma série de médias nacionais propostas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além da elevação da qualidade de ensino escolar.

Defendemos ainda a diversidade educacional, com currículos e materiais pedagógicos específicos para as escolas no campo, as comunidades indígenas e quilombolas.



Criamos meta para redução das desigualdades educacionais do País, propomos elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados.

Elevaremos a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, no mínimo, 40% das novas matrículas no segmento público, relacionando essa expansão com um número maior de professores com nível superior, para termos uma educação de qualidade. Assim, é de extrema importância fomentar a oferta de curso superior público e gratuito prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, especialmente nas áreas onde mais faltam docentes: Ciências e Matemática. Fomentaremos, ainda, estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando a realidade socioeconômica do Brasil.

No prazo intermediário de 1 ano, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão elaborar uma política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação. Este é um ponto fundamental para melhorar a atratividade da carreira docente. A meta tem estratégias de extrema relevância. Uma delas é a que promove a reforma curricular dos cursos de licenciatura e o estímulo à renovação pedagógica - inclusive incorporando as novas tecnologias de ensino e aprendizagem.

Outro ponto fundamental dessa meta é o conteúdo da estratégia. Ela garante, por meio de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares. De nada adianta fazer reformas curriculares se o Governo Federal não regular e supervisionar a qualidade desses cursos.

Estabelecemos que, em 10 anos, metade dos professores da educação básica tenha pós-graduação. Além disso, a formação continuada deve ser garantida a todos os profissionais da área. E ainda a implantação gradual da jornada de trabalho em uma única escola, o que é extremamente positivo.

Para vigorar, o plano precisa ser aprovado pelo Senado e ser sancionado pela Presidência da República o mais rapidamente possível. A matéria tramitava nesta Casa desde 2011 e aprovamos, no dia 26 de junho deste ano, com o destaque da meta de aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Por isso venho a esta tribuna lembrá-los da importância desse plano e



pedir aos nossos Senadores que apreciem a matéria o mais brevemente possível.

Agradeço a atenção aos senhores e parabênizo esta Casa por aprovar esse importante projeto de educação para o nosso futuro.

Parabéns a nossas crianças, jovens e professores!

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

Documento 175/311

292.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	06/11/2012-17:12
Publ.: DCD - 07/11/2012 - 35614	JILMAR TATTO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Relator da matéria, Deputado Carlos Zarattini, e aos demais membros da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei sobre as novas regras de distribuição de royalties de petróleo a Estados e Municípios brasileiros. Aplausos à Presidenta Dilma Rousseff pela proposta de destinação ao setor educacional de recursos oriundos da exploração de petróleo da camada pré-sal.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. Deputadas e Srs. Deputados, este é um



dos momentos em que aqueles que são céticos e que acham que não vale a pena participar da política ou que não vale a pena, muitas vezes, ser Deputado porque aqui não se faz o grande debate político, este é um dos momentos, que não são raros, em que o debate político está colocado. O futuro deste País depende da política, depende do Congresso Nacional e depende da Câmara, porque o que nós estamos discutindo aqui é o futuro do Brasil.

Eu quero daqui, primeiro, render uma homenagem e fazer um agradecimento ao nosso Relator Carlos Zarattini, Deputado Federal por São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, e, junto com ele, a toda a Comissão, que teve início numa decisão do Presidente Marco Maia de escolher uma Comissão Especial com cinco membros de Estados produtores e cinco membros de Estados não produtores, para a qual o Relator, Deputado Carlos Zarattini, foi escolhido.

Nesses 8 meses que se passaram, houve dezenas, centenas de reuniões com todos os partidos, com todas as bancadas; reuniões com Governadores e Prefeitos; reuniões com o Governo e com a área técnica no sentido de se produzir um texto que pensasse o Brasil, um texto que pensasse o desenvolvimento deste País, e não um texto que pensasse apenas um setor, uma categoria ou um Estado. Por isso, este projeto que estamos votando hoje deve servir de orgulho para todos nós.

Daqui quero parabenizar, mais uma vez, a Presidente Dilma Rousseff, que teve coragem e determinação, que teve o entendimento estratégico de que os recursos do pré-sal, de que os recursos do pós-sal, de que os recursos dos *royalties*, da partilha, fossem preferencialmente, se não na sua totalidade, para a educação. Por que para a educação? Porque o Brasil tem uma dívida social, porque nós estamos atrasados do ponto de vista do debate sobre investimento em educação.

E quis o destino que nós, como um dos países de grande produção de petróleo - atrasados, porque descobrimos principalmente o pré-sal recentemente, diferente de outros países -, quis o destino que pegássemos as experiências de outros países, experiências boas e experiências ruins.

Experiências boas de onde? Por exemplo: a Noruega pegou aquela riqueza do petróleo, fez um planejamento estratégico e falou "*nós temos que investir em educação, ciência e tecnologia, para que esse legado possa servir para o futuro deste país, para as futuras gerações*".

E nós temos exemplos ruins no mundo: de países ricos, países que têm uma moeda forte, países de que vários outros países são hoje dependentes em função do petróleo, como o Iraque, como o Irã, como



a Venezuela, como a Arábia Saudita, mas países em que a única fonte de riqueza, em que o único parque industrial, se é que se pode chamar assim, é a prospecção de petróleo. Na hora em que essa riqueza, que é uma riqueza finita, que é uma riqueza que, chegada uma hora, acaba, esses países estão fadados a ficar na miséria.

Aqui na América, a própria Venezuela, que é rica em petróleo, tem dificuldade em ter um parque industrial, tem dificuldade em investir em educação, ciência e tecnologia, porque é um país dependente do petróleo, é um país que não investe nas outras atividades produtivas.

O Brasil não pode cometer esse erro. É este o desafio que se coloca. Quando a Presidenta Dilma diz "*cem por cento para a educação*", quando a Presidenta diz "*nós vamos usar este recurso do petróleo, este recurso dos royalties, o da partilha que votamos no passado, na educação*", é porque temos uma dívida com a criança, com o adolescente, com o jovem deste País; uma dívida com os negros; uma dívida com os pobres.

Pelas experiências internacionais, nós sabemos que, se um país investe em educação, esse país se desenvolve e mostra que tem ciência, que tem tecnologia, e disputa o mercado, e não só o *decommodities*. Foi o que aconteceu com o Japão, foi o que aconteceu com a Coreia do Sul, porque esses países se preocuparam em investir na educação.

É por isso que este é um momento histórico para nós. É por isso que esta Câmara aprovou o Plano Nacional de Educação, que a bancada da educação fez questão de aprovar os 10% do Produto Interno Bruto.

Agora, não adianta apenas aprovar a lei. Nós temos que dizer de onde vêm os recursos. E esse é um dinheiro novo. Não podemos aprovar os 10% do PIB para a educação e tirar dinheiro da saúde, e tirar dinheiro dos transportes, e tirar dinheiro da infraestrutura, e tirar dinheiro da energia. Temos que aprovar os 10% da educação - e está certo que foi aprovado -, mas esse tem que ser um dinheiro novo.

E nada mais justo que esse dinheiro novo seja o dinheiro dos *royalties*. Sobre esse dinheiro o povo brasileiro tem que ter uma decisão histórica, de uma vez por todas: a de investir na educação; a de investir na criança e no adolescente; a de investir no ensino fundamental e no ensino médio; a de investir na universidade pública; a de investir em ciência e tecnologia.

É por isso que este é um momento histórico. É por isso que está de parabéns esta Casa, que está de parabéns pelo relatório o Deputado Carlos Zarattini, porque colocou com precisão... Nós temos um debate a fazer, um debate em que queremos garantir a segurança jurídica, um debate em que essa questão, para nós, não está colocada, porque o



Brasil, historicamente... Começou com Fernando Henrique Cardoso, é verdade - vamos fazer justiça -, mas também o Presidente Lula garantiu os contratos e a Presidenta Dilma está garantindo os contratos. Os investidores do mundo inteiro podem ter a certeza e a segurança de que investir no Brasil é a certeza de que vão ter bons lucros, de que investir no Brasil é a certeza de que não vai haver contratos rompidos. E essa questão não está colocada aqui. O que está colocado aqui, na verdade, é um país soberano, é um país que quer se encontrar com o seu povo, é um país que está precisando investir cada vez mais em educação, para se libertar cada vez mais, para não ser dependente, principalmente na área tecnológica, de outros países.

Por isso vamos votar, vamos votar na noite de hoje - se não der tempo, vamos votar amanhã - essa proposta de investir tudo na educação. Educação é tudo! Qual o pai de família, qual a mãe que não quer ver seu filho estudando? Olhem o exemplo do que ocorreu no último final de semana. No sábado e no domingo, a juventude foi fazer o ENEM, que a cada ano que passa está ganhando mais respeitabilidade. É um exemplo a ser seguido, inclusive para acabarmos com esse famigerado vestibular, que muitas vezes é fonte de lucro para cursinhos.

É neste País que estamos apostando: no País do pré-sal, no País do pós-sal, no País que aposta em ciência e tecnologia, que aposta em investimento na indústria, que aposta no desenvolvimento do comércio, que aposta no crescimento econômico, que aposta na geração de emprego, que aposta na distribuição de renda, mas sobretudo na educação de boa qualidade, na educação em que o professor é respeitado, em que o professor é bem pago. Apostamos numa educação em que o professor tenha condições de entrar numa sala de aula e tenha recursos para dar uma boa aula, em que o aluno tenha boa alimentação, em que o aluno tenha ônibus para ir à escola, em que o aluno possa acompanhar realmente aquilo que o professor ensina.

É por isso que vamos votar o relatório do Deputado Carlos Zarattini.

Documento 176/311

307.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/11/2012-10:54
Publ.: DCD - 15/11/2012 - 37174	NEWTON LIMA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



Congratulações ao Deputado Eduardo Azeredo diante da aprovação do Projeto de Lei nº 4.571, de 2008, de sua autoria, sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artístico-culturais e esportivos, pela Comissão de Educação e Cultura da Casa. Conveniência de alteração do projeto de lei acerca da criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, com vistas à ampliação do percentual de recursos oriundos de royalties de petróleo destinado ao setor.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Bom dia, Sra. Presidenta Rose de Freitas, colegas.

Ocupo esta tribuna para falar de educação e começo por me congratular com o Deputado Eduardo Azeredo pela aprovação do projeto da meia-entrada para os estudantes, de sua autoria, que tivemos a oportunidade, como S.Exa. acabou de dizer, de aprovar na Comissão de Educação e Cultura.

Parabéns à Deputada Jandira Feghali pela Relatoria, sobretudo à União Nacional dos Estudantes, porque a UNE abriu mão da universalidade do direito por entender que era preciso haver um equilíbrio na cota destinada aos estudantes e também aos idosos, para que não houvesse prejuízos financeiros aos produtores de cultura e aos donos das salas de espetáculos. Houve um consenso muito grande.

O Deputado Eduardo Azeredo está de parabéns. Hoje, um marco importante para a cultura nacional tivemos a oportunidade de aprovar.

O segundo tema de que quero tratar, Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, diz respeito à fala que o Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, fez ontem, na sessão ordinária da Comissão de Educação e Cultura da Casa, quando reiterou a importância de nos posicionarmos favoravelmente aos 100% dos *royalties* do petróleo para a educação, com o argumento fundamental de que é por intermédio da educação que vamos debelar as desigualdades regionais do País, as desigualdades de renda no País, porque está na raiz da desigualdade de renda no nosso País a desigualdade de oportunidades educacionais.

E, para que nós possamos avançar nesta direção, estaremos trabalhando junto com o Senado da República para que a Lei do Plano Nacional de Educação seja modificada no Senado e volte à Câmara, de modo que, no art. 5º, § 4º, inciso III, possamos duplicar os recursos que a Câmara, na Comissão Especial, havia aprovado para a destinação dos *royalties* do petróleo no Brasil, sem alterar a distribuição, como fora aprovada por esta Casa, ratificando a posição do Senado quanto aos Estados produtores e aos demais Estados e Municípios também. Não é disso que se trata. Mas, quanto ao uso, é



importante que, na avaliação do Plano Nacional de Educação, no Senado da República, os Srs. Senadores dobrem aquilo que nós havíamos estabelecido na Câmara, de 50% para 100%, para que tenhamos no pós-sal e no pré-sal a garantia de que os recursos dos *royalties* dessa riqueza, que é finita, venham a favorecer o desenvolvimento infinito do nosso País, na direção de ser um país de quinta potência mundial com menos desigualdade. E a educação, como todos sabemos, é o pilar central desse processo.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Um bom dia a todos os meus colegas Parlamentares.

Documento 177/311

333.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/12/2012-14:51
Publ.: DCD - 04/12/2012 - 40079	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Caráter histórico da destinação, pela Presidenta Dilma Rousseff, de 100% dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo para a educação. Confiança na aprovação do novo Plano Nacional de Educação.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Amauri, quero falar agora, na tribuna, exatamente sobre a decisão histórica que a Presidenta Dilma tomou de destinar 100% dos *royalties* do petróleo para a educação.

É importante inclusive esclarecer, Deputado Amauri Teixeira, que os 100% dos *royalties* que serão destinados à educação serão aqueles oriundos das concessões futuras, ou seja, da exploração dos novos campos, cujos leilões estão previstos para maio. Até lá, sem dúvida nenhuma, esperamos que a medida provisória tenha sido aprovada.

Em segundo lugar, quero esclarecer a questão do fundo social, uma poupança pública com base nas receitas da União. Esse fundo foi criado em 2010 e tem por objetivo a aplicação em projetos e programas de combate à pobreza. O que fez a Presidenta Dilma acertadamente? Decidiu que 50% também desse fundo social sejam destinados à



educação pública nos próximos anos.

Por que essas medidas são essenciais, fundamentais para o desenvolvimento do nosso País? Por que está em tramitação no Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, que saiu desta Casa e está no Senado. O PNE - já foi reconhecido por todos - é um projeto bem elaborado, consistente, que dialoga com a realidade educacional do nosso País. É um projeto ousado que pretende, nos próximos anos, universalizar e ampliar o atendimento escolar da criança de zero a 3 anos e com ações que passam pela pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, graduação e até pós-graduação.

Esse mesmo plano, Deputado Amauri Teixeira, também tem lá um desafio, uma missão para que o País não pode mais adiar, a de efetivamente dar um patamar de dignidade salarial e profissional ao magistério público brasileiro. Nós temos hoje um piso salarial de 1.451 reais, ainda muito distante do que o magistério merece e precisa ganhar, piso esse que já foi inclusive objeto de contestação várias vezes no Supremo Tribunal Federal. E nós precisamos melhorar o padrão salarial do professor brasileiro.

O PNE tem uma meta muito clara - inclusive, foi fruto de uma emenda de nossa autoria, junto com o Deputado Biffi - de antecipar para 6 anos, em vez de 10 anos, o prazo em que vamos ter que equiparar o valor médio do salário do professor ao valor médio do salário das demais categorias com formação equivalente.

Deputado Amauri, nós estamos falando aqui de algo que iria, por exemplo, para 3 mil reais. E como é que se faz isso? Só se faz isso com dinheiro, com financiamento.

Deputado Luiz Couto, como é que os prefeitos e, inclusive, a maioria dos Governadores vão ter condições de dar sustentabilidade orçamentária a essa meta de melhorar o salário de professor e de garantir formação inicial e continuada, se não houver um bom suporte orçamentário? É exatamente disso que trata essa medida, repito, de caráter histórico que a Presidenta acaba de tomar, destinando 100% dos *royalties* de petróleo para a educação.

Eu quero dizer, Deputado Amauri, que eu estou muito confiante. Eu me recuso a acreditar que o Congresso Nacional seja contra uma medida dessa natureza. Claro que a sociedade civil, a CNTE, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a UNDIME, a UNE, a UBES, os movimentos sociais vão mobilizar cada vez mais a sociedade.

O Ministro Aloizio Mercadante anunciou hoje, Deputado Amauri, a convocação da Conferência Nacional de Educação para fevereiro do ano que vem. Será uma excelente oportunidade que nós teremos, no plano nacional e nos nossos Estados, através das conferências



municipais e estaduais, as conferências preparatórias, Deputado Luiz Couto, de ampliar cada vez mais esse debate do financiamento da educação com a sociedade brasileira.

Então, estou muito confiante. Quero dizer que, assim como V.Exa. e o Deputado Luiz Couto, integrantes do Partido dos Trabalhadores, sinto muito orgulho, neste momento, de ver a Presidenta Dilma, filiada ao nosso partido, hoje à frente dos destinos do País, ter a coragem, a ousadia, a visão de uma estadista que não pensa apenas no Governo e no presente, mas que pensa no futuro, olhando longe.

Isso é um legado, Deputado Amauri, que o nosso Governo deixará para as gerações presentes e futuras. É um legado extraordinário, porque, na verdade, nós estamos dizendo à Nação brasileira que, com essa medida, nós vamos viabilizar financeiramente um Plano Nacional de Educação ousado, que vem exatamente na direção de que tenhamos uma educação pública laica, universal, republicana e de qualidade.

Parabéns, Presidenta Dilma! Nós aqui seremos soldados e soldadas dessa iniciativa de V.Exa. para que o Congresso Nacional aprove - e tenho certeza de que vai aprovar - a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Parabéns, Deputada Fátima Bezerra.

Documento 178/311

338.2.54.O

Sessão Extraordinária - 05/12/2012-16:08
CD

Publ.: DCD - 06/12/2012 -
42396 ALEX CANZIANI-PTB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Anúncio da realização em Brasília, Distrito Federal, da 2ª edição da Conferência Nacional da Educação, com tema relacionado ao Plano Nacional de Educação - PNE. Empenho do Ministro da Pasta, Aloizio Mercadante, na



mobilização em torno da célere aprovação da proposta.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Plano Nacional de Educação - PNE será o tema da 2ª edição da Conferência Nacional da Educação - CONAE, a ser realizada de 17 a 21 de fevereiro de 2014, em Brasília. O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destacou que a conferência é um momento muito importante, porque a Educação precisa da mobilização da sociedade, precisa envolver famílias, professores - aqueles que estão no dia a dia exercendo a atividade docente, formando as futuras gerações.

Em novembro último começaram a ser realizadas as conferências preparatórias, municipais e intermunicipais. No primeiro semestre do ano que vem será a vez das estaduais. O objetivo é garantir a participação de todos os envolvidos na proposta de uma educação de qualidade - professores, gestores educacionais, estudantes, pais, entidades sindicais, movimentos sociais e conselhos de educação, entre outros.

Com a CONAE de 2014, o Fórum Nacional de Educação - FNE e o MEC garantem espaço democrático para que toda a sociedade participe.

E por fim, Sr. Presidente, registro aqui o pedido do Ministro Mercadante pela mobilização em torno da aprovação rápida do PNE, que tramita no Senado Federal. Estou de acordo com o Ministro: precisamos acelerar a votação dessa matéria para colocar em prática as metas do Plano Nacional de Educação. Lembrando que o Plano é 2011-2020, portanto, já perdemos 2 anos sem implantação das metas para a educação. Entre as propostas definidas no PNE estão a erradicação do analfabetismo absoluto até o fim do decênio, a oferta de educação em tempo integral em ao menos 50% das escolas públicas e o compromisso de alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental. É a meta mais ousada do PNE, a que sugere a aplicação de 10% do PIB para a educação. Nenhum país, que seja do nosso conhecimento, destina todo esse volume de recursos para a educação. E o Governo acaba de mandar para esta Casa uma medida provisória destinando todos os recursos da exploração do pré-sal para a educação, medida com a qual também estou de acordo.

Sr. Presidente, avalio que todos os recursos para a educação são bem-vindos. Mas temos que viabilizar essas medidas, colocar os projetos em prática com urgência. O País padece com a falta de mão de obra qualificada. Resultado de décadas de uma educação ruim, fraca. Precisamos mudar esse cenário o mais rápido possível para podermos alcançar o patamar dos países desenvolvidos. Para isso, acredito que o único caminho seja a educação de



qualidade para todos.

Documento 179/311

002.3.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/02/2013-15:24
Publ.: DCD - 07/02/2013 1037	- FERNANDO MARRONI-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Considerações sobre a mensagem encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos. Desenvolvimento socioeconômico do País durante os Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Desafios impostos ao desenvolvimento brasileiro.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvintes e telespectadores que nos acompanham, estamos começando um novo período legislativo. Chamou a atenção de todos nesta Casa e no Brasil inteiro a mensagem do Executivo a este Parlamento e à Nação.

Primeiro, porque nessa mensagem estão consignados os avanços que nosso País alcançou em 2013, em que pese o PIB não ter atingido o percentual que gostaríamos. Mas, em compensação, o nosso País preservou emprego, o nosso País tirou mais de 19 milhões de pessoas da miséria, com o novo Programa Brasil Carinhoso, com o Bolsa Família e com outros programas sociais.

Portanto, estamos vencendo a crise internacional, e o nosso País, principalmente no que se refere à renda e ao emprego, preservou o povo brasileiro. O ano de 2013 será um ano desafiador novamente para o Brasil, que precisa continuar crescendo, continuar distribuindo renda, e os programas e as metas aqui apresentadas não deixam dúvidas de que nós teremos um ano de grandes desafios.

Desafios porque temos que enfrentar o tema do pacto federativo na



distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados. Um desafio muito grande porque os *royalties* do petróleo serão a ferramenta necessária para que o País possa implementar o Plano Nacional de Educação, que possa aplicar os 10% para a educação. E também deveremos enfrentar a reforma política. Não é mais possível continuar com os avanços da democracia brasileira se nós não tocarmos, se nós não discutirmos, debatermos e aprovarmos um novo sistema eleitoral brasileiro e uma nova reforma política para este País.

O PT tem muito orgulho. No dia 20 comemoraremos os 33 anos de fundação do partido e os 10 anos do Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma. E podemos dizer em alto e bom som que nunca antes na história deste País tivemos tantos avanços sociais e econômicos em tão pouco tempo. Fica para nós a tarefa de continuarmos a avançar na área econômica, na área social e, principalmente, Sr. Presidente, na área política, na democracia do nosso País.

Deixo aqui o meu compromisso, o meu empenho, o empenho de todos os Parlamentares desta Casa de enfrentarmos, nesta nova Legislatura, os temas espinhosos, mas que necessitam ser resolvidos para que o nosso País continue avançando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos aqueles que nos acompanham pela TV Câmara, nesta semana em que o Congresso Nacional abre o ano legislativo de 2013, quero aproveitar este espaço para lembrar que temos pela frente um ano desafiador para o Parlamento brasileiro, um ano no qual temas de grande importância estarão na pauta de votações desta Casa e, mais ainda, um período no qual a sociedade brasileira estará esperando uma resposta positiva do Congresso com relação a esses projetos de suma importância para a Nação.

E, além de votar temas de extrema importância para o povo brasileiro, teremos como missão auxiliar o Governo da Presidenta Dilma a continuar as transformações que estão mudando para melhor a vida de milhões de brasileiros de norte a sul deste País.

No próximo dia 20 de fevereiro, o Partido dos Trabalhadores realizará um seminário para comemorar seus 10 anos à frente do Governo Federal. Esse será um momento de extrema reflexão para nós, pois devemos aproveitá-lo para fazer um balanço das políticas implementadas desde o primeiro Governo do ex-Presidente Lula e uma



profunda avaliação dos avanços conquistados durante esse período. Precisaremos, também, ter serenidade para admitir nossas falhas e tranquilidade para apresentar soluções para os problemas que ainda persistem.

Em sua mensagem oficial a este Congresso Nacional, a Presidenta Dilma destacou entre as suas prioridades para 2013 as mudanças no sistema tributário, as novas regras do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o marco regulatório do sistema portuário, o financiamento da educação, por meio dos *royalties* do petróleo ou do Plano Nacional da Educação (PNE), e ainda a reforma política.

A mensagem traz ainda um balanço das ações do Governo Federal em 2012, ano considerado "desafiador" pela Presidente Dilma. Ela destacou que foi possível preservar a economia brasileira diante das crises internacionais e principalmente o nível de emprego dos brasileiros. Se o crescimento do PIB não foi tão positivo quanto gostaríamos, estamos em situação diferenciada se comparados a outros países.

Em relação à redução da pobreza, vale destacar os 19,5 milhões de brasileiros que saíram da extrema pobreza em decorrência de medidas adotadas nos programas Brasil sem Miséria, Bolsa Família e Brasil Carinhoso.

A meta para 2013 é a inclusão produtiva, com mais acesso à aquisição de alimentos e garantia de abastecimento de água para ampliar ainda mais a produção da agricultura familiar. Será ampliado ainda o acesso a cursos de qualificação profissional e ao ensino técnico.

Na área da infraestrutura, destaque para a redução média de 20% nas tarifas de energia, que terá impacto em toda a economia brasileira, contribuindo com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a criação de empregos. O crescimento do setor de telecomunicações e a oferta de tecnologia de quarta geração (4G) de telefonia celular e medidas para melhorar a mobilidade urbana também foram grandes avanços conquistados pelo Governo Federal.

Em relação à saúde, educação e segurança, ganha destaque a criação de novas universidades e um aumento do financiamento estudantil através do PROUNI. A Presidenta destaca, ainda, os investimentos para melhorar a assistência na saúde pública, os programas como a Rede Cegonha, Farmácia Popular e Brasil Sorridente. Na área de segurança pública, a prioridade será o enfrentamento da criminalidade e do crime organizado, que têm espalhado insegurança nas médias e grandes cidades brasileiras.

No setor de agricultura, destaque para o crescimento da produção de grãos para a safra 2012/2013 e o aumento dos recursos para



investimentos e custeios, além de medidas para ajudar na agricultura familiar e aprimorar a política de seguro agrícola, o plano de prevenção de desastres naturais nas áreas de riscos e o apoio aos produtores rurais atingidos pela seca ou pelas chuvas intensas.

Gostaria também de lembrar que este ano será muito importante para o setor de petróleo e gás, com a realização da 11ª rodada exploratória de blocos de petróleo e da primeira rodada sob o novo regime de partilha. Já os editais para concessões de rodovias e ferrovias, que devem ser publicados no primeiro semestre deste ano, têm como objetivo resolver gargalos de infraestrutura que impedem o Brasil de crescer com mais velocidade e agilidade.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, temos muito que comemorar, sim, mas sem esquecer que temos, também, muitos desafios pela frente, e é dever da base governista auxiliar o Governo Federal em suas ações e projetos, que têm por finalidade melhorar ainda mais o Brasil.

Nos últimos 10 anos, o Brasil experimentou um crescimento que mudou para sempre este País e nos tornou uma das maiores potências econômicas deste planeta. Agora, temos que seguir em frente e usar esse desenvolvimento para melhorar ainda mais a vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.



005.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de	14/02/2013-14:45
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 15/02/2013	IZALCI-PSDB -DF	
- 1203		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Protesto contra a alteração do sistema de ensino médio do Distrito Federal. Imediata aprovação do novo Plano Nacional de Educação e da Lei de Responsabilidade Educacional.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é o dia do retorno às aulas. São mais de 500 mil alunos aqui no Distrito Federal, mais de 600 escolas.

E não é surpresa, porque educação neste Governo ficou para terceiro ou quarto plano, que o Secretário de Educação resolveu, por contra própria, modificar o sistema de avaliação para um sistema de ciclo, um sistema de semestralidade no ensino médio, sem sequer discutir com a comunidade, sem sequer ouvir o Conselho de Educação do Distrito Federal.

Por sinal, no Conselho de Educação, composto de dez membros, sete votaram contra e três não votaram porque pertencem à Secretaria de Educação.

Agora, no primeiro dia de aula, o Governador anuncia que vai pensar sobre essas modificações. Ou seja, não se discutiu uma matéria tão relevante e tomou-se uma decisão antidemocrática. Sempre se pregou a gestão pública na escola, a gestão comunitária, mas, na prática, é diferente.

Nós temos aqui uma Comissão Especial que trata da reforma do ensino médio, que é fundamental para o País. O ensino médio no Brasil precisa de uma mudança radical. Mas não pode ser uma mudança unilateral, uma mudança de cada Estado; tem que ser uma mudança de todos, porque é um problema nacional, até porque as provas de avaliação, como as do ENEM, são de âmbito nacional.

Não dá para o Distrito Federal tomar uma atitude diferente de vários Estados. Eu sei que alguns Estados já implementaram essa política de ciclos, mas foi uma coisa estudada, discutida com os professores, com os pais, até para os pais entenderem bem o que representa isso. Muitos acham, inclusive, que essa metodologia é simplesmente para



haver aprovação em termos estatísticos.

Mas o que nós temos que fazer na educação é melhorar a qualidade. Não adianta criarmos artifícios para que tenhamos mais aprovação. Por sinal, o ensino médio de Brasília ficou em segundo lugar no Brasil quanto à taxa de reprovação, com quase 28% de evasão e repetência no ensino médio.

Então, não se admite, no primeiro dia de aula, o Governador anunciar que vai suspender as mudanças. Isso é realmente falta de gestão, falta priorizar a educação neste País. Brasília deveria ser referência nacional por ter 100% dos seus professores com nível superior. Eles recebem um salário ruim, mas é um dos maiores do Brasil, porque temos aqui o Fundo Constitucional, mas isso não se reflete nos resultados. Infelizmente, a educação em Brasília não é mais como antigamente, o primeiro ou o segundo lugar do País. Está em quarto, quinto, sexto lugar na avaliação dos últimos anos.

Então, é lamentável que, no primeiro dia de aula, haja todas essas surpresas para os nossos alunos, que precisam, de fato, de um apoio maior.

Quero aqui, mais uma vez, conclamar os nossos pares para pressionar. Passamos aqui 2 anos para aprovar o Plano Nacional de Educação e praticamente desde dezembro não se fala mais sobre isso. Aqui nós votamos os *royalties* do petróleo, e o Executivo preparou um relatório no sentido de investir 100% desses recursos para a educação, com o que nós concordamos plenamente, mas ainda ficou na intenção.

Nós temos agora que fazer um esforço grande não só para investirmos 10% do PIB na educação, mas também para iniciarmos os trabalhos do Plano Nacional, que estabelece o prazo de um ano para aprovarmos a Lei de Responsabilidade Educacional.

Nós precisamos aprovar urgentemente essa Lei, exatamente para inibir fatos como esse. É inadmissível um Secretário de Educação e um Governador tomarem medidas como essa no primeiro dia de aula.

Por isso, o nosso apoio total à aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional, que vai realmente punir os maus gestores, seja o diretor, seja o Secretário de Educação, seja o Prefeito, seja o Governador ou até mesmo o Ministro da Educação. Nós não podemos tratar a educação da forma como ela vem sendo tratada nos últimos anos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Documento 181/311

028.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 11/03/2013- CD	14:27
Publ.: DCD - 12/03/2013 4247	- CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de destinação ao setor educacional de percentual de recursos oriundos da exploração de petróleo. Valorização do magistério como uma das principais metas do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Carlos Zarattini disse que, diante da derrubada do veto, vai ajustar à nova realidade de distribuição dos *royalties* a Medida Provisória nº 592, de 2012, que versa sobre os 10% do petróleo para a educação.

Nós que militamos na área de educação achamos que isso é positivo, uma vez que os dados sobre educação no Brasil não são bons; pelo contrário, são preocupantes. O Brasil tem emprego, mas faltam pessoas para assumir as vagas. Depois do Governo Lula, avançou muito a meta de universalização da educação no País, mas ainda temos problemas de qualidade, e a qualidade da educação é fundamental para vencermos o desafio das novas tecnologias para o desenvolvimento de que o País necessita.

Por outro lado - e disto falo porque sou do ramo -, no Brasil querem pagar aos professores do Município o tanto que a Prefeitura pode pagar e não o quanto merecemos. Esta Casa, quando criou o piso salarial para os professores, acertou, mas ainda há Municípios que não pagam o piso salarial, fazendo a embromação de juntar as gratificações e vantagens e dizer que aquilo é o teto.

Com esses 10% para a educação, temos certeza de que teremos condições de pagar, se não bem, pelo menos um salário justo aos professores.

Deputado Onofre Santo Agostini, sou professor há 40 anos, com mestrado e tudo, no Ceará, e ganho 2 mil reais. Isso não é um salário, é um desrespeito a qualquer profissional. Mas a opção foi minha, porque eu sou contador. Realizei-me como professor, embora tenha



sustentado minha família como contador.

Já é hora de fazer educação sem aproveitar a vontade do professor, que ingressa no magistério mas no meio do caminho deixa a carreira. A opção profissional faz parte da vida do professor.

O Plano Nacional de Educação tem como meta a valorização dos professores.

Nesta Casa, há uma Comissão Especial para avaliar o ensino fundamental, da qual eu faço parte. A quantidade de analfabeto funcional no Brasil é uma coisa preocupante! Pessoas leem e não interpretam o que leram. Algumas não têm a menor condição de entender um texto.

Se Deus nos ajudou, por meio da natureza, dando-nos este petróleo que não estava na nossa programação, e se esta Casa corrigiu a distribuição da riqueza disponibilizando o recurso para a educação, é o momento exato de financiarmos a educação, com formação permanente dos professores, com educação em tempo integral, voltada para as necessidades do País, que é formar técnicos, profissionais.

Eu apoio o Deputado Carlos Zarattini, Relator da PEC 592, mas peço celeridade na tramitação da matéria. Porque o Brasil está atrasado, não tem mais tempo para esperar.

Existe uma mística de que o ensino privado é bom e o ensino público é ruim. Isso não é verdade. Os institutos de tecnologia, as escolas militares, as escolas técnicas, as universidades federais têm ensino de qualidade. Mas há esse contraponto, o ensino privado querendo desqualificar o ensino público. Onde é que está o problema? Em algumas Prefeituras, ou na maioria das Prefeituras do interior, porque seu orçamento não comporta mesmo certas despesas - temos que reconhecer isso. O Governo Federal ainda ajuda com o FUNDEB, mas ele não é suficiente para resolver o problema salarial e o problema da qualidade da nossa educação.

Sr. Presidente, esta é uma constatação que eu queria socializar com os companheiros aqui presentes.

Obrigado por me conceder mais 1 minuto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Chico Lopes. Eu quero me associar ao seu pronunciamento. Isso é fundamental. E nós defendemos muito mais do que os 10% dos recursos do pré-sal para a educação. Nós defendemos 100% para a educação.



Documento 182/311

035.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 18/03/2013-16:15
Debates - CD
Publ.: DCD - 19/03/2013 - IZALCI-PSDB -DF
5189
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Apreciação por Comissão Especial Mista da Medida Provisória nº 593, de 2012, sobre a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. Apoio à destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Divulgação do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Morosidade na aprovação e implantação do Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com grande satisfação que dou início a este meu pronunciamento no Grande Expediente, no plenário da Câmara Federal, fazendo um convite especial a todos os que se importam, genuinamente, em desenvolver este País, por meio do único caminho possível a uma autêntica evolução de uma Nação: a qualidade na educação.

Às 10 horas de amanhã, terça-feira, dia 19 de março, realizaremos, na Sala 3 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, a primeira audiência pública da Comissão Parlamentar Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012, que, ao ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da bolsa-formação estudante, altera a Lei nº 12.513, de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o chamado PRONATEC.

Fui, com muita honra, indicado e eleito Presidente dessa Comissão e optei por iniciar o trabalho trazendo ao debate, em audiência pública, entidades ofertantes das políticas de educação profissional e tecnológica e, em especial, as vinculadas ao Sistema Nacional de Aprendizagem, além de entidades privadas de educação superior executoras do PRONATEC.

Segundo propõe a MP 593, a ampliação do PRONATEC se dará pela participação das instituições privadas de ensino superior, devidamente



habilitadas pelo Ministério da Educação, além de instituições de ensino vinculadas ao Sistema Nacional de Aprendizagem, igualmente autorizadas pelos órgãos oficiais competentes.

Julguei, Sr. Presidente, portanto, que nada seria mais apropriado, para darmos partida à análise da MP 593, do que ouvir os segmentos envolvidos. E, então, convidamos para a audiência pública o Ministério da Educação, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, a Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito, a Federação Nacional de Escolas Particulares, além de todo o chamado Sistema S: SESI, SENAI, SENAR, SESC, SENAC, SENAT e SEST.

A expectativa é que, ao longo da audiência pública a ser realizada amanhã, interesses, opiniões e prioridades de todas as partes envolvidas componham o todo de que precisamos para construir um trabalho que verdadeiramente some acesso e crescente qualidade à formação dos profissionais técnicos de que tanto o Brasil necessita. Aguardamos, com ansiedade, a participação dessas entidades, abertos, igualmente, à presença de quem mais se interesse pelo debate. Inclusive convido para estarem lá os nobres colegas Parlamentares.

Sr. Presidente, eu sou um apaixonado pelo ensino técnico e profissionalizante. Creio firmemente tratar-se de eficaz ferramenta para o progresso autêntico do País e com significativa soma de qualidade à vida dos brasileiros.

Durante anos, o brasileiro sonhou com seus filhos em universidades, o que provocou um vazio enorme de técnicos para o mercado de trabalho no País. Hoje, no inverso do que ocorre na maioria dos países, para cada cinco graduados, o País tem apenas um técnico.

Desde sempre, entretanto, tenho inabalável confiança na produtividade dessa especialização. Tanto que, há anos, ao assumir a Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF, solicitei que ficassem sob a minha gestão as três escolas técnicas locais, nas cidades de Ceilândia, Planaltina e Taguatinga - Areal. A meu ver, na Secretaria de Educação, inclusive por estarem em meio às mais de 600 escolas da rede pública de ensino fundamental e médio, as escolas técnicas não receberiam a atenção merecida.

A iniciativa foi um acerto e redundou em tão indiscutível sucesso que as escolas, enquanto estiveram sob nossa responsabilidade, chegaram a oferecer nove cursos técnicos, três de especialização pós-técnicos, pelo menos uma centena de cursos de formação inicial e continuada



para os trabalhadores, além de cursos a distância em nível técnico e até superior, quando implantamos a Universidade Aberta, a UAB.

Ao longo de alguns anos, certificamos milhares de profissionais com formação que se tornou referência nacional, a ponto de empresas de reconhecimento até internacional, como a Rede Globo no DF, por exemplo, exigirem certificação das nossas instituições como requisito básico em currículos de candidatos a vagas, por exemplo, em tecnologia da comunicação.

Eu realmente acredito que o ensino técnico é uma grande solução para a nossa sociedade. Portanto, é com orgulho que cito esse feito, principalmente por ter o dever de dividi-lo com centenas de profissionais da educação e milhares de estudantes fundamentalmente envolvidos tanto com a vontade de ensinar direito quanto com a garra de aprender de fato.

A toda hora, em diversas falas oficiais, divulgadas também por meio da mídia, ouvimos afirmações sobre o quanto é importante investir em educação, além do quanto estão todos dispostos a fazê-lo.

No entanto, é bem diferente o que se constata na realidade brasileira. Então, questiono outra vez: o que realmente já usufruímos do Plano Nacional de Educação, aprovado há meses aqui na Câmara Federal? Ressalto que o PNE - Plano Nacional de Educação já deveria estar implantado desde o início do ano.

Vamos, conforme aprovado pela unanimidade dos Deputados Federais, destinar 10% do Produto Interno Bruto para a educação? Ah, vamos? Mas, afinal, quais serão as fontes desse investimento? E qual ente federado se responsabilizará pelo percentual de recursos a ser acrescido no ensino, se os Municípios não têm de onde tirar um centavo, os Estados estão mergulhados em dívidas e a União não se manifesta claramente? Ademais, o pacto federativo, cujo objetivo é redesenhar o mapa de direitos e deveres financeiros aos entes federados, apenas engatinha, ainda assim, graças ao Congresso Nacional, que esses dias juntou Governadores e Parlamentares em torno de uma mesa, da qual saiu a lista de quatro itens prioritários, mas que ainda serão checados e provavelmente desdobrados em reunião futura também dos Parlamentares, nesta feita, com os Prefeitos. Em português claro: a situação permanece indefinida.

A ONU divulgou as conclusões dos seus mais recentes estudos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que tem a educação como pilar fundamental. A realidade se revela - e choca - em proporções internacionais.

Atentem para a conclusão do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano, de 2012, divulgado na última quinta-feira, pelo Programa das



Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Para começar, o Brasil, segundo a ONU, tem uma das menores médias de anos de estudo da América do Sul, ou seja, 7,2 anos, com os seguintes agravantes: primeiro, só Suriname e Colômbia têm resultados piores. Segundo, essa média, segundo a ONU, está estagnada desde 2011.

E mais, o Brasil apresenta uma evasão escolar no ensino fundamental superior a 24% - ensino fundamental, repito! Portanto, estamos falando de crianças. E o que significa isso? Que a cada quatro crianças matriculadas no ensino fundamental, uma abandona a escola antes de completar a última série. Na América Latina, só a Guatemala, com 36,2%, e a Nicarágua, com 51,6%, têm taxas de evasão superiores.

Outros resultados pífios, além de lamentáveis, também foram registrados no Brasil pela Organização das Nações Unidas no tocante à renda e à saúde, demais pilares da pesquisa.

Conclusão: mesmo tendo apresentado algum crescimento no total do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, ficamos na 85ª posição, entre as 187 nações pesquisadas.

Considerando apenas as nações vizinhas desse lado mais ao sul do Equador, o Brasil está atrás do Chile, da Argentina, do Uruguai e do Peru. De imediato, o Ministério da Educação reclamou junto à ONU. Argumentou, inclusive, que o Brasil exigirá que a ONU reconsidere os resultados, porque estariam baseados em números defasados, que não retratam a atual realidade. E blá-blá-blá. Com a educação no Brasil é assim: discurso, apenas discurso.

Do que se constata na realidade brasileira, entretanto, destacarei alguns fatos, não falácias.

O Plano Nacional de Educação, que deveria estar implantado no País, desde o início deste ano, ainda está tramitando no Congresso. E não por responsabilidade da Oposição, que, como se sabe, representa a minoria, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Mesmo depois de longa e polêmica caminhada sob a análise de Deputados Federais, o PNE ainda tramita no Senado Federal. E deve voltar à Câmara dos Deputados, em decorrência de mudanças que os Senadores fizeram. Ou seja, vai demorar mais ainda para, sequer, tocar a realidade.

Ouç o Deputado Cleber Verde.

O Sr. Cleber Verde - Deputado Izalci, agradeço a V.Exa. o aparte. Quero cumprimentar V.Exa., primeiro, pelo trabalho que vem fazendo



aqui nesta Casa. Segundo, pelo tema educação. V.Exa. colocou como foco, como bandeira principal desse seu mandato, a educação. Eu o cumprimento, até porque V.Exa. faz parte hoje de uma frente parlamentar suprapartidária, mista, que integra Câmara dos Deputados e Senado Federal, de apoio às universidades públicas estaduais e municipais. Esse PNE que V.Exa. acaba de citar é um programa realmente de educação que esta Casa, ao aprovar, entende que coloca a educação como algo fundamental para este País. E nesse sentido, nesse contexto, eu acredito que todos nós temos que nos unir para podermos consolidar essas ações. O PNE que nós aprovamos nesta Casa pretende aumentar de 18 milhões para 23 milhões o número de alunos matriculados no ensino superior. Portanto, nós entendemos que é fundamental que o Governo Federal - e essa frente parlamentar de que V.Exa. faz parte está nos ajudando a consolidar políticas que venham atender esse compromisso com a educação - coloque no Orçamento da União, ainda este ano... É uma discussão longa que vamos fazer com o Governo e esperamos poder sensibilizá-lo, para que as universidades estaduais e municipais também possam ter, no bolo do Orçamento, uma parte do recurso, para que deixem de estar aqui com o pires na mão para a liberação de emendas de bancadas e tenham no Orçamento, de forma impositiva, algo para que eles possam planejar nos seus Estados, no Município, a educação de qualidade que todos nós queremos. Portanto, eu cumprimento a V.Exa. pelo discurso, pela preocupação com a educação e principalmente com o Plano Nacional de Educação, que está no Senado Federal e que, esperamos, todos nós, seja aprovado o quanto antes, venha para cá, porque vai sofrer modificações, para, que, de fato, possamos concluir esse amplo projeto e entregar ao Governo, a fim de que ele possa atender aos interesses do povo brasileiro, no quesito educação, e para que este País realmente passe a viver um outro momento. Porque entendemos que só a educação será capaz de transformar este País num país inserido no contexto do Primeiro Mundo. Parabéns a V.Exa. pelo tema.

O SR. IZALCI - Agradeço e incorporo o aparte de V.Exa. ao meu discurso.

Ouçõ o Deputado Francisco Escórcio.

O Sr. Francisco Escórcio - Venho pedir esse aparte a V.Exa. para fazer justiça a um homem que se preocupa, nesta Casa, com a educação. Educação é o pilar de uma sociedade. E V.Exa., nesta tarde, nos proporciona a oportunidade exatamente de refletir sobre tudo isso que V.Exa. está trazendo para o debate. Meus parabéns. Empunhe sempre essa bandeira. Não se esqueça de chamar o Chiquinho, porque o Chiquinho quer estar ao seu lado para também empunhar essa bandeira, que não é sua, não é minha, é de todos nós, brasileiros.

O SR. IZALCI - Agradeço o aparte a V.Exa.



Sr. Presidente, a maior parte de todo o tempo de discussão do PNE, ao menos no que tange ao que verdadeiramente importa, foi gasto na busca de se assegurar um financiamento significativo para a educação básica pública do País: 10% do PIB para a educação. Essa é a grande discussão no Congresso Nacional. Só que até agora não se conhece exatamente de onde sairão os recursos.

O detalhamento de metas educacionais qualitativas a serem alcançadas pelo PNE também renderam meses de debates aqui na Câmara dos Deputados. Só que essas metas, uma vez implantadas, já começarão devendo: é que os prazos a serem cumpridos têm como ponto de partida data já vencida. Debatendo o PNE, aqui na Câmara, conseguimos concluir, não pelo ideal, porém ao menos por algumas garantias de maior qualidade para a educação brasileira. Mas de que serve tudo isso, se não chega à realidade?

De qualquer forma, o debate em torno da qualidade da educação ao menos rendeu frutos consideráveis em favor de alguns pontos mais nevrálgicos entre as carências da educação brasileira. Um: a imprescindível reformulação do ensino médio - esse é um ponto fundamental e tenho um orgulho muito grande de participar dessa reformulação do ensino médio. Várias audiências já foram feitas, seminários, agora sob a orientação do Presidente da Comissão, para que haja também em todos os Estados esse debate, para concluirmos com um seminário internacional e apresentarmos à sociedade uma reformulação do ensino médio. Dois: é igualmente urgente a elaboração de uma lei de responsabilidade educacional.

Esses temas já estão em foco em Comissões Especiais, sugeridos ao longo da discussão sobre o Plano Nacional de Educação, e hoje são realidade. Uma delas é a Comissão que trata da reformulação do ensino médio, a fim de cuidar da etapa educacional com maior índice de reprovação, evasão e baixo nível de aprendizado no País.

Para se ter uma ideia da realidade atual, aí vão mais alguns de nossos lamentáveis números, auferidos pelo observatório Todos pela Educação, das mais respeitadas instituições do segmento.

Primeiro, Deputado Francisco Escórcio, apenas 10% dos alunos sabem matemática ao saírem do ensino médio. Dez por cento! De cada dez alunos, apenas um sai do ensino médio com conhecimento em matemática. Ou seja, um em cada dez alunos do 3º ano do ensino médio, o último antes do ingresso na universidade, teve desempenho adequado em matemática em 2011.

É indispensável dar um basta a essa situação, que rouba o futuro do Brasil, inclusive nos levando a perder milhares de jovens para os crimes e as drogas.



A Comissão que trata da questão sobre a responsabilidade educacional - destaque do PSDB durante a votação do PNE na Comissão de Educação -surgiu da conscientização sobre a necessidade de aprovar, no prazo de 1 ano, a também imprescindível lei de responsabilidade educacional, que objetiva assegurar respeito e sequência ao padrão de qualidade indispensável à educação.

Membro, com muito orgulho, dessas duas Comissões, como também da Comissão que debateu o PNE, afirmo e exijo o que é fundamental ao Brasil, em especial no que se refere à educação. Basta de apenas discurso! Vamos aos recursos e também buscar mecanismos de fiscalização da qualidade na utilização desses recursos.

Temos que cuidar do uso do dinheiro público. Quem gasta deve fazê-lo com responsabilidade e segundo princípios de uma política pública em favor da Nação.

Concluo este pronunciamento renovando a todos o convite para participarem da audiência pública que realizaremos amanhã, às 10 horas, na Sala 3 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, durante a qual discutiremos o PRONATEC.

E deixo à reflexão geral as palavras do melhor fundamento e completo conhecimento, escritas pelo Prof. Arnaldo Niskier, imortal da Academia Brasileira de Letras, em recente editorial publicado no jornal *O Globo*, intitulado *Escola Renovada*:

"(...) É impossível alcançar resultados apreciáveis, no progresso brasileiro, se não tivermos, costurando tudo, uma Educação de qualidade. Concordamos com a tese de que o problema não se resume a aumentar a aplicação do PIB em educação (...). Ou pagar melhor aos Professores. Seria uma simplificação. Pagar melhor sempre trará resultados, sobretudo se a medida for acompanhada de outras providências essenciais, como formar adequadamente os mestres, oferecendo-lhes concomitantemente um treinamento moderno, marcado pela inovação.

É tudo o que não fazem os nossos cursos de formação de Professores, envelhecidos por práticas ultrapassadas e desligadas da realidade mutante. A alta gestão começa numa Escola Renovada (...)."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Documento 183/311

055.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 04/04/2013- - CD	18:03
Publ.: DCD - 05/04/2013 - 8218	- RENAN FILHO-PMDB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Baixo rendimento de alunos do ensino público em Matemática, segundo dados da organização não governamental Todos Pela Educação. Importância do Plano Nacional de Educação - PNE. Realização de investimentos maciços no setor educacional.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Deputado Izalci, é com grande prazer que retorno a esta tribuna, mas infelizmente para relatar um tema que muito me entristece.

Sr. Presidente, eu volto aqui para falar de uma preocupação recorrente para nós, Parlamentares brasileiros, que é a educação escolar no Brasil, para a qual, infelizmente, não tem sido apresentada solução definitiva. V.Exa., que é um militante da área da educação, membro da Comissão de Educação e da Comissão que discutiu o Plano Nacional da Educação, assim como eu, sabe do que falamos.

De acordo com um levantamento feito pela organização não governamental Todos Pela Educação, o rendimento dos alunos no estudo da Matemática cai ao longo do ensino fundamental, e acha-se que, no ensino médio, cai ainda mais.

O estudo mostra que o percentual de alunos que tinham um rendimento adequado na disciplina caiu de 22% no 5º ano, cursado em 2007, para 12% de rendimento, quando as crianças atingiram o 9º ano do ensino fundamental, em 2011.

Isso significa que quase 90% dos alunos do último ano do ensino fundamental da rede pública não alcançam a expectativa de aprendizado para a sua série e são incapazes de, por exemplo, calcular porcentagens ou realizar medições de áreas geométricas. E o pior: carregam essa dificuldade para o ensino médio, dificultando ou até impossibilitando seu acesso à universidade.

Quando comparamos esse número com o desempenho dos alunos do



meu Estado, Alagoas, Sr. Presidente, percebemos o quanto precisamos cuidar da nossa educação. Alagoas apresentou um quadro ainda mais deficitário em relação ao Brasil: somente 10% das crianças da rede pública chegam ao 5º ano com um conhecimento adequado à série, e só 8% concluem eficientemente o ensino fundamental.

Por isso, eu venho a esta tribuna, mais uma vez, defender a importância da concretização do Plano Nacional de Educação. O PNE, como é conhecido, Sr. Presidente, vai balizar e estabelecer metas para a educação nos próximos 10 anos. Fui membro da Comissão Especial que aprovou o PNE e posso assegurar que o meu compromisso com o alcance dessas metas é permanente. V.Exa., inclusive, fez o requerimento de urgência para trazer os 10% do PIB para a educação direto ao plenário. Mas nós, naquela Comissão, tivemos a oportunidade de aprová-los.

A atenção à educação no Brasil é uma medida-chave para a concretização do nosso desenvolvimento como potência internacional. Temos um país que é a sexta economia do mundo. Precisamos que a educação das nossas crianças esteja de acordo com a realidade econômica, para que seja possível avançar ainda mais em áreas importantes, como a indústria petroquímica, energética, construção, infraestrutura e tecnologia, que crescem vertiginosamente nos últimos anos.

É importante salientar que todos esses setores econômicos são profundamente dependentes de conhecimentos no campo da Matemática, o que nos faz concluir a importância da modificação desse triste quadro diagnosticado pelo estudo e da melhora do desempenho das nossas crianças no aprendizado de Matemática.

E para isso é imprescindível a valorização dos nossos professores. Hoje, um jovem formado em Matemática pode ter salários muito mais altos em várias outras áreas de atuação, como na engenharia, na indústria ou em consultoria financeira. Poucos se tornam professores. E os que escolhem essa profissão muitas vezes perdem a motivação, diante das dificuldades encontradas no percurso da carreira. Muitas vezes, a desmotivação ao ensinar dificulta a transmissão de conhecimentos ao aluno, que cria uma barreira com a matéria e com o aprendizado.

Além disso, com poucos professores, não é raro os alunos do ensino público ficarem sem aulas, ou em turmas superlotadas. Nesse cenário, é muito difícil para o professor acompanhar individualmente cada aluno e diagnosticar as dificuldades da turma. E para solucionar a falta de professores, muitas escolas precisam utilizar a mão de obra de docentes não qualificados, ou seja, professores sem formação em curso superior.



Nesse aspecto, mais uma vez, é triste a realidade que vive Alagoas: de 2007 para cá, o número de docentes de escolas públicas com ensino superior diminuiu de 63% para 60%.

Não tenho dúvidas de que professores bem remunerados, com carreiras estruturadas e qualificação periódica consolidam a base para uma educação de qualidade para crianças e adolescentes. E é nesse sentido que vou continuar concentrando o meu trabalho nesta Casa, principalmente buscando a melhoria no quadro educacional do meu Estado, Alagoas.

Sr. Presidente, este era o discurso que eu tinha a proferir desta tribuna na tarde de hoje, de forma muito triste, para dizer que a educação brasileira precisa ser pensada como um todo. Nós precisamos ter investimentos na primeira infância, na educação infantil, para que essas crianças cheguem ao ensino fundamental em condição de aprender.

Não dá mais para o Brasil ser pensado a partir dos 6 anos, 7 anos de idade. Isso não funciona! O mundo já alterou essa concepção. Precisamos investir na primeira infância, ampliar a construção de creches, possibilitar o desenvolvimento cognitivo das crianças, valorizar os pais que criam melhor os seus filhos, porque, quando a criança chegar aos 5 anos, 6 anos, para aprender na escola, sem ter tido condição de estudar na primeira infância, sem acesso ao conhecimento na primeira infância, ao desenvolvimento cognitivo com condições para aprender no futuro, ela não conseguirá acompanhar a turma. Isso acontece no Brasil de forma que nos deixa apreensivos. Por isso a educação tem demorado tanto a melhorar.

Sr. Presidente, para concluir, peço a V.Exa. que autorize a divulgação, pelos meios de comunicação da Casa, do pronunciamento que fiz nesta tarde, porque a educação é de suma importância para o Brasil como um todo, sobretudo para o Nordeste brasileiro e para a minha querida Alagoas.

Que as pessoas tomem conhecimento de que estamos discutindo assunto tão importante para o Brasil. O País precisa virar essa página, entrar no momento da aprendizagem valorizada, investir nas crianças, porque, quando esse investimento não é feito, no futuro, na adolescência ou no período universitário, ao se investir 1 real, o retorno será muito menor do que se investido esse real na primeira infância, nas crianças que mais precisam neste Brasil.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.



Documento 184/311

101.3.54.O

Sessão
Ordinária - CD

Deliberativa 07/05/2013-17:28

Publ.: DCD - 08/05/2013 -
15756 BIFFI-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Participação em evento, realizado na Casa, em prol do fortalecimento da educação pública. Promoção da 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. Resultados positivos da reunião de membros da Comissão de Educação e do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, Roberto Leão, com os Presidentes do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves. Imediata aprovação do projeto de lei sobre a implantação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Conveniência de adoção de medidas para a garantia do pagamento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Conclamação dos Deputados à aprovação do projeto de lei sobre a destinação da integralidade dos recursos oriundos de royalties de petróleo ao setor educacional.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. BIFFI (PT-MS. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 24 de abril participei de um ato público, aqui na Câmara dos Deputados, em prol da educação pública do nosso País.

Foi um evento muito importante para avançarmos na aprovação imediata do Plano Nacional de Educação (PNE). O evento fez parte da programação da 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública e contou com a presença de mais de 600 trabalhadores em educação.

Juntamente com os Parlamentares que são membros da Comissão de Educação e o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, Roberto Leão, reunimo-nos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo



Alves (PMDB-RN), e com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e discutimos a aprovação imediata do Plano Nacional de Educação (PNE), com 10% do PIB para a educação pública, em tramitação no Senado Federal, e da destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para o setor, além do cumprimento integral da Lei do Piso Nacional dos Professores.

Sendo assim, afirmo o compromisso dos dois Presidentes, das duas Casas, com a educação pública do País, já que um dos encaminhamentos foi o compromisso de formação de uma Comissão Mista que irá analisar as medidas de uma nova lei que possa garantir 10% do Produto Interno Bruto e 100% dos *royalties* do pré-sal para a educação.

O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, informou que vai cuidar pessoalmente da tramitação do PNE naquela Casa, para que o plano seja votado imediatamente.

A garantia do piso nacional para os professores, que atualmente é de R\$ 1.567,00, segundo o Ministério da Educação, também foi colocada na pauta de reivindicações. Os municípios têm tido muita dificuldade na sua aplicação. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, mais da metade dos Prefeitos não cumprem o piso. Então, a luta é para que possamos fazer com que sejam cumpridas efetivamente as leis que nós aprovamos aqui.

Sáimos com muito otimismo da reunião, Sr. Presidente. Estou confiante de que a nossa educação será valorizada e terá os recursos necessários para avançar mais ainda.

O projeto de lei encaminhado pela Presidenta Dilma Rousseff na semana passada ao Congresso Nacional, que destina 100% dos *royalties* para a educação, já é uma prova de que estamos avançando. Agora precisamos apenas do apoio de todos os Parlamentares para aprovarmos com urgência o projeto aqui na Casa.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.



Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 16/05/2013
- 17504

IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Urgência na aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Natureza neoliberal e privativista do parecer oferecido à matéria pelo Senador José Pimentel.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminho pronunciamento intitulado Plano Nacional de Educação: concepções sobre Estado e educação em disputa. No pronunciamento, analisamos o relatório do Senador José Pimentel, um grande retrocesso na análise do Plano Nacional de Educação, que está sendo discutido no Senado.

Depois de ser aprovado, por unanimidade, na Comissão Especial e no plenário, o relatório com a previsão de 10% do PIB, o Senador José Pimentel simplesmente retroage no tempo: elimina a ideia de que o investimento é público, diz que o investimento é também do setor privado e que não é mais um investimento direto, mas um investimento total, o que levará a reduzir drasticamente o investimento, no PIB. Elimina também a responsabilidade do Estado com o Custo Aluno Qualidade e cria ilusões com a questão do pré-sal no financiamento da educação.

É o nosso pronunciamento contra o Relatório Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é notório que a educação pública nacional aguarda, com urgência, a aprovação de um novo Plano Nacional de Educação. A sociedade aguarda esse novo Plano por saber do fim da vigência da Lei nº 10.172, em 2011; por aguardar que haja uma política de Estado para a educação com objetivos e metas claras; e por ter sido chamada para a discussão do que se seguiria no futuro das políticas educacionais no Brasil. Segundo os próprios dados oficiais, foram cerca de 3 milhões de pessoas que participaram da Conferência Nacional de Educação - CONAE, no ano de 2010, em suas diversas etapas, discutindo os rumos da educação



no País.

Ainda que a conferência possa ter apresentado problemas na sua organização - em geral pelo autoritarismo das entidades ao fazê-la de forma pouca democrática -, a CONAE aprovou resoluções importantes que deveriam constar na proposta de Plano Nacional de Educação da próxima década. Durante a tramitação do PL 8.035/10, que tratava do PNE na Câmara, foi possível avançar em um ponto que tinha respaldo na conferência: a Meta 20, na qual foi determinado que se ampliasse o investimento em educação pública de forma a atingir 7% do PIB em 5 anos e o equivalente à 10% do PIB ao final da década. Não havia dúvidas em marcar no texto o que se defendia: verbas públicas para educação pública.

O relatório do Senador José Pimentel (PT-CE), publicizado na última sexta-feira e que vai a voto na próxima reunião da Comissão de Assuntos Estratégicos do Senado Federal, nessa quarta-feira, marca uma posição absolutamente divergente da defesa da escola pública. O relatório assume declaradamente o ensejo neoliberal e privatista para a educação do País, com a desresponsabilização do Estado, em especial na expansão da educação pública, e com a abertura de portas cada vez maiores à iniciativa privada, que com aval e incentivos financeiros do próprio Governo tendem a crescer cada vez mais no sistema educacional.

Isso foi feito com alterações no texto de conteúdo político, suprimindo ou alterando a expressão "pública" em diversos trechos do projeto de lei. Na Meta 20, por exemplo, que tratava da ampliação do investimento, o texto retira a palavra "pública", defendendo que haja ampliação de investimentos em "educação". Assim, muda o indicador de mensuração de "investimento direto", para "investimento total", considerando que é indispensável contabilizar no investimento com educação gratuita as bolsas do PROUNI, que ocorrem em troca de renúncia fiscal, as bolsas do PRONATEC, que vão essencialmente ao Sistema S, e convênios com entidades comunitárias, que representam em sua maioria a terceirização da educação infantil nos Municípios.

Isso altera o patamar de investimentos já realizados hoje de 5,3% do PIB de "investimento direto" para 6,1% de "investimento total", e maquia a meta de alcançarmos os 10% ao final do decênio, pois, na proporção existente hoje, os 10% significariam algo em torno de 8,5%, no máximo. Porém, essa relação não está dada, pois na continuidade de incentivos para que a iniciativa privada assuma a responsabilidade pela educação gratuita, com recursos públicos, esses índices podem cair muito e o aumento do investimento em educação significar apenas o aumento de repasse para a iniciativa privada e o abandono da escola pública estatal, tal como a concebemos.

Além disso, na Meta 20 foi excluída a meta intermediária de atingir 7%



em 5 anos, isentando o atual e o próximo governo de fazerem alterações na política de financiamento existente e deixando para o Governo em vigência nos últimos anos do Plano o alcance da meta de 10%, o que na prática significa que não há intenção de que ela se concretize.

Nas Metas 11 e 12, que dizem respeito respectivamente à expansão do ensino profissionalizante e do ensino superior, a substituição de que a expansão ocorresse parcialmente na "educação pública" para "educação gratuita" demonstra o grau de comprometimento do Governo com as empresas de ensino da iniciativa privada. Aqui, o conceito de público contrapõe-se ao de gratuito, em uma relação já conhecida por nós nas parcerias público-privadas, onde a execução do serviço e a responsabilidade ficam com o setor privado, porém o financiamento com o setor público. O incentivo pela manutenção e ampliação de programas como o PROUNI e o PRONATEC para a próxima década significa assumir o modelo de terceirizações na educação definitivamente.

Ainda se tratando do financiamento, o relatório do Senador Pimentel exclui a implementação de um conceito amplamente debatido e defendido, que é o Custo Aluno Qualidade (CAQ), a soma de insumos necessários para garantir a qualidade da educação. O texto do atual Relator altera a proposta de "implementação do CAQ" para "definição do CAQ", o que não responsabiliza o Governo a implementá-lo. Ou seja, é uma meta inócua e sem consequências, o que desmonta e tangencia um debate importante para o financiamento das redes públicas.

Por fim, ainda sobre o financiamento da educação, cabe destacar que o atual debate dos *royalties* do petróleo para a educação, com incorporação no relatório do Projeto de Lei nº 5.500/13, de autoria da Presidente Dilma, é um completo engano. Tal qual como foi colocado, o "novo" dinheiro para educação dependeria das novas áreas de petróleo e excluiriam a extração já existente, além de resultar apenas dos dividendos dos investimentos de aplicação no mercado financeiro internacional, após depósito de recursos no Fundo Social. Ou seja, trata-se aqui de cerca de 10% do que representa a extração do petróleo, enquanto cerca de 90% continuam sendo entregues aos conglomerados internacionais. E para esses 10% chegarem à educação ainda demorará muito tempo - após longo processo de licitação, exploração da área, reconhecimento de petróleo, iniciativa do pagamento de *royalties* e participação especial, depósito no Fundo Social e geração de dividendos na bolsa. Além da demora, os recursos serão insuficientes para atingir o patamar de 10% do PIB para a educação. Portanto, esse discurso não passa de um grande engodo para o debate da educação nacional.

O relatório do PNE da CAE apresenta ainda outros significativos



problemas, como retrocessos no que tange à defesa da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino; a antecipação da escolarização das crianças pequenas e divergência do conceito de alfabetização, estabelecendo como meta alfabetização de todas as crianças aos 6 anos de idade. Porém, o que mais marca o texto é a presença da posição, que sempre esteve em disputa, do que concebesse como educação pública e de quem é o dever de garanti-la. Trata-se da defesa, assumida pelo Governo Federal, de enaltecimento da iniciativa privada e de sua participação na educação nacional, garantindo a gratuidade a partir de subsídios ou isenções do Governo.

Tal política, baseada na reforma do Estado, atinge sobremaneira a educação tal como a concebemos, direito de todos e condição para que possamos construir uma sociedade justa, com formação de cidadãos capazes de atuar e transformar a realidade em que estão inseridos. A garantia desse direito não pode, sobremaneira, ser entregue às empresas que são movidas e motivadas pelo lucro gerado pela exploração comercial da educação.

Conclamamos a todos e todas que concebem a educação pública como direito de todos e dever do Estado e da família, tal qual preconiza nossa Constituição Federal, a se juntarem na recusa de tal formulação para o PNE e exigimos que as consultas realizadas por um suposto governo democrático sejam atendidas. Pela responsabilização do Estado com a educação e recursos públicos somente para escola pública.

Muito obrigado.

Documento 186/311

135.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 23/05/2013- - CD	23/05/2013- 11:22
Publ.: DCD - 24/05/2013 20006	- LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Pedagogo. Editorial Um dia na vida de um professor,



publicada pela revista CartaCapital. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Apoio ao projeto de lei sobre a destinação integral dos recursos dos royalties de petróleo da camada pré-sal à educação.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, mais exatamente dia 20 de maio, foi comemorado o Dia do Pedagogo.

Coincidência ou não, a capa da revista *CartaCapital* desta semana traz como título *Um dia na vida de um professor*. O enfoque da matéria são experiências de professoras e professores da educação básica em diferentes lugares do Brasil. Sem adentrar nas teorias pedagógicas, nem na normatização ou programas governamentais da área, os repórteres Rodrigo Martins e Verônica Manevy privilegiam o cotidiano de diferentes profissionais da educação, o esforço e o desgaste de levar adiante as agruras e as esperanças de quem faz o magistério neste País.

A abordagem humaniza o tema ao deixar falar por si mesmos os sujeitos dessas jornadas de um trabalho e de uma missão que está envolvida por um falso consenso de que a educação é prioridade para todos neste País. Evitando os números frios das estatísticas, o texto flui pelos depoimentos dessas professoras e professores.

Lá da Escola Municipal Oliveira Viana, no Jardim Ângela, em São Paulo, Capital, a reportagem joga luzes sobre a Profa. Claudete Borges, que leciona em duas escolas e trabalha mais de 12 horas por dia para ganhar pouco mais de 3 mil reais. Para uma escola e outra, a Profa. Claudete pega caronas. A refeição do almoço, como a de milhões de brasileiros, é uma marmitta consumida às pressas, em míseros 15 minutos, para não perder o horário da volta dos estudantes.

Claudete Borges acorda às 5h30 e só chega em casa às 20h. E, além de trabalhar na preparação das aulas, faz revisão de textos acadêmicos para complementar a renda familiar. Para voltar para casa, a professora pega dois ônibus e depois caminha por 15 minutos. Encerra a jornada às 23h e tem no máximo 6 horas de sono. Fiquemos nesta personagem da vida real, fixemo-nos nela, porque, apesar da tagarelice e desdém dos alunos na sala de aula, e para além das dificuldades com a remuneração e com o cansaço de uma semana extenuante de trabalho, Claudete Borges mantém viva a fé na educação pública do Brasil.

Segundo o Censo Escolar 2012 (INEP), dos 2,1 milhões de profissionais da educação básica no Brasil, 80,4% são mulheres, 78,5% dos profissionais da educação básica atuam em escolas públicas. O piso salarial, nem sempre respeitado, é de 1.567 reais, o



que exige a dupla e até a tripla jornada de trabalho.

O Brasil tem uma das piores médias salariais do mundo, isto porque os salários avançaram um pouco nas últimas décadas. Para muitos professores que estão há décadas no magistério, esta situação rima com desilusão, enquanto muitas pessoas que têm propensão para o ingresso nessa profissão, o melhor, dizem, é nem consumir a vocação, sob o risco de padecer uma cruel frustração.

Mas, como a Profa. Claudete Borges, do Jardim Ângela, em São Paulo, eu também acredito na educação pública, que é a que assegura o direito universal ao ingresso na escola. Como a Profa. Claudete Borges e tantos e tantos outros brasileiros e brasileiras, defendo a educação pública e nutro muitas esperanças de que o Brasil vai avançar na qualidade da educação básica, como está avançando com o ensino técnico e universitário federal.

Eu, como professor e militante político, aposto na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) com o dispositivo que estabelece o mínimo de 10% do PIB para a Educação. E aposto na proposta da Presidenta Dilma Rousseff, consubstanciada em projeto de lei, para garantir que todos os recursos dos *royalties*, participação especial do petróleo e recursos do pré-sal, sejam usados exclusivamente na educação.

As palavras carregadas de boas intenções não bastam para mostrar que Educação é prioridade. É preciso fazer isso acontecer de fato, a exemplo dos testemunhos cotidianos de muitas pedagogas e demais profissionais da educação básica pelo Brasil afora. Porque se educação é prioridade, é preciso que se traduza concretamente em mais recursos humanos e financeiros para mais escolas, para maiores jornadas das crianças e jovens nas escolas, para mais qualidade na aprendizagem e no ensino e mais dignidade para as trabalhadoras e os trabalhadores da educação.

Sr. Presidente, peço que seja dada a devida publicidade ao meu pronunciamento, nos órgãos de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.



Publ.: DCD - 28/05/2013 - PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-
20325 DEM -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Importância do Plano Nacional de Educação para a universalização do acesso ao setor e para a redução da evasão escolar e da repetência. Garantia do acesso de crianças e adolescentes ao direito de efetiva aprendizagem na escola. Preocupação com a redução do acesso à escola nas comunidades indígenas e quilombolas. Avanços e desafios do setor educacional brasileiro. Deficiência da área de educação infantil no Distrito Federal. Adoção da escola de tempo integral no País. Escolarização da população brasileira. Necessidade de ações para a acessibilidade de pessoas com deficiência às escolas públicas. Valorização dos docentes brasileiros. Déficit de profissionais do magistério público da educação básica. Realização de investimentos governamentais no setor. Apelo aos Prefeitos Municipais pela construção de creches em suas comunidades. Relevância do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Necessidade de apoio do Governo Federal à implantação do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro e de recursos de royalties de petróleo para o setor educacional. Oferta de educação de qualidade ao alunato brasileiro.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO.
Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Izalci, os caros Deputados, as caras Deputadas, os espectadores que nos acompanham pela *TV Câmara*. É com grande honra que venho aqui, mais uma vez, tratar de um tema que é tão caro para a Nação e para nós, Deputado Izalci, que é a educação.

Mais uma vez volto a falar e a mostrar a nossa preocupação com o Plano Nacional de Educação, com os resultados de educação que temos em nosso País. Quero falar sobre a educação pública brasileira.

O Plano Nacional de Educação, em suas 20 metas, propõe uma agenda de desenvolvimento para a educação brasileira. Entretanto, o Plano Nacional chama a atenção para itens que muitos já consideram superados: a universalização do atendimento escolar e a redução da evasão, da repetência e do abandono. Mas os dados divulgados recentemente, pelo movimento Todos pela Educação, mostram que a democratização do acesso à escola ainda não está plenamente alcançada. Ainda existem milhões de crianças espalhadas por nosso País sem terem direito a uma vaga na escola.



É preciso um olhar focado sobre os números, para que se abandone o conforto das grandes médias. Urgem políticas públicas atentas em especial às Regiões Norte e Nordeste, às muitas dificuldades e diferenças de renda, às dificuldades ligadas à raça. As médias globais tendem a esconder a nossa realidade, a realidade de nosso País.

É preciso reduzir a defasagem idade-série. Milhares de crianças ainda estão bastante atrasadas no sistema educacional. Acima de tudo, nosso País precisa garantir que todas as crianças e adolescentes tenham direito à efetiva aprendizagem. Que aprendizagem é essa? Ter vaga na escola é importante, mas é preciso que as crianças e jovens aprendam o que devem aprender em cada série e idade. Nosso País ainda precisa definir os objetivos e expectativas de aprendizagem, porque cada criança, morando no Tocantins, no Acre ou em São Paulo, tem direito a aprender.

É inegável que a educação pública teve seus avanços nos últimos anos. No Estado que represento na Câmara, o Tocantins, entre 1995 e 2011, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola saltou de 4% para 13%. Já o percentual das crianças de 4 a 5 anos saltou de 39,4% para 69,19%. Esses são dados oficiais do movimento Todos pela Educação.

Dados gerais apresentados mostram ainda que mais de 539 mil crianças estão fora da escola. São crianças que estão em extrema vulnerabilidade social, crianças que precisam de um olhar diferenciado.

Segundo dados da PNAD, há 1 milhão de crianças de 4 e 5 anos sem estudar, que não estão atendidas nas nossas escolas. O índice de conclusão do ensino fundamental é de 64% n País. Na Região Norte, esse índice é ainda menor - vivemos em um País de extrema diversidade: de cada 100 crianças que entram no ensino fundamental, apenas 52 conseguem concluir esse nível de ensino.

Oitenta por cento dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados na escola, sendo que 52,25% estão no ensino médio. Mais de 15% dos nossos jovens não estudam nem trabalham. A escola não os interessa. Eles são fortes candidatos a engrossar os índices de desemprego, marginalidade e comportamento de risco.

O índice de abandono do ensino fundamental é de mais de 25%. Temos um total de 8% de crianças e adolescentes no Brasil que estão fora da escola. Isso representa, Sr. Presidente, um total de 3,2 milhões de jovens sem estudar e sem atendimento.

Quando olhamos para as comunidades indígenas e quilombolas, a preocupação também é crescente. Chama-nos a atenção o fato de que, ao invés de aumentar o atendimento, tivemos uma redução de 27



mil para 19 mil no atendimento entre as crianças quilombolas.

Há uma taxa de conclusão, estimada pelo PNE para até 2022, de 76% no ensino fundamental e 65% no ensino médio.

O IDEB mostra uma pequena evolução na qualidade da educação brasileira entre os anos de 2005 e 2011.

O Sr. Mauro Benevides - Permita-me V.Exa., Deputada Dorinha, saudar a presença de V.Exa. na tribuna, neste Grande Expediente, sobretudo pela retrospectiva que faz do quadro educacional do seu Estado. Eu diria a V.Exa. que há também no Ceará um esforço direcionado pelo próprio Governador Cid Gomes, que foi Prefeito de Sobral e ali implantou o projeto Educação em Idade Certa, que projetou Sobral. Agora ele deu um dimensionamento bem maior, alcançando todo o Estado. A referência que V.Exa. faz ao seu Estado, o Tocantins, neste instante, naturalmente guarda conexão com o esforço que foi empreendido não apenas no interior do Ceará, em Sobral, mas sobretudo, agora, em todo o Estado, o que projeta realmente a nossa unidade federada a uma situação extremamente confortável, diante das outras Unidades da Federação brasileira. Cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento que faz.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Deputado Mauro Benevides, o esforço que vem sendo realizado pelo Estado do Ceará é um esforço reconhecido. Existe, ainda, um grande caminho pela frente. O Ceará não só ocupa hoje, em toda a Região Nordeste, as primeiras posições no tocante à alfabetização, como também tem um projeto inovador na área do ensino médio. A experiência do Ceará, do Tocantins, do Acre e de alguns Estados das regiões que hoje têm os piores resultados mostra que, com esforço, recurso, acompanhamento e monitoramento, é possível, sim, melhorar os resultados.

É por isso que eu uso esta tribuna para falar da importância do Plano Nacional de Educação para o nosso País, plano que ainda aguarda aprovação no Senado e posterior retorno à nossa Casa, a Câmara.

Chamo atenção também para os resultados de aprendizagem relativos ao IDEB. Recentemente, o Governo Federal divulgou os últimos resultados, que mostram, sim, um crescimento entre 2005 e 2011. A nota no ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, passou de 3,6 para 4,7 no ensino público. Quero lembrar que a pontuação é de 0 a 10 e que a meta para 2022 é chegarmos a 6. Nós ainda temos o grande desafio de melhorar em todos os níveis. Do 6º ao 9º ano, a nota da escola pública foi de 3,2 para 3,9 e, no ensino médio, modalidade em que temos avançado muito pouco, passou de 3,1 para 3,4.

A rede privada guarda uma diferença significativa em relação à rede



pública, mas eu gostaria de lembrar que a rede pública é a que acolhe todos. Ela tem a responsabilidade de, independentemente de situações socioeconômicas e das situações adversas, do ponto de vista do contexto regional e estadual, acolher a todos.

Em um país em que muitos ainda acreditam que reter ou reprovar alunos é um instrumento pedagógico, não surpreende que as estatísticas mostrem que as taxas de reprovação do ensino fundamental superam 10% e, no ensino médio, 13%.

Quanto à taxa de distorção idade-série, ela diz respeito às crianças que já entram atrasadas na escola, já entram carregando a distorção idade-série porque não tiveram acesso à escola no tempo correto.

O sistema educacional brasileiro ainda precisa expressar quais são os conteúdos e conhecimentos que cada criança precisa aprender. A educação infantil ainda tem um grande caminho pela frente.

Gostaria de lembrar especialmente o Distrito Federal, em que a cobertura e o atendimento às crianças ainda são muito reduzidos. No caso específico do Distrito Federal, uma área da educação infantil estava, até bem recentemente, no âmbito da assistência social, contrariando todos os preceitos legais, e hoje milhares de crianças são atendidas em residências, em casas ou em instituições sem a menor condição de acolhê-las.

Quero lembrar, ainda, que o atendimento de 0 a 6 anos, feito na idade correta, tem um impacto no desenvolvimento de todas as crianças. É nessa fase da idade que são preparados, do ponto de vista neurológico, os caminhos para o desenvolvimento futuro.

O desafio é conferir qualidade, num projeto pedagógico bem feito. A legislação brasileira clama, ainda, pela seriedade, pelo compromisso e pela diversidade no atendimento.

Não poderia deixar de mencionar a necessidade de um olhar especial para as comunidades indígenas. Infelizmente, milhares de jovens indígenas ainda não têm espaço nas suas aldeias para uma escola bilíngue, bem organizada e bem estruturada.

O Censo de 2010 mostrou que nós temos uma população de 817 mil indígenas, e 60% deles estão na Região Norte. Atualmente, 36,2% é a proporção de crianças e jovens de 0 a 14 anos nas comunidades indígenas.

Em relação aos quilombolas, existem aproximadamente 1.200 comunidades, em especial na Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pará. As escolas ainda estão distantes das necessidades dos quilombolas quanto a uma escola próxima a sua realidade, que atenda às



necessidades dessa comunidade.

Na educação básica, o número de alunos inscritos passou de 151.700, em 2007, para 214.500, em 2011, mas ainda temos o desafio de garantir qualidade nesse atendimento.

Quero chamar atenção para o Plano Nacional de Educação, que tem como meta a universalização do ensino fundamental.

Entre 2010 e 2011, as matrículas no ensino fundamental diminuíram, passando de 31 milhões para 30,3 milhões o número de jovens e crianças que estavam sendo atendidos na escola. Essa redução vem acontecendo de maneira gradativa, Sr. Presidente, pela estabilização da população. Mas quero lembrar que existem comunidades e regiões em que milhares de crianças ainda estão sem escola.

No entanto, não se pode ignorar o fato de que a etapa crucial da educação é o ensino médio.

O PNE estabelece a universalização do ensino médio até 2016, com elevação da taxa de matrículas para 85%. Embora cerca de 80% dos jovens de 15 anos a 17 anos estejam matriculados na escola, somente 52,25% estão no ensino médio.

Isso demonstra, mais uma vez, a defasagem e o atraso escolar. Quero chamar a atenção para essa defasagem. As Regiões Norte e Nordeste são as que têm menos jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio em 2011, com os percentuais de 35,1% e 41,4% respectivamente.

Especialistas apontam que o nosso currículo é inchado. No ensino médio, existem mais de 19 disciplinas diferentes. É preciso ter a coragem de enfrentar uma verdadeira reforma no ensino médio. Os desafios também se misturam com os desafios de formação.

A escola de tempo integral é uma meta estabelecida no Plano Nacional de Educação. Ela é muito importante. O fato de se expandir o tempo de permanência na escola pode fazer diferença, sim, nos resultados das crianças e jovens. É uma oportunidade de fixar professores na escola e de ampliar a aprendizagem, inclusive em outras áreas.

Mas lembro que escola de tempo integral não é depósito de crianças. A escola precisa ter estrutura, os profissionais precisam ser bem remunerados e o currículo precisa ser adequado. Pode, sim, diminuir a desigualdade e melhorar a aprendizagem se a escola se propuser a um enfrentamento que não seja só o aumento da permanência em seu espaço.

É preciso também olhar os desafios enfrentados pelos jovens



brasileiros. Segundo o Anuário, hoje, 7,3 anos de estudo é a média de escolarização da nossa população. Outro ponto importante a citar é que 78% dos alunos com algum tipo de deficiência já estão nas nossas escolas públicas, que precisam de melhoria na sua infraestrutura. A maioria das nossas escolas públicas sequer garante acessibilidade aos portadores de deficiência física.

Finalmente, quero falar da formação dos professores. Hoje o Brasil enfrenta um verdadeiro apagão no número de professores. Cerca de 25% dos professores brasileiros de educação básica possuem, no máximo, o ensino médio na modalidade normal.

Cerca de 2 milhões de professores atuam nas escolas de educação básica. Esse contingente de profissionais mostra que os desafios de formação docente são enormes. Eles precisam ter atendimento na formação continuada. Esses professores, infelizmente, saem das nossas universidades despreparados, distantes da escola real.

Quanto ao Plano Nacional de Educação, chamo a atenção para o fato de que um professor no Brasil ganha cerca de 40% menos do que a média dos outros profissionais que têm a mesma formação e a mesma responsabilidade.

Há passos importantes a serem dados. É preciso haver carreiras atrativas. Hoje, apenas 2% dos alunos do ensino médio manifestam interesse em ser professores. Não é de se estranhar, portanto, o déficit de professores da educação básica, que hoje é de mais de 250 mil professores.

O SR. IZALCI - Permite-me V.Exa. um aparte?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Pois não, Deputado Izalci.

O Sr. Izalci - Professora Dorinha Seabra Rezende, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que tem feito na Câmara dos Deputados, na Comissão de Educação, no Plano Nacional de Educação, em prol da educação. V.Exa. aborda um tema importante. Nós, que estamos aguardando esse Plano há algum tempo, esperamos que agora o Senado o devolva o mais rapidamente possível a esta Casa, para corrigir o que foi modificado naquela Casa. Não poderia deixar de registrar aqui o seu empenho e a sua competência. É um privilégio trabalhar junto com V.Exa. nas Comissões e na Casa como um todo. Parabéns pelo trabalho em prol da educação. V.Exa. é uma referência para todos nós na área da educação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada, Deputado Izalci. Gostaria de lembrar a V.Exa. que a nossa luta por quase 2 anos para que pudéssemos construir um documento



que vá ao encontro das necessidades de melhoria da educação pública no nosso País, precisa da garantia, do respeito e da atenção do Senado no sentido de que o documento volte a esta Casa, a fim de que em 2014 o País tenha, finalmente, um Plano Nacional aprovado e com recursos para que seja implementado.

Já perdemos bastante tempo e temos uma grande defasagem no que se refere à qualidade, ao atendimento, à cobertura e à valorização dos nossos profissionais da educação.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Couto.

O Sr. Luiz Couto - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, parabeno-a pelo pronunciamento. V.Exa. trata de uma questão que é fundamental, inclusive para o enfrentamento da violência em nosso País, que é a educação. Eu sempre digo que, se nós investirmos em educação de qualidade para todos, haverá uma mudança no relacionamento entre as pessoas, pois elas começarão a perceber que a violência destrói. A educação, ao contrário, vai construindo, cada vez mais, relações solidárias, fraternas, o que é fundamental. V.Exa. trata da capacitação. Eu tratarei de outro tema, que é o início da educação, ou seja, a educação infantil. Com relação ao FNDE, quando o Parlamentar coloca recurso para uma creche escola, o FNDE coloca outra parte igual para a construção. Infelizmente, nós temos vários Municípios que não investem na educação infantil. E é fundamental começar bem essa educação infantil, para que nós possamos, a partir daí, ter uma educação de qualidade. Parabéns a V.Exa. Tenho certeza de que todos nós devemos trabalhar para que haja educação, porque nenhum país se desenvolve se não tiver educação e se não construir ciência e tecnologia, que são fundamentais para o desenvolvimento. Para isso, é preciso haver educação, educação para todos, educação de qualidade. É isso o que todos nós queremos. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada, Deputado Luiz Couto.

Ouçó o nobre Deputado.

O Sr. Augusto Coutinho - Prezada Deputada Dorinha, companheira de partido, eu quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento. V.Exa., como sempre, demonstra o seu conhecimento adquirido no decorrer de sua vida pública como Secretária de Estado. E aqui nesta Casa tem tido um desempenho diferenciado. V.Exa. conhece bem o assunto e traz a esta Casa, sempre de uma forma a contribuir com todos nós e também com os brasileiros, o seu conhecimento e a sua experiência. Eu quero - repito - parabenizar V.Exa. Fico muito feliz quando vejo o trabalho que V.Exa. faz e o seu desempenho em prol do Brasil, fazendo a boa política e lutando por uma boa educação. Parabéns a



V.Exa. pelo pronunciamento.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada, Deputado Augusto Coutinho, pelas suas palavras.

Eu gostaria de aproveitar as duas contribuições para destacar, primeiro, que eu acredito que, realmente, nenhum país terá o tamanho necessário, em termos de conhecimento, se não investir na educação. A educação infantil, aquela voltada para as crianças de tenra idade, faz diferença na escolarização futura. Infelizmente, os resultados têm mostrado que as nossas crianças estão chegando à 5ª série sem terem sido alfabetizadas. E a alfabetização malfeita ou inadequada compromete toda a escolarização futura. Daí a importância, sim, inegável de uma política de educação infantil.

Quero fazer um apelo aos nossos Prefeitos para que as creches possam sair do papel, para que S.Exas. busquem ajuda. O FNDE está à disposição, assim como os Governos Estaduais. O Governo Federal tem um compromisso com esse investimento, mas é preciso que haja uma seriedade conjunta, para que as creches escolas estejam adequadamente à disposição das nossas crianças.

É impossível pensarmos em uma criança que vai continuar a sua escolarização sem ter o domínio completo da alfabetização.

Há pouco tempo, discutimos nesta Casa sobre a idade: 6 ou 8 anos? Eu quero lembrar que para a criança de 6 anos existem alguns desafios e aprendizados. O tipo de texto e construção que devemos cobrar dela é um. A criança de 8 anos tem que ser uma leitora plena, com condição de continuar aprendendo. E aí é o grande desafio do Brasil em relação ao Programa Alfabetização na Idade Certa, ao trabalho feito pelo Estado do Ceará, hoje uma das referências importantes nessa área.

Vamos cuidar das nossas crianças para que o atraso não comece tão cedo. A negação do direito de aprender começa com as crianças de 6, 7, 8 anos. Por isso, é importante que uma avaliação seja realizada com essas crianças, para que elas realmente, aos 8 anos, estejam plenamente alfabetizadas.

Sr. Presidente, gostaria de dar continuidade ao aspecto da formação dos professores. As licenciaturas que formam hoje o nosso professor precisam ser mais valorizadas. Esse profissional precisa ser estimulado a permanecer na universidade. Na saída desse professor, ele tem que estar preparado para atuar na escola real. Infelizmente, não é o que nós observamos.

E mais: as metas voltadas para melhores salários e o piso salarial nacional precisam do apoio do Governo Federal. A lei é clara e diz que,



nos Estados e Municípios em que não houver condições de se pagar o piso, de se garantir uma carreira atrativa, o Governo Federal deve ajudar.

Existem inúmeros projetos nesta Casa que dão amparo a esse processo de construção. Alguns defendem, inclusive, a federalização de toda a educação básica. O desejo, na verdade, é garantir que a criança que hoje nasceu em um Estado das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste não tenha sorte ou azar. Ela deve ser tratada como uma cidadã brasileira que tem direito a uma boa escola, uma escola de qualidade, uma escola que não aumente as diferenças regionais, uma escola que não diga para a criança ou para o jovem que nasceu na Região Norte: "*Você teve o azar de nascer na região com menor cobertura e com os piores resultados*". Esse jovem, essa criança precisa de ter uma atenção diferenciada e um respeito diferenciado.

Eu quero, para finalizar, falar do financiamento.

Todas as metas são importantes, mas se nós não conseguirmos assegurar financiamento, todas as metas do Plano Nacional serão letras mortas. É preciso chegar aos 10% do PIB para a educação. É preciso garantir fontes adicionais.

Eu quero lembrar que nós temos hoje uma discussão em andamento em relação aos *royalties* do petróleo da camada pré-sal. É importante, sim, a garantia desses recursos novos para a educação. Eles não serão suficientes, o esforço precisa ser maior do que os *royalties* do pré-sal. O esforço precisa ser realizado por União, Estados e Municípios. É preciso lembrar que para cada 1 real aplicado hoje na educação a União só entra com 20 centavos.

Tenho certeza de que essas metas, ao serem estabelecidas como um pacto que vá além dos partidos políticos, um pacto que vá além das posições dos Governos Estaduais, Municipais e Federal, serão constituídas em um pacto pela Nação, com garantia de recursos, com responsabilização.

Eu, particularmente, defendo a responsabilização dos gestores públicos, dos professores, das famílias que precisam acompanhar seus filhos na escola, mas também é preciso garantir investimento.

Para finalizar, destaco que eu não acredito que nenhuma criança deva estudar em uma escola embaixo de uma árvore, sem as condições mínimas adequadas. O prédio precisa ser bom, o professor precisa ser bem remunerado. De uma vez por todas, é preciso que fique claro para o professor o que ele tem que ensinar, quais são os conteúdos necessários, qual é o conteúdo que o professor, seja de São Paulo, seja do Rio, seja do Tocantins, precisa ensinar em sua sala de aula. Esta é a garantia a todas as crianças: o verdadeiro direito a aprender.



Esse é o verdadeiro pacto pela Nação brasileira, pelo rompimento das desigualdades regionais e pelo verdadeiro rompimento da pobreza.

Respeito todos os programas de assistência, todos os programas de equalização, de cotas, que visam suprir as desigualdades, mas digo que, mais do que isso, a verdadeira desigualdade só será rompida quando a educação de qualidade estiver ao alcance de todos os brasileiros. É através da educação que cada brasileiro terá o seu direito respeitado. É através da educação que nós daremos instrumentos a todos os brasileiros para, com seu trabalho, garantirem sobrevivência com dignidade e cidadania.

Gostaria de agradecer a todos profissionais da educação, a todos os professores que neste Brasil afora fazem a diferença, cuidando das nossas crianças e dos nossos jovens com seriedade, com compromisso, acreditando em um país melhor.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta a nobre Deputada Dorinha pelo pronunciamento que acaba de fazer, trazendo à discussão nesta Casa temática da maior relevância não apenas para o seu Estado, o Tocantins, mas para o Brasil como um todo.

Todas as intervenções que ocorreram, através de apartes, evidenciaram, sem dúvida, a abordagem absolutamente correta dessa temática que interessa vivamente a todos os Municípios, a todos os Estados e à própria Federação brasileira.

Em nome da Mesa, cumprimento a nobre Deputada Dorinha por seu oportuno pronunciamento na tarde de hoje.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas e todos os que assistem a esta sessão pela Internet e pela *TV Câmara*.

Mais uma vez eu volto a utilizar esta tribuna para falar da bandeira que eu defendo aqui dentro desta Casa de Leis. Quero falar da educação pública brasileira.

O Plano Nacional de Educação, em suas 20 metas, propõe uma agenda para o desenvolvimento da educação brasileira legitimada por sua construção democrática, por meio da qual toda a sociedade pode



acompanhar o processo e pressionar por mudanças.

O PNE busca universalizar o atendimento escolar e reduzir a evasão, a repetência e o abandono. Mas os dados divulgados recentemente no Anuário do movimento Todos pela Educação mostram que a democratização do acesso à escola não está resolvida plenamente em nenhuma das etapas da educação básica.

É preciso um olhar focado sobre os números para que se abandone o conforto das médias. Urgem políticas atentas e inclusivas, voltadas às desigualdades regionais, de renda e de raça, para que as médias globais não cresçam apenas porque o sistema tende a se aprimorar onde é mais simples e rápido avançar.

É preciso reduzir a defasagem idade-série por meio da diminuição da evasão, da repetência e do abandono. E, acima de tudo, o País precisa garantir a todas as crianças e adolescentes o direito à efetiva aprendizagem. Mas como? Isso ainda é necessário definir.

É inegável que a nossa educação pública teve os seus avanços nos últimos anos. No Estado que represento aqui na Câmara, o Tocantins, entre os anos de 1995 e 2011, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola passou de 4,07 para 13,26. Já o percentual relativo às crianças de 4 a 5 anos passou de 39,04% para 69,19%, segundo o Anuário movimento do Todos pela Educação.

Dados gerais apresentados neste Anuário mostraram que, atualmente, mais de 539 mil crianças ainda estão fora da escola no ensino fundamental por razões diversas, que envolvem desde a extrema vulnerabilidade social até a necessidade de atendimento especializado, acesso a equipamentos públicos, entre outros.

Há 1 milhão de crianças de 4 e 5 anos sem estudar, segundo dados da PNAD de 2011. O índice de conclusão do ensino fundamental é de 64% no País. Na Região Norte esse índice é ainda menor, apenas 52,7% das crianças concluem o nível fundamental.

Oitenta por cento dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados na escola, sendo que somente 52,25% estão no ensino médio. E 15,1% dos nossos jovens não estudam, um contingente de 1 milhão e 600 mil adolescentes que não apenas deixam de aprender, mas também são fortes candidatos a engrossar os índices de desemprego, marginalidade e comportamentos de risco.

O índice de abandono no nível fundamental é de 25,5%. Temos um total de 8% de crianças e adolescentes de todo o Brasil que estão fora da escola. Isso representa 3,2 milhões de jovens sem estudar. Além disso, o índice de estudantes indígenas e quilombolas reduziu de 27 mil para 19 mil, aumentando a defasagem desde a pré-escola. A taxa



de conclusão do nível fundamental no Brasil é de 51,1%. A cada 100 crianças que entram na escola, perdemos quase a metade delas por abandono.

Há uma taxa de conclusão, estimada no PNE para até 2022, de 76% no ensino fundamental e 65% no médio.

O IDEB mostra uma pequena evolução na qualidade da educação brasileira entre os anos de 2005 e 2011. Do 1º ao 5º ano, a nota passou de 3,6 para 4,7 no ensino público, enquanto na escola privada a nota foi de 5,9 para 6,5. Do 6º ao 9º ano, a nota da escola pública foi de 3,2 para 3,9 e nas escolas privadas passou de 5,8 para 6. No nível médio, a nota da escola pública passou de 3,1 para 3,4 enquanto a da rede privada saiu de 5,6 para 5,7.

Em um país em que muitos ainda acreditam que reter alunos ao longo da trajetória escolar é um instrumento pedagógico, não surpreende que as estatísticas registrem uma taxa de reprovação média de quase 10% no nível fundamental e 13% no médio.

A taxa de distorção idade-série é um dos problemas mais graves na educação brasileira, com raízes em questões como ingresso tardio, repetência e abandono. O aumento da distorção idade-série entre o 2º e o 6º ano no ensino fundamental é de 20 pontos percentuais.

O sistema educacional brasileiro ainda precisa expressar claramente quais conhecimentos os alunos devem ter o direito de construir, ou seja, o que é essencial saber para viver a cidadania plena, para crescer como indivíduo autônomo e comprometido com a melhoria sustentável da sociedade.

Educação infantil.

Na educação infantil, o PNE tem a meta de universalizar, até 2016, essa fase na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e de ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do Plano.

Mas o desafio é conferir maior qualidade e um projeto pedagógico mais bem definido aos estabelecimentos que oferecem creche e pré-escola. A legislação brasileira atribuiu primordialmente aos Municípios a responsabilidade pela oferta da educação infantil.

A diversidade de estabelecimentos que oferecem a educação infantil é muito grande, assim como a heterogeneidade das condições e seu funcionamento. Do mesmo modo, é preciso ampliar o conhecimento sobre aspectos como gestão, infraestrutura, remuneração e formação dos profissionais desses locais.



Educação indígena e quilombola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) assegura o direito das comunidades indígenas à educação. O poder público deve atender a essas comunidades de forma a respeitar a cultura e a língua materna de cada tribo, assim como fortalecer as suas práticas culturais.

O Censo de 2010 mostrou que há 817 mil indígenas no País, o que representa 0,4% da população brasileira, sendo que 60% desse número está na Região Norte. Atualmente, 36,2% é a proporção de crianças e jovens de 0 a 14 anos na população indígena.

Em relação aos quilombolas, existem hoje no Brasil aproximadamente 1.200 comunidades. A maior parte na Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pará. Apesar do aumento no número de matrículas nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, ainda persiste o desafio de atendimento educacional de qualidade a essas comunidades.

Na educação básica, o número de alunos inscritos passou de 151.700 em 2007 para 214.500 em 2011. Mas além da construção de novas unidades e do investimento em infraestrutura, debate-se cada vez mais como incorporar os diversos aspectos da cultura quilombola ao currículo das escolas, a fim de garantir o respeito à identidade cultural dessas comunidades.

Ensino fundamental.

O Plano Nacional de Educação quer universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PNE.

Entre 2010 e 2011, as matrículas no ensino fundamental diminuíram, passando de 31 milhões para 30,3 milhões. Vale observar que as matrículas se distribuem na razão de 53,9% nos anos iniciais e 46,1% nos anos finais do ensino fundamental.

De 2005 a 2011, o número de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 56,6% para 64,9%. O crescimento é baixo, mas gradual. Mesmo assim, menos de 70%, na média do País, consegue assegurar essa conquista.

No entanto, não se pode ignorar o fato de que 539.702 crianças e adolescentes ainda estão fora dessa etapa crucial da escolarização, segundo dados da PNAD.

Ensino médio.



Falando sobre o ensino médio, o PNE visa universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa de matrículas para 85% até o final da sua vigência.

Embora cerca de 80% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola, apenas 52,25% estão no ensino médio.

Dados da PNAD mostraram que muitos jovens abandonaram a escola, 15,1% não estudam e 25,5% ainda permanecem no ensino fundamental. As Regiões Norte e Nordeste são as que têm menos jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio em 2011, com os percentuais de 35,1% e 41,4% respectivamente.

Especialistas apontam o currículo inchado, que nem abre perspectivas profissionais nem prepara para o vestibular.

É um desafio gigantesco, mas que certamente terá repercussão sobre todas as etapas posteriores. Os resultados das avaliações mostram as imensas dificuldades dos jovens com a leitura e interpretação de textos, o que acarreta o atraso também nas outras disciplinas, comprometendo seriamente o aprendizado.

Escola de tempo integral.

O PNE também trata da educação de tempo integral. É um fato importantíssimo para o desenvolvimento da criança se isso for realmente tratado como prioridade. Ao expandir o tempo de aula, induzir maior fixação do professor na escola e abrir oportunidades de aprendizagem, acesso às artes, esportes e exercício da cidadania, poderemos vislumbrar um futuro melhor para as nossas crianças.

Mas isso deve ser tratado com a seriedade que merece. Escola de tempo integral não é depósito de crianças. É um espaço para aprendizagem em tempo integral, de aproveitamento do tempo das crianças, de desenvolvimento de talentos e melhoria de resultados.

Desigualdade.

É também necessário um olhar especial para os desafios vividos pelos jovens brasileiros, em especial no que se refere ao combate às desigualdades. Segundo o Anuário, a população brasileira ainda tem baixa escolaridade - hoje, 7,3 anos de estudos, em média, embora esse índice venha melhorando a cada ano. Mas há uma defasagem enorme e inaceitável de 4 anos de escolaridade entre os brasileiros mais ricos e os mais pobres; 92% dos mais ricos frequentam a escola e apenas 67,8% dos mais pobres estudam; 77,4% dos mais ricos cursam o nível médio e somente 32% dos mais pobres chegam a essa fase do ensino.



Outro ponto importante a citar é que 78% dos alunos com algum tipo de deficiência estão na escola pública.

O impacto dessas defasagens reflete claramente no mercado de trabalho e na geração de renda. Menor escolaridade implica em menores salários e em menor expectativa de progresso profissional. Num cenário de crescimento econômico, o Brasil já vive uma espécie de apagão do emprego.

Nesse aspecto, cabe lembrar a importância dos investimentos necessários na ampliação da infraestrutura de ensino e na formação de recursos humanos que atuarão nessa modalidade. É importantíssimo atentar para a formação do professor.

Formação docente.

O desafio de formar professores no Brasil deve ser enfrentado em diversos níveis. Um passo fundamental é assegurar que todos os educadores de educação básica tenham formação em nível superior - objetivo já preconizado na LDB. Cerca de 25 % dos professores brasileiros nessas etapas possuem, no máximo, o ensino médio.

Cerca de 2 milhões de professores atuam nas escolas de educação básica. Esse contingente de profissionais mostra que os desafios da formação de educadores necessariamente passam pela oferta de educação continuada.

O PNE também trata da formação e valorização docente. A questão da equiparação do salário dos docentes com o dos profissionais de mesmo nível de formação já é um primeiro passo. Um professor no Brasil ganha 40% menos do que a média dos outros profissionais dos quais se exige o mesmo nível de formação.

Mas ainda há muitos outros passos a serem dados, como a valorização através da estruturação da carreira, para atrair os jovens. Hoje, apenas 2% dos jovens querem seguir a carreira docente e sobram razões para isso: salário baixo, ausência de plano de carreira, descaso ou pouca prioridade dada aos cursos de licenciatura pelas universidades. E, lamentavelmente, a violência vem crescendo nas escolas, o que também contribui para afastar o jovem do magistério.

Como consequência, estima-se que o déficit de professores na educação básica seja de 250 mil. Em algumas áreas, como química, física e matemática, estamos vivendo um apagão de falta de mão de obra qualificada.

Além disso, as licenciaturas recebem pouca atenção por parte das universidades e esse distanciamento produz uma falta de vocação para



formar professores para a atual realidade da escola.

A valorização da carreira docente passa pela elevação do nível salarial e por um conjunto de instrumentos que aperfeiçoem as condições de exercício profissional. É preciso reestruturar a carreira e diminuir a rotatividade dos professores, o que dificulta a formação de vínculos e o planejamento do trabalho pedagógico.

Existem muitos caminhos para uma nova adequação da nossa realidade escolar. É preciso ajustar os currículos da Pedagogia e das licenciaturas para um novo tempo. O Brasil tem ainda uma escola do século XIX, um professor do século XX e um aluno do século XXI. Isso precisa ser ajustado e equilibrado.

Gestão escolar.

É preciso fortalecer o trabalho da coordenação pedagógica dentro das escolas, contratando e formando profissionais para esse cargo fundamental da gestão escolar. O coordenador pedagógico deve ser o responsável por levar aos professores os conhecimentos mais atuais sobre as didáticas específicas das disciplinas.

A gestão escolar também deve buscar promover a participação da comunidade na escola e reforçar os mecanismos de controle social, como os conselhos municipais e outras instâncias participativas. Será um grande avanço se o Brasil, em uma década, conseguir vencer uma cultura na qual a escola se encontra isolada dos problemas da comunidade e pouco convidativa à presença da família, que, por sua vez, ainda não desenvolveu plenamente a consciência de reivindicar qualidade de ensino como direito fundamental de seus filhos.

Financiamento.

O fato concreto é que o País precisa investir mais e melhor, aumentando a proporção dos gastos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), mas assegurando que os recursos não se percam na malha burocrática, na corrupção e nas atividades meio, que não chegam às escolas.

Há um claro consenso quanto à insuficiência dos recursos diante do tamanho dos desafios a serem enfrentados pelo Brasil. Hoje, o investimento na educação básica corresponde a 4,3% do PIB, e conseguimos acrescentar no PNE que a educação passará a ter 10% do PIB até o fim da vigência do Plano.

Os recursos do pré-sal têm sido apontados como uma nova fonte que pode contribuir para o aumento do investimento em educação em relação ao PIB, para atingir o patamar de 10% ao fim do decênio. É importante entender a discussão que ocorre hoje no Congresso



Nacional, que acabou por se ligar à distribuição das riquezas do pré-sal de forma pouco clara para a opinião pública.

Os recursos do petróleo são importantes e contribuiriam para isso, mas não suprem todas as necessidades do financiamento da educação. Considerando que o PIB do Brasil é na ordem de 4 trilhões de reais, cada ponto percentual corresponderia a cerca de 40 bilhões de reais.

A possibilidade do uso dos *royalties* do petróleo não pode ser a única alternativa em discussão, até porque ela se baseia em projeções de difícil confirmação e, no cenário mais provável, com resultados concretos bem inferiores ao esperado.

Nos próximos anos, estima-se que a produção nacional gere em torno de 400 bilhões de reais em *royalties* e participação, recursos que equivalem a 1% do PIB e que, sob as regras atuais, não serão direcionados para a educação. O PNE, porém, busca o acréscimo de mais 5% do PIB, para atingir o patamar de 10%, embora não se deva subestimar o fato de que o processo político é cumulativo e beneficiado pela experiência e construção de acordos políticos na arena legislativa.

Mas, de toda forma, os defensores da bandeira da educação dentro do Congresso Nacional, os movimentos ligados à área, professores, estudantes e a sociedade brasileira devem permanecer alertas quanto a esse tema tão urgente para o nosso País.

Educação deve ser tratada como prioridade! Somente por esse caminho será possível fazer frente às demandas contemporâneas e elevar a qualidade do ensino público brasileiro.

Muito obrigada.

Documento 188/311

147.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 31/05/2013-10:36
Debates - CD

Publ.: DCD
01/06/2013 - 21242

- IZALCI-PSDB -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Protesto contra o atraso na aprovação do novo Plano Nacional de Educação -



PNE.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje estou muito ligado à questão constitucional, e não poderia deixar de citar também o que estabelece o art. 214 da Constituição:

"Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto."

Isso já está na Constituição.

O que aconteceu, Sr. Presidente, com o nosso Plano Nacional de Educação? Primeiro, essa matéria foi encaminhada para esta Casa, atendendo exatamente à Constituição Federal. Foi protocolado na Câmara, no dia 20 de dezembro de 2010, o projeto do PNE, que foi distribuído para as Comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No início de 2011, no dia 22 de março, o projeto foi encaminhado também para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Como ele foi distribuído a mais de 3 Comissões permanentes, foi formada uma Comissão Especial para analisar o projeto no dia 7 de abril de 2011.

Nesse trabalho da Comissão Especial, nós recebemos quase 3 mil emendas - 3 mil emendas! - ao Plano Nacional de Educação. Centenas de atividades foram desenvolvidas na Comissão Especial: reuniões regionais, seminários, audiências públicas no Brasil inteiro.

No dia 5 de dezembro de 2011, depois de várias prorrogações de prazo da Comissão Especial, foi apresentado um substitutivo da matéria pelo Relator. Isso ocorreu no dia 5 de dezembro de 2011,



portanto, passamos o ano de 2011 sem o Plano Nacional.

No dia 6 de dezembro, foi dado um prazo de 5 sessões. Foram recebidas mais 449 emendas, totalizando quase 3 mil e 500 emendas. Somente no dia 26 de junho, nós tivemos a aprovação dos destaques e o projeto foi remetido à Comissão de Constituição e Justiça, para redação final, no dia 16 de outubro de 2012. Ou seja, já havíamos ultrapassado 2 anos sem o Plano Nacional de Educação.

Agora, esta semana, no dia 28 de maio de 2013, terça-feira, às 10 horas, foi aprovado o texto, com modificações, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Foram apresentadas mais de 80 emendas. Inclusive, alteraram partes relevantes do projeto, como, por exemplo, o mais importante do Plano: recursos. Digo isso porque, no Brasil, educação ainda é discurso.

Quando nós aprovamos aqui a destinação de recursos, ficou estabelecido, na redação, que 10% do PIB seriam destinados à educação pública. Na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, fizeram algumas alterações. Primeiro: a destinação dos 10% do PIB passa a ser apenas para a educação, sem mencionar que é a educação pública. Com isso, grande parte destes 10% do PIB vão atender a educação privada, como é o caso do ensino superior. O Relator destinou esses recursos para atender o PROUNI, o FIES, o Ciência sem Fronteiras.

Uma das metas é duplicar o número de alunos no ensino superior. Nós, que hoje temos cerca de 6 milhões de alunos cursando ensino superior, pretendemos, nos próximos 10 anos, chegar a 12 milhões de alunos. Então, grande parte dos 10% do PIB vai atender o ensino superior, o PROUNI e também o FIES, que é um financiamento. Isso reduz significativamente o investimento na educação pública.

Da mesma forma, criam-se alguns artifícios, estabelecem *royalties* para a educação, os *royalties* da mineração, e colocam um fator novo, o fator previdenciário dos professores, colocando a parte previdenciária tendo como fonte os 10% do PIB para a educação.

Quero dizer que, após a análise da Comissão de Assuntos Econômicos, essa matéria ainda vai tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também na Comissão de Educação do Senado Federal. A previsão da tramitação do Plano Nacional de Educação é chegar a dezembro deste ano à votação final. Isso significa dizer que nós vamos entrar no terceiro ano, desde que o projeto foi apresentado, sem o Plano Nacional de Educação; significa dizer que a matéria deverá retornar a esta Casa, provavelmente em 2014. E aqui vamos ter que fazer grandes reformulações, vamos ter que voltar à redação dada pela Câmara, para prestigiar a educação pública.



Com isso, vamos ficar sem o Plano Nacional de Educação praticamente durante todo o Governo Dilma, que, a todo momento, diz que a educação é prioridade. Ora, se a educação fosse prioridade, esse Plano já teria ter sido aprovado há muito tempo.

Aqui, na Câmara, nós temos 421 Deputados da base do Governo; no Senado, muito mais: 90% dos Senadores são da base. Se a educação fosse prioridade, o projeto teria sido aprovado em 2011. Mas nós sabemos - e cada dia fica mais patente - que, para este Governo que aí está, educação é discurso.

Por que eu digo isso? Porque nós acompanhamos, passo a passo, a votação desse projeto. E lá na Comissão Especial, por diversas vezes, a base teve que sair, para não dar quórum. E votou contra. Quando viram que iriam perder, foram à televisão dizer que a matéria era prioridade. Os *royalties* são prioridade, tudo é prioridade, mas, na prática, não é, porque nós vimos que quando querem aprovar alguma coisa, atropelam tudo. Está aí o exemplo da MP dos Portos, aprovada no Senado em menos de 12 horas. Por que o Plano Nacional de Educação também não é aprovado com a mesma agilidade? Porque não é prioridade.

A Presidenta Dilma está empurrando essa matéria com a barriga durante todo o seu mandato. E podem escrever isto: nós não teremos o Plano Nacional da Educação na gestão da Presidenta Dilma. Ela enrolou 4 anos. E é um absurdo um país como o nosso, em que a educação básica está um caos, ver esse projeto tramitando no Senado a passo de tartaruga: Comissão de Assuntos Econômicos; agora vai para a Comissão de Educação, onde vai receber mais 500 emendas; depois vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vai terminar 2013 e em 2014 o projeto retorna a esta Casa. Na hora em que o Plano voltar para cá, terá passado mais um ano, terá acabado 2014 e completaremos 4 anos sem o Plano Nacional de Educação.

Quero deixar isso muito claro, porque quem assiste à televisão, aos programas eleitorais, aos programas de Governo é iludido no sentido de que educação neste País é prioridade, e não é. Quando se fala em destinação de recursos para a educação, levam 3, 4 anos para discutir a matéria.

Era isso que tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência considera a manifestação do nobre Deputado Izalci absolutamente procedente, até porque pode significar para a opinião pública brasileira uma subestimação do Congresso diante de uma temática de inquestionável relevância para o País.

Nada justificaria que o Plano Nacional de Educação sofresse todas



essas delongas que foram agora mencionadas explicitamente pelo ilustre representante do PSDB de Brasília.

Se esta Casa, na sua Comissão Especial, diante de 3 mil emendas que foram apresentadas, conseguiu ultimar a tarefa, é possível também que o Senado Federal possa fazê-lo com mais celeridade, a fim de possibilitar ao País a adoção de um Plano Nacional de Educação que atenda efetivamente aos nossos interesses de desenvolvimento, propiciando a uma área vital aquela instrumentalização indispensável ao atendimento de todos aqueles que veem na educação um instrumento para impulsionar o nosso crescimento e bem estar social.

Portanto, as ponderações do Deputado Izalci são daquelas que não podem apenas permanecer no discurso parlamentar. É preciso também que a esse discurso se some uma ação parlamentar efetiva, agora com celeridade maior na outra Casa do Parlamento, que tive a honra de dirigir em década passada.

Que o apelo do Deputado Izalci chegue à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Constituição e Justiça e ao próprio Presidente Renan Calheiros, que, na direção daquela Casa, terá a sensibilidade para entender a relevância do Plano Nacional de Educação.

Documento 189/311

149.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de	03/06/2013-17:57
	Debates - CD	
Publ.: DCD	IZALCI-PSDB -DF	
04/06/2013 - 21374		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Desrespeito às prerrogativas institucionais do Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Conquista da estabilidade da economia brasileira pelo Governo do PSDB. Má gestão dos recursos públicos pelo Governo Federal. Urgente aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente,



Sras. e Srs. Parlamentares, bem, em primeiro lugar, antes até de entrar no assunto de que vou tratar, na questão do PNE, eu quero levantar aqui um problema que provavelmente discutiremos amanhã, que é a falta realmente de consideração por esta Casa da parte do Executivo.

O Executivo já envia a medida provisória para esta Casa sabendo que qualquer emenda aprovada aqui será vetada e que conseqüentemente não será votado o veto. Nós estamos aqui, continuamos aqui com mais de 3 mil vetos, sem votar, exatamente porque o Executivo aposta que esta Casa não fará o dever de casa. E nós já vamos cobrar agora essa questão dos vetos, e eu espero que na próxima reunião do Congresso essa discussão entre na pauta. Não venham dizer depois, na votação da LDO, que a Oposição está criando problema, que isso é ruim para o País. Nós vamos insistir na votação dos vetos.

Agora, além de se acostumar a vetar e apostar que não será derrubado o veto, ainda rasgou a Constituição. Eu participei aqui da sessão do dia 1º de fevereiro e vi todo o mundo fazer o juramento à Constituição. Todos juraram cumprir a Constituição. E o que foi que aconteceu agora, na semana passada? Votamos a Medida Provisória nº 605/2013; eu mesmo disse aqui que se o Senador Renan, Presidente do Senado e do Congresso, honrasse aquilo que disse - que não votaria nenhuma matéria com menos de 7 dias de prazo -, nós estaríamos votando uma matéria vencida. Foi exatamente o que aconteceu. Ela não foi votada

O que foi que o Executivo fez? Primeiro, editou um decreto; e agora fez o quê? Pegou a matéria e colocou-a como emenda em outra medida. Colocou o mesmo conteúdo da medida provisória como emenda em outra medida provisória.

Está aí a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, dando ao art. 62, § 10º, da Constituição, uma redação muito clara: nenhuma medida provisória pode ser reeditada. Não pode ser reeditada! E quando se fala de medida provisória, não é do número da medida, é do conteúdo da medida.

Portanto, essa matéria nós vamos ter de debater amanhã, porque isso vai contra a Constituição, e pelo que eu vi, e eu lembro muito bem, todos juramos aqui cumprir a Constituição, pelo menos eu jurei, e espero que os nossos Parlamentares também possam exigir o cumprimento da Emenda Constitucional nº 32/2001, da Constituição Federal.

Mas eu queria também dizer que na revista *Veja* desta semana há um artigo muito interessante do Ministro da Educação de Portugal, que também pretende fazer uma revolução na educação, lá em Portugal, e uma das coisas que ele comenta claramente aqui, nessa sua matéria, é que está trabalhando com as metas, que precisa ser muito claro para



todos, para o aluno, para o professor, para os pais, o plano de metas. Toda escola precisa ter muito clareza de quais são seus objetivos, aonde quer chegar, quando vai chegar, e é isso que prevê o nosso Plano Nacional de Educação.

O nosso Plano Nacional de Educação é para 10 anos, e tem 10 objetivos; são 20 metas, e quase 400 estratégias; só que nós estamos terminando já o terceiro ano sem Plano Nacional de Educação. Passamos aqui mais de 2 anos nesta Casa discutindo o Plano, com audiências públicas, seminários no Brasil todo; conseguimos, depois de muita luta, aprovar o Plano: 10% do PIB para educação, 50% das escolas públicas com educação integral - 20 metas, muito bem elaboradas. Só que, primeiro, o Governo fez um esforço danado para nós não aprovarmos os 10%. Várias vezes retirou daqui os seus Deputados na hora de votar. Depois viu que não tinha jeito; aí, sim, assumiu os 10% do PIB, fez discurso no Brasil todo. Aí o Plano vai para o Senado e fica 6 meses na Comissão de Assuntos Econômicos; foi aprovado na semana passada, só que ainda faltam a Comissão de Educação e a CCJ. Ou seja, dificilmente nós teremos o Plano Nacional de Educação aprovado antes do final deste ano.

E o discurso é o mesmo. O discurso é o de que "educação é prioridade", "temos de investir em educação". E estão aí não sei quantas vagas nas universidades. O Deputado acabou de falar disso aqui.

Nós temos de olhar para frente. Temos de olhar para frente! O Partido dos Trabalhadores tem de reconhecer isso, precisa ser mais humilde. O Brasil, já disse aqui várias vezes, não foi descoberto em 2003. O Brasil não foi descoberto depois do Governo do PT, não! Muitos colaboraram para chegarmos aonde chegamos, principalmente na educação. O que deveriam ter feito é ter investido na qualidade da educação, porque em 1998 o ensino fundamental já estava universalizado. O que deveríamos ter feito de 1998 para cá é ter investido pesadamente na qualidade, coisa que a educação de hoje não tem.

Então, o que passou já passou, vamos olhar para frente. Nada do que existe hoje seria possível se não fosse o Governo do PSDB. A estabilidade econômica foi fundamental para o País. Só quem viveu a inflação sabe o quanto a inflação corroía o salário dos trabalhadores, inflação que chegou a 80% ao mês! Agora, depois de tudo estabilizado, aí sim é que se criou o ambiente para dividir, para crescer. As pessoas precisam entender isso, têm de ser mais humildes. Todos colaboraram. Se nós pegarmos o Bolsa Família, veremos lá o DNA. No próprio decreto que criou o Bolsa Família está escrito de onde ele veio: da junção de vários projetos. E é natural que se criem novos, que se expanda mais. Agora, o Brasil não foi descoberto em 2003. Foi descoberto muito antes.



Agora, eu quero fazer um apelo, da mesma forma como a Presidente envia para cá a medida provisória e em 24 horas quer a aprovação, como aconteceu no Senado. E no Senado foi em 12 horas! A medida provisória dos portos, que foi aprovada no Senado, chegou lá às 11 da manhã; às 18h30min, já havia sido aprovada. Por quê? Porque o Governo, o Executivo quis que o Senado aprovasse, e ele aprovou! Portanto, se o Governo quisesse aprovar o Plano Nacional de Educação - como diz que quer, mas fica só no discurso -, já o teria aprovado há muito tempo.

Quando votamos aqui o projeto dos *royalties* do petróleo, cujo Relator foi o Deputado Zarattini, não houve uma voz do Governo aqui, na votação, favorável, e perderam a votação. Por quê? Porque não houve empenho, não houve empenho do Governo em aprovar. Agora ficam discutindo, ficam fazendo discurso, dizendo que o dinheiro do petróleo tem de ir para a educação, e tem de ir mesmo, mas tem de ir na prática, não é no discurso! Só no discurso não se resolve nada! O de que o Brasil está precisando é botar a mão na massa e fazer!

Nós vimos agora, ontem, a matéria do *Fantástico*. Que coisa absurda o aeroporto em São Paulo, com um "puxadinho" de R\$ 82 milhões, sem projeto básico! Aí vem a Ministra do Planejamento - Ministra do Planejamento! - e diz: não, o Brasil tem de fazer as obras, não precisa de projeto; é mais importante ter a obra do que ter o projeto. E está aí o resultado: gastaram R\$ 82 milhões e vão ter de fazer tudo de novo!

Está lá o aeroporto de Vila Velha, no Espírito Santo, uma obra de quase R\$ 40 milhões; o Tribunal de Contas questionou, as empresas não concordaram; chegamos ao cúmulo de o advogado de uma empresa dizer que não aceitaria mais a fiscalização do Tribunal de Contas! Esse é o absurdo que está acontecendo no Brasil!

Então, nós temos de ter mais cuidado. Temos de ter mais planejamento, temos de ter mais cuidado com o dinheiro público. Nós não podemos utilizar o recurso público como se fosse dinheiro que sai pelo ralo. Só o empresário, só quem foi empresário sabe como é difícil neste País sobreviver, com uma taxa violenta, em termos de Custo Brasil, competitividade, carga tributária, encargos trabalhistas, no quinto dia útil tendo de pagar o salário. Só quem viveu isso, quem vive isso sabe o quanto é difícil pagar imposto neste País.

E aí as pessoas pegam esse dinheiro que foi pago com suor, com lágrimas, e gastam de qualquer jeito! Estão aí as ferrovias, há pouco tempo houve uma reportagem: obras de mais de 10 anos não foram concluídas, e não serão concluídas, porque já estão ultrapassadas. Está aí a transposição do Rio São Francisco. Estão aí agora os aeroportos. E dinheiro de quem? Dinheiro público que foi pelo ralo. Mas o dinheiro público é dinheiro nosso, de quem paga imposto, de gente que paga, que trabalha dia e noite para pagar o salário, para poder



manter-se, e aí as pessoas pegam esse dinheiro e gastam de qualquer jeito!

Então, eu gostaria muito que o Governo se empenhasse para que aprovássemos urgentemente o Plano Nacional de Educação. Essa é a grande prioridade deste País.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 190/311

153.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	05/06/2013-14:38
Publ.: DCD - 06/06/2013 22076	- MANATO-PDT -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Imediata aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. MANATO (PDT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria aqui desta tribuna de fazer um apelo ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, e aos Senadores.

Sr. Presidente, nós aprovamos, no dia 22 de outubro do ano passado, o PNE - Plano Nacional de Educação, que está no Senado.

A semana passada, a CAE o aprovou, mas ele tem que passar por outras Comissões, como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Sr. Presidente, nós sabemos que um país só cresce se fizer investimento em educação. Temos grandes exemplos mundiais, como é o caso da Coreia do Sul e do Chile, e o que está nesse Plano Nacional da Educação é importante para o crescimento da educação do nosso País.

Já melhoraram muito, estão investindo em educação, mas é preciso melhorar ainda mais. Tudo o que está naquele plano é anseio da categoria dos professores, dos pais dos alunos, de todos nós.



Obrigado.

Documento 191/311

171.3.54.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 18/06/2013-13:56

Publ.: DCD - 19/06/2013
- 24891

FERNANDO MARRONI-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de destinação da totalidade dos recursos de royalties de petróleo para a educação.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil tem um grande desafio na educação. Ter 10% do PIB para aplicar na educação significa a possibilidade de nós termos escola de educação infantil para todos, ensino fundamental de tempo integral, ensino médio profissionalizante, que é uma necessidade que o nosso País tem, e, ainda, dobrar as vagas no ensino superior, porque nós precisamos atingir 30%, 40% dos jovens no ensino superior.

Esta Casa está desafiada, mais uma vez, a levar em consideração uma riqueza nova que o Brasil terá com os *royalties* do petróleo. O Brasil nunca teve essa oportunidade e terá agora.

Portanto, já votamos uma vez nesta Casa. Penso que está na hora de o Congresso Nacional fazer uma profunda reflexão e entender que a única forma de resolver o problema da educação é 100% dos *royalties* para a educação.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham, hoje ocupo este espaço para, mais uma vez, defender o projeto da Presidenta Dilma que destina 100% dos *royalties* do petróleo para a educação. E vejam bem o momento em que podemos fazer isso,



nobres colegas. Quando este mesmo projeto foi derrotado, nesta Casa, pela primeira vez, eu disse que este Congresso Nacional havia perdido uma grande oportunidade de expressar à sociedade que a educação era, sim, uma prioridade.

Agora, porém, temos mais uma chance. No momento em que, de maneira legítima, jovens tomam as ruas do País em manifestações, o projeto da Presidenta Dilma pode chegar mais uma vez a este plenário. Peço, com toda a humildade e de coração, aos Deputados que se posicionaram contrários a essa proposta que repensem a sua posição. Não teremos outra chance como essa. Vamos aproveitar essa imensa riqueza descoberta pela PETROBRAS, que é o pré-sal, e vamos aprovar essa lei, que destina todos os *royalties* do petróleo exclusivamente para a educação brasileira.

Precisamos desses recursos, por exemplo, para cumprir as metas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE) até 2020. Entre elas, investir 10% do PIB na educação, implementar o ensino integral em todas as escolas públicas do País, colocar todas as crianças de zero a 3 anos na pré-escola, implementar o ensino técnico profissionalizante e aumentar o número de matrículas no ensino superior, entre outras.

Para isso, Sras. e Srs. Deputados, precisamos dos recursos dos *royalties*. Vamos usar essa riqueza para revolucionar a educação deste País. Vamos aprovar essa proposta do Governo Federal e destinar todos os *royalties* do petróleo para a educação. Essa é a herança que podemos deixar. Vamos ficar marcados por sermos os Parlamentares que aprovaram um projeto a favor da educação brasileira, e não como aqueles que viraram as costas quando a oportunidade surgiu.

Eu já votei a favor da primeira vez. Fiz campanha pelo projeto no meu Estado. Entrei em debates acalorados com alguns Prefeitos contrários à proposta. E fiz isso porque acredito, realmente, que não teremos outra oportunidade como essa para trabalhar pela educação do nosso País. Vamos mandar um recado ao País e aos seus jovens que estão nas ruas se manifestando. Vamos mostrar que a educação é, sim, uma prioridade desta Casa.

Conte comigo, Presidenta Dilma!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



173.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária 19/06/2013-
- CD 11:34Publ.: DCD - 20/06/2013 - IZALCI-PSDB -DF
25266

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Não apreciação de vetos presidenciais. Morosidade do Congresso Nacional na apreciação da prestação de contas do Governo Federal. Descaso do Senado Federal com a votação do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fiz questão de ficar aqui, porque ficamos ouvindo alguns colegas falando. Tem que ficar claro, para este País e para as pessoas que estão nos assistindo, que o Governo tem uma base de 423 Deputados. Ele vota o que quer, e nós não votamos aqui os vetos.

Está aí a prestação de contas do Governo. Faz 10, 12 anos que não se vota a prestação do Governo, não se votam há 10 anos os vetos.

Então, essa questão de prioridade de projeto depende do Governo. Não podem aqui os representantes do Governo dizer que tem que pautar; o Governo é que tem que pautar isso. Se realmente o PNE, Plano Nacional de Educação, fosse prioridade para o Governo - que nós já votamos há 3 anos e, neste momento, está no Senado há 6 meses - seria diferente. E nós sabemos que, quando o Governo quer, ele vota.

A questão é que o Governo não quer. Está aí a Presidenta Dilma, em São Paulo, conversando com o Lula e o João Santana, para ver em termos de *marketing* como dar a resposta a essas questões que estão acontecendo no Brasil.

(O microfone é desligado.)



174.3.54.O

Sessão Não Deliberativa
Debates - CDde 19/06/2013-
14:54Publ.: DCD - 20/06/2013 - IZALCI-PSDB -DF
25308

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Equívoco da iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff de consulta ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as ações governamentais para atendimento às reivindicações da juventude brasileira. Críticas à atuação do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Não execução de recursos orçamentários pela Pasta. Distanciamento entre a propaganda oficial do Governo do Distrito Federal e a situação das áreas de educação e saúde públicas. Protesto contra o atraso na aprovação, pelo Senado Federal, do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Vinculação da aprovação de matérias de interesse do Poder Executivo à liberação de recursos de emendas orçamentárias. Apoio à aprovação do orçamento impositivo. Necessidade de apreciação, pelo Congresso Nacional, de vetos presidenciais e das contas do Governo Federal.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Como líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui reforçar as palavras do nosso colega Deputado Arolde de Oliveira. Exatamente neste momento, atravessando todas essas manifestações, a Presidente da República vai a São Paulo, como Presidente da República, consultar o ex-Presidente Lula, acompanhado do marqueteiro João Santana, para ver qual a resposta que se dará a essa juventude que está nas ruas.

Sr. Presidente, o que a Presidente da República tinha que fazer neste momento é reunir todos os seus Ministros para ver o que está acontecendo, porque a revolta está aqui. Vou citar a questão da educação. O Ministro da Educação, que eu não sei mais se é da Educação, porque há hora em que ele está trabalhando na Casa Civil e a toda hora aparece como papagaio de pirata em todas as viagens da Presidente da República.

Educação não pode não ter Ministro; tem que ser dedicação exclusiva. Por que eu digo isso? Está aqui, Sr. Presidente, o orçamento do Ministério da Educação. Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica: nós aprovamos um orçamento de 847 milhões para esse item. Houve um complemento, um crédito adicional de 106 milhões, ou seja, quase 1 bilhão.

Deputado Arolde de Oliveira, V.Exa. sabe quanto foi realizado? Zero. Não foi realizado absolutamente nada. Outro exemplo: concessão de bolsas para equipes de alfabetização. Nós aprovamos um orçamento, 453 milhões. Sabe quanto foi aprovado, Deputado Dr. Ubiali? Zero é o



que foi aplicado.

É isso que demonstra a incompetência do Executivo. As pessoas vão à escola e não veem o retorno, vão ao hospital e não são atendidas. Aí, pega-se o Orçamento, e ele não é executado.

Há muito mais: implantação de escola da educação infantil. Nós aprovamos um orçamento de 1 bilhão e 900 milhões, houve um crédito de 600 milhões - 2 bilhões e 645 milhões. Valor executado: zero.

Implantação e adequação das estruturas esportivas escolares: 1 bilhão e 168 milhões mais um crédito adicional de 389 milhões, ou seja, 1,5 bilhão. Total realizado: zero. Zero!. Nós estamos em junho.

Exames de avaliação da educação básica: 556 milhões. Total aplicado: 10 milhões e 615 mil, 1,9% do orçamento.

Infraestrutura da educação básica, fundamental neste País: 1 bilhão e 900 milhões mais um crédito adicional de 525 milhões, ou seja, 2,5 bilhões. Total realizado: 4,5 milhões, ou seja, 0,19% do orçamento. E assim vai.

Isso é educação. Eu estou falando só em educação básica. Não falei de educação, não falei de creche, não falei de ensino superior. Educação básica. Essa é a realidade.

Então, essa revolta está aí porque as coisas não acontecem na ponta. As pessoas, Deputado Dr. Ubiali, ficam assistindo à televisão, à propaganda. Todo mundo gostaria muito de morar num país, numa cidade como essa que está na propaganda. As pessoas de Brasília, por exemplo, assistem, de 2 em 2 minutos, a uma propaganda do GDF, acham que aquilo é verdade. Mas, quando vão à escola, quando vão ao hospital, a realidade é outra. É isso que causa revolta.

O que causa revolta é um Plano Nacional de Educação que o Governo diz que é prioridade. Já são 3 anos sem Plano Nacional. Está lá no Senado há 6 meses - 6 meses! -, e vai demorar mais, porque ainda falta educação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A base deste Governo são 423 Deputados - 423! -, de um total de 513. E o que diz a Ministra? "*Congresso às vezes faz chantagem*", diz Ideli Salvatti. Ou seja, a própria Ministra está confessando que essa base, pelo que está aqui, e nós temos que ouvi-la... Este Congresso tem que convocar a Ministra para perguntar o que é isso, que chantagem é essa e de que forma o Governo tem resolvido essa questão.

São inadmissíveis essas manchetes. Toda vez em que se vai votar uma matéria aqui, como votamos a Medida Provisória dos Portos, sai na primeira página dos jornais: "*Vão ser liberados 2 bilhões em*



emendas". Então, está-se confessando. Nós não podemos admitir isso.

É por isso que a emenda impositiva é fundamental. O Governo já anunciou, a Advocacia-Geral da União diz que vai entrar com uma ação contra o projeto. Mas esse projeto da emenda impositiva é fundamental para que não haja mais esse tipo de coisa. A votação nesta Casa está condicionada à questão da liberação de emendas. Isso é inadmissível.

O que esta Casa tem que fazer, Sr. Presidente, é votar os vetos, que estão fazendo 10 anos. Há 12 anos não se vota a prestação de contas deste Governo. E posso dizer, Sr. Presidente, com absoluta certeza: se o balanço de 2012 do Governo fosse o de uma empresa comercial, o dono já estaria preso, o contador já não teria mais registro, porque essa peça do balanço é fictícia, é toda irregular, é incompatível. As informações são distorcidas, o balanço é todo maquiado. Vamos votar essa prestação de contas, para que as pessoas possam conhecer a situação do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 194/311

181.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 25/06/2013- CD	17:08
Publ.: DCD - 26/06/2013 26232	- RUBENS BUENO-PPS -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Não inclusão do setor educacional entre as prioridades do Governo Federal, demonstrada no atraso na votação da proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor. Apoio à aprovação do projeto de lei, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, sobre a distribuição igualitária aos setores de educação e saúde dos recursos oriundos de royalties de petróleo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui mostrando o que o Governo fala e o que o Governo faz. Houve aqui um debate intenso sobre o Plano Nacional de Educação. A discussão do Plano Nacional de Educação, nesse período de 10 anos, era



exatamente para termos aqui um horizonte de aonde desejaríamos chegar enquanto país, no tocante à qualidade da educação.

Na Comissão Especial, discutimos com o Deputado Stepan Nercessian e com vários Deputados. Para conseguir chegar a 10% de investimento do PIB, nessa fase de transição, o Governo insistiu em orientar a base para votar pelos 7%. Conseguimos - e aí os Deputados têm o mérito - que os 7% se transformem em 10% do PIB para investimentos em educação.

Vencida essa etapa, o Governo propôs um recurso para derrubar os 10% do PIB para a educação. Não fosse mais uma vez a presença de Parlamentares identificados com a educação, não teríamos aprovado os 10% do PIB no Plano Nacional de Educação. Agora, o Governo joga para 7%, e nós trabalhamos para 10%. Aí vai outro recurso para derrubar os 10%, e nós conseguimos manter os 10%. Agora, o Governo vem com o discurso fácil de destinar 100% dos *royalties* do petróleo para a educação.

Por que não se votou a proposta dos 10% do PIB nacional para a educação quando estávamos discutindo o Plano Nacional de Educação para este decênio? Por que não? Porque o Governo não tem nenhuma vontade e nenhuma determinação de fazer da educação prioridade nacional. E agora estamos vendo como ele quer usar os *royalties* do petróleo.

Por que usaram? Porque nós derrubamos o veto da Presidente Dilma Rousseff, que queria manter o dinheiro do petróleo no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, sabendo que o mar não nasce no Rio de Janeiro e não morre no Espírito Santo.

Nós queremos que haja distribuição justa, para todo o povo brasileiro, dos *royalties* do petróleo - dinheiro público, patrimônio nacional. Destinar esse dinheiro todo para a educação nós queremos, sim. Porém, há uma discussão paralela a esta: a saúde pública. Nós precisamos discutir as condições e a qualidade da saúde pública para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, a bancada do PPS tem um projeto, apresentado pela Deputada Carmen Zanotto, tratando dos *royalties* do petróleo, segundo o qual 50% vão para a educação e 50% vão para a saúde, sabendo que nós estamos atendendo àquilo que é de urgência, que é de emergência, sem descurar, sem retirar um centavo dos 10% do PIB para a educação, dentro do Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Parlamento, por esta Câmara dos Deputados.

Vamos votar "sim", a favor da distribuição desses *royalties*, carimbá-los para a educação, mas também carimbá-los para a saúde.



Documento 195/311

183.3.54.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD 25/06/2013-21:52

Publ.: DCD
26/06/2013 - 26308

IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento de votação do Requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei 323 de 2007 (Altera a Lei 9.478 de 1997, que dispõe sobre a Política Energética Nacional as Atividades Relativas ao Monopólio do Petróleo, Institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação de recursos provenientes de royalties do petróleo, exclusivamente para educação, ações ambientais, energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação e saneamento básico) e apensos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para esclarecer o Plenário, os que estão aqui e os que nos ouvem. Não vamos falar contra o projeto; vamos falar contra o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Contra o requerimento que pede o encerramento da discussão.

O SR. IVAN VALENTE - Exatamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para esclarecer algumas coisas. Em primeiro lugar, quero dizer que nós podemos discutir os recursos dos *royalties*, a participação para a educação. Não temos nenhum problema com isso. Quanto mais dinheiro para a educação, melhor. O que não posso aceitar é a ideia de que estamos dando uma resposta para as ruas agora discutindo a questão dos *royalties*. Nós temos que esclarecer à sociedade que esse é um dinheiro que vai entrar daqui a muitos anos e que, para o próximo período, é muito pouco dinheiro. Essa é a questão.

Enquanto isso, o Governo está sentado em cima. No Senado Federal,



o Senador José Pimentel não só mexeu no relatório da Câmara, como também colocou gasto público com educação privada no relatório, o que não vai dar nem 8,5% do PIB para a educação.

Então, eu quero dizer para toda a sociedade, para quem nos ouve e para os estudantes da UNE e da UBES que estão aqui que nós temos que votar agora os 10% do PIB para a educação. (*Palmas nas galerias.*) É isso que as ruas estão falando e não dos *royalties*, daqui a 10 anos! Os Deputados vão votar favoravelmente, não é problema.

Segundo, a emenda feita pelo Deputado André Figueiredo traz o conjunto - o conjunto, não é o rendimento dos valores do Fundo Social, porque essa era a proposta original. Espero que não haja requerimento de preferência para essa proposta, que é um imenso rebaixamento também. Nós não vamos aceitar esse golpe aqui. Aí é a segunda enganação que se faz à sociedade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, o que nós queremos, desta tribuna, é que, além de votar este relatório, exijamos que o Senado vote os 10% de recursos para a educação pública. Não é inserir bolsas em educação privada e transferência de recurso público para o setor privado! Isso é inaceitável! Isso é inaceitável!

Nós queremos a votação dos 10% do PIB, e espero que a informação dada pelo Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, que o Senado vai colocar em votação ainda esta semana os 10% do PIB, ou seja, o Plano Nacional de Educação, com 10% do PIB, não seja o relatório do Senador José Pimentel, porque nós vamos denunciar isso, esse retrocesso que foi feito no Senado, voltar a colocar recursos de transferência pública para o setor privado como dinheiro e gasto público, para resolvermos o problema da qualidade da educação, do salário dos professores, do número de alunos por sala de aula e daquilo que pode alavancar o futuro do nosso País, que é o investimento maciço na educação pública gratuita e de qualidade.

Obrigado.



Sumário

Posicionamento dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, contrário à destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Existência de ação no Supremo Tribunal Federal contrária à redistribuição de royalties de petróleo

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui analisando, e vendo os discursos. Até parece que o que está acontecendo é algo que está sendo projetado agora. Não é verdade.

Há um projeto, apresentado em 2009 pelo Deputado Humberto Souto e pelo Deputado Ibsen Pinheiro, que estabelecia que os recursos dos *royalties* do petróleo seriam divididos entre a União, os Estados e os Municípios, e não tão somente como acontecia com relação ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo, basicamente.

Votado lá, foi à sanção, e o Presidente Lula o vetou. O Presidente Lula o vetou! Depois tramitou um projeto que veio do Senado, do Senador Wellington Dias. Esse projeto que veio do Senado nós aprovamos, e a Presidente Dilma o vetou. Vamos parar com esse discurso de engana, de João sem braço. O Presidente Lula vetou o projeto; a Presidente Dilma vetou o mesmo projeto de distribuição dos *royalties* no Brasil.

Na Comissão que votou o Plano Nacional de Educação, o PT, por várias vezes, e legitimamente, saiu do plenário para não dar quórum para votar os 10% para a educação, os 10% do PIB nacional.

Nós já tínhamos as 300 assinaturas para trazer recursos em plenário contra a decisão daquela Comissão. Conseguimos aprovar a proposta. Aprovamos os 10% do PIB lá na Comissão do Plano Nacional de Educação, e a Liderança do Governo tentou um recurso em plenário para derrubar aquela decisão dos 10%.

Agora, vem o Governo querer distribuir 100% dos recursos para a educação, quando ele não os tem, quando ele vetou por duas vezes o projeto. Duas vezes! O Presidente Lula, em 2010, e a Presidente Dilma, em 2012. E, mais grave, nós derrubamos o veto da Presidente Dilma, derrubamos lá atrás. Mas o veto não foi derrubado, porque faz parte dos 3 mil vetos engavetados pela maioria parlamentar do Governo nas duas Casas do Congresso Nacional. Essa é a grande verdade.

Não há recurso, porque o Governo não queria que fosse distribuído. Agora, que foi distribuído, porque nós derrubamos o veto, quer dar



dinheiro para a educação e para a saúde, quando o Governo não queria nem uma coisa nem outra. Precisamos ser claros sobre isso. E, mais grave ainda: essa decisão ainda não está tomada, está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal. Nós estamos votando aqui um projeto de *marketing*, de enganação, porque esse recurso, na prática, não existe. Essa é a grande verdade.

Vamos votar com o relatório do Deputado André Figueiredo, sabendo que está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal, apenas com o voto da Ministra Cármen Lúcia. O Plenário do Supremo ainda não decidiu.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o início, há aqui a presença do Deputado Humberto Souto, o nosso companheiro de bancada, lá de 2009, para fazer a distribuição dos *royalties* com justiça para o povo brasileiro, sabendo que esse patrimônio do povo brasileiro não pode ficar em poucas mãos, tem que ser distribuído por todos. Daquilo é que nasceu o veto do veto, é que fomos cair no Supremo Tribunal Federal. Daí a temeridade de votar um projeto deste, sabendo que está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal.

Documento 197/311

184.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/06/2013- CD	09:28
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26629	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a destinação de recursos oriundos de royalties de petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal aos setores de educação e saúde.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, foi grande a vitória da educação brasileira na noite desta terça-feira.

Refiro-me ao fato de esta Casa ter aprovado um projeto de lei que trata exatamente de distribuir os *royalties* oriundos da exploração do



petróleo e do gás para a educação e para a saúde.

Quero aqui também, Sr. Presidente, destacar que, além dos 100% dos *royalties* - que serão distribuídos na proporção de 75% para a educação e de 25% para a saúde -, também outra fonte de recursos muito importante foi aprovada ontem, que é a chamada fonte de recursos oriundos do Fundo Social do Pré-Sal. E com um detalhe. É que 50% de todos os recursos desse Fundo Social do Pré-Sal serão aplicados na educação, até que sejam cumpridas todas as metas do Plano Nacional de Educação.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que foi a agenda mais importante dos últimos dez anos que esta Casa aprovou, a agenda mais relevante do ponto de vista de pensarmos no desenvolvimento de uma nação com inclusão social, com sustentabilidade, com distribuição de renda, com geração de emprego e com cidadania plena.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o que esta Casa fez ontem foi, agora sim, pavimentar o caminho para aprovarmos um Plano Nacional de Educação, com os 10% do PIB, e um Plano Nacional que responda aos desafios da educação brasileira.

Documento 198/311

184.3.54.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD 26/06/2013-10:18

Publ.: DCD - 27/06/2013
- 26641

ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa de projeto de lei sobre a destinação de recursos de royalties de petróleo para os setores de educação e saúde. Expectativa quanto à votação, pelo Senado Federal, do projeto de lei a respeito da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Declaração de voto contrário à aprovação Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, sobre a atribuição às Polícias Federal e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal da competência para a realização de investigações criminais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Deputada Benedita, é um prazer vê-la na Presidência desta Mesa!



Sra. Presidenta, venho à tribuna para saudar a decisão tomada ontem pela Câmara dos Deputados ao votar 100% dos *royalties*, os 50% do Fundo Soberano do Pré-Sal ou Fundo Social do Pré-Sal, sendo que 75% serão destinados para a educação e 25% para a saúde.

Essa é uma decisão histórica já aguardada há muito tempo e que foi impulsionada pela voz das ruas. Agora, falta o Senado votar os 10% do PIB, porque essa será a verba imediata para sustentar o Plano Nacional da Educação - PNE. O que votamos ontem aqui é o complemento dessa sustentação constitucional.

Eu quero dizer aos estudantes brasileiros, aos professores, a toda a comunidade universitária brasileira que demos um passo; mas, para que esse passo seja efetivamente consolidado, será preciso que o Senado aprove os 10% do PIB para a educação.

No mais, é dizer que votei contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011.

Documento 199/311

184.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/06/2013-10:26
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26642	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa de projeto de lei sobre a destinação de recursos de royalties de petróleo para as áreas de educação e saúde. Expectativa de aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo acerca da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Importância de campanha realizada por entidades estudantis em defesa da escola pública. Apresentação pela Presidenta Dilma Rousseff de proposta de criação do pacto pela educação.



A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora) - Sra. Presidenta, primeiro quero destacar que, na última segunda-feira, a Presidenta Dilma anunciou cinco pactos em defesa da sociedade brasileira. Um deles foi o pacto em defesa da educação, que ela lançou conclamando esta Casa a aprovar o projeto dos *royalties*.

Pois bem, Sra. Presidenta, esta Casa cumpriu ontem o seu dever ao aprovar a destinação de mais recursos para a educação. Agora vamos ter a garantia de 75% dos *royalties* oriundos da exploração do petróleo e do gás para o setor, bem como 50% do total dos rendimentos do Fundo Social. E lembramos que foi justo termos destinado 25% para a saúde.

Sra. Presidenta, está pavimentado o caminho para a realização do pacto em defesa da escola pública, em defesa da educação, com a aprovação do Plano Nacional de Educação e com os 10% do PIB para o setor.

Finalmente, Sra. Presidenta, esta Casa entendeu que o País não podia perder a oportunidade de ouvir a voz das ruas, de ouvir a voz dos movimentos sociais. Destaco o papel brilhante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da UNE, da UBES, da UNDIME, da CNTE, entre outras que têm levantado, com muita responsabilidade e com muita paixão, a bandeira em defesa da escola pública.

Mas quero também, Sra. Presidenta, destacar o papel da Presidenta Dilma e sua visão de estadista. A Presidenta persistiu na tese de destinar mais recursos para a educação através dos *royalties* do pré-sal. Isso é dinheiro novo, com prioridade total para a educação, e significa o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, que vão desde a ampliação e universalização do atendimento escolar até a pós-graduação, passando pela valorização do magistério, com os 10% do PIB para a educação.

Deputada Benedita da Silva, agora mais do que nunca, vamos avançar na agenda em curso em nosso País, iniciada pelo Governo Lula e agora liderada pela Presidenta Dilma. Isso significa, minha querida Deputada Benedita, mais creches, mais escolas de tempo integral, mais escolas técnicas, mais universidades, mais valorização do professor, mais educação e mais cidadania.

Tenho absoluta convicção de que o Senado vai fazer o seu dever de casa e aprovar os dois principais projetos educacionais hoje existentes no nosso País, que são o projeto dos *royalties*, aprovado ontem nesta Casa, e o PNE, para valer.

Viva! Viva a educação brasileira!



Documento 200/311

184.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/06/2013-11:10
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26650	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE- DEM -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Perspectiva de avanço na área educacional com a aprovação do substituto oferecido pelo Deputado André Figueiredo ao projeto de lei sobre a destinação de recursos de royalties de petróleo ao setor. Conveniência de devolução à Casa, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO.
Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos.

Sra. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, na verdade, eu gostaria de dizer que esta Casa ontem realizou votações importantes. Eu sou uma Deputada ligada à educação e considero que o substitutivo apresentado pelo Deputado André Figueiredo melhorou enormemente as possibilidades de cumprirmos os desafios da educação.

Quanto ao Plano Nacional de Educação, aprovado na Comissão Especial, eu faço um apelo para que o Senado o devolva para esta Casa, porque o País está sem Plano Nacional já há mais de 2 anos. O Plano Nacional precisa de dinheiro novo para cumprir as responsabilidades assumidas em todas as suas metas, e esse dinheiro precisa vir basicamente da União. Os Estados e Municípios já entram, cada um deles, com praticamente duas, três vezes com o que a União contribui. A cada 1 real, a União entra com 0,20 centavos, e os Estados e Municípios, com 0,40 centavos cada um.

O projeto apresentado ontem aqui, como substitutivo, construído num acordo entre os partidos, traz uma significativa contribuição para a educação, não só, como foi dito aqui anteriormente por alguns Deputados, o lucro do Fundo Soberano. O que nós votamos ontem aqui foi o capital do Fundo Soberano. Foi uma escolha estratégica para aplicação desse recurso na educação. É recurso de verdade, recurso concreto, não só para 2022, mas com a possibilidade de recurso de



maneira mais rápida e imediata. Não serão suficientes. Ainda é preciso esforço para alcançarmos metas e contribuirmos com a educação. É preciso um choque de gestão, de seriedade e de apelo à valorização do profissional da educação.

A formação que os nossos professores têm hoje não é adequada, não é a melhor, eles não são valorizados e não são incentivados a ficar na carreira. Hoje, temos um déficit de mais de 60 mil professores em algumas áreas, e esse apagão da educação vai agravar-se. Nenhum de nós sonha em ter um filho professor. Queremos uma carreira que seja promissora e interessante, que seja valorizada.

É por isso que precisamos, na verdade, definir a carreira de professor como uma carreira estratégica, e isso não se faz sem dinheiro. Os Estados e Municípios hoje têm dificuldade de cumprir um piso que sequer atrai para uma boa carreira. Por isso, a importância da sinalização que esta Casa deu ontem ao País ao aprovar o substitutivo - com todos os seus acordos - do Deputado André Figueiredo.

Ontem, sinalizamos para a Nação que isso é importante e que precisa haver um esforço estratégico e um esforço de País.

Então, parabéns a todos os partidos pelo acordo. E faço este apelo: que o Senado devolva o Plano Nacional de Educação. Nós precisamos entregar ao País, no final deste ano, o projeto votado, disponível, com orçamento adequado, para o cumprimento dos 10% do PIB.

A tarefa é longa e a responsabilidade também.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 201/311

194.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/07/2013-10:28
Publ.: DCD - 05/07/2013 - 28241	PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Imediato encaminhamento à Casa, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, eu quero registrar minha preocupação e solicitar ao Senador Pimentel que o Senado remeta urgentemente o Plano Nacional de Educação a esta Casa.

Tenho uma preocupação muito grande: como membro da Comissão de Reformulação do Ensino Médio, que está estudando a reforma do ensino médio, estamos aguardando o Plano Nacional de Educação para não tomarmos medidas paralelas. O Plano Nacional de Educação, Sr. Presidente, é um objeto que vai orientar os Estados a elaborar o seu Plano Estadual de Educação e, ao mesmo tempo, também vai servir para orientar os gestores municipais a elaborar o seu Plano Municipal de Educação.

Então, Sr. Presidente, nós precisamos disso urgentemente. Só poderemos avançar na educação, com qualidade de ensino, com a aprovação do Plano Nacional de Educação e, ao mesmo tempo, aplicando 10% do PIB em educação.

Aí, sim, nós avançaremos, mas é necessária urgência. Plano Nacional de Educação já, para que possamos avançar na qualidade do ensino brasileiro!

Documento 202/311

194.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária 04/07/2013-
- CD 11:04

Publ.: DCD - 05/07/2013 -
28254

ASSIS CARVALHO-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Liberação pelo Governo Federal de recursos para as áreas de educação e mobilidade urbana no Município de Pedro II, Estado do Piauí. Expectativa de liberação de recursos para o Município de Altos. Anúncio da realização de audiência pública pela Assembleia Legislativa do Piauí para debate do Plano Nacional de Educação - PNE. Divulgação da agenda do orador por ocasião de visita aos Municípios de Piripiri, Picos e Pio IX, Estado do Piauí.



Compromisso do PT com a realização de plebiscito sobre a reforma política.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar, com muita alegria, agenda que fiz em vários Ministérios esta semana, acompanhando algumas lideranças do Piauí, das quais destaco minha querida Prefeita Neuma Café, de Pedro II, que estava com o Secretário Municipal Raimundo Nonato quando conseguimos, no Ministério da Educação, várias ações positivas para aquela cidade. Conseguimos viabilizar seis ônibus, quatro escolas, uma quadra coberta, que implicaram um valor em torno de 8 milhões de reais. E viabilizei uma emenda de 500 mil reais para a infraestrutura urbana, 150 mil reais para que façamos este ano o primeiro Dezembro Luz naquela cidade tão querida e 180 mil reais para a construção de uma Academia de Saúde.

A pauta foi muito positiva. Estamos ainda viabilizando 5 milhões e 100 mil reais para a mobilidade urbana, no Ministério das Cidades. Essa é outra ação que estou acompanhando, entre outras. Cito o caso da cidade de Altos, da minha querida Prefeita Patrícia Leal. Estive acompanhando ontem essa situação. Lá temos uma disputa na ordem de 8 milhões, que esperamos viabilizar.

Eu queria agradecer essas áreas do Governo que nos atenderam tão bem. Se Deus quiser, levaremos benefícios para o Estado do Piauí. Neste primeiro momento, quase 9 milhões somente para a cidade de Pedro II.

Eu queria também, Sr. Presidente, registrar que amanhã vamos fazer um grande debate em Teresina sobre o Plano Nacional de Educação, na Assembleia Legislativa. A iniciativa é do nosso querido Deputado Estadual João de Deus. Estaremos lá prestigiando. E no final do dia estarei na cidade de Piripiri recebendo uma comenda muito importante. Farei um registro mais detalhado na próxima semana. Estaremos também em Picos e em Pio IX, desenvolvendo projetos de habitação rural que eu acompanho com muito carinho. A agenda da próxima semana é bastante positiva.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento para reafirmar o compromisso do Partido dos Trabalhadores com o plebiscito.

De quando em vez, vejo aqui algum Parlamentar - e tem que ser respeitada a sua posição - opondo-se a esta consulta ao povo brasileiro.

Ora, meus amigos e minhas amigas, a autoridade máxima de uma nação no mundo político é o povo, nós não temos que ter medo de ouvir a sociedade. Quando há vontade política, as coisas andam aqui com velocidade. Não havendo nenhum obstáculo aqui, e eu espero



que não haja, nós temos todo o direito de ouvir a sociedade, que é quem nos coloca aqui.

Então quero reafirmar o nosso compromisso em defesa do plebiscito. Que a sociedade decida o que quer deste País. Nós já temos nossas pautas positivas, bastante conhecidas de todos. Todos nós queremos mais educação, mais saúde, melhor infraestrutura, mais esporte. O esporte, aliás, contribui imensamente para reafirmar nossa cultura, a paixão brasileira. Vimos a alegria que foi a comemoração do último domingo, que nos passou o sentimento positivo de que a sociedade está no caminho certo.

Mas nós precisamos administrar essa questão da reforma política, essa situação que há anos e anos se repete aqui, essa cantilena, essa ladainha. Se este Parlamento que não consegue fazê-la, vamos ouvir da sociedade se ela quer ou não quer a reforma. Cabe ao eleitor, à eleitora, aos cidadãos e cidadãs deste País, tomar, de forma soberana, uma posição.

Então, Sr. Presidente, quero reafirmar o nosso desejo, a nossa vontade. Todos nós queremos continuar dialogando com a sociedade, e compreendemos que a sociedade nas ruas - sem excessos, sem quebraadeira do patrimônio público - ajuda este Parlamento a trabalhar com mais velocidade.

Nós somos a favor, sem sombra de dúvidas, de que as manifestações continuem, pois elas são um exercício da democracia. Feliz o País onde a população pode se manifestar nas ruas. Este é um País que nós temos que aplaudir. Em tantos outros por aí, lamentavelmente, esse exercício da democracia não acontece.

Então isso é plausível, é positivo, é uma forma de comunicação direta com a sociedade. E nós temos que ouvir esse sentimento da sociedade e fazer com que as reformas sejam feitas mais rápido.

E não me venham secundarizar o tema. Um dos temas mais importantes para o fortalecimento da democracia brasileira é a reforma política. É preciso, sem sombra de dúvida, um modelo de representatividade que promova a participação da sociedade com mais tranquilidade, com mais liberdade, com mais democracia. É preciso acabar com o coronelismo. Isso não está correto.

Sr. Presidente, reafirmo o nosso sentimento favorável ao plebiscito já.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) - Isso é verdade. Antes de passar a palavra para o Deputado Izalci, quero ressaltar que ontem mesmo foi deposto o Governo do Egito, com forças militares, com a manifestação das ruas.



E houve outras ocupações, em vários países do mundo onde foram reprimidos esses movimentos, prioritariamente reprimidos. Nos Estados Unidos da América houve uma ocupação de milhões, chamada Occupy Wall Street. Milhares de pessoas ficaram acampadas dias a fio, e não houve um diálogo com o *establishment*, com as instituições. Aqui nós temos a Presidente da República dialogando, temos este Congresso Nacional dialogando, temos os Governadores dialogando, de todos os partidos, mantendo a ordem necessária para evitar o vandalismo, os excessos que por vezes surgem, mas todos legitimando a participação da nossa juventude, principalmente, e das demais pessoas que queiram se manifestar.

Nós temos que aprender com essas manifestações e entender o que vem das ruas e aquilo que eventualmente não está presente nas ruas, mas que também são pleitos importantes, que precisam ser considerados na agenda governamental.

Então, Deputados, amigos, companheiros e companheiras, nós vivemos um momento especial no Brasil, um momento que tem que ser entendido. E nós precisamos aproveitar esta energia positiva, sempre tratando os temas com o devido relativismo, porque esta Casa também é um espaço democrático que tem voz e tem que ter vez.

Documento 203/311

194.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária 04/07/2013-
- CD 11:04

Publ.: DCD - 05/07/2013 - ANDRÉ MOURA-PSC -SE
28261

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Estabelecimento, pela Presidenta Dilma Rousseff, de pacto pela educação pública para atendimento às reivindicações dos participantes de recentes manifestações ocorridas no País. Baixa qualidade do ensino fundamental brasileiro, segundo dados da Prova ABC 2012, realizado pela organização não governamental Todos Pela Educação. Realização de investimentos governamentais em prol da educação de qualidade. Estabelecimento da cultura de aprendizado no País. Imediata votação, pelo Senado Federal, do Projeto de



Lei nº 8.035, de 2010, sobre a instituição do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020. Implantação de programa de capacitação dos profissionais da educação.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço-lhe que corrija o meu tempo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que estão acessando a Internet e as redes sociais, além daquelas que sintonizam a *Rádio Câmara* e a *TV Câmara* em todo o Brasil, em especial a população do Estado de Sergipe, que eu me orgulho de aqui representar, ocupo a tribuna hoje para falar um pouco sobre aquilo de que o Presidente já falou quando ocupou a tribuna: a educação em nosso País.

Nós estamos acompanhando os protestos pelo Brasil afora, que denunciam a frustração do nosso povo com a qualidade da educação, um dos principais motivos da ira dos manifestantes. Para tentar atender às solicitações das ruas, a Presidente Dilma Rousseff conclamou a sociedade brasileira e a comunidade política para um pacto pela educação pública. Temos de concordar com a Presidente, quando diz que:

"Nenhuma nação se desenvolve sem alfabetização na idade certa e sem creches para a população que mais precisa, sem educação em tempo integral, sem ensino técnico profissionalizante, (...) sem pesquisa, ciência e inovação".

De fato, estimular uma maior escolaridade tem repercussão direta comprovada sobre a economia dos países. No entanto, apesar da melhora nos investimentos públicos e do aumento do acesso das crianças ao ensino, os resultados obtidos até aqui ainda são inferiores à média dos países mais desenvolvidos. A Prova ABC 2012, realizada pela ONG Todos Pela Educação, comprova o quanto o ensino fundamental - primordial para a construção de uma educação sólida em todo o processo educativo - está atrasado em nosso País, nas escolas públicas e até mesmo nas escolas privadas.

A Prova ABC 2012 foi aplicada no final do ano letivo de 2012 e avaliou 54 mil crianças de 2º e 3º anos de 1.200 escolas públicas e privadas de 600 Municípios de todo o País. Todas as unidades da Federação fizeram parte da amostra, cujo objetivo era traçar um diagnóstico da alfabetização dos alunos nos primeiros anos do ensino fundamental, com base em exames de leitura, escrita e Matemática.

Os dados divulgados pela ONG em 25 de junho são alarmantes. Mostram que mais da metade das crianças de escolas públicas e privadas do País, matriculadas no 3º ano do ensino fundamental, não aprendeu os conteúdos esperados. As crianças escrevem pior do que



leem - 74,1% delas não têm conhecimento suficiente para identificar, por exemplo, temas de uma narrativa e perceber relações de causa em um texto.

A pesquisa também apontou certo abandono do ensino de Matemática. A situação é ainda pior se forem consideradas apenas as escolas públicas: 70,8% das crianças têm dificuldades elementares. Conseguem responder a questões básicas, mas ficam empacadas diante de conteúdos complexos. É como se fossem analfabetos funcionais, incapazes de resolver questões mais elaboradas.

O reflexo dessa falta de conhecimento em Matemática atestada agora pela Prova ABC 2012 é preocupante para a economia nacional da próxima década. O déficit de engenheiros no País, atualmente, é de 100 mil profissionais. Sem engenheiros, o Brasil não avança. Chegar ao curso de Engenharia sem todos os conhecimentos de matemática é praticamente impossível. O curioso é que hoje os pontos necessários para ser aprovado no curso de Engenharia são menores até do que os que se precisa para obter aprovação para os cursos de Medicina, Direito ou Comunicação Social. Imaginem, então, daqui a uma década como estaremos, se não houver um avanço real na qualidade da educação. É apenas um exemplo, porém a carreira de engenheiro é considerada fundamental num país que cresce e investe muito em infraestrutura, caso do Brasil neste momento e no futuro próximo.

Para nossa tristeza, nenhum Estado brasileiro registrou mais da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental com instrução adequada em Matemática. E tanto faz se estudam em escola pública ou privada; o problema é generalizado e envolve outros pontos a serem considerados, como a formação precária dos professores. Na minha região, o Nordeste, 86,4% das crianças estão abaixo do desempenho esperado em Matemática. No Sudeste, são 57%. Os técnicos da ONG Todos Pela Educação sugerem que a causa para tamanha incapacidade com os números seja a falta de clareza curricular. Ou talvez, por temer que as crianças fracassem, o professor acabe ensinando apenas o conteúdo básico.

O Nordeste também fica na rabeira nos resultados de escrita: 86,8% dos estudantes não conseguiram fazer uma boa prova de redação, que pedia ao aluno para escrever uma carta convidando um colega para brincar nas férias. Os problemas maiores foram de coerência e de adequação ao tema, reflexo da fraca formação em Português.

O Brasil acordou na segunda metade do século XX para a relação entre educação e desenvolvimento e passou a tratar a educação como prioridade, mas para que a sociedade colha os frutos de ter sido mais e melhor educada leva tempo. Como afirmei anteriormente, apesar da melhora nos investimentos públicos e do aumento do acesso das crianças ao ensino, os resultados obtidos até aqui ainda deixam muito



a desejar. Os investimentos públicos, portanto, devem ser canalizados para, efetivamente, melhorar o nível da qualidade do ensino.

O país com a melhor educação atualmente é a Finlândia. Por 4 anos consecutivos, ficou entre os primeiros lugares no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), seguida pela Coreia do Sul e por Hong Kong. O segredo do sucesso dos campeões mundiais em educação, Sr. Presidente - eu sei que essa é uma preocupação de V.Exa. -, nada tem a ver com métodos pedagógicos revolucionários ou com o uso intensivo de tecnologia de ponta em sala de aula. Apostaram na valorização do professor, numa metodologia simples e na aplicação de currículos de comprovada eficiência.

Ao analisar os sistemas educacionais bem-sucedidos, é possível concluir que os investimentos são importantes, mas não tanto quanto manter uma verdadeira cultura nacional de aprendizado, que valorize os professores, as escolas e a educação como um todo. Daí o alto desempenho das nações asiáticas em qualquer *ranking*. Nesses países, o estudo tem um elevado grau de importância na sociedade, e as expectativas que os pais têm dos filhos são muito altas. Ou seja, é preciso envolver a família na educação das nossas crianças e promover uma campanha nacional de valorização da educação. Comparando a Finlândia e a Coreia do Sul, vamos encontrar enormes diferenças entre os dois países, mas há um "valor moral" muito parecido concedido à educação pelos chefes de família nas duas nações.

A destinação dos *royalties* do pré-sal para a educação nós sabemos que vai garantir um investimento extra. É verdade. Esta Casa aprovou projeto que destina 75% desses recursos para essa área e 25% para a saúde. Mas eles não podem substituir a aplicação obrigatória de 25% das receitas públicas estaduais e municipais em educação, até porque não se descobriu uma solução mágica para viabilizar investimentos na educação através dos *royalties* do petróleo do pré-sal. A população precisa ser informada de que, em média, um poço de petróleo, após ser licitado e a empresa vencedora ser devidamente contratada, leva de 10 a 15 anos para começar a operar - de acordo com os dados obtidos por uma análise conduzida a pedido do deputado Beto Albuquerque. Será que a Nação terá de esperar mais 1 década para obter os benefícios dos *royalties* do petróleo? Será que a Presidenta Dilma Rousseff não percebeu a urgência da questão?

Em outras palavras, em que pesem a má gestão dos recursos já aplicados na educação e a falta de melhores resultados, motivo para a frustração e a reclamação do povo nas ruas, a Presidenta Dilma Rousseff não precisa esperar pelos *royalties* do petróleo para começar a investir mais em educação, pois tem às mãos uma solução imediata. Basta exigir da bancada do Governo no Senado que apresse a votação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que torna obrigatória a aplicação



de 10% do PIB em educação.

Lembro, inclusive, que fui o único Deputado de Sergipe que integrou a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, discutindo esse projeto com os colegas e com especialistas em educação.

Hoje, o PL 8035/2010 descansa nas mãos do seu Relator, à espera de um parecer ainda sem data para ser apreciado na CCJ.

A prioridade desses novos investimentos deveria ser a capacitação dos profissionais do magistério através de cursos especiais e do estudo continuado, como fez a Finlândia, onde os professores do ensino fundamental são aqueles com melhor formação - 100% deles possuem um mestrado em educação. Professores de alta qualidade técnica, com remuneração justa e prêmios de acordo com o desempenho dos seus alunos fazem grande diferença em uma sala de aula, assim como diretores capacitados e treinados para a função, pois sem um gerenciamento qualificado a escola não funciona bem, seja ela pública ou privada.

Como já mencionei, são imensas as consequências econômicas diretas dos sistemas educacionais de alto e baixo desempenho na economia, sobretudo em uma economia globalizada, baseada em habilidades profissionais. O Brasil já sabe disso. Chegou a hora de arregañar as mangas e usar todos os recursos disponíveis para melhorar a qualidade da nossa educação. Disso dependerá o futuro desta Nação. Não podemos continuar na rabeira do mundo civilizado.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V.Exa. o tempo acrescido ao meu pronunciamento e de solicitar que meu discurso seja registrado nos Anais da Casa e veiculado nos meios de comunicação da Câmara, sobretudo, hoje, no programa *A Voz do Brasil*, para que esta data seja lembrada por todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



33107

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
PEQUENO EXPEDIENTEPEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Associação aos discursos proferidos pelos Deputados Amauri Teixeira e Mauro Benevides em defesa das Defensorias Públicas. Alocação de novos recursos para a educação brasileira. Importância de aprovação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Apoio às propostas de destinação de percentuais do Fundo Social do Pré-Sal, do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro e de royalties de petróleo ao setor educacional. Equívoco da participação do Tribunal de Contas da União - TCU no processo de avaliação da qualidade do ensino médio.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ser solidário com o Deputado Amauri Teixeira, que me antecedeu, pelo teor do seu discurso, e também com o Deputado Mauro Benevides, uma pessoa que vem lutando nesse campo há muitos anos, trazendo ganhos para a Defensoria Pública.

Sr. Presidente, é com muita satisfação que, no início deste segundo semestre, retorno a esta tribuna para voltar a tratar de um tema decisivo para nosso País e que, nos últimos tempos, vem dando margem a debates cada vez mais intensos, o que é positivo.

Falo da educação, Sr. Presidente; das políticas públicas que temos para a educação e daquelas que precisamos ter e que estamos construindo, junto com a sociedade, no dia a dia desta Casa, no diálogo com o Governo Federal, com professores, estudantes, pais e todos os trabalhadores da educação e através de instrumentos importantes, como o Plano Nacional de Educação - PNE.

Temos trabalhado intensamente, Sr. Presidente, para tornar realidade o aumento de recursos para a educação. Sem novos recursos, não conseguiremos tirar do papel as metas definidas pelo PNE, que estabelece o norte para a educação brasileira, com políticas, ações e diretrizes a serem seguidas ao longo desta década. Se o Congresso Nacional ainda precisa complementar os debates e votações do PNE, já está certo que o Plano traz novidades importantes, dentre as quais podemos destacar a ampliação da jornada escolar, com ensino em dois turnos, e o aumento dos investimentos, em busca da melhoria da qualidade de ensino.

Esses e outros objetivos propostos no Plano Nacional de Educação só serão alcançados, na prática, se tivermos mais recursos para a educação. Essa é uma bandeira que levantamos há muito tempo, e pediremos desculpas a quem considerar que se trata de uma bandeira



repetitiva, porque, enquanto não conseguirmos transformar em realidade o aumento do investimento público em educação, em todas as esferas da administração, vamos continuar nessa luta.

Por isso temos fechado questão quanto à destinação de 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação e contra a proposta de destinar ao investimento no setor educacional apenas 50% dos rendimentos desse fundo. Por isso somos a favor da destinação de 10% do PIB para a educação, meta prevista no PNE, embora de modo escalonado, para ser atingida passo a passo, até o final desta década. Por isso somos a favor da destinação de 75% dos *royalties* do petróleo para a educação.

Temos votado nesse sentido e procurado contribuir para que a sociedade tenha, cada vez mais, total consciência da justiça e da urgência desses investimentos.

Essas e outras bandeiras foram levantadas, de modo intenso, pelas manifestações registradas em todo o Brasil nos últimos meses, o que comprova que a sociedade está atenta à importância da educação e à necessidade de assegurarmos que as atuais conquistas que tivemos nesse setor, com a ação do Governo Federal nos últimos 10 anos, possam ser ampliadas para um novo patamar de qualidade e acesso. Agora, nós, Parlamentares, precisamos concluir esses debates e votar o quanto antes essas matérias, para darmos uma resposta consistente e efetiva à sociedade brasileira.

O PNE, por exemplo, que estabelece as metas da educação para 10 anos, já vem tramitando há bastante tempo e conta com um debate amadurecido, incluindo contribuições de diversos setores da sociedade. Precisamos votar e aprovar o Plano, para que suas metas e objetivos passem a ser construídos com um esforço conjunto. Os avanços que o Plano traz serão essenciais para as mudanças que almejamos no campo da educação deste País, com mais valorização dos professores, melhor infraestrutura para o ensino, inclusão de maior número de estudantes e estímulo renovado a todos os trabalhadores da educação.

Precisamos, assim, de agilidade na conclusão desses debates e na votação do PNE e dos projetos que estabelecem mais dinheiro para a educação pública. Está mais do que claro, em diferentes pesquisas e metodologias, que esse novo patamar de qualidade para a educação no Brasil só será alcançado com um novo volume de investimentos, para que realmente possamos fazer valer todas as boas expectativas trazidas pelo PNE. A educação está ainda no centro do debate. E a sociedade espera de nós, seus representantes, uma resposta à altura.

Ainda no tocante à educação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me manifestar, chamando a atenção dos presentes acerca das recentes notícias de incursões do Tribunal de Contas da União em



avaliações de escolas e em avaliação do próprio ensino médio.

Temos todo respeito pelo TCU, que cumpre importantíssimo papel para a sociedade brasileira e auxilia esta Casa de modo fundamental, mas entendemos que a avaliação da qualidade de ensino e o próprio debate sobre o ensino médio cabem melhor a outras esferas: do Ministério da Educação às entidades da sociedade civil, passando de modo decisivo pelo Congresso Nacional. Sobre o ensino médio, temos uma Comissão especificamente destinada a debater suas perspectivas e seus desafios, a qual integro, como representante do Ceará.

Tivemos, ao longo dos debates do PNE, o maior número de emendas a um projeto na história do Congresso Nacional: mais de 3 mil sugestões de modificações, adições ou supressões ao texto. Realizamos diariamente esse debate e contamos com ampla participação da sociedade: associações, sindicatos, entidades estudantis, pais, professores e estudantes discutem intensamente a qualidade da educação, o ensino que temos e aquele que queremos.

Agradecemos a contribuição do Tribunal de Contas aos debates sobre a educação, mas ressaltamos sempre que a aplicação de recursos em educação não é gasto, e sim investimento. Pedimos apenas que essa contribuição se dê de forma integrada com a comunidade educacional, com respeito às experiências prévias e em sintonia com o que todos queremos: uma educação de mais qualidade; professores mais valorizados; mais e melhores escolas; uma pedagogia mais atraente a nossos alunos, capaz de atrair e manter nossos jovens nas salas de aulas, e apta a formar cidadãos, em todas as dimensões da palavra.

Era o que tinha a dizer.

Gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. autorizasse a publicação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Um bom fim de semana para todas as pessoas que trabalham nesta Casa e para as Sras. e os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Autorizo a divulgação de todos os pronunciamentos do Pequeno Expediente nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A voz do Brasil*.



Documento 205/311

223.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 08/08/2013-15:18
Debates - CD
Publ.: DCD - 09/08/2013 - PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA
33111
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Necessidade de agilidade na aprovação pelo Senado Federal do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Apelo ao Governo Federal de continuidade das negociações com os servidores grevistas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Defesa de aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a regulamentação das atribuições e competências das Guardas Municipais. Realização de grandes investimentos na rede hospitalar maranhense pelo Governo do Estado do Maranhão. Necessidade de realização da reforma política. Defesa de extinção de coligações partidárias. Apoio à adoção do voto distrital, o chamado "distritão", à coincidência de eleições e à extinção do instituto da reeleição. Legitimidade da eleição da Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, iniciando a minha fala, quero fazer um painel de alguns temas que estão sendo tratados nesta Casa e dos quais vou falar.

Vou falar do PNE, o Plano Nacional de Educação; vou falar um pouco da reforma política; vou falar de um projeto de lei importante que se encontra nesta Casa, que trata da regulamentação da competência das Guardas Municipais; e também vou falar do momento de paralisação dos servidores do DNIT, que está causando acima de tudo um grande prejuízo para a Nação.

Eu também ouvi atentamente, Sr. Presidente, o Deputado Simplício Araújo. Tenho ouvido, todas as vezes, as críticas do Deputado Simplício aos governantes do Maranhão. Simplesmente pelo fato de fazer oposição no Estado do Maranhão é que o Deputado Simplício tem levantado aqui essa bandeira.

Mas, Sr. Presidente, o Plano Nacional de Educação, durante praticamente 2 anos, foi debatido nesta Casa, na Comissão de Educação e na Comissão Especial destinada a elaborar um plano nacional para que o País não possa parar quando se falar em



educação. Porque nos últimos anos a sociedade brasileira tem clamado, Sr. Presidente, pela qualidade do ensino. Como fazer qualidade de ensino, Deputado Mauro Benevides, como falar em Plano Nacional de Educação para melhorar os índices do processo educacional brasileiro, se o Brasil deixou de ter um plano em 2010, quanto terminou a vigência do plano decenal da educação brasileira? Já passamos por 2011, já passamos por 2012, vamos passar pelo ano de 2013, mas, neste ano, agora ano segundo semestre, Deputado Mauro, é essencial, é importante que o Senado Federal aprove o Plano Nacional de Educação. Porque esta Casa, Deputado, já fez a sua parte. Já aprovamos o Plano Nacional de Educação, que agora está no Senado. Mas nós não podemos demorar, porque o Brasil está sem um Plano Nacional de Educação desde 2011.

Deputado Mauro, o Governo Federal não tem um plano nacional para tratar de um tema tão importante, para melhorar a educação brasileira. Nós não temos um Plano Nacional de Educação há 3 anos e corremos o risco de não aprová-lo neste ano, agora no segundo semestre. E 2014 é um ano eleitoral. O Brasil vai completar 5 anos sem um Plano Nacional de Educação.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Professor Setimo, V.Exa. me permite uma intervenção?

O SR. PROFESSOR SETIMO - Concedo o aparte ao Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Neste momento em que V.Exa. faz esta abordagem, com a sua autoridade de membro da Comissão de Educação desta Casa, a que eu pertenço também, eu não me dispensaria de enaltecer o trabalho que V.Exa. ali desenvolveu sobretudo na elaboração do Plano. Não foram poucas as vezes em que V.Exa., do seu microfone, apontou falhas e apresentou emendas para corrigi-las. E muitas das emendas de V.Exa. - eu ofereço o meu testemunho espontâneo neste instante - estão lá inseridas no projeto que este Plenário aprovou e que aguarda a manifestação soberana da outra Casa do Parlamento. Então, V.Exa. pode ocupar essa tribuna com a mais absoluta autoridade, sobretudo falando sobre esse tema, porque o conhece em profundidade, não só na sua condição de mestre, mas também e sobretudo porque, em relação a essa temática, V.Exa. se entregou de corpo e alma, sendo um dos primeiros a chegar quando estava pautada a matéria na Ordem do Dia daquela Comissão, fazendo-o sempre com veemência e sobretudo com perfeito conhecimento de causa. Ninguém nesta Casa - não sei - teria mais autoridade do que V.Exa., que foi um partícipe saliente daquele debate, para trazê-lo a este Grande Expediente da sessão de hoje. Eu gostaria que V.Exa. tivesse sido sorteado para fazer um pronunciamento dessa natureza talvez num dia de maior afluência dos nossos eminentes colegas, mas V.Exa. o faz neste instante para todos nós que estamos



aqui. Reconhecemos, com o meu testemunho, que V.Exa. tem sido um pregoeiro da causa educacional brasileira. Meus cumprimentos a V.Exa.

O SR. PROFESSOR SETIMO - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Sr. Presidente, essa preocupação não deve ser só minha, deste Deputado. Essa preocupação deve ser desta Casa, do Congresso. E cada região do Estado brasileiro precisa elaborar seu plano regional de educação. Ora, como é que o Estado do Maranhão, o Estado do Piauí, o Estado do Ceará, qualquer Estado brasileiro vai elaborar o seu plano estadual, se nós não temos o Plano Nacional? E pergunto: como é que um gestor municipal pode se organizar, como é que pode organizar a sua política educacional, sem um plano nacional, sem um plano regional, companheiro Chiquinho? Nós temos que pensar nos Prefeitos. O gestor municipal precisa elaborar agora o seu plano municipal de educação, mas, se ele não tiver as diretrizes determinadas pelo Plano Nacional, não vai elaborar.

Como é que vamos pensar em melhorar a qualidade de ensino do País, se nós não temos o eixo a ser percorrido?

Concedo o aparte ao companheiro Deputado Chico Lopes.

O Sr. Chico Lopes - Obrigado, Deputado. Estou no exercício do segundo mandato - e V.Exa. também, se não me engano - e sempre observo a sua fala sobre educação, mostrando que foi professor de sala de aula e mostrando que estuda a educação. Apesar de termos avançado muito em termos de quantidade de colégios, em termos de quantidade de faculdades, a nossa educação é clandestina ainda, porque o Plano Nacional de Educação já devia estar em execução há 2 ou 3 anos. Infelizmente, isso não está acontecendo. Quando falamos nessa luta por mais verbas para a educação, sobre a qual há unanimidade nesta Casa - não há ninguém contra isso -, é porque achamos que o dinheiro que vai para a educação é um investimento. Mas V.Exa. tem razão quando diz: *"Se não aprovamos o plano nacional, como podemos ter um plano estadual? Se não aproveitamos o plano estadual, como teremos o plano municipal?"* Apesar de termos tido um grande Ministro da Educação, o hoje Prefeito de São Paulo, e apesar de o atual Ministro também ser um bom conhecedor da educação, está demorando a finalização do Plano Nacional de Educação. Queria pedir o apoio de V.Exa. ao requerimento que estou fazendo à Comissão Especial para convidar representantes do Tribunal de Contas e do Conselho Federal de Educação, para sabermos onde entra o Tribunal de Contas, com essa capacidade de fazer a avaliação da educação. A que ele queira fazer avaliação dos investimentos, das verbas etc. e tal não tenho nada contra, mas nós educadores não vamos fazer avaliação de bens econômicos de uma escola. Nós



fazemos avaliação de bens intelectuais: se aprendeu ou se não aprendeu. Até nisso há pessoas querendo se meter, numa coisa que não conhecem. E não nos metemos lá. Já temos problemas suficientes na educação e ainda vamos arrumar mais esse? Quero parabenizar V.Exa. pelo discurso, uma peça respeitosa com a qual quer ajudar o Governo no sentido de acelerar a aprovação do Plano Nacional de Educação. Parabéns, Deputado Professor Setimo. Tenho o prazer de ser professor e de ser Deputado junto com V.Exa.

O SR. PROFESSOR SETIMO - Muito obrigado, companheiro Chico.

Sr. Presidente, continuando a minha fala, quero dizer da nossa preocupação com a demora na aplicação do Plano. Na hora de iniciar a implantação do Plano, após a aprovação pelo Senado e o retorno a esta Casa, nós deveremos pensar que o Plano Nacional de Educação é um plano decenal e que, até o final da vigência do Plano, vão ser aplicados em torno de 10% do PIB. Antes, até 2010, não se aplicavam nem 5% do PIB. Hoje nós estamos caminhando, embora sem a orientação do Plano, para 6%, 7% do PIB. Mas, nos últimos 5 anos da aplicação do Plano Nacional, nós deveremos atingir 10% do PIB.

Sabemos que o Plano é muito importante porque ele vai tratar da avaliação e vai tratar acima de tudo do processo de aprendizagem do aluno, desde a implantação da creche até a formação superior e a valorização do professor. Nós vamos aí traçar metas e diretrizes para melhorar o ensino fundamental. Mas só vamos melhorar o ensino fundamental se, em todo o Brasil, implantarmos a construção das creches. O Governo Lula iniciou bem, quando olhou para a periferia deste País e começou a construir as creches. Em seguida, a Presidenta Dilma Rousseff deu continuidade a isso, com um programa que prevê a construção de mais creches no Brasil.

Só podemos melhorar a qualidade do ensino médio se melhorarmos o ensino fundamental. Só vamos melhorar o ensino fundamental através da implantação das creches. Com as creches, sim, o processo de aprendizagem vai melhorar. Aí, teremos o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior com qualidade. É isso o que nós queremos, Sr. Presidente.

O Plano Nacional é uma necessidade para a sociedade brasileira. Não podemos mais esperar, estamos perdendo tempo. E com educação não se brinca. O processo educacional consiste em trabalhar a mente da criança e a mente da juventude. É um processo de crescimento. Temos que iniciar a educação lá na creche, para que possamos atingir a qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Sr. Presidente, eu peço a esta Casa que não demore mais. Vamos cobrar do Senado o retorno do Plano Nacional, para que possamos avançar, aprovar aqui e implantar o Plano Nacional o mais brevemente



possível.

Concedo um aparte ao companheiro Deputado Federal Chiquinho Escórcio, também do Maranhão.

O Sr. Francisco Escórcio - Deputado Professor Setimo, V.Exa. aborda um tema que é reclamado hoje pelo Brasil inteiro. Todos nós estamos vendo que a solução do que às vezes não tem equilíbrio está exatamente assentada numa coisa chamada "educação". E V.Exa., como professor zeloso que é, lá do meu querido Estado do Maranhão, sabe que nós temos uma dificuldade grande com esses índices, de todas as direções. E não seria diferente no campo da educação. Nós temos uma população pobre, e essa população pode exatamente modificar a sua qualidade de vida, o seu padrão de vida como um todo, através da educação. Eu venho neste momento hipotecar solidariedade a V.Exa., dizendo que V.Exa., na tarde de hoje, mexe não só com o Maranhão, mas também com o Brasil, porque todos os brasileiros torcem por uma educação de qualidade neste País. Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR SETIMO - Muito obrigado, Deputado.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar muito mais sobre esse tema educacional, mas, como citei no início, preciso falar também sobre a greve dos servidores do DNIT, que não pode mais continuar. O Governo Federal tem que abrir as portas e dar continuidade à negociação, chegar a um ponto comum, de acordo, para fazer com que os servidores do DNIT retornem ao trabalho.

Veja, Sr. Presidente: não há questões maiores. O que os servidores do DNIT estão querendo é uma equiparação salarial com os servidores da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. A lei que criou o DNIT é a mesma que criou a ANTT. Trata-se de valorização salarial. Como é que, embora a mesma lei as tenha criado, numa instituição os servidores têm o salário valorizado, e na outra os servidores não têm? Os servidores do DNIT estão com a razão. Eles querem uma equiparação salarial, para ter o mesmo valor do servidor da ANTT. Então, é simples.

E um órgão como o DNIT, que movimenta milhões em recursos, não pode ficar parado, se não o País vai parar. No ano passado, sabemos, o DNIT executou mais de 12 bilhões de reais. Doze bilhões! Hoje, o DNIT já tem em execução mais de 13 bilhões em obras. E vejam que a ANTT é uma instituição reguladora, e o DNIT é uma instituição executora. Então, essa paralisação não pode continuar, se não vai parar o País, principalmente com relação às BRs, às pontes, às grandes obras.

Por isso, daqui nós fazemos um apelo ao Governo Federal para que entre em entendimento com a direção dos grevistas do DNIT, para que



possamos avançar e construir mais BRs. Os servidores do DNIT merecem ser valorizados igualmente aos servidores da ANTT, Sr. Presidente.

Neste momento, Sr. Presidente, eu não poderia também deixar de falar aqui sobre as Guardas Municipais. Nós sabemos da luta das Guardas Municipais, ao longo do tempo, por uma lei que regulamente suas atividades. Não existem normas. As Guardas Municipais vivem à mercê do gestor público nos Municípios. Então, nós temos que regulamentar, que determinar as competências de cada Guarda Municipal. Acima de tudo, a Guarda Municipal, que foi criada através de lei e é composta através da realização de concurso público, deve estar inserida no sistema de segurança nacional, da segurança pública do País. A Guarda Municipal é semelhante à Polícia Militar, à Polícia Civil, a toda instituição policial que dá segurança a este País.

Então, devemos valorizar as Guardas Municipais com o projeto de lei. Queremos pautar na próxima semana e aprovar esse projeto de lei, para valorizar o guarda municipal brasileiro.

O Sr. Sarney Filho - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PROFESSOR SETIMO - Concedo o aparte ao Deputado Federal Sarney Filho.

O Sr. Sarney Filho - Deputado Professor Setimo, queria me congratular com V.Exa. pelos dois temas que aborda na tarde de hoje. Primeiro, o tema da educação, tão necessária, tão libertadora das cabeças e também da economia das pessoas. E V.Exa., agora, fala sobre o DNIT, sobre a segurança nas estradas. A segurança também é um problema. Para nós que somos do Maranhão o problema não é só a questão da educação, mas também o fato de o Estado ser historicamente pobre, de o Estado sempre ter estado entre os últimos Estados. Mas, ao longo dos últimos anos, o Maranhão tem avançado - tem avançado -, apesar do último Índice de Desenvolvimento Humano apresentado sobre os últimos 10 anos. Desses 10 anos, durante 8 anos o Maranhão foi governado pela Oposição. Essa Oposição que tanto ataca, não a gestão, mas a pessoa de José Sarney, é responsável pelo fato de o Maranhão não ter crescido tanto quanto devia. O último IDH é relativo aos últimos 10 anos. Mas V.Exa. aborda, de maneira muito séria e estrutural, a questão da segurança nas estradas e a questão da educação. Tem a nossa solidariedade, tem o nosso aplauso e tem a nossa preocupação. Estaremos juntos na defesa da melhoria da educação e também de uma solução para a greve dos funcionários do DNIT. Pode contar com a minha pessoa, como Deputado Federal, mas também com o meu partido, o Partido Verde, que irá se juntar a V.Exa., na defesa dessa bandeira.

O SR. PROFESSOR SETIMO - Muito obrigado, Deputado Sarney



Filho.

Sr. Presidente, continuando a minha fala, nos termos aqui destacados, eu ainda quero colocar no meu painel o sistema de saúde do Maranhão.

Eu conheço o sistema de saúde do Maranhão, principalmente o da minha cidade de Timon, e quero dizer que o Deputado Federal e companheiro Simplício Araújo, com as suas palavras, ditas em voz alta, gritando, fez-me lembrar de um dito da sabedoria popular. Para convencer alguém, para convencer um Estado ou um país, através da fala, não é preciso gritar, é preciso ter argumentos, é preciso saber argumentar. Com a voz calma e macia é que se convence e se passa a palavra de credibilidade.

Queremos dizer que o Maranhão saiu na frente com relação à questão da saúde: o Maranhão está construindo a maior rede hospitalar do Brasil, equivalente a 80 hospitais, entre UPAs e hospitais para atendimento de casos de alta complexidade. E não é só a construção. Nós já temos, aproximadamente, mais de 50 hospitais, o espaço da saúde, funcionando no Maranhão. Várias UPAs, vários hospitais, tanto em São Luís quanto em várias cidades do Maranhão.

E não é só construir. A Governadora Roseana Sarney, além da construção, também está equipando os hospitais. Falou aqui verdadeiramente o Deputado Simplício que a Governadora, através de receita própria do Estado do Maranhão, já investiu mais de 1 bilhão de reais na saúde, na construção de hospitais, já investiu mais de 300 milhões em equipamentos. Construir hospital é muito fácil, mas, se ele não for equipado e não prestar bom atendimento, de nada serve como espaço hospitalar. E a Governadora do Maranhão está aplicando mais de 1 bilhão na construção de uma rede hospitalar no Maranhão; está investindo mais de 400 milhões em equipamento hospitalar. Então, ela saiu na frente. Hoje o País está clamando por redes hospitalares, médicos e equipamentos, e o Maranhão saiu na frente, com recursos próprios.

O Ministro Alexandre Padilha esteve no Maranhão e lá está participando desse processo, do plano de saúde do Maranhão. Liberou 60 milhões e vai liberar mais 60 milhões. Vai ser a parte do Governo Federal. Mas toda essa rede hospitalar construída no Maranhão é um esforço do Deputado Estadual Ricardo Murad e da Governadora Roseana Sarney. Não se pode negar.

O Maranhão saiu na frente, e acreditamos que até o final do ano toda a rede hospitalar do Maranhão estará funcionando. Acreditamos que o investimento feito na área de saúde do Maranhão foi para promover avanços e dar qualidade de vida à população do Estado.



Eu cito o exemplo da minha cidade, Deputado Sarney Filho. Há 6 anos, 8 anos, 10 anos, a cidade de Timon era um local de passagem de ambulâncias para todas as cidades do Maranhão. Por toda aquela região de Codó, Barra do Corda, Pedreiras passavam mais de 40 ambulâncias por dia para a cidade de Teresina, Capital do Piauí. E elas passavam pela cidade de Timon. Quarenta ambulâncias. Hoje, esse número diminuiu. Quem passar hoje um dia ali, no pé da ponte de Timon, vai ver que não chegam a passar cinco ambulâncias por dia, e só para casos de alta complexidade.

O Maranhão avançou. Está boa a área de saúde do Maranhão? Não está. Vamos avançar mais, para que possamos chegar ao ponto ideal, que atenda ao cidadão brasileiro.

Encerrando esse tema, eu gostaria de tratar também de um tema pelo qual a sociedade está clamando, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, da reforma política.

A reforma política, Sr. Presidente, é necessária. Nós devemos fazê-la, e agora; devemos aprová-la este ano. Se não é para valer no próximo ano, que possa valer para 2016, para 2020, para 2022, mas devemos ter agora a iniciativa de fazer a reforma, de acabar com as coligações, se não nós nunca vamos poder ter neste País partidos fortes, ter fidelidade partidária. Acabando com as coligações, automaticamente, vamos partir para o voto distrital ou o "distritão", elegendo aqueles mais votados.

Não pode, nesta Casa, um Deputado, muitas vezes com 15 mil votos, com 20 mil votos, representar a Nação. Muitas vezes os Deputados que estão na legenda chegam a obter 60 mil votos, 70 mil votos, mas não se elegem. Os Deputados são aqueles que foram eleitos pela sociedade. É o voto. Quem tiver mais votos é eleito. Então, o "distritão" é uma saída.

A coincidência de eleições é uma economia para o País. De 2 em 2 anos, não há país que aguarde os gastos com as eleições. Para coincidirem os mandatos, nós devemos fazer eleição a cada 6 anos e acabar com a reeleição. Um mandato de 6 anos, sem reeleição, é suficiente para que qualquer gestor - federal ou estadual - possa se estabelecer.

Sr. Presidente, encerrando as minhas palavras, quero dizer que conheço o Maranhão muito bem. E, quanto a essa propaganda, a esse *marketing* feito ultimamente, de que vai ser cassado o mandato da Governadora do Maranhão porque o Procurador-Geral da República deu um parecer pela cassação de seu mandato, a Governadora está tranquila, porque nas eleições no Maranhão não houve fraude, não houve abuso do poder econômico nem abuso político. No passado, sim, houve. No Maranhão, houve um período em que o mar da



corrupção ali predominou. E a eleição de Roseana foi uma resposta, uma demonstração de que o povo tinha mudado, de que o povo não gostou, porque a corrupção no Maranhão virou lama e água.

Hoje, a Governadora Roseana está legitimada pelo voto popular. E acima de tudo deve ser respeitada a vontade do povo. Se querem derrotar no Maranhão o grupo do PMDB, o grupo de Roseana Sarney, vão para as urnas no próximo ano, quando haverá eleição. Será a hora de disputar o Governo. No tapetão, não! Acabou essa moda de tapetão. Mandato se conquista no voto. Roseana conquistou o mandato de Governadora do Maranhão no voto.

Querem comparar a cassação do mandato de Jackson Lago com a cassação do mandato de Roseana. É totalmente diferente. Jackson Lago teve o mandato cassado porque assinava convênios em pleno comício, nas praças; em plena campanha eleitoral, nas praças, ele assinava convênios eleitorais. Aí, sim, foi abuso político, foi abuso do poder econômico, Sr. Presidente. Roseana não assinou nenhum convênio. Todos os convênios foram assinados dentro do prazo, dentro da legalidade.

Por isso, a Governadora está tranquila porque sabe que vai se manter no cargo. Aos maranhenses digo que a Governadora Roseana vai ficar até o último dia do seu mandato, porque confia na Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para ressaltar a importância de se agilizar a aprovação, no Senado, do Plano Nacional de Educação (PNE). Esta Casa, após 18 meses de tramitação, aprovou com louvor metas exigidas pela sociedade para a nossa educação, e agora chegou a vez do Senado.

Outro ponto muito importante é a Reforma Política. O povo nas ruas clama por esses dois processos.

O PNE aqui aprovado estabeleceu 20 metas educacionais que o País deverá atingir no prazo de 10 anos, a partir da sanção da Presidente Dilma, mas lembro a todos que o PNE está no Congresso desde 2010, para vigorar de 2011 a 2020. Como a tramitação ainda não foi concluída, só deverá valer de 2014 a 2023.

Portanto, senhores, peço agilidade na análise. A nossa sociedade já esperou demais. Temos que pôr em prática as metas, já.



O Plano reúne os principais objetivos que precisam ser alcançados para superarmos o grande déficit educacional do País, como a erradicação do analfabetismo, a superação das desigualdades, a melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação. Serão investidos, no prazo de 10 anos, até 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação, o que significa que ampliaremos os recursos para a educação dos atuais 5,1% do PIB para 7%, no prazo de 5 anos, até atingir os 10%, ao fim de vigência do Plano. É uma grande conquista social. Esse projeto foi pensado para o benefício intelectual, desde o nascimento das crianças até a formação de doutores.

Com o aumento do investimento na educação pública, iremos ampliar o número das vagas em creches, instituições essas que acredito serem fundamentais para uma educação de qualidade.

Equipararemos a remuneração dos professores com a de outros profissionais com formação superior. Quem ensina e educa deve ser reconhecido como peça fundamental para a nossa evolução técnica, científica e socioeconômica.

Temos a meta de erradicar ou pelo menos de diminuir em 50% o analfabetismo e a de aumentar a oferta do ensino em tempo integral em pelo menos 50% nas escolas públicas, além de diminuir a evasão escolar. Também estimularemos a formação educacional de professores, para que reflitam no aprendizado dos alunos.

O esforço de implementação do PNE deve ser um dos principais objetivos neste semestre, uma vez que os avanços na educação foram insuficientes nos últimos anos frente ao direito de todas as crianças e de todos os jovens a uma educação de qualidade que os prepare para uma vida autônoma, digna e com oportunidades para o seu pleno desenvolvimento.

É certo que nos últimos 10 anos melhoramos a nossa qualidade de vida, conforme pesquisa divulgada pelas Nações Unidas, mas não devemos esquecer que a sociedade também clama por uma reforma política. A reforma política tem que ser feita e é fundamental para o nosso crescimento político. Temos que adequar nosso sistema eleitoral às necessidades que se apresentam. As mudanças devem permitir maior transparência na utilização de recursos, além de tornar a disputa entre candidatos mais igualitária e com menos despesas. Já é hora.

Temos aqui várias propostas, desde a coincidência de mandatos, que, na minha opinião, seria de grande valia ao processo eleitoral, pela economia de tempo e recursos que proporcionaria, até o fim da proporcionalidade, de forma a garantir a eleição dos mais votados e a fidelidade partidária, mas ainda há divergência entre nós, quando se trata de voto distrital, voto em lista e de financiamento público de



campanha.

Senhores, lembro ainda de outro projeto que precisa avançar nesta Casa, o Projeto de Lei nº 1.332, de 2003, que dispõe sobre as competências comuns das Guardas Municipais. Temos que regulamentar e disciplinar a manutenção das Guardas Civis Municipais como órgãos de segurança pública em todo o território nacional. As nossas cidades necessitam de mais segurança.

Portanto, senhores, este é o momento. É o momento da ruptura de paradigmas, é a hora de avançarmos na política reconhecendo que precisamos nos adequar às mudanças exigidas pela sociedade.

Por isso, venho a esta tribuna para lembrar a importância desses grandes projetos pendentes: o PNE, a reforma política e a regulamentação das Guardas Municipais.

Agradeço a atenção dos senhores e parabéns esta Casa por aprovar este importante projeto de educação para o nosso futuro.

E louvo o Estatuto da Juventude, sancionado pela Presidente Dilma na segunda-feira, dia 5 de agosto. O Estatuto faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e diversidade. O Estatuto é um grande passo para a nossa democracia. A juventude e a sociedade merecem construir uma história baseada em direitos.

Era o que tinha a dizer, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 206/311

229.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 14/08/2013-
CD 17:38

Publ.: DCD - 15/08/2013 -
33866 IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável à aprovação do projeto de lei sobre a destinação de recursos de royalties de petróleo para a educação.



Congratulações ao Relator da matéria, Deputado André Figueiredo. Imediata votação pelo Senado Federal do projeto de lei sobre a criação do Plano Nacional de Educação - PNE. Realização de maiores investimentos no setor educacional.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Quero agradecer ao Deputado André Figueiredo e cumprimentá-lo, como Relator desse processo, pela luta que travou e pela resistência que fez.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupei a tribuna para falar ao povo brasileiro e aos estudantes que estão aqui. Alguém precisa dizer que perda houve com essa mudança: são mais de 300 bilhões de reais ao longo de mais de 30 anos. Essa é a diferença: são 300 bilhões para a educação.

No Congresso, ainda está no Senado o Plano Nacional de Educação. Comemoramos há um tempo a votação unânime na Comissão de Educação da destinação de 10% do PIB para o ensino público. Está parado no Senado; não sai dinheiro orçamentário de lá; e o Relator já passou para 8% a 8,5% do PIB. E não se vota! Isso só entrará em vigor para valer em 2019.

Vamos falar da educação agora. Quero dizer o seguinte: é óbvio que vamos votar por mais recursos para a educação, mas, certamente, quando o Governo diz que não pode romper um contrato porque o edital estava publicado, o que estamos querendo dizer é que na verdade existe um rompimento permanente de contrato para o povo brasileiro. É por isso que existem 60 milhões de analfabetos funcionais no Brasil. É por isso que temos só 40% de jovens no ensino médio e 15% no ensino superior. A qualidade da educação, o piso salarial profissional dos professores, isso aí já era. A nossa educação é de péssima qualidade. Ela precisa de investimento maciço. É por isso que nós entendemos que esse debate não pode parar aqui.

Quando o Deputado André Figueiredo fez o seu relatório, saiu daquilo que seria algo indicando um futuro, que era o rendimento do Fundo, que era uma migalha geral para a educação, e disse: "*Não, nós vamos fazer o seguinte: vão ser 50% do Fundo!*" Só que o Fundo é formado de várias questões: *royalties*, participação especial, comercialização, securitização. É uma série de questões que ninguém entende, porque são complexas mesmo.

O problema é a escolha política que se faz. Ao passar de 60% para 40%, há uma perda de 300 bilhões de reais ao longo de 30 anos. E, mais, nós não estamos ainda dando respostas à educação em curto prazo.



Por isso, o PNE está parado lá, porque é como se se colocasse um biombo agora e se falasse que só vai haver recursos no futuro, num tempo longínquo. E agora não os há. Continuam gastando 5% do PIB na educação, com o imenso buraco que nós temos por aqui.

Sr. Presidente, eu estranhei apenas porque acho que o Deputado André Figueiredo não poderia fazer diferente; sentiu que neste momento era o trabalho possível, e nós apoiamos a proposta, a seu pedido. Mas S.Exa. fez o melhor trabalho, avançou mais, sinalizou para a sociedade uma proposta muito melhor do que a que o Congresso poderia ter bancado, e o Governo também.

Na verdade, as pressões que vieram do Governo são de outro tipo. É a lógica do engessamento. É a lógica de que é muito dinheiro para a educação. Não se fala que é muito dinheiro para juros, amortização da dívida pública - que são 230 bilhões por ano -, pagamento de juros da dívida pública, mais um tanto para as amortizações da dívida pública, e mais um tanto ainda para a rolagem da dívida, o que consome 48% do Orçamento federal! É disso que não se fala! Por isso, o subterfúgio foi esse. Aí é que está a questão.

De qualquer forma, Sr. Presidente, nós votamos a favor, porque entendemos que é evidente que o Brasil precisa alavancar para o futuro. Isso só se faz com uma educação pública gratuita e de qualidade.

Por isso, apesar de nós discordarmos dessa redução de 60% para 40% do excedente de óleo, votamos favoravelmente e cumprimos o Deputado Figueiredo.

Parabéns, Deputado Figueiredo.

Documento 207/311

229.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 14/08/2013- CD	17:38
Publ.: DCD - 15/08/2013 33881	- IZALCI-PSDB -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



Agilidade na votação, pelo Senado Federal, da proposta de criação do Plano Nacional de Educação - PNE. Contrariedade à exclusão das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs do novo PNE.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, após a votação dos *royalties*, quero fazer um apelo no sentido de que o Governo encaminhe ao Senado imediatamente do Plano Nacional de Educação, para que seja aprovado.

O grande argumento para a não votação do Plano Nacional de Educação foi a pendência da votação dos *royalties*. Então, não temos mais essa justificativa.

Portanto, apelo ao Governo no sentido de que faça um esforço para apressar a votação do PNE no Senado, mas também para resgatar a questão da Meta 4. Hoje recebemos aqui muita gente das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs. É um absurdo que o Ministério da Educação esteja trabalhando para excluir do Plano as instituições APAEs, que há mais de 60 anos prestam relevantes serviços ao nosso País.

Este é o apelo que faço: que votemos o mais rapidamente possível o Plano Nacional de Educação.

Documento 208/311

229.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 14/08/2013-
CD 17:38

Publ.: DCD - 15/08/2013 -
33881 - ASSIS MELO-PCDOB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização pela Casa de homenagem aos Deputados Federais comunistas cassados em 1948 (devolução simbólica dos seus mandatos). Realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Legislação Participativa, do Senado Federal, de audiência pública destinada ao debate do tema Violação dos direitos das APAEs - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil e a Escola Bilingue para Deficientes Auditivos. Defesa de garantia, no novo Plano Nacional de Educação - PNE, da oferta de escolas especializadas



para alunos com necessidades especiais.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento que traz dois assuntos que considero de fundamental importância.

Primeiro, ontem, numa sessão solene da Câmara dos Deputados, de iniciativa da Deputada Jandira Feghali, nós tivemos oportunidade de resgatar um pouco da história do nosso País. De forma simbólica, devolveu 14 mandatos do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, cassados em 1948.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer essa saudação em homenagem não só àqueles que tombaram em defesa da democracia deste País, mas também ao nosso partido.

Segundo, Presidente, quero chamar atenção para o fato de que, hoje à tarde, uma comitiva foi à minha cidade de Caxias do Sul para discutir o tema das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs. Então, é preciso não só que o Governo determine que essas pessoas sejam enquadradas do ponto de vista da escola para atendê-las, mas que realmente dê condições para a escola poder atender essas pessoas.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer dois registros que considero importantes para o conhecimento desta Casa e do Brasil.

Primeiramente, gostaria de informar a realização de importante audiência pública que será realizada amanhã, 15 de agosto, a partir às 8 horas, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, oportunidade em que meu amigo e companheiro de muitas jornadas, Senador Paulo Paim, na condição de Presidente da Comissão, receberá representantes das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) para tratar da reivindicação da garantia da oferta de escolas especializadas para alunos com necessidades especiais no Plano Nacional de Educação (PNE).

Segundo a APAE, o Ministério da Educação pretende tornar suas unidades apenas centros de atendimento especializado, fazendo com



que os jovens atendidos pela entidade tenham de ser matriculados nas escolas regulares, as quais, na avaliação deles, não estão habilitadas a prestar esse tipo de atendimento.

O argumento da Associação consiste no fato de que as famílias devem poder escolher onde matricularão seus filhos, não podendo o Ministério da Educação criar a obrigação de enviar filhos especiais às escolas regulares. Além disso, a APAE considera prioridade o ensino especial, que é direito dos alunos. Para tanto, tem o apoio de pais, de professores, de profissionais da área e de seus alunos, que hoje foram ao Senado para demonstrar a importância do atendimento diferenciado fora da rede regular de ensino.

O assunto é objeto da Meta 4 do PNE, que está agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, cujo mérito será analisado pela Comissão de Educação daquela Casa. A discussão do tema deve ser ampla, para que sejam ouvidos todos os atores envolvidos, principalmente os pais desses alunos, a fim de que uma profunda reflexão seja feita: hoje, a escola pública regular teria condições de receber e assistir adequadamente a esses alunos especiais? À primeira vista, parece-me que não. Entendo que o ensino público regular não está, atualmente, apto a suprir ou a substituir o trabalho realizado por essas associações.

De qualquer maneira, acredito ser saudável o debate em torno do PNE, no sentido de que sejam traçadas estratégias para que as escolas regulares passem a se estruturar para serem, no futuro, uma opção das famílias que vejam no ensino regular uma alternativa que permita uma maior inclusão do aluno especial na sociedade.

O tema abordado neste pronunciamento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem grande repercussão, pois trata da definição do futuro que daremos a esses jovens e adolescentes hoje atendidos pelas APAES. Ainda ontem, foi aprovada, pela maioria dos Vereadores da Câmara Municipal de Caxias do Sul, a Moção de Apoio aos usuários das APAES. Aproveito a ocasião para solicitar que fique registrado nos Anais desta Casa o texto da iniciativa legislativa aprovada pelos nobres Vereadores daquela cidade.

Registro ainda, com satisfação, a visita feita ao meu escritório de representação no Estado do Rio Grande do Sul de uma comitiva composta por professores, pais e alunos matriculados na APAE de Caxias do Sul, que, além de fazerem a entrega da moção aprovada, explicitaram o posicionamento contrário à medida intencionada pelo MEC e contida no PNE. Apenas a título de informação, para que tenhamos ideia da relevância do trabalho desempenhado por essas associações, só na APAE de Caxias do Sul trabalham oito fisioterapeutas e dois fonoaudiólogos, entre outros tantos funcionários que fazem o atendimento de 300 usuários dos serviços ali prestados.



O segundo registro que gostaria de fazer diz respeito ao importante ato realizado na tarde de ontem, aqui mesmo no plenário desta Casa Legislativa. Refiro-me à sessão solene requerida pela companheira Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, e do Presidente da Comissão de Cultura. Na ocasião, foram devolvidos, simbolicamente, os mandatos aos 14 Deputados do Partido Comunista do Brasil cassados em 1948.

À época, o Partido Comunista ocupava, no Legislativo Federal, 14 cadeiras de Deputados e uma de Senador, eleitos para o Congresso Constituinte de 1946. Pautada pela defesa dos interesses dos trabalhadores e das forças progressistas, posicionando-se contra o estabelecimento de quaisquer restrições ao direito de greve, defendendo a reforma agrária e os direitos sociais, a atuação da bancada marcou a história do Brasil com a luta pela liberdade e pela igualdade.

Paladinos da democracia, esses companheiros foram eleitos por 10% da população brasileira nas eleições de 1945. Contudo, após a declaração de ilegalidade do Partido Comunista do Brasil, em 1947, tiveram seus mandatos cassados, fato que representou nada mais que a supressão dos direitos do povo brasileiro em tempos tão difíceis.

Somente em 1978, em pleno regime militar, o partido voltou a ter assento no Plenário desta Casa, com a eleição do líder metalúrgico Aurélio Peres, abrigado na legenda do MDB.

Daquela combativa bancada de Parlamentares, é impossível não destacar o saudoso João Amazonas, um dos principais dirigentes nacionais do Movimento Unificado dos Trabalhadores - MUT, Deputado Federal mais votado do Distrito Federal, com 18.379 votos, a quem coube a defesa em plenário do primeiro requerimento apresentado pela bancada comunista à Constituinte de 1946, apoiando naquela ocasião a greve nacional dos bancários em curso no território nacional. Posteriormente, na Presidência do PCdoB, João Amazonas conduziu, política e ideologicamente, toda uma geração de brasileiros que ajudaram a construir o ambiente de normalidade democrática de que hoje desfrutamos, muitas vezes sem nem nos dar conta da dificuldade e da grandeza da jornada de lutas que foram necessárias para tanto.

Então, ontem, a fim de reconstruir uma parte dessa história tão importante, os diplomas e os *bottons* aos quais fariam jus os célebres e saudosos camaradas João Amazonas, Maurício Grabois, Líder da bancada na Constituinte; Jorge Amado, um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos; Carlos Marighella, um dos representantes mais dedicados da resistência contra o regime militar; Francisco Gomes, aguerrido opositor à ditadura militar; Agostinho Dias de Oliveira, dirigente da Aliança Nacional Libertadora - ANL; Alcêdo de Moraes Coutinho; Gregório Lourenço Bezerra; Abílio Fernandes,



metalúrgico e líder sindical no Rio Grande do Sul; Claudino José da Silva, ferroviário, dirigente sindical, único negro dentre os 338 Constituintes; Henrique Cordeiro Oest; Gervásio Gomes de Azevedo; José Maria Crispim e Oswaldo Pacheco da Silva, estivador, líder sindical em Santos e Vice-Líder da bancada.

Registro ainda a participação na Constituinte de 1946 de outro comunista gaúcho, Trifino Correia, ex-líder tenentista e integrante da Coluna Prestes, que participou dos trabalhos constituintes por um curto período, na condição de segundo suplente. Sessenta e cinco anos depois - coincidentemente, o número de registro do PCdoB no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - esta Casa reconheceu o erro praticado anteriormente.

Em memória desses saudosos brasileiros, saúdo toda a direção atual do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, que continuam a manter viva a chama das liberdades políticas e da conquista de um país soberano.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Documento 209/311

229.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 14/08/2013- CD	17:38
Publ.: DCD - 15/08/2013 33889	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Casa, do projeto de lei sobre a distribuição de royalties de petróleo para as áreas de educação e saúde. Elogio ao Relator da matéria, Deputado André Figueiredo. Relevância da atuação da Presidenta Dilma Rousseff e dos movimentos sociais e estudantis para a aprovação da matéria. Expectativa quanto à aprovação do novo Plano Nacional de Educação pelo Senado Federal.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero iniciar dizendo que aquilo que parecia um sonho tornou-se, de repente, realidade. Falo exatamente do dia histórico de hoje para a educação brasileira. Esta Casa aprovou a



matéria que destina 75% dos *royalties* para a educação e 25% para a saúde; destina ainda 50% do Fundo Social para a educação. Trata-se, depois da Constituição de 1988, de um dos maiores aportes de recursos para a educação.

Eu quero, claro, saudar o Deputado André Figueiredo pelo competente trabalho que fez.

Destaco também a visão de estadista da Presidenta Dilma, que, desde o início, defendeu a tese de destinar os *royalties* para a educação.

Neste momento, Sr. Presidente, homenageio principalmente os movimentos sociais que cumpriram um papel decisivo, tendo à frente entidades como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE, a UNE, a UBES, e outras que, interpretando os sonhos e as esperanças das crianças, dos jovens, dos adultos, enfim, do povo brasileiro, tiveram um papel essencial para que esta Casa realmente consolidasse a aprovação dos *royalties*.

Agora, Sr. Presidente, está pavimentado o caminho para a aprovação do Plano Nacional de Educação. Que o Senado faça o seu dever de casa, aprove imediatamente o Plano Nacional de Educação. E que ele venha com os 10% do PIB e signifique uma nova...

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Conclua, Deputada.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Espero que o Plano Nacional de Educação signifique uma nova década, de mais avanços, de mais conquistas para a educação brasileira, como a universalização, a ampliação do atendimento escolar, da creche até a pós-graduação, e a valorização do magistério brasileiro.

Sinto-me muito orgulhosa hoje, Sr. Presidente, de fazer parte deste Parlamento.

Viva a educação brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Parabéns, Deputada, pelo pronunciamento.



229.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 14/08/2013- CD	17:38
Publ.: DCD - 15/08/2013 - 33890	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Proficiência dos trabalhos da Casa. Relevância da aprovação das propostas sobre a adoção do orçamento impositivo e a distribuição de recursos de royalties de petróleo. Defesa da destinação de percentuais do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para os setores de educação e saúde. Presença, na Casa, do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para esclarecimento a respeito do Programa Mais Médicos. Realização de seminário sobre macroeconomia pelo PMDB. Maior contribuição do Congresso Nacional para a realização de reformas estruturantes.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu também quero enaltecer a Casa. Esta semana foi muito proativa. Ontem foi apreciada a matéria referente ao orçamento impositivo, e hoje houve esse entendimento, com alto grau de racionalidade de todos, relativo à aplicação, nas áreas de educação e saúde, de recursos decorrentes de *royalties* de petróleo. É claro que temos de trabalhar - a nossa luta continua - para chegarmos aos 10% do PIB para a educação.

Quero também enaltecer a visita do Ministro da Saúde. Foi muito produtivo o debate com os médicos. Dúvidas sobre o Programa Mais Médicos foram esclarecidas. Isso foi muito importante, e vamos trabalhar também para se chegar aos 10% do PIB para a saúde, o que é fundamental.

Quero agora parabenizar o nosso colega Deputado Darcísio Perondi pela iniciativa do seminário sobre análise da macroeconomia, que foi muito importante, realizado hoje pelo PMDB.

Acho que está na hora de o Congresso Nacional, com o Executivo, discutir esses temas nacionais, a política macroeconômica, e fazer as reformas estruturantes que são necessárias. O Congresso Nacional deve dar a sua parcela de contribuição, atender aos anseios populares, mas também ter a maturidade, a responsabilidade de encontrar, com o Executivo, soluções para os problemas nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 211/311

230.3.54.O

Sessão Deliberativa 15/08/2013-09:26
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 16/08/2013
- 34089

JAIR BOLSONARO-PP -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à iniciativa do Governo do PT de criação de cota para professor homossexual do ensino fundamental no âmbito do Plano Nacional de Educação.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as críticas que tenho recebido são muitas. Achem que vou mudar a minha opinião? Não vou, não! Eu gosto de apanhar.

Quero aqui fazer um alerta aos pais e aos professores: no Plano Nacional de Educação 2014 - e eu não sou tão analfabeto assim, eu sei ler - está claro: cota para professor homossexual no ensino fundamental.

Qual é a intenção do PT ao lançar um programa desses? Já está lá no Plano Nacional de Cidadania LGBT: o objetivo é a desconstrução da heteronormatividade. Qual a intenção? Desgraçar o tecido social, esculhambar com os valores familiares, porque uma família destruída é mais fácil de ser cooptada para o PT. Só posso crer que seja isso!

E se alguém acha que eu estou maluco, por favor, vá lá, está na Internet e está no MEC: cota para professor homossexual no ensino fundamental.

Precisa falar mais alguma coisa?

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 212/311



230.3.54.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 15/08/2013-10:18

Publ.: DCD - 16/08/2013
- 34102

FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
BREVES COMUNICAÇÕESBREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Greve dos profissionais de educação pública do Estado do Rio Grande do Norte. Nota de apoio do ADURN-SINDICATO ao SINTE-RM, escrita pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ADURN-Sindicato. Apelo ao Governo Rosalba Ciarlini de abertura de negociações com a categoria. Encaminhamento, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Rio Grande do Norte, de representação contra o Governo Estadual na Organização Internacional do Trabalho - OIT. Aprovação pela Casa da proposta de destinação de recursos de royalties de petróleo para os setores de educação e saúde. Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Sr. Presidente, cresce o apoio à luta e à greve dos meus colegas professores e funcionários da educação no Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo em que cresce o repúdio à postura autoritária e antidemocrática com que o Governo do Democratas tem tratado não só os servidores da educação, mas também o conjunto das demais categorias que, inclusive, estão em greve neste exato momento, como a Polícia Civil, o ITEP e a Saúde.

No caso em tela, da educação, quero dar conhecimento a esta Casa da nota que a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte emitiu, nesta quarta-feira, acerca exatamente do movimento sindical, da greve dos trabalhadores em educação.

Diz a nota da ADURN, Sr. Presidente:

"No Brasil, ao longo da sua história, o Movimento Sindical tem se desenvolvido com enormes dificuldades, dentre elas a perseguição de governos conservadores que não sabem e não toleram conviver com movimentos sociais e entidades sindicais que exerçam a prerrogativa de reivindicar os direitos de suas categorias, consagrado na Constituição de 1988, de defender suas categorias".

Segue a nota:



"O episódio recente, de clara retaliação política de dirigentes sindicais e de tentativa, por parte do governo estadual, via Secretaria de Educação, em desestruturar e asfixiar a organização do SINTE-RN insere-se num contexto em que um governo conservador, descumpra contratos, acordos, desconhece a representação sindical e promove mais um ataque direto a uma entidade com uma longa história de luta pela educação pública no Rio Grande do Norte".

É o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, que, inclusive, teve a honra de presidir por duas gestões.

"O SINTE-RN representa 30 mil associados, distribuídos em todos os 167 municípios do RN dispõem de 17 Regionais, representando 87 núcleos municipais. Portanto é inegável que esta entidade tem a representatividade política dos professores do RN expressa na sua história e necessita do trabalho organizado de seus dirigentes para poder encaminhar as demandas e reivindicações da categoria."

Diante desse contexto:

"O ADURN-Sindicato, que representa a categoria dos professores universitários da UFRN, rechaça de maneira veemente essa tentativa antidemocrática do governo estadual em tentar desestruturar uma entidade sindical representativa de uma das mais importantes categorias profissionais em nossa sociedade."

A defesa da autonomia sindical e da liberdade de atuação dos mesmos foi conquistada através de lutas históricas e esse ataque representa um grave perigo à democracia e, especialmente, aos direitos de representação de toda uma categoria, além de demonstrar, de maneira inequívoca, o descompromisso desse governo com a Educação do Rio Grande do Norte e o não respeito ao direito de reivindicação dos trabalhadores em educação."

Sr. Presidente, quero aqui dizer que faço minhas as palavras da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao tempo em que faço um apelo para que o Governo Rosalba Ciarlini, do Democratas do meu Estado, tenha o mínimo de lucidez, de sensatez, tenha um choque de sensibilidade, de compromisso e de responsabilidade, reabra o diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação e apresente propostas concretas para superar esse impasse. Os professores, na verdade, têm uma luta legítima, os professores querem voltar à sala de aula.

Aqui fica o meu apelo. Neste momento, repito, o que esperamos do Governo do Democratas: sensibilidade, respeito, compromisso, sensatez, que se sente à mesa e apresente propostas concretas e não essa atitude retaliatória e antidemocrática, tentando desestruturar e atacar uma das entidades que têm uma história de compromisso com a



luta em defesa da escola pública e da educação do meu Estado, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de dizer que ontem estávamos, na sede da OIT, acompanhados do Dr. Carlos Gondim, advogado que representa a CNTE, e lá foi protocolada uma representação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, denunciando o Rio Grande do Norte pela violação que o Governo do Estado vem cometendo, neste exato momento, no que diz respeito aos ataques, à liberdade e à organização sindical.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta quarta-feira, 14 de agosto, comemorei, juntamente com os movimentos sociais ligados à educação, a aprovação do projeto de lei, relatado pelo Deputado André Figueiredo (PDT-CE), que destina 100% dos *royalties* do petróleo para educação e saúde (PL 323, de 2007).

Pelo texto aprovado, 75% dos *royalties* do petróleo serão destinados para a educação e 25% para a saúde. Além disso, 50% de todos os recursos do Fundo Social do Pré-Sal serão destinados para os dois setores. O projeto segue agora para sanção da Presidenta Dilma Rousseff.

Elogio a Presidenta Dilma Rousseff pela iniciativa de ter defendido a destinação dos *royalties* para a educação e o Deputado André Figueiredo pelo relatório. *"Aquilo que era um sonho, tornou-se realidade. Hoje é um dia histórico para a educação brasileira. Depois da Constituição de 88, esta é a maior destinação de recursos para a educação"*, disse.

Destaco aqui o trabalho dos movimentos sociais ligados à educação, como UNE, UNDIME, CNTE, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entre outras, que tiveram um papel decisivo para aprovação da matéria no Congresso.

Agora está pavimentado o caminho para aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE. *"Que o Senado faça seu dever de casa, aprovando o PNE imediatamente com os 10% do PIB, para que tenhamos uma nova década de conquistas e avanços para a educação brasileira, com a universalização e ampliação do acesso ao ensino e a valorização do magistério. Viva a educação brasileira"*.

Obrigada.



Documento 213/311

232.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 16/08/2013- - CD	10:12
Publ.: DCD - 17/08/2013 - 34398	IZALCI-PSDB -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Avanços da aprovação das propostas de destinação de recursos de royalties de petróleo para o setor educacional e de adoção do orçamento impositivo. Empenho na instauração de CPMI destinada à investigação de gastos na realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Inexistência de vontade política para a aprovação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Perspectiva de fracasso do Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal. Necessidade de fortalecimento dos órgãos públicos de fiscalização.

O SR. IZALCI (PSDB-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, falei sobre a votação que fizemos nesta semana dos *royalties* para a educação. No início da minha fala, eu li a reportagem do *Correio Braziliense* do dia 13 de agosto de 2013, com o seguinte título: *Dilma rejeita imposições. Presidente se mostra inflexível quanto ao projeto que obriga o Executivo a pagar as emendas e insiste em 100% dos royalties para a educação.*

Em ambas as matérias, seja a que trata dos *royalties*, seja a que se refere ao orçamento impositivo, fica claro o desejo demonstrado por esta Casa, sua vontade de votar, como votou, favoravelmente, e de aprovar, como aprovamos as matérias, gostando ou não a Presidenta Dilma.

E por que eu digo isso? Porque nós resgatamos um direito do Parlamentar, que é importantíssimo para a sociedade, porque é ele que conhece as suas bases; é ele que é cobrado constantemente das reivindicações daquela comunidade. Cria-se uma expectativa muito grande, apresentam-se aqui as emendas, e, depois, o Executivo não as executa, não as libera.

E o que virou, na realidade, a questão das emendas? Por incrível que pareça, um dos pontos positivos para a sociedade o Governo transformou em moeda de troca, e, nos últimos meses - eu diria até



nos últimos anos -, essa questão das emendas virou, aberta e claramente, um instrumento de pressão aqui na Casa com relação à votação; "toma lá, dá cá"; um instrumento de troca, desvirtuando completamente os objetivos das emendas.

Não seria necessária a aprovação de uma lei como essa, se nós tivéssemos uma gestão republicana; se os líderes, os políticos sérios entendessem que, após assumirem uma função de liderança, como a Presidência da República, o Governo, uma Prefeitura, têm que dar tratamento igualitário a todos, independentemente de terem votado neles ou não.

Nós temos que deixar muito claro - as pessoas precisam entender isso, e a própria Presidente também - que a Presidente hoje é Presidente do Brasil; não é Presidente do Partido dos Trabalhadores, não é Presidente da base aliada. Mas, infelizmente, é a isso que nós assistimos todos os dias. Não liberam as emendas para a Oposição. À própria base, só as liberam a conta-gotas, na medida em que se vota no Congresso. "*Vamos votar agora os royalties.*" Aí, o que acontece? Vem a pressão. Antes da votação - 1 dia, 2 dias antes -, foi anunciada a liberação de 6 bilhões de reais em emendas, para ver se isso tirava a vontade dos Parlamentares de votar o orçamento impositivo.

Eu não posso deixar de elogiar o Presidente desta Casa, que cumpriu aqui um compromisso de campanha. E olha que eu não o apoiei, mas tenho que tirar o chapéu para ele. Eu, particularmente, não acreditava que ele fosse cumprir o que disse e votar esse item, porque a pressão era muito forte. Mas cumpriu, e o votamos. Ainda temos um tempinho, porque nós votamos o texto original, segundo o qual 1% por cento da receita líquida vai para as emendas individuais. O que significa isso? Hoje, em torno de 10 milhões de reais por ano, para cada Parlamentar, seja Senador, seja Deputado. Um por cento do PIB equivale a mais ou menos isso. Hoje, o limite das emendas é de 15 milhões. No ano passado, eu apresentei 15 milhões. E quanto foi liberado? Zero. Zero!

Então, com o orçamento impositivo, mesmo que o Governo invente outro artifício, emenda não será mais instrumento de pressão para votação, depois que votarmos o texto e ele for para o Senado. O texto vai para o Senado. O Governo quer agora modificá-lo no Senado, exigindo que as emendas sejam para a saúde, para que ele as use exatamente onde já vai investir.

Aí, voltando à Câmara, nós - pelo menos, presenciei o acordo dos Líderes nesse sentido - vamos aceitar que 33% das emendas impositivas sejam destinadas à área da saúde. Então, esse é o texto aprovado aqui pelas Lideranças e que deve ser mantido no plenário da Casa, seja qual for a emenda apresentada no Senado.

Foi um avanço. Não sei se ainda vai dar tempo, porque a emenda não



será promulgada, talvez, antes do dia 20, já que a próxima votação provavelmente será ainda na semana que vem. Vai para o Senado e tem que retornar para a Câmara.

O que está acontecendo, Sr. Presidente? Eu apresentei um requerimento de criação da CPMI da Copa. Coletei 192 assinaturas de Deputados e 28 de Senadores. Vários Deputados vieram conversar comigo, Lideranças inclusive: *"Izalci, a pressão é muito forte. O Governo está jogando duro para que a gente possa retirar as assinaturas."* E olhe que as assinaturas que peguei não foram de Deputados que sabia que poderiam tirar, não. Não pedi para nenhum Deputado do PT assinar; não pressionei ninguém! Procurei aquelas pessoas que conheço e sei que têm certa independência. A Oposição, evidentemente, assinou unanimemente, e vários Parlamentares da base que eu julgo muito independentes do Governo também. Inclusive V.Exa. foi um dos que assinaram a nossa CPMI.

E os Líderes continuam me ligando. Alguns Deputados, Senadores: *"Deputado, você não sabe o que está acontecendo. É Sarney ligando, é presidente de partido ligando, é Ideli ligando todo dia para que se retirem as assinaturas."* E, lamentavelmente, por força do poder, alguns retiraram a assinatura. Não o suficiente, ainda, para inviabilizá-la, porque um Senador retirou a assinatura - o Senador Zeze Perrella, de Minas Gerais -, e, aqui, nove Deputados retiraram assinaturas. Como havia assinaturas de 192 Deputados e bastariam 171, nós temos aí 27 a mais. Portanto, ainda temos gordura para queimar. No Senado, não: tínhamos 28, e o mínimo eram 27. Nós estamos no limite. Se mais um retirar, a coisa complica. Então, tenho que fazer um esforço danado terça-feira para ver se consigo pelo menos mais uma assinatura.

Por incrível que pareça, aqui no Distrito Federal, por exemplo - falo isso abertamente -, só tivemos assinatura de um Senador: Cristovam Buarque, embora eles sejam três. O Senador Gim e o Senador Rollemberg não assinaram. O que me preocupa com relação, por exemplo, ao Senador Rollemberg, é que ele foi o que mais criticou as obras da Copa, em especial no Distrito Federal. Foi um dos que mais criticou o volume de recursos aplicados nesse estádio do Distrito Federal, que estão ultrapassando 1 bilhão e 700 milhões. E não assinou a CPI. CPI não é questão partidária; CPI é para apurar indícios de irregularidades.

Então, é lamentável que o Governo tenha utilizado mecanismos como esses, e espero que agora não os utilize mais, porque nós vamos, sim, aprovar o orçamento impositivo aqui de uma forma definitiva, e o Governo não poderá mais fazer essas pressões com base em emendas parlamentares.

Eu até compreendo a pressão por conta das emendas. Muitos Parlamentares têm compromisso com suas bases: fizeram promessa;



disseram que iam construir uma escola, um hospital, uma ponte; que iam asfaltar uma estrada; criaram uma expectativa. Quando o Governo diz que se o Parlamentar não retirar a assinatura, não vai liberar a emenda para a cidade dele, basta isso para que ele a retire. Eu não tenho nada contra ele. Eu tenho, sim, contra a atitude deste Governo, que utiliza esse mecanismo como moeda de troca, como forma de pressionar o exercício da profissão, o exercício que é prioritário para esse Parlamentar, que é exatamente a fiscalização da coisa pública, do dinheiro público.

Então, o orçamento impositivo tem esse mérito. Com certeza, o Governo vai criar outros mecanismos de coação da sua base, mas a cada dia vem perdendo, porque não tem argumento. O que o Governo quer é manobrar esta Casa com imposições, com pressões, e não com argumentos. Por isso é que, quanto aos *royalties*... A Presidente da República fez discurso favorável a 100% dos *royalties* no Brasil inteiro, mas, quando mandou o projeto para esta Casa, os 100% significaram nada, porque o dinheiro só entraria depois de 2022. É muito fácil fazer discurso. Na prática, nós vimos aqui claramente a intenção deste Governo. Este Governo não tem planejamento.

A questão dos médicos está aí. Essa experiência já tinha sido feita na época do Ministro Jair, do Rio Grande do Sul. Ele deu agora um depoimento dizendo que não deu certo. Médicos, no interior deste País, sem falar português? Não dá para um médico que fala espanhol ir para o interior do País, porque não vão entender nada. Esses médicos de Cuba, ou mesmo de outros países, não vão entender as doenças que existem pelo interior do País.

O que o Brasil precisa é de planejamento. Nós temos o Plano Nacional de Educação, que não foi aprovado ainda, porque o Governo não tem interesse nisso. E teria que ser para 10 anos. Nós temos que ter metas e ações também na saúde. Saúde, educação e segurança são programas de Estado, não podem ser de governo. Esta Casa precisa aprovar planos nacionais de educação, de segurança pública, de saúde para os próximos 10 anos, 20 anos e exigir que todos os presidentes da República os cumpram. Isso é o regime parlamentarista, que eu defendo, porque os projetos continuam quando os gestores são trocados. E a questão no Brasil hoje é gestão. A incompetência deste Governo diz respeito à gestão, seja no âmbito nacional, seja aqui no Distrito Federal - o Governador do DF não consegue administrar nem a casa dele; imagine uma cidade como esta. Por isso é que precisamos rever esses conceitos.

Estão trazendo médicos. O Ministro já admite agora trazer engenheiros, e com razão. Não há engenheiros no Brasil. Por quê? Porque não houve planejamento e não há incentivo. Hoje, é quase impossível para a iniciativa privada criar novos cursos de Medicina, e o Governo também não os cria. Por isso é que têm que trazer médicos



de fora. A mesma coisa se dá com professores. Daqui a pouco, trarão também professores de fora. Ninguém mais quer ser professor neste País.

Então, Sr. Presidente, nós precisamos trabalhar na linha do planejamento e obrigar a que os governantes o cumpram, principalmente quanto às áreas básicas. É inadmissível governar como estão governando, com medidas paliativas. A cada hora fazem um programinha. Não há planejamento maior; não há integração dos Ministérios. Entregam os Ministérios aos partidos, e cada um faz o que acha melhor. Isso não pode acontecer.

A questão do Brasil hoje se chama falta de gestão, falta de competência, porque há muito recurso. Ninguém cobra mais imposto neste mundo do que o Brasil. Nós não aguentamos mais pagar impostos.

E, como disse aqui no Pequeno Expediente, o volume de desvio de recursos neste País é muito grande. Temos que fortalecer os órgãos de fiscalização, mas com o mecanismo de concurso público. Não dá para querer fiscalizar com cargos comissionados, como querem na AGU, por exemplo.

Sr. Presidente, pelo menos no último ano desta gestão, nós poderemos contar com o orçamento impositivo; poderemos realmente aplicar os recursos naquilo em que somos demandados pela sociedade, pela comunidade. E eu espero que possamos, com isso, contribuir um pouco mais para a qualidade dos serviços públicos.

O que a comunidade espera de nós e do Governo é uma educação de qualidade, padrão FIFA; é uma qualidade na saúde que só está na televisão. Quem dera nós estivéssemos vivendo hoje aquilo que está na televisão todo dia, porque este é o Governo do *marketing*, é o Governo da propaganda. O que está na televisão não é o que o cidadão vê nos hospitais, nas escolas e na segurança pública.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



- CD

Publ.: DCD - 21/08/2013 - LUIZ NISHIMORI-PSDB -PR
34990

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Risco de extinção das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs após a alteração, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Amauri, desejo apenas solicitar que seja considerado como lido este pronunciamento sobre as APAEs, as quais, devido às alterações realizadas pelo Senado no Plano Nacional de Educação, correm o risco de ser extintas. Não podemos deixar que isso aconteça.

Eu gostaria de destacar, Sr. Presidente, que a rede APAE é pioneira nessa área de assistência. Está presente em mais de 2 mil Municípios. O País precisa das escolas especiais, pois são essas instituições que auxiliam as pessoas que necessitam de atendimento pedagógico mais especializado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com as alterações do Senado realizadas no Plano Nacional de Educação, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais correm o risco de ser extintas. Não podemos deixar que isso aconteça.

Gostaria de destacar, Sr. Presidente, que a rede APAE é pioneira nessa área de assistência, estando presente em mais de 2 mil Municípios. O País precisa das escolas especiais, pois são essas instituições que auxiliam as pessoas que necessitam de atendimento pedagógico mais especializado. As escolas regulares, infelizmente, não estão habilitadas para prestar esse tipo de atendimento, e todos acabariam prejudicados: professores, alunos, familiares, toda a sociedade.

Sr. Presidente, as APAEs possuem uma longa história de trabalho e desenvolvimento em prol de crianças, jovens e adultos com deficiência.



Esse histórico e essa experiência são fundamentais no trabalho desenvolvido com alunos que possuem deficiência intelectual, e as instituições sempre realizaram um ótimo serviço para auxiliar na integração e na educação. De acordo com dados do IBGE, o Brasil tem mais de 24,5 milhões de pessoas com deficiência, o que equivale a 14,5% da população.

No Paraná, o Governador Beto Richa sancionou lei que institui o Programa Todos Iguais pela Educação, que torna obrigatório que as escolas básicas de educação especial tenham os mesmos direitos e recursos destinados pelo Governo do Estado às escolas da rede estadual de ensino. Essa é uma lei pioneira no Brasil e se coloca em posição oposta ao que o Senado está propondo.

Não podemos deixar que o PNE seja o responsável por acabar com essas instituições, que garantem qualidade de vida e desenvolvimento à população. Caso a mudança seja aprovada no Senado, devemos garantir que as escolas especiais continuem recebendo o repasse de recursos do FUNDEB e, dessa forma, possam manter seu bom trabalho e dedicação constante, o que sempre apresentaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção e pelo espaço concedido.

Documento 215/311

235.354.O Sessão Deliberativa Ordinária 20/08/2013-15:38
- CD

Publ.: DCD - 21/08/2013 - AFONSO HAMM-PP -RS
34991

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Amauri Teixeira, que conduz esta sessão, eu quero falar hoje sobre a sustentação das Associações de Pais e Amigos dos



Excepcionais - APAEs.

Na condição de Deputado Federal, nós trabalhamos muito para isso. Inclusive tive oportunidade de apresentar recursos, na forma de emendas, a alguns projetos sobre as APAEs do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Conheço o trabalho da APAE. Quando completei os meus 50 anos, fizemos um Jogo Solidário em favor das APAEs, para o qual levamos o craque e nosso colega, Deputado Romário.

Tivemos sempre uma boa convivência com as APAEs. Mas o que é mais importante é a permanência das condições desse público especial, dessas pessoas - às vezes, uma criança, um jovem ou até mesmo um adulto -, que lhes permitam receber respaldo e apoio para um ensino especial.

É nesse sentido que defendemos as APAEs, para que elas sigam tendo esse suporte, esse apoio, inclusive em âmbito nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para comentar sobre a angústia de milhares de famílias, alunos e professores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs no País, que estão preocupados com o Projeto de Lei (PLC 103/2012) que trata do Plano Nacional de Educação - PNE. A possibilidade de substituição do trabalho das APAEs pelas escolas regulares é tratada na Meta 4 do Plano.

O PNE foi aprovado pela Câmara em outubro do ano passado. Durante tramitação no Senado, o Relator da proposta, José Pimentel, apresentou um substitutivo obrigando os alunos especiais a serem atendidos na rede regular de ensino. Além disso, congela, de forma indireta, o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a partir de 2016, para as instituições especiais de ensino. Dessa forma, será inviabilizado o atendimento das APAEs e assim os alunos serão obrigados a estudar em escolas regulares. A proposta está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

No Rio Grande do Sul existem 208 APAES que contemplam 454 Municípios. São mais de 4,3 mil profissionais especializados que atendem a aproximadamente 19,5 mil alunos.

Durante os meus mandatos atuei em prol das APAES, inclusive



indicando emendas, e reconheço a importância deste trabalho desenvolvido em todo País. Inclusive, no ano passado, quando comemorei 50 anos, realizamos um Jogo Beneficente, com a presença do Deputado Romário e dos ex-jogadores Dunga e Paulo Roberto, em prol da APAE e do Instituto Caminho da Luz, duas instituições instaladas em Bagé e que atuam nesta área.

Portanto, ao saber da importância deste trabalho, ressalto que estamos lutando pela continuidade dos serviços prestados por essas instituições que dão atendimento a pessoas com deficiências maiores, que precisam de abordagens pedagógicas mais especializadas. Não somos contra a inclusão social, mas estas crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais requerem um cuidado especial. E modificar essa realidade não é uma atitude adequada. Neste sentido, as APAEs e as escolas especiais são o espaço para o aprendizado dessas pessoas e com atendimento específico por profissionais capacitados.

Queremos a permanência do atendimento a este público especial que precisa de respaldo e apoio para ter condição adequada de ensino.

Era o que eu tinha a manifestar.

Documento 216/311

237.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/08/2013-18:52
Publ.: DCD - 22/08/2013 - 35673	IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante cenas de torturas e maus-tratos praticados contra internos na Fundação Casa, em São Paulo, Estado de São Paulo. Defesa de aprovação no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Apoio à proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Importância da destinação de recursos de royalties de petróleo para a educação.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, eu queria deixar registrados nesta Casa dois pronunciamentos. Um trata da tortura na Fundação Casa - a FEBEM voltou, ou só mudou de nome? -; do espancamento de dezenas de jovens, que foi televisionado; e da forma como os direitos humanos para os jovens brasileiros são tratados no Estado de São Paulo. Fazemos uma dura crítica a isso.

No outro depoimento, afirmo que a aprovação dos *royalties* foi importante, porém a grande vitória será a aplicação dos 10% do PIB na educação pública. Falo da aprovação dos *royalties* do petróleo na semana passada, mostrando que, rigorosamente, com as mudanças que foram feitas - como eu já defendi em plenário -, só entrará dinheiro mesmo a partir de 2019. É muito pouco; não atinge os 10% do PIB previstos no PNE, que está no Senado Federal e foi aprovado por unanimidade aqui na Câmara.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subimos hoje a esta tribuna tomados de perplexidade. Desde domingo, procuramos uma definição para o que acontece com os jovens infratores no Estado de São Paulo, onde a violência atinge seus cidadãos por todos os lados.

O *Fantástico* mostrou imagens inéditas e chocantes. Em uma unidade da Fundação Casa, a antiga FEBEM, na Capital paulista, dois funcionários espancam seis adolescentes. Essa sessão de espancamento é recente. Aconteceu em maio, no Complexo Vila Maria da Fundação Casa, antiga FEBEM, na Zona Norte da Capital paulista.

A seguir, declarações do promotor de Justiça:

"As imagens são impressionantes, mas não surpreendentes. Denúncias de agressões praticadas por funcionários, infelizmente, a gente recebe com regularidade. Quase semanalmente alguma denúncia de agressão chega ao Ministério Público, mas agressões em âmbito fechado, que não deixam marcas, dificilmente são provadas", disse o promotor de Infância e Juventude, Matheus Jacob Fialdini. "Não é sempre que há disposição de um funcionário gravar e disponibilizar as imagens", acrescentou."

Segundo o *Fantástico*,

"com base em entrevistas feitas hoje com os agentes socioeducativos, que convivem com os adolescentes internos na unidade, o promotor constatou que os funcionários não estão sendo capacitados, nem



recebem cursos permanentes de formação. 'Os relatos convergem para 15 dias aproximadamente [de formação]. Isso nos pareceu muito pouco. Sobretudo se considerarmos que, depois da formação inicial, eles praticamente não recebem nenhuma formação permanente. Pegamos funcionários, pasmem, há 30 anos na Fundação Casa, sem um curso, sem uma capacitação', destacou Fialdini".

As frases ditas pelos funcionários da unidade, enquanto espancavam os adolescentes, quase não necessitam de complemento:

"Vou falar para os senhores: a mãe dos senhores vai visitar os senhores lá no IML. Lá no IML. Vai visitar no IML, porque eu não vou 'dar boi'. Muitos aí não têm nem a idade que eu tenho de fundação. Senhores, não vai sobrar nada dos senhores', ameaça o funcionário, diante de Wagner Pereira da Silva, o Diretor da unidade".

Sobre o Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente João do Pulo, o Promotor Fialdini afirma que se trata de uma unidade de primários:

"Eles apresentam um comportamento melhor que em muitas unidades que concentram reincidentes. Uma unidade como essa, em tese, é considerada uma unidade relativamente mais fácil de administrar", diz Fialdini".

Quatro meses atrás, depois de mais um crime bárbaro e que tem se tornado rotina em São Paulo, o Governador do Estado, Geraldo Alckmin, sugeriu aumentar de 3 anos para 8 anos o período de detenção de jovens de até 18 anos, em caso de ato infracional equivalente aos crimes hediondos. Outro ponto é que o infrator que completar 18 anos deverá ficar em regime especial nas fundações de ressocialização, em vez de permanecer com os menores de 17 anos. O que seriam essas unidades não se diz, mas parece evidente que se trata de reproduzir o modelo vigente de criar, na prática, "presídios" para adolescentes, sem entrar em conflito com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas o que irão dizer agora demagogos e oportunistas sobre as condições que oferecem para a "recuperação" desses jovens?

O Complexo da Vila Maria, onde as agressões foram gravadas, abriga atualmente 521 adolescentes. Para a Promotoria da Infância e da Juventude, o ideal seria haver cerca de 320. Como se não bastasse a lotação, vimos como esses jovens são tratados; a que tipo de tratamento estão sujeitos. Poderão eles voltar para a sociedade melhores, depois de serem jogados nesses depósitos de gente?

"Nós temos que lembrar que esse jovem que é torturado vai sair da instituição. Eles podem se vingar de qualquer um de nós, na medida



em que eles saem muito piores do que eles entraram', completa Ariel de Castro Alves", do Tortura Nunca Mais.

Segundo pesquisa Datafolha de abril deste ano, apenas 52% dos entrevistados acreditavam que a redução da maioria penal implicaria a melhora dos índices de criminalidade. Naquele momento, comentamos que, afinal, se esta alternativa não resolve o problema, por que a outra metade defende tal medida? A resposta é que não se trata de formular uma política séria de segurança pública, mas sim de vingar uma sociedade amedrontada.

A violência e o sadismo com que aqueles funcionários aplicam a tortura levanta a suspeita de que estas práticas nunca cessaram. Há relatos de que espancamentos são uma prática corrente na instituição, que parece ter mudado apenas de nome, conforme o expediente típico dos tucanos de mudar a aparência e manter a essência: exclusão, preconceito contra pobres e negros, desigualdade. O que vimos nas cenas mostradas pelo *Fantástico* continua acontecendo nas periferias das grandes cidades, com chacinas impunes comandadas por agentes públicos, violência desmedida que vimos a PM cometer contra os participantes de protestos de junho contra quem ousou questionar o Governador Alckmin. A barbárie como política de Estado é a marca do PSDB em São Paulo.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o mês de junho vimos tratando a questão da destinação dos *royalties* do petróleo para a saúde e educação. Semana passada tivemos o desfecho da tramitação da matéria no Legislativo. Ainda que considerada uma vitória, uma vez que mais dinheiro para educação era, e ainda é, uma necessidade premente em nosso País para alavancar melhores condições de aprendizagem nos sistemas de ensino, vale apontar os reais significados da proposta aprovada e das concessões feitas para tanto.

Em primeiro lugar, havia diversos projetos em pauta, como já anunciamos algumas vezes desde junho: o projeto inicial da Presidenta Dilma; o projeto do Relator, Deputado André Figueiredo, aprovado pela Câmara dos Deputados, que ampliava consideravelmente os recursos; o projeto do Senado, que significava um grande retrocesso em relação ao aprovado pela Câmara; e, finalmente, o projeto aprovado no último dia 14 de agosto, após acordo na Casa.

Vamos à retrospectiva da tramitação dos projetos, de acordo com os números. O primeiro projeto, da Presidenta Dilma, anunciado para confortar a situação perante as manifestações do mês de junho, era uma ilusão: com a redação proposta, ao final de uma década, seriam somados aos recursos da educação 25,88 bilhões de reais. Em 2022, o valor representaria 0,21% do PIB, considerando-se a projeção para o período.

O projeto aprovado inicialmente pela Câmara dos Deputados, que apresentava mudanças substanciais sobre a forma como seriam realizados os cálculos (acrescentadas áreas de declaração de comercialidade, recursos também de



Estados e Municípios, recursos do Fundo Social, e não apenas dos seus rendimentos), foi o mais avançado que tramitou nesse período: acrescentaria 209,31 bilhões de reais à educação, ao final de 10 anos. Isso representaria 1,7% do PIB, ao final da década.

O projeto do Senado, após tamanho avanço na Câmara, tentou manobrar e reduzir esses investimentos, com as Pastas reformulando o texto. O texto aprovado significava uma projeção de acréscimo de 72,98 bilhões ao final da década, ou 0,6% do PIB.

Por fim, o projeto aprovado, mais avançado que o projeto da Presidenta e o do Senado Federal, porém com menos recuos em relação à proposta da Câmara, dispõe que, ao final de 10 anos, o País acrescentará, pelos recursos vinculados do petróleo, 134,9 bilhões à educação, cerca de 1% do PIB.

Para chegar a esse número, é evidente que a base governista teve de ceder (vide as propostas apresentadas anteriormente). Porém, também é verdade que o que foi aprovado é inferior ao que poderia ter sido. As últimas alterações realizadas foram em relação à porcentagem do excedente em óleo - destaque do PMDB aprovado que diminuiu de 60% para 40% o percentual de recursos que ficarão com o Estado Brasileiro nas áreas do pré-sal que serão leiloadas. Atingindo especialmente contratos de partilha de produção, a grande peça-chave está no precioso Campo de Libra (contrato de 35 anos), em que a redução no decorrer desse período significa uma perda, no total, de 300 bilhões na renda do Estado Brasileiro, restringindo os recursos vinculados a partir da aprovação da Lei.

É inadmissível que mais uma vez assistamos a medida que beneficiará as multinacionais petroleiras, o capital financeiro, e não a soberania e os interesses nacionais.

Também me preocupa muito o acordo realizado com o Governo de aprovar o texto apresentado na condição de, no futuro, revê-lo e voltar a destinar apenas os rendimentos do Fundo Social para a educação e saúde. Ora, isso seria um golpe, ainda mais considerando que os recursos do petróleo só causarão impacto no setor em 2017. Será preciso estarmos muito atentos com atuais e futuros governantes, pois um novo acordo pode prejudicar o avanço a que estamos assistindo no momento, ao vincular mais verbas para educação e saúde. Não admitiremos retrocessos!

Por fim, destaco que a vinculação de mais verbas é positiva, mas não substitui a questão central do debate educacional nacional da atualidade: 10% do PIB para a educação pública. Os números apresentados anteriormente demonstram que, ainda com os recursos dos *royalties* e do Fundo Social, o País precisa de maiores investimentos para desencadear uma melhora na educação nacional em busca do direito à educação de qualidade para todos e todas.

O Brasil possui uma imensa dívida social com a educação. Nos dias de hoje, são, ainda, 12 milhões de analfabetos no País. Cerca de 80% das crianças de até 3 anos não possuem vagas em creches; 30% dos estudantes que iniciam o ensino fundamental não o concluem. Diversas pesquisas demonstram que os gastos anuais por aluno no Brasil representam, em média, 20% dos gastos médios dos países da OCDE, nas diferentes modalidades educacionais. Matéria recentemente publicada divulga pesquisa que afirma a necessidade, no Brasil, de investimento de 10% do PIB de hoje até 2040 para que o País iguale suas condições e os gastos por aluno aos realizados em países



desenvolvidos.

Ou seja, é nítido que para pagar a dívida social que o País tem com a educação são necessários anos de investimentos na área, e os 10% do PIB seriam o pontapé inicial para o início dessa mudança.

Não encerraremos o debate educacional com a aprovação dos *royalties*. Os interesses sociais devem estar à frente dos interesses financeiros. Por um novo PNE, que expresse o compromisso do investimento de 10% do PIB para a educação pública, atendendo a um chamado que está na rua há, pelo menos, 15 anos!

Muito obrigado.

Documento 217/311

237.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/08/2013- CD	19:46
Publ.: DCD - 22/08/2013 - 35688	DELEY-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apreensão do orador ante a exclusão, por órgão do Senado Federal, das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e outras instituições especiais de ensino do projeto de lei relativo à criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. DELEY (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido discurso em que manifesto nossa preocupação em relação às APAEs. Sabemos que sobre o assunto foi votado projeto de lei nesta Casa, que agora está no Senado. As APAEs estão muito preocupadas com a inserção desses alunos nas escolas regulares.

A situação é preocupante porque nós sabemos do atual estado da educação no País.

Então, eu quero aqui me solidarizar com as APAEs de todo o Brasil e



dizer que nós estamos prontos para defender o que achamos justo e o desejo das APAEs.

Gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) - O pedido de V.Exa. é pertinente e será atendido.

A preocupação de V.Exa. com as APAEs é justa. Eu fiz o registro, quando falava a Deputada Fátima Bezerra, de que o texto, no Senado, pela inclusão dos alunos nas escolas regulares, acaba impedindo o trabalho das APAEs e gerando exclusão. Ninguém atende melhor as crianças com deficiência do que as APAEs. Governo nenhum - municipal, estadual ou federal - dá a atenção que as APAEs dão às crianças que precisam de atendimento especial.

V.Exa. tem razão.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna externar minha preocupação com relação às reivindicações das APAEs de todo o Brasil.

A Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais solicita o apoio de todos os Parlamentares para manter a oferta de ensino em escolas especiais.

A maior preocupação é com o Plano Nacional de Educação, já aprovado nesta Casa e agora tramitando no Senado Federal, que corre o risco de sofrer alterações.

Em sinal de protesto, a Federação das APAEs, organizou, na semana passada, em Brasília, uma grande manifestação contra a extinção das escolas especiais, objeto de mudança feita pelo Senado ao PNE - Plano Nacional de Educação.

O PNE foi aprovado por esta Casa em outubro do ano passado. Agora o Senado quer alterar o texto para acabar com o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB a partir de 2016 a instituições especiais de ensino, o que inviabilizaria o atendimento das APAEs.

O fim do repasse estava previsto no texto original do projeto enviado a esta Casa pelo Poder Executivo, mas foi alterado por nós, Deputados,



para manter o repasse à educação especial.

Segundo a Presidente da Federação Nacional das APAEs, Aracy Lêdo, a proposta representa, na prática, a extinção de todas as escolas que atendem exclusivamente alunos especiais.

O temor está relacionado ao relatório já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Segundo o texto, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação deve ser universalizado na rede regular de ensino.

Isso retiraria de entidades como APAE e PESTALOZZI a possibilidade de oferecer atendimento especial substitutivo à educação escolar na rede regular, como pode ser feito hoje em dia. Além disso, restringiria o repasse de recursos a essas entidades a partir de 2016. Por isso, as APAES defendem a manutenção da palavra "preferencialmente" na redação da Meta 4 do projeto sobre o PNE.

Segundo Aracy Lêdo, Presidente da Federação das APAEs, caros Deputados, no termo de convenção da ONU - para a pessoa com deficiência -, consta a palavra "possam". Essa palavrinha dá direito aos deficientes de ingressar no sistema educacional que lhe for mais adequado e se matricular onde preferirem. Agora queremos outra palavra, "preferencialmente", porque ela assegura o mesmo direito.

O texto aprovado nesta Casa atende plenamente a preocupação de todos os profissionais, principalmente dos pais dos alunos atendidos pelas APAEs em todo o Brasil, o que também é uma preocupação deste Parlamentar. Obviamente, o Ministério da Educação não pode obrigar as famílias a enviar seus filhos especiais para escolas regulares. As famílias têm que ter o direito de escolha. O ensino especial também deve ser prioridade. Os alunos têm esse direito. Escola especial é direito do aluno.

Portanto, faço um apelo aos Senadores que se debruçam sobre a matéria para que não modifiquem o texto aprovado nesta Casa. Caso haja alguma modificação, quando voltar para a Câmara estaremos atentos a essa questão. Temos obrigação de manter o texto e atender ao apelo das APAEs, o que, em minha modesta opinião, é mais do que justo, considerando-se os excelentes serviços prestados por essas dignas instituições à educação e ao desenvolvimento dos excepcionais.



237.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/08/2013-
CD 19:56Publ.: DCD - 22/08/2013 - SANDRO ALEX-PPS -PR
35694

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solidariedade às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs. Compromisso de atuação parlamentar em defesa da continuidade dos trabalhos das entidades. Posse do novo Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Estado do Paraná, João Carlos Gomes. Realização, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de debates sobre o marketing multinível e o apagão de televisores analógicos.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, inicialmente, eu quero me solidarizar com as APAEs do Brasil. Saibam que nós estamos aqui trabalhando para que as APAEs continuem fazendo seu bom trabalho em todas as cidades deste País. Aliás, as APAEs deveriam ter o reconhecimento dos políticos do Brasil pelo trabalho realizado em toda a sua história.

Quero também saudar o novo Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que tomou posse hoje no Paraná, o Prof. João Carlos Gomes, que era Reitor, em Ponta Grossa, da UEPG. O novo Secretário é um homem inteligente, dinâmico, que vai representar nosso Estado nessa importante área de ciência e tecnologia por meio das Universidades Estaduais do Paraná.

Finalmente, Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nós tivemos alguns debates importantes, como o *marketing* multinível. Eu fui um dos autores do requerimento da audiência pública. E, pelo número de pessoas, nós tivemos que transferir o debate para o auditório Nereu Ramos. Ou seja, é um bom debate e é um tema no qual o Parlamento tem que se envolver, sim.

Nós também fizemos hoje, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, um pedido de audiência pública do *switch-off* da TV analógica do Brasil - o apagão das TVs analógicas já a partir de 2015. Nós teremos centenas de Municípios onde as TVs comuns, analógicas, não vão funcionar mais, porque se apagará o sinal analógico, permanecendo apenas o digital. Qual é a minha preocupação? De que exista uma política para garantir o acesso à informação a toda a população. Isso não está muito claro e nós, da Câmara dos Deputados, estamos requerendo a realização de uma



audiência pública para tratar desse assunto com Governo, ANATEL, Ministério e fabricantes. Nós temos que trocar milhões de aparelhos e não temos fabricantes para suprir essa demanda em tão pouco tempo - um ano e meio. Esse assunto será tratado com muita seriedade pelo Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) - Agradeço ao Deputado Sandro Alex, a quem cumprimento pela preocupação com as APAEs. Acho que todos nós devemos cerrar fileira em defesa das APAEs, até porque, lamentavelmente, o poder público, em qualquer esfera, não tem condições de tratar e educar essas crianças. E as APAEs, que têm educação especial e qualidade especial, não podem ser marginalizadas. A inclusão não pode provocar a exclusão.

Documento 219/311

238.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	22/08/2013-09:46
Publ.: DCD - 23/08/2013 - 35859	JUNJI ABE-PSD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância do trabalho desenvolvido pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs em todo o País. Preocupação de diretores, pais, amigos e voluntários com a ameaça de exclusão das APAEs do rol das instituições de ensino aptas a receberem recursos do FUNDEB, pela proposta do novo Plano Nacional de Educação - PNE, constante do Projeto de Lei nº 8.530, de 2010. Defesa de manutenção pelo Senado Federal do texto complementar à Meta 4, do PNE, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, aprovado pela Câmara dos Deputados.

O SR. JUNJI ABE (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui extremamente preocupado com os assuntos que envolvem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, as nossas APAEs.



Aproximadamente 15 dias atrás, estivemos no Senado Federal com diretores, amigos, pais e voluntários dessa estrutura tão magnífica das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, que nos manifestaram uma preocupação imensa em função do projeto de lei que cuida do Plano Nacional de Educação, ora tramitando no Congresso.

Esse projeto de lei, a bem da verdade, saiu aqui da Câmara com uma ressalva fundamental; inclusive. faço até uma leitura dessa ressalva, que é de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, PT, Paraná. Diz S.Exa.:

"Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns".

Quanto a essa ressalva, nós gostaríamos de fazer um apelo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, para que a mantenham no Plano Nacional de Educação, que na sua Meta 4 cuida exatamente de que, a partir de 2016, as APAE do Brasil inteiro não terão mais os recursos do FUNDEB.

Isso é temeroso, nobres Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, porque o Brasil não tem ainda uma rede municipal estruturada para dar esse tratamento, ou seja, esse carinho, esse amor às pessoas especiais. É necessário que pais de alunos e, principalmente, voluntários de todas as classes sociais entrem de corpo e alma para ajudar a diminuir essa diferença.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu longo discurso seja publicado na íntegra pelos veículos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como é de conhecimento geral, está em discussão no Senado Federal a transferência de alunos das APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) para escolas regulares e a conseqüente suspensão dos repasses do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) às instituições que oferecem educação especial, a partir de 2016.



Combater a discriminação e promover a inclusão escolar seriam nobres propósitos para justificar tal medida, não fosse a absoluta ausência de condições operacionais e de recursos humanos da rede pública de ensino para atender à demanda a ser gerada.

É sabido que as escolas públicas, em sua maciça maioria, operam em situação precária. Funcionam em prédios inadequados, com salas superlotadas, educadores mal remunerados e desprovidos de programas de aperfeiçoamento profissional, entre muitas outras deficiências que minam as bases para o almejado ensino de qualidade.

Em outras palavras, senhoras e senhores, se a nossa rede escolar é capenga para oferecer educação de qualidade a crianças e adolescentes sem qualquer traço de excepcionalidade, como se espera que deem conta de servir a alunos com necessidades especiais?

Ora, nobres colegas, não podemos compactuar com a hipocrisia de fantasiar medidas perfeitas num cenário tão imperfeito! Se não, vejamos o que aconteceu com a proibição do trabalho para menores de 16 anos. A intenção do legislador era louvável: impedir que crianças e adolescentes deixassem de estudar para serem explorados no mercado de trabalho. Realidade: sem o período integral nas escolas, esses alunos passaram a ter tempo ocioso fora do horário de aulas. Assim, tornaram-se presas fáceis da violência e das drogas.

Em resumo, senhoras e senhores, antes de proibir que o adolescente trabalhasse metade do dia, por exemplo, no mercadinho do tio, o Governo deveria ter implantado o tempo integral na rede escolar. Assim, o aluno teria maior horário para absorver o conteúdo curricular, além de acesso a um leque de atividades socioculturais e esportivas, capazes de prepará-lo para ser um cidadão consciente e produtivo.

Estamos à beira de reprisar mais um erro. Ninguém é contra a inclusão escolar e o combate à discriminação. O fato é que tais conquistas não se fazem no papel. Pior, é colocar os futuros cidadãos deste País numa trajetória de retrocesso. Na prática, implica transferir alunos que recebem educação especializada de alto nível e reconhecida eficiência em unidades da renomada APAE para classes regulares da nossa agonizante rede escolar.

É fato que as alterações estão previstas na Meta 4 do PNE (Plano Nacional de Educação). O que não pode ser esquecido pelo Senado, senhoras e senhores, é o texto aprovado aqui nesta Casa para disciplinar a questão. O Projeto de Lei nº 8035, de 2010, que trata do PNE, não pode ser aprovado pelos Senadores sem a complementação feita aqui na Câmara.

Reproduzo aqui o conteúdo do texto complementar da Meta 4, de



autoria do Deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR):

"Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns".

Como se vê, nobres colegas, o texto inserido por esta Casa no projeto do PNE considera o cenário real da educação no Brasil. E não o mundo perfeito de *Alice no País das Maravilhas*. Ou há, entre os honrados pares, alguém que se levante para garantir que, dentro de dois anos, o sistema público de ensino terá sido revolucionado para operar em período integral, com estrutura apropriada, educadores valorizados e qualificados, profissionais em número e nível de excelência irretocáveis, além de adequados recursos materiais, para proporcionar a todos os alunos educação de indiscutível qualidade e eficiência?

Não é só. Quem aposta nessa perspectiva tem também de assegurar a consolidação de uma profunda transformação social. Ou seja, acabar com todo e qualquer tipo de preconceito que possa existir nos alunos regulares e seus pais em relação aos colegas com necessidades especiais. No atual estágio da sociedade brasileira, prevejo a transformação de alunos especiais em vítimas de *bullying*.

Façamos um favor a nossa Pátria e tenhamos a dignidade de respeitar as diferenças, de aceitar as limitações do ser humano e de não acreditar em varinha de condão que aniquile todas as barreiras num piscar de olhos!

Somente quem despreza a realidade de crianças, adolescentes e adultos com restrições motoras e mentais e ignora os avanços conquistados por eles graças ao devotado atendimento multidisciplinar proporcionado por instituições especializadas, como a APAE, será capaz de dizer que esses alunos serão bem atendidos nas classes regulares, onde um único educador tem de se desdobrar para dar atenção a mais de 30 estudantes sem necessidades especiais.

Efetivamente, senhoras e senhores, a educação especial não é território para leigos. Os repasses feitos pelo Governo a instituições gabaritadas como as APAES trazem dividendos muito maiores que o dinheiro investido em si. Essas associações proporcionam aos alunos, aos pais e amigos dos excepcionais muito mais do que a melhor escola do planeta poderia oferecer. Elas produzem dividendos sociais. Cultivam o espírito de cada pessoa atendida com autoestima,



dignidade, perseverança e a certeza de galgar sua inserção na sociedade. E irradiam esses sentimentos para a comunidade. E isso não tem preço!

Falo com conhecimento de causa. Por duas vezes como Prefeito de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, acompanhei de perto o trabalho da APAE mogiana. E ainda hoje acompanho e colaboro tanto quanto possível. Devo dizer que minha cidade natal é privilegiada, entre tantos outros Municípios brasileiros, no que se refere à educação especial.

Além da APAE, com seu trabalho irrepreensível, Mogi conta com a Escola Municipal de Educação Especial Professora Jovita Franco Arouche e com o inédito Pró-Escolar. Este último, criado por nós, visa à inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Batizado como CAPNEE (Centro de Atendimento ao Portador de Necessidades Educacionais Especiais) Ricardo Strazzi, possui estrutura física e operacional sem precedentes no Alto Tietê. É um serviço público que materializa o conceito de assistência integral aos alunos com problemas de aprendizado, hiperativos, superdotados, com deficiência física ou mental, ou ainda com desvios de conduta.

O prédio de três pavimentos, com 1.488 metros quadrados construídos, é dotado de salas de recursos para cada tipo de deficiência (auditiva, visual e mental), intervenção precoce e altas habilidades; tudo associado à iluminação e cores ajustadas para quem tem baixa visão, texturas, sinalização em braile, fragrâncias, sabores e até um jardim sensorial, acessível a quem não dispõe de um dos sentidos.

O apuro arquitetônico e a multiplicidade de recursos dão respaldo aos especialistas, da direção ao pessoal da limpeza, passando por educadores e profissionais de saúde. Pais e responsáveis também recebem atendimento e orientação para cultivarem o bom relacionamento com seus filhos. As escolas também dispõem de apoio especializado.

A réplica de uma casa resume a essência do Pró-Escolar: combater o preconceito e promover a inclusão social. Mogi também conta ainda com um centro de reabilitação da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente).

Em que pese a importância das estruturas municipais de Mogi das Cruzes para atendimento a pessoas com necessidades especiais, nenhuma delas substitui a APAE. Sim, porque o trabalho da associação é ímpar. Único nos resultados sociais que proporciona.

Por todas essas razões, faço um veemente apelo às senhoras e aos



senhores pela preservação das APAES e contra o aporte generalizado de pessoas com necessidades especiais para as precárias classes regulares de ensino. Trabalhem pela inclusão escolar em sua essência e não pela maquiagem, que só inchará listas de chamadas.

Afinal, nobres colegas, o foco da educação inclusiva não é massificar o ensino, ignorando necessidades específicas. Ao contrário, é proporcionar atendimento eficaz às diferentes demandas dos estudantes. Incluir é administrar diferenças.

Muito obrigado.

Documento 220/311

238.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 22/08/2013- - CD	10:26
Publ.: DCD - 23/08/2013 35892	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Balanco sobre a adesão de escolas ao Programa Mais Educação. Expectativa de aprovação pelo Senado Federal do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro ao setor educacional. Participação do Ministro Aloizio Mercadante em audiência pública realizada pela Comissão Especial destinada ao exame de propostas de reformulação do ensino médio. Aprovação pela Comissão de Educação de moção de apoio à greve dos trabalhadores em educação no Estado do Rio Grande do Norte. Reabertura de negociações entre o Governo Estadual e o sindicato da categoria. Matéria "Governo supera meta e espera 6 milhões na jornada ampliada", sobre o balanço do Programa Mais Educação, publicada pelo portal do Ministério da Educação. Participação da oradora no debate "As políticas nacionais do livro, leitura e biblioteca", promovido pela Feira do Livro, no Município de Mossoró. Participação na abertura do Seminário do Parlamento Comum da Região Metropolitana de Natal, com o tema "A Agenda Metropolitana", em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, primeiro, fazer aqui o registro do balanço que o Ministério da Educação divulgou sobre o Programa Mais Educação, em que destaca a adesão de mais de 49 mil escolas. Quero, portando, dizer que mais do que nunca é necessário nós aprovarmos o Plano Nacional de Educação, para que na próxima década nós possamos assegurar mais conquistas e avanços para a educação no nosso País, inclusive ampliando a meta,



no que diz respeito, Presidente Amauri, às escolas de tempo integral.

Quero também aqui fazer o registro da excelente participação do Ministro Aloízio Mercadante, ontem, na Comissão Especial que trata da reformulação do ensino médio. Faço parte dessa Comissão, e ressaltei lá o quanto é importante essa parceria do MEC com o Legislativo, diante dessa grande tarefa que é a de promover mudanças em uma etapa tão importante da educação dos nossos jovens como o ensino médio. Nós sabemos que o ensino médio é ofertado basicamente pelas redes estaduais, e infelizmente, e isso não é de hoje, já há muito tempo enfrenta uma crise sem precedentes.

Daí por que consideramos muito importante a iniciativa desta Casa e todos os esforços que o Governo Federal nestes últimos 10 anos vem adotando, para que nós possamos fazer grandes mudanças no ensino médio, tornando-o de fato atrativo para milhares de jovens por este País afora.

E torná-lo atrativo passa fundamentalmente por uma questão: a de combinar a formação geral, Deputado Manoel, com o ensino profissionalizante. Está aí a Rede Federal de Educação ensinando-nos. Por que é que todo o mundo quer ir para a Rede Federal de Educação Profissional? Porque o modelo lá é esse, exitoso, de formação geral com profissionalização.

E por fim, Sr. Presidente, quero aqui mais uma vez dizer que ontem a Comissão de Educação aprovou moção de apoio à greve aos trabalhadores em educação lá do meu Estado, por unanimidade. E reitero o apelo. No último final de semana conversei com a Governadora Rosalba, fiz contatos com o ex-Reitor e a atual Reitora da UFRN, para que pudéssemos fazer essa mediação institucional, e hoje à tarde a Secretária de Educação vai reabrir o diálogo com o sindicato.

Eu espero que esse diálogo seja reaberto com a Polícia Civil, com a saúde e com as demais categorias que estão em greve, neste exato momento, lá no Rio Grande do Norte. É isso que espera e cobra a sociedade: respeito para com a sociedade e para com os servidores.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, no auditório da reitoria da LTFRN, eu participei da abertura do Seminário do Parlamento Comum da Região Metropolitana de Natal, com o tema "*A Agenda Metropolitana*". O seminário foi uma realização do Observatório das Metrôpoles, coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em parceria com o Parlamento Comum da Região



Metropolitana de Natal.

Sr. Presidente, sabe quando foi a última vez que o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano se reuniu? Em abril de 2010. É um absurdo! Enquanto isso, os problemas e os desafios acumulam-se. Como resolvê-los, se não há discussão e planejamento integrado?

Enfim, Sr. Presidente, o evento foi muito bom, e contou com a presença da Reitora da UFRN, Ângela Maria, que coordenou a conferência de abertura, intitulada "*Construir a Agenda Metropolitana*". Estiveram também presentes o Vice-Prefeito de Recife Luciano Siqueira, como expositor, o Deputado Estadual Kelps Lima e o Vereador George Câmara, além de representações do Executivo e do Legislativo, gestores, estudantes, acadêmicos e membros da sociedade civil.

São as minhas palavras neste dia, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira eu participei, na condição de Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa do Livro e da Leitura na Câmara dos Deputados, do debate "*As políticas nacionais do livro, leitura e biblioteca*", na Feira do Livro de Mossoró.

O evento teve uma plateia formada por educadores, gestores, agentes de leitura e demais representações sociais. Participaram da mesa o Reitor da UFERSA, Arimatea Matos; a articuladora do Fórum do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca do Rio Grande do Norte, Du Canno; o Vereador Prof. Luis Carlos, do PT; o coordenador do Circuito Cultural do Livro, Osni Damásio; e os Profs. Rômulo, do SINTE, e Vicente, da UNDIME.

Sras. e Srs. Deputados, no evento eu ressaltéi que muito foi feito nestes 10 anos dos Governos Lula e Dilma, mas reforcei que ainda é muito grande o desafio de construir um País de leitores. O debate sobre o livro e a leitura foi retomado no Governo Lula. Em 2006 foi criado o PNLL. Já em 2010 foi aprovada a Lei nº 244, que trata da universalização do acesso às bibliotecas nas instituições públicas e privadas até 2020.

Para dar uma ideia de quanto temos de avançar para cumprirmos a Lei nº 244/10, ressaltéi 72,5% das nossas escolas não têm biblioteca. Esse dado é de 2011. Para vencermos esse desafio, deveriam ser construídas 128 mil bibliotecas, ou seja, 39 unidades por dia.

Enfim, Sr. Presidente, fiquei muito feliz com a realização desse encontro, que foi muito representativo. Isso fortalece a nossa luta e a compreensão de que o livro, a leitura e a biblioteca são elementos



fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, baseada na diversidade de ideias e na construção da cidadania plena.

São as minhas palavras neste dia, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvintes da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*, ontem o Ministério da Educação divulgou o balanço do Programa Mais Educação, que teve a adesão de mais de 49 mil escolas. Com isso, mais de 6 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio terão a jornada ampliada e educação integral.

A adesão das escolas públicas ao Programa de Ensino Integral Mais Educação reafirma o compromisso do Governo do PT em defesa de uma educação pública gratuita, republicana e de boa qualidade. A escola pública é o principal passaporte para a conquista da cidadania. Por isso, reafirmo minha posição: que o Senado faça o seu dever de casa, aprovando o Plano Nacional de Educação - PNE imediatamente, com os 10% do PIB, para que tenhamos uma nova década de conquistas e avanços para a educação brasileira, com a universalização e a ampliação do acesso ao ensino, a valorização do magistério e 50% das escolas fundamentais com educação integral, conforme consta no plano.

Sr. Presidente, peço a publicação nos Anais da Casa da matéria "*Governo supera meta e espera 6 milhões na jornada ampliada*", divulgada pelo MEC, e a divulgação pelos veículos de comunicação da Casa do meu pronunciamento.

Muito obrigada.

MATÉRIA A QUE SE REFERE A ORADORA

Governo supera meta e espera 6 milhões na jornada ampliada

Ao ultrapassar a meta de escolas públicas no programa federal Mais Educação - que era de 45 mil unidades em 2013, e chegou a 49.426 - a expectativa agora é de ter 6 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio na jornada ampliada e na educação integral.

A adesão de 4,4 mil escolas, além da expectativa e a possibilidade de ter 6 milhões de alunos, diz a diretora de currículos e educação integral



do MEC Jaqueline Moil, também trazem um desafio aos sistemas de ensino municipais e estaduais. O desafio é ampliar o acesso a 100% dos estudantes de cada uma das 49,4 mil escolas. Mas para chegar a isso, segundo Jaqueline Moil, é preciso que as redes acreditem na ampliação da jornada, na educação integral e invistam em recursos humanos e financeiros.

Para motivar secretários de educação, diretores de escolas e coordenadores pedagógicos, a diretora informa que fez um estudo comparativo das notas do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) obtidas pelas escolas que estão no programa desde 2008. Ela cruzou dados de 2009, que foi o segundo ano do Programa Mais Educação, com os obtidos no IDEB em 2011, e verificou redução da evasão escolar e melhoria do aprendizado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. *"Isso significa que as crianças veem mais sentido no aprendizado escolar e que as atividades propostas são significativas para elas"*, diz.

Desde 2008, o Programa Mais Educação cresceu no número de escolas e de estudantes. A meta do governo federal é chegar a 60 mil escolas com jornada ampliada e tempo integral em 2014.

A expectativa para este ano é de 6 milhões. As escolas aderiram, mas ainda estão inserindo alunos, conforme a Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Dois objetivos conduzem o Programa Mais Educação: induzir a ampliação da jornada escolar e organizar o currículo na perspectiva da educação integral nos sistemas de ensino municipais e estaduais.

Documento 221/311

239.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de	22/08/2013-17:12
	Debates - CD	
Publ.: DCD	PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE	
23/08/2013 - 35945		
CÂMARA	DOS COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÃO
DEPUTADOS	PARLAMENTARES	PARLAMENTAR
		DISCURSO

Sumário



Participação do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, em audiência pública promovida pela Comissão Especial destinada ao debate da reformulação do ensino médio. Necessidade de implantação de políticas do Estado para a área educacional. Declaração do Ministro da Educação sobre a efetividade do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Quadro de corrupção reinante em Municípios pernambucanos. Inércia do Poder Judiciário na repressão à prática criminosa. Defesa de votação pela Casa de proposições destinadas ao enfrentamento da corrupção.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste horário dedicado às Comunicações Parlamentares que faço pelo PDT, quero abordar dois aspectos.

O primeiro deles é a sessão de ontem, na Comissão que analisa a reformulação do ensino médio, ocasião em que recebemos o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

O Ministro Mercadante fez uma longa exposição, destacando uma quantidade enorme de programas que estão sendo implementados pelo seu Ministério, destacou os incentivos do ponto de vista monetário e financeiro que estão sendo implantados a favor da valorização dos profissionais da educação, a favor daqueles que estão nos cursos de licenciatura em Pedagogia, e também destacou os investimentos em equipamentos: *tablets* destinados aos alunos; computadores destinados aos professores; projetores digitais vinculados à rede mundial, Internet, para que as escolas estejam inseridas na esfera da comunicação moderna, na esfera do acesso digital.

Ao mesmo tempo, o Ministro destacou que o Governo Federal vem reforçando a parceria com Estados e Municípios no sentido da implementação desses programas. Na fase dos debates, nós ponderamos com o Ministro Mercadante algumas preocupações. A primeira preocupação é que, se de um lado nós reconhecemos essas iniciativas - todas meritórias do ponto de vista da valorização do licenciando, da valorização do estudante de Pedagogia e da valorização do fortalecimento do estudo por parte dos profissionais da educação -, do outro lado, nós não víamos medidas de acompanhamento e avaliação do resultado desses investimentos.

Eu lembro, aqui, não mais de 20 anos atrás, a época em que o Brasil gastou uma fortuna comprando antenas parabólicas e equipamentos reprodutores de fita VHS. Posteriormente, já na era do Governo do Presidente Lula, equipamentos de DVD foram levados a quase todas as escolas do Brasil, e nós não vimos nenhuma consequência concreta que avaliasse a relação de custo-benefício desses investimentos.

Em muitas escolas, os equipamentos foram abandonados e não



tiveram assistência técnica, as parabólicas foram furtadas e, o que é pior, gastos milionários não redundaram na melhoria qualitativa do desempenho dos educandos nas redes de educação pública dos Estados e Municípios.

Eu alertei o Ministro Mercadante para a situação de calamidade pública em que se encontra a nossa juventude. A juventude brasileira está sendo exterminada. Esses são os dados do Mapa da Violência de 2013, esses são os dados de estudos recentes publicados pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Então, nós temos que trabalhar nos dois aspectos. Temos que aumentar o investimento na educação pública, temos que fortalecer a carreira e propor a valorização salarial dos profissionais de educação, mas temos que, ao mesmo tempo, criar sistemas eficientes, sistemas integrados das redes estaduais e municipais na avaliação desses investimentos, na avaliação dos resultados educacionais obtidos através desses investimentos.

E aí foi quando fiz um apelo ao Ministro Mercadante no sentido de que S.Exa., pessoalmente, entrasse na disputa do Senado para que acelerasse a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesse sentido, eu avalio que foi decepcionante o argumento do Ministro Aloizio Mercadante. S.Exa. disse mais ou menos dessa maneira: *"De que adianta aprovar um plano que não vai ser cumprido, que vai ser como um Protocolo de Kyoto, que nenhuma das grandes nações industrializadas cumpriu e o mundo continua respirando gás carbônico através dos parques industriais mundo afora?"*

Ora, é muito estranho que o Ministro, Senador, ex-Deputado Federal pelo PT, refira-se dessa forma à aprovação do Plano Nacional de Educação, no Senado. Porque quando o Partido dos Trabalhadores foi oposição, até 2002, não foi essa a atitude da bancada do PT cobrando a aprovação do PNE. Na época, era o Governo de Fernando Henrique Cardoso. E foi um Deputado do PT, àquela época, o Deputado Ivan Valente, hoje do PSOL, que liderou o projeto de lei de iniciativa popular pela aprovação do Plano Nacional de Educação.

Ora, nós reconhecemos que há iniciativas em curso, que há investimentos, que há programas, mas não podemos abrir mão de políticas de Estado. E políticas de Estado só são estruturadas quando da existência de planos nacionais, estaduais e municipais aprovados em lei, contendo metas, diretrizes, estratégias, mecanismos, fóruns e conselhos capazes de fazer a avaliação desse resultado.

Portanto, eu considero lamentável essa referência feita pelo Ministro Mercadante de que um Plano Nacional de Educação, para não ser



cumprido, é igual ao Protocolo de Kyoto.

Nós queremos uma política de educação de Estado, porque, em 2015, se este País escolher outra orientação de governo, tudo que está sendo feito agora como medida administrativa vai por água abaixo.

O próximo Governo, se não seguir a mesma orientação do Governo liderado pelo PT, não se sentirá responsabilizado para dar continuidade. Até porque o que está sendo feito são programas da atual administração da Presidenta Dilma, não são políticas de Estado, e é isso que nós queremos.

Mas, Sr. Presidente, no segundo momento, quero destacar aqui a série de reportagens publicadas pelo *Jornal do Commercio*, do meu Estado de Pernambuco. Reportagens que se iniciaram no dia 18 deste mês de agosto, último domingo, destacando a matéria de capa *Corrupção deixa rastro de miséria*.

No caderno *Cidades*, o *Jornal de Commercio* destaca, também na capa do caderno, *Sobreviventes do descaso e da corrupção*. E, nas páginas 4 e 5, ele traz aos leitores o exemplo criminoso da corrupção em alguns Municípios do Sertão de Pernambuco, especialmente no Município de Manari, na cidade de Itaíba e outras cidades da região. Por coincidência, cidades que, por muito tempo, têm sido governadas por integrantes de um mesmo grupo político.

O que é mais grave, além da corrupção atingir de maneira criminosa esses Municípios, os relatórios apresentados pelo *Jornal do Commercio* revelam a pouca capacidade dos órgãos de fiscalização e controle de recuperar o patrimônio desviado, de conseguir fazer com que as denúncias, as ações de improbidade e as ações penais sejam concluídas com a condenação dos corruptos, com a suspensão dos seus direitos políticos.

Isso é um escândalo! Isso aqui assola não só o Sertão de Pernambuco, como, em grande parte, o semiárido do Sertão, o interior da Amazônia, o interior do Nordeste e de grandes regiões de todo o País, como já revelou aqui o Deputado Francisco Praciano, do Amazonas, junto com a Controladoria-Geral da União nas auditorias da má gestão dos recursos da saúde e da educação.

Eu quero, portanto, aqui dizer, como integrante da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, que esta Câmara dos Deputados tem que assumir uma atitude. Estou nesta Casa desde 2003. Em 2004, criamos a Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção. Até hoje não houve uma Mesa Diretora nem um Colégio de Líderes que tivesse tido a coragem de colocar em pauta os projetos que estão prontos para votação.



Projetos que direta ou indiretamente incidem no combate à corrupção, no aprimoramento das instituições. Projetos, inclusive como o do Deputado Luiz Couto - pronto para vir a plenário -, que estabelecem desde a primeira instância do Poder Judiciário à criação das varas especializadas de combate à improbidade.

Quando se trata de crime contra o patrimônio privado, há uma eficiência milhões de vezes maior, desde a atuação da Polícia Judiciária, atuação do Poder Judiciário, das instâncias superiores, mas quando se trata do patrimônio público é a pedagogia da vassoura: joga-se para debaixo do tapete, porque o Prefeito é aliado do Deputado Estadual, que faz parte de um grupo de um Deputado Federal ou de um Senador da República, e está aqui estampada com muita coragem, com muito mérito pelo *Jornal do Commercio* essa série de matérias que denunciam a corrupção em todas as cidades, praticamente em todos os Municípios. E há aqueles, Deputado Francisco Praciano, que são campeões de recorrência, de insistência e de presença no *ranking* da corrupção.

Quero, portanto, parabenizar o *Jornal do Commercio*, seu editor Ivanildo Sampaio, os editores do caderno *Cidades* André Galvão, Ricardo Novelino e Betânia Santana. Quero parabenizar a jornalista que conduziu a redação dessa matéria, Fabiana Moraes. Isso aqui é um grande serviço prestado na luta contra a corrupção. Precisamos que o Tribunal de Contas, que o Poder Judiciário de Pernambuco e das demais unidades atuem efetiva e exemplarmente, sobretudo naquelas cidades em que cada centavo para cada cidadão vale mais do que muitos milhões para o cidadão do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Distrito Federal.

Esse é o nosso pleito na luta e no combate à corrupção neste País.

Durante o discurso do Sr. Paulo Rubem Santiago, o Sr. Luiz Couto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Praciano, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta comunicação



parlamentar que faço pelo PDT quero destacar duas questões.

1. A sessão da Comissão do Ensino Médio com o Ministro Aloísio Mercadante, na tarde dessa quarta-feira, dia 21 de agosto.

Na tarde de ontem, portanto, o Ministro da Educação Aloísio Mercadante expos um conjunto de iniciativas que o Governo Federal vem desenvolvendo para estimular o interesse dos jovens pelas licenciaturas, a formação de professores e o fortalecimento do ensino médio de nosso País.

Destacou o Ministro, em particular, as medidas de caráter financeiro de estímulo e a destinação de equipamentos digitais às escolas, aos estudantes e professores, com farto material didático incluído, favorecendo sua consulta, pesquisa e o trabalho de preparação de aulas e atividades docentes. Neste sentido ponderamos com o Ministro que essa multiplicidade de programas e medidas, todas de impacto reconhecido, deveria vir acompanhada de sistemas concretos de avaliação. Em anos anteriores as escolas receberam antenas parabólicas, televisões, reproduzidores de fitas VHS e DVDs sem que esses gastos tivessem se transformado em melhores indicadores de acesso, permanência e qualidade da educação no País.

Ressaltamos, inclusive, que o País necessita construir o conceito de rede única de educação básica, em função da fratura que há entre os Municípios e as gestões estaduais, centradas no ensino médio na maioria dos Estados, embora muitas dessas redes ainda assumam turmas e escolas do segundo ciclo do ensino fundamental. Ao mesmo tempo denunciemos que a juventude no País está sendo vítima do extermínio, como revelado na recente edição do Mapa da Violência de 2013. Isso vem se dando, em particular, pelo abandono do efetivo financiamento da educação, mesmo com a expressiva elevação da carga tributária na última década, concentrada na União, que arrecada quanto quer e desonera também quando quer, empobrecendo fundos estaduais e municipais de participação e as receitas da seguridade social.

Outro aspecto que abordamos foi a falta de sintonia existente entre as medidas de incentivo financeiro e tecnológico à educação profissional e tecnológica e as diretrizes adotadas pelas equipes econômicas de governo, com graves repercussões no processo de desindustrialização do País. De um lado apoio à formação profissional, de outro, baixo PIB anual há anos e queda da indústria de transformação, o que nos faz caminhar para uma nova etapa de primarização da inserção brasileira na economia internacional.

Por fim, apelamos ao Ministro empenho na aprovação do projeto de lei do Plano Nacional de Educação ora em discussão no Senado. Aí a resposta do Ministro foi decepcionante. Com ar de desdém, afirmou



que um plano para ninguém cumprir é como um Protocolo de Kyoto. Lastimável a opinião, além de desrespeitosa, frente ao esforço feito pela Câmara, por 2 anos, para termos um plano concreto, com metas e estratégias, fazendo com que as políticas educacionais sejam políticas de Estado e não apenas de um governo de ocasião, por mais bem-intencionado que esse esteja. É impressionante a mudança de concepção do Ministro. Quando foi um partido de oposição, até 2002, o PT se destacou em defesa da aprovação do Plano em 2001, criticando duramente os vetos de FHC às metas de financiamento de até 7% do PIB em 2006. Hoje trata com descaso a importância de um plano concreto. Talvez por achar que as ações do Governo Dilma sejam suficientes para tirar o País do crônico atraso educacional. Acontece que a partir de 2015 o País pode mudar de governo e, sem plano de Estado aprovado em lei, tudo que está em curso, como obra administrativa deste Governo, poderá ser abandonado, refeito, esvaziado, pelo Governo anterior, como fez o próprio Governo Lula a partir de 2007, abandonando o Plano de 2001, Lei nº 11.172, formulando seu Programa de Desenvolvimento da Educação. Neste sentido, o PDT vai intensificar suas ações em defesa do Plano aprovado pela Câmara, suas metas e diretrizes. O Plano é essencial, e vamos lutar para que não haja, no Senado, retrocessos que alterem as conquistas aprovadas pela Câmara.

2. A Corrupção em Pernambuco

O segundo ponto que quero estacar aqui é a sucessão de matérias publicadas pelo *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, desde a edição de 18 de agosto último, relatando a gravidade da corrupção do Estado, com fartas informações sobre a situação de dezenas e dezenas de Municípios com reiteradas fiscalizações, auditorias e investigações que revelam graves desvios de dinheiro público, má gestão e formação de quadrilhas em praticamente todas as áreas da administração pública. Além disso, chama a atenção a baixa capacidade do poder público e dos órgãos de fiscalização e controle em punir, recuperar ativos desviados e afastar da vida pública os corruptos. Em cidades paupérrimas como Manari e Itaíba, no Sertão do Estado, vultosas somas de receitas foram desviadas sem que os responsáveis tenham sido exemplarmente punidos. Anos atrás, quando ainda exercia o mandato de Deputado Estadual, o então Procurador-Geral de Justiça e posteriormente Desembargador do TJ-PE, Dr. Romero Andrade, nos informava que mais de 240 ações de improbidade haviam sido enviadas pelo MP ao Tribunal sem nenhuma decisão conclusiva acerca da manifestação do MP. Mais recentemente o CNJ cobrou metas de todos os tribunais no julgamento dessas ações e daquelas, penais, aos mesmos atos inerentes sem que tenhamos visto resultados concretos a favor do combate à corrupção. Em 2004 implantamos aqui a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção e, desde então, vejo que poucos avanços foram obtidos na prevenção, no combate e na repressão a corrupção propriamente dita. Bilhões são desviados, campanhas bilionárias financiadas por grupos poderosos, patrimônios crescem do



dia para a noite enquanto o País segue sangrado, assaltado, sem que, até hoje, tenhamos tido de parte dos Poderes da República uma ação integrada, arrojada, amparada em orçamentos fortes que lhe financiem, como sugerimos ano passado através da Frente, coordenada pelo Deputado Francisco Praciano, a todos os Poderes.

Quero, por isso, parabenizar o *Jornal do Comercio*, nas pessoas do seu editor-geral Ivanildo Sampaio e da jornalista Fabiana Moraes, que assina a matéria principal no *Caderno Cidades do JC*. Esse é um exemplo de jornalismo que deve ser ampliado, valorizado, praticado, ajudando a sociedade e as instituições a aprimorarem o combate à corrupção, a mais antiga e ilícita parceria público-privada da história da humanidade. A Câmara dos Deputados tem vários projetos de combate à corrupção, a favor da transparência e das instituições de fiscalização e controle em tramitação que devem ser inseridos na pauta de votações de nossa Ordem do Dia. Esperamos que o atual Presidente e os atuais integrantes do Colégio de Líderes de hoje o façam já que todos os demais, desde 2004, assim não o fizeram.

Obrigado.

Documento 222/311

243.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de Debates 26/08/2013-
- CD 17:12

Publ.: DCD - 27/08/2013 -
36265

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Saudações aos visitantes presentes na Casa. Inadmissibilidade da suspensão de repasses federais para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela referência ao meu querido Estado de Santa Catarina, que realmente é bonito.

Quero também cumprimentar os visitantes que nos honram com a sua presença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade, quero



pedir a atenção dos meus amigos Deputados para um problema da mais alta gravidade referente ao Plano Nacional de Educação, que consiste, basicamente, de 20 metas a serem implementadas. Sua meta de número 4 visa à universalização, para a população de 4 a 17 anos, do atendimento escolar na rede regular de ensino aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, até o ano de 2016.

Essa medida tem tirado o sono de profissionais e beneficiários das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs de todo o Brasil, pois, caso seja aprovada a redação atual desse projeto, que ainda tramita no Congresso Nacional, poderá significar o fim dos repasses federais a essas instituições que ofertam atendimento educacional especializado complementar e suplementar a pessoas com deficiência.

Embora eu reconheça que as metas do PNE de fato visam melhorar a educação de maneira geral, entendo que essa meta específica merece revisão em sua redação, de forma a possibilitar que essas entidades continuem seu trabalho nacional e mundialmente reconhecido, haja vista possuírem caráter filantrópico e viverem essencialmente de financiamento governamental, além de convênios e doações. Um dos melhores trabalhos que se faz no mundo é feito pelas APAEs do Brasil.

Ainda que a Liderança do Governo no Congresso negue qualquer alteração nesses repasses, ao dizer que as conversações estão em andamento para o PNE ser aperfeiçoado, o que se vê não é bem isso, existe a informação da própria base dando conta de que estão sendo procuradas novas formas de financiamento para essas instituições. Entendo que isso não pode ser considerado suficiente para garantir a continuidade dos repasses. Tal garantia cabe à redação final do projeto.

Seria um absurdo nós acabarmos com as APAEs. As APAEs do Brasil prestam o segundo melhor serviço ao excepcional do mundo. As APAEs fazem um trabalho extraordinário.

Cabe ressaltar que essas instituições já estão sofrendo com efeitos de outras mudanças que foram implantadas, pois a elas foi negado o direito de dar a educação de base ao aluno com deficiência, fazendo com que ele somente frequente a APAE no período em que não estaria frequentando a escola regular. Seria o fim da picada tirar o aluno que frequenta a APAE, que dá a ele uma atenção extraordinária, para colocar somente no período da escola regular.

Isso, por si só, é indicativo de que mudanças estão a caminho, pois a educação inclusiva, a base do Plano Nacional de Educação, prevê a universalização do estudo, garantindo vagas nas escolas para todos,



sejam eles superdotados, deficientes, etc.. E não é preciso

nenhum tipo de análise para concluir que os recursos serão primordialmente destinados à escola regular, reduzindo drasticamente a prioridade das demais instituições.

Sr. Presidente, chamo a atenção de V.Exa., bem como dos demais colegas, para a necessidade desta Casa atuar no sentido de corrigir essa distorção do PNE. Não se pode tratar igualmente o que é desigual. Muitos educadores defendem a tese de que as crianças e adolescentes com deficiência têm de conviver com aqueles que não as tem para poderem evoluir. Mas isso não é uma ciência exata, muito pelo contrário, existem muitos casos nos quais a eficácia do tratamento só pode ser obtida em locais especializados.

Não podemos simplesmente dar aval a um plano que pode significar o fim dessas importantes instituições, que vivem essencialmente dos repasses governamentais, esses muitas vezes insuficientes, levando os diretores dessas associações a outras medidas para que continuem funcionando, tais como rifas e festas.

Por isso, Sr. Presidente, viemos fazer um apelo aqui. Pelo amor de Deus não acabem com as APAEs. Elas fazem um trabalho, como eu disse e vou repetir, dos melhores do mundo. Para que mexer em time que está ganhando, como diz o ditado popular? As APAEs estão dando certo. Por que mexer nas APAEs agora? Não há razão nenhuma.

Srs. Deputados, quero fazer este apelo, e de modo especial ao Ministério da Educação: não mexam nas APAEs. Deem, sim, mais incentivo para que elas possam cuidar das crianças.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que V.Exa. comunga do meu pensamento. Mexer nas APAEs é o fim da picada! As APAEs fazem um trabalho que só quem tem filho excepcional sabe. Eu, graças a Deus, não tenho. Desejo que nem V.Exa., nem quem me escuta neste momento tenha. Mas, infelizmente, por circunstâncias ou por desígnios de Deus, 10% da população brasileira têm um grau de excepcionalidade. Desses, 10% são excepcionais. Por isso, mexer para quê? Está dando certo. Vamos continuar investindo nas APAEs do Brasil para que elas continuem a cuidar das crianças que precisam do nosso carinho e do nosso respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - V.Exa. traz um assunto muito importante. Eu já tinha ouvido comentários a respeito dessa matéria e não quis acreditar, por isso nem abordei esse tema aqui, porque para mim é a coisa mais absurda que existe.



A APAE é uma das únicas entidades no Brasil que recebe unanimidade. Ninguém coloca dúvidas a respeito da atuação de todas elas, no Brasil inteiro. Acho uma excepcionalidade, inclusive, elas estarem ramificadas em todo o País sem haver nada, nenhuma dúvida sobre a sua atuação. Nunca ouvi dizer algo que desabonasse a conduta de qualquer APAE do País, e elas existem em todos os lugares do Brasil. Inclusive o Governo Federal sempre teve um tratamento diferenciado com essas entidades, com a APAE e com as diversas APAEs existentes em todo o País.

Então, eu acho que nós temos que melhorá-las cada vez mais e jamais mexer nesse modelo que aí está, porque, repito, eu já ouvi comentário a respeito de várias entidades suspeitas. Em relação à APAE, eu nunca ouvi, nem em televisão, nem na imprensa, nem em qualquer mídia. Ao contrário, toda a imprensa é favorável às APAEs. São feitas várias campanhas para a APAE.

Então, realmente eu ouvi a respeito disso, mas não quis acreditar que o Governo queria mexer em algo que, como V.Exa. bem disse, deu certo o tempo inteiro. A APAE faz um trabalho seriíssimo.

Eu já apresentei emendas parlamentares aqui para a APAE da minha cidade e de outras cidades do meu Estado e o dinheiro sempre foi muito bem empregado, os recursos sempre foram muito bem utilizados. E aqui inclusive existe na Casa, creio eu, uma Frente Parlamentar em favor das APAEs. Nós temos que movimentar, para não deixar que isso aconteça. Não entendemos qual a razão que poderia levar o Governo a adotar essa medida a que V.Exa. se refere da tribuna.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu agradeço a manifestação a V.Exa. Eu não esperava outra coisa do ilustre Parlamentar e desta Casa. Mas eu quero agradecer a V.Exa. a sensibilidade. Comunga do meu pensamento, como todos os Deputados que estão aqui também. E o povo brasileiro tenho certeza que acredita no bom desempenho das APAEs.

Eu agradeço a V.Exa.



- 36591

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIADISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador acerca da implantação do Programa Mais Médicos. Apoio ao projeto de lei sobre a destinação de 10% da receita bruta da União para a saúde pública. Crise financeira das Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos. Urgente atualização da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS. Necessidade de maior oferta de vagas de residência médica. Importância da criação da carreira de Estado para médicos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PMDB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a saúde está mais uma vez na ordem do dia do debate público nacional, com a polêmica sobre o Programa Mais Médicos, pelo qual o Governo Federal se propõe a levar médicos para regiões carentes do País.

Essa polêmica se intensificou ainda mais desde a semana passada, depois que o Ministério da Saúde anunciou a vinda para o Brasil de 4 mil médicos cubanos até o final do ano, a fim de atuarem nas cidades que não atraírem profissionais inscritos individualmente no Mais Médicos.

Isso porque, para as mais de 15 mil vagas abertas na primeira edição do programa, apenas pouco mais de 1.600 médicos inscritos foram selecionados, ou cerca de 10,5% da demanda estipulada pelo Governo.

O Governo justifica a importação de profissionais de outros países com a alegação de que o Brasil possui 1,8 médicos por mil habitantes - índice menor do que o de outros países, como a Argentina, o Uruguai, Portugal e Espanha.

Além da carência dos profissionais, o Governo alega ainda que Brasil sofre com uma distribuição desigual de médicos, mostrando que 22 Estados possuem número de médicos abaixo da média nacional.

As entidades representativas da classe médica rebatem afirmando que o problema não é a falta de médicos, mas sim a falta de estrutura e de condições de trabalho que afugentam os profissionais dessas regiões.

Além disso, afirmam não serem contra a contratação de médicos estrangeiros, cobrando, porém, que eles sejam submetidos ao exame de revalidação de diploma para comprovarem sua formação e atuarem no País, como já é exigido de brasileiros que se formam em medicina no exterior.

Como cidadão, profissional e homem público que há décadas milita na luta



pela melhoria da saúde, acredito que é preciso que esse debate seja feito de forma mais equilibrada e objetiva possível, priorizando o interesse público, sem a contaminação de maniqueísmos políticos ou corporativos.

Ninguém que tenha o mínimo de sensibilidade humana e social pode ser contra o envio de médicos - independentemente de suas nacionalidades de origem - para atuar em regiões carentes, desprovidas de assistência.

E todos sabemos que há falta de médicos em Municípios do interior, ou mesmo nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros.

A questão é que, como o próprio Governo admite, essa é uma medida emergencial, que não resolve os problemas estruturais da saúde em nosso País. A começar pelo subfinanciamento crônico, que está na raiz de todas as carências do Sistema Único de Saúde e, conseqüentemente, da crise quase permanente em que vive o SUS.

Não haverá solução para isso enquanto o investimento público em saúde no Brasil continuar abaixo de 4% do PIB, ou praticamente metade da média de investimento de países com o mesmo perfil que o nosso.

Por isso, continuamos defendendo como primeiro passo para o enfrentamento dessa situação o aumento dos recursos para a saúde, através de iniciativas como o projeto que determina o investimento de no mínimo 10% das receitas da União, que garantiria pelo menos mais 40 bilhões de reais ao ano para a saúde.

Nenhum médico, seja ele brasileiro, seja estrangeiro, poderá oferecer alívio real às necessidades de nossa população se não tiver a infraestrutura e as condições mínimas de trabalho para poder dar um atendimento digno a seus pacientes.

O que nos leva a outra questão urgente a ser enfrentada, para a qual não vemos, no momento, respostas concretas do Governo, que é a grave crise dos hospitais filantrópicos e Santas Casas.

Esses hospitais, responsáveis por metade dos atendimentos aos pacientes do SUS, acumulam uma dívida de mais de R\$15 bilhões, porque a cada R\$100 gastos pelos hospitais para atender aos pacientes do SUS, o Governo federal só paga R\$65, conforme estudo realizado por esta Casa.

Nunca é demais lembrar que esse setor é formado hoje por 2.100 estabelecimentos, com mais de 155 mil leitos, ou 31% de todos os leitos hospitalares do País, sendo 130 mil leitos mantidos pelo Sistema Único de Saúde.

E 56% deles estão localizados em cidades com até 30 mil habitantes, ou seja, nas regiões mais pobres e desassistidas do País, justamente aquelas em que o Governo se propõe agora a atender através do Programa Mais Médicos.



Além disso, em quase mil Municípios brasileiros, os hospitais filantrópicos e Santas Casas são a única alternativa de atendimento à população local.

Como resultado da baixa remuneração do SUS, muitos desses hospitais têm fechado ou se descredenciado, agravando ainda mais a carência por atendimento médico no interior do País.

Portanto, defendemos também, como outra medida urgente e absolutamente prioritária para melhorar a saúde no País, o reajuste imediato da tabela de remuneração paga pelo SUS aos hospitais filantrópicos, bem como a anistia das dívidas dessas instituições, como forma de garantir a elas as condições para continuarem prestando seus serviços à população.

Outra questão que é fundamental a ser enfrentada é a da falta de vagas em residência médica.

Anualmente, 15 mil estudantes se formam em Medicina no Brasil, mas apenas pouco mais de 11 mil vagas de residência são ofertadas.

Em consequência disso, quase metade dos médicos em atividade no Brasil não possui um título de especialista, segundo dados do Conselho Federal de Medicina, por não ter concluído a residência médica.

Com o detalhe de que as regiões do País que concentram o menor número de profissionais, como a Norte e a Nordeste, são as mesmas que possuem menos médicos especializados, e que, não por acaso, são o principal alvo do Programa Mais Médicos, do Governo Federal.

Nesse ponto, o Ministério da Saúde acertou ao anunciar, como parte do programa, a criação de mais de 12 mil vagas de residência até 2017, medida que na nossa avaliação deveria ser considerada prioritária, mas que parece ter ficado em segundo plano em relação à atração de médicos estrangeiros.

Além disso, a falta de médicos na saúde pública do Brasil só será solucionada definitivamente quando for atraente para esses e outros profissionais da saúde trabalhar no SUS.

E isso só será possível com a regulamentação de uma carreira de Estado para os médicos e demais profissionais da área, que lhes garanta estabilidade funcional através do ingresso por meio de concurso público e que estabeleça ainda tempo integral e dedicação exclusiva, com remuneração condizente e condições de trabalho.

O fato hoje é que não faltam médicos no Brasil, mas sim, faltam médicos no serviço público, por que não há um plano de carreira, com estímulos, progressão, e os profissionais são obrigados a trabalhar muitas vezes sem as



mínimas condições.

E que a vinda de médicos estrangeiros, por mais que seja meritória ao oferecer uma resposta emergencial a essa questão, está longe de representar uma solução real para o problema.

Os brasileiros que ocuparam as ruas nos últimos meses, pedindo "saúde padrão FIFA" sabem disso e não serão enganados com medidas paliativas.

Eles têm consciência de que somente o aumento dos recursos para a saúde poderá atender efetivamente o clamor daqueles que dependem do SUS.

Por último, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no Programa *A Voz do Brasil*.

Documento 224/311

248.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária -28/08/2013-
CD 16:26

Publ.: DCD - 29/08/2013
36867

JÚLIO CAMPOS-DEM -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do dispositivo inserido pelo Senador José Pimentel no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, a respeito da transferência para o sistema regular de ensino dos alunos do sistema APAE - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O SR. JÚLIO CAMPOS (DEM-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, nesta oportunidade, protestar contra o dispositivo que o Senador José Pimentel incluiu no PNE, obrigando os alunos do sistema APAE a frequentarem as escolas regulares, fechando àquelas pessoas que têm deficiência a oportunidade de frequentarem as escolas da APAE.



As APAEs do Brasil já são uma instituição de muitos anos - desde 1954 funcionam no País - e têm mais de 2 mil centros de referência espalhados por todos os Municípios brasileiros. O Plano Nacional de Educação previa que os estudantes do sistema APAE continuariam tendo a instituição como foco da educação. No entanto, o projeto aprovado pelo eminente Líder Angelo Vanhoni, do PT do Paraná, nesta Casa, ao ir para o Senado, está sofrendo uma emenda totalmente deturpadora do seu colega, Senador Pimentel, do PT, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Deputado Júlio Campos, eu não poderia deixar de fazer um adendo ao seu pronunciamento: é realmente um absurdo esta emenda, uma vez que a APAE é uma entidade reconhecidamente séria em todo o País; faz um trabalho belíssimo em qualquer ponto do Brasil.

O SR. JÚLIO CAMPOS - É verdade. E as escolas estão sendo obrigadas a fechar, porque o Senador Pimentel apresentou esta emenda, querendo proibi-las de matricular alunos especiais.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Tomara que isso seja revisto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de solicitar aos meus amigos Senadores que tenham sensibilidade ao apreciar o projeto de lei que compreende o Plano Nacional de Educação, mais especificamente, a Meta 4 do PNE, que trata da educação inclusiva.

Um dos pontos mais conflitantes da proposta, que tem deixado muitos gestores de entidades como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e, sobretudo, familiares de pessoas com deficiência sem dormir, é a obrigatoriedade de matrícula de alunos especiais em escolas regulares, com a previsão de as APAEs deixarem de receber recursos do Governo em 2016. O projeto encontra-se hoje no Senado Federal, e o dispositivo que cria essa obrigatoriedade é de autoria do Senador José Pimentel (PT/CE).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, e buscou estruturar-se de forma a promover integralmente a atenção à pessoa com deficiência, especialmente a com deficiência intelectual e múltipla.

A Associação, que está presente em mais de 2 mil Municípios brasileiros, espalhados por todo o território nacional, surgiu para suprir uma deficiência do poder público em desenvolver políticas públicas inclusivas e eficientes. Teve início na iniciativa de familiares de



excepcionais que se empenharam em buscar alternativas de inclusão social para seus filhos, em busca de garantir seus direitos.

Infelizmente, a palavra deficiência ainda carrega consigo um estigma que aos poucos está sendo mudado: a rejeição, a discriminação e também o preconceito.

Essa Associação evoluiu e estruturou-se, por meio da troca de experiência com entidades similares, de pesquisas, de outros países. A APAE passou a prestar serviços de educação, assistência social, saúde, visando promover a defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e se mantém através de doações e da ajuda do Governo. Atualmente, a Associação atende a cerca de 250 mil pessoas com deficiência, em mais de 2 mil unidades no País.

Em nosso País, de acordo com o Censo 2010, divulgado pelo IBGE, 45,6 milhões de pessoas, o correspondente a 23,9% da população brasileira, convivem com ao menos um tipo de deficiência.

Sabemos, Sr. Presidente, que as APAEs prestam um excelente serviço de inclusão social. Tenho a convicção de que se esses deficientes forem obrigados a frequentar escolas regulares sem a estrutura física e psicopedagógica adequadas para atender às suas necessidades, regredirão, e também lhes será tirada a oportunidade de se desenvolverem. Estamos falando de alunos especiais que estão sendo muito bem atendidos pelas APAEs no Brasil.

Pesquisas já mostram que as escolas brasileiras estão com a infraestrutura em condições precárias para atender aos alunos de forma geral. O IBGE atesta que em 84,5% das instituições de ensino do País faltam itens como biblioteca, acesso à Internet, laboratórios de informática e ciências, quadras esportivas e dependências para estudantes com necessidades especiais. Imagine, Sr. Presidente, alunos especiais, que requerem estrutura e cuidados especiais, além de uma equipe multidisciplinar, em escolas como as nossas, que pessimamente atendem aos alunos sem deficiência!

Este dispositivo é uma aberração, se considerarmos a nossa realidade! As escolas regulares não estão preparadas para receber alunos especiais!

Por que acabar com as APAEs, que tão bem atendem, com tanta especialidade, aos portadores de deficiência em todo o País? Este dispositivo é um absurdo; é desumano.

Entre os alunos de escolas regulares já existe muito *bullying*, discriminação. Imaginem alunos especiais junto a eles, sem o devido preparo e conscientização dos colegas! Estou falando, nobres pares, de pessoas que dependem de ajuda para tudo - a maioria toma



medicamentos controlados.

Em Mato Grosso, um caso específico foi mostrado em jornal de Cuiabá: o da garota Brenda, de 11 anos, diagnosticada com disritmia cerebral e também com autismo. Ela faz uso de medicamento controlado e sofre ao estudar em uma escola regular. Sua avó relata preocupação com a falta de atendimento especializado na escola em que ela estuda. Segundo a avó, a neta, nos primeiros anos em que teve atendimento especializado, teve melhor desenvolvimento, mas, ao passar a frequentar uma escola regular, passou a sofrer com a grande dificuldade que a escola tem de trabalhar com ela.

Mesmo estando na 6ª série do ensino fundamental, a menina ainda não aprendeu ler e escrever, apesar de os médicos relatarem sua capacidade para o aprendizado. Sua professora também confidencia a dificuldade de ensinar a 30 alunos e dar atenção especial a ela. A professora reconhece a necessidade de especialistas para trabalhar com Brenda.

Várias mães de filhos especiais relatam a falta de estrutura e acessibilidade para portadores de deficiência nas escolas.

Por isso, Sr. Presidente, discordo deste dispositivo absurdo apresentado ao projeto pelo Relator no Senado, José Pimentel (PT-CE), que obriga a matrícula de alunos especiais em entidades de ensino regular. Será uma regressão para esses alunos estudar, sem qualquer estrutura, em escolas regulares e com colegas despreparados para recebê-los com todas as suas particularidades. Será massacrante essa inclusão, dentro da realidade em que o País se encontra.

Por que mudar o que tem funcionado? Por que obrigar, se é possível dar escolhas? O Governo não pode impor esta mudança, mas deve, sim, oferecê-la como opção para aqueles que a preferem. Há um movimento legítimo e muito expressivo, em todo o País, em defesa das APAEs e do trabalho que desenvolvem. E quem melhor do que aqueles que serão afetados pelas mudanças para dizer o que melhor lhes cabe?

O projeto do PNE foi encaminhado pelo Ministério da Educação ao Congresso em 2010. Sofreu alterações na Câmara e voltou à redação inicial no Senado. Após ser aprovado na Câmara, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, por unanimidade, e remetido à Comissão de Constituição e Justiça. Ainda será apreciado na Comissão de Educação e pelo Plenário do Senado.

Pelo relatório aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação deve ser universalizado na rede regular de ensino, e não mais



"preferencialmente na rede regular", conforme o texto original do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR).

Com o texto como está, as APAEs perderiam a prerrogativa de substituir as escolas regulares para os alunos especiais. Por isso, Sr. Presidente, defendo que meus colegas Parlamentares do Senado Federal sejam conscientes na votação deste importante projeto que trata de alguns direitos das pessoas especiais. Faço um apelo para que retirem do projeto o dispositivo que obriga alunos especiais a se matricularem em escolas regulares e mantenham o texto como foi aprovado pela Câmara, com a redação original do deputado Angelo Vanhoni (PT que usa o termo "preferencialmente").

Sem mais, agradeço Sr. Presidente.

Documento 225/311

248.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária -28/08/2013-
CD 16:30

Publ.: DCD - 29/08/2013 -
36869

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Associação aos pronunciamentos dos Deputados Rogério Peninha Mendonça e Júlio Campos, respectivamente, sobre o registro de nascimento de crianças na municipalidade de origem e a transferência para a rede regular de ensino do alunato do sistema APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero reforçar aqui os dois últimos pronunciamentos.

O Deputado Rogério Peninha Mendonça, lá do Estado de Santa Catarina, tem toda razão de se preocupar com os registros de nascimento nos pequenos Municípios. Agora há pouco, eu conversava com o Deputado Peninha. Veja V.Exa.: hoje a criança nasce nos Municípios onde há maternidade e é registrada como filha daquele Município, na maternidade. Eu acho isso um absurdo. O Deputado Peninha tem toda razão.

Já existe uma proposição em andamento e, naturalmente, o projeto do



Deputado Peninha vai ser apensado a essa.

O outro pronunciamento que quero comentar é o do Deputado Júlio Campos. Sr. Presidente, esta semana, nós já fizemos pronunciamento a esse respeito. Eu não entendo isso. Em time que está ganhando não se mexe. A APAE faz um trabalho extraordinário. Para que tirar essa prerrogativa das APAEs?

Documento 226/311

248.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 28/08/2013- CD	16:40
Publ.: DCD - 29/08/2013 36871	- EDINHO ARAÚJO-PMDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo ao Senado Federal de manutenção do texto do projeto de lei aprovado pela Casa, relativo às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Diário da Região*, de São José do Rio Preto, hoje publicou artigo de minha autoria sobre a questão das APAEs, que tem sido debatida com tanta propriedade nesta Casa.

Fui Prefeito de dois Municípios, Sr. Presidente, Santa Fé do Sul e São José do Rio Preto, e convivi com as APAEs. Quero fazer um apelo ao Senado, para que ratifique aquilo que foi votado na Câmara dos Deputados: "sim" à inclusão, e "não" àquilo que possa prejudicar as APAEs. Essas associações são insubstituíveis no trabalho que fazem, tratando de crianças especiais e pessoas com habilidades especiais.

Por isso, a nossa manifestação é favorável às APAEs do Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Diário da Região* de São José do Rio Preto publica na edição de hoje um artigo de minha autoria em defesa do trabalho realizado pelas Associações de Pais e Amigos do Excepcional em todo o Brasil. Um trabalho que pode ter prazo de validade caso a Meta 4 do Plano Nacional de Educação seja aprovada na forma do substitutivo apresentado no Senado Federal.

A nova proposta promove a inclusão de alunos com deficiências menos severas na rede regular, deixando a clientela com déficits mais graves aos cuidados das APAEs, mas, ao mesmo tempo, tira dessas instituições a possibilidade de receber recursos federais para fazer frente aos custos da educação especial.

É um contrassenso. O trabalho das APAEs hoje é insubstituível. Como demonstro no artigo, elas sobrevivem com enormes dificuldades financeiras e dependem de ajuda da comunidade para manter as portas abertas.

Espero que o Senado mantenha o texto do Plano Nacional de Educação como foi aprovado nesta Casa, pois ele garante a continuidade da participação das APAEs no processo educativo. Elas têm como marca registrada o trabalho sustentado no carinho e no amor ao próximo. Um ambiente onde pessoas com necessidades especiais encontram educadores com habilidades especiais, transformando esse convívio diário em momentos de interação, aprendizado, alegria e solidariedade.

Todo o apoio às APAEs.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Deputado Onofre Santo Agostini, Deputado Edinho Araújo e todos que se manifestaram, acho que nós podemos recolher 513 assinaturas de Deputados Federais a favor das APAEs e contra essa decisão que o Senado tomou. Não creio que qualquer Parlamentar desta Casa seja contra a APAE. Todos nós temos que assinar esse documento. Ninguém pode sobrepor-se a 513 Deputados Federais, que não admitem a ideia de apresentação de emenda no Senado para tolher as atividades das APAEs, atividades que dão certo em todo o Brasil, em cada rincão deste País. Nós sabemos o trabalho que realiza a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.



Documento 227/311

248.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 28/08/2013- CD	17:20
Publ.: DCD - 29/08/2013 36896	LUCI CHOINACKI-PT -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Nota de esclarecimento sobre a anunciada desativação de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui uma nota de esclarecimento sobre questões mal explicadas, mal-intencionadas, que saíram de São Paulo, da Federação das APAEs, dizendo que a Presidente Dilma iria acabar com as APAEs, iria cortar os recursos. Foi feito um grande fuxico, uma grande lambança, via mídias sociais.

Eu faço questão de esclarecer que o nosso Governo, que a Presidente Dilma jamais vai promover um ato para prejudicar as pessoas, seja quem for, principalmente as pessoas com deficiência física ou mental, tanto que no Plano Nacional de Educação a Meta 4 é incluir e não prejudicar, como no caso dessa conversa.

Nós precisamos pensar como incluir os milhões de pessoas que ainda não estão assistidas por nenhum órgão público nem pelas APAEs do Brasil, já que 2,6 milhões de pessoas que sofrem de deficiência física ou mental não são ainda atendidas, apenas 250 mil no Brasil.

O SR. ANTHONY GAROTINHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. LUCI CHOINACKI - E nós precisamos cuidar para que não se lancem boatos. Nesse caso, trouxe transtorno, trouxe prejuízo, levou pessoas para as ruas, afirmando que a Presidenta Dilma tinha um projeto, que estava sendo feito no Senado pelo Senador Pimentel.

Então, eu quero esclarecer, dizer que o nosso Governo tem o compromisso da inclusão de todos os seres humanos deste País, de ajuda na humanização do mundo, porque esse é o ideário do PT e do nosso Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero deixar isso esclarecido aqui



nesta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

ESCLARECIMENTO

Apaes não irão fechar

Marketing viral espalhado na internet sobre o possível fechamento das Apaes é desmentido

A notícia sobre o fechamento das Apaes em todo o Brasil se disseminou de forma muito rápida na internet, depois que a informação foi publicada em uma rede social da Federação das Apaes do Estado de São Paulo. A notícia, inverídica, preocupou a deputada federal, Luci Choinacki (PT/SC), que procurou, o mais rápido possível, esclarecer a população e todos aqueles que têm relação com as Apaes.

De acordo com o presidente da Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina (FEAPAEs-SC), Júlio César de Aguiar, a notícia do fechamento das Apaes do Brasil e o corte, por parte do Governo Federal, do repasse de verbas para as federações não é real. O que ocorreu foi apenas uma mudança no texto que constitui o Plano Nacional de Educação (PNE), mas o texto ainda não foi votado e nem aprovado, diz Aguiar.

ENTENDA

O texto que trata sobre o PNE já é discutido há alguns anos. Em 2012, ele foi votado na Câmara dos Deputados. Na meta 4, o texto afirmava que os pais ou responsáveis tinham o direito de escolher onde seus filhos especiais poderiam estudar: ou em escola regular, ou nas Apaes ou em escolas especializadas, mas que fossem, **PREFERENCIALMENTE**, matriculados em escolas regulares, explica Aguiar.

Mas, quando o texto foi para o Senado, a palavra **PREFERENCIALMENTE** foi retirada. Não sabemos o por que, mas, sem a palavra **PREFERENCIALMENTE**, subentende-se que os pais ou responsáveis teriam que optar por matricular seus filhos especiais somente em escolas regulares, não lhes dando escolha de optar por qual espaço eles acreditam ser melhor, avalia o presidente.

O texto foi modificado, mas ainda não foi votado ou aprovado pelo Senado. A ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e a presidenta, Dilma, se mostraram solidárias com nossa causa e afirmaram que são a favor da inclusão da palavra



PREFERENCIALMENTE no texto da Meta 4. Em nota, a presidenta afirma que o Governo Federal reconhece a importância das entidades filantrópicas no sistema educacional e tem investido, anualmente, nas escolas inclusivas e nas escolas especializadas por entender que ambos os modelos se complementam.

De acordo com Aguiar, na última segunda-feira, dia 26, ocorreu uma audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Na ocasião, foi feita uma abertura, junto ao Ministério da Educação (MEC), para que seja feito um estudo onde as reivindicações sejam contempladas nas estratégias da Meta 4 do PNE. A reunião que tem o propósito de discussão para a inclusão da palavra PREFERENCIALMENTE e outras reivindicações quanto ao PNE, ficou agendada para ser realizada até segunda-feira, dia 02 de setembro.

AS APAES

De acordo com o presidente, Aguiar, no Brasil existem cerca de 2.150 unidades da Apae que atendem, diariamente, 250 mil pessoas. Já em Santa Catarina, o número de Apaes é de 195 unidades, com 17 mil pessoas atendidas, por dia. Em Santa Catarina, cinco mil profissionais atuam nas Apaes, além de seis mil dirigentes voluntários, aproximadamente 15 mil voluntários e milhares de associados. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam que, no Brasil, existam 2,6 milhões de pessoas com deficiência mental e intelectual. Se, hoje, a Apae atende 250 mil pessoas por dia, subentendem-se que os demais fiquem desassistidas, lamenta o presidente.

A deputada federal, Luci, faz uma indagação: como fica a situação das pessoas que não tem acesso aos serviços especiais, como da Apae, por exemplo?. Para Luci, que tem um filho especial, Izaquiel, de 27 anos, o cidadão deve ter coragem e determinação para conquistar seus direitos. É preciso ter mais estrutura, precisamos acabar com o preconceito, buscar a inclusão diária destas pessoas, levando em consideração as limitações de cada um. O governo de Dilma e Lula contribuíram para os avanços no atendimento de pessoas especiais. Não iremos recuar, mas sim avançar cada vez mais para todas as pessoas especiais possam ser incluídas e também possam ter o direito à cidadania, finaliza a deputada.



248.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 28/08/2013-
CD 17:20Publ.: DCD - 29/08/2013 - DR. UBIALI-PSB -SP
36901

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Extinção de escolas das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs com a alteração, pelo Senador José Pimentel, da Meta 4 constante no projeto de lei sobre a criação do no Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi dito aqui que houve um comunicado da Federação Nacional das APAEs e que ele não procedia, que não era verdadeiro.

Eu sou Presidente da Federação das APAEs. Esse comunicado que houve é verdadeiro. Realmente, o Senador José Pimentel mudou a Meta 4 e, com essa mudança, extinguiu as escolas especiais, as das APAEs e as outras. Nós fizemos aqui um movimento para que isso fosse modificado nas comissões seguintes.

A Câmara tinha aprovado a Meta 4 adequada, e o que nós queremos é que seja resgatado aquilo que nós votamos aqui na Câmara. Nós temos esse compromisso.

É bem verdade que a Federação Nacional das APAEs fez um comunicado dizendo que a Presidenta nos respeita. Ela disse que respeita o trabalho das APAEs. A Ministra Gleisi Hoffmann também disse que respeita o trabalho das APAEs, mas, na prática, o que aconteceu foi que o Senador José Pimentel realmente mudou a Meta 4, prejudicando, sim, as escolas especiais.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) - Sem querer entrar na polêmica, Deputado Dr. Ubiali, V.Exa. sabe de nosso compromisso em relação a esse tema. Como eu tenho dito, a polêmica está estabelecida. Foi o que fez o Parlamentar Pimentel, mas haverá outros Parlamentares com outras posições. Como somos 513 aqui e 81 lá, é importante esta garantia: a Câmara vai manter o texto da Câmara, independentemente do que fizer o Senado. Mas acredito que até no Senado essa polêmica vai ser vencida. Eu disse ao Senador Pimentel que era absolutamente estéril essa polêmica.

O SR. DR. UBIALI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) - É que eu tinha esse compromisso, Deputado. E nós temos um requerimento.



Documento 229/311

248.3.54.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa 28/08/2013-17:20
Publ.: DCD - 29/08/2013 - 36925	- STEFANO AGUIAR-PSC -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Celeridade na tramitação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

O SR. STEFANO AGUIAR (PSC-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa Constituição estabelece, em seu art. 6.º, a educação como um direito social. Complementarmente, no *caput* do art. 205, reforça que a educação é "*direito de todos e dever do Estado e da família*", devendo ser "*promovida e incentivada com a colaboração da sociedade*".

Encontramos, pois, na Lei Maior deste País disposições que atribuem à educação um valor que não tem sido replicado na vida cotidiana das pessoas, tampouco na gestão das políticas educacionais, em todos os âmbitos de governo. O Brasil ainda precisa dar passos importantes para alcançar uma situação de elevado desenvolvimento educacional.

Nenhuma nação é capaz de crescer e prosperar consistentemente sem investir em ensino de qualidade para todas as suas crianças e jovens. A educação é fator de transformação social, capaz de promover processos democráticos e de levar formação integral aos cidadãos. É, também, um inegável fator de desenvolvimento econômico, por propiciar ganhos de qualidade em produção e serviços e equalização do poder de compra e da qualidade de vida da população, por meio da qualificação, formação, desenvolvimento profissional e produtividade do trabalhador.

Durante 2 anos, esta Casa analisou e debateu o projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. Em outubro do ano passado, a matéria foi encaminhada ao Senado, onde ainda se encontra pendente de apreciação em duas Comissões Temáticas. Ora, Sr. Presidente, já



estamos no segundo semestre de 2013; mais um ano letivo se dirige para sua fase conclusiva, e continuamos sem uma lei que defina as metas e estratégias para progredir no processo de melhoria da educação brasileira.

Quando tramitava nesta Câmara dos Deputados, o PNE foi aperfeiçoado com a incorporação de numerosas sugestões, resultantes de amplos debates e do aprofundamento em questões pontuais, que robusteceram a proposição, tornando-a verdadeira contribuição para a maior organicidade das políticas e, conseqüentemente, para a superação da histórica visão fragmentada que tem marcado a organização e a gestão da educação nacional.

Aprovamos o aumento escalonado de repasses de recursos da União para políticas de educação até que se chegue a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), o que assegura investimentos consistentes no setor. Mas é preciso que se imponha um ritmo de tramitação mais célere, no Senado, para que esse grande avanço seja concretizado.

A conjuntura educacional do País, atualmente, é lastimável. Em todos os Estados, há escolas que funcionam em condições precárias. Quando o problema não é a estrutura física das unidades, é a falta de professores; quando não é a dificuldade de acesso dos alunos, é a falta de merenda, e assim por diante. Essa realidade adquire contornos ainda mais sérios quando nos deparamos com a degradação moral e civil das relações interpessoais entre educadores e alunos. Não há mais respeito à autoridade do professor.

A violência, as drogas, a promiscuidade rondam o ambiente escolar e golpeiam nossas crianças e jovens, bem como os professores, com ímpeto, comprometendo as funções das instituições de ensino, corroendo as relações entre educadores, alunos, famílias e sociedade.

A aprovação do Plano Nacional de Educação é fundamental para iniciarmos o processo de reversão desse triste quadro. Como estratégia para alcançar a meta de melhores indicadores de educação básica, o PNE prevê que sejam implantadas políticas de combate à violência na escola, de construção de cultura de paz e de dotação de segurança para o ambiente escolar e para a comunidade.

Sras. e Srs. Deputados, não podemos aceitar que o processo de degradação do sistema educacional brasileiro tenha prosseguimento. Famílias, Igrejas, organizações sociais e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude devem ser chamados a se envolver nessa demanda com profundidade. Somente com alto grau de comprometimento e abertura para articular a educação formal, de modo a que ela seja assumida como responsabilidade de todos, obteremos melhorias.

Essa a defesa que faço perante um dos temas mais sensíveis à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos



órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 230/311

256.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária	03/09/2013-14:50
	- CD	
Publ.: DCD - 04/09/2013 - 37682	ROMÁRIO-SEM PARTIDO -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Afastamento do orador das atividades parlamentares na Câmara dos Deputados para tratamento da própria saúde. Agradecimento à equipe médica do Hospital Sarah Kubitscheck. Apoio à nulidade da sessão destinada à deliberação sobre a cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Defesa de extinção do voto secreto nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apelo ao Senador Álvaro Dias, Relator do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, de manutenção das escolas de ensino especial.

O SR. ROMÁRIO (Sem Partido-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Retorno hoje às minhas atividades parlamentares, depois de 28 dias afastado desta Casa por motivos de saúde. Passei por duas cirurgias: uma pequena intervenção no pé, há 15 dias, e, na semana passada, uma cirurgia para eliminar uma hérnia de disco na região lombar que realmente me incomodava bastante. Por esse motivo, eu me ausentei desta Casa.

Graças a Deus, a cirurgia foi um sucesso. Gostaria de agradecer imensamente a todos os profissionais do Hospital Sarah Kubitschek de Brasília, especialmente à Diretora Lúcia Braga, ao neurocirurgião Ricardo Gepp, ao anestesista Paulo Algiri e a toda a equipe de enfermagem do hospital. Estendo meus agradecimentos a todos aqueles que estimaram pela minha saúde. Muito obrigado por todas as



orações pela minha pronta recuperação.

Devido a esse problema, não pude comparecer à sessão que decidi pela não cassação do mandato do Deputado Natan Donadon, e, infelizmente, ainda hoje, chamamos um preso de Deputado Federal. Algumas iniciativas foram tomadas para reverter esse resultado. Todas elas têm o meu apoio incondicional. A decisão do Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, de suspender a sessão foi um alento para toda a sociedade.

Não há como não creditar esse resultado vergonhoso ao voto secreto. Por este motivo, ratifico aqui o meu desejo de ver extinto o voto secreto em toda e qualquer votação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção de todos para outro assunto que vem tirando o sono de milhares de famílias brasileiras e de educadores. No último mês, recebi centenas de mensagens de pessoas de todo o Brasil, angustiadas preocupadas com o fechamento das APAEs. Como V.Exas. devem saber, o projeto de lei do Executivo que trata do Plano Nacional de Educação já foi aprovado nesta Casa. Na Meta 4 do PNE, o texto aprovado na Câmara grafou o atendimento escolar à população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino, mas garantindo o atendimento educacional especializado. O Senado, por sua vez, alterou o texto, retirando o termo "preferencialmente" do projeto.

Em outras palavras, Sras. e Srs. Deputados, o texto está obrigando todas as crianças a estudarem na rede regular de ensino e passa a considerar instituições como as APAEs apenas como ensino complementar.

A situação fica ainda pior, Sr. Presidente, porque o texto também prevê que, a partir de 2016, as matrículas nas APAEs não sejam mais contabilizadas para efeito de repasse do FUNDEB. Isso fará com que as APAEs recebam menos recursos. A redução de recursos será fatal, e muitas escolas especiais serão fechadas.

Como pai de uma criança especial, entendo profundamente a angústia de outros pais. A minha filha Ivy - que tem Síndrome de Down -, por exemplo, estuda em uma escola regular de ensino, desenvolve-se bem e tem ótima relação com os colegas na escola, mas este não é o caso de todas as crianças. Há níveis diferentes de capacidade cognitiva e de socialização, Srs. Deputados. E ninguém melhor para avaliar se a criança está apta ou não para estudar em uma escola regular do que seus próprios pais.

Compartilho com V.Exas. uma das mensagens que recebi no meu



gabinete, de Maria Carolina, irmã de uma jovem com deficiência intelectual:

"Só quem passa pelo martírio da educação inclusiva pública e privada no país sabe que, infelizmente, o sistema está longe de funcionar. A imagem que tenho da Bai, ainda criança, era ela sentada sozinha no canto de um parquinho da escolinha enquanto todas as outras crianças cumpriam suas obrigações, brincavam, divertiam-se, faziam amigos e se socializavam no recreio. Eu via isso todos os dias. Isso dói na alma. E os professores têm poucas condições de mudar. O contrário disso foi a felicidade de vê-la pela primeira vez participando de uma festa junina da APAE, com amigos, dançando, comprando os alimentos, vivendo como uma adolescente normal. Não é que eu não acredite na educação inclusiva, acredito na educação básica para excepcionais que as APAEs dão."

Eu poderia, Sr. Presidente, relatar histórias ainda mais tristes, como a de uma mãe do Rio Grande do Sul que enfrentou a tristeza de ter um filho abusado sexualmente em uma escola regular. Um ano depois, este garoto começou a ter problemas de saúde, fez diversos exames, e um médico diagnosticou que ele havia sido contaminado com o vírus HIV, fruto dessa violência sexual. Esta mãe, Sras. e Srs. Deputados, hoje se sente culpada por ter apostado na dita inclusão que o Governo pretende fazer. Não há estatísticas para comprovar se este abuso é um caso isolado ou não. O que não podemos é obrigar os pais a matriculem os filhos em escolas que ainda não estão preparadas para receber alunos especiais.

Então, eu faço daqui um apelo público ao Senador Álvaro Dias, que será Relator do PNE na Comissão de Educação do Senado, para que altere o PLC nº 103, de 2012. Retomar o texto da Câmara vai garantir a manutenção do avanço que a Câmara já havia alcançado, ouvindo a voz da população.

Às vezes, Sras. e Srs. Deputados, para garantirmos a equidade no tratamento, precisamos tratar as pessoas com diferença. São como nossos filhos, que, embora irmãos, têm necessidades diferentes.

Por isso, apelo ao Governo: crianças e jovens deficientes precisam de um tratamento especial para que se tornem iguais perante a sociedade.

Certo da sensibilidade dos Senadores em relação a esta causa, registro aqui meus cumprimentos.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim.) - Obrigado, Deputado Romário.



Nós somos testemunhas da briga que vem sendo travada com relação ao assunto que V.Exa. coloca, da luta pela aprovação do projeto citado.

Documento 231/311

256.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 03/09/2013- CD	17:20
Publ.: DCD - 04/09/2013 - 37729	- JOSÉ STÉDILE-PSB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao povo gaúcho pela recepção concedida ao Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos. Defesa de manutenção de escolas de ensino especial. Posicionamento favorável à aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a abolição do voto secreto nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria, neste momento, de agradecer ao povo gaúcho a carinhosa recepção dada ao Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, Presidente do meu partido, que esteve no nosso Estado visitando a EXPOINTER. Fez uma grande plenária na cidade de Passo Fundo. Fez uma grande plenária também no sábado, na cidade de Caxias do Sul, sempre com uma grande presença, numa forma muito carinhosa de recepcionar aquele que tem sido um modelo de administração para o nosso País.

Também gostaria de registrar, Sr. Presidente, a presença neste plenário do jornalista Delmar, de Cachoeirinha, cidade da qual fui Prefeito e que muita orgulha nosso Município.

Sr. Presidente, há debate muito intenso no nosso Parlamento a respeito da importância ou não das APAEs em todo País. Muitos acreditam, e eu concordo, que é importante a inclusão de todas as pessoas que hoje são acompanhadas pelas APAEs nas escolas tradicionais do nosso País.

Mas eu pergunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: qual é a



escola no nosso País que tem professores preparados adequadamente para tratar de nossas crianças excepcionais? Qual é a escola brasileira que está adequadamente adaptada aos tipos de deficiências, que hoje são tratadas de forma muito eficiente não só pelas APAEs, mas também pelas escolas de educação especial em todo País?

Nós concordamos, sim, com a inclusão. Mas, muitas vezes, essa tentativa de inclusão pode significar a exclusão desses alunos que hoje são muito bem tratados pelas APAEs.

Gostaríamos que o texto fosse modificado para "preferencialmente" onde tem uma escola normal que possa atender os alunos - pois que seja atendido. Mas que preferencialmente seja adequado para que as APAEs e as escolas de educação especial continuem atendendo a esse público, porque hoje ainda é grande a defasagem de vagas para os alunos que gostariam de participar das APAEs, mas não são atendidos.

Sr. Presidente, estou aguardando, com muito interesse, a votação da PEC do Voto Aberto nesta noite, de cuja Comissão eu faço parte desde o primeiro mês do meu mandato, porque acho que todo Deputado deve, sim, respeito ao seu eleitor, ao seu partido. A população brasileira precisa ficar sabendo em quem o Deputado vota e qual é a forma que o Deputado está fazendo para votar.

Então, o meu apoio total ao voto aberto em todas as instâncias nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 232/311

263.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/09/2013- CD	09:57
Publ.: DCD - 06/09/2013 - 38884	WELLINGTON FAGUNDES-PR -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à luta das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs a favor da manutenção do ensino especial no bojo do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR-MT. Pela ordem. Sem



revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento sobre as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, em apoio ao grande trabalho que essas associações prestam ao Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algumas semanas, o Plano Nacional de Educação, que tramita no Senado Federal, após já ter passado pela análise desta Casa, vem acendendo calorosas discussões, dentro e fora do Congresso Nacional, além de diversas manifestações em vários Estados do País. Isso porque a aprovação do novo Plano pode enfraquecer a atuação das entidades que oferecem educação especial às pessoas com deficiência.

Das 20 metas do Plano Nacional de Educação que visam à inclusão e à universalização do ensino no País, desde a educação infantil até o ensino superior, a Meta 4, que trata especificamente da inclusão, pretende implantar políticas educacionais que incluam minorias, como populações indígenas, quilombolas e pessoas com necessidade especiais. Esse ponto tem sido considerado polêmico, pois essa inclusão pode representar o fim das escolas especiais, como as APAEs.

Caros colegas, como o Plano pretende que a rede regular de ensino cuide da educação dos alunos especiais a partir de 2016, não serão mais feitos repasses e convênios, no âmbito do Ministério da Educação, para as escolas especiais. Isso significa dizer, caros colegas, que o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação deve ser universalizado na rede regular de ensino, ou seja, determina-se que alunos com deficiência estudem em escolas regulares, sem a opção de escolher escolas especiais, como as APAEs.

Senhoras e senhores, pelo que podemos perceber, a rede pública de ensino ainda não está preparada para fazer a inclusão dos alunos especiais. Hoje, infelizmente, a realidade da educação brasileira não atende a três eixos fundamentais que são cumpridos pelas APAEs no acolhimento de pessoas com deficiência: educação, saúde e assistência social.

Caso seja aprovada essa proposta, a Meta 4 trará prejuízo social, uma vez que não atende às pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, e isso repercute na vida familiar e profissional dos pais ou responsáveis por esses deficientes, e ainda influenciará diretamente nas estruturas das APAEs, que, ao longo do tempo, com esforços contínuos, trabalharam muito junto a suas comunidades para manter serviços com



atendimentos qualificados.

Gostaria de salientar aqui que sou a favor da inclusão responsável. No entanto, minha preocupação é que essa inclusão tem que ser bem estudada e analisada, para não se tornar uma inclusão perversa, onde se coloca uma pessoa com deficiência em uma escola comum e ela vai ter maiores dificuldades ou não vai conseguir interagir com seus colegas e com a nova escola. A gente entende que uma escola não exclui a outra, uma escola completa a outra, mas é preciso haver as escolas especiais, para dar um suporte às escolas comuns.

A luta do Movimento Apaeano não é para derrubar a Meta nº 4, mas pela inclusão de um artigo nessa meta: que essas crianças, preferencialmente, sejam incluídas no ensino regular, mas com opção aos pais de mantê-las nas escolas especiais.

Era isso que tinha a dizer.

Obrigado.

Documento 233/311

266.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/09/2013- CD	15:58
Publ.: DCD - 10/09/2013 - 39291	DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aquisição pelo Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, de veículos adaptados para o transporte de alunos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs. Defesa de manutenção pelo Senado Federal do texto complementar à Meta 4, constante no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Câmara dos Deputados. Mensagem do Papa Francisco a favor do restabelecimento da paz na Síria.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sexta-feira última, estivemos no Palácio dos Bandeirantes, com o Governador Geraldo Alckmin, num grande evento, com a presença de mais de 2 mil pessoas das APAEs



do Estado de São Paulo, de Vereadores, de Prefeitos, de Vice-Prefeitos que foram lá porque foi assinado um documento destinando às APAEs do Estado de São Paulo, para a educação especial, cerca de 270 vans e micro-ônibus, todos adaptados.

Essa mobilidade, esse direito dá ao deficiente recursos para que ele possa ir à escola, vir da escola, enfim, frequentar uma escola. Mais do que isso: o gesto do Governador Geraldo Alckmin, ao destinar veículos adaptados para as escolas especiais, demonstra o reconhecimento do trabalho que essas escolas têm, demonstra com clareza qual é, neste momento, a posição do Estado de São Paulo em relação às escolas especiais.

As escolas especiais lutam para poder continuar prestando os seus serviços, para ter o direito de existir. Por isso, voltamos a dizer: a Meta 4 do Plano Nacional de Educação tem que ser nos moldes em que foi aprovada nesta Casa, mantendo a palavra "preferencial", permitindo às escolas especiais que existam. Nós não queremos ter nenhum aluno que possa ser incluído dentro de uma escola especial, mas nós queremos que o aluno incluído aprenda; nós queremos que os alunos que não têm condições de aprender na escola regular possam aprender na escola especial.

Vou aproveitar este último minuto para parabenizar o Papa Francisco, que sábado convocou, Deputado Luiz Couto, uma vigília a que compareceram 70 mil pessoas, na praça do Vaticano, e pediu para que o mundo todo entrasse em oração e jejuasse, para que a gente encontre a paz na Síria.

A paz na Síria é fundamental - fundamental para o mundo. Hoje nós não podemos mais admitir que, num país como a Síria, nós tenhamos 20% das crianças não indo mais à escola. Isso é um absurdo e compromete o futuro do próprio país.

Portanto, parabenizo o Papa Francisco por essa ação e me incluo nela. Acho que temos que ter diálogo e negociação, mas também temos que encontrar muito rapidamente - muito rapidamente - a paz para a Síria.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 234/311

266.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/09/2013-17:42
Publ.: DCD - 10/09/2013 - 39312	FÁTIMA BEZERRA-PT -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Sanção, pela Presidenta Dilma Rousseff, do projeto de lei sobre a destinação de recursos dos royalties do petróleo aos setores de educação e saúde. Importância de aprovação do projeto de lei acerca da instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero me associar aos Parlamentares que já ocuparam esta tribuna para registrar o ato histórico realizado há pouco no Palácio do Planalto, quando a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que destina os *royalties* do petróleo para a educação (75%), e para a saúde (25%).

Sr. Presidente, quero destacar o papel da bancada do nosso partido, inclusive na condição de Coordenadora do Núcleo de Educação da bancada do PT. O PT teve uma participação muito intensa nessa luta.

Quero destacar o papel da Presidenta Dilma, que desde o início acreditou nesse caminho e, portanto, defendeu a bandeira dos *royalties* para a educação.

Quero destacar o protagonismo dos movimentos sociais, que foi essencial - o Movimento Estudantil, a UNE, a UBES, a CNTE, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a UNDIME, a CUT e tantas outras que tiveram uma participação muito decisiva nessa luta em prol da destinação dos *royalties* do petróleo para a educação e para a saúde.

Sr. Presidente, eu quero também, aqui, destacar a participação de muitos cidadãos anônimos, neste País afora, que nas chamadas mobilizações de junho contribuíram muito para que conseguíssemos, no âmbito do Congresso Nacional, ter uma correlação de forças favorável para a aprovação desse projeto.

Destaco o papel do Deputado André Figueiredo na condição de Relator. Não é à toa que essa lei foi sancionada exatamente no mês de setembro em que comemoramos, celebramos a luta pela



independência. Por quê? Porque destinar mais recursos para a educação tem tudo a ver com a independência do País.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Deputado Amauri Teixeira, de que a Lei dos Royalties do Petróleo para a educação será um dos maiores legados que o Governo do nosso partido e de aliados, da Presidente Dilma Rousseff, deixará para gerações presentes e futuras.

Digo mais: o Ministro Aloizio Mercadante estava muito inspirado quando lá destacou a alegria de ver essas novas receitas, que são os *royalties* do petróleo, oriundas dessa riqueza extraordinária que é o pré-sal. Que alegria, Deputado Amauri Teixeira, ver essas receitas pararem nas salas de aula deste País afora.

Que agora venha o Plano Nacional de Educação - PNE para avançarmos na universalização e ampliação do atendimento escolar! Que venha o PNE, com 10% do PIB para a educação, com a agenda de valorização do magistério brasileiro!

Documento 235/311

267.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/09/2013-20:10
Publ.: DCD - 10/09/2013 - 39352	ÂNGELO AGNOLIN-PDT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de congresso internacional sobre educação a distância, em Salvador, Estado da Bahia. Defesa da extensão do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior - FIES ao alunato de cursos a distância.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou usar esses 3 minutos para falar de um importante congresso que está sendo realizado no dia de hoje e se estenderá até quinta-feira, na bela Salvador, na nossa querida Bahia, terra do nosso querido companheiro Deputado Amauri



Teixeira, sobre educação a distância. Trata-se de um congresso internacional com a participação de atores acadêmicos de diversos lugares do mundo, com presença forte de expositores dos Estados Unidos. Hoje, na abertura, pudemos perceber a importância da educação a distância, principalmente para a graduação no País.

Hoje estamos convencidos e convictos de que essa é a única ferramenta capaz de fazer com que a gente cumpra as metas do Plano Nacional de Educação. Não há como, utilizando tão somente o ensino presencial, cumprirmos as metas que estão ali estabelecidas, que são grandiosas, gigantescas e imprescindíveis para que o nosso País se torne competitivo.

Sr. Presidente, é óbvio que, quando vemos o Brasil com dificuldade em inovação, com dificuldade em processos produtivos mais competitivos, quando temos falta de profissionais mais qualificados, mais seguros estamos de que é na educação a distância, que é usando a modernidade, que é usando o ensino via Internet, que é utilizando os satélites, que é levando a educação a qualquer distância, como um ensino flexível, que nos permitiremos superar e inovar e nos tornar mais competitivos.

Eu queria, Sr. Presidente, registrar um outro ponto importante, identificado na manhã de hoje, que é precisamente a condição intransferível de também contemplar os alunos de EAD, os alunos de educação flexível, os alunos de ensino a distância, com o FIES, com o financiamento à educação. A norma aprovada nesta Casa permite que sejam financiados. Porém, um ato do Ministério da Educação discriminou os alunos de EAD no financiamento à educação. E nós vamos agora, num próximo pronunciamento, com muito mais cuidado, tratar exatamente da importância de levarmos o FIES aos alunos de educação a distância.

Documento 236/311

269.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	10/09/2013-14:38
Publ.: DCD - 11/09/2013 39658	- DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de manutenção pelo Senado Federal do dispositivo do Plano



Nacional de Educação - PNE relativo ao ensino especial, nos termos do parecer do Deputado Ângelo Vanhoni, aprovado pela Casa.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para defender as escolas especiais e o direito que as pessoas com deficiência têm de escolher entre serem incluídas na escola regular ou frequentarem uma escola especial.

Sou Presidente da Federação das APAEs do Estado de São Paulo, que, como entidade beneficente de assistência social cuja atuação se dá com vistas ao fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência, quer que o relatório do Deputado Federal Ângelo Vanhoni, aprovado por esta Casa, seja mantido.

Assim sendo, Sr. Presidente, solicito que se dê a maior divulgação possível a esta defesa, a este pronunciamento que eu faço, porque as escolas especiais têm de continuar existindo, e para isso é preciso que o texto do Plano Nacional de Educação volte a ser aquele que foi aprovado nesta Casa.

Sem isso, as escolas especiais desaparecerão, e isso não só constitui uma injustiça social como vai de encontro à inclusão consciente, à inclusão que de fato possa promover a educação dessas pessoas.

Muito obrigado.

Documento 237/311

269.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	10/09/2013-15:22
Publ.: DCD - 11/09/2013 39670	- IARA BERNARDI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Entrega do relatório da CPMI destinada à investigação de atos de violência contra a mulher. Lançamento, em São Paulo, da Casa da Mulher Brasileira, destinada ao atendimento de mulheres vítimas da violência. Inconformismo



com o atraso na votação pelo Senado Federal do projeto de lei sobre a tipificação do crime de homofobia. Manifestação na Casa em defesa da participação feminina na política. Lançamento da campanha Mulher, tome partido! Filie-se! Sanção pela Presidenta Dilma Rousseff do projeto de lei relativo à destinação de recursos de royalties de petróleo para os setores de educação e saúde. Expectativa de votação pelo Senado Federal do projeto de lei a respeito da instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Prioridade dada pelo Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, ao programa Alfabetização na Idade Certa. Não pagamento do piso nacional salarial dos profissionais do magistério público da educação básica por Estados e Municípios brasileiros.

A SRA. IARA BERNARDI (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero destacar aqui, neste tempo que me foi concedido pela Casa, duas questões extremamente importantes e, inclusive, correlatas.

Quero destacar a entrega formal - e a Deputada Janete Rocha Pietá já está aqui para colaborar também neste debate - do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Combate à Violência contra a Mulher.

Esse relatório fez um apanhado, depois de 7 anos de aplicação da Lei Maria da Penha, do que seria necessário quanto às ações conjuntas dos Governos Municipais, Estaduais e Federal e das entidades que trabalham com o tema. Em que seria necessário hoje avançar, corrigir e aperfeiçoar a Lei Maria da Penha, depois de 7 anos de experiência e de tudo aquilo que foi verificado e sugerido nessa CPMI?

Nós temos aqui, inclusive, algumas modificações à Lei Maria da Penha que serão propostas nesta Casa, como resultado desse relatório final, principalmente no que diz respeito à aplicação da lei, porque boa parte dos problemas vem da falta de estrutura de onde a mulher está. As delegacias da mulher ainda estão despreparadas, esvaziadas e existem em número insuficiente; muitas vezes, nós temos também um Poder Judiciário que não é sensível à causa, que distorce e dá interpretações incorretas à Lei Maria da Penha; há casas-abrigo insuficientes e até o despreparo do aparato policial no atendimento emergencial, no atendimento em flagrante desses casos de violência doméstica. Então, modificações foram propostas. A bancada feminina entregou à Casa as propostas de modificações.

A Comissão, que preparou esse trabalho extremamente importante pelo Brasil todo, já entregou o relatório aos Presidentes das Casas, à nossa Presidenta Dilma, para que ações sejam executadas em conjunto e haja o aperfeiçoamento da lei nesta Casa. E, por iniciativa do Executivo, pode haver a indicação de que mudanças na legislação



nós podemos ter.

Eu queria dar um aparte para a Deputada Janete Pietá, que foi a proponente da criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. A Deputada fez esse trabalho tão aprofundado no Brasil sobre a situação e a condição feminina de violência contra a mulher.

Pois não, Deputada.

A Sra. Janete Rocha Pietá - Deputada Iara Bernardi, primeiro, quero parabenizá-la por abordar um tema fundamental, que é a possibilidade de criarmos um Brasil mais igual, sem violência. Infelizmente, Sr. Presidente, a violência contra a mulher ainda está numa situação que nós poderíamos dizer que é quase um estado de guerra.

A SRA. IARA BERNARDI - E temos uma das melhores leis do mundo, não é, Deputada?

A Sra. Janete Rocha Pietá - Temos uma das melhores leis do mundo, mas a sua aplicação ainda deixa a desejar, porque, infelizmente, ainda se tem uma mentalidade preconceituosa, machista, paternal e patriarcal em relação à mulher. Mas o que eu gostaria de falar é que o evento da entrega desse relatório foi muito importante. Ocorreu no Senado, com a presença da nossa Presidenta Dilma Rousseff, que deixou bem claro que nós não podemos ter tolerância. A tolerância é zero para a questão da violência contra a mulher.

A SRA. IARA BERNARDI - E a nossa Presidenta, Deputada, está absolutamente sensível a esta causa, à construção da melhoria da Lei Maria da Penha e das estruturas necessárias para a sua aplicação.

A Sra. Janete Rocha Pietá - Exatamente.

A SRA. IARA BERNARDI - Eu estive em São Paulo, e a Deputada também, recentemente, junto com autoridades do Governo do Estado de São Paulo e junto com a nossa Ministra Eleonora Menicucci, no lançamento da Casa da Mulher Brasileira, que vai ser financiada pelo Governo Federal em todas as capitais e onde se juntarão todas as estruturas necessárias para o funcionamento, para a aplicação correta da Lei Maria da Penha.

Então, em São Paulo, o lançamento ocorreu junto com a Prefeitura, com o Prefeito Haddad, e o Governador de São Paulo. O Estado foi um dos primeiros a assumir a construção e a implantação da Casa da Mulher Brasileira, onde todas as estruturas trabalharão em conjunto.

A Sra. Janete Rocha Pietá - Exatamente, Deputada Iara Bernardi. Mas quero ressaltar que Brasília foi a primeira...



A SRA. IARA BERNARDI - Brasília?

A Sra. Janete Rocha Pietá - É. E espera-se que, até março, nós já tenhamos a primeira Casa da Mulher Brasileira. Eu quero parabenizá-la por sua importante participação nesta Casa, onde foi aprovado o PLC nº 3, que estabelece uma coisa importantíssima que é o atendimento integral à mulher que sofre violência. E esse PLC que foi aprovado...

A SRA. IARA BERNARDI - Violência sexual.

A Sra. Janete Rocha Pietá - Violência sexual. Ele é de suma importância, e eu quero parabenizá-la hoje. Não se pode apenas deixar para lá a mulher que sofreu violência. É obrigação de todos os hospitais dar atendimento integral a toda e qualquer mulher, menina ou adolescente que sofra violência sexual. Por isso, eu a parabeno e quero dizer que figuras como V.Exa. temos que ter cada vez mais nesta Casa. Parabéns, Deputada Iara Bernardi!

A SRA. IARA BERNARDI - Da mesma forma, Deputada Janete Rocha Pietá, que coordenou por tantos anos a bancada feminina, parabeno V.Exa. Muitas das vitórias que nós temos nesta Casa em relação a esse tema vêm da luta da bancada feminina, da sua articulação, da sua representatividade e da presença, embora ainda diminuta, de mulheres nesta Casa. Somos uma bancada aguerrida, que trabalha em conjunto, inclusive, com a bancada feminina do Senado Federal.

Pois não, Deputado Vicentinho.

O Sr. Vicentinho - Estimada colega, Deputada Iara Bernardi, quero parabenizá-la pelo tema que V.Exa. aborda neste instante, no Grande Expediente, tema que nos ensina, que nos estimula e faz compreender que a luta contra a violência doméstica, sexual ou não sexual, a luta contra o preconceito contra as mulheres, é como a luta, também, contra o preconceito contra os negros ou contra as pessoas com deficiência. Não pode ser uma luta somente das mulheres. No dia em que os homens entrarem nessa luta contra a violência doméstica...

A SRA. IARA BERNARDI - Nós queremos, sim, Deputado Vicentinho, os homens como parceiros, sem dúvida.

O Sr. Vicentinho - Pois é, no dia em que os brancos entrarem nessa luta contra o preconceito racial, e assim por diante, nós teremos um mundo melhor. Eu quero, na verdade, agradecer a V.Exa. pela companhia, pelo seu trabalho. V.Exa. é uma Deputada de bancada, uma companheira de Sorocaba, conhecedora dos problemas da região, uma das melhores Deputadas desta Casa. Tenho orgulho de partilhar os desafios, as missões que cumprimos aqui, na defesa do Governo da Presidenta Dilma, na defesa dos direitos dos homens, mas, sobretudo, na defesa dos direitos das mulheres, tarefa que V.Exa. cumpre com



tanta beleza, com tanta coragem, com tanta dignidade. O Estado de São Paulo só pode ter muito orgulho do seu trabalho e da sua história de vida e da sua história parlamentar. Tenha certeza de que estaremos juntos neste mandato e também nos próximos desafios que virão daqui para frente. Parabéns!

A SRA. IARA BERNARDI - Muito obrigada, Deputado Vicentinho, pelas palavras de elogio.

Deputado Nilmário, quer fazer um aparte?

O Sr. Nilmário Miranda - Eu queria dizer que essa bancada, que eu considero pequena, de 45 mulheres...

A SRA. IARA BERNARDI - Diminuiu, não é, Deputado?

O Sr. Nilmário Miranda - É, e não representa a sociedade brasileira. Este é um dos dramas do nosso sistema representativo. Ter 8% de mulheres aqui não faz jus à nossa sociedade. Agora, essas 45 Deputadas atuam de maneira suprapartidária, com plataformas comuns, e têm possibilitado às mulheres do Brasil muitas vitórias.

A SRA. IARA BERNARDI - Deputado Nilmário Miranda, está havendo uma manifestação agora, nos corredores da Câmara, de várias entidades do Brasil ligadas à causa feminina, pela paridade nas listas, com modificações significativas na legislação eleitoral. Em outros países, onde essas alterações foram adotadas também de forma concreta, o quadro mudou com rapidez.

Desde 1996 nossa legislação de cotas foi instituída aqui no Brasil. A primeira proposta de legislação foi apresentada pela Deputada Marta Suplicy, depois da 5ª Conferência Internacional da Mulher, na China, mas os resultados foram absolutamente insignificantes para que tivéssemos, de fato, a presença feminina em colegiados como este, o Congresso Nacional.

O Sr. Nilmário Miranda - Digamos que essa presença foi potencializada pela qualidade da representação de pessoas como a Deputada Iara Bernardi, que já voltou para a Câmara com vitórias expressivas em processos começados anteriormente.

A SRA. IARA BERNARDI - As mulheres são muito atuantes aqui, Deputado Nilmário Miranda. Muitas vezes, as pessoas pensam que a nossa bancada é muito maior. Elas se espantam quando falamos, no caso da Câmara, que somos 45 mulheres. É a nossa atuação combativa. Como nós trabalhamos de forma suprapartidária e conjunta na bancada feminina e na Coordenadoria da Mulher, parece que o nosso trabalho é maior e que o número de mulheres é maior, mas, na verdade, ainda não é significativo, em comparação com outros países



da América Latina, como a Argentina, por exemplo.

O Sr. Nilmário Miranda - E o exemplo da Lei Maria da Penha serve para nós refletirmos. Ter uma lei de combate ao racismo foi importante; é o direito de exigir o cumprimento dela. Ter uma lei para coibir a violência doméstica, a violência contra a mulher, foi importante. Precisamos fazer o mesmo com o segmento LGBT, ou seja, criminalizar a homofobia também, porque, do mesmo modo que foi importante combater o racismo e a violência de gênero, será importante também enfrentar a homofobia.

A SRA. IARA BERNARDI - Aprovamos nesta Casa, Deputado Nilmário, depois de 4 anos, 5 anos de debates, a legislação que criminaliza a homofobia. Foi aprovada aqui, com a assinatura de todos os Líderes, em 2006, a chamada lei da homofobia, que estabelece regras - inclusive, é dentro da lei das discriminações - e punições para quem discrimina das mais variadas formas.

Infelizmente, até hoje, esse projeto também se encontra paralisado no Senado. Mesmo com a interferência de bancadas religiosas conservadoras, de forma muito peculiar, vamos dizer assim, foi aprovado por unanimidade nesta Casa, mas está paralisado há quase 10 anos no Senado. Há um clamor da sociedade brasileira, nessa luta contra todas as formas de discriminação, para que a lei da homofobia também exista no Brasil.

Ela já passou por três Relatores. Hoje, a Relatoria é do Senador Paim, que está propondo modificações na lei, tentando construir um consenso no Senado para que ela seja aprovada, depois de mais de 8 anos paralisada naquela Casa. É uma lei de minha autoria também, aprovada por esta Casa.

O Sr. Nilmário Miranda - Meus parabéns!

A SRA. IARA BERNARDI - Essas modificações na Lei Maria da Penha, Sr. Presidente, que devem ser cobradas agora em parceria, vieram da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a violência contra a mulher no Brasil.

Aprovada a Lei Maria da Penha, depois de 7 anos, qual é a situação real? Encontraram-se, em todos os Estados brasileiros, problemas que já foram citados aqui: delegacias da mulher insuficientes e despreparadas; número insuficiente de casas-abrigo, embora tenhamos hoje, após o Governo Lula, uma Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres muito bem dirigida pela nossa Ministra Eleonora Menicucci, que tem dado todo tipo de incentivos, inclusive com recursos repassados aos Municípios e aos Estados, para que essas estruturas que fazem a Lei Maria da Penha funcionar existam também nas cidades onde estão as mulheres. Isso inclui casas-abrigo,



delegacias da mulher equipadas e preparadas, aparato policial com treinamento para atender casos de flagrante de violência contra a mulher, e, principalmente, um Poder Judiciário sensível.

Quero, então, parabenizar todas as Deputadas e Senadoras que fizeram parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque é extremamente importante avaliar, depois de um determinado período, como as leis que foram aprovadas nesta Casa estão sendo aplicadas em nosso País, principalmente em caso tão chamativo como o da violência contra a mulher.

Quero destacar também a atuação da bancada feminina, cujas ações estão em andamento para que tenhamos, se esta Casa fizer modificações na legislação eleitoral, alterações que favoreçam a presença feminina nos espaços de poder, seja Senado, seja Câmara, seja Executivo. Que a política de cotas realmente funcione, porque hoje boa parte dos partidos completa chapas com nomes femininos para não perder o espaço, mas com mulheres sem representatividade.

Uma das campanhas que vai ser lançada agora - inclusive com o apoio da Casa Civil -, de iniciativa da bancada feminina na Câmara e no Senado, é para que neste mês de setembro e em outubro as mulheres se filiem. Se nós queremos que elas participem do processo eleitoral, sensibilizando inclusive Presidentes de partidos, elas têm que se filiar neste mês de setembro. É a campanha *Mulher, tome partido! Filie-se!*, que visa a fazer com que as mulheres possam disputar em pé de igualdade com os homens no processo eleitoral que teremos no ano que vem.

Quero ainda, Sr. Presidente, neste tempo que me resta aqui, citar questões voltadas ao setor da educação, no qual também milito há mais de 30 anos.

Ontem, a Presidenta Dilma, numa sessão muito significativa e concorrida no Palácio do Planalto, sancionou a legislação que aprovamos nesta Casa, após um período extremamente aprofundado de debates. Trata-se da destinação dos recursos dos *royalties* do petróleo para a educação e para a saúde.

Foi um ato muito bonito e extremamente importante. Espero que o Senado agilize a votação do Plano Nacional de Educação, que vai definir as metas para os próximos 10 anos, ou seja, o que o Brasil fará - União, Estados e Municípios -, em termos educacionais, estabelecendo tudo o que nós precisamos avançar, desde a creche até o ensino superior, e de onde virá o financiamento.

Boa parte do debate do Plano Nacional de Educação não se complicou por causa das metas, porque todos sabemos que metas queremos atingir, mas sim por conta da definição de quem pagaria a conta e de



quais seriam as fontes do financiamento. E o recurso novo apareceu nessa decisão, porque foi iniciativa da Presidenta Dilma definir a destinação dos recursos da exploração do petróleo brasileiro no pré-sal para a educação e para a saúde - uma decisão extremamente necessária.

Eu espero que a sanção da lei ajude o Senado a agilizar esse processo. Inclusive, o acampamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação permanecerá aqui até a aprovação no Senado do projeto de lei desta Casa que trata do Plano Nacional da Educação. Essa destinação de recursos traz, de fato, dinheiro novo para a educação, para ser aplicado desde a creche, passando pela educação infantil e até o ensino superior.

A Presidenta Dilma apresentou números: em 2013, já seriam 770 milhões a mais; até 2022, 20 bilhões; num total de 112 bilhões, em 10 anos. São 112 bilhões a mais em investimentos tão necessários em saúde e educação, que são os temas mais debatidos nesta Casa.

E eu queria destacar que esses recursos irão, com certeza, trazer mais investimentos aos programas implantados pelo Ministério da Educação que estão sendo absolutamente vitoriosos, como o PRONATEC. Já são, até o mês de agosto, mais de 657 mil alunos matriculados em cursos profissionalizantes e técnicos, em 1.872 Municípios do nosso País. A meta hoje é termos, até 2014, 1 milhão de alunos no PRONATEC. E nós vamos atingir essa meta.

As escolas de tempo integral também exigem investimento dobrado de recursos do FUNDEB. Pelo Programa Mais Educação, mais de 50 mil escolas hoje já trabalham com a perspectiva do ensino integral.

Nós discutimos tanto nesta Casa o combate à violência, a atenção às nossas crianças e aos jovens, mas eu não vejo, para isso, nenhuma estrutura mais eficiente do que a escola em tempo integral, onde o aluno tem as disciplinas regulares e tudo aquilo que é importante para a formação da sua personalidade. A escola em tempo integral é o futuro do Brasil. E, ontem, a Presidenta Dilma reafirmou que nós devemos adotar essa meta, assim como todos os países desenvolvidos do mundo já fizeram, que é a escola em período integral para as crianças.

Quero também ressaltar uma questão que foi levantada pelo Ministro Mercadante, quando assumiu o Ministério da Educação: a atenção maior aos primeiros anos, tanto da creche como da pré-escola, e ao primeiro ano do ensino fundamental. Que nenhuma criança neste País chegue aos 8 anos sem estar alfabetizada. É uma grande tragédia na educação brasileira crianças que entram hoje aos 6, 7, 8 ou 9 anos e podem chegar ao ensino médio semialfabetizadas, sem que a escola, sem que os professores, sem que o sistema detecte essa questão a



ser corrigida. O Ministro Mercadante, na sua posse, chamou atenção para essa questão ao falar desse programa, desses investimentos que estão sendo feitos agora, inclusive com bolsa para os professores alfabetizadores.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputada Iara Bernardi?

A SRA. IARA BERNARDI - Pois não, Deputado Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Eu vinha acompanhando do meu gabinete o seu pronunciamento, e agora, a esta altura, V.Exa. se reporta ao problema da educação e da consignação de recursos, obviamente, como já tem defendido o Ministro Aloízio Mercadante. Esta Casa já concedeu, na distribuição dos *royalties*, aquele percentual, o que foi aplaudido por todos nós, contou com o apoio de V.Exa. e com o nosso também.

A SRA. IARA BERNARDI - Uma vitória desta Casa, Deputado.

O Sr. Mauro Benevides - Agora, quanto mais se obtiver em termos de recursos dentro desses projetos ousados do Ministro, evidentemente que a Pasta da Educação haverá de contar com o nosso apoio, a nossa ajuda e a nossa colaboração, em todos os níveis da hierarquia: Governos Federal, Estadual e Municipal. Inclusive muitos Prefeitos estão concentrados hoje aqui em Brasília. Portanto, no tocante à consignação de recursos na hierarquia dos Poderes, evidentemente nós devemos dar o nosso apoio e a nossa colaboração firme e decidida, como V.Exa. praticamente deixa patente nesse trecho do pronunciamento brilhante que faz na tarde de hoje. Cumprimento V.Exa.

A SRA. IARA BERNARDI - Muito obrigada pela intervenção, Deputado!

Voltando a essa questão, eu fiquei muito sensibilizada, quando, na posse, o Ministro Mercadante definiu como uma de suas prioridades o programa Alfabetização na Idade Certa. Os recursos, os melhores materiais didáticos, os melhores investimentos e as melhores escolas deveriam ser voltados para as crianças e para os professores nessa fase da alfabetização, Deputado Nelson Marquezelli, que é a fase - penso eu - mais importante, se você quer definir o futuro daquela criança. Ela vai chegar ao ensino médio, vai chegar ao ensino superior, se gostar da escola, se for estimulada, se não perder aquela vontade de aprender que todas as crianças têm quando entram para a escola. E, muitas vezes, com crianças não estimuladas e professores desestimulados, isso não acontece.

Então esse programa Alfabetização na Idade Certa é um dos mais



significativos que o Ministério da Educação lançou nos últimos tempos e que, inclusive, fornece bolsas aos professores. Trata-se de um repasse federal às escolas que aderiram ao projeto, para ajudar a manter esses professores alfabetizadores, que, normalmente, têm os menores salários da carreira - e deveriam ser os mais valorizados. Hoje, eles já contam com uma bolsa do Governo Federal e com a possibilidade de fazer mestrado e especialização na área de alfabetização.

Então, a estrutura do Governo Federal hoje é, de fato, nesse programa, parceira dos Municípios, que têm a responsabilidade pela educação fundamental nos primeiros anos.

E também quero citar o que foi colocado ontem pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Ministro Aloizio Mercadante sobre uma situação de que se ressentem os professores e que aparece em todo o Brasil: os baixos salários desses e dos demais profissionais de educação.

Nós aprovamos nesta Casa o piso salarial nacional - uma luta muito grande que veio após o FUNDEB, do qual eutive a honra de ser a Relatora nesta Casa -, garantindo que nenhum professor ganhasse menos de dois salários mínimos - o valor do piso nacional hoje está perto disso - por uma jornada de trabalho. Mas, infelizmente, na maioria dos Estados e Municípios brasileiros o piso salarial, criado por lei nacional que nós apresentamos e aprovamos neste Congresso Nacional, não está sendo respeitado.

Isso se relaciona com aquilo que nós colocamos a respeito dos recursos a mais para a educação, uma parceria do Governo Federal e do Ministério da Educação para contribuir, em regime de colaboração, com os Municípios, para que o piso salarial e o salário dos professores melhorem em todo o Brasil. Senão, nós não vamos conseguir incentivar jovens a ingressar na carreira do magistério.

Aliás, em todas as escolas brasileiras hoje, principalmente nas de ensino fundamental e médio, há uma carência muito grande de professores. É preciso investir na carreira, e o Governo Federal tem a intenção de melhorar o salário dos profissionais, em parceria com Estados e Municípios. Essa é a ação mais significativa para incentivar novos jovens a aderirem à carreira do magistério.

Era isso que eu tinha a colocar, Sr. Presidente. Quero agradecer aos colegas os apartes, que foram muito produtivos e significativos, e o espaço a mim concedido nesta Casa hoje.

Muito obrigada.



Documento 238/311

274.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/09/2013- CD	09:39
Publ.: DCD - 13/09/2013 - 40322	- ARTUR BRUNO-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Imediata conclusão, pelo Senado Federal, das votações do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma das leis mais importantes que estamos tratando no Congresso Nacional é o Plano Nacional de Educação. O Plano prevê 20 metas e 230 estratégias para os próximos 10 anos na educação brasileira.

O PNE foi votado por esta Casa. Nós ouvimos a sociedade brasileira. Fizemos audiências públicas nos Estados e, neste momento, o Plano Nacional de Educação encontra-se em debate no Senado Federal. Já foi votado na primeira Comissão, vai agora para a Comissão de Educação e também para a Comissão de Constituição e Justiça.

Na semana passada, o Ministro Aloizio Mercadante esteve no Senado Federal, pedindo agilidade para o Senado votar o Plano Nacional de Educação. Até porque, Sr. Presidente, o Senado vem modificando algumas metas, algumas estratégias do Plano Nacional de Educação. Significa dizer que o Plano voltará à Câmara dos Deputados para analisarmos as mudanças efetuadas pelo Senado Federal. Temos apenas 3 meses de trabalho até o recesso. Portanto, temos a obrigação e a sociedade tem o direito de ter um Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos.

Quero registrar que avançamos muito no Plano Nacional de Educação. Só para mencionar algumas metas fundamentais, eu citaria a mais importante: o financiamento.

Hoje, o Brasil investe 5,3% do PIB em educação, aproximadamente 220 bilhões de reais. Nós aprovamos, nesta Casa, que o investimento em educação, no último ano do Plano, deverá ser 10% do PIB.



Portanto, praticamente o dobro do que se investe hoje em educação.

Acabamos de ouvir o relato da greve dos professores do Rio de Janeiro. Em outros Municípios, em outros Estados, há também movimentação nesse sentido. É um absurdo que o professor da rede municipal deste País ganhe em média 2 mil reais. O professor da rede estadual é remunerado, em média, com 2.600 reais. E nós colocamos no Plano que, em até 6 anos, deveremos dobrar a remuneração do professor da rede pública do nosso País.

Então, são metas fundamentais, são metas decisivas.

Nós acabamos de votar, também, no Congresso Nacional, e a Presidenta a promulgou na segunda-feira passada, a Lei dos *Royalties* do Petróleo, garantindo 50% do Fundo Social do Pré-Sal. Portanto, teremos mais recursos. Mas as metas estão no Plano. Portanto, o Senado tem que agilizar a votação do Plano, para que nós possamos, até o final do ano, confirmar ou não essas mudanças.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de ressaltar que há um movimento dos estudantes, dos professores, dos trabalhadores da educação em geral, que estão ansiosos para que o Congresso Nacional cumpra com a sua missão. É preciso destacar que o último Plano de Educação foi concluído em 2010. Já estamos em 2013. Estamos no terceiro ano sem um Plano Nacional de Educação, com metas preestabelecidas e com estratégias que devem ser desenvolvidas pelo poder público.

Portanto, é urgente que o Senado conclua a votação do Plano, para que esta Casa possa fazer o seu papel, e nós possamos, até o final do ano, brindar o Brasil com um novo Plano Nacional de Educação, com metas ousadas para garantir desenvolvimento com inclusão social e com diminuição das desigualdades. Isso só se faz com educação.

Documento 239/311

275.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 12/09/2013-14:15
Debates - CD

Publ.: DCD - 13/09/2013 -
40365

DR. UBIALI-PSB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO



Sumário

Realização de curso de qualificação dos profissionais das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, no Município de Botucatu, Estado de São Paulo. Empenho na manutenção, pelo Senado Federal, do termo "preferencialmente", contido na Meta 4 do projeto de lei relativo ao novo Plano Nacional de Educação - PNE, em benefício da escolas de educação especial.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Federação das APAEs do Estado de São Paulo vai estar reunida, nesta sexta-feira, em Botucatu, onde estaremos fazendo um curso de qualificação para os profissionais das APAEs, para que possamos, depois, multiplicar isso para todo o Estado.

As APAEs estão numa nova fase, buscando se qualificar, melhorar o seu atendimento, aumentar a sua prestação de serviço, mas, principalmente, fazer a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Entendemos claramente que precisamos lutar pela manutenção na Meta 4 do termo "preferencialmente", para permitir que as escolas de educação especial, quando necessárias, quando indicadas, existam e atendam quem deve ser atendido.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 240/311

275.3.54.O	Sessão Não Deliberativa	de 12/09/2013-14:48
Publ.: DCD - 13/09/2013 - 40371	DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Participação do orador em encontro das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs do Estado de São Paulo, no Município de Botucatu,



Estado de São Paulo. Desenvolvimento de programa de qualificação dos profissionais das entidades. Defesa de manutenção do termo "preferencialmente" contido na Meta 4 do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, em tramitação no Senado Federal. Inadmissibilidade da extinção das escolas especiais.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, neste final de semana, na sexta-feira e no sábado, nós estaremos em Botucatu participando de uma reunião das APAEs do Estado de São Paulo. São 305 APAEs.

Eu sou Presidente da Federação das APAEs do Estado de São Paulo, estou no meu quinto ano de mandato. O meu mandato de 3 anos foi renovado, e estamos caminhando para o final deste segundo mandato, quando terminaremos o nosso trabalho nessa Federação.

Desde o início, a Federação das APAEs do Estado de São Paulo tinha uma preocupação. Apesar de existirmos há mais de 50 anos, nós temos vários tipos de APAEs. Elas não são iguais. Cada uma tem uma potencialidade, cada uma tem um número de pessoas atendidas, cada uma tem um perfil. Umas prestam mais serviços do que fazem a defesa de direitos. E, nessa prestação de serviços, também há uma diferença entre elas: algumas prestam mais serviços na educação; outras, na saúde; outras, na assistência social. Mas todas acabam fazendo um pouco de tudo.

Queremos agora, através de um programa de qualificação, de apoio da Federação a cada uma dessas APAEs, fazer com que elas possam se desenvolver, fazer com elas possam ter uma meta de desenvolvimento, tanto na prestação de serviços quanto na defesa de direitos.

Temos tido muito apoio do Governo Estadual de São Paulo, na pessoa do Governador Geraldo Alckmin, que acabou de destinar às nossas APAEs 269 vans e micro-ônibus adaptados, para o transporte das pessoas com deficiência.

Além disso, o Secretário de Educação, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, fez a proposta de que fizéssemos um trabalho conjunto. E fizemos um trabalho conjunto, estabelecendo novas diretrizes para que as crianças que possam ser incluídas sejam realmente incluídas, mas aquelas que não possam ser incluídas tenham a oportunidade de serem educadas, de frequentarem uma escola que é especial porque faz um trabalho especial, mas ela é uma escola regular como as outras todas, na medida em que ela só é especial pelas suas próprias características de ensino, de trabalho e de conhecimento adquirido ao longo do tempo.



No entanto, tudo isso, todo esse esforço ainda enfrenta algumas incompreensões, que nós temos observado, por exemplo, aqui no Senado Federal, através de uma pequena modificação, muito simples, através da retirada de uma pequena palavra do texto - e gostaria de pensar que seria um erro, mas percebi, depois de retirada, que não foi um erro, que foi intencional -, da palavra "preferencial" da Meta 4.

O que diz a Meta 4? Diz que os alunos com deficiência deverão frequentar, preferencialmente, a escola regular. Tudo bem. É isso o que nós queremos. Só que, quando você retira a palavra "preferencial", o que sobra? *"As crianças com deficiência deverão frequentar a escola regular"*, tornando impossível a escola especial, tornando impossível o reconhecimento de regularidade da escola especial, impedindo inclusive, por exemplo, esse grande trabalho realizado em São Paulo entre a Secretaria de Educação e a Federação das APAEs do Estado de São Paulo, que culminou num documento em que se está explicando, detalhando quem vai para a escola especial e quem vai ser incluído, na medida em que o que se vê lá são competências: competência da escola para ensinar - e essa é a competência mais relevante, no caso - e competência da criança para aprender. Nós não queremos ver ninguém excluído, seja na escola especial, seja na escola regular. Porque, se você coloca a criança na escola regular, e essa criança não tem competência ou a escola não tem competência para trabalhar com ela, ela é excluída automaticamente.

Ninguém aqui ignora, todo mundo que tem filho na escola sabe que a escola trabalha muito com a média - a média em que se têm os infradotados, os superdotados e os excluídos automaticamente. E aí você tem o quê? Você tem alunos que terminam o ensino fundamental e são analfabetos. Recebem o seu diploma de ensino fundamental e não são capazes de interpretar um texto, um texto simples. Vão fazer uma prova internacional como o PISA, como a Prova Brasil, como outras provas, e se saem minimamente bem, no seu meio. Inclusive, quando manda alunos fazerem essas provas, como a Prova Brasil, você exclui os incluídos. Que inclusão é essa que exclui os incluídos?

Então, o que nós queremos aqui - e eu estou usando esta tribuna para fazer isto - é dizer que nós somos pessoas sérias que queremos, sim, que todo aluno aprenda. Eu estou nessa luta da Federação das APAEs, de APAEs - fui Presidente da APAE de Franca por três mandatos não consecutivos -, há mais de 35 anos e me considero uma pessoa extremamente séria, extremamente preocupada. A minha ligação não é só como médico que fui da APAE, num trabalho inclusive voluntário dentro da APAE de Franca, mas também porque tenho um cunhado que é deficiente e sei a dificuldade que foi dar assistência àquele jovem, hoje já com 54 anos de idade, mesmo para uma família que tinha condições de dar a ele alguma assistência, porque não havia naquele momento essa disponibilidade. As APAEs, inclusive, surgiram de movimento de pais que, não tendo nada para aqueles seus filhos,



começaram a se organizar, buscando esse atendimento.

Hoje, graças a Deus, várias leis foram aprovadas, várias medidas foram adotadas, e nós reconhecemos os avanços que foram feitos. Nós queríamos esses avanços, nós fomos buscar esses avanços e nós tivemos esses avanços. Agora, nesse emaranhado de regras e leis, nós não podemos complicar a vida das pessoas. O que nós queremos, simplesmente, é permitir que as pessoas tenham a escolha de frequentar, quando necessário, uma escola especial. É isso o que nós queremos. Não queremos nada, não somos intransigentes, não queremos a escola especial a qualquer custo, com todos os alunos. Não, não! Nós queremos uma escola especial para aqueles que precisam de escola especial. Somente para esses.

E, no nosso País, diferentemente de experiências do resto do mundo, nós nunca tivemos uma real exclusão da pessoa com deficiência, graças a Deus! Digo isso com fé. Graças a Deus, o povo brasileiro aceita bem as diferenças. Nós temos, aqui e acolá, algumas segregações, porque o nosso povo não é igual na sua essência, na totalidade, mas a maioria dos brasileiros - e isso nós não podemos perder, Pe. Luiz Couto - é cristão, é um povo que respeita o outro, que olha o outro e vê o Deus que há dentro dele e dentro do outro, e nessa identidade divina se reconhece, mesmo que, nesse reconhecimento, tenha no exterior uma sensação, uma divergência, uma deficiência.

Por isso, nós não podemos deixar que aconteça a extinção da escola especial. O Senado tem que mudar e voltar ao que esta Casa aprovou, mantendo a palavrinha "preferencial", porque isso vai permitir a manutenção da escola especial, porque isso vai permitir que as APAEs continuem existindo no trabalho escolar e vai nos permitir buscar melhorar sempre, porque essa é a nossa finalidade. A APAE não está parada no tempo, a APAE tem crescido. Crescido no sentido de tecnologia, crescido no sentido de defesa de direitos, crescido no sentido de prestação de serviços.

E é isso o que nós queremos: uma APAE forte, pronta para servir ao nosso povo, ao nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Obrigado, Deputado Dr. Ubiali.

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e felicitá-lo pela defesa que V.Exa. faz daquilo que foi aprovado aqui, ou seja, da manutenção da escola especial, preferencialmente, para aqueles que são portadores de deficiência, para que também tenham o direito de frequentar uma escola, não apenas no geral, mas preferencialmente, o que é fundamental para aquilo que V.Exa. falou, a unidade do povo brasileiro, o respeito às diferenças. Todos nós somos criaturas de Deus e



devemos ser respeitados e respeitar os outros.

Documento 241/311

276.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 13/09/2013- - CD	11:09
Publ.: DCD - 14/09/2013 - 40547	IZALCI-PSDB -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de adoção pelo Estado brasileiro de políticas de médio e longo prazo para a área de saúde. Defesa da universalização do acesso às universidades federais. Falta de transparência do Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal. Exigência de submissão de médicos estrangeiros ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras - REVALIDA, como premissa básica para a sua contratação. Apresentação de requerimento de realização, por órgão da Casa, de audiência pública destinada ao debate das condições impostas a médicos cubanos para o exercício da profissão no Brasil. Incapacidade do Governo Federal para a gestão da área de saúde. Oportunidade de retomada da discussão, pela Casa, da implantação do regime parlamentarista de governo no País. Desinteresse do Governo Dilma Rousseff na aprovação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, em tramitação no Senado Federal. Descumprimento pelo Governo petista da promessa de instalação de 6 mil novas creches no País. Natureza enganosa de propagandas governamentais. Incorreção do discurso da Presidenta Dilma Rousseff a respeito da destinação de recursos oriundos de royalties de petróleo para o setor educacional. Gastos exorbitantes do Governo Federal com publicidade e propaganda. Gerenciamento ineficiente do Hospital das Forças Armadas e do Hospital Universitário de Brasília.

O SR. IZALCI (PSDB-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu deixei para sexta-feira, porque é o dia em que temos um prazo maior, para falar sobre o Programa Mais Médicos.

Eu não costumo perder a mania de professor que fui - aliás, que sou; eu sou professor, sou contador e estou Deputado -, mas é porque é muito importante para os telespectadores da *TV Câmara* e para os



ouvintes da *Rádio Câmara* entenderem um pouco mais sobre a questão do Programa Mais Médicos, porque, às vezes, a propaganda que aparece na televisão não traduz a realidade dos fatos. Normalmente, não traduz. Para entenderem bem o que é esse programa, temos que, primeiro, definir e esclarecer a diferença que existe entre programa de governo e programa de Estado.

Esse Programa Mais Médicos não é - não é - um programa de Estado, é um programa de governo. Inclusive, a expectativa deste Governo é a de que ele seja a marca do Partido dos Trabalhadores.

E é importante que fique muito claro que o PSDB nunca foi contra o Mais Médicos. O PSDB é favor de mais saúde, o que é diferente.

Comparando o Mais Médicos com uma equipe de futebol, eu posso dizer o seguinte: Pelé, que foi considerado o Atleta do Século, jamais seria o Atleta do Século sem Coutinho, sem Pepe, sem Gilmar, sem a equipe do Santos como um todo. A saúde é como um time de futebol. É um time, não é uma pessoa. A saúde tem toda uma equipe: médico, enfermeiro, assistente, medicamento, infraestrutura, hospital etc. Aí, sim, você tem um time. Esse time, então, pode oferecer mais saúde. Médico não faz saúde isoladamente.

Então, as pessoas precisam entender isto: esse é um programa de governo. O que este País merece? O que o Brasil merece, os Estados e os Municípios? Políticas de Estado, políticas de médio e longo prazos, independente de quem seja o Governador ou de quem seja o Presidente da República. Projeto de Estado é aquele que tem continuidade, independente dos governantes.

Esse Programa Mais Médicos é um programa de governo, não é de Estado. Para os senhores entenderem bem como foi concebido esse programa, essa proposta de trazer os médicos cubanos para o Brasil nasceu numa entrevista dada pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que disse na época que o Brasil iria buscar 6 mil médicos de Cuba. E tão logo saiu essa reportagem, a primeira coisa que fiz foi requerer uma audiência pública. E convidei para essa audiência pública os Ministros da Educação, da Saúde e das Relações Exteriores. Além deles, chamei representantes de todas as entidades médicas - sindicatos, federações, confederações, associações médicas - e ainda tive o cuidado de chamar alguns alunos: chamei o Presidente do DCE da UnB, o Presidente do DCE da Católica e o Presidente do DCE da FACIPLAC, nas quais há Curso de Medicina em Brasília. Infelizmente, à primeira audiência não compareceu nem o Ministro da Saúde, nem o Ministro da Educação. Veio um representante do Ministério das Relações Exteriores. Quando questionei a reportagem em que o Ministro disse que traria 6 mil médicos para o Brasil, ele negou veementemente. Disse que não, que foi uma proposta, uma conversa, que isso dependeria do Ministério da Saúde.



Nasceram aí a polêmica, os questionamentos. A classe médica, contrária, os estudantes também.

Pudemos, inclusive, naquela audiência pública, receber dos alunos de Medicina o depoimento de que no Brasil não se valoriza, no curso de Medicina, o Programa Saúde da Família, a Atenção Básica. Na maioria dos cursos de Medicina oferecidos no Brasil valorizam-se as especialidades: o aluno termina o curso e monta o seu consultório.

Aliás, apresentei uma proposta de emenda à Constituição logo em seguida exatamente para fazer o que o Governo queria fazer através de medida provisória, o que é inconstitucional. Eu apresentei uma PEC, porque é inadmissível o fato de que alunos, bancados por nós, por todos os brasileiros, que são filhos de papai, que têm recursos, que estão por conta de estudar, que têm computador, que têm família com curso superior, vão para uma universidade, fazem o curso de Medicina e, quando terminam o curso, montam uma clínica própria e vão atender particularmente, não vão atender pelo Sistema Único de Saúde.

O miserável que não tem dinheiro, como eu - não estudei numa universidade federal porque tinha de trabalhar o dia todo naquela época -, esse, se quiser estudar, tem que pagar. A mensalidade de um curso de Medicina, hoje, em escola particular, está na faixa de 4.500 reais a 5 mil reais, fora os livros etc.

E quem veio da escola pública? Esse não entra na universidade federal, esse vai para a universidade particular, se quiser estudar. Tem que pagar. Agora, o filho do papai, que fez Medicina na Universidade de Brasília, uma universidade federal, esse, não: faz o curso e vai montar o seu consultório, a sua clínica particular.

Está errado! Todos têm direito a educação de qualidade, gratuitamente. As universidades federais não podem continuar sendo construídas, como foram construídas, para a elite brasileira.

Mas o Governo tentou incluir na medida provisória a extensão por mais 2 anos do curso de Medicina, como se fosse um trabalho obrigatório. E, na Constituição, a única prestação de serviço obrigatória que está prevista é no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, nas Forças Armadas.

Então, eu apresentei uma PEC dizendo isto: "*Em casos relevantes para o Governo, o Governo poderá exigir uma contrapartida dos alunos das universidades federais, e recebendo*" - não é de graça, não. Vão receber o salário normal. Mas é a grande oportunidade que o Governo tem para resolver essas questões que estão aí. Faltam mais médicos, agora faltam mais professores, faltam mais engenheiros.

Então, o que a população precisa entender? Precisa entender que



esse Programa Mais Médicos não teve transparência. E vou dizer por que não teve transparência. Primeiro, a negativa do Ministério das Relações Exteriores, que disse que não havia nada previsto. E não era verdade. Constatamos agora que o contrato já estava assinado há muito tempo. E os cubanos já estão estudando português há mais de ano. Eles já estavam estudando. Nenhum brasileiro poderá admitir que os cubanos poderiam aprender o português em 1 semana ou em 1 mês, em 2 meses. Eles já estão estudando há mais de ano. Foi testemunhado aqui, numa audiência pública.

Mas não é só isso...

O SR. PRESIDENTE (Edinho Araújo) - Permita-me interromper V.Exa., Deputado Izalci.

O SR. IZALCI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edinho Araújo) - Pela oportunidade, quero apenas registrar a visita a esta Casa de alunos de Águas Lindas de Goiás, do Projeto Alunos na Câmara dos Deputados.

Com a permissão do nobre Deputado Izalci, nós saudamos todos os alunos. Que nos visitem sempre. Recebam o nosso abraço. Vocês estão assistindo a uma aula de democracia no Parlamento brasileiro.

Um grande abraço a todos. Muito obrigado pela presença.

Obrigado, Deputado.

O SR. IZALCI - Quero também, Sr. Presidente, cumprimentar os alunos e professores da escola de Águas Lindas, que é uma cidade que frequento sempre, cujo Prefeito é Hildo do Candango.

Quero aproveitar a oportunidade e mandar um abraço a todos os professores e alunos aqui presentes. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Continuando, Sr. Presidente: sobre essa questão do Mais Médicos, lá em Águas Lindas, por exemplo, quem não quer mais médicos? Todo mundo. É óbvio. Agora, como foi adotada essa política, esse programa?

Quem governa este País hoje é um marqueteiro: João Santana. Ele é que diz o que se faz e o que não se faz, através de pesquisas.

Como foi feita a pesquisa para criar o Mais Médicos? As pesquisas feitas no Brasil todo dizem que o maior problema para a população é saúde - 56%; em segundo lugar vêm educação e segurança pública, com 12% e 13%. Quando se verificou, então, pela pesquisa, que o grande problema era a saúde, qual foi a pergunta feita para a



população? *"Qual é o problema da saúde?"* E ela respondeu: *"Mais médicos e mais medicamentos"*. Essa é a resposta da pesquisa e que gerou, inclusive, o nome do programa.

A população, quando pediu mais médicos, queria dizer outra coisa. Ela não queria dizer *"mais médicos"*, ela queria dizer *"mais saúde, de qualidade"*. Mas o Programa Mais Médicos foi a resposta à pesquisa. Então, criaram o Mais Médicos.

Será que depois de 10 anos é que descobriram que estão faltando médicos? E descobriram agora também que estão faltando professores de Matemática, de Física, de Química? Que estão faltando engenheiros? É um governo que não tem planejamento de Estado. Os programas são pontuais, de governo. E querem transformar esse Programa Mais Médicos numa marca. Dizem que já é a marca do Governo Dilma Rousseff. O programa nem começou ainda, mas já é a marca do Governo Dilma, porque o Governo Dilma não tem marca. Lula fez o Bolsa Família - juntou todos os programas que já existiam e criou o Bolsa Família, a marca do Governo Lula. A Presidenta Dilma agora quer uma marca. Qual é a marca dela? Mais Médicos. Não é mais saúde.

Nós tivemos a oportunidade, depois, de fazer outras audiências públicas aqui. Aí chamei novamente o Ministro da Saúde, o Ministro da Educação. E vieram aquelas justificativas todas.

E aí temos que dar o mérito ao Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais, que, na audiência pública, sugeriu o Ministro - porque nem isso eles iam fazer: *"Ministro Padilha, faça um edital priorizando os médicos brasileiros. Se eles não tiverem interesse, chame, então, os médicos de fora."* Aí, sim, foi feito esse edital dando prioridade aos brasileiros e depois aos estrangeiros.

Mas nós sempre defendemos, desde a primeira audiência pública, que viessem todos os médicos de fora. Não há nenhum problema. O que nós exigimos é que eles façam o que os brasileiros fazem lá fora. Nenhum brasileiro chega a qualquer lugar deste mundo e exerce uma profissão sem fazer uma avaliação. E quem inventou o REVALIDA, o teste de avaliação dos médicos - não foi lá atrás, há 10 anos -, foi este Governo. Uma portaria do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação é que consolidou o REVALIDA.

Agora, por que eles não querem o REVALIDA? Primeiro, porque o índice de aprovação no REVALIDA é de 10%. O índice de aprovação dos cubanos está em torno de 20% - 80% são reprovados. Mas o maior problema não é esse. Não. É porque, se fizerem o REVALIDA e passarem, eles podem atuar em qualquer lugar, eles não ficam sujeitos a trabalhar onde o Governo manda trabalharem. Esse é um aspecto por que o Governo não quis o REVALIDA.



Agora, por que os cubanos? Na audiência pública realizada aqui foi muito claro. O médico cubano Carlos Jimenez esteve aqui - mais como turista -, para a audiência pública, e disse o seguinte: que foi para a Bolívia, como médico; depois veio para o Brasil, casou aqui, fez o REVALIDA, e é médico hoje. O que ele disse? Que os médicos cubanos recebem, lá em Cuba, o salário de 25 dólares. O que são 25 dólares? São 60 reais, 70 reais por mês. Lá em Cuba os médicos ganham 25 dólares por mês, para uma carga horária de 60 horas a 70 horas. Não vou dizer que é trabalho escravo, mas essa é a posição deles.

Agora, foi perguntado a ele - e é verdade; a prova disso foi o que aconteceu nos Jogos Pan-Americanos do Brasil -, sobre alguns cubanos que para cá vieram disputar os jogos e tentaram fugir, mas que foram imediatamente capturados e encaminhados novamente para Cuba. Perguntaram a ele se viriam. E realmente não há dúvida de que os coordenadores têm essa missão de fiscalizar os cubanos, porque, se deixarem, eles ficam no Brasil e casam com alguém. Por isso é proibido para o médico cubano que está vindo para o Brasil circular na hora em que quiser. Ele tem que pedir autorização ao seu chefe para isso. E não pode manter relacionamento, não pode casar com ninguém, para não ficar no Brasil.

Eu fiz agora a convocação de uma audiência pública com representantes da CUT, da CGT, do Ministério do Trabalho, da Procuradoria do Trabalho, para perguntar sobre a terceirização, porque eu estou vendo um grande debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a terceirização. Todo o mundo é contra. Todo o mundo. As entidades representativas dos trabalhadores são totalmente contra a terceirização.

E o que é o Programa Mais Médicos? Vejam a falta de transparência - e tenho aqui o termo de cooperação assinado pelo Governo e pela Organização Pan-Americana da Saúde; o Governo encontrou este caminho: ele não paga ao médico cubano. Não. Foi feito um contrato - está aqui -, um termo de ajuste, um termo de cooperação técnica entre o Brasil, o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde. Foi feito um convênio de quinhentos e poucos milhões de reais por ano - mais de 500 milhões, que estabelece algumas condições. Quando foi assinado esse termo de cooperação? No dia 26 de abril. Portanto, antes mesmo dessa discussão toda que aconteceu nesta Casa, nessas audiências públicas. Então, o Governo já estava com esse programa pronto há 1 ano. Os cubanos já vinham aprendendo o português há mais de 1 ano! Já chegaram, alguns, sabendo o português, porque há mais de ano estão estudando, e estão indo para o interior. Para o interior, não, até para Brasília. A Capital do País está recebendo médicos. Eram quinze. Alguns desistiram, agora são seis. São Paulo também está recebendo médicos.



Na prática, o que acontece? O óbvio. Você vai para o interior deste País - eu mesmo estive agora no interior de Minas Gerais -, para muitas cidades em que não há médicos. Se você pergunta, numa cidade dessas, se querem médicos, é óbvio que vão dizer que é melhor um médico do que nada. Mas este País não precisa só de mais médicos. Este País precisa de mais saúde de qualidade para todos.

O Deputado que me antecedeu aqui na tribuna, no Grande Expediente, Eleuses Paiva, foi muito claro: em 2012, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, deixou de aplicar, do Orçamento, mais de 17 bilhões. O Governo não foi capaz de executar o Orçamento e deixou de investir na saúde mais de 17 bilhões, em 2012, por falta de gestão, por falta de capacidade de gerenciamento.

Então, o que as pessoas precisam entender - o que eu procuro fazer de uma forma mais clara possível -, é isto: com essa propaganda enganosa que está aí, o que o Governo tenta fazer é passar a ideia de que a Oposição é contra o programa. Nós não somos contra. O que nós queremos é mais: mais saúde.

O que o PSDB defende e sempre defendeu - eu particularmente sempre defendi - é a adoção do parlamentarismo. Está na hora de voltarmos a discutir o regime de governo. E o regime que defendo é o parlamentarismo. O parlamentarismo trabalha com projeto de Estado. Os governantes entram e dão prosseguimento aos projetos, diferentemente do sistema atual. No sistema atual, as pessoas entram no governo e a primeira coisa que fazem é acabar com todos os programas - ou mudam o nome, ou acabam e começam outro. E há um desperdício imenso de recursos e tal. Então, defendemos o parlamentarismo, defendemos realmente políticas de Estado.

Nós aprovamos agora, recentemente, aqui na Câmara - e infelizmente o Governo não quis, porque, se quisesse, já estaria aprovado também no Senado - o Plano Nacional de Educação. É um plano para 10 anos, é um plano que chega aos detalhes das metas. São 20 metas, com mais de 400 ações. Inclusive tivemos o cuidado de colocarmos os recursos necessários para ser atingida a meta. O Plano Nacional de Educação é um exemplo do que pode ser feito também nas áreas de segurança pública e de saúde. Não é possível, todas as semanas, este Governo aí lançar um "programinha". É igual aos escândalos envolvendo desvios de recursos do FAT: só duram 1 semana, porque vem outro, e esquecem. Com os programas é a mesma coisa. A cada semana este Governo lança um programa novo. As pessoas esquecem. Até que lança outro. Mas, quando você vai olhar, não encontra as 6 mil creches que foram prometidas no ano passado. Seis mil creches! Sabem quantas foram inauguradas até hoje? Até alguns meses atrás? Sessenta. Sessenta.

A mesma coisa acontece com vários projetos que são lançados e não



são executados. Mas é muito bonito, faz a festa. Agora o Governo diz que vai investir 50 bilhões em mobilidade, em transporte. Aí você olha o Orçamento deste ano e o do ano passado e vê que a execução orçamentária nessa área é de 6%, 7%, 8%.

Então, é um governo que, com a propaganda enganosa, tenta iludir a população de que está tudo bem. Quantas pessoas gostariam de morar nessa propaganda? Mas eu sei que o povo brasileiro mudou muito. Com essas manifestações que foram feitas no mês de junho, o Brasil começou a mudar. As pessoas começaram a acompanhar o que acontece entre o discurso e a prática. E é muito importante isso.

Recentemente, na semana passada, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei sobre os *royalties* do petróleo para a educação. Ela fez um discurso para o Brasil, e a toda hora, dizendo que era favorável à destinação de 100% dos *royalties* para a educação. E aí vai para a televisão, vai para os jornais. Quem está lendo o jornal e assistindo à televisão acha que é verdade. Mas aí, quando comparamos o discurso com a prática, quando pegamos aqui no plenário o projeto encaminhado pelo Executivo que trata dos *royalties*, percebemos que não entraria nada, absolutamente nada, para a educação, até 2022. Então, por que 100% dos *royalties* para a educação, se não vai entrar nada agora? Só daqui a 15 anos, 20 anos.

Nós tivemos a coragem de votar e pelo menos ampliamos para trezentos e tantos bilhões, o que ainda é muito pouco, porque 10% do PIB para a educação significam, com os recursos de hoje, 400 bilhões por ano! No projeto que aprovamos aqui, sobre os *royalties*, são 300 bilhões para 10 anos, ou seja, menos de 10% do previsto para os próximos 10 anos.

E depois que foi sancionado, depois que nós aprovamos, tentaram derrubar o projeto no Senado, e não conseguiram. Aí fazem o lançamento, como se a iniciativa de aprovar aquele projeto fosse do Executivo.

Então, você que está nos assistindo, você, eleitor, você que realmente é formador de opinião, não vá pela propaganda enganosa que está na televisão. Procure identificar o discurso, cada discurso, da Presidenta Dilma, inclusive no horário eleitoral gratuito. E é um absurdo fazer campanha eleitoral no momento em que, obrigatoriamente, ela deveria estar mandando uma mensagem para a população sobre o 7 de Setembro, sobre o Dia do Trabalhador, mas não fazendo propaganda.

Eu também apresentei um projeto nessas audiências públicas que citei: propus que 70% das verbas destinadas a propaganda têm que ser utilizadas em serviços de utilidade pública! Este Governo está gastando bilhões e bilhões em propaganda. Esse dinheiro deveria ser destinado - pelo menos 70% dele, conforme apresentei no projeto - para



campanhas de utilidade pública, sobre as faixas de travessia de pedestres, por exemplo. Em Brasília, infelizmente, hoje não se acha uma faixa pintada, e as pessoas estão morrendo nas faixas de travessia de pedestres, que eram uma tradição aqui do Distrito Federal, uma iniciativa que começou aqui. Esse dinheiro deveria ser destinados para campanhas sobre o trânsito. Quantos milhões de pessoas estão morrendo no trânsito? Faça campanhas! Com os recursos das multas, dessas arapucas que existem aí, vamos educar o povo!

A área de educação merece uma campanha institucional, por 1 ano, para conscientizar a família sobre a importância de participar das atividades da escola, sobre a importância do professor, da educação, sobre o que representa uma educação de qualidade para os alunos, sobre o quanto isso revoluciona o País em termos de economia, em termos de qualidade de vida.

Vamos falar de saúde: 70% dos problemas de saúde são causados por falta de prevenção. Este País não tem um programa de prevenção. O Brasil oferece o tratamento de saúde curativo: quando a pessoa está quase morrendo é que vai cuidar dela; e, mesmo assim, ela acaba morrendo, porque ficou meses ou anos esperando por uma consulta. Aqui em Brasília, a Capital do País, que recebe do Fundo Constitucional 10 bilhões, para conseguir uma consulta, a pessoa tem que esperar 6 meses, 2 anos, 3 anos. É uma loucura!

Vejam como este Governo é incompetente: o Hospital das Forças Armadas, aqui em Brasília, tem 210 leitos vagos e 10 vagas de UTI fechadas. As pessoas tentam conseguir na Justiça uma vaga na UTI e, mesmo conseguindo na Justiça, não há vaga, mas 10 vagas no HFA estão fechadas.

No Hospital Universitário de Brasília foram os alunos que pararam - não foram os médicos; foram os alunos. Pararam porque não estão aprendendo nada, porque não há servidores. Bastaria a boa vontade de liberar a contratação de servidores até dezembro. A partir de janeiro, os concursados assumiriam.

Eu espero que as pessoas tenham entendido um pouco essa questão do Programa Mais Médicos e que não se deixem levar por essa propaganda enganosa que aí está. O que o Brasil precisa e merece é um planejamento de longo prazo, uma política de Estado, e não uma política de governo, uma política para ano eleitoral, uma política para ganhar eleição. Isso é um absurdo.

O brasileiro está aprendendo, e eu tenho a certeza de que vai dar a resposta correta com relação a essas propagandas enganosas.

Era isso, Sr. Presidente.



Muito obrigado.

Documento 242/311

278.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	16/09/2013-17:45
Publ.: DCD 17/09/2013 - 40656	- ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Relevância do papel desenvolvido pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs. Conquistas dos portadores de deficiência, especialmente no campo profissional. Defesa de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB às escolas especiais. Apelo à Casa de rejeição do parecer do Senador José Pimentel quanto à Meta 4, constante no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Apresentação do Projeto de Lei nº 6.241, de 2013, sobre a proibição da desconsideração da personalidade jurídica às entidades filantrópicas ou organizações de interesse público sem fins lucrativos. Luta do orador pela manutenção das APAEs.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, Deputado Luiz Couto, esta é a terceira vez que volto ao mesmo assunto. Se for necessário vir cinco, dez, cinquenta vezes, eu virei.

Os portadores de deficiência intelectual ou múltipla sempre foram alvo de muita rejeição, discriminação e preconceito por parte da sociedade no Brasil e no mundo. Felizmente, essa realidade tem se alterado significativamente nas últimas décadas, graças ao esforço e à mobilização das famílias e de profissionais de educação e de saúde.

Nesse processo, quero destacar o importantíssimo papel desempenhado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que oferece educação e atendimento médico a cerca de



250 mil pessoas com deficiência, nossos irmãos, em mais de 2 mil Municípios brasileiros, além de liderar a luta política pela inclusão desses cidadãos na sociedade.

O Movimento Apaeano nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, por iniciativa de famílias determinadas em suprir a enorme deficiência manifestada pelo Estado para promover políticas públicas capazes de assegurar, aos deficientes, uma vida plena, feliz e realizada.

O resultado é que, embora o convívio social com esses indivíduos ainda não seja tão natural quanto gostaríamos, as últimas décadas trouxeram uma reviravolta na maneira de ver e de compreender suas diferenças.

Vários profissionais das áreas de educação e de saúde engajaram-se na luta dessas famílias, empreendendo estudos e pesquisas sobre o assunto, buscando informações em entidades congêneres até no exterior, trocando experiências com pessoas de outras nacionalidades inseridas na mesma realidade.

A evolução dos conhecimentos sobre os diversos tipos de deficiência intelectual e múltipla e a mudança positiva da atitude da sociedade em relação a seus portadores têm causado impactos tão positivos que, a cada geração, a noção de o que uma pessoa com esse tipo de deficiência é capaz de alcançar é reavaliada.

O universo de pessoas com deficiência é cada vez mais um grupo de indivíduos autodeterminados, realizados e realizadores. O que era impossível e impensável há algumas poucas décadas, como a possibilidade de deixarem a casa paterna para morar sozinhos, bem como a de exercerem plenamente sua sexualidade, é hoje motivo de debate entre os especialistas.

O preconceito, bem como histórias de discriminação, ainda existe, mas os instrumentos para a integração dessa parcela da população se multiplicam. Aqui mesmo, nesta Casa, são muitos os exemplos de Parlamentares que, comprometidos com a causa, contratam egressos das APAEs para auxiliá-los em seus gabinetes.

É o caso da Secretária Parlamentar Elaine Depollo da Costa, de 27 anos, que, há pouco mais de 2 anos, trabalha no gabinete do Deputado Romário. Como Elaine, existem relatos de milhares de outros portadores de deficiência com bem-sucedida inserção profissional no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, nobres colegas, povo brasileiro, recentemente, o movimento em defesa dos deficientes sofreu um grave revés: o texto da Meta 4 do Plano Nacional da Educação, aprovado por esta Casa, foi alterado pelo Relator da proposta lá no Senado, Senador José



Pimentel, e passou a prever o corte de repasse de recursos do FUNDEB para escolas especiais e a inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em escolas públicas regulares, até 2016.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, a experiência revela-nos, de modo inequívoco, que uma escola não substitui a outra. Cada família tem o direito de escolher onde colocar seus filhos. As escolas especiais são absolutamente necessárias para a clientela mais comprometida, e, sem a parceria com o poder público, essas escolas estão fadadas a encerrar suas atividades.

Quero, pois, manifestar meu inteiro apoio, que peço a todos os Srs. e Sras. Deputadas, ao pleito dos pais e amigos dos portadores de deficiência para que recursos do FUNDEB continuem a ser repassados às escolas especiais. Acredito que temos a enorme responsabilidade de promover a integração social desses indivíduos, criando arcabouço legal que lhes permita desfrutar de vida cada vez mais integrada à sociedade, com pleno acesso ao mundo do trabalho, do estudo e do lazer.

A fim de evitar que as APAEs sejam extintas, apresentei, no dia 9 de setembro, meu caro Deputado Luiz Couto, o Projeto de Lei de nº 6.241, que veda a desconsideração da personalidade jurídica às entidades filantrópicas ou organizações de interesse público cuja atividade se caracteriza como sem fins lucrativos.

Vamos tratar as diferenças dos nossos cidadãos com respeito e maturidade; vamos assegurar-lhes os instrumentos necessários para exercer plenamente sua cidadania. Estou convencido de que esses são deveres dos quais não podemos nos esquivar.

Entendo, meu caro Deputado Luiz Couto, Srs. e Sras. Deputados, que extinguir as APAEs é uma aberração. Como diz o ditado popular: *"Em time que está ganhando não se mexe"*.

Ora, a APAE presta relevante serviço à sociedade brasileira, aos excepcionais, com muito respeito e carinho. Já foi considerado o segundo do mundo o nosso trabalho com excepcionais, graças à APAE, que não é órgão público, muito embora receba recursos públicos para sua manutenção, como professores, funcionários, recursos do FUNDEF. Sua atividade é privada: é uma entidade de voluntários que prestam serviços a toda a sociedade, principalmente aos excepcionais.

Eu vou, meu caro Presidente, lutar até o fim para não permitir que as APAEs sejam extintas. É claro que há uma gama de alunos que podem frequentar escolas regulares, mas a grande maioria dos que frequentam a APAE não tem as mínimas condições de acompanhar os alunos do ensino regular.



Por isso, nós fazemos este apelo. E, graças a Deus, vai voltar para esta Casa o projeto de lei que o ilustre Senador José Pimentel relatou no Senado, quando nós haveremos sim de rejeitar seu parecer, aprovado naquela Casa, porque entendemos que fere os princípios, no mínimo, do bom sentido. Meu Deus do céu, terminar com as APAEs é uma aberração, uma afronta.

Eu não tenho filho excepcional, nem desejo que ninguém tenha, porque nenhuma família quer ter um filho excepcional e nenhum filho quer ser. Mas, infelizmente, por circunstâncias ou desígnios, nós temos 250 mil irmãos nossos nessas condições, que frequentam as APAEs, onde são tratados com carinho, respeito e consideração.

Por isso, faço mais uma vez este apelo. Desculpem-me, meus caros Deputados e povo brasileiro, por insistir neste tema. É a terceira vez que venho a esta tribuna falar sobre ele. Mas, sabe, Deputado Luiz Couto, se for necessário vir mais dez vezes, eu virei, porque vou cumprir com o meu dever de Parlamentar. Eu quero dizer ao povo do meu Estado e do Brasil que lutei e vou lutar até o fim para que as APAEs não sejam extintas e continuem a prestar esse serviço extraordinário e excepcional que fazem em favor dos nossos irmãos, que merecem nosso carinho, nosso respeito e nossa consideração.

Que Deus, na Sua bondade infinita, ilumine cada Parlamentar para que tenha a consciência da importância da continuidade da APAE no Brasil!

Documento 243/311

280.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária
- CD 17/09/2013-14:18

Publ.: DCD - 18/09/2013 -
40903 BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Balanço positivo do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff. Posicionamento do Governo Federal favorável à manutenção e fortalecimento das Associações de



Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs. Votação de projeto de lei sobre a destinação de recursos para os setores de educação e saúde.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado aqui discurso que faço, pedindo-lhe que o dê como lido.

Tal pronunciamento é sobre uma falsa polêmica na sociedade brasileira quanto às APAEs. O Governo Federal tem ajudado tanto no programa Viver Sem Limite quanto no Plano Nacional de Educação. Muitos estão dizendo que seria o fim da APAE, no momento em que nós estamos trabalhando a socialização, a ressocialização, o ingresso das pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Isso não é contraditório com a manutenção das APAEs, tanto que o Governo Federal já se posicionou favoravelmente à sua manutenção.

Eu faço este esclarecimento, e gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado, para acabar com essa falsa polêmica, que só interessa a quem não quer o trabalho tão importante que as APAEs realizam, de forma solidária e humanitária, com as pessoas que delas precisam. É uma falsa polêmica.

Essa é a minha posição e a do Governo sobre a manutenção das APAEs e o reforço da ressocialização das crianças por ela atendidas, que precisam do nosso carinho e da nossa atenção.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em alguns lugares do Brasil estabeleceu-se certa polêmica em relação à continuidade das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, as nossas queridas e respeitabilíssimas APAEs. Vou logo adiantando: trata-se de uma falsa polêmica.

Em 2011, o Governo Dilma lançou o programa Viver Sem Limite, com uma série de medidas voltadas para as pessoas com deficiência, e o balanço desse plano, até agora, é extremamente positivo: mais de 20 mil vagas foram abertas no PRONATEC para pessoas com deficiência; centenas de ônibus acessíveis foram entregues aos Municípios. Para 2014, o programa Viver Sem Limite ainda vai disponibilizar mais de 100 mil novas vagas no PRONATEC e 2.600 novos ônibus acessíveis para transporte escolar, além de implementar 200 residências inclusivas e construir um centro-dia de referência em cada Estado, contratar de mais de 1 milhão de casas adaptáveis no Programa Minha Casa, Minha Vida 2, introduzir de novos exames para identificação precoce



de deficiências e muito mais.

Ou seja, o programa Viver Sem Limite está em seu pleno curso e vai muito bem, obrigado.

Aliás, é um programa inédito no Brasil. Pela primeira vez, um governo faz política pública específica, com início, meio e fim, para as pessoas com deficiência.

Bem, o decreto que estabeleceu todas essas medidas tinha um item que dizia que a oferta de educação especial se dará preferencialmente na rede regular de ensino. Sabem por que isto? Porque é direito do deficiente estudar em escolas regulares, se assim quiser, se assim ele ou sua família entender, e é dever do Governo garantir esse direito.

Então, para que esse direito seja garantido, o Governo Dilma enviou à Câmara dos Deputados o projeto de lei sobre o Plano Nacional de Educação. Nesse Plano, há uma meta que pretende ampliar o acolhimento de pessoas com deficiência na escola regular.

Foi aí que nasceu a falsa polêmica: para tentar jogar o Governo Dilma contra as APAEs, algumas pessoas mal-intencionadas usaram o fato de o Governo estar ampliando o espaço para as pessoas com deficiência na rede regular de ensino para dizer que isso significaria o fim das escolas especiais, no caso, as APAEs.

Nada pode ser mais sórdido na política. Para tentar jogar as APAEs contra o Governo, canalhas semearam boatos terroristas de que as escolas especiais seriam extintas por Dilma. Mentira! Repito: mentira!

Mas sabem o que é pior? Quem fez isso sabia, desde o início, que não há, nem no decreto que trata do programa Viver Sem Limite, nem no projeto de lei proposto pelo Governo Dilma, uma palavra que possa sequer sugerir o fim das APAEs.

Quem conhece a Presidenta Dilma sabe que ela é uma mulher sensível e sensata, e qualquer cidadão brasileiro sensível e sentido sabe o valor do trabalho que as APAEs desenvolvem.

Então, venho aqui para reafirmar que a Presidenta Dilma, o Governo Federal e o PT são admiradores e estimuladores do trabalho das APAEs e que, ao contrário do que alguns inventaram, qualquer um que tente acabar com esse trabalho maravilhoso encontrará feroz resistência em Dilma, no Governo e no PT.

Querem uma prova do que estou dizendo? O Governo está ampliando o acesso das APAEs ao FUNDEB. Ou seja, o Governo Dilma está colocando mais dinheiro nas APAEs. Esta é a verdade: Dilma, o Governo e o PT querem o fortalecimento, e jamais o desaparecimento,



das APAEs!

Reafirmo: é direito da família decidir onde e com quem cada criança vai estudar, seja ela deficiente ou não. E o Governo Dilma quer, sim, ampliar a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular. A isso se chama combate concreto ao preconceito. Mas disso não resulta - e jamais foi sequer cogitado - acabar, reduzir ou prejudicar as APAES.

Eu mesmo já conversei pessoalmente com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e com o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, a respeito deste assunto e ouvi de ambos que, bem ao contrário da mentira que foi espalhada, o que o Governo Dilma quer mesmo é o fortalecimento das APAEs, melhorando e qualificando as parcerias com essas instituições tão valorosas, tanto que está ampliando os investimentos federais nas escolas especiais.

Portanto, são descabidas e mentirosas as manifestações sobre este tema que têm sido divulgadas, na tentativa de jogar as famílias com crianças deficientes e a população em geral contra o Governo da Presidenta Dilma. Trata-se de uma falsa polêmica e de mais uma injúria da oposição.

E podem ter certeza: não é fazendo terrorismo com as crianças deficientes e suas famílias que os nossos opositores chegarão a algum lugar. Ou, talvez, até cheguem: ao ostracismo político, que é o devido lugar de quem falta com a verdade ao povo.

Para encerrar, informo que acabamos de votar o projeto que destina mais recursos para as áreas da saúde e da educação.

Documento 244/311

282.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária 18/09/2013-
- CD 17:46

Publ.: DCD - 19/09/2013 -
41501

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contentamento do orador com a reportagem Pressionado, MEC propõe novo texto para o Plano Nacional de Educação, veiculada pelo Jornal do Senado.



Importância de manutenção das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu ia votar... Mas estou tão contente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - V.Exa. nunca esteve mal-humorado.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu faço questão de ler a manchete do *Jornal do Senado*. Preste atenção, Sr. Presidente. Eu tenho certeza de que o Brasil está feliz com esta manchete: "*Pressionado, MEC propõe novo texto para o Plano Nacional de Educação. A pressão das entidades dedicadas às crianças e jovens com deficiência surtiu efeito*", e o MEC voltou atrás, e as APAEs vão sobreviver! É uma matéria que eu reputo de muita importância para o Brasil. "*Pressionado, MEC propõe novo texto para o Plano Nacional de Educação*". As APAEs não vão acabar, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Obrigado, Deputado.

Documento 245/311

282.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/09/2013-17:46
Publ.: DCD - 19/09/2013 - 41559	HENRIQUE OLIVEIRA-PR -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Conquistas dos portadores de deficiência. Encaminhamento à Mesa Diretora da Indicação nº 2.699, de 2012, para elaboração de projeto de lei sobre a obrigatoriedade da contratação de pessoa com necessidades especiais pelos gabinetes parlamentares da Câmara dos Deputados. Criação de políticas de inclusão social destinadas ao segmento, especialmente no campo profissional. Apelo à Casa de reexame da Meta 4 constante no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, no tocante ao repasse de recursos federais às escolas especiais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA



PUBLICAÇÃO

O SR. HENRIQUE OLIVEIRA (Bloco/PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para falar do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, a ser comemorado no dia 21 de setembro.

Esse dia foi instituído por meio do movimento social em Encontro Nacional ocorrido em 1982, com todas as entidades nacionais. Foi escolhido o dia 21 de setembro pela proximidade com a primavera e o Dia da Árvore, numa representação do nascimento das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições. A data foi oficializada através da Lei Federal nº 11.133, de 14 de julho de 2005.

Esta data é comemorada e lembrada todos os anos, desde então, em todos os Estados. Serve de momento para refletir e buscar novos caminhos e como forma de divulgar as lutas por inclusão social. Portanto, é um dia em que se unificam, no Brasil inteiro, todas as iniciativas daqueles que querem construir uma sociedade mais democrática em que cada brasileiro tenha o direito de construir sua vida com dignidade.

De acordo com o IBGE, pelo Censo 2010, no Brasil, quase um quarto da população (23,9%) tinha algum tipo de deficiência, o que significa cerca de 45,6 milhões de pessoas. Os direitos dos deficientes estão garantidos na Constituição Federal de 1988, e o Brasil tem uma das legislações mais avançadas sobre os direitos das pessoas com deficiência. Esses avanços são fruto de muita luta, de enfrentamentos e de muita vontade de transformar. Sem dúvida já avançamos muito na luta para que a sociedade brasileira se abra às questões das pessoas com deficiências físicas e mentais. Muito avançamos do ponto de vista arquitetônico, do ponto de vista da adaptação dos espaços urbanos, da democratização do transporte público. Há muito o que fazer para que estas leis saiam do papel, trazendo igualdade para todos os cidadãos.

A luta do movimento das pessoas com deficiência, entretanto, deve ser contínua. Ainda existe uma caminhada importante a ser percorrida na ampliação e modernização da legislação para a área, conforme determina a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Precisamos também de uma mudança cultural, para que as pessoas com deficiência possam viver com naturalidade e igualdade de direitos e oportunidades.

Por esse motivo, apresentei a esta Casa a Indicação nº 2.699/2012, que sugere à Mesa Diretora a manifestação de uma ou mais Comissões no sentido de verificarem a elaboração de Projeto de Lei que torne obrigatória a contratação de pelo menos uma pessoa portadora de necessidades especiais nos gabinetes parlamentares. A minha intenção é a de proteger o direito dessas pessoas que têm desvantagens no momento de conseguir um emprego, devido à sua deficiência.



A busca pela igualdade e pela acessibilidade deve ser uma busca permanente de todos nós. É uma busca que deve começar dentro da gente, percebendo que em uma pessoa com deficiência existe um ser humano com necessidades e potencialidades humanas, alguém que, mais do que proteção, precisa ter direitos. A deficiência não está no corpo, mas está principalmente no ambiente físico e na atitude social que não contempla as diferenças corporais.

Todos precisam sair da inércia e ver que as coisas evoluem por si mesmas. Precisamos assumir a nossa responsabilidade, resolver que a inclusão tem de partir de nós. Só assim veremos as mudanças ocorrerem.

Precisamos lutar por políticas públicas que promovam a acessibilidade ao trabalho, por exemplo, um direito básico de qualquer pessoa.

Aproveito o momento também para reiterar a minha preocupação com a atual redação do Projeto das 20 metas do Plano Nacional de Educação, que prevê o fim dos repasses federais a instituições que ofertam atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, a pessoas com deficiência. Se a redação não for modificada, a Meta 4 forçará o fechamento das entidades, ao prever a universalização, "para a população de 4 a 17 anos de idade, do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino, até 2016. Afinal, por terem caráter filantrópico, essas entidades vivem majoritariamente de financiamento governamental, além de convênios e doações.

O Movimento Apaeano é o maior do mundo destinado à inclusão social da pessoa com deficiência, propiciando atenção integral a cerca de 250 mil pessoas. As APAEs não podem acabar. Por isso, faço um apelo a todos os nobres colegas para que trabalhem junto aos Senadores, para que revejam o texto da matéria e não fechem as APAEs. Chamo toda a sociedade para entrar nesta luta. Não sou contra a inclusão. Sou contra essa inclusão radical, sem medir as consequências negativas, para todos que dependem das APAEs.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.



Debates - CD

Publ.: DCD - 20/09/2013 - 41787 - ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Proposta do Ministério da Educação de alteração da Meta 4 do novo Plano Nacional de Educação - PNE, relativa ao ensino especial. Manutenção das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, passo a ler matéria do *Jornal do Senado*:

"Pressionado, MEC propõe novo texto para Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

A pressão das entidades dedicadas às crianças e jovens com deficiência surtiu efeito: o Ministério da Educação (MEC) anunciou que vai propor uma nova redação para a Meta 4 do Plano Nacional de Educação. Essas entidades afirmam que, dependendo do texto a ser aprovado, há o risco de que se acabe com o acompanhamento diferenciado oferecido em escolas públicas para alunos com deficiência.

O MEC também informou que a Meta 4 não vai mais definir uma data para o fim dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial, como é o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)."

Isso dito, eu quero anunciar à Nação brasileira que as APAEs não vão mais acabar. O próprio MEC entendeu que a medida que o Senado colocaria em prática não traria nenhum benefício aos excepcionais.

Este é um momento histórico, Deputado Luiz Couto, porque esta Casa se manifestou contrária ao relatório do eminente Senador. Ficamos felizes da vida.

O Senador Wellington Dias, do PT do Piauí, pai de uma adolescente autista, lutou muito conosco, Deputados que fizemos várias manifestações contrárias à extinção das APAEs.

Aliás, o Ministério da Educação queria que os alunos excepcionais frequentassem as escolas regulares, o que não é, evidentemente, o



ideal.

Então estamos felizes. As APAEs não serão mais extintas e ainda vão receber o recurso que é destinado ao Fundo.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos Anais desta Casa.

Documento 247/311

287.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 23/09/2013- - CD	17:03
Publ.: DCD - 24/09/2013 - 42150	PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação do orador no 7º Encontro do Observatório Nacional de Educação, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Relato da visita do orador aos Municípios maranhenses de Gonçalves Dias, Governador Eugênio Barros e Barão de Grajaú. Congratulação à Prefeita Maria da Luz Figueiredo, do Município de Governador Eugênio Barros, pela atuação em prol do setor de educação. Liberação de recursos de emendas orçamentárias do orador destinadas ao Município de Barão de Grajaú. Relevância do ensino fundamental. Imediata aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero fazer uma breve comunicação sobre viagem que fiz e que faço sempre nos finais de semana ao Estado do Maranhão.

Estivemos, na quinta-feira, Sr. Presidente, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, onde participamos do 7º Encontro do Observatório Nacional de Educação. Participamos do evento com vários companheiros - os Deputados Pinto Itamaraty, Waldir Maranhão e vários outros -, presenciamos e vivenciamos experiências na área de educação com o povo do Maranhão. Várias cidades do Maranhão têm exemplos de como podemos mudar o processo de aprendizagem através de simples metodologias na área da Pedagogia, do sistema



didático. Nós podemos fazer uma revolução no processo educacional brasileiro.

Sr. Presidente, no evento estavam presentes também vários professores e gestores educacionais.

Saindo de São Luís, na sexta-feira visitamos a cidade de Gonçalves Dias, onde participamos da abertura do Curso de Formação Política, da Fundação Ulysses Guimarães, para uma turma com mais de 40 alunos. Isso é de grande interesse da juventude, para que ela possa participar do processo político do País. E não há nada melhor do que o conhecimento na área política através de uma instituição respeitada como a Fundação Ulysses Guimarães.

Ao sair da cidade de Gonçalves Dias, Sr. Presidente, estivemos na cidade de Governador Eugênio Barros. Ali, na presença da Prefeita Maria da Luz e de vários Vereadores, fomos ao povoado Socorro. No povoado Socorro, participamos da reinauguração de três unidades escolares. Numa das unidades, que faz parte do sistema integrado, foi feita a reforma estrutural completa da creche. E também foi feita a reforma estrutural completa em uma unidade escolar do ensino fundamental. Logo em seguida, no mesmo povoado, reinauguramos a estrutura completa de uma escola de ensino médio.

Sr. Presidente, o que me chamou a atenção, na cidade de Governador Eugênio Barros, foi o fato de a Prefeitura Municipal promover, num povoado, o que é da responsabilidade do Governo Estadual e do Governo Federal, numa escola de ensino médio e de formação pedagógica. Chamou-me muito a atenção a visão da Prefeita da cidade. E mais: ela promove a formação e a qualificação de instrutores, com o curso médio, com o curso técnico em Pedagogia, para que possam atuar na área do ensino infantil, que são as creches. Portanto, de parabéns está a Prefeita Maria da Luz, da cidade de Governador Eugênio Barros, pela iniciativa que teve, ao iniciar o seu governo, nos 6 primeiros meses, de promover a melhoria da educação no seu Município.

Saindo dali, Sr. Presidente, fomos à cidade de Barão de Grajaú, que faz fronteira com a cidade de Floriano, no Estado do Piauí. Em Barão de Grajaú, estive com o Deputado Estadual Stênio Rezende, acompanhado do Prefeito Gleydson da Silva, um jovem com a visão de que a gestão pública tem que ser voltada para os mais necessitados do País, do Estado e do Município. E ali participamos do festival cultural da cidade. Além disso, para cooperarmos com o Prefeito da cidade, anunciamos a liberação de recursos para aquele Município, através de nossas emendas, que já foram empenhados. Foram liberados recursos para dois postos de saúde e o CAPS Infantil; pela CODEVASF, para uma estrada vicinal; pela Secretaria de Agricultura, para a compra de equipamentos. E vários outros recursos foram liberados para a



Prefeitura de Barão de Grajaú, para que o Prefeito possa realizar o sonho da comunidade.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que avançamos, e avançamos muito. O Brasil avançou. Precisamos avançar mais na área da saúde. Na área da educação precisamos avançar, mas já obtivemos, através do ensino infantil, uma melhoria muito grande com a implantação das creches. Precisamos melhorar o ensino médio. Mas só vamos melhorar o ensino médio melhorando o ensino infantil; só vamos melhorar o ensino superior, só vamos dar qualidade ao ensino superior, se melhorarmos o ensino médio; e, para melhorar o ensino médio, temos que melhorar o ensino infantil.

Sr. Presidente, a União tem que ter um pacto. E esse pacto é federativo. Temos que aprovar, o mais rapidamente possível, ainda este ano, o PNE, o Plano Nacional de Educação. Sem o Plano Nacional de Educação, os Estados e os Municípios não poderão elaborar os seus planos - o Plano Regional de Educação e o Plano Municipal de Educação.

Então, Sr. Presidente, nesse sentido, daqui pedimos ao Senado Federal que, o mais brevemente possível, aprove o Plano Nacional de Educação e o remeta de volta à Câmara, para que nós possamos discutir a Meta 4, muito importante para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio) - Cumprimos o Deputado Professor Setimo, nosso querido e brilhante colega que, aos 16 anos de idade, por seu talento, por sua precocidade e por ser autodidata, já era professor lá no seu querido Maranhão. Parabéns!

Documento 248/311

289.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	24/09/2013-15:18
Publ.: DCD - 25/09/2013 - 42299	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização, pelo Congresso Nacional, de sessão solene em homenagem ao transcurso do 60º aniversário de fundação da Rede Record de Televisão. Apoio à manutenção das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.



Relevância do papel desenvolvido pelas entidades no País.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustre Deputado Amauri Teixeira, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero aqui fazer um registro da oportunidade que esta Casa teve hoje, em sessão solene do Congresso Nacional, de, no plenário do Senado, fazer uma homenagem, que reconheço como justa, à Rede Record de Televisão, que comemora 60 anos de trabalho, progresso e contribuição importantíssima para toda a nossa sociedade brasileira. Quero cumprimentar o Senador Eduardo Lopes e o Deputado Antonio Bulhões, do PRB do meu Estado de São Paulo, pela brilhante iniciativa da sessão solene que fez esta justa homenagem e esse reconhecimento.

A *TV Record* iniciou suas transmissões no dia 27 de setembro de 1953, com um programa musical. Ela foi a única emissora a fazer a cobertura ao vivo da inauguração de Brasília. Na década de 90, o Bispo Edir Macedo assumiu o controle acionário da empresa e, desde então, a *TV Record* tem avançado, progredido e se tornado um dos mais importantes grupos de comunicação do nosso País.

Aproveito esta oportunidade, Presidente, para trazer a esta tribuna a minha manifestação de apoio à permanência dos alunos especiais nas APAEs de todo o Brasil.

Quero aqui reconhecer o trabalho extraordinário que as APAEs realizam em todo o território nacional. Nas escolas regulares, além de faltar estrutura para a assistência a essas crianças especiais, a presença de alunos com deficiência aumenta em muito a responsabilidade do professor, que não foi formado, habilitado para o atendimento a esses estudantes.

No momento em que estamos fazendo uma discussão nesta Casa a respeito do papel das APAEs e da possibilidade de esses alunos especiais serem direcionados para as escolas da rede pública, eu quero chamar a atenção desta Casa para o fato de que precisamos, pelo contrário, ainda mais encaminhar recursos, prestigiar e apoiar o trabalho das APAEs em todo o Brasil.

Então, eu quero trazer a nossa posição a esta tribuna, chamando à consciência, convidando os nossos Parlamentares à reflexão a respeito do importante, sério, dedicado e competente trabalho das APAEs em todo o Brasil ao longo desses anos, um trabalho que merece reconhecimento e aplauso, e, muito mais do que isso, o nosso apoio, o apoio dos Poderes constituídos deste País, em respeito às famílias, àqueles que têm a benção de ter em suas casas crianças especiais.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Que Deus abençoe o Brasil!

Documento 249/311

289.3.54.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa 24/09/2013-17:32
Publ.: DCD - 25/09/2013 - 42369	BIFFI-PT -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Compromisso da Presidenta Dilma Rousseff com a valorização dos professores. Apoio à garantia do piso salarial nacional para a categoria.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. BIFFI (PT-MS. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidenta da República Dilma Rousseff destacou na última segunda-feira em Porto Alegre o compromisso do Governo com os professores da rede pública de ensino, e por isso quero reforçar o meu apoio à garantia do piso salarial dos professores.

De acordo com a Presidenta Dilma, é preciso assegurar o recurso para elevar o poder aquisitivo dos professores, já que sem isso o Brasil dificilmente será uma Nação desenvolvida. A Presidenta informou ainda que o Brasil precisa buscar um padrão de remuneração "similar" ao dos países desenvolvidos.

Fico muito satisfeito com mais esse compromisso da Presidenta com a valorização dos professores. Concordo piamente quando ela afirma que sem um salário digno não há incentivo, não há estímulo para garantir mais profissionais.

O piso salarial dos professores do magistério público foi estabelecido na Lei 11.738, de 16 de julho 2008. Na ocasião o valor era de R\$ 950,00. Esse valor foi reajustado e atualmente é de R\$ 1.567,00.



Acredito que o piso salarial dos professores só será garantido quando for aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, que está em tramitação no Senado Federal. O PNE é a garantia concreta para a implantação do piso salarial, já que trata da criação de planos de carreira para os profissionais da educação básica e do ensino superior.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 250/311

291.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	25/09/2013-15:30
Publ.: DCD - 26/09/2013 42966	- EDUARDO BARBOSA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Saudação ao Deputado Otavio Leite pela aprovação pelo Senado Federal da proposta de emenda à Constituição de interesses dos músicos brasileiros, a chamada PEC da Música. Aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação com a manutenção da meta de atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência. Importância das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Simão Sessim. É uma honra estar no Grande Expediente sob a sua presidência. Quero também cumprimentar os nobres pares e todos os que estão acompanhando meu pronunciamento.

Antes de tratar do assunto específico de que eu quero falar, gostaria de fazer uma saudação ao Deputado Otavio Leite. Ontem ele obteve uma grande vitória - a PEC da Música foi aprovada no Senado. Nós sabemos da grande repercussão dessa medida, que, somada ao vale-cultura, dará ao brasileiro, principalmente ao assalariado, a possibilidade de participar da vida cultural do País e ter na sua casa algo que às vezes tanto deseja, mas não pode ter por falta de condição financeira.

Eu quero neste Grande Expediente fazer referência ao movimento que acompanhamos até os dias de hoje por todo o País em relação ao Plano Nacional de Educação, mais especificamente a Meta 4 -



educação especial -, sobre a qual todo o Brasil se manifestou nas redes sociais e publicamente nos vários Estados em defesa da manutenção, no sistema educacional do País, de entidades como APAE, Pestalozzi.

Faço parte do movimento das APAEs há 27 anos. Tive a oportunidade e a felicidade de presidir uma APAE na minha terra natal, Pará de Minas. Fui Presidente da Federação das APAEs de Minas, quando fundamos a Federação no Estado. Fui Presidente da Federação Nacional das APAEs por quatro mandatos. Falo, portanto, em nome de todos os apaeanos do Brasil, situados em 2.127 Municípios brasileiros.

O movimento surgiu em 1954, Deputado Simão Sessim, na cidade do Rio de Janeiro, sua terra, liderado por um grupo de pais que, à época, ficou indignado com a postura da sociedade de manter seus filhos deficientes totalmente isolados da convivência comunitária e social. Naquele anos, entendeu-se que deveria existir no País uma entidade de pais que pudesse romper com esse muro de segregação. Criou-se, então, a primeira APAE no Brasil.

De lá para cá esse movimento, de tão oportuno e importante, alastrou-se pelo Brasil. Nós temos hoje, então, nos Municípios brasileiros, em todos os Estados da Federação, uma instituição que presta um serviço direto de atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, muitas vezes não só à população da cidade, mas também das cidades vizinhas, que levam as pessoas com deficiência a um centro maior para atendimentos específicos.

Ao longo dessas décadas - ano que vem a APAE completa 60 anos -, nós passamos por vários ciclos, várias fases em relação aos direitos da pessoa com deficiência. Conseguimos, em 1988, trazer para o texto constitucional os direitos plenos das pessoas com deficiência. Em todos os capítulos - da educação, da saúde, da assistência, da habitação, do trabalho - está identificado esse direito da pessoa com deficiência, que tem garantido acesso pleno à convivência social, à convivência familiar e às políticas públicas.

Durante esses anos todos, as APAEs mudaram seu contexto de atendimento. Elas não só conseguiram ter nos Municípios e Estados parcerias claras com gestores públicos municipais e estaduais, como sempre apoiaram o sistema comum de ensino, fazendo com que as escolas públicas pudessem acolher pessoas com deficiência que tinham e têm condição de manter o percurso educacional comum, convencional.

Há 10 anos, no entanto, o movimento das APAEs, principalmente dos surdos e cegos, tem uma divergência conceitual com técnicos do Ministério da Educação. O Ministério da Educação pleiteia e preconiza que as pessoas com deficiência, independentemente da sua condição,



devem estar matriculadas na escola comum e apenas ter por parte das entidades especializadas algum atendimento complementar ou suplementar. Isso, num primeiro momento, para nós, é aceito, mas nós temos que nos focar nas várias manifestações da deficiência.

Nós, das APAEs, que trabalhamos com pessoas com deficiência intelectual, por exemplo, sabemos que existem pessoas com alto comprometimento cognitivo. Essas pessoas, às vezes, não têm na escola convencional correspondência às suas necessidades educacionais. Muitas vezes, não é a vida acadêmica, não é a educação meritocrática que lhe traz qualidade de vida, ela precisa de uma ambientação educacional diferenciada, em que toda proposta educacional possa promover vida ativa, autonomia e independência, sem o rigor da vida acadêmica, e também a garantia do ensino fundamental, percurso e conclusão, para que possa ter o certificado do ensino fundamental, que é um direito, porque a Constituição prevê a educação básica para todos, não faz exceção.

É por isso que as APAEs defendem a permanência da escola especial coexistindo no sistema. O importante é que a pessoa com deficiência tenha opções e transite nesse sistema, inclusive identificando-se com aquela escola que tem correspondência com suas necessidades e seus anseios.

E nós trabalhamos esse conceito aqui na Câmara dos Deputados numa Comissão Especial que analisou o PNE. O nosso Relator, Deputado Angelo Vanhoni, percorreu o País inteiro, em audiências públicas nas Assembleias Legislativas, auscultando famílias, pessoas e profissionais, e fez a leitura clara de que o PNE deveria, sim, fazer o indicativo para a inclusão escolar, com o que todos concordamos, mas não deveria abrir mão da alternativa da escola especial.

Dessa forma, nós não estaríamos restringindo direitos, mas ampliando direitos e dando oportunidade às pessoas de identificarem o modelo escolar que pudesse satisfazer as suas próprias necessidades.

Pois bem, aqui na Câmara, o PNE foi aprovado por unanimidade com essa concepção. Temos aqui, inclusive, vários Deputados que participaram desse debate, dessa discussão. Ficamos felizes quando a Câmara dos Deputados entendeu que esse era o caminho do bom senso, do consenso, que traduzia as ansiedades das famílias, dos pais, que nos diziam claramente que tentavam uma educação inclusiva, mas que não tinham a resposta de que necessitavam. Por isso as possibilidades foram criadas.

Essa discussão foi muito rica e oportuna aqui na Câmara. Tivemos a oportunidade, por várias vezes, de discutir na Casa Civil com a Ministra Gleisi Hoffmann, que desde o primeiro momento concordou conosco e entendeu que essa era a posição do próprio Governo. De fato, foi até



manifestada no Decreto nº 7.611, de 2011, da lavra da Presidente Dilma Rousseff, quando do lançamento do programa Viver sem Limites. Foi lançado por decreto exatamente para não haver dúvida de que a Presidência da República concordava com a proposição da coexistência do sistema.

Assim, nós entendíamos que tinha sido dada uma resposta a todo o clamor que havia em torno do assunto.

O projeto saiu da Câmara e foi para o Senado, onde, para nossa surpresa, tramitará em três Comissões.

Na primeira Comissão houve uma mudança radical no texto da Meta 4, fazendo com que houvesse um congelamento dessas matrículas, que a partir de 2014 não seriam mais computadas. Para nossa surpresa, esse mesmo texto foi inserido num documento que o MEC distribuiu para as conferências estaduais de educação e para a CONAE. Essa reação nos assustou muito. Foi quando começou a grande mobilização em todo o País.

Fizemos uma grande mobilização em Brasília. A Câmara dos Deputados, então, reagiu. Eu quero agradecer publicamente a manifestação dos Deputados de diversos partidos que vieram à tribuna manifestar-se em favor das APAEs, que estiveram ao lado dos nossos movimentos, por concordar que o que tínhamos feito na Câmara representava o oportuno, o bom senso, e estranhando a reação do Senado, que, sem discutir com a sociedade, simplesmente alterou um texto aqui amplamente debatido.

O Sr. Waldir Maranhão - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. EDUARDO BARBOSA - Sim, Deputado Waldir.

O Sr. Waldir Maranhão - Deputado Eduardo Barbosa, eu estava aqui me indagando se deveria ou não interromper neste momento a sua reflexão, o seu brilhante discurso e a sua apelação para essa realidade. Mas, pela minha história, como pai de uma filha deficiente, entendo que neste momento devemos dialogar de forma propositiva, envolver o Congresso Nacional nessa discussão, porque é chegado o momento de entendermos que o ensino, a aprendizagem e a inclusão social pelo conhecimento se dão pelo sentimento de oportunidade. Como é oportuna a sua fala! Como são meritórias a sua compreensão e a sua luta Brasil afora! Por isso, neste momento, eu quero me congratular com V.Exa. Mais do que isso, quero chamar a atenção dos nossos pares para que possamos comungar com esse entendimento. Que este apelo fique consignado nos Anais desta Casa. Estamos juntos nessa luta pela redução das desigualdades. Quero também convocar a sociedade a lutar, cada vez mais, pela defesa dos que, com certeza, o merecem, porque essa é a compreensão da cidadania e o



rompimento das barreiras humanas no processo de crescimento humano. Muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

O SR. EDUARDO BARBOSA - Obrigado, Deputado Waldir Maranhão. Sou testemunha do seu companheirismo nesse processo na Comissão de Educação, na discussão do PNE. Eu agradeço a V.Exa.

Então, nós fomos surpreendidos, na primeira Comissão do Senado, com essas mudanças. No entanto, felizmente, hoje, na CCJ do Senado, sob a relatoria do Senador Vital do Rêgo, tivemos um aprimoramento do texto. Na realidade, após ampla discussão feita com os Senadores, entendeu-se que se deveria reverter o texto da Comissão anterior, a Comissão de Assuntos Econômicos - o Senador José Pimentel era quem tinha feito as alterações que não nos atendiam.

Essa mudança já ocorreu, porque já suprimiram o congelamento de matrículas e voltaram com a meta de garantia do financiamento pelo FUNDEB.

Existe ainda uma peculiaridade no texto da meta que agora, na Comissão de Educação, nós vamos poder debater mais profundamente, mas houve um aprimoramento do texto.

Inclusive, nesse processo, a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, manifestou publicamente que a posição do Governo coincidente com o que nós tínhamos debatido aqui com o Governo, apesar de haver alguns Senadores do Governo, do partido da Presidente, que entenderam de forma diferente.

A Sra. Rosinha da Adefal - Deputado Eduardo Barbosa, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. EDUARDO BARBOSA - Sim, Deputada Rosinha da Adefal.

A Sra. Rosinha da Adefal - Eu queria só complementar o seu raciocínio, mas, antes disso, parabenizá-lo pela sua atuação nesta Casa, pela defesa, principalmente, da educação, por sua atuação com relação a isso, e também por essa causa das pessoas com deficiência, em especial as pessoas com deficiência intelectual. Comungo da sua ideia e o parabenizo por toda a mobilização que foi feita, pela aprovação correta do texto com relação à Meta 4. Precisamos de educação inclusiva, mas precisamos também de priorização do direito de escolha de cada mãe, de cada deficiente de estar ou não em uma escola especializada. Também precisamos entender que há pessoas com deficiência - falando com grande conhecimento de causa - que de forma nenhuma se enquadrarão na escola regular. Então, falo de inclusão de verdade e não de inclusão de faz de conta. Eu sei que é essa a sua bandeira. Eu comungo com ela e parabenizo-o por toda a



mobilização nacional que fez, graças a Deus, finalizando com essa grande vitória. Parabéns!

O SR. EDUARDO BARBOSA - Obrigado, Deputada Rosinha da Adefal, companheira de luta. A sua manifestação para nós é de uma solidariedade muito grande, porque V.Exa. fala com conhecimento de causa, porque milita entre as pessoas com outras deficiências e sabe o que nós defendemos. Obrigado.

Deputado Nilmário Miranda.

O Sr. Nilmário Miranda - Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Carmen Zanotto, eu só queria deixar um breve depoimento: em 1995, esta Casa criou a Comissão de Direitos Humanos pela primeira vez em sua história. O Deputado Eduardo Barbosa e o então Deputado Flávio Arns foram indicados para compor aquela Comissão. A primeira intervenção do Deputado Eduardo Barbosa foi pela criação de uma Subcomissão para tratar das pessoas com deficiência. Já se vão 18 anos. A sua luta já era anterior a isso, já entrou na Câmara com essa bandeira, tornou-se uma autoridade no assunto. E aí, Deputado, eu quero garantir que nós jamais teremos lutas partidárias quando estiver em causa o direito das pessoas com deficiência. Essa é uma luta de todos os partidos, que têm que levar sempre em referência sua militância, seu saber, seu acúmulo. E fico muito feliz de o Senado ter começado um recuo em relação à sua posição. Eu não estava aqui na Câmara - voltei este ano - e não participei das negociações, senão estaria junto com V.Exa. Quero dizer também que o lado da Câmara é o lado que nós devemos perfilar. Sobretudo, quero reforçar o cumprimento ao companheiro Deputado Eduardo Barbosa por toda sua história, por toda sua lealdade, por toda sua sabedoria, por toda sua ética.

O SR. EDUARDO BARBOSA - Muito obrigado, Deputado Nilmário Miranda. A sua posição tem para nós uma importância relevante. Por quê? Porque muitos que argumentam que a educação inclusiva irá contemplar todas as realidades às vezes afirmam que isso é uma questão de direitos humanos; e, muitas vezes, numa paixão ideológica, dentro dos debates de direitos humanos, discursam como se nós, que defendemos a escola especial, estivéssemos contrários aos direitos humanos.

A posição do Deputado Nilmário Miranda a favor do que nós pensamos traz para mim uma serenidade, porque eu sei que - em algum momento essa discussão será feita - a voz de S.Exa. será muito importante para fazer com que o que radicalizam entendam que precisamos criar espaços diversos, respeitando a diversidade das pessoas.

Obrigado, Deputado.



Ouço a Deputada Carmen Zanotto.

A Sra. Carmen Zanotto - Obrigada. Eu serei muito breve, para não ocupar todo o seu tempo, mas eu não poderia aqui deixar de registrar a minha admiração pelo seu trabalho. V.Exa. é um grande professor para nós Parlamentares, especialmente para mim, que estou iniciando essa vida, nas causas da pessoa com deficiência e na questão da educação. Parabéns pela conquista da manutenção da Meta 4, porque nós entendemos também que os pais têm o direito de participar e optar pela escola que querem para os seus filhos. Então, a escola especial não pode apenas, de um momento para o outro, deixar de existir, porque ela é fundamental ainda para o Brasil, para dar a esse conjunto de crianças e adolescentes uma formação. Um dia - quem sabe? - a gente não terá mais necessidade de escolas especiais, mas, no momento, a manutenção do texto da Casa foi fundamental, e o seu papel nesse processo também. Então, parabéns! Eu tenho muito orgulho de ser sua colega Parlamentar nesta Casa.

O SR. EDUARDO BARBOSA - Deputada Carmen Zanotto, suas palavras me orgulham muito porque V.Exa. é uma Deputada extremamente digna - todos nós reconhecemos isso. Obrigado também pela sua luta aqui no dia a dia.

O Sr. Paulo Henrique Lustosa - Deputado Eduardo Barbosa, queria aqui, como seu companheiro que fui na Frente Parlamentar pelos Direitos da Infância e da Adolescência e pela experiência que eu tive trabalhando junto com a FENAPAE e com as APAEs, reforçar as palavras de apoio às suas manifestações. Quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que tem feito, Flávio Arns fez pelo que fez, todos os que são ligados ao movimento, mas também o pessoal da Sociedade Pestalozzi, das várias organizações que trabalham com pessoas com deficiência e dizer que, se é um desafio da educação no Brasil caminhar para uma educação efetivamente inclusiva, eu não consigo acreditar, nem agora nem no futuro, que nós iremos prescindir da atuação de entidades e organizações como as APAEs. Por melhor que seja o sistema de educação, por mais inclusivas que venham a ser as escolas, vai sempre haver um espaço, um nicho para que o trabalho competente, dedicado e amoroso que fazem as APAEs e as outras organizações que trabalham com as pessoas com deficiência possa existir. Então, eu queria parabenizá-lo e sempre garantir o meu apoio às suas causas, que são minhas causas.

O SR. EDUARDO BARBOSA - Obrigado, amigo. V.Exa. sempre foi um grande companheiro. Vamos juntos.

O Sr. Otavio Leite - Deputado Eduardo Barbosa, eu teria muito que dizer, especialmente para as pessoas que nos ouvem, mas o relatório que V.Exa. apresenta sobre a luta em relação à Meta 4, que será vitoriosa, constitui-se apenas em mais uma página de tantas que



V.Exa. já escreveu em prol de uma causa tão importante, que é a da dignidade das pessoas com deficiência no Brasil. Meus cumprimentos a V.Exa. Faça desse momento e desse acúmulo de conquistas não apenas a referência do aplauso meritório, mas fonte de inspiração para prosseguir caminhando nessa reta da caminhada em defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

O SR. EDUARDO BARBOSA - Deputado Otavio Leite, V.Exa. sempre estive ao lado dessa luta, o tempo inteiro.

Para tentar concluir a nossa fala, Presidente, eu quero dizer que, na Comissão de Educação, nós teremos condição de fazer, talvez, mais uma pequena correção que possa então tranquilizar...

Quanto ao projeto, ao voltar para a Câmara, que possamos aceitar o que o Senado alterou, mas correspondendo àquilo que aqui nós debatemos e formulamos. Queremos que as duas Casas, a Câmara e o Senado, entendam que a nossa defesa é para a ampliação dos direitos. Eu falei muito sobre a deficiência intelectual e as APAEs, que são as mais conhecidas. Agradeço publicamente à sociedade brasileira, que se manifestou nesse período todo. Continuemos mobilizados.

Temos que fazer referência também à luta dos surdos, que desejam também a escola especial bilíngue. Eles, que têm como língua mãe a Língua Brasileira de Sinais, defendem que precisam da escola especial, porque é ali que eles têm condição de desenvolver sua plena comunicação e sua própria língua. Eles costumam nos dizer assim: *"Convivemos 20 horas com os ouvintes. Precisamos de 4 horas entre nós para desenvolvermos a nossa forma de comunicação."* Inclusive, muitos apontam que a educação inclusiva para os surdos trouxe prejuízo para o aprendizado, porque muitas vezes eles têm um intérprete, mas esse intérprete não é professor daquele conteúdo. E eles brigam, lutam para ter professores que falem as duas línguas, mas também dominem o conteúdo, para que eles não tenham perda no aprendizado dos diversos conteúdos da grade curricular.

E é isso que nós traduzimos no PNE; é isso que esta Câmara amplamente debateu. Com certeza, e com a nossa pressão permanente, vamos levar para o Senado todas essas minúcias, para que os Senadores que, às vezes, não estão afetos ao tema, que não têm consciência ou conhecimento profundo do tema, possam, a partir da discussão do PNE, aprofundar-se numa lógica, que é de 14% da população brasileira, que quer se fazer respeitar e quer que as políticas públicas contemplem aquilo por que as pessoas tanto anseiam e de que necessitam.

O Sr. Onofre Santo Agostini - Deputado, eu estava agoniado aqui



para que não terminasse seu tempo, porque eu queria cumprimentá-lo. Sabe, Deputado, muitas vezes nós viemos aqui para tribuna e fizemos esse movimento. Eu acho que o Ministro da Educação colocou o bode na sala, deixou o bode fazer bastante bagunça lá dentro, e depois o tirou da sala. Graças a Deus! Eu acho que V.Exa. diz muito bem. Nós que não temos, graças a Deus, problema de deficiência, temos que ajudar os que têm. Por isso, cumprimento V.Exa. As APAES não vão acabar, não, porque nós não vamos deixar. Seria um absurdo nós darmos as costas para esses nossos irmãos excepcionais. Parabéns, Deputado Eduardo! Parabéns!

O SR. EDUARDO BARBOSA - Muito obrigado, Deputado.

Presidente, meu tempo acabou, eu só quero concluir com uma única reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Fique bem à vontade, Deputado Eduardo. V.Exa. traz uma grande contribuição para esta Casa.

O SR. EDUARDO BARBOSA - Obrigado, Presidente Simão.

Eu só quero completar um raciocínio que às vezes passa à margem. As APAES e as Associações Pestalozzi no Brasil trabalham na sua essência com a população de baixa renda, Deputado Nilmário. Se V.Exa. fez - e eu tenho certeza de que V.Exa. fez e fará - uma visita a uma APAE, por exemplo, a de Teófilo Otoni -, deve ter identificado que a população que ali estuda e depende daqueles serviços é toda de famílias pobres. E o que estava previsto com o congelamento de matrículas, ou não querendo as matrículas na escola especial das APAEs, por exemplo, ia prejudicar justamente a pessoa com deficiência pobre, porque o Governo não vai acabar com as escolas particulares especiais. O rico continuaria tendo as suas possibilidades. O pobre, que depende da APAE, é que estaria prejudicado, porque, se não há matrícula na escola especial da APAE, não são computadas essas matrículas para efeito de FUNDEB. E, se isso não é computado, nem os Municípios nem os Estados poderão fazer convênios ou ceder professores para atuar nessas instituições, porque não têm uma cobertura das matrículas lançadas no censo escolar. Então, é por isso que nós também não podemos deixar que acabem com as escolas especiais, porque o deficiente pobre, se não tiver a alternativa da escola pública, irá para casa, porque não terá outra opção. É por isso que a gente faz essa defesa.

O Sr. Afonso Hamm - Deputado, sei que V.Exa. está encerrando sua fala, mas gostaria de dizer que só não defende as nossas APAEs quem não conhece o seu trabalho. Nós, no Brasil, conhecemos a história das APAEs de inserção de pessoas com deficiência mental ou física, o que significa, lógico, uma política de inclusão. Mas a inclusão plena,



verdadeiramente, não é possível. Assim, ao mesmo tempo em que o País promove uma política de inclusão - e ela é verdadeira e traz avanço -, há a necessidade de conciliar as escolas especiais e as APAEs. Eu queria fazer só um registro: o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reconheceu, há poucos dias, a importância das escolas especiais e das APAEs. Portanto, Deputado Eduardo Barbosa, a consistência da fala de V.Exa., a consistência desta manifestação tem todo o nosso carinho, toda a nossa recomendação, porque, efetivamente, há mais de 1 mês também iniciei aqui, como Parlamentar, a defesa das APAEs. E não estou falando teoricamente. Somos parceiros e nesse sentido já fizemos emendas. Inclusive, o Governo Federal cortou muitas das nossas emendas, motivo por que hoje não está chegando o reforço necessário para melhorar a vida das pessoas com deficiência, das famílias e de todos os envolvidos com pessoas com deficiência. Parabéns pela sua manifestação! Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BARBOSA - Muito obrigado, Deputado.

Vou encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente. Quero fazer somente um agradecimento aos meus colegas Deputados, a partir de V.Exa.

Eu fiquei extremamente orgulhoso da reação dos Deputados, dos meus colegas Deputados durante todo esse processo. E fiquei silencioso por esse período. Esperei a votação de hoje na CCJ para poder falar. Mas sou do próprio movimento das APAEs, e a minha voz, por si só, não tinha eco. O eco se deu pela fala dos meus colegas, que se somaram a nós. Por isso, quero agradecer aos meus colegas Deputados.

Vamos ficar agora em vigília até a conclusão desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Parabéns, Deputado Eduardo Barbosa! Fui Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e sempre disse que esta Casa é muito sensível à luta em favor dos deficientes. A Casa avançou muito na luta pelos deficientes, principalmente das APAEs. Se essa luta tem trincheira, se essa luta tem nome, esse nome é Eduardo Barbosa. V.Exa. é o maior defensor da causa. Parabéns, Deputado!



292.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 25/09/2013- - CD	20:12
Publ.: DCD - 26/09/2013 - 43196	- CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Henrique Eduardo Alves pelo anúncio da votação da proposta sobre a criação do piso salarial nacional e do plano de carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Manutenção, pelo Senado Federal, da garantia do ensino especial para alunos excepcionais, no âmbito do projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, mais uma vez lhe agradeço a condução dos trabalhos hoje com relação aos nossos agentes comunitários de saúde, a sua ida até o Nereu Ramos, reafirmando a eles a pauta do dia 23, dando-lhes mais segurança e renovando as esperanças de que consigamos realmente, no próximo dia 23 de outubro, votar esse projeto de lei.

Sr. Presidente, eu queria ainda pedir que seja considerado como lido e divulgado pelos veículos de comunicação da nossa Casa e no programa *A Voz do Brasil* meu pronunciamento relativo ao Plano Nacional de Educação e às pessoas com deficiência. Com alegria ressalto que hoje a Comissão de Constituição e Justiça do Senado restabeleceu o texto da Câmara dos Deputados, no sentido de que o ensino especial ocorra preferencialmente na escola regular.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Constituição brasileira, no inciso III do art. 208, especifica que deve ser dado atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 2008, com *status* de emenda constitucional e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 2009, também detalhou a importância do atendimento



educacional especializado aos portadores de deficiência.

O Plano Nacional de Educação - PNE 2011-2020, apresentado por meio do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, aprovado pelo Plenário da Câmara em 26 de junho de 2012, agora em tramitação e análise no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, é um documento que contém 20 metas, cada uma delas acompanhada de estratégias de ação.

No que se refere à educação especial, inicialmente a Meta 4 proposta pelo Poder Executivo previa a universalização para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Essa meta foi debatida no âmbito da Comissão Especial, tendo sido incluída, quando da sua aprovação, a garantia do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O texto aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados especificou, na Meta 4, o seguinte:

"Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados."

Quando da tramitação no Senado Federal, deparamo-nos com parecer na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE que aprovou mudanças prejudiciais à educação especial para deficientes, fato esse que gerou reação do Fórum Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, bem como dos Deputados e Senadores que lutam pela educação especial.

Hoje, dia 25 de setembro, na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania do Senado Federal, foi aprovado o relatório do Senador Vital do Rêgo, que voltou a dar atenção à educação especial, com a aprovação do seguinte texto:

"Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 208, inciso III, da Constituição"



Federal, e do Artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 2009".

O Senador Vital do Rêgo procurou, com seu relatório, atender aos reclamos das entidades da sociedade civil que trabalham com deficientes, especificando que o atendimento deva ocorrer na educação básica, assegurando o atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, conforme consta do texto constitucional.

A matéria retornará ao Plenário da Câmara dos Deputados, e novamente sobre ela nos debruçaremos para mantermos o atendimento educacional especializado complementar oferecido em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, conforme consta da Estratégia 4.1, mantida no relatório do Senador Vital do Rêgo.

A coexistência de duas modalidades de ensino - regular/comum e especial - tem como objetivo principal a oferta de educação com qualidade, visto que uma educação especial envolve especialistas, nas áreas de saúde e psicologia, que desenvolvem trabalho conjunto com educadores e professores especializados.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

Documento 252/311

293.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/09/2013-10:48
CD

Publ.: DCD - 27/09/2013 - PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-
43452 DEM -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aprovação do Plano Nacional de Educação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado Federal. Falecimento do jornalista Salomão Wenceslau, no Estado do Tocantins.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer referência ao Plano Nacional de Educação, aprovado ontem na Comissão de



Constituição e Justiça do Senado.

A Comissão de Educação da Câmara, a Comissão Especial que trata do Plano Nacional, tem uma grande expectativa de que nós possamos, no Congresso Nacional, neste ano ainda, aprovar o Plano Nacional de Educação. É extremamente importante. O Brasil resgata uma grande dívida social com a área da educação.

O primeiro plano aprovado para os primeiros 10 anos, a partir de 2001, foi um plano avançado. Mas, infelizmente, sofreu vetos que tornaram o plano nacional anterior uma peça de ficção. Quando eu digo peça de ficção, é porque o documento ficou com muitas metas e diretrizes, mas sem recursos garantidos. Neste novo plano, ao contrário: não só temos metas, diretrizes e responsabilidades para União, Estados e Municípios, mas também conseguimos avançar na garantia da determinação do financiamento.

A nossa expectativa como gestores da educação, como legisladores, acreditando na necessidade de o País cuidar da educação como uma área estratégica e olhando em especial as regiões mais pobres - Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste -, é de que o País precisa ter olhar diferenciado para cada cidade, precisa ter olhar diferenciado para a população indígena, para a população negra, para a população das periferias das grandes cidades.

Só com planejamento estratégico, recursos disponíveis e também com a responsabilidade - e temos, em andamento aqui, a Lei de Responsabilidade Educacional - é que vai poder se determinar o que cada um tem a cumprir na sua estrutura e no seu compromisso para garantir que o País passe a limpo a sua história na área da educação. Quando eu digo passar a limpo, é reescrever com o compromisso de todos os envolvidos: sociedade civil, gestores e, em especial, professores e alunos.

O nosso País precisa sim garantir um novo olhar para a categoria dos professores. Sem professor bem remunerado, sem carreira atrativa, nós não teremos os melhores alunos do ensino médio vindo para a educação. Nós teremos um apagão, porque os milhares de alunos do ensino médio não desejam, não se motivam para atuar na área de educação. E eu tenho certeza de que, a partir do novo Plano Nacional de Educação, esta Casa, o País assumirá este compromisso: tratar o professor como carreira de Estado. Não é preciso federalizar para isso, mas nós podemos definir padrões nacionais e garantir que quem precise mais tenha uma assistência diferenciada.

Eu gostaria muito que, este ano, o nosso Congresso pudesse finalizar o processo do Plano Nacional de Educação, permitindo que, no próximo ano, Estados e Municípios façam seus planejamentos e que, a partir de 2014, tenhamos uma nova história na área de educação.



Finalizando, caríssima Presidenta, também gostaria de manifestar minha tristeza pelo falecimento de um jornalista que fez um grande trabalho no meu Estado, Tocantins, Salomão Wenceslau. O Tocantins perde muito com a falta de sua postura crítica, envolvida, um sertanejo que construiu, através da comunicação, um espaço para que diversas vozes pudessem ser ouvidas.

Tenho certeza de que o Tocantins, os familiares... A sua história, que começou em Goiás, é reconhecida em nosso Estado. Eu gostaria de desejar aos seus familiares que sejam reconfortados.

Agradeço a oportunidade de fazer referência ao grande profissional Salomão Wenceslau.

Muito obrigada.

Documento 253/311

294.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de	26/09/2013-14:03
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 27/09/2013 - 43460	ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Garantia, pelo Senado Federal, dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB para as instituições de ensino especial, no âmbito do projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *Projeto do Plano Nacional de Educação avança no Senado.*

Deputado Amauri Teixeira, vou ler um dos pontos polêmicos:

"Alunos especiais.

Um dos obstáculos à votação da matéria na CCJ era o impasse em



torno da Meta 4, que visa garantir o acesso à educação básica para os estudantes com deficiência (os alunos especiais) de 4 a 17 anos.

Depois de negociações com o Ministério da Educação e entidades que se dedicam a essas crianças e adolescentes, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Relator do projeto na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), chegou ao texto aprovado ontem.

Na redação dada à Meta 4 pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) às instituições que oferecem ensino especial seriam encerrados em 2016, o que gerou protestos. Vital retirou a previsão".

O importante é que, graças a Deus, Deputado Luiz Couto, parece-me, não vão acabar com as APAEs, que são muito importantes para o País.

Documento 254/311

300.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/10/2013-20:34
Publ.: DCD - 02/10/2013 - 44079	MÁRCIO MACÊDO-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Participação do orador na abertura da etapa estadual da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014 em Aracaju, Estado de Sergipe. Necessidade de votação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância da destinação de recursos de royalties da exploração de petróleo para a área da educação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO



O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem participei, em Aracaju, Sergipe, da abertura da etapa estadual da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014, cujo tema deste ano é *O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação*.

Em Sergipe foram realizadas nove conferências territoriais, organizadas cerca de 60 conferências preparatórias nos Municípios, mais de 1 dezena de reuniões de trabalhos nos territórios, além de uma Conferência Livre Estadual e uma Conferência Livre Temática que discutiu a educação profissional em Sergipe e no Brasil. Possibilitou-se aos representantes dos diversos segmentos da sociedade, a exemplo de pais, estudantes, gestores, professores, lideranças dos movimentos sociais, a leitura, a reflexão e o espaço de proposição do *Documento Referência da CONAE 2014*, que, quando finalizado, na etapa nacional, será uma diretriz para a educação brasileira.

Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Japaratuba, Propriá, Itabaiana, Poço Verde, Gararu e Estância foram as cidades sedes da etapa intermunicipal. Ontem, a Capital sergipana abriu a etapa estadual, que acontecerá até o dia 2 de outubro, amanhã. No evento, cerca de 450 delegados eleitos nos territórios, representando os diversos segmentos sociais, vão avaliar as contribuições propostas pelas intermunicipais, e aquelas que forem aprovadas comporão o documento final que Sergipe encaminhará para Brasília, onde será, em fevereiro de 2014, avaliado, juntamente com as contribuições de todo o País, na etapa nacional.

No evento ressaltéi quanto é importante o PNE ser votado pelo Senado Federal, bem como o esforço coletivo na Câmara dos Deputados, para quando o PNE voltar, para ser concluída a votação da matéria.

Destaquei a importância do debate acerca do financiamento, 10% do PIB, com os recursos dos *royalties* para a educação, essenciais para garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE.

Sr. Presidente, nobres colegas, antes da polêmica Meta 20 do PNE, que determina o montante do financiamento, há outras 19 que dependem de investimento para serem cumpridas. Professor com dedicação exclusiva a uma escola, ensino de tempo integral, equiparação do rendimento médio do professor com o dos demais profissionais com escolaridade equivalente são metas que terão enorme impacto na qualidade da educação, mas custam caro.

Sem o percentual de 10% do PIB, dificilmente essas propostas, fruto de ampla discussão com a sociedade, sairão do papel. O País perderá, então, a oportunidade histórica de proporcionar educação de qualidade a todos os seus cidadãos com os recursos arrecadados por meio dos *royalties*.



Por isso defendi os recursos provenientes dos *royalties* para a educação, e defendo, ainda, o aumento da participação do Governo Federal no financiamento da educação como forma de viabilizar o aumento do percentual do PIB destinado ao setor sem quebrar Estados e Municípios. Hoje, o Brasil tem um regime de financiamento: quem arrecada mais investe menos. Atribui-se ao ente federado mais frágil, o Município, a maior responsabilidade quanto a arcar com os ensinos infantil e fundamental. Já está comprovada a importância crucial dessas etapas da vida escolar em todo o desenvolvimento posterior do estudante. É essencial que professores qualificados atuem nos ensinos infantil e fundamental, para, assim, educarem bem a nossa população.

Somos a sexta economia do mundo, mas, sem a universalização da educação pública de qualidade, nunca nos tornaremos um país verdadeiramente desenvolvido. Isso só acontecerá quando formos capazes de utilizar nossa riqueza para promover a emancipação de todos os cidadãos brasileiros, pela única via possível, que é a educação.

Sabemos que o Brasil tem o maior programa voltado para a dignidade da pessoa humana, com investimentos em políticas públicas para melhorar a vida de seu povo, mas o País só assegurará um lugar no rol das nações desenvolvidas e se tornará de Primeiro Mundo se investir maciçamente em educação nas próximas décadas. Por isso é importante a votação do PNE, assim como foi a garantia dos recursos dos *royalties* para a educação.

Era o que tinha a dizer.

Documento 255/311

304.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 04/10/2013-10:51
Debates - CD

Publ.: DCD
05/10/2013 - 45766

IZALCI-PSDB -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Expectativa de votação do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Anúncio de apresentação pelo orador, à respectiva Comissão Especial, do parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013,



sobre a atualização do tratamento às atividades de ciência, tecnologia e inovação. Apoio à proposta do Governo Federal de ampliação do Regime Diferenciado de Contratações - RDC para a área de ciência e tecnologia. Necessidade de avanços no marco regulatório da ciência, tecnologia e inovação para a melhoria da competitividade da indústria brasileira. Satisfação do orador pelo seu engajamento na criação do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espero que neste mês ainda possamos votar o projeto que institui o Plano Nacional de Educação. Essa é a minha meta. Eu estaria, vamos dizer, com a missão cumprida nesta Casa com a aprovação do referido projeto.

Na Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão e Informática e na Comissão Especial do Código Nacional de Ciência e Tecnologia, tivemos uma atuação impecável, porque conseguimos dividir o Código em alguns projetos.

Primeiro a mudança constitucional da PEC 290, cuja relatoria coube a mim, que introduz na Constituição o termo "inovação", trazendo maior flexibilização para permitir ao pesquisador participar das empresas e ao Governo estar junto com a academia e com as empresas, porque não se faz inovação, não há desenvolvimento tecnológico neste País se não houver a integração da academia, das universidades, do Governo e das empresas.

Sou o Relator da PEC 290, que deverá, até o dia 15, ser votada na Comissão Especial. Com isso, já temos o PL 2.177, que regulamenta a PEC e Institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, cujo Relator é o Deputado Sibá Machado. Até o dia 15 estaremos apresentando também o relatório para votação.

O Governo está encaminhando a esta Casa projeto que institui o Regime Diferenciado de Contratação para a área de ciência e tecnologia. Não dá para fazer pesquisa neste País se não houver uma lei específica de licitações. Não dá para aplicar a Lei nº 8.666 para ciência e tecnologia.

Não se consegue mais nenhum reitor, nenhum pesquisador que queira ser executor, porque todos respondem ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Justiça. Por quê? Porque não há como compatibilizar pesquisa e inovação com a Lei nº 8.666. Então, o Governo está encaminhando projeto para esta Casa. Vamos aprová-lo.

A Lei de Biodiversidade modifica completamente a situação de pesquisa no Brasil no campo da biodiversidade, que é muito grande e



quase tudo é inviável de se fazer.

Com a aprovação desse arcabouço legal no campo da ciência e tecnologia, que envolve mudança constitucional e a aprovação de projetos de lei, vamos fazer uma grande revolução no marco regulatório da ciência, tecnologia e inovação. Aí o Brasil poderá avançar. Não existe desenvolvimento sem pesquisa, sem o domínio de novas tecnologias.

O Brasil perdeu competitividade nos últimos anos, Sr. Presidente. O nível das indústrias hoje é mais ou menos equivalente ao de 1980. O Brasil estagnou em termos de competitividade porque temos o maior número de encargos trabalhistas, a maior carga tributária do mundo e uma grande burocracia. Tudo é difícil no País. É impossível fechar uma empresa no País. É grande a burocracia para se criar uma empresa no País. Então, precisamos mudar o arcabouço legal para acabar com essa burocracia, que compromete a nossa competitividade.

No ano passado, Sr. Presidente, o crescimento do PIB foi de 0,9%. Neste trimestre ele já caiu. E o índice só não foi pior por causa do agronegócio - o que salvou mais uma vez o País, em termos de desenvolvimento, foi o agronegócio.

Estamos exportando mais soja e minério, mas estamos importando gasolina. Por isso a PETROBRAS está do jeito que está. O Governo utiliza a PETROBRAS para segurar a inflação. Ele fica retendo o preço dos combustíveis no mercado interno e, daqui a pouco, a PETROBRAS não terá condições de fazer os investimentos necessários à exploração do pré-sal.

Por falar em pré-sal, eu não poderia deixar de registrar aqui o discurso que se fez lá fora de que 100% dos *royalties* de petróleo tinham que ir para a educação. No projeto, que chegou aqui do Governo, os recursos para a educação só viriam daqui a 15 ou 20 anos. Entretanto, o discurso lá era o de que isso era prioridade.

Sr. Presidente, eu poderia falar aqui a tarde toda sobre este tema, mas vou concluir meu pronunciamento para que V.Exa. possa encerrar a sessão.

Eu não poderia deixar de falar da satisfação que tive em presidir a Comissão que votou o projeto de lei de criação do PRONATEC. Esta, sim, talvez represente a grande revolução neste País: colocar os nossos jovens para fazer cursos técnicos. V.Exa. não faz ideia da dificuldade que foi para aprovar esse projeto na Câmara, porque o PT não queria colocar nem o Sistema S como parceiro. E hoje nós estendemos esse projeto, inclusive, para as universidades, para as faculdades, para as instituições de educação privadas, porque o desafio é muito grande - o Brasil precisa capacitar pelo menos 7



milhões de técnicos para atender ao mercado. Sem o Sistema S, sem as universidades e sem as escolas privadas, isso seria impossível. E o Governo teve muita dificuldade de aceitar nossa sugestão, mas agora viu que realmente nós tínhamos razão há 2 anos. Já poderíamos ter uma leva muito grande de alunos formados em cursos técnicos, não fossem o preconceito e a radicalização do Governo com relação ao PRONATEC, que agora vai a todo o Brasil participar de formaturas, como se fosse a grande iniciativa deste Governo.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. Eu sei que tem um compromisso.

Quero dizer da minha alegria de poder estar fazendo aquilo que prometi: valorizar a educação, ciência e tecnologia para que mais jovens possam ter igualdade de oportunidades com educação de qualidade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jhonatan de Jesus) - Obrigado, Deputado Izalci.

Documento 256/311

308.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/10/2013-14:28
Publ.: DCD - 09/10/2013 - 46030	MARÇAL FILHO-PMDB -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização de audiência pública pela Câmara Municipal de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, destinada à discussão do tema Plano Nacional de Educação e Inclusão com Responsabilidade: Adaptação Mútua entre as Pessoas com Deficiência e a Sociedade. Defesa do fortalecimento do papel das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs no contexto do novo PNE.



O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando eu estava ocupando a Presidência desta Casa interinamente, como o faz neste momento V.Exa., veio a notícia de que o financiamento para a educação especial seria retirado na proposta do Plano Nacional de Educação. Isso nos preocupou sobremaneira, porque as APAEs seriam as mais prejudicadas.

Tivemos o apoio de praticamente toda esta Casa. Para nossa alegria, o Senador Vital do Rêgo, autor de um substitutivo, recolocou em seu relatório essa questão da educação especial, não com uma data fixa, até 2016, mas indefinidamente, para que as APAEs continuem realizando seu belíssimo trabalho!

A Câmara Municipal da minha cidade, Dourados, realizou audiência pública intitulada *Plano Nacional de Educação e Inclusão com Responsabilidade: Adaptação Mútua entre as Pessoas com Deficiência e a Sociedade*, que alerta justamente para que as APAEs continuem vivas e cada vez mais fortalecidas.

Essa é a nossa obrigação.

Documento 257/311

308.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 08/10/2013- CD	17:14
Publ.: DCD - 09/10/2013 46072	SEVERINO NINHO-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Imediata votação pelo Senado Federal do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do projeto de lei sobre a criação do novo Código de Processo Civil.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa fazer algumas cobranças para que seja votado o que é importante para este País.



Eu inicio rapidamente pelo PNE. O Presidente Lula mandou o projeto que institui o plano para cá no final de 2010, em dezembro. Estamos no terceiro ano. A Câmara demorou exaustivamente em sua análise. Agora o PNE está no Senado e não sai. Parece que a educação não é importante. Como é que se admite que um País que tem tantas carências na educação não vote com a devida urgência um plano nacional decenal? O País está a cobrar essa medida.

Como é que se pode aplicar o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação define se não temos um plano nacional votado?

Sr. Presidente, é preciso que o Senado agilize a tramitação do plano na Casa revisora para que nós tenhamos um Plano Nacional de Educação.

Estava agora eu na Comissão de Educação participando de audiência pública e os que lá estavam disseram que o Brasil não tem um sistema nacional de educação.

Ora, é preciso, então, que nós aqui nos empenhemos, dia a dia, firmemente, para que nossa educação possa melhorar.

Sr. Presidente, concluindo, eu quero também cobrar do Presidente da Casa a votação do Código de Processo Civil, que a Comissão Especial aprovou por unanimidade. Já foi marcada uma data, depois transferida. Mais uma vez, hoje, foi adiada a pauta. O Brasil precisa de um novo Código de Processo Civil, importante instrumento de cidadania.

Por exemplo, o novo Código de Processo Civil prevê o julgamento de demandas em ordem cronológica. Ou seja, a demanda mais antiga, a demanda que estiver concluída deve ser votada, e não a demanda cujo advogado é mais influente e o juiz quer julgar ou que tem o pedido de alguém. Não! Com o novo Código haverá rigor, haverá obediência à ordem cronológica. Isso é muito importante para o País.

Eu estou, Sr. Presidente, mais uma vez cobrando que o Código seja votado.



47397

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Excelência do trabalho desenvolvido pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs. Crítica a alteração feita no projeto sobre o novo Plano Nacional de Educação, pelo Senado Federal, no capítulo referente às escolas especiais.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subir a esta tribuna para falar no Grande Expediente é um fato raro na vida de um Parlamentar. Afinal, somos 513 Deputados. Por isso, este é um momento especial, e cada um de nós, Deputados, quando temos esta oportunidade, tentamos falar de algo que nos toca muito.

Eu pensei muito sobre o que falar aqui. Fiz um discurso. Não sei se vou lê-lo, porque eu estou extremamente preocupado. Eu diria que a política tem demonstrado para mim um contraditório, umas coisas que me preocupam muito.

Eu sou médico, como V.Exas. sabem. Sou muito melhor médico do que Deputado. Garanto isso. Eu não tenho conseguido fazer com que assuntos importantes sejam realmente discutidos e impedir a vontade de alguns, a vontade alguns poucos, que, usando a influência, fazem com que as coisas aqui sigam determinado caminho.

V.Exas. sabem que eu sou Presidente da Federação das APAEs do Estado de São Paulo. Estou nesse trabalho há 37 anos. Eu comecei há 37 anos, como médico, até porque tenho um cunhado que é deficiente, de quem gosto muito. É o irmão da minha esposa. E via naquelas pessoas com deficiência a necessidade que tinham de várias coisas: a saúde não era adequada; as cidades não estão preparadas para conviver com essas diferenças; as escolas não existiam; e a inclusão dessas famílias, que no passado eram até muito incluídas porque eram pessoas diferenciadas.

Quem começou o movimento apaeano, por exemplo, foram funcionários da Embaixada americana, lá no Rio de Janeiro, filhos de médicos e médicos, que buscaram dar alguma coisa às pessoas com deficiência para que tivessem um ambiente de convivência, para que pudessem receber ações que as tornassem independentes na vida diária. Eles observaram que essas pessoas, que esses cidadãos, no início, eram vistos até com certo medo, porque o povo tem medo das pessoas com deficiência, o povo não aceita. Servem de referência



pejorativa as pessoas com deficiência.

E eu entrei nessa luta. Vim para cá não como representante das APAEs naquele momento, mas como representante da minha cidade de Franca, uma cidade pequena, mas que tinha potencial de votos para me eleger, e me elegeu. A cidade me elegeu. Mas, chegando aqui, o que eu percebo? Percebo uma surdez, eu percebo uma cegueira das pessoas que estão nesta Casa. Não especificamente dos Deputados, porque se há um Poder transparente com o qual o povo fala diretamente, através dos Deputados, é este.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Dr. Ubiali?

O SR. DR. UBIALI - Pois não, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Eu quero cumprimentar V.Exa. quando defende o redirecionamento das APAEs em todo o País. V.Exa. conhece essa temática a fundo e há poucos instantes me prestava informações ainda mais detalhadas. Eu acredito que este pronunciamento de V.Exa., hoje, haverá de repercutir, e V.Exa. alcançará, sem dúvida, aqueles objetivos delineados, que é o de fortalecimento das APAEs. Então, V.Exa., para isso, contará com o nosso decidido apoio.

O SR. DR. UBIALI - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides. V.Exa., como tantos outros Deputados aqui, tem defendido as escolas especiais, juntamente comigo. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das APAEs.

Mas, no Senado, parece haver uma redoma de vidro que o isola dos interesses das pessoas, que o isola dos interesses que o povo veio aqui dizer quais eram. O povo disse que queria ter a liberdade de escolha, disse que queria frequentar a escola que achasse adequada. No entanto, no Senado, o Senador José Pimentel muda aquilo que tínhamos colocado, nesta Casa, aquilo que o nosso Deputado Angelo Vanhoni, que é do PT, na Comissão Especial, tinha colocado no projeto do Plano Nacional de Educação. Ele ouviu todo mundo, foi muito consciente, fez as coisas como deviam ser feitas, como devem ser feitas neste Parlamento. O Deputado Angelo Vanhoni foi ético, foi honesto, foi correto e trouxe para nós aquilo que a sociedade queria. Fez várias audiências públicas, inclusive fora da Câmara dos Deputados, debateu com todo mundo, conheceu a realidade.

No entanto, chegando o projeto ao Senado, por influências que não entendemos como vêm, influências às vezes internacionais, de uma realidade que não é a nossa, é feita uma mudança no projeto, uma mudança triste porque o tempo todo estamos tentando corrigir. Agora, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o



Senador Vital do Rêgo tomou algumas iniciativas e corrigiu algumas coisas, mas está longe ainda de ser aquilo que precisa ser feito. Não para mim, não para as APAEs, mas para a pessoa com deficiência que quer manter o seu direito de cidadão e, em função disso, poder estudar na escola que for adequada para o seu aprendizado.

Porque incluir, Deputado Amauri Teixeira, não é apenas colocar na sala de aula. Colocar na sala de aula é estar na sala. Estarmos aqui todos juntos não significa que estamos trabalhando juntos, significa apenas que estamos juntos. Incluir é permitir a plenitude do direito, incluir é permitir que o cidadão vá para a escola e aprenda. E a nossa escola, a escola regular, que tem até melhorado, até hoje é incompetente para ensinar a todos aqueles que para lá vão. E não estou falando de percentual pequeno. Não. Estou falando da maioria dos brasileiros, que sai semialfabetizado da escola fundamental. Isso não pode acontecer.

Eu sei que o Governo está preocupado com isso porque participei das discussões, e o Governo disse: "*Precisamos melhorar*". E vem investindo. Mas, quando se fala de pessoa com deficiência e se diz "*só de estar lá já vai melhorar*", é um absurdo. É um absurdo. Vai piorar não só ela, mas também a comunidade onde ela está. Vai continuar a diferente, vai continuar a engraçado, a simpático. Não é isso o que queremos. Nós queremos respeito.

O Sr. Amauri Teixeira - Deputado Dr. Ubiali, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DR. UBIALI - Pois não, Deputado Amauri Teixeira.

O Sr. Amauri Teixeira - Primeiro, eu quero concordar com V.Exa. e trazer para a nossa realidade uma campanha que está sendo feita nos Estados Unidos. E as pessoas reagem às diferenças, não só em relação às pessoas com deficiência. A todas as diferenças há uma reação das pessoas. Nos Estados Unidos foi lançada a seguinte campanha: "*Você é bonito como você é. Você é bonito se for gordo, você é bonito se for magro, você é bonito se for baixo*". Porque modelos e paradigmas são excludentes. Não podemos achar que existe uma pessoa modelo. Não! Todos nós somos seres únicos em si. E nós vimos aqui diversas pessoas com Síndrome de Down. Aliás, uma pessoa com Síndrome de Down passou no vestibular de Geografia da Universidade Federal de Goiás, recentemente. Algumas pessoas com Síndrome de Down têm talento para a música. Nós temos visto isso, aqui, como temos visto pessoas com deficiências de outra natureza também demonstrar capacidade. Primeiro isso - V.Exa. tem razão. Nós não temos que reagir às diferenças. Temos que conviver com elas. Respeitar e conviver, como se fosse absolutamente normal a diferença. Segundo, V.Exa. tem razão sobre a escola regular. Nós temos que, numa transição a longo prazo, incluir todas as pessoas na mesma



escola, para que haja igualdade. Mas fazer isso agora é introduzir essas pessoas que precisam de uma assistência diferenciada em uma escola que não está preparada. Daí as APAEs. Eu tenho dialogado com a APAE de Jacobina. Reconheço o trabalho das APAEs na Bahia, inclusive em Jacobina. Destinei emenda para fortalecer as APAEs. Elas precisam ser fortalecidas porque desenvolvem um papel fenomenal em relação a essa inclusão de que V.Exa. está falando e precisam se preparar. Não é uma transição de curto prazo. Então, eu acredito que, como a iniciativa foi nossa - o projeto é da Câmara -, o Plano Nacional de Educação vai voltar, e nós vamos corrigir toda e qualquer distorção que possa ter havido no Senado. Aliás, o Governo está compreendendo isto: é necessário fazer uma transição para preparar a nossa escola. A nossa escola regular precisa ter psicólogos, precisa ter assistentes sociais, precisa ter assistentes de sala, como psicopedagogos, com outra condição, diferente da de hoje, para que sejam introduzidas essas pessoas. Parabéns por sua preocupação. Na sua angústia, V.Exa. estabeleceu um tema de extrema relevância para o seu discurso.

O SR. DR. UBIALI - Muito obrigado, Deputado Amauri Teixeira. V.Exa., com a sua sensibilidade e sempre uma pessoa ativa aqui dentro, reconhece isso. E eu fico feliz com o reconhecimento de V.Exa., com o seu interesse. Porque são esses pequenos gestos que podem fazer a grande diferença amanhã.

Eu quero crer que isso que V.Exa. disse realmente vai acontecer. Que possamos preservar essa escola. O maior patrimônio das APAEs são os seus colaboradores, os seus professores, porque são pessoas que têm uma dedicação especial. Normalmente a APAE paga mal. A APAE não paga bem porque não tem recursos. E o que acontece? Lá estão profissionais dedicados, profissionais que fazem daquilo a sua vida.

Quando fui Presidente da APAE de Franca, por três mandatos não consecutivos, eu dizia: "*Vocês me dão muita satisfação porque vêm à APAE como se fosse o Hospital das Clínicas.*" Porque um professor do Hospital das Clínicas, Deputado Amauri, não ganha muito bem, mas vê aquilo como uma coisa tão importante - ser funcionário do Hospital das Clínicas - que trabalha por aquele salário que o Estado paga a ele. E na APAE é a mesma coisa. Mas o que faz as pessoas trabalharem na APAE é o amor. As pessoas amam o seu trabalho, amam o outro, veem no outro aquilo que tem que ser visto: um igual, uma pessoa semelhante, uma pessoa com direitos e com cidadania. E isso, Deputado Amauri, é o que queremos.

Queremos que as APAEs se modifiquem a cada dia. Lá em São Paulo eu instituí um programa de qualidade. Veja que coisa interessante: nós conseguimos reunir voluntários do Hemocentro de Ribeirão Preto, especialistas em qualidade, com os voluntários das APAEs - professores, assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos,



terapeutas ocupacionais -, para que vissem do que uma APAE precisa e estabelecessem um questionário, que, hoje, depois de ter sido validado, está sendo aplicado nas 305 APAEs do Estado de São Paulo e vai permitir que elas reconheçam as suas falhas, os seus defeitos, que melhorem e façam um plano de ação, com prazo, para implantação ao longo do tempo.

Elas nunca serão iguais. As APAEs são diferentes umas das outras. Umhas têm mais competência em algumas áreas; outras têm competência em várias áreas; e algumas sobrevivem. Por isso, precisamos melhorar todas.

Mas ficamos o tempo todo, Deputado Amauri, sob uma pressão inadmissível, uma pressão deste tipo: *"Vai acabar a escola da APAE. Vai ter 2 anos e depois não vai poder atuar mais. A escola da APAE não é regular."* Nós queremos ser regulares! Nós não somos irregulares. Nós queremos seguir, queremos ensinar, queremos que os nossos alunos aprendam. E temos feito isso.

Esteve no Senado Federal um aluno da APAE de Batatais, que hoje tem pós-graduação, e disse: *"Quando eu estava na escola regular, comum, não conseguia aprender, porque eu era o diferente, eu era segregado. Não me valorizavam. Quando eu fui para junto dos meus iguais, eu pude me desenvolver e aprender."*

O que nós queremos é só isto: queremos dar chance às pessoas de realmente ter o direito de escolha - pais e alunos. Nós defendemos que o deficiente tem que ter autodeterminação, ele tem que escolher os seus caminhos, principalmente o deficiente auditivo e o deficiente visual, porque eles têm uma competência intelectual muito grande. E mesmo o deficiente intelectual. V.Exa., Deputado Amauri, citou várias pessoas com Síndrome de Down que estão se desenvolvendo. E estão. Na Europa, uma moça entrou na política - está na revista da Federação das APAEs, da FEAPAES -, foi eleita Vereadora ou o correspondente a Vereadora lá. E, em Franca, na próxima eleição, nós temos o Roberto Estanti, um rapaz com Síndrome de Down que vai ser candidato a Vereador. E vai ganhar, e vai dar um trabalho danado para aquela Câmara de Vereadores, porque ele fala a verdade, porque ele é muito sincero, porque ele diz o que tem que ser dito.

Ouçõ com prazer o Deputado Luiz Couto.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Dr. Ubiali, queria parabenizá-lo pelo pronunciamento. V.Exa. trata de um tema fundamental, ou seja, é preciso que de fato o poder público reconheça que o compromisso com a pessoa com deficiência é prioridade absoluta. Não pode ser apenas num aspecto ou no discurso. É preciso que seja de forma integral ou integrada, em todos os pontos. Não se pode excluir e dizer: *"Aqui na escola não pode porque a escola é só para gênios ou para quem não*



tem problema de deficiência." É por isso que a terminologia foi modificada. Em vez de "pessoa portadora de deficiência" - e todos nós temos alguma -, é "pessoa com deficiência", que não tem culpa nenhuma e que precisa ser tratada com toda a dignidade e com serviços de qualidade. Parabéns a V.Exa. pela luta que trava por uma instituição que tem feito um trabalho excelente, as APAEs. É importante investir, para que, de fato, a prioridade com a pessoa deficiente seja dada no discurso e na prática.

O SR. DR. UBIALI - V.Exa. tem toda a razão.

E eu diria mais, Deputado Pe. Luiz Couto: hoje, as APAEs têm no seu quadro associativo os pais. E há uma questão de diminuição da quantidade de filhos numa camada da população, criando uma desproporção. Hoje, a média de filhos da mulher brasileira é de 3 e meio - se é que existe meio em natalidade. Mas a média, no caso da mulher branca escolarizada, é uma, e a média da mulher negra sem escolaridade é maior. E, nessa camada sofrida socialmente, há mais chances de haver problemas, porque o pré-natal não é aquele que precisava ser feito; na hora do parto, eventualmente, não há a assistência que precisava ser dada; às vezes, a própria dificuldade que a pessoa tem de compreensão das orientações médicas adequadas que recebeu não permite que ela as siga. E aí, nas APAEs, hoje, há um número bem maior de crianças com deficiência, de adultos com deficiência, oriundos da camada mais pobre da população brasileira. Hoje quem está em APAE é a camada carente e que, portanto, precisa ser incluída globalmente. A família tem que ser incluída.

Nós, Deputado Luiz Couto, quando estávamos na Presidência da APAE, uma vez vimos os meninos escovando os dentes. Eles são ensinados pelas meninas a escovarem os dentes logo após a alimentação. Todos os dados de prevenção de saúde são muito bem cuidados pelas APAEs. E eu disse para as meninas: *"Que bacana. Eles estão aprendendo direitinho". "Estão, mas alguns não gostam". "Mas por quê?" "Ah! Não sei".* E eu falei: *"Vamos lá conversar com eles"*. Fui conversar com um dos meninos que estavam lá, e ele me disse - não foi assim que ele falou, naturalmente, devido às dificuldades de expressão que tem, mas foram exatamente neste sentido as suas palavras; e eles me chamam de "doutor": *"Olha, doutor, lá em casa só eu escovo os dentes, e todo mundo fica rindo de mim. É por isso que eu não gosto de escovar os dentes"*. Os outros não tinham aprendido a fazer uma higienização bucal, para prevenção.

É isso o que nós temos que ver. Nós temos que ver o todo, temos que ver aquela pessoa com deficiência na comunidade em que ela está vivendo. Temos que vê-la nesse sentido. E temos que buscar fazer com que as pessoas realmente sejam atendidas na escola especial, na mobilização social. As APAEs, antes, eram um rede social. O que é uma rede social? Encontram-se, falam de suas dificuldades, de seus



problemas, trocam experiências, vão embora, e cada uma cuida da sua vida. Hoje, não. Hoje, nós estamos transformando isso num movimento social, para que uma APAE tenha compromisso com outra APAE, e a Federação tenha compromisso com cada APAE. Essa foi uma grande modificação que foi feita. Em São Paulo, isso é fundamental.

Eu vim aqui hoje para falar desse tema e fiquei feliz por saber que tenho o apoio de V.Exas.

Sr. Presidente, eu preparei um discurso sobre esse assunto, que está muito bem escrito - eu o li e reli várias vezes; contei até os minutos que poderia utilizar aqui -, e peço a V.Exa. que autorize a sua transcrição nos Anais e a sua publicação. O discurso já foi até autenticado, Sr. Presidente Izalci. Portanto, eu peço a V.Exa. que autorize a transcrição deste meu pronunciamento escrito, para que ele seja acrescido ao que foi dito, que sejam acrescentadas também todas as participações feitas durante o meu pronunciamento, e que autorize a divulgação desse assunto. É muito importante, Deputado Izalci, que preside agora a Mesa Diretora dos trabalhos, que nós possamos de fato fazer aquilo de que o Deputado Luiz Couto, o Deputado Amauri Teixeira e o Deputado Mauro Benevides falaram: o reconhecimento do trabalho, a ajuda à realização do trabalho, e não ficar colocando amarras, impedimentos, falando que isso vai acabar ou não vai acabar. As APAEs não vão acabar! As escolas especiais sempre vão existir porque elas são necessárias. E, enquanto forem necessárias, elas vão existir! Essa é a nossa luta. Não vamos parar. Vamos continuar lutando por isso!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Deputado Dr. Ubiali, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento. Comungamos com V.Exa., nós que participamos da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, da mesma ideia. E eu tenho certeza de que, se o Senado não reverter o texto aprovado pela Câmara, na volta, na revisão, nós iremos fazê-lo, não só apoiando as APAEs, mas também incentivando-as, já que fazem um belo trabalho, há mais de 60 anos, no nosso País.

Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento e acato o seu pedido de autorização para a divulgação pelos meios de comunicação desta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subir a esta tribuna para falar no Grande Expediente é um fato raro na vida de um Parlamentar. Afinal, somos 513 Deputados. Por isso, este é um momento especial, e cada um de nós, Deputados, quando temos a oportunidade de daqui



falar, procura fazê-lo sobre o assunto mais importante do seu trabalho parlamentar e, principalmente, se este assunto está pautando as discussões do Congresso Nacional. Por isso vou falar das APAEs, da escola especial e da possibilidade de fechamento das escolas das APAES e de outras escolas especiais, como as escolas para surdos. Vou falar da boa intenção daqueles que querem a inclusão de qualquer maneira por lerem e copiarem comportamentos internacionais, de uma sociedade segregadora, o que não é e nunca foi uma característica do povo brasileiro.

Vou falar sobre a grande mobilização da sociedade brasileira, manifestada em moções de apoio e movimentos populares que acompanhamos até os dias de hoje, por todo o País, pedindo que o Governo representado por Senadores da base governista não destrua o grande trabalho feito por esta Casa Legislativa, iniciado na Comissão de Educação, onde, sob a coordenação do Deputado Angelo Vanhoni, após amplo debate com a sociedade organizada brasileira, estabeleceu-se um texto no Plano Nacional de Educação, mais especificamente a Meta 4 - educação especial -, adequado ao desejo dos deficientes, de seus pais, professores e amigos.

Esse texto do Deputado Angelo Vanhoni recebeu o apoio de todo o Brasil, em manifestações públicas e nas redes sociais, em todos os Estados da Federação. Pais, mães professores, especialistas em educação se posicionaram em defesa da manutenção, no sistema educacional do País, de escolas especiais em entidades como APAE, Fundação Pestalozzi e outras instituições que cuidam de pessoas com deficiências. Esse é o desejo da maioria dos especialistas em educação, esse é o desejo dos deficientes e de seus pais, esse é o desejo do povo.

Em minha trajetória de mais de 30 anos de trabalho em favor e na defesa dos deficientes, fui escolhido, pela terceira vez, Presidente da Federação das APAEs do Estado de São Paulo (2009-2011), assumindo a missão de representar as 305 APAEs do Estado e de lutar por uma sociedade mais inclusiva, educacional e socialmente. Tenho feito isso inclusive resignificando o trabalho das APAES através de um Programa de Gestão e Qualidade, tendo desenvolvido com técnicos, professores, colaboradores e diretores delas um Instrumento de Qualidade - e, destaque-se, todos em trabalho voluntário.

Estou nessa luta há 35 anos, por ser médico neurologista e neurocirurgião, por ter um cunhado tetraplégico e com deficiência intelectual, mas sobretudo por saber que cerca de 10% da população mundial - aproximadamente 650 milhões de pessoas - vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo. E cerca de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento. Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. De acordo com o Censo IBGE 2000, o Brasil tem 24,5 milhões de pessoas com



deficiência, o que equivale a 14,5% da população do País. Dessas, 48,1% foram declaradas deficientes visuais; 22,9%, com deficiência motora; 16,7%, com deficiência auditiva; 8,3%, com deficiência mental; e 4,1%, com deficiência física.

As raízes históricas e culturais do fenômeno "deficiência" sempre foram marcadas por medo, forte rejeição, discriminação e preconceito. E, diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão social e educacional dessas pessoas, assim como de tantas outras pessoas sem deficiência, surgiram e ainda surgem famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual e múltipla alcancem condições para serem incluídos na sociedade como um todo, com garantia de direitos, como qualquer outro cidadão.

Foi por esta incompetência do Estado brasileiro e pela necessidade de defender os direitos dos deficientes que surgiram as primeiras associações de familiares e amigos dos excepcionais, termo antigo e não mais usado - as APAEs -, que se mostraram capazes de lançar um olhar mais propositivo sobre as pessoas com esse tipo de deficiência. Convivendo com um Estado despercebido das necessidades de seus integrantes, como se mostra ainda hoje, ao querer acabar com as escolas regulares das APAEs, tinham a missão de educar, prestar atendimento médico e social e suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, assim como a de lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social e de cidadania.

Um início difícil, mas um movimento social verdadeiro de mobilização que contou e conta com o apoio de vários profissionais, que, acreditando na luta dessas famílias, empreenderam estudos e pesquisas, buscaram informações em entidades congêneres no exterior, trocando experiências com pessoas de outras nacionalidades que também sofriam a imposição de um sistema capitalista ou comunista que tendia a aniquilar as pessoas "descapacitadas".

Foi por isso que, no Brasil, essa mobilização social começou a prestar serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessitasse, em locais que foram denominados como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), constituindo uma rede social e hoje um movimento social de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com esses tipos de deficiência, organizadas em mais de 2 mil unidades presentes em todo o território nacional.

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social cujo objetivo principal é o de promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente àquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e por sua



capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2 mil Municípios em todo o território nacional. Ainda há grandes diferenças entre cada uma das APAEs, mas uma coisa as une e as transforma em iguais: a dedicação de seus professores, técnicos, colaboradores e diretores, que é o amor aos seres humanos atendidos por eles. Posso afirmar que o amor é a presença maior e a ação unificadora entre todas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest, em 2006, a pedido da Federação Nacional das APAEs, mostrou que a APAE é conhecida por 87% dos entrevistados e tida como confiável por 93% deles. São resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano, na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesse esforço destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde, a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento.

O Movimento Apaeano, além de prestar serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social, tem como principal meta a promoção e a defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social.

Ano que vem completamos 60 anos da fundação da primeira APAE. Ao longo de todos esses anos, nós passamos por vários ciclos e fases em relação aos direitos da pessoa com deficiência. Uma das grandes conquistas foi quando, em 1988, conseguimos trazer para o texto constitucional os direitos plenos das pessoas com deficiência. Em todos os capítulos - da educação, da saúde, da assistência, da habitação, do trabalho - está identificado esse direito da pessoa com deficiência, que tem garantido o acesso pleno à convivência social, à convivência familiar e às políticas públicas.

Durante esses anos todos, as APAEs não só conseguiram manter com o os Estados e com os Municípios parcerias eficientes, mas também fizeram a inclusão dos deficientes no sistema público regular de ensino, preparando e apoiando, permitindo que as escolas públicas acolhessem os alunos deficientes em condições de aprender e conviver sem preconceitos nessas escolas.

Os últimos acontecimentos no Senado Federal trouxeram apreensão e tristeza para os professores e colaboradores das APAEs e, principalmente, para pais e alunos dessas escolas, quando, em uma atitude autoritária, tirando a liberdade de escolha dos deficientes e de seus pais, determinou um tempo para o término das escolas especiais. Isso foi uma agressão moral aos professores e educadores, que, além de competentes, desempenham o exercício do ensinar com amor e respeito. Nós tínhamos discutido na Câmara dos Deputados, na



Comissão de Educação, com toda a comunidade e com os pais, mas, desrespeitando também a vontade do povo, na representatividade dos seus Deputados, o Senado muda o texto e decreta o fim das escolas das APAEs.

Diante disso, a FENAPAES (Federação Nacional das APAEs), a FEAPAES-SP (Federação das APAEs do Estado de São Paulo) e outras Federações Estaduais lideraram manifestações contra a proposta de fechamento das escolas de educação especial em todo o País.

Extinguir as escolas das APAEs é um retrocesso, um atentado contra a educação de qualidade para os deficientes que prejudicará não só os alunos deficientes, mas também a família brasileira, que, em sua maioria, não possui recursos para sustentar seus filhos em escolas particulares especializadas e que mantenham a qualidade do ensino da escola da APAE.

Sabemos que a proposta para os deficientes frequentarem exclusivamente a rede regular de ensino não só descaracteriza o atendimento adequado, especializado, de qualidade do ensino dado pelas escolas especiais, como também sobrecarrega as escolas da rede pública, já tão saturadas e com resultados ruins na competência de ensinar, como se constata nas provas nacionais e internacionais de avaliação.

Nós vamos continuar lutando pelo direito dos deficientes e de seus pais de escolherem como estudar, usando de manifestações como a tivemos no dia 7 de agosto, quando centenas de deficientes, profissionais e incentivadores do Movimento Apaeano de todo o Estado de São Paulo se manifestaram contra o fechamento das escolas, na ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), onde também estiveram presentes os Deputados Estaduais liderados pelo Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das APAEs, Deputado Estadual Ed Thomas.

Uma semana depois, vários deficientes, seus pais, professores e colaboradores, assim como diretores de APAEs, estiveram em Brasília - cerca de 3 mil pessoas, segundo estimativa da Polícia Militar do Distrito Federal. Apaeanos de diversas cidades do País e muitas comitivas do Estado de São Paulo participaram do movimento.

Além das manifestações de São Paulo e Brasília, diversas APAEs do Estado promoveram mobilizações em suas cidades, com o apoio da população, para lutar contra o fechamento das escolas especiais.

Eu, como Presidente da FEAPAES/SP, cujo principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária, gostaria de expressar



meu total apoio ao relatório do Deputado Federal Angelo Vanhoni ao PNE, que diz respeito à Educação Especial e que estabelece na Meta 4:

"Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados".

Quero destacar que o texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, sob a Relatoria do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), apresentou avanços, mas ainda não atende ao pleito das pessoas com deficiência. O texto aprovado continua impondo limitações práticas à existência das escolas especiais e não contempla, como faz o texto da Câmara, elementos essenciais que garantem o direito à educação da pessoa com deficiência.

Quero, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das APAEs, agradecer publicamente a manifestação dos colegas da nossa Frente Parlamentar, que vieram à tribuna manifestar-se em favor das APAEs, por concordar que o texto amplamente discutido com todos os segmentos, na Câmara, representa o bom senso e o direito de escolha do deficiente e de suas famílias.

Somos a favor da inclusão das pessoas com deficiência, mas precisamos ter critérios e o direito de escolha. Não podemos aceitar que inclusão seja garantir a matrícula na escola pública regular de ensino, sem garantir a preparação adequada e real do professor, do ambiente, dos alunos, onde eles estarão, do cuidador, do professor auxiliar. Por isso somos contra a inclusão radical e temos que aceitar que alguns continuarão necessitando frequentar uma escola especial. O Movimento Apaeano, principalmente os alunos com deficiência e seus pais, não é contra a inclusão, mas reivindica o direito à opção, enquanto continuarmos buscando a adequação de cada escola para incluir os que podem ser incluídos.

O conceito de que colocar o aluno na sala de aula é incluir é falso e prejudica o deficiente. Incluir tem um pressuposto: o de que, além de estar junto com os outros, é necessário aprender, participar ativamente da vida escolar, sentir-se igual e não o diferente.

Insisto em que a pessoa com deficiência precisa ter o direito de escolha. Não pode ser obrigada a frequentar uma escola que não quer frequentar. Os deficientes auditivos, por exemplo, querem estudar em uma escola bilíngue, mas que a linguagem principal seja a LIBRAS.



Eles precisam da escola especial porque somente ela têm condições de permitir o desenvolvimento pleno da comunicação dos surdos. Eles dizem, e com razão, que convivem 20 horas com os ouvintes e precisam no mínimo de 4 horas da linguagem e do ensino de LIBRAS para desenvolver a forma de comunicação que é mais adequada a eles. E eles lutam para ter professores que falem as duas línguas, que dominem o conteúdo, e não apenas um intérprete, para que eles não tenham perda de aprendizado dos diversos conteúdos da grade curricular.

A inclusão pode e deve ser feita de uma forma racional e organizada, sem ferir os direitos de escolha dos deficientes. Um exemplo é a parceria, o convênio da FEAPAES-SP com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, para uma política de inclusão, mas mantendo a educação especial junto às APAEs. A seleção de quem pode ou não ser incluído é feita pela própria Secretaria. Por este convênio, as APAEs vão atender aos alunos com deficiências intelectuais e/ou múltiplas graves que necessitam de apoio pervasivo. Os alunos com deficiências leves serão inseridos na rede regular de ensino. Pensamos que esse convênio pode ser um exemplo a ser seguido em todo o Brasil.

Não diminuiremos a nossa vigilância, nem a luta em defesa das escolas de educação especial, garantindo os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, como igualdade, liberdade e dignidade da pessoa com deficiência, assim como a liberdade de escolha do cidadão brasileiro, deficiente ou não.

Finalizo dizendo que a escola pública regular não pode e não deve excluir a escola regular especializada. O Movimento Apaeano defende que todos tenham acesso à educação de qualidade, sejam deficientes ou não.

"Trabalhar juntos é o começo. Qualificar é o progresso. Permanecer juntos nos levará o sucesso."

Documento 259/311

322.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 15/10/2013-
CD 16:06

Publ.: DCD - 16/10/2013
47731

- ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM



Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Saudação a integrantes da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo - APAMPESP. Otimismo do orador com conquistas da categoria, após a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria cumprimentar todos os professores pelo dia de hoje, na pessoa da Profa. Hilda Rodrigues do Tanque, da APAMPESP - Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo, numa luta muito grande no Congresso Nacional, sempre garantindo aos aposentados a manutenção da verba da Educação.

Quero também estender esse abraço à Profa. Dalva, que certamente, se não estivesse com problema de saúde, estaria aqui ajudando a Profa. Hilda nesta luta. Um abraço, então, à Profa. Dalva Freitas Soares, também da APAMPESP.

Queria registrar a luta da atual Presidente da APAMPESP, Profa. Wally Ferreira Lühmann de Jesus, dar todo o apoio a essa luta da APAMPESP e lembrar a ex-Presidente Zilda Halben Guerra.

A nossa luta é muito grande, em defesa das professoras. Sem dúvida nenhuma, a APAMPESP, com muita dificuldade, continua lutando, mais do que entidades estruturadas, pelos professores aposentados.

Neste momento, da tribuna da Câmara dos Deputados, meu abraço e meu carinho a todas as mestras do nosso País, através das professoras da APAMPESP.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 15 de outubro, queremos homenagear os professores e professoras de todo o Brasil, em especial os professores do Estado de São Paulo. Nossos cumprimentos aos professores paulistanos, que, embora ainda não tenham o merecido reconhecimento por parte das autoridades, dedicam sua vida ao cumprimento da importante missão de transmitir conhecimentos, fortalecer vínculos, despertar talentos, acolher e agregar toda a comunidade escolar a favor da educação.

A APAMPESP realizou, no último dia 3 de outubro, reunião de seu Conselho Deliberativo, o qual tem como Presidente a nossa amiga e



professora Hilda Rodrigues do Tanque, onde foram debatidas propostas que tramitam nesta Casa. Em um auditório praticamente lotado, os conselheiros acompanharam de perto a explicação da professora e Presidente do Conselho, Hilda Rodrigues do Tanque, em torno do andamento de dois grandes projetos de peso, que podem influenciar diretamente os professores aposentados em todo o País.

O primeiro deles é o PLC 103/2012, sobre o novo Plano Nacional de Educação. Graças à luta da APAMPESP em Brasília, uma emenda que retirava os aposentados da verba da Educação foi suprimida na votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O projeto segue para a Comissão de Educação.

Outro ponto de destaque foi o debate em torno do Eixo VIII, na Etapa Estadual da Conferência Nacional de Educação. Um dos itens do documento-referência excluía inativos e pensionistas do ensino das despesas de MDE - Manutenção e Desenvolvimento de Ensino. Mais uma vez, a batalha travada pela APAMPESP garantiu a supressão do item e a manutenção dos aposentados na verba da Educação.

A Constituição Federal, no capítulo que trata da educação, art. 206, determina, entre os oito princípios em que deve se basear o ensino, a valorização dos profissionais da educação escolar e o piso salarial profissional nacional.

Depois, o art. 60, das Disposições Constitucionais Transitórias, determinou a criação do FUNDEB, cujo nome já diz tudo, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Desde então, todos os projetos de lei sobre educação colocam a expressão "*salários dignos para os profissionais de ensino*". Entretanto, nem a força da chamada Lei Maior conseguiu até hoje impor à União, aos Estados e aos Municípios os salários dignos para os profissionais da educação. Essa expressão é imprecisa e cada um entende como lhe convém.

Há, porém, uma esperança. No atual projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012), depois de aprovado na Câmara e que hoje tramita no Senado Federal, há maior precisão, colocando um prazo para que os salários dos profissionais da educação básica pública se equiparem à média salarial de outros profissionais com escolaridade equivalente.

É necessário lembrar também a grave questão dos aposentados do ensino público. Quanto aos ingressantes no serviço público até 2003, apesar de terem direito a paridade salarial entre ativo e inativo, existem artifícios que permitem afrontar esse direito constitucional sem qualquer penalidade para os governantes. Assim, o achatamento dos



proventos acontece em vários Estados e Municípios e pode ser agravado porque alguns Parlamentares insistem em dizer que a despesa com proventos deve ser retirada das despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, o que é um absurdo!

Os aposentados do ensino público não podem ser excluídos das despesas de MDE (Manutenção e Desenvolvimento de Ensino), porque a despesa com seus proventos é causada exclusivamente pela atividade que exerceram em seu cargo antes da aposentadoria. Essa despesa nada tem a ver com o que fazem os inativos depois da aposentadoria.

Nossos cumprimentos, pela passagem do dia do professor, à nossa querida e fiel amiga, Profa. Dalva Freitas Soares, também da APAMPESP. Sra. Dalva, muita saúde a você, professora amiga e guerreira.

Parabéns APAMPESP! Parabéns, professores aposentados e pensionistas, por essa data tão significativa!

Continuem sempre entusiasmados nessa caminhada, guiando seus alunos pelo mundo das letras, dos números, das artes, da ciência, da natureza, da convivência, dos valores éticos, do respeito ao outro.

Parabéns pelo seu dia!

Documento 260/311

322.3.54.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	15/10/2013-17:46
Publ.: DCD - 16/10/2013 - 47789	- MARCOS MONTES-PSD -MG		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Relevância do magistério para o desenvolvimento do País. Ações do Parlamento para a valorização dos professores. Defesa de investimento de 10% do Produto Interno Bruto no setor



da educação. Homenagem aos professores do Estado de Minas Gerais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para lembrar o Dia do Professor. Conforme orienta o pensador Paulo Freire, é por intermédio dos professores que um país inicia seu processo de reflexão crítica de emancipação. Portanto, as políticas públicas, que passam pelo Congresso Nacional, devem se pautar pela premissa de que é com a participação dos professores que se constrói uma formação crítica com a qual os cidadãos se desenvolvem e tornam-se capazes de analisar sua realidade social, histórica e cultural, adquirindo a possibilidade de transformá-la.

O processo de emancipação de um país não se inicia sem a presença de professores para ajudar na reflexão sobre as dificuldades vivenciadas no nosso dia a dia. As manifestações ocorridas neste ano são exemplo da atuação dos professores nesse do processo de reflexão sobre nosso sistema de gestão pública. O objetivo maior dessas manifestações foi criticar os critérios estabelecidos para a execução dos recursos públicos, pois eles, professores e alunos, sofrem diretamente os efeitos da falta de planejamento na execução de políticas públicas educacionais.

Foi conquista desta Casa a criação do piso salarial dos professores, bem como a sua complementação com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Claro que está longe de ser o ideal, mas houve um avanço, principalmente no que se refere aos pequenos municípios, onde o custo de vida é menor que nas grandes cidades. O foco é aumentar o piso e torná-lo aplicável. Sabemos das dificuldades orçamentárias dos Municípios, mas temos de priorizar a educação. Isso deixará de ser uma dificuldade se garantirmos no mínimo 10% do PIB para a educação. Esse é um objetivo pelo qual não deixarei de lutar.

Temos que dar bons salários iniciais aos professores e criar planos de carreira atrativos para valorizar o magistério e atrair jovens promissores. Para isso, é importante garantir no mínimo 10% do PIB para a educação. Sem essa fonte de recurso, se pensamos somente nos *royalties* de petróleo como fonte de recurso para a educação, como muitos têm defendido, não será possível tornar atrativa a profissão.

Independentemente dos desafios a serem enfrentados, quero parabenizar a todas e a todos os professores deste país. Entretanto, não posso deixar de prestar uma homenagem aos professores de Minas Gerais, principalmente da cidade de Uberaba e de toda a região do Triângulo Mineiro. São profissionais



aos quais tenho imenso carinho, respeito e admiração; são homens e mulheres dedicados ao magistério, que engrandecem e contribuem com o desenvolvimento daquela região.

Um país, quando acorda sob o olhar crítico e acolhedor de um professor, cria a base sólida e inquebrantável da cidadania.

Muito obrigado.

Documento 261/311

323.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	16/10/2013-14:24
Publ.: DCD - 17/10/2013 - 48012	ARNALDO JARDIM-PPS -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Panorama do sistema nacional de educação. Necessidade de investimentos do Governo Federal na educação básica e fundamental e de melhora da gestão do setor. Expectativa de aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, em tramitação no Senado Federal. Aprovação pela Comissão de Desenvolvimento Urbano de requerimento para realização de seminário destinado ao debate da construção sustentável.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem vários de nós, eu inclusive, pronunciamo-nos em homenagem aos professores e professoras. Hoje eu quero agregar, Sr. Presidente, uma análise que tentamos fazer da situação da educação do nosso País e dos desafios do Plano Nacional de Educação, que queremos ver brevemente aprovado. Assim, produzimos um artigo de que eu peço a divulgação.

Além disso, Sr. Presidente, quero destacar que hoje a Comissão de Desenvolvimento Urbano, em reunião a que comparecemos, aprovou um requerimento nosso, numa articulação que já estamos fazendo com diferentes entidades - e aqui menciono, simbolicamente, a Câmara



Brasileira da Indústria de Construção, a CBIC - para promovermos um seminário sobre construção sustentável.

Só para V.Exas. terem uma ideia, dos resíduos que se coletam nas grandes cidades, metade, em peso, é oriunda exatamente da construção civil. Uma construção racionalizada, com novos materiais, nova lógica de iluminação e outros que tais, promove uma grande economia e um grande impacto...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Ouvimos um dos brilhantes representantes de São Paulo, o Deputado Arnaldo Jardim.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os problemas da educação no Brasil são complexos e as soluções são cruciais para o futuro do País. A simples discussão sobre a quantidade de dinheiro necessária para resolvê-los não vai banir o atraso em que se encontra o sistema de ensino - se é que assim podemos chamar um amontoado de regras, programas e promoções sem foco nem objetivo, que mantêm 2 milhões de professores da educação básica pouco preparados, sem um processo de formação continuada, mal pagos, em salas de aula superlotadas e sem suporte técnico e educacional, tentando formar crianças com visão municipal, ao invés de cidadãos nacionais.

Essa é uma boa hora para se falar sobre isso, na semana em que se comemora o Dia do Professor, em 15 de outubro.

Um sistema nacional de educação de valia precisa acolher o federalismo na substância, conforme reza a Constituição, assegurando a manutenção e o desenvolvimento do ensino básico e fundamental para todos os brasileiros, com ações e contribuições da União, dos Estados e dos Municípios.

A União precisa investir na educação básica e fundamental, que hoje é quase toda de responsabilidade de Estados e Municípios, já que o Município é o ente da Federação que menos tem receita. Sem a União, será impossível acabar com as desigualdades do sistema de ensino no País e estabelecer um caminho para preparar professores, crianças e jovens para os desafios que o Brasil enfrentará nos próximos anos, associados à apropriação do conhecimento científico e tecnológico.

Foram saudáveis os esforços para colocar mais brasileiros nas escolas, mas a qualidade não melhorou, poucos podem aprender um ofício e as universidades formam hoje centenas de jovens com pouca



possibilidade de ingressar no mercado de trabalho sem aperfeiçoamento. Isso é fartamente demonstrado nas provas dos vestibulares, do ENEM e nas seleções de várias categorias profissionais. Estamos produzindo exércitos de diplomados sem conhecimento e sem a formação necessária para atender ao mercado de trabalho, e cada vez mais o Brasil carece de cientistas, pesquisadores, formuladores, funcionários públicos de carreira e cidadãos preparados para assumir a construção do País.

Precisamos de recursos financeiros e de modelos adequados de gestão. Mas principalmente precisamos de um projeto que una e envolva todo o País e todos os brasileiros, sem autorias políticas exclusivas ou "salvadores da pátria". Não é um projeto provisório ou emergencial. Não temos mais tempo de tapar buracos, nem o sol com peneiras. Temos a responsabilidade como cidadãos de cobrar educação de qualidade e políticas públicas que realmente atendam à necessidade de nossos estudantes e da sociedade.

Não podemos esquecer que o professor muitas vezes é psicólogo, assistente social, enfermeiro, conselheiro e educador, além de formador de mentes e preparador do espírito dos jovens para o desafio do futuro.

Grande ênfase deve ser dada à aquisição de conhecimento, ao ensino científico e tecnológico, à atualização permanente do corpo docente, ao engajamento das famílias na gestão escolar e à destinação de recursos vinculados à qualidade do ensino, fundamentais para um projeto de educação nacional bem sucedido.

Um Plano Nacional de Educação deve contemplar estratégias claras e objetivas para melhorar o aprendizado do português e da matemática, considerados hoje por todos os grandes, singelos e óbvios desafios do sistema escolar brasileiro. Além disso, são necessárias diretrizes financeiras e gerenciais para que o País supere as enormes discrepâncias de formação básica e fundamental entre escolas públicas estaduais e municipais.

O Plano Nacional de Educação - PNE 2011-2020, diretriz para todas as políticas educacionais do País, foi entregue pelo ex-Ministro da Educação Fernando Haddad ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 15 de dezembro de 2010, enviado ao Congresso Nacional para apreciação, e depois de tramitar na Câmara dos Deputados encontra-se no Senado Federal, ainda em processo de discussão.

O Governo tem a responsabilidade de indicar o caminho para a formação dos novos professores de que o Brasil necessita. É importante o estabelecimento de um processo de formação continuada para aqueles que enfrentam a dura realidade das salas de aula e que enfrentarão uma nova realidade nas próximas décadas.



Entre os professores, os da educação infantil e básica são os menos valorizados, e é justamente sobre eles que recai a responsabilidade de formar e preparar a mente de crianças em tenra idade, para o processo complexo de aprendizagem das séries subsequentes, que se estenderá da alfabetização até a formação universitária.

A sociedade brasileira está consciente que uma nação que almeje o desenvolvimento, a prosperidade e a justiça social precisa investir maciçamente em educação e formação - parafraseando o Prof. Paulo Freire, educação para enfrentar o mundo e formação para transformá-lo.

Documento 262/311

327.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 18/10/2013-10:33
Debates - CD

Publ.: DCD - 19/10/2013 - PEDRO UCZAI-PT -SC
48655

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Relevância do direito social à educação. Ações dos Governos do PT em prol do ensino no País. Aprovação, pela Casa, das propostas sobre a implantação do Plano Nacional de Educação e a destinação de royalties de petróleo para os setores da saúde e da educação. Sugestões para o aperfeiçoamento do sistema de ensino brasileiro. Atuação parlamentar do orador nas áreas da educação e infraestrutura. Apoio ao Programa Mais Médicos, do Governo Federal. Benefícios decorrentes da aprovação da Medida Provisória nº 570, de 2012, sobre a instituição do programa Brasil Carinhoso. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre a terceirização do trabalho. Realização pela Casa de debate sobre arrendamento mercantil. Investimentos do Governo Federal no modal ferroviário.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, nos 25 minutos de que disponho, quero fazer uma síntese da relação que mantenho neste Parlamento com o Governo e com a sociedade, principalmente com o Estado de Santa



Catarina, num tema que para mim é estratégico como professor. Aproveito para parabenizar os professores, que nesta semana comemoraram o seu dia.

Quero também, neste pronunciamento, falar um pouco da relação do Governo Federal com a educação no País.

Se há um direito fundamental para a cidadania, para a qualidade de vida e para o futuro, é o direito social à escola, à educação. Se há um direito fundamental à cidadania, é o direito ao conhecimento, a um processo educacional. Por isso, eu quero aqui refletir sobre a educação no País.

Qual é a melhor herança que os pais podem deixar para os seus filhos? Uma boa educação, inclusive com a conclusão de um bom curso superior. Para mim, essa é uma questão central, fundamental.

Na condição de professor, educador, pai e, hoje, Deputado Federal, não posso deixar de ressaltar a importância da criação, pelo Presidente Lula, de 14 universidades; da criação, pela Presidenta Dilma, de mais quatro universidades federais; e da criação, pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, de escolas técnicas federais para qualificar profissionalmente a juventude brasileira.

No ensino superior há mais jovens com o PROUNI: mais de 1 milhão de jovens frequentando as universidades com o PROUNI e o FIES, uma forma de financiar o ensino superior para a juventude no País.

Tive a grata alegria, no Governo da Presidenta Dilma, de ser o Relator da Medida Provisória nº 559, que instituiu o PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior no País, permitindo às instituições com passivos tributários junto ao Governo Federal retornar 90% em forma de bolsas de estudo, pagando somente 10% da dívida em moeda corrente ao Governo Federal.

Mais de 60 instituições universitárias brasileiras já aderiram ao PROIES, beneficiando milhares de jovens, que começam a receber as bolsas de estudo para frequentar a universidade.

Então, temos PROUNI, FIES e, agora, PROIES. E estamos em negociação com o Governo Federal para estender até junho do ano que vem o prazo para que novas instituições universitárias possam aderir a esse programa fundamental e decisivo, que, de um lado, permite a reestruturação das instituições universitárias e, de outro lado, garante o direito social à escola, à universidade, ao ensino superior, com a concessão de bolsas de estudo.

Por isso, quando falamos em ensino superior, estamos falando em



ampliar e universalizar cada vez mais esse direito.

Se tínhamos 3 milhões de jovens estudando nas universidades e nas faculdades no País, com os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, já estamos perto de 7 milhões. Mas precisamos avançar mais, precisamos que mais jovens tenham assegurado o direito à universidade, ao ensino superior e, conseqüentemente, a uma profissão.

Quero cumprimentar o Governo e o Ministério da Educação pelos vários programas realizados na área do ensino superior, que, junto com as universidades públicas federais, vêm expandindo novos campos, como em Santa Catarina, que teve durante 50 anos somente uma universidade na Capital do Estado e hoje já há duas universidades - a nossa querida Universidade Federal da Fronteira Sul foi fruto da luta social, da luta dos nossos movimentos sociais - Via Campesina, FETRAF -, das lideranças regionais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Agora já temos condições de dizer que mais de 5 mil alunos estão estudando. Mais do que isso, é a primeira universidade federal deste País, Deputado Izalci e todos que nos assistem neste momento, em que 90% dos alunos são egressos de escolas públicas.

Nossa discussão é sempre no sentido de que alunos que cursam o ensino fundamental e médio em escolas particulares depois entram em universidade pública; alunos de escolas públicas ingressam em faculdades particulares, porque não conseguem entrar em universidade federal. A nossa universidade tem uma lógica e estruturação de acesso aos alunos que participam do ENEM tirando nota máxima sete e o restante para quem tira 3 pontos e estudou na escola pública durante os 3 anos do ensino médio.

Com isso, na nossa Universidade Federal da Fronteira Sul, 90% dos alunos são egressos da escola pública.

Começa agora, em Passo Fundo, na Universidade Federal da Fronteira Sul, a primeira turma de Medicina do Programa Mais Médicos. Dos 40 alunos que passaram para Medicina no ENEM, 36 são de escolas públicas. Vamos formar doutores filhos de agricultores, filhos de trabalhadores, filhos de pequenos e microempresários. É assim que estamos trabalhando para a construção de um futuro melhor para este País.

Por isso, queremos aqui falar de ensino médio. Hoje estamos falando de reestruturar o ensino médio para mais jovens poderem estudar, estamos falando da reconstrução do ensino desde a educação infantil. O que os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma estão fazendo na educação infantil, com 6 mil novas creches - e vejam o que o Ministro da Educação dizia: *"Temos que cuidar desde a primeira*



infância." O direito à educação nasce na primeira infância, porque até há pouco tempo tínhamos a visão de que creche era lugar para colocar as crianças para a mãe poder trabalhar. Não, a creche, a educação infantil é um direito educacional. Uma criança, como diz o Ministro, que não teve direito a uma boa alimentação no primeiro ano de vida, que não teve direito à creche ou à pré-escola, fala 4 mil palavras quando entra numa sala de aula para aprender a ler e a escrever. Uma criança que teve direito à creche e à pré-escola vai falar 12 mil palavras. É o direito à educação, à educação infantil.

Eu fui Relator da Medida Provisória do Brasil Carinhoso, que, de um lado, atende à questão social dos mais pobres deste País, de zero a 6 anos, depois dos adolescentes até 15 anos; posteriormente, no Brasil Carinhoso, abriu-se a todos os pobres que vivem com até R\$70 neste País. É com essa direção que, apesar do problema social, garantindo o direito educacional na educação infantil, que nós teremos uma nova educação neste País.

Eu estou muito feliz de, como professor e educador, ver tantas mudanças. Queremos fechar este ano com chave de ouro. O Senado precisa aprovar o PNE para que retorne a esta Câmara e, até dezembro, possamos dar um presente ao povo brasileiro: a aprovação do Plano Nacional de Educação com 10% do PIB para o setor, para depois serem criados os planos estaduais e os planos municipais da educação, para fazermos uma revolução neste País, para transformarmos este País numa grande Nação, tendo como prioridade a educação, tendo como um direito a educação, desde a educação infantil até a universidade.

Por isso, os *royalties* do pré-sal e o Fundo Social do petróleo, aprovados nesta Casa, foram o melhor presente que este Parlamento deu à sociedade neste ano de 2013. Para quem é pai e Deputado aqui, para quem é educador e Deputado aqui, Deputado Izalci, foi o melhor presente que nós demos, que o Parlamento brasileiro deu à sociedade brasileira, aos filhos desta Pátria, ou seja, colocar mais recursos para a educação, mais recursos para a educação infantil até a universidade.

Um país rico em petróleo, que não destina para a educação parte desses recursos, é um país rico em petróleo com um povo pobre. Um país rico em petróleo, mas que destina parte dos seus recursos para a educação, para a ciência e tecnologia, é um país rico em petróleo com qualidade de vida para o seu povo.

Precisamos assegurar às nossas crianças o direito à educação, mas à educação de qualidade. O nosso maior desafio hoje é construir educação de qualidade. Temos que aumentar o salário dos nossos professores. O piso foi uma conquista? Sim, mas é preciso um piso na carreira. Precisamos definir quanto deve receber o professor graduado, que, no mínimo, deveria receber 50% a mais do que o professor que



tem apenas o ensino médio. O professor especializado deveria receber 75% a mais. O professor com mestrado deveria receber 100% a mais. O professor com doutorado deveria receber, no mínimo, 150% a mais do que o professor que tem ensino médio.

Portanto, temos que pensar um piso na carreira para que o Brasil reconheça nos professores o papel central, o papel fundamental, o papel estratégico no desenvolvimento da qualidade da educação brasileira. Temos que conseguir isso junto com a valorização dos nossos profissionais da educação, que nesta semana comemoraram o seu dia, o Dia do Professor.

Devemos, claro, comemorar as conquistas e as vitórias, mas precisamos buscar força e energia para novas lutas, para novas mobilizações. O segundo desafio na educação, além da valorização de um plano de carreira para o nosso magistério, é pensarmos a democracia das nossas escolas. Está claro e evidente que, democratizando as nossas escolas, construindo o coletivo nas escolas, envolvendo os pais, os alunos e os professores nos destinos do processo educacional, haverá melhora na qualidade da educação.

Portanto, não só democratizar como uma experiência de direito para todos se envolverem para definir e decidir o destino de uma escola, mas, mais do que isso, definir a qualidade da educação.

Democracia na escola é sinônimo também de qualidade educacional. Esse é outro desafio que nós temos pela frente na sociedade brasileira, nas redes municipais, nas redes estaduais e na rede federal.

Outro desafio é construir infraestrutura para as nossas escolas, e escolas que são o sonho da meta 4 do PNE: escolas de educação integral. Não só educação de tempo integral, não só educação no contraturno, não só ampliação da jornada de trabalho e de permanência na escola, mas, efetivamente, educação integral, educação que tem como princípio a omnilateralidade, uma perspectiva que considera todas as dimensões do ser humano, uma perspectiva politécnica, uma perspectiva integral, em que se percebe a criança, o adolescente, o jovem, não só como área do conhecimento, não só como razão, mas também como valores, como cultura, como diversidade de experiências vividas cotidianamente. É assim que têm que ser vistos os nossos estudantes.

Portanto, uma educação integral tem que ter uma escola com uma arquitetura de escolas de tempo integral, uma arquitetura que permita a convivência de sala de aula, ginásio de esporte, cultura, arte, teatro, música, poesia, permite a convivência de todas as diferentes dimensões do ser humano dentro de uma escola.

Por isso estou feliz, porque o Governo da Presidenta Dilma põe no



horizonte, na estratégia de prioridade do Ministério da Educação mais escola, mais educação, mais escolas de tempo integral. Hoje já temos 49 mil escolas no País. Conseguir implementar uma política de infraestrutura, com novas escolas no espaço urbano, com novas escolas no espaço rural; implementar a construção de quadras esportivas, construir espaços esportivos para nossas crianças, porque a maior parte de nossas escolas ainda é em chão batido ou em piso bruto, como a gente chama, sem cobertura. Há regiões do País quentes e outras, frias. Precisamos ter quadras cobertas nas nossas escolas deste País afora. Parabéns ao Governo, que está implementando essa política de infraestrutura escolar.

Temos que garantir o transporte para nossas escolas. Quase 30 mil ônibus estão sendo contemplados com investimentos de mais de 5 bilhões de reais no chamado Programa Caminho da Escola. Isso vai dando ao transporte qualidade, segurança, conforto, redução de custos para os nossos Prefeitos, principalmente os administradores dos pequenos Municípios deste País, garantindo, ao mesmo tempo, melhor qualidade na educação.

Estou aqui comemorando as conquistas, as vitórias representadas pelo que o nosso Governo está implementando no País. Podemos investir em saúde, podemos investir nas estradas, podemos investir em energia.

Eu, academicamente, me especializei na área das energias. Tenho alguns livros publicados nessa área. Inclusive, aqui no Parlamento, fiz parte do Conselho de Altos Estudos. Lá publicamos um trabalho sobre energias renováveis, energia limpa. Publicamos outros textos: *Energias Renováveis e o Brasil Mais 20*; *Inevitável Mundo Novo*, a relação entre energia renovável, produção de alimento e o futuro do planeta, que é fundamental e estratégico para o País. Precisamos de energia limpa.

Presido a Frente Parlamentar Mista em Defesa das PCHs e da Microgeração, área estratégica para o desenvolvimento deste País. Participo, presido e coordeno a Frente Parlamentar das Ferrovias. E não é só o problema das rodovias. Queremos portos modernos, aeroportos modernos. A Presidenta Dilma vem investindo nisso, em rodovias modernas, mas também queremos ferrovias. Ferrovia é um transporte mais barato, mais seguro, ambientalmente sustentável; ferrovia é indutora do desenvolvimento econômico e social pelas regiões por onde passa. As ferrovias ainda ajudam a melhorar as nossas estradas.

Em relação à infraestrutura, dei minha contribuição aqui neste Parlamento. Fui Relator da medida provisória que introduziu o RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas para as obras do PAC. Tenho o maior orgulho de ter participado, junto com o Governo, da introdução dessa nova modalidade de licitação no País; fui também



responsável pelo RDC nas obras da educação brasileira; fui responsável pela introdução do RDC nas obras da saúde. Essas obras são fundamentais, porque o povo quer saúde rápida, obras rápidas, educação rápida, PAC rápido, infraestrutura rápida.

Por isso, nós estamos avaliando que essa área de infraestrutura também é estratégica para o desenvolvimento do País. Tudo isso é importante, tudo é fundamental, mas, por outro lado, fundamental mesmo é socializar o conhecimento; dar o direito às nossas crianças, aos nossos adolescentes, aos nossos jovens de acessarem a educação infantil como um direito.

Portanto, é obrigação do Estado brasileiro, dos nossos Estados, dos entes da Federação, dos nossos Municípios garantir o direito ao ensino fundamental, garantir o direito ao ensino médio. Muitos jovens ficam pelo caminho. Nós temos que garantir aos nossos jovens o direito ao ensino médio e ao ensino superior.

Quero destacar outro programa, paralelo ao da idade normal de acesso a educação: o de educação profissional de jovens e adultos.

Não posso deixar de manifestar minha alegria por dois programas fundamentais para os jovens de 16 a 59 anos, que é o direito de estudar no PRONATEC e no PRONACAMPO. Os jovens de 16 a 59 anos têm o direito de se qualificarem. Há hoje disponíveis 220 cursos gratuitos para serem oferecidos nessa área da qualificação e profissionalização, cursos com uma carga horária que vai de 160 a 1.200 horas.

Qualificando profissionalmente, nós vamos garantir não só o direito ao trabalho e ao emprego, mas o direito a um melhor salário e a uma melhor produção econômica neste País.

Por isso que hoje o PRONATEC e o PRONACAMPO já garantem o direito a 4 milhões e 500 mil jovens de frequentar esses cursos profissionais. Olhem a alegria que tenho como professor, como educador. Se aquele jovem não teve, na idade normal, o direito de estudar, agora tem esse direito. Aquele adulto que não teve o direito de se qualificar profissionalmente, agora tem esse direito. E direito não só de gratuitamente de estudar, mas, se tiver necessidade, vai também ter apoio ao transporte escolar e à alimentação.

É assim que se vai transformando este País. É assim que se vão modificando as condições de vida, de trabalho, os sonhos e as utopias do povo brasileiro.

Por isso, a Presidenta Dilma, neste momento da história, coloca a perspectiva da infraestrutura, visível nas obras de rodovias, portos, aeroportos e ferrovias, não só em obras na área de energia, não só em



obras físicas, que são percebidas pelo olhar. As principais obras da Presidenta Dilma, que vão transformando este País, são as obras da cultura, da educação, na perspectiva dos direitos, como o direito à saúde, com o Mais Médicos.

Parabéns pela sua coragem! Parabéns pela sua determinação de formar mais médicos! Eu comemoro, na educação e na saúde, - e continuamos na luta -, a conquista de 80 vagas para Medicina na nossa querida cidade de Chapecó e 60 vagas para Medicina na Universidade Federal, *campus* Araranguá, no sul de Santa Catarina. Mas também estamos lutando para conseguir mais 60 vagas *nocampus* de Curitiba, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Destaco, portanto, que nós teremos 200 novos médicos se formando daqui a 7 anos no nosso Estado catarinense, como em tantos outros Estados desta Nação. É assim que nós vamos garantir, também nesses programas sociais de saúde, com determinação e coragem da Presidenta Dilma, mais direito à saúde.

Mas o fundamental, decisivo e estratégico, a melhor herança, como dizia, que um pai, uma mãe e nós, agentes públicos, podemos deixar para os nossos filhos e para os nossos netos é o direito à escola, desde a educação infantil até a universidade.

Por isso queremos mais universidades públicas, mais escolas técnicas federais neste País. E a escola técnica comemora a boa notícia de que, na semana passada, o Instituto Federal de Santa Catarina anunciou mais uma unidade de educação profissional na cidade de São Lourenço do Oeste, no oeste de Santa Catarina. Uma UEP - Unidade de Educação Profissional para mais jovens terem, numa das escolas técnicas referência neste País, educação de melhor qualidade. Com mais essa UEP no nosso Estado, mais jovens terão o direito de ter acesso a uma escola técnica federal. Também estamos lutando para ampliar os *campi* das nossas universidades federais, como o da nossa Universidade Federal da Fronteira Sul, em que teremos um *campus* em Concórdia na área das engenharias. Também teremos um *campus* em São Miguel do Oeste, no extremo oeste, já na divisa com a Argentina, para que com mais dois *campi* no solo catarinense possamos garantir mais direitos aos nossos jovens de estudar, se profissionalizar e garantir qualidade de vida, garantir cidadania.

Estas são as melhores obras que um Governo pode deixar para o seu povo: o direito à educação, o direito a estudar, o direito a se profissionalizar. Por isso estou feliz.

Quero aqui dizer que termino este ano deste mandato - é o terceiro ano do nosso mandato - comemorando não só os *royalties* e o Fundo Social, mas também quero comemorar a votação do PNE nesta Casa. Que o Senado vote rapidamente e o projeto de lei de criação do PNE



retorne a esta Casa, para que possamos dar um presente de Natal ao povo brasileiro: 10% do PIB para serem investidos em educação.

E aí, sim, nós vamos construir não só um Brasil mais justo, não só um Brasil mais solidário, mas um Brasil que dê direito a todos os seus filhos de acessar o conhecimento, produzir ciência, produzir tecnologia, ser um País soberano, ser um País autodeterminado no seu conhecimento para se subordinar cada vez menos a outros países e a outras formas de conhecimento, e nós construirmos um País soberano, igual, justo e solidário.

A educação não transforma a sociedade, como dizia Paulo Freire, mas a sociedade não se transforma sem a educação.

Por isso, trago a memória de Paulo Freire, que está cotidianamente presente nas nossas lutas, de Florestan Fernandes e de tantos outros educadores, do meu querido Dom José Gomes, mestre e aprendiz do povo, do Professor e Vereador, Marcelino Chiarello, assassinado, há 2 anos, brutalmente. Todos eles nos iluminam na luta por educação, por cidadania, por qualidade de vida.

A melhor herança que um pai deixa para o seu filho não é patrimônio, é educação, e educação de qualidade.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres telespectadores da *TV Câmara*, inicialmente, quero cumprimentar e saudar todos os professores e professoras do País, especialmente os do meu Estado de Santa Catarina. O dia 15 de outubro é uma das datas mais significativas do nosso calendário de homenagens às categorias profissionais.

Cada um de nós reconhece a importância do professor na formação do cidadão, de um ser humano melhor e de uma nação mais rica e desenvolvida. São profissionais que se dedicam anos e anos à nobre missão de levar o conhecimento aos nossos filhos. Mesmo com todas as dificuldades que enfrentam, os professores dão contribuição inestimável ao desenvolvimento brasileiro, o que torna a sua atuação ainda mais digna de elogio e de apoio. Somente por meio da educação é que um País como o nosso tem plenas condições de formar os seus filhos e netos com caráter, ética e, acima de tudo, respeito ao ser humano.

Sr. Presidente, como membro titular da Comissão de Educação desta Casa e professor há mais de 20 anos, sempre digo e repito nas minhas palestras, audiências e lutas pelo Brasil afora que a melhor herança



que podemos deixar para o futuro da Nação é uma educação de qualidade, com alunos em sala de aula e investimento na educação básica e na multiplicação de escolas de ensino superior.

Foi isso que o Governo do Presidente Lula fez e que a nossa Presidenta Dilma tem feito de maneira majestosa. No ano passado, o País tinha 43 universidades federais. Em 2013, esse número subiu para 63. Até o final de 2014, serão 321 *campi* em pleno funcionamento, o que demonstra o esforço e o compromisso do Governo da Presidenta Dilma com o futuro do País.

Além disso, o Governo adota uma nova política de interiorização do ensino superior, investindo muito em universidades federais fora das capitais dos Estados. Dessa forma, Sr. Presidente, o Governo estimula a educação pelo interior, fortalece os Municípios e coloca em igualdade de condições os universitários do interior e os das capitais.

E as ações deste Governo continuam firmes. Esta Casa aprovou o Plano Nacional de Educação, que propõe 10% do PIB brasileiro para a educação. Isso significa que, até 2026, o Brasil investirá mais de R\$180 bilhões em educação, e vai transformar de uma vez por todas a educação pública em modelo de educação de excelência. Todo esse investimento vai melhorar muito o salário dos professores e mestres e vai permitir a reforma, construção e ampliação de creches e escolas nas grandes cidades, no interior e nas regiões mais carentes e distantes - diminuindo a distância social hoje existente -, bem como uma merenda de qualidade para alunos da educação infantil, sem falar na ampliação do acesso à educação superior por meio das universidades federais e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Como Parlamentar e, acima de tudo, como professor, comemoro o momento espetacular que o Brasil vive no que se refere a investimentos na educação.

Sr. Presidente, como é de conhecimento de V.Exa. e deste Plenário, o Brasil destinará 75% dos recursos dos *royalties* de petróleo à educação. Todos os Municípios brasileiros serão contemplados! Essa vitória representa um extraordinário avanço social, com o qual todos nós, brasileiros, sonhamos: uma educação de mais qualidade e que sirva de exemplo para o mundo.

Os outros 25% dos *royalties* de petróleo, Sr. Presidente, serão destinados à saúde, área que o Governo da Presidenta Dilma sempre tratou com prioridade e atenção máxima. São mais de R\$75 bilhões a mais de investimento, que inclui, por exemplo, a construção e modernização de hospitais, novas unidades básicas de saúde, aquisição de equipamentos e aparelhos de última geração, aquisição de novas ambulâncias, além da ampliação do atendimento do Sistema



Único de Saúde, além de servidores bem remunerados.

Sr. Presidente, a Presidenta Dilma aproximou as relações do Governo com o povo brasileiro. O Programa Mais Médicos chega aos Municípios mais carentes e distantes. Pergunto, Sr. Presidente: que Prefeito irá recusar um médico no posto de saúde do seu Município? Todos os médicos - sejam brasileiros, europeus, cubanos - são bem-vindos ao Brasil. A população quer mais saúde, quer um médico de plantão para atendê-la.

Vamos acabar de vez com as longas viagens que os pacientes precisam fazer à capital do respectivo Estado e com a longa espera por um atendimento médico. Agora o Governo leva os médicos até o povo, seja pelo Programa Mais Médicos, seja pelo investimento em faculdades e cursos de Medicina.

Nesse sentido, temos trabalhado por uma ação que vai além da minha cidade de Chapecó para que possamos ter 60 vagas do curso de Medicina na região do Contestado, em Santa Catarina.

Por tudo isso, cumprimento e parabenizo o Ministro Alexandre Padilha pelo trabalho aguerrido frente ao Ministério da Saúde, e à Presidenta Dilma pela sensibilidade e pela sua elevada capacidade de gestão na educação e na saúde públicas.

Para mim, é uma honra poder participar da base do Governo da Presidenta Dilma, um Governo que se tem debruçado diariamente para erradicar a pobreza e a miséria, diminuindo as desigualdades sociais com investimentos em educação, e cuidando do seu povo por meio da saúde.

Sr. Presidente, o Brasil avança a passos largos e na direção correta do desenvolvimento.

Erradicar a pobreza e a miséria é uma obsessão deste Governo. Nesse sentido, tive a honra de relatar a Medida Provisória nº 570, de 2012, que instituiu o Programa Brasil Carinhoso.

Entre as novidades previstas em lei está a criação de um novo benefício no Programa Bolsa Família, concedido às famílias com crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza. Essa lei é parte das ações do Governo para acabar com a exclusão social de tantas crianças e jovens e para melhorar a situação dessa parcela mais vulnerável da sociedade brasileira, que é também a mais forte, pois representa o futuro do País. São as nossas crianças e adolescentes.

Desde que essa MP entrou em vigor, Sr. Presidente, o benefício já fez com que 2,8 milhões de crianças saíssem da faixa da extrema pobreza. A estimativa é de que, contabilizados pais e irmãos, esse número



chegue a 8,7 milhões de pessoas.

Esses números confirmam a importância desse programa para a erradicação definitiva da pobreza e para a elevação dos padrões educacionais da população.

O objetivo é alcançar 16,2 milhões de famílias que possuem renda familiar *per capita* de até R\$70, muitas das quais ainda não incluídas no Programa Bolsa Família. Ao disponibilizar esse novo benefício para as famílias extremamente pobres, nós contemplamos crianças na faixa de zero a 6 anos de idade e adolescentes de 7 a 16 anos, contribuindo decisivamente para o crescimento desse segmento da população brasileira.

Sr. Presidente, outro ponto que não posso deixar de tratar é minha posição contrária à terceirização do trabalho. Há a terceirização quando o trabalho de alguém é vendido por um intermediário, que lucra com isso. Atualmente, as empresas podem terceirizar trabalhadores para exercer atividade meio e não atividade fim.

Em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, pretende liberar a terceirização do trabalho sem limites de áreas profissionais para empresas de qualquer natureza. Isso é prejudicial porque os trabalhadores perdem direitos e garantias conquistadas em muitos anos de luta.

Eu sou contra o Projeto de Lei nº 4.330 porque trabalhadores terceirizados trabalham em média três horas a mais por semana e ganham, em média, 27% a menos por mês. Sou contra porque em cada 10 acidentes de trabalho oito envolvem trabalhadores em regime terceirizado. Sou contra porque esse projeto pode gerar a demissão de 20 milhões de trabalhadores com carteira assinada - homens e mulheres chefes de família que não merecem pagar esse preço. E sou contra porque esse projeto fere a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, afrontando os direitos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, também me traz à tribuna um debate que venho fazendo há muitos anos, desde que eu era Prefeito da cidade de Chapecó, quando publiquei um livro sobre arrendamento mercantil, *leasing*. Fico feliz com a possibilidade, com a qual acena o Governo, de o tema começar a ser debatido, enfrentado.

Ontem, nesta Casa, realizamos um debate sobre o tema. Tivemos a alegria de contar com a presença de vários Prefeitos e com a presença importantíssima do Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, Manoel Procópio Júnior; do Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunatti; e do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkowski; que estiveram à frente do debate, e para ele muito contribuíram.



Não é possível que nos últimos 5 anos tenham sido recolhidos 405 bilhões de reais em arrendamento mercantil, em negociações de *leasing* com os Municípios do Brasil, e os vários Estados da Federação não tenham recolhido ISS, vários Municípios do País não tenham recolhido ISS, e não passem de oito os Municípios que ficam com esse imposto, o Imposto Sobre Serviços.

O ridículo é a sede da financeira recolher o ISS e não o local onde ocorre a venda do carro, a venda do caminhão, a venda da máquina industrial, que é o Município. Os problemas ficam lá para o Prefeito resolver, mas não fica o imposto sobre esse serviço.

Estamos nos mobilizando e vamos mudar essa cultura de transferência de recursos para um modelo mais aberto, mais transparente e mais democrático de transferência desse recurso central para os Municípios brasileiros: *leasing*, arrendamento mercantil onde ocorre o negócio, onde ocorre a transação, onde ocorre a compra e venda do equipamento, seja ele uma máquina, um trator, um carro, um caminhão. Assim haverá um pouco mais de justiça tributária para o povo e os Municípios brasileiros.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero registrar neste plenário a minha luta diária em defesa do transporte ferroviário. Na condição de Presidente da Frente Parlamentar Mista das Ferrovias, a perspectiva de capitalização da VALEC é estratégica para o desenvolvimento das ferrovias. São mais de R\$15 bilhões de investimentos para esse tipo de transporte, que tem custos infinitamente menores que os dos demais, é mais seguro e ambientalmente sustentável. Tudo induz o desenvolvimento econômico e social e contribui diretamente para a melhoria das estradas e rodovias federais e estaduais.

É fundamental que o Brasil cresça sobre trilhos, como os países desenvolvidos. O transporte ferroviário atrai investimentos, fortalece os Municípios e gera maior economia, principalmente no interior do País.

O futuro da Nação brasileira com mais desenvolvimento está na integração de Norte a Sul, entre o porto de Belém do Pará e o porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, por ferrovias. O futuro está em desenvolver projetos integrando regiões, portos e culturas, elevando o turismo e desenvolvendo regiões.

O crescimento econômico do Brasil passa pela retomada dos investimentos em ferrovias para o transporte de cargas e de passageiros. É necessário baixar os custos do transporte de mercadorias, diminuir o fluxo de caminhões e reduzir o número de acidentes. Essas são algumas vantagens do transporte ferroviário. Não é possível imaginar o Brasil, a médio e longo prazo, sem ferrovias. O Brasil é um continente, precisa integrar-se.



Reconhecendo essa necessidade e comprometido com o desenvolvimento do País, o Governo Federal vem investindo no modal ferroviário. Há poucos meses comemoramos uma grande vitória para Santa Catarina. O Governo assinou o edital da Ferrovia da Integração, que vai ligar o oeste de Santa Catarina ao litoral. O ato contou com a presença do Ministro dos Transportes, Cesar Borges, da Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, do presidente da VALEC, Josias Sampaio. Também estávamos presentes nós, catarinenses que sempre lutamos por essa ferrovia tão importante para o nosso Estado.

Todos os catarinenses compreendem que as ferrovias darão competitividade ao nosso Estado. A construção dessa ferrovia nos permite vislumbrar a perspectiva de avançar com o desenvolvimento regional. Temos certeza de que o oeste não vai parar. Ao contrário, conseguiremos assumir um novo patamar de competitividade.

O edital, Sr. Presidente, contempla o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, o estudo aerofotogramétrico e o projeto básico de engenharia. O investimento do Ministério dos Transportes nesse edital é de R\$68,7 milhões. O eixo da ferrovia vai passar por Itajaí, Chapecó, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. A obra deverá ser iniciada em, no máximo, 2 anos, e ficará pronta em até 6 anos.

A construção dessa ferrovia atenderá a uma antiga necessidade da agroindústria do oeste catarinense, que está longe dos grandes centros de consumo e distante das áreas produtoras de milho, nosso principal insumo.

E agora, depois de mais de uma década de lutas, realizou-se o nosso sonho. E digo sonho porque compreendemos que o transporte ferroviário é a alternativa viável para baratear os custos de transporte e o custo final dos produtos, por se tratar de um meio de transporte ágil, barato, ambientalmente sustentável, com menor incidência de acidentes, e que irá desafogar o trânsito nas rodovias, auxiliando também na manutenção da nossa malha ferroviária. E a Ferrovia da Integração ainda será fator de atratividade de investimentos regionais e indutora do desenvolvimento local.

E não vamos parar por aí. Por meio do PAC das Concessões, Sr. Presidente, o Governo Federal pretende expandir de 29 mil quilômetros para 40 mil quilômetros a malha ferroviária no País até 2020. Estão previstos investimentos de R\$200 bilhões, até 2025, para a construção e recuperação de ferrovias, realização de estudos e projetos. Desses, R\$33 bilhões serão direcionados ao Sul do Brasil. Já foi anunciado que haverá investimento em aproximadamente 1.600 quilômetros de malha ferroviária na nossa região. Somente em Santa Catarina, três projetos já estão em discussão.

O primeiro deles faz a ligação entre os portos de Imbituba, no sul, Itajaí



e São Francisco do Sul, no norte. O segundo liga as regiões norte e sul do Estado. E o terceiro começa na região oeste e termina no litoral. Essas propostas são, sem dúvida, prioridades da Frente Parlamentar Mista das Ferrovias, da qual sou Presidente. Nós temos que integrar o Estado de Santa Catarina para ramificar a distribuição dos insumos e da proteína animal.

O Brasil está demonstrando que pode ser possível construirmos uma grande Nação tendo como um dos eixos prioritários um projeto ferroviário. O Brasil necessita abrir novos horizontes com a integração de seus Estados, com o nosso entorno regional e a interligação modal dos dois oceanos. O futuro do Brasil é o futuro ferroviário.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento, Deputado Pedro Uczai, meu colega da Comissão de Educação, que tanto contribui para a evolução da educação no País.

Documento 263/311

342.3.54.O

Sessão Deliberativa 29/10/2013-13:24
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 30/10/2013
- 50259

FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Carta Aberta ao Senado Federal assinada por entidades do setor de educação em repúdio a comentário do Sr. Cláudio de Moura Castro de sentido desrespeitoso às mulheres, feito em audiência pública para debate do Plano Nacional de Educação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um registro e ao mesmo tempo repercutir o sentimento de indignação expresso na Carta Aberta ao Senado Federal em repúdio à declaração preconceituosa do Sr.



Cláudio de Moura Castro.

Essa carta, Sr. Presidente, é assinada por um conjunto de entidades e movimentos da sociedade civil que participam dos debates para a construção do novo Plano Nacional da Educação desde a I Conferência Nacional da Educação. Portanto, essas entidades manifestam o seu repúdio e exigem retratação pública diante da proposição desrespeitosa apresentada pelo Sr. Cláudio de Moura Castro em audiência pública realizada no dia 22 de outubro, de 2013, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Na ocasião, buscando reforçar seu argumento de que o Plano Nacional de Educação é inconsistente devido à participação da sociedade civil, o referido expositor Sr. Cláudio de Moura sugeriu, Deputada Janete, em tom de deboche - isso lá na audiência pública no Senado para tratar do PNE -, que sua proposta ao plano seria oferecer, aspas, *"um bônus para as caboclinhas de Pernambuco e do Ceará se casarem com os engenheiros estrangeiros, porque aí eles ficam e aumenta o capital humano no Brasil e, portanto, aumenta a nossa oferta de engenheiros"*.

Um absurdo! Esse senhor é educador, é um especialista em educação renomado, é colunista da *Veja*, e, como convidado, foi para a audiência pública, repito, na Comissão de Educação do Senado, e lá proferiu uma expressão tão desastrosa, tão infeliz - infeliz por usar esses termos, termos esses que vêm eivados, Deputado Fernando Ferro, de preconceitos, de intolerância e de desrespeito.

Então, eu quero aqui, Deputado Perondi, só para concluir, dizer, portanto, que essas entidades consideram que isso constituiu uma ofensa às mulheres e à educação brasileira, inclusive sugerindo a subjugação das mulheres a estrangeiros. Além disso, essas entidades consideram que essa expressão dele tem também um ranço de caráter regional e racial inaceitável, especialmente em uma sociedade democrática.

Entendemos que a diversidade de opiniões não pode de maneira alguma significar o desrespeito a qualquer pessoa, Deputado Perondi. Portanto, as entidades afirmam na carta que essa manifestação representa um desrespeito ao próprio Senado, como Casa Legislativa, e esperam contar com o compromisso dos Parlamentares e das Parlamentares de contestar esse tipo de manifestação ofensiva aos brasileiros e às brasileiras.

Nesse sentido, com essa carta, as entidades esperam as devidas escusas do Sr. Cláudio Moura de Castro, que com seus comentários discriminatórios desrespeitou profundamente a nossa democracia e a sociedade. A carta é assinada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pela CNTE e por um conjunto de entidades.



Vou levar isso aqui para a Comissão de Educação e Cultura e lá propor uma moção de repúdio, e sugiro, Deputada Janete, que V.Exa. leve o assunto para a bancada feminina.

Documento 264/311

363.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 07/11/2013- - CD	10:44
Publ.: DCD - 08/11/2013 53215	- LUCIANA SANTOS-PCDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio ao humorista Danilo Gentili por ofensa à doadora de leite pernambucana Michele Rafaela Maximino. Sátira preconceituosa ao movimento negro exibida em quadro humorístico do programa Fantástico, da TV Globo. Solidariedade a manifestações realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco, em parceria com movimentos sociais, em repúdio ao deboche do jornalista Cláudio de Moura Castro, da revista Veja, com as mulheres pernambucanas e cearenses durante audiência pública realizada pelo Senado Federal destinada ao debate do projeto de lei relativo ao novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nos últimos dias, nos deparamos com lamentáveis demonstrações de preconceito e profunda ignorância. Gostaria aqui de registrar meu repúdio a três casos emblemáticos. Primeiro, a piada infame do humorista Danilo Gentili com a maior doadora de leite do País, a pernambucana Michele Rafaela Maximino, que foi chamada de "vaca" e comparada com um ator pornô, quando deveria ser exaltada por essa atitude que ajuda a salvar vidas.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de lamentar o tom preconceituoso da sátira feita pelo quadro humorístico "*O Baú do Baú do Fantástico*", exibido no programa *Fantástico*, da Rede Globo, no último domingo, dia 3 de novembro. Parece uma provocação ao movimento negro, no mês em que estamos comemorando exatamente a verdadeira saga de todo o movimento negro no País, o símbolo de



Zumbi dos Palmares, que lutou contra a escravatura do nosso País; no mês da consciência negra, quando o País se reúne para discutir avanços do tema na sua III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Por isso, é indigno que a TV aberta cometa tal desrespeito e veicule material tão ofensivo.

Por fim, quero me somar aos movimentos da sociedade civil. Ontem, Sr. Presidente, o SINTEPE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco), com várias entidades de movimentações sociais, fizeram manifestações de rua contra o tom de deboche, desrespeitoso, no debate acerca do Plano Nacional de Educação, adotado por um jornalista da revista *Veja*, o Sr. Cláudio de Moura Castro.

O jornalista citou as nossas mulheres pernambucanas e cearenses, referindo-se a elas de maneira machista, racista, desrespeitosa e preconceituosa. Ele fez referência à forma como poderíamos melhorar nosso capital humano, que seria as nossas pernambucanas e cearenses namorarem engenheiros estrangeiros. Nós não aceitamos esse tipo de provocação, típica de um modo de jornalismo no Brasil que precisa ser extirpado da nossa convivência e da cena brasileira...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias, nos deparamos com lamentáveis demonstrações de preconceito e profunda ignorância. Gostaria aqui de registrar meu repúdio a três casos emblemáticos. Primeiro a piada infame do humorista Danilo Gentili com a maior doadora de leite do País, a pernambucana Michele Rafaela Maximino, que foi chamada de "vaca" e comparada com um ator pornô, quando deveria ser exaltada por esta atitude que ajuda a salvar vidas.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de lamentar o tom preconceituoso da sátira feita pelo quadro humorístico "*O Baú do Baú do Fantástico*", exibido no programa *Fantástico*, da Rede Globo, no último domingo, 3 de novembro. Parece uma provocação ao movimento negro, neste mês da consciência negra, quando o País se reúne para discutir avanços no tema na sua III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Por isso, é indigno que a TV aberta cometa tal desrespeito e veicule material tão ofensivo.

Por fim, quero me somar aos movimentos da sociedade civil e repudiar a declaração dos Sr. Cláudio de Moura Castro, "especialista em educação", que numa audiência pública no Senado Federal achou-se no direito de se referir às mulheres pernambucanas e cearenses de



forma machista, desrespeitosa, racista, xenofóbica e preconceituosa. O tom de deboche desrespeita um debate sério acerca do PNE e mostra também desconhecimento acerca da capacidade do povo nordestino.

Sr. Presidente, quero dar como lida a Carta Aberta em Repúdio à Declaração Preconceituosa do "Especialista em Educação" da Revista Veja, Sr. Cláudio de Moura Castro, e me somar aos que já a assinaram.

Esses episódios, Sr. Presidente, revelam, sobretudo, um pensamento atrasado que ainda domina a maior parte da grande mídia brasileira. Eles demonstram o quanto é necessário, pelo bem da educação e pela defesa da cultura do nosso povo, garantir a democratização da comunicação e regulamentar o direito de resposta na mídia, para que liberdade seja também sinônimo de responsabilidade e para que a grande maioria da nossa população não fique submetida ao pensamento daqueles que detém o poder do capital.

Muito obrigada.

CARTA A QUE SE REFERE A ORADORA

Documento 265/311

368.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 11/11/2013- - CD	16:45
Publ.: DCD - 12/11/2013 - 53560	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à carta aberta ao Senado Federal de ativistas do Movimento Nacional dos Direitos Humanos e entidades profissionais do setor educacional em repúdio a declarações machistas e preconceituosas contra mulheres, proferidas pelo economista Claudio de Moura Castro em audiência pública destinada ao debate sobre o projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tive a oportunidade de receber uma carta de repúdio à declaração do Sr. Claudio de Moura Castro, de autoria do Movimento Nacional dos Direitos Humanos e de outras diversas entidades, em função da fala do Sr. Claudio Moura numa audiência pública do Senado, na Comissão de Educação.

Eu vi a carta de repúdio e achei que era tão absurdo, tão absurdo, que provavelmente poderia ter algum engano. E pedi, então, as notas taquigráficas, para ter absoluta certeza que este senhor havia proferido esse raciocínio. Como diz Nelson Rodrigues - e cada dia que passa eu tendo a acreditar que ele tem razão -, o absurdo está perdendo a modéstia. Eu vou aqui ler o que esse senhor disse nessa audiência pública.

Ele disse:

"Já que todo mundo colocou um negócio no plano" - estávamos discutindo o Plano Nacional de Educação -, "um artigo, eu quero propor um artiguinho no plano. Um bônus para as caboclinhas de Pernambuco e do Ceará se casarem com os engenheiros estrangeiros, porque aí aumenta o capital humano no Brasil, aumenta a nossa oferta de engenheiros. Todo mundo pôs, eu também quero pôr."

Isso é um verdadeiro absurdo! É um absurdo! Aqui nestas frases, nós temos uma série de preconceitos absolutamente arraigados neste País e que nós precisamos superar para, de fato, batermos no peito e dizer que vivemos em uma democracia e que a Constituição brasileira, eivada e que tem como princípio fundante a dignidade humana, está sendo respeitada.

Aqui nós temos um preconceito contra as caboclas, um preconceito de gênero, um preconceito étnico, em um país em que alguns teimam em dizer que indígena não tem direito a terra, porque querem abocanhar uma parcela de terra assegurada pela Constituição para a posse da população indígena -terras que, eu digo e repito, sempre vão pertencer à União. Os indígenas não são donos da terra.

Penso, Sr. Presidente, que o latifúndio não cerca só os grandes nacos de terra e nos lembram de que ainda existe Colonialismo neste País. O latifúndio cerca muitas vezes a capacidade de sonhar e o conceito de democracia.

Por isso, neste País, onde vivemos um etnocídio e um epistemicídio, porque o conhecimento tradicional dos povos tradicionais está sendo eliminado, nós não podemos admitir que haja uma fala que chega a concentrar. E sempre penso que um preconceito ou uma discriminação não fica ensimesmada, ela cria as condições para que haja uma outra discriminação. Uma violação de direitos não fica ensimesmada. Ela vai



criar as condições para que haja outra violação de direito, à medida que se perde a noção do humano.

É nesse sentido que venho aqui e transformo em minhas as palavras que estão expressas nesta Carta Aberta ao Senado Federal, em repúdio a essas declarações.

A Carta diz:

"Nós, ativistas do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, de diversas entidades e profissionais do setor, viemos repudiar veementemente o pronunciamento machista e preconceituoso do Sr. Claudio de Moura Castro, economista, colunista de uma revista, professor especialista em educação e Presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras (...)" que em audiência pública se expressou da seguinte forma: *"a criação de um bônus para as 'caboclinhas' de Pernambuco e do Ceará que conseguirem se casar com engenheiros estrangeiros, porque aí eles ficam e aumenta o capital humano no Brasil (...)"*.

Que visão colonialista! Que visão de subalternização do próprio povo brasileiro! Que visão sexista!

E aí continua a Carta do Movimento Nacional de Direitos Humanos e de diversas outras entidades.

"Ao ouvirmos e lermos esta declaração, cujas palavras parecem ser articuladas sob o fio do preconceito e do desrespeito aos direitos humanos, ficamos estarecidos e indignados com tamanho preconceito e desvalorização do Estado público e democrático de direito, tão tardiamente assegurado por marcos políticos e legais no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 afirma (...)" - e nós reafirmamos - "que 'todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade' (...)

As marcas da desigualdade no Brasil são oriundas de um processo de colonização que dizimou indígenas, escravizou e comercializou negros, dividiu o País em regiões ricas e pobres, atrasadas e modernas e, sobretudo, construiu uma prática histórica - que viceja até hoje - de clientelismos, colonialismos e extermínios dos indígenas, negros, nordestinos e pobres. Assim, as conquistas de referenciais democráticos convivem, anacronicamente, com discursos e projetos conservadores, preconceituosos e, por isso, autoritários.

Somos homens e mulheres negros, indígenas e caboclos. Compartilhamos do sangue e do suor dos povos que resistiram e



resistem bravamente à escravidão, à miséria e ao preconceito. Além disso, somos seres sociais, sujeitos históricos, homens e mulheres com desejos, sonhos e capacidade de construir a história, quer vivamos nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País" -pouco importa. "Somos sujeitos de direitos!

A construção sociohistórica de cidadania, consolidada neste País, é traduzida por vários documentos. Dentre eles, estão as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a qual afirma a educação em direitos humanos como 'um dos eixos fundamentais do direito à educação, que se refere ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas' (art. 2º da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do MEC).

Enquanto defensores dos direitos humanos, a nossa luta é, portanto, pelo amplo reconhecimento da condição de sujeito e de igualdade a todos, recusando qualquer forma de preconceito e discriminação, inclusive as diversas falas públicas que se utilizam de argumentos preconceituosos, coisificam e violam a integridade humana de homens e mulheres" - e eu acrescento: de crianças -, "sendo estas últimas, historicamente as mulheres, vítimas de violências e preconceitos no mundo e no Brasil.

Por isso, solicitamos" - diz a carta - "ao Senado Federal" - onde aconteceu a audiência pública -, "instituição de extrema relevância para o cumprimento dos direitos e deveres assegurados pelo Estado Democrático de Direito, que leia, no Plenário, esta carta de repúdio.

A educação, enquanto ato histórico e humano, tem de ser construída sob valores e princípios democráticos, de justiça e criticidade. Qualquer posicionamento que viole a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades não pode ser incorporado às práticas educativas e cidadãs.

Na luta por um mundo mais justo e igualitário, atenciosamente..."

Assinam várias entidades, às quais me somo, e também se soma a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos desta Casa, onde não podemos admitir que a palavra seja simplesmente a palavra.

Muitos dizem: "Mas é apenas a palavra. Como pode ser punido pelo discurso?" E é preciso que andemos pelos andos ou pelo pensamento de Foucault, para entender o peso que tem um discurso, para entender que um discurso formula concepções, estabelece parâmetros para a ação e se transforma em movimentos.

Por isso, eu diria: não podemos admitir que, no Senado Federal, neste



Congresso Nacional, tenhamos uma fala eivada de discriminação étnica, eivada de discriminações machistas, uma fala sexista, porque urge que façamos o luto do colonialismo, urge que façamos o luto da escravidão, urge que possamos honrar Zumbi dos Palmares, na sua luta pela construção de uma sociedade em que a diversidade não seja instrumento para o ódio, em que a diversidade não seja objeto de ações que desconstruam essa natureza humana, que é bela porque é diversa.

Por isso, aqui me somo a todas as manifestações de repúdio à fala deste senhor. E digo: neste País de Paulo Freire, neste País de Anísio Teixeira, neste País de Florestan Fernandes, neste País que construiu os conceitos de uma pedagogia da libertação, falas como essa não podem ser admitidas!

Documento 266/311

377.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/11/2013-15:02
Publ.: DCD - 20/11/2013 - 54600	DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização do IX Festival Nacional Nossa Arte, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, em São Luís, Estado do Maranhão. Expectativa de manutenção, pelo Senado Federal, da Meta IV do Plano Nacional de Educação, sobre garantia de ensino especial aos alunos portadores de deficiência. Considerações sobre a política nacional de inclusão para pessoas deficientes.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Luiz Carlos Hauly, venho a esta tribuna, primeiro, para registrar o fato de que, neste final de semana, em São Luís do Maranhão, foi realizado o Festival Nacional Nossa Arte, das APAEs, festival que mostra talentos, que demonstra o trabalho realizado por professores e técnicos na recuperação e inclusão de alunos com deficiência intelectual e múltipla, no campo das artes, na convivência social, na busca por uma integração maior e por uma qualidade de vida



melhor para as pessoas com deficiência.

Registro também que participei, hoje, mais uma vez, de uma reunião na Comissão de Educação do Senado, onde se discute o Plano Nacional de Educação. V.Exas. sabem que há uma proposta no Senado para fazer com que a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional seja total, uma inclusão que, na nossa opinião, é impossível de acontecer. As pessoas são diferentes, são seres humanos. Cada um tem uma personalidade, cada um tem uma deficiência. A possibilidade de fazer uma inclusão geral, de trabalhar com a média, é impossível no caso dos deficientes. Colocar essas crianças, esses jovens adolescentes dentro de uma sala de aula, dizendo que incluir é estar junto, é um erro de interpretação, porque para incluir não basta estar junto. É preciso trabalhar juntos, trabalhar em equipe, permitir que o conhecimento seja alcançado, que a individualidade do conhecimento seja possível, que não haja nenhuma forma de *bullying*, como também é preciso dispor de um professor especializado, de alguém que possa dar sustentação ao aluno. Com os deficientes no meio de outras crianças, na maioria das vezes não poderá haver a relação idade/série escolar compatível.

Por isto nós estamos em luta, para que seja mantido o que foi aprovado nesta Casa em relação à Meta IV, ou seja, que a palavra "preferencialmente" tenha a função de dizer que aquelas crianças, adolescentes e adultos serão incluídos onde vão aprender, onde vão ter aproveitamento escolar; que aqueles que precisam de uma atenção diferenciada, que precisam de uma escola especializada se sentirão mais iguais entre os iguais. Eles precisam de uma escola que lhes permita, de fato, ter um aproveitamento, onde tomem posse do aprendizado, para que possam participar de festivais como o Nossa Arte, que aconteceu em São Luís do Maranhão; de congressos; de autodefensorias. Nós temos escolas especiais dentro das APAEs, do Movimento Apaeano, e acreditamos que isso tem de ser feito.

Nós não podemos permitir a inclusão a qualquer custo, sob qualquer condição. Isso não é inclusão; é exclusão! Isso vai fazer com que crianças sofram *bullying* na escola, sejam referência negativa para seus colegas, porque, infelizmente, nós não temos uma cultura inclusivista. Só com o tempo vamos conseguir adquirir essa cultura inclusivista; e, mesmo depois de adquirida, nós teremos dificuldade de incluir algumas outras pessoas, porque, como são seres individualizados com necessidades individualizadas e especiais de cada um, nós não podemos trabalhar com média, como é trabalhado na escola comum.

Nós temos certeza de que o Senado, na Comissão de Educação, onde foi pedida vista conjunta do Plano Nacional de Educação, vai ter as reflexões necessárias. Ninguém quer aqui preservar mercado, porque mercado de dificuldades, mercado de luta não precisa ser preservado;



é dado a todo mundo. Nós queremos, sim, preservar o direito de escolha das mães e dos pais que têm filhos com deficiência intelectual e múltipla de poder colocá-los na escola que acharem adequada, na escola em que os filhos poderão ter um resultado. E que possam depois dizer: "*Meu filho frequentou a escola e aprendeu. Meu filho pode ir para frente porque foi bem atendido*".

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 267/311

380.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 21/11/2013-16:06
Debates - CD

Publ.: DCD - 22/11/2013 -
55079 IZALCI-PSDB -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Participação do orador do Federação Já - Poços de Caldas + 30, encontro promovido pelo PSDB destinado ao debate sobre a reformulação do pacto federativo e para comemoração do transcurso dos 30 anos de movimento realizado pelos Governos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo em defesa da democratização do País, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. Necessidade de fortalecimento das receitas dos Estados e Municípios. Anúncio da realização em Poços de Caldas de evento comemorativo da implantação do Plano Real. Necessidade de aprovação de proposta de emenda à Constituição relativa a alterações no critério de indicação de Ministros do Tribunal de Contas da União - TCU e à criação do Conselho Nacional do Tribunal de Contas. Conveniência de redução da interferência política do Poder Executivo sobre o TCU. Cobrança à Presidência de votação de prestações de contas do Governo Federal. Inauguração do painel denominado impostômetro em Brasília, Distrito Federal, para contagem da arrecadação de impostos pelo Governo Federal. Descontrole dos gastos públicos pelo Governo Federal. Engavetamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de proposta elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional sobre a reestruturação e valorização da carreira do controle interno da seccional de contabilidade. Propaganda enganosa do Governo Federal quanto aos investimentos na área da educação. Imediata aprovação pelo Senado Federal de projeto de lei sobre a criação no novo Plano Nacional de Educação.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,



Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou aproveitar o meu Grande Expediente para fazer um balanço da semana.

Na segunda-feira, Sr. Presidente, estive em Poços de Caldas, Minas Gerais. Fomos comemorar os 30 anos do movimento Diretas Já, manifesto dos Governos de Minas Gerais e de São Paulo clamando pela democracia. Ao mesmo tempo, foi também o lançamento do Federação Já - Poços de Caldas + 30, necessário porque o que tem acontecido nos últimos anos, Sr. Presidente, é um esvaziamento dos Estados e dos Municípios e uma concentração muito grande dos recursos na União. Neste encontro, além do nosso Senador Aécio Neves, estavam também nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com os oito Governadores do PSDB.

O que vem ocorrendo hoje com a Federação, Sr. Presidente, é que os Municípios e os Estados estão na penúria, estão quebrados, não conseguem sequer pagar as suas folhas. Por quê? Porque a receita ficou concentrada com a União, e a União ainda cria incentivos fiscais que acabam reduzindo o Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados, comprometendo, inclusive, o equilíbrio econômico desses entes federativos.

Nós precisamos entender, Sr. Presidente, que as pessoas não moram na União. Ninguém mora na União. Ninguém mora nos Estados. As pessoas moram é na cidade, é no Município. Portanto, esse encontro foi exatamente para levantar essa luta pelo fortalecimento dos nossos Municípios, dos nossos Estados.

Nós não conseguimos definir claramente qual é o papel da União, dos Estados e dos Municípios. Muitas vezes, esta Casa compromete a economia dos Estados e dos Municípios, por exemplo, como ocorreu com a aprovação do piso nacional dos professores - o que fez, inclusive, em boa hora. Não foram dadas aos Estados e aos Municípios condições para executar, para cumprir aquilo que nós aprovamos nesta Casa.

Muitas vezes, aprovamos aqui obrigações para os Municípios e para os Estados e não lhes oferecemos a contrapartida dos recursos para cumprirem a missão que lhes é dada.

E nós temos que descentralizar, de fato, a educação, a saúde e a segurança. Afinal de contas, quando há algum paciente, algum cidadão doente, ele procura o hospital da cidade. Ninguém vem aqui à Capital, ao Palácio do Planalto pedir para ser atendido no hospital. É ao Município que vão, é do Prefeito que eles cobram a execução da educação, da saúde, da segurança e da mobilidade.

Então, esse encontro de Poços de Caldas foi no sentido de trabalharmos e lutarmos por um pacto federativo, para que possamos



de fato fortalecer os Municípios e não deixar acontecer mais o que está ocorrendo hoje.

Por exemplo, na área de saúde, há 10 anos a União participava com 55% dos recursos. Hoje, baixou para 45%. Reduziu 10%, e isso sobrecarregou ainda mais os Municípios, porque a demanda aumentou e os recursos diminuíram.

Por isso, esta Casa tem a obrigação de trabalhar no sentido de melhorar a saúde, mas não apenas contratando médicos. Saúde é um sistema. O que nós precisamos é ter infraestrutura, é ter medicamentos, é criar o plano nacional da carreira médica e dos profissionais da saúde.

Por que em todo Município do País, por menor que seja, existem o representante do magistério, o do Ministério Público? É simples! É porque existe um plano de carreira! Por que os médicos hoje não vão para o interior? Porque não há segurança nenhuma, não há plano de cargos. A pessoa vai para ficar 1 ano. Fica 3 meses. Recebe salário no primeiro mês; no segundo, e a partir daí, já não consegue receber.

Continuando, então, Sr. Presidente, o que falta realmente para oferecermos uma saúde de qualidade para o nosso povo é melhorar as condições do sistema, ou seja, instituir o plano de carreira.

Nós aprovamos aqui uma lei, depois de termos feito um acordo com o Governo, com a Liderança. Mas, logo após a aprovação, a Presidenta Dilma vetou o artigo que obrigava o Estado a, daqui a 3 anos, criar o plano de carreira nacional para a saúde.

Da mesma forma, nós aprovamos, na medida provisória, aperfeiçoando-a... O PSDB não faz oposição radical, como o PT sempre fez, aquela do quanto pior, melhor. O PSDB é responsável. Cada projeto que chega aqui nós lutamos para aperfeiçoar, como fizemos com aquele. E um dos artigos que aprovamos era para que os médicos brasileiros contratados pelo Programa Mais Médicos recebessem também as garantias trabalhistas, como qualquer trabalhador. Mas isso também foi vetado pelo Governo.

Tem ocorrido algo muito grave no Parlamento, e está virando praxe na Casa: faz-se o acordo aqui, com a Liderança do Governo, mas depois o Governo não cumpre o que foi acertado pela Liderança.

Muitas vezes acontece algo como o que ocorreu recentemente: o Ministro das Comunicações dizia que era contra, que não poderia acontecer a fusão das empresas de telecomunicações, e 1 semana depois a Presidenta Dilma disse que o Ministro não fala pelo Governo. Ora, se o Ministro não fala pelo Governo, então que não fale!



Da mesma forma, aqui: se a Liderança do Governo não fala pelo Governo, então não faça acordo. Nós vamos fazer acordo direto com a Presidente da República. O que não dá é para fazer acordo aqui na Casa e ele ser descumprido.

Sr. Presidente, esse encontro em Poços de Caldas realmente foi o primeiro passo para uma grande reforma do pacto federativo do País. Nós temos que atribuir às instituições a responsabilidade a cada uma, mas dar-lhes também condições de executarem suas tarefas. Não adianta aprovarmos os reajustes, o piso salarial, e não darmos aos Municípios a contrapartida correspondente.

Aproveitando o tema, Sr. Presidente, quero também comunicar que lá em Poços de Caldas foi lançado pelo Presidente Itamar Franco e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso o Plano Real. Logo, logo, estaremos lá de volta, comemorando esse grande momento da economia brasileira e, por que não dizer, a estabilidade econômica; a mudança radical da inflação, que corroía todos os salários, principalmente o das pessoas com poder aquisitivo menor.

Foi a estabilidade econômica, a grande mudança deste País, que nos deu condições para avançarmos nas questões da qualidade. Mas isso não aconteceu. A educação está um caos - e foi citado aqui por diversas vezes; eu vou falar sobre isso daqui a pouco. Da mesma forma, a saúde está um caos. Por quê? Porque, realmente, falta um planejamento estratégico de médio e longo prazos.

Esta semana, anteontem mesmo, fizemos aqui uma audiência pública com a presença do grande empresário Jorge Gerdau, que faz parte do Conselho de Governo também e que é um exemplo de empresário e de planejamento que nós temos no País. E ficou muito claro: este Governo não tem um planejamento estratégico de longo prazo para o Brasil. Os projetos são feitos aqui em momentos que... Às vezes, Sr. Presidente, não se consulta sequer o Congresso ou as pessoas envolvidas.

Toda semana tem um projeto novo que sequer tem uma avaliação. E agora eu entro no segundo momento, Sr. Presidente, que foi a audiência pública que nós fizemos aqui com os membros do Tribunal de Contas da União. Há uma PEC, de que eu sou inclusive um dos autores - e o Deputado Praciano foi quem iniciou o processo da coleta de assinaturas dessa PEC -, em que nós modificamos o critério de escolha dos membros do Tribunal de Contas da União.

A discussão se deu, Sr. Presidente, porque existe aqui uma PEC que propõe, inclusive, a criação do Conselho Nacional do Tribunal de Contas. A proposta é colocar nesse Conselho nove membros, para trezentos e poucos membros do Tribunal. Hoje, nós temos o Conselho Nacional de Justiça, composto de 15 membros, para atender mais de 15 mil juízes. E querem criar aqui um Conselho Nacional do Tribunal de



Contas da União, com a estrutura e, o pior, com a representação deles mesmos, que são aqueles indicados normalmente pelo Executivo, o que é um absurdo.

É uma coisa absurda a forma como se escolhem os membros dos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios e também da União. É inadmissível que o Executivo tenha uma interferência direta na escolha dos seus Ministros ou mesmo Conselheiros. Não dá para quem vai ser julgado escolher os seus julgadores. É inadmissível colocar pessoas ligadas ao Governo para, logo em seguida, julgar as contas do próprio Governo. Isso é um absurdo!

Mas o mais grave é que esta Casa não vem cumprindo o seu papel, a sua obrigação: não é nem direito; é obrigação. Esta Casa tem a obrigação de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Cabe aos Parlamentares - é uma atribuição, uma obrigação - acompanhar, fiscalizar o gasto público.

E, desde 2006 - 2006! -, na prestação de contas do Governo, o Tribunal de Contas da União já alertava - e falei isso ontem com a Ministra do Planejamento na audiência pública - que o Governo não tinha estrutura de controle nos seus Ministérios e nas suas empresas.

E de fato não tem. Os balanços apresentados pela União, que nós não votamos há 10 anos, não têm nenhuma consistência; são totalmente maquiados; não representam absolutamente nada da realidade do patrimônio da União. Os valores informados de responsabilidade da Secretaria da Receita Federal são diferentes dos valores informados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre os créditos a receber. A antecipação de dividendos lançada no balanço é apenas para maquiar o balanço. Há mais de 42 recomendações, há mais de 20 ressalvas na prestação de contas do Governo, e esta Casa não faz a sua obrigação de votar a prestação de contas.

Há 10 anos que não se vota, e eu quero aqui cobrar esta Mesa e quero que fique registrada a minha cobrança, Sr. Presidente, para que esta Casa assuma a sua responsabilidade e possamos pautar aqui a votação da prestação de contas. Se ela tivesse sido votada nos últimos anos, a Presidente estaria inelegível, porque esse balanço não representa nada, apesar de o Tribunal de Contas estar dizendo desde 2006: *"Olhe, não há estrutura. É preciso fazer a reestruturação."* E a gente percebe claramente, Sr. Presidente.

Ontem nós lançamos, aqui em Brasília, o impostômetro, que é uma iniciativa da Associação Comercial de São Paulo. Agora também a Associação Comercial do Distrito Federal, por intermédio do Presidente Cléber Pires, tomou a iniciativa de lançar um painel do impostômetro, que mostra quanto o Brasil arrecada de impostos a cada segundo.



Por incrível que pareça, Sr. Presidente, ontem, ele já estava em 1 trilhão, 421 bilhões 340 milhões 550 mil 364 reais e 19 centavos. Foi quando fizemos, então, a inauguração do painel do impostômetro, que muda a cada segundo, a partir do que se arrecada neste País.

E aí a gente percebe, Sr. Presidente, que não há mais como aumentar os impostos. Chegou-se ao limite. A carga tributária deste País está comprometendo a competitividade das empresas e a qualidade de vida das pessoas.

A Receita Federal já entrega a declaração praticamente pronta, só para você conferir. A tecnologia na Receita Federal funciona plenamente, e a prova disso é que vêm sendo batidos recordes de arrecadação a cada mês. Ela não tem nem condições mais de atender o próprio contribuinte. Se você entrar na fila da Receita agora, para ser atendido, só daqui a 6 meses, principalmente quem tem restituição.

E aí o que acontece? Nos gastos públicos, não há controle nenhum. Absolutamente nenhum! E quando eu falo em controle, eu estou falando de controle efetivo. O que se faz hoje é apenas uma burocracia: é verificar se o valor que está no Orçamento, que foi aplicado, está correto na sua rubrica. Mas ninguém faz avaliação dos resultados. Não há resultados no serviço público. Todos esses programas que são lançados aqui todas as semanas não têm avaliação nenhuma, nada.

A própria CGU, que é um órgão do Executivo que controla os gastos, agora, na semana passada, deu uma declaração de que 20% a 40% dos recursos públicos vão para o ralo. Quem está afirmando isso é a CGU, que é ligada ao Executivo. Imagine se formos de fato verificar a realidade! Vai ser muito mais.

Portanto, não resta alternativa para este Governo a não ser melhorar os controles e reestruturar o quadro. E eu cobre isso da Ministra. Já havia tentado encontrá-la em três audiências públicas, mas não havia conseguido. Ontem, terminada a minha audiência sobre um assunto da educação, no corredor, eu percebi que a Ministra do Planejamento estava na Comissão do Trabalho. Aí entrei - não sabia da reunião - e questionei exatamente o que já estava previsto nas três audiências públicas que marquei e às quais não compareceram.

Primeiro, exatamente essa questão. Há uma medida provisória, que foi inclusive elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata da reestruturação, da valorização da carreira do controle interno, da seccional de contabilidade, que é fundamental para o controle. E foi simplesmente engavetada.

Chamei a Casa Civil. Ela disse que não poderia comparecer, porque a responsabilidade era do Planejamento. Chamei o Planejamento. Aí



mandaram uma cartinha, dizendo que a responsabilidade era do Ministério da Fazenda. Aparece, então, o representante do Ministério da Fazenda. Quem era? O Secretário do Tesouro Nacional, o contador responsável pela contabilidade, que não tem autonomia nenhuma para dizer nada; pelo contrário. Não disse absolutamente nada e não explicou por que o Governo engavetou essa proposta - e, além de engavetá-la, foi para as páginas dos jornais, dizendo que era um trem da alegria, que alguém tinha interesse nisso. Soltou na imprensa uma coisa totalmente desvirtuada, exatamente para não haver controle.

O que está acontecendo neste País é falta de controle. O dinheiro do FUNDEB, da educação... Fizemos agora uma audiência pública para tratar de uma auditoria - porque a CGU faz auditorias por sorteio. Foi constatado, em 60% das escolas que foram auditadas, que 40% não têm licitação e que 16% dos Prefeitos sacam o dinheiro do FUNDEB na boca do caixa.

Então, o Brasil está chegando a uma situação em que o dinheiro vai para o ralo. Não há controle nenhum. O contribuinte cada vez paga mais e não recebe, pelo pagamento dos impostos, a contrapartida. Hoje, se você quiser uma educação melhor, tem que pagar escola particular; se você quiser saúde, tem que pagar plano de saúde - e sequer o plano de saúde está atendendo de uma forma correta, porque se muda o plano a toda hora, com o objetivo de não atender os pacientes. Então, está um caos com relação a isso.

O cidadão que paga os impostos não tem a contrapartida dos serviços públicos. Por quê? Porque o dinheiro vai para o ralo. E é muito fácil consertar isso. Primeiro tem que criar realmente um sistema de controle, que não existe. Segundo, tem que colocar profissionais que sejam compatíveis com a atividade. Não dá para colocar nas áreas onde se exige a especialização de contabilidade um leigo como responsável pelo setor.

Alertei inclusive o Conselho Federal de Contabilidade, o Conselho Regional de Contabilidade, para fiscalizar os Ministérios pelo fato de profissionais de outras áreas estarem exercendo irregularmente a profissão dos contadores.

A contabilidade pública, como está na ressalva do Tribunal de Contas, tem que se adaptar às normas internacionais. Ela, hoje, não obedece aos princípios contábeis, que são normas internacionais, adotadas em todo o mundo. Então, precisamos urgentemente, Sr. Presidente, nesta luta pela transparência, melhorar realmente as informações e o controle dos gastos públicos.

Eu, particularmente, já apresentei algumas sugestões - eu não faço só críticas; faço também algumas sugestões: temos que fazer auditorias concomitantes. À medida que há liberação, o Fisco tem que



acompanhar. Não adianta o Tribunal de Contas, daqui a 5 anos, 10 anos, dizer: "*Olha, houve desvio na obra tal*". Não adianta. Tem que haver o acompanhamento na hora! Mas esta Casa precisa dar o respaldo.

Não dá para entender que a Presidente da República vá à mídia condenar o Tribunal de Contas porque ele sugeriu a paralisação de 7 obras. O Tribunal de Contas jamais faria uma sugestão de paralisação de obras se não houvesse as irregularidades que há. E nessas 7 obras cuja paralisação foi sugerida pelo Tribunal de Contas há superfaturamento. Há obras sem projeto básico! As pessoas liberam recursos sem haver nem o projeto. E quando há, os projetos são malfeitos. Por quê? Porque nós não temos também uma carreira, pessoas altamente qualificadas para fazer projeto.

A maioria dos Municípios do Brasil não tem a mínima condição de elaborar um projeto. Então, a gente precisa investir na gestão pública. Não há outro caminho. A gente só vai poder melhorar os serviços públicos se fizer o controle dos gastos, se aplicar os nossos recursos, que são pagos com muito sacrifício pelos contribuintes, de forma correta, e não deixarmos que desviem os recursos públicos diariamente, como fazem.

Todos os dias há um escândalo. Aqui, toda semana há o lançamento de um projeto e um escândalo de desvio de recursos. Na semana passada, houve no Ministério da Fazenda. Já chegou ao Ministério da Fazenda! O Chefe de Gabinete do Ministro estava contratando empresas que superfaturaram e colocaram fantasmas na folha de pagamentos. E há os comprovantes da denúncia. No Ministério da Fazenda! Não dá!

Eu vi, há pouco, a nossa Deputada Rosane Ferreira falar aqui do que está acontecendo, dessa violência. Por quê? Porque é uma impunidade total. Quem tem que dar o exemplo da ética, da moral, da eficiência, do controle e da transparência? Tem que começar lá em cima! Se o Governo não respeita os professores, como vai exigir que os alunos os respeitem? Como os professores - que são agredidos em sala, têm medo de dar aula - podem se sentir tranquilos em uma sala de aula hoje? Por quê? Porque o exemplo não vem lá de cima.

Educação sempre foi tema de discurso. Quando se fala em recursos, desaparece. Está aí o Plano Nacional de Educação há 3 anos. São 3 anos sem o Plano Nacional de Educação, a principal lei que nós aprovamos nesta Casa e que se encontra no Senado - não sei fazendo o quê ainda. Já deveria estar aqui.

Os estudantes tinham que se mobilizar para isso. A sociedade civil tem que se organizar para isso. Não dá para ficar 1 ano no Senado, como ficou, e ainda com propostas de diminuir os recursos, de desqualificar



ainda mais aquilo que foi aprovado aqui com muita dificuldade.

Sr. Presidente, nós precisamos parar de adotar um discurso lá fora e outra prática aqui dentro. É o que acontece hoje. Lá fora é um discurso e, quando chega aqui, a prática é outra. Na educação fica muito claro isso.

Tão grave quanto a corrupção, Sr. Presidente, é a demagogia, é a propaganda enganosa, é a forma como tratam nosso cidadão, nosso contribuinte. Lá fora, mobilização para os 10% do PIB, todo mundo com camiseta bacana. Mas, na hora de aprovar aqui, saem do plenário, não votam.

Eu tive que ler um discurso de 14 anos atrás para lembrar aos Deputados que há 14 anos já defendiam isso e que hoje são contra. Tive que ler o discurso.

Da mesma forma, os *royalties*: todo mundo aqui faz propaganda; todo mundo quer 100% dos *royalties* para a educação. No projeto que o Governo mandou para cá, quanto entraria para a educação? Nada! Só daqui a 25 anos entraria alguma coisa.

E, graças à ação desta Casa, graça às emendas que nós apresentamos... Eu quero dizer que o que conseguimos aqui na Câmara, na votação dos *royalties*, foi que os recursos da educação começassem a ser alocados imediatamente. Conforme o projeto do Governo só entrariam os rendimentos do Fundo, dos *royalties*, daqui a 20 anos, no mínimo. Eu apresentei uma emenda, que foi acatada, destinando 50% do Fundo, e não dos seus rendimentos, agora, como aprovamos no texto dos *royalties* do petróleo.

Por incrível que pareça, aprovamos aqui, e o projeto foi para o Senado. Lá, no Senado, uma grande mobilização do próprio Governo, com a presença do Ministro da Educação e de toda a sua cúpula, defendeu o texto do Senado, porque o texto do Senado era o texto do Governo, segundo o qual os recursos só entrariam daqui a 20 anos. Voltando para cá, nós conseguimos reverter o quadro e aprovar o texto da Câmara, que dá, para a educação...

Não é muita coisa, não. Parece até que os *royalties* vão resolver o problema da educação, mas não vão. A previsão de entrada de recursos dos *royalties*, por melhor que o projeto tenha ficado, é de cerca de 30 bilhões por ano. Sabem o que representa hoje 10% do PIB? Quatrocentos bilhões! Então, 30 bilhões, com relação aos 400 bilhões - 10% do PIB -, não representam nem 10%. Portanto, os *royalties* ajudam, mas não são suficientes. Muito pelo contrário! Ajudam muito pouco a cumprirmos a meta dos 10% do PIB para a educação.



Eu espero que o Senado aprove imediatamente esse texto, para que possamos confirmar aqui na Câmara e ter um plano para os próximos 10 anos. Não dá para o Brasil ficar sem um Plano Nacional de Educação. Lá, nós estabelecemos as metas, um projeto de médio e longo prazos. Dez anos, pelo menos, período para o qual são estabelecidas 20 metas. Para cada meta, várias ações. É o que deveria acontecer em todos os segmentos - saúde, segurança, mobilidade, todos. Todos deveriam ter um plano de médio e longo prazos!

Como é que nós vamos consertar a saúde nos próximos 10 anos? Tem que ter um plano, inclusive definindo os recursos, a fonte. Não adianta também ficar só iludindo. Tem que deixar muito claras, como estão no Plano Nacional de Educação, as 20 metas. Mas para cada meta nós atribuímos um valor e definimos as ações necessárias para realmente atingi-la. Afinal, não adianta ficar só com o plano na teoria; temos que executá-lo. Temos que ter metas intermediárias. Lamento muito que o Governo tenha retirado de várias metas as avaliações pontuais e temporais.

Não dá para você exigir que se cumpra o plano daqui a 10 anos e eles deixarem para cumpri-lo no último ano. Tem que haver metas intermediárias. Algumas nós conseguimos manter, mas a maioria dessas metas intermediárias não foram aceitas, e nós tivemos que compor isso para poder aprovar. Senão, não aprovaríamos o Plano Nacional de Educação.

Tenho outros assuntos, Sr. Presidente, mas vou deixar para tratar deles nas Comunicações Parlamentares e na Comunicação de Liderança, para não cansar V.Exas.

Ressalto, entretanto, que precisamos dar mais transparência aos gastos públicos, que são feitos com os recursos pagos pelo contribuinte com muito sacrifício e que estão comprometendo as nossas empresas em relação à competitividade. Por quê? Porque a carga tributária é muita alta.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Sumário

Avanço, nas gestões federais petistas, da inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Acerto da alteração, pelo Senado Federal, da Meta 4 constante no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, a respeito da transferência para o sistema regular de ensino dos alunos do sistema de educação especial. Nota do Fórum Nacional de Educação Inclusiva sobre a Meta 4 do PNE. Texto da Profa. Maria Teresa Eglér Mantoan, da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, acerca de inclusão educacional.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero aproveitar esse espaço de Liderança do Partido dos Trabalhadores para fazer uma reflexão sobre um tema que tem sido objeto de muito debate, de muita discussão e eu diria até mesmo de uma intensa polêmica: a discussão sobre o PNE, o Plano Nacional de Educação, especialmente sobre a chamada Meta 4 do PNE, que trata da política sobre a educação especial do Brasil.

Eu quero destacar, em primeiro lugar, talvez uma das principais realizações desenvolvidas pelo Governo do Presidente Lula, consolidada pela Presidente Dilma, uma política que se iniciou com o Ministro Tarso Genro, foi consolidada pelo Ministro Fernando Haddad e mantida pelo Ministro Aloizio Mercadante, coordenada na época pela Profa. Cláudia Dutra e pela sua equipe no Ministério da Educação, foi a transformação que nós fizemos no Brasil na chamada política para a educação especial.

Nós assistimos a uma verdadeira revolução com a implantação e a criação verdadeira de uma política de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular.

Os números são impressionantes.

Vejam os senhores e as senhoras que, no ano 2000, nós tínhamos somente 21,4% das pessoas com deficiência matriculadas no ensino regular público no Brasil - 21,4%, Sr. Presidente! Em 2011, esse número chegou a 74,2%. Hoje, 22% das escolas têm acessibilidade. Há 12 anos, eram apenas 2,2% das escolas que tinham acessibilidade.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, nós podemos observar que 69% dos favorecidos com o BPC estão na escola pública, e 78% dos professores dessa área no Brasil já



participaram de algum curso, de alguma iniciativa de formação proporcionada, desenvolvida pelas políticas do Governo federal.

Ora, Sr. Presidente, é inegável o avanço; é inegável a transformação. A política da educação inclusiva, nas palavras do Ministro Mercadante, permitiu um crescimento espetacular, de forma que os estudantes com deficiência convivem com os outros alunos, e os alunos convivem com eles.

Lembrou ainda o Ministro que as escolas estão sendo reformadas, e os ônibus escolares, adaptados, para permitir a acessibilidade. Destaca ainda o Ministro a questão do FUNDEB, que contabiliza de maneira inédita, pela política do nosso Governo, a possibilidade da dupla matrícula, para que os estudantes com deficiência possam estudar na rede pública e, em turno oposto, receber o atendimento especializado, sendo, nesse caso, computadas duas matrículas, recebendo duas vezes o FUNDEB, para incentivar a inclusão dos alunos na rede regular de ensino.

Ora, Sr. Presidente, por que então a polêmica, se os números mostram um resultado impressionante, se os exemplos são os mais diversos? Há alunos que, hoje, chegam às universidades, alunos que desenvolvem de maneira plena as suas potencialidades, alunos que, até algumas décadas atrás, até um tempo atrás, viviam quase de maneira clandestina, muitos deles escondidos dentro de casa, fora da oportunidade do convívio do ensino regular, que permite essa troca da diferença, sendo um espaço fundamental de criação e de desenvolvimento social, intelectual e afetivo, tanto para os alunos com deficiência como para os demais colegas que aprendem a conviver com a diferença.

É evidente, Sr. Presidente, que essa transformação provocou também uma mudança que se deu basicamente em que muitos pais, muitos professores, muitas pessoas hoje não querem mais ver o seu filho numa escola segregada. Muitas crianças, muitos jovens não tiveram oportunidade de desenvolver de maneira plena suas potencialidades porque foram, desde a infância, confinadas, condenadas a viver em espaços segregados, como se *a priori* a sua possibilidade de desenvolvimento intelectual já fosse resolvida por alguém que era inexistente.

Só que isso, Sr. Presidente, acabou levando a uma disputa em que o interesse do cidadão, o interesse do aluno está sendo relegado a segundo plano. Há uma verdadeira disputa por matrículas, Sr. Presidente, uma disputa por números, em que entidades que ao longo do tempo prestaram um serviço social ao País hoje desenvolveram um verdadeiro *lobby*, um poderoso *lobby* que muitas vezes conta com a desinformação, que acaba veiculando ideias absolutamente distintas daquela que é a verdadeira política da inclusão, para manter esta



capacidade de recurso, de arrecadação que têm, mantendo esses alunos fora do ensino regular.

O texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, infelizmente, Sr. Presidente, promove um retrocesso nesta área. E no Senado ocorreu uma grande discussão, um grande debate, no primeiro momento com o Deputado Pimentel, para que nós pudéssemos chegar a um texto de entendimento que não levasse o País a retroceder naquilo que tem sido o avanço da política de inclusão para as pessoas com deficiência no ensino regular em todo o Brasil.

Mas, mesmo chegando a esse texto mediado e construído com as entidades, com as instituições, com setores progressistas do campo democrático que lutam pela inclusão, o *lobby* e a vontade de ver o País recuar do ponto de vista da inclusão não se sentiram contemplados e continuam avançando no sentido de descaracterizar os acúmulos e os acordos que foram desenvolvidos no Senado.

E hoje, Sr. Presidente, nós corremos o sério risco de ter um PNE aprovado na Câmara que faça com que o País retroceda diante daquilo que tem desenvolvido.

Mais uma vez, nós estamos diante de um risco de ver o interesse de instituições, o interesse de grupos organizados, com forte representação inclusive neste Parlamento, prevalecer, porque colocam certamente os seus interesses acima do interesse do cidadão, do interesse público, que é oferecer para esse aluno, para esse jovem, para essa criança, a possibilidade de desenvolvimento pleno da sua capacidade, vendo essa criança, esse estudante, incluído no ensino regular.

Infelizmente, Sr. Presidente, nós assistimos a alguns colegas do nosso partido, tanto na Câmara quanto no Senado, se aliarem aos setores mais conservadores da sociedade, que buscam atacar a política da inclusão e promover esse retrocesso.

Eu estou aqui para hipotecar o meu apoio a essa luta - do meu ponto de vista, irreversível. Nós jamais voltaremos a ter no Brasil uma realidade de escolas segregadas, como tínhamos algumas décadas atrás. Em alguns países, Sr. Presidente, esse tipo de escola segregada já foi abolido há décadas.

Cada vez mais os pais, os familiares, não aceitam ver o seu filho ter uma matrícula negada em uma escola, como nós assistimos diariamente; não aceitam uma escola particular, muitas vezes, cobrar matrícula dobrada para permitir que um aluno com deficiência possa estar integrado ao ensino regular - e isso contraria a legislação. Cada vez mais, a sociedade se levanta e se revolta contra a discriminação, contra o preconceito e contra a segregação.



Quero concluir, Sr. Presidente, pedindo que seja considerada parte da minha manifestação nota do Fórum Nacional de Educação Inclusiva sobre a Meta 4 do PNE, publicada no dia 29 de setembro, assinada pela Profa. Cláudia Grabois, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Educação Inclusiva, que descreve de maneira detalhada todos os passos dessa discussão.

Peço, também, que seja considerada parte do meu pronunciamento uma carta endereçada aos Senadores pela Profa. Maria Teresa Mantoan, do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença da UNICAMP, do último dia 6 de novembro, em que ela, com brilhantismo e de maneira corajosa, pontua, de maneira teórica e categórica, cada um dos pontos dessa discussão, denuncia o retrocesso e chama a atenção dos Senadores para a necessidade de o Brasil não se dobrar aos interesses corporativos, a uma lógica que impede o avanço e que pode promover aqui um terrível retrocesso numa política bem-sucedida, que tem sido reconhecida internacionalmente pela sua importância e pelo seu significado.

Agradeço a atenção, Sr. Presidente, e, mais uma vez, manifesto aqui o meu apoio à luta pela política da inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota do Fórum Nacional de Educação Inclusiva sobre a meta 4 do PNE

Nota do Fórum Nacional de Educação Inclusiva sobre a meta 4 do Plano Nacional de Educação, que atualmente se encontra em discussão no Senado Federal.

Sobre a Meta 4 do Plano Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação inclusiva divulga que apoia a redação original da meta 4, que universaliza o acesso e permanência na educação, sem restrições:

META 4 - Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino.

Mesmo com a inclusão do termo preferencialmente no texto da Meta 4 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado (leia aqui), fruto de esforços para contemplar posicionamentos de políticos contrários à educação inclusiva para todos(as), constatamos que a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) intensificou a campanha



pelo texto oriundo da Câmara dos Deputados (leia aqui), proposta pelo deputado Angelo Vanhoni, que tem a séria consequência de EXCLUIR cidadãos do sistema de ensino, tornando-os invisíveis dentro de classes e escolas especiais.

Para que todos possam entender melhor o histórico desta questão:

2012

Abaixo, segue o texto da proposta para a Meta 4 apoiada pela Fenapaes, que foi apresentado e aprovado em meados de 2012 pelo deputado federal Angelo Vanhoni:

Meta 4 - Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Nossas considerações:

Os termos do texto da Câmara dos Deputados contrariam a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (que tem status de Constituição Federal) e, por consequência, promovem exclusão social, inviabilidade social e miséria.

2013 - maio

O texto aprovado pelo Senador José Pimentel na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em meados deste ano (leia aqui), reverteu o retrocesso realizado no âmbito da Câmara dos Deputados. Segue abaixo o texto:

META 4 - Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino.

Nossas considerações:

O texto do Senador Pimentel universaliza o atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos, em respeito à Constituição Federal, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O texto do Senador Pimentel garante o acesso e permanência na educação, com todos os recursos necessários!



2013 - setembro

Na tentativa de impedir o retrocesso e a violação do direito fundamental inalienável à educação, recebemos o texto do Senador Vital do Rego (leia aqui), mesmo sabendo que este não é o ideal. Sim, tentamos construir junto com as instituições filantrópicas e não conseguimos, pois nos deparamos com o sectarismo e a falta de respeito pelos preceitos constitucionais.

Segue abaixo o texto, que, ao contrário do que afirma a Fenapaes, NÃO retirou elementos essenciais para a continuidade dos serviços oferecidos pelas organizações da sociedade civil. O texto primou pela tentativa do consenso, mantendo, inclusive, a palavra preferencialmente:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, e do artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Nossas considerações:

Estudamos e aceitamos a proposta acima, denominada proposta consensuada, em nome da democracia e da construção coletiva, mas nos deparamos com o sectarismo e interesses nada legítimos. Destacamos que a Meta 4 original, aprovada na Conferência Nacional de Educação (Conase 2010), realizada com dinheiro público, é a expressão da sociedade civil e é a Meta que defendemos.

Apenas para garantir a continuidade e o aprofundamento das políticas públicas aceitamos a nova proposta consensuada, mas é preciso bom senso de ambas as partes. Dos que defendem o direito humano à educação e dos que ainda acreditam na exclusão educacional e pensam que podem perpetuar a invisibilidade das pessoas com deficiência. Para estes, o preferencialmente não basta. Querem assegurar a exclusão educacional!

Diante deste cenário, o Fórum Nacional de Educação Inclusiva apoia a Meta 4 original, que universaliza o acesso e a permanência na educação, sem restrições:

META 4 - Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com



deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino.

Lutaremos para que todas as crianças e adolescentes tenham assegurado o direito à educação inclusiva. Continuamos a acreditar que as instituições devem ser valorizadas e podem contribuir muito para o processo de inclusão educacional, mas NÃO aceitamos que interesses sejam colocados acima da VIDA de PESSOAS com ou sem deficiência, do exercício da cidadania na escola de Todos(as).

EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS(AS)

Junt@s Somos Fortes

Claudia Grabois

Coordenadora nacional do Fórum Nacional de Educação Inclusiva

Por Maria Teresa Eglér Mantoan.

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença

O modelo educacional mostra sinais de esgotamento e, no vazio de suas ideias, surge o momento oportuno para as transformações. Esse momento é propício para se questionar a exclusão educacional imposta desde os primeiros passos da formação escolar e que prossegue nos níveis de ensino mais graduados.

A reviravolta educacional que propomos por meio da inclusão tem como eixos o convívio, o reconhecimento e o questionamento da diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa e significativa para o aluno.

Do ponto de vista institucional, a inclusão exige a extinção das categorizações e das oposições binárias entre alunos: iguais/diferentes; especiais/normais; sadios/doentes; pobres/ricos; brancos/negros, com graus leves/graves de comprometimentos etc. No plano pessoal, a inclusão provoca articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitam em nossos pensamentos, ações e sentimentos, ao nos depararmos com o Outro.

O essencialismo e toda a generalização, que se originam da compreensão de que as identidades são fixas e definitivamente estabelecidas não cabem no quadro de revisão dos nossos propósitos educacionais inclusivos. Nesse quadro se consideram as identidades móveis e a diferença dos seres humanos, sujeitas a diferenciações infinitas, tanto interna como externamente.



Na gramática da inclusão, como refere Burbules, não existe diferença entre surdos, negros, brancos, inteligentes, pessoas com deficiência... Há diferentes surdos, negros, brancos etc, que estão diferindo sempre, sempre e sempre..

Os caminhos pedagógicos da inclusão se fundamentam, portanto, na diferença dos seres humanos, na singularidade de cada um de nós e nas possibilidades que o caráter multiplicativo e transformador da diferença nos confere - seja para melhor ou para pior. As situações de deficiência que todos experimentamos, dependem do meio em que vivemos. Mudamos para mais ou para menos, conforme o meio nos solicita, nos desafia /ou nos limita, espontânea ou naturalmente. Nossas mudanças, por sua vez, também afetam o meio (nele incluindo o escolar), deixando-lhe marcas - as marcas que a diferença lhe imprime.

As situações de deficiência são vividas por todo e qualquer aluno; trata-se de um problema do meio escolar e não do aluno com deficiência. Nosso papel de pais, de professores para solucioná-lo é o de tornar a escola comum um ambiente estimulador da capacidade de cada aprendiz e não uma instituição niveladora da aprendizagem e promotora da exclusão.

Nesse contexto de compreensão, a inclusão tem a ver com o acesso de todos os alunos e não apenas de alguns estudantes a um mesmo mundo e sugere mudanças nos espaços físicos, nas atitudes e relações sociais. Nosso significado de acesso de todos à escola, remete, pois, ao nosso entendimento da deficiência.

Historicamente, a deficiência foi por muito tempo entendida, do ponto de vista exclusivamente médico, como sinônimo de anormalidade do portador dessa deficiência. O remédio, nesse caso, quando existe, é a cura da deficiência e seu agente, um profissional da saúde. Esse modelo de deficiência promove a acomodação da anormalidade da pessoa e a encerra na sua incapacidade de viver, em um mundo social e físico que não mudam - escolas especiais, confinamento na própria casa, família, limitações de todo nível, expectativa muito baixa para o futuro, solidão, tutela por incapacidade.

O desafio da inclusão na escola e no mundo se origina de um quadro situacional que nos coloca em crise, pois é novo e implica em um reposicionamento de nossas ideias, de nosso comportamento diante da deficiência e da diferença. Antes de percebermos esse desafio, estávamos todos, de certo modo, resignados diante da deficiência, tratando-a segundo as formas mais excludentes de atuação e considerando a diferença como imutável, definitiva, sem alternativas. Tinha sentido, então, tratarmos pessoas diferentes, diferentemente.

No pensamento inclusivo, a deficiência é sinônimo de diferença e tem a



ver com o reconhecimento de que somos seres que encerram possibilidades, as quais não são definidas a priori, por diagnósticos de desenvolvimento, porque a diferença é sempre um devir. O remédio está na mudança nas interações e na atualização das possibilidades latentes em todos nós. Toda pessoa ou artefato e todo o ambiente, que, afete essas interações para melhor, propiciam transformações e são consideradas agentes do processo de inclusão de pessoas com e sem deficiência.

O modelo social da deficiência e, mais recentemente, o modelo de interpretação da deficiência com base nos Direitos Humanos (Convenção da ONU, 2006) indicam grandes avanços incluem artefatos de pensamento e planos de ação inclusivos que atingem a todos, pois não temos o direito de diferenciar pessoas pela sua deficiência. Inspirados pela evolução dos modelos de interpretação da deficiência é que exigimos que seja assegurada a pessoas com deficiência o direito à educação em ambientes escolares inclusivos.

Por tudo isso, nos surpreendemos com o fato que ainda existam pessoas que admitem que deve ser negado a alguns cidadãos o direito de estarem e de se formarem com os pares de sua geração e de crescerem em um único ambiente educacional - a escola comum.

Para pais e professores que entenderam a extensão e os benefícios da inclusão para todos os alunos este é um bom momento para que Vossas Excelências se unam a eles e sejam vetores de transformação, distinguindo-se por um entendimento da inclusão, que sai do lugar comum e se expressa com o vigor do novo. Seus colegas, senhores senadores, precisam ouvir de Vossas Excelências um posicionamento que os faça evoluir na concepção da inclusão. Seus eleitores esperam de Vossas Excelências palavras, ações, que ultrapassem posicionamentos conservadores, como os expostos na audiência sobre a meta4.

Afinal, o que queremos deixar como legado educacional para as novas gerações?

Campinas, em 6 de novembro de 2013 - Profa. Maria Teresa Eglér Mantoan Universidade Estadual de Campinas.



Documento 269/311

389.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	27/11/2013-14:04
Publ.: DCD - 28/11/2013 - 56166	DR. UBIALI-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apoio do orador, na condição de Presidente da Federação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de São Paulo - FEAPAES-SP, ao substitutivo apresentado pelo Senador Álvaro Dias ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação. Apresentação das diretrizes para cooperação técnica entre as APAEs e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu pronunciamento é a respeito da Meta 4 do PNE, para o qual peço divulgação, por favor, nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Pois não, Deputado Dr. Ubiali.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Presidente da Federação das APAEs do Estado de São Paulo, em luta contra a inclusão radical, quero falar aos senhores sobre o Plano Nacional de Educação, cujo projeto deverá ser votado hoje à tarde no Senado Federal.

Nós, das APAEs, reconhecemos os avanços do parecer substitutivo do Senador Álvaro Dias no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação - PNE, ao direito, ao financiamento e permanência das escolas especiais. Não por necessidade corporativa, mas pela necessidade de se permitir que as pessoas com deficiência aprendam em escolas com recursos adequados e ambiente apropriado.

As alterações sugeridas pelo Relator corrigem equívocos dos textos anteriores, aprovados nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que divergiram do texto final aprovado na Câmara dos Deputados, da lavra do Relator, Deputado Angelo Vanhoni.



O Senador Álvaro Dias, após promover sete audiências públicas, construiu um relatório que responsabiliza o Estado brasileiro naquilo que deve ser responsabilizado, não só na educação especial, mas na educação como um todo.

Na educação básica, a União volta a ser responsável por contemplar os recursos para a implementação plena do custo aluno/qualidade inicial, indicador criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação para garantir ao menos um padrão mínimo de qualidade nas escolas brasileiras. Além disso, o Governo Federal deverá instar os Estados e os Municípios a alcançar o custo aluno/qualidade, mecanismo que busca superar o padrão mínimo de qualidade após a universalização e, ao mesmo tempo, aproximar a qualidade da educação ofertada no Brasil da verificada nos países com sistemas públicos de ensino desenvolvidos.

Ainda que não resolva todos os pontos, considerando-se as três propostas desenvolvidas no Senado Federal, o parecer apresentado pelo Senador Álvaro Dias é o melhor produzido até aqui e o que nos parece mais adequado.

No cenário atual, o papel das escolas especiais é de grande importância, principalmente diante das mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da sociedade, em que percebemos a mudança do entendimento de qual é o papel do indivíduo com deficiência na produção, no trabalho e nos seus direitos como cidadão. O público das nossas escolas especiais é bem definido. Conforme nossos objetivos de inclusão social, as APAEs deverão atender na educação as pessoas com deficiência intelectual, deficiência múltipla - deficiência intelectual associada a outra deficiência - e/ou transtorno global do desenvolvimento associado a deficiência intelectual, que necessitam de apoio permanente/pervasivo. Importante ressaltar que as pessoas com deficiência intelectual leve ou moderada devem ser inseridas na rede regular de ensino. Dessa forma, as APAEs asseguram os direitos conquistados por esse público.

Em São Paulo, a Federação das APAEs, que presido, elaborou as diretrizes para cooperação técnica entre as APAEs e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e estabeleceu que:

- fase 1 escolarização inicial - aos alunos da faixa etária de 6 a 14 anos e 11 meses, com deficiência intelectual, deficiência múltipla - deficiência intelectual associada a outra deficiência - e/ou transtorno global do desenvolvimento associado a deficiência intelectual que necessitam de apoio permanente/pervasivo;
- fase 2: programa socioeducacional - ensino fundamental - aos alunos da faixa etária de 15 a 30 anos com deficiência intelectual, deficiência múltipla - deficiência intelectual associada a outra deficiência - e/ou



transtorno global do desenvolvimento associado a deficiência intelectual que necessitam de apoio permanente/pervasivo;

- Programa de Educação Especial para o Trabalho: aos alunos da faixa etária de 15 a 30 anos com deficiência intelectual, deficiência múltipla - deficiência intelectual associada a outra deficiência - e/ou transtorno global do desenvolvimento matriculados em escolas de educação especial das APAEs e instituições conveniadas, matriculadas na rede pública e/ou encaminhados pela diretoria de ensino.

Ficou demonstrada a maturidade do Estado para lidar com uma política de inclusão, visto que as pessoas com deficiência intelectual com necessidades de apoio permanente e suas famílias têm respeitado o direito de escolher a escola que desejarem para seus filhos. Gostaríamos que todo o Brasil pudesse aderir a esse modelo.

É imprescindível o desenvolvimento de ações e a promoção de recursos institucionais direcionados à inclusão e à capacitação permanente para atender às necessidades escolares das pessoas com deficiência intelectual, deficiência múltipla e/ou transtorno global.

Desejo que todos mantenham a mente aberta à importância da capacitação continuada, para que possamos continuar sendo reconhecidos pela nossa competência no que diz respeito ao atendimento à pessoa com deficiência intelectual.

Obrigado.

Documento 270/311

391.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/11/2013-09:16
Publ.: DCD - 29/11/2013 - 56645	DR. UBIALI-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, do relatório apresentado pelo Senador Álvaro Dias ao projeto de lei sobre a criação do Plano Nacional de Educação. Agradecimento ao Parlamentar pela



manutenção no texto da garantia de oferta do ensino especial aos alunos com deficiência.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, a Comissão de Educação do Senado votou favoravelmente ao relatório do Senador Alvaro Dias, que restabelece o que esta Casa votou, permitindo a existência das escolas especiais. Todos nós envolvidos com escolas especiais estamos satisfeitos.

Naturalmente, foi uma sessão atípica, porque o relatório foi votado muito rapidamente, alguns Senadores chegaram atrasados e queriam fazer um voto em separado. Mas não fizeram, e agora vai para plenário.

Tenho certeza de que todo o Movimento Apaeano, todas as escolas especiais, os deficientes auditivos, vão continuar mobilizados para que todos os Senadores concordem com esse relatório, que realmente restabelece o direito da escola especial.

Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Documento 271/311

400.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	03/12/2013-19:46
Publ.: DCD - 04/12/2013 - 57312	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE- DEM -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Compromisso do Democratas com a conclusão da votação da proposta de instituição do novo Código de Processo Civil. Apelo ao Senado Federal para devolução do Plano Nacional de Educação à Casa, tendo em vista a importância da conclusão da votação da matéria.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de reafirmar o compromisso do Democratas em finalizar a votação do



projeto do novo CPC, mas gostaria de me manifestar em relação ao Plano Nacional de Educação.

Em 2010 nós concluímos o último plano, e infelizmente em 2013 tudo indica que o novo plano não será votado. É um grande prejuízo para a educação. Desde 2010, todas as regulamentações, metas e diretrizes, estão em aberto.

Então, eu gostaria de fazer o apelo, no sentido de que o Senado devolva para esta Casa a proposta do PNE, a fim de que no final de 2013 o Plano Nacional de Educação esteja aprovado, para que a partir de 2014 os Municípios, o Estado e a União possam cumprir as grandes metas e as responsabilidades da educação.

Falo isso no momento em que recebemos uma divulgação recente dos resultados da educação do nosso País, que ainda carece melhorar muito no âmbito dos Municípios, dos Estados e da própria União.

Então, faço este apelo ao Senado: libere o Plano Nacional de Educação, para que esta Casa finalize a votação.

Muito obrigada.

Documento 272/311

400.3.54.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD 03/12/2013-19:46

Publ.: DCD - 04/12/2013
- 57344

ALEX CANZIANI-PTB -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Anúncio do lançamento, na Casa, do Observatório do PNE, destinado ao monitoramento pela Internet dos indicadores referentes às 20 metas do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância da iniciativa de instituições ligadas à área da educação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta quarta-feira, dia 4, realizaremos um importante evento para a educação brasileira aqui na



Câmara. Teremos 19 organizações ligadas à educação que vão lançar o Observatório do PNE, plataforma *on-line* que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias e oferecer análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e que serão implementadas ao longo dos 10 anos de vigência do Plano.

Para realizar o acompanhamento permanente das metas e estratégias do PNE, organizações especializadas nas diferentes etapas e modalidades de ensino se uniram. São elas: CAPES, CEDAC, CENPEC, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho/Canal Futura, Fundação Victor Civita, Instituto Avisa Lá, Instituto Natura, Instituto Paulo Montenegro, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto UNIBANCO, IPEA, Mais Diferenças, Todos Pela Educação, SBPC, UNESCO e UNICEF.

Lembremos que o PNE, cujo texto original foi enviado pelo Ministério da Educação (MEC) a esta Casa em 2011, segue em tramitação no Senado. Depois de aprovado, o plano vigorará por 10 anos no País. Apesar de o documento ainda não estar vigente, gestores e organizações que trabalham pela educação já têm utilizado as diretrizes do plano em suas políticas e projetos. Com a coordenação do Todos Pela Educação, o Observatório do PNE reúne análises e indicadores atualizados das metas e estratégias previstas no Plano e um extenso acervo de estudos, pesquisas e notícias relacionados aos temas educacionais por ele contemplados. Além disso, o leitor também terá acesso a informações sobre programas e políticas públicas já em vigor para cada etapa da educação.

Sr. Presidente, estou convencido da importância da iniciativa dessas instituições em prol da nossa educação. Acredito que só o trabalho conjunto dos governos, entidades e sociedade civil será capaz de transformar nossa educação. E este é, sem dúvida, um passo relevante para atingirmos as metas no PNE e mudarmos para melhorar o ensino brasileiro.

Documento 273/311

411.3.54.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 11/12/2013-14:32

Publ.: DCD - 12/12/2013

- 58971

PINTO ITAMARATY-PSDB -MA

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES



Sumário

Realização, pela Comissão de Educação, do Seminário Nacional do Observatório da Educação, nas dependências da Casa. Organização pelo orador do Seminário Regional do Observatório da Educação em São Luís, Estado do Maranhão. Escolha do Projeto Ativamente, sobre a utilização da Neurociência para o estímulo do desenvolvimento cognitivo de crianças com idade entre 2 anos e 12 anos, para representação do Maranhão no Seminário Nacional. Imediata aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação e a destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a área da educação. Importância de investimentos em educação para a redução da criminalidade. Influência negativa para os alunos da violência no ambiente escolar e nas imediações da escola. Crescimento da mortalidade de jovens no País, de acordo com o estudo Mapa da Violência 2013 - Homicídios e Juventude no Brasil. Pouco investimento na qualificação de policiais e na modernização da infraestrutura física das instituições policiais. Má gestão dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. PINTO ITAMARATY (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que considere como lido o meu discurso, em que faço uma abordagem sobre a educação brasileira, sobre a segurança pública e sobre a saúde.

A Comissão de Educação da Casa realizou seminários em vários locais do nosso País, em que discutiu aquilo que há de mais exitoso nos Estados e nos Municípios para ser transformado em políticas públicas. E tivemos a honra de realizar e coordenar um seminário lá em São Luís do Maranhão. Na terça-feira passada, fizemos uma abordagem geral em seminário que aconteceu aqui em Brasília.

Dessa forma, faço daqui o clareamento de tudo o que aconteceu, daquilo que foi aproveitado como ação de sucesso em todo o Brasil.

Aproveito a oportunidade, saindo da área da educação, para fazer uma abordagem sobre a segurança pública. Com uma boa educação, reduzimos os riscos da criminalidade, da mesma forma que melhora a saúde pública brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Educação



realizou na terça-feira (3 de dezembro) o Seminário Nacional do Observatório da Educação, que apresentou experiências pedagógicas bem-sucedidas. A iniciativa faz parte do projeto da Comissão de Educação da Câmara que busca reunir projetos com bons resultados e que possam servir de base para a formulação de políticas públicas nacionais. Neste ano foram realizados 13 seminários regionais para discutir e coletar dados sobre as experiências escolares que mais se destacaram.

Tive a honra de organizar o seminário regional realizado no dia 19 de setembro na Assembleia Legislativa do Maranhão e de ver uma experiência escolhida para representar nosso Estado. O selecionado foi o Projeto Ativamente, que utiliza a Neurociência para estimular o desenvolvimento cognitivo de crianças com 2 anos a 12 anos de idade. Com materiais didáticos específicos e atividades estruturadas, aplicadas duas vezes por semana, o grupo vem melhorando a capacidade de aprendizagem, sociabilidade e disciplina dos estudantes.

Mesmo nos Estados com piores índices educacionais há boas práticas que merecem aplausos, e reconhecer essas iniciativas é dar o devido valor ao esforço de profissionais de educação. No entanto, poderia haver ainda mais destaques se o Governo Federal aumentasse os investimentos aplicados no setor.

Outro ponto fundamental que não podemos mais adiar é o da votação do Plano Nacional de Educação - PNE (PL 8.035/10), que destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para projetos na área.

O texto inicial da proposta, encaminhado pelo Executivo, garantia 7% do PIB para a educação. Após diversas manifestações públicas, a Comissão Especial do PNE na Câmara aprovou a aplicação de 10% do PIB em ações do setor. O texto, que foi aprovado pelos Deputados em outubro do ano passado, está em fase de análise pelos Senadores.

O último PNE perdeu sua validade em 2010. Desde o início de 2011, o País não conta com nenhum plano de diretrizes para o setor.

É inegável a importância e a contribuição que a educação traz para a sociedade. É já foi comprovado que, a cada aumento de 1% nos recursos destinados ao ensino, a criminalidade é reduzida em 0,1%.

O ambiente escolar tem papel fundamental para a redução da criminalidade. Colégios violentos, com atuação de gangues, tráfico e depredação do patrimônio influenciam negativamente os alunos.

Além do investimento em educação, é necessária uma política pública para reduzir a criminalidade nas imediações das escolas. Os colégios também poderiam adotar medidas de segurança para proteger



estudantes. Para isso, governantes, órgãos de segurança pública e sociedade precisam conhecer o tamanho do problema que precisa de solução. O sistema de informações sobre crimes e segurança no Brasil é um caos. Se dependêssemos apenas das Secretarias de Segurança e do próprio Ministério da Justiça, jamais saberíamos quantas pessoas morrem assassinadas no País.

O *Mapa da Violência* - estudo que é a referência mais precisa de quantidade e distribuição geográfica de assassinatos no País - faz emergir um retrato alarmante do Brasil. O levantamento é elaborado a partir de dados de mortes por causas externas colhidos no sistema de saúde - não na esfera policial ou nas Secretarias de Segurança dos Estados.

O *Mapa da Violência 2013 - Homicídios e Juventude no Brasil*, divulgado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, mostrou que a mortalidade entre jovens de 15 a 24 anos cresceu de 127 por cada 100 mil habitantes, em 1980, para 136 em 2011, apesar de a mortalidade brasileira ter caído entre a população em geral.

De acordo com o IBGE, em 2011 o País tinha 34,5 milhões de jovens, 18% do total da população de 192,3 milhões. Apesar de as mortes violentas entre a população em geral terem-se mantido proporcionais ao aumento populacional, os números ainda são maiores que o acumulado nos 12 maiores conflitos armados internacionais..

Desde os anos 1990, as taxas de morte por causas externas (os acidentes e violências) têm crescido no Brasil, demonstrando a dimensão assustadora da questão da violência no País, principalmente em se tratando da idade da vítima, uma vez que, ao contrário das mortes por causas naturais, as taxas de morte violenta têm atingido pessoas cada vez mais jovens. A juventude torna-se, assim, a principal vítima no aumento das taxas de mortes violentas no Brasil.

A polícia brasileira leva a fama de ineficiente quando comparada com corporações de outros países. Enquanto por aqui mais de 90% dos casos de homicídio ficam sem solução, nos Estados Unidos e no Japão são apenas 30%. O fraco desempenho da polícia brasileira aumenta a sensação de impunidade dos bandidos.

As razões dessas falhas são variadas: falta de aparelhagem científica e estrutura física; necessidade de melhorias na formação dos técnicos; recompensas e incentivos para a carreira de policial, dentre outras.

O investimento em educação e segurança acaba trazendo bons frutos até mesmo para a saúde.

O Sistema Único de Saúde, criado em 1988, tinha um objetivo claro: universalizar o atendimento aos brasileiros, que, em troca, pagam altos



impostos. Mas, como é de conhecimento público, não foi isso o que aconteceu. Passados 25 anos, usuários enfrentam filas e esperam meses e até anos para conseguir realizar uma cirurgia eletiva - os procedimentos não emergenciais. Seria ainda pior se parte da população - 26,3% - não tivesse abandonado o SUS, pagando um valor extra por planos privados de saúde.

O remédio que poderia curar o SUS seria o dinheiro bem empregado e com uma gestão eficiente. É necessário o reordenamento do destino dos atuais gastos, priorizando o investimento em setores que dinamizem o setor.

O Brasil vive uma contradição: é um país onde a população paga de seu próprio bolso mais de 50% dos gastos no setor, embora tenha um sistema público de saúde "gratuito e universal".

A deficiência do sistema público de saúde deixa os planos de saúde suplementar como única alternativa para milhões de brasileiros, mas, infelizmente, os brasileiros não estão bem amparados nem na saúde pública nem na saúde privada.

O Governo Federal, junto com outros poderes, tem que trabalhar para garantir o aporte financeiro necessário para promover o desenvolvimento da saúde pública brasileira.

O Brasil precisa ser um país em que todos recebam educação, segurança e tratamento de saúde adequados.

Documento 274/311

412.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 11/12/2013- - CD	18:04
Publ.: DCD - 12/12/2013 - 59152	- CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação da PEC 55, de 2011 (Dá nova redação ao § 8º do art. 144, da Constituição Federal, para disciplinar a carreira dos agentes públicos responsáveis pelo policiamento de trânsito, em âmbito municipal). Defesa da aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei sobre a



criação do novo Plano Nacional de Educação, especialmente o texto original da Meta 4, acerca da oferta de ensino a pessoas com deficiência em escolas especiais e da manutenção das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais - APAEs.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputado Henrique, nosso Presidente.

Primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelos trabalhos desta Casa na tarde de hoje, por termos votado tão importante PEC, no primeiro e no segundo turno.

Quero pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que seja dado como lido e divulgado nos veículos de comunicação da Casa meu pronunciamento relacionado ao Plano Nacional de Educação e a pessoas com deficiência, em especial à Meta 4, que deve ser votada - ainda hoje será votada, provavelmente - no Senado Federal.

Nós entendemos que isso é extremamente importante. A audiência pública de Santa Catarina, sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, mostrou que nós precisamos, sim, manter as APAEs e as escolas especiais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, a Meta 4 do Plano Nacional de Educação é a que vem tendo maior discussão seja por parte dos Parlamentares, seja pelas entidades ligadas ao ensino escolar para deficientes.

A referida Meta trata da oferta de ensino básico a estudantes com algum tipo de deficiência, e tem dividido profissionais do setor, entidades ligadas aos deficientes e Parlamentares.

A discórdia do debate está na palavra "preferencialmente", presente no artigo que especifica que a universalização do atendimento escolar para os alunos com deficiência vai se dar "preferencialmente, na rede regular de ensino".

Defensores da disponibilização de vagas nas escolas regulares especificam que se hoje não é obrigatório, as escolas não cumprem, o que ocorrerá se for colocada a possibilidade de vir a ser.

Se, de um lado, encontram-se as associações de pais e alunos com deficiência, que defendem o direito das crianças e adolescentes de



estudar em escolas regulares, de outro lado estão entidades assistenciais, que alegam que nem todos os estudantes conseguem obter bons resultados no ensino regular e defendem a manutenção das escolas especiais.

Conforme artigo do jornalista André Shalders, *Disputa pela verba dos alunos com deficiência*, publicado no *Correio Braziliense* do dia 8 do corrente, estão em jogo os recursos repassados pelo Ministério da Educação para escolas públicas e entidades que atendem esses alunos. Somente em 2012, os repasses chegaram perto de R\$ 850 milhões.

No que se refere à educação especial, inicialmente, a Meta 4, proposta pelo Poder Executivo, previa a universalização para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Essa meta foi amplamente debatida no âmbito da Comissão Especial designada para analisar a matéria, tendo sido fechado o texto com o acréscimo da *"garantia do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados"*.

Dessa forma, o projeto, aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de junho de 2012 e posteriormente enviado para análise do Senado Federal, contemplou a perspectiva da educação inclusiva, sem excluir a possibilidade das escolas especiais.

Tendo em vista o importante trabalho desenvolvido pelas entidades especiais, sou favorável a que as duas possibilidades possam coexistir, nas modalidades de ensino regular/comum e especial, de acordo com a necessidade de cada pessoa com deficiência.

Pelas razões acima especificadas é que espero que a Meta 4 do Plano Nacional de Educação, que deverá ser votado no Plenário do Senado Federal nesta quarta-feira, continue da forma como foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer.



Sumário

Pedido aos Senadores de imediata aprovação da proposta sobre a implantação do Plano Nacional de Educação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Plano Nacional de Educação, que tramita no Senado Federal, não chegou a ser aprovado, ontem, como se esperava, sendo transferível a aguardada decisão para a próxima terça-feira, nos termos do substitutivo apresentado pelo Senador Vital do Rêgo Filho, ainda pendente do assentimento de alguns de seus ilustres pares.

O próprio Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, teria sido ouvido sobre aspectos controvertidos, confiando-se em que, ainda no presente exercício, haja uma conclusão no âmbito daquela Casa, como aspiram todos quantos reconhecem a relevância dessa matéria, conforme ficou realçado, inequivocamente, quando dos debates em nossa Comissão aqui, durante alguns exercícios, sempre com a indispensável audiência dos segmentos diretamente vinculados a essa palpitante temática, de preeminência inquestionável.

Qualquer nova procrastinação frustrará as expectativas do povo brasileiro. Daí por que entendi de meu dever apelar para os componentes daquela Casa, a fim de que evitem embargos capazes de transferir a deliberação para o exercício vindouro.

Sem que isso seja considerado interferência, solicito aos liderados do Senador Renan Calheiros no sentido de que impeçam novo retardamento, que implicaria uma delonga despropositada, em face da palpitância dos termos contidos na oportuna proposição.

Ao Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira, fiz chegar a nossa apreensão, na expectativa de que sejam ultrapassados os atuais óbices, ensejando a que se conclua o entendimento que ali se processa, com o que se favorecerão os setores educacionais do nosso País.

O Plano Nacional de Educação é algo indispensável para a modernização de uma esfera transcendental para os destinos de nossa gente.



Documento 276/311

416.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 16/12/2013-16:45
Debates - CD

Publ.: DCD - 17/12/2013 - PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-
59726 DEM -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Saudação à população brasileira. Balanço da atuação parlamentar da oradora. Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Avanços do setor educacional. Defesa da oferta de educação de qualidade. Apreciação, pela Casa, do projeto de lei sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação. Referências elogiosas ao Deputado Mauro Benevides. Aprovação de propostas apresentadas pela oradora. Empenho da Parlamentar em prol da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs no Estado do Tocantins. Construção de unidades do órgão em Municípios tocantinenses. Alocação de recursos para a Universidade Federal do Tocantins - UFT, especialmente para a construção de hospital universitário. Reformulação do ensino médio. Solicitação aos Parlamentares de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 150, de 2003, referente à destinação de recursos à cultura. Elevado número de homicídios contra mulheres no País. Maior participação das mulheres na política brasileira. Votos de feliz Natal e próspero Ano-Novo. Agradecimento ao eleitorado do Estado do Tocantins pela eleição da oradora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar, de maneira especial, todo o Brasil e as pessoas que nos acompanham pela *TV Câmara*.

Aproveitando este momento do Grande Expediente, agora, que já estamos finalizando o ano de 2013, gostaria de apresentar uma breve prestação de contas do meu trabalho aqui na Câmara. É meu primeiro mandato e tenho a responsabilidade e a honra de representar o meu Estado, o Tocantins, e as bandeiras, de maneira especial, da educação



e da cultura. O ano de 2013 foi um ano extremamente importante e desafiador para nós da educação.

Sr. Presidente, o Deputado Mauro Benevides sabe que nós estamos discutindo nesta Casa, infelizmente há mais de 3 anos, o Plano Nacional de Educação e vamos finalizar o ano de 2013 sem ter esse plano aprovado. Tudo indica que será aprovado no Senado, com algumas alterações que, a meu ver, precisam ser rediscutidas aqui na Câmara Federal, para que, a partir de 2014, a gente consiga finalizar e colocar à disposição de Estados e Municípios brasileiros uma orientação que vá da creche à pós-graduação.

Não é novidade que nós acabamos de receber os resultados do PISA, que ainda chamam bastante atenção para a necessidade de um esforço que vai além do que já vem sendo feito. Houve avanços significativos. É indiscutível a universalização, embora ainda tenhamos milhões de crianças fora da escola; é indiscutível o fluxo escolar, ou seja, as crianças estão entrando e concluindo o ensino fundamental e há mais gente chegando ao ensino médio.

Mas, além do desafio do atendimento, nós temos ainda o desafio da qualidade. Com o tamanho deste País, as potencialidades que o Brasil tem só serão concretizadas se nós tivermos uma educação muito melhor. E o ritmo precisa ser diferente. O ritmo precisa ser mais rápido, porque nós temos inúmeras gerações que aguardam pela qualidade da educação.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que atuo na Comissão de Educação como foco central, mas também estou na Comissão de Cultura e na Comissão de Legislação Participativa, que é uma Comissão extremamente importante, em que nós temos a oportunidade de ouvir as demandas da sociedade e das entidades que querem sugerir projetos de lei, que querem apresentar propostas para melhorar a qualidade de vida das pessoas que representam. É na Comissão de Legislação Participativa que nós temos esse contato, assim como na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Faço parte de algumas CPIs e de algumas CPMLs importantes, como a que trata do combate ao tráfico de pessoas, um tema extremamente delicado, que o Brasil precisa enfrentar. Foram milhares as crianças e os jovens que saíram do País de maneira irregular. A exploração sexual não é diferente. Existem mais de 200 rotas oficiais no Brasil, algumas delas acompanhando os grandes empreendimentos, as grandes construções. Existem, ainda, muitas vezes, o envolvimento e a negligência, das famílias e das autoridades.

Há a CPI da Violência contra a Mulher, que, ao finalizar o seu trabalho, apresenta uma série de indicações e necessidades de alterações do ponto de vista da legislação e faz uma chamada para que o País



realmente assuma o compromisso de cuidar das suas mulheres.

Gostaria de dizer, sobre o salário-educação, que tenho um projeto que acredito que será votado ainda este ano. Já há acordo favorável para redistribuição nacional. O salário-educação, hoje, é captado em cada um dos Estados e redistribuído, por aluno, em cada um dos Estados e Municípios.

A minha proposta já foi acordada em um debate com o Governo e com o Ministério da Educação, que se mostrou sensível a essa necessidade de trabalhar o salário-educação como um fundo nacional, o que permitirá que os Estados mais pobres das Regiões Norte e Nordeste possam receber mais recursos. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo têm um número grande de empresas e arrecadam recursos, mas o Brasil precisa ter um olhar equitativo para equilibrar a distribuição de recursos nos locais em que a necessidade é muito maior e mais premente.

Concedo, com prazer, um aparte ao Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Deputada Dorinha, queria cumprimentar V.Exa. pela prestação de contas que faz do seu desempenho nesta Casa. Quando nós nos aprestamos para o término da Sessão Legislativa, sempre é bom lembrar, para que os nossos conterrâneos conheçam, o seu trabalho. No caso, refiro-me às pessoas do Tocantins, cuja autonomia tive o privilégio de, como Presidente em exercício da Constituinte, proclamar, em 1988. V.Exa. faz essa retrospectiva de tudo aquilo que durante sua permanência nesta Casa lhe foi possível fazer, para demonstrar inequivocamente aos seus eleitores e ao povo do seu Estado aquilo que um Parlamentar consciente dos seus deveres e encargos pode fazer em favor de uma comunidade. V.Exa., enumerando todas essas iniciativas, comprova à sociedade tudo aquilo que pode se encarnar em objetivo primordial para qualquer Parlamentar, seja ele Senador, seja ele Deputado, seja ele Vereador. Enfim, nós estamos nos apresentando, como V.Exa. o faz, ao povo que nos mandou para nos tornar representantes nesta Casa legislativa. Cumprimento, portanto, V.Exa. pelo desempenho que teve nesta Sessão legislativa e espero que na subsequente tenha o mesmo patamar de atuação, que a credencia ao respeito e à admiração dos seus pares e daqueles que a mandaram para a Casa, a fim de representar o Parlamento brasileiro. Cumprimento V.Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada, Deputado Mauro Benevides. V.Exa. é um exemplo, principalmente para uma Deputada que chega a esta Casa no seu primeiro mandato. Tenho orgulho de conhecer a sua participação na criação do Estado do Tocantins e, mais do que isso, V.Exa. é exemplo para todos nós de um Parlamentar ativo, presente e consciente das suas responsabilidades.



Eu gostaria de dizer, ainda, que, além do salário-educação, eu tive a felicidade, ainda na semana passada, de ter um projeto meu aprovado, referente ao transporte escolar.

Essa proposta não só modifica o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, mas também traz um incentivo para que os Estados e Municípios que adquiram com recursos próprios os ônibus amarelinhos possam ter repassada, pelo Governo Federal, como uma contrapartida, a mesma quantidade de veículos que foi adquirida com recurso próprio.

Infelizmente, algum tempo atrás, muitas crianças e jovens sofriam acidentes e morriam por serem transportados da maneira inadequada. Hoje, nós temos uma mudança de realidade, mas esse é um programa que precisa e deve ser constantemente ampliado.

Ainda na área do transporte escolar, tive também a alegria de ter uma emenda aprovada numa medida provisória que assegurou a possibilidade de usar em todo o País os ônibus amarelinhos, que são da educação básica e, sem causar prejuízo a ela, podem ser utilizados pelos alunos do sistema universitário. No Brasil, muitos alunos das cidades menores se deslocam para cidades onde existe um polo ou um *campus* de uma universidade estadual, ou mesmo municipal, ou federal, e hoje existe a possibilidade de esses ônibus serem cedidos para que os alunos possam chegar a essa estrutura de atendimento do ensino superior.

Eu ainda tive a felicidade de ter um projeto que trata do piso salarial do professor aprovado, sob a Relatoria da Deputada Fátima Bezerra. É indiscutível a nossa luta para garantir melhores condições de trabalho, dignidade e decência ao professor. Sem o professor se sentir valorizado e respeitado, nós teremos um apagão, sim: cada vez menos professores que querem se dedicar à educação básica.

Esse projeto meu vai permitir que a União, através do Ministério da Educação, possa efetivamente contribuir com Estados e Municípios que ainda não têm condição de cumprir o piso.

Embora a lei assegure essa complementação, até hoje, infelizmente, nenhum centavo chegou às mãos dos Municípios ou Estados para ajudar no cumprimento do piso, que, agora em janeiro, terá um reajuste de quase 20% e colocará novamente Estados e Municípios numa situação de não cumprimento, de dificuldades no cumprimento.

Nesse mesmo projeto, nós asseguramos, logicamente, que Estados e Municípios façam a sua tarefa de casa. É preciso sanear, organizar o sistema educacional. Não pode haver professor cedido com ônus para a educação.



O sistema tem que se organizar para atender às necessidades e usar o recurso público da melhor forma, mas é preciso que a União, que tem a responsabilidade de agir de maneira equilibrada, equitativa e colaborativa, possa complementar os valores para os Estados e Municípios que não conseguem cumprir o piso.

Chamo a atenção para o fato de que vários Estados ainda sequer conseguem cumprir a questão da jornada. Um terço da jornada é dedicado ao tempo de planejamento, ao tempo de estudo e de organização da sala de aula.

Quero ainda falar para os professores da nossa responsabilidade em relação à educação, em relação à garantia do direito, em relação à garantia de que as carreiras sejam mantidas.

Este é um dos pontos que também a lei que trata do piso, aprovada na semana retrasada, coloca: que os sistemas tenham planos de carreira atualizados. Não basta ter o piso salarial. É preciso ter uma carreira atrativa, que incentive o bom desempenho, a permanência e o bom resultado na área da educação.

Quero ainda falar sobre essa questão do Plano Nacional de Educação, dizendo da responsabilidade e do chamamento para que Estados e Municípios possam fazer dele um instrumento de gestão, um instrumento de trabalho, para que nós possamos prestar contas à nossa sociedade em relação ao trabalho e à qualidade da educação.

Ainda no caso da educação do meu Estado, quero reafirmar o meu compromisso com a expansão dos Institutos Federais Tecnológicos. O Tocantins tem hoje um grande trabalho feito pelo IFTO, com presença em várias cidades do meu Estado. Tenho orgulho de, quando Secretária da Educação, ter apoiado esse processo de implantação, com a doação dos prédios de Paraíso e de Araguaína e a expansão para cidade de Dianópolis.

Na semana passada houve já a sinalização do Ministério da Educação para três novos polos que irão atender de maneira extremamente importante o Estado de Tocantins: um polo do Instituto em Formoso do Araguaia, um em Lagoa da Confusão e um em Pedro Afonso.

Pedro Afonso é uma região de grande produção e tem o trabalho e o envolvimento do Prefeito local, que quer e tem se mobilizado para que este Instituto funcione lá. Para isso, contará com o apoio do Governo do Estado.

Da mesma forma a Lagoa da Confusão, com a determinação do Prefeito Neto Lino, que também busca o Instituto Federal, para essa região onde existe hoje uma das maiores produções não só do Estado de Tocantins, mas de toda a Região Norte e Centro-Oeste, que conta



com a presença da Ilha do Bananal e das comunidades indígenas, mas que é uma região que se destaca pela grande produção - são, em média, três safras colhidas naquela região.

E esse Instituto Federal lá vai ajudar extremamente aquela região na qualificação da mão de obra, na oportunidade de geração de trabalho e renda para toda a população do Tocantins - logicamente, o Instituto Federal não atenderá somente a cidade, mas toda a região do entorno, e até de outros Estados.

Quero dizer do meu compromisso com a Universidade Federal do Tocantins. Eu tive a oportunidade de começar no processo de implantação da UNITINS, que fez um grande trabalho com a estrutura multicampi, e hoje a Universidade Federal nos dá grande orgulho pelo trabalho que vem realizando.

Eu sou parceira da Universidade Federal do Tocantins. As minhas duas emendas de bancada, tanto a do ano passado quanto a deste ano, foram destinadas à universidade.

Eu tive a alegria de obter a liberação da emenda de bancada para a Universidade Federal do Tocantins, no valor de 23 milhões, para a construção do hospital universitário e também para a expansão do atendimento, com uma estrutura mais adequada e moderna, em diferentes *campi*. Será feito um trabalho em Miracema, em Tocantinópolis, em Araguaína, na minha cidade, Arraias, na cidade de Palmas. Ou seja, são recursos que estarão disponíveis para que a Universidade possa construir blocos de salas de aula, laboratórios, biblioteca, restaurante universitário e, de maneira especial, o hospital, que é um grande sonho da Universidade Federal do Tocantins. Esse sonho se concretizará graças a um compromisso firmado com o Ministério da Educação - um compromisso da Universidade e desta Parlamentar, que lhe destinou recursos.

Com certeza, o atendimento à saúde pública no Tocantins, com a construção desse hospital universitário, vai permitir não só o fortalecimento do ensino, da extensão, da pesquisa, mas, acima de tudo, da saúde pública do meu Estado. É um grande orgulho poder contribuir de maneira organizada, séria e comprometida com o fortalecimento da Universidade Federal do Tocantins.

É mais do que urgente que a educação se transforme, torne-se uma urgência social, uma urgência para a sociedade, quer seja através da educação infantil - das creches e centros de educação infantil -, quer seja através do ensino fundamental, quer seja através do ensino médio.

Eu também tive oportunidade de participar da Comissão Especial que finaliza agora uma proposta bastante ousada para que todo o ensino



médio seja integral, de maneira gradativa, mas mais rápida; para que todo o ensino médio seja mais flexível, organizado por áreas do conhecimento. Hoje, infelizmente, nós temos cerca de 19 disciplinas no ensino médio. Não há ensino médio que dê conta de cumprir a sua tarefa num cardápio, num leque tão variado e superficial de disciplinas.

Essa proposta de reformulação do ensino médio vai tratar de organizar o currículo em áreas do conhecimento, o que vai provocar também uma mudança na formação dos professores, para eles se adequarem a esse novo desenho curricular e de formação. Mas, mais do que isso, a ideia é ter 2 anos organizados, estruturados no chamado núcleo comum ou básico para todos os cursos, e o terceiro ano como uma opção de flexibilização e diversificação. Ou seja, um aluno que quiser seguir a carreira na área da saúde vai procurar uma escola de ensino médio cujas disciplinas, foco e ênfase sejam direcionados à área das ciências da saúde e da natureza; se já é para a área das exatas, ele pode fazer essa opção; e se quiser seguir uma orientação profissional, também a partir do terceiro ano ele vai seguir esse caminho.

É um desafio, mas hoje, sem dúvida nenhuma, é a estrutura da educação básica, o nível de educação básica o que mais requer atenção e cuidado dos Estados e da União, e o compromisso dessa Comissão foi de, a partir do próximo ano, detalhar numa Comissão Especial a discussão dessa nova lei e a reorganização da Lei de Diretrizes e Bases no tocante ao ensino médio.

Quero ainda dizer do meu compromisso com a área da cultura. Tenho vários projetos e relatorias nessa área e quero fazer um apelo: nós temos aqui a PEC 150, que procura vincular recursos específicos para a cultura, definindo o que Municípios, Estados e a União devem colocar. Infelizmente, a Lei Rouanet e o atendimento à cultura da Região Norte e do meu Estado, o Tocantins, são extremamente precários. Faltam políticas consistentes, políticas públicas que garantam formação. Falta a oferta de políticas públicas definidas para a área da cultura.

Temos pessoas que trabalham de maneira apaixonada na área da cultura, nas artes plásticas, na pintura, na área do teatro, da música, mas precisa haver o compromisso do Poder Público em todos os níveis: municipal, estadual e federal.

Por isso nós precisamos ter políticas organizadas e estruturadas para que o desenvolvimento da cultura, que é inseparável da educação, possa cumprir essa tarefa, num processo de formação mais amplo e responsável com o cidadão.

E eu faço esse apelo tanto para a PEC 150 quanto para a redefinição das formas de captação na chamada Lei Rouanet, a fim de que, realmente, tenha esse perfil indutor e provocador, principalmente para



as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quero dizer, ainda, sobre a questão da minha participação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tratará da violência contra a mulher. Tocantins, hoje, ocupa a 12ª posição no que diz respeito a esse tema e, em razão da subnotificação, eu acredito que os números sejam ainda piores.

Sei que existem um esforço e um compromisso deste Congresso na discussão de novas leis e na redefinição da questão da violência contra a mulher, mas queria lembrar que o número que nós temos é que 5.664 mulheres são mortas a cada ano por causa violenta. A cada mês, 472 mulheres; 15,52 mulheres a cada dia. Ou seja, há um óbito de mulher a cada 1 hora e meia, provocado por seus companheiros, parceiros íntimos.

É uma violência que, muitas vezes, quer ser esquecida pela sociedade e é negligenciada, inclusive num vulgo ditado popular: "*Em briga de marido e mulher, não se mete a colher*". Mete-se sim. É questão de cidadania e de respeito ao ser humano.

E existe uma grande luta para que, do ponto de vista da responsabilização penal, mas também da educação, a mulher seja cuidada e respeitada.

Quero fazer este apelo para que nós possamos escrever uma nova história, um novo compromisso do respeito em relação à mulher e à criança.

Eu participo de outras duas Comissões Parlamentares de Inquérito, a que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes e a que investiga a exploração do trabalho infantil, e também é uma responsabilidade nossa alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente; tratar o tema de maneira responsável, para que as autoridades assumam as suas responsabilidades no cuidado também com a criança, no cuidado com o nosso futuro. É através da criança, da primeira infância, em todo o seu processo de formação, que se forma um adulto pleno dos seus direitos, um cidadão consciente e que, ao invés de reproduzir a violência, poderá exercer de maneira respeitosa, produtiva e criativa a sua vida como cidadão.

Quero, para finalizar, dizer do tráfico de pessoas. Como eu disse rapidamente, há, sobre o tema, uma Comissão que está finalizando o seu trabalho, com a Relatoria da Deputada Flávia Moraes, que tem apresentado um relatório com alterações extremamente importantes nesse cuidado de um crime, infelizmente, muito presente no nosso País, envolvendo inclusive outros países, dentro do tráfico internacional de pessoas.



Eu quero finalizar agradecendo a oportunidade de poder representar o Estado do Tocantins e de fazê-lo de maneira comprometida com a educação, a cultura e a mulher.

Sou a única Deputada em exercício do Tocantins, e da minha bancada, a do Democratas, também sou a única mulher.

Quero reforçar este apelo para que mais mulheres se envolvam na política; mais mulheres acreditem no seu potencial, na sua capacidade de agregar, de congregar e de, acima de tudo, cuidar das suas famílias, das vidas pelas quais elas têm responsabilidade, mas em diferentes papéis e locais. Que elas se envolvam com a política! Que elas participem da política!

É o olhar diferenciado da mulher, que sente na pele os desafios do dia a dia, do cuidado com a sua família, da educação dos seus filhos, que pode fazer a diferença, seja no Legislativo municipal, no estadual ou no federal, seja no Executivo. É com o compromisso da mulher, com o seu olhar, com o seu envolvimento que nós teremos uma política também diferenciada, como parceira, como alguém que quer contribuir para que a qualidade de vida e o respeito ao próximo estejam presentes.

Quero finalizar desejando um feliz Natal e um Ano-Novo com muito trabalho e determinação.

Quero agradecer ao povo do meu Estado, que me escolheu como representante.

Quero desejar que, no ano de 2014, a educação esteja presente nas aldeias indígenas, no campo, na zona urbana e, acima de tudo, que o professor sinta o quanto ele é especial, o quanto ele pode fazer diferença na vida do seu aluno, o quanto ele é modelo e o quanto ele precisa ser respeitado. Que os nossos gestores municipais e estaduais e a União assumam esse compromisso de valorização, de respeito e de formação de professores!

Muito obrigada ao Estado do Tocantins por esta oportunidade de, com um olhar diferenciado, conhecer os desafios de todo o Estado, os grandes problemas que os Prefeitos vêm enfrentando, que o nosso Estado vem enfrentando, e também pela oportunidade de prestar um trabalho com dignidade e com respeito.

Muito obrigada a todos.

Tenho certeza, nobre Presidente Izalci, de que o nosso compromisso e aquilo que nós acreditamos ser o papel desta Casa, com responsabilidade, será cumprido, desde que sejamos respeitados e que cada um dos Deputados e cada uma das Deputadas aqui assumam esse compromisso, entendendo que nós somos



representantes do povo e temos compromisso unicamente com esse povo, que nos coloca aqui para que garantamos inclusive o direito que cada um tem de ter uma vida digna, com cidadania e com respeito.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, nobres pares e todos e todas que têm a oportunidade de assistir a este pronunciamento via *TV Câmara* e também pela Internet, o ano de 2013 já está quase terminando, e, com o fim do ano legislativo, é sempre importante que nós Parlamentares apresentemos uma espécie de prestação de contas do trabalho que temos desenvolvido aqui nesta Casa de Leis.

Ainda me considero uma novata como Deputada Federal e acredito que este ano de 2013 foi bem mais produtivo que os anos anteriores do meu mandato.

Tendo a Comissão de Educação como o meu foco central de trabalho, mesmo atuando em outras Comissões, como a Comissão de Cultura, a Comissão de Legislação Participativa, a CPMI da Violência Contra a Mulher, a Comissão de Ciência e Tecnologia, a CPI da Exploração Sexual, nós tivemos resultados positivos e interessantes em relação ao trabalho desenvolvido.

Exemplo disso é o projeto de minha autoria que trata da redistribuição do salário-educação. Hoje o salário educação é uma fonte adicional para as Secretarias Municipais e Estaduais, mas o valor é distribuído no âmbito de cada Estado, e, no caso do meu Estado, o Tocantins, que ainda é jovem, os recursos redistribuídos internamente são baixos.

O meu projeto, que felizmente foi acordado com o próprio Governo Federal, é no sentido de que o salário-educação seja uma espécie de fundo nacional. Com essa finalidade, o dinheiro passa a ser distribuído por aluno, o que garante um investimento maior e mais igualitário, atendendo melhor principalmente as regiões mais pobres.

Também na Comissão de Educação, eu tive a felicidade de ter aprovado na semana passada outro projeto voltado para o cumprimento do piso salarial do professor.

Os educadores, principalmente das redes municipais, têm dificuldade de receber o piso salarial, uma vez que muitas Prefeituras e até mesmo alguns Estados não conseguem arcar com essa responsabilidade.

É importante citar que, até hoje, 13 Estados ainda não pagam o piso



salarial de R\$ 1.451, e outros 17 não cumprem a jornada extraclasse de um terço da carga horária definida na legislação, a chamada hora-atividade.

Com esse projeto, o Governo Federal irá complementar financeiramente Estados e Municípios que detiverem dificuldade para que o piso seja cumprido. Como é o Executivo Federal quem detém a maior fatia de recurso disponível, nada mais justo do que dividir essa responsabilidade com os Estados e Municípios, para garantir um direito que foi ofertado pelo próprio Governo, ainda no ano de 2008.

Outro projeto que gostaria de destacar é relacionado ao transporte universitário, que era uma grande demanda dos Estados e de muitos Municípios. Esse projeto permite que as Prefeituras cedam os ônibus escolares, aqueles amarelinhos, para o transporte universitário, sem qualquer prejuízo para a educação básica. O próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) está reformulando as resoluções, para regulamentar esse atendimento.

Relacionado a esse tema, o transporte escolar, conseguimos aprovar um projeto de minha autoria que reorganiza o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e estabelece um incentivo para que Estados e Municípios invistam recursos próprios na compra de veículos novos, aqueles ônibus amarelinhos. Em contrapartida, o Governo Federal também deverá dar um veículo para esse Estado ou Município.

Ou seja, o esforço para oferecer um transporte decente, sem risco para os alunos, deve ser assumido de maneira compartilhada entre as instituições competentes. O Município e/ou Estado que fizer o seu esforço para adquirir um veículo escolar a União recompensará com outro veículo.

O transporte escolar também é um instrumento de garantia de acesso e permanência dos alunos nas escolas, e garantir esse direito é uma forma de contribuir com a redução dos índices de repetência e evasão escolar na educação básica, sobretudo daqueles residentes na zona rural.

Sr. Presidente, é preciso fazer com que o Tocantins saiba que há propostas de expansão dos polos dos Institutos Federais no Estado e que isso é uma grande alegria que está se concretizando, a exemplo do que vem ocorrendo em Dianópolis, no sudeste do Estado, onde a implantação do Instituto Federal Tecnológico já está a todo vapor e, em breve, a instituição irá atender a comunidade e cidades vizinhas.

Também haverá *campus* do IFTO nos Municípios de Lagoa da Confusão e Pedro Afonso. Será possível oferecer cursos para qualificar a mão de obra local nessas cidades, onde a agricultura é bastante



forte, e atrair grandes empresas para essas regiões.

Se nós queremos levar emprego para essas áreas e grandes empresas para se instalarem no Estado, é preciso ter formação para qualificar a mão de obra. Também é necessário que o Governo faça o seu papel de criar estrutura. A exemplo dos Municípios de Lagoa da Confusão, Dianópolis e Pedro Afonso, vai ajudar não só a região, como o Tocantins e também o processo de expansão no País como um todo.

Assim como o Instituto Federal, igualmente abracei a luta de fortalecimento da Universidade Federal do Tocantins, à qual destinei, nos 2 últimos anos, as minhas emendas de bancada para a construção do hospital universitário e também para a expansão universitária. Esses recursos não só contribuirão para melhorar a qualidade dos cursos de saúde, mas, acima de tudo, atenderão melhor a nossa população, que é tão carente nessa área.

Ainda nesta área eu preciso falar da expectativa em relação ao Plano Nacional de Educação, que está na pauta do Senado Federal para ser apreciado nesta terça e deverá voltar em breve para esta Casa apreciá-lo novamente.

O projeto do PNE foi enviado pelo Governo Federal ao Congresso em dezembro de 2010 e só foi aprovado pela Câmara dos Deputados quase 2 anos depois, em outubro de 2012. No Senado, passou por três Comissões, durante pouco mais de 1 ano de tramitação.

É mais do que urgente que finalizemos a votação do PNE no Congresso Nacional. Isso porque ele dá todo o mapa para o funcionamento da educação pública brasileira, desde a creche à pós-graduação. Já se passaram 3 anos desde que o PNE entrou na Casa de Leis para ser aprovado e até hoje não conseguimos chegar a um consenso.

O tempo urge! O Brasil não pode mais ficar sem um plano nacional! A nossa educação precisa de bases e diretrizes!

Entrando agora na área da cultura, é importante informar que estamos trabalhando para fazer com que os recursos dessa área cheguem até a Região Norte do nosso Brasil. A exemplo do que acontece com os recursos da Lei Rouanet, são destinados praticamente na totalidade apenas para as Regiões Sudeste e Sul do País.

A nossa luta é para tentar mudar essa realidade e fazer esse recurso chegar aos pequenos produtores culturais do Norte e, da minha parte, também para o Tocantins, que tem uma cultura tão rica e tão pouco prestigiada.

Falando não somente como Deputada Federal, mas como mulher,



também defendo aqui na Câmara a bandeira do fim da violência contra a mulher.

Fiz parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tratou desse assunto e que revelou dados ainda muito preocupantes. Infelizmente, o Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* mundial de violência contra a mulher. Quase 17 mil mulheres foram mortas vítimas de agressões, entre 2009 e 2011, por causa de conflitos de gênero, ou seja, apenas por serem do sexo feminino, segundo o estudo *Violência Contra a mulher: Femicídios no Brasil*, divulgado em setembro pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O número representa uma média de 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, ou 472 a cada mês. São 15,52 óbitos a cada dia, ou, ainda, 1 óbito a cada hora e meia.

O Tocantins ocupa a décima segunda posição no *ranking* nacional, com 34 homicídios registrados em 2010. Um detalhe bastante significativo é o local onde acontece a maioria das agressões: 69% das vítimas atendidas pelo SUS foi ferida dentro de casa.

Este tipo de crime é, geralmente, cometido por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros. Decorre, geralmente, de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem.

Os parceiros íntimos são os principais assassinos de mulheres. Aproximadamente 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo. Em contraste, essa proporção é próxima a 6% entre os homens assassinados. Ou seja, a proporção de mulheres assassinadas por parceiro é 6,6 vezes maior do que a proporção de homens assassinados por parceira.

Isso é o que consideramos **femicídio ou femicídio**: quando a morte de mulher é em decorrência de conflitos de gênero, ou seja, pelo simples fato de ser mulher.

Não adianta dizer que isso é uma bandeira de machismo ou feminismo. São vidas que são ceifadas, e essa é uma bandeira que assumi como mulher e como membro da CPMI que tratou desse tema.

Essa situação é preocupante, uma vez que os femicídios são eventos completamente evitáveis, mas não o são porque o poder público não dispõe de estrutura para combater esse mal. E o mais importante: a nossa sociedade ainda não se despiu do preconceito e do medo de denunciar quem pratica esse tipo de violência.

Combater à violência contra a mulher é condição primordial para um



País mais justo, cidadão e igualitário.

Outra comissão da qual faço parte e que vem desenvolvendo um trabalho muito importante dentro desta Casa é a CPI do Tráfico de Pessoas.

Ouvimos muitos depoimentos relacionados a esse tema. Cito aqui a minha amiga Professora Zulmira, que teve o seu filho Sérgio Leonardo sequestrado ainda criança há mais de 25 anos, no Município de Porto Nacional, a 60 quilômetros de Palmas, Capital do Tocantins. Essa mulher participou de uma audiência pública para contar a sua história, e a CPI identificou que houve negligência no seu caso.

Quero deixar o meu abraço à Professora Zulmira, essa mulher guerreira que nunca desistiu de encontrar o seu filho, e dizer que, com a fé que temos em Deus, conseguiremos alcançar o nosso objetivo, que é descobrir o que aconteceu e onde está o seu filho.

Dentro da Comissão, conseguimos aprovar o relatório parcial, que inclui diversas sugestões de alteração de leis que, de alguma maneira, tratam das consequências desse tipo de crime. Propomos mudanças na tipificação do crime no Código Penal, com pena de 5 a 8 anos de reclusão, além do pagamento de multa.

Também aprovamos alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código de Processo Civil. Um dos itens proíbe, por exemplo, a intermediação de pessoas físicas no processo de adoção internacional de crianças. Outro ponto restringe o agenciamento de modelos profissionais.

A CPI continua trabalhando com o intuito de reunir novos elementos para proposição de outras alterações legais e, ainda, recomendações a órgãos como o Ministério Público, envolvido em investigações sobre tráfico de pessoas.

Também faço parte da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. A CPI identificou que as investigações de casos envolvendo sumiço, sequestro ou violência sexual contra crianças e adolescentes no País são gravemente prejudicadas pela falta de delegacias policiais especializadas.

No Estado do Rio de Janeiro só existe uma Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV), situação que piora em outras regiões do País, porque em alguns Estados não há esse tipo delegacia, o que só beneficia a impunidade.

A CPI traçará um diagnóstico preciso para a efetivação de políticas públicas que visem combater não só a exploração sexual, mas



principalmente a impunidade. Nós temos que vencer a impunidade, porque ela, primeiro, naturaliza a exploração sexual, naturaliza o roubo da infância, a infância usurpada e a adolescência pisoteada. Além disso, ela provoca muito temor, porque há um ceticismo da população, que acha que não vale a pena denunciar, porque, quando se denuncia, isso não se reverte em uma condenação.

Em relação ao trabalho infantil, Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual também sou membro, identificou que falta conexão entre os diversos níveis do Governo para a erradicação do problema. Há uma estagnação na redução dos dados de trabalho infantil no Brasil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostram que mais de 3 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos ainda estão fora da escola, o que é uma situação inadmissível. A intersectorialidade entre as várias áreas do Governo é uma das grandes demandas para acabar com as crianças fora da escola. Porém, falta diálogo, e isso é um problema que não é simples de resolver. O Brasil precisa de uma articulação nacional mais firme para reforçar os esforços, que ainda são fragmentados.

Um dos principais problemas hoje é a falta de articulação entre as diversas políticas de prevenção e eliminação do trabalho infantil existentes no País. A erradicação efetiva demanda mais diálogo entre as esferas municipais, estaduais e federal, e isso não necessariamente está acontecendo.

Falta criatividade, falta continuidade nas políticas, falta integração. Essa chamada intersectorialidade está muito longe de acontecer no nosso Brasil. É realmente um grande desafio nos determos para enfrentar essa situação que foi mencionada aqui de estagnação na redução desses dados.

Nós temos um rico programa de erradicação do trabalho infantil mas, infelizmente, está faltando a integração entre as esferas do Governo.

Mas o trabalho não para, Sr. Presidente. Temos que fazer jus aos votos que recebemos nas urnas e honrar a confiança depositada em nós.

Antes de finalizar, quero desejar a todo o povo brasileiro, em especial ao povo tocantinense, um Feliz Natal e que 2014 seja um ano não só de bênçãos e realizações, mas de muito trabalho. Desejo, ainda, que a fé esteja sempre presente nos nossos corações, para seguirmos em frente.

Muito obrigada!



Documento 277/311

417.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2013- CD	14:38
Publ.: DCD - 18/12/2013 - 60101	- GIOVANI CHERINI-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Liberação de recursos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a construção de empreendimento da Cooperativa Agropecuária e Industrial COTRIJAL, do Município sulista de Não-Me-Toque. Elogio ao trabalho desenvolvido pela Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul - COOTARGS. Excelência do nível da programação apresentada pela TV SUPREN, canal de comunicação da organização não governamental União Planetária. Preocupação com a eventual suspensão dos recursos governamentais destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e a outras instituições especiais de ensino, em face da alteração, pelo Senado Federal, da Meta 4 do Plano Nacional de Educação. Contentamento da população sul-rio-grandense com a conclusão das obras de duplicação da BR-116. Expectativa de conclusão das obras de duplicação da Rodovia Leonel de Moura Brizola (BR-386). Inauguração da Rodovia BR-448, de importância para a capital sulista, Porto Alegre. Reportagem Retratos de uma Tragédia, publicada pela revista Veja, sobre o acirramento dos conflitos entre índios e pequenos produtores rurais.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Valdir Colatto, eu gostaria de fazer o registro de alguns pronunciamentos, justamente para colaborar com a *Voz do Brasil*, colaborar com assuntos importantes para o nosso Rio Grande do Sul e para o nosso País.

Primeiro, quero registrar que a nossa COTRIJAL, de Não-Me-Toque, recebeu muitos prêmios este ano. Nós estamos registrando que a COTRIJAL, mais uma vez, está investindo na nossa região, no Município de Não-Me-Toque. E nós queremos parabenizá-la. Estamos registrando nossos parabéns aqui da tribuna desta Casa.

Quero também registrar o trabalho da COOTARGS. Eu sou, nesta Casa, um Deputado cooperativista, e quero registrar que a Cooperativa Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul está fazendo um grande trabalho. Estamos registrando desta tribuna a atuação de uma



cooperativa de muito valor: a COOTARGS - Cooperativa Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, registro também o trabalho que a TV SUPREN vem fazendo. Trata-se de uma grande TV, uma ONG que faz programas para frente, programas inteligentes que mostram o bem que muitas pessoas transmitem.

Também não poderia deixar de mencionar o trabalho realizado pelas APAEs no Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil. Elas devem ser permanentemente premiadas pelos Deputados desta Casa como grande entidade que defende as pessoas de que mais precisam.

O Rio Grande do Sul vive um bom momento, em termos de obras do Governo Federal. Estamos recebendo a duplicação da BR-116, que liga Porto Alegre ao Porto do Rio Grande. Queremos agradecer à Presidenta Dilma Rousseff por essa grande obra que está valorizando a zona sul do nosso Estado.

Falo também pela duplicação da BR-386. Para isso, precisamos que seja urgentemente resolvida a questão indígena entre Estrela e Tabai. Esse problema indígena não está deixando que se conclua a obra de duplicação da rodovia que liga Porto Alegre a Lajeado. Precisamos também que se faça a duplicação da BR-386, no trecho de Lajeado a Iraí. Trata-se da Rodovia da Produção ou "Rodovia Presidente Kennedy, agora chamada Rodovia Leonel de Moura Brizola.

No próximo dia 20, teremos a inauguração da BR-448, uma obra para a Grande Porto Alegre, também de grande importância para todo o Rio Grande do Sul.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero registrar que a revista *Veja* desta semana traz a reportagem *Retratos de uma tragédia*. Realmente, o problema dos indígenas e quilombolas no Brasil precisa ser resolvido sem paixões. O nosso agricultor e o nosso indígena precisam de melhor entendimento sobre essa questão. E é urgente! A revista *Veja* coloca isso com inteligência.

Sr. Presidente, dou como lidos e peço a V.Exa. que faça divulgar nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil* estes meus pronunciamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

PRONUNCIAMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para minha alegria, o Governador Tarso Genro assinou, no dia 27 de agosto, na 36ª EXPOINTER, o financiamento de R\$40 milhões para a COTRIJAL, e homenageou sete cooperativas, também atendidas com créditos do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul.

A cooperativa COTRIJAL utilizará o crédito concedido pelo Governo do Estado para a construção de uma unidade de beneficiamento de sementes de trigo, soja e cevada, com capacidade prevista de 600 mil sacas.

Uma área de 100 hectares, nos limites com Carazinho, já está sendo preparada para receber o parque industrial da COTRIJAL.

A projeção do Presidente Nei Mânica é de que em março de 2015 as primeiras sementes comecem a ser recebidas.

A COTRIJAL conta com cerca de 5.300 mil associados e 1.200 mil funcionários.

Destaco a homenagem feita pelo Governador e pelo BRDE às cooperativas gaúchas ligadas ao setor agropecuário e financiadas pela instituição. São elas: Cooperativa Agropecuária Industrial (COTRIJAL); Cooperativa de Produtores de Leite de Serafina Ltda (COOPERLATE); Cooperativa Triticola Campo Novo Ltda. (COTRICAMPO); Cooperativa Nova Aliança; Cooperativa Santa Clara; e Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (ECOCITRUS).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar aqui o trabalho realizado pela Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul - COOTARGS, constituída de motoristas autônomos que pretendem buscar seu lugar no mercado de trabalho.

Com sede no município de Rio Grande, a COOTARGS tem como presidente Telmo Saraiva Lope.

Recentemente, o ramo transportes, do qual a COOTARGS faz parte, esteve reunido com o Ministério dos Transportes com o objetivo de alinhar a legislação vigente do setor de transportes às especificidades das cooperativas. O sistema cooperativista apresentou, no dia 6 de novembro, àquela Pasta os principais pleitos do ramo.

É de fundamental importância contemplar as particularidades da categoria de cooperativa de transporte de cargas nos planos de



governo, para que ela contribuir na organização e profissionalização do setor.

É importante que o Ministério dos Transportes faça visitas a essas cooperativas, para que conheça as peculiaridades do modelo cooperativo.

As cooperativas de transporte têm gestões específicas em suas várias modalidades: transporte individual de passageiros (táxi e mototáxi), transporte coletivo de passageiros (*vans*, ônibus, dentre outros), transporte de cargas (caminhão, motocicletas, furgões, etc.) e transporte de escolares (*vans* e ônibus).

Portanto, parabênzo o trabalho da COOTARGS de Rio Grande pela organização, persistência e ousadia. O ramo transporte dá uma valiosa contribuição ao Brasil!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero uma proposta inovadora no campo da comunicação que alimenta a fé, a esperança e a sinergia coletiva para enfrentar os desafios emergentes de nossa época. Falo da *TV SUPREN*.

A *TV SUPREN* é o canal de comunicação da União Planetária, uma ONG sediada em nossa Capital, Brasília, que congrega e apoia o movimento mundial pela renovação das estruturas sociais e o exercício da cidadania solidária.

Supren, em Esperanto indica um movimento "para cima", "para o alto", bem de acordo com a proposta da nova TV, ou seja, de disseminar, por meio de sua programação, valores mais elevados, éticos, como paz mundial, proteção ambiental, solidariedade e respeito ao próximo.

A *TV SUPREN* mostra a força dos exemplos de pessoas, organizações e movimentos que trabalham em prol da construção de um mundo melhor. Com o compromisso de disseminar a consciência coletiva da responsabilidade individual pelas mudanças que garantem, progressivamente, a construção de um mundo melhor,

A *TV SUPREN* expressa o anseio de muitos por mudança de paradigmas e pela esperança de que é possível viver num mundo de paz, amor e felicidade.

Com uma programação de 24 horas, ininterrupta, a *TV SUPREN* traz para toda a família um conteúdo variado e de alta qualidade. Ciência, filosofia, espiritualidade, arte, música, religiosidade, educação, cidadania, ecologia, desenvolvimento sustentável, medicina alternativa e qualidade de vida são as linhas mestras de vários programas



temáticos da programação dessa TV.

Meus parabéns ao presidente da organização não governamental União Planetária, Ulisses Riedel, pelo belo trabalho que realiza, juntamente com a sua equipe!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago aqui a minha preocupação com relação ao Projeto de Lei nº 103, de 2012, que trata do Plano Nacional de Educação. Refiro-me à possibilidade de substituição do trabalho das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) pelas escolas regulares, inserida na Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Os membros das APAEs querem que a população seja ouvida sobre essa possibilidade de enfraquecimento das escolas especiais, querem que a população tenha o direito de optar entre a educação a ser ofertada pela rede pública e o atendimento especializado já institucionalizado, antes da aprovação do PNE.

O Relator da proposta, Senador José Pimentel, apresentou um substitutivo obrigando os alunos especiais a serem atendidos pela rede regular de ensino. Além disso, congela, de forma indireta, o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a partir de 2016, para as instituições especiais de ensino.

Na convenção da ONU para a pessoa com deficiência consta a palavra "possam". Esta palavrinha dá direito de a pessoa com deficiência poder ou não entrar onde tiver que entrar e fazer a matrícula onde quiser. Agora, as APAES querem outra palavra: "preferencialmente".

Entendo que inclusão não se faz por decreto. Somente no Rio Grande do Sul existem 208 APAES que contemplam 454 Municípios. São mais de 4,3 mil profissionais especializados que atendem aproximadamente a 19,5 alunos.

Documento 278/311

421.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/12/2013-13:54
Publ.: DCD - 19/12/2013 - 60474	AFONSO HAMM-PP -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Transcurso do 54º aniversário de fundação da União Espírita Bageense, Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Relevância dos serviços prestados pela instituição À Caminho da Luz, administrada pela entidade religiosa bageense, a pessoas com deficiência. Defesa de permanência do status das escolas especiais e APAEs no atendimento a alunos com deficiência. Natureza polêmica da proposta de universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, inserida na Meta 4, do Plano Nacional de Educação. Importância da presença carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica do País. Entendimentos entre investidores e o Ministério de Minas e Energia com vistas à revisão do preço máximo do carvão mineral a valer para o próximo Leilão A-5 de energia.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria, com a sua permissão, dar dois discursos como lidos e pedir sua divulgação, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Um se refere à instituição À Caminho da Luz, que trata de pessoas de deficiência, lá no Município de Bagé. São 475 assistidos. Eu tenho aqui todo o detalhamento. Infelizmente, não vou poder fazer a manifestação a pleno, mas são 10 professores e 42 funcionários dando assistência a essa área.

O outro pronunciamento refere-se à questão da garantia de energia através da utilização do carvão mineral. E esperamos um leilão para promovermos o desenvolvimento econômico e social e garantir a estratégia de energia do ponto de vista de utilização de térmicas a carvão no Sul do País, vale dizer, no Rio Grande do Sul, na região carbonífera Candiota, e na região de Criciúma, em Santa Catarina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para destacar importante data a ser assinalada no dia 27 de dezembro, quando a União Espírita Bageense, entidade beneficente, conhecida pelo nome genérico da obra *À Caminho da Luz*, estará comemorando 54 anos de atuação. A entidade, localizada em Bagé, foi fundada por um grupo de pessoas da religião espírita, liderados por Nei Ferreira Paiva.

A instituição foi criada para atender a pessoas com deficiência de Bagé e da região, sendo considerada uma instituição modelo no Estado pelo alto nível de atendimento que dispõe em todos os setores, ou seja,



clínica, escola e oficinas, onde atualmente, são atendidos 475 assistidos. A entidade tem como presidente o Sr. Ruibar Beroci Leite Freitas, sendo administrada também por três Conselhos: o Administrativo, o Deliberativo e o Fiscal, cujos membros prestam serviço de forma voluntária.

A Clínica é dirigida pelo Dr. Ubirajara Rocha e coordenada pela Adriana Benfica, onde são proporcionados atendimentos de Psiquiatria, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Psicomotricidade, Fonoaudiologia, Equoterapia, Serviço Social, Hidroterapia, Hidrocinesioterapia e Natação.

A Escola de Educação Especial À Caminho da Luz é dirigida pela Profa. Maria de Lourdes Silveira Pereira. Conta, e conta atualmente com 10 professoras. Oferece atendimento em estimulação, educação infantil, alfabetização, aulas de reforço e alfabetização de jovens e adultos, além de atividades de educação física, grupo de dança, artes, educação ambiental e LIBRAS.

Já as Oficinas são coordenadas pela Profa. Ana Luiza Veiga Leal, contando com duas instrutoras. Há trabalhos de ginástica, correção postural, artes plásticas, natação e hidroginástica, culinária, tapeçaria e futebol.

A instituição possui 3.230,93m² de área construída e dispõe atualmente de 42 funcionários, além de voluntários que generosamente doam parte de seu tempo e sua alegria aos assistidos. Além disso, a instituição À Caminho da Luz sobrevive de doações, *telemarketing*, nota gaúcha, e pequenas verbas com fins específicos. No entanto, sempre necessita de ajuda para manter em dia a folha dos funcionários efetivos.

Depois de conhecer o importante trabalho desenvolvido pela instituição, ressalto que tenho sido parceiro das atividades que lá são realizadas. Recentemente, participei da 7^a edição do Jantar-Luz, organizado pela União Espírita Bageense À Caminho da Luz. Somos parceiros da instituição. Já articulamos a entrega de um veículo para a Escola de Educação Especial À Caminho da Luz e para a Clínica de Diagnóstico, Tratamento e Reabilitação, além de apoio às Oficinas, no atendimento às atividades externas da entidade.

Em 2012, durante as comemorações alusivas aos meus 50 anos, foi realizado em Bagé um Jogo Solidário em prol de À Caminho da Luz e da APAE. O evento contou com a presença dos ex-jogadores Romário, Dunga e Paulo Roberto, que conheceram algumas atividades desenvolvidas pela instituição.

No Congresso Nacional, tenho manifestado apoio em defesa da permanência das escolas especiais e das APAEs. A preocupação se



dá frente ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE), já aprovado, em 2012, na Câmara dos Deputados, e que agora tramita no Senado. O ponto mais sensível é a Meta 4 do Plano, que trata da universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência.

Durante visita do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, ao Senado, ficou claro seu posicionamento em concordar com o caráter complementar da educação especial. Para ele, o aluno precisa da escola especial para desenvolver algumas habilidades, como usar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como também necessita da escola pública para conviver com alunos sem deficiência, com vistas ao aprendizado do convívio com as diferenças.

Neste sentido, saliento que a defesa para essas entidades só não é feita por aqueles que não conhecem o importante trabalho que elas desenvolvem. Sabemos da história que entidades, como À Caminho da Luz e as APAEs, construíram ao longo da inserção dessas pessoas que têm deficiência mental ou física, o que significa, lógico, uma política de inclusão, sobre o que já se conseguiu importantes avanços. No entanto, é importante as esferas governamentais terem a sensibilidade sobre a atuação e o atendimento especializado que é realizado nessas escolas especiais.

Assim, fica meu apelo para que todas as esferas governamentais reconheçam o trabalho dessas entidades.

Finalizo, parabenizando a instituição À Caminho da Luz, desejando vida longa aos seus trabalhos.

Peço a divulgação deste pronunciamento em *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a manifestar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero externar nesta tribuna algumas informações sobre o Leilão de Energia A-5, realizado dia 13 de dezembro e que não teve a participação de projetos de usinas térmicas a carvão, em face do baixo preço-teto estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia.

Mesmo com os esforços que o Ministério de Minas Energia, na pessoa do Ministro Edison Lobão, empreendeu, para que o carvão mineral pudesse participar de forma competitiva na matriz de geração de energia elétrica brasileira, contribuindo para a modicidade tarifária e com a segurança energética, não houve sucesso. É notável os esforços dos Governos Estaduais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de Municípios, de empreendedores, de fornecedores de



equipamentos e mineradores (carvão e calcário).

No entanto, a expectativa da sociedade do Sul do Brasil de ter seu desenvolvimento alavancado foi frustrada. Empregos e renda nas regiões mais deprimidas dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina deixarão de ser criados e a movimentação econômica anual, que seria originária desses projetos, ficou postergada.

Entendemos que chegou a hora de acharmos o caminho correto para que, efetivamente, venhamos a utilizar esta importante fonte de energia disponível em nosso subsolo, que é o carvão mineral.

A Frente Parlamentar do Carvão Mineral, da qual sou Presidente, e a Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), presidida por Luiz Zancan, seguem mobilizadas. Neste sentido, as lideranças do setor solicitam o estabelecimento de reuniões técnicas entre os investidores e o Ministério de Minas e Energia para a revisão do preço máximo a ser estabelecido para o próximo Leilão A-5, que aguardamos para o primeiro quadrimestre de 2014.

O carvão mineral representa uma atividade produtiva importante para o Sul do Brasil. Gera cerca de cinco mil empregos diretos e movimenta uma cadeia produtiva que envolve, além da mineração, transporte e geração de energia elétrica, o que impacta 53 mil empregos indiretos. Para que possamos avançar no desenvolvimento do Sul do Brasil precisamos viabilizar a implantação de novos projetos termelétricos, que poderão alavancar investimentos da ordem de R\$13 bilhões para os próximos 5 anos, e que resultarão em mais de 83 mil empregos na cadeia produtiva.

É por isso que continuaremos lutando para que 2014 seja um ano vitorioso e que o carvão mineral brasileiro tenha papel relevante na matriz energética brasileira.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a manifestar.



Publ.: DCD - 21/12/2013 - IZALCI-PSDB -DF
60898

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Considerações a respeito de alterações ao projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE aprovadas pelo Senado Federal. Defesa de aplicação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro exclusivamente em investimento na educação pública. Expectativa de aprovação da proposta pela Casa. Desistência pelo orador da criação de frente parlamentar sobre o resgate das prerrogativas institucionais do Poder Legislativo. Balanço da atuação da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. Defesa de aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013, sobre as atividades de ciência, tecnologia e inovação, no início da próxima sessão legislativa.

O SR. IZALCI (PSDB-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou aproveitar o Grande Expediente para fazer um balanço sobre a questão da ciência, tecnologia e inovação e o Plano Nacional de Educação.

Na última sessão do Senado, nós tivemos a aprovação do Plano Nacional de Educação. Algumas modificações significativas foram feitas e merecem a atenção dos Deputados, porque agora teremos que votar novamente o projeto, mas modificado pelo Senado.

Houve duas modificações importantíssimas no Senado, Sr. Presidente: primeiro, quero registrar aqui, o resgate da redação dada pela Câmara na Meta 4. Na Meta 4 criou-se uma polêmica muito grande, porque aqui na Câmara a redação era da universalização do atendimento aos alunos, de 4 anos a 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado - e a palavrinha fundamental, que foi resgatada novamente agora no Plenário -, "preferencialmente", na rede regular de ensino.

Até o último minuto, o MEC insistia em não colocar essa palavra "preferencialmente", porque ele queria que se colocasse a redação "obrigatoriamente". Todos nós sabemos do trabalho excepcional, excelente que as APAEs, as Fundações Pestalozzi e outras prestam, há mais de 60 anos, a este País, principalmente aos alunos com deficiência. O MEC, mesmo sabendo que as escolas regulares não têm professores e profissionais especializados para atender, insiste em colocar essa palavra.



Mas, graças ao bom senso dos Senadores, foi resgatada a redação aprovada pela Câmara em relação à Meta 4, então foi colocada a palavra "preferencialmente", para que possamos manter a participação, a parceria, os convênios com essas instituições de grande credibilidade, para continuarem prestando relevantes serviços a essa população, quaisquer que sejam suas deficiências, de 4 a 17 anos.

A outra modificação também, Sr. Presidente - que merece, aí, sim, um debate aqui, e tenho certeza de que vamos resgatar a redação aprovada pela Câmara -, é na Meta nº 20, aprovada pela Câmara. Para quem não se lembra, ela trata dos recursos, porque a educação no Brasil sempre foi - e por parte deste Governo continua sendo - discurso. A Meta 4 trata de recursos, já que não se faz educação de qualidade sem recursos.

A redação aprovada pela Câmara era no sentido de que os 10% do PIB teriam que ser aplicados na educação pública, mas no Senado modificaram a redação, e a meta aprovada no Senado ficou: *"ampliar o investimento público em educação, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio, observado o disposto no § 5º do art. 5º desta lei"*.

Ora, o que significa isso, Sr. Presidente? Significa que o Governo continua insistindo no sentido de não colocar os recursos todos para a educação pública; significa que o Governo maquia as informações e coloca nos gastos públicos o que se gasta, o que se investe em outras áreas que hoje inclusive são de outros Ministérios, como do da Ciência e Tecnologia.

Por exemplo, o Ciência sem Fronteiras, está previsto no Orçamento do ano que vem 1 bilhão de reais para esse programa. O que o MEC está fazendo agora? Neste ano, no Orçamento, está reduzindo os recursos do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia.

Pelo Plano Nacional de Educação aprovado no Senado, o Ciência sem Fronteiras, o FIES, que é financiamento, o PROUNI e outros que virão terão a participação do recurso dos 10% do PIB para a educação.

Portanto, a grande preocupação com essa redação aprovada no Senado é com o fato de o comprometimento de recurso da educação, que deveria ser aplicado na escola pública, ser desvirtuado para outros investimentos ou até mesmo custeio.

Então, tenho certeza de que os Deputados irão modificar a redação, resgatando aquela redação dada pela Câmara, quando aprovamos aqui o Plano Nacional de Educação na Comissão Especial.

Portanto, vamos defender aqui que os 10%, ou seja, os 7% até o



quinto ano da vigência da lei e os 10% até o final do decênio sejam destinados estritamente para investimentos na educação pública. E os recursos desses outros programas, FIES, PROUNI, Ciência sem Fronteiras virão de outras fontes, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do próprio Ministério da Educação, mas fora dos 10% do PIB, porque o FIES é financiamento, portanto não pode estar embutido na Meta 20.

O Senado criou aqui mais uma meta muito interessante, que não estava programada, não estava no projeto da Câmara. Trata-se da Meta 21, que diz:

"Aumentar a produção científica brasileira de nível internacional, para que o País figure no grupo dos dez maiores produtores de conhecimentos novos do mundo, com ênfase na pesquisa, desenvolvimento, estímulo à inovação, bem como atingir a proporção de quatro doutores por 100 mil habitantes."

Trata-se de uma meta importante, que foi adicionada e aprovada no Senado. Não teremos nenhuma dificuldade; muito pelo contrário, com certeza, vamos apoiar a aprovação dessa emenda.

A única preocupação é que o Governo possa ter colocado essa meta com segundas intenções, ou seja, reforçar aqui o programa Ciência sem Fronteiras ou outros vinculados à pesquisa e inovação, que não deveria e não pode fazer parte dos 10% do PIB. Qualquer investimento em inovação, produção científica, pesquisa, tem que sair do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, do Orçamento.

E agora, analisando bem isso aqui, eu não tenho nenhuma dúvida de que a Meta 21 já foi colocada pelo Governo - e já tenho minha dúvida aqui se vão apoiar ou não - para fazer parte do Plano Nacional de Educação. Eu já estou vendo que a intenção foi exatamente desviar recurso dos 10% do PIB da educação para a área científica, tecnológica e de desenvolvimento científico, que é outro assunto que vamos discutir daqui a pouco.

Mas está aí o Governo inovando, criando, maquiando, como sempre, buscando desvirtuar o Plano Nacional de Educação. De qualquer forma, o Governo conseguiu empurrar durante 3 anos, mas eu tenho certeza de que agora, no início do ano, nós teremos, quase no final do mandato de 4 anos de Governo, a aprovação do bendito Plano Nacional de Educação, que, de fato, é de suma importância para o País, porque estabelece metas, estabelece objetivos, estabelece estratégias, ações, para atingir essas metas.

É lamentável que nós não tenhamos conseguido aqui, e eu tenho certeza de que vai ser muito difícil para o Plenário agora também colocar aquilo que nós propusemos, como algumas cláusulas no



sentido de estabelecer metas intermediárias. Porque muitas coisas aqui, eu tenho certeza, o Governo vai deixar para o último minuto do segundo tempo, porque o Plano não estabelece, em muitas áreas, e muitas metas não têm aqui uma meta intermediária.

O correto, nesses 10 anos, seria que nós tivéssemos a cada ano, ou a cada 2 anos, uma avaliação e uma proposta intermediária para atingir essas metas. Infelizmente o Governo não aprovou, e dificilmente nós conseguiremos estabelecer novas metas, além daquelas já estabelecidas aqui na Câmara.

De qualquer forma, foi uma vitória essa aprovação no Senado, e agora cabe a nós, aqui na Câmara, resolver definitivamente a aprovação do Plano Nacional de Educação, que era um dos principais objetivos do nosso mandato, para melhorar a educação de qualidade no Brasil.

Tenho certeza de que no Plano Nacional, com os recursos estabelecidos aqui, com a reforma que fizemos na lei do pré-sal que chegou aqui, dos *royalties*, haveremos de cumprir essas metas de acordo com a aprovação da Câmara.

Mas, Sr. Presidente, quero também prestar contas de uma área importante e em que trabalhamos muito, que é a área de ciência, tecnologia e inovação.

Aqui nesta Casa, Sr. Presidente, deve ter aproximadamente 200 a 300 frentes parlamentares em defesa de alguma coisa. Todos os dias se cria uma frente nesta Casa, mas o que percebemos claramente é que há toda uma festa de lançamento, e morre aí, não se faz absolutamente mais nada.

Eu, inclusive, coletei assinaturas para implementar duas frentes, mas percebi que uma delas não teria a adesão e o trabalho dos Deputados, que era exatamente o resgate do Poder Legislativo.

Mas, como aqui estamos vivendo um Governo de cooptação, eu, de certa forma, recuei um pouco essa frente, porque dificilmente teríamos Deputados que pudessem participar de uma forma independente. São pouquíssimos os Deputados nesta Casa que têm independência para entrar numa frente dessas e trabalhar realmente para resgatar não só os nossos direitos, mas os nossos deveres, as nossas obrigações e o dever de casa que não fazemos aqui. O Supremo tem feito algumas coisas, e nós aqui estamos reclamando, exatamente porque não fazemos o dever de casa, que é a prestação de contas do Governo, que é a fiscalização do Executivo, que é exatamente a reforma tributária, a reforma política. Daqui a pouco, o Supremo estará fazendo tudo isso, porque esta Casa não faz o dever de casa.

Mas a frente parlamentar que criamos, Frente Parlamentar de Ciência,



Tecnologia, Pesquisa e Inovação conseguiu sensibilizar a Casa, os Deputados, as Comissões para a modificação completa da área de ciência, tecnologia e inovação.

Aprovamos por unanimidade, de forma suprapartidária, a reforma constitucional da ciência, tecnologia e inovação. Só não deu para votar aqui no Plenário na última sessão por falta de quórum, mas eu tenho certeza absoluta de que, na primeira semana de Plenário do ano que vem, haveremos de aprovar a PEC 290, que introduz na Constituição a inovação tecnológica que flexibiliza as relações do poder público com academias, universidades e empresas.

Essa modificação é de suma importância, porque é na empresa que se faz inovação, não é na universidade. Por isso o Brasil é hoje o 13º em publicações de artigos científicos, mas é um dos últimos em termos de produção de patentes no mundo. Então, essa modificação na Constituição e a modificação das leis estabelecidas e acordadas por nós, como o Regime Diferenciado de Contratação e como a Lei de Biodiversidade, vai permitir que o Brasil avance muito na área de ciência, tecnologia e inovação.

Sr. Presidente, como Presidente da Frente, nós fizemos diversas reuniões e audiências públicas além daquelas realizadas na Comissão e também na Comissão Especial da PEC 290, bem como do Projeto de Lei nº 2.177. Além disso, nós discutimos aqui várias questões da Frente. O primeiro tema debatido pela Frente, Sr. Presidente, foi *Recursos Humanos na Pesquisa e na Inovação*. Nessa reunião de discussão dos recursos humanos, nós trouxemos o debate do iminente colapso das instituições públicas do setor por falta de pessoal especializado. A atividade científica e tecnológica no Brasil está estagnada devido à falta de investimento em recursos humanos e financeiros, na quantidade que devemos e que precisamos ter para alavancar o desenvolvimento do País e melhorar as condições dessa área de pesquisa e inovação.

Portanto, o fruto desse tema de recursos humanos foi levado inclusive ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Ministério da Educação e ao MDIC, demonstrando claramente que é preciso abrir, imediatamente, concursos públicos para os pesquisadores no Brasil. A maioria das instituições, mais de 30 instituições de pesquisa estão com deficiência de pessoal, com um número menor do que há 5, 6 anos. Grande parte deles, quase 50% dos que estão hoje nestas instituições, também já estão prontos para se aposentar, e nós teremos muitas dificuldades se não lançarmos esse concurso público, para resgatar os recursos humanos na área de pesquisa e inovação.

O segundo tema que debatemos na Frente Parlamentar foi *A Incubação de Empresas de Base Tecnológica*, que também contou



com a participação maravilhosa do UNICEUB, da Universidade Católica, da UNB, do CDT da UNB, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da ANPROTEC, que cuida também dos parques tecnológicos. O debate, que foi exatamente para difundir, resultou inclusive numa modificação na legislação no sentido de incentivar as empresas encubadas, as empresas de base tecnológicas que estão nascendo agora nas universidades, incentivando os parques tecnológicos a abrir espaço para essas empresas, para esses novos empreendedores. Então, esse foi um tema maravilhoso, e o resultado dessa audiência pública está contemplado no projeto de lei que regulamenta a PEC nº 290.

O tema nº 3, Sr. Presidente, que tratamos pela Frente, foi *Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia*, com a participação da ANPEI, Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras; do FORTEC, Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia; novamente do CDT, da Universidade de Brasília; do INPI, que é o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual; e também do Coordenador Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Eu passo a ler o resumo da reunião: "*Enquanto a Coreia tem 75 mil pesquisadores em inovação tecnológica nas empresas, o Brasil tem apenas 9 mil trabalhando*". De 75 mil na Coreia, no Brasil, há 9 mil. "*É que há morosidade para se conseguir processar pedidos de registro de marcas, de requerimento de patentes*". É uma burocracia imensa! Por isso, o Brasil também está superatrasado na questão das patentes. E, por incrível que pareça, nessa reunião é que nós descobrimos que 50% das patentes no Brasil são de propriedade de inventores.

Com esse debate, também colocamos no Projeto de Lei nº 2.177, que regulamenta a PEC nº 290, a possibilidade de o Governo, do poder público, patrocinar, incentivar os inventores independentes. Trouxemos aqui na reunião, inclusive, o inventor do Bina, do cartão telefônico, o inventor de várias invenções, da TELEBRASÍLIA, na época, e aqui do Distrito Federal, onde foi colocado claramente que hoje o inventor não tem nenhum interesse nem incentivo para desenvolver sua invenção, porque só pode ter incentivo do Governo se estiver patrocinado por um pesquisador, por um doutor. E aí acaba que o inventor deixa de participar das universidades, da parceria, e não tem nenhum incentivo financeiro para isso.

Com essa discussão, nós abrimos a possibilidade de o Governo, através da FINEP, dos órgãos de financiamento de pesquisa, também financiar os inventores independentes. Daí a importância desse tema.

Discutimos também, Sr. Presidente, o Tema nº 4: *Atividades Portadoras de Futuro e Usuários Intensivos de Tecnologia de Cunho Estratégico*. Trouxemos aqui o Coordenador-Geral da EMBRAPA; da



Vale, o Diretor de Tecnologia; e representante da ABIQUIM, Associação Brasileira da Indústria Química, e debatemos todas as dificuldades desse segmento, a burocracia das leis nessa área, que impede a contratação de doutores nas empresas, a dificuldade de relação da legislação atual. São obstáculos que impedem o Brasil de competir internacionalmente. Por isso a indústria brasileira perdeu competitividade, perdeu, inclusive, muito, a participação no PIB brasileiro. A indústria brasileira, que já teve um percentual de 26%, 27% do PIB nacional, corre o risco agora, no próximo ano, de chegar a 6% apenas na participação no PIB nacional, exatamente por falta de competitividade, pelo excesso de burocracia, pelo excesso de tributos, e também pela própria legislação.

Diante desse debate, nós também conseguimos modificar a Constituição, porque a Constituição brasileira não contemplava a inovação, não contemplava a participação da academia, da universidade nas empresas. Por isso é que fizemos essa modificação, exatamente para melhorar a competitividade das empresas e principalmente fazer inovação. Não se faz inovação em universidade, inovação se faz nas empresas. Por isso a emenda constitucional que aprovamos na Comissão Especial.

No tema nº 5, Sr. Presidente, nós falamos sobre *Ciência, Tecnologia e Inovação no Desenvolvimento Regional*. Esteve conosco aqui, além do Ministério da Ciência e Tecnologia, o CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; trouxemos aqui ainda os técnicos do IPEA para debaterem sobre esse tema. E ficou muito claro que não existem, no Brasil, incentivos para compensar ou estimular as regiões mais carentes. Tanto é que os investimentos hoje em pesquisa acontecem basicamente no Sul e no Sudeste, com uma participação muito pequena no Nordeste e no Norte do País.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que adicione o tempo de Comunicação de Liderança ao meu pronunciamento para que eu possa complementá-lo.

Então, Sr. Presidente, essa discussão regional possibilitou também criarmos mecanismos na lei para incentivar essa participação de todos os Estados, para incrementar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O tema nº 6, Sr. Presidente, *Atividades Portadoras de Futuro e Usuários Intensivos de Tecnologia de Cunho Estratégico 2*. Foram tantas as observações importantes, que fizemos um segundo debate da questão do cunho estratégico. Trouxemos aqui a Agência Espacial Brasileira. Está aí o desastre que aconteceu nessa parceria que o Brasil fez com a China no lançamento do satélite, quando explodiu tudo, perdendo-se milhões e milhões por falta de incentivos, por falta de investimentos na área da Agência Espacial Brasileira.



Trouxemos também a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil. E aí, Sr. Presidente, percebemos que teríamos que fazer uma outra, que foi o tema nº 8, onde vieram também o Ministério da Defesa, o Ministério da Marinha, o Ministério do Exército.

Sr. Presidente, eu não sei o que está acontecendo com o nosso País. Parece que a Presidente da República tem alguma coisa contra as Forças Armadas. É incrível como há uma discriminação clara contra o Exército Brasileiro, contra as Forças Armadas deste País. Projetos maravilhosos, estratégicos para o País, agora com falta de recursos.

Propus inclusive a esta Casa uma Comissão Geral neste Plenário, com as Forças Armadas, para que possamos debater esses projetos estratégicos. Nós temos o pré-sal. Então, temos que desenvolver mecanismos para fortalecer a Marinha Brasileira. Há projetos estratégicos que não podem ser interrompidos por falta de recursos.

Portanto, este debate foi importantíssimo. Nele percebemos, inclusive, Sr. Presidente, que o Exército, agora, com o Orçamento do ano passado, foi contemplado com 10 mil viaturas, mas quem fez isso não colocou no Orçamento recurso para abastecê-las, recurso para assinar o contrato de manutenção, recurso para o deslocamento das viaturas pelas regiões do País.

Não adianta comprar os equipamentos, e eles ficarem na fábrica. Não há como tirá-los de lá, porque não têm seguro, não têm contrato de manutenção, não há recurso.

Eu fui agora paraninfo da turma de artilharia que se formou este ano. Os alunos não tiveram uma aula prática. Por quê? A Presidenta Dilma, ao passar por cima da fazenda de Formosa, porque o piloto teve que se desviar um pouco da rota, simplesmente mandou fechar a fazenda de Formosa, que é a área utilizada pelo Exército e pela Aeronáutica para fazer os exercícios práticos.

Então, formou-se uma turma de artilharia sem ter uma aula prática. Como é que se dá um certificado de formação a esses profissionais sem a prática, só com a teoria? Isso não existe!

Por último, Sr. Presidente, para concluir minha fala, nós discutimos o tema A importância da inovação na indústria química. Trouxemos aqui a ABIQUIM, o BNDES, o SENAI para discutir essa questão da inovação.

Observem as informações que obtivemos nessa audiência: déficit de 6,7 bilhões de dólares na balança comercial, no primeiro trimestre de 2013 - são 6,7 bilhões de dólares, no primeiro trimestre de 2013! -; fechamento de duas fábricas no Polo de Camaçari, na Bahia; e nenhum projeto na indústria química brasileira. Estão perdendo



competitividade no País, têm aumentado as importações.

Então, com a discussão desse tema, Sr. Presidente, é que nós colocamos no debate não só na PEC. Aquilo que não cabe na Constituição foi colocado no Projeto de Lei nº 2.177, que também trata das normas do marco regulatório da ciência, tecnologia e inovação.

Para concluir, eu digo: aprovando agora o Plano Nacional de Educação, que é o projeto mais importante da educação que tramita aqui nesta Casa, e a PEC 290, com os projetos já acordados, como o PL nº 2.177, o Regime Diferenciado de Contratação e o Projeto de Biodiversidade, nós estaremos concluindo também o trabalho em ciência, tecnologia e inovação; portanto, o dever de casa foi cumprido. Aquilo que me propus a melhorar aqui nesta Casa nós praticamente já conseguimos aprovar. Eu tenho certeza de que, no primeiro semestre do ano que vem, essas duas matérias, seja na ciência e tecnologia, seja na educação, estarão aprovadas, com certeza, por unanimidade, e o Brasil, a partir daí, será diferente. E não fui eu que disse isso, não, foi a Presidente da SBPC, juntamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Nós teremos, no Brasil, um período antes e um após a aprovação da PEC 290, que traz para o País uma janela imensa de oportunidades na área de ciência, tecnologia e inovação, melhorando a competitividade das empresas, possibilitando que os pesquisadores possam ser remunerados condignamente, para que eles possam participar dos resultados das pesquisas. Eu tenho certeza de que os nossos jovens pesquisadores que estão no exterior poderão voltar para o nosso País e aqui desenvolver realmente a sua pesquisa, porque terão a contrapartida do Estado e também da sociedade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 280/311

423.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 20/12/2013-
Debates - CD 12:33

Publ.: DCD - 21/12/2013 -
60911

ALESSANDRO MOLON-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

DISCURSO



Sumário

Associação aos pronunciamentos dos Deputados Francisco Escórcio e Augusto Carvalho sobre os preços abusivos das passagens aéreas. Estabelecimento pela Presidenta Dilma Rousseff de pactos nacionais para atendimento às reivindicações dos participantes em recentes manifestações ocorridas no País. Apreensão do orador ante os aumentos nas tarifas de transporte público no Estado do Rio de Janeiro. Descaso do Governo Estadual e do Prefeito Municipal do Rio de Janeiro com o setor. Posicionamento do PT favorável à realização de plebiscito sobre a reforma política. Acerto da rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, sobre a definição de competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. Defesa de adoção do voto aberto em todas as deliberações da Casa. Expectativa de votação pela Câmara dos Deputados das propostas sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE e do Marco Civil da Internet. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo ao povo brasileiro.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e os Deputados que se manifestaram antes de mim. O Deputado Padre Luiz Couto, com uma preocupação constante com os direitos humanos, eu quero cumprimentar pela trajetória, pela coragem. E cumprimento também os colegas que trataram deste grave problema que é o preço das passagens aéreas em território nacional, os Deputados Augusto Carvalho e Francisco Escórcio. O problema é realmente sério. Sobretudo nesta época de festas, estão altíssimos os preços das passagens, mesmo de curta distância, às vezes mais caras do que passagens para o exterior, o que é uma aberração. De fato, o nosso Congresso Nacional, o Governo Federal, os Ministérios, todos nós devemos atentar para este tema e estudar uma solução que ao mesmo tempo preserve empregos no Brasil, para pilotos, comissários e demais profissionais que se dedicam à aviação e, de outro lado, proteja o consumidor brasileiro, aquele que quer, ou precisa, e deve poder viajar pelo território nacional. Essas viagens estimulam o turismo interno e o encontro de famílias, principalmente numa época como esta, tão propícia ao reencontro, mas desde que os preços permitam o deslocamento, não sejam abusivos. Meus cumprimentos aos Deputados por essa preocupação.

Pois não, Deputado Francisco Escórcio.

O Sr. Francisco Escórcio - Eu quero ser muito grato a V.Exa. pela solidariedade. V.Exa. é um pilar do PT na base de sustentação da Presidente Dilma e eu digo todo o tempo, eu que também sou da base da Presidente Dilma, que, se nós não correremos para reverter esta



situação, que é inaceitável, daqui a pouco vamos pagar caro. Presidente Dilma, a senhora vai pagar caro! Daqui a pouco vêm as eleições! Todo mundo está de olho! Nós precisamos acabar com estes abusos que estão prejudicando a família, a indústria, o comércio, toda a atividade produtiva neste País. Nós precisamos andar em cima de uma asa de avião, e ficamos assistindo a esta situação de maneira covarde, sem tomar uma atitude mais enérgica. Companhias de capital estrangeiro vêm para cá e fazem o que bem entendem na nossa Pátria. Muito obrigado pela solidariedade, tanto sua como de todos os outros Deputados que aqui estão também preocupados com esse assunto.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. compreensão, para permitir que também o Deputado João Caldas, do Partido Solidariedade de Alagoas, possa se manifestar rapidamente sobre esse tema.

O Sr. João Caldas - Primeiro eu quero lhe parabenizar por aquela brilhante sessão do Congresso Nacional, no plenário do Senado, de homenagem ao nosso querido Presidente João Goulart, que V.Exa preparou numa hora tão oportuna para aquele que grandes serviços prestou ao Brasil. Eu até sugeriria, Deputado Alessandro, que, depois de tanta homenagem, a Presidência pensasse no nome do filho de João Goulart para Ministro do Trabalho. Seria um bom o reparo à memória deste País que a Presidente colocasse o filho do João Goulart no Ministério do Trabalho. Fica a sugestão. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Alessandro Molon, são tantos os abusos das operadoras de radares eletrônicos, de pedágios e das empresas aéreas neste período de férias, de Natal, de *réveillon*, quando as pessoas querem fazer uma viagem para ver a família, depois de se esborrachar o ano todo trabalhando, juntando dinheiro! Poucas conseguem viajar! É uma coisa inaceitável! O Governo precisa agir, a ANAC. A Presidente precisa chamar o feito à ordem. É um abuso o que está acontecendo. Você sai de um guichê para outro e, em meia hora, quando retorna, a fila já aumentou. Eles ficam controlando, parece que se juntam. Quando você vai ver, todas aumentaram os preços. E filas enormes, um preço abusivo. Você não pode ir a Maceió, não pode viajar para canto nenhum. Está mais fácil ir para o exterior do que viajar no nosso País. E isso é coisa para já! O Ministro Moreira Franco precisa agir, e a Presidente Dilma, e a ANAC. Eu faço coro com essas vozes aqui do Congresso Nacional. Nós somos representantes do povo e temos que estar atentos às suas agruras, ao seu sofrimento. Isto é uma tunga no bolso do brasileiro! Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Agradeço a V.Exa. as palavras sobre a sessão solene de devolução simbólica do mandato do Presidente João Goulart. Foi um momento emocionante para o Congresso Nacional a sessão que tivemos a oportunidade de viver esta semana no plenário do Senado.



Mas, Sr. Presidente, chegamos ao fim de 2013, e nesse período é comum e produtivo fazer um balanço daquilo que foi o ano. Eu destacaria, para analisar em que avançamos neste ano, em primeiro lugar as manifestações de junho, as jornadas de junho, quando a população brasileira foi às ruas manifestar o desejo da observância dos seus direitos. Diante daquelas manifestações, em que milhões de pessoas levaram seus pleitos às ruas, exibindo milhares cartazes - lembro-me de fotos, de imagens -, eu reparei numa cena nova. As manifestações de 20 anos atrás eram marcadas por poucas faixas grandes. Hoje, as manifestações têm muitos cartazes pequenos mostrando as mais diversas pautas dos cidadãos, cada um levando a sua reivindicação, a sua ideia, o seu sonho. Depois daquelas manifestações, nós vimos a Sra. Presidenta da República Dilma Rousseff vir ao ar manifestar seu compromisso em torno de cinco pactos, e eu quero lembrá-los aqui.

O primeiro pacto proposto pela Presidenta Dilma Rousseff foi o pacto em torno da educação. Nós podemos comemorar neste ano o passo decisivo dado pelo Brasil, empurrado pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional, na direção de garantir mais 200 bilhões de reais para a educação nacional nos próximos 10 anos, com a destinação de metade do Fundo Social, do petróleo, e de todos os *royalties* novos do petróleo. No próximo ano, já em 2014, serão mais 6 bilhões, e, nos próximos 10 anos, haverá cerca de 200 bilhões de reais a mais para a educação brasileira. Esse é um passo decisivo, Sr. Presidente, que a mim pessoalmente emociona de forma especial, porque eu vim para a política saído das salas de aula.

Eu sou professor, e foi a experiência na rede pública de educação no Rio de Janeiro que me fez ter o desejo de servir ao País na política, para garantir uma educação melhor para os brasileiros. Eu via nas minhas salas de aula faltar tudo para os meus alunos, às vezes até dinheiro para a xerox da prova que eu iria aplicar, até porta numa sala de aula. Aquilo me tocou tão fortemente, Sr. Presidente, que eu decidi fazer o melhor que eu pudesse para, através da política, garantir uma educação melhor para todos.

Então vejo que o passo que demos neste ano que estamos encerrando por si só faz ter valido a pena esta Legislatura. A Presidenta se comprometeu a destinar esses recursos para a educação brasileira e pode chegar ao fim do ano dizendo que o Estado brasileiro, que o Congresso Nacional, com o apoio decisivo do Governo Federal, entrega à Nação, para os próximos 10 anos, muito mais recurso para a educação nacional.

No campo da saúde, o pacto proposto pela Presidenta foi em torno do Programa Mais Médicos, que levou médicos a cidades brasileiras que nunca haviam visto um médico, milhares de cidades brasileiras que não haviam tido essa experiência e agora vão tê-la, graças a uma



medida provisória formulada pelo Governo Federal, por S.Exa. a Presidenta Dilma, e aprovada por este Congresso com o voto de todos os partidos. Essa proposta felizmente nos uniu a todos. Todos os partidos votaram a favor do Programa Mais Médicos, mais um passo que o Congresso deu em direção desse compromisso da Presidenta Dilma Rousseff de levar mais saúde aos brasileiros, um passo positivo que eu gostaria de destacar, Sr. Presidente.

O terceiro pacto proposto por S.Exa. a Presidenta Dilma Rousseff foi o pacto em torno da responsabilidade fiscal, e nós fechamos o ano sem que o Congresso aprovasse nenhuma outra medida que tivesse impacto fiscal negativo. Tivemos esse cuidado. O Congresso não aprovou, e o Governo cumpriu o seu compromisso com a responsabilidade fiscal dando ao mercado, à economia brasileira como um todo, um sinal de que não vai abrir mão da responsabilidade fiscal para garantir a estabilidade econômica, para que o Brasil possa continuar crescendo com segurança, como nos últimos anos, crescendo e distribuindo renda com esta fórmula que marcou os últimos 10 anos da história do nosso País, contrariando aquilo que há algum tempo se dizia: que era preciso primeiro crescer, para depois distribuir. Nos últimos 10 anos, nós descobrimos que o crescimento é ainda maior quando se distribui: quando se distribui renda e riqueza, o Brasil cresce mais.

O quarto pacto, Sr. Presidente, é o pacto em torno da mobilidade urbana. A Presidenta propôs e conseguiu que as principais capitais brasileiras voltassem atrás no aumento das tarifas de ônibus. Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras, deram um passo atrás. Esse foi um ponto positivo, mas nessa área ainda temos muitos desafios. O Prefeito da minha cidade, por exemplo, lamentavelmente já anunciou que no início do próximo ano vai aumentar as tarifas, talvez acima da inflação deste ano, o que é bastante preocupante. Isso simbolizaria um esquecimento, uma memória curta daquilo que a população acabou de pedir nas ruas: transporte acessível, regular, seguro e confortável para levar e trazer o trabalhador, para levar e trazer o aluno da escola, o aluno da faculdade. Nós estamos preocupados com esses sinais de aumento próximo nas passagens de ônibus, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro.

Vejo também com muita preocupação outro sinal do Governo do meu Estado, o Rio de Janeiro, que indicou para a Agência Reguladora de Transportes Públicos - AGETRANSP pessoas que não têm tradição na área, pessoas que não conhecem a área, quando é justamente a AGETRANSP que tem a responsabilidade de fiscalizar a qualidade dos serviços prestados, num Estado em que a toda hora os trens param, quebram. São comuns nos jornais televisivos cenas de pessoas andando pelos trilhos de trens quebrados da SuperVia - nome da concessionária de trens do Rio de Janeiro. O metrô, que era um orgulho para o Rio de Janeiro, hoje não para de apresentar problemas. Estão tratando a população pior do que tratariam gado. As barcas que



ligam o Rio de Janeiro a Niterói também estão prestando um péssimo serviço, e extremamente caro, deixando pessoas às vezes 1 hora e meia na fila, tomando chuva para conseguir entrar na barca. Algum tempo atrás isso não existia. E justamente para fiscalizar esses péssimos serviços o Governador do Estado indica pessoas que não conhecem a área, que não têm experiência em transporte, que são apenas politicamente ligadas ao Governo Estadual, o que é extremamente preocupante, porque significa uma displicência, um desprezo para com uma área que motivou milhões de pessoas a ir às ruas. Parece que o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro e o Governador do Estado estão brincando com algo que é sério. A população voltará a protestar se perceber que está sendo maltratada nos serviços de transporte público.

Sr. Presidente, essa é uma questão tão séria, que muitos brasileiros nas regiões metropolitanas das grandes cidades não veem os filhos pequenos durante a semana, porque saem para trabalhar quando os filhos ainda estão dormindo e voltam para casa quando os filhos já foram se deitar. Há pessoas que gastam 4 horas, 5 horas, 6 horas diárias para chegar ao local de trabalho e voltar para casa. Isso acontece no Rio de Janeiro, cuja Região Metropolitana tem um serviço de transportes pior que o da Região Metropolitana de São Paulo, conforme mostrou recente estudo do IPEA.

Portanto, o transporte é algo extremamente sério para a vida das pessoas, mas não tem merecido do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura da cidade a devida atenção. Isso certamente voltará a levar as pessoas a reivindicar respeito.

O plebiscito da reforma política, que foi o quinto pacto proposto pela Presidenta Dilma, o Congresso, lamentavelmente, não aprovou. O Partido dos Trabalhadores defendeu e vai continuar defendendo o plebiscito para uma Constituinte exclusiva, para que ela faça a reforma política que o Congresso Nacional não tem tido a coragem de fazer, Sr. Presidente. É lamentável chegar ao fim do ano e ver que esse tema teve que ser levado ao Judiciário.

Não adianta, Sr. Presidente, Parlamentares protestarem contra a ação direta de inconstitucionalidade levada pela OAB ao Supremo. A OAB está cumprindo o seu papel, e o Supremo Tribunal Federal também, ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade. Quem, lamentavelmente, não está cumprindo o seu papel é o Congresso Nacional, que não teve a coragem de levar o tema da reforma política adiante, que não tem feito a reforma política que a sociedade brasileira pede, e pede através de 60 entidades da sociedade civil, entre elas, Deputado Luiz Couto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, a União Nacional dos Estudantes e tantas outras entidades e movimentos sociais que esperam do Supremo uma palavra sobre a



reforma política. Se o Congresso não fizer a reforma política, o Judiciário a fará. Porque a sociedade brasileira pede mudanças, e o Congresso não tem respondido.

Eu li em algumas notas, Sr. Presidente, que a OAB seria retaliada se levasse adiante essa ação direta de inconstitucionalidade, e seria retaliada por Parlamentares desta Casa. Sinceramente, não posso acreditar que Parlamentares cogitem vingar-se da OAB com projetos de lei ou propostas que tenham por objetivo manietar, calar a OAB por ela estar cumprindo a sua função constitucional, entre elas a de propor ações diretas de inconstitucionalidade. Essa postura não está à altura desta Casa, Sr. Presidente. Esta Casa não pode legislar pensando em vingança, em retaliação. Fazer lei é coisa muito séria. Não se pode usar esse expediente para retaliar alguém que eventualmente tem uma posição diferente da sua. Isso é inaceitável! Portanto eu quero manifestar a minha preocupação, aliás, a minha descrença nessas notas. Não é possível que algum Parlamentar cogite seriamente usar esta Casa para se vingar da OAB por ela defender a proibição da doação de empresas a campanhas eleitorais numa ação direta de inconstitucionalidade. Isso não pode ser aceito. Nós não aceitaremos que se use esta Casa desta forma.

Sr. Presidente, além desses cinco pactos - daqui a pouco, se V.Exa. me permitir, darei um aparte, com muito prazer, ao Deputado Luiz Couto - que a Presidenta Dilma propôs e cumpriu de sua parte, mostrando responsabilidade, mostrando que a sua palavra é confiável, propostas estas que foram, felizmente, em boa parte, aprovadas por esta Casa, como o Programa Mais Médicos, os *royalties* para a educação, a Lei de Responsabilidade Fiscal - a reforma política, não -, outras coisas que foram propostas ou lembradas nas manifestações de junho felizmente mereceram respostas desta Casa.

Eu quero destacar, Sr. Presidente, o acerto que foi enterrarmos a PEC 37. Essa foi uma boa decisão desta Casa, que, por 430 votos a 9, derrotou a proposta que queria proibir o Ministério Público de investigar. Sr. Presidente, a quem interessa proibir o Ministério Público de investigar? Certamente não ao povo brasileiro. O povo brasileiro quer o Ministério Público investigando todo e qualquer crime que exija a sua participação. Portanto, acertamos ao derrotar essa PEC, contra a qual me posicionei desde o início, primeiro na Comissão de Constituição e Justiça, depois na Comissão Especial, onde fui derrotado por 14 votos a 2. Desde então eu chamava a atenção para a gravidade da matéria. Felizmente, esta Casa enterrou definitivamente a proposta.

Outro acerto importante da Casa foi a aprovação do voto aberto. Aprovamos o voto aberto para cassação de mandatos e para derrubada de vetos. Ainda não aprovamos o voto aberto para eleição da Mesa Diretora. A Câmara até tinha aprovado, mas o Senado não



aprovou. A Câmara foi além, o Senado ficou aquém. Vamos continuar nossa luta para que a eleição da Mesa Diretora seja por voto aberto também, afinal de contas, cada vez que nós votamos no Parlamento, nós votamos em nome de alguém, o nosso voto não nos pertence, ele pertence ao nosso eleitor. É direito do nosso eleitor saber como votamos em cada questão, inclusive na eleição da Mesa Diretora. É direito do meu eleitor saber como eu me posiciono em todas as matérias, porque sou seu representante. O representado tem o direito de saber como o representante pensa e como ele se comporta em todas as questões. Portanto, avançamos em parte. O avanço foi muito importante, mas precisamos ir além. Seguiremos nessa luta em defesa do voto aberto em todas as votações.

E temos pela frente uma série de matérias importantes.

O Plano Nacional de Educação volta do Senado para a Câmara. Esse será um tema obrigatório em 2014. Mas o primeiro tema deste Plenário no ano que vem, Sr. Presidente, será a votação do Marco Civil da Internet, projeto que tenho a honra de relatar e sobre o qual já conversei com V.Exa. e com a bancada de V.Exa., cujo apoio eu quero agradecer publicamente. Tenho certeza dele, porque já me disse o Líder do partido de V.Exa. que contaremos com o apoio de todos para a aprovação do Marco Civil da Internet. E quero contar com o apoio de todos os partidos, da Base e da Oposição, porque esse projeto de lei não é um projeto de Governo ou de Oposição, é um projeto de Estado, é uma visão da Internet, que tem que ser aberta, livre, democrática e segura para todos os brasileiros.

A Presidenta reafirmou seu compromisso com esse projeto ao se negar a retirar o pedido de urgência constitucional. A Ministra Ideli Salvatti, há pouco tempo, disse que não há hipótese de a Presidente retirar a urgência constitucional, portanto o tema não foi votado este ano, mas será, obrigatoriamente, o primeiro tema a ser votado no ano que vem, já que a pauta da Câmara permanecerá trancada enquanto não enfrentarmos essa votação. E eu tenho a convicção, depois de todas as conversas que tive com mais de 15 bancadas, de que temos maioria para aprovar no ano que vem o Marco Civil da Internet, que foi objeto da manifestação de S.Exa. a Presidenta Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas e, recentemente, da aprovação, esta semana, na ONU, de uma resolução proposta por Brasil e Alemanha sobre privacidade na Internet. Portanto, não pode o Brasil ter um papel de tamanho destaque no cenário internacional, e o Congresso Nacional não aprovar uma proposta tão boa e internacionalmente respeitada como o Marco Civil da Internet, projeto que eu tenho a honra de relatar.

Sr. Presidente, antes de concluir, eu peço licença a V.Exa. para conceder, com muito prazer, um aparte ao Deputado Luiz Couto. Em seguida encerro o meu pronunciamento.



O Sr. Luiz Couto - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. se esqueceu de mencionar que, como Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, V.Exa. foi responsável por diversas mudanças no Código de Processo Penal. V.Exa. tem contribuído bastante. E V.Exa. ressaltou bem que a nossa Presidenta, quando foi à mídia e mostrou a cara, disse que nós não podemos apenas ouvir o que a população está dizendo, mas temos que dar resposta às demandas com ações efetivas. E S.Exa. disse mais, disse que o povo não quer retorno ao passado, quer mais: mais saúde, mais educação, mais segurança, mais transporte público, mais mobilidade, ou seja, quer melhores condições de vida. É isso que o povo quer, e este é um aspecto importante. Outro aspecto é que, enquanto o povo reclamava da representação política, porque a maioria não quis fazer o dever de casa, que era a reforma política - e o povo fica reclamando -, o povo estava exigindo também respeito à democracia participativa, que eu acho que é um elemento fundamental, no qual temos que investir cada vez mais, porque algumas coisas só são aprovadas a partir dessa pressão, desse movimento da sociedade civil, como a Lei da Ficha Limpa. Parabéns, Deputado Alessandro Molon, pelo pronunciamento.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputado Padre Luiz Couto. Quero agradecer as palavras generosas de V.Exa. e o seu exemplo para todos nós nesta Casa, em especial por liderar a nossa bancada na Comissão de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, meu tempo está praticamente esgotado. Eu quero agradecer a V.Exa. a atenção, ao Deputado João Caldas, ao Deputado Padre Luiz Couto, a todos que nos assistem. Desejo a V.Exas. e a todo o povo brasileiro um feliz Natal e um 2014 de muito avanço social, de muita justiça, de muita cidadania para o nosso País, com mais direitos respeitados para este povo generoso e trabalhador que é o povo brasileiro, que vai conquistar, pouco a pouco, dias cada vez melhores e o respeito aos seus direitos mais fundamentais. É este o nosso desejo e o nosso compromisso neste ano e também no ano que se inicia. Um feliz Ano-Novo para V.Exas. e para todos os brasileiros. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. V.Exa. tem trabalhado de forma impecável aqui na Câmara, sendo referência para nós em todos os trabalhos. Com certeza, no início do ano que vem votaremos o Marco Civil da Internet com o apoio do PSDB.



Documento 281/311

002.4.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/02/2014-19:50
Publ.: DCD 05/02/2014 - 151	- PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Reassunção do mandato parlamentar pelo orador. Expectativa da aprovação de proposta de emenda à Constituição sobre a prorrogação de incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas, e do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Inocêncio Oliveira.

É uma grande alegria estar de volta a esta Casa. No ano passado, 2013, exerci a Secretaria de Educação do Município de Manaus durante todo o ano. Trabalhamos na Prefeitura com o Prefeito Arthur Virgílio Neto e retornamos agora para que nós possamos fazer da nossa luta, a luta do povo do Amazonas, a luta do povo brasileiro.

No ano passado, nós tivemos aqui a tentativa, Sr. Presidente, de prorrogar os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Eu espero que neste ano possamos fazer isso. A prorrogação do modelo Zona Franca de Manaus é essencial para a sobrevivência não só da economia do Estado do Amazonas e de vários Estados da Região Norte, mas também de Estados que são fornecedores daquele polo industrial, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, etc.

Portanto é fundamental que possamos, numa articulação do Governo Federal - do Executivo - com o Congresso Nacional, levar em frente a aprovação da PEC da Zona Franca, para que nós possamos ter neste ano, no primeiro semestre ainda, a prorrogação da Zona Franca de Manaus.

De igual modo, devemos aprovar o Plano Nacional de Educação, que deveria ter sido aprovado em 2010. Estamos no ano de 2014 e até agora não temos o Plano Nacional de Educação. Vamos fazer, neste



primeiro semestre também a votação do Plano Nacional de Educação, Sr. Presidente.

Documento 282/311

005.4.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/02/2014- CD	17:52
Publ.: DCD - 06/02/2014 - 258	ALEX CANZIANI-PTB -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Henrique Eduardo Alves pela instalação de Comissão Especial destinada ao exame das alterações propostas pelo Senado Federal no Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. O Secretário Mozart nos informou que na próxima terça-feira será instalada a Comissão do Plano Nacional de Educação - PNE. Essa é uma matéria fundamental. Tramita na Casa já há alguns anos, foi aprovada, foi ao Senado e volta agora à Câmara dos Deputados.

É de fundamental importância que nós possamos aprovar essa matéria o mais rapidamente possível porque contém as metas, aquilo que nós sonhamos para a educação até o ano de 2020.

Parabéns a V.Exa.!

Muito obrigado.

Documento 283/311

005.4.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/02/2014- CD	17:52
------------	--	-------



Publ.: DCD - 06/02/2014 - FÁTIMA BEZERRA-PT -RN
261

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Saudação ao Presidente Henrique Eduardo Alves pela iniciativa da retomada dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame do Plano Nacional de Educação para terça-feira próxima, dia 11 de fevereiro.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa. pela iniciativa de ter convocado para a próxima terça-feira a retomada dos trabalhos da Comissão Especial que vai tratar exatamente do Plano Nacional de Educação que retornou do Senado Federal para a nossa Casa.

Quero aproveitar a oportunidade, Deputado Henrique Eduardo Alves, para também dizer que nós, da bancada do PT, precisamente do núcleo de educação que coordena essas atividades, referendamos hoje o nome do Deputado Angelo Vanhoni, do PT do Paraná, para continuar à frente da Relatoria do Plano Nacional de Educação.

Por fim, quero dizer que esperamos que esta Casa - a Comissão Especial - trabalhe agora com toda a celeridade e ousadia política para que em breve concluamos a aprovação do Plano Nacional de Educação e entreguemos ao País um plano nacional de educação ousado, com financiamento adequado, com vistas a cumprir as metas que estão lá e falam, inclusive, do relatório da Câmara dos Deputados.

As metas ousadas a que me referi vão desde a expansão e o fortalecimento da educação básica, da creche até a pós-graduação, passando pela valorização social dos trabalhadores da educação e do magistério brasileiro.

Portanto, é muito importante que a UNE, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE, a UBES, enfim, os movimentos sociais venham para a Câmara dos Deputados, para que o Congresso Nacional cumpra com seu dever e aprove o mais rapidamente possível o novo Plano Nacional de Educação.



Publ.: DCD - 07/02/2014 - PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE
61

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PDT favorável à manutenção do texto aprovado pela Casa a respeito do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente quanto ao reajuste do piso salarial nacional dos profissionais da educação. Imediata votação da matéria.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das matérias mais importantes aprovada pela Câmara dos Deputados em 2012 foi o Plano Nacional de Educação.

A matéria saiu daqui depois de 2 anos de debates, foi ao Senado Federal e, no final de 2013, ano passado, recebeu profundas alterações que praticamente desfiguram o caráter progressista daquele relatório aprovado na Câmara dos Deputados.

Eu quero destacar, em nome da minha bancada do PDT - nós que lideramos a defesa da emenda dos 10% do PIB para educação -, a importância de pautarmos com urgência a votação final do Relatório do Plano Nacional de Educação agora no mês de fevereiro.

Eu quero destacar uma das matérias mais importantes, além do tema do financiamento: a meta que prevê o reajuste do piso salarial dos profissionais da educação. Nós temos como meta equiparar o salário do profissional de educação aos salários de mercado, quando são exigíveis as mesmas normas de formação e qualificação. Ou seja, salário de professor não é gasto qualquer, não é sequer gasto público; salário de professor, a carreira do profissional da educação é um dos mais importantes instrumentos de promoção da qualidade da educação e, conseqüentemente, da qualidade do modelo de desenvolvimento adotado no País.

Nós não podemos abrir mão, portanto, da aprovação do Relatório do Plano Nacional de Educação, conforme aprovamos em julho de 2012 aqui na Câmara, destacando, entre outras matérias, o nosso compromisso de dobrarmos ou equipararmos ao mercado o salário dos profissionais de educação, para, mais à frente, garantirmos também piso e carreira para os servidores técnicos administrativos da educação.



Essa é a posição da bancada do PDT.

Documento 285/311

009.4.54.O

Sessão Não Deliberativa de Debates - 10/02/2014-
CD 18:42

Publ.: DCD - 11/02/2014 - FÁTIMA BEZERRA-PT -RN
56

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso dos 34 anos de fundação do PT. Realização no País de atos em comemoração à efeméride. Artigo PT: 34 anos de compromisso com o Brasil, de autoria da oradora. Defesa da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff. Reinstalação da Comissão Especial destinada à análise do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

Quero me associar às manifestações de parabéns por mais 1 ano de existência do Partido dos Trabalhadores. São 34 anos de história, de trajetória e de luta por um Brasil melhor.

Em decorrência exatamente dessa data, ao longo deste mês de fevereiro, nós estamos tendo uma intensa programação - cultural, política. Enfim, os militantes, filiados e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores se confraternizam em todo País, celebrando, portanto, sua história e trajetória.

Hoje mesmo, em São Paulo, logo mais a noite, haverá um ato que contará inclusive com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

Lá no meu Estado, Rio Grande do Norte, na última sexta-feira, Deputado Simão Sessim, estive na cidade de São Paulo do Potengi participando da posse do Vereador João Cabral na Presidência do PT daquele Município, ao mesmo tempo em que celebramos os 34 anos do partido.

No sábado, estivemos também em outra bela programação, no Assentamento Canudos, na cidade de Ceará-Mirim, prestigiando e participando da posse da companheira Livânia à frente do PT, ainda celebrando os 34 anos do partido.



Hoje, lá em Natal, à noite, na Assembleia Legislativa, nós teremos uma série de atividades para celebrar os 34 anos do partido. Ao longo de toda a semana, teremos mais atividades nas zonais do PT de Natal.

Temos ainda programada uma série de atos em Mossoró e em diversas outras cidades.

Na verdade, Sr. Presidente, é importante aqui destacar que vale a pena sim a gente celebrar a história deste partido, que nasceu com a cara da luta. Nós vivemos embates muito duros, como enfrentamento contra a ditadura, pela redemocratização, enfim. Este partido, Deputado Simão, nasceu com a cara da participação popular, com a cara dos movimentos sociais, com a cara das ruas, com a cara da democracia.

Então, esses 34 anos do PT é também o momento de a gente celebrar, por exemplo, os 11 anos à frente dos destinos deste País, de a gente convocar a militância petista em todo País para aquele que será, sem dúvida nenhuma, o desafio mais importante das nossas vidas, a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff.

A reeleição da Presidenta Dilma, para nós, não se trata apenas da simples oportunidade de renovar o mandato. Muito pelo contrário, significa a possibilidade não só de dar continuidade ao projeto generoso em curso que mudou a vida do povo brasileiro para melhor, mas avançar ainda muito mais.

Então, eu quero aqui, Deputado Simão Sessim, saudar os milhares de filiados do PT em todo o País, em especial do meu Estado, Rio Grande do Norte. Saúdo os filiados, os militantes e mesmo aqueles que não são, mas que, ao longo desses 34 anos, carregam esta estrela dentro do coração, com muito amor, com muito compromisso, com muito zelo.

Na verdade, o PT é hoje o que é graças a esse acúmulo de história, de luta, de compromisso, de dedicação, daquilo que tem de mais valioso e sagrado que é exatamente essa militância aguerrida, combativa, cujo tamanho do amor que tem pelo PT é o tamanho do amor que tem pelo Brasil. Este amor nós traduzimos no nosso cotidiano na busca do avanço nas transformações, nas mudanças para melhorar a vida do povo brasileiro.

Então, eu quero, por fim, pedir a V.Exa. que considere lido artigo de nossa autoria acerca dos 34 anos do PT, em que destacamos as transformações, as mudanças que o partido vem promovendo em prol da melhoria da vida do povo brasileiro.

Por fim, quero dizer que, amanhã, retomarei o debate muito importante nesta Casa do Plano Nacional de Educação na Comissão Especial. O Plano Nacional de Educação foi para o Senado e voltou. Amanhã, a partir das 14 horas, a Comissão Especial será reinstalada e



cuidaremos, com toda a dedicação, deste que é, sem dúvida nenhuma, um dos projetos mais importantes para o País: o novo Plano Nacional de Educação.

Viva o Partido dos Trabalhadores!

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Parabéns, Deputada Fátima Bezerra! Quero me associar aos festejos, aliás, merecidos, do Partido dos Trabalhadores, hoje, em São Paulo, e a V.Exa., pela brilhante saudação que fez ao seu partido.

Deputada Fátima Bezerra, também como professor, tendo toda a vida profissional no magistério, espero que amanhã Deus inspire a Comissão Especial para que tenhamos finalmente a aprovação do Plano Nacional de Educação, que virá depois para o plenário, e, com ele, a educação de qualidade que o Brasil tanto almeja.

ARTIGO A QUE SE REFERE A ORADORA

PT: 34 ANOS DE COMPROMISSO COM O BRASIL

Num país marcado pela dominação política e exclusão social, do século XX trouxe para a História do Brasil uma experiência de construção Partidária absolutamente nova, fruto de um processo de acumulação de forças que veio da resistência à ditadura militar, do trabalho de um novo sindicalismo, da intelectualidade orgânica, das organizações de base do campo e da cidade. O PT nasceu assim, como resultado da mobilização dos que sempre foram colocados à margem. Milhares de lideranças populares se lançaram, a um trabalho minucioso de formação política e organização de lutas por terra, trabalho e liberdade. Enfrentando condições adversas. Esse trabalho adentrou as florestas, prais, sertões, favelas, portas de fábricas, salas de aula, grupos de estudo, igrejas organizações da juventude, mulheres, negros. Essa mobilização foi a base para construção do PT. Nascemos, portanto, com a marca da participação, com a cara da democracia.

Foi com essa experiência rica, inovadora que forjamos um coletivo partidário capaz de mudar o Brasil. Mas isso não começou em 2002. Quando chegamos ao Governo Federal com o companheiro Lula já tínhamos uma trajetória de 22 anos, lapidadas nas lutas sociais, parlamentos e governo. Isso deu ao PT acúmulo político, capacidade de formulação, maturidade e experiência em gestões à frente de



prefeituras e governos estaduais. Não chegamos ao poder central por acaso. O governo que iniciamos em 2003 significa um avanço na nossa história. Um partido que nasceu dos duros embates com a ditadura, patrões e latifundiários e que tinha firmeza para dizer "não", amadureceu com o tempo e aprendeu a entender a política com um olhar mais amplo; amadureceu para compor alianças e conviver com as diferenças. Sem isso teria sido impossível ganhar as eleições de 2002 e fazermos nos últimos 11 anos a construção de de um novo país. Não é certamente o socialismo como qual sonhamos, mas é com certeza a experiência duradoura e sustentável dirigida por um partido de esquerda de fazer mudanças pela via eleitoral.

Exatamente por isso, o PTse transformou numa referência internacional e objeto de estudos de universidades no mundo inteiro. Intelectuais de todas as matizes refletem sobre a nossa trajetória e o legado que representamos. Merece registro que ao longo dos nossos 34 anos foram publicados mais de 1200 livros sobre o Pt no Brasil e fora do país.

O que fazemos hoje no Brasil é resultado da nossa história. Os programas e projetos em curso no país não surgem do nada. Eles revelam a opção de um partido pelos excluídos e são a face visível do nosso acúmulo histórico. Que outro partido colocaria em prática programas como as cotas nas universidades, o Luz Para Todos, o Mais Médicos e o Minha Casa Minha Vida? Um país que viveu 314 anos de escravidão e um processo secular de dominação e exclusão social, vivencia pela primeira vez os frutos de um projeto sustentável de resgate dessa dívida social.

A revolução social que nós acalentamos no passado tem hoje outra face no Brasil e o PT é a base para o salto que estamos dando em direção ao futuro.

Documento 286/311

015.4.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/02/2014-09:52
Publ.: DCD 14/02/2014 - 35	LELO COIMBRA-PMDB -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reinstalação da Comissão Especial destinada à análise do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação.



O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uso este 1 minuto para registrar que nesta semana nós reinstalamos a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Nós teremos um prazo de 10 sessões. Tudo indica que até o dia 12 ou 14 de março teremos votado, debatido com a sociedade, apresentado o conjunto das diferenciações que passaram pelo Senado e pela Câmara e aprimorado os 58 pontos que foram levantados e modificados pelo Senado *versus* os da Câmara, para que possamos fazer um aprofundamento de debate importante.

Esperamos que, ao longo destes próximos 30 dias, tenhamos a possibilidade de oferecer ao Plenário desta Casa e, na sequência, à sociedade um Plano Nacional de Educação exequível, provocador, que represente um avanço para a educação brasileira e que possa oferecer, do ponto de vista da atenção pública à educação, uma qualidade que nós desejamos desde que iniciamos os trabalhos...

(O microfone é desligado.)

Documento 287/311

019.4.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 17/02/2014- CD	15:57
Publ.: DCD - 18/02/2014 - 26	PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação do orador na Comissão Especial destinada à análise do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Importância da implantação do Programa Nacional de Creches e de investimentos no ensino profissionalizante no contexto das metas e diretrizes do PNE para o aprimoramento da qualidade da educação no País. Pavimentação de estradas vicinais e implantação do programa Rede Hospitalar pelo Governo do Estado do Maranhão. Liberação de recursos do PAC para a conclusão da pavimentação da BR-226 entre os Municípios maranhenses de Presidente Dutra e Timon.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, vou trazer aqui pontos importantíssimos: um, com relação ao PNE - Plano Nacional de Educação.



Depois de uma longa temporada no Senado, na Comissão de Educação do Senado, o Plano Nacional de Educação retorna à Câmara Federal. Nós estamos agora na Comissão Especial da PNE, olhando todas as modificações, todas as alterações que o Senado fez, para que possamos ter certeza de que as alterações no Plano Nacional de Educação realmente estão ali para contribuir para uma melhor qualidade de ensino no Brasil.

Devemos aqui lembrar, Sr. Presidente, que desde 2010 estamos tentando aprovar o Plano Nacional de Educação. Aprovado nesta Casa, o Plano foi para o Senado, e agora está retornando à Casa novamente. E, na Comissão, nós estamos trabalhando no sentido de que o Brasil possa ter novas metas e novas diretrizes na área da educação. Só acreditamos que o ensino fundamental pode melhorar com a implantação das creches, porque o ensino brasileiro tem que iniciar a partir de 3, 4 anos de idade. E para atender à clientela de 3, 4, 5, 6 anos de idade, é necessária a implantação, neste Brasil afora, do Programa Nacional de Creches. É necessário que as creches sejam colocadas na periferia, nas áreas de risco, onde está a população mais pobre deste País e que merece mais atenção.

As creches são um ponto fundamental no setor educacional. Sem as creches, não podemos pensar em melhorar a qualidade de ensino no ensino fundamental. E hoje, quando se questiona o ensino médio, Sr. Presidente, tem-se como base o ensino fundamental.

Então, é uma parceria da União, dos Estados e dos Municípios. Não podemos fazer a melhora do ensino se não pensarmos na parceria - no Município, o responsável pelo ensino fundamental; no Município, o Estado responsável pelo ensino médio; a União, fazendo sua parte, através do ensino superior, na graduação, mas também através do ensino profissionalizante.

O ensino profissionalizante é que pode atender à classe média através de uma formação profissional com ensino técnico. E o Brasil precisa de mão de obra qualificada, Sr. Presidente. Não é necessário que a mão de obra especializada fique apenas no Sul ou aqui nesta região, mas que possa chegar também ao Nordeste, ao Piauí, ao Ceará, ao Maranhão, a Tocantins, ao Rio Grande do Norte. Este é um ponto importante do Plano Nacional de Educação. Novas metas e novas diretrizes para que possamos atingir o objetivo maior da educação, que é a qualidade de ensino.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é no sentido de que o Maranhão hoje está passando por um período de mudança total, e essa mudança chegou ao Maranhão quando a Governadora do Estado elaborou dois planos audaciosos. Em um deles, a estrada que antes era vicinal agora está asfaltada. O plano do Governo do Estado do Maranhão é que possamos chegar a qualquer cidade do Maranhão saindo da BR,



através do asfalto feito pelo Estado. Até o final deste ano, toda cidade do Maranhão será alcançada. Vamos chegar ao destino do mais distante Município do Estado do Maranhão ou à sede da Capital através de estrada asfaltada.

A outra mudança, Sr. Presidente, é com relação à saúde pública. O Maranhão partiu na frente com um plano audacioso chamado Rede Hospitalar, por meio do qual o Governo do Estado do Maranhão está construindo mais de 80 espaços de atendimento para a população maranhense, como UPAs e pequenos e grandes hospitais, para atender à saúde na área de média e alta complexidade. Então, o Maranhão será o primeiro Estado a ter uma rede hospitalar para atender toda a população maranhense. Esse é um grande passo e uma grande vitória para os maranhenses e para o Governo do Estado.

Além disso, Sr. Presidente, queremos dar um comunicado para a região do Maranhão onde as cidades ficam próximas e são cortadas pela BR-226. O DNIT já se encontra com os recursos do PAC e vai concluir os 100 quilômetros que faltam na BR-226, que sai de Presidente Dutra até chegar à cidade de Timon. Toda aquela região vai ser beneficiada pela BR-226.

Conseguimos aprovar, Sr. Presidente, no final do ano. No orçamento, fizemos um remanejamento dos recursos do DNIT para manutenção e conservação das BRs no Estado do Maranhão, para que possamos construir 100 quilômetros da BR-226, ali na região de Presidente Dutra até chegar à cidade de Timon, beneficiando o Município de Gonçalves Dias, beneficiando os Municípios de Senador Alexandre Costa, Presidente Dutra, Governador Luiz Rocha, Graça Aranha, Caxias, Matões, toda aquela região, Barra do Corda, Grajaú, e a cidade de Eugênio Barros, da nossa querida Prefeita Maria da Luz, que está fazendo na cidade de Eugênio Barros uma grande administração, uma nova cidade a cada dia, melhorando a vida dos moradores da cidade de Eugênio Barros. Parabéns à nossa Prefeita Maria da Luz!

Agora, a estrada que queremos, de abril a junho, Sr. Presidente, já estará com todo o processo de licitação realizado, e começaremos a construção desse trecho da BR-226. Nossa querida cidade de Timon sempre brigou pelo contorno rodoviário, para que possamos tirar do centro da cidade de Timon aquele transtorno causado pelo transporte na hora de pico. Hoje não precisa mais ser hora de pico, Sr. Presidente. Durante todo o dia o trânsito ali é interrompido, porque o transporte não consegue mais fluir no centro da cidade. E a área comercial fica prejudicada.

Então, conseguimos aprovar também, Sr. Presidente, pelo orçamento do DNIT, outra emenda de remanejamento de 25 milhões, para que possamos construir o contorno rodoviário, unindo a BR-316 à BR-226 na região de Caxias, Timon e Matões.



De parabéns está a nossa região! Um sonho ao longo do tempo; há mais de 70 anos brigando pela BR-226. E, agora, Sr. Presidente, o sonho se tornou realidade.

Parabéns aos maranhenses e a toda a região de Presidente Dutra, de Timon e de Gonçalves Dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 288/311

029.4.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 25/02/2014-14:50
CD

Publ.: DCD - 26/02/2014 - 40 - FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Ações da Comissão Especial destinada à apreciação de mudanças propostas pelo Senado Federal ao projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação. Conclusões da 21ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, foi reinstalada recentemente, aqui na nossa Casa, a Comissão Especial encarregada de apreciar as mudanças feitas pelo Senado Federal ao projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação.

Na semana passada, nós tivemos a primeira e importante reunião, quando o Deputado Angelo Vanhoni apresentou uma síntese das modificações apresentadas pelo Senado. Agora à tarde, no Plenário 2, ocorrerá mais uma importante reunião, desta vez uma audiência pública, exatamente para ouvir a sociedade civil. Eu já estive no Plenário 2 e voltarei para lá logo após o meu pronunciamento. Haverá uma participação muito expressiva, com mais de 30 entidades



representativas tanto da educação pública como do setor privado.

A nossa expectativa, Sr. Presidente, é de que o Deputado Angelo Vanhoni apresente seu relatório entre os dias 10 e 14 de março para que, em seguida, possamos trazê-lo aqui para o plenário da nossa Casa e, se Deus quiser, concluir a aprovação desse importante projeto para o País e que, em seguida, vai à sanção da Presidenta Dilma Rousseff.

Nessa direção, Sr. Presidente, eu quero também dar conhecimento à nossa Casa da 21ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação, ao qual eu integro, representando exatamente o nosso Colegiado, a Comissão de Educação.

Essa 21ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação foi aprovada agora, no dia 24 de janeiro, e o Fórum coloca, Sr. Presidente, exatamente a sua preocupação diante das mudanças que o Senado Federal fez ao projeto de lei, quando lá tramitou, que institui o Plano Nacional de Educação. O Fórum Nacional de Educação considera que o texto do Senado Federal representa um retrocesso em relação ao debate, realizado no contexto da discussão do Projeto de Lei nº 8.035, que resultou no substitutivo do Deputado Angelo Vanhoni.

O Fórum Nacional de Educação reitera, portanto, a necessidade de respeito ao direito da sociedade civil, garantido constitucionalmente, à participação democrática na discussão sobre o referido projeto de lei, alertando Deputados e Deputadas Federais da necessidade de optarem pelo texto da Câmara, em detrimento do texto substitutivo do Senado, especialmente em relação aos temas:

1º - prazo de alfabetização de crianças até, no máximo, 8 anos de idade ou o terceiro ano do ensino fundamental - Meta 5;

2º - efetivação do compromisso do poder público com a ampliação de matrícula pública tanto na educação técnica profissional de nível médio quanto na educação superior - Metas 11 e 12;

3º - retomada do princípio do investimento em educação pública;

4º - assegurar a implementação do custo aluno/qualidade inicial;

5º - consagrar o papel da sociedade civil, representada no Fórum Nacional de Educação, frente às conferências municipais, estaduais, distrital e nacional.

Por fim, o Fórum reafirma a sua preocupação com o prazo de aprovação do Plano Nacional de Educação, conclamando esta Casa, Deputado Marçal, para que possamos aprová-lo o mais breve possível.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi reinstalada no início de fevereiro, aqui na Casa, a Comissão Especial encarregada de apreciar as alterações feitas pelo Senado Federal ao PL 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação (PNE).

Na semana passada, nós tivemos a primeira reunião da Comissão, na qual o Relator da proposta, Deputado Agnelo Vanhoni (PT-PR), apresentou uma síntese das modificações apresentadas pelo Senado.

Hoje, às 14 horas, no Plenário 2, a Comissão terá uma audiência pública com mais de 22 entidades representantes da educação pública e privada, que irão apresentar seus pontos de vista em relação ao texto. A expectativa, Srs. Deputados, é de que o relatório seja apresentado e votado na Comissão entre os dias 10 e 14 de março e, em seguida, seja votado no plenário da Casa, e, assim, ir a sanção da Presidenta Dilma Rousseff.

Vale destacar, Sr. Presidente, que esse projeto já foi amplamente discutido e debatido dentro do Congresso Nacional, que ele chegou em 2010 no Congresso Nacional e teve mais emenda do que a Carta Magna do País. E, agora, é desejo da sociedade brasileira, dos movimentos sociais, dos professores, dos estudantes e dos gestores de todo o País concluir a aprovação do PNE sem retrocesso do ponto de vista pragmático. No mérito, o relatório da Câmara dialoga mais com os resultados da Conferência Nacional de Educação.

Para concluir, Sr. Presidente, na semana passada, eu participei da quarta reunião do Fórum Nacional de Educação (FNE) com os coordenadores dos Fóruns Estaduais de Educação (FEEs). A reunião teve, entre suas pautas, o balanço das atividades de organização da etapa nacional da II Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014) e a elaboração da agenda do FNE e dos Fóruns Estaduais de Educação de acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE), em trâmite na Câmara de Deputados, dos Planos Estaduais, do Distrital e dos Municipais.

O quarto encontro do Fórum com os Fóruns Estaduais de Educação teve entre os objetivos elaborar uma agenda de ação do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais. Entre as propostas está o debate do documento-base, texto de discussão da etapa nacional, montado a partir da sistematização das emendas enviadas pelos Estados ao Fórum Nacional de Educação, pelas entidades que compõem o FNE e os FEEs.

Os coordenadores dos Fóruns Estaduais de Educação e os



representantes do Fórum Nacional de Educação decidiram ainda que será publicada uma carta que resume as discussões feitas durante esse quarto encontro. Entre os itens está a agilidade, por parte do Ministério da Educação, da publicação da portaria de convocação da CONAE, adiada para 19 a 23 de novembro deste ano. O quinto encontro do FNE com os Fóruns Estaduais está previsto para o início do segundo semestre.

Muito obrigada.

Documento 289/311

029.4.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 25/02/2014-16:04
CD

Publ.: DCD - 26/02/2014 - CLEBER VERDE-PRB -MA
63

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Avaliação do problema da distorção idade/série na educação brasileira. Criação, pelo Governo Federal, do Programa Nacional de Adequação de Idade/Ano Escolar. Necessidade de implantação de Classes de Aceleração. Expectativa de aprovação do Plano Nacional de Educação.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Primeiro, quero registrar que é uma honra poder usar a tribuna neste Grande Expediente, tendo V.Exa. como Presidente - V.Exa. que presidiu esta Casa; V.Exa. que foi Presidente do Congresso; V.Exa. que foi Presidente da República. Portanto, para mim é uma grande honra poder usar este instrumento do Grande Expediente tendo V.Exa. como Presidente nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência agradece a V.Exa. essas referências encomiásticas ao meu modesto desempenho nestes minutos que me foram conferidos pelo nobre Deputado Amauri Teixeira, que habitualmente ocupa, com brilho e proficiência incomparáveis, a direção dos nossos trabalhos.



O SR. CLEBER VERDE - V.Exa. é merecedor.

Sr. Presidente, nesta Casa, eu me orgulho de poder fazer parte de algumas ações parlamentares, dentre as quais, frentes parlamentares, comissões, enfim, aquilo que é inerente a nós, Parlamentares, atuarmos aqui no Parlamento Federal.

Eu tenho orgulho de participar da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, da Frente Parlamentar em Defesa dos Garimpeiros, da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados, e de ter iniciado, Sr. Presidente, uma articulação para a criação da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, Estaduais e Municipais.

E nós sabemos que essas universidades de fato enfrentam vários problemas, dentre os quais a questão de infraestrutura, de recursos, e, de forma especial, Sr. Presidente - e fizemos um trabalho nesse sentido -, que nós pudéssemos observar, no Orçamento Geral da União, um aporte financeiro para atender a essas universidades.

E nós sabemos que não é só infraestrutura e recursos que faltam para as nossas universidades. Há um problema, Sr. Presidente, de ordem conjuntural. Ou seja, bem atrás, antes de chegar à universidade, nós temos um problema que quero, nesta oportunidade, retratar aqui. Refiro-me ao início da atividade escolar por parte das crianças, porque uma deficiência que ocorre na base da educação vai certamente interferir no momento em que ingressarmos na universidade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero abordar desta tribuna, nesta oportunidade, um tema que, na verdade, é mais do que um desafio para a educação brasileira. Refiro-me à questão da distorção idade/série, presente em todo o processo de escolaridade, mas que tem, no circuito da educação básica, seu acento mais agudo e sua presença mais desafiadora. A distorção idade/série do aluno brasileiro não é só um problema, Deputado Amaury, é um desafio histórico.

O que é este fenômeno da escola brasileira? O MEC o define assim:

"No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade e encerrar essa etapa aos 14 anos. Depois, deve permanecer por mais 3 anos no ensino médio e concluir a educação básica aos 17 anos de idade. Quando o aluno sai desses parâmetros, estará em atraso escolar."

Se ele sair desses parâmetros, já entra em atraso escolar.

"O cálculo da distorção é feito a partir de dados do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, com a colaboração das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com a participação



de todas as escolas públicas e privadas do País."

É fácil entender esse fenômeno: o Brasil, até hoje, não conseguiu equacionar a questão da educação infantil. Nossas crianças chegam tardiamente à escola e, em consequência, cursam tardiamente a série escolar correspondente à sua idade.

O problema repercute nos níveis escolares posteriores. O Brasil, através da sua rede escolar, alberga alunos fora da faixa etária em todos os níveis de ensino: no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior. Somos um dos campeões mundiais deste fenômeno e, pasmem, na América do Sul estamos em primeiro lugar na distorção idade/série, Deputado Miriquinho, a quem, com muita satisfação, concedo um aparte.

O Sr. Miriquinho Batista - Deputado Cleber Verde, primeiro quero parabenizá-lo pelo tema que V.Exa. traz nesta tarde. Quem discute a educação no Brasil está pensando para frente, está pensando exatamente no melhor para o nosso País. Quando V.Exa. fala do atraso no ingresso da criança na escola, a gente percebe o quanto a Presidenta Dilma agora avança na questão com o ProInfância. São centenas, milhares de creches a serem construídas neste País, e é essa exatamente a política para resolver, eu diria, este atraso histórico na educação do nosso País. Nós não temos dúvida de que não se resolve essa questão educacional do dia para a noite, mas é preciso iniciar. E aqui eu quero parabenizar a Presidenta Dilma por esse fato e parabenizar V.Exa. pelo tema, que é muito importante, é fundamental. V.Exa. é um grande Deputado, um Deputado que aqui representa muito bem o Maranhão. Nós sabemos do seu trabalho e do seu compromisso e, num tema como esse, V.Exa. mostra exatamente a sua capacidade de realizar política para o povo brasileiro.

O SR. CLEBER VERDE - Muito obrigado, Deputado Miriquinho. Aproveito para solicitar que esse aparte seja integrado ao meu discurso desta tarde, Sr. Presidente.

Então, o Governo Federal criou, no ano passado, o Programa Nacional de Adequação de Idade/Ano Escolar. Trata-se de um conjunto de ações voltadas para aproximadamente 2,6 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos que ainda estão no ensino fundamental. A ideia é que eles acessem rapidamente o ensino médio.

O programa está sendo elaborado pelo MEC e é uma das ações planejadas para o plano geral de formulação de ensino médio, chamado de Compromisso Nacional pelo Ensino Médio. A proposta para esta fase, considerada o maior gargalo da educação no País, está em debate com o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED.



Desde o ano passado, as redes estaduais dominam as matrículas nessa etapa. Os planos do MEC incluem, além da produção de materiais específicos, a formação de professores para escolas de ensino fundamental que tenham estudantes com distorção idade/série em jornada ampliada. A Pasta pretende induzir a produção de uma proposta curricular específica para os jovens acessarem o ensino médio.

Sr. Presidente, com satisfação, concedo um aparte ao nobre Deputado Silas Câmara.

O Sr. Silas Câmara - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Cleber Verde, V.Exa., como sempre, traz a este Grande Expediente um tema que, com certeza, diz respeito a todos nós, brasileiros e brasileiras, que temos preocupação com o futuro desta Nação. V.Exa., Deputado Cleber Verde, que honra o Estado que representa, conhece, como municipalista que é, o grande gargalo da Nação brasileira no que diz respeito a essa questão da entrada das crianças em idade adequada nas creches do Brasil, para começar a ter o andamento da sua vida escolar. Está de parabéns, como disse o companheiro que me antecedeu, por conta do investimento na obra física. Mas o grande desafio desta Nação, Deputado Cleber Verde, está justamente na estruturação dessa transversalidade do ensino no que diz respeito também à descentralização dos recursos. Imagine V.Exa. que 60% de toda a receita que esta Nação arrecada ainda ficam com o Governo Federal; 27% com os Estados; e apenas 13% com os Municípios. Portanto, não basta construir, tem também que estruturar. Esse é o grande desafio. V.Exa. tem completa razão em trazer um tema tão importante para o debate, neste dia, na Câmara dos Deputados. V.Exa. é meu companheiro. Tenho por V.Exa. uma admiração muito grande por conta dos temas que traz como objetivo e como propósito através do seu mandato. Que Deus o abençoe! Parabéns ao povo do Maranhão, que colocou V.Exa. aqui para brilhar e para não ser mais verde, mas um homem maduro e trazer temas tão importantes como esse! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CLEBER VERDE - Obrigado a V.Exa. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu discurso.

Sr. Presidente, segundo o MEC, o programa está mapeando onde estão os estudantes atrasados. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica da ONG Todos Pela Educação, os 2,6 milhões de alunos de 15 a 17 anos que ainda estavam no ensino fundamental em 2011 representam 25,5% do total de jovens nessa faixa etária. A maior parte, 52%, estava no ensino médio, e o restante havia abandonado a escola.

As preocupações com o ensino médio se intensificaram depois da divulgação da última edição do Índice de Desenvolvimento da



Educação Básica - IDEB, no ano passado. Apesar de o índice mostrar avanço no ensino fundamental, o médio ficou estagnado no País.

A problemática da distorção idade/série agravou-se ainda mais no Brasil a partir de 2005, com a Lei nº 11.114, que altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de 6 anos de idade no ensino fundamental.

Por sua vez, fixa o ano de 2010, ou seja, a Lei nº 11.274, de 2008, como marco obrigatório para todos os sistemas de ensino implementarem o ensino fundamental de 9 anos. Consequência de todas essas medidas legais: maior volume de alunos com distorção idade/série.

Então, veja, Sr. Presidente, que as alterações aqui sofridas provocaram ainda mais o aumento nessa distorção.

Qual é a situação do País neste momento em relação a essa questão? Simplesmente dramática.

Como podemos ver, em 2012, de cada 100 alunos, aproximadamente 17 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Quanto mais se avança na escolaridade, mais aumenta a taxa de distorção idade/série, como se pode constatar.

Eu fiz inclusive um mapa ilustrativo do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e também do ensino médio.

Observem: 1º ano, 5% é a defasagem idade/série; no 2º ano, 10%; no 3º ano, 19%; no 4º ano, 23%; no 5º ano, 24%. Do 1º ao 5º ano, Sr. Presidente, a média total de distorção idade/série nesse segmento é de 16,2%.

No ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, nós temos o seguinte quadro: no 6º ano, 32% é a defasagem idade/série; no 7º ano, 29%; no 8º ano, 26%; no 9º ano, 25%. Ou seja, a média total da distorção idade/série no segmento do 6º a 9º ano é de aproximadamente 28%.

No ensino médio, é ainda mais grave. Esse é um relato importante, Sr. Presidente: do 1º ao 3º ano do ensino médio. Nós temos no 1º ano uma defasagem idade/série de 35%; no 2º ano, 29%, e no 3º ano, 27%. A média de distorção idade/série, nesse segmento é de 31%.

A origem do problema distorção idade/série, na educação básica, é: situação econômica do aluno; evasão e abandono escolar; aprendizado escolar inadequado, seja por falta de proficiência do professor, seja pelo material escolar não apropriado; modalidades uniformes de avaliação do aluno - ou seja, a uniformidade de



procedimento no ensino desses alunos -; e também a escola pouco atrativa para o aluno, circunstâncias que produzem: comportamentos indisciplinados; prática de atos infracionais; baixa estimulação do aluno. Resultado: quadro de repetência elevado em todas as séries e de abandono escolar.

Veja que esse é um tema, Sr. Presidente, extremamente grave e preocupante. Por isso, o trago aqui nesta tarde para falarmos exatamente dessa defasagem idade/série, porque é preciso que todos nós, Governo, Parlamento, atuemos fortemente para equacioná-lo.

O remédio para o enfrentamento desta desafiadora questão está na implantação de Classes de Aceleração.

Trata-se de uma intervenção pedagógica, com metodologia alternativa para sanar lacunas na aprendizagem e melhorar o desempenho dos alunos, possibilitando a todos a recuperação do tempo perdido ao longo de sua trajetória escolar. A consequência desse tipo de intervenção é, sobretudo, restaurar o fluxo escolar através da superação do problema do fracasso escolar, que tem raízes, como já apontamos, tanto na desigualdade social quanto em inadequações internas da própria escola.

O art. 24 da LDB, da Lei nº 9.394, de 1996, em seu inciso V, dá sustentação legal à proposta pedagógica de aceleração, quando fixa que, dentre os critérios da verificação do rendimento escolar, está a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

Repito, Sr. Presidente, uma das saídas estratégicas para enfrentarmos o problema da defasagem idade/série é de fato a implantação de Classes de Aceleração.

No momento em que o Brasil assume posição de destaque no campo dos direitos sociais e no processo de globalização da nossa economia, a questão da distorção idade/série na educação básica, Deputado Mauro Benevides, ganha extrema relevância, dado que não existe um único exemplo de país no mundo que tenha apresentado sucesso econômico, social e cultural duradouro de sua população com atraso educacional e com fracasso escolar acumulado e crônico.

Portanto, o Governo Federal, o Executivo, a educação brasileira não deve medir esforços para equacionarmos a questão da defasagem idade/série no nosso País, implantando, Sr. Presidente, as Classes de Aceleração.

Com muita satisfação, concedo um aparte ao nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Cleber Verde, quero



cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje ocupando o Grande Expediente. V.Exa. tem se revelado nesta Casa um Parlamentar consciente de suas responsabilidades para representar, com dignidade - e o faz, sem dúvida nenhuma -, o bravo povo maranhense. Portanto, eu não me dispensaria de apartear-lo neste momento por exaltar a *performance* que V.Exa. há cumprido durante este mandato, com brilho e proficiência incomparáveis. É a homenagem que presto à atuação de V.Exa. nesta Casa.

O SR. CLEBER VERDE - Agradeço a V.Exa. e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Ouçó, com satisfação, o Deputado Severino Ninho.

O Sr. Severino Ninho - Deputado Cleber Verde, o assunto que V.Exa. traz a debate é de grande importância para o País no que se refere à educação. Eu acabei de vir do Plenário 2, onde se debate o PNE, que o Senado alterou e que voltou para esta Casa. O País tem urgência nesse assunto. V.Exa. demonstra uma preocupação muito grande com a questão educacional. Realmente, o País não tem acertado nessa área. O País conseguiu avanços, mas não resolveu o problema educacional. Eu sempre cito o Senador Cristovam Buarque, cujo projeto que defende eu também entendo ser o melhor para o Brasil. Então, quero parabenizar V.Exa. pela grandeza, importância e atualidade do tema e pela maneira séria como traz o assunto a debate nesta Casa.

O SR. CLEBER VERDE - Agradeço a V.Exa. e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento com muita satisfação e alegria em ver a sua preocupação e por também concordar conosco que é urgente resolver o problema educacional do nosso País.

O PNE também é uma grande oportunidade; voltou para esta Casa. E V.Exa. lembra bem: precisamos urgentemente aprová-lo, para garantir mais recursos para a educação do nosso País.

E aí incluo, como falei no início do discurso, que nós possamos dar uma atenção especial às universidades públicas estaduais e municipais, que têm recebido recursos do Estado e do Município. O Governo Federal precisa estar presente também, alocando os recursos necessários para podermos criar uma infraestrutura mais adequada, melhorar o corpo docente das universidades e garantir, acima de tudo, uma educação melhor para o nosso País.

Portanto, acrescento ao meu discurso o seu aparte.

Com grande satisfação, concedo aparte ao nobre Deputado Deley.

O Sr. Deley - Deputado Cleber Verde, eu estava aqui acompanhando



atentamente o seu discurso. Não há dúvida de que, quando se escuta sobre o tema educação, a gente começa a olhar vários problemas do País e entende, como V.Exa., que tão bem representa aqui o Estado do Maranhão, que vários dos problemas que vive a sociedade estão intrinsecamente ligados à questão educacional. Eu acho que nós já passamos da hora. Aqui não é uma crítica a esse ou àquele governo. É uma crítica histórica aos governos deste País. Então, se pensou realmente nesse instrumento, que é o grande instrumento de qualquer nação. Hoje, em qualquer nação do mundo que nós conhecemos, o sistema educacional é extremamente avançado. Então, essa é uma dívida. Talvez nós devêssemos pensar no programa de aceleração da educação. É urgente que a gente possa tratar esse tema com mais atenção. V.Exa. já destacou várias questões que atrapalham o Brasil realmente ser um país com educação de qualidade, com salário digno para o professor, enfim. Então, o que me resta aqui é parabenizá-lo e torcer para que continue representando tão bem o Maranhão. Parabéns!

O SR. CLEBER VERDE - Deputado Deley, muito obrigado por sua participação. Vou incorporar o seu aparte ao meu discurso. V.Exa. foi um craque no futebol e é um craque neste Parlamento, está fazendo muito pelo Brasil e pelo seu Estado. Muito obrigado a V.Exa. pelo aparte.

Sr. Presidente, concluindo, quero dizer a V.Exa. que os Municípios, sobretudo, precisam fazer investimentos no campo da distorção idade/série como forma de produzir impactos positivos sobre a eficiência e a eficácia de seu sistema de ensino e, dessa forma, atuar fortemente para a melhoria dos índices nacionais de desempenho das escolas e dos alunos, aferidos pelo Ministério da Educação.

Feito isso, estou certo de que os Municípios brasileiros poderão atrair um maior volume de investimentos do Governo Federal para as suas comunidades locais no campo estratégico e no desenvolvimento da educação básica.

É necessário e urgente, Sr. Presidente, investir na questão da distorção idade/série de todo o ensino fundamental e médio, não apenas de algumas séries.

Como retratei aqui, é gravíssima a distorção da idade que há hoje, do 1º ao 5º ano, ao inserir o aluno na série em que ele vai fazer parte; do 6º ao 9º ano; e no ensino médio é ainda mais grave.

Portanto, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que o remédio para resolvermos e equacionarmos essa questão da idade/série que há hoje, da defasagem dos alunos, está exatamente no enfrentamento dessa desafiadora questão, implantando as Classes de Aceleração, ou seja, permitindo que os alunos possam adentrar uma escola, uma sala



de aula, e manter regularidade escolar, suprindo, portanto, essa que é uma deficiência que vem desde o 1º ano, desde o início do aluno na escola fundamental.

Nesse aspecto, conluo, Sr. Presidente, primeiro, agradecendo os apartes dos oradores que vieram tão gentilmente colaborar com o meu pronunciamento; segundo, acreditando que é possível, sim, avançarmos na questão educacional. Como eu disse ainda há pouco, um país que pretende ser desenvolvido não pode sê-lo sem investir em educação. É uma grande oportunidade que temos de começar nos nossos Municípios, nos Estados e, principalmente, com a União atuando e enfrentando o problema da idade/série em defasagem em nosso País.

Nesse aspecto, conluo aqui, agradecendo e pedindo ao Governo Federal que nós possamos dar as mãos neste momento. Está aí o PNE. Vamos votar o PNE e garantir mais recursos à educação neste País. E vamos avançar, fazer com que de fato este País, que pretende ser desenvolvido e de Primeiro Mundo, possa erradicar o analfabetismo e garantir, acima de tudo, uma educação de mais qualidade.

Portanto, encerro agradecendo aos meus pares, desejando a todos nós um profícuo mandato ao longo deste ano e também êxito nas eleições que se aproximam.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Que Deus nos abençoe e que possamos continuar nesta missão que o povo dos nossos Estados nos concedeu de estar aqui e defender os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado a V.Exa.

Documento 290/311

029.4.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 25/02/2014-16:50

Publ.: DCD - 26/02/2014 - 71 AMAURI TEIXEIRA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio a documentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais



de Ensino Superior - PROIFES em defesa da aprovação de projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE de acordo com texto elaborado pela Casa. Apoio à nota da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT em defesa da manutenção no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE de diretrizes reivindicadas pela entidade. Participação do orador em visitas realizadas pelo pré-candidato a Governador do Estado da Bahia pelo PT, Rui Costa, aos Municípios de Valença e Santo Antônio de Jesus. Reivindicação de torcedores do Esporte Clube Bahia e Esporte Clube Vitória de implantação de campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Valença.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estive no Plenário 2 participando da discussão relativa ao PNE, que foi ao Senado e voltou a esta Casa. Quero deixar aqui registrado nosso apoio ao documento entregue pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que pede a votação essencialmente do texto da Câmara.

Quero também deixar registrado o nosso apoio ao documento do PROIFES, que também coloca que o projeto essencial é o da Câmara.

Deixo também registrado o nosso apoio à Nota Oficial da ABGLT, que pede que o Plano Nacional de Educação tenha diretrizes que garantam a cidadania do setor LGBT.

Sr. Presidente, estive nesse final de semana acompanhando o nosso pré-candidato a Governador, Rui Costa, em Santo Antônio de Jesus, depois, em Valença. Em Valença, as torcidas do Bahia e do Vitória estão juntas. A torcida do Vitória, representada pelo jovem Mateus, e a torcida do Bahia, representada pelo jovem Jeferson, são lideradas pelo Vereador do PT Adailson e por Rafael, que pedem a implantação do *campus* da Universidade Federal do Recôncavo em Valença.

Há um clamor. Está prevista - e há um projeto original- a implantação do *campus* de Valença.

Uma universidade do Rio Grande do Sul, que foi fundada na mesma época da UFRB, tinha 10 *campi* previstos: todos já foram implantados. A UFRB não tinha esse número de *campus*, era muito menos, cinco ou seis, e não se implantou. Além disso, é necessário para que a UFRB se consolide, para ser a verdadeira Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Também é preciso aumentar o seu *campus* em Nazaré das Farinhas.

Então, a UFRB, uma importante instituição de ensino, a universidade mais inclusiva do Brasil, tem 70% do seu alunado oriundos da



população afrodescendente. No entanto, ainda está com o seu desenho incompleto. Hoje, não tem *campus* em uma cidade importante como Valença nem em Santo Antônio de Jesus.

Então, em nome da juventude de Valença, em nome da juventude de Nazaré das Farinhas, pedimos a imediata implementação desses dois *campi*.

Solicito a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 291/311

033.4.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	27/02/2014-10:38
Publ.: DCD 28/02/2014 - 32	- SÁGUAS MORAES-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Retorno do orador à Comissão de Educação. Considerações sobre a proposta de Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que, por fim, ontem, constituímos as Comissões na Casa.

Eu voltei para a Comissão de Educação, da qual eu já havia participado em 2011, como titular, e como suplente da Comissão de Seguridade Social e Família.

Este ano é muito importante para a educação brasileira, e principalmente para esta Casa, Sr. Presidente, porque nós temos o PNE - o Plano Nacional de Educação, que foi debatido no Congresso, na CONAE de 2010, está nesta Casa desde 2011, recebeu aproximadamente 2.900 emendas, foi para o Senado e retornou a esta Casa no final do ano passado, praticamente na última semana do ano



legislativo.

Agora a Comissão Especial já está trabalhando nas audiências públicas para poder colocar em apreciação o Plano Nacional de Educação, que, sem dúvida nenhuma, vai criar condições para que possamos avançar ainda mais na qualidade da educação.

Fui Secretário de Estado de Educação por duas vezes, em Mato Grosso, 3 anos no Governo Blairo Maggi e 2 anos agora no Governo Silval Barbosa.

Nós percebemos que, com o apoio do Ministério da Educação, desde o período do Ministro Haddad, do Presidente Lula, da Presidenta Dilma agora, tivemos avanços importantes. Houve uma ampliação significativa do financiamento. Saímos de 19 bilhões para 107 bilhões em investimentos na educação para 2014. Porém, ainda carecemos de algumas ações. Precisamos da escola em tempo integral. Precisamos ampliar ainda mais a atenção na educação infantil, que prevê, no Plano Nacional de Educação, até 2016, que 100% das crianças entre 5 e 6 anos estejam em creches e 50% das crianças de zero a 3 anos, em tempo integral, até 2020. Precisamos também de mais investimentos nas universidades públicas deste País.

Sr. Presidente, temos que priorizar o que deverá ser o projeto mais importante aprovado nesta Casa: o Plano Nacional de Educação. Precisamos aprová-lo antes do período eleitoral. Eu confio que isso irá acontecer.

Documento 292/311

051.4.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 18/03/2014-16:52

Publ.: DCD - 19/03/2014 - 72 ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Presença na Casa do Prefeito Dilair Menin e do Secretário de Obras Valdir Graciola, do Município de Caibi, Estado de Santa Catarina. Expectativa de



aprovação da proposta de novo Plano Nacional de Educação. Morosidade na apreciação da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. ainda tem crédito comigo. Apesar de ter tomado a cadeira hoje de maneira um pouco açodada, V.Exa. ainda tem crédito.

Eu quero registrar a presença entre nós do Prefeito Menin e do Secretário de Obras do Município de Caibi, Valdir Graciola. Mas ocupo a tribuna, Sr. Presidente - e faço isso em meu nome e em nome do Deputado Onofre Santo Agostini e do Deputado Décio Lima, que é correligionário do Prefeito -, para dizer que amanhã nós poderemos concluir uma novela comprometedora para o Brasil.

Eu sou professor há 46 anos, ministrei a minha primeira aula no dia 3 de março de 1968, no Instituto Estadual de Educação. E nós ainda não aprovamos o Plano Nacional de Educação, que deveria valer para a década de 2011 a 2020. Passaram-se os anos de 2011, 2012, 2013, já estamos para lá da metade do mês de março de 2014, e o Plano Nacional de Educação, que deveria reger a atividade de política pública mais importante do País - zelando pela capacidade para empreender, pela capacidade para ser um trabalhador ativo, inteligente, com boa remuneração, um cidadão, enfim -, ainda não foi aprovado. Ou seja, não é o assunto mais importante, como deveria ser, e como é, para o nosso País.

Eu espero que amanhã nós possamos quitar essa dívida, cuja promissória já está vencida há pelo menos 3 anos e, com isso, demonstrar - depois de uma confissão, se possível, Padre Luiz Couto, com um ato de contrição perfeito, ou seja, reconhecendo a nossa culpa e pedindo perdão e nos arrependendo - que queremos recuperar o tempo perdido e termos, realmente, um norte, uma diretriz, ou melhor, um conjunto de diretrizes, e preceitos de avaliação para a educação do nosso País.

Faço este voto e espero que também com o meu voto, representando o meu partido, eu ajude a concretizar o pagamento dessa dívida.

Quero incluir na minha citação o Deputado Valdir Colatto, que eu não havia visto. O Deputado Colatto também celebra a presença do Prefeito e do Secretário de Obras de Caibi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Deputado Esperidião Amin,



V.Exa. é muito elegante, é meu amigo, mas saiba que o meu gesto não foi açodado. Eu fui expressamente convidado pela Deputada Andreia Zito a substituí-la. E eu sei da sua vontade contrária.

Documento 293/311

052.4.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/03/2014-15:00
Publ.: DCD - 20/03/2014 - 54 ARTUR BRUNO-PT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio a movimento de paralisação de professores da rede pública de ensino básico no País concernente à remuneração paga à categoria. Avanços do setor educacional previstos no projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, uma série de paralisações promovida por professores da rede pública de ensino básico do Brasil teve início ontem, acontecerá hoje e terá sequência amanhã. Nestes 3 dias, professores brasileiros, por meio de passeatas, caminhadas, reuniões, assembleias, querem mostrar ao povo brasileiro que a nossa categoria ainda não é tratada como deveria pelos Governos de maneira geral.

Hoje, o professor da rede pública municipal está ganhando, em média, 2 mil reais por 40 horas de trabalho. O professor da rede estadual ganha um pouco mais, mas é muito pouco. É de 2.600 reais a remuneração média de um profissional de nível superior, graduado. E muitos são pós-graduados e especialistas. Por dois expedientes, de forma cansativa, exaustiva, num trabalho que não é fácil, todos nós sabemos, esses profissionais ainda recebem o penúltimo salário de nível superior do País.

Recentemente, o IPEA fez uma pesquisa em que revelou a remuneração de 47 profissões de nível superior. Em último lugar, ficou a dos religiosos, padres e freiras; em penúltimo lugar, a dos professores. É por isso que se diz que o professor é vocacionado. O



professor é praticamente um religioso quando está na sala de aula, mantendo a dignidade do seu trabalho, transmitindo seu conhecimento para os alunos. Portanto, é insustentável, é inadmissível que no Brasil ainda haja professor maltratado, desrespeitado quanto a sua dignidade, a sua remuneração.

Daqui a pouco, alguns Parlamentares, o Deputado Waldenor Pereira, outros Deputados desta Casa, estaremos reunidos para avaliar o relatório do Deputado Angelo Vanhoni sobre o Plano Nacional de Educação. Esta Casa, a Câmara dos Deputados, deu ganhos importantes para a nossa categoria. O mais importante é que nós vamos quase duplicar o investimento em educação em 10 anos. Hoje, o Brasil investe 5,5% do PIB em educação pública. E nós queremos investir 10%, num prazo máximo de 10 anos.

Também estamos votando para estabelecer, no Plano Nacional de Educação, que, daqui a 6 anos, o professor da rede pública básica terá uma remuneração média - hoje, ganha a média do profissional de nível superior do Brasil. Se isso começasse a valer agora, significaria 4 mil reais. Portanto, praticamente dobraremos, em 6 anos, o salário do professor da rede municipal e também do de boa parte da rede estadual.

Vamos ainda votar algo fundamental para a qualidade da educação no Brasil, que é a gestão democrática pelo mérito e pela liderança. Hoje, na maioria dos Municípios e ainda em muitos Estados, quem indica o diretor da escola é o Vereador, o Deputado, a liderança política. Trata-se do famoso QI, o "Quem Indica". Nós estamos estabelecendo, no Plano Nacional de Educação, o prazo de até 2 anos para que todos os Estados e Municípios do Brasil escolham seus diretores pelo mérito e pela liderança.

Estamos também dando o prazo de 2 anos, no máximo, para que todos os Municípios e Estados tenham seus planos de cargos, carreiras e salários.

Sr. Presidente, algo fundamental é que estamos definindo o prazo de 1 ano para que o MEC, juntamente com Estados e Municípios, possa ter um plano nacional de capacitação permanente para nossos professores.

Portanto, como professor, como colega de muitos que nos estão ouvindo, quero ser solidário a todos os professores e professoras em greve no Brasil.

Que o Brasil possa dar dignidade ao nosso trabalho, sensibilizando os Governos Municipais, os Estaduais e o Federal.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no



programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Está autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa.

Quero corroborar suas palavras, porque, para uma nação, realmente não há outra revolução sem armas a não ser a da educação. É o caminho.

Documento 294/311

053.4.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/03/2014-
CD 19:06

Publ.: DCD - 20/03/2014 - FÁTIMA BEZERRA-PT -RN
168

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Participação da oradora em ato da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação na defesa da educação pública de qualidade, em Brasília, Distrito Federal, e de debate sobre o Plano Nacional de Educação no Estado do Rio Grande do Norte. Anúncio do início da fase de discussão e votação do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação pela Comissão Especial destinada ao proferimento de parecer à matéria.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Coordenadora do Núcleo de Educação da bancada do PT, participei hoje de um importante ato convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, ato esse exatamente em defesa da educação pública e de qualidade.

Na verdade, o ato de hoje, Sr. Presidente, faz parte da programação que teve início nesta segunda-feira e será concluída hoje, que foi uma paralisação nacional em defesa da educação, convocada pela CNTE, com a participação de 27 sindicatos e ela filiados.



A palavra de ordem neste momento, Deputado Henrique Eduardo, é a votação imediata do Plano Nacional de Educação, bem como o cumprimento da Lei do Piso Salarial do Magistério, os 10% do PIB para a educação e a destinação dos *royalties* para a educação.

Enfim, ficamos muito felizes de ver mais uma vez a mobilização dos professores e professoras de todo o Brasil, não só aqui em Brasília, mas em todos os Estados. Lá no nosso Estado, no Rio Grande do Norte, ainda ontem também participei da programação.

Para concluir, quero dizer a V.Exa. que hoje houve reunião da Comissão Especial que trata do PNE. O Deputado Vanhoni, nosso Relator, apresentou o seu relatório, e, na próxima quarta-feira, vamos iniciar o processo de discussão e de votação do Plano Nacional de Educação na Comissão, que depois terá que vir para este plenário.

Portanto, a reunião da Comissão Especial do PNE, que apontou para a votação na próxima quarta-feira, dialoga exatamente com a mobilização, com o anseio, com o desejo que têm os professores e professoras de todo o Brasil e a sociedade. Aprovar imediatamente o Plano Nacional de Educação significa, na verdade, atender não só a essa reivindicação dos professores e estudantes, mas de toda a sociedade.

Esse é o projeto mais importante que tramita na nossa Casa neste exato momento, e eu tenho certeza de que V.Exa. está irmanado conosco nessa luta, para que façamos nosso dever de casa e aprovemos, o mais imediatamente possível, o Plano Nacional de Educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Essa é uma bandeira da Casa, Deputada Fátima.

Parabéns a V.Exa.!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, em Brasília, eu participei da mobilização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação em frente ao Congresso Nacional. Fiquei muito feliz em ver os professores de todo o País nas ruas em defesa da educação pública de qualidade. Cerca de 1.500 professores e funcionários da rede pública de todos os Estados brasileiros estiveram reunidos no ato, que fez parte da programação do terceiro dia da greve nacional dos educadores, que começou na segunda-feira, 17, e terminou na quarta,



19.

A paralização, Sras. e Srs. Deputados, que terminará hoje, foi organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que representa mais de 3 milhões de educadores das redes públicas de ensino de educação básica.

Na terça-feira, participei, no meu Estado, Rio Grande do Norte, de um debate sobre o Plano Nacional de Educação: Projeto de Lei do Senado *versus* Projeto de Lei da Câmara Federal. O evento foi muito bem organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte e contou com a presença de dezenas de trabalhadores.

A bandeira da educação para nós, neste momento, é a votação imediata do Plano Nacional de Educação. Esse é o projeto mais importante em tramitação no Congresso Nacional hoje. Não podemos aprovar o PNE de qualquer jeito. Queremos o PNE da Câmara com 10% do PIB para educação pública e um plano que traz a valorização dos profissionais do magistério de todo o País.

A meta 17 do Plano Nacional de Educação, que se encontra em análise por esta Casa e que trata da valorização dos profissionais do magistério, não pode ser prejudicada. Os trabalhadores em educação precisam ter seu plano de carreira, jornada e salários, além de ter sua profissão reconhecida.

Por que os professores têm que ganhar menos do que as outras profissões? Eles exercem um papel, em muitos casos, mais importante que outras profissões do País. O professor precisa ser reconhecido, como um profissional ímpar para o desenvolvimento social e econômico de um país.

Portanto, Srs. Deputados, vamos dar a eles carreira, jornada, salários e reconhecimento.

Viva a educação pública de qualidade! PNE para valer já!

Era o que tinha a dizer.

Documento 295/311

053.4.54.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/03/2014-19:06

Publ.: DCD - 20/03/2014
- 188

STEFANO AGUIAR-PSB -MG

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

DISCURSO



Sumário

Posicionamento do orador contra a inclusão da igualdade de gênero e orientação sexual como diretriz da educação brasileira, ao ensejo da apreciação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. STEFANO AGUIAR (PSB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar esta oportunidade para deixar registrada minha posição em relação ao Projeto de Lei Nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Quero lembrar que a sociedade brasileira está de olho em tudo que acontece no País. Parcelas significativas da população inclusive têm se reunido para se manifestar contrariamente à introdução da igualdade de gênero e orientação sexual como diretriz da educação brasileira.

A Central de Comunicação Interativa da Câmara dos Deputados recepciona as demandas e manifestações da sociedade, ou seja, tem contato direto com a população. É o famoso 0800-619619 denominado "Fale Conosco".

Essa central tem registrado aproximadamente 544 ligações de manifestantes; das 544 ligações, 528 foram contrárias à introdução da igualdade de gênero e orientação sexual nas escolas; apenas 16 ligações foram favoráveis. Lembro que foram registradas mais de 2.000 mensagens em minha caixa de *e-mail* na última semana, todas contrárias à introdução das expressões "gênero", "igualdade de gênero" e "orientação sexual".

As estimativas apontam que a maioria da sociedade brasileira é conservadora, que tem como base fundamental a religião e a família.

Sras. e Srs. Deputados, não podemos votar contra a instituição familiar, contra nossas raízes, contra nossa cultura, não podemos matar a inocência de nossas crianças.

O Estado deve se preocupar com a coletividade, buscar melhorias para uma boa educação, preparar nossas crianças e jovens para o mercado de trabalho.

A escola deve ser um local de aprendizado de valores de vida, de pertencimento, de ressignificação e valorização do ser humano, e não um local



onde crianças pequenas são submetidas ao estudo de assuntos para os quais não estão preparadas, simplesmente para atender os anseios de uma minoria.

Não mediremos esforços para proteger a família brasileira e principalmente nossas crianças. Não permitiremos que tirem delas o direito de ser crianças, que tirem sua inocência.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 296/311

054.4.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/03/2014- CD	10:00
Publ.: DCD - 21/03/2014 - 35	ARTUR BRUNO-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Expectativa de votação, pela Comissão Especial respectiva, do parecer apresentado ao projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Elogio ao Deputado Angelo Vanhoni, Relator da proposição.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há mais de 3 anos o Congresso Nacional vem debatendo o Plano Nacional de Educação.

Esta Casa aprovou o projeto, através do trabalho da Comissão Especial, no início de 2012. Ele foi ao Senado Federal, retornou à Câmara dos Deputados, e ontem, na Comissão Especial, da qual eu faço parte, o Deputado Angelo Vanhoni, que é o Relator do PNE nesta Casa, apresentou o seu parecer.

Na próxima semana, Sr. Presidente, nós iremos votar o parecer do



Deputado Angelo Vanhoni. E, após a votação do seu parecer, serão votados os destaques. E, efetivamente, quando concluirmos esse trabalho - creio que no máximo em 2 semanas concluiremos esse trabalho na Comissão Especial -, o PNE, o Plano Nacional de Educação, que é um plano decenal, que tem 21 metas e 257 estratégias, será votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Portanto, desta forma, creio que no máximo até abril ou maio, num prazo máximo, o Brasil terá um novo Plano Nacional de Educação para 10 anos.

E eu quero registrar o meu contentamento, a minha alegria porque o Relator acatou todas aquelas conquistas importantes da comunidade educacional brasileira. Professores, estudantes, demais profissionais da educação, entidades ligadas à educação, universidades e escolas lutaram para que incluíssemos no plano a proposta de que, em 10 anos, o Brasil destinaria 10% do investimento público para a escola pública. Portanto, estão garantidos os 10% de investimento público na educação pública.

Colocamos também no plano uma grande conquista dos professores brasileiros. Em 6 anos, deveremos praticamente duplicar o salário dos professores. Estamos trabalhando com a meta de que, em 6 anos, a remuneração média dos professores de ensino básico será similar, será a mesma dos profissionais de nível superior do Brasil.

Além disso, estamos garantindo, em 10 anos, a duplicação do ensino superior no País, a triplicação do ensino profissional; estamos garantindo a universalização da pré-escola até o ensino médio em 2016, portanto, daqui a 2 anos; sobretudo, estamos garantindo que todos esses recursos serão aplicados efetivamente na escola pública.

Para concluir, Sr. Presidente, quero daqui registrar o grande trabalho do Relator Angelo Vanhoni, que viajou o Brasil inteiro, que ouviu centenas de entidades ligadas à educação, tanto pública quanto privada, e efetivamente fez um parecer do tamanho do Brasil, fez um parecer sonhado, conquistado pelos educadores, pelos estudantes brasileiros.

Quero aqui dizer do prazer, do contentamento de ter lido ontem o parecer e garanto que as grandes conquistas da educação nacional estão incluídas no parecer do Deputado Angelo Vanhoni.

Na próxima semana, portanto, convido todos os Deputados da Comissão Especial a votarem e aprovarem esse parecer, que vai garantir uma melhoria considerável na educação nacional.



Documento 297/311

063.4.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 26/03/2014-16:58
Publ.: DCD - 27/03/2014 - EROS BIONDINI-PTB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Alerta aos Deputados da bancada católica para a não inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação.

O SR. EROS BIONDINI (PTB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado por me dar este espaço.

Sras. e Srs. Deputados, quero falar em nome da bancada católica. Nós tivemos um pronunciamento do Cardeal Dom Orani Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, alertando todos sobre tema que temos acompanhado em relação ao Plano Nacional de Educação, que é o nosso posicionamento contrário à inclusão da ideologia de gênero no Plano.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica este alerta aos Deputados da bancada católica: a não inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. Esse é o posicionamento e a orientação do cardeal; esse é o posicionamento da CNBB e também o nosso de bancada católica.

Documento 298/311

065.4.54.O Sessão Deliberativa Extraordinária -27/03/2014-
CD 10:22
Publ.: DCD - 28/03/2014 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



Posicionamento do orador sobre a votação, na respectiva Comissão Especial, de parecer ao projeto de lei relativo à criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana que vem, a Comissão Especial da Câmara que trata do Plano Nacional de Educação vai votar o relatório do Deputado Angelo Vanhoni. Esse relatório é resultado da discussão do Plano Nacional de Educação que retornou do Senado.

Neste momento, quero falar como autor do primeiro Plano Nacional de Educação. Nós o encabeçamos com mais 70 Deputados, em 1998, e foi aprovado, em 2001. E o Plano Nacional de Educação vige durante 10 anos, é um plano decenal, Sr. Presidente.

O que ocorreu foi o seguinte: o Presidente Fernando Henrique vetou o dispositivo que obrigava o gasto público de 7% do PIB com a educação. Dez anos depois, Lula ganhou as eleições, disse que iria derrubar o veto, nunca o derrubou. E, quando o veto foi a voto, ele o manteve. E a Presidente Dilma continua dizendo que é 7% do PIB, só que esta Casa votou 10% do PIB para a educação, mandou para o Senado, e aí o Senado mandou de volta para cá com várias questões em debate, do que eu quero tratar agora, neste instante.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que nós não vamos aceitar mais manobras que queiram colocar verba que não vai para a escola pública como gasto público com a educação. A verba destinada ao PROUNI, ao PRONATEC, ao FIES não é verba pública, é uma verba à parte. É por isso que a educação brasileira continua com os mesmos desafios de erradicar o analfabetismo no Brasil, de universalizar a educação básica, de multiplicar o acesso à educação pública de ensino superior de qualidade e de melhorar a qualidade da educação, a formação continuada e o piso salarial dos professores. Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que a manobra que está sendo feita - e o Deputado Vanhoni não pode aceitá-la - de incluir aí que isso é gasto com educação pública é inaceitável.

Mais do que isso, nós tínhamos definido o que era o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQI) e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Isso foi suprimido, porque o Relator atende ao pedido do Governo, que não quer assumir o compromisso de complementar os gastos de Estados e Municípios com mais recursos. Ou seja, ele enterra a possibilidade da existência de um padrão mínimo de qualidade na educação no nosso País.



Isso é inaceitável, porque a sociedade brasileira sabe que aqui, nesta Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, se votam permanentemente recursos para desoneração da economia, pagamento de juros para banqueiros etc. Nós consumimos 42% do Orçamento pagando juros. Ao mesmo tempo, ano passado, desoneramos empresas em 100 bilhões de reais. Quando chega a hora de votar a verba para educação e para saúde, não existem recursos públicos.

Então, Sr. Presidente, nós queríamos desta tribuna dizer que, na próxima semana, vamos defender estes principais pontos: 10% do PIB para a educação pública, só para o ensino público; Custo Aluno-Qualidade, com a transferência de recursos para Estados e Municípios; e combate ao retrocesso que foi a questão em que se fortalece o preconceito e a discriminação que ainda vigoram e são alimentados na sociedade. Nós temos que eliminar as desigualdades educacionais no nosso País.

Eu quero deixar como lido nosso pronunciamento, intitulado *PNE pra quem?*

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

PNE pra quem?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação - PNE na Câmara dos Deputados debate o relatório que pode refutar as alterações que o projeto sofreu no Senado, onde retrocedeu em importantes conquistas alcançadas quando da sua aprovação na Câmara em 2011.

O substitutivo aprovado no Senado Federal reflete claramente os interesses do Governo, via Ministério da Educação, e revela o conflito entre os desejos da sociedade civil, expressos nos posicionamentos das diversas entidades participantes da CONAE (Conferência Nacional de Educação) e os do Governo e de sua bancada de sustentação, que incorporaram aspectos que dizem respeito aos interesses do ensino privado e do conservadorismo.

De um lado, entidades, pesquisadores e movimentos que defendem a educação pública e gratuita, lutando por um PNE que garanta o direito a uma educação de qualidade para todos e condições reais para a superação dos enormes problemas enfrentados pela educação nacional. De outro, o Governo e o setor privado, tentando fazer do PNE uma peça sem efeito, que, no máximo, aprofunde programas e projetos que já estão em curso e que visam principalmente à destinação de recursos públicos para instituições privadas, alimentando cada vez



mais a exploração comercial da educação, tratando-a como mercadoria e não como um direito dos cidadãos.

A tramitação do PNE se arrastou por muitos anos, exatamente porque o governo optou por procurar atalhos e desvios para evitar um cenário no qual a pressão dos movimentos levasse à aprovação de um plano que fosse marcado por princípios bem diferentes dos que orientam a atual política educacional do Governo Federal.

Estamos entrando agora na última fase desse embate, e é fundamental que todos aqueles e aquelas comprometidos com a defesa da educação pública exerçam a legítima e necessária pressão para que na Câmara se alterem alguns pontos fundamentais.

Uma das principais polêmicas que permearam todos os debates do Plano Nacional de Educação desde o início da tramitação foi a participação que a União deve ter no esforço nacional para melhorar o quadro educacional do País, que se encontra em descompasso com o potencial econômico brasileiro.

Nesse ponto há duas questões em disputa: a necessidade de mais investimentos na educação, com a determinação de que os recursos sejam destinados à escola pública, e o estabelecimento do Custo Aluno-Qualidade, com a complementação para Estados e Municípios.

O Governo vem tentando das mais variadas formas fazer com que o PNE determine algo em torno de 7% do PIB para os gastos com a educação, enquanto os movimentos organizados lutam por 10% do PIB. Além disso, os movimentos sempre defenderam que todos os recursos públicos fossem destinados às escolas públicas, mas o Governo procura meios para desviá-los para o setor privado, buscando incluir "na conta" tudo o que repassa para o setor privado, como bolsas, subsídios, financiamento estudantil e isenções fiscais.

O estabelecimento de prazo curto para a implantação de um padrão mínimo de qualidade, através do Custo Aluno-Qualidade, que pressupõe necessariamente um acordo para que a União complemente Estados e Municípios que estiverem abaixo deste patamar, é fator fundamental para que este PNE realmente tenha condições de materializar suas metas.

Neste momento, o Relator na Câmara mantém o famigerado § 5º do art. 5º, no qual ficam reconhecidos como "investimento público em educação", além dos "recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias", "os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento



estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial, na forma do art. 213 da Constituição Federal". Ou seja, mesmo mantendo a palavra "pública" na Meta 20, o Relator deixa espaço para que o Governo diga que esses outros gastos também farão parte da conta dos 10% do PIB.

Na Câmara, havíamos conseguido incluir o Custo Aluno-Qualidade no texto. Ele foi enfraquecido, pois ao invés de estabelecer prazo de 2 anos da vigência deste PNE para que ele seja implantado, o texto substitui essa redação por ser definido. Não há qualquer dispositivo que determine quando será efetivamente implantado.

E, o mais grave, o Senado Federal havia suprimido a Estratégia 20.10 aprovada na Câmara. No seu texto estava escrito que caberia à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQI e, posteriormente, do CAQ. Suprimindo essa estratégia, o Relator atende pedido do Governo, que não quer assumir compromisso de complementar Estados e Municípios com mais recursos, ou seja, enterra a possibilidade de existência concreta do padrão mínimo de qualidade na educação.

Além disso, há neste momento a manutenção da redação da Meta 4 aprovada no Senado, que na prática enfraquece a educação inclusiva, direito fundamental dos portadores de deficiência inscrito na Constituição.

Desde o primeiro momento, quando o Governo Federal simplesmente ignorou as deliberações da primeira CONAE, ao apresentar um projeto de PNE que não incorporava os principais avanços da Conferência, temos presenciado todo o tipo de manobra e de armadilhas para tentar impor à sociedade um Plano Nacional de Educação esvaziado, que não contribui para o avanço da educação e que chega a estabelecer medidas retrógradas e contraditórias.

Não concordamos, também, com retrocessos que fortaleçam o preconceito e a discriminação que ainda vigoram e são alimentados com força em nossa sociedade, como na proposta, também aprovada no Senado, de supressão do item que defende a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de livre orientação sexual.

Todos os movimentos organizados, profissionais da educação, pesquisadores e todos os defensores da educação pública devem, mais uma vez, concentrar todos os seus esforços para pressionar a Câmara, em especial o Relator do projeto, o Deputado Vanhoni, para que retire as alterações feitas pelo Senado e recoloca o PNE na condição que conquistamos por ocasião de sua primeira aprovação, para que esse projeto se coloque, minimamente, em sintonia com os



interesses do povo brasileiro, em defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Muito obrigado.

Documento 299/311

078.4.54.O	Sessão Não Deliberativa de	03/04/2014-14:15
Publ.: DCD	Debates - CD	
04/04/2014 -	IZALCI-PSDB -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Imediata votação do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, faremos um esforço concentrado na semana que vem. Nós queremos votar, na terça-feira, o Plano Nacional de Educação. Não conseguimos votá-lo ontem porque houve diversas inscrições.

De qualquer forma, essa matéria vem para o Plenário, pois já foi apreciada pelo Plenário do Senado.

Faremos com que o Presidente possa priorizar essa votação. Com a Copa, com o recesso, dificilmente conseguiremos aprovar o Plano Nacional de Educação. Já se vai para o quarto ano, pois desde 2011 não temos plano nacional de educação.

Há três ou quatro polêmicas apenas. Eu acho que isso tem que ser debatido neste plenário. Faço um apelo à Mesa para que essa matéria seja colocada na pauta de votações da semana que vem.

Documento 300/311



086.4.54.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 09/04/2014-16:18

Publ.: DCD
10/04/2014 -

- GIVALDO CARIMBÃO-PROS -AL

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIADISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Análise pela Casa do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Contrariedade ao texto do Relator da matéria, Deputado Angelo Vanhoni, quanto à inclusão da ideologia de gênero no processo de educação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste semestre, caberá a nós, Deputados Federais eleitos pelo povo brasileiro, analisar e votar pela segunda e última vez a proposta que estabelece o Plano Nacional da Educação -PL 8035/10, com metas para o setor nos próximos 10 anos. Trata-se de uma matéria da maior importância para os brasileiros, porque está relacionada à questão educacional, uma de nossas maiores carências.

O texto, que foi enviado pelo Executivo no final de 2010 - no final da vigência do plano anterior -, já havia sido aprovado pela Câmara em 2012, com o objetivo de investimento de 10% do Produto Interno Bruto em programas da área. Os Senadores concordaram com o número, mas mudaram alguns pontos da proposta. Por essa razão, o texto voltou para exame desta Casa. A Comissão Especial responsável pela matéria espera votar até o dia 12 de março as alterações aprovadas pelo Senado; depois, o texto seguirá para o Plenário da Câmara.

Deputados ligados ao tema acreditam que o PNE será votado pelo Plenário e seguirá para sanção da Presidente da República, Dilma Rousseff, antes de julho de 2014.

Entre as metas acordadas entre Deputados e Senadores para os próximos anos estão: universalização do ensino dos quatro aos 17 anos de idade; educação em tempo integral em metade das escolas do ensino básico; erradicação do analfabetismo absoluto; expansão do ensino profissional técnico de nível médio; formação em nível de mestrado ou doutorado de pelo menos 75% dos professores de universidades; e titulação de 60 mil mestres e 25 mil doutores a



cada ano.

Uma das principais diferenças entre os textos da Câmara e do Senado, no entanto, diz respeito ao destino das verbas públicas aplicadas no setor. Após muitas manifestações, a Câmara aumentou de 7% para 10% do PIB o dinheiro que deve ser investido em ensino em até 10 anos após a publicação do novo PNE.

De acordo com a versão aprovada pela Câmara, porém, toda a verba deve ser investida em educação pública. A proposta do Senado é que esse valor sirva também para convênios e parcerias com instituições privadas, como o Sistema S, as instituições filantrópicas e as universidades privadas que recebem bolsas de estudo do setor público, como é o caso do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

Uma coisa que faço questão de frisar, Sr. Presidente, sobre o PNE em discussão nesta Casa, é a inclusão da ideologia de gênero no texto legal. Como defensor convicto da família e dos princípios cristãos tradicionais da sociedade brasileira, considero uma aberração essa ideia imaginada por cientistas sociais que tem como eixo a afirmação de que o sexo biológico com o qual nascemos não define a nossa sexualidade. Esta é pura e simplesmente uma construção social, que pode assumir tantas variáveis quanto julgarem conveniente aqueles que querem implantar essa ideologia. O fim último dela é a completa subversão da sexualidade humana e da família natural. A teoria de gênero está sendo utilizada para promover uma revolução cultural sexual marxista, principalmente entre as crianças em idade escolar. Tem suas origens nas ideias dos pais do comunismo, Marx e Engels.

Na submissão da mulher ao homem através da família, e na própria instituição familiar, Marx e Engels entenderam estar a origem de todos os sistemas de opressão que se desenvolveriam em seguida. Se essa submissão fosse consequência da biologia humana, não haveria nada que fosse possível fazer.

A ideologia de gênero, afirmando que a diferença entre o homem e a mulher não é biológica - pasmem! -, mas consequência de papéis socialmente construídos, somou-se à obra de Marx através da conclusão que, se esta é a base de toda opressão e tudo não passa de uma construção social, então será possível modificar, justamente através da ideologia de gênero, os papéis de homens e mulheres até chegarmos a uma igualdade tão completa que não haveria mais espaço para os papéis de marido e esposa e mesmo da instituição que hoje conhecemos como família.

As crianças, sem família e sem pais para as educarem, teriam o Estado como única instituição para fazê-lo. Nesta sociedade socialista ideal, sem a opressão do sexo masculino e feminino, as crianças serão educadas para serem bissexuais, a masculinidade e a feminilidade não serão mais naturais, e os próprios conceitos de heterossexualidade e homossexualidade deixarão de fazer sentido.



Esse é um verdadeiro cavalo de tróia que o Governo está tentando apor ao projeto. Precisamos nos mobilizar para derrubar essa proposta como está e aprovar o texto como foi modificado pelo Senado.

Em 2013, a Câmara aprovou a proposta que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde. O texto já se transformou na Lei nº 12.858, de 2013, e, segundo cálculos do Relator, Deputado André Figueiredo, do PDT do Ceará, o total de recursos à disposição dessas áreas aumentará de 25,8 bilhões de reais para 335,8 bilhões de reais em 10 anos.

Apesar do aumento das verbas previstas para a educação, críticos ao texto atual do PNE acreditam que as metas não serão cumpridas se não houver alguma espécie de punição para os entes federativos. Isso porque o projeto de lei não estabelece qualquer sanção para o Governo que deixar de cumprir uma estratégia ou não alcançar uma meta intermediária da proposta, por exemplo.

A questão da implantação da ideologia de gênero nesse projeto e em outros em tramitação nesta Casa simplesmente está sendo escondida da maioria da população. Todos os cidadãos que não concordam que o teor desses projetos devem se manifestar, caso contrário essas leis podem ser impostas ao povo brasileiro. Se não se fizer nada, não adianta depois se lamentar.

Portanto, Sr. Presidente, considero de extrema importância trabalharmos pela derrubada do texto defendido pelo Relator Angelo Vanhoni, que defende a inclusão da famigerada ideologia de gênero no projeto. Vamos trabalhar pelas crianças, pelos jovens, pela derrubada da ideologia marxista que o Governo quer impor à população estudantil deste País. Vamos trabalhar pelas famílias. Esse é o lema principal de meu partido, o PROS.

Era o que tinha a dizer.

Documento 301/311

089.4.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/04/2014-
CD 12:42

Publ.: DCD - 11/04/2014 - PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Abrangência do princípio da inclusão do projeto de lei que institui o Plano



Nacional de Educação.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro de suma importância, como membro da Comissão de Educação e da Comissão Especial que está elaborando o Plano Nacional de Educação, no sentido de que nós temos a parte mais importante do Plano Nacional de Educação. Todas as metas, todas as diretrizes, todas as estratégias para o cumprimento do Plano Nacional de Educação contemplam o princípio da inclusão. E quando falamos no princípio da inclusão, objetivo maior do Plano Nacional de Educação, nós falando na inclusão educacional e na inclusão social.

Veja, Sr. Presidente, quando falamos de inclusão no Plano Nacional de Educação, referimo-nos desde a origem, no ensino infantil, com a inclusão nas creches, um programa de origem no Governo Lula e agora da Presidente Dilma. São de suma importância as creches nas pequenas cidades, principalmente na periferia dos Municípios. Com a creche, sim, nós podemos garantir a inclusão educacional e social do ensino infantil e, em seguida, do ensino fundamental. E com a participação da nossa juventude de 14 a 17 anos no ensino básico, aí incluído o ensino médio, Sr. Presidente, nós temos a inclusão - veja a importância deste plano - de 9 milhões de jovens.

Mas vejam que, quando se fala em inclusão social, há que se pensar também no trabalho, porque só através do trabalho é que nós poderemos fazer a inclusão social, com a origem na inclusão educacional.

Veja como, Sr. Presidente. Com o ensino profissionalizante, nós estamos garantindo no Plano Nacional de Educação que 30% dos alunos de 14 a 17 anos que cursam o ensino básico sejam incluídos no ensino profissionalizante. Com o ensino profissionalizante, sim, nós teremos a nossa juventude capaz de preencher a lacuna do mercado de trabalho. Com o ensino profissionalizante, através dos IFETs e dos CEFETs, nós podemos formar a nossa juventude e, aí sim, garantir que ela seja inserida no mercado de trabalho. Então poderemos falar numa verdadeira inclusão social da nossa mão de obra, que são os jovens brasileiros.

O Plano Nacional de Educação é a saída para a inclusão social e educacional, e sua resultante final será qualidade de ensino para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 302/311

091.4.54.O	Sessão Não Deliberativa de	11/04/2014-09:30
	Debates - CD	
Publ.: DCD	- PROFESSOR SETIMO-PMDB -MA	
12/04/2014 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Relato de visitas do orador a Municípios do Estado do Maranhão. Defesa de municipalização de áreas sob a alçada da gestão pública. Imediata aprovação, pela Casa, do projeto de lei referente ao novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ultimamente tenho visitado vários Municípios do Estado do Maranhão. Visitei a cidade de São João do Soter, onde participei de inauguração referente a um sonho - agora realizado - da população de Caxias e de São João do Soter. Ali há uma estrada que foi asfaltada há mais de 40 anos. Aquela comunidade pedia a construção de uma estrada estadual, ligando essas duas cidades. Dias atrás, foi feita a inauguração, com a presença da Governadora do Estado.

Sr. Presidente, saímos dali e fomos à cidade de Afonso Cunha, que tem como Prefeito o jovem Leane. Faz um belíssimo trabalho naquele Município. Ali inauguramos um hospital que foi construído pelo Estado, mas em parceria com a Prefeitura. O Estado lhe repassa recursos no valor de 100 mil reais, para a manutenção do hospital. Cem mil reais por mês. Esse é o compromisso do Governo do Estado.

Na cidade de Afonso Cunha, observamos o belíssimo trabalho do Prefeito Leane na área de saneamento e abastecimento d'água, na área da saúde, na área da educação. Menciono a construção de escolas, a construção de praças. Um gestor jovem trabalha pela cidade de Afonso Cunha. Merece os nossos aplausos o Prefeito Leane, pela boa gestão que tem feito na cidade de Afonso Cunha.

Saindo dali, Sr. Presidente, visitamos a cidade de Governador Eugênio Barros. A Prefeita Maria da Luz tem feito também um grande trabalho na área da educação, na área de saneamento básico, na área da saúde. A Prefeita tem hoje aprovação de mais de 70%. Não é comum um gestor público municipal conseguir aprovação de 70% da sua comunidade. Mesmo diante de todas as dificuldades, a administração está demonstrando que está agindo para fazer avançar os trabalhos



naquele Município.

Também visitamos, Sr. Presidente, a cidade de Barão de Grajaú, onde o jovem Prefeito Gleydson está promovendo uma revolução. É um Prefeito que também atingiu a faixa de mais de 70% de aprovação popular. Ressalto que está realizando ações, entre elas as de construção de quadras esportivas.

Há mais de 40 anos, bairros da cidade de Barão de Grajaú não tinham um sistema de abastecimento d'água. Dias atrás, em visita a esse Município, vi a população chorando quando a água chegou. O Prefeito ampliou o sistema de abastecimento d'água para dois bairros. Segundo informação do gestor, até o mês de julho, Barão de Grajaú terá o sistema de abastecimento d'água ampliado para todos os seus bairros.

O Prefeito Gleydson, com sua visão administrativa, tem atuado para melhorar aquela cidade, fazê-la avançar. É um Prefeito empreendedor. Está mostrando que, embora com sacrifícios, com muitas dificuldades quanto aos repasses do Governo Federal, o gestor público tem de ser competente e responsável para fazer uma boa gestão.

Sempre tenho dito, Sr. Presidente, que ações referentes à gestão pública nas cidades têm que ser municipalizadas. Nós, que pertencemos à Frente Parlamentar Municipalista, estamos aqui para defender a linha da municipalização das ações. Estamos vendo que o Município, hoje, tem a educação municipalizada. Melhorou, avançou. O Município tem a saúde municipalizada. Melhorou, avançou. Quanto às ações sociais do Município, 90% delas estão municipalizadas. Então, precisamos fazer a municipalização também das outras áreas.

Temos que municipalizar, por exemplo, a agricultura. Não pode um gestor municipal, em 4 anos, não ter nenhum recurso liberado pelo Ministério da Agricultura. O caminho é municipalizar as ações da agricultura. O gestor municipal é quem conhece a área da agricultura em sua cidade. Muitas vezes, o gestor municipal, em 4 anos, durante todo o mandato, não consegue realizar uma ação na área da agricultura. Às vezes, são executadas apenas ações do Governo Federal, que chegam lá em pequena quantidade.

Temos que municipalizar também as ações da área do esporte.

Sr. Presidente, menciono também a administração do Prefeito de Sambaíba. Ali, vi como um médico, o Dr. Santana, está sendo um exemplo de gestor municipal em todas as áreas. A própria Prefeitura fez um programa da habitação popular. Cito ainda a bolsa escolar, a questão do saneamento, a construção de praça. O Dr. Santana está dando um exemplo, em Sambaíba, de como administrar ao lado do povo a cidade.



Parabéns ao Dr. Santana, ao Prefeito de Formosa, ao Prefeito de Igarapé! Vi a iniciativa do Prefeito de Igarapé do Meio para atender o que a comunidade do Município está querendo.

Sr. Presidente, também não poderia deixar de falar sobre a belíssima administração da Prefeita de Conceição do Lago-Açu. A Prefeita foi reeleita. Sempre procurou atender o que a população está querendo. Está construindo creches, melhorando o sistema de saneamento e fazendo com que a educação avance.

Estão de parabéns os administradores, os gestores dos Municípios do Estado do Maranhão que visitei. Vou continuar visitando cidades do Maranhão, para ver os investimentos resultantes dos recursos federais liberados pela Presidente Dilma e, no passado, pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar a nossa luta na Comissão de Educação e na Comissão Especial que está preparando o Plano Nacional de Educação, que vamos aprovar.

O querido Presidente Izalci, Sras. e Srs. Deputados, também faz parte dessa Comissão, onde realizamos, a cada dia, a nossa luta maior.

Eu tenho tido preocupação, durante todo esse tempo, com a implantação do PNE. Tenho sempre apresentado este questionamento: vamos completar 4 anos sem que o Brasil tenha o seu plano orientador na área de educação. O PNE, que é o Plano Nacional de Educação, será o eixo condutor das políticas educacionais neste País.

Eu estou preocupado, Sr. Presidente. Dias atrás, conversando com V.Exa., disse que deveríamos ter aprovado esse plano em fevereiro ou março. Já estamos no mês de abril, Sr. Presidente, e era para ele ter sido aprovado antes do período da Semana Santa. O Presidente da Comissão é o companheiro Deputado Lelo Coimbra. Devido à longa discussão nas Comissões, vamos ter que deixar o plano para depois da Semana Santa.

Este País tem um grande plano, que foi estudado e discutido com toda a sociedade, com todos os representantes da área de educação. É um plano que tem um eixo condutor. O objetivo geral é a inclusão. A inclusão é a palavra-chave do Plano Nacional de Educação. Trata-se de colocar as crianças na sala de aula, em creches.

Hoje, a população estudantil de 14 a 17 anos é composta por mais de 9 milhões de jovens. Eles estão fazendo o curso médio, o curso básico. Antes, havia a visão de um curso de ensino médio acadêmico, mas o Plano Nacional vai possibilitar que mais de 30% desses jovens façam um curso profissionalizante.

Para tanto, o plano está contemplando a construção de mais IFETs, de



mais escolas técnicas por este Brasil afora, principalmente no Nordeste. No meu Estado, Maranhão, no Piauí, no Ceará, precisamos da implantação dos IFETs, para permitirmos que a juventude se prepare para o mercado de trabalho. O ensino profissionalizante é de fundamental importância, a fim de que o nosso mercado de trabalho tenha jovens capacitados.

Com o processo educacional levando nossa juventude para o trabalho por meio do ensino profissionalizante, aí sim poderemos falar em inclusão social de jovens.

Sr. Presidente, este Plano Nacional de Educação também tem como objetivo a valorização do professor, da classe do magistério. De acordo com o planejamento da aplicação do plano, o salário médio dos professores, daqui a 4 ou 5 anos, estará em patamar semelhante ao das outras profissões.

Hoje, quanto a esse patamar médio das outras profissões, o valor é de 4 mil a 5 mil reais. Esperamos que, daqui a 4 anos, o salário do professor possa se aproximar desse patamar médio, no valor de 4 mil, 5 mil reais.

O Plano Nacional de Educação também objetiva a melhoria do nosso ensino superior. Eu faço parte da Comissão sobre a reforma do ensino superior e integro a que elaborou o parecer sobre a reforma do ensino médio.

O fio condutor, o caminho que está traçado para que se melhore o ensino em nosso País é o do Plano Nacional de Educação. Ele é que vai estabelecer as metas, as diretrizes, as estratégias para os Estados e para os Municípios.

Acreditamos que o resultado desse trabalho que fizemos para elaborar o Plano Nacional de Educação será um ensino com qualidade, Sr. Presidente. É isso o que nós queremos!

Esta Casa precisa aprovar logo o Plano Nacional de Educação. Devemos trazer essa matéria para o plenário rapidamente. Não podemos deixar que continue passando em branco. Esta Casa tem a obrigação de aprovar o Plano Nacional de Educação neste ano, para que o Brasil possa melhorar a qualidade do ensino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 303/311

091.4.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 11/04/2014- CD	09:54
Publ.: DCD - 12/04/2014	IZALCI-PSDB -DF	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo do Distrito Federal em acidente com vítimas ocorrido em tendas improvisadas para atendimento oftalmológico da população. Necessidade de aprovação pela Casa de projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação - PNE. Defesa da regulamentação de profissões.

O SR. IZALCI (PSDB-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de entrar no assunto principal, eu não poderia deixar de registrar, mais uma vez, a irresponsabilidade, a incompetência do Governo do Distrito Federal, que, ontem, através do jeitinho do GDF de atendimento nas carretas - porque isso dá muito dinheiro, aí vem a Carreta da Mulher, agora vem a Carreta Oftalmológica -, simplesmente 150 pessoas de idade, pessoas acima de 65 anos, 70 anos foram vítimas de um acidente. Tendas foram colocadas, sem autorização da Defesa Civil, sem fiscalização dos órgãos competentes, apenas com a licença da Administração, e, em função da chuva de ontem, uma tenda caiu e mais de 150 idosos tiveram que ir para os hospitais em função desse acidente.

Então, nós precisamos de um Governo que tenha mais responsabilidade, mais competência, para que tenhamos estruturas definitivas. Não adianta ficar criando jeitinho para beneficiar empresas e atender a comunidade sem um mínimo de segurança, como aconteceu com os nossos queridos amigos da terceira idade, que foram atingidos por essa tragédia, ontem, na Ceilândia.

Essa não foi a primeira vez. Recentemente, aqui na Esplanada, aconteceu a mesma coisa: uma chuva derrubou tendas colocadas de forma improvisada, também atingindo jovens que participavam aqui de um *show gospel*.

Mas, Sr. Presidente, vou dividir minha fala em dois temas. Vou falar depois um pouco sobre o Plano Nacional de Educação, sobre a importância da aprovação do Plano e das questões que foram debatidas, essa semana, e não sei se vamos conseguir votar na Semana Santa. Vai ser muito difícil. Acho que somente depois da Semana Santa voltaremos a discutir e votar o Plano Nacional de



Educação. Então, quero falar sobre ele depois, no Grande Expediente, quando teremos um tempinho maior para debater.

Quero também comentar, Sr. Presidente, que ontem fizemos um debate sobre a questão da regulamentação das profissões. Eu pediria a V.Exa. para adicionar o tempo da Minoria, para que eu possa concluir essa fala da regulamentação das profissões.

É muito importante, Sr. Presidente, que os Parlamentares conheçam um pouco mais essa matéria, porque é uma matéria de suma importância. Muitas vezes, nós debatemos a questão na Comissão de Educação, não entramos na importância do tema como deveríamos e acabamos votando a matéria sem um conhecimento mais profundo.

O que está acontecendo hoje, Sr. Presidente? Temos aproximadamente 2.500 profissões, das quais menos de 10% foram regulamentadas. Ou seja, 247 profissões regulamentadas. Existe uma tese nesta Casa, defendida por alguns Parlamentares - e eu não sei o que está por trás disso -, tentando desregulamentar completamente as profissões. Isso pode causar danos irreparáveis.

Por que precisamos estar atentos com relação a isso? Temos três tipos de regulamentação, Sr. Presidente. Temos as profissões que são e devem ser regulamentadas, por questão social, que permitem ao trabalhador contribuir para a Previdência, gozar dos benefícios sociais, da aposentadoria, como já aprovamos recentemente a profissão de vaqueiro. Até então, essas profissões, no caso, a de vaqueiro, como a de empregados domésticos, não tinham realmente essa discriminação detalhada da função. Todos eles eram registrados como trabalhadores caseiros ou como empregados domésticos. Na prática, a profissão de vaqueiro, em especial, foi regulamentada porque tem risco; no caso de qualquer acidente de trabalho, o que é muito comum nessa área, ele não recebia a segurança com relação à sua profissão. Portanto, determinadas categorias precisam ser regulamentadas.

Aqui, nessa mesma linha, temos vários projetos apresentados nessa área. Existem, por exemplo, projetos para regulamentar a profissão de prostituta. Evidentemente, não temos no Brasil nenhum curso técnico, nem superior, nem de pós-graduação, mas essa profissão precisa ser regulamentada. Todas as profissões precisam ter respaldo com relação à sua proteção social. Para ter seus benefícios sociais, todos eles vão contribuir com a Previdência e, conseqüentemente, receber suas garantias não só de aposentadoria, mas também previdenciárias.

Outra categoria é a profissão regulamentada institucional, aquele serviço que interessa aos Estados, aos Municípios, à União, que são atividades de serviços essenciais, que precisam de profissões regulamentadas. Por exemplo, agente comunitário de saúde também é uma atividade profissional que tem de ser regulamentada, mas na área



institucional.

A nossa maior preocupação são os profissionais vinculados à segurança da sociedade, seja ela na área de saúde, segurança física, financeira, patrimônio público ou até mesmo patrimônio privado. São as profissões que requerem os conselhos fiscalizadores. São essas que precisamos manter. É inadmissível querer desregular profissões vinculadas à área de saúde, por exemplo. Como vamos controlar as atividades na área de saúde se não tivermos o Conselho Federal de Medicina? Essas instituições são autarquias, mas sobrevivem graças às contribuições dos próprios profissionais. Aqui não há recurso público! Os conselhos federais e regionais são mantidos pelos próprios profissionais - e são órgãos fiscalizadores.

Da mesma forma, as profissões que fazem defesa do patrimônio, que é o caso, por exemplo, da minha profissão. Sou contador, sou auditor, e precisamos também ter um órgão fiscalizador. Não pode qualquer um ficar analisando e sendo responsabilizado tecnicamente pelas informações do patrimônio das empresas. Então, isso interfere diretamente, por exemplo, nas ações da bolsa. Eu não posso colocar na bolsa de valores uma empresa cujas demonstrações não são confiáveis. É necessário que haja um responsável técnico, que tem de ser fiscalizado.

Como eu disse recentemente, o balanço da União está lá no Tribunal de Contas, com mais de 40 ressalvas e recomendações. Está totalmente inadequado, incompatível com a realidade do patrimônio da União. Temos que ter profissionais que sejam fiscalizados.

Da mesma forma, Sr. Presidente, deve acontecer com o Conselho de Economia, o Conselho de Administração. São profissões que precisam continuar a ser fiscalizadas.

Em função do número de especialistas - e todas as profissões hoje estão sendo divididas em especialidades -, está havendo conflitos. Há, nesta Casa, questões a serem debatidas sobre a criação de novas profissões, com pedidos de criação de novos conselhos. Não temos a mínima condição de criar 2 mil conselhos. Isso não existe. Então, o que nós temos que fazer? A sugestão que dou - e vamos debater mais esse tema - é criar conselhos federais e regionais de fiscalização da profissão por grandes áreas. Na área da Medicina, por exemplo, temos já dezenas, quase que centenas de especialistas. Basta um conselho para fiscalizar tudo isso.

Pedi essa audiência pública, porque sou Relator do projeto de lei de regulamentação da profissão de *design*. O que está acontecendo hoje? O MEC, todos nós sabemos, é um elefante branco que não funciona. Para autorizar um curso superior, leva 10 anos, mas, a todo o momento, lança cursos técnicos, tecnológicos. Hoje, existem vários



curso tecnológicos de 2 anos, 2 anos e meio, substituindo os cursos de graduação de 4 ou 5 anos. O paisagista, o *designer* querem exercer sua profissão, e o Conselho de Arquitetura, que faz parte da mesma categoria, evidentemente, está questionando. No curso de arquitetura, temos 5 mil e poucas horas, das quais 700 ou 800 horas são para paisagismo e *design*, e no MEC já temos cursos específicos de *design* de 4 mil horas.

Sr. Presidente, concluo dizendo que precisamos - até porque temos autonomia universitária e não há como o MEC interferir - definir claramente que o MEC, após a aprovação de qualquer curso, deve garantir aos estudantes o direito de exercer a sua profissão. É inadmissível que um jovem que tenha o sonho de fazer uma faculdade faça o seu curso de Direito, de *design* ou de paisagismo e depois não tenha como exercer a sua atividade por restrição dos conselhos.

Precisamos debater nesta Casa a garantia a todos os jovens para realmente exercerem a sua profissão. Para isso, temos que melhorar a qualidade da educação brasileira. A educação brasileira está um caos; 90% dos alunos saem do ensino médio sem saber Português e Matemática. É isso que temos que mudar. Vou falar sobre isso e sobre o Plano Nacional de Educação no Grande Expediente.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 304/311

091.4.54.O	Sessão Não Deliberativa	de	11/04/2014-10:15
	Debates - CD		
Publ.: DCD	IZALCI-PSDB -DF		
12/04/2014 -			
CÂMARA	DOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE
DEPUTADOS			EXPEDIENTE
			DISCURSO

Sumário

Tópicos polêmicos do projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação - PNE.



O SR. IZALCI (PSDB-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste Grande Expediente, quero falar um pouco da situação do Plano Nacional de Educação.

Primeiro, o projeto a respeito desse assunto chegou a esta Casa ainda no final de 2010 e trata da questão da educação para os próximos 10 anos. Portanto, passaram-se os anos de 2011, 2012, 2013. Estamos em abril de 2014, ou seja, estamos há 4 anos praticamente sem o Plano Nacional de Educação.

É evidente que esperamos aprová-lo ainda no primeiro semestre. Começamos o debate há duas semanas já com o objetivo de votar o projeto na Comissão Especial, que é a votação definitiva, para depois ele vir para o plenário, tendo em vista que foi aprovado na Câmara, foi para o Senado, onde foram feitas diversas modificações em seu texto, retornou à Câmara, e a Comissão Especial está debatendo a questão do plano.

Como é que nós vamos votá-lo agora? Ou se vota e mantém a redação que aprovamos na Câmara, ou se adota aquilo que foi modificado no Senado. Não há como modificar, criar novas metas ou novos investimentos. Não se pode mais inovar. Agora é preciso optar entre o texto da Câmara e o texto do Senado. Esse é o grande debate que nós estamos trabalhando com relação ao Plano Nacional de Educação.

Evidentemente que algumas polêmicas estão sendo debatidas aqui. Em primeiro lugar, há uma polêmica em relação ao art. 2º, inciso III. O texto aprovado na Câmara está escrito aqui como diretriz do Plano Nacional de Educação. Em seu art. 2º, inciso III, diz:

"Art. 2º. São diretrizes do PNE - 2011/2020:

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual."

Esse o texto da Câmara.

No Senado, houve uma modificação na redação:

"Art. 2º. São diretrizes do PNE - 2011/2020:

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação."

Esse é o texto do Senado.



A polêmica e o debate é que o texto do Senado abrange todas as discriminações. O texto da Câmara dá ênfase a determinadas discriminações. O que está pegando, basicamente, é a questão de gênero, em razão de debates realizados no ano passado e no ano retrasado sobre uma política do Ministério da Educação na elaboração de cartilhas e etc. com relação a isso. Esse é o grande debate do inciso III, art. 2º, que acho que agora simplesmente vai ser votado pela aprovação do texto da Câmara ou do Senado, porque o Relator tinha feito outra redação, juntando as duas, mas agora modificou o voto, restabelecendo o texto original da Câmara. Existem, então, os destaques do texto do Senado.

Outra questão básica que está sendo discutida também é a criação, por parte do Relator, do § 5º, que fala dos investimentos. Nós aprovamos a Meta 20, aqui na Câmara, estabelecendo que 10% do PIB para a educação teria de ser para a educação pública. O Senado modificou a Meta 20, dizendo que não seria para a educação pública, mas para a educação. O Relator acatou o texto da Câmara "*para a educação pública*", mas adicionou o texto do Senado como § 5º do art. 5º, ou seja, ele ressaltou aqui o que significa investimento em educação pública.

O que acontece hoje? Nós temos como política de governo - acho que será transformado em política de Estado - projetos importantes, como o Programa Universidade para Todos - PROUNI, que hoje tem praticamente 2 milhões de alunos. São bolsas de estudos de 100% e de 50% concedidas a alunos carentes para estudarem em faculdades privadas. Temos também o Ciência sem Fronteiras, que são bolsas de estudos concedidas a alunos para estudarem no exterior. Então, já temos milhares de alunos estudando no exterior por meio de convênios e parcerias com as universidades de diversos países.

Temos também o FIES, que é o financiamento da educação, da mesma forma como temos o PROUNI, bolsa integral e bolsa parcial, cujo resultado é baseado na nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. A forma de escolha dos alunos é baseada na nota do ENEM. Temos o FIES, que é o financiamento para aqueles alunos que não conseguiram ingressar na universidade federal, estadual ou municipal e que querem fazer uma faculdade privada, mas que não conseguiram as notas do ENEM e, portanto, não conseguiram o PROUNI. Assim, eles têm a alternativa do FIES, que é um financiamento e também um programa de políticas públicas.

O Relator, então, acatou a redação do Senado, que diz o seguinte:

"Art. 5º, § 5º. O investimento público em educação a que se refere o art. 214, inciso VI, da Constituição Federal, e a meta 20 do anexo desta Lei, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais



Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal."

Portanto, o Relator dá aqui um conceito do que é educação pública. Então, S.Exa. considera os recursos públicos também investidos nos programas como Ciências sem Fronteiras, PROUNI e FIES. Isso é importante, porque infelizmente o Governo não tem como, nos próximos 10 anos, cumprir as metas de expansão do ensino superior e muito menos atender a programas como Ciências sem Fronteiras, fora do orçamento da educação.

Então, este é um ponto bastante polêmico sobre o qual não haverá unanimidade, evidentemente, mas que terá que ir a voto, assim como o anterior, que são os destaques que foram feitos para a votação. O que nós vamos votar na próxima reunião, já que terminou a fase de debate e discussão, são os destaques.

Então, tem esse destaque do art. 2º, inciso III, tem essa questão do art. 5º, que é exatamente sobre o conceito de recursos públicos para a educação pública, e um outro, sobre o qual vai haver um grande debate, importantíssimo - e o Relator, nessa última reunião, resolveu modificar e acatar as solicitações que foram feitas -, que é exatamente sobre a participação da União nos recursos do Plano Nacional de Educação.

Qual é a realidade de hoje dos recursos da educação? O que nós aprovamos aqui na Câmara, no texto da Câmara, e que o Relator desconsiderou, e agora retomou a redação em função dos destaques? A Meta 20.10, nas suas ações, diz o seguinte: *"Caberá à União, na forma da Lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQI e, posteriormente, do CAQ"*.

O que é isso? O CAQ é o Custo Aluno Qualidade. Para se implantar o Plano Nacional de Educação, foram feitos diversos estudos. Infelizmente, não conseguimos colocar em todas as metas o acompanhamento e as metas intermediárias, que seria o correto. Ora, se o plano é de 10 anos, o correto seria que, a cada meta e a cada ano, fosse feita uma avaliação da execução do plano.

Não adianta eu fazer um plano de 10 anos e dizer: *"Olha, 10% do PIB tem que ser aplicado em educação simplesmente da forma como estava no texto"*. Aí, o que vai acontecer? O Governo de plantão vai deixar 9 anos, 11 meses e, provavelmente, 20 dias aplicando o que se está aplicando hoje e, no último dia, vai fazer uma aplicação dos 10%



do PIB, provavelmente.

Agora, não é assim que se faz planejamento e muito menos se melhora a educação. Nós tínhamos que ter colocado que os recursos da educação... E, como foi aprovado, teríamos de ter colocado pelo menos uma meta intermediária. Nós colocamos que, no quinto ano do plano, será preciso aplicar pelo menos 7% do PIB e, no final dos 10 anos, necessariamente, obrigatoriamente, 10% do PIB para a educação.

Então, o ideal é que fosse ano a ano e que nós pudéssemos acompanhar, ano a ano, a evolução dos recursos para a educação.

O que é o Custo Aluno Qualidade? Nós temos um custo mínimo para ter uma educação de qualidade. Então, foram feitos diversos estudos por especialistas, e eu, como contador, acompanhei e concordo plenamente com a tese aprovada, em que se estabelecem os critérios mínimos para se ter uma educação de qualidade. Quais são os critérios? Você tem que ter um salário, um piso mínimo pelo menos compatível com o mercado. No Plano Nacional de Educação, nós estabelecemos que o professor não pode ganhar menos do que a média dos profissionais que tenham os mesmos pré-requisitos de formação. É inadmissível o advogado, o contador, o médico, o administrador terem um salário muito superior ao do professor. Tinha que ser exatamente o contrário. A profissão que deveria ser mais valorizada é a de professor, porque é quem forma os outros profissionais. Então nós estamos garantindo no Plano Nacional de Educação que o salário do professor, no final do Plano Nacional, não pode ser inferior ao da média das demais profissões que tenham os mesmos pré-requisitos.

Assim, para se formar o Custo Aluno Qualidade levamos em consideração um salário compatível com o professor, para que haja pelo menos professores de qualidade. É inadmissível continuar pagando ao professor 1.560 reais, que é o piso salarial desse profissional neste País. E muitos Estados e Municípios ainda não cumprem a Lei do Piso, que estabelece que pelo menos um terço do tempo do professor tem que ser fora de sala de aula. E aí nós temos que garantir que os professores de qualquer Município tenham esses direitos garantidos. E a União - é isto o que diz a meta - tem que garantir ao Município e ao Estado a complementação. Se tem uma Prefeitura quebrada, como é o caso da maioria das Prefeituras, o Estado e a União têm que garantir que esse Município quebrado possa também pagar o seu professor e garantir o Custo Aluno Qualidade.

Mas educação não é só professor. Educação tem outros aspectos que têm que ser garantidos. O CAQI, o Custo Aluno Qualidade Inicial - porque temos dois Custos Aluno Qualidade, o inicial, que é para começar o processo, e depois nós vamos estabelecer o Custo Aluno



Qualidade, em que vai ser mais amplo o conceito de qualidade. Mas, além do salário do professor, nós temos que garantir uma estrutura mínima da escola. Escola tem que ter biblioteca, tem que ter equipamentos tecnológicos, tem que ter laboratório de ciências, tem que ter laboratório de informática, tem que ter quadra de esporte, tem que ter teatro, tem que ter auditório, tem que ter uma série de coisas para você dizer que tem educação de qualidade. Não bastam cuspe e giz. Não basta ter um quadro negro, como tem hoje. O aluno não aguenta mais essa chatice que é a educação brasileira.

Então, para garantir o mínimo de qualidade, nós estabelecemos alguns itens mínimos. E aí, Deputado João Caldas, só para V.Exa. ter conhecimento, quanto ao dinheiro do FUNDEB, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, hoje o recurso do Estado e do Município corresponde a 2,3% do PIB - 2,3% do PIB do FUNDEB é do Estado e do Município. Sabe com quanto a União contribui? Com 0,21%. Para chegarmos ao Custo Aluno Qualidade Inicial, a fim de garantir o mínimo de qualidade numa escola pública, nós temos que investir, pelo menos, 3,57% do PIB. E o que diz a meta? O que diz aqui a 20.10? Exatamente isso, que o Governo Federal tem que complementar pelo menos o mínimo.

Então, na realidade o FUNDEB hoje tem 2,51% - 2,30% dos Estados e Municípios e 0,21% da União, que complementa. Tem 2,51%. Como nós temos que atingir 3,57% para garantir a qualidade do aluno inicial, a União vai ter que complementar com mais 1,06% do PIB, o que equivale mais ou menos a 54 bilhões por ano para garantir o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI).

É isso o que diz essa Meta 20 que o Relator tirou do relatório e que agora voltou atrás e acatou no seu relatório. Mas o Governo não quer isso.

Eu espero que o Governo e que a sua base não retirem esse item fundamental. Quem arrecada os recursos federais, quem arrecada o recursos dos impostos, praticamente todo ele, mais de 60%, é a União. É ela que tem que participar com mais recursos.

Ora, se nós não estabelecermos a obrigação da União de complementar os recursos para a educação, não vai acontecer nada. Tudo que nós estamos fazendo aqui joguem no lixo, porque não vai ser feito absolutamente nada, porque os Estados e os Municípios já estão quebrados e não vão ter condições de complementar.

Deputado João Caldas.

O Sr. João Caldas - Deputado Izalci, eu acompanho aqui a luta de V.Exa., essa luta incansável e implacável pela educação em nosso



País. Eu tive a oportunidade de fazer uma viagem com o Presidente Lula e nela estava Dilma Rousseff, então Ministra de Minas e Energia. Nós fomos à Coreia do Norte, à Coreia do Sul, ao Japão e a outros países. E o Presidente Lula, na Coreia do Norte, na Coreia do Sul e no Japão, fez a mesma pergunta aos Primeiros-Ministros. *"Qual o segredo de tanto desenvolvimento, de tanta mudança, depois de guerras, sucessivas guerras?"* E o Primeiro-Ministro da Coreia respondeu: *"Quarenta anos em educação, prioridade na educação"*. E, na Coreia do Sul, a mesma pergunta e a mesma resposta: *"Quarenta anos em educação"*. Para o Primeiro-Ministro do Japão o Presidente Lula fez a mesma pergunta: *"Qual é o segredo?"*. *"O segredo, Presidente, é investir na educação. Quarenta anos investindo em educação"*. Então, a prioridade é educação. E eu tenho notado uma coisa. É duro o que eu vou dizer, Deputado Izalci, mas, além de melhorar os salários, é preciso considerar a carreira de professor como carreira de Estado. Tem que ser diferenciado: professores têm de ter carreira de Estado, como os promotores, os procuradores, etc. Então, não há carreira de Estado mais importante do que a de professor. Mas existem, Deputado Izalci, professores, principalmente no Norte, Nordeste e em alguns rincões deste País, que não fizeram concurso, que foram contratados, nomeados, principalmente pelas Prefeituras, e esses não resolvem. O que deveria ser feito é dar a eles uma aposentadoria compulsória, porque eles não acompanham mais, não estão ensinando mais nada. Que se façam novos concursos. Tem uma turma aí que não adianta porque não vai passar conhecimento para ninguém. Quero dizer, Deputado Izalci, que eu acompanho aqui a luta de V.Exa. e a de outros Parlamentares em favor da educação, que deve ser a prioridade número um do País. A educação é a prioridade número um. Não vamos negar que melhorou muito, que avançou muito, que as coisas estão mudando. Houve muitas conquistas, mas ainda não é a nossa prioridade. Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. IZALCI - Muito obrigado. Agradeço o aparte a V.Exa e peço que seja incorporado à nossa fala.

Sra. Presidente, precisamos ficar atentos a essa votação, e a população precisa acompanhá-la. Essa Meta 20 e essa ação 20.10 é um destaque, inclusive, da Professora Dorinha, que é uma guerreira também, que trabalha conosco aqui diuturnamente para melhorar a qualidade. S.Exa. já foi, inclusive, Secretária de Educação de Tocantins, foi Secretária dos Conselhos de Educação, faz um papel belíssimo e fez, inclusive, o destaque dessa meta. Além das bancadas também do PSB, do PDT, todos trabalharam e estão trabalhando para isso. Que talvez seja o principal, porque nós precisamos sair do discurso e entrar no recurso. Educação é prioridade enquanto é discurso. Quando se fala em recurso, deixa de ser prioridade. Basta ver a prática, basta ver o que está aí.

Eu quero dizer que, se nós não aprovarmos essa ação da Meta 20, a Meta 20.10, nós não estaremos ajudando em nada a educação



brasileira, porque vai ficar uma obrigação sem saber quem é que vai bancar isso. E se deixar por conta do Município ou do Estado, não vai acontecer absolutamente nada, como nós mostramos aqui.

No fundo do ensino base, só estamos falando da educação básica, o Estado e Município investem 2,3% e a União, apenas 0,21%. E mesmo na educação como um todo os Estados investem mais de 2%, os Municípios também, e a União apenas 1%. Portanto, se realmente educação é prioridade, nós precisamos fazer com que o Governo Federal, a União, assumam definitivamente essa Meta 20.10.

E quero ainda, Sra. Presidenta, dizer a V.Exa. que não é preciso considerar o tempo das Comunicações Parlamentares não, só o da Liderança do PSDB está bom, para que eu possa concluir a minha fala. Sei que haverá uma sessão solene daqui a pouco, então, basta considerar o tempo da Liderança do PSDB.

Mas, Sra. Presidenta, eu não poderia deixar de fazer um apelo aos Parlamentares para que entendam o que estamos falando aqui. A pressão da União, a pressão do Governo em si em cima da base vai ser para não se admitir essa Meta 20.10. Vão querer tirar do plano a responsabilidade da União de complementar aquilo que o Estado e o Município não conseguirem fazer. O que vai acontecer? Se não aprovarmos isso, tudo o que fizemos durante esses 3,5 anos irá para o ralo. Vai ser impossível fazer a grande mudança que queremos na qualidade da educação.

Eu quero aqui exemplificar o que está acontecendo. Nós estabelecemos no Plano Nacional de Educação que precisamos votar no prazo de 1 ano a Lei de Responsabilidade Educacional. Assim como nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, nós temos que aprovar - já está tramitando nesta Casa um projeto de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás - a Lei de Responsabilidade Educacional. Nós temos que começar a educar.

Acho que inicialmente não dá para aplicar multa nem deixar os Prefeitos e Governadores inelegíveis, porque senão a lei não será aprovada, mas nós temos que pelo menos pedagogicamente implementar essa lei, para que os Prefeitos não deixem a qualidade da educação piorar em sua gestão. É inadmissível que programas maravilhosos que estão funcionando serem modificados ou extintos porque assumem novos Prefeitos ou Governadores, piorando cada vez mais a educação.

Avançamos na educação? Avançamos, mas em termos de quantidade.

Em termos de qualidade, nós perdemos muito. A educação brasileira está no fundo do poço em termos de qualidade. Basta ver a última



avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA. Nós estamos lá no fundo. Estão aí os resultados do ensino médio. Dez por cento dos nossos alunos conseguem aprender o básico de Português e Matemática. Dez por cento! Noventa por cento saem do ensino médio "analfabets" na área de tecnologia e analfabets porque não sabem Matemática e Português.

Portanto, nós precisamos aprovar a Meta 20.10, porque ela é importantíssima para exigir que a União dê a sua cota de contribuição. Agora o povo brasileiro precisa estar atento à propaganda oficial, à vida virtual e ao mundo real. O mundo real é outro!

Falou-se muito aqui da prioridade na educação. E quero repetir aqui: o discurso era de que 100% dos *royalties* do petróleo iriam para a educação. Esse foi o discurso de anos e anos. Agora chega o projeto. Nós vimos aqui nesta Casa que, quanto ao projeto dos *royalties* para a educação, só entrariam recursos daqui a 20 anos. Aprovamos aqui inclusive uma emenda, um texto do Relator, Deputado André Figueiredo, do PDT. Pude contribuir com a emenda, obrigando que pelo menos 50%, não dos rendimentos do fundo, mas dos *royalties*, teriam de ir necessariamente para a educação. Conseguimos aprovar nesta Casa que 50% dos *royalties* fossem aplicados diretamente na educação, independentemente dos resultados do Fundo. Essa matéria foi para o Senado. Pela primeira vez na minha vida eu vi o Ministério da Educação articulado para derrubar isso no Senado. E derrubaram! Mas, quando a matéria voltou para a Câmara, nós conseguimos reverter e manter o texto. E então, definitivamente, estabeleceram que seriam destinados 75% dos *royalties* para a educação e 25% para a saúde. Mas mais do que isso, 50% dos *royalties*, e não dos rendimentos, já seriam destinados agora para a educação e para a saúde.

Então, o que nós aprovamos aqui nesta Casa era totalmente diferente do mundo virtual, da propaganda enganosa de que educação era prioridade.

Nós aprovamos também na Comissão Especial - e agora estamos trabalhando para vir para o Plenário - a votação da reforma do ensino médio. Mas eu disse lá: "*Não adianta reformar o ensino médio se não trabalharmos a reestruturação e a qualificação da educação infantil e do ensino fundamental*". Os nossos alunos saem da alfabetização sem serem alfabetizados. Inclusive nós tentamos colocar aqui como meta, pelo menos para daqui a 20 anos, que os nossos alunos sejam alfabetizados aos 6 anos. Mas o Governo manteve a idade de 8 anos, como se as nossas crianças não tivessem a capacidade de ser alfabetizadas aos 6 anos, sendo que nas escolas particulares, nos próprios colégios privados e religiosos, em todos eles a alfabetização ocorre aos 6 anos. E nós aqui ficamos nos 8 anos. Mesmo assim, a maioria dos alunos sai com 8 anos semianalfabeta, fica com mais



dificuldade no ensino fundamental, e quando chega no ensino médio já não sabe mais nada, e aí os alunos ficam desesperados. Grande parte abandona o ensino médio e a outra parte acaba não conseguindo entrar na universidade e muito menos no mercado de trabalho e ficam aí nas drogas. É o estamos assistindo em todo o País.

Sobre a violência, o Brasil foi classificado agora como o país mais violento. Para cada 10 mortes no mundo, uma acontece no Brasil. No mundo, 10% dos homicídios no mundo acontecem aqui. E por quê? Por causa das drogas. E por que há o envolvimento da criança com as drogas? Porque a criança não tem o que fazer e, para concluir, Sr. Presidente, a minha avó já dizia: "Cabeça vazia é oficina do diabo". E é isso o que está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 305/311

091.4.54.O	Sessão Não Deliberativa	de	11/04/2014-10:45
	Debates - CD		
Publ.: DCD	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
12/04/2014 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Defesa da inclusão no projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação - PNE da abordagem da identidade de gênero e de orientação sexual no espaço da escola. Investimentos e programas do Governo Dilma Rousseff em prol do ensino de qualidade e humanizado. Caráter eleitoreiro de denúncias da Oposição a respeito da compra pela PETROBRAS da usina de Pasadena, nos Estados Unidos da América. Crescimento e valorização da estatal no Governo petista.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna para dizer que há uma discussão, sem nenhuma dúvida, absolutamente importante nesta Casa, que diz respeito ao Plano Nacional de Educação.

Está pontuada uma polêmica que busca tirar o universo da escola, e o universo da escola constrói e marca. Nós somos marcados pelas nossas experiências nas escolas, e nós somos marcados ou para a construção da necessária liberdade e do caráter libertário e de consciência crítica que todo o ser humano tem que ter, ou pela



subalternização e pela dor.

Então, portanto, nós somos marcados na escola. E mais do que isso: a escola é o universo potencial de transformação e de valorização da boniteza da vida, como dizia Paulo Freire, que tem absoluta razão ao dizer que, se a educação não transforma tudo, sem ela nós não conseguimos transformar nada.

Por isso é que parto do pressuposto de que as políticas públicas são enganchadas uma nas outras e devem ter o mesmo caráter dos direitos. Os direitos humanos são inter-relacionados e são indivisíveis.

Não podemos assegurar um direito humano negando outros direitos, porque, ao negar qualquer direito humano, estaremos negando os direitos humanos que são, em verdade, a condição para que as pessoas possam exercer a sua humanidade. Nós, seres humanos, não somos donos da vida, somos parte de uma trama rica, belíssima e diversa de vida, mas nós temos peculiaridades. Eu costumo dizer que é como se nós fôssemos um vidro cheio de cânfora, que tem os seus limites, mas, quando aberto, ficamos ilimitados. Nós somos os únicos seres vivos que podem ter consciência da vida, pegar a vida pelas mãos e transformá-la quando ela é doída; somos os únicos seres que conseguem planejar o futuro, somos seres que constroem história. Portanto, negar a nossa historicidade é negar a nossa humanidade. Somos seres que precisamos da liberdade para alimentar a nossa humanidade, como precisamos da condição de sujeito para que possamos alimentar essa mesma humanidade.

Essa condição humana e os direitos humanos, que são indivisíveis e inter-relacionados, exigem políticas públicas que também sejam indivisíveis e inter-relacionadas. Não podemos isolar as políticas públicas, porque os direitos são diversos: o direito de comer, o direito de falar, o direito de primeira, de segunda, de terceira e de quarta geração, os direitos individuais, enfim, tantos direitos que carregam o ser humano. De primeira geração, que vem como em ondas construindo os direitos de segunda, de terceira e de quarta geração, nos quais temos o desenvolvimento do meio ambiente. Ou seja, direitos para serem assegurados para aqueles que ainda nem chegaram a esta terra, mas nós precisamos assegurar um planeta que possa acolher a nossa humanidade.

Sr. Presidente, temos essas políticas públicas enganchadas uma nas outras, mas penso que uma delas é absolutamente basilar e, se ela não for de qualidade, as demais não terão a qualidade que exige a nossa humanidade.

Falo da política de educação, da política de educação em que se faz o diálogo de seres humanos. Não estamos falando da educação de um braço quebrado, de uma garganta inflamada, de parte dos seres



humanos ou de sintomas. Estamos lidando com crianças, com pessoas inteiras, com as diversas formas de inteligência que pontuava Anísio Teixeira. Temos a inteligência corpórea, a inteligência cognitiva, a inteligência afetiva, tantas inteligências que carrega o ser humano na sua trajetória aqui nesta Terra.

Por isso eu diria que a educação é basilar, é estrutural, para que tenhamos outras políticas públicas de qualidade. Se não tivermos educação de qualidade, talvez não tenhamos saúde de qualidade. Porque é preciso uma política de educação com qualidade para que possamos ter saúde de qualidade, geração de emprego e renda de qualidade, cultura de qualidade, todas as outras políticas que precisam de uma educação de qualidade como política basilar para que possamos traçar a ligação e a relação entre o conjunto das políticas públicas.

E digo isso porque, na discussão que temos hoje do PNE, tenta-se impedir que tenhamos, nesse espaço da escola, o diálogo entre seres humanos inteiros, seres humanos com seus sonhos, com a sua condição humana, que, por si só, já lhe assegura direitos. Então, se negarmos que esse espaço seja de desconstrução de uma cultura que hierarquizou os seres humanos, estaremos negando a possibilidade de libertação deste País.

Recentemente, a ONU fez um estudo que aponta que no Brasil se assassinam por volta de 50 mil brasileiros e brasileiras todos os anos; 50 mil brasileiros, todos os anos, são assassinados! Temos, em média, 25,2 assassinatos por 100 mil habitantes. A ONU - Organização das Nações Unidas pontua que seria aceitável 10 pessoas a cada 100 mil habitantes perdendo as suas vidas nos nossos países ou neste planeta. Portanto, temos um índice que chama a nossa reação. Esse índice de 50 mil mortes indica que, antes de literalmente se romper ou se roubar a vida, há uma desumanização simbólica.

Lembro-me de São Francisco, quando diz que é preciso ressuscitar os vivos. É preciso ressuscitar os vivos, é preciso assegurar a nossa humanidade, permanentemente. E no espaço da educação é onde se constroem valores e onde se transforma a nossa realidade de forma absolutamente intensa.

Nesse sentido, não há como se tirar da escola o universo natural, para que possamos dizer que todo ser humano deve ter os mesmos direitos, como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tecida com andor, com a desumanização real da Segunda Guerra Mundial, tecida com o andor dos fornos crematórios, das câmaras de gás, mas uma reação da humanidade para dizer que todo ser humano nasce livre e todo ser humano nasce igual em direitos.

Como podemos permitir, então, que tenhamos seres humanos que não



podem expressar a sua afetividade porque temos uma sociedade pautada na heteronormatividade? Como podemos dizer que há igualdade de direitos, se temos milhões de mulheres, todos os dias, no nosso País, que não querem voltar para casa porque são submetidas a uma lógica de tortura permanente, para nos lembrar de que as salas escuras da ditadura ainda permanecem muitas vezes nos lares do nosso País?

Para enfrentarmos esse nível de desumanização e de homicídios que existem no Brasil, é preciso trazer para a centralidade a discussão de direitos humanos, para que não tenhamos dor em ser mulher, desumanização em ser mulher, para que a comunidade LGBT não sofra e não tenha que ser impedida de expressar a sua afetividade, porque afetividade é coisa de gente, é coisa de ser humano.

Se se impede o exercício da afetividade está se impedindo a humanidade. Se não há liberdade de ser, se não há liberdade de construirmos as nossas próprias vontades, os nossos próprios desejos, as nossas próprias vidas, não temos humanidade.

Por isso, digo que a discussão que está pautada no fundamentalismo, que quer retirar a oportunidade que se deve conceder, para se reafirmar as identidades de gênero, para que a escola não seja o universo onde existe uma discriminação pautada no gênero, ou para que os transgêneros neste País não sejam expulsos pela hostilidade, pela discriminação dos bancos escolares, já que a escola tem de ser para todas e para todos e para todas...

Como se pode permitir que esse universo da escola não discuta a necessidade da liberdade de orientação sexual, para que as pessoas possam ser como são, num período em que temos tanta coisificação do ser humano? O ser humano tem adentrada, na sua cidadania da intimidade, a mão invisível do mercado.

Lembro-me de Frei Betto, quando dizia que, quando éramos crianças, colocávamos nossas melhores roupas para ir aos cultos. E, hoje, grande parte da nossa juventude coloca as suas melhores roupas para ir aos *shoppings*, negados inclusive para a periferia desta cidade. Os rolezinhos significam dizer que esse é um espaço que não pode ter a sacralização da mercadoria e essa cisão imposta por uma sociedade que diz todos os dias: "*Consuma para eu te respeitar!*", e não dá o direito de consumir.

Por isso, os jovens adolescentes que entram em conflito com a lei entram, em grande medida, para obter objetos pessoais que a sociedade, pautada no consumismo, diz todos os dias que eles precisam possuir para que possam ser respeitados - uma sociedade cheia de cisões, uma sociedade cindida.



Nesse sentido, a escola é o universo fértil para que possamos construir uma outra cultura, em que ninguém - ninguém! - em função da sua afetividade, seja discriminado e impedido de viver a sua humanidade, em que tenhamos a liberdade de ser, a liberdade de existência humana, que nos cabe simplesmente, como eu disse, porque viemos para a Terra não como coisa, nem como gado, viemos para a Terra como pessoas, e é como pessoas que temos de viver.

Por isso, é preciso que tenhamos claro: não se constrói política pública com discriminação, não se constrói política pública com preconceito. Mata-se a essência de uma política que tem de ser para todos e todas e tem de estar na perspectiva de definitivamente desconstruir as casas grandes e senzalas que ainda permanecem no imaginário desta Nação, cindindo-a ao meio. Ainda permanece no imaginário de uma nação de uma elite que sempre governou este País até a entrada de um Presidente operário. E é essa elite que nunca se sentiu brasileira, que sempre quis ser estadunidense ou europeia, essa elite se incomoda de dividir os aviões com a classe pobre deste País, que está saindo da miséria pela ação de Lula e pela ação de Dilma Rousseff.

Por isso, Sr. Presidente, não há como possibilitarmos retirar da escola a condição profícua, frutífera, para desconstruir essa discriminação que desumaniza simbolicamente. É preciso termos claro que os lares onde há a violência contra as mulheres e as crianças naturalizam a violência.

Ontem, estivemos na Comissão de Seguridade Social fazendo uma discussão numa audiência pública de um projeto que busca flexibilizar a Lei Maria da Penha. Quase de forma uníssona, ali foi pontuada a opinião de que precisamos entranhar a concepção da Lei Maria da Penha em todo o tecido social da nossa sociedade, que temos de entranhar o que significa essa lei. Ou seja, significa que nenhuma mulher pode viver sob o tacão da violência, em um processo onde é arrancada aos pedaços sua condição de sujeito e sua liberdade, e ela vai sendo invadida pelo desejo de outro e não por sua própria subjetividade e singularidade, a serem preservadas.

Por isso, Sr. Presidente, não há como acharmos que pode ser tirada da escola sua missão de humanização da nossa sociedade, sua missão de igualdade de direitos. Eu diria que as escolas inclusivas, que incorporam os meninos com deficiência, não são importantes apenas para os meninos com deficiência terem igualdade de oportunidade. Elas são importantes para aqueles que não carregam essa deficiência visível, para entenderem que a humanidade é uma só. Há pessoas que não escutam com os ouvidos. Há pessoas que não falam com a boca, falam com as mãos, falam com o corpo. Há pessoas que precisam de auxílio para caminhar. Há pessoas que enxergam com o coração e não enxergam com os olhos. Mas nenhuma deficiência é maior que a pessoa.



Como essa escola é inclusiva, não pode se furtar do desafio e da tarefa histórica de dizer que é preciso, sim, desconstruir a lógica sexista e machista que assassina tantas mulheres e que faz com que tenhamos uma pesquisa como a do IPEA. Na pesquisa em questão, mais da metade dos entrevistados dizem que as mulheres poderiam evitar a violência que se comete contra elas, transformando vítimas em culpadas e imputando uma culpa mais recrudescida às mulheres, que já sofrem com a culpa que a sociedade lhes impõe para todas as vezes que ocupam espaços públicos, espaços que foram historicamente destinados apenas aos homens.

É fundamental que tenhamos claro no PNE que a função da escola é estabelecer liberdade de identidade de gênero e de orientação sexual, para que ninguém seja condenado a viver em um armário, para que nenhum beijo possa ser aprisionado, para que nenhuma mulher tenha que carregar no corpo e na alma os hematomas de uma sociedade traçada na subalternização e na desumanização de mulheres do ponto de vista histórico.

Sr. Presidente, essa é uma discussão que, para nós, é extremamente cara. E é extremamente cara para este Governo que tem feito políticas absolutamente fundamentais para que possamos construir uma sociedade com igualdade de direitos.

Foi este Governo que estabeleceu o programa Mulher, Viver sem Violência, que tem uma série de ações na perspectiva de assegurar que as mulheres possam viver sem nenhum tipo de violência já tipificada na Lei Maria da Penha, como violência patrimonial, violência sexual, violência moral, violência psíquica e violência física. Tantas violências microfísicas, no processo de microfísica do poder entranhadas, incorporadas, naturalizadas!

E a Lei Maria da Penha, o Governo de Dilma Rousseff e a Ministra Eleonora Menicucci vêm para dizer: Mulher, Viver sem Violência! Mulher, é preciso alçar essa condição humana a todos os seres vivos e particularmente para mais de 50% da nossa sociedade, que hoje é discriminada simplesmente porque é mulher!

É nesse sentido também que a Presidenta Dilma Rousseff estabeleceu uma prioridade na construção de creches, para que possamos dar perspectivas aos nossos meninos e meninas, para que não tenhamos que ver o que já vi aqui numa cidade do Distrito Federal: a mãe sair para trabalhar e deixar a comida no chão. Ao ser perguntada por que estava deixando a comida no chão, ela disse: *"Porque eu não quero que meus meninos subam em qualquer banco ou em qualquer espaço para pegar a comida, porque podem se machucar."* Sem entender que estavam sendo machucados os seus meninos e meninas em função da ausência de uma política pública que assegurasse creche, direito da



mulher, direito fundamental das próprias crianças!

Por isso, a Presidenta Dilma Rousseff criou o programa Brasil Carinhoso, para que possamos derramar carinho sobre os nossos meninos e as nossas meninas, para que nós possamos dizer a toda a sociedade que medimos o nível de desenvolvimento de uma sociedade a partir do tratamento e das políticas que se direcionam para os nossos meninos e as nossas meninas, prioridade absoluta na nossa Constituição Cidadã!

A Presidenta Dilma Rousseff cria o Brasil Sem Fronteiras, para que meninos possam ir para o exterior e tenham uma oportunidade antes só concedida àqueles que nasciam em berço de ouro!

É muito emocionante ler cartas de pessoas que mudaram a sua vida a partir do PROUNI, do REUNI, das novas regras do FIES, porque esse Presidente operário, Luiz Inácio Lula da Silva, que diziam que não podia governar o Brasil porque não tinha um curso superior, colocou mais de 1 milhão de jovens que não podiam sonhar em ter um curso superior para serem médicos, advogados, professores, enfim, para que possam carregar um diploma e dizer que este País só é democrático se as condições e as igualdades de oportunidade forem dadas, vigentes e pulsantes na nossa Nação.

É absolutamente injusto dizer que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff despreza a educação, porque tem pontuado com aspecto fundamental e estruturante o desenvolvimento da educação neste País. Tanto é que foi a Presidenta Dilma Rousseff que encaminhou para esta Casa a necessidade de que o pré-sal fosse destinado à educação.

Precisamos do clamor das ruas pedindo mais Estado porque muitas vezes eu penso que a Oposição tenta se apropriar das manifestações de rua e colocar a sua pauta nas manifestações, como as que assolaram este País no mês de junho do ano passado. A população foi às ruas pedindo mais Estado, mais mobilidade urbana, mais saúde, mais educação. A população foi às ruas pedindo reforma política, pedindo que este Congresso pudesse representá-la, que não tivessem os véus, as mordças e as burcas que atingem as mulheres e que não tenhamos apenas 8,7% de mulheres nesta Casa e menos que isso de afrodescendentes.

Sr. Presidente, a Presidenta Dilma Rousseff, que ontem recebeu uma série de entidades de jovens, está absolutamente coadunada com os anseios da Nação. E está coadunada porque, com o pré-sal... Quando falo do pré-sal, digo que aqueles que hoje sobem a esta tribuna para dizer que defendem a PETROBRAS se esquecem de que o pré-sal foi descoberto a partir de investimentos nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff, tornando-se o passaporte para a liberdade deste País.



É muito importante que nós tenhamos a clareza de que é preciso, em toda essa discussão da PETROBRAS, separar o que é fantasia, o que é eleitoralização, o que é discussão política da verdade.

Nesse sentido, passo aqui a discorrer sobre alguns dados.

Ora, disseram que a refinaria de Pasadena custou 42 milhões de dólares e foi comprada por 1,1 bilhão de dólares pela PETROBRAS. Na realidade, a empresa que adquiriu a refinaria aportou 42 milhões de dólares, investiu mais 84 milhões para atender exigências ambientais e assumiu uma despesa de 200 milhões. Ela custou, então, para a empresa que a comprou, 326 milhões de dólares e não 42 milhões de dólares.

Não está correspondendo à verdade também, Sr. Presidente, dizer que a PETROBRAS pagou 1,1 bilhão de dólares pela refinaria. Ela pagou 190 milhões, referente a 50% da refinaria, em 2006, e mais 296 milhões pelo restante, em 2009. Ela pagou 486 milhões.

Portanto, o custo da refinaria, para a PETROBRAS, foi de 486 milhões, e custou originalmente 326 milhões. Ora, que distância temos dos números falseados de que ela custou 42 milhões e foi comprada pela PETROBRAS por 1,1 bilhão!

Sr. Presidente, dizem também que foi a compra um mau negócio. À época, ela foi um bom negócio. Com a crise de 2008, passou a ser um negócio questionável e volta a ser um grande negócio no dia de hoje.

E digo: quanto custa uma refinaria? Esse valor que é calculado pela sua capacidade de produção/dia, nós temos hoje essa refinaria que custou 486 milhões de dólares divididos pela capacidade de destilação/dia, ou seja, 100 mil barris, o que leva a um resultado de 4.860 dólares por barril. Esse valor é quase a metade do preço médio da venda e compra de refinarias no ano de 2006. A média de compra e venda de refinarias, no ano de 2006, foi de 9.233 dólares por barril.

É preciso que a Oposição tenha honestidade. Honestidade inclusive de vir aqui defender as suas propostas; honestidade para dizer que quando deixou o Governo, Fernando Henrique Cardoso - no último ano de Governo -, tínhamos uma inflação de mais de 12%; honestidade para dizer que a inflação era combatida no Governo...

(O microfone é desligado.)

A SRA. ERIKA KOKAY - É preciso que tenhamos honestidade ao dizer que o instrumento de combate à inflação do Governo Fernando Henrique Cardoso era o desemprego estrutural, era a renda achatada, porque se encarava que ali havia uma inflação de demanda. E hoje nós temos o menor desemprego da nossa história recente. Nós tivemos



diminuição do desemprego do ano de 2012 para 2013. Nunca tivemos uma renda que assegurasse eliminação da desigualdade como nós temos hoje com a Presidenta Dilma Rousseff.

Enquanto a Oposição chega aqui e acusa o Governo de desvalorizar a PETROBRAS, eu lembraria que foi no Governo Fernando Henrique Cardoso que a empresa chegou ao seu nível mais baixo no mercado: 15,5 bilhões de dólares. Mesmo com a empresa perdendo valor de mercado no último ano, o seu valor hoje é de 179 bilhões de dólares. Ou seja, ela vale 11 vezes mais do que valia no Governo Fernando Henrique Cardoso. E como vêm aqui esses defenderem esse Governo, Governo que vendeu, com negócios que precisam ser investigados por este País, várias empresas públicas, esse Governo que tirou a Vale do povo brasileiro, esse Governo que tirou as telecomunicações, esse Governo que tirou grande parte das elétricas e das empresas de saneamento e dos bancos e dos bancos estaduais do povo brasileiro?

Esse Governo tem de responder por que, quando estava dirigindo esta Nação, tinha a PETROBRAS valor de mercado de 15,5 bilhões de dólares, e hoje vale 179 bilhões de dólares. Mas, se levarmos em conta a receita, veremos que pulou de 69 bilhões, em 2002, para 304,9 bilhões, em 2013, com aumento de arrecadação da ordem de 340%. Eu disse 340%! O lucro líquido aumentou 190%, 8,1 bilhões de dólares em 2002 para 23,6 bilhões em 2013. Os investimentos passaram de 19 bilhões de dólares, em 2002, para 104 bilhões, em 2013, um aumento de 447%. Ora, naquela época, em 2002, a produção não passava de 1,5 bilhões de barris diários; hoje, ela chega a 2 bilhões por dia. Nós estamos no maior nível de investimento da PETROBRAS! Em 2020, vamos ter duas PETROBRAS. Duas PETROBRAS, pelo investimento que o Governo está fazendo. Hoje, somos autossuficientes em petróleo, mas seremos autossuficientes também nos derivados, com os investimentos que estão sendo feitos pela PETROBRAS ou pelo Governo brasileiro na PETROBRAS.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso tirar os mitos dos fatos, separar mito de fato, e fazermos aqui uma discussão que seja pautada na honestidade. Que aqui venha a Oposição e defenda qual é o seu projeto e diga que o seu projeto é Estado mínimo, que seu projeto entra em confronto, em conflito com o clamor das ruas, diga aqui que o seu projeto é da exclusão de parte da população brasileira do mercado de trabalho, para forçar uma queda nos preços. Que diga isso! Que venha aqui e diga que deve ter desemprego, e desemprego estrutural, com a destruição das cadeias produtivas, como vivemos no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sabemos que, com pleno emprego, há uma tendência para que a renda se fortaleça. Se temos desemprego aviltante, vamos ter pressão sobre quem está empregado, para diminuir a sua renda e manter o próprio emprego. Mais de 80% das categorias que negociaram nas



suas datas base os seus acordos e as suas convenções coletivas levaram dessas negociações um índice acima da própria inflação.

Portanto, Sr. Presidente, temos modelos de Brasil que são diferenciados. Um modelo que está em curso com Dilma Rousseff, que continua a experiência de Lula, o modelo do Brasil Carinhoso, o modelo do Viver sem Limite, porque foi a Presidenta que fez um programa para incluir as pessoas com deficiência, para que possamos reafirmar, como aqui já disse: nenhuma deficiência é maior do que a pessoa. Este Governo investe de forma absolutamente forte e vigorosa, para que tenhamos uma educação de qualidade e para que tenhamos um País com igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, Sr. Presidente, encerro a minha fala para dizer que tenho um orgulho muito grande de fazer parte desta experiência. Eu, que vim do Estado do Ceará, e, à época em que era criança naquele Estado, via muitas vezes passar os meninos, os anjinhos. Era uma forma de a família se proteger da dor de perder seus meninos e meninas para a mortalidade infantil, perder seus meninos e meninas antes de completarem 1 ano de idade.

Hoje, estamos deixando tudo isso para trás! Estamos enfrentando essas cisões, as casas grandes e senzalas, as exclusões, não apenas com um programa de transferência de renda que tirou milhões de brasileiros e brasileiras da pobreza extrema ou da miséria. Estamos enfrentando com renda para os trabalhadores, com o salário mínimo valorizado, com o pleno emprego que está em curso.

Encerro apenas lembrando que são muito paradoxais aqueles que vêm aqui e falam: *"Apesar da crise, a inflação está dentro da meta. Apesar da crise, o Brasil é um dos maiores receptores de investimentos internacionais. Apesar da crise, a PETROBRAS valorizou suas ações no mercado. Apesar da crise, nós estamos com um País onde há inclusão, e a fome está ficando para trás."* Aí, eu me pergunto: *"Que crise é essa de que se fala? Que crise é essa de que se está falando, se não é a crise mítica, construída para que nós tenhamos os dados absolutamente enviesados e absolutamente transtornados para que se possam ganhar eleições?"*

Chamo, portanto, a Oposição, neste ano de eleição, para que não paute a sua atuação política a partir das perspectivas eleitorais, porque existe um Brasil que clama por justiça, existe um Brasil que clama por independência e a tem conquistado. Clamo para que a Oposição realmente seja honesta intelectualmente na divulgação de todos os dados que dizem respeito a este País, para que nós possamos, enfim, dizer que o debate está pautado nos projetos políticos, e não na busca de bandeiras de quem não tem bandeiras que possam ser ditas para a sociedade, porque foram derrotados por três vezes nas urnas que elegeram a transformação deste País e definitivamente os lutos



necessários para que possamos encerrar os períodos traumáticos desta Nação, que exige - como eu disse, e encerro com isso - igualdade de oportunidades, romper a desumanização simbólica, para que não tenhamos medo das ruas, para que não tenhamos medo das noites e para que não tenhamos que ficar dentro de casa como se fôssemos prisioneiros de nós mesmos.

É isso o que nós esperamos.

Documento 306/311

096.4.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/04/2014-09:20
Publ.: DCD 17/04/2014 -	- GLAUBER BRAGA-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Imediata votação do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente do dispositivo sobre a destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para a educação. Principais metas do novo PNE.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já passou da hora de este Plenário, esta Casa, o Congresso Nacional fazer a votação e a avaliação do Plano Nacional de Educação. É importante a finalização dos trabalhos pela Comissão Especial, para que este Plenário possa, definitivamente, manifestar-se sobre essa matéria.

Entre outros pontos, não pode deixar de ser destacada a necessidade da destinação de 10% do PIB para a educação pública. Este Plenário tem essa responsabilidade, esta Casa tem essa responsabilidade para com a educação brasileira.

Além disso, outro ponto fundamental da proposta é o chamado Custo Aluno Qualidade, com a complementação por parte da União, porque essa medida vai trazer, também, a possibilidade de garantir ao estudante brasileiro, à educação brasileira, qualidade mais isonômica entre os diversos territórios, entre as diversas regiões do nosso País.

Ainda, o Plano Nacional de Educação não pode perder do horizonte, Sr. Presidente, a necessidade que o Brasil tem de chegar ao



percentual zero no que diz respeito ao analfabetismo. Não tem o menor cabimento o nosso País ampliar o número de analfabetos, contrariando, inclusive, a lógica do que tem acontecido nos países vizinhos, onde o analfabetismo tem sido reduzido.

Todos os pontos contidos no Plano Nacional de Educação - eu não tenho dúvida - fazem com que, nos próximos anos, ampliemos qualitativamente a educação brasileira. Para isso, cabe, neste momento, um apelo ao Parlamento brasileiro, para que cada vez mais rapidamente esta matéria possa ser discutida e votada por este Plenário.

Muito obrigado.

Documento 307/311

097.4.54.O	Sessão Não Deliberativa de	16/04/2014-14:24
	Debates - CD	
Publ.: DCD	- MARIA LUCIA PRANDI-PT -SP	
17/04/2014 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância dos investimentos realizados pelas gestões federais do PT no Porto de Santos, Estado de São Paulo. Ações do Governo Federal em prol da região da Baixada Santista. Urgente aprovação pela Casa da proposta de Plano Nacional de Educação.

A SRA. MARIA LUCIA PRANDI (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente desta sessão, nobre Deputado Amauri Teixeira, Sras. e Srs. Parlamentares, sinto-me profundamente honrada por pertencer a esta Casa, à Câmara Federal, integrando a bancada do Estado de São Paulo e compondo, juntamente com os demais companheiros e companheiras, a bancada do Partido dos Trabalhadores.

A representação popular nos acarreta uma enorme responsabilidade, seja qual for o Estado que aqui representemos. Quero falar, especialmente, do Estado de São Paulo, responsável por quase um terço do PIB brasileiro, produtor de conhecimento, ciência e tecnologia



e, que, lamentavelmente, nos últimos anos, não tem acompanhado o mesmo ritmo de desenvolvimento do País em termos de recursos e investimentos públicos.

Especialmente, quero falar da região da qual sou originária e que tem um enorme significado não só para o Estado de São Paulo, mas também para o Brasil, que é a região da Baixada Santista, onde estão localizados o Porto de Santos - o maior porto do hemisfério sul - e o Polo Petroquímico de Cubatão.

Pelo Porto de Santos passa praticamente um terço do Produto Interno Bruto brasileiro. A importância desse porto, por mais de duas décadas, foi relegada, tendo em vista a falta de investimentos do Governo Federal. Mas, a partir do Governo Lula e também do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, com a sua noção da necessidade dos investimentos na infraestrutura e na logística para que tenhamos maior competitividade, o Porto de Santos tem recebido vultosos investimentos, dos quais farei aqui apenas uma breve citação: entre os anos de 2011 e 2014, já no Governo Dilma Rousseff, foram destinados ao Porto de Santos recursos da ordem de 1 bilhão e 200 milhões, os quais fazem parte do PAC 2, sendo aplicados num conjunto de 12 obras integrantes.

Nós queremos destacar a construção da chamada Perimetral da Margem Direita e a realização das obras da Perimetral da Margem Esquerda do Porto de Santos, que estão em curso. Lembramos também toda a operação de dragagem e aprofundamento do calado, vital pra a economia brasileira.

Ainda nesse sentido, ressalto que com a Lei nº 12.815, de 2013, aprovada por esta Casa, há uma expectativa de investimentos da ordem de 10 bilhões de recursos privados para que tenhamos novos terminais no Porto de Santos.

Eu queria ressaltar também que, apenas em 2013, a movimentação de cargas no Porto de Santos superou as 114 milhões de toneladas.

Mas essa região, tão importante para a economia do País, sofre com aquele modelo de desenvolvimento que o Brasil adotou e que implica má distribuição de renda e injustiça social. Por isso, a Baixada Santista ainda é uma região extremamente carente de condições de habitabilidade, uma vez que nós temos muitas áreas favelizadas.

Entretanto, todos esses problemas estão sendo enfrentados com os investimentos do PAC, como o PAC da Mobilidade Urbana, que visa a melhorar a qualidade de vida da população, e do Programa Minha Casa Minha Vida.

Eu queria encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, salientando a



importância de a Casa aprovar, o mais rápido possível, o Plano Nacional de Educação. Lembramos que o pré-sal, os investimentos e tudo o que vier de lucro do pré-sal, ou seja, 50% dos *royalties* e do Fundo Social, irão para a educação e serão fundamentais para o desenvolvimento do País.

Muito obrigada.

Documento 308/311

099.4.54.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 22/04/2014-16:50
Publ.: DCD - 23/04/2014 - PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Regozijo com votação pela respectiva Comissão Especial de projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação - PNE.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, é com muita alegria que comemoramos, depois de 3 anos de discussão e debate no Parlamento brasileiro, a votação, nesta tarde, na Comissão Especial de que tive a honra de também participar, do PNE, o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos: 10% do PIB para a educação; aumento salarial para os nossos professores, aumento real ao longo da década; e educação integral numa grande parte, pelo menos um terço das escolas brasileiras.

Esses três destaques mostram a revolução que nós vamos fazer na educação, no próximo período. Parabéns ao Governo e à Presidenta Dilma! Parabéns ao Congresso Nacional e à Comissão Especial que votou o Plano Nacional de Educação e os 10% do PIB para a educação, para que esta geração e as futuras possam construir um grande País, uma grande Nação!

Documento 309/311

101.4.54.O Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD 23/04/2014-13:24



Publ.: DCD - AROLDE DE OLIVEIRA-PSD -RJ
24/04/2014 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agressão verbal contra assessora do orador e a comunidade evangélica por ativistas defensores da igualdade de gênero durante votação de destaques apresentados ao texto do Plano Nacional de Educação. Encaminhamento dos agressores ao Departamento de Polícia Legislativa da Casa.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, meus colegas, ontem, após a votação do PNE - Plano Nacional de Educação, em que foi suprimido do texto o termo ideológico "*de gênero*", os movimentos pró-gays ficaram muito excitados dentro do Plenário 5.

A minha assessora Damares Alves, uma senhora, foi agredida verbalmente com os seguintes termos: "*Todo evangélico no Brasil deve ser queimado vivo em uma fogueira. Evangélicos são uma desgraça e devem ser exterminados.*" Querem matar um terço da população do Brasil.

Os policiais legislativos, vendo a cena, intervieram e levaram os ativistas para o Departamento de Polícia Legislativa, onde foi registrada uma ocorrência policial - Boletim de Ocorrência nº 048/2014.

A que ponto chegaram a intolerância e o ódio nesta Casa!

Documento 310/311

105.4.54.O Sessão Não Deliberativa de 24/04/2014-16:48
Debates - CD

Publ.: DCD - ÂNGELO AGNOLIN-PDT -TO
25/04/2014 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário



Aprovação, pela Comissão Especial, de proposta de Plano Nacional de Educação com garantia de 10% do PIB para a educação. Participação no 10º Seminário Nacional ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância) de Educação a Distância. Expansão do ensino a distância no País. Defesa do acesso ao FIES - Financiamento Estudantil para alunos dessa modalidade de ensino. Proposições relacionadas à educação a distância em tramitação na Casa.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de antemão, solicito à Mesa que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que nos assistem pela *TV Câmara*, aproveito este momento em que a educação está em voga, está no debate prioritário deste Parlamento para comemorar a aprovação dos 10% do PIB na Comissão Especial nessa terça-feira, um sonho, uma busca, uma proposta capitaneada pelo nosso partido, o PDT, que tem como principal bandeira a educação. Sua linha programática na pauta primeira é exatamente construirmos uma educação moderna, mais eficiente e compatível com o momento atual.

Eu queria também, Sr. Presidente, aproveitar esta oportunidade na condição de Presidente da Frente Parlamentar da Educação Profissional e Ensino a Distância. Eu acabo de retornar de São Paulo, onde participei da abertura do 10º Seminário Nacional ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância) de Educação a Distância.

Nós tivemos a oportunidade de ouvir várias exposições, várias manifestações, muitas com motivos para comemorar: por exemplo, o grande crescimento que nós tivemos na formação profissional, na qualificação profissional, com o lançamento do PRONATEC, programa que tem um alcance nacional e que elevou de forma muito significativa o número de vagas, para que nós pudéssemos dar ao cidadão, ao jovem brasileiro condição mais apropriada para ocupar as vagas disponíveis em nosso mercado.

Nós ainda pudemos assistir também a algumas manifestações com relação à utilização dos meios disponíveis, para que possamos fazer da educação a distância uma verdadeira ferramenta para contribuir de forma decisiva com o cumprimento das metas do PNE para 2020.

Vemos com muita confiança que, à medida que quebramos os preconceitos, superamos o paradigma da ineficiência, que vinha com muita força inibindo o crescimento dessa modalidade, que efetivamente é o canal mais seguro para que possamos ter avanços consideráveis tanto na quantidade quanto na qualidade da educação brasileira.



Lá se discutia e se afirmava que, se nós utilizarmos a capacidade tecnológica hoje disponível no mercado e a força da conectividade e se também lançarmos mão da escalabilidade, vamos, com certeza, dar um salto, um avanço muito grande, porque, através da conectividade, podemos fazer com que aulas bem elaboradas, tecnológica e tecnicamente bem desenhadas e bem formatadas, possam atingir, em escala, milhões, milhares de pessoas ao mesmo tempo, através, naturalmente, da plataforma digital disponível hoje em todo o nosso País. Isso fará com que, com essa escala multiplicada, nós possamos atingir um grande número de alunos, com uma eficiência sem igual.

A prova da eficiência dessa modalidade está totalmente comprovada pelo ENADE, no qual nós encontramos indicadores na educação à distância superiores até mesmo aos da educação presencial. Isso nos dá a segurança e a tranquilidade de que estamos no caminho certo. É preciso tão somente darmos mais visibilidade, mais atenção a essa forma de fazermos educação.

Sr. Presidente, nós criamos a nossa Frente em 2011. De 2011 para 2012, tivemos um salto quantitativo muito grande. Chegamos hoje, entre os cursos livres, pós-graduações e graduação superior, a mais de 5,8 milhões de matrículas, que estão em fase de expansão.

Para ter ideia, mesmo na graduação, onde está nosso maior gargalo, nós conseguimos superar, na educação a distância, indicadores de mais de 12% no ano passado, enquanto o ensino presencial teve sua limitação em 3%. Naturalmente, é muito mais difícil se edificarem locais para educar do que lançarmos mão da tecnologia, que é muito mais ágil, eficiente e pontual. É uma coisa bem real.

Eu queria fazer outro registro, Sr. Presidente, também levantado hoje. Essa questão eu já tenho colocado a este Plenário e a repito com certo inconformismo: eu não consigo, e ninguém está conseguindo compreender porque os alunos de EAD são discriminados pelo nosso sistema de educação. Eles estão sendo tratados de forma preconceituosa. Em que sentido? Porque já fizemos esforços através do diálogo, já procuramos encontrar a razão e a justificativa para que não tenham direito de acesso ao FIES.

Não dá para a gente entender e não vejo, de forma alguma, uma explicação convincente. Não acredito que diga respeito a recurso. Nós temos recursos que são fáceis de gerar e de produzir, com um País que tem crédito e que pode fazê-lo até mesmo com a emissão de títulos públicos, se entender necessário.

Não podemos entender porque esses jovens não têm direito ao acesso, e o acesso não foi tirado por lei. Este Congresso, esta Casa, autorizou a financiar também os alunos da EAD. O que tirou o direito deles foi um ato normativo do MEC, a Portaria nº 1, de 2010, que tirou



o direito de acessarem o financiamento dos seus estudos. Não é porque têm condições melhores do que os outros. Pelo contrário, grande parcela dos alunos do ensino a distância tem baixa remuneração e aproveita seu tempo disponível em casa, com grandes intervalos de trabalho, para concluir sua formação, sua graduação.

Então, eu queria deixar aqui mais um apelo: agora que nós temos os 10% aprovados do PIB destinados à educação, agora que nós temos os *royalties* do petróleo, que se faça uma decisão mais rápida e também se libere o FIES para os alunos da educação a distância. Nós não podemos permitir e aceitar que isso permaneça, porque inclusive desqualifica os cursos a distância, tornando-os inferiores aos outros. Na verdade, não estão em inferioridade. Pelo contrário, os dados, os números, os indicadores mostram que a educação a distância está totalmente qualificada, compatível com o mercado, tendo resultado positivo.

Sr. Presidente, eu queria deixar este registro, fazer este apelo, mais uma vez, ao Ministério da Educação, ao Governo da Presidente Dilma, para que revogue essa portaria, esse ato do MEC. A lei contempla todos os alunos, porque é discriminatória, preconceituosa, mas é ilegal, inconstitucional, porque afronta o direito que todos têm ao acesso a esse financiamento.

Fazendo este registro, este apelo eu espero que a gente consiga agora sim, com mais recursos disponibilizados, dar essa alegria, essa satisfação aos alunos da educação a distância para que tenham também acesso ao crédito educativo, ao FIES.

Sr. Presidente, para concluir, eu queria também anunciar que nós temos tramitando na Casa projeto de lei que institucionaliza o Dia Nacional da Educação a Distância, que já é comemorado, embora ainda não esteja legitimado em lei, em 27 de novembro.

Ainda com relação ao FIES, eu queria dizer que nós temos um PDC tramitando na Casa que susta os efeitos da Portaria nº 1, de 2010, que impede os alunos de acessarem o financiamento.

No mais, quero agradecer a gentileza destes 10 minutos que me permitiram falar para o meu Tocantins e para toda a Nação brasileira.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - Nobre Deputado Ângelo Agnolin, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e registrar que é com muita alegria que faço parte também da Comissão que V.Exa. preside. Sem sombra de dúvida, o Brasil inteiro, de forma particular nossas regiões, necessita muito do ensino a distância para, se Deus quiser, reduzir o analfabetismo.



Documento 311/311

104.4.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/04/2014-10:24 CD		
Publ.: DCD	- PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE- 25/04/2014 - DEM -TO		
CÂMARA	DOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO
DEPUTADOS			

Sumário

Solicitação aos Deputados de apoio para aprovação do projeto de lei sobre a instituição do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Desafios do setor educacional no Brasil.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO.
Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Ivan Valente, eu gostaria de falar sobre o Plano Nacional de Educação.

Fui Secretária de Educação do Estado do Tocantins por quase 10 anos e participo ativamente da Comissão de Educação e da discussão do Plano Nacional de Educação.

Na verdade, eu gostaria de fazer um apelo a esta Casa. A votação do Plano Nacional de Educação está sendo finalizada na Comissão Especial. Após a votação na Comissão Especial - e ontem o Presidente Henrique Eduardo Alves se comprometeu de logo colocá-lo em votação no plenário -, peço que esta Casa se envolva e se interesse por esse tema, que é muito importante.

O Plano Nacional estabelece, sim, metas da creche à pós-graduação, mas vai muito além disso, ao estabelecer estratégias para reduzir as desigualdades que, infelizmente, são significativas no nosso País.

Nós vivemos em um país em que as escolas das Regiões Norte e Nordeste são muito diferentes de muitas escolas do Sul e do Sudeste. Nós temos boas escolas no Norte e no Nordeste, temos excelentes professores e excelentes resultados. O nosso desafio é romper as desigualdades, garantir não que as escolas de alguns sejam boas, mas que todas as escolas brasileiras sejam boas, que os professores de todos os Estados e de todos os Municípios sejam tratados de maneira digna e respeitosa.

Infelizmente o nosso País passa hoje por um apagão de professores.



Poucos alunos do ensino médio - menos de 2% - se interessam ou pensam em escolher a carreira docente. Isso não é por acaso, não é fruto da política de um Estado ou de um Município, é uma política nacional que precisa ser enfrentada. E ela precisa ser enfrentada como? Com valorização, com uma carreira atrativa que não seja boa só no final da carreira, de modo que os jovens se interessem em ser professores. Para isso, é preciso dinheiro, e dinheiro novo.

Eu queria lembrar que, grosso modo, 42% dos recursos aplicados na educação são colocados pelos Estados; 40%, pelos Municípios; o restante, pela União. O nosso desafio no Plano Nacional de Educação, além de estabelecer metas e responsabilidades, é destinar à área dinheiro novo.

Por isso, quero parabenizar o Deputado Angelo Vanhoni, que acolheu uma emenda, inclusive de minha autoria, para transformar e fortalecer o CAQ - Custo Aluno-Qualidade.

Quanto custa uma boa escola? Quanto de dinheiro nós vamos ter que investir para que a escola do seu Estado, Sr. Presidente, seja uma boa escola, a do meu Estado também, a do Estado de São Paulo, a de Brasília? Quanto de dinheiro novo precisamos? Que tipo de padrão queremos?

O Deputado Angelo Vanhoni acolheu a emenda e fez ainda mais, ao fixar a responsabilidade da União em colocar parte desse dinheiro, complementando o orçamento de Estados e Municípios cujos recursos não sejam suficientes para garantir uma educação de qualidade.

Então, faço esse apelo para que esta Casa vote o Plano Nacional de Educação de maneira urgente, para que o País possa ter a sua responsabilidade em relação aos próximos 10 anos desse Plano Nacional de Educação...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - ...claro para que todos os Municípios e Estados possam fazer seus planos próprios.

Quero destacar que nós avançamos, sim, nos últimos anos, em relação aos resultados da educação, mas o nosso maior desafio é garantir que todos tenham escola, independente de estar na zona rural, na área indígena ou na cidade, e que essa escola, como eu disse, seja boa.

Para finalizar, gostaria de destacar que a grande responsabilidade dos avanços está nas mãos dos professores. São eles que estão no dia a dia nas nossas escolas, fazendo o seu trabalho com todas as dificuldades e limites.



Por isso, a nossa responsabilidade, como legisladores, é garantir condições dignas de trabalho aos professores brasileiros e, ao Brasil, uma educação pública de qualidade.

Muito obrigada.
